SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS

Minas Gerais , 02 de Março de 2026 • Diário Oficial dos Municípios Mineiros • ANO XVII | Nº 4223

Expediente:
Associação Mineira de Municípios – AMM - MG

Presidente - LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA

1º Vice-Presidente - LUCAS VIEIRA LOPES
2º Vice-Presidente - SANDRO LÚCIO FONSECA
3º Vice-Presidente - JOSÉ APARECIDO MENDES SANTOS
4º Vice-Presidente - LUIZ FÁBIO ANTONUCCI FILHO
1º Secretário - MAYCON WILLIAN DA SILVA
2º Secretário - VIVIANE BARBOSA PENA
1º Tesoureiro - JULIANO VASCONCELOS GONÇALVES
2º Tesoureiro - GEFERSON GIORDANI BURGARELLI

Diretor Região Central - EVALDO PAULO DOS REIS
Diretor Região Central - OTACÍLIO NETO COSTA MATTOS
Diretor Região Central - JOÃO MARCELO DIEGUEZ PEREIRA

Diretor Região Sul - EDUARDO CHEUNG DE LIMA
Diretor Região Sul - CRISTIANO GERALDO DA SILVA
Diretor Região Sul - ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL

Diretor Região Noroeste - IGOR PEREIRA DOS SANTOS
Diretor Região Noroeste - RAFAEL COSTA DE TONI
Diretor Região Noroeste - OSEIAS CARDOSO QUEIROZ

Diretor Região Triângulo - MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Diretor Região Triângulo - FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Diretora Região Triângulo - ELISA GONÇALVES DE ARAUJO

Diretora Região Alto Paranaíba - FERNANDA APARECIDA LAGARES DE OLIVEIRA
Diretor Região Alto Paranaíba - RUBENS MAGELA DA SILVA
Diretora Região Alto Paranaíba - MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES

Diretor Região Centro-Oeste - FERNANDO AUGUSTO ALVES DE ANDRADE
Diretor Região Centro-Oeste - LEONARDO LACERDA CAMILO
Diretor Região Centro-Oeste - ADALBERTO RIBEIRO LOPES

Diretora Região Zona da Mata - ELENICE PEREIRA DELGADO SANTELLI
Diretor Região Zona da Mata - VICTOR DE PAIVA LOPES
Diretor Região Zona da Mata - SILVÉRIO JOAQUIM APARECIDO DA LUZ

Diretor Região Norte - ROBERTO JAIRO TORRES
Diretor Região Norte - JOAQUIM NERES XAVIER DIAS
Diretor Região Norte - CLEBER NASCIMENTO DE PINHO

Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - FABIANO FERNANDES SILVA RIBEIRO
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - MARCELO ADRIANO XAVIER DE VASCONCELOS
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - HERMES ADALTO GOMES DA CUNHA

Diretor Região Rio Doce - JOVANI FERREIRA DOS SANTOS
Diretor Região Rio Doce - RONEY ALVES DE BRITO
Diretor Região Rio Doce - VITOR VICENTE DO PRADO

Membro Efetivo Conselho Fiscal - MÁRCIO PESSOA MOREIRA VICTOR
Membro Efetivo Conselho Fiscal - GUSTAVO MARQUES CARVALHO MITRE
Membro Efetivo Conselho Fiscal - ANTÔNIO MÁRCIO VIEIRA

Membro Suplente Conselho Fiscal - FÁBIO ALVES COSTA FONSECA
Membro Suplente Conselho Fiscal - RAFAEL AUGUSTO FRANÇA OLIVEIRA MACHADO
Membro Suplente Conselho Fiscal - AILTON PEREIRA GOULART

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Minas Gerais é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DE MINAS GERAIS
ARISMIG - AGENCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MG

ARISMIG - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS A ARISMIG INICIARÁ QUARTA-FEIRA (04/03) A CONSULTA PÚBLICA SOBRE A MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE ALTERA A RESOLUÇÃO DC Nº 020, DE 2025.

A *Consulta Pública nº 006/2026 – Minuta de Resolução que altera a Resolução DC nº 020, de 2025"* tem a **finalidade de receber contribuições dos usuários dos serviços prestados** no município e de quem mais interessar. As contribuições poderão ser realizadas por meio do formulário *on-line* que será disponibilizado no site da ARISMIG, no link: https://arismig.mg.gov.br/regulacao-e-fiscalizacao/controle-social/consulta-publica.
A presente consulta pública trata da "*Minuta de Resolução que altera a Resolução DC nº 020, de 2025."*
Por favor, para o preenchimento do formulário *on-line* observe as instruções abaixo:
A leitura da nota técnica deve ser realizada previamente, podendo ser analisada também a documentação utilizada para elaboração da referida nota.
Preencha todos os campos do formulário *on-line* durante o período em que a consulta pública estiver aberta ao recebimento de contribuições.
Período: 04 a 15 de março de 2026, em atendimento ao disposto no art. 34, do Decreto Federal nº 7217, de 2010.
As contribuições recebidas fora do prazo, ou que não forem pelo formulário on-line, não serão consideradas.
A sua participação é muito importante para a transparência do processo.
Roteiro de instruções para consulta pública:
A participação no procedimento de consulta pública far-se-á mediante identificação dos interessados e utilização de formulário próprio.
Todas as contribuições recebidas serão examinadas pela ARISMIG, responsável pela *Consulta Pública nº 006/2026 – "Minuta de Resolução que altera a Resolução DC nº 020, de 2025."* a qual publicará relatório de consulta pública posteriormente.
Agradecemos sua participação!

Publicado por:
Henrique Silva Lima
Código Identificador:C1134712

ARISMIG - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃOAUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO CONSIDERANDO A DEMANDA FORMALIZADA, O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, A ESTIMATIVA DA DESPESA, A PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA, A JUSTIFICATIVA DE PREÇOS, O ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, A ANÁLIS

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

Considerando a demanda formalizada, o estudo técnico preliminar, a estimativa da despesa, a previsão orçamentária, a justificativa de preços, o atendimento aos requisitos de habilitação, a análise preliminar por parte do setor competente e o parecer jurídico emitido, **FICA AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo referido, via dispensa de licitação, posto que:
1) o valor está adequado ao teto estabelecido no art. 75, *caput*, II da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

2) não foi despendido por este órgão, neste exercício financeiro, mais do que o valor previsto no item "1" acima, nos termos do art. 75, §1º, I da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
3) o somatório da despesa abaixo referida, somada com outros objetos da mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade, não ultrapassou o valor previsto no item "1" acima, nos termos do art. 75, §1º, II da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

OBJETO	Contratação de software de fiscalização operacional destinado ao apoio às atividades de controle básico, monitoramento e fiscalização dos serviços de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana), no âmbito da Agência Reguladora, incluindo licença de uso, implantação, treinamento, suporte técnico e manutenção.
VALOR (R$)	R$26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
FORNECEDOR	TABE.IA INOVA SIMPLES(IS)

Boa Esperança, 27 de fevereiro de 2026.

AROLDO ROSA DE MEDEIROS JUNIOR
Presidente da ARISMIG

Publicado por:
Luiza Rodrigues
Código Identificador:E707AE73

ARISMIG - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
MANIFESTAÇÃO DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA

MANIFESTAÇÃO DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA

Por meio desta, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS, nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados em relação à contratação direta, por meio de dispensa de licitação, para o objeto abaixo descrito, visando selecionar a proposta mais vantajosa:

OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria em contabilidade aplicada ao setor público, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Lei nº 11.107/2005 (Lei dos Consórcios Públicos), a Lei nº 14.133/2021, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e demais normativos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, incluindo acompanhamento nas áreas de Planejamento, Finanças e Contabilidade, elaboração das peças de planejamento (PPA, LDO e LOA), apoio na prestação de contas, envio e acompanhamento de informações junto ao SICOM/TCEMG e demais sistemas do TCE/MG, bem como orientação técnica contínua à equipe administrativa.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento decorrente da concretização deste objeto será efetuado pela CONTRATANTE mediante entrega da Nota Fiscal Eletrônica pela CONTRATADA, após ter sido atestada a conformidade com o objeto disposto na contratação.

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:
A assessoria deverá contemplar, no mínimo:
Consultoria contínua à equipe administrativa;
Auxílio na elaboração dos Anexos do PPA, LDO e LOA;
Assessoria na execução orçamentária, financeira e patrimonial;
Apoio na prestação de contas anual e acompanhamento de balancetes mensais;
Envio e acompanhamento de informações junto ao SICOM/TCEMG ou outro sistema exigido pelo TCE/MG;
Comunicação técnica com o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, inclusive por meio dos sistemas SGI, E-TCE, CRJ e outros;
Atendimento a diligências e notificações do Tribunal de Contas;
Comparecimento a uma visita mensal presencial, em dia previamente acordado;
Disponibilização de atendimento remoto por e-mail, telefone, WhatsApp ou outros meios de comunicação.

DOCUMENTOS QUE SERÃO EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO
Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
Certidão de registro no CRC;
Certidão conjunta pertinente aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, conjuntamente com a regularidade previdenciária, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, na forma da lei;
Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público, comprovando que a empresa presta ou já prestou recentemente serviços compatíveis com o objeto desta contratação, especialmente na área de contabilidade aplicada ao setor público e atendimento a órgãos de controle.
A manifestação de interesse deverá ser encaminhada até o dia 03/03/2026, para o e-mail compras@arismig.mg.gov.br , oportunidade em que será enviada aos interessados a solicitação de cotação com as especificações detalhadas do objeto.

Boa Esperança, 23 de fevereiro de 2026

Publicado por:
Luiza Rodrigues
Código Identificador:84BE2E94

ARISMIG - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
MANIFESTAÇÃO DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA

MANIFESTAÇÃO DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA

REPUBLICAÇÃO – Manifestação de Interesse publicada em 11/02/2026 (reabertura de prazo)

Por meio desta, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS**,** nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados em relação à contratação direta, por meio de dispensa de licitação, para o seguinte objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:

OBJETO:
Contratação de empresa especializada para execução de serviços de limpeza de terreno pertencente à ARISMIG, abrangendo roçada mecanizada, corte e retirada de vegetação, remoção de entulhos e resíduos existentes na área, com fornecimento de maquinário, equipamentos e mão de obra necessários à adequada execução dos serviços, em conformidade com a legislação vigente e normas aplicáveis.
A presente solicitação tem por finalidade subsidiar a pesquisa de preços para instrução de processo de dispensa de licitação, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, não constituindo compromisso de contratação por parte da ARISMIG.
Os serviços deverão contemplar todos os elementos necessários à completa limpeza da área, observando-se as normas de segurança do trabalho e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos eventualmente removidos.

PRAZO DE EXECUÇÃO:
O prazo para execução dos serviços será de 5 (cinco) dias úteis.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento decorrente da execução do objeto será efetuado pela CONTRATANTE mediante apresentação

da Nota Fiscal Eletrônica pela CONTRATADA, após o devido ateste da conformidade dos serviços com o objeto contratado.

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:
A contratada deverá executar os serviços de limpeza do terreno pertencente à ARISMIG, observando integralmente a legislação vigente, normas ambientais aplicáveis, normas de segurança do trabalho e demais regulamentos pertinentes, assumindo total responsabilidade pelos serviços prestados;
Todos os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente capacitados, utilizando maquinário e equipamentos adequados, sendo de responsabilidade da contratada o fornecimento de mão de obra, máquinas, ferramentas e EPIs necessários;
A contratada será integralmente responsável pela correta execução dos serviços, inclusive pela remoção e destinação ambientalmente adequada dos resíduos eventualmente retirados do local;
A contratada responderá por quaisquer danos causados ao patrimônio da ARISMIG ou a terceiros durante a execução dos serviços, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos.

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
A proposta deverá conter, no mínimo:
Valor total dos serviços;
Prazo para execução dos serviços, respeitando o prazo máximo estabelecido pela contratante;
Validade da proposta;
Dados completos da empresa (razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail para contato).

DOCUMENTOS QUE SERÃO EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO
a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
b. Certidão conjunta pertinente aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, conjuntamente com a regularidade previdenciária, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
c. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, na forma da lei;
d. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
e. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, nos termos da legislação vigente.

A manifestação poderá ser exteriorizada por meio de proposta devidamente encaminhada até o dia 03/03/2026 para o e-mail: compras@arismig.mg.gov.br

Boa Esperança, 26 de fevereiro de 2026

Publicado por:
Luiza Rodrigues
Código Identificador:ACA19C90

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
ATA DA SESSÃO PUBLICA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: No 010 /2026
DISPENSA: No 001/2026

ATA DA SESSÃO PUBLICA DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETO: Prestação de serviços de levantamentos planialtimétrico e planimétrico
cadastral georreferenciados com perfis longitudinais e transversais; demarcação ou
remarcação de lotes urbanos e rurais; elaboração de mapas e memoriais para subdivisão
e unificação; montagem de processo de licenciamento ambiental; elaboração de
processo de retificação administrativa de lotes urbanos e rurais e disponibilidade de
equipe de topografia para locação de lotes urbanos e rurais".
No dia 02 de fevereiro de 2026, foi publicado ao aviso de intenção de dispensa de licitação
no Site oficial da AMAG.
Quando a data limite para a apresentação da proposta de preços juntamente com a
documentação de habilitação foi no dia 27 de fevereiro de 2026, às 07 horas no email
licitacao@cimag.org.br.
Na data de 27/02/2026 às 09:00 horas, foram analisados os documentos recebidos via
email e analisados, das empresas:
ENGEO TOPOGRAFIA E AGRIMENSURA LTDA – CNPJ: 64.923.012/0001-70 - data de envio:
qui., 26 de fev., 09:52 (há 1 dia).
Analisados os documentos apresentados informamos que a empresa apresentou
documentação completa sem ressalvas, conforme estipulado no edital. Tendo em vista, a
análise dos documentos de habilitação e das propostas quanto aos critérios exigidos no
edital, foi elaborado o seguinte quadro de classificação da proposta:

CLASSIFICAÇÃO

EMPRESA VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

1a ENGEO TOPOGRAFIA E AGRIMENSURA
LTDA – CNPJ: 64.923.012/0001-70

R$ 37,70 H

Constatado o atendimento às exigências da Dispensa de Licitação no 01/2026 declaramos
a licitante a empresa ENGEO TOPOGRAFIA E AGRIMENSURA LTDA – CNPJ:
64.923.012/0001-70, vencedora do certame, por ter ofertado o valor R$ 37,70 (trinta e
sete reais e setenta centavos) por hora, totalizando o valor estimado para 1.600 (hum mil
e seiscentas) horas de R$ 60.320,00 (sessenta mil e trezentos e vinte reais).
Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão, cuja ata foi lavrada e assinada pela
Agente de Contratação.

ANGELA APARECIDA CARVALHO SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:DD3E1586

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
DISPENSA N° 001/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 001/2026

EXTRATO
O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA MICRORREGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS - CIMAG, através de seu presidente, torna-se público a **RATIFICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO ATA RP** do Processo Nº 001/2026 Dispensa nº 001/2026. CONTRATO nº 001/2026, com a empresa **ENGEO TOPOGRAFIA E AGRIMENSURA LTDA** - CNPJ: 64.923.012/0001-70. Valor total da ratificação e homologação: R$ 60.320,00 (sessenta mil e trezentos e vinte reais). Vigência: 27/02/2027, para a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de levantamentos planialtimétrico e planimétrico cadastral georreferenciados com perfis longitudinais e transversais; demarcação ou remarcação de lotes urbanos e rurais;

elaboração de mapas e memoriais para subdivisão e unificação; montagem de processo de licenciamento ambiental; elaboração de processo de retificação administrativa de lotes urbanos e rurais e disponibilidade de equipe de topografia para locação de lotes urbanos e rurais", para atendimento dos 29 Municípios associados a AMAG

Caxambu MG, 27 de fevereiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG.

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:9D3DDAAC

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 010/2026
DISPENSA N° 001/2026

EXTRATO
O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA MICRORREGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS - CIMAG, através de seu presidente, torna-se público a **RATIFICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO ATA RP** do Processo Nº 001/2026 Dispensa nº 001/2026. CONTRATO nº 001/2026, com a empresa **CAMPO NATIVO – SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA** - CNPJ: 39.361.512/0001-19. Valor total da ratificação e homologação: R$ 91.200,00 (noventa e um mil e duzentos reais). Vigência: 19/02/2027, para a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de levantamentos planialtimétrico e planimétrico cadastral georreferenciados com perfis longitudinais e transversais; demarcação ou remarcação de lotes urbanos e rurais; elaboração de mapas e memoriais para subdivisão e unificação; montagem de processo de licenciamento ambiental; elaboração de processo de retificação administrativa de lotes urbanos e rurais e disponibilidade de equipe de topografia para locação de lotes urbanos e rurais", para atendimento dos 29 Municípios associados a AMAG

Caxambu MG, 19 de fevereiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG.

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:ADFD02CB

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO CONTRATO Nº 118/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 022/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N° 018/2024

O MUNICÍPIO DE CRUZÍLIA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.008.904/0001-29, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **JOAQUIM JOSÉ PARANAÍBA**, doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por de seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, portador do C.P.F. n° 123.012.906-54, denominado órgão gerenciador e a Empresa **ALFA LOTEADORA E EMPREENDIMENTOS LTDA**, portadora do CNPJ nº 47.077.061/0001-10, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 118/2026, PARA FORNECIMENTO DE PAVIMENTAÇAO EM BLOCOS, PISOS INTERTRAVADOS, ASSENTAMENTOS DE MEIO FIOS, ASSENTAMENTOS DE TUBOS DECONCRETOS E SARGETAS, para o município de **CRUZÍLIA** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 022/2024 e Pregão Eletrônico de nº 018/2024. O valor total do contrato é R$ 15.254,43 (quinze mil duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e três centavos). As despesas serão amparadas por dotações próprias do município.

Caxambu, 25 de fevereiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:C0E5082E

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 092/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 045/2025
CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 009/2025

O MUNICÍPIO DE CRUZÍLIA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.008.904/0001-29, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **JOAQUIM JOSÉ PARANAÍBA**neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS, portador do C.P.F. n ° 123.012.906-54, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **LARISSA ELEN RODRIGUES DA SILVA,** portadora do CNPJ nº 43.941.695/0001-19, neste ato representada pelo Senhor(a) LARISSA ELEN RODRIGUES DA SILVA, portador(a) do CPF Nº 107.395.766-74, doravante denominada CONTRATADA , **PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** OFICINAS MECÂNICAS ESPECIALIZADAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES E PESADOS de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 47.346,59 (quarenta e sete mil trezentos e quarenta e seis reais e cinquenta e nove centavos).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 10 de fevereiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:61A6682A

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 121/2026

Processo de Licitação nº 025/2025
Credenciamento Público de nº 007/2025

O MUNICÍPIO DE LAMBARI pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 17.877.200/0001-20, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **LEONARDO FRAMIL,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, portador do C.P.F. n ° 123.012.906-54, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **LAURA RIGHETTI ARNAUT,** portadora do CNPJ nº 61.448.733/0001-88, neste ato representada pelo Senhor(a) LAURA RIGHETTI ARNAUT, portador(a) do CPF Nº 095.347.916-10,doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** CONSULTORIA, INSTRUTORIA, MENTORIA, EXECUÇÃO, ORIENTAÇÕES, ASSISTÊNCIA TÉCNICA de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 49.648,00 (quarenta e nove mil seiscentos e quarenta

e oito reais).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu,25 de fevereiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:3A2F086A

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 092/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 003/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2025

O MUNICÍPIO DE PASSA QUATRO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 23.245.806/0001-45, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **MARCIO HENRIQUE DE SIQUEIRA RIBEIRO**, doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, portador do C.P.F. n° 123.012.906-54, denominado órgão gerenciador e a Empresa **AL OLIVEIRA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o 47.094.894/0001-90, denominada **CONTRATADA** celebram o contrato 092/2026, para prestação de serviços de FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COMO FERRAMENTAS PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES E EQUIPAMENTOS DE TI, MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE REDE DE DADOS DAS UNIDADES, MATERIAL PARA MANUTENÇÃO E CORREÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REDE DE DADOS DAS UNIDADES, MATERIAL PARA SUBSTITUIÇÃO NAS UNIDADES, MATERIAL EPC E EPI, E LICENÇA DE SOFTWARES para o município de **PASSA QUATRO** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo licitatório nº 003/2025 e Pregão Eletrônico de nº 002/2025, O valor do contrato é de R$ 3.601,80 (três mil seiscentos e um reais e oitenta centavos).As despesas do contrato serão amparadas po dotações próprias do municipio.
Caxambu, 09 de fevereiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:0250CD16

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 105/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2025
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 004/2025
O MUNICÍPIO DE MINDURI pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 17.954.041/0001-10, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **JOSÉ BENTO JUNQUEIRA DE ANDRADE NETO,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por de seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, portador do C.P.F. n° 123.012.906-54, denominado órgão gerenciador e a Empresa **ORLA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito, inscrita no CNPJ sob o nº 04.013.164/0001-04, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 105/2026, para aquisições de produtos de higiene pessoal e limpeza, para o municipio de **MINDURI** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo licitatório nº 005/2025 e Pregão Eletrônico de nº 004/2025, O valor total deste instrumento contratual, será de R$ 3.085,88 (três mil e oitenta e cinco reais e oitenta e oito centavos). As despesas do contrato serão amparadas po dotações próprias do municipio.
Caxambu, 11 de Fevereiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:1A9C3A71

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 109/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 052/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 034/2025

O MUNICÍPIO DE MINDURI pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n ° 17.954.041/0001-10, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **JOSÉ BENTO JUNQUEIRA DE ANDRADE NETO,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG - CIMAG**, inscrita no CNPJ n°21.406.451/0001-01, representada por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS** portador do C.P.F. n° 123.012.906-54, denominado órgão gerenciador e a Empresa **TÁTICO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 35.761.275/0001-22, denominada **CONTRATADA,** celebram o contrato 109/2026, para aquisição DE UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE EPIS, para o município de **MINDURI** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 052/2025 e Pregão Eletrônico de nº 034/2025. O valor total do contrato é R$ 2.439,00 (dois mil quatrocentos e trinta e nove reais). As despesas serão amparadas por dotação próprias do município.

Caxambu, 13 de fevereiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:D1F39B12

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2025
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 035/2025

O MUNICÍPIO DE CRUZILIA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.008.904/0001-29, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor **JOAQUIM JOSÉ PARANAÍBA,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por de seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, portador do C.P.F. n° 123.012.906-54, denominado órgão gerenciador e a Empresa **SYM GESTÃO E SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA**, pessoa jurídica de direito, inscrita no CNPJ sob o nº 29.983.973/0001-70, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 121/2026, para fornecimento de serviços de telefonia, para o municipio de **CRUZILIA** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo licitatório nº 054/2025 e Pregão Eletrônico de nº 035/2025, O valor do contrato é de R$ 70.247,40 (setenta mil duzentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos). As despesas do contrato serão amparadas po dotações próprias do municipio.
Caxambu, 26 de fevereiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:B22B0E9E

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 122/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2025
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 007/2025

O MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 17.906.314/0001-50, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor **PAULO HENRIQUE DE SOUZA PINTO,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por de seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, portador do C.P.F. n° 123.012.906-54, denominado órgão gerenciador e a Empresa **DANIELLE CRISTINA CANELA RABELO**, pessoa jurídica de direito, inscrita no CNPJ sob o nº 34.522.027/0001-66, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 122/2026, para a locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como prestação de serviços de infraestrutura montagem de estruturas, banheiros químicos e outros serviços necessários à realização de eventos municipais, para o municipio de **SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo licitatório nº 008/2025 e Pregão Eletrônico de nº 007/2025, O valor do contrato é de R$ 16.189,26 (dezesseis mil cento e oitenta e nove reais e vinte e seis centavos). As despesas do contrato serão amparadas po dotações próprias do municipio.

Caxambu, 26 de fevereiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:398BD8C4

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 123/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2025
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 007/2025

O MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 17.906.314/0001-50, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor **PAULO HENRIQUE DE SOUZA PINTO,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por de seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, portador do C.P.F. n° 123.012.906-54, denominado órgão gerenciador e a Empresa **FELIPE DAVID DE CARVALHO**, pessoa jurídica de direito, inscrita no CNPJ sob o nº 13.201.302/0001-70, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 123/2026, para a locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como prestação de serviços de infraestrutura montagem de estruturas, banheiros químicos e outros serviços necessários à realização de eventos municipais, para o municipio de **SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo licitatório nº 008/2025 e Pregão Eletrônico de nº 007/2025, O valor do contrato é de R$ 11.473,50 (onze mil quatrocentos e setenta e três reais e cinquenta centavos). As despesas do contrato serão amparadas po dotações próprias do municipio.
Caxambu, 26 de fevereiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:42A516E1

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 124/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2025
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 007/2025

O MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 17.906.314/0001-50, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor **PAULO HENRIQUE DE SOUZA PINTO,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por de seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, portador do C.P.F. n° 123.012.906-54, denominado órgão gerenciador e a Empresa **JOSÉ DONIZETE DA SILVA**, pessoa jurídica de direito, inscrita no CNPJ sob o nº 08.223.036/0001-46, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 124/2026, para a locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como prestação de serviços de infraestrutura montagem de estruturas, banheiros químicos e outros serviços necessários à realização de eventos municipais, para o municipio de **SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo licitatório nº 008/2025 e Pregão Eletrônico de nº 007/2025, O valor do contrato é de R$ 16.864,00 (dezesseis mil oitocentos e sessenta e quatro reais).. As despesas do contrato serão amparadas po dotações próprias do municipio.
Caxambu, 26 de fevereiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:C6E2D6A9

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO CIMAG E O MUNICÍPIO DE CAMBUQUIRA DE Nº 111/2025

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 014/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N° 011/2024

LICITAÇÃO COMPARTILHADA

PARTES: Consórcio Público CIMAG/ Município de CAMBUQUIRA/ Empresa ONO TECNOLOGIA E SEGURANÇA DIGITAL LTDA - CNPJ nº 23.131.342/0001-46.

OBJETO: PARA A LOCAÇÃO DE SISTEMA INTELIGENTE COM SOLUÇÃO DE GESTÃO DE ATIVOS COMO VEÍCULOS, MÁQUINAS, IMPLEMENTOS, TRATORES E MOTOS, CONTEMPLANDO GERENCIAMENTO, MONITORAMENTO, RASTREAMENTO E CONTROLE, INCLUÍNDO MÓDULO DE MONITORAMENTO VEICULAR POR CÂMERAS VIA SISTEMA WEB.

ADITIVO: Fica aditado o Item 1.3 da Cláusula Primeira do contrato em epígrafe, para prorrogar o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses a partir da data de vencimento, devido a continuidade dos serviços prestados.

DATA ASSINATURA: 20.02.2026

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Consórcio Público CIMAG
CNPJ N° 21.406.451/0001-01

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:D0E62A12

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO CIMAG E O MUNICÍPIO DE CRUZÍLIA DE Nº 420/2025

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 033/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2023

LICITAÇÃO COMPARTILHADA

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO CIMAG E O MUNICÍPIO DE CRUZÍLIA DE Nº 420/2025

PARTES: Consórcio Público CIMAG/ Município de CRUZÍLIA/ Empresa PAVICAN PAVIMENTACAO E TERRAPLENAGEM LTDA- CNPJ nº 03.091.412/0001-72.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM INFRAESTRUTURA URBANA.

ADITIVO: Fica aditado o Item 1.4. da Cláusula Primeira do contrato administrativo de nº 420/2025, para prorrogar o seu prazo por mais seis 06 (seis) meses, até 20 de agosto de 2026.

DATA ASSINATURA: 20.02.2026

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Consórcio Público CIMAG
CNPJ N° 21.406.451/0001-01

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:613337B3

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PROGRAMA DE Nº 100/2025

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 054/2023
CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE N° 010/2023

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PROGRAMA DE Nº 100/2025, DO CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG, FIRMADO COM O MUNICÍPIO DE CRUZÍLIA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA DE ENGENHARIA E GESTÃO DE CONVÊNIOS

PARTES: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPALMULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG/ EMPRESA JOÃO CELSO DE PAULA
OBJETO: Prestação de serviços de assessoria e consultoria na área de engenharia e gestão de convênios
DATA:02.01.2026
BASE LEGAL: Aditivo de aumento de meta - Inciso II, Caput do Artigo 125 da Lei Federal de nº 14.133/2021.

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:61EAD234

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026
MODO DE DISPUTA ABERTO
MENOR PREÇO POR LOTE
REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO COMPARTILHADA DO CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG

EXTRATO DO EDITAL

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG - CIMAG, com sede na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais, CNPJ n° 21.406.451/0001-01, através da sua Pregoeira e com base na Lei Federal de n° 14.133/2021 e suas posteriores alterações, torna público que está aberto o pregão eletrônico do tipo Registro de Preços.

OBJETO: CONSTITUI OBJETO LICITAÇÃO COMPARTILHADA, NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MÁQUINAS, TRATORES, CAMINHÕES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA ATENDER FUTURAS DEMANDAS DOS 29 MUNICIPIOS FILIADOS AO CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG.

A sessão acontecerá no dia 11 março de 2026, às 09:00h. O certame será realizado na plataforma eletrônica Licitar Digital: https://licitar.digital, telefone (31)3191-7001. Informações complementares no endereço acima, ou pelo telefone (035) 3480-0831 e-mail: secretaria@cimag.org.br/licitacao@cimag.org.br

O Edital completo e seus anexos, encontra-se a disposição de todos os interessados, podendo ser enviado por e-mail.

Caxambu, 27 de fevereiro de 2026.

ANGELA APARECIDA CARVALHO SANTOS
Pregoeira do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:F652726C

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
MODO DE DISPUTA ABERTO
MENOR PREÇO POR LOTE
REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO COMPARTILHADA DO CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG

EXTRATO DO EDITAL

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG - CIMAG, com sede na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais, CNPJ n° 21.406.451/0001-01, através da sua Pregoeira e com base na Lei Federal de n° 14.133/2021 e suas posteriores alterações, torna público que está aberto o pregão eletrônico do tipo Registro de Preços.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COMO MATERIAL PARA MANUTENÇÃO E CORREÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAL PARA SUBSTITUIÇÃO NAS UNIDADES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS DISPOSITIVOS PARA SUPRIR AS FUTURAS DEMANDAS DOS 29 MUNICIPIOS FILIADOS AO CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG.

A sessão acontecerá no dia 12 março de 2026, às 09:00h. O certame será realizado na plataforma eletrônica Licitar Digital: https://licitar.digital, telefone (31)3191-7001. Informações complementares no endereço acima, ou pelo telefone (035) 3480-0831 e-mail: secretaria@cimag.org.br/licitacao@cimag.org.br

O Edital completo e seus anexos, encontra-se a disposição de todos os interessados, podendo ser enviado por e-mail.

Caxambu, 27 de fevereiro de 2026.

ANGELA APARECIDA CARVALHO SANTOS
Pregoeira do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:3FB40D92

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
SUSPENSÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 001/2026

CONCORRÊNCIA PÚBLICA DE Nº001/2026

REGISTRO DE PREÇOS

MENOR PREÇO GLOBAL

LICITAÇÃO COMPARTILHADA DO CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG

ATOS DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

SUSPENSÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Agente de Contratação do **Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Circuito das Águas - CIMAG**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e,
CONSIDERANDO o Processo de Licitação nº 001/2026, na modalidade Concorrência nº 001/2026, tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA, SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, INCLUINDO A AQUISIÇÃO E O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, ALÉM DE INSTALAÇÕES, TREINAMENTOS E TRABALHOS TÉCNICOS, em atendimento e conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos, para atender aos 29 Municípios consorciados ao CIMAG;
CONSIDERANDO que o presente ato foi motivado por comunicação formal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, por meio da Diretoria de Fiscalização Integrada e Inteligência – SURICATO, apontando a necessidade de readequações no instrumento convocatório, com vistas ao aprimoramento do edital e à ampliação da competitividade do certame;
CONSIDERANDO que os atos administrativos podem e devem ser corrigidos a qualquer tempo, quando constatada a necessidade de adequação, em observância aos princípios da legalidade, autotutela, eficiência e supremacia do interesse público;
CONSIDERANDO a inexistência de prejuízo decorrente da suspensão, tanto para os licitantes quanto para os Municípios consorciados, tendo em vista que o edital encontra-se na fase de publicação, não havendo ainda a prática de atos que gerem direitos adquiridos aos interessados;
RESOLVE:
Art. 1º. **SUSPENDER**, por tempo indeterminado, o Processo de Licitação nº 001/2026 – Concorrência nº 001/2026, para que sejam promovidas as readequações necessárias no instrumento convocatório, conforme apontamentos realizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
Art. 2º. Determinar que, após realizadas as devidas adequações, seja promovida nova publicação do edital, com a reabertura dos prazos legais, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Caxambu, 26 de fevereiro de 2026.

ANGELA APARECIDA CARVALHO SANTOS
Agente de Contratação do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:774B3AF4

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO POMBA

AMERP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO POMBA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO POMBA – CIMERP

PORTARIA 005 DE 19 DE JANEIRO DE 2026

Prorroga o prazo de vigência da Portaria nº 019, de 13 de junho de 2025, que estabelece critérios, exigências e procedimentos para credenciamento temporário de laboratórios de análises de água e de produtos de origem animal junto ao SIM/CIMERP, e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Pomba – CIMERP, *Marcos Guarino de Oliveira*, no uso de suas atribuições, com fulcro no **Art. 17, VIII do Estatuto Social do CIMERP**, observando-se ainda o disposto na **Lei 11.107/05**,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade das ações de fiscalização e das análises oficiais realizadas no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal – SIM/CIMERP;

CONSIDERANDO que o prazo de vigência da Portaria nº 019, de 13 de junho de 2025, encerra-se em 31 de janeiro de 2026;

CONSIDERANDO que se encontra em fase de planejamento e estruturação procedimento administrativo definitivo para o credenciamento de laboratórios;

CONSIDERANDO, por fim, os princípios da eficiência, da razoabilidade, da continuidade do serviço público e da segurança jurídica,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de vigência da Portaria nº 019, de 13 de junho de 2025, que estabelece critérios, exigências e procedimentos para credenciamento temporário de laboratórios de análises de água e de produtos de origem animal junto ao SIM/CIMERP, até a data de **31 de maio de 2026**.

Art. 2º Permanecem inalterados e plenamente vigentes todos os critérios, exigências, condições e procedimentos previstos na Portaria nº 019, de 13 de junho de 2025, enquanto perdurar o prazo de prorrogação de que trata esta Portaria.

Art. 3º A presente prorrogação possui caráter excepcional e transitório, não gerando direito adquirido, e vigorará até a conclusão e publicação do novo procedimento de credenciamento definitivo a ser instituído pelo CIMERP, bem como até o credenciamento de ao menos uma empresa apta a realizar cada uma das análises objeto do processo de credenciamento.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor no ato de sua assinatura, devendo ser publicada no mural da sede do Consórcio, no Portal Oficial do CIMERP e no Diário Oficial da AMM.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Muriaé/MG, 19 de janeiro de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Dos Municípios Da Microrregião do Médio Rio Pomba.

RODRIGO FERNANDES PEREIRA
Diretor Executivo Assinando Pela Portaria Nº 001/2026

Publicado por:
Rodrigo Fernandes Pereira
Código Identificador:778EEA7D

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA AMVAP

SETOR DE LICITAÇÕES
AMVAP SAÚDE - AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: PROCESSO Nº 07/2026, INEXIGIBILIDADE 04/2026

Objeto: Contratação de especializada em realização de treinamentos relacionados às Normas Regulamentadoras NR-17, NR-01 e NR-06, bem como na elaboração de Ordens de Serviço individualizadas, conforme as atribuições específicas de cada colaborador do Consórcio AMVAP SAÚDE. Contratada: W.T.A. – MEDICINA DO TRABALHO LTDA - EPP Fundamento: art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021. Valor contratado: de **R$6.280,00 (seis mil, duzentos e oitenta reais)**. RATIFICO a referida inexigibilidade para produção da eficácia necessária. Uberlândia, 27 de fevereiro de 2026.

HELDER PAULO CARNEIRO
Presidente.

Publicado por:
Cristiani Borges de Oliveira
Código Identificador:75300C9A

SETOR DE LICITAÇÕES
AMVAP SAÚDE – AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2026, DISPENSA ELETRÔNICA Nº 5/2026.

O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE torna público que **fará realizar no dia 05/03/2026, às 08:00h**, via plataforma licitanet.com.br, a Contratação de pessoa jurídica, para fornecimento parcelado de Cháa Mate, para atender as necessidades do Consórcio Amvap Saúde. O Aviso de licitação e seus anexos poderão ser adquiridos no site www.amvapsaude.com.br. Mais informações pelo e-mail licitacao@amvapsaude.com.br. Uberlândia, 27 de fevereiro de 2026.

HELDER PAULO CARNEIRO -
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Cristiani Borges de Oliveira
Código Identificador:383211B1

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE –AMEG

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
ATA DA DUCENTÉSIMA SEXTA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA DA AMEG

ATA DA DUCENTÉSIMA SEXTA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE – CONSÓRCIO AMEG

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, na sede do Consórcio AMEG, situada na Rua Benedita da Silveira Maia, nº 144, Bairro Jardim Pinheiros, no município de Passos, Estado de Minas Gerais, teve início, às nove horas e quarenta e sete minutos, a Ducentésima Sexta Assembleia Geral Ordinária da AMEG. Verificado o quórum estatutário, registraram presença os seguintes Prefeitos consorciados: Daniel Ferreira da Silva (Prefeito de São Tomás de Aquino e Presidente da AMEG), Filipe Carielo (Prefeito de Carmo do Rio Claro), Donizete Vilela (Prefeito de Cássia), Norival Francisco de Lima (Prefeito de Itaú de Minas), Diego Rodrigo de Oliveira (Prefeito de Passos), Marcelo de Morais (Prefeito de São Sebastião do Paraíso), Éder Aparecido de Paula Garcia (Prefeito de São João Batista do Glória) e Cristiano Geraldo da Silva (Prefeito de Capitólio). Os demais presentes assinaram o livro próprio de presença. O Presidente, Sr. Daniel Ferreira da Silva, cumprimentou a todos, declarou aberta a sessão e compôs a mesa de trabalhos, passando a palavra à Contadora da AMEG, Sra. Sthephane, que procedeu à leitura e à explanação dos itens constantes da pauta. **Ordem do Dia:** Apresentação do Projeto de Resolução nº 217, que substitui a Resolução nº 154, referente ao Serviço de Inspeção Municipal Consorciado (SIM), e revoga a Resolução nº 216. A Secretaria Executiva esclareceu que a atualização da resolução se faz necessária em razão da adesão do consórcio ao SISBI, bem como da necessidade de conferir poder de polícia administrativa aos servidores vinculados ao serviço, promovendo a devida adequação normativa. O Prefeito de Capitólio fez uso da palavra para se inteirar acerca da situação da proposta de fusão com o CICANASTRA. A Secretaria Executiva informou que o Presidente do CICANASTRA, Prefeito de Córrego Fundo, não manifestou interesse em dar prosseguimento à referida fusão. O Prefeito de São Sebastião do Paraíso discorreu sobre a sistemática de funcionamento do SIM da AMEG e destacou a relevância da conquista do SISBI para o fortalecimento institucional do consórcio. O Prefeito de Capitólio ressaltou a importância de se analisar a concentração dos serviços, considerando que o Município de Capitólio participa do CICANASTRA exclusivamente para utilização do SIM. O Presidente manifestou-se em defesa do fortalecimento e da utilização institucional do SIM da AMEG. Na sequência, os presentes discutiram acerca da possibilidade de parceria e cooperação com o CIMINAS. Continuando a ordem do dia foi apresentada a Proposta de Reajuste do Contrato de Rateio e do Contrato de Prestação de Serviços do SIM da AMEG, consolidada no Projeto de Resolução nº 218, que dispõe sobre o reajuste anual dos valores de rateio para manutenção do consórcio e das mensalidades do SIM. A Contadora da AMEG apresentou os valores anteriores e os valores propostos para reajuste, por meio de exposição em slides, detalhando os critérios adotados. Apresentou, ainda, a estrutura atual de pessoal, esclarecendo que, caso seja deliberado pelo aumento da equipe, será necessária a realização de novo rateio para custeio das despesas correspondentes. Colocados em votação, foram aprovados, por unanimidade, os Projetos de Resolução nº 217 e nº 218. Por fim, o Presidente informou aos presentes que a candidata ao Senado, Marília, solicitou espaço para comparecer à AMEG, submetendo o tema à apreciação dos demais membros para deliberação. Ficou decidido que todos os que procurarem serão bem recebidos. Encerrados os trabalhos desta assentada, os presentes foram conduzidos ao Plenário Oficial para a apresentação institucional do consórcio CIMINAS, a qual foi realizada por seus colaboradores. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente do Consórcio, Daniel Ferreira da Silva, agradeceu a presença de todos e às dez horas e trinta e sete minutos declarou encerrada a ducentésima sexta Assembleia Geral Ordinária da AMEG. E, para constar, eu, Larissa Teixeira de Oliveira ( ), nomeada para secretariar os trabalhos, lavrei a presente Ata assinada pelos Prefeitos presentes e por mim. Passos, 27 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Larissateixeira de Oliveira
Código Identificador:762082F9

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
RESOLUÇÃO Nº 217, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre o Serviço de Inspeção Municipal – SIM, no âmbito do Consórcio AMEG e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE – AMEG, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social,

Considerando o disposto na Lei Federal nº 11.107/2005 e no Decreto Federal nº 6.017/2007;
Considerando a competência do Consórcio Público para o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito da gestão associada regularmente formalizada por Contrato de Programa;
Considerando a necessidade de atualização, sistematização e consolidação normativa do Serviço de Inspeção Municipal Consorciado – SIMC para a alteração decorrente na nomenclatura Serviço de Inspeção Municipal – SIM da AMEG;

RESOLVE:
Art. 1º. Fica criado, no âmbito do Consórcio AMEG, o SIM - Serviço de Inspeção Municipal, que tem por finalidade implementar os serviços de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal incluindo as atividades de fiscalização, orientação, educação e certificação, em um único serviço de inspeção abrangendo os municípios que aderirem a este Programa.

§ 1º O Consórcio AMEG realizará a inspeção e a fiscalização sanitárias de produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, adicionados ou não de produto vegetal, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados ou em trânsito na área de atuação do Consórcio AMEG.

§ 2º A área de atuação do Consórcio AMEG, para fins do disposto no § 1º é a soma dos territórios dos municípios s, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso I da Lei 11.107/2005.

§ 3º A gestão associada e a prestação dos serviços públicos em regime de gestão associada previstas neste Programa abrangerão somente os serviços prestados em proveito dos municípios que efetivamente firmarem o Contrato de Programa.

Art. 2º. Os municípios do Consórcio AMEG que aderirem ao Programa "SIM – Serviço de Inspeção Municipal" autorizam a gestão associada dos serviços públicos de inspeção industrial e sanitária e a prestação dos serviços públicos em regime de gestão associada, os quais serão prestados nos termos deste Programa.

Parágrafo único. O Consórcio AMEG poderá exercer o poder de polícia administrativa, bem como as atividades de arrecadação de taxas, tarifas e outros preços públicos pelos serviços públicos prestados por si ou pelos entes.

Art. 3º. Para os fins deste Programa e da regulamentação a ser realizada por Instrução Normativa do Consórcio AMEG, são adotados os seguintes conceitos:

I - Análise de autocontrole - análise efetuada pelo estabelecimento para controle de processo e monitoramento da conformidade das matérias-primas, dos ingredientes, dos insumos e dos produtos;

II - Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC - sistema que identifica, avalia e controla perigos que são significativos para a inocuidade dos produtos de origem animal;

III - análise fiscal - análise efetuada pela autoridade sanitária competente em amostras coletadas pelos servidores públicos e/ou empregados públicos;

IV - análise pericial - análise laboratorial realizada a partir da amostra oficial de contraprova, quando o resultado da amostra da análise fiscal for contestado por uma das partes envolvidas, para assegurar amplo direito de defesa ao interessado, quando pertinente;

V - animais exóticos - todos aqueles pertencentes às espécies da fauna exótica, criados em cativeiro, cuja distribuição geográfica não inclua o território brasileiro, aquelas introduzidas pelo homem, inclusive domésticas, em estado asselvajado, ou também aquelas que tenham sido introduzidas fora das fronteiras brasileiras e das suas águas jurisdicionais e que tenham entrado em território brasileiro;

VI - animais silvestres - todos aqueles pertencentes às espécies da fauna silvestre, nativa, migratória e quaisquer outras aquáticas ou terrestres, cujo ciclo de vida ocorra, no todo ou em parte, dentro dos limites do território brasileiro ou das águas jurisdicionais brasileiras;

VII - espécies de caça - aquelas definidas por norma do órgão público federal competente;

VIII - Boas Práticas de Fabricação - BPF - condições e procedimentos higiênico-sanitários e operacionais sistematizados, aplicados em todo o fluxo de produção, com o objetivo de garantir a inocuidade, a identidade, a qualidade e a integridade dos produtos de origem animal;

IX - desinfecção - procedimento que consiste na eliminação de agentes infecciosos por meio de tratamentos físicos ou agentes químicos;

X - equivalência de serviços de inspeção - condição na qual as medidas de inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica aplicadas por diferentes serviços de inspeção permitam alcançar os mesmos objetivos de inspeção, fiscalização, inocuidade e qualidade dos produtos, conforme o disposto na Lei Federal nº 8.171/1991, e demais normas federais e estaduais aplicáveis;

XI - espécies de açougue - são os bovinos, búfalos, equídeos, suídeos, ovinos, caprinos, lagomorfos e aves domésticas, bem como os animais silvestres criados em cativeiro, abatidos em estabelecimentos sob inspeção veterinária;

XII - higienização - procedimento que consiste na execução de duas etapas distintas, limpeza e sanitização;

XIII - limpeza - remoção física de resíduos orgânicos, inorgânicos ou de outro material indesejável das superfícies das instalações, dos equipamentos e dos utensílios;

XIV - sanitização - aplicação de agentes químicos aprovados pelo órgão regulador da saúde ou de métodos físicos nas superfícies das instalações, dos equipamentos e dos utensílios, posteriormente aos procedimentos de limpeza, com vistas a assegurar nível de higiene microbiologicamente aceitável;

XV - padrão de identidade - conjunto de parâmetros que permite identificar um produto de origem animal quanto à sua natureza, à sua característica sensorial, à sua composição, ao seu tipo de processamento e ao seu modo de apresentação, a serem fixados por meio de Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade;

XVI - Procedimento Padrão de Higiene Operacional - PPHO - procedimentos descritos, desenvolvidos, implantados, monitorados e verificados pelo estabelecimento, com vistas a estabelecer a forma rotineira pela qual o estabelecimento evita a contaminação direta ou cruzada do produto e preserva sua qualidade e integridade, por meio da higiene, antes, durante e depois das operações;

XVII - programas de autocontrole - programas desenvolvidos, procedimentos descritos, desenvolvidos, implantados, monitorados e verificados pelo estabelecimento, com vistas a assegurar a inocuidade, a identidade, a qualidade e a integridade dos seus produtos, que incluam, mas que não se limitem aos programas de pré-requisitos, BPF, PPHO e APPCC ou a programas equivalentes reconhecidos pelo órgão competente;

XVIII - qualidade - conjunto de parâmetros que permite caracterizar as especificações de um produto de origem animal em relação a um padrão desejável ou definido, quanto aos seus fatores intrínsecos e extrínsecos, higiênico-sanitários e tecnológicos;

XIX - rastreabilidade - é a capacidade de identificar a origem e seguir a movimentação de um produto de origem animal durante as etapas de produção, distribuição e comercialização e das matérias-primas, dos ingredientes e dos insumos utilizados em sua fabricação;

XX - Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade - RTIQ - ato normativo com o objetivo de fixar a identidade e as características mínimas de qualidade que os produtos de origem animal devem atender;

XXI - inovação tecnológica - produtos ou processos tecnologicamente novos ou significativamente aperfeiçoados, não compreendidos no estado da técnica, e que proporcionem a melhoria do objetivo do processo ou da qualidade do produto de origem animal, considerados de acordo com as normas nacionais de propriedade industrial e as normas e diretrizes internacionais cabíveis;

XXII - estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte - estabelecimento de propriedade de agricultores familiares, de forma individual ou coletiva, localizada no meio rural, com área útil construída não superior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), destinado ao processamento de produtos de origem animal, dispondo de instalações para abate e/ou industrialização de animais produtores de carnes, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados e rotulados a carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, o leite e seus derivados, o ovo e seus derivados, os produtos das abelhas e seus derivados, não ultrapassando as seguintes escalas de produção:

a) estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais (coelhos, aves e rãs) – aqueles destinados ao abate e industrialização de produtos e subprodutos de pequenos animais de importância econômica, com produção máxima de 05 toneladas de carnes por mês;
b) estabelecimento de abate e industrialização de médios (suínos, ovinos, caprinos) e grandes animais (bovinos, bubalinos, equinos) – aqueles destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de médios e grandes animais de importância econômica, com produção máxima de 08 toneladas de carnes por mês;
c) fábrica de produtos cárneos – aqueles destinados à agroindustrialização de produtos e subprodutos cárneos em embutidos, defumados e salgados, com produção máxima de 05 toneladas de carnes por mês;
d) estabelecimento de abate e industrialização de pescado – enquadram-se os estabelecimentos destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de peixes, moluscos, anfíbios e crustáceos, com produção máxima de 04 toneladas de carnes por mês;
e) estabelecimento de ovos - destinado à recepção e acondicionamento de ovos, com produção máxima de 5.000 dúzias/mês;
f) unidade de extração e beneficiamento dos produtos das abelhas - destinado à recepção e industrialização de produtos das abelhas, com produção máxima de 30 toneladas por ano;
g) estabelecimentos industriais de leite e derivados: enquadram-se todos os tipos de estabelecimentos de industrialização de leite e derivados destinado à recepção, pasteurização, industrialização, processamento e elaboração de queijo, iogurte e outros derivados de leite, com processamento máximo de 30.000 litros de leite por mês.

XXIII - estabelecimento de produto de origem animal - qualquer instalação ou local nos quais sejam abatidos ou industrializados animais produtores de carne, bem como onde sejam recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, embalados e rotulados, com finalidade industrial ou comercial, a carne, o leite, o pescado, o mel e a cera de abelha, o ovo e os seus respectivos derivados, bem como os produtos utilizados em sua industrialização.

Art. 4º. Para a consecução da gestão associada e da prestação dos serviços públicos em regime de gestão associada, os municípios signatários do contrato de programa transferem ao Consórcio o exercício das competências de planejamento, de coordenação, de regulação, de consentimento, de execução e de fiscalização de programas de produção e de defesa sanitária animal, fiscalização do comércio e do uso de insumos e produtos agropecuários e dos criatórios e abates de animais e o exercício da inspeção de produtos de origem animal, inclusive a aplicação das sanções previstas neste programa.

Art. 5º. Os serviços públicos prestados em decorrência deste Programa serão remunerados observando-se as seguintes diretrizes:

I - no caso dos serviços decorrentes de delegação estadual e/ou federal, a remuneração e reajustes observarão o disposto nos instrumentos de delegação;

II - no caso dos serviços de competência municipal, exercidos no âmbito da gestão associada, as taxas têm como objetivo cobrir-lhes os custos, os quais deverão ser devidamente expostos e detalhados, e poderão incluir a aplicação de percentual mínimo para novos investimentos, definido por resolução da Assembleia Geral do Consórcio AMEG, aplicável sobre os valores dos custos.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II do caput, os reajustes serão feitos:

I - por resolução da Diretoria Executiva do Consórcio, no caso de simples recomposição inflacionária do período;

II - por meio de alteração deste Programa devidamente aprovada pela Assembleia Geral, no caso de efetivo reajuste, além da inflação, tomando-se sempre por base os custos detalhados, devidamente encaminhado às Câmaras Municipais para ratificação.

Art. 6º. Quando o Consórcio não for o próprio prestador de serviços, fica este autorizado pelos municípios a exercer a regulação e a fiscalização permanente sobre a prestação de serviços públicos, inclusive quando prestados, direta ou indiretamente, por município.

§ 1º É garantido ao Consórcio o acesso a todas as instalações e documentos referentes à prestação dos serviços.

§ 2º Incluem-se na regulação dos serviços as atividades de interpretar e fixar critérios para a fiel execução dos instrumentos de delegação dos serviços.

CAPÍTULO II – DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 7º. O Contrato de Programa deverá atender ao disposto na Lei Federal 11.107/05 e no Decreto 6.017/07 e deverá conter cláusulas que estabeleçam:

I - os indicadores de qualidade dos serviços e de sua adequada e eficiente prestação;

II - as metas de expansão e qualidade dos serviços e os respectivos prazos, quando adotadas metas parciais ou graduais;

III - sistemas de medição, faturamento e cobrança dos serviços;

IV - o método de monitoramento dos custos e de reajustamento e revisão das taxas ou preços públicos;

V - os mecanismos de acompanhamento e avaliação dos serviços e procedimentos para recepção, apuração e solução de queixas e de reclamações dos cidadãos e dos demais usuários;

VI - os planos de contingência e de segurança;

VII - a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à prestação dos serviços transferidos;

VIII - os procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

IX - os direitos, garantias e obrigações do Município signatário do Contrato de Programa e do Consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

X - os bens reversíveis;

XI - os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio ou aos Municípios, relativas aos investimentos que não foram amortizados por tarifas ou outras receitas emergentes da prestação dos serviços;

XII - a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio aos Municípios signatários do Programa;

XIII - O Contrato de Programa definirá a estrutura necessária para a prestação dos serviços de inspeção sanitária e o dimensionamento das equipes, de acordo com os municípios que aderirem ao programa.

§ 1º Os bens municipais transferidos ao consórcio serão de propriedade do município contratante, sendo afetados ao Consórcio pelo período em que vigorar o contrato de programa.

§ 2º A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente dos referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio.

CAPÍTULO III – DA INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Art. 8º. A fiscalização e a inspeção de produtos de origem animal têm por objetivo:

I - incentivar a melhoria da qualidade dos produtos;

II - proteger a saúde do consumidor;

III - estimular o aumento da produção**;**

IV - promover o processo educativo permanente e continuado de todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação de governo, da sociedade civil, de agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnica e científica nos sistemas de inspeção.

Art. 9º. Para cumprir o disposto nos artigos 8º deste Programa, o consórcio desenvolverá, entre outras, ações que visem a:

I - promover a integração dos órgãos municipais de fiscalização por meio da criação de um serviço único de inspeção sanitária;

II - formular diretrizes técnico-normativas de maneira a uniformizar os procedimentos de inspeção e fiscalização sanitárias, respeitadas as peculiaridades dos municípios;

III - estabelecer normas para a higienização e a desinfecção das instalações industriais e para a classificação e a verificação da qualidade dos produtos;

IV - regulamentar o registro e o cadastro dos estabelecimentos que produzam, distribuam, transportem, armazenem, processem e comercializem produtos de origem animal;

V - fomentar a produção artesanal por meio de orientação técnica e regulamentação da atividade.
§ 1º Os estabelecimentos mencionados no inciso IV não poderão funcionar nos municípios que aderirem a este programa sem que estejam previamente registrados ou cadastrados na forma deste Programa e de seu regulamento.
§ 2º O Consórcio AMEG poderá conceder prazo, na forma do regulamento, para os estabelecimentos se adaptarem às exigências deste Programa, concedendo-lhes título de registro ou de cadastro provisórios.

Art. 10. A competência dos municípios signatários deste Programa, prevista na Lei Federal 1.283/1950, para prévia fiscalização, sob o ponto de vista industrial e sanitário, de todos os produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, sejam ou não adicionados de produtos vegetais, preparados, transformados manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito, será exercida pelo Consórcio AMEG.

Art. 11. São sujeitos à fiscalização prevista neste Programa:

I - os animais destinados ao abate, seus produtos e subprodutos e matérias primas;

II - o pescado e seus derivados;

III - o leite e seus derivados;

IV - o ovo e seus derivados;

V - o mel e cera de abelhas e seus derivados.

Art. 12. A fiscalização, de que trata este Programa, far-se-á:

I - nos estabelecimentos industriais especializados no abate de animais e no preparo ou na industrialização de seus subprodutos, sob qualquer forma;

II - nos entrepostos-usina, nas usinas de beneficiamento, nas indústrias de laticínios, nos postos de refrigeração de leite e nas micro-usinas de leite;

III - nos entrepostos de ovos e nas indústrias de produtos deles derivados;

IV - nos entrepostos de recebimento e de distribuição de pescado e nas indústrias que o beneficiem;

V - nos postos e entrepostos que recebam, manipulem, armazenem, conservem ou acondicionem produto, subproduto ou matéria-prima de origem animal;

VI - nas propriedades rurais que produzam ou manipulem produto de origem animal ou produto dele derivado.

Parágrafo único. Quando necessário, serão feitas reinspeção e fiscalização nos estabelecimentos atacadistas e varejistas de produto e subproduto de origem animal destinados ao consumo humano ou animal.

Art. 13. A fiscalização sanitária referente ao controle sanitário dos produtos de origem animal após a etapa de elaboração, compreendido na armazenagem, no transporte, na distribuição e na comercialização até o consumo final e será de responsabilidade da Vigilância Sanitária, em conformidade ao estabelecido na Lei Federal nº 8.080/1990.

Parágrafo único. Os serviços de inspeção e de fiscalização sanitária serão executados de forma harmônica, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade de inspeção e fiscalização sanitária entre os órgãos responsáveis pelos serviços.

Art. 14. O Consórcio AMEG poderá celebrar convênio, ou instrumento congênere, com as Secretarias Municipais da Saúde para estabelecer ação conjunta na inspeção e fiscalização do aspecto higiênico-sanitário dos produtos de origem animal no segmento varejista, visando à apreensão e à inutilização de produtos clandestinos ou impróprios para o consumo humano.

Parágrafo único. As despesas necessárias à inutilização de que trata este artigo serão custeadas pelo proprietário do estabelecimento infrator.

Art. 15. O Consórcio AMEG coordenará os seus serviços de fiscalização das relações de consumo e de inspeção sanitária, de forma integrada.

Art. 16. O Consórcio AMEG poderá firmar convênio com município, órgão ou entidade ligados à saúde e ao abastecimento, visando à inspeção e fiscalização integrada do processo de produção e de comercialização de produto de origem animal.

Art. 17. O serviço de inspeção respeitará as especificidades dos diferentes tipos de produtos e das diferentes escalas de produção, incluindo a agroindústria rural de pequeno porte.

Art. 18. A inspeção e a fiscalização sanitária de produto de origem animal abrangem as seguintes atividades, sem prejuízo de outras previstas em normas federais e estaduais:

I - a classificação do estabelecimento;

II - o exame das condições para o funcionamento do estabelecimento, de acordo com as exigências higiênico-sanitárias essenciais para a obtenção do título de registro ou de relacionamento, bem como para a transferência de propriedade;

III - a fiscalização da higiene do estabelecimento;

IV - as obrigações do proprietário, responsável ou preposto do estabelecimento;

V - as normas de funcionamento do estabelecimento;

VI - a inspeção "ante" e "post mortem" dos animais destinados ao abate;

VII - a inspeção e a reinspeção dos produtos, subprodutos e matérias-primas de origem animal durante as fases de recepção, produção, industrialização, estocagem, comercialização, aproveitamento e transporte;

VIII - a classificação do produto e subproduto, de acordo com o tipo e padrão ou fórmula aprovada;

IX - a aprovação do tipo, padrão e fórmula dos produtos e subprodutos de origem animal;

X - a embalagem e rotulagem do produto e subproduto;

XI - o registro do produto e subproduto, bem como a aprovação do rótulo e embalagem;

XII - a matéria-prima na fonte produtora e intermediária;

XIII - os meios de transporte de animal vivo, assim como do produto derivado e sua matéria-prima, destinados à alimentação humana;

XIV - o trânsito de produto, subproduto e matéria-prima de origem animal;

XV - a coleta de material para análise de laboratório;

XVI - o exame microbiológico, histológico e físico-químico da matéria-prima ou produto;
XVII - o produto e o subproduto existentes no mercado de consumo, para efeito de verificação do cumprimento das medidas estabelecidas neste regulamento;

XVIII - a aplicação de penalidade decorrente de infração;

XIX - outras instruções necessárias à maior eficiência dos trabalhos de inspeção e fiscalização sanitária.

Art. 19. O Consórcio AMEG poderá coletar amostra de produto de origem animal para análise laboratorial a ser realizada em laboratório oficial ou credenciado pelo Consórcio AMEG.

Art. 20. A análise laboratorial para efeito de fiscalização, necessária ao cumprimento deste Programa, será feita em laboratório próprio, oficial ou credenciado, com ônus para o proprietário do estabelecimento.

Parágrafo único. A análise laboratorial destinada à contraprova, requerida pelo proprietário do estabelecimento, será feita em laboratório oficial ou credenciado pelo Consórcio AMEG, ficando o proprietário responsável por seu custeio.

Art. 21. A análise de rotina na indústria, para efeito de controle de qualidade do produto, será custeada pelo proprietário do estabelecimento, podendo ser realizada em laboratório de sua propriedade ou em laboratório oficial ou credenciado pelo Consórcio AMEG.

Art. 22. O estabelecimento registrado ou relacionado, na forma deste Programa, é obrigado a apresentar ao Consórcio AMEG relação de seus fornecedores de matéria-prima de origem animal, acompanhada dos respectivos atestados sanitários dos rebanhos, de acordo com as normas regulamentares vigentes.

Parágrafo único. A reincidência no descumprimento do disposto neste artigo sujeita o infrator às multas previstas no Anexo I.

Art. 23. A matéria-prima, os animais, os produtos, os subprodutos e os insumos deverão seguir padrões de sanidade definidos em regulamento e portarias específicas.

§ 1º. O Consórcio AMEG poderá, quando julgar necessário, exigir que matéria-prima destinada a estabelecimento registrado, proveniente de local não fiscalizado, se faça acompanhar de certificado sanitário, expedido por serviço sanitário oficial.

§ 2º. A entrada de produto ou matéria-prima de origem animal e seus derivados, procedentes de estabelecimento sob inspeção e fiscalização municipal, somente será permitida, em estabelecimento sob inspeção e fiscalização do Consórcio AMEG, após vistoria técnica realizada no estabelecimento de origem localizado em município com o qual o Consórcio AMEG não mantenha convênio.

Art. 24. Estão sujeitos a registro os seguintes estabelecimentos:

I - matadouro de bovino, suíno, equídeo, ave, coelho, caprino, ovino e demais espécies, de abate autorizado;

II - indústria de carne e derivados, entreposto de carne e derivados, e indústria de produto não comestível;

III - usina de beneficiamento de leite, fábrica de laticínios, entreposto de laticínios, posto de refrigeração, granja leiteira e micro - usina de leite;

IV - entreposto de pescado e indústria de conserva de pescado;

V - unidade apícola;

VI - entreposto de ovos e indústria de conserva de ovos;

VII - fábrica de coalho, coagulante e fermento.

Parágrafo único. Os demais estabelecimentos previstos neste programa serão relacionados.

Art. 25. O pedido de registro de estabelecimento no SIM deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - requerimento simples que será protocolizado junto ao Consórcio AMEG dirigido ao SIM;

II - cópia do registro da propriedade, do contrato social ou do contrato de arrendamento;

III - cópia do CNPJ ou CPF e da inscrição estadual ou inscrição de produtor rural;

IV - laudo de inspeção prévia do terreno ou laudo técnico-sanitário do estabelecimento, quando se tratar de construção já existente;

V - memorial descritivo, assinado pelo proprietário e pelo responsável técnico, contendo informações de interesse econômico-sanitário e relação dos municípios a serem abastecidos;

VI - memorial descritivo da construção, assinado pelo proprietário e por profissional habilitado, contendo informações a respeito da construção, de acordo com modelo padrão;

VII - alvará de localização e funcionamento, expedido pela Prefeitura Municipal;

VIII - documento que ateste a regularidade ambiental, expedido pelo Órgão Ambiental competente;

IX - laudo de exame físico-químico e microbiológico da água de abastecimento, caso não disponha de água tratada, cujas características devem se enquadrar nos padrões microbiológicos e químicos oficiais;

X - planta baixa ou croquis das instalações, com *layout* dos equipamentos e memorial descritivo simples e sucinto da obra, com destaque para a fonte e a forma de abastecimento de água, sistema de escoamento e de tratamento do esgoto e resíduos industriais e proteção empregada contra insetos, escala mínima 1:100;

XI - atestado médico dos funcionários e/ou proprietários que manipulem matérias primas e/ou produtos.

§ 1º Os estabelecimentos que se enquadram na Resolução do CONAMA nº 385/2006 são dispensados de apresentar a Licença Ambiental Prévia, sendo que no momento de iniciar suas atividades deverão apresentar somente a Licença Ambiental Única.

§ 2º Desde que se trate de agroindústria de pequeno porte, serão aceitos para estudo preliminar, simples "croquis" ou desenhos.

§ 3º Serão rejeitados projetos grosseiramente desenhados com rasuras e indicações imprecisas, quando apresentados para efeito de registro ou relacionamento.
§ 4º Tratando-se de aprovação de estabelecimento já edificado, será realizada uma inspeção prévia das dependências industriais e sociais, bem como da água de abastecimento, redes de esgoto, tratamento de efluentes e situação em relação ao terreno.

§ 5º Na inspeção prévia serão realizadas fotos das diversas dependências do estabelecimento, abrangendo os equipamentos existentes, bem como os aspectos externos.

Art. 26. O estabelecimento poderá trabalhar com mais de um tipo de atividade, devendo, para isso, apresentar fluxograma, com previsão dos equipamentos de acordo com a necessidade e, no caso de empregar a mesma linha de processamento, deverá ser concluída uma atividade para depois iniciar a outra.

Parágrafo único. O SIM poderá permitir a utilização dos equipamentos e instalações destinados à fabricação de produtos de origem animal, para o preparo de produtos industrializados que, em sua composição principal, não haja produtos de origem animal, mas nestes produtos não podem constar impressos ou gravados os carimbos oficiais de inspeção previstos neste Programa.

Art. 27. No estabelecimento sob inspeção do Consórcio AMEG, a fabricação de produto somente será permitida depois de previamente aprovados o rótulo e sua fórmula.

§ 1º A aprovação do rótulo e da fórmula e do processo de fabricação de qualquer produto de origem animal inclui o que estiver sendo fabricado antes da vigência deste Programa.

§ 2º Entende-se por padrão e fórmula de produto, para os fins deste Programa:
a) matéria-prima, condimento, corante e qualquer outra substância que entre no processo de fabricação;
b) composição centesimal;
c) tecnologia de produção.

Art. 28. A fixação, classificação de tipos e padrão, aprovação de produto de origem animal, fórmula, carimbo e rótulo serão estabelecidos em instruções normativas baixadas pelo Consórcio AMEG.
Parágrafo único. A embalagem dos produtos de origem animal deverá obedecer às condições de higiene necessárias à boa conservação do produto, sem colocar em risco a saúde do consumidor, obedecendo às normas estipuladas em legislação pertinente.

Art. 29. Os produtos deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para a preservação de sua sanidade e inocuidade.

Art. 30. As funções do Serviço de Inspeção Municipal - SIM serão desempenhadas por servidores públicos municipais designados para as funções relacionadas ao serviço de inspeção, preferencialmente concursados, cedidos ao consórcio e/ou por empregados públicos contratados pelo consórcio.

§ 1º A estrutura física, os recursos humanos e materiais a serem alocados no Programa Serviço de Inspeção Municipal - SIM serão definidos no Contrato de Programa.

§ 2º A contratação dos empregados será realizada por prazo determinado de 02 (dois) anos, permitida a renovação do contrato, com base no art. 37, IX da Constituição da República de 1988.

§ 3º O Consórcio AMEG realizará concurso público para provimento de emprego público e/ou processo seletivo simplificado para contratação de empregado público, com a finalidade de composição da equipe necessária à execução dos serviços.

§ 4º O dimensionamento da equipe levará em conta a demanda dos Municípios que aderirem ao Programa, o número de agroindústrias na região e os estabelecimentos de abate.

Art. 31. O Consórcio AMEG poderá estabelecer parceria, cooperação técnica e firmar convênios com outros municípios, a SEAPA – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária, o MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como poderá solicitar a adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, ao SUASA e ao programa de equivalência do Estado de Minas Gerais.

Art. 32. O Consórcio AMEG baixará o regulamento e os atos complementares sobre inspeção sanitária dos estabelecimentos referidos neste Programa, por meio de instrução normativa.

Parágrafo único. A regulamentação abrangerá:

I - a classificação dos estabelecimentos;

II - o exame das condições para o funcionamento dos estabelecimentos de acordo com as exigências higiênico-sanitárias essenciais para a obtenção do título de registro ou de cadastro, bem como para a transferência de propriedade;

III - a fiscalização da higiene dos estabelecimentos;

IV - as obrigações dos proprietários, responsáveis ou prepostos dos estabelecimentos;

V - a inspeção "ante" e "post mortem" dos animais destinados ao abate;

VI - a inspeção e a reinspeção dos produtos, dos subprodutos e das matérias-primas de origem animal, durante as fases de produção, industrialização, comercialização, aproveitamento e transporte;

VII - a aprovação de tipos, padrões e fórmulas de produtos e subprodutos de origem animal;

VIII - o registro de produto e de subproduto, bem como a aprovação de rótulo e embalagem;

IX - o trânsito de produto, subproduto e matéria-prima de origem animal;

X - a coleta de material para análise de laboratório;

XI - a aplicação de penalidade decorrente de infração;

XII - outras instruções necessárias à maior eficiência dos trabalhos de inspeção e fiscalização sanitária.

Art. 33. A regulamentação técnica para inscrição e funcionamento dos estabelecimentos e produtores abrangidos por este programa poderá ser alterada no todo ou em parte, sempre que o aconselharem a prática e o desenvolvimento da indústria e do comércio de produtos de origem animal.

CAPÍTULO IV – DA FISCALIZAÇÃO, DAS PRÁTICAS INFRATIVAS E DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

Art. 34. A fiscalização sanitária de produtos de origem animal será exercida no território do Consórcio AMEG, por meio do Serviço de Inspeção Municipal – SIM.

§ 1º O SIM dimensionará a sua equipe, de acordo com o número de estabelecimentos a serem inspecionados e com a demanda dos municípios signatários do Programa.

§ 2º O SIM será composto por empregados e funcionários públicos do Consórcio AMEG e por servidores cedidos pelos municípios signatários do contrato de programa, devidamente capacitados e treinados.

Art. 35. O descumprimento das normas aplicáveis e da regulamentação a ser realizada por Instrução Normativa é considerada prática infrativa e será apurado em processo administrativo devidamente instruído, iniciado com a lavratura do auto de infração.

Art. 36. Em se tratando de microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte, a primeira fiscalização realizada no estabelecimento comercial, quanto às irregularidades verificadas, será orientadora, devendo o agente fiscal mencioná-las no auto de constatação e notificar o fornecedor para saná-las, no prazo indicado no formulário de fiscalização ou fixado pela autoridade administrativa responsável pela diligência, sob pena de autuação, caso as infrações sejam novamente verificadas numa futura fiscalização.

§ 1º Não serão passíveis de fiscalização orientadora as situações em que:

I - a violação das boas práticas decorrer de má-fé do fornecedor, de fraude, de resistência ou embaraço à fiscalização, de reincidência, de crime doloso ou prática que importe risco para a vida, a saúde ou a segurança dos alimentos;

II - as práticas abusivas se relacionarem à ocupação irregular de reserva de faixa não edificável, de área destinada a equipamentos urbanos, de áreas de preservação permanente e nas faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutovias ou de vias e logradouros públicos.

§ 2º Equipara-se à primeira visita, a critério da autoridade administrativa, a recomendação devidamente fundamentada, expedida em procedimento próprio, dirigida ao estabelecimento, contendo as condutas a serem adotadas na sua atividade, o prazo a ser observado e advertência de que poderá ser autuado pela fiscalização caso deixe de cumpri-las.

§ 3º A inobservância do critério da dupla visita, nos termos do artigo 55, § 6º, da Lei Complementar nº 123/2006, em relação às microempresas e empresas de pequeno porte, implica em nulidade do auto de infração e das sanções administrativas aplicadas.

Art. 37. O processo administrativo será instaurado por servidor municipal cedido ou por fiscal do Consórcio AMEG, mediante lavratura de auto de infração e seguirá as seguintes fases:

I - notificação do responsável pelo estabelecimento para apresentar defesa, no prazo de 10 dias úteis, a contar de sua intimação, ocasião em que, querendo, deverá apresentar a documentação pertinente, requerer a produção de novas provas e apresentar rol de testemunhas, se for o caso;

II - se houver requerimento de produção de provas, será designada audiência de instrução e julgamento, preferencialmente por meio virtual, para ouvir o autuado e as testemunhas, no número máximo de 3 para cada fato, que comparecerão ao ato processual, independentemente de intimação;

III - finalizada a instrução, o autuado será intimado para, no prazo de 10 dias úteis, apresentar alegações finais;

IV - apresentadas as alegações finais, o processo administrativo será remetido à autoridade administrativa, que, julgando-o subsistente, aplicará, ao infrator, as sanções administrativas cabíveis;

V - o infrator será intimado para, no prazo de 10 dias úteis, a contar de sua intimação, cumprir a sanção administrativa imposta ou apresentar recurso hierárquico ao Coordenador do Serviço de Inspeção Municipal - SIM;

VI - havendo recurso e confirmada a decisão administrativa que impôs sanção administrativa ao estabelecimento, o seu responsável será intimado para cumpri-la, no prazo de 10 dias úteis;

VII - sendo aplicada a penalidade de multa, e não havendo o seu pagamento, a mesma será inscrita em dívida ativa e executada judicialmente pelo Consórcio;

VIII - quitado o valor da multa, o mesmo será revertido ao Fundo Regional do Serviço de Inspeção Municipal - FRSIM.

Parágrafo único. O recurso tempestivo poderá, a critério da autoridade julgadora, ter efeito suspensivo sobre a penalidade aplicada e deve ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, encaminhará o processo administrativo ao Coordenador do Serviço de Inspeção Municipal - SIM, para proceder ao julgamento em segunda instância.

Art. 38. Será dado conhecimento público dos produtos e dos estabelecimentos que incorrerem em adulteração ou falsificação comprovadas em processos com trânsito em julgado no âmbito administrativo.

Parágrafo único. Também pode ser divulgado o recolhimento de produtos que coloquem em risco a saúde ou os interesses do consumidor.

Art. 39. A lavratura do auto de infração não isenta o infrator do cumprimento da exigência que a tenha motivado.

Art. 40. Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infração à legislação referente aos produtos de origem animal sujeitará, isolada ou cumulativamente, o infrator as seguintes sanções:

I - advertência escrita e orientação técnica quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má fé;

II - multa de até R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) nos casos não compreendidos no inciso I do caput deste artigo, de acordo com a gradação prevista neste Programa;

III - apreensão ou condenação das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitária adequadas ao fim a que se destinam ou forem adulterados;

IV - suspensão de atividades, quando cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de embaraço a ação fiscalizadora;

V - interdição total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitária adequadas;

VI - cassação de registro ou do relacionamento do estabelecimento.

§ 1º As multas previstas neste artigo serão agravadas até o grau máximo, nos casos de artifício, ardil, simulação, embaraço ou resistência à ação fiscal, levando-se em conta, além das circunstâncias atenuantes ou agravantes, a situação econômico-financeira do infrator e os meios ao seu alcance para cumprir a lei.

§ 2º Os produtos apreendidos nos termos do inciso III do caput deste artigo e perdidos em favor do Consórcio AMEG, que, apesar das adulterações que resultaram em sua apreensão, apresentarem condições apropriadas ao consumo humano, serão destinados prioritariamente aos programas de segurança alimentar e combate à fome e aqueles sem condições para o consumo humano deverão ser descartados de maneira correta, observando a legislação de saúde e ambiental.

§ 3º A suspensão de que trata o inciso IV deste artigo, cessará quando sanado o risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária, ou no caso de franquia da atividade à ação da fiscalização.

§ 4º A interdição de que trata o inciso V deste artigo, poderá ser suspensa após atendimento das exigências que motivaram a ação.

§ 5º Se a interdição não for suspensa nos termos do §4º deste artigo decorridos 12 (doze) meses, será cancelado o registro no SIM.

Art. 41. Para a aplicação da pena de multa serão observadas as seguintes condições para a graduação:

I - multa leve de R$200,00 (duzentos reais) a R$2.000,00 (dois mil reais) para:
a) realizar atividades de elaboração/industrialização, fracionamento, armazenamento e transporte de produtos de origem animal sem inspeção oficial;
b) industrializar, comercializar, armazenar ou transportar matérias-primas e produtos alimentícios sem observar as condições higiênico-sanitárias adequadas;
c) uso inadequado de embalagens ou recipiente;
d) não utilização dos carimbos oficiais;
e) ausência da data de fabricação;
f) saída de produtos sem prévia autorização do responsável pelo Serviço de Inspeção;
g) elaborar e comercializar produtos em desacordo com os padrões higiênico-sanitários, físico-químicos, microbiológicos e tecnológicos estabelecidos por legislações federal, estadual ou municipal vigentes;
h) não tratamento adequado de águas residuais;
i) apresentar instalações, equipamentos e instrumentos de trabalho em condições inadequadas de higiene antes, durante ou após a elaboração dos produtos alimentícios;
j) esteja utilizando equipamentos, utensílios e instalações para outros fins que não aqueles previamente estabelecidos;
k) realizar atividades de industrialização em estabelecimentos em mau estado de conservação, com defeitos, rachaduras, trincas, buracos, umidade, bolor, descascamentos e outros;
l) permitir a presença de pessoas e funcionários, nas dependências do estabelecimento, em desacordo com as condições que serão previstas em regulamento, como, não uniformizadas e em condições de higiene pessoal insatisfatória;
m) não apresentar documentação sanitária necessária dos animais para o abate;
n) não apresentar a documentação necessária de exames médicos de funcionários;
o) aplicar rótulo, etiqueta ou selo escondendo ou encobrindo, total ou parcialmente, dizeres da rotulagem e a identificação do registro no SIM;
p) possuir manipuladores trabalhando nos estabelecimentos sem a devida capacitação;
q) não apresentar programas de autocontrole, como Boas Práticas de Manipulação;
r) não cumprimento dos prazos para saneamento das irregularidades mencionadas no auto de infração.

II - multa média de R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) a R$5.000,00 (cinco mil reais) para:
a) não possuir sistema de controle de entrada e saída de produtos ou não o manter atualizado;
b) utilizar água não potável no estabelecimento;
c) utilizar equipamentos de conservação dos alimentos (refrigeradores, congeladores, câmaras frigoríficas e outros) em condições inadequadas de funcionamento, higiene, iluminação e circulação de ar;
d) mistura de matérias primas em proporções diferentes das proporções aprovadas;
e) comércio de produtos sem inspeção;
f) não assegurar a adequada rotatividade dos estoques de matérias-primas, ingredientes e produtos alimentícios, em acordo com o Manual de Boas Práticas de Manipulação;
g) não apresentar responsável técnico ou proprietário que assuma a responsabilidade ou não apresente curso de capacitação fornecido até mesmo pelo SIM;
h) industrializar, armazenar, guardar ou comercializar matérias-primas, ingredientes ou produtos alimentícios com data de validade vencida;
i) transportar matérias-primas, ingredientes ou produtos alimentícios com data de validade vencida, salvo aqueles acompanhados de documento que comprove a devolução;
j) apresentar nos estabelecimentos odores indesejáveis, lixos, objetos em desuso, animais, insetos e contaminantes ambientais como fumaça e poeira;
k) deixar de realizar o controle adequado e periódico das pragas e vetores;
l) manter funcionários exercendo as atividades de manipulação sob suspeita de enfermidade passível de contaminação dos alimentos, ou ausente a liberação médica;
m) utilizar produtos de higienização não aprovados pelo órgão de saúde competente;
n) não apresentar análises e registros de análises de controle de qualidade;

III - multa grave de R$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) a R$8.000,00 (oito mil reais) para:
a) uso indevido do carimbo do Serviço de Inspeção Municipal - SIM;
b) industrializar ou comercializar matérias-primas ou produtos alimentícios falsificados ou adulterados;
c) utilização de selo oficial do SIM em produtos oriundos de estabelecimentos não registrados;
d) utilização de selo oficial do SIM de determinado produto já registrado, em produto ainda não registrado, sendo ambos oriundos do mesmo estabelecimento;
e) modificar embalagens ou rótulos que tenham sido previamente aprovados pelo SIM;
f) apresentar, guardar, estocar, armazenar ou ter em depósito, substâncias que possam corromper, alterar, adulterar, falsificar, avariar ou contaminar a matéria-prima, os ingredientes ou os produtos alimentícios;

IV – multa gravíssima de R$10.000,00 (dez mil reais) a R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para:
a) sonegar ou prestar informações inexatas sobre dados referentes à quantidade, qualidade e procedência de matérias-primas e produtos alimentícios, que direta e indiretamente interesse à fiscalização do SIM;
b) aproveitamento de matérias primas condenadas ou de animais sem inspeção para alimentação humana;
c) suborno, tentativa de suborno ou uso de violência física contra funcionários da fiscalização, no exercício de suas atividades;
d) ocorrer atos que busquem burlar, impedir, dificultar, a ação de inspeção;
e) industrializar ou comercializar matérias-primas ou produtos alimentícios falsificados ou adulterados;

f) utilização de selo oficial do SIM em produtos oriundos de estabelecimentos não registrados;
g) utilização de selo oficial do SIM de determinado produto já registrado, em produto ainda não registrado, sendo ambos oriundos do mesmo estabelecimento;
h) modificar embalagens ou rótulos que tenham sido previamente aprovados pelo SIM.

§ 1º Os valores das multas serão corrigidos anualmente de acordo com a variação da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

§ 2° A aplicação de multa não isenta o infrator do cumprimento das exigências que as tenham motivado, marcando-se quando for o caso, novo prazo para o cumprimento, findo o qual poderá, de acordo com a gravidade da falta e a juízo do Serviço de Inspeção Municipal, ser novamente multado no dobro da multa anterior, ter suspensa a atividade ou cassado o registro do estabelecimento no SIM.

Art. 42. Para imposição da pena de multa e sua graduação dentro dos limites estipulados, a autoridade sanitária levará em conta:

I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;

II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública;

III - os antecedentes do autuado quanto ao descumprimento da legislação sanitária;

IV - a capacidade econômica do autuado;

V - a reincidência.

§ 1º São consideradas circunstâncias atenuantes:

I - o infrator ser primário;

II - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do fato;

III - o infrator, espontaneamente, procurar minorar ou reparar as consequências do ato lesivo que lhe for imputado;

IV - a infração cometida configurar-se como sem dolo ou sem má-fé;

V - a infração ter sido cometida acidentalmente;

VI - a infração não acarretar vantagem econômica para o infrator; ou

VII - a infração não afetar a qualidade do produto.

§ 2º São consideradas circunstâncias agravantes:

I - o infrator ser reincidente;

II - o infrator ter cometido a infração com vistas à obtenção de qualquer tipo de vantagem;

III - o infrator deixar de tomar providências para evitar o ato, mesmo tendo conhecimento de sua lesividade para a saúde pública;

IV - o infrator ter coagido outrem para a execução material da infração;

V - a infração ter consequência danosa para a saúde pública ou para o consumidor;

VI - o infrator ter colocado obstáculo ou embaraço à ação da fiscalização ou à inspeção;

VII - o infrator ter agido com dolo ou com má-fé; ou

VIII - o infrator ter descumprido as obrigações de depositário relativas à guarda do produto.

§ 3º Na hipótese de haver concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena deve ser considerada em razão das que sejam preponderantes.

§ 4º Verifica-se reincidência quando o infrator cometer nova infração depois do trânsito em julgado da decisão administrativa que o tenha condenado pela infração anterior, podendo ser genérica ou específica.

§ 5º A reincidência genérica é caracterizada pelo cometimento de nova infração e a reincidência específica é caracterizada pela repetição de infração já anteriormente cometida.

§ 6º Para efeito de reincidência, não prevalece a condenação anterior se entre a data do cumprimento ou da extinção da penalidade administrativa e a data da infração posterior tiver decorrido mais de cinco anos, podendo norma específica reduzir esse tempo.

§ 7º Quando a mesma infração for objeto de enquadramento em mais de um dispositivo, prevalece para efeito de punição o enquadramento mais específico em relação ao mais genérico.

Art. 43. Não poderá ser aplicada multa sem que previamente seja lavrado o auto de infração, detalhando a falta cometida, o artigo infringido, a natureza do estabelecimento, sua localização e razão social, conforme modelo a ser estabelecido em regulamentação.

§ 1º O auto de infração deve ser assinado pelo servidor/empregado público que constatar a infração, pelo proprietário do estabelecimento ou representante da firma, e por duas testemunhas, quando houver.

§ 2º Sempre que os infratores e seus representantes se recusarem a assinar os autos, assim como as testemunhas, quando as houver, será feita declaração a respeito, no próprio auto, dando-se como ciente o infrator.

§ 3º A autoridade que lavrar o auto de infração deve extraí-lo em 03 (três) vias, a primeira será entregue ao infrator, a segunda remetida a equipe técnica do SIM e a terceira constituirá o próprio talão de infração.

Art. 44. Para fins de aplicação das sanções de que trata o inciso III do caput do art. 40, será considerado que as matérias primas e os produtos de origem animal não apresentam condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou que se encontram adulterados, sem prejuízo de outras previsões da Instrução Normativa regulamentadora, quando o infrator:

I - alterar ou fraudar qualquer matéria-prima, ingrediente ou produto de origem animal;

II - expedir matérias-primas, ingredientes, produtos ou embalagens armazenados em condições inadequadas;

III - utilizar produtos com prazo de validade vencido, apor aos produtos novas datas depois de expirado o prazo ou apor data posterior à data de fabricação do produto;

IV - produzir ou expedir produtos que representem risco à saúde pública;

V - produzir ou expedir, para fins comestíveis, produtos que sejam impróprios ao consumo humano;

VI - utilizar matérias-primas e produtos condenados ou não inspecionados no preparo de produtos utilizados na alimentação humana;

VII - elaborar produtos que não atendem ao disposto na legislação específica ou aos processos de fabricação, formulação e composição registrados pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM; ou

VIII - utilizar, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem, apreendidos pelo SIM e mantidos sob a guarda do estabelecimento.

Art. 45. As despesas decorrentes da apreensão, da interdição e da inutilização de produtos e subprodutos agropecuários ou agroindustriais, incluídas as de manutenção e as de sacrifício de animais, serão custeadas pelo proprietário.

§ 1º Cabe ao infrator arcar com os eventuais custos de remoção, de transporte e de destruição dos produtos condenados.

§ 2º Cabe ao infrator arcar com os eventuais custos de remoção e de transporte dos produtos apreendidos e perdidos em favor do Consórcio AMEG que serão destinados aos programas de segurança alimentar e combate à fome, nos termos do § 4º do art. 2º da Lei nº 7.889, de 1989.

Art. 46. Para fins de aplicação da sanção de que trata o inciso IV do caput do art. 40, caracterizam atividades de risco ou situações de ameaça de natureza higiênico-sanitária, sem prejuízo de outras previsões deste Programa e das Instruções Normativas regulamentadoras:

I - desobediência ou inobservância às exigências sanitárias relativas ao funcionamento e à higiene das instalações, dos equipamentos, dos utensílios e dos trabalhos de manipulação e de preparo de matérias-primas e produtos;

II - omissão de elementos informativos sobre a composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;

III - alteração ou fraude de qualquer matéria-prima, ingrediente ou produto de origem animal;

IV - expedição de matérias-primas, ingredientes, produtos ou embalagens armazenadas em condições inadequadas;

V - recepção, utilização, transporte, armazenagem ou expedição de matéria-prima, ingrediente ou produto desprovido de comprovação de sua procedência;

VI - simulação da legalidade de matérias-primas, ingredientes ou produtos de origem desconhecida;

VII - utilização de produtos com prazo de validade vencido, aposição nos produtos de novas datas depois de expirado o prazo ou aposição de data posterior à data de fabricação do produto;

VIII - produção ou expedição de produtos que representem risco à saúde pública;

IX - produção ou expedição, para fins comestíveis, de produtos que sejam impróprios ao consumo humano;

X - utilização de matérias-primas e de produtos condenados ou não inspecionados no preparo de produtos utilizados na alimentação humana;

XI - utilização de processo, substância, ingredientes ou aditivos que não atendam ao disposto na legislação específica;

XII - utilização, substituição, subtração ou remoção, total ou parcial, de matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem, apreendidos pelo SIM e mantidos sob a guarda do estabelecimento;

XIII - prestação ou apresentação de informações, declarações ou documentos falsos ou inexatos perante o órgão fiscalizador, referente à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos ou qualquer sonegação de informação que interesse, direta ou indiretamente, ao SIM e ao consumidor;

XIV - alteração, fraude, adulteração ou falsificação de registros sujeitos à verificação pelo SIM;

XV - não cumprimento dos prazos estabelecidos em seus programas de autocontrole, bem como nos documentos expedidos ao SIM, em atendimento a planos de ação, fiscalizações, autuações, intimações ou notificações;

XVI - ultrapassagem da capacidade máxima de abate, de industrialização, de beneficiamento ou de armazenagem;

XVII - não apresentação de documentos que sirvam como embasamento para a comprovação da higidez ao Consórcio AMEG dos produtos expedidos, em atendimento à solicitação, intimação ou notificação;

XVIII - aquisição, manipulação, expedição ou distribuição de produtos de origem animal oriundos de estabelecimento não registrado ou relacionado no Consórcio AMEG ou que não conste no cadastro geral do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal; ou

XIX - não realização de recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou aos interesses do consumidor.

Art. 47. Para fins de aplicação da sanção de que trata o inciso IV do art. 40, caracterizam embaraço à ação fiscalizadora, sem prejuízo de outras previsões deste Programa e das Instruções Normativas regulamentadoras, quando o infrator:

I - embaraçar a ação de servidor municipal cedido ou do empregado público do Consórcio AMEG no exercício de suas funções, visando a dificultar, retardar, impedir, restringir ou burlar os trabalhos de fiscalização;

II - desacatar, intimidar, ameaçar, agredir, tentar subornar servidor público cedido ou empregado público do Consórcio AMEG;

III - omitir elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;

IV - simular a legalidade de matérias-primas, de ingredientes ou de produtos de origem desconhecida;

V - construir, ampliar ou reformar instalações sem a prévia aprovação do SIM;

VI - utilizar, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem, apreendidos pelo SIM e mantidos sob a guarda do estabelecimento;

VII - prestar ou apresentar informações, declarações ou documentos falsos ou inexatos perante o órgão fiscalizador, referente à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos, ou cometer qualquer sonegação de informação que, direta ou indiretamente, interesse ao Consórcio AMEG e ao consumidor;

VIII - fraudar documentos oficiais;

IX - fraudar registros sujeitos à verificação pelo SIM;

X - não cumprir os prazos estabelecidos em seus programas de autocontrole, bem como nos documentos expedidos ao SIM, em atendimento a planos de ação, fiscalizações, autuações, intimações ou notificações;

XI - não realizar o recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou aos interesses do consumidor.

Art. 48. Para fins de aplicação da sanção de que trata o inciso V do caput do art. 40, caracterizam a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas, sem prejuízo de outras previsões deste Programa ou das Instruções Normativas regulamentadoras, quando ocorrer:

I - desobediência ou inobservância às exigências sanitárias relativas ao funcionamento e à higiene das instalações, dos equipamentos e dos

utensílios, bem como dos trabalhos de manipulação e de preparo de matérias-primas e produtos; ou

II - não cumprimento dos prazos estabelecidos em seus programas de autocontrole, bem como nos documentos expedidos ao SIM, em atendimento a planos de ação, fiscalizações, autuações, intimações ou notificações relativas a manutenção ou higiene das instalações.

Art. 49. As sanções de interdição total ou parcial do estabelecimento em decorrência de adulteração ou falsificação habitual do produto, ou de suspensão de atividades oriundas de embaraço à ação fiscalizadora, serão aplicadas pelo período mínimo de sete dias, o qual poderá ser acrescido de quinze, trinta ou sessenta dias, tendo em vista o histórico de infrações, as sucessivas reincidências e as demais circunstâncias agravantes previstas neste Programa.

Art. 50. Caracteriza-se a habitualidade na adulteração ou na falsificação de produtos quando constatada a idêntica infração por três vezes, consecutivas ou não, dentro do período de doze meses.

Art. 51. As sanções de cassação de registro ou de relacionamento do estabelecimento devem ser aplicadas nos casos de:

I - reincidência na prática das infrações de maior gravidade previstas neste Programa ou em normas complementares;

II - reincidência em infração cuja penalidade tenha sido a interdição do estabelecimento ou a suspensão de atividades, nos períodos máximos fixados no art. 49; ou

III - não levantamento da interdição do estabelecimento após decorridos doze meses.

Art. 52. Nos casos de cancelamento de registro no SIM a pedido dos interessados, bem como nos de cassação como penalidade, devem ser inutilizados os carimbos oficiais nos rótulos e as matrizes entregues ao SIM mediante recibo.

Art. 53. As decisões definitivas do SIM são títulos executivos extrajudiciais, que serão inscritos em dívida ativa e executados pelo Consórcio AMEG.
Parágrafo único. A Certidão de Dívida Ativa poderá ser objeto de protesto extrajudicial nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 9.492/1997

CAPÍTULO V – DAS TAXAS DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL

Art. 54. Ficam instituídas as seguintes Taxas relativas à inspeção sanitária de competência do Consórcio AMEG:
I – taxas de registro de estabelecimento industrial ou de transformação:
Matadouro frigorífico, matadouros, matadouros de animais de grande e médio porte – R$600,00.
Matadouro de aves e peixes e pequenos animais em geral – R$300,00.
Charqueadas, fábricas de conservas, fábricas de produtos cárneos, fábricas de produtos gordurosos, entrepostos de carnes e derivados e entrepostos frigoríficos – R$450,00.
Granjas leiteiras, estábulos leiteiros, usinas de beneficiamento, entrepostos-usinas, entrepostos de laticínios, postos de laticínios, postos de refrigeração, postos de coagulação – R$250,00.
Entrepostos de pescados, fábricas de conserva de pescados – R$200,00.
Entrepostos de ovos, produção e beneficiamento e fábricas de conservas de ovos – R$200,00.
Entrepostos de mel e cera de abelha e indústria de processamento – R$200,00.
Taxa de alteração cadastral – R$100,00.

II – taxas de renovação anual de registro – taxa anual:
Matadouro frigorífico, matadouros, matadouros de animais de grande e médio porte – R$300,00.
Matadouro de aves e peixes e pequenos animais em geral – R$150,00.
Charqueadas, fábricas de conservas, fábricas de produtos cárneos, fábricas de produtos gordurosos, entrepostos de carnes e derivados e entrepostos frigoríficos – R$225,00.
Granjas leiteiras, estábulos leiteiros, usinas de beneficiamento, entrepostos-usinas, entrepostos de laticínios, postos de laticínios, postos de refrigeração, postos de coagulação – R$125,00.
Entrepostos de pescados, fábricas de conserva de pescados – R$100,00.
Entrepostos de ovos, produção e beneficiamento e fábricas de conservas de ovos – R$100,00.
Entrepostos de mel e cera de abelha e indústria de processamento – R$100,00.

III – taxas de análise para registro de rótulos e produtos:
Todos os estabelecimentos – R$35,00.

IV – taxas de ampliação, remodelação e reconstrução do estabelecimento:
Todos os estabelecimentos – R$30,00.

V – taxas de acompanhamento de abate:
Abate de bovinos, bubalinos e equinos e outros animais de grande porte (por cabeça) – R$1,50.
Abate de suínos, ovinos e caprinos e outros animais de pequeno porte (por cabeça) – R$1,00.
Abate de aves, coelhos e outros (por centena de cabeça ou fração) – R$1,50.

VI – taxas de inspeção sanitária industrial – taxas mensais por produção:
Produtos cárneos salgados ou dessecados (por tonelada ou fração) – R$10,00.
Produtos de salsicharia embutidos e não embutidos (por tonelada ou fração) – R$10,00.
Produtos cárneo em conserva, semiconserva e outros prod. cárneos (por tonelada ou fração) – R$10,00.
Toucinho, unto ou banha em rama, banha, gordura bovina, gordura ave em rama e outros produtos gordurosos comestíveis (por ton. ou fração) – R$8,00.
Farinha, sebo, óleos, graxa branca, peles e outros subprodutos não comestíveis (por tonelada ou fração) – R$4,00.
Peixes e outras espécies aquáticas, em qualquer processo de conservação (por tonelada ou fração) – R$10,00.
Subprodutos não comestíveis de pescados e derivados (por tonelada ou fração) – R$5,00.
Leite de consumo pasteurizado ou esterilizado (cada 1.000 litros ou fração) – R$5,00.
Leite aromatizado, fermentado ou gelificado (cada 1.000 litros ou fração) – R$5,00.
Leite desidratado concentrado, evaporado, condensado e doce de leite (por tonelada ou fração) – R$25,00.
Leite desidratado em pó de consumo direto (por tonelada ou fração) – R$20,00.
Leite desidratado em pó industrial (por tonelada ou fração) – R$25,00.
Queijo minas, prato e suas variedades, requeijão, ricota e outros queijos (por tonelada ou fração) – R$50,00.
Manteiga (por tonelada ou fração) – R$40,00.
Creme de mesa (por tonelada ou fração) – R$40,00.
Margarina (por tonelada ou fração) – R$20,00.
Caseína, lactose e leitelho em pó (por tonelada ou fração) – R$40,00.
Ovos de ave, a cada 30 (trinta) dúzias ou fração – R$0,20.
Mel, cera de abelha e produtos à base de mel de abelha (por centena kg ou fração) – R$1,00.

VII - Cadastro de insumos agropecuários, por produto (indústria) – R$300,00.
Parágrafo único. Os valores das taxas serão atualizados anualmente por Decreto utilizando-se a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice inflacionário que venha a substituí-lo.

Art. 55. O fato gerador das taxas é o exercício do poder de polícia de inspeção e fiscalização sanitária sobre os produtos e estabelecimentos abrangidos por este Programa.

Art. 56. Contribuinte das taxas é a pessoa física ou jurídica que exerçam atividades, direta ou indiretamente, sujeita à inspeção sanitária e industrial prevista neste Programa.

Art. 57. A falta ou insuficiência de recolhimento das taxas acarretará ao infrator a aplicação de multa equivalente a 10% (dez por cento) da importância devida, acrescido de atualização pelo IPCAE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, até a data do efetivo pagamento e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados do dia seguinte ao do vencimento.

Art. 58. As agroindústrias de pequeno porte, bem como seus produtos, rótulos e serviços, ficam isentos do pagamento de taxas de registro, de inspeção e fiscalização sanitária, conforme definido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

CAPÍTULO VI – DO FUNDO REGIONAL DE INSPEÇÃO SANITÁRIA

Art. 59. Fica criado o Fundo Regional de Inspeção Sanitária, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para o programa SIM – Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 60. O Fundo Regional de Inspeção Sanitária é constituído por:

I - dotações relativas ao Contrato de Programa do SIM;

II - recursos financeiros oriundos da União, do Estado e dos Municípios, repassados diretamente ou através de contrato de programa, termo de cooperação, convênio ou instrumento congênere;

III - contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;

IV - receitas operacionais e patrimoniais de operações de crédito realizadas com recursos do Fundo;

V - receitas de taxas, tarifas e preços públicos relativas ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM;

VI - receitas advindas de multas aplicadas pelo SIM ou destinadas ao Fundo por outros órgãos de fiscalização;

VII - valores previstos em TAC – Termo de Ajustamento de Conduta.

§ 1º As receitas descritas neste artigo serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial a ser aberta e mantida em estabelecimento de crédito.

§ 2º Quando não estiverem sendo utilizados nas finalidades próprias, os recursos do Fundo poderão ser aplicados em conta remunerada, objetivando o aumento das receitas do Fundo, cujos resultados a ele reverterão.

§ 3º As aplicações dos recursos do Fundo serão previamente aprovadas pelo Conselho do Fundo Regional de Inspeção Sanitária.

§ 4º Os recursos do Fundo deverão ser aplicados para manter o SIM, expandir e melhorar os serviços.

CAPÍTULO VII – DO CONSELHO DO FUNDO REGIONAL DE INSPEÇÃO SANITÁRIA

Art. 61. Fica criado o Conselho do Fundo Regional de Inspeção Sanitária, com caráter deliberativo, consultivo e de assessoramento técnico, vinculado ao Consórcio AMEG, ao qual compete:

I - garantir a gestão democrática e a participação popular na proposição de diretrizes destinadas ao planejamento e à aplicação dos recursos destinados ao SIM;

II - acompanhar a elaboração e a implementação da regulamentação do SIM;

III - acompanhar a gestão financeira do SIM;

IV - propor, anualmente, para exame da Secretaria Executiva do Consórcio AMEG, as diretrizes, prioridades e programas de alocação de recursos;

V - convocar audiências públicas para apresentar, debater e propor as diretrizes, prioridades e programas relativos ao SIM;

VI - acompanhar a aplicação de recursos e avaliar, anualmente, a eficácia dos programas desenvolvidos pelo SIM;

VII - elaborar, aprovar e modificar seu Regimento Interno.

VIII - estimular o crescimento e desenvolvimento de agroindústrias com atividades nos municípios;

IX - instituir, quando julgar necessário, câmaras técnicas e grupos temáticos, para realização de estudos, pareceres e análises de matérias específicas, objetivando subsidiar suas decisões.

Art. 62. O Conselho do Fundo Regional de Inspeção Sanitária será composto de 09 (nove) membros e respectivos suplentes, com representação paritária da sociedade civil e do Poder Público.

I – Presidente do Conselho: Coordenador do SIM;
II - Representantes da Sociedade Civil:
02 representantes de pequenos produtores rurais;
02 representantes de estabelecimentos industriais;
III - Representantes Governamentais:
01 representante do IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária ou da SEAPA – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
03 representantes dos órgãos executivos municipais relativos à agropecuária, de Municípios s que aderirem a este Programa;

§ 1° Os conselheiros indicados nos incisos II e III terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

§ 2° A função de conselheiro é considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerada.

§ 3º Para a escolha da primeira composição do Conselho, será feita uma reunião pública, com divulgação da convocação para participação das entidades indicadas.

§ 4º Nessa mesma reunião, deverão ser definidos os critérios para as escolhas e, em seguida, procedida a eleição dos representantes previstos no inciso II do caput deste artigo.

§ 5º Os Prefeitos dos Municípios que aderirem a este programa farão a indicação de um representante e de um suplente por ofício dirigido à Secretaria Executiva do Consórcio.

§ 6° Os membros serão empossados por ato da Secretaria Executiva.

§ 7º Haverá, para cada membro do Conselho, um suplente, pertencente ao mesmo órgão, entidade ou segmento do titular.

§ 8º As entidades e segmentos da sociedade civil deverão indicar seus representantes e suplentes, com antecedência de 30 (trinta) dias, antes do término do mandato do Conselho/conselheiros.

Art. 63. As decisões do Conselho serão tomadas com a presença da maioria dos seus membros, observado o quórum de maioria absoluta para a sua instalação, tendo o Presidente o voto de desempate.

Art. 64. O Conselho terá reuniões ordinárias trimensais e poderá reunir-se, extraordinariamente por convocação da Secretaria Executiva.

§ 1º A convocação será precedida da divulgação da pauta.

§ 2º As sessões do CRIS são públicas e seus atos amplamente divulgados.

Art. 65. O não comparecimento a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) alternadas durante o período de 12 (doze) meses implica em desligamento automático do membro do Conselho, devendo haver sua substituição.

Art. 66. O Conselho elaborará seu Regimento Interno, que regerá o funcionamento das reuniões e disporá sobre a operacionalidade das suas decisões.

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 67. Será criado um sistema único de informações sobre todo o trabalho e procedimentos de inspeção e de fiscalização sanitária, gerando registros auditáveis.

Art. 68. Este programa entrará em vigor na data da assinatura do Contrato de Programa por pelo menos 2 (dois) municípios integrantes do Consórcio AMEG.

Art. 69. Revogam-se:
I – A Resolução nº 154, 18 de fevereiro de 2021.
II – A Resolução 216, de 30 de janeiro de 2026.

Art. 70. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Passos, 27 de fevereiro de 2026

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Prefeito de São Tomás de Aquino
Presidente da AMEG

Publicado por:
Larissateixeira de Oliveira
Código Identificador:52CE15CF

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
RESOLUÇÃO Nº 218, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre o reajuste anual dos valores de rateio de manutenção e das mensalidades do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) no âmbito do Consórcio AMEG, para o exercício de 2026.

O **PRESIDENTE DO CONSÓRCIO AMEG**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e considerando a deliberação da 206ª Assembleia Geral Ordinária realizada em fevereiro de 2026;
CONSIDERANDO a necessidade de recomposição dos custos operacionais do Consórcio AMEG;
CONSIDERANDO os estudos técnicos e a memória de cálculo constantes da planilha de rateio para o exercício de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º. Ficam atualizados, para o exercício de 2026, os valores do Rateio e das mensalidades do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), conforme apuração técnica constante da planilha de cálculo aprovada pela Assembleia Geral.
Art. 2º. Os valores mensais do Rateio de Manutenção por município passam a vigorar conforme tabela individualizada constante do Anexo I desta Resolução.
§1º. Os valores foram apurados com base:
I – na cota-parte do FPM referente ao ano de 2024;
II – no critério per capita adotado pelo Consórcio, considerando a população estimada;
III – na recomposição dos custos administrativos e operacionais.
§2º O total mensal do rateio corresponde a R$ 97.996,50, perfazendo o total anual de R$ 1.175.957,95, conforme memória de cálculo.
Art. 3º. As mensalidades do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) ficam atualizadas por município, na forma do Anexo II desta Resolução.
§1º O total mensal do SIM corresponde a R$ 22.693,55, totalizando R$ 272.322,56 conforme memória de cálculo.
§2º Os valores consideram a recomposição dos custos específicos do serviço.

Art. 4º. Os Anexos I e II integram esta Resolução para todos os fins legais, contendo:
I – valores do RATEIO por município;
II – valores do SIM por município;
III – memória sintética de cálculo.
Art. 5º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros à partir de **1º de abril de 2026.**
Passos, 27 de fevereiro de 2026.

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Prefeito de São Tomás de Aquino
Presidente da AMEG

Publicado por:
Larissateixeira de Oliveira
Código Identificador:E6F74CF2

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE ARGIRITA

CAMARA MUNICIPAL DE ARGIRITA
3º TERMO ADITIVO DE CONTRATO

3º TERMO ADITIVO DE CONTRATO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2023 CELEBRADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ARGIRITA E PELA EMPRESA CONFISCO AVENTUREIRO ASSESSORIA CONTABIL LTDA, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL ARGIRITA – ESTADO DE MINAS GERAIS.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ARGIRITA, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 01.664.147/0001-49, com sede na Rua Joaquim Barbosa de Castro, 12, Centro, em Argirita, Minas Gerais, Cep 36710-000, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Presidente, Vereador Márcio Muniz Alves, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 070.223.486-93, RG nº MG 14209905, residente na cidade de Argirita, CEP: 36.710-000.

CONTRATADA: CONFISCO AVENTUREIRO ASSESSORIA CONTABIL LTDA, inscrito no CNPJ nº 40.526.207/0001-19, endereço: Rua José Antonio Senra, nº 35, Bairro Centro, Santo Antônio do Aventureiro, MG, CEP: 36670-000.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato nº 003/2023, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETOS

O presente termo aditivo tem como objetos:
1. Alterar o prazo de contrato de 27/02/2026 até 27/02/2027, totalizando 12 meses.
2. Aditivar o valor do contrato em R$ 52.920,00 (cinquenta e dois mil, novecentos e vinte)

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO

Será utilizada a seguinte dotação: 3.3.90.39.00.1.01.01.01.122.0002.2.0003

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre de autorização do Presidente da Câmara Municipal de Argirita, MG e encontra amparo legal no artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento se dará com apresentação de Nota Fiscal após 30 dias da prestação efetiva do serviço a contar da data de assinatura do referido termo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Argirita, MG, 27 Fevereiro de 2026.

Câmara Municipal de Argirita
MÁRCIO MUNIZ ALVES
Presidente

CONFISCO AVENTUREIRO ASSESSORIA CONTABIL LTDA
Representante Legal da Empresa

Publicado por:
Marcio Muniz Alves
Código Identificador:7D3F0DFB

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS

CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS
EXTRATO DE DISPENSA ELETRÔNICA

Processo 02/2026 - Dispensa de Licitação 01/2026

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, consistentes em açúcar cristal e café torrado e moído, classificados como bens de consumo comuns, destinados à recomposição do estoque do almoxarifado da Câmara Municipal de Barão de Cocais.
Contratante: Câmara Municipal de Barão de Cocais/MG.

CONTRATADOS:

LOTE 01: OSCIMAR COTA BARBOSA 05266999659, inscrito no CNPJ sob o nº 44.187.544/0001-80, com sede na Rua Doutor Lund, nº 259, Bairro Bom Jesus, no município de Matozinhos/MG, com valor total de R$ 186,60 (cento e oitenta e seis reais e sessenta centavos).

LOTE 02: POP SHOP LAR INTERMEDIAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 52.381.221/0001-50, com sede na Rua Orozina de Abreu Souza, nº 438 , Bairro Iporanga, no município de Sete Lagoas/MG, com valor total de R$ 1345,00 (mil trezentos e quarenta e cinco reais).

Dotação Orçamentária: 01 031 0101 2004 339030

RESPALDO LEGAL: Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021.

Barão de Cocais, 27 de fevereiro de 2026.

TIAGO ANTÔNIO DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Pricila de Paula Monteiro
Código Identificador:23694640

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE BOTELHOS

ASSESSORIA
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/2025

EXTRATO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/2025
Dispensa Eletrônica
Tipo: Menor preço (Maior desconto sobre a taxa administrativa)

CONTRATANTE: A Câmara Municipal de Botelhos, CNPJ nº. 01.440.636/0001-17
CONTRATADO: Verocheque Refeições Ltda, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 06.344.497/0001-41
DO OBJETO : O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração contratual:
Acréscimo no valor de R$ 17.673,70 (Dezessete mil, seiscentos e setenta e três reais), no valor do Contrato nº 6/2025:
Passando o valor da recarga mensal de até R$ 643,00 (Seiscentos e quarenta e três reais), totalizando um valor de até R$ 10.288,00 (Dez mil, duzentos e oitenta e oito reais).
DO PREÇO: Com os acréscimos acima previstos, o valor remanescente do contrato passa a ser R$ 74.409,97 (Setenta e quatro mil, quatrocentos e nove reais e noventa e sete centavos).
DA RATIFICAÇÃO : Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo ora aditado, naquilo que não conflitarem com o presente Aditamento.
Câmara Municipal de Botelhos, 18 de janeiro de 2026.

MARCOS VINÍCIOS BARBOSA LIMA/
Presidente

Publicado por:
Pedro Rogério da Cunha
Código Identificador:BB7B1996

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CÂMARA
AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 1/2026

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 3/2026

A Câmara Municipal de Carneirinho/MG, por meio de sua Agente de Contratação, torna público o resultado do julgamento do Processo Administrativo nº 3/2026, realizado na modalidade **Dispensa de Licitação**, com fundamento no **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**.
Objeto: a contratação de serviço de acesso à internet, do tipo link dedicado, com velocidade de 600 MBPS; fornecida através de meio físico do tipo fibra óptica, com velocidade simétrica, largura de banda mínima de download de 600 Mbps e de upload de 600 Mbps, possuindo 1 (um) endereço IPv4 válido e público e 1 (um) endereço IPv6 válido e público, conexão sem filtros de portas ou protocolos (neutralidade de rede), permitindo a configuração de regras de firewall e VPN pela CONTRATANTE, exceto bloqueios de segurança mandatórios para proteção da integridade da rede; com garantia de banda mínima de 99,5%; disponibilidade mínima de 99,5%; backbone próprio; sem franquias; conectividade full duplex; com cessão de equipamentos necessários para o acesso (modem, ONU, etc.), sem custos de instalação e/ou substituições; com suporte técnico telefônico e presencial sem custos adicionais.
Empresa Vencedora: ALGAR TELECOM S.A, inscrita no CNPJ 71.208516/0001-74 apresentou o menor preço e as documentação exigidas no edital anexas ao processo, apresentando o menor valor conforme descrito abaixo:
Valor unitário: R$520,00 (quinhentos e vinte reais)
Valor Global: R$6.240,00 (seis mil duzentos e quarenta reais).
A ata de julgamento encontra-se disponível para consulta na sede da Câmara Municipal. Fica aberto o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar

da data desta publicação ou da notificação pessoal, o que ocorrer primeiro, para a interposição de eventuais recursos.

Carneirinho/MG, 27 de fevereiro de 2026

ADJANE LUIZA DE QUEIROZ
Agente de Contratação

Publicado por:
Adjane Luiza de Queiroz
Código Identificador:9A1BEE62

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS

CÂMARA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS
PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº020/2025

Altera dispositivo da Lei Orgânica Municipal de Catas Altas/MG

A Mesa Diretora da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais, PROMULGA a presente Emenda à Lei Orgânica do Município de Catas Altas.

Art. 1º - O artigo 196 da Lei Orgânica Municipal de Catas Altas/MG passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 196 - O Hino Oficial do Município será estabelecido e reconhecido como um dos símbolos da municipalidade, mediante Lei Municipal.

Art. 2° Esta emenda à Lei Orgânica do Município de Catas Altas entra em vigor na data de sua publicação.

Catas Altas/MG, 25 de novembro de 2025

ANÍZIO NAZARENO APARECIDO
Presidente da Câmara

SIMONE APARECIDA DE OLIVEIRA
Vice- Presidente

CÁSSIO EDUARDO CÉZAR
Secretário

Publicado por:
Lívia Morais Boaventura
Código Identificador:539C83E0

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
EXTRATO - 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2026

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 03/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2026. Partes: Câmara Municipal de Curvelo - CNPJ 20.207.783/0001-96; Banco do Brasil S.A. - CNPJ 00.000.000/0001-91. Objeto: Alteração quantitativa do Contrato Administrativo n.º 03/2026. Alteração: Fica acrescido em R$ 16.629,60 (dezesseis mil, seiscentos e vinte e nove reais e sessenta centavos) o valor total do Contrato Administrativo n.º 03/2026, correspondendo a, aproximadamente, 319,16%, do valor total inicial, referente aos acréscimos aos quantitativos. Impacto Financeiro: R$ 16.629,60 (dezesseis mil, seiscentos e vinte e nove reais e sessenta centavos). Valor total estimado do contrato: R$ 21.840,00 (vinte e um mil, oitocentos e quarenta reais). Dotação Orçamentária: 01.02.01.01.122.0001.2002.3.3.90.39.64.1.500.000.0000-30.
Curvelo/MG, 19 de fevereiro de 2026.

CLOVES LOPES NETO –
Assessor de Planejamento Financeiro.

Publicado por:
Paulo Henrique G. Olavo
Código Identificador:DABED31E

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMIGA

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMIGA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 004/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2025

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE FORMIGA
Contratada: PROTEGE PREVENCAO DE SEGURANCA ELETRONICA

- O prazo de vigência do Contrato Originário fica prorrogado por mais 12 (doze) meses a partir de 06/02/2026 à 07/02/2027, podendo ser prorrogado, conforme previsto no art. 106 da Lei Federal 14.133/21.

Data da assinatura: 05 de fevereiro de 2026.

JACI HONÓRIO DE PAULA -
Presidente da Câmara Municipal de Formiga

Publicado por:
Mariana Fátima Souza
Código Identificador:5800A13B

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMIGA
TERMO RESCISÃO N. 001/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 016/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMIGA/MG
Processo Licitatório 007/2025
Pregão Eletrônico 007/2025

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE FORMIGA/MG.

Contratado: AHR EXPRESS LTDA

Fica rescindido de forma unilateral, por interesse público, com fundamento no art. 137, inciso II, c/c art. 138, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021 o contrato administrativo 001/2026 – Processo Licitatório 016/2025, Pregão 007/2025 firmado entre as partes para aquisição do item microfone duplo de lapela sem fio com conexão com celular android, ios e cameras profissionais (compabilidade universal), hi-fi sound 48khz/24bit, microfone com 9 gramas, extinguindo-se todos os efeitos jurídicos, na forma do artigo Art. 138 inc. II, da Lei 14.133/21, conforme documentos e justificativas acostada nos autos, tendo em vista que a o objeto não foi adequado ao especificado nos termos do edital, levando-se em conta a ausência de conector de áudio P2 (3,5 mm), dependência exclusiva de alimentação elétrica via USB-C o que gerou vários transtornos para ambas as partes e ainda a solicitação formal da rescisão amigável do contrato pelo contratado, conforme Oficio n. 05/2026, enviado em 10 de fevereiro de 2026.

Data da assinatura da rescisão ao contrato: 13 de fevereiro de 2026.

JACI HONÓRIO DE PAULA -
Presidente da Câmara Municipal de Formiga

Publicado por:
Mariana Fátima Souza
Código Identificador:0EE99FDD

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUARA

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO EDITAL PROCESSO SELETIVO 02-2026

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 01/2026
Referente ao Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026
A Câmara Municipal de Itaguara/MG, por intermédio de sua Presidente, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente **RETIFICAÇÃO** do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026, nos seguintes termos:
ONDE SE LÊ:
(Item que trata das inscrições – sem indicação de local)
LEIA-SE:
As inscrições serão realizadas no período de 02/03/2026 a 06/03/2026, mediante uma das seguintes formas:
I – Presencialmente, na sede da Câmara Municipal de Itaguara/MG, situada à Rua Antônio Pacheco, 400, Bairro São Vicente, Itguara-MG, no horário de 8:00h as 17:00h.
II – Por meio eletrônico, através do envio da documentação para o e-mail: camara@camaraitaguara.mg.gov.br.
Ficam mantidas as demais disposições do edital.
Itaguara/MG, 26 de fevereiro de 2026.

VEREADORA DINALAIR APARECIDA FERREIRA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Elisângela de Morais Malta
Código Identificador:11D90D46

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE JACUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JACUÍ
GABARITO - EDITAL Nº 01/2026 - EDITAL DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO(A).

GABARITO
A Câmara Municipal de Jacuí/MG, por meio de seu Presidente, Flavio Bernardes, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 34, alínea "L", do Regimento Interno, torna público o gabarito de Seleção de Estagiário(a), visando à contratação de 01 (um/a) estagiário(a) de Direito para atuação junto ao Procon Câmara, conforme segue abaixo:

a) De que forma a Constituição Federal garante a proteção ao consumidor
A Constituição Federal de 1988 assegura a proteção ao consumidor ao reconhecê-la como direito fundamental, conforme o art. 5º, inciso XXXII, que determina que o Estado promoverá a defesa do consumidor, na forma da lei. Além disso, a defesa do consumidor também é prevista como princípio da ordem econômica, no art. 170, inciso V, orientando a atuação do Estado nas relações econômicas.
Dessa forma, a Constituição impõe ao poder público o dever de criar normas e políticas que garantam equilíbrio e justiça nas relações de consumo.

b) Qual a importância do Código de Defesa do Consumidor para a efetivação desse direito nas relações de consumo
O Código de Defesa do Consumidor é o principal instrumento legal que concretiza a proteção constitucional ao consumidor, estabelecendo direitos básicos, deveres dos fornecedores e mecanismos de prevenção e reparação de danos.
Por meio do CDC, são assegurados, entre outros, o direito à informação adequada, à proteção contra práticas abusivas, à reparação de danos e ao equilíbrio contratual, permitindo que o consumidor seja efetivamente protegido nas relações de mercado.
Assim, o CDC transforma o comando constitucional em regras práticas, garantindo segurança jurídica e justiça nas relações de consumo.

Jacuí/MG, 27 de fevereiro de 2026.

FLAVIO BERNARDES
Presidente da Câmara Municipal de Jacuí/MG

Publicado por:
Maisa da Silva Vieira
Código Identificador:D1EE69ED

CÂMARA MUNICIPAL DE JACUÍ
RESULTADO PROVISÓRIO - EDITAL Nº 01/2026 - EDITAL DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO(A)

RESULTADO PROVISÓRIO

A Câmara Municipal de Jacuí/MG, por meio de seu Presidente, Flavio Bernardes, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 34, alínea "L", do Regimento Interno, torna público o resultado provisório de Seleção de Estagiário(a), visando à contratação de 01 (um/a) estagiário(a) de Direito para atuação junto ao Procon Câmara, conforme segue abaixo:

1. Leonardo Santos Araújo: 9,5

2. Maria Eduarda da Costa Izidoro: 9,0

Jacuí/MG, 27 de fevereiro de 2026.

FLAVIO BERNARDES
Presidente da Câmara Municipal de Jacuí/MG

Publicado por:
Maisa da Silva Vieira
Código Identificador:6FC9A432

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE MARTINHO CAMPOS

ADMINISTRAÇÃO - SECRETARIA GERAL
ATO ADMINISTRATIVO DA PRESIDÊNCIA

DECISÃO

Trata-se de requerimento de férias regulamentares formalizado pelo servidor deste Poder Legislativo Municipal, Igor Vinícius Santos Silva, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02/02/2025 a 01/02/2026.

Pleiteia a concessão de férias do período aquisitivo mencionado pela seguinte forma: 06/04/2026 a 10/04/2026; 13/07/2026 a 27/07/2026 e 26/01/2027 a 05/02/2027.

Encaminhado o requerimento à Unidade de Planejamento e Gestão responsável pela gestão de pessoal deste Órgão, certificou-se que o Servidor faz jus à concessão de férias quanto ao período aquisitivo objeto de requerimento, com ressalva quanto aos períodos em que se pretende o gozo das férias.

Por seu turno, a Procuradoria Geral juntou seu parecer opinando pelo deferimento do requerimento, entretanto, com ressalva acerca dos períodos em que o servidor pretende gozar as férias.

Ao proceder à análise do pedido constante do requerimento, verifica-se que não há regulamentação específica no âmbito deste órgão que autorize o fracionamento nos moldes pretendidos, especialmente, quanto ao fracionamento em intervalo de 05 (cinco) dias, devendo-se observar, de forma estrita, a norma estatutária aplicável aos servidores públicos municipais.

Nesse sentido, dispõe o art. 209, §7º, da Lei Complementar Municipal nº 029/2014, que as férias não podem ser fracionadas em período inferior a 10 (dez) dias, o que inviabiliza o deferimento do período pleiteado, correspondente a 05 (cinco) dias entre 06/04/2026 a 10/04/2026.

Dessa forma, o pedido formulado não pode ser acolhido em sua integralidade, por afrontar o limite mínimo legalmente estabelecido para o fracionamento das férias, inexistindo, ademais, ato normativo

interno que excepcione ou regulamente situação diversa no âmbito desta Câmara Municipal.

Assim, **DEFIRO PARCIALMENTE** o requerimento formalizado pelo servidor **Igor Vinícius Santos Silva**, quanto o gozo de férias regulamentares, **entretanto, não autorizando o fracionamento das férias em períodos inferiores a 10 (dez) dias**, permanecendo a possibilidade de concessão das férias em períodos que atendam aos requisitos legais, caso o servidor promova a adequação dos períodos em conformidade com a legislação vigente.

Dê-se ciência ao servidor para fins de readequação dos períodos das férias os quais não devem ser inferiores ao período de 10 (dez) dias.

Martinho Campos, 24 de fevereiro de 2026.

RANIERE CALOS FERREIRA
Vereador
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Estheffane Silva de Oliveira
Código Identificador:12B3960D

ADMINISTRAÇÃO - SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 010/2026

"Dispõe sobre a designação de Agente de Planejamento, Agente de Contratação e Pregoeiro no âmbito do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências"

O Presidente da Câmara Municipal de Martinho Campos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno deste Poder Legislativo; em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º abril de 2021 c/c o Decreto Legislativo nº 002/2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados os servidores **Éder Willian de Carvalho Silva**, matrícula 00049-8, ocupante do cargo de Procurador Legislativo e **Estheffane Silva de Oliveira**, matrícula 00051-3, ocupante do cargo de Agente Legislativo, para exercerem a função de Agente de Planejamento da Câmara Municipal de Martinho Campos, durante o exercício financeiro de 2026.

Art. 2º - Fica designado o servidor **Bruno Henrique Gomes Barbosa,** matrícula 00013-3, ocupante do cargo de Diretor de Planejamento e Gestão, para exercer a função de Agente de Contratação da Câmara Municipal de Martinho Campos, durante o exercício financeiro de 2026.

Parágrafo único – O Agente de Contratação designado exercerá a função de Pregoeiro nos processos cuja modalidade escolhida seja o Pregão.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria n° 001/2026.

Art. 4º - Fica revogada o Inciso III, do Art.1º da Portaria n° 056/2025.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Martinho Campos, 25 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

RANIERE CARLOS FERREIRA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Estheffane Silva de Oliveira
Código Identificador:2C7F4BD5

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ERA

SECRETARIA LEGISLATIVA
INDICAÇÃO 005-2026

INDICAÇÃO Nº. 005, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026.
RIAN DE ÁVILA PEREIRA Vereador, que o mesmo subscreve e assina, vem indicar ao Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, que seja feita demarcação de faixa de pedestres em frente a ponte Eugênio Pereira

JUSTIFICATIVA
A presente indicação tem por finalidade solicitar providências relativo à demarcação de faixa de pedestre na entrada da referida ponte, pois trata-se o local de entroncamento entre a Avenida Dr. José Moreira e a entrada da ponte e onde nenhuma sinalização foi feita neste sentido.
Diante do exposto, justifica-se a presente indicação como medida necessária e urgente para garantir a segurança de pedestres e até mesmo dos motoristas que por ali transitam.
Nova Era, 23 de fevereiro de 2026.

RIAN DE ÁVILA PEREIRA
Vereador

Publicado por:
Sandra Aparecida de Souza
Código Identificador:94DEBBD1

SECRETARIA LEGISLATIVA
INDICAÇÃO 006

INDICAÇÃO Nº. 006, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026.
RUY BARBOSA SOBRINHO Vereador, que o mesmo subscreve e assina, vem indicar ao Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, que seja feita uma revitalização na Avenida Juca Batista, próximo à nascente de água e Portaria da Cenibra.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação visa solicitar do Executivo Municipal que seja feita uma revitalização completa na Avenida Juca Batista, neste município, onde o local encontra-se cheio de buracos, trazendo transtornos e riscos de acidente , pois ali é bem próximo da Portaria da Empresa Cenibra e passagem dos moradores da Praia Grande e Nova Vila. Diante do exposto, solicita-se especial atenção do Executivo Municipal para o atendimento desta indicação, em benefício da comunidade em geral.

Nova Era, 23 de fevereiro de 2026.

RUY BARBOSA SOBRINHO
Vereador

Publicado por:
Sandra Aparecida de Souza
Código Identificador:3C21D51E

SECRETARIA LEGISLATIVA
INDICAÇÃO 010

INDICAÇÃO Nº. 010, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026.
WALDICÉIA SILVA GUILHERME Vereadora que o mesmo subscreve e assina, vem indicar ao Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos requerer seja colocada em pratica a lei 2.237 de 03 de março de 2023 criada pelo executivo que autoriza parceria de obras infraestrutura com a comunidade, que seja atendida a comunidade do Bom Sossego com base nesta lei e envie material para muro de arrimo em barranco que esta desabando na via principal da comunidade local de acesso diário dos moradores
E da mesma forma atenda o requerimento do cidadao do córrego das pedras que passa por situacao idêntica na Rua Rita da Silva, conforme

requerimento já protocolado neste Gabinete. A rua esta para desabar em cima de sua residência

JUSTIFICATIVA

São obras necessárias e urgentes que não demandam gastos excessivos e sim boa vontade para serem executadas, estando ainda contempladas dentro da Lei ora citada.

Nova Era, 23 de fevereiro de 2026.

WALDICÉIA SILVA GUILHERME
Vereadora

Publicado por:
Sandra Aparecida de Souza
Código Identificador:90A9901E

SECRETARIA LEGISLATIVA
INDICAÇÃO 011-2026

INDICAÇÃO Nº. 011, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026.
WALDICÉIA SILVA GUILHERME Vereadora que o mesmo subscreve e assina, vem indicar ao Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos a limpeza da escada de acesso dos moradores da Rua Serraria para a Rua Tupis. Indico também o corte de vegetação que cresceu junto à escadaria, bem como troca da lâmpada do poste que se encontra queimada e poda das árvores que se encontram em toda a extensão da rua.

JUSTIFICATIVA

São obras necessárias e urgentes que não demandam gastos excessivos e sim boa vontade para serem executadas.

Nova Era, 23 de fevereiro de 2026.

WALDICÉIA SILVA GUILHERME
Vereadora

Publicado por:
Sandra Aparecida de Souza
Código Identificador:2EFE9399

SECRETARIA LEGISLATIVA
INDICAÇÃO 012-2026

INDICAÇÃO Nº. 012, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026.
WALDICÉIA SILVA GUILHERME Vereadora que o mesmo subscreve e assina, vem indicar ao Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos Capina E Limpeza do escadão que liga a Rua Nossa Senhora do Rosário à Rua Itazul e bairro Santa Maria , bem como limpeza da Rua Itazul que se encontra com mato em toda a sua extensão e iluminação.
Escadão está com muito mato e barro
As pessoas estão escorregando no barro

JUSTIFICATIVA

São obras necessárias e urgentes que não demandam gastos excessivos e sim boa vontade para serem executadas.

Nova Era, 23 de fevereiro de 2026.

WALDICÉIA SILVA GUILHERME
Vereadora

Publicado por:
Sandra Aparecida de Souza
Código Identificador:86BF4EBD

SECRETARIA LEGISLATIVA
INDICAÇÃO 013-2026

INDICAÇÃO Nº. 013, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026.
WALDICÉIA SILVA GUILHERME Vereadora que o mesmo subscreve e assina, vem indicar ao Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos Lixeira na Rua Daniel de Carvalho,bairro Triângulo
Um bueiro (boca de lobo Rua Daniel de Carvalho 247 bairro Triângulo porque a água fica acumulada próximo às casas

JUSTIFICATIVA

São obras necessárias e urgentes que não demandam gastos excessivos e sim boa vontade para serem executadas.

Nova Era, 23 de fevereiro de 2026.

WALDICÉIA SILVA GUILHERME
Vereadora

Publicado por:
Sandra Aparecida de Souza
Código Identificador:3CF83910

SECRETARIA LEGISLATIVA
INIDCAÇÃO 009-2026

INDICAÇÃO Nº. 009, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026.
WALDICÉIA SILVA GUILHERME Vereadora que o mesmo subscreve e assina, vem indicar ao Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a instalação de uma lixeira na praça do bairro Colina, nas proximidades do bar da Marlene, visando melhorar a limpeza e a organização do espaço público.

Indico também o conserto de uma lâmpada em poste localizado na Rua Opala, no bairro Colina, medida simples, mas essencial para garantir segurança aos moradores.

Solicito ainda a capina da praça do bairro Nossa Senhora de Fátima, atendendo pedidos dos moradores que utilizam diariamente aquele espaço.

JUSTIFICATIVA

São obras necessárias e urgentes que não demandam gastos excessivos e sim boa vontade para serem executadas .

Nova Era, 23 de fevereiro de 2026.

WALDICÉIA SILVA GUILHERME
Vereadora

Publicado por:
Sandra Aparecida de Souza
Código Identificador:8732F293

SECRETARIA LEGISLATIVA
REQUERIMENTO 017-2026

REQUERIMENTO Nº 017/2026, DE 23 de Fevereiro 2026.

WELTON CRISTIANO DOS SANTOS, Vereador, que o mesmo subscreve e assina, vem requerer, conforme preceitua a Lei de acesso à informação, Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal, que seja solicitado do Executivo Municipal, com cópia ao Diretor Municipal de Transporte e Trânsito, o seguinte:

- A implantação de linha de transporte coletivo regular – Bairro Nova Vila / Centro, ligando os bairros da Linha do Bairro Nova Vila ao Centro da cidade de Nova Era/MG, atendendo a necessidade de deslocamento dos moradores para fins de trabalho, estudo, saúde, lazer e demais serviços públicos.

Justificativa

Os moradores residentes na Linha do Bairro Nova Vila enfrentam, há tempo, ausência de transporte coletivo regular para deslocamento até o Centro da cidade. Essa carência prejudica especialmente:

Trabalhadores, que dependem diariamente para se deslocar ao local de trabalho;

Estudantes, que muitas vezes ficam sem opção de transporte fora dos horários de vans escolares;

Idosos e pessoas com mobilidade reduzida, que não têm alternativas seguras ou acessíveis;

Moradores sem veículo próprio, que ficam à mercê de caronas, o que não garante regularidade ou segurança.

Atualmente, não há ônibus municipal atendendo à demanda, e o uso de transporte escolar é inadequado, pois não atende à demanda fora dos horários letivos. A ausência de transporte coletivo regular vulnerabiliza cidadãos e impede o pleno exercício do direito à mobilidade urbana.

Base Legal e Técnica

O pleito encontra respaldo nas seguintes normas e princípios:

Constituição Federal (CF/88):

Art. 6º – Transporte é direito social essencial, juntamente com educação, saúde e trabalho.

Art. 30, IX – É competência dos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão, serviços públicos de interesse local, incluindo o transporte coletivo.

Lei Orgânica Municipal de Nova Era/MG:

Estabelece a responsabilidade do Poder Executivo de garantir infraestrutura e serviços de transporte coletivo que atendam às necessidades da população.

Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001):

Em seu conjunto normativo, reforça que as políticas urbanas devem garantir a mobilidade urbana, com integração de transporte e acessibilidade.

Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012):
Art. 4º – Assegura a oferta de transporte coletivo urbano adequado, eficiente, seguro e contínuo, atendendo às demandas da população residente em todas as áreas do município, respeitando princípios como:

universalização do acesso (caput e §1º);

priorização do transporte coletivo em relação ao transporte individual motorizado (Art. 2º).

A inexistência de uma linha de transporte coletivo regular na região da Nova Vila configura lacuna no atendimento de um serviço público essencial, o que justifica a adoção desta medida.

Requerimentos Específicos

Diante do exposto, requer-se:

Que seja oficiado ao Prefeito Municipal de Nova Era/MG para que analise, em conjunto com a secretaria responsável, a viabilidade técnica, econômica e orçamentária da criação da linha de ônibus regular Nova Vila ↔ Centro;

Que o Executivo apresente estudo de demanda, horários propostos, pontos de parada e custo de operação;

Que seja considerada a possibilidade de convênio com operador de transporte coletivo, caso não haja frota própria;

Que o Poder Executivo informe à Câmara Municipal, no prazo legal, as providências adotadas.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2026.

Termos em que,

Aguarda plena aprovação.

Nova Era, 23 de Fevereiro de 2026.

WELTON CRISTIANO DOS SANTOS
Vereador

Publicado por:
Sandra Aparecida de Souza
Código Identificador:3C0BFF29

SECRETARIA LEGISLATIVA
REQUERIMENTO 018-2026

REQUERIMENTO Nº. 18/2026, DE 23 DE FEVEIRO 2026.

RUY BARBOSA SOBRINHO , Vereador, que o mesmo subscreve e assina, vem requerer, conforme preceitua a Lei de acesso à informação, Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal, que seja solicitado do Executivo Municipal, a seguinte informação:

-QUANTO FOI DESTINADO POR ESTE EXECUTIVO AOS BLOCOS CARNAVALESCOS NESTE ANO DE 2026?
- QUAIS OS BLOCOS FORAM BENEFICIADOS?
-HOUVE ALGUM BLOCO QUE FICOU SEM O RECEBIMENTO DOS VALORES ? SE SIM, QUAIS OS MOTIVOS PARA A NÃO CONCESSÃO?
-TODOS OS BLOCOS POSSUEM DIRETORIA CONSTITUÍDA E POSSUEM DOCUMENTAÇÃO ATUALIZADA E PRESTAÇÃO DE CONTAS EM DIA DOS ANOS ANTERIORES?
JUSTIFICATIVA

Alguns dirigentes de Blocos estão alegando não terem recebido nada por parte do Executivo, enquanto outros receberam tais valores- Acontece que hoje no município são 5 blocos que desfilam no carnaval e pelo informado, alguns não possuem documentação e diretoria atualizada e nem prestação de contas de anos anteriores, motivo pelo qual este Edil solicita tais informações e esclarecimentos.

Termos em que, Aguarda plena aprovação.

Nova Era, 23 de fevereiro de 2026.

RUY BARBOSA SOBRINHO
Vereador

Publicado por:
Sandra Aparecida de Souza
Código Identificador:F7C5BABC

SECRETARIA LEGISLATIVA
REQUERIMENTO 020-2026

REQUERIMENTO Nº 020/2026, DE 23 de Fevereiro 2026.

WELTON CRISTIANO DOS SANTOS, Vereador, que o mesmo subscreve e assina, vem requerer, conforme preceitua a Lei de acesso à informação, Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal, que seja solicitado do Executivo Municipal, com cópia ao Diretor da Defesa Civil de Nova Era, o seguinte:
- Existe no município, um Relatório contendo a relação de todas as residências existentes dentro do município de Nova Era, que foram interditadas pela Defesa Civil por estarem em área de risco como margens do Rio, Encostas, Pedras, etc?

- Em caso positivo requeiro cópia do referido Relatório para termos ciência da quantidade?
- Quantas pessoas hoje tem o pagamento de Aluguel Social pelo município ? Quais providências foram tomadas até o momento para que estas pessoas retornem ou não para suas residências?

Justificativa
Alguns cidadãos vem nos procurando e alegando que residem hoje em casas pagas pela Prefeitura Municipal – Acontece que muitas delas alegam que estão precisando efetuar pagamento de parte destes aluguéis o que vem ocasionando dificuldades diversas. Segundo os mesmos ao procurarem os órgãos competentes, são informados que não podem retornar para suas antigas residências, porém não dão uma solução, pois trata-se de um Patrimônio que está se deteriorando com o passar do tempo, que não pode recebê-los novamente e onde ficam os mesmos sem saber até quando ficarão às expensas do município, aguardando uma resposta que nunca vem.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2026.

Termos em que,

Aguarda plena aprovação.

WELTON CRISTIANO DOS SANTOS
Vereador

Publicado por:
Sandra Aparecida de Souza
Código Identificador:167F9C51

SECRETARIA LEGISLATIVA
REQUERIMENTO 021-2026

REQUERIMENTO Nº 021/2026, DE 23 DE FEVEREIRO 2026.

WALDICÉIA SILVA GUIHERME , Vereadora, que o mesmo subscreve e assina, vem requerer, conforme preceitua a Lei de acesso à informação, Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal, que seja solicitado do Executivo MunicipalI , as seguintes informações e providências:
Como está a manutenção no Conjunto Habitacional " Alan dos Santos", localizado no alto do Bairro Morada dos Heróis? A Administração vem fazenco vistorias para averiguar se os problemas que lá apareceram foram sanados?
-O Município tem ciência de que os problemas de infiltrações e vazamentos voltaram a incomodar os moradores locais?

JUSTIFICATIVA

Ressalto que este pedido já havia sido feito anteriormente por mim e pelo vereador Rui Barbosa. Durante minha licença médica, o vereador suplente Adeilton esteve no local informando que a situação estaria sendo resolvida junto à Secretaria de Obras.

No entanto, após meu retorno, fui procurada por moradores relatando que o serviço não foi executado de forma adequada, permanecendo os problemas de infiltração, com casas continuando a molhar e famílias perdendo móveis, o que fere diretamente a dignidade dessas pessoas. Diante disso, requeiro nova manutenção, com atenção técnica adequada.

Termos em que,
Aguarda plena aprovação,

Nova Era, 23 de Fevereiro de 2026.

WALDICÉIA SILVA GUILHERME
Vereadora

Publicado por:
Sandra Aparecida de Souza
Código Identificador:019532B5

SECRETARIA LEGISLATIVA
REQUERIMNTO 016-2026

REQUERIMENTO Nº 016/2026, DE 23 DE FEVEIRO 2026.

RIAN DE ÁVILA PEREIRA , Vereador, que o mesmo subscreve e assina, vem requerer, conforme preceitua a Lei de acesso à informação, Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal, que seja solicitado do Executivo Municipal, as seguintes informações:

A lei do voucher creche diz o seguinte "Art. 10. Os critérios para contratação e regulamentação desta Lei serão dispostos em decreto regulamentador emitido pelo Poder Executivo".
Sendo assim, pergunto:

Qual é o decreto que foi publicado para o cumprimento da referida lei? E qual o procedimento para as creches se credenciarem junto a prefeitura?

Justificativa

A referida Lei foi aprovada . publicada e portanto deve ser cumprida, pois o não cumprimento de uma LEI representa uma improbidade administrativa por parte do Executivo,

Termos em que,
Aguarda plena aprovação.

Nova Era, 23 de fevereiro de 2026.

RIAN DE ÁVILA PEREIRA
Vereador

Publicado por:
Sandra Aparecida de Souza
Código Identificador:72121E64

SECRETARIA LEGISLATIVA
REQUERIMNTO 017-2026

REQUERIMENTO Nº 017/2026, DE 23 de Fevereiro 2026.

WELTON CRISTIANO DOS SANTOS, Vereador, que o mesmo subscreve e assina, vem requerer, conforme preceitua a Lei de acesso à informação, Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal, que seja solicitado do Executivo Municipal, com cópia ao Diretor Municipal de Transporte e Trânsito, o seguinte:

- A implantação de linha de transporte coletivo regular – Bairro Nova Vila / Centro, ligando os bairros da Linha do Bairro Nova Vila ao Centro da cidade de Nova Era/MG, atendendo a necessidade de deslocamento dos moradores para fins de trabalho, estudo, saúde, lazer e demais serviços públicos.

Justificativa

Os moradores residentes na Linha do Bairro Nova Vila enfrentam, há tempo, ausência de transporte coletivo regular para deslocamento até o Centro da cidade. Essa carência prejudica especialmente:

Trabalhadores, que dependem diariamente para se deslocar ao local de trabalho;

Estudantes, que muitas vezes ficam sem opção de transporte fora dos horários de vans escolares;

Idosos e pessoas com mobilidade reduzida, que não têm alternativas seguras ou acessíveis;

Moradores sem veículo próprio, que ficam à mercê de caronas, o que não garante regularidade ou segurança.

Atualmente, não há ônibus municipal atendendo à demanda, e o uso de transporte escolar é inadequado, pois não atende à demanda fora

dos horários letivos. A ausência de transporte coletivo regular vulnerabiliza cidadãos e impede o pleno exercício do direito à mobilidade urbana.

Base Legal e Técnica

O pleito encontra respaldo nas seguintes normas e princípios:

Constituição Federal (CF/88):

Art. 6º – Transporte é direito social essencial, juntamente com educação, saúde e trabalho.

Art. 30, IX – É competência dos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão, serviços públicos de interesse local, incluindo o transporte coletivo.

Lei Orgânica Municipal de Nova Era/MG:

Estabelece a responsabilidade do Poder Executivo de garantir infraestrutura e serviços de transporte coletivo que atendam às necessidades da população.

Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001):

Em seu conjunto normativo, reforça que as políticas urbanas devem garantir a mobilidade urbana, com integração de transporte e acessibilidade.

Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012):
Art. 4º – Assegura a oferta de transporte coletivo urbano adequado, eficiente, seguro e contínuo, atendendo às demandas da população residente em todas as áreas do município, respeitando princípios como:

universalização do acesso (caput e §1º);

priorização do transporte coletivo em relação ao transporte individual motorizado (Art. 2º).

A inexistência de uma linha de transporte coletivo regular na região da Nova Vila configura lacuna no atendimento de um serviço público essencial, o que justifica a adoção desta medida.

Requerimentos Específicos

Diante do exposto, requer-se:

Que seja oficiado ao Prefeito Municipal de Nova Era/MG para que analise, em conjunto com a secretaria responsável, a viabilidade técnica, econômica e orçamentária da criação da linha de ônibus regular Nova Vila ↔ Centro;

Que o Executivo apresente estudo de demanda, horários propostos, pontos de parada e custo de operação;

Que seja considerada a possibilidade de convênio com operador de transporte coletivo, caso não haja frota própria;

Que o Poder Executivo informe à Câmara Municipal, no prazo legal, as providências adotadas.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2026.

Termos em que,

Aguarda plena aprovação.

Nova Era, 23 de Fevereiro de 2026.

WELTON CRISTIANO DOS SANTOS
Vereador

Publicado por:
Sandra Aparecida de Souza
Código Identificador:889969C4

SECRETARIA LEGISLATIVA
RESOLUÇÃO 769

RESOLUÇÃO Nº. 769/2026, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE O JULGAMENTO DAS CONTAS DO MUNICÍPO DE NOVA ERA, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2024, DELIBERADO SOBRE O PARECER DO TCE – PROCESSO nº. 1188808.

Art.1º Ficam aprovadas as contas do Poder Executivo, referentes ao exercício de 2024, conforme parecer favorável do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art.2º É parte integrante desta Resolução o parecer prévio - processo nº. 1188808.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Nova Era, 24 de fevereiro de 2026.

GEOVANE GOMES BATISTA
Presidente da Câmara

MATHEUS MARTINS LEÃO
Secretário

Publicada em 24/02/2026

Publicado por:
Sandra Aparecida de Souza
Código Identificador:E06E6DC5

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

ATOS NORMATIVOS
PORTARIA Nº 21, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026. NOMEIA PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO A PESSOA QUE ESPECIFICA.

PORTARIA Nº 21, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

NOMEIA PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO A PESSOA QUE ESPECIFICA.

O Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 250, de 15 de abril de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM) no dia 16 de abril de 2025, que "Dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Patrocínio-MG"; e

Considerando o requerimento de nomeação protocolado nesta Casa de Leis, conforme previsão do artigo 15, §1º, e do Anexo III, da Lei Complementar nº 250, de 15 de abril de 2025.

R E S O L V E:

Art. 1º NOMEAR, por indicação da vereadora Raquel Aparecida Rezende Morais, ELEN CARINA PEREIRA para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete-Relações Comunitárias, símbolo CC-ASS4.

§ 1 º As atribuições do cargo estão elencadas no Anexo III da Lei Complementar nº 250/2025 – Cargo: Assessor de Gabinete - Relações Comunitárias, além de outras atinentes ao gabinete e conferidas pela vereadora.

§ 2 º A assessora cumprirá a carga horária de 30 horas semanais, realizando atendimentos internos diariamente, e externos quando necessário, no horário seguintes horários: segundas-feiras das 12 horas às 18 horas; terças-feiras das 7 horas às 11 horas e das 13 horas às 17:30 horas; quartas-feiras das 7 horas às 12 horas; quintas-feiras das 12 horas às 17:30 horas; e sextas-feiras das 7 horas às 12 horas.

§ 3 º Os serviços externos serão prestados de forma excepcional e desde que apresentados relatórios detalhados de trabalho.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Patrocínio/MG, 27 de fevereiro de 2026.

NÍKOLAS DE QUEIROZ ELIAS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Lucas Favalli Barbosa Viana
Código Identificador:65A962FD

ATOS NORMATIVOS
REPUBLICAÇÃO PARA FINS DE RETIFICAÇÃO DA CLÁUSULA 2ª – DO PREÇO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE - JARDINAGEM

REPUBLICAÇÃO PARA FINS DE RETIFICAÇÃO DA CLÁUSULA 2ª – DO PREÇO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO E A EMPRESA VALDINEI ROSA CELESTINO DA SILVA, PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DO JARDIM, COM POSSÍVEL APLICAÇÃO DE ADUBO E RETIRADA DE ERVA DANINHA E CONTROLE DE PRAGAS.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO, inscrita no CNPJ sob o nº 22.223.978.0001-55, com sede na Rua Joaquim Carlos dos Santos, nº 199, bairro Cidade Jardim, nesta cidade de Patrocínio/MG, CEP 38.747-056, denominada CONTRATANTE, representada por seu Presidente, o vereador NÍKOLAS DE QUEIROZ ELIAS, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.323.006-** e na matrícula funcional nº 670.
CONTRATADA: VALDINEI ROSA CELESTINO DA SILVA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.617.969/0001-32, com sede na Rua Joaquim Carlos dos Santos, nº 379, bairro Constantino, nesta cidade de Patrocínio/MG, CEP 38.747-036, denominada CONTRATADA, representada por VALDINEI ROSA CELESTINO DA SILVA, brasileiro, microempreendedor individual, inscrito no CPF/MF nº 039.930706-07.
Os CONTRATANTES, tendo em vista o que consta no Processo nº 16/2024 - Dispensa nº 05/2024 e observando as disposições da Lei nº 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o Segundo Termo Aditivo de Prorrogação do Prazo de Vigência do Contrato e de Reajuste de Preço mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 02/2024, assinado no dia 06/03/2024, por mais 12 (doze) meses, do dia 06 de março de 2026 ao dia 05 de março de 2027, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, até que se complete o prazo de 05 (cinco) anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021 e da Cláusula Segunda do Contrato.
1.2. Além da prorrogação, este Termo Aditivo também tem por escopo o reajuste do valor contratual, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), no percentual de 4,44% (quatro inteiros e quarenta e quatro por cento), conforme previsão disposta no artigo 92, inciso V, e § 4º, da Lei nº 14.133/2021 e na Cláusula Sexta do Contrato.
CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO
2.1. O valor total deste Termo Aditivo é de R$ 555,00 (quinhentos e cinquenta e cinco reais).
2.2. Após o procedimento de Prorrogação e Reajuste, o valor global do Contrato passará de R$ 12.500,40 (doze mil, quinhentos reais e quarenta centavos) para **R$ 13.055,40** (treze mil, cinquenta e cinco reais e quarenta centavos).
2.3. O valor acima é meramente estimado, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.
CLÁUSULA 3ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3. Os recursos financeiros para atender as despesas decorrentes desta contratação estão previstos na dotação orçamentária sob a seguinte classificação funcional programática:
01.01.01.00.01.031.0001.0.2.001.3.3.90.39.62.0015000 – SERV. APOIO ADM. TÉC. OPERACIONAL.01.01.01.

CLÁUSULA 4ª - DA RATIFICAÇÃO
4. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições, que não foram alteradas na sua substância, do Contrato base.
CLÁUSULA 5ª - DA PUBLICAÇÃO
5. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e nas condições previstas na Lei nº 14.133/2021.
E, por estarem de pleno acordo, as partes lavram o presente Termo Aditivo que, lido e achado conforme, será assinado por seus representantes legais e por 2 (duas) testemunhas.
Patrocínio-MG,19 de fevereiro de 2026.

Contratante
Câmara Municipal De Patrocínio
NÍKOLAS DE QUEIROZ ELIAS

Contratada
VALDINEI ROSA CELESTINO DA SILVA

Testemunhas:

CPF nº

CPF nº

Publicado por:
Lucas Favalli Barbosa Viana
Código Identificador:AA4DAF88

ATOS NORMATIVOS
TERMO DE CONTRATO PROCEDIMENTO Nº: 09/2026. DISPENSA Nº: 07/2026. - DIAGRAMAÇÃO

TERMO DE CONTRATO

PROCEDIMENTO Nº: 09/2026.
DISPENSA Nº: 07/2026.
BASE NORMATIVA: LEI Nº 14.133/21.

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO E A EMPRESA GRAFPRINT EMBALAGENS EDITORA FLEX LTDA.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.223.978/0001-55, com sede na Rua Joaquim Carlos dos Santos, nº 199, bairro Cidade Jardim, nesta cidade de Patrocínio/MG, CEP 38.747-056, representada por seu Presidente, o vereador NÍKOLAS DE QUEIROZ ELIAS, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.323.006-** e na matrícula funcional nº 670.
CONTRATADA: GRAFPRINT EMBALAGENS EDITORA FLEX LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.789.777/0001-69, com sede na Rua Chiquita Rodrigues Raimunda, nº 279, bairro Brasília, na cidade de Arcos/MG, CEP 35.588-000, neste ato representada por seu sócio administrador,

o Sr. GILMAR FONTES, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.835.066-**, conforme atos constitutivos da empresa (docs. anexos aos autos do processo administrativo).

Os CONTRATANTES, tendo em vista o que consta no Processo nº 09/2026 - Dispensa nº 07/2026, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a prestação dos serviços de diagramação do Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Patrocínio, também conhecido como Jornal "O Legislativo", pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante aditivo contratual, conforme as condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

ITEM	QTDE	UM	ESPECIFICAÇÃO
1	60	SE	SERVIÇO DE DIAGRAMAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO, TAMBÉM CONHECIDO COMO JORNAL "O LEGISLATIVO". VALOR DO SERVIÇO POR EDIÇÃO. SERVIÇO SOB DEMANDA.

São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência que embasou a contratação;

O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;

A Proposta do CONTRATADO; e

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de sua celebração, prorrogável por até 05 (cinco) anos, na forma do artigo 106 da Lei n° 14.133/2021.

A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

O regime de execução contratual e o modelo de gestão, assim como os prazos e as condições de conclusão e entrega, recebimento provisório e definitivo constam no Termo de Referência, anexo único deste Contrato:

Regime de Execução Contratual - item 6;

Modelo de Gestão - item 7;

Prazos e Condições de Conclusão e Entrega - item 5;

Recebimento Provisório e Definitivo - item 8.

O prazo de garantia contratual será o estabelecido na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor - CDC).

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

O serviço deverá ser prestado, após a assinatura do contrato, até às 15 horas das sextas-feiras, observada a emissão da Autorização de Fornecimento de Serviços (AF) e a ciência desta por parte da CONTRATADA.

Para efeito dos recebimentos provisório e definitivo observar-se-á o disposto no Termo de Referência (anexo único), que deverá guardar consonância com o previsto no artigo 140 da Lei nº 14.133, de 2021, c/c o artigo 27 da Resolução nº 98, de 2023.

A responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento do material ou serviço, bem como a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, não serão excluídas pelos recebimentos provisório e definitivo.

A empresa deverá fornecer materiais ou serviços de primeira qualidade que atendam as exigências técnicas para a utilização eficiente e o adequado resultado dos mesmos, responsabilizando-se, inclusive, e às suas expensas, pela substituição do que foi entregue ou refazimento do que foi prestado fora dos padrões exigidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

PREÇO

O valor total da contratação é de R$ 7.200,00 (três mil e setecentos reais).

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

O referido valor é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado através de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato (recebimento definitivo).

No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos ao CONTRATADO serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

Quando houver glosa parcial do objeto, a CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se a situação de irregularidade do CONTRATADO será providenciada sua notificação por escrito para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, A CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e as contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE (art. 92, V)
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.
Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, conforme consta no Termo de Referência, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.
CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
Caberá à CONTRATANTE, além das responsabilidades constantes no Edital e na Lei nº 14.133, de 2021, as obrigações descritas no subitem 5.2 - Obrigações da CONTRATANTE, do item 5 - OBRIGAÇÕES E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO, do Termo de Referência, anexo a este Contrato, conforme abaixo relacionadas.
Proceder a fiscalização do objeto da contratação em relação ao aspecto quantitativo e qualitativo a serem prestados pelo fornecedor.
Comunicar o CONTRATANTE acerca de defeitos, falhas e/ou imperfeições verificadas.
Emitir a nota de empenho e efetuar pagamento ao(s) fornecedor(es) de acordo com a forma e prazo estabelecidos.
Condições específicas de execução e aceitação do objeto ou padrões mínimos de qualidade para o serviço/produto a ser contratado, onde o CONTRATADO deverá tomar providências a respeito do que segue abaixo descrito.
As publicações do Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Patrocínio (DOECP) seguirão o descrito nos subitens seguintes.
8.1.4.1.1. As edições serão diagramadas e editoradas com recursos de informática, controladas por numeração sequenciada a partir do número 01 (um), sendo que cada edição terá, no mínimo, uma página.
8.1.4.1.2. A critério do Poder Legislativo Municipal, em caso de urgência e do interesse público, poderão ser feitas edições extras mantendo-se sempre a numeração sequencial por dia de publicação.
8.1.4.1.3. As pessoas físicas e jurídicas poderão acessar as publicações disponíveis no DOECP, sem ônus, através do site oficial da Câmara Municipal de Patrocínio (https://www.patrocinio.mg.leg.br/transparencia/jornal-o-legislativo-municipal/).
8.1.4.2. Na primeira página de cada edição o Diário Oficial do Poder Legislativo conterá obrigatoriamente:
a. o brasão do Município;
b. o título "Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Patrocínio";
c. o número da edição e a citação numérica desta resolução;
d. a data, o nome e a identificação do responsável.
8.1.4.3. Todos os arquivos oficiais que porventura forem escaneados deverão respeitar as margens do documento, garantindo toda informação, a legibilidade do texto, sem supressão de dados e preservando a originalidade, a fim de conferir publicidade integral e boa leitura.
8.1.4.4. Os atos, após serem publicados no DOECP, não poderão sofrer modificações ou supressões. Eventuais retificações de atos deverão constar de nova publicação.
8.1.4.5. Serão, dentre outros, obrigatoriamente publicados:
a. todos os atos normativos (portarias, resoluções, decretos legislativos);
b. as pautas e as atas de reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como de audiências públicas;
c. editais de licitação, extratos de contratos, dispensas e inexigibilidades.
8.1.4.6. Poderão, na forma do §1º e caput do art. 37 da Constituição Federal, ser publicados outros atos e informações.
8.1.4.7. Os atos oficiais que não requeiram publicação integral obrigatória poderão ser publicados em resumo, restringindo-se aos elementos necessários à sua identificação.
8.1.4.8. À Câmara Municipal de Patrocínio reservam-se os direitos autorais e de publicação do DOECP, ficando autorizada sua impressão e proibida sua comercialização.
8.1.4.9. A responsabilidade pela publicação, periodicidade, regularidade e veiculação competirá à Câmara Municipal de Patrocínio, sendo que a CONTRATADA encaminhará via e-mail o conteúdo diagramado de cada edição.
8.1.4.10. As publicações no DOECP serão assinadas digitalmente e atenderão aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Administração Pública Municipal de Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP – Brasil e os princípios de transparência e publicidade, nos termos da Lei Complementar n° 137/2011.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO
Caberá ao CONTRATADO, além das responsabilidades constantes no Edital e na Lei nº 14.133, de 2021, as obrigações descritas no subitem 5.1 - Obrigações da CONTRATADA, do item 5 - OBRIGAÇÕES E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO, do Termo de Referência, anexo a este Contrato, conforme abaixo relacionados.
Prestar os serviços de diagramação até às 15 (quinze) horas das sextas-feiras através de e-mail, sendo que serão rejeitados aqueles que não estiverem em conformidade com o solicitado ou que apresentarem defeitos ou vícios.
Substituir no prazo máximo e improrrogável de 01 (um) dias útil os serviços que não forem recebidos por desatenderem as especificações exigidas no Termo de Referência.
Apresentar a fatura ou nota fiscal referente aos serviços prestados, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade perante a Receita Federal (e INSS), FGTS e Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), no prazo de 02 (dois) dias úteis, após comunicação do gestor do contrato acerca da fiscalização e em conformidade com o especificado no Termo de Referência.
Pagar os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços.
Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à Câmara Municipal ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos prepostos, se for o caso, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
CLÁUSULA DÉCIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS
10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
10.8. A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)
11. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)
12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, observado o disposto no item 13 - DAS SANÇÕES do Termo de Referência, anexo único deste Contrato, conforme abaixo relacionado.
12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.
12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato.
12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.
12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato.
12.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
12.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
12.1.10.2. Considera-se como comportamento inidôneo da mesma forma as condutas dos arts. 337-F, 337-I, 337-L e 337-O do Código Penal:
a. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
b. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
12.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções abaixo relacionadas.
12.2.1. Advertência pela falta do subitem 6.1.1 deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
12.2.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.1 a 12.1.12.
12.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
b. as peculiaridades do caso concreto;
c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
12.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
12.6. Se durante o processo de aplicação de penalidade houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar.
12.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
12.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.
12.9. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos itens 8.2 e seguintes.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)
O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes.
O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
de indenizações e multas.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14. Os recursos financeiros para atender as despesas decorrentes desta contratação estão previstos na dotação orçamentária sob a seguinte classificação funcional programática:

01.01.01.00.01.031.0001.00.2.001.3.3.90.30.39.001500 – PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
15. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor - CDC), bem como pelas normas e pelos princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO
17. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e nas condições previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO (art. 92, §1º)
18. É eleito o Foro da Comarca de Patrocínio/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.

Patrocínio/MG, 27 de fevereiro de 2026.

Contratante
Câmara Municipal De Patrocínio
NÍKOLAS DE QUEIROZ

Contratada
Grafprint Embalagens Editora Flex LTDA.
ELIAS GILMAR FONTES

Testemunhas:

_____ ---_____
CPF nº CPF nº

ANEXO ÚNICO

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCEDIMENTO N° ___/2026.
BASE NORMATIVA: LEI Nº 14.133/21

O presente Termo de Referência foi elaborado objetivando consignar de forma detalhada a descrição do objeto/serviço a ser adquirido, das suas características, das informações a serem prestadas e dos controles a serem adotados.

1 - DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS
1.1- DO OBJETO:
CONTRATAÇÃO PARA SERVIÇO DE DIAGRAMAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCINIO ATRAVÉS DO JORNAL "O LEGISLATIVO", CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.
1.2- DA ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS:

ITEM	QTDE	UM	ESPECIFICAÇÃO
1	60	SE	SERVICO DE DIAGRAMACAO DO DIARIO OFICIL ELETRONICO DA CAMARA MUNICIPAL DE PATROCINIO TAMBEM CONHECIDO COMO JORNAL O LEGISLATIVO. VALOR DO SERVICO POR EDICAO. SERVICO SOB DEMANDA.

1.3 - Definição acerca da continuidade da entrega dos produtos ou do serviço e alocação de mão de obra:
( ) Não continuado. SEM dedicação exclusiva de mão de obra.
( ) Não continuado. COM dedicação exclusiva de mão de obra.
(X) Continuado. SEM dedicação exclusiva de mão de obra.
( ) Continuado. COM dedicação exclusiva de mão de obra.
1.4 - Agrupamento de itens:
A presente contratação será por:
(X) Itens isolados.
( ) Grupo de itens. Justificativa: Não se aplica.

2 – VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO
2.1 - O início da vigência da presente contratação está previsto para primeira quinzena de fevereiro de 2026.
2.2 - A duração da vigência será:
(X) Pelo seguinte número de meses: 12
( ) Até o final do exercício da contratação.
2.3 - Em caso de vigência superior a 12 meses, justificar a vantajosidade da contratação pelo período solicitado: Não se aplica.
2.4 - Possibilidade de prorrogação:
( ) Não. Em razão de: Não poderá ultrapassar os créditos orçamentários do exercício da contratação.
(X) Sim. Número de meses e fundamento legal: até 60 meses (5 anos), conforme preconiza o art. 106 da Lei 14.133, que estabelece quea Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, desde que observadas determinadas diretrizes, e o art. 107, que diz que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

3 - DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
3.1 - A presente contratação justifica-se necessidade de diagramação do Jornal "O Legislativo Municipal", para que haja publicação no site da Câmara Municipal de Patrocínio, conforme a Resolução n°63 de 06 de fevereiro de 2018, que institui o Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Patrocínio. Tal publicação visa conferir publicidade de atos normativos, as publicações obrigatórias, pautas e atas de reuniões ordinárias e extraordinárias, de audiências públicas, editais de licitação, extratos de contratos, dispensas e exigibilidades, entre outros.
3.2 - No caso da presente contratação, o Estudo Técnico Preliminar não é obrigatório nos termos do art. 10, da Resolução nº 102/2023. Desse modo, o Órgão optou por não confeccionar o documento, tendo em vista que de acordo com o inciso I do referido artigo, o seu fazimento é facultado.
3.3 - O objeto da contratação:
( ) Está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme número de controle /2026, do referido PCA.
(X) Não está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, sendo a nova demanda justificável pelas seguintes razões:
3.4 - A contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21 e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
4.1 - O objeto da contratação compreende a contratação para serviço de diagramação do diário oficial eletrônico da Câmara Municipal De Patrocinio através do jornal "O Legislativo", haja vista que tal serviço é regido por Resolução da Câmara Municipal de Patrocínio, a fim de conferir maior transparência aos atos normativos emanados pela Casa.

5 – OBRIGAÇÕES E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
5.1 - Obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 - Fornecer os serviços/materiais nos termos e condições da proposta vencedora, sendo que serão rejeitados aqueles que não estiverem em conformidade com o objeto solicitado ou que apresentem defeitos ou vícios.
5.1.2 - Substituir no prazo máximo e improrrogável de 01 (um) dia útil os serviços que não forem recebidos por não atenderem as especificações exigidas neste Termo de Referência.
5.1.3 - Apresentar a respectiva nota fiscal/fatura, em conformidade com o solicitado no instrumento convocatório, no prazo determinado no subitem 8.7.1.
5.1.4 - Pagar os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços/produtos.
5.1.5 - Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à Câmara Municipal ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos prepostos, se for o caso, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
5.2 - Obrigações da CONTRATANTE:
5.2.1 - Proceder a fiscalização do objeto da contratação em relação ao aspecto quantitativo e qualitativo a serem prestados pelo fornecedor.
5.2.2 - Comunicar o CONTRATANTE acerca de defeitos, falhas e/ou imperfeições verificadas.
5.2.3 - Emitir a nota de empenho e efetuar pagamento ao(s) fornecedor(es) de acordo com a forma e prazo estabelecidos.
5.3 - Condições específicas de execução e aceitação do objeto ou padrões mínimos de qualidade para o serviço/produto a ser contratado:
5.3.1 - As publicações do DOECP serão da seguinte forma:
I - as edições serão diagramadas e editoradas com recursos de informática, controladas por numeração sequenciada a partir do número 01 (um), sendo que cada edição terá, no mínimo, uma página;
II - a critério do Poder Legislativo Municipal, em caso de urgência e do interesse público, poderão ser feitas edições extras mantendo-se sempre a numeração sequencial por dia de publicação;
III - as pessoas físicas e jurídicas poderão acessar as publicações disponíveis no DOECP, sem ônus, através do site oficial da Câmara Municipal de Patrocínio (https://www.patrocinio.mg.leg.br/transparencia/jornal-o-legislativo-municipal/) .
5.3.1.1 - Na primeira página de cada edição o Diário Oficial do Poder Legislativo conterá obrigatoriamente:
I - o brasão do Município;
II - o título "Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Patrocínio";
III - o número da edição e a citação numérica desta resolução;
IV - a data, o nome e a identificação do responsável.
5.3.1.2 - Todos os arquivos oficiais que porventura forem escaneados deverão respeitar as margens do documento, garantindo toda informação, a legibilidade do texto, sem supressão de dados e preservando a originalidade, a fim de conferir publicidade integral e boa leitura.
5.3.2 - Os atos, após serem publicados no DOECP, não poderão sofrer modificações ou supressões. Eventuais retificações de atos deverão constar de nova publicação.
5.3.3 - Serão, dentre outros, obrigatoriamente publicados:
I - todos os atos normativos (portarias, resoluções, decretos legislativos);
II - as pautas e as atas de reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como de audiências públicas;
III – os editais de licitação, os extratos de contratos, dispensas e inexigibilidades.
5.3.3.1 - Poderão, na forma do §1º e caput do art. 37 da Constituição Federal, ser publicados no DOECP outros atos e informações.
5.3.3.2 - Os atos oficiais que não requeiram publicação integral obrigatória poderão ser publicados em resumo, restringindo-se aos elementos necessários a sua identificação.
5.3.4 - À Câmara Municipal de Patrocínio reservam-se os direitos autorais e de publicação do DOECP, ficando autorizada sua impressão e proibida sua comercialização.
5.3.5 - A responsabilidade pela publicação, periodicidade, regularidade e veiculação competirá à Câmara Municipal de Patrocínio, sendo que a CONTRATADA encaminhará via e-mail o conteúdo de cada edição.
5.3.6 - As publicações no Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Patrocínio - DOECP serão assinadas digitalmente e atenderão aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Administração Pública Municipal de Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP – Brasil e os princípios de transparência e publicidade nos termos da Lei Complementar n° 137/2011.
5.4 - Possibilidade de subcontratação:
(X) Não.
( ) Sim. Neste caso, descrever o fundamento legal, estabelecer as condições e limites da subcontratação:
5.5 - Haverá necessidade de exigência de garantia contratual para assegurar o adimplemento e fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA?
(X) Não.
( ) Sim. Percentual da garantia e justificativa:
5.6 - É facultado e recomendável a realização de vistoria nos locais onde serão executados os serviços, quando for dessa natureza a contratação, ocasião em que serão sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo nenhuma alegação posterior por desconhecimento das condições locais.
5.7 - A não realização da visita não admitirá à CONTRATADA qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para execução do objeto ou obrigação decorrente desta contratação;
5.8 - A vistoria, quando for o caso, deverá ser agendada com a Diretoria Administrativa da Câmara Municipal pelo telefone oficial do Órgão ou pelo e-mail rodrigo@cmpatrocinio.mg.gov.br

6 – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL
6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6.2 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
6.3 - O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
6.4 - A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente.
6.5 - A prestação do serviço ocorrerá no seguinte prazo, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento: sextas-feiras até às 15 (quinze) horas, via e-mail.
6.6 - A entrega do material/prestação do serviço deverá ocorrer:
(X) Até o término da vigência contratual.
( ) No seguinte prazo, a contar do início da prestação: _____.
6.7 - A entrega dos materiais/prestação do(s) serviço(s) pela CONTRATADA ocorrerá, sem quaisquer ônus adicionais para a Câmara, no seguinte endereço: Rua Joaquim Carlos dos Santos, 199 – Patrocínio/MG; CEP 38.747-056

7 – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
7.1 - A gestão da contratação será atribuída à responsável pelo Diretor do Departamento de Compras, Licitações e Almoxarifado da Câmara Municipal de Patrocínio.
7.2 - Em razão da natureza do objeto a fiscalização:
( ) será exercida pelo próprio gestor.
(X) pelo seguinte servidor: ocupante do cargo de Diretor de Gestão da Câmara Municipal de Patrocínio.
( ) após a contratação, será designado pelo gestor servidor lotado em setor sob sua supervisão hierárquica.
( ) será nomeada comissão em ato próprio pela diretoria ou autoridade equivalente, a qual competirá as seguintes funções: ____.
7.3 - O modelo de gestão e fiscalização da contratação consiste na análise do cumprimento pela CONTRATADA das obrigações estipuladas na contratação.
7.4 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
7.5 - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
7.5.1 - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato,

com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).
7.5.2 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
7.5.3 - O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
7.5.4 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
7.6 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da autorização de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
7.6.1 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
7.6.2 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
7.7 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
7.8 - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
7.9 - A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.
7.9.1 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8 – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
8.1 - A fiscalização do contrato avaliará constantemente a execução do objeto. Durante a execução contratual, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do fornecimento ou do serviço para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
8.2 - Os serviços prestados/produtos entregues serão conferidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, para averiguar se estão de acordo com o objeto desta contratação, nos termos do artigo 140, I, "a", da Lei nº 14.133/21 c/c art. 27, I, "a", da Resolução nº 98/2023.
8.3 - O recebimento provisório será realizado pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, por meio de termo, no prazo de 01 (um) dia útil.
8.3.1 - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços ou do fornecimento realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
8.4 - Será procedido o recebimento definitivo, pelo gestor do contrato, por meio de termo detalhado, no prazo de no prazo de 01 (um) dia útil.
8.4.1 - O gestor do contrato deverá realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.
8.5 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço ou do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
8.6 - A empresa deverá fornecer serviços/produtos de primeira qualidade que atendam às exigências técnicas para a perfeita utilização e o adequado resultado dos mesmos, responsabilizando-se, inclusive, a às suas expensas, pela substituição do que foi entregue fora dos padrões de qualidade exigidos.
8.7 - O faturamento será realizado:
( ) Ao final da execução do serviço ou entrega do material.
( ) Por evento.
(X) Mensalmente.
( ) Da seguinte forma: _____.
8.7.1 - Após comunicação do gestor do contrato e no prazo de 02 (dois) dias úteis, a CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da CONTRATANTE, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade perante a Receita Federal (e INSS), FGTS e Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
8.7.2 - A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.
8.7.3 - No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema conforme a previsão contratual, com suspensão do prazo de pagamento.
8.7.4 - Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.
8.7.5 - Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.
8.8 - A CONTRATANTE terá o prazo de 10 (dez) dias, após o recebimento da fatura ou nota fiscal encaminhada pela CONTRATADA no prazo especificado no subitem 8.7.1, para efetuar o pagamento por meio de Ordem Bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.
8.9 - A CONTRATANTE reserva-se no direito de recusar o pagamento se, no ato do atesto, o serviço ou entrega não estiver de acordo com as especificações apresentadas.
8.10 - A Nota Fiscal deverá ser emitida no nome da CONTRATANTE.
8.11 - Constatada qualquer irregularidade nas condições de habilitação e qualificação exigidos na licitação, os pagamentos serão sobrestados e a CONTRATADA será intimada a providenciar sua regularização.
8.12 - Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.
8.13 - Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.
8.14 - O reajuste do contrato terá como referência:
( ) Não se aplica, por ser entrega ou prestação de serviço imediata.
(X) A variação acumulada do IPCA no período, observado o interstício mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data do orçamento estimado.
( ) Índice setorial específico, que será: xxx, observado o interstício mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data limite para apresentação da respectiva proposta comercial ou do último reajuste.
8.15 - O prazo de garantia contratual dos serviços/produtos é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

9 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO, AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS, HABILITAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR
9.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de:
(X) Procedimento de contratação direta, por dispensa de licitação (art. 75, II, da Lei nº 14.133/21);

( ) Procedimento de contratação direta, por inexigibilidade de licitação (art. 74, ___, da Lei nº 14.133/21);
( ) Pregão;
( ) Concorrência;
( ) Concurso;
( ) Leilão.
9.2 - Será considerada vencedora a proposta contendo:
( ) O menor preço global. Justificar:
(X) O menor preço por item.
( ) Maior desconto.
( ) Melhor Técnica.
( ) Técnica e Preço.
( ) Maior retorno econômico.
( ) Maior lance.
9.3 - Os serviços/materiais informados neste Termo de Referência não vinculam a Administração Pública, uma vez que a contratação está condicionada à existência de dotação orçamentária.
9.4 – Constituem documentos de habilitação:
9.4.1 – Habilitação Jurídica (art. 66, da Lei n. 14.133/21):
9.4.1.1 - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;
9.4.1.2 - No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
9.4.1.3 - Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
9.4.1.4 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
9.4.1.5 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
9.4.1.6 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
9.4.1.7 – Quando for o caso, Declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa, o que o tornará apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nosart. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos do art. 47, Parágrafo Único c/c art. 13, §2º, do Decreto Federal nº 8.538/2015, OU Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial.
9.4.2 – Habilitação Técnica:
9.4.2.1 - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (art. 67, VI, da Lei n. 14.133/21).
9.4.3 – Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista (art. 68, da Lei n. 14.133/21):
9.4.3.1 - Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
9.4.3.2 - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
9.4.3.3 - Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
9.4.3.4 - Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS;
9.4.3.5 - Regularidade trabalhista;
9.4.3.6 - Declaração de que não emprega menor em trabalho perigoso, insalubre ou noturno;
9.4.3.7 - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social (art. 63, IV, da Lei n. 14.133/21);
9.4.3.8 - Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º, da Lei n. 14.133/21).
9.4.4 – Habilitação Econômico-Financeira (art. 69, da Lei n. 14.133/21):
9.4.4.1 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, observado o disposto nos artigos 65 §1º e 69, §6º, da lei nº 14.133/21;
9.4.4.2 - Declaração, assinada por profissional habilitado na área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previsto no edital;
9.4.4.3 - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
9.5 - Serão exigidos os seguintes documentos adicionais de habilitação:
(X) Nenhum.
( ) Certidão ou atestado que demonstre que o interessado tenha executado serviços similares.
( ) Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.
( ) Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.
( ) Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.
( ) registro ou inscrição na entidade profissional competente.
( ) Atestado de capacidade técnica.
( ) Declaração de disponibilidade de pessoal.
( ) Declaração de disponibilidade de equipamentos.
( ) Registro de profissional.
( ) Registro de empresa.
( ) Outro(s):
Justificativa para o documento adicional: _____.
9.6 - A contratação é enquadrada no art. 70, III, da lei nº 14.133/21 (possibilidade de dispensa de documentos):
( ) Sim, tratando-se de contratação com entrega imediata.
(X) Sim, tratando-se de contratação com valor estimado inferior a ¼ (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral.
( ) Não.
9.6.1 - Tratando-se de contratação com previsão no art. 70, III, da Lei nº 14.133/21, a fase de habilitação da presente contratação exigirá:
( ) Todos os documentos indicados pelos itens “9.4” e “9.5” do presente termo de referência.
(X) Os seguintes documentos: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; Contrato Social ou documento equivalente; Certidão de Regularidade perante a Fazenda Federal; Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual; Certidão de Regularidade relativa ao FGTS; Certidão de Regularidade Trabalhista; Resultado da consulta junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e; Resultado da consulta junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa. Justificativa: Por se tratar de procedimento de natureza mais simplificada, nos termos do art. 70, III, da lei n. 14.133/21, será exigida apenas a documentação básica referente à regularidade jurídica e fiscal da empresa a ser contratada.
( ) Não se aplica.
9.7 - A Administração Pública, visando o prestígio à celeridade, fica autorizada a realizar consultas por meio da rede mundial de computadores dos documentos disponibilizados de maneira online.
9.8 - Será divulgado aviso de contratação no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Patrocínio/MG pelo prazo de 3 (três) dias úteis contendo a especificação do objeto pretendido e a manifestação de interesse da Administração em obter propostas de eventuais interessados.
9.9 - Nos termos do art. 28, da Resolução nº 98/2023, eventuais interessados na contratação poderão, dentro do referido prazo, enviar proposta ao e mail, do setor de compras do Órgão, ou apresentá-la

diretamente na Câmara Municipal ao servidor responsável pelo Setor de Compras.
9.10 - Após escoado o prazo indicado no item anterior será selecionada a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, considerando as novas propostas eventualmente apresentadas, bem como as propostas obtidas na pesquisa de preços com fornecedores que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10 - DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO E DAS PROPOSTAS
10.1 - O valor estimado da contratação perfaz a monta de R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)
10.2 - O valor estimado da contratação foi alcançado a partir da pesquisa de mercado com as seguintes fontes:
(X) Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços.
( ) Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços.
( ) Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, com data e a hora de acesso.
(X) Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de documento de pesquisa de mercado ou e-mail, com prazo máximo de até 6 (seis) meses. Justifica-se a escolha dos fornecedores pois: utilizado para retratar preços locais, nos informamos com costumazes fornecedores que prestam serviços dessa natureza.
( ) Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital.
10.2.1 - Justificativa para não utilização dos dois primeiros métodos: não há
10.3 - Para alcançar o valor estimado da contratação foi utilizado o método estatístico:
( ) Média dos valores apurados na pesquisa de mercado.
( ) Mediana dos valores apurados na pesquisa de mercado.
(X) Menor valor apurado na pesquisa de mercado.
10.4 - A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

11 - DA INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
11.1 - Os recursos financeiros para atender as despesas decorrentes desta contratação estão previstos na dotação orçamentária sob a seguinte classificação funcional programática:
01.01.01.00.01.031.0001.00.2.001.3.3.90.30.39.001500 – PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS

12 - FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
12.1 - A presente contratação será formalizada por:
(X) Termo de contrato.
( ) Nota de empenho (quando se tratar de situação prevista nos incisos I e II, do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021).
( ) Ata de Registro de Preço.

13 - DAS SANÇÕES
13.1 - Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
13.1.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato;
13.1.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
13.1.3 - dar causa à inexecução total do contrato;
13.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
13.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
13.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
13.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
13.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
13.1.9 - fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
13.1.10.1 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
13.1.10.2 - Considera-se como comportamento inidôneo da mesma forma as condutas dos arts. 337-F, 337-I, 337-L e 337-O do Código Penal.
13.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
13.1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
13.2 - O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
13.2.1 - Advertência pela falta do subitem 6.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
13.2.2 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.1 a 13.1.12;
13.2.3 - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
13.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
13.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:
13.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;
13.3.2 - as peculiaridades do caso concreto;
13.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
13.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
13.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
13.4 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
13.5 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
13.6 - Se durante o processo de aplicação de penalidade houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar.
13.7 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
13.8 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

13.9 - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos itens 8.2 e seguintes, bem como poderão estar previstas nos anexos deste Aviso.
legalmente estabelecidas.

14 – DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - A execução do serviço ou entrega dos produtos será de acordo com a demanda da Câmara Municipal de Patrocínio, podendo ser solicitada um ou mais itens de uma vez, inclusive semanalmente.
14.2 - As quantidades solicitadas são uma estimativa da demanda da Câmara Municipal de Patrocínio, podendo ou não ser utilizada em sua totalidade. O pagamento será realizado conforme a quantidade de itens utilizados.
14.3 - A Câmara Municipal de Patrocínio reserva-se no direito de não aceitar nem receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação.
14.4 - Qualquer tolerância por parte da CONTRATANTE, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a Câmara exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.
14.5 - A presente contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Câmara Municipal e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela CONTRATADA para a execução do objeto contratual, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter secundário ou qualquer outra.
14.4 - O presente Termo de Referência foi digitado pelo Setor de Compras, em conformidade com as descrições e especificações detalhadas solicitadas pelo Diretor do Departamento de Administração, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração, passa a integrar o processo administrativo formalizado.

VICTOR ABRÃO MOREIRA QUEIROZ
Diretor de Compras, Licitações e Almoxarifado

Publicado por:
Lucas Favalli Barbosa Viana
Código Identificador:347B81C4

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – PROCESSO Nº 12/2026 – DISPENSA Nº 08/2026 - PORTA PIVOTANTE

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – PROCESSO Nº 12/2026 – DISPENSA Nº 08/2026
Procedimento com aplicação da Lei nº 14.133/21

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PORTAS PIVOTANTES PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

Torna-se público que a Câmara Municipal de Patrocínio/MG realizará Dispensa de valor, com critério de julgamento de menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

O texto integral do Termo de Referência (contendo todas as informações sobre a contratação) e o modelo para envio da proposta comercial encontram-se à disposição dos interessados na Internet, no site https://www.patrocinio.mg.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/2026/dispensas

As propostas comerciais poderão ser enviadas para o endereço eletrônico licitacao@cmpatrocinio.mg.gov.br, até as 23:59 do dia 04/03/2026.

Publicado por:
Lucas Favalli Barbosa Viana
Código Identificador:44E0B5FA

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – PROCESSO Nº 13/2026 – DISPENSA Nº 09/2026 - EXTINTORES

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – PROCESSO Nº 13/2026 – DISPENSA Nº 09/2026
Procedimento com aplicação da Lei nº 14.133/21

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REPARO EM EXTINTORES DE INCÊNDIO A FIM DE PREVENIR CONTRA RISCOS DE FOGO OU ELÉTRICOS NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

Torna-se público que a Câmara Municipal de Patrocínio/MG realizará Dispensa de valor, com critério de julgamento de menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

O texto integral do Termo de Referência (contendo todas as informações sobre a contratação) e o modelo para envio da proposta comercial encontram-se à disposição dos interessados na Internet, no site https://www.patrocinio.mg.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/2026/dispensas

As propostas comerciais poderão ser enviadas para o endereço eletrônico licitacao@cmpatrocinio.mg.gov.br, até as 23:59 do dia 04/03/2026.

Publicado por:
Lucas Favalli Barbosa Viana
Código Identificador:423E586E

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – PROCESSO Nº 14/2026 – DISPENSA Nº 10/2026 - SERVIÇO DE CHAVEIRO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – PROCESSO Nº 14/2026 – DISPENSA Nº 10/2026
Procedimento com aplicação da Lei nº 14.133/21

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO EM GERAL, COM MATERIAL INCLUSO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

Torna-se público que a Câmara Municipal de Patrocínio/MG realizará Dispensa de valor, com critério de julgamento de menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

O texto integral do Termo de Referência (contendo todas as informações sobre a contratação) e o modelo para envio da proposta comercial encontram-se à disposição dos interessados na Internet, no site https://www.patrocinio.mg.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/2026/dispensas

As propostas comerciais poderão ser enviadas para o endereço eletrônico licitacao@cmpatrocinio.mg.gov.br, até as 23:59 do dia 04/03/2026.

Publicado por:
Lucas Favalli Barbosa Viana
Código Identificador:936B5AB5

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA N.º 005/2026.

Exonera cargo em comissão da Câmara Municipal de Pirapora/MG.

O Presidente da Câmara Municipal de Pirapora, no uso de suas atribuições, na forma que dispõe o inciso XXX, do artigo 37, do Regimento Interno da Casa,

R E S O L V E

Art. 1º Exonerar do cargo efetivo de **Assessora Jurídica** da Câmara Municipal de Pirapora/MG, a senhora **DÉBORA DINIZ REIS**, a pedido, em razão de posse em outro cargo público efetivo não acumulável constitucionalmente.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Sala da Presidência, 27 de fevereiro de 2026.

ITAMAR ALVES MOTA
Presidente

Publicado por:
Débora Barbosa da Silva
Código Identificador:25D7FFEC

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA N.º 006/2026.

Designa os membros da Comissão de Patrimônio Mobiliário da Câmara Municipal de Pirapora e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Pirapora/MG, no uso de suas atribuições legais, especialmente a descrita no inciso XX X, do artigo 37, do Regimento Interno da Câmara,
R E S O L V E
Art. 1º Designar os membros da Comissão de Patrimônio Mobiliário desta Casa, para o exercício 2025, que terá a seguinte constituição:

EVANILDE DE SOUZA SILVA
EZEQUIEL RAMOS PINTO
POLIANE DA SILVA ALVES DURÃES
ROAN WDYALEN CARDOSO DE AQUINO
ANNE CAROLINE CARDOSO LEITE
NÁGILA NEVES BORGES
LUANA STEFANI TORQUATO DE SOUSA
RADYLA CRISTINA SILVA GOMES
GLEISSON OLIVEIRA NERY
DEYVISON POLONIO AZEVEDO RODRIGUES
ADILSON LOPES CARDOSO
FÁTIMA CARDOSO BORGES
LUDMILA VELOSO GAIA MONTEIRO
TALITHA MELO ANDRADE NEVES
WENDELL CLEYTON RODRIGUES
CARLOS EMANUEL FERREIRA BRITO
CLAUDIA DA CONCEIÇÃO REIS
DANIELA ALVES PIRES
SILVANA DE JESUS BARBOSA GOMES
ANDRÉ HENRIQUE LOPES BARRETO
RAQUEL PEREIRA GOMES
SANDRA ELIANA PEREIRA DA SILVA SANTOS
ADRIELY GONÇALVES PEREIRA LEITE

Art. 2º Compete aos membros da Comissão de Patrimônio Mobiliário as seguintes atribuições:

I – levantamento, conferência e realização de inventário físico-financeiro de todos os bens;
II – atualizar os registros e os controles administrativos dos bens;

III – realizar a avaliação inicial e regularização do patrimônio da Câmara, por meio de reavaliação de bens, de redução ao valor recuperável, de depreciação, inclusive realizar a baixa de bens permanentes que constam do acervo patrimonial;

IV – confirmar a responsabilidade de todos os servidores e vereadores sobre os bens sob responsabilidade pessoal de cada um e expedir os respectivos termos de responsabilidade;

V – confrontar os saldos contábeis e patrimonial;

VI – subsidiar a avaliação de procedimentos e controle de materiais permanentes;

VII – guardar e controlar a utilização dos bens de consumo da câmara, inclusive requisitando previamente ao servidor responsável a compra/reposição de materiais faltantes;

VIII – fornecer todas as informações necessárias à Presidência da Câmara, à Mesa Diretora, bem como aos órgãos fiscalizadores;

IX – emitir relatórios periódicos dos trabalhos realizados pela Comissão.

Art. 3º A Comissão de Patrimônio Mobiliário reunir-se-á com periodicidade mensal, no mínimo, sendo que na primeira reunião após esta Portaria entrar em vigor será definido os grupos de trabalho e suas atribuições com a definição da respectiva Presidência.

Art. 4º Para o exercício das atividades da Comissão de Patrimônio Mobiliário todos os membros farão jus ao recebimento de gratificação no percentual de 30% (trinta por cento) sobre os vencimentos.

Art. 5º Revogada a Portaria nº 073/2025 e demais disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Sala da Presidência, 27 de fevereiro de 2026.

ITAMAR ALVES MOTA
Presidente

Publicado por:
Débora Barbosa da Silva
Código Identificador:7FE3A923

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUI

CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUI
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 003/2026 – DISPENSA FÍSICA N.° 002/2026

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Pitangui/MG. **CONTRATADO: POSTO SANTANENSE LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 30.751.676/0001-88, com sede a Rua Major Bahia com Expedicionários Nestor Aguiar, nº 285, Centro, na cidade de Pitangui/MG, CEP: 35.650-000. **OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica para fornecimento contínuo de água mineral e recarga de gás liquefeito de petróleo (GLP), destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Pitangui/MG. **VIGÊNCIA**: **27/02/2026 à 27/02/2027**. **VALOR:** R$ 28.520,00 (vinte e oito mil e quinhentos e vinte reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Ficha 19 – 01.02.01.01.122.0013.2008.3.3.90.30.00 – Material de Consumo **FORO**: Comarca de Pitangui/MG.

Publicado por:
Karen Teixeira Silva
Código Identificador:184527F3

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS

LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026
EDITAL Nº 05/2026
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Pratápolis, por intermédio de sua autoridade competente, torna público, para os devidos fins legais, o Extrato de Adjudicação e Homologação referente ao Processo Administrativo nº 05/2026, Edital nº 05/2026, na modalidade Dispensa de Licitação, instaurado com fundamento no art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mensal, bem como assistência técnica em plataforma elevatória Daiken 325kg, conforme especificações constantes no instrumento convocatório e seus anexos.
Conforme Ata de Análise das Propostas, datada de 26 de fevereiro de 2026, verificou-se a apresentação de 01 (uma) proposta, sendo declarada vencedora, por atender integralmente às exigências editalícias, apresentar regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, bem como demonstrar compatibilidade do valor ofertado com os preços praticados no mercado e com a estimativa da Administração, a empresa:
ELEVADORES DINIZ LTDA
CNPJ: 08.873.472/0001-60
Valor Global: R$ 4.200,00

Diante da regularidade do procedimento, da observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e do julgamento objetivo, fica o objeto **ADJUDICADO** à empresa acima identificada.
Em ato contínuo, e após análise dos autos, o Presidente da Câmara Municipal, Sr. Deusmar de Oliveira Maia, **HOMOLOGOU** o resultado do Processo Administrativo nº 05/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, determinando a adoção das providências subsequentes para formalização da contratação e publicação do respectivo extrato.
Data da Homologação: 27 de fevereiro de 2026.

Pratápolis/MG, 27 de fevereiro de 2026.

DEUSMAR DE OLIVEIRA MAIA
Presidente da Câmara Municipal de Pratápolis

SHAYANE CRISTINA LARA
Agente de Contratação

Publicado por:
Shayane Cristina Lara
Código Identificador:DB06DBEF

LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2026
EDITAL Nº 06/2026
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Pratápolis, por intermédio de seu Presidente, torna público, para conhecimento dos interessados, o Extrato de Adjudicação e Homologação do Processo Administrativo nº 06/2026, Edital nº 06/2026, na modalidade Dispensa de Licitação, realizado nos termos do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de produtos destinados ao café da tarde dos funcionários da Câmara Municipal de Pratápolis, conforme especificações constantes no instrumento convocatório e seus anexos.

Após regular instrução processual, análise da proposta apresentada e verificação da conformidade com as exigências legais, constatou-se a vantajosidade da proposta e a observância aos princípios que regem a Administração Pública, especialmente legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade.
Fica **ADJUDICADO** o objeto do presente procedimento à empresa:
SANTA BARBARA ATACADO E VAREJO LTDA
CNPJ: 17.525.429/0001-03
Valor Global: R$ 8.975,50

Em ato contínuo, o Presidente da Câmara Municipal, Sr. Deusmar de Oliveira Maia, **HOMOLOGOU** o resultado do Processo Administrativo nº 06/2026, determinando a adoção das providências administrativas subsequentes para formalização da contratação e publicação do respectivo extrato, nos termos da legislação vigente.
Data da Homologação: 27 de fevereiro de 2026.

Pratápolis/MG, 27 de fevereiro de 2026.

DEUSMAR DE OLIVEIRA MAIA
Presidente da Câmara Municipal de Pratápolis

SHAYANE CRISTINA LARA
Agente de Contratação

Publicado por:
Shayane Cristina Lara
Código Identificador:1BDCC60E

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Comunicamos a publicação do Processo Licitatório nº 0003/2026, Pregão Eletrônico nº 0002/2026, referente à "Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de aparelhos de ar-condicionado, no prédio sede da Câmara Municipal de Serro/MG". Período para o envio da proposta de preços e documentos de habilitação: 02/03/2026 a 17/03/2026 (até 08:59 horas). Data da Sessão Pública: 17/03/2026. Horário da Fase de Lances: 09:00 horas. Plataforma: www.licitardigital.com.br. Critério de julgamento: Menor preço global. Modo de disputa: Aberto. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site www.licitardigital.com.br e www.camaraserro.mg.gov.br.

JOÃO PAULO BRANDÃO SIMÕES,
Presidente da Câmara Municipal de Serro/MG.

Publicado por:
Josymar Carvalhais Reis
Código Identificador:795E7736

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO – PUBLICAÇÃO (DISPENSA)

Processo Administrativo nº 020/2026
Dispensa de Licitação nº 015/2026
Contratante: Câmara Municipal de Tapira (MG), órgão detentor de personalidade judiciária devidamente inscrita no CNPJ n º 23.369.515/0001-69, com sede na rua Egídio Ribeiro d e Resende, n ° 83, Bairro Centro, Tapira/MG, cep. 38.185-000, Guilherme Jamil Borges, brasileiro, agente político – Presidente da Câmara de Tapira/MG, residente e domiciliado no Município de Tapira/MG - Minas Gerais.
Contratado: Consórcio Interfederativo Minas Gerais – CIMINAS, pessoa jurídica de Direito Público regularmente inscrita no CNPJ sob n° 19.493.732/0001-99, com sede na Praça Antônio Alves da Costa, nº 300, Vila São Pedro, Araxá (MG), CEP. 38.183-058, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Frederico Ozanan Rangel, brasileiro, agente político - Prefeito de Santa Rosa da Serra, residente e domiciliado no Município de Santa Rosa da Serra - Minas Gerais

Objeto: Prestação de serviços de locação de veículos leves, na forma do inciso iii, §1o, do art. 2o da lei no 11.107/05 e art. 18 e inciso II, do art. 10 do dec. 6.017/07.
Itens: 88 - Veículo tipo SUV de grande porte, ano/modelo mínimo 2018, - execução com motorista e combustível por conta do município - combustivel flex: veículo tipo suv de grande porte, destinado à locação, ano/modelo mínimo 2018, transmissão automática, em bom estado de conservação, com capacidade mínima para 7 ocupantes, motor a combustão, direção hidráulica ou elétrica, freios abs, airbags, ar condicionado, vidros e travas elétricas, atendendo às normas do CONTRAN e legislação vigente - execução com motorista e combustível por conta do município - flex; e 103 - Sedã médio porte premium, ano de fabricação/modelo mínimo 2018, 04 portas, destinado à locação, capacidade mínima para 05 (cinco) ocupantes, transmissão automática, motorização compatível com a categoria, combustível flex, direção assistida elétrica ou hidráulica, ar-condicionado, vidros elétricos nas quatro portas, travas elétricas, retrovisores elétricos, bancos com acabamento compatível com a categoria premium, ajuste de altura do banco do motorista, volante com regulagem de altura e profundidade, sistema de som com central multimídia e conectividade mínima (bluetooth e usb), computador de bordo, piloto automático, câmera de ré ou sensores de estacionamento, faróis com regulagem de altura, rodas compatíveis com a categoria, no mínimo 02 (dois) airbags frontais, freios abs, controle eletrônico de estabilidade e tração, cintos de segurança de três pontos para todos os ocupantes, encostos de cabeça em todos os assentos, veículo em perfeito estado de conservação, com manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada, seguro total vigente, documentação regular, revisões em dia e pleno funcionamento durante todo o período de locação, com execução com motorista e combustível por conta do município.
Valor total do contrato: R$ 237.468,00 (duzentos e trinta e sete mil quatrocentos e sessenta e oito reais).
Vigência: 25 de fevereiro de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Publicado por:
Mary Márcia Marques
Código Identificador:C08D042C

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO – PUBLICAÇÃO (DISPENSA)

Processo Administrativo nº 018/2026
Dispensa de Licitação nº 013/2026
Contratante: Câmara Municipal de Tapira (MG), órgão detentor de personalidade judiciária devidamente inscrita no CNPJ n º 23.369.515/0001-69, com sede na rua Egídio Ribeiro d e Resende, n º 83, Bairro Centro, Tapira/MG, cep. 38.185-000, Guilherme Jamil Borges, brasileiro, agente político – Presidente da Câmara de Tapira/MG, residente e domiciliado no Município de Tapira/MG - Minas Gerais.
Contratado: Consórcio Interfederativo Minas Gerais – CIMINAS, pessoa jurídica de Direito Público regularmente inscrita no CNPJ sob n° 19.493.732/0001-99, com sede na Praça Antônio Alves da Costa, nº 300, Vila São Pedro, Araxá (MG), CEP. 38.183-058, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Frederico Ozanan Rangel, brasileiro, agente político - Prefeito de Santa Rosa da Serra, residente e domiciliado no Município de Santa Rosa da Serra - Minas Gerais
Objeto: Prestação de serviços de assessoria e consultoria, por pessoa jurídica com especialização nas áreas de gestão administrativa, comunicação institucional e saúde pública, na forma do inciso III, §1o, do art. 2o da lei no 11.107/05 e art. 18 e inciso II, do art. 10 do dec. 6.017/07.
Item: 01- Assessoria e Consultoria, por pessoa jurídica com especialização técnica para atender as demandas de serviços técnicos em marketing e comunicação digital, de forma institucional.
Valor total do contrato: R$50.526,00 (cinquenta mil quinhentos e vinte e seis).
Vigência: 23 de fevereiro de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Publicado por:
Mary Márcia Marques
Código Identificador:39D5D745

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA

CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA
EXTRATO DE ADITIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA torna público o aditivo nº 001/26 ao contrato nº 09/2025, processo dispensa nº 048/2024. **Objeto contratado**: Prorrogação do prazo de vigência contratual. **Contratada**: GILMAR DE FREITAS PLACAS EM AÇO INOX LTDA inscrita no CNPJ n°18.426.600/0001-81. **Valor global deste aditivo;** R$ 1.736,00. **Dotação orçamentária**: 01.001.0103101014.017-Manutenção das Sessões, Eventos e homenagens Legislativas,01003.0103101034.016 - Manutenção da Atividades da Escola do Legislativo, Elemento de despesa: 3390310000 - Premiações culturais, artísticas, cientificas, desportivas e outros, Subelemento: 3390310000 - Premiações culturais, artísticas, cientificas, desportivas e outros. **Vigência**: 12/02/2026 a 11/02/2027. **Assinado por:** Gilmar de Freitas e, Robson Alencar de Souza, pela Câmara Municipal de Viçosa.

ROBSON ALENCAR DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de Viçosa

Publicado por:
Camila Vieira de Paula
Código Identificador:8912C226

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMAMS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 054/2025 PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 024/2025

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira Da SUDENE – torna público a Ata de Registro de Preços N.º **023/2026**, referente ao: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE KITS E MOCHILAS ESCOLARES PARA ATENDER A DEMANDA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE-CIMAMS. Empresa Vencedora do Lote 01: BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA; Valor Global: R$ 30.489.612,72. Vigência 12 meses**. Quaisquer informações pelo fone: (38) 93300-4419 ou (38) 93300-4417, e-mail: licitacao@cimams.mg.gov.br

ADAILDO ROCHA MOREIRA
Presidente do CIMAMS

Publicado por:
Mariana Rodrigues Fagundes
Código Identificador:70AE7027

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO CONTRATO 052/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 001/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2026

O CIMAMS – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – torna público aos interessados a celebração do **Termo Aditivo ao Contrato nº 052/2026**, destinado à **redução do valor contratual**, com o objetivo de adequação às necessidades e aos limites financeiros do convênio vigente. O referido contrato possui como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO

DE CAMINHÕES, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS. A alteração contratual fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, que autoriza modificações quantitativas e financeiras para melhor adequação às necessidades da Administração Pública, desde que devidamente justificadas. A redução promovida não compromete a continuidade nem a qualidade dos serviços prestados, mantendo-se inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais. Informações pelo fone: (38) 3221-0841, e-mail: licitacaocimams@yahoo.com.br.

RICARDO ANTUNES MAGALHÃES **-**
Secretário Executivo do CIMAMS.

Publicado por:
Rafael Goncalves Chagas
Código Identificador:90812857

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO CONTRATO 054/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 001/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2026

O CIMAMS – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – torna público aos interessados a celebração do **Termo Aditivo ao Contrato nº 054/2026**, destinado à **redução do valor contratual**, com o objetivo de adequação às necessidades e aos limites financeiros do convênio vigente. O referido contrato possui como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS. A alteração contratual fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, que autoriza modificações quantitativas e financeiras para melhor adequação às necessidades da Administração Pública, desde que devidamente justificadas. A redução promovida não compromete a continuidade nem a qualidade dos serviços prestados, mantendo-se inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais. Informações pelo fone: (38) 3221-0841, e-mail: licitacaocimams@yahoo.com.br.

RICARDO ANTUNES MAGALHÃES **-**
Secretário Executivo do CIMAMS.

Publicado por:
Rafael Goncalves Chagas
Código Identificador:AB8A0C65

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO CONTRATO 067/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 001/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2026

O CIMAMS – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – torna público aos interessados a celebração do **Termo Aditivo ao Contrato nº 067/2026**, destinado à **redução do valor contratual**, com o objetivo de adequação às necessidades e aos limites financeiros do convênio vigente. O referido contrato possui como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS. A alteração contratual fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, que autoriza modificações quantitativas e financeiras para melhor adequação às necessidades da Administração Pública, desde que devidamente justificadas. A redução promovida não compromete a continuidade nem a qualidade dos serviços prestados, mantendo-se inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais. Informações pelo fone: (38) 3221-0841, e-mail: licitacaocimams@yahoo.com.br.

RICARDO ANTUNES MAGALHÃES **-**
Secretário Executivo do CIMAMS.

Publicado por:
Rafael Goncalves Chagas
Código Identificador:FFA2801D

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO CONTRATO 070/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 001/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2026

O CIMAMS – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – torna público aos interessados a celebração do **Termo Aditivo ao Contrato nº 070/2026**, destinado à **redução do valor contratual**, com o objetivo de adequação às necessidades e aos limites financeiros do convênio vigente. O referido contrato possui como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS. A alteração contratual fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, que autoriza modificações quantitativas e financeiras para melhor adequação às necessidades da Administração Pública, desde que devidamente justificadas. A redução promovida não compromete a continuidade nem a qualidade dos serviços prestados, mantendo-se inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais. Informações pelo fone: (38) 3221-0841, e-mail: licitacaocimams@yahoo.com.br.

RICARDO ANTUNES MAGALHÃES **-**
Secretário Executivo do CIMAMS.

Publicado por:
Rafael Goncalves Chagas
Código Identificador:8AAEBC69

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMGEP - CONSORCIO INT. MULT. DE GESTÃO PUBLICA DOS MUN. DO CENTRO OESTE

CIMGEP
CONVOCAÇÃO Nº 010 PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

O Pregoeiro do Consórcio Municipal Multifinalitário de Gestão Pública Dos Municípios do Centro Oeste Mineiro, designado pela portaria Nº 030/2025, de 15/10/2025 responsável pela condução do Pregão Eletrônico nº 06/2025, que tem como objeto registro de preços para contratação de empresa para confecção de uniformes escolares para atender as demandas das secretarias de educação dos municípios consorciados ao CIMGEP, sob demanda futura e eventual, nos termos, condições e exigências estabelecidas no termo de referência, **CONVOCA** as empresas abaixo informada, com fulcro no subitem 8.3 do Termo de Referência (anexo I do Edital de Licitação), para apresentação de amostra(s) :

a) Fornecedor 15 (**ART ESTAMPARIA LTDA**, CNPJ: 34.518.825/0001-14), deverá apresentar amostras para os **LOTES 01, 02, 07 e 08.**

b) Fornecedor 06 (**GRIPP CONFECÇÕES LTDA**, CNPJ: 29.638.619/0001-08), deverá apresentar amostra para o **LOTE 03.**

As amostras deverão ser compostas por apenas um modelo de cada tamanho por lote, podendo os modelos ser aqueles disponíveis em estoque pela empresa, desde que observada a mesma composição de materiais e as especificações técnicas estabelecidas no edital, nos tamanhos de 1 a 11 anos.

Cumpre informar que a referida apresentação da amostra deverá ocorrer de **segunda a sexta-feira,** no horário das **08h às 12h e das 13h às 16h,** no seguinte endereço: **Av. Doutor Guido, 297 - CENTRO, Abaeté - MG, 35620-000**, a qual possui o seguinte endereço eletrônico: cimgepconsorciopublico@gmail.com, **DENTRO DO PRAZO DE 2 (dois) DIAS ÚTEIS.**
Demais informações e resultados sobre as amostragens estão disponíveis no Portal Licitar Digital em **https://licitar.digital/.**

Publicado por:
Daniela Ferreira Mendes
Código Identificador:8AFBD348

CIMGEP
PORTARIA Nº 001/2026

PORTARIA Nº001/2026

Dispõe sobre os feriados e pontos facultativos do CIMGEP no exercício de 2026.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário de Gestão Pública dos Municípios do Centro Oeste Mineiro - CIMGEP, no exercício de suas atribuições legais, em observância ao Estatuto Social, Contrato de Consórcio e suas alterações e no Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMGEP, **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica estabelecido que não haverá expediente no âmbito do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário de Gestão Pública dos Municípios do Centro-Oeste Mineiro – CIMGEP, no exercício de 2026, nas seguintes datas:

I - **16 de fevereiro**, segunda-feira, Carnaval (ponto facultativo);
II - **17 de fevereiro**, terça-feira, Carnaval (feriado nacional);
III - **18 de fevereiro**, quarta-feira de Cinzas (ponto facultativo);
IV - **02 de abril**, quinta-feira Santa (ponto facultativo);
V - **03 de abril**, sexta-feira, Paixão de Cristo (feriado nacional);
VI - **20 de abril**, segunda-feira (ponto facultativo);
VII - **21 de abril**, terça-feira, Dia de Tiradentes (feriado nacional);
VIII - **1º de maio**, sexta-feira, Dia do Trabalhador (feriado nacional);
IX - **04 de junho**, quinta-feira, Corpus Christi (feriado nacional);
X - **05 de junho**, sexta-feira (ponto facultativo);
XI - **07 de setembro**, segunda-feira, Independência do Brasil (feriado nacional);
XII - **12 de outubro**, segunda-feira, Dia de Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);
XIII - **30 de outubro**, sexta-feira, Comemoração do Dia do Servidor Público (ponto facultativo);
XIV - **02 de novembro**, segunda-feira, Dia de Finados (feriado nacional);
XV - **15 de novembro**, domingo, Proclamação da República (feriado nacional);
XVI - **20 de novembro**, sexta-feira, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra (feriado nacional);
XVII - **24 de dezembro**, quinta-feira, véspera de Natal (ponto facultativo);
XVIII - **25 de dezembro**, sexta-feira, Natal (feriado nacional);
XIX - **31 de dezembro**, quinta-feira, véspera de Ano Novo (ponto facultativo).

Art. 2º - Nas datas em que recaírem pontos facultativos, os serviços essenciais eventualmente mantidos pelo CIMGEP deverão funcionar normalmente, a critério da Presidência ou da Diretoria Executiva, conforme a necessidade do serviço público consorciado.

Art. 3º - Esta Portariaentra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

(Assinado e Datado Eletronicamente)
IVANIR DELADIER DA COSTA
Presidente do CIMGEP

Publicado por:
Daniela Ferreira Mendes
Código Identificador:137CDC9F

CIMGEP
PORTARIA Nº 002/2026

PORTARIA Nº002/2026

Dispõe sobre a NOMEAÇÃO PARA O EMPREGO PÚBLICO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS do CIMGEP.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário de Gestão Pública dos Municípios do Centro Oeste Mineiro - CIMGEP, no exercício de suas atribuições legais, em observância ao Estatuto Social, Contrato de Consórcio e suas alterações e no Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMGEP; **RESOLVE:**

Art. 1º -Fica nomeada, a partir de 02 de março de 2026, **ISABELA BORGES FERREIRA DE OLIVEIRA**, inscrita no CPF sob o nº XXX.610.376-XX, para exercer o emprego público em comissão de Coordenador de Licitações, Contratos e Compras do CIMGEP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté/MG, data da assinatura eletrônica.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

(Assinado Eletronicamente)
IVANIR DELADIER DA COSTA
Presidente do CIMGEP

Publicado por:
Daniela Ferreira Mendes
Código Identificador:A24CE12B

CIMGEP
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 02/2026 AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA N° 001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 02/2026
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA N° 001/2026

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário de Gestão Pública dos Municípios do Centro Oeste Mineiro (CIMGEP), inscrito no CNPJ sob o nº 53.255.914/0001-60, com sede na Avenida Dr. Guido, nº 297, Bairro Centro, por intermédio do Setor de Licitações e Contratos, torna público em seu sítio eletrônico: www.cimgep.mg.gov.br, no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e na plataforma licitar digital (https://licitar.digital/), com base legal no art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a manifestação de interesse da Administração de promover CONTRATAÇÃO DIRETA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, EM RAZÃO DO VALOR, nos termos disposto no art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, com a especificação a seguir do objeto pretendido e demais elementos, objetivando a contratação do fornecedor em razão da característica de menor valor:
Objeto da Contratação Direta: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de acesso à internet, com fornecimento de link de dados, comodato de equipamentos e suporte técnico, destinados a atender às necessidades do CIMGEP.
Data de **Início** de Recebimento de Proposta: **02/03/2026 às 08h00min**
Data **Final** de Recebimento de Proposta: **06/03/2026 às 08h00min**
Endereço eletrônico para envio da proposta: **licitacao@cimgep.mg.gov.br**
Link do Processo: **https://licitar.digital/**

Publicado por:
Daniela Ferreira Mendes
Código Identificador:03FF47B6

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIM-MG CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE MINAS GERAIS

CIM-MG CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE MINAS GERAIS
PORTARIA Nº 03/2026

PORTARIA Nº 03/2026.

DESIGNA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DE AMOSTRAS REFERENTES AO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2026, NO ÂMBITO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE MINAS GERAIS – CIM/MG.

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE MINAS GERAIS – CIM/MG, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 11.107, de 2005, pelo Decreto Federal nº 6.017, de 2007, pelo Contrato de Consórcio Público, pelo Estatuto do CIM/MG, bem como pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,
CONSIDERANDO a necessidade de proceder à avaliação técnica das amostras apresentadas no âmbito do Pregão Eletrônico SRP nº 01/2026, cujo objeto consiste no Registro de Preços para futura e eventual aquisição de kits de livros paradidáticos;
CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à possibilidade de exigência e análise de amostras para verificação de conformidade do objeto com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência;
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, julgamento objetivo e segregação de funções, aplicáveis aos procedimentos licitatórios;
CONSIDERANDO a necessidade de designação formal de comissão técnica composta por profissionais com formação e experiência pedagógica compatíveis com o objeto da contratação,
RESOLVE:
Art. 1º. DESIGNAR as servidoras abaixo relacionadas para comporem a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DE AMOSTRAS, no âmbito do Pregão Eletrônico SRP nº 01/2026:
I – MORGANA MOREIRA TEIXEIRA LEITE
Cargo/Função: Coordenadora Pedagógica
Formação: Pedagogia
II – CARLA CRISTINA DA SILVA BRAGA
Cargo/Função: Coordenadora Pedagógica
Formação: Pedagogia
III – NAYELLEN BIANSI DUARTE MASCARÉNEAS
Cargo/Função: Coordenadora Pedagógica
Formação: Pedagogia
Art. 2º. Compete à Comissão de Avaliação Técnica proceder à análise qualitativa e técnica das amostras apresentadas pelos licitantes, verificando a conformidade dos materiais com as especificações constantes do Termo de Referência e do Edital, especialmente quanto aos critérios pedagógicos, adequação etária, compatibilidade com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, aspectos editoriais, qualidade gráfica e demais requisitos técnicos exigidos.
Art. 3º. A Comissão deverá elaborar relatório técnico circunstanciado, fundamentando suas conclusões quanto à aprovação ou reprovação das amostras, assegurando o julgamento objetivo e a estrita vinculação ao instrumento convocatório.
Art. 4º. A atuação da Comissão restringe-se à análise técnica das amostras, não competindo às suas integrantes a prática de atos de condução do certame, os quais permanecem sob responsabilidade do Agente de Contratação/Pregoeiro, nos termos da legislação vigente.
Art. 5º. As integrantes da Comissão deverão atuar com independência técnica, imparcialidade e observância aos princípios da administração pública, respondendo por dolo ou erro grosseiro, nos termos da legislação aplicável.
Art. 6º. A designação de que trata esta Portaria não implica criação de vínculo funcional com o CIM/MG, tampouco alteração remuneratória, permanecendo as servidoras vinculadas ao Município de Mateus Leme, na forma do respectivo instrumento de cessão.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mateus Leme/MG, 19 de fevereiro de 2026.

RENILTON RIBEIRO COELHO
Presidente do CIM/MG

Publicado por:
Herick Gabriel Ferreira Silva
Código Identificador:5C4297D2

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMMVI - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DOS MUNICIPIOS DO VALE ITAPECERICA

CIMMVI
RESOLUÇÃO 003/2026

RESOLUÇÃO 003/2026, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

Aprova as contas do exercício financeiro de 2025 do Consórcio e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPECERICA – CIMMVI, no exercício das atribuições legais que lhe confere o contrato consolidado de consórcio público do CIMMVI, e em cumprimento à deliberação da Assembleia Geral, faz expedir a presente resolução.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam aprovadas as contas do exercício financeiro de 2025 do Consórcio, compreendendo:

I – Balanço Orçamentário, contendo a Demonstração da Execução Orçamentária;
II – Comparativo do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2024 e 2025;
III – Demonstrativos financeiros e relatórios auxiliares integrantes da prestação de contas anual;
IV - Relatório de Atividades.

Art. 2º - Integram a presente Resolução, para todos os fins legais, os documentos anexos.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral.

Divinópolis/MG, 27 de fevereiro de 2026

JULLIANO LACERDA LINO
Presidente do CIMMVI

Publicado por:
Luan Henrique Arantes Pereira
Código Identificador:50EFFC09

CIMMVI
RESOLUÇÃO 004/2026

RESOLUÇÃO 004/2026, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a padronização de uniformes, equipamentos de proteção individual e instituição de Kit Operacional de Vistoria Técnica para a equipe do Programa de Licenciamento Ambiental do Consórcio.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPECERICA – CIMMVI, no exercício das atribuições legais que lhe confere o contrato consolidado de consórcio público do CIMMVI,

e em cumprimento à deliberação da Assembleia Geral, faz expedir a presente resolução.

CONSIDERANDO:

A relevância institucional das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa de Licenciamento Ambiental;
A necessidade de identificação formal dos agentes técnicos durante vistorias externas;
A exposição habitual da equipe à radiação solar, intempéries, vegetação densa e terrenos irregulares;
A obrigação de observância às normas de segurança e saúde no trabalho, em especial a NR-06 (Equipamento de Proteção Individual);
Os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e padronização previstos na Lei nº 14.133/2021;
A necessidade de uniformização de especificações técnicas para futuras contratações e eventual registro de preços;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituída a padronização de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs – para uso obrigatório pela equipe técnica do Programa de Licenciamento Ambiental nas atividades de vistoria externa.

Art. 2º - Fica instituído o Kit Operacional de Vistoria Técnica, composto por materiais de apoio e instrumentos necessários à adequada execução das atividades de campo.

Art. 3º – A padronização tem por finalidade:

I – Garantir identificação clara e formal dos agentes públicos em atividade externa;
II – Assegurar condições mínimas de segurança e proteção individual;
III – Reduzir riscos ocupacionais e passivos trabalhistas;
IV – Promover economicidade mediante especificações uniformes;
V – Padronizar requisitos técnicos para os processos de aquisição.

Art. 4º - As especificações técnicas mínimas constam nos Anexos I e II e deverão ser observadas nos procedimentos administrativos de contratação.

Parágrafo único. Excepcionalidades deverão ser justificadas tecnicamente pela área demandante.

Art. 5º - Compete à Diretoria Executiva adotar as providências administrativas necessárias ao cumprimento desta Resolução.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis/MG, 27 de fevereiro de 2026

JULLIANO LACERDA LINO
Presidente do CIMMVI

ANEXO I - UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

1. Camisa UV Institucional
Camisa de manga longa para atividades externas;
Tecido com Fator de Proteção Ultravioleta (FPU) mínimo 50, com comprovação por laudo ou certificação do fabricante;
Tecido com características de respirabilidade e secagem rápida, adequado a atividades sob exposição solar prolongada;
Aplicação da logomarca oficial do Consórcio por meio de impressão ou bordado de alta durabilidade, resistente a lavagens frequentes.

2. Crachá de Identificação
Crachá confeccionado em material rígido e resistente ao desgaste;
Contendo foto atualizada, nome completo e cargo/função do servidor;
Identificação visual com logomarca oficial do Consórcio;
Acompanhado de suporte (cordão, presilha ou similar) que permita uso ostensivo durante atividades externas.

3. Calçado de Segurança
Calçado ocupacional tipo botina ou equivalente, adequado a atividades de campo;
Solado antiderrapante com propriedades de resistência ao escorregamento;
Resistência compatível com uso em terrenos irregulares e áreas com presença de umidade;
Certificado de Aprovação (CA) válido, conforme regulamentação do Ministério do Trabalho e Emprego;
Atendimento às normas técnicas aplicáveis de segurança do trabalho.

4. Chapéu de Proteção Solar
Chapéu com aba larga, adequado para proteção de face, orelhas e pescoço;
Confeccionado em material leve e respirável;
Proteção contra radiação ultravioleta, com indicação de FPU ou especificação técnica equivalente do fabricante;
Sistema de ajuste que assegure fixação durante deslocamentos em campo.

5. Perneira de Proteção Solar
Com elementos refletivos para aumento de visibilidade;
Sistema de ajuste por presilhas ou velcro de alta fixação;
Proteção contra agentes perfurantes e animais peçonhentos;
Estrutura interna com talas ou reforços de proteção;
Certificado de Aprovação (CA) válido, quando exigido pela regulamentação aplicável.

ANEXO II - KIT OPERACIONAL DE VISTORIA TÉCNICA

1. Materiais de Consumo
Protetor solar com FPS mínimo 30;
Repelente de insetos;

2. Instrumentos de Campo
Trena técnica para medições;
Clinômetro para aferição de inclinação/declividade;
Facão ou ferramenta de corte similar, quando tecnicamente necessário para acesso seguro em áreas com vegetação densa.

Fundamentação Técnica Complementar

O fornecimento de protetor solar e repelente encontra respaldo na prevenção de riscos ocupacionais decorrentes de exposição prolongada ao sol e agentes biológicos.

A utilização de instrumentos técnicos padronizados assegura uniformidade metodológica nas vistorias ambientais, fortalecendo a consistência dos pareceres técnicos emitidos pelo Consórcio.

A eventual utilização de ferramenta de corte restringe-se a situações de necessidade operacional justificada, visando garantir segurança de deslocamento da equipe e integridade física dos agentes.

Publicado por:
Luan Henrique Arantes Pereira
Código Identificador:34662ECC

CIMMVI
RESOLUÇÃO 005/2026

RESOLUÇÃO 005/2026, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

Institui e regulamenta a concessão de Vale-Transporte aos empregados públicos do CIMMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPECERICA – CIMMVI, no exercício das atribuições legais que lhe confere o contrato consolidado de consórcio público do CIMMVI, e em cumprimento à deliberação da Assembleia Geral de 26/02/2026, faz expedir a presente resolução.

CONSIDERANDO:

Que os empregados do CIMMVI são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho;
A obrigatoriedade de concessão do Vale-Transporte prevista na Lei nº 7.418/1985 e regulamentada pelo Decreto nº 95.247/1987;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituída a concessão de Vale-Transporte aos empregados públicos do CIMMVI que dele necessitem para deslocamento residência–trabalho–residência.

Art. 2º - O benefício será concedido mediante requerimento formal do empregado, acompanhado de declaração de endereço e das linhas utilizadas.

Art. 3º – O Vale-Transporte será custeado pelo CIMMVI, descontando-se do empregado o percentual correspondente a 6% (seis por cento) do salário-base, limitado ao valor efetivo das passagens necessárias, nos termos da legislação federal.

Art. 4º - O Vale-Transporte:
I – não possui natureza salarial;
II – não se incorpora à remuneração;
III – será concedido proporcionalmente aos dias efetivamente trabalhados;
IV – será suspenso em férias, afastamentos ou teletrabalho integral.

Art. 5º - As despesas correrão por dotação orçamentária própria.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis/MG, 27 de fevereiro de 2026

JULLIANO LACERDA LINO
Presidente do CIMMVI

Publicado por:
Luan Henrique Arantes Pereira
Código Identificador:176C01F4

CIMMVI
RESOLUÇÃO 006/2026

RESOLUÇÃO 006/2026, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre análise da prestação de contas do CIMMVI referente ao exercício financeiro de 2025 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPECERICA – CIMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em cumprimento a deliberação da Assembleia Geral, faz expedir a presente resolução:

RESOLVE:

Art. 1° - A Assembleia Geral, após a análise da prestação de contas do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPECERICA – CIMMVI, referente à execução orçamentária, índices e limites legais de limites de dívida, balanço financeiro, balanço orçamentário, balanço patrimonial, demonstrativo da dívida flutuante e dívida fundada emite parecer PELA APROVAÇÃO da prestação de contas do CIMMVI referente ao exercício financeiro de 2025.

Art. 2° - A deliberação da Assembleia Geral quanto à análise da prestação de contas, e por conseguinte, a emissão de parecer constante do art. 1°, não obsta a apreciação posterior de atos relativos ao mencionado exercício financeiro, pelos órgãos de controle interno dos Municípios Consorciados e dos órgãos de controle externo sob a ótica financeira, patrimonial, orçamentária,
contábil ou operacional, com enfoque no exame da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

Art. 3° - Integram a presente resolução os seguintes demonstrativos:

Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial;
Demonstrativo da Dívida Flutuante;
Execução da receita e despesa, movimentação financeira, obrigações e passivos de curto prazo e relatórios auxiliares.

Art. 4° - Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis/MG, 27 de fevereiro de 2026

JULLIANO LACERDA LINO
Presidente do CIMMVI

Publicado por:
Luan Henrique Arantes Pereira
Código Identificador:02DB6763

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DA ATA DA 1ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2026

EXTRATO DA ATA DA 1ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2026
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CERRADO MINEIRO – CISCEM
O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público que, no dia 27 de fevereiro de 2026, às 08h30min, em segunda chamada, realizou a 1ª Assembleia Geral Extraordinária do exercício de 2026, em modalidade presencial e híbrida, com a participação dos Municípios consorciados, nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal nº 6.017/2007, do Protocolo de Intenções e do Estatuto Social vigente. Instalada a sessão pelo Presidente do Consórcio, foram apreciadas e deliberadas matérias de relevante interesse institucional e administrativo. A Assembleia aprovou, por unanimidade dos presentes, alterações estatutárias destinadas à adequação da estrutura administrativa do CISCEM, contemplando exclusão e inclusão de cargos, ajustes redacionais e atualizações legais, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e boa governança pública. Na sequência, foram aprovadas resoluções administrativas disciplinando a concessão de diárias para viagens a serviço, a indenização por uso de veículo próprio, a concessão de auxílio-alimentação e auxílio-saúde aos ocupantes de cargos comissionados e empregados públicos, bem como a instituição e regulamentação do regime de adiantamento para despesas de pequeno vulto, conferindo maior segurança jurídica, padronização de procedimentos e controle interno às atividades do Consórcio. Também foram aprovadas as Tabelas de Serviços, Procedimentos e Valores do CISCEM, instrumento essencial à execução da gestão associada dos serviços de saúde e à formalização dos contratos de programa e de rateio, garantindo previsibilidade financeira e observância às diretrizes do Sistema Único de Saúde. A Assembleia deliberou ainda pela aprovação do Orçamento do CISCEM para o exercício financeiro de 2026, com a respectiva estimativa de receitas e fixação de despesas, assegurando planejamento orçamentário compatível com as ações e metas institucionais do Consórcio. Foram igualmente aprovadas alterações no Protocolo de Intenções, destinadas ao aperfeiçoamento da organização administrativa e à atualização normativa do instrumento constitutivo, bem como o calendário das Assembleias Ordinárias do ano de 2026, fixando-se as datas para realização das reuniões periódicas. Por fim, foi aprovada a manifestação de interesse dos Municípios de Lagoa Grande/MG e Martinho Campos/MG em integrar o CISCEM, ficando autorizada a adoção das providências estatutárias e administrativas necessárias à futura formalização da adesão, nos termos da legislação aplicável. A íntegra da ata encontra-se arquivada na sede administrativa do Consórcio e disponível para consulta pública, observadas as normas de transparência e acesso à informação.

Patos de Minas/MG, 27 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALVES FILHO
Presidente do CISCEM
Prefeito de Lagamar/MG

Publicado por:
Gabriela Manfrin Garcia Costa
Código Identificador:6B6E1187

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESOLUÇÕES- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CERRADO MINEIRO – CISCEM

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESOLUÇÕES- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CERRADO MINEIRO – CISCEM
O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, por seu Presidente, no uso de suas atribuições legais, torna público a aprovação por Assembleia Geral Extraordinária das seguintes resoluções: nº 01: "*Dispõe sobre viagem a serviço e a concessão de diária à ocupante de cargo em comissão e empregados públicos do Consorcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro - CISCEM, e dá outras providências", nº 02: "Dispõe sobre viagem a serviço e a concessão de diária à ocupante de cargo em comissão e empregados públicos do Consorcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro - CISCEM, e dá outras providências.", nº 03: "Regulamenta a indenização pelo uso de veículo próprio em deslocamentos a serviço por ocupantes de cargo em comissão e empregados públicos do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro - CISCEM, e dá outras providências.", nº 04: "Dispõe sobre a concessão de auxílio-alimentação aos ocupantes de cargo comissionado e empregados públicos do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro - CISCEM, e dá outras providências.", nº05: "Regulamenta o auxílio-saúde para os ocupantes de cargo comissionado e empregados públicos do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro - CISCEM, e dá outras providências.", nº 06: "Institui e regulamenta o regime de adiantamento para pagamento de despesas de pequeno vulto no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro - CISCEM, e dá outras providências", nº 07:* "Aprova a tabela de serviços, procedimentos e valores do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, e dá outras providências" e *nº 08: "Estima a receita e fixa a despesa do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM para o Exercício Financeiro de 2026, e dá outras providências."*.
Patos de Minas/MG, 27 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALVES FILHO
Presidente do CISCEM
Prefeito de Lagamar/MG

Publicado por:
Gabriela Manfrin Garcia Costa
Código Identificador:68108B2C

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA

CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2025

Extrato do primeiro termo aditivo ao contrato nº 035/2025 de prestação de serviços de locação de impressoras, firmado entre o CISMEV – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Rio das Velhas e a empresa **Copycentro LTDA EPP,** cujo objeto é a prorrogação da vigência do contrato por 12 meses a partir de 01/05/2026. Em virtude da prorrogação, o contrato sofrerá um impacto financeiro no valor de **R$ 104.640,00** (cento e quatro mil, seiscentos e quarenta reais), passando o valor total estimado do contrato de **104.640,00** (cento e quatro mil, seiscentos e quarenta reais) para **R$ 209.280,00 (duzentos e nove mil, duzentos e oitenta reais)**
Assinatura: 27/02/2026.

Publicado por:
Elisa Rodrigues Fonseca
Código Identificador:F58AD9B1

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISMISEL – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE SETE LAGOAS

CISMISEL
CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2026
O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Sete Lagoas - CISMISEL, através do Departamento de Licitações e Compras, torna público aos interessados o vencedor do Processo Licitatório n° 03/2026, na modalidade Pregão Eletrônico n° 03/2026 cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS E EXAMES DIAGNÓSTICOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.** *Celebra o contrato administrativo nº 02/2026, com a contratada* ***GSS GESTÃO SERVIÇOS A SAUDE LTDA****, com valor global R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), vigência – 12 (doze) meses.*

Mais informações poderão ser obtidas através do telefone (31) 3773-2547. Sete Lagoas/MG, 27 de fevereiro de 2026.

JÚLIA TEIXEIRA RIBEIRO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Júlia Teixeira Ribeiro
Código Identificador:2F8E08F8

CISMISEL
TERMO ADITIVO

1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025
O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Sete Lagoas através do Departamento de Licitações e Compras, torna público aos interessados, o 1º (primeiro) Termo Aditivo oriundo do *Processo Licitatório n° 02/2025, na modalidade Pregão Eletrônico n° 01/2025 cujo objeto é* **CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXAMES MÉDICOS E CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS**, fica prorrogado por 12 (doze) meses a partir do dia 04 de março de 2026, findando em 03 de março de 2027, com majoração de 25% do quantitativo anual. Celebrado com a contratada ***BRUNO HENRIQUE PAIVA NOGUEIRA LTDA****, com valor global R$ 100.521,00 (cem mil quinhentos e vinte e um mil reais)***.**

Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (31) 3773-2547. Sete Lagoas/MG, 27 de fevereiro de 2026.

JÚLIA TEIXEIRA RIBEIRO –
Pregoeira.

Publicado por:
Júlia Teixeira Ribeiro
Código Identificador:BC5BEFC1

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISPARA - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO- PROCESSO ADMINISTRATIVO 76/2025. DISPENSA DE LICITAÇÃO 40/2025.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ. AVISO DE HOMOLOGAÇÃO- Processo Administrativo 76/2025. Dispensa de licitação 40/2025. OBJETO: Contratação de empresa especializada para confecção e instalação de backdrops em lona personalizada, nos formatos 1,60 m x 2,00 m e 2,00 m x 2,00 mts, incluindo impressão em alta definição, acabamento adequado (reforço e ilhós ou equivalente), fornecimento de toda a estrutura necessária em aço pintado e montagem no local do evento, garantindo a perfeita fixação e exposição dos painéis, para o Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços do Alto do Rio Pará - CISPARÁ -MG. Empresa vencedora: SOU COMUNICAÇÃO VISUAL E MARKENTING, CNPJ. 44.288.345/0001-68. Valor Global: R$ 1.920,00 (um mil e novecentos e vinte reais). Dotação Orçamentária: 01.01.01.10.122.0043. 1001.44905200 - Ficha 1 fonte 1.500.Vigência: 30 dias. Embasamento art. 6º da Lei 14.133/21. Pará de Minas 27 de janeiro de 2026.

***FÁBIO ALVES COSTA FONSECA* –**
Presidente

Publicado por:
Eduardo Pinheiro
Código Identificador:67A075B1

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 48/2025-COPYCENTRO LTDA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ- CISPARÁ, torna público o extrato do primeiro aditivo, empresa COPYCENTRO LTDA**,** contrato nº 48, firmado aos 10 de março de 2025. O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de 25% do valor total do contrato nº 048/2025, na forma do artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo acrescido o valor de R$2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais). Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo Pará de Minas 27 de fevereiro de 2026-

***FÁBIO ALVES COSTA FONSECA* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Eduardo Pinheiro
Código Identificador:3F77D477

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 129/2025-DSC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ- CISPARÁ**, torna público o extrato do terceiro termo aditivo ao contrato de prestação de serviços nº 129/2025. CONTRATADO **DSC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** O presente termo aditivo tem por objeto acrescentar a planilha, anexo I do contrato original, os seguintes quantitativos, com embasamento legal no art. 125 da Lei 14.133/2021**:**.O presente termo aditivo tem por objeto acrescentar a planilha, anexo I do contrato original, os seguintes quantitativos, com embasamento legal no art. 125 da Lei 14.133/2021 no valor de R$ 13.728.245,81 (treze milhões setecentos e vinte e oito mil duzentos e quarenta e cinco reais e oitenta e um centavos**).** (Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato originário e não alteradas pelo presente instrumento. Pará de Minas,02 de fevereiro de 2026.

***FÁBIO ALVES COSTA FONSECA* –**
Presidente.

Publicado por:
Eduardo Pinheiro
Código Identificador:290295CF

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 129/2025-DSC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ- CISPARÁ, torna público o extrato do quarto termo aditivo ao contrato de prestação de serviços nº 129/2025. CONTRATADO DSC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Embasamento legal - Art. 105 da Lei n° 14.133, de 2021. O Termo Aditivo tem por objeto a repactuação contratual em decorrência da data-base prevista nas Convenções Coletivas de Trabalho da categoria profissional envolvida, observadas as disposições nelas contidas, bem como os valores e condições, que passa a integrar o presente instrumento para todos os fins de direito no valor de R$ 1.199.841,02 (UM MILHÃO CENTO E NOVENTA E NOVE MIL OITOCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E DOIS CENTAVOS).Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato originário e não alteradas pelo presente instrumento.

Pará de Minas,26 de fevereiro de 2026.

***FÁBIO ALVES COSTA FONSECA* –**
Presidente

Publicado por:
Eduardo Pinheiro
Código Identificador:BD64401C

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 197/2025-GABRIEL HENRIQUE DE OLIVEIRA ANDRADE LTDA.

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ- CISPARÁ**, torna público o extrato do primeiro termo aditivo ao contrato de prestação de serviços nº 197/2025. CONTRATADO **GABRIEL HENRIQUE DE OLIVEIRA ANDRADE LTDA.** O presente Termo Aditivo visa o acréscimo de 25% do quantitativo do item 1 do Contrato Administrativo n° 197/2025. Embasamento legal - Art. 105 da Lei n° 14.133, de 2021. Fica o acréscimo de 25% Contrato Administrativo n° 197/2025, R$ **2.325,00 (dois mil reais trezentos e vinte e cinco reais).** Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato originário e não alteradas pelo presente instrumento. Pará de Minas, 27 de fevereiro de 2026.

***FÁBIO ALVES COSTA FONSECA* –**
Presidente.

Publicado por:
Eduardo Pinheiro
Código Identificador:35748FE1

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISURG - OESTE - CONSORCIO INT. DE SAUDE DA REGIÃO AMPLIADA OESTE

CONSORCIO INT. DE SAUDE DA REGIÃO AMPLIADA OESTE
AVISO DE DISPENSA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO AMPLIADA OESTE PARA GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – CIS-URG OESTE. EXTRATO DO CONTRATO– Processo de Licitação n° 57/2026, Dispensa n° 57/2026. Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Ampliada Oeste para Gerenciamento dos Serviços de Urgência e Emergência - CIS-URG OESTE. Contratado: "**GONTIJO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA– CNPJ: 07.113.754/0001-05 / DISTRIBUIDORA NOVO LTDA – CNPJ: 62.272.937/0001-73 / DIMECOL-DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA ESCRITORIO COLINA LTDA – CNPJ: 38.662.607/0001-00**. Objeto: **"AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS PARA A BASE NOVA DO MUNICÍPIO DE ESTRELA DO INDAIÁ SOB GESTÃO DO CIS-URG OESTE/SAMU 192".** Valor previsto total de R$

13.393,70 (TREZE MIL, TREZENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E SETENTA CENTAVOS). Divinópolis/MG, 27 de fevereiro de 2026.

JOSÉ MÁRCIO ZANARDI –
Secretário Executivo.

Publicado por:
Marielle Rezende Gomes Ferreira
Código Identificador:CA8363A6

CONSORCIO INT. DE SAUDE DA REGIÃO AMPLIADA OESTE
AVISO DE DISPENSA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO AMPLIADA OESTE PARA GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – CIS-URG OESTE. EXTRATO DO CONTRATO– Processo de Licitação n° 95/2026, Dispensa n° 95/2026. Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Ampliada Oeste para Gerenciamento dos Serviços de Urgência e Emergência - CIS-URG OESTE. Contratado: "BIO HOSPITALAR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA", CNPJ: 86.592.987/0001-04. Objeto: **"AQUISIÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA DE LUVAS NITRÍLICAS E LANCETAS DE GLICEMIA QUE SÃO MATERIAIS DE USO ESSENCIAL PARA A UTILIZAÇÃO NOS ATENDIMENTOS DE OCORRÊNCIAS, PARA REPOR O ESTOQUE DA ASSISTÊNCIA E DISTRIBUIR PARA AS AMBULÂNCIAS DO CIS URG OESTE."** Valor previsto total de R$ 12.450,00 (DOZE MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS). Divinópolis/MG 27 de fevereiro de 2026.

JOSÉ MÁRCIO ZANARDI –
Secretário Executivo.

Publicado por:
Marielle Rezende Gomes Ferreira
Código Identificador:74CB75B1

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
CONTRATO ADMINISTRATIVO 014/2026

TÍTULO: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2026
O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço – CONSAÚDE torna público que celebrou o Contrato Administrativo nº 014/2026 com a empresa FELIPPE PERSANO PICARDI MODESTO, referente ao Processo Licitatório nº 028/2025, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de saúde de consultas não médicas.
O valor global do contrato é de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), com vigência até o dia 24 de fevereiro de 2026.
Coronel Fabriciano, 27 de fevereiro de 2026.

ANGELA SOUZA SOARES -
Equipe de Apoio

Publicado por:
Domingos Sávio de Castro
Código Identificador:B82081B7

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSORCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS

CIMINAS
AVISO DE ERRATA

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS – Licitação credenciamento 014/2025 processos 034/2025, torna público 1º ERRATA ao edital, errata na integra disponível em ciminas.mg.gov.br/licitacoes;

AMANDA PRISCILA RIBEIRO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:688BEA0D

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CIDRUS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CIDRUS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

CIDRUS - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, torna público o edital do Pregão Eletrônico nº 001/2026, tendo como objeto Registro de Preços, para a futura e eventual aquisição, locação com instalação e/ou somente instalação de enfeites de Natal, a serem utilizados em vias públicas, logradouros, praças e prédios públicos, destinados ao atendimento dos Municípios consorciados ao CIDRUS – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. A abertura da sessão pública será realizada no dia 13 de março de 2026 às 09:00 horas, no endereço eletrônico: https://www.portaldelicitacoescidrus.com.br/ . O edital poderá ser obtido nos sites: https://www.gov.br/pncp/pt-br e www.cidrus.mg.gov.br e também através do e-mail: licitacao@cidrus.mg.gov.br .

Candeias, 27 de fevereiro de 2026

GUILHERME HENRIQUE LAMOUNIER
Pregoeiro CIDRUS

Publicado por:
Guilherme Henrique Lamounier
Código Identificador:BB5860D9

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA / CIMBAJE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO DIA 26/02/2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA – PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO - Processo Administrativo 617/2026 – CREDENCIAMENTO Nº. 001/2026. **Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte de passageiros, por meio de fretamento de veículo do tipo ônibus rodoviário, com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) assentos, incluindo, sempre que houver disponibilidade, a inserção de usuários em viagens previamente agendadas pelo prestador, destinado ao deslocamento de pacientes, acompanhantes e colaboradores com destino à cidade de Belo Horizonte/MG para realização de tratamentos de saúde, consultas, exames, procedimentos médicos especializados e capacitações institucionais, com o objetivo de atender às demandas dos municípios consorciados e do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha – CIMBAJE. – O referido Edital encontra-se disponível no site Oficial do Consórcio CIMBAJE http://www.cimbaje.mg.gov.br/ e na plataforma digital: https://app.licitardigital.com.br/pesquisa/. Para mais informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas no horário das 08:00 às 18:00 de Segunda a Sexta-feira, na sala da Comissão Permanente de licitação, localizada na Rua Pref. Estevam Melo nº 02 – Nsa. Senhora das Graças - Jacinto/MG, e pelo tel. (33) 3723-1270 ou pelo e-mail:

licitacao@cimbaje.mg.gov.br. - **Esttevão de Freitas Ferraz – Agente de Contratação - Jacinto/MG, 26 de fevereiro de 2026.**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - PUBLICAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO Processo Administrativo 839/2026 - Pregão Eletrônico 001/2026. O CIMBAJE, torna público que realizará no dia **11/03/2026 às 09:30** horas o P.A 839/2026 - Pregão Eletrônico 001/2026 – **Objeto:** Registro de preços para a futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios e materiais de copa e cozinha, para atender às demandas do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha – CIMBAJE. O referido Edital encontra-se disponível no site Oficial do Consórcio CIMBAJE http://www.cimbaje.mg.gov.br/ e na plataforma digital: https://app.licitardigital.com.br/pesquisa/. Para mais informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas no horário de 08:00 ás 18:00 de Segunda a Sexta-feira, na sala da Comissão Permanente de licitação, localizada na Rua Pref. Estevam Melo nº 02 – Nsa. Senhora das Graças - Jacinto/MG, e pelo tel. (33) 3723-1270 ou pelo e-mail: licitacao@cimbaje.mg.gov.br.
DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 11/03/2026.
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Até as 09h:30min do dia 11/03/2026 .
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09h:30min.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Plataforma de licitações Licitar Digital www.licitardigital.com.br. - **Esttevão de Freitas Ferraz – Agente de Contratação - Jacinto/MG, 26 de fevereiro de 2026.**

Publicado por:
Esttevão de Freitas Ferraz
Código Identificador:D7B6A906

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO DIA 27/02/2026

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO – Processo ADMINISTRATIVO Nº. 2.381/2025 – CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 005/2025 - **Objeto:** Contratação de pessoas jurídicas para a prestação de serviços médicos, na
especialidade de clínico geral, com a finalidade de atender às demandas das unidades de saúde dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha (CIMBAJE) - O CIMBAJE torna público o **CONTRATO: 003/2026** - **Fornecedor (res)**: GFN SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ: 64.184.770/0001-14. A íntegra do contrato encontra-se disponíveis junto ao processo administrativo no site oficial do CIMBAJE na aba de Licitações – Credenciamento - **ESTTEVAO DE FREITAS FERRAZ – Agente de Contratação – Jacinto, MG – 27 de fevereiro de 2027.**

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO – Processo ADMINISTRATIVO Nº. 2.381/2025 – CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 005/2025 - **Objeto:** Contratação de pessoas jurídicas para a prestação de serviços médicos, na
especialidade de clínico geral, com a finalidade de atender às demandas das unidades de saúde dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha (CIMBAJE) - O CIMBAJE torna público o **CONTRATO: 004/2026** - **Fornecedor (res)**: VIVIAN ROBLETO CONTIM, CNPJ: 51.177.261/0001-12. A íntegra do contrato encontra-se disponíveis junto ao processo administrativo no site oficial do CIMBAJE na aba de Licitações – Credenciamento - **ESTTEVAO DE FREITAS FERRAZ – Agente de Contratação – Jacinto, MG – 27 de fevereiro de 2027.**

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO – Processo ADMINISTRATIVO Nº. 2.381/2025 – CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 005/2025 - **Objeto:** Contratação de pessoas jurídicas para a prestação de serviços médicos, na
especialidade de clínico geral, com a finalidade de atender às demandas das unidades de saúde dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha (CIMBAJE) - O CIMBAJE torna público o **CONTRATO: 005/2026** - **Fornecedor (res)**: LAYS NUNES DE OLIVEIRA, CNPJ: 61.351.717/0001-72. A íntegra do contrato encontra-se disponíveis junto ao processo administrativo no site oficial do CIMBAJE na aba de Licitações – Credenciamento - **ESTTEVAO DE FREITAS FERRAZ – Agente de Contratação – Jacinto, MG – 27 de fevereiro de 2027.**

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO – Processo ADMINISTRATIVO Nº. 2.381/2025 – CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 005/2025 - **Objeto:** Contratação de pessoas jurídicas para a prestação de serviços médicos, na
especialidade de clínico geral, com a finalidade de atender às demandas das unidades de saúde dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha (CIMBAJE) - O CIMBAJE torna público o **CONTRATO: 006/2026** - **Fornecedor (res)**: CLINICA VIDA SANTO ANTONIO DO JACINTO, CNPJ: 28.155.507/0001-33. A íntegra do contrato encontra-se disponíveis junto ao processo administrativo no site oficial do CIMBAJE na aba de Licitações – Credenciamento - **ESTTEVAO DE FREITAS FERRAZ – Agente de Contratação – Jacinto, MG – 27 de fevereiro de 2027.**

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO – Processo ADMINISTRATIVO Nº. 002/2023 – CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2023 - **Objeto:** Contratação de pessoas jurídicas prestadores de serviços médicos: consultas, exames, procedimentos clínicos e exames de imagem, nas especialidades de acordo com a tabela do Anexo I do edital, para atendimento aos municípios consorciados ao CIMBAJE - O CIMBAJE torna público o **CONTRATO: 007/2026** - **Fornecedor (res)**: FELIPE DEL SOCORRO SOUZA ROBLETO 12896576703, CNPJ: 52.787.284/0001-01. A íntegra do contrato encontra-se disponíveis junto ao processo administrativo no site oficial do CIMBAJE na aba de Licitações – Credenciamento - **ESTTEVAO DE FREITAS FERRAZ – Agente de Contratação – Jacinto, MG – 27 de fevereiro de 2026.**

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO – Processo ADMINISTRATIVO Nº. 002/2023 – CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2023 - **Objeto:** Contratação de pessoas jurídicas prestadores de serviços médicos: consultas, exames, procedimentos clínicos e exames de imagem, nas especialidades de acordo com a tabela do Anexo I do edital, para atendimento aos municípios consorciados ao CIMBAJE - O CIMBAJE torna público o **CONTRATO: 008/2026** - **Fornecedor (res)**: MARIJANE DE FREITAS LOPES - SERVICOS MEDICOS, CNPJ: 30.034.416/0001-91. A íntegra do contrato encontra-se disponíveis junto ao processo administrativo no site oficial do CIMBAJE na aba de Licitações – Credenciamento - **ESTTEVAO DE FREITAS FERRAZ – Agente de Contratação – Jacinto, MG – 27 de fevereiro de 2026.**

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO – Processo ADMINISTRATIVO Nº. 002/2023 – CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2023 - **Objeto:** Contratação de pessoas jurídicas prestadores de serviços médicos: consultas, exames, procedimentos clínicos e exames de imagem, nas especialidades de acordo com a tabela do Anexo I do edital, para atendimento aos municípios consorciados ao CIMBAJE - O CIMBAJE torna público o **CONTRATO: 009/2026** - **Fornecedor (res)**: GUILHERME MORAIS EMPREENDIMENTOS MEDICOS LTDA, CNPJ: 58.200.011/0001-03. A íntegra do contrato encontra-se disponíveis junto ao processo administrativo no site oficial do CIMBAJE na aba de Licitações – Credenciamento - **ESTTEVAO DE FREITAS FERRAZ – Agente de Contratação – Jacinto, MG – 27 de fevereiro de 2026.**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - PUBLICAÇÃO DE TERMO APOSTILAMENTO – 9º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 043/2025, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.441/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025, CUJO OBJETO É O Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de veículos novos, zero km, utilitários e de passeio incluindo

motocicletas, ambulâncias, vans, micro-ônibus, ônibus escolares e caminhão de pequeno porte, destinados ao atendimento das demandas do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha e de seus municípios consorciados. O presente termo para formalizar o remanejamento parcial do quantitativo previsto no item 16 para o CIMBAJE em favor do Município de Pintópolis, Minas Gerais – **ESTTEVÃO DE FREITAS FERRAZ – Agente de Contratação - Jacinto/MG, 27 de fevereiro de 2026.**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - PUBLICAÇÃO DE TERMO APOSTILAMENTO – 10º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 043/2025, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.441/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025, CUJO OBJETO É O Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de veículos novos, zero km, utilitários e de passeio incluindo motocicletas, ambulâncias, vans, micro-ônibus, ônibus escolares e caminhão de pequeno porte, destinados ao atendimento das demandas do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha e de seus municípios consorciados. O presente termo para formalizar o remanejamento parcial do quantitativo previsto no item 16 para o CIMBAJE em favor do Município de São Gonçalo do Sapucaí, Minas Gerais – **ESTTEVÃO DE FREITAS FERRAZ – Agente de Contratação - Jacinto/MG, 27 de fevereiro de 2026.**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO – Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preço referente ao Registro de preço para contratação de serviços especializados em soluções de desenhos e concepções gráficas, consultoria técnica, assessoria, apoio e acompanhamento à fiscalização de atividades relacionadas ao desen-volvimento de obras e melhorias para atender às demandas do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha – conforme quantidades e especificações indicados na CLÁUSULA TERCEIRA deste instrumento e no Pregão Eletrônico nº 001/2025. Firmado entre o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha e a **CONE PP CONSULTORIA LTDA**. Processo Administrativo nº 3.575/2024 – Pregão Eletrônico nº 001/2025 – Ata de Registro de Preço n° 001/2025. O presente Termo Aditivo tem por fundamento alterar a prorrogação de vigência da ARP pelo período compreendido entre **25 de fevereiro de 2026 a 25 de fevereiro de 2027**. – **ESTTEVAO DE FREITAS FERRAZ – Agente de Contratação – Jacinto, MG – 27 de fevereiro de 2026.**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de pessoas jurídicas de natureza pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para contratação de pessoas jurídicas prestadores de serviços médicos: consultas, exames, procedimentos clínicos e exames de imagem, nas especialidades de acordo com a tabela do Anexo I do edital, para atendimento aos municípios consorciados ao CIMBAJE. Contrato Firmado entre o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha e a empresa **BRIANE MOREIRA DE OLIVEIRA ITAOBIM** - Processo Administrativo nº 002/2023 – Credenciamento nº 001/2023 – Contrato n° 005/2025. O presente Termo Aditivo tem por fundamento a prorrogação de vigência do presente contrato pelo período compreendido entre **13 de fevereiro de 2026 a 13 de fevereiro de 2027.** – **ESTTEVAO DE FREITAS FERRAZ – Agente de Contratação – Jacinto, MG – 27 de fevereiro de 2026.**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de pessoas jurídicas de natureza pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para contratação de pessoas jurídicas prestadores de serviços médicos: consultas, exames, procedimentos clínicos e exames de imagem, nas especialidades de acordo com a tabela do Anexo I do edital, para atendimento aos municípios consorciados ao CIMBAJE. Contrato Firmado entre o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha e a empresa **CAMILA SARA DE OLIVEIRA** - Processo Administrativo nº 002/2023 – Credenciamento nº 001/2023 – Contrato n° 059/2025. O presente Termo Aditivo tem por fundamento a prorrogação de vigência do presente contrato pelo período compreendido entre **28 de fevereiro de 2026 a 28 de fevereiro de 2027.** – **ESTTEVAO DE FREITAS FERRAZ – Agente de Contratação – Jacinto, MG – 27 de fevereiro de 2026.**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO – Primeiro Termo Aditivo a contratação de pessoas jurídicas prestadores de serviços médicos: consultas, exames, procedimentos clínicos e exames de imagem, nas especialidades de acordo com a tabela do Anexo I do edital, para atendimento aos municípios consorciados ao CIMBAJE. Firmado entre o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha e a **IOC - INSTITUTO DE OLHOS CANGUSSU LTDA** - Processo Administrativo nº 002/2023 – Credenciamento nº 001/2023 – Contrato n° 122/2024. O presente Termo Aditivo tem por fundamento a prorrogação de vigência do presente contrato pelo período compreendido entre **27 de dezembro de 2025 a 27 de dezembro de 2026.** – **ESTTEVAO DE FREITAS FERRAZ – Agente de Contratação – Jacinto, MG – 27 de fevereiro de 2026.**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de pessoas jurídicas de natureza pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para contratação de pessoas jurídicas prestadores de serviços médicos: consultas, exames, procedimentos clínicos e exames de imagem, nas especialidades de acordo com a tabela do Anexo I do edital, para atendimento aos municípios consorciados ao CIMBAJE. Contrato Firmado entre o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha e a empresa **ASSOCIACAO PARA PROMOCAO A SAUDE VISUAL - PROVER** - Processo Administrativo nº 002/2023 – Credenciamento nº 001/2023 – Contrato n° 049/2025. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de itens ao objeto contratual. – **ESTTEVAO DE FREITAS FERRAZ – Agente de Contratação – Jacinto, MG – 27 de fevereiro de 2026.**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de pessoas jurídicas de natureza pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para Contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia civil, engenharia ambiental e arquitetura/urbanismo, de forma continuada, visando atender às necessidades do CIMBAJE – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha, compreendendo o planejamento, elaboração, análise, acompanhamento, fiscalização e execução de projetos, estudos e pareceres técnicos, bem como apoio na gestão e execução de obras e serviços de engenharia no âmbito das unidades vinculadas ao órgão/entidade contratante. Contrato Firmado entre o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha e a empresa **ATC ARQUITETURA LTDA** - Processo Administrativo nº 3.221/2025 – Credenciamento nº 015/2025 – Contrato n° 105/2025. O presente Termo Aditivo tem por fundamento a alteração o valor da prestação de serviços, em decorrência, a supressão corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado. – **ESTTEVAO DE FREITAS FERRAZ – Agente de Contratação – Jacinto, MG – 27 de fevereiro de 2026.**

Publicado por:
Esttevão de Freitas Ferraz
Código Identificador:833D2BC8

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE
PROCESSO LICITATÓRIO 068/2025 INEXIG. 035/2025 CREDENC. 017/2025

PC 068/25 Inexig. 053/25 Cred. 017/25 Credenciamento de PJ especializadas para a exec de serviços de perf e instal de poços tubulares profundos para atender à demanda dos municípios consorciados ao CODANORTE, que serão executados em regime de empreitada por preço global(com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais). Sr. Presidente, Miguel Felipe Ferreira de Oliveira, Ratifica, Homol e formaliza o termo de cred a favor de Gildinei Saraiva Da Silva Ltda, CNPJ10.887.615/0001-35, Termo Cred 014/2026-Assina: Gildinei Saraiva Da Silva, Vr. Total est: R$163.385.849,76. Vig. do edital.

Publicado por:
Ingrid Rodrigues Martins
Código Identificador:68DC39C8

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO CENTRAL DE MINAS

CONSÓRCIO DE SANEAMENTO BÁSICO CENTRAL DE MINAS - CORESAB
EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO CORINTO 2026

Partes: CORESAB CNPJ: 15.508.976/0001-47 e MUNICIPIO DE CORINTO CNPJ: 17.695.016/0001-69. OBJETO: Transferência de recursos financeiros do Município de Corinto/MG para o CORESAB, na forma de rateio, para custear despesas administrativas do CORESAB no exercício de 2026. Embasamento legal: Art. 8º da Lei 11.107, de 06/04/2005, regulamentado pelos artigos 13 a 17 do Decreto 6.017, de 17/01/2007. Valor mensal: R$4.549,00. Dotação: **02.21.02.17.512.0014.2228.31.71.70.00 – ficha 1574; 02.21.02.17.512.0014.2228.33.71.70.00 – ficha 1575; 02.21.02.17.512.0014.2228.44.71.70.00 – ficha 1576**. Corinto, 26 de fevereiro de 2026. Ass.: Danilo Barbosa Rezende, Presidente do CORESAB e Prefeito de Três Marias/MG.

Publicado por:
Leandro Vaz Pereira
Código Identificador:E6150415

CONSÓRCIO DE SANEAMENTO BÁSICO CENTRAL DE MINAS - CORESAB
EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO TRÊS MARIAS 2026

Partes: CORESAB CNPJ: 15.508.976/0001-47 e MUNICIPIO DE TRÊS MARIAS CNPJ: 17.695.008/0001-12. OBJETO: Transferência de recursos financeiros do Município de Três Marias/MG para o CORESAB, na forma de rateio, para custear despesas administrativas do CORESAB no exercício de 2026. Embasamento legal: Art. 8º da Lei 11.107, de 06/04/2005, regulamentado pelos artigos 13 a 17 do Decreto 6.017, de 17/01/2007. Valor mensal: R$4.549,00. Dotação: 02.09.01.18.541.0041.2079. 3.1.71.70.00 - 3.3.71.70.00 - 4.4.71.70.00/1500.000.0000. Prazo: janeiro a dezembro/ 2026. Corinto, 02 de janeiro de 2026. Ass.: Danilo Barbosa Rezende, Presidente do CORESAB e Prefeito de Três Marias/MG.

Publicado por:
Leandro Vaz Pereira
Código Identificador:C43B938D

ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO DE AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE OURO FINO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026

ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 003/2026 - CONSIDERANDO o resultado classificatório observado no presente certame, ADJUDICO seus respectivos objetos/serviços ao(s) licitante(s): Vencedores: Vencedor(es): **GR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS S.A - CNPJ Nº 03.157.268/0002-00; HIDRODOMI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - CNPJ Nº 08.406.359/0001-75** pelo critério do menor preço por item. Ouro Fino (MG), 27 de fevereiro de 2026 –

WALTER LUIZ PEREIRA –
Diretor DMAAE.

Publicado por:
José Henrique Tavares de Almeida
Código Identificador:00113D14

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 003/2026 - Acusado o recebimento do procedimento licitatório nº 002/2026, modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2026, homologo o presente certame, para que produza seus jurídicos efeitos - Ouro Fino, 27 de fevereiro de 2026 -

WALTER LUIZ PEREIRA -
Diretor do DMAAE.

Publicado por:
José Henrique Tavares de Almeida
Código Identificador:DB7E68F8

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº021/2026

PORTARIA Nº021/2026

Walter Luiz Pereira, Diretor do Departamento Municipal Autônomo de Água e Esgoto de Ouro Fino, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis em vigor, e em especial com o art. 103, inciso II alínea "a" da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas férias regulamentares para o servidor Antônio Alexandre de Carvalho, cargo de Assistente de Administração Financeira, MASP 100003, de 02/03/2026 a 21/03/2026 referente ao período aquisitivo de 01/02/2025 a 31/01/2026.

Art. 2 º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Ouro Fino, 02 de março de 2026.

WALTER LUIZ PEREIRA
Diretor do DMAAE

Publicado por:
Silvia Cristina Guedes
Código Identificador:97B8C550

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº022/2026

PORTARIA Nº022/2026

Walter Luiz Pereira, Diretor do Departamento Municipal Autônomo de Água e Esgoto de Ouro Fino, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis em vigor, e em especial com o art. 103, inciso II alínea "a" da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas férias regulamentares para a servidora Sílvia Cristina Guedes, cargo de Assistente de Administração, MASP 100011, de 02/03/2026 a 21/03/2026 referente ao período aquisitivo de 19/04/2024 a 18/04/2025.

Art. 2 º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Ouro Fino, 02 de março de 2026.

WALTER LUIZ PEREIRA
Diretor do DMAAE

Publicado por:
Silvia Cristina Guedes
Código Identificador:2FC65A34

ESTADO DE MINAS GERAIS
EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DE GUAXUPÉ - EMURB

EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DE GUAXUPÉ - EMURB DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2026 – PROCESSO Nº 005/2026

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO DE GUAXUPÉ – MG. Processo de Licitação – Modalidade: **Dispensa Eletrônica nº 004/2026 – Processo nº 005/2026.** Tipo **Contratação de Empresa Especializada para fornecimento de trator cortador de grama e carreta agrícola para trator para uso no Cemitério Parque Alto da Colina de Guaxupé/MG.** As propostas e documentos pertinentes serão recebidos virtualmente no site www.ammlicita.org.br até o dia 06 de março de 2026 às 08:00hs (Horário de Brasília), quando iniciará a fase de lances, conforme especificações e normas contidas no Termo de Dispensa e seus Anexos, disponíveis no endereço eletrônico acima e no site www.guaxupe.mg.gov.br, onde o Termo de Dispensa Eletrônica de Licitação poderá ser baixado a partir do dia 02 de março de 2026. Maiores informações relativas a presente Dispensa Eletrônica: Empresa Municipal de Urbanização de Guaxupé, situada na Rua Luiz Celani, 34 – Centro – Guaxupé/MG, fone: (35) 3559-1099. Guaxupé, 27 de fevereiro de 2026.

MÁRCIO ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA –
Presidente Empresa Municipal de Urbanização de Guaxupé.

Publicado por:
Daniel Moreira Alves
Código Identificador:243E600D

ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO HOSPITAL FREI GABRIEL

FUNDAÇÃO HOSPITAL FREI GABRIEL EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2026

A FUNDAÇÃO HOSPITAL FREI GABRIEL DE FRUTAL/MG, torna público o extrato do Contrato Administrativo n.º 002/2026, do Processo Administrativo n.º 0243/2026, Pregão Eletrônico n.º 001/2026.

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de fonoaudiologia para atender as demandas da Fundação Hospital Frei Gabriel por um período estimado de 12 (doze) meses.
Empresa: MARCELLA OLIVEIRA SANTOS CLÍNICA DE PSICOLOGIA E FONOAUDIOLOGIA LTDA-ME
CNPJ n.º 97.522.059/0001-81
Valor Global: R$ 46.335,60 (Quarenta e seis mil, trezentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos).
Vigência: 03/03/2026 à 03/03/2027

Frutal/MG, aos 27 de fevereiro de 2026

ELIAS ANDRÉ DA SILVA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Elias André da Silva
Código Identificador:0CF994BC

ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 04/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2026

O Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre - MG, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo que tem por objeto **"Constitui objeto do presente processo o pagamento das inscrições para participação no 8° Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS das diretoras de Contabilidade, Finanças e Benefícios, alocadas nos respectivos Departamentos de Gabinete e Conselho, Finanças e Benefícios, a ser realizado nos dias 04, 05 e 06 de março de 2026, em Florianópolis/SC."**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

FICHA	DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
(182) 03.001.0004.0122.0018.4000	3339039190000000000	Exposições, congressos e conferências
(193) 03.002.0004.0122.0018.4002	3339039190000000000	Exposições, congressos e conferências
(261) 03.005.0004.0122.0018.4015	3339039190000000000	Exposições, congressos e conferências

VALOR:O valor deste processo é de R$ 3.705,00 (três mil, setecentos e cinco reais)
DECORRÊNCIA: Inexigibilidade de Licitação n° 01/2026, art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei 14.133/2021.
DATA: 26 de fevereiro de 2026.
FORO: Comarca de Pouso Alegre/MG.

DANIEL RIBEIRO VIEIRA
Diretor Presidente

Publicado por:
Vitória Regina Silveira Junho
Código Identificador:CC46888D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ABADIA DOS DOURADOS

SETOR DE LICITAÇÃO ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA

Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados-MG.
Aviso de Alteração da Data de Abertura
Pregão Eletrônico n.º 02/2026

A Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados vem informar a ALTERAÇÃO da data de abertura do Pregão 02/2026, o processo licitatório n.º 09/2026, Edital 02/2026 na modalidade pregão eletrônico. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação e configuração de relógios de ponto eletrônicos biométricos no prédio da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados – MG, nas Secretarias Municipais e demais setores, conforme Termo de Referência. Por razões administrativas a nova data de abertura será: 16/03/2026 às 13:00 horas

Site para realização do Pregão: www.licitanet.com.br

Informações: Setor Licitações, situada a Rua Dr. Calil Porto, 380, centro – Fone 34 3847-1663 e site: www.abadiadosdourados.mg.gov.br.

FERNANDO PEREIRA BORGES –
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Fernando Pereira Borges
Código Identificador:248C325F

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
RATIFICO o Credenciamento nº 04/2024, Processo nº 053/2024 – Objeto: Credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços mecânicos, elétricos e reparos em veículos da frota municipal, conforme Termo de Referencia.
Fornecedor homologado/credenciados
Credenciado: GP Auto Peças Ltda.
CNPJ n. 48.790.187/0001-67
Abadia dos Dourados-MG, 27 de fevereiro de 2.026.

CIRO LUIZ DA SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
William Dorneles Resende
Código Identificador:262BCA40

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE AÇUCENA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇUCENA
EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 029/2025

Registro de preços para contratação de empresa para a confecção de uniforme - camiseta, destinados as ações dos programas e campanhas institucionais das Secretarias Municipais, conforme Edital Pregão Eletrônico n.º 0029/2025. Abertura: 12 de março de 2026 às 13h. O edital encontra-se à disposição no através do endereço eletrônico www.acucena.mg.gov.br, na Plataforma de Licitações AMM Licita (Licitar Digital), através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br e também no prédio sede da Prefeitura. Açucena/MG, 26 de fevereiro de 2026.

RAULISSON MORAIS –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mayron Cesar Moreira Magalhaes
Código Identificador:D4DFC0E7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALAGOA

PROCURADORIA
AVISO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 002/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA - Aviso de Adjudicação. Pregão Eletrônico nº 002/2026 - Processo nº 005/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E DEMAIS ITENS CORRELATOS - REFERÊNCIA TABELA TRAZ VALOR MONTADORAS/FABRICANTES. O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, adjudica em favor da empresa TÚLIO AUTO PEÇAS LTDA - ME - CNPJ: 10.912.890/0001-61, licitante vencedora do objeto do processo em epígrafe, no valor total de R$ 1.190.000,00 (um milhão, cento e noventa mil reais). Alagoa, 27 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO MENDES PINTO NETO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Juliano Diniz de Oliveira
Código Identificador:C956F983

PROCURADORIA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 002/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA - Aviso de Homologação. Pregão Eletrônico nº 002/2026 - Processo nº 005/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E DEMAIS ITENS CORRELATOS - REFERÊNCIA TABELA TRAZ VALOR MONTADORAS/FABRICANTES. O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, homologa o julgamento da Comissão de Licitação em favor da empresa TÚLIO AUTO PEÇAS LTDA - ME - CNPJ: 10.912.890/0001-61, licitante vencedora do objeto do processo em epígrafe, no valor total de R$ 1.190.000,00 (um milhão, cento e noventa mil reais). Alagoa, 27 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO MENDES PINTO NETO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Juliano Diniz de Oliveira
Código Identificador:3272DBED

PROCURADORIA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA. Extrato Contrato nº 010/2026. Pregão Eletrônico nº 001/2026 - Processo nº 001/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL, MEDIANTE CESSÃO ONEROSA, VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO E EFETIVAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS DO MUNICÍPIO DE ALAGOA/MG. Partes: MUNICÍPIO DE ALAGOA - CNPJ:18.186.346/0001-91 e a instituição financeira COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUL DE MINAS LTDA - CNPJ: 01.604.998/0041-93, através de sua filial, CNPJ: 01.604.998/0041-93. Vigência: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura. Valor total da oferta R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Alagoa, 27 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO MENDES PINTO NETO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Juliano Diniz de Oliveira
Código Identificador:73D640B6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALÉM PARAÍBA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO REFERENTE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 002/2026IAR

AVISO DE RETIFICAÇÃO DATA PMAP CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA. AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA N.º 002/2026, PROCESSO Nº 062/2026. Objeto: REFORMA E CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA NA PRAÇA DOS IMIGRANTES (ATUAL PRAÇA PREF. ELIAS FADEL SAHIONE) E NO ESPAÇO COMUNITÁRIO DR. MIGUEL BELMIRO DE SOUZA NO MUNICÍPIO DE ALÉM PARAÍBA, Contrato de Repasse nº 952851/2023. RETIFICAÇÃO: ONDE SE LÊ "Torna público início do julgamento no dia 12/03/2026, 14hs, pelo Portal Licitanet" O CORRETO É "**Torna público início do julgamento no dia 13/03/2026, 14hs**, pelo Portal Licitanet". O edital e seus anexos,

posteriores avisos e resultados estarão disponíveis no PNCP e no site www.alemparaiba.mg.gov.br. Além Paraíba, 27 de fevereiro de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Roberta Filgueiras Barroca Faria
Código Identificador:3E49B865

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO TERMO DE DISPENSA

AVISO TERMO DE DISPENSA

O município de Além Paraíba, estado de Minas Gerais, torna público que realizará DISPENSA, como critério de julgamento MENOR PREÇO, cujo objeto é contratação de empresa para emissão de Laudo de Avaliação Psicológica, conforme condições e especificações contidas no termo de referência
Data da Sessão Pública: Dia 06/03/2026_13:00h
Referência de Tempo: Horário de Brasília/DF.
Os interessados também poderão obter o Termo de Aviso da Dispensa completo e os anexos no site: www.alemparaiba.mg.gov.br.
Maiores informações, através do e-mail: cotacao@alemparaiba.mg.gov.br, ou pelo telefone (32) 3466-5150.

Além Paraíba, 27 de fevereiro de 2026.

MAURO VIDAL FERNANDES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Thaiane Silva Santos Rossoni
Código Identificador:2ED56B63

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO, DISPENSA 038/2026

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

REF. PROCESSO 067/2026
DISPENSA 038/2026

O Prefeito Municipal de Além Paraíba, Paulo Henrique Marinho Goldstein, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de aquisição de medicamento para atender a demanda judicial da paciente **Maria Eunice Gomes Moreira,** conforme termo de referência anexo ao processo.

CONSIDERANDO os autos do processo em especial os documentos, pareceres e justificativas constantes nos autos do processo epigrafado.

RESOLVE:

RATIFICAR o presente procedimento por se enquadrar em hipótese de Dispensa de licitação, com fundamento no inc. VIII do art. 75, autorizando a contratação diretamente com a sociedade empresarial: "**TOTAL FARMA DE MURIAE LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o número: 12.817.080/0001-51"** no valor global de R$ 394,20 (trezentos e noventa e quatro reais e vinte centavos)**, "GHC MED DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número: 49.539.365/0001-88"** no valor global de R$ 162,00 (cento e sessenta e dois reais) e "**DROGARIA CIDADE ALTA LTDA**, **inscrita no CNPJ sob o número: 07.262.143/0003-82",** no valor global de R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais)

Determino aos setores competentes que proceda a publicação do presente termo no sitio eletrônico e diário oficial do município, bem como que prepare o instrumento de contrato, se for necessário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Além Paraíba, 27 de fevereiro de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emilly Rosa Barbosa
Código Identificador:A7B731D9

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO, DISPENSA 039/2026

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

REF. PROCESSO 068/2026
DISPENSA 039/2026

O Prefeito Municipal de Além Paraíba, Paulo Henrique Marinho Goldstein, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de aquisição de medicamento para atender a demanda judicial do paciente **Déric William Casadio,** conforme termo de referência anexo ao processo.

CONSIDERANDO os autos do processo em especial os documentos, pareceres e justificativas constantes nos autos do processo epigrafado.

RESOLVE:

RATIFICAR o presente procedimento por se enquadrar em hipótese de Dispensa de licitação, com fundamento no inc. VIII do art. 75, autorizando a contratação diretamente com a sociedade empresarial: "**DROGARIA BAIRRO DA SAÚDE LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o número: 38.585.469/0001-02"** no valor global de R$ 9.000,00 (nove mil reais).

Determino aos setores competentes que proceda a publicação do presente termo no sitio eletrônico e diário oficial do município, bem como que prepare o instrumento de contrato, se for necessário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Além Paraíba, 27 de fevereiro de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emilly Rosa Barbosa
Código Identificador:E609B4D5

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO, DISPENSA 040/2026

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

REF. PROCESSO 069/2026
DISPENSA 040/2026

O Prefeito Municipal de Além Paraíba, Paulo Henrique Marinho Goldstein, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de aquisição de medicamento para atender a demanda judicial da paciente **Leila do Carmo de Aquino,** conforme termo de referência anexo ao processo.

CONSIDERANDO os autos do processo em especial os documentos, pareceres e justificativas constantes nos autos do processo epigrafado.

RESOLVE:

RATIFICAR o presente procedimento por se enquadrar em hipótese de Dispensa de licitação, com fundamento no inc. VIII do art. 75, autorizando a contratação diretamente com "**DROGARIA SAUDE DO CARMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o número:**

01.184.616/0001-22 no valor global de R$ 1.096,80 (hum mil, noventa e seis reais e oitenta centavos) e **DROGARIA CIDADE ALTA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número: 07.262.143/0003-82** no valor global de R$ 8.297,64 (oito mil, duzentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos)

Determino aos setores competentes que proceda a publicação do presente termo no sitio eletrônico e diário oficial do município, bem como que prepare o instrumento de contrato, se for necessário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Além Paraíba, 27 de fevereiro de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emilly Rosa Barbosa
Código Identificador:C54A4839

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
MINUTA DO TERMO DE FOMENTO 10/2026 LEI Nº 4430 DE 18/12/2025

MINUTA DO TERMO DE FOMENTO 10/2026 LEI Nº 4430 DE 18/12/2025	MINUTA DO TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA E O HOSPITAL SÃO SALVADOR, PARA OS FINS NELE ESPECIFICADOS.

Pelo presente Instrumento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Além Paraíba, CNPJ nº 17.709.197/0001-35, com sede na cidade de Além Paraíba/MG, à Praça Coronel Breves, nº 151 – São José, representada neste ato por seu representante legal, o Prefeito Municipal, Sr. Miguel Belmiro de Souza Júnior, portador do CPF nº 040.566.626-81 e Carteira de Identidade nº MG 108.318.48 – SSPMG, denominada CONCEDENTE e Hospital São Salvador, CNPJ nº 16.607.509/0001-37 com sede na cidade de Além Paraíba, na Ladeira Dr. Paulo Fonseca,1778, Vila Laroca, representado neste ato pela interventor Flávio Henrique Falcão Araujo , portador do CPF nº 118.995.466-42 e carteira de Identidade nº MG 17.753.542 SSP-MG denominada CONVENENTE, firmam o presente convênio com base na legislação vigente, mediante as cláusulas e condições, a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Objetiva o presente Ato Jurídico, referente repasse de subvenção , tendo como finalidade de fomentar o Projeto de manutenção da Entidade, visando a reestruturação da prestação de serviços hospitalares de média alta complexidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

Compete ao Concedente:
a) Aprovar o Plano de Trabalho proposto pelo convenente;
b) Repassar à INSTITUIÇÃO até o valor de 2.400.000,00 (Dois milhões e quatrocentos mil reais) a ser estabelecido pelo Secretário de Finanças, de acordo com o cronograma de pagamento e resguardada a disponibilidade financeira do município;
c) Receber as prestações de contas mensais, de acordo com o proposto no Plano de Trabalho, verificando sua regularidade;
d) Nomeação de um servidor de acordo com a Secretaria para monitorar e avaliar o qual emitirá relatório técnico quanto ao cumprimento do objeto;
e) Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto pactuado, no caso de paralisação, de modo a evitar a sua descontinuidade.

Compete ao Convenente:
a) Toda divulgação em qualquer tipo de mídia, terá que conter o apoio da Prefeitura Municipal de Além Paraíba com esta Entidade;
b) Executar serviços e aquisição de material, conforme o prescrito no objeto do presente Termo de Fomento e respectivo Plano de trabalho;
c) Prestar contas mensalmente, relativas à parcela recebida imediatamente anterior, nos primeiros 10 (dez) dias do mês subseqüente ao vencido.
d) Entregar a prestação de contas a Prefeitura e a Câmara Municipal de Além Paraíba contendo, obrigatoriamente, os seguintes documentos:
a) Formulário para Prestação de Contas - Anexo I
a-1) Balancete Financeiro e Relação de pagamentos devidamente preenchida, impresso e assinado pelo Presidente e Tesoureiro da Entidade;
b) Extrato Bancário - com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques);
c) Cópias dos cheques - acompanhando o respectivo documento da despesa;
d) Conciliação Bancária – Anexo II
d-1) Havendo cheques a compensar deverá ser preenchido o referido anexo.
e**) Apresentar Comprovantes de Despesas** - em 1ª via, que deverão atender as seguintes exigências:
1 - Nota Fiscal Eletrônica para compra de material (obrigatoriamente) e prestação de serviços (obrigatório para Prestadores de Serviço do Município de Além Paraíba);
2 - Serviços de Autônomo – Nota Fiscal Eletrônica, devidamente preenchida, configurando os descontos pertinentes à atividade e comprovante da Guia de Recolhimento de INSS do mês de referência. O profissional deverá estar registrado no INSS e na Prefeitura, na mesma categoria da prestação do serviço;
3 - A data de emissão de cada documento de despesa deverá ser igual ou posterior ao recebimento do recurso.
4 - Pagamento de pessoal: folhas de pagamento e guias de arrecadação de obrigações sociais.
5 - A data do pagamento do comprovante de despesa deverá ser igual da emissão do mesmo.
6 - Movimentar os recursos do Termo em conta corrente específica.
e - Devolver os recursos recebidos e não aplicados aos cofres públicos, quando do término ou extinção do Convênio, inclusive aqueles utilizados em objetos diversos do previsto na cláusula primeira deste convênio, acrescidos dos juros e correção monetária oriundos das aplicações financeiras, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento.
f - Afixar placas informativas na fachada da entidade, cabendo à Prefeitura a decisão final sobre o local de afixação. As placas terão a seguintes medidas: 70 cm de largura X 60 cm de altura. Serão confeccionadas em material acrílico ou material similar, contendo o brasão do município e as seguintes informações em letras garrafais: **" ESTA ENTIDADE, PARA MANUTENÇÃO DE SUAS ATIVIDADES, É CONTEMPLADA COM RECURSOS FINANCEIROS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA".**
g-Permitir o livre acesso dos agentes da Administração Pública, do Controle Interno e o Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao presente Termo, bem como os locais de execução do respectivo objeto;
h- O gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
i- O pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente Termo e no Plano de Trabalho, não implicando responsabilidade solidária da administração pública a inadimplência do convenente em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceira ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS PROIBIÇÕES

É vedado ao convenente:
a) Pagamento de tarifas bancárias, juros e multas de quaisquer naturezas com recurso proveniente deste instrumento de convênio;
b) Pagamento de despesas contratadas, seja com materiais ou serviços, com data anterior ao recebimento da parcela, e/ou com efeitos retroativos, exceto a folha de pagamento, encargos sociais e faturas de água, luz e telefone, correspondente ao mês da celebração do convênio;

c) Documentos de despesas constando aquisição de bebidas alcoólicas e drogas psicoativas e qualquer outro tipo do gênero;
d) Aquisição de material permanente;
e) Aquisição de material de construção para a realização de obras (reformas, construção e ampliação).
f) Pagamento de Despesas sem Documento Fiscal;
g) Apresentação de Contracheque ou Holerite de funcionários que não estejam devidamente registrados no Livro de Registro de Funcionários;
h) Deixar de utilizar-se de profissional de contabilidade devidamente registrado no CRC – Conselho Regional de Contabilidade para elaboração das demonstrações contábeis de prestação de contas, inclusive para realização do envio das informações fiscais junto a RFB;

CLÁUSULA QUARTA – DA PRERROGATIVA

A Administração possui a prerrogativa atribuída para assumir ou transferir a reponsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, caso necessário e de seu interesse.

CLÁUSULA QUINTA – DA FONTE DE RECURSOS

Para atender ao objeto deste Convênio foram alocados recursos até o valor de R$ 2.400.000,00 (Dois milhões e quatrocentos mil reais),contabilizados da dotação orçamentária nº2.6.2.10.302.012.2.0061.3.3.50.43 **que irá ser repassado de acordo com a demanda da Entidade** , para pagamentos das despesas manutenção do Hospital São Salvador, visando a reestruturação da prestação de serviços hospitalares de média alta complexidade, e ficando condicionado o repasse à prestação de contas da parcela anteriormente recebida e como a efetivação comprovação dos serviços realizados.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

Este instrumento terá vigorará à partir da publicação desse Termo até a data de 31/12/2026, podendo o mesmo ser alterado durante este período, através de Termos Aditivos, desde que não haja mudança do objeto, especificado na Cláusula Primeira deste Convênio.
Os recursos não utilizados até o prazo final da vigência deste Convênio, serão cancelados ou devolvidos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente termo poderá ser rescindido em qualquer tempo, motivadamente nos casos de inadimplência de qualquer das partes de qualquer de suas cláusulas ou quando verificado indisponibilidade de recursos ou desvio na finalidade da aplicação dos recursos ou atrasos não justificados.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

Para que este Termo atenda um dos princípios legais da Administração Pública o extrato será divulgado através do site da Prefeitura e afixado no quadro de avisos e no meio oficial de publicidade da Administração Pública, conforme o sistema de divulgação municipal.

CLÁUSULA NONA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos mediante comum acordo, respeitada a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Além Paraíba – MG, para dirimir as dúvidas porventura oriundas da execução deste Termo de Fomento excluindo qualquer outro por mais privilegiado que se apresente, observada a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa.

E por estarem justas e acordes, assinam o presente Termo de Fomento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas indicadas, para os fins de direito.

Além Paraíba 26 de fevereiro de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN	***FLÁVIO HENRIQUE FALCÃO ARAUJO***
Prefeito Municipal	Interventor

Testemunhas:

1)		2)	
CPF:		CPF:	
RG:		RG:	

Publicado por:
Cristiane Lima de Andrade
Código Identificador:0E187C44

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALVORADA DE MINAS

LICITAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS ("CAPUT" DO ART. 86 DA LEI N. 14.133)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS/MG TORNA PÚBLICO a intenção de registro de preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ALVORADA DE MINAS, mediante realização de licitação pública na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço, conforme condições, especificações e quantitativos constantes do Estudo Técnico Preliminar. Os órgãos que tiverem a intenção de participar do referido registro de preços, deverão MANIFESTAR seu interesse, mediante o encaminhamento ao órgão de Compras e Licitações, de ofício afirmando sua concordância com o objeto a ser licitado, acompanhado de:
I - Solicitação de Compras - serviços/materiais;
II - Termo de anuência ao Estudo Técnico Preliminar do "órgão gerenciado", aprovado pela autoridade competente;
III - Orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, amparados em pesquisa de mercado. O ETP deverá ser solicitado no e-mail licitacao@alvoradademinas.mg.gov.br e/ou licitacaoalvoradademinas@gmail.com.
O prazo final para apresentação das manifestações é dia 13/03/2026 até ás 16h.
Alvorada de Minas, 27 de fevereiro de 2026.

ÂNGELA APARECIDA MOTA
Agente de Contratação.

Publicado por:
Ângela Aparecida Mota
Código Identificador:87E0CBF8

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 050/2026

Processo Licitatório nº **0006**/2026**,** Pregão Eletrônico nº **0001**/2026. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e GLAYDSTON WILLIAN DA CUNHA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXÍLIO FUNERAL PARA ATENDER AOS CASOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CAUSADAS POR SITUAÇÕES DE MORTE OCORRIDA EM FAMÍLIAS CARENTES. ESTE SERVIÇO É RESPALDADO PELA LEI MUNICIPAL 1166 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025. Valor da Ata Contrato: R$292.952,25 (duzentos e noventa e dois mil e novecentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos). Assinatura: 27/02/2026. Vigência: 27/02/2026 até 26/02/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gilmar Silva Mourão
Código Identificador:9DBA3CB9

LICITAÇÃO
EXTRATOS ATA/CONTRATO N.º 35/2026 AO 47/2026

EXTRATOS DE ATA/CONTRATO N.º 35/2026 AO 47/2026

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0035/2026
Processo Licitatório nº 0153/2025, Pregão Eletrônico nº 0055/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e ALIANCA UTILIDADES & SERVICOS LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDER ÀS DEMANDAS INTERNAS E ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS Valor da Ata Contrato: R$14.736,00 (quatorze mil e setecentos e trinta e seis reais). Assinatura: 12/02/2026. Vigência: 12/02/2026 até 11/02/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0036/2026
Processo Licitatório nº 0153/2025, Pregão Eletrônico nº 0055/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e e CAMPAR LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDER ÀS DEMANDAS INTERNAS E ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS Valor da Ata Contrato: R$29.955,00 (vinte e nove mil e novecentos e cinquenta e cinco reais). Assinatura: 12/02/2026. Vigência: 12/02/2026 até 11/02/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0037/2026
Processo Licitatório nº 0153/2025, Pregão Eletrônico nº 0055/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e CARMELITA MARIA DO CARMO RODRIGUES. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDER ÀS DEMANDAS INTERNAS E ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS Valor da Ata Contrato: R$11.438,00 (onze mil e quatrocentos e trinta e oito reais). Assinatura: 12/02/2026. Vigência: 12/02/2026 até 11/02/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0038/2026
Processo Licitatório nº 0153/2025, Pregão Eletrônico nº 0055/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e DINIZ E DINIZ COMERCIO DIGITAL LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDER ÀS DEMANDAS INTERNAS E ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS Valor da Ata Contrato: R$115.035,55 (cento e quinze mil e trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). Assinatura: 12/02/2026. Vigência: 12/02/2026 até 11/02/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0039/2026
Processo Licitatório nº **0153/**2025**,** Pregão Eletrônico nº **0055/**2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e F35 SOLUCOES CONSULTORIAS E REPRESENTACOES LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDER ÀS DEMANDAS INTERNAS E ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS Valor da Ata Contrato: R$21.895,40 (vinte e um mil e oitocentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos). Assinatura: 12/02/2026. Vigência: 12/02/2026 até 11/02/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA .
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0040/2026
Processo Licitatório nº 0153/2025, Pregão Eletrônico nº 0055/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e GUERRA MED FARMA LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDER ÀS DEMANDAS INTERNAS E ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS Valor da Ata Contrato: R$37.247,00 (trinta e sete mil e duzentos e quarenta e sete reais). Assinatura: 12/02/2026. Vigência: 12/02/2026 até 11/02/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0041/2026
Processo Licitatório nº 0153/2025, Pregão Eletrônico nº 0055/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e JVX COMERCIAL LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDER ÀS DEMANDAS INTERNAS E ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS Valor da Ata Contrato: R$2.655,55 (dois mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). Assinatura: 12/02/2026. Vigência: 12/02/2026 até 11/02/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0042/2026
Processo Licitatório nº 0153/2025, Pregão Eletrônico nº 0055/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e LIGA DISTRIBUIDORA LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDER ÀS DEMANDAS INTERNAS E ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS Valor da Ata Contrato: R$4.150,00 (quatro mil e cento e cinquenta reais) Assinatura: 12/02/2026. Vigência: 12/02/2026 até 11/02/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0043/2026
Processo Licitatório nº 0153/2025, Pregão Eletrônico nº 0055/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDER ÀS DEMANDAS INTERNAS E ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS Valor da Ata Contrato: R$6.019,13 (seis mil e dezenove reais e treze centavos). Assinatura: 12/02/2026. Vigência: 12/02/2026 até 11/02/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0044/2026
Processo Licitatório nº 0153/2025, Pregão Eletrônico nº 0055/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e MUNDO DA EMBALAGEM LTDA - EPP. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDER ÀS DEMANDAS INTERNAS E ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS Valor da Ata Contrato: R$30.334,80 (trinta mil e trezentos e trinta e quatro reais e oitenta

centavos).Assinatura: 12/02/2026. Vigência: 12/02/2026 até 11/02/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0045/2026
Processo Licitatório nº 0153/2025, Pregão Eletrônico nº 0055/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e ROSILAN COMERCIO E LICITACOES LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDER ÀS DEMANDAS INTERNAS E ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS Valor da Ata Contrato: R$268.595,19 (duzentos e sessenta e oito mil e quinhentos e noventa e cinco reais e dezenove centavos). Assinatura: 12/02/2026. Vigência: 12/02/2026 até 11/02/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0046/2026
Processo Licitatório nº 0153/2025, Pregão Eletrônico nº 0055/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e SUPERMERCADO COTA PADILHA LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDER ÀS DEMANDAS INTERNAS E ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS Valor da Ata Contrato: R$221.687,53 (duzentos e vinte e um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta e três centavos). Assinatura: 12/02/2026. Vigência: 12/02/2026 até 11/02/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0047/2026
Processo Licitatório nº 0153/2025, Pregão Eletrônico nº 0055/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e WTRADE INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDER ÀS DEMANDAS INTERNAS E ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS Valor da Ata Contrato: R$73.600,10 (setenta e três mil e seiscentos reais e dez centavos). Assinatura: 12/02/2026. Vigência: 12/02/2026 até 11/02/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliete Kenia Dos Reis
Código Identificador:13BB6FAF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÇUAÍ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ AVISO DE LICITAÇÃO PAL 013/2026 PE 005/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ – MG, TORNA PÚBLICO NOS TERMOS DA LEI 14.133/21, O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº013/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº005/2026. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E ARLA 32 PARA ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ-MG. ABERTURA 17/03/2026, ÀS 09;00 HORAS, NA PLATAFORMAWWW.LICITARDIGITAL.COM.BR. ACESSO IDENTIFICADO NO LINK "ACESSO PUBLICO". MAIORES INFORMAÇÕES (33) 3731-8530 DE 14H ÀS 17H, EMAIL:LICITACAO@ARACUAI.MG.GOV.BR

Publicado por:
Lorena Luiz Moura
Código Identificador:2F9FB35F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÚJOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PL 16/2026

PROCESSO LICITATÓRIO n.º 16/2026
MODALIDADE: Pregão Presencial SRP nº 07/2026
OBJETO: Registro de Preços para aquisições de MADEIRAS DIVERSAS.
ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 13 de MARÇO de 2026 às 13h00min.
Informações completas com o Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Araújos/MG – FONE (37) 3288-3010, no horário de 13h00min às 16h00min, e-mail: licitacao@araujos.mg.gov.br.

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Declaro para os fins que se fizerem necessários que este documento foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Araújos/MG, na Avenida 1° de janeiro, 1748, e ainda no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM-www.diariomunicipal.com.br).

Araújos/MG, 27 de fevereiro de 2026.

THAÍS MESQUITA RIBEIRO
Setor de Licitações e Contratos

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:15745ECF

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PL 17/2026

PROCESSO LICITATÓRIO n.º 17/2026
MODALIDADE: Pregão Presencial SRP nº 08/2026
OBJETO: Registro de Preços para aquisições de Britas e Pedras de mãos para fundação.
ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 13 de MARÇO de 2026 às 10h00min.
Informações completas com o Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Araújos/MG – FONE (37) 3288-3010, no horário de 13h00min às 16h00min, e-mail: licitacao@araujos.mg.gov.br.

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Declaro para os fins que se fizerem necessários que este documento foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Araújos/MG, na Avenida 1° de janeiro, 1748, e ainda no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM-www.diariomunicipal.com.br).

Araújos/MG, 27 de fevereiro de 2026.

THAÍS MESQUITA RIBEIRO
Setor de Licitações e Contratos

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:C9248597

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PL 18/2026

PROCESSO LICITATÓRIO n.º 18/2026
MODALIDADE: Pregão Presencial SRP nº 09/2026
OBJETO: Registro de Preços para aquisições de Manilhas.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 13 de MARÇO de 2026 às 08h00min.
Informações completas com o Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Araújos/MG – FONE (37) 3288-3010, no horário de 13h00min às 16h00min, e-mail: licitacao@araujos.mg.gov.br.

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Declaro para os fins que se fizerem necessários que este documento foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Araújos/MG, na Avenida 1° de janeiro, 1748, e ainda no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM-www.diariomunicipal.com.br).

Araújos/MG, 27 de fevereiro de 2026.

THAÍS MESQUITA RIBEIRO
Setor de Licitações e Contratos

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:A25ED28E

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
EXTRATO DO 1º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 86/2025

N.º Processo: 115/2025 – Pregão Presencial: 36/2025. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÚJOS/ MG CNPJ: 18.300.996/0001-16. Contratado: AUTO POSTO LAGOA DOURADA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o no 37.621.707/0001-25. OBJETO: Reequilíbrio de valor. Data de assinatura: 27 de fevereiro de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:56D1AABC

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2023

N.º Processo: 06/2023 – Pregão Presencial 05/2023. Contratante: Prefeitura Municipal de Araújos/ MG CNPJ: 18.300.996/0001-16. Contratado: R & C ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ/MF 10.874.106/0001-78. OBJETO: Prorrogação de vigencia contratual por mais 12 meses com aplicação do indice do IPCA ao valor original do contrato. Vigência: 12 meses. Valor estimado: R$ 95.121,60. Data de assinatura 27 de fevereiro de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:2B8E1A07

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2026

N.º Processo: 22/2026 – Inexigibilidade 06/2026. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÚJOS/ MG CNPJ: 18.300.996/0001-16. Contratado: DILERMANDO ODEON DE SOUSA, inscrita no CNPJ sob o n° 50.556.363/0001-86. OBJETO: Prestação de Serviços de Mecânica em veículos pesados, manutenção de Soldas e Usinagem dos veículos. Vigência: 12 meses. Valor: R$ 504.850,00. Data de assinatura: 27 de fevereiro de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:4CBC6C2B

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
EXTRATOS DA ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2026

N.º Processo: 05/2026 – Pregão Presencial: 03/2026. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÚJOS/ MG CNPJ: 18.300.996/0001-16. Contratado: MERCEARIA RARO LTDA – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o no 06.929.393/0001-07. OBJETO: Registro de Preços para FUTURAS aquisições de UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA. Vigência: 12 meses. Valor: R$ 55.271,00. Data de assinatura: 27 de fevereiro de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA -
Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2026

N.º Processo: 05/2026 – Pregão Presencial: 03/2026. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÚJOS/ MG CNPJ: 18.300.996/0001-16. Contratado: TREZE DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o no 29.126.669/0001-06. OBJETO: Registro de Preços para FUTURAS aquisições de UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA. Vigência: 12 meses. Valor: R$ 38.585,00. Data de assinatura: 27 de fevereiro de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA -
Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2026

N.º Processo: 05/2026 – Pregão Presencial: 03/2026. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÚJOS/ MG CNPJ: 18.300.996/0001-16. Contratado: ALEX RODRIGUES PEREIRA, inscrita no CNPJ/MF sob o no 39.621.849/0001-18. OBJETO: Registro de Preços para FUTURAS aquisições de UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA. Vigência: 12 meses. Valor: R$ 38.933,80. Data de assinatura: 27 de fevereiro de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:C8271373

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
PORTARIA N° 25, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor em cargo comissionado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAÚJOS, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto nos artigos 66, VI e IX, e 90, II, a, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Srta. **MARISA ALVES RODRIGUES**, CPF: 113.556.286-52, de seu respectivo cargo comissionado de CHEFE DE SETOR DE CONTABILIDADE, lotada na Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão a conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos **a partir do dia 28 de fevereiro de 2026**, cabendo ao setor de Recursos Humanos realizar as anotações de estilo.

Araújos/MG, 27 de fevereiro de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Gontijo Silva
Código Identificador:564B8D90

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
RATIFICAÇÃO DA ADESÃO

Considerando que o presente processo se encontra de conformidade com a legislação pertinente (Art. 74, IV, da Lei Federal 14.133/21), Processo nº 21/2026, RATIFICO a ADESÃO MEDICAMENTOS DO ESTADO 02 - ATA 334 para atender a demanda da Farmácia Municipal.

Depois de cumpridas as formalidades de praxe, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Araújos/MG, 27 de fevereiro de de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:D3C888AF

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE

Considerando que o presente processo se encontra de conformidade com a legislação pertinente (Art. 74, IV, da Lei Federal 14.133/21), Processo nº 22/2026, RATIFICO a inexigibilidade de licitação em favor da contratada **DILERMANDO ODEON DE SOUSA,** inscrita no CNPJ/MF sob o n° 50.556.363/0001-86, correspondente ao período de vigência do presente contrato.
Depois de cumpridas as formalidades de praxe, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Araújos/MG, 27 de fevereiro de de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:5D04AD29

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
RATIFICAÇÃO DE ADESÃO

Considerando que o presente processo se encontra de conformidade com a legislação pertinente (Art. 74, da Lei Federal 14.133/21), Processo nº 20/2026, RATIFICO a ADESÃO MEDICAMENTOS DO ESTADO 01 - ATA 323 para atender a demanda da Farmácia Municipal.

Depois de cumpridas as formalidades de praxe, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Araújos/MG, 27 de fevereiro de de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:F3B66958

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2026

MODALIDADE: Pregão Presencial SRP nº 03/2026
OBJETO: Registro de Preços para FUTURAS aquisições de UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ABRIGO.

Considerando a regularidade deste processo, conforme a análise jurídica do processo HOMOLOGA a presente Licitação nos termos da Lei Federal Nº *14.133*, de 1º de abril de 2021.

Araújos/MG, 27 de fevereiro de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:534F28BF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARCOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS818/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 818/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 334/021
CONTRATO Nº 013/2022

Termo Aditivo 04 ao Contrato nº 013/2022, celebrado entre o MUNICÍPIO DE ARCOS/MG, como CONTRATANTE, e a GIBRAN MOHAMAD ZORKOT, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 32.542.682/0001-50,como CONTRATADA, referente à prorrogação de prazo.

DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a formalização da prorrogação do prazo de execução e de vigência do **CONTRATO Nº 013/2022,** cujo objeto consiste na **CONTRATAÇÃO DE MAESTRO PARA REGENCIA PARA REGENCIA DO CORAL MUNICIPAL E BANDA SOM E ARTE DA CASA DE CULTURA. no** processo licitatorio 818/2021,conforme justificativa do termo requisitorio, com fulcro no artigo 57, inciso II da Lei n.º8.666/93.

DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO
O prazo de vigencia do **CONTRATO Nº 013/2022,** fica prorrogado por mais
DOS VALORES

Ficam mantidos os valores unitários
e
global
originalmente
firmados, cujo valor global é de R$32.400,00,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais).

Arcos, 29/12/2025

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:176B7EF8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS PL 027/2021 - ADITIVO 08

PL 027/2021
DISPENSA 027/2021
TERMO ADITIVO Nº008

CONTRATONº046/2021,QUE ENTRE SI CELEBRAM OMUNICÍPIO DE ARCOS/MGEMARIA DAS GRAÇAS DE SOUSA, FLÁVIO LUIS RODRIGUES DE SOUSA, ROGÉRIO RODRIGUES DE SOUSA E LILIANE DE FÁTIMA TEIXEIRA

Aos diastrinta do mês de dezembro do ano de2025, na Prefeitura Municipal de Arcos, CNPJ 18.306.662/0001-50, situada na rua Getúlio Vargas, 228, centro, Arcos/MG, cep: 35.598-018representado

por **Welligton Roque,**brasileiro a seguir denominado LOCATÁRIO,eos **MARIA DAS GRAÇAS DE SOUSA portadora do CPF- 055.443.326-57 e RG MG 12.912.551 proprietária da fração de 50% do imóvel, FLÁVIO LUIS RODRIGUES DE SOUSA portador do CPF: 967.712.326-20 e RG M 7.025.080 proprietário da fração de 16,66% do imóvel, ROGÉRIO RODRIGUES DE SOUSA portador do CPF: 042.426.626-10 e RG M 10.477.870 proprietário da fração de 16,66% do imóvel E LILIANE DE FÁTIMA RODRIGUES SALGADO portador do CPF:047.185.816-13 e RG M 11.914.514 proprietária da fração de 16,66% do imóvel**, residentes e domiciliados à Rua da Gameleira, s/n , CEP 35.588-000, doravante denominados LOCADORES, perante as testemunhas abaixonomeadas e firmadas, pactuam o presente **TERMO ADITIVODE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº046/2021** cujacelebração foi justificadae autorizadano processonº027/2021, dispensa º 027/2021equeseregeráportodaalegislaçãoaplicávelàespécie, especialmente as normas gerais contidas na Lei Federal n.º 8.666/1993, e atos municipaise suas respectivasalterações,observando aindaascláusulasecondiçõesaseguir estabelecidas.

CLÁUSULAPRIMEIRA–DOOBJETO

Opresente Termo tem por objeto a formalização da prorrogação do prazo deexecuçãoede vigência do **CONTRATO Nº046/2021**, cujoobjetoconsiste nalocação do imóvel para alojar a Secretaria de Integração Social. Endereço: Rua Major Valeriano Macedo, nº 288-Fundos, centro, em Arcos/MG, Descrição do imóvel: 01 garagem com divisória, 01 sala, 01 banheiro no andar térreo; 01 apartamento no 1º andar, com 07 cômodos, 04 banheiros, 01 varanda, área de frente (jardim); 01 casa com 06 cômodos, 01 banheiro e 01 varanda, destinados a alojar a Secretaria Municipal de Integração Social,conformejustificativalançadanoprocessonº027/2021,comfulcro noartigo 57,inciso IIdaLei n.º8.666/93.

CLÁUSULASEGUNDA–DAPRORROGAÇÃODEPRAZO

Oprazodevigênciado**CONTRATONº046/2021** ficaprorrogadopormaisdoze (12)meses,**acontardo dia 01/01/2026**,nostermosdo termo requisitório.

CLÁUSULATERCEIRA–DOSVALORES
O valor mensal a ser pago é de R$3.501,97(três mil,quinhentos e um reais e noventa e sete centavos), conforme acordo entre as partes.
O valor Global do referido Termo Aditivo é de R$42.023,64 (quarenta e dois mil, vinte e três reais e sessenta e quatro centavos).
O valor referente ao Termo Aditivo será empenhado no início do exercício de 2026conforme dotação orçamentária anexada a este processo.

CLÁUSULAQUARTA– DARATIFICAÇÃODASDEMAISCLÁUSULAS

Ficam mantidas todas as demais cláusulas integrantes do contrato originário e seus aditivos anteriores, desde que compatíveis como presente termo.

CLÁUSULAQUINTA– DAPUBLICAÇÃOEDOENVIOAOTRIBUNALDECONTAS

O extrato do presente termo aditivos e republicado no veículo oficial de comunicação,observado o prazo legal.

E por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02vias de igualformaeteor, napresença das testemunhasabaixo.

Arcos,30 dedezembro de 2025.

WELLIGTON ROQUE,
Prefeito- Locatário

MARIA DAS GRAÇAS DE SOUSA
Locador(a)

FLÁVIO LUIS RODRIGUES DE SOUSA
Locador(a)

ROGÉRIO RODRIGUES DE SOUSA
Locador(a)

LILIANE DE FÁTIMA RODRIGUES
Locador(a)

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:FBFBB303

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS PL 029/2026

PROCESSO nº 029/2026
DISPENSA FÍSICA Nº 008/2026
Objeto se refere à pagamento de taxas e anuidade para Filiação do Município de Arcos/MG à Federação Mineira de Futsal, fundamentado na lei 14.133/2021, de acordo com quantidades e especificações constantes no termo de referência, conforme segue abaixo:

FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL DE SALÃO

VALOR: R$5.500,00
Arcos/MG, 26 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:9AD44F4F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS PL 034/2022

PROCESSO LICITATORIO Nº034/2022
INEXIGIBILIDADE Nº003/2022
CREDENCIAMENTO Nº001/2022
CONTRATO Nº 034/2022
Aditivo 04

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS que entre si celebram, de um lado oMUNICÍPIO DE ARCOS/MG, pessoa jurídica de direito público com sede na Rua Getulio Vargas, 228, em Arcos/MG, inscrito no CNPJ/MF sob o n º 18.306.662/0001-50, eBANCO BRADESCO S.A., CNPJ n° 60.746.948/0001-12, NIRE 35300027795, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900,
OBJETO

Constitui objeto do presente termo aprorrogação da vigência contratual com objeto decontratação de Instituição Financeira, autorizadas pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviços de concessão de empréstimos, mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores municipais efetivos, contratados, nomeados ou agentes políticos, da Prefeitura Municipal de Arcos/MG e FUMUSA – Fundação Municipal de Saúde e Assistência de Arcos, respeitadas as normas bancárias do contratado.

ITEM	OBJETO	ESPECIFICAÇÃO01
01	Credenciamento de Instituições Financeiras,autorizadas pelo Banco Central do Brasil,para prestação de serviços de concessão de empréstimo, mediante consignação em folha de pagamento,aos servidores municipais efetivos, contratados, nomeados e agentes políticos,da Prefeitura Municipal de Arcos/MG e FUMUSA – Fundação Municipal de Saúde e Assistência de Arcos	A Administração fará o desconto mensal na folha do servidor que contratar empréstimo com a instituição financeira, mediante informação escrita enviada para o setor de Departamento de Pessoal, pelo credenciado, até o dia 15 (quinze) de cada mês. A Administração efetuará o pagamento até o 10º(décimo) dia do mês subsequente.

DAPRORROGAÇÃO
Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com início a partir da data de 10 de fevereiro de 2026,podendo ser prorrogado nos termos do art.57 da Lei Federal n° 8.666/93.
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Permanecem integras as demais clausulas do contrato original.

Arcos, 10 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:E64B8FD5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS PL 256-2025

RETIFICAÇÃO DE VALOR PARA BAIXO. Matéria original publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 29/01/2026. Edição 4202

TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO Nº 108/2025 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICIPIO DE ARCOS/MG, E A EMPRESA UTV FACILITIES LTDA

CONTRATANTE:MUNICIPIO DE ARCOS, CNPJ 18.306.662/0001-50, situada na rua Getúlio Vargas, 228, centro, Arcos/MG, cep: 35588-00, representado por Welington Roque, brasileiro a seguir denominado CONTRATANTE,e a empresa
CONTRATADO: UTV FACILITIES LTDA, Rua São Geraldo, 149, Primeiro Pavimento – Centro – 35520-032 – Nova Serrana-MG, Telefone (37) 99147-1922 – comercial.utv@gmail.com – CNPJ: 43.334.388/0001-70, por seu

OBJETO:O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 108/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em asseio urbano em geral, por mais 06 meses, a partir de 01/01/2026, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, com

PREÇO RETIFICADO: valor retificado R$1.099.765,00(um milhão, setecentos e sessenta e cinco mil reais)
CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:7B46AA5A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS - PL 366/ 2024
TERMO DE CANCELAMENTO

TERMO DE CANCELAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 366/2024
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 201/2024
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 120 /2025

1. OBJETO : Aquisição de Suprimentose Equipamentos de Informáticapara atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Arcos/ MG.

2. DADOS DA DETENTORA DA ATA: Detentora:Rosângela Aparecida Ribeiro de Souza-CNPJ: 54.491.422/0001-36.

3. ITENS CANCELADOS: Referente a Ata de Registro de Preço Nº 120/2025:

Item	Especificação	Ud
19	Notebook novo para projetos, edição de vídeos, engenharia e gerência de TI, com as seguintes especificações mínimas: -NÃO SERÃO ACEITOS EQUIPAMENTOS MONTADOS OU CUSTOMIZADOS PARAATENDIMENTO DOS PRÉ REQUISITOS ; - TODOS OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER LACRADOS DE FÁBRICA ; CPU: Núcleos:No mínimo 10 núcleos; Threads: No mínimo 16 threads; Cache: No mínimo 20MB de memória cache; Frequência clock máxima: o clock deverá atingir umavelocidade de no mínimo 4.6GHz, em pelo menos 6 núcleos; data de lançamento da CPU: no mínimo 2023. -GPU: Placa gráfica com no mínimo 6GB, DDR6. Memória RAM: Geração: No mínimo DDR5; No mínimo 4800 MHz(MT/s); Capacidade: No mínimo 16GB. Arm	Unid.

MOTIVO: Solicitado pela Detentora se sustentando em onerosidade excessiva na aquisição e força maior.

Deferido o CANCELAMENTO AMIGÁVEL pelo Departamento de Informática, Servidor Pedro Paulo.

Conforme Clausulas vigentes no Edital referente a Ata de Registro de Preço Nº 120/ 2025.
8.4.*O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:*
8.4.1.*Por razão de interesse público;*
8.4.2*. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior*

Arcos, 26 de Fevereiro de 2026.

_____
Secretaria Municipal de Administração Pública

Detentora:
ROSÂNGELA APARECIDA RIBEIRO DE SOUZA
CNPJ: 54.491.422/0001-36

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:A449A133

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA DE ARCOS - DECRETO 7339

DECRETO MUNICIPAL nº 7.339–04/02/2026

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a autorização contida na Lei Municipal Complementar nº 223, de 09/12/2025,

DECRETA:

Art. 1º-Ficamabertosàsdotaçõesespecificadasneste Decreto, de acordo com os valores e as unidades orçamentárias nele indicado, os seguintes créditos suplementares:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO SOCIAL

02.07.08.122.9021.2.388.000.3.3.90.39 ..... R$ 6.470,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

02.08.04.122.9019.2.324.000.3.3.90.32 ..... R$ 2.912,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

02.09.10.122.9015.2.358.000.3.3.90.39 ..... R$ 9.670,00
02.09.10.122.9015.2.358.000.3.3.90.93 ..... R$ 1.500,00
Sub-total ..... R$ 11.170,00

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.10.08.244.9022.2.395.000.3.3.90.92 ..... R$ 48.027,70
02.10.08.244.9022.2.403.000.4.4.90.52 ..... R$ 6.000,00
Sub-total ..... R$ 54.027,70

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

02.13.10.302.9016.2.456.000.3.3.90.92 ..... R$ 32.121,15
02.13.10.122.9016.2.222.000.3.3.90.39 ..... R$ 1.000,00
02.13.10.122.9016.2.222.000.3.3.90.39 ..... R$ 1.000,00
Sub-total ..... R$ 34.121,15

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA

02.15.04.122.9017.2.344.000.3.3.90.39 ..... R$ 2.000,00

TOTAL: ..... R$110.700,85

Art. 2º - Constituem recursos à abertura dos créditos mencionados neste Decreto, a redução de dotações conforme abaixo indicada, na forma do disposto na Lei Complementar nº101/2000:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO SOCIAL

02.07.08.122.9021.2.388.000.3.3.90.36 ..... R$470,00
02.07.08.306.9034.2.392.000.3.3.90.32 ..... R$ 60.027,70
Sub-total ..... R$ 60.497,70

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

02.08.15.452.9019.2.325.000.3.3.90.30 ..... R$ 2.912,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

02.09.10.122.9015.2.358.000.3.3.90.39 ..... R$ 1.500,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

02.13.10.122.9016.2.222.000.3.3.90.36 ..... R$ 9.670,00
02.13.10.302.9016.2.456.000.3.3.90.39 ..... R$ 32.121,15
02.13.10.122.9016.2.222.000.3.3.90.30 ..... R$ 1.000,00
02.13.10.122.9016.2.222.000.3.3.90.30 ..... R$ 1.000,00
Sub-total ..... R$ 43.791,15

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA

02.15.04.122.9017.2.344.000.3.3.90.30 ..... R$ 2.000,00

TOTAL: ..... R$110.700,85

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arcos, 04 de fevereiro de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, certifica, para efeito do que determina a Lei Complementar nº 101, que:

A suplementação prevista no Decreto nº 7.339, de 04/02/2026está de acordo com o que determina a Lei Complementar nº 223/2025.

Não houve expansão da despesa pública, não havendo aumento do orçamento aprovado para o exercício.

A suplementação prevista no Decreto não provocou aumento de despesa pública e que tem adequação orçamentária e financeira.

Por ser verdade, firmo o presente.

Arcos,04 de fevereiro de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Amorim Alburquerque
Código Identificador:B9840408

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA DE ARCOS - DECRETO 7340/2026

DECRETO MUNICIPAL nº 7.340– 04/02/2026

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a autorização contida na Lei Complementar nº 223, de09/12/2025,

DECRETA:

Art. 1º-Fica aberto à dotaçãoespecificada neste Decreto, de acordo com o valor e a unidade orçamentária nele indicado, o seguinte crédito suplementar:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO

02.11.27.813.9020.1.167.000.4.4.90.51..... R$387.153,14

Art. 2º - Para fazer face à despesa de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o superávit financeirono valor deR$387.153,14(Trezentos e oitenta e sete mil, cento e cinquenta e três reais e quatorze centavo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arcos,04 de fevereiro de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, certifica, para efeito do que determina a Lei Complementar nº 101, que:

A suplementação prevista no Decreto nº 7.340, de 04/02/2026 está de acordo com o que determina a Lei Complementar nº 223/2025.

Não houve expansão da despesa pública, não havendo aumento do orçamento aprovado para o exercício.

A suplementação prevista no Decreto não provocou aumento de despesa pública e que tem adequação orçamentária e financeira.

Por ser verdade, firmo o presente.

Arcos,04 de fevereiro de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Amorim Alburquerque
Código Identificador:D7E1CEA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA DE ARCOS - DECRETO 7344/2026

DECRETO MUNICIPAL nº 7.344–11/02/2026

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a autorização contida na Lei Municipal Complementar nº 223, de 09/12/2025,

DECRETA:

Art. 1º-Ficamabertosàsdotaçõesespecificadasneste Decreto, de acordo com osvalorese asunidadesorçamentáriasnele indicado, osseguintescréditossuplementares:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

02.01.04.131.9005.2.428.000.3.3.90.30 ..... R$ 3.700,45

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.04.04.122.9008.2.302.000.3.3.90.46 ..... R$178.779,68
02.04.04.122.9008.2.313.000.4.4.90.52 ..... R$ 1.000,00
Sub-total ..... R$179.779,68

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02.06.04.122.9014.2.302.000.3.3.90.46 ..... R$284.037,44
02.06.04.122.9033.2.414.000.3.3.90.93 ..... R$ 30.000,00
Sub-total ..... R$314.037,44

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

02.09.10.122.9015.2.302.000.3.3.90.46 ..... R$269.725,91

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.10.0824490222.395000.3.3.90.32..... R$ 15.000,00

TOTAL: ..... R$782.243,48

Art. 2º - Constituemrecursosà abertura doscréditosmencionadosneste Decreto, a redução de dotaçõesconforme abaixo indicada, na forma do disposto na Lei Complementar nº101/2000:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

02.01.04.122.9005.2.294.000.3.3.90.30 ..... R$ 3.700,45

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.04.04.122.9008.2.302.000.3.3.90.39 ..... R$178.779,68
02.04.04.122.9008.2.313.000.3.3.90.36 ..... R$ 1.000,00
Sub-total ..... R$179.779,68

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02.06.04.122.9014.2.302.000.3.3.90.39 ..... R$284.037,44
02.06.04.122.9033.2.414.000.3.3.90.39 ..... R$ 30.000,00
Sub-total ..... R$314.037,44

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO SOCIAL

02.07.08.306.9034.2.392.000.3.3.90.32 ..... R$15.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

02.09.10.122.9015.2.302.000.3.3.90.39 ..... R$269.725,91

TOTAL: ..... R$782.243,48

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arcos, 11 de fevereiro de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARCOS, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CERTIFICA, PARA EFEITO DO QUE DETERMINA A LEI COMPLEMENTAR Nº 101, QUE:

A SUPLEMENTAÇÃO PREVISTA NO DECRETO Nº 7.344, DE 11/02/2026ESTÁ DE ACORDO COM O QUE DETERMINA A LEI COMPLEMENTAR Nº 223/2025.

NÃO HOUVE EXPANSÃO DA DESPESA PÚBLICA, NÃO HAVENDO AUMENTO DO ORÇAMENTO APROVADO PARA O EXERCÍCIO.

A SUPLEMENTAÇÃO PREVISTA NO DECRETO NÃO PROVOCOU AUMENTO DE DESPESA PÚBLICA E QUE TEM ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

POR SER VERDADE, FIRMO O PRESENTE.

ARCOS,11 DE FEVEREIRO DE 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Amorim Alburquerque
Código Identificador:A9470508

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA DE ARCOS - DECRETO 7348/2026

DECRETO MUNICIPAL nº 7.348–15/02/2026

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a autorização contida na Lei Municipal Complementar nº 223, de 09/12/2025,

DECRETA:

Art. 1º-Fica aberto à dotaçãoespecificada neste Decreto, de acordo com o valor e a unidade orçamentária nele indicado, o seguinte crédito suplementar:

FUMUSA - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DE ARCOS

21.01.10.122.9024.2.302.000.3.3.90.46 ..... R$22.849,04

Art. 2º - Constituem recursos à abertura dos créditos mencionados neste Decreto, a redução de dotações conforme abaixo indicadas, na forma do disposto na Lei Complementar nº101/2000:

FUMUSA - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DE ARCOS

21.01.10.122.9024.2.302.000.3.3.90.39..... R$22.849,04

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arcos, 15 de fevereiro de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, certifica, para efeito do que determina a Lei Complementar nº 101, que:

A suplementação prevista no Decreto nº 7.348, de 15/02/2025está de acordo com o que determina a Lei Complementar nº 223/2025.

Não houve expansão da despesa pública, não havendo aumento do orçamento aprovado para o exercício.

A suplementação prevista no Decreto não provocou aumento de despesa pública e que tem adequação orçamentária e financeira.

Por ser verdade, firmo o presente.

Arcos,15 de fevereiro de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Amorim Alburquerque
Código Identificador:F1940AB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA DE ARCOS - PORTARIA 042/2026

PORTARIANº042- 27/02/2026

DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO Nº 014/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARCOS/MG E O ESTADO DE MINAS GERAIS, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DE MEIO AMBIENTE DE MINAS GERAIS - PMMG.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - O acompanhamento da execução do Convênio nº 014/2025, celebrado entre o Município de Arcos/MG e Estado de Minas Gerais, através da Polícia Militar de Minas Geraisnos termos da Lei Federal nº.14.133/2021 e alteraçõese da Lei Municipal nº.1.557 de 21 de setembro de 1994, será realizado por Comissão nomeada por Portaria Municipal, com o objetivo de avaliar o nível de desempenho do Convênio, relativo às metas contidas no Plano de Trabalho.

Art. 2º - A composição desta Comissão será constituída por representantes da CONVENIADA e do MUNICÍPIO, nos seguintes quantitativos:

I – 1(um) representante da Polícia Militar de Meio Ambiente:
Ênio Carlos de Faria. 2º Sargento da Polícia Militar. Comandante do Grupamento de Meio Ambiente de Arcos/MG. MASP nº 127.779-007.

II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura:
Áthila Linkens Barbosa de Alcântara .Chefe de Departamento. MASP nº 9445/5.

Art. 3º - As atribuições desta Comissão serão a de acompanhar a execução do presente Convênio, o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho.

Art. 4º - A Comissão de Acompanhamento do Convênio será nomeada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS/MG, concomitantemente à assinatura do Convênio, devendo a conveniada indicar o seu representante antes da assinatura do mesmo.

Art. 5º - No caso de qualquer das partes deixarem de apresentar seu (s) representante (s) no prazo previsto, a Prefeitura Municipal de Arcos/MG comporá a Comissão para que a mesma inicie suas atividades normais.

Art. 6º - Qualquer alteração da composição dessa Comissão deverá ser homologada pela Prefeitura Municipal de Arcos/MG.

Art. 7º - Os membros da Comissão não serão remunerados por esta atividade, e deverão se reunir 01 (uma) vez por mês, após a apresentação da prestação de contas pela Conveniada.

Art. 8º - A Conveniada fica obrigada a fornecer à Comissão de Acompanhamento todos os documentos e informações necessárias à comprovação do cumprimento do Convênio.

Art. 9º - A existência da Comissão mencionada nesta Cláusula não impede nem substitui as atividades próprias do Sistema Nacional de Auditoria (Federal, Estadual ou Municipal).

Art. 10 - Fica revogada a Portaria nº 039, de 24/02/2026.

Art. 11– Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arcos, 27 de fevereiro de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Amorim Alburquerque
Código Identificador:B5D766D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA DE ARCOS - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2025 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO 016/2026 - SEMED

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 016/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - 006/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente, vem através deste Edital, convocar os candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado de Títulos e Tempo de Serviço para provimento de vagas do Quadro de Magistério nas Unidades de Ensino da Rede Municipal de Arcos(Edital SEMED nº 006/2025), considerando a necessidade **Temporária**de ocupar cargo público, convoca, obedecendo a classificação verificada no Resultado do Processo Seletivo, para Contrato para cargos públicos,conforme abaixo relacionados,com seus respectivos horários de convocação.

Não se trata de convocação efetiva, visto que, é apenas para suprir a necessidade de contratação em caráter temporário.

I - DISPOSIÇÕES INICIAIS:
O não cumprimento das regras do edital, a inserção de dados no formulário de inscrição divergentes da documentação apresentada, bem como a não apresentação de qualquer dos documentos conforme detalhado no item II deste edital, caracterizará em **desclassificação do candidato;**
A convocação seguirá os horários estabelecidos neste edital, sendo que, e, nohorário marcadopara cada cargo, **a porta será fechada**, não havendo tolerância,nem justificativas para atraso.
Só serão aceitas declarações de contagem tempo **emitidas pelo Setor de Recursos Humano**s da Prefeitura Municipal de Arcos – MG.
Devido ao sistema utilizado pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Arcos – MG, a declaração de contagem de tempo será emitida somando os tempos dos cargos de Professor PEB I – Educação Infantile Professor PEB I – Anos Iniciais.
O tempo considerado para o cargo de Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem, Tecnologias Assistivas (ACLTA – Apoio) e Professor de Educação Básica para atuar no Atendimento Educacional Especializado – (AEE) – Sala de Recursos, será aquele comprovado após a criação do cargo (Lei Municipal 2844/2017 de 19 de setembro de 2017).

Seráconsiderado"tempodeserviço",parafinsdeinscriçãodequetrataeste Edital, aquele exercido na Rede Municipal de Ensino de Arcos até 30 de novembrode 2025na mesma função/componente curricular/área de conhecimento para o qual o candidato se inscrever, devendo comprová-lo no ato da contratação, desde que:
Nãoestejavinculadoacargo efetivo;
Nãotenhasidoutilizadoparafinsde aposentadoria;
Não seja tempo de serviço paralelo.
Fica impedido ao Candidato de assumir dois cargosutilizando a mesma contagem de tempo.

II - DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NA CONVOCAÇÃO

Os candidatos classificados e ora convocados, deverão se apresentar pessoalmente no ato da convocação, conforme cronograma abaixo, com os seguintes documentos:

Original e fotocópiado documento que comprove a habilitação e escolaridade declarada no Processo Seletivo exigida para o cargo, conforme Anexo II do Edital SEMED 006/2025;
Original e fotocópiadas declarações de contagem de tempo emitidas pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Arcos, conforme Anexo II do Edital SEMED 006/2025;
Original e fotocópiados documentos de CPF e RG.
Original e fotocópiado certificado de Pós-Graduação informado para critério de desempate.
Original e fotocópia dos certificados de aperfeiçoamento realizados a partir de 2021 com carga horária mínima de 20 h. conforme Capítulo VI do Edital SEMED 006/25.
Boletim oficial com nota da PND.
Para o cargo PcD, além de toda documentação citada acima, apresentar a Declaração para candidato Pcd assinado pelo médico, conforme anexo VI do Edital SEMED 006/2025 e laudo médico com a respectiva deficiência especificada pelo CID.

III -DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS APÓS A CONVOCAÇÃO:

Documentos para contratação:
Original e fotocópia da certidão de nascimento ou da certidão de casamento (se for o caso devidamente averbada);
Original e fotocópia do CPF próprio;
Original e fotocópia do título de eleitor com o comprovante de votação na última eleição ou certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;
Original e fotocópia do certificado de reservista, se do sexo masculino;
Original e fotocópia da carteira de identidade, ou do documento único equivalente, de valor legal;
Original e fotocópia do comprovante de residência atualizado;
Laudo médico favorável, sem restrições, fornecido por serviço médico oficial. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente, para o exercício do emprego;
Original e fotocópia do documento que comprove a escolaridade mínima exigida para o emprego;
Original e fotocópia do certificado de conclusão do curso e registro profissional correspondente ao emprego a que concorre, quando do exercício da atividade profissional do candidato o exigir;
Comprovante de regular situação de inscrição no órgão de classe respectivo, quando do exercício da atividade profissional do candidato o exigir;
02 (duas) fotografias 3X4, recente;
Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para os fins do disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;
Certidão de nascimento e CPF de todos os dependentes;
Conta bancária do banco ou bancos credenciados pelo Município;
Original e cópia do Boletim da Prova da PND;
Original e cópia do laudo que comprove a condição de Pessoa com Deficiência (PCD).
Original e cópia declarações de contagem tempo emitidas pelo Setor de RecursosHumanosda Prefeitura Municipal de Arcos – MG.
Os candidatos classificados e convocados deverão apresentar os documentos constantes no item I citados acima, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Arcos, **no dia seguinte à convocação**, considerando-se desistente e perdendo o direito à contratação aquele que não se apresentar no prazo estabelecido.
A data da admissão será apresentada durante a convocação.
O candidato não poderá iniciar as atividades, caso não tenha entregue a documentação no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Arcos.
Em nenhuma hipótese haverá justificativa para os candidatos pelo não cumprimento dos prazos determinados, ou serão aceitos documentos após as datas estabelecidas.
Os candidatos assinarão no ato da contratação, um termo, sob as penas da lei, declarando que não exerce outro cargo público inacumulável, nos termos do art. 37, XVI e § 10 da Constituição Federal.
A convocação respeitará a ordem de classificação e o número de vagas temporárias existentes ou que vierem a existir, durante o período de validade do Processo Seletivo SEMED 006/2025.
O desempenho das atividades será na modalidade presencial, no ambiente escolar.
Os critérios para a convocação estão descritos no Anexo I deste edital.
Em caso de dispensa do cargo a pedido do servidor convocado, observar o disposto na Portaria SEMED 003/2025:*Art.1º - O contratado temporário/convocado dispensado a pedido só poderá sernovamentecontratado/convocado,depoisdedecorridooprazode90(noventa)dias do encerramento de seu contrato anterior, em qualquer cargo da Secretaria Municipal de Educação do Município de Arcos/MG.*
O contrato poderá ser rescindido antes do prazo previsto, de acordo com os critérios constantes no art. 9º, incisos I, II e III da Lei Municipal nº 2.241/2009.

IV - DO RECURSO
O candidato que discordar do resultado da convocação poderá interpor recurso para a comissão de convocação, pelo prazo de 1 dia útil. O recurso deverá conter de forma clara o motivo pelo qual o candidato discorda da decisão proferida na convocação. A decisão do recurso deverá ser proferida em até 03 dias, pela Comissão definida pela Prefeitura Municipal de Arcos. Casoa decisão da comissão for pela procedência do recurso, o procedimento de convocação será revisto e o candidato terá a sua vaga garantida, sendo dispensado o último contratado para o cargo.email: processoseletivo@educacao.arcos.mg.gov.br

DADOS DA CONVOCAÇÃO

Local: **Secretaria M. de Educação - SEMED**
Avenida Yolando Sebastião Logi, 255.
Prédio da Puc Minas em Arcos.

Dia: 02/03/2026- 14h
Cargo: PEB I - Anos iniciais
Local de Trabalho: Escola Municipal Julieta Ribeiro da Fonseca
Turno: Vespertino

1-Professor PEB I – Anos Iniciais:

- Ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado de Títulos e Tempo conforme Edital SEMED 006/2025, de acordo com o cargo.

Cargo Habilitação e Escolaridade: Comprovante De Habilitação e escolaridade:	Cargo Habilitação e Escolaridade: Comprovante De Habilitação e escolaridade:	Cargo Habilitação e Escolaridade: Comprovante De Habilitação e escolaridade:
PROFESSOR PEB I – ANOS INICIAIS	I - Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior	I - Diploma registrado ou Declaração/Certidão de Conclusão de Curso de graduação, expedida em período igual ou inferior a 390 (trezentos e noventa) dias da data da conclusão do curso acrescida de histórico escolar.
	II - Magistério	II - Diploma registrado ou Declaração de conclusão do magistério nível médio, acrescida dehistórico escolar.

Caso não haja candidato que se apresente para assumir a referida vaga, a contratação obedecerá aos critérios de classificação e prioridade descritos no quadro acima (Edital SEMED 006/2025).

Arcos, 27de fevereirode 2026.

WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal de Arcos

Publicado por:
Adriana Amorim Alburquerque
Código Identificador:B72FDAA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS - EDITAL 003/2026 - EXTENSÃO DE CARGA HORÁRIA - SEMED

EDITAL - 03/2026
EXTENSÃO DE CARGA HORÁRIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, vem através deste Edital, divulgar extensão de carga-horária, considerando a necessidade **Temporária**de substituição de servidor, conforme Decreto Municipal Nº 6.852 de 12/06/2024.

DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO ATO DA SELEÇÃO

No ato da seleção,o**professor efetivo** deverá apresentar os documentos listados abaixo:

Original e fotocópia dos documentos CPF e RG.
Original e fotocópia do Comprovante de habilitação (Curso Superior em Pedagogia ou Normal Superior).

DADOS DA CONVOCAÇÃO

Local: Secretaria M. de Educação - SEMED
Avenida Yolando Sebastião Logi, 255.
Prédio da Puc Minas em Arcos.

Dia: 02/03/2026- 13h30min
Cargo: PEB I - Educação Infantil – Maternal II
Local de Trabalho:Escola Municipal Antônio Davi Franco
Turno: Vespertino
Período: 03/03/2026 à 27/03/2026

Arcos, 27/02/2026.

LILIAN TEIXEIRA GARCIA GOMES
Secretária de Educação

Publicado por:
Adriana Amorim Alburquerque
Código Identificador:E5E7EC26

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARGIRITA

GABINETE
DECRETO 060/2026

DECRETO Nº 60/2026, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município de Argirita afetadas por Tempestade Local / Convectiva / Chuvas Intensas - Nº 1.3.2.1.4 - COBRADE, conforme legislação aplicada ao tema.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ARGIRITA - MG, Sr.Victor Miranda Cortacio Simas**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município epelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que disciplina a declaração de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública, no âmbito do SINPDEC, e:

CONSIDERANDO:

I. Que ocorreram Chuvas Intensas no Município de Argirita nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2026, que indicam um volume de chuva acumulado superior a 150 mm em menos de 48 horas, superando as médias históricas para o período;
II. Que a combinação de solos saturados por chuvas anteriores, relevo acidentado com declividades acentuadas e a rede de drenagem natural saturada desencadeou um cenário de desastre em cadeia, com: Escoamento Superficial Intenso, resultando em erosões laminares e lineares severas em estradas rurais; Elevação Súbita de Cursos d'Água, causando inundações bruscas e pressões hidrodinâmicas sobre pontes e bueiros; e Movimentação de Massa, gerando deslizamentos de encostas em áreas de vias vicinais e de produção agrícola;
I**II.** Que três (03) pontes de vital importância para a conectividade rural foram integralmente destruídas pela força torrencial das águas, resultando na interrupção completa e irreversível da passagem;
IV. Que uma (01) ponte adicional apresenta danos severos na cabeceira, com evidências de movimento de terra e perda significativa de apoio estrutural;
V.Que outras obras menores, como bueiros e travessias, sofreram rompimentos e obstruções, fragmentando ainda mais a malha viária municipal;
VI. Que o colapso de bueiros tubulares e celulares causou o seccionamento de vias, impedindo a passagem de pessoas que dependem da mesma;
VII. Que a interdição sistêmica de rotas rurais impacta diretamente o escoamento da produção agropecuária (especialmente a produção leiteira), o acesso a serviços essenciais (saúde, transporte escolar) e a ruptura da cadeia produtiva, ameaçando a sustentabilidade das atividades agrícolas e pecuárias, com potencial de colapso econômico para as famílias e o município;
VIII. Que a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Argirita - MG é quem está à frente da situação, juntamente com o Departamento de Engenharia da prefeitura, elaborando os relatórios necessários a descrever e gerenciar os danos causados;
IX. Que o Relatório Técnico de Engenharia da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, emitido em 26 de fevereiro de 2026, é favorável à declaração da Situação de Emergência, e que a magnitude dos danos e o risco iminente de novos desastres geológicos configuram uma situação que ultrapassa os limites da gestão municipal ordinária.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência**nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **Tempestade Local/ Convectiva/ Chuvas Intensas - Nº 1.3.2.1.4 - COBRADE,**conforme legislação aplicada.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Argirita - MG, nas ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Argirita - MG.
Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I.Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II. Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. Em caso de utilidade pública, autoriza-se o início de processos de desapropriação, conforme legislação federal aplicável ao tema, com a observância de suas condições e consequências.

Art. 6º. Com fundamento na Lei 14.133/2021, sem prejuízo da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam dispensadas de licitações as aquisições dos bens necessários ao atendimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedada a recontratação de empresas e a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de fevereiro de 2026, e terá vigência por um período de 180 (cento e oitenta) dias.

Argirita, 27 de fevereiro de 2026.

VICTOR MIRANDA CORTACIO SIMAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:3E31DED1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARINOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
EXTRATOS TERMOS ADITIVOS

Extrato do primeiro termo aditivo ao contrato nº 35/2025. Credenciamento nº 05/2025, contratante: Prefeitura Municipal de Arinos. Contratada: Refritech Climatização e Segurança Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 51.038.112/0001-72. Da Vigência: prorrogar a vigência do contrato inicial até 26 de fevereiro de 2027. Arinos, 26 de fevereiro de 2026. Marcilio Alisson Fonseca de Almeida- Prefeito.

Extrato do primeiro termo aditivo ao contrato nº 43/2025. Credenciamento nº 03/2025, contratante: Prefeitura Municipal de Arinos. Myllena Kauany Ornelas de Alexandria. Da Vigência: prorrogar a vigência do contrato inicial até 26 de fevereiro de 2027. Arinos, 26 de fevereiro de 2026. Marcilio Alisson Fonseca de Almeida- Prefeito.

Extrato do primeiro termo aditivo a aditivo da ata de registro de preços nº 10/2025, oriundo do pregão presencial Nº 03/2025, contratante: Prefeitura Municipal de Arinos. Luiz Pereira dos Santos, inscrita no CNPJ sob o nº 42.985.709/0001-33. Da Vigência: prorrogar a ata inicial por 12 meses. Arinos, 26 de fevereiro de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:AA4E5AD8

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o cumprimento das exigências editalícias por parte do credenciado que abaixo subscrevem, homologo o presente procedimento nos termos do Edital de Credenciamento nº 004/2025. Com base nas informações constantes no processo administrativo epigrafado e em cumprimento aos termos da Lei n° 14.133/2021, Acolho o relatório da Agente de Contratação, Ajudico e Homologo o Credenciamento acima identificado, em favor da pessoa jurídica: Instituto de Tratamento Urológico e Nefrológico Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 10.769.238/0001-30, no item 01, Arinos, 27 de fevereiro de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:BD7BD7BD

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
RATIIFICAÇÃO DE DISPENSA

Considerando, que o processo nº 011/2026, se encontra em conformidade com a legislação pertinente, art, 72, VII e art. 75, I da Lei Federal nº. 14.133/2021, e considerando a regularidade dos documentos constantes dos autos e o parecer da Procuradoria Jurídica, Ratifico, a Dispensa de Licitação nº. 002/2026, em favor da empresa, Lidon Máquinas Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 51.526.441/0001-62. Objeto: Contratação de empresa especializada/ autorizada para revisão nos veiculo PC Escavadeira Hidraulica FR 215E - CHASSIS: RHLWDDP1G7G7G3041V ANO 2023 e TRATOR LOVOL TH754 - CHASSIS: TY3S311020001K ANO 2024, da Secretaria Municipal de Obras. Valor Global,R$ 16.811,34. Arinos, 27 de fevereiro de 2026.
MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:66455913

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARÃO DO MONTE ALTO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO MONTE ALTO-MG torna público Ratificação da Dispensa de Licitação nº 007/2026 - Objeto: Contratação de empresa para locação de máquinas e equipamentos multifuncionais, impressora, scanners, para impressões, fotocopias e trabalhos de digitalização, incluindo serviços de manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e de todo o material de consumo necessário ao perfeito funcionamento dos equipamentos – Contratada: **LOC PRINT SOLUCOES DE IMPRESSAO DIGITAL LTDA, CNPJ: 07.004.048/0001-17**-90 – valor: R$ 7.420,00 (sete mil e quatrocentos e vinte reais) – Dotação/ Secretaria Municipal de Cultura: **02002.0412200072.006.33903900000**. Justificativa: de acordo com o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações –

SELMAR LUIS DO VALLE –
Prefeito Municipal – 27 /02/2026.

Publicado por:
Marco José Campos de Paula
Código Identificador:A9CEF1A0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARROSO

DIVERSAS SECRETARIAS
EXTRATO AOS CONTRATOS 061/2026 E 062/2026
PROCESSO 031/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DEINFRAESTRUTURA EXTRATO AO CONTRATOPROCESSO 031/2026 INEXIGIGBILIDADE 03/2026 CREDENCIAMENTO 002/2026

Município de Barroso torna público extrato aocontrato 061/2026 e 062/2026, Processo 031/2026Inexigibilidade 003/2026, Credenciamento de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos diversos para atender tanto a zona rural quanto a zona

urbana do Município de Barroso, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

JR ELÉTRICA INDUSTRIAL
CNPJ: 24.564.495/0001-40
CONTRATO: 061/2026

PAVEL PAVIMENTADORA VERTENTES LTDA
CNPJ: 05.401.407/0001-44
CONTRATO: 062/2026

Vigencia : 26/02/2026 a 30/01/2027

Publicado por:
Raquel Ferreira Diniz
Código Identificador:DC960311

DIVERSAS SECRETARIAS
RESULTADO CREDENCIAMENTO 02/2026 PROCESSO 031/2026

CREDENCIAMENTO002/2026 INEXIGIBILIDADENº 003/2026
O município de Barroso, torna público o resultado do Credenciamento Público nº 002/2024, objetivando o Chamamento público para Credenciamento de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos diverso para atender tanto a zona rural quanto a zona urbano do municipio de Barroso.Credenciamento de Bandas e Artistas em diferentes estilos musicais para atender aos eventos culturais, esportivos e turísticos promovidos ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Barroso. Atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

CREDENCIADO	CNPJ/CPF	ITEM
JR Eletrica Industrial Ltda	24.564.495/0001-40	05
Pavel Pavimentadora Vertentes	05.401.407/0001-44	20

Barroso,26 de fevereiro de 2026.

RAQUEL FERREIRA DINIZ

Publicado por:
Raquel Ferreira Diniz
Código Identificador:018DB553

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Em vistas das razões alinhadas no Processo nº 0053/2026– Inexigibilidade nº 06/2026 e Parecer Jurídico, **RATIFICO** a inexigibilidadede licitação visando à contratação **Associação Mineira de Municípios - AMM** para realização do curso online e ao vivo Controle Interno módulo I: estruturação do Controle Interno Municipal para a servidora Josiane Aparecida da Silva, Controladora Geral do Município, nos dias 05 e 06 de março de 2026, com carga horária de 16 horas, divididas em 4 módulos de 04 horas cada, sendo a metodologia do curso interativa e construtivista,no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), com fulcro no inciso III f do art. 74da Lei nº 14.133/2021.

Dê-se ciência desta decisão ao interessado, providencie-se a celebração dos necessários contratos, e os empenhos das despesas nas dotações do orçamento vigente, e publique-se o presente ato na imprensa oficial, para fins de eficácia da **RATIFICAÇÃO**aqui proferida.

Barroso/MG, 26 de fevereiro de 2026.

ANDERSON GERALDO DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erica Aparecida Cardoso Moreira
Código Identificador:EE0E74CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2026 TERMO DE FOMENTO 004/2026

MUNICÍPIO DE BARROSO/MG
COMISSÃO DE SELEÇÃO PARA ESCOLHA DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

EXTRATO

O Município de Barroso, em atendimento ao disposto no § 1º, art. 32, da Lei Federal nº 13.019/2014, informa que foi autorizada através do Processo 051/2026, a Dispensa do Chamamento Público nº 003/2026 Termo de Fomento 004/2026, prevista no inciso VI do artigo 30 da Lei Federal nº 13.019/2014, à instituição LAR NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, CNPJ: 20.305.447/0002-67, para a formalização direta de Termo de Fomento; e, nesse sentido, torna público o extrato da justificativa do Sr. Prefeito Municipal no Processo nº 051/2026, consoante o §1º do artigo 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, a qual fundamenta a celebração direta de parceria com o LAR NOSSA SENHORA DE FÁTIMA CNPJ: 20.305.447/0002-67,para a aquisição de um veículo Saveiro 0 km, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, cujo inteiro teor pode ser consultado diretamente na Prefeitura Municipal de Barroso, na Praça Sant'Ana, nº 120, Centro, Barroso/MG, telefone (32) 3359-3006, ou requerido pelo e-mail licitacao@barroso.mg.gov.br. Na forma do § 2º do artigo 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser encaminhada por e-mail. Barroso, 26 de fevereirode 2026.

RAQUEL FERREIRA DINIZ,
Presidente da Comissão de Seleção Para Escolha de Organização da Sociedade Civil.

Publicado por:
Erica Aparecida Cardoso Moreira
Código Identificador:CDEC6BC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO AO TERMO DE COLABORAÇÃO 001/2026 – PROCESSO 021/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO AO TERMO DE COLABORAÇÃO 001/2026– PROCESSO 021/2026
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2026

O Município de Barroso torna público extrato ao Termo de Colaboração 001/2026,Dispensa de Chamamento Público 001/2026-cujo objeto é o Repasse financeiro para fornecimento de refeições para pacientes em tratamento em hemodiálise na cidade de São João Del Rei.

HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS MERCÊS CNPJ: 24.731.747/0001-88

Valor Total: R$ 53.640,00 (cinquenta e três mil, seiscentos e quarenta reais).

Publicado por:
Erica Aparecida Cardoso Moreira
Código Identificador:80AB5B57

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOA ESPERANÇA

LICITAÇÕES E PREGÕES
EXTRATO DO ADITIVO Nº 04 AO CONTRATO Nº 07/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG. Extrato do Aditivo nº 04 ao contrato de prestação de serviços e fornecimento de materiais nº LICI-07/2025. **PARTES**: Município de Boa Esperança e EDIFICACOES BALDONI LTDA, CNPJ 54.533.896/0001-01. **OBJETO**: O presente termo aditivo tem por

objeto a prorrogação de prazo do contrato originário por mais 03 (três) meses, contados de 07/02/2026 a 07/05/2026, para continuidade da REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL "DONA MARIA ROSA DE SOUSA PARREIRA", INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, conforme Ofício nº 28/2026 da Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos. **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei 14.133/21 e alterações. Processo Licitatório Modalidade - Concorrência Eletrônica nº 05/2024.

BETÂNIA ALVES MONTEIRO –
Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Luiz Otávio Camilo Faria
Código Identificador:99F38A6B

LICITAÇÕES E PREGÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Nº LICI - 44/2026. **PARTES:** MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA e GENTE SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 90.180.605/0001-02. **OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DESTA PREFEITURA MUNICIPAL. **VALOR TOTAL:** R$ 5.681,96 (cinco mil e seiscentos e oitenta e um reais e noventa e seis centavos). **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses. **FUNDAMENTO LEGAL:** Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico nº 09/2026 e Lei Federal nº 14.133/2021.

EDUARDO LIMA REZENDE -
Secretario Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos.

Publicado por:
Mario Luis Coelho
Código Identificador:B984D8BD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOM JESUS DO AMPARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2026

PROCESSO Nº 007/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 003/2026 – CREDENCIMENTO
CHAMAMENTO PUBLICO Nº 001/2026

Objeto: Credenciamento de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de despachante, devidamente credenciado junto ao DETRAN/MG, incluindo taxa de emplacamento, jogo de placas, marcação de vidro e honorários para veículos adquiridos pela Administração Municipal, nos termos da lei 14.133/2021 e leis complementares. Fundamentação: Art. 74, inciso IV e Art. 79, inciso I, da Lei 14.133/2021. Ratificação: 26/02/2026. **Credenciado:** HEBERT MOTTA CHAVES, inscrito no CPF sob o nº XXX.374.046-XX. Valor total: R$ 41.870,00 (quarenta e um mil e oitocentos e setenta reais). Período: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 26/02/2026. Período: 26/02/2026 até 25/02/2027. Fiscal do Contrato: Valter Nonato Lopes.

WANDERLEI DOS SANTOS RIBEIRO
Prefeito Municipal de Bom Jesus do Amparo/MG.

Publicado por:
Maria Gleicilene Perdigao
Código Identificador:ECF743E6

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO Nº 007/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 003/2026 – CREDENCIMENTO
CHAMAMENTO PUBLICO Nº 001/2026

Objeto: Credenciamento de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de despachante, devidamente credenciado junto ao DETRAN/MG, incluindo taxa de emplacamento, jogo de placas, marcação de vidro e honorários para veículos adquiridos pela Administração Municipal, nos termos da lei 14.133/2021 e leis complementares. Fundamentação: Art. 74, inciso IV e Art. 79, inciso I, da Lei 14.133/2021. Ratificação: 26/02/2026. **Credenciado:** HEBERT MOTTA CHAVES, inscrito no CPF sob o nº XXX.374.046-XX. Valor total: R$ 41.870,00 (quarenta e um mil e oitocentos e setenta reais). Período: 12 (doze) meses.

WANDERLEI DOS SANTOS RIBEIRO -
Prefeito Municipal de Bom Jesus do Amparo/MG.

Publicado por:
Maria Gleicilene Perdigao
Código Identificador:563D12F6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO PUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG. Torna público a realização de Processo Licitatório Nº **020/2026- Pregão Eletrônico Nº 007/2026** – Objeto: Contratação de Profissional para Ministrar Aulas de *AeroFight* (Adultos) e capoeira (Crianças e Adolescentes), conforme Termo de Referência, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos**.**
Início do Recebimento de propostas: 07h00 do dia 28.02.2026.
Fim do Recebimento de propostas: 23h59min do dia 11.03.2026
Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09h do dia 12.03.2026.
Informações Prefeitura ou pelo telefone: (38)99836-5676 ou pelo e-mail: licitabonfinopolis@gmail.com. Bonfinópolis de Minas - MG, 27.02.2026.

NÁDYLLA APARECIDA SILVA E SOUZA –
Pregoeira.

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:E69CEF9B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BRASILÂNDIA DE MINAS

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO SEGUNDO ADITIVO 089/2023.

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 089/2023.

PROCESSO LICITATÓRIO 059/2022
PREGÃO PRESENCIAL 016/2022

Prefeitura Municipal de Brasilândia de Minas-MG - Extrato Segundo Termo aditivo ao contrato n ° 059/2022–Contratada:**COPY LINE COPIADORAS INFORMÁTICAS LTDA ME**, CNPJ:11.102.573/0001-42. Objeto: Prorrogação da vigência do contrato por mais 12 (doze) meses.

Brasilândia de Minas - MG, 13 de junho de 2025.

OSÉIAS CARDOSO QUEIROZ
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Paula Marciana Gomes
Código Identificador:0765A123

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 010/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 010/2026
Art. 74 II da Lei Federal 14.133/2021.

PROCESSO Nº 030/2026.
INEXIGIBILIDADE Nº 010/2026.

CONSIDERANDO, que o Processo nº 030/2026, se encontra em conformidade com a legislação pertinente, art, 72, VI e VII e art. 74, II da Lei Federal nº. 14.133/2021, e considerando a regularidade dos documentos constantes dos autos e o parecer da Procuradoria Jurídica, **RATIFICO**, a Inexigibilidade de Licitação nº. 010/2026, em favor da empresa **REGINALDO COSTA BATISTA ME**, CNPJ: 18.262.778/0001-34, com endereço comercial a Rua do Sesquicentenario, nº SN, Bairro Setor Bem Bom, Campos Belos/GO. **Objeto**: Contratação de atração artística para apresentação de Show do Cantor **"NEGÃO CHANDON"**, no dia 06 de junho de 2026, durante a realização da EXPOAGRO 2026 – BRASILÂNDIA DE MINAS. **Valor Global R$ 100.000,00 (cem mil reais**). Depois de cumpridas as formalidades de praxe, **AUTORIZO**, a contratação em questão.

PUBLIQUE-SE, na forma da Lei.

Brasilândia de Minas, 27 de fevereiro de 2026.

OSÉIAS CARDOSO QUEIRÓZ.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Paula Marciana Gomes
Código Identificador:CEA77B74

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 011/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 011/2026
Art. 74 II da Lei Federal 14.133/2021.

PROCESSO Nº 031/2026.
INEXIGIBILIDADE Nº 011/2026.

CONSIDERANDO, que o Processo nº 031/2026, se encontra em conformidade com a legislação pertinente, art, 72, VI e VII e art. 74, II da Lei Federal nº. 14.133/2021, e considerando a regularidade dos documentos constantes dos autos e o parecer da Procuradoria Jurídica, **RATIFICO**, a Inexigibilidade de Licitação nº. 011/2026, em favor da empresa **REGINALDO COSTA BATISTA ME**, CNPJ: 18.262.778/0001-34, com endereço comercial a Rua do Sesquicentenario, nº SN, Bairro Setor Bem Bom, Campos Belos/GO. **Objeto**: Contratação de atração artística para apresentação de Show da Cantora **"DUDA MARTHYNS"**, no dia 04 de junho de 2026, durante a realização da EXPOAGRO 2026 – BRASILÂNDIA DE MINAS. **Valor Global R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais**). Depois de cumpridas as formalidades de praxe, **AUTORIZO**, a contratação em questão.

PUBLIQUE-SE, na forma da Lei.

Brasilândia de Minas, 27 de fevereiro de 2026.

OSÉIAS CARDOSO QUEIRÓZ.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Paula Marciana Gomes
Código Identificador:0E222ACC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BURITIS

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS-MG – AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 – O Município de Buritis-MG, através da Pregoeiro, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, cujo objeto é a aquisição de equipamentos e material permanente para atender as necessidades da Padaria Comunitária, Horta do PAV e Cozinha Comunitária, com abertura prevista para o dia 17/03/2026, a partir das 08h, maiores informações site: www.buritis.mg.gov.br e https://ammlicita.org.br/. Tel.: (38) 3662-5256. Av. Bandeirantes, nº 723, Bairro Centro. Buritis - MG, 27 de fevereiro de 2026.

SÉRGIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA.
Pregoeiro.

Publicado por:
Sergio Augusto Vieira da Silva
Código Identificador:C0107D3A

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº 001/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS-MG – AVISO DE PRORROGAÇÃO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº 001/2026 – O Município de Buritis-MG, através de seu Agente de Contratações, comunica aos interessados que fica prorrogada a Concorrência, na forma Eletrônica, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica em TSD (tratamento superficial duplo) na Rua Adão Viana e nas Avenidas Nossa Senhora da Penha, Pedro Pereira da Silva, Euterlina Rodrigues da Costa, Município de Buritis – MG, para o dia 08/04/2026, a partir das 09h, maiores informações site: www.buritis.mg.gov.br e https://ammlicita.org.br/. Tel.: (38) 3662-5256. Av. Bandeirantes, nº 723, Bairro Centro. Buritis - MG, 27 de fevereiro de 2026.

SÉRGIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA.
Agente de Contratações.

Publicado por:
Sergio Augusto Vieira da Silva
Código Identificador:DC352E89

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO S/N DE 18 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a Desclassificação e remanejamento dos candidatos aprovados no Concurso Público 001/2024.

O PREFEITO DE BURITIS - MG, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela alínea "a", do inciso II, do artigo 118, da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a convocação dos aprovados no concurso público;
RESOLVE:
Art. 1º - Fica desclassificado do concurso público nº 001/2024, por não comparecer na perícia médica, o abaixo relacionado:

CANDIDATO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
DARLAN SARAIVA SANTOS JUNIOR	Vigia	46º

Art. 2º - Ficam desclassificados do concurso público nº 001/2024 por desistência, os abaixo relacionados:

CANDIDATO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
ELSILENE LINO GOMES	Professor PII - Matemática	4º
MAURICIO MARTINS PINHEIRO	Vigia	47º

Art. 3º -Ficam remanejados para o final da lista, os aprovados no concurso público n°001/2024 por pedido expresso, os abaixo relacionados:

CANDIDATO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO	PARA
NATASHA MIRELE FERREIRA BARROS	Professor PII - Ciências	4º	21º
DANIELLA APARECIDA MARTINS DE OLIVEIRA	Professor PII - Ciências	6º	22º
CLAILTON AMARAL DA ROCHA	Professor PII - História	10º	32º
MAYSA ORNELAS ALMEIDA	Assistente Administrativo	10º	40º

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.
Buritis, 18 de fevereiro de 2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR
Prefeito Municipal de Buritis

Publicado por:
Kelly Ferreira da Cunha
Código Identificador:D358C8B8

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 524/2025.

Processo nº 278/2025. Inexigibilidade nº 087/2025. Empresa: Solange Alves dos Santos Ferreira. Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços de saúde destinados à manutenção da escala da Unidade de Emergência 24 horas da Unidade Mista de Saúde (UMS). Valor global estimativo de R$ 38.700,00 (trinta e oito mil e setecentos reais), sendo pago o valor mensal de acordo com a quantidade de plantões. Vigência de 01/01/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:7419FD0F

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 525/2025.

Processo nº 278/2025. Inexigibilidade nº 087/2025. Empresa: Rozilene Rodrigues da Silva 06123787640. Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços de saúde destinados à manutenção da escala da Unidade de Emergência 24 horas da Unidade Mista de Saúde (UMS). Valor global estimativo de R$ 38.700,00 (trinta e oito mil e setecentos reais), sendo pago o valor mensal de acordo com a quantidade de plantões. Vigência de 01/01/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:4AB5442A

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 526/2025.

Processo nº 278/2025. Inexigibilidade nº 087/2025. Empresa: Elizabeth Domingos da Silva. Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços de saúde destinados à manutenção da escala da Unidade de Emergência 24 horas da Unidade Mista de Saúde (UMS). Valor global estimativo de R$ 38.700,00 (trinta e oito mil e setecentos reais), sendo pago o valor mensal de acordo com a quantidade de plantões. Vigência de 01/01/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:767ED210

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 527/2025.

Processo nº 278/2025. Inexigibilidade nº 087/2025. Empresa: Welgila Aparecida da Silva. Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços de saúde destinados à manutenção da escala da Unidade de Emergência 24 horas da Unidade Mista de Saúde (UMS). Valor global estimativo de R$ 38.700,00 (trinta e oito mil e setecentos reais), sendo pago o valor mensal de acordo com a quantidade de plantões. Vigência de 01/01/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:3D502129

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 528/2025.

Processo nº 278/2025. Inexigibilidade nº 087/2025. Empresa: Helen Cristina Reis Gaspar. Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços de saúde destinados à manutenção da escala da Unidade de Emergência 24 horas da Unidade Mista de Saúde (UMS). Valor global estimativo de R$ 38.700,00 (trinta e oito mil e setecentos reais), sendo pago o valor mensal de acordo com a quantidade de plantões. Vigência de 01/01/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:31890282

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 529/2025.

Processo nº 278/2025. Inexigibilidade nº 087/2025. Empresa: Ana Paula Calazans de Oliveira. Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços de saúde destinados à manutenção da escala da Unidade de Emergência 24 horas da Unidade Mista de Saúde (UMS). Valor global estimativo de R$ 38.700,00 (trinta e oito mil e setecentos reais), sendo pago o valor mensal de acordo com a quantidade de plantões. Vigência de 01/01/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:F757482B

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 002/2026.

Processo nº 025/2025. Inexigibilidade nº 019/2025. Empresa: L & n Serviços Médicos Ltda. Objeto: Credenciamento de profissionais médicos especializados, pessoas físicas ou jurídicas, para prestação de serviços nas Unidades de Saúde do município. Valor global estimativo de R$ 253.440,00 (duzentos e cinquenta e três mil e quatrocentos e quarenta reais), sendo pago o valor mensal estimativo de R$ 21.120,00 (vinte e um mil e cento e vinte reais). Vigência de 05/01/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:353CF366

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 004/2026.

Processo nº 025/2025. Inexigibilidade nº 019/2025. Pessoa Física: João Victor Gualberto Rodrigues. Objeto: Credenciamento de profissionais médicos especializados, pessoas físicas ou jurídicas, para prestação de serviços nas Unidades de Saúde do município. Valor global estimativo de R$ 228.000,00 (duzentos vinte e oito mil reais), sendo pago o valor mensal estimativo de 19.000,00 (dezenove mil reais). Vigência de 06/01/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:11999A7E

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 005/2026.

Processo nº 025/2025. Inexigibilidade nº 019/2025. Pessoa Física: Yuri Moraes Teixeira. Objeto: Credenciamento de profissionais médicos especializados, pessoas físicas ou jurídicas, para prestação de serviços nas Unidades de Saúde do município. Valor global estimativo de R$ 228.000,00 (duzentos vinte e oito mil reais), sendo pago o valor mensal estimativo de 19.000,00 (dezenove mil reais). Vigência de 06/01/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:9CC2451F

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 006/2026.

Processo nº 025/2025. Inexigibilidade nº 019/2025. Empresa: Solange Aparecida Banoski. Objeto: Credenciamento de profissionais médicos especializados, pessoas físicas ou jurídicas, para prestação de serviços nas Unidades de Saúde do município. Valor global estimativo de R$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais), sendo pago o valor mensal estimativo de R$ 13.000,00 (treze mil reais). Vigência de 07/01/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:2CCC3230

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 007/2026.

Processo nº 025/2025. Inexigibilidade nº 019/2025. Empresa: Clínica Médica Besckow Ltda. Objeto: Credenciamento de profissionais médicos especializados, pessoas físicas ou jurídicas, para prestação de serviços nas Unidades de Saúde do município. Valor global estimativo de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo pago o valor mensal estimativo de R$ 2.000,00 (dois mil reais). Vigência de 05/01/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:828C303F

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 046/2026.

Processo nº 025/2025. Inexigibilidade nº 019/2025. Empresa: AC Mendes Serviços Médicos Ltda. Objeto: Credenciamento de profissionais médicos especializados, pessoas físicas ou jurídicas, para prestação de serviços nas Unidades de Saúde do município. Valor global estimativo de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sendo pago conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde. Vigência de 09/02/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:49E0ED34

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 047/2026.

Processo nº 012/2026. Inexigibilidade nº 005/2026. Empresa: OIE Produções Artísticas Ltda. Objeto: Contratação de empresa especializada em apresentação de show com o cantor: THIAGO BRAVA, representado pela empresa: OIE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.633.984/0001-31, para programação cultural do evento 63° ANIVERSÁRIO DA CIDADEDE BURITIS, com entrada gratuita ao público. Valor global de R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais). Vigência de 19/02/2026 a 06/03/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:4F251AE9

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 048/2026.

Processo nº 097/2025. Empresa: Projeminas Comercio e Serviços Ltda. Objeto: Adesão a Ata de Registro de Preços, referente a contratação de empresa para a prestação de serviços, locações e fornecimento de estrutura e equipamentos necessários a realização da Festa de 63º Aniversário de Buritis – MG 2026, a ser realizada no dia 28 de fevereiro e 1 de março. Valor global de R$ 121.066,00 (cento e vinte e um mil e sessenta e seis reais). Vigência de 20/02/2026 a 06/03/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:DE81A946

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 049/2026.

Processo nº 025/2025. Inexigibilidade nº 019/2025. Pessoa Física: Leonilia Martins de Deus. Objeto: Credenciamento de profissionais médicos especializados, pessoas físicas ou jurídicas, para prestação de serviços nas Unidades de Saúde do município. Valor global estimativo de R$ 209.000,00 (duzentos e nove mil reais), sendo pago o valor mensal estimativo de 19.000,00 (dezenove mil reais). Vigência de 20/02/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:94FE7C46

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 200/2025.

Processo Licitatório nº 069/2025. Locador: João Batista dos Santos. Objeto: Locação do imóvel urbano situado na Rua Paraná, nº 785, Bairro Centro, nesta cidade Buritis-MG, destinado as instalações da Escola Municipal de Música Santa Cecília. Fica prorrogada a vigência de 01/01/2026 a 31/12/2026. Valor global de R$ 18.216,00 (dezoito mil e duzentos e dezesseis reais), sendo pago o valor mensal de R$ 1.518,00 (um mil e quinhentos e dezoito reais).

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:73BDDF43

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 199/2025.

Processo Licitatório nº 014/2025. Inexigibilidade nº 010/2025. Empresa: Cleomar Pereira de Castro. Objeto: credenciamento de empresas especializadas em serviços de marcenaria, incluindo fabricação, reparos e manutenção de móveis e estruturas de madeira, atendendo às demandas da Secretaria Municipal de Educação. Valor mensal de R$ 2.680,00 (dois mil e seiscentos e oitenta reais). Fica prorrogada a vigência de 01/01/2026 a 31/01/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:2F87E035

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 002/2026 – O Município de Cabeceira Grande/MG, através do Prefeito Municipal, torna público aos interessados a realização de **credenciamento de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de despachante documentalista, destinados à regularização, atualização, acompanhamento, protocolização e intermediação de processos de documentação veicular junto aos órgãos competentes, referentes aos veículos integrantes da frota veicular oficial do Município de Cabeceira Grande/MG, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal da Casa Civil**, com fundamento no art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas correspondentes. DATA PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO: A PARTIR DE **17 de março de 2026**. O edital e informações complementares se encontram à disposição dos interessados no site www.cabeceiragrande.mg.gov.br/ e na sede da Prefeitura, situada à Praça São José, s/n°, Centro, Cabeceira Grande/MG, e poderá ser obtido no horário comercial. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacaocabeceiragrande@hotmail.com ou telefone: (38) 997334847. Cabeceira Grande/MG, 02 de março de 2026.

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:C723ECA0

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 024/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 – A Prefeitura de Cabeceira Grande/MG, torna público aos interessados que fará realizar no dia **13 DE MARÇO DE 2026**, às **08:30 horas**, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, julgamento: Menor Preço por Item, sob a regência da Lei n° 14.133/2021, em sessão pública a ser realizada na Plataforma de BNC (www.bnc.org.br), para **aquisição de veículos automotores novos (zero quilômetro), vinculados ao Convênio de Saída nº 1261001863/2025/SEE, celebrado com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, via Emenda Parlamentar, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.** O edital contendo as linhas e demais especificações se encontra à disposição dos interessados, na plataforma da BNC, no site da Prefeitura www.cabeceiragrande.mg.gov.br/ e na sede da Prefeitura, situada à Praça São José, s/n°, Centro, Cabeceira Grande/MG, e poderá ser obtido no horário comercial. Maiores informações poderão ser obtidas pelos e-mails: licitacaocabeceiragrande@hotmail.com ou telefones: (38) 99733 4847. Cabeceira Grande – MG, 27 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:39820360

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 026/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 – A Prefeitura de Cabeceira Grande/MG, torna público aos interessados que fará realizar no dia **19 DE MARÇO DE 2026**, às **08:30 horas**, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, julgamento: Menor Preço por Item, sob a regência da Lei n° 14.133/2021, em sessão pública a ser realizada na Plataforma BNC (www.bnc.org.br), para **formação de registro de preços para aquisição de ferragens em geral, materiais para instalação e manutenção de aparelhos de ar-condicionado, bem como telhas, parafusos e demais insumos correlatos, em atendimento às demandas da Prefeitura Municipal de Cabeceira Grande, Secretarias Municipais e demais órgãos vinculados.** O edital contendo as linhas e demais especificações se encontra à disposição dos interessados, na plataforma da BNC, no site da Prefeitura www.cabeceiragrande.mg.gov.br/ e na sede da Prefeitura, situada à Praça São José, s/n°, Centro, Cabeceira Grande/MG, poderá ser obtido no horário comercial. Maiores informações poderão ser obtidas pelos e-mails: licitacaocabeceiragrande@hotmail.com ou telefones: (38) 99733 4847. Cabeceira Grande – MG, 02 de março de 2026.

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:CB48223A

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 020/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 – A Prefeitura de Cabeceira Grande/MG, torna público aos interessados a retificação do edital supramencionado com a consequente republicação e alteração da sessão eletrônica, que será realizada no dia **16 DE MARÇO DE 2026**, às **08:30 horas**, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo: Sistema de Registro de Preços, julgamento: Menor Preço por Item, sob a regência da Lei n° 14.133/2021, em sessão pública a ser realizada na Plataforma de BNC (www.bnc.org.br), para a Formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de inseticida, lesmicida e pulverizador costal em atendimento às demandas da Secretaria Municipal da Saúde e Humanização / Fundo Municipal da Saúde. O edital contendo as linhas e demais especificações se encontra à disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal www.cabeceiragrande.mg.gov.br/ e na sede da Prefeitura, situada à Praça São José, s/n°, Centro, Cabeceira Grande/MG, e poderá ser obtido no horário comercial. Maiores informações poderão ser obtidas

pelos e-mails: licitacaocabeceiragrande@hotmail.com ou telefones: (38) 99733 4847. Cabeceira Grande – MG, 02 de março de 2026.

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:FBF6F51A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 036/2026 - DISPENSA N.º 007/2026

O Município de Cachoeira de Minas torna público: Nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/21, bem como da documentação apresentada, ***AUTORIZO*** o ***Processo Administrativo n.º 036/2026*** como ***Dispensa n.º 007/2026***, cujo objeto refere-se à *aquisição de Crachás de Identificação destinados aos servidores públicos vinculados às Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Administração, Políticas Sociais, Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, Cultura, Desenvolvimento Econômico, Agropecuária e Meio Ambiente, bem como ao Gabinete do Poder Executivo Municipal de Cachoeira de Minas/MG*, com a pessoa jurídica ***AMAZONAS COMERCIO DE ADESIVOS E BRINDES LTDA,*** inscrita no CNPJ n.º 11.383.230/0001-01, no valor total de R$ 3.976,60 (três mil, novecentos e setenta e seis reais e sessenta centavos).
Cachoeira de Minas, 27 de fevereiro de 2026.

MARISTELA COSTA E BUSTAMANTE –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:7704DB42

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS EXTRATO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O Município de Cachoeira de Minas torna público o ***6º Termo de Alteração ao Contrato n.º 040/2022****:*
Partes: *Município de Cachoeira de Minas X* ***LUIZ DONIZETTI BARBOSA***
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência referente a *contratação de veículos com motorista, destinados ao transporte de alunos dentro do município.*
Processo Licitatório n.º 008/2022 – Pregão Eletrônico n.º 001/2022.
Vigência: 01/01/2026 a 31/12/2026.
Cachoeira de Minas, 12 de dezembro de 2025.

ELIZABETH MARQUES FIGUEIREDO -
Secretário Municipal de Educação.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:DEA34A4F

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS EXTRATO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O Município de Cachoeira de Minas torna público o ***6º Termo de Alteração ao Contrato n.º 041/2022****:*
Partes: *Município de Cachoeira de Minas X* ***LEANDRI APARECIDO CAMPOS***
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência referente a *contratação de veículos com motorista, destinados ao transporte de alunos dentro do município.*
Processo Licitatório n.º 008/2022 – Pregão E
letrônico n.º 001/2022.
Vigência: 01/01/2026 a 31/12/2026.
Cachoeira de Minas, 12 de dezembro de 2025.

ELIZABETH MARQUES FIGUEIREDO -
Secretário Municipal de Educação.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:203D056D

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS EXTRATO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O Município de Cachoeira de Minas torna público o ***6º Termo de Alteração ao Contrato n.º 042/2022****:*
Partes: *Município de Cachoeira de Minas X* ***CIRILO BENEDITO DOS SANTOS 74715577615***
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência referente a *contratação de veículos com motorista, destinados ao transporte de alunos dentro do município.*
Processo Licitatório n.º 008/2022 – Pregão Eletrônico n.º 001/2022.
Vigência: 01/01/2026 a 31/12/2026.
Cachoeira de Minas, 12 de dezembro de 2025.

ELIZABETH MARQUES FIGUEIREDO -
Secretário Municipal de Educação.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:7C2E2409

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO N.º 041/2026

O Município de Cachoeira de Minas/MG torna público: A Homologação do ***Processo Licitatório n. º 041/2026 – Licitação Compartilhada.*** O Processo de Licitação em epígrafe objetivou a *contratação de empresa para manutenção corretiva da malha viária do município, através da Ata de Registro de Preços n° 005/2024, realizada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio Sapucaí - CIMASP*. Foi em toda a sua tramitação atendida à legislação pertinente. Desse modo, satisfazendo à Lei e ao mérito, ***HOMOLOGO*** o procedimento de que se cogita a pessoa jurídica ***RDA CONSTRUCOES LTDA.,*** inscrita no CNPJ n.º 27.500.978/0001-79, no valor total de R$ 164.297,95 (cento e sessenta e quatro mil, duzentos e noventa e sete mil reais e noventa e cinco centavos).
Cachoeira de Minas, 27 de fevereiro de 2026.

EUGÊNIA FERNANDA COSTA –
Secretária Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:E038022D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DOURADA

ASSESSORIA DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Cachoeira Dourada-MG, resolve **homologar** a licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 003/2026, Processo Licitatório nº 007/2026, que tem por objeto**: "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E PROVÁVEL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, PARA MANUTNEÇÃO DA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS**", e a adjudicação do objeto as empresas MIRANTE POSTO DE SERVIÇO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n°. 02.211.751/0001-82 e POSTO ALMEIDA E SILVA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n°. 19.275.213/0001-54.

Cachoeira Dourada-MG, 27/02/2026.

ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lissia Gonçalves de Aquino Carvalho
Código Identificador:978F0B92

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA
DILIGÊNCIA REFERENTE AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 98/2026.

Cachoeira Dourada, 26 de fevereiro de 2026

A Sua Excelência o Senhor
ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito Municipal
Avenida das Nações, nº 400
Cachoeira Dourada – MG
38370-000

Assunto: Diligência referente ao Projeto de Lei Complementar nº 98/2026.

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência **diligência formulada pelas Vereadoras Simone Aparecida Mattos Storti e Morgana Leigue Galvão Freitas, bem como pelo Vereador Edimar Alves Fernandes**, no âmbito da tramitação do **Projeto de Lei Complementar nº 98/2026**, que "consolida o quadro de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo Municipal e regulamenta suas atribuições".
Durante a análise da proposição no âmbito desta Casa Legislativa, os parlamentares solicitaram o encaminhamento de esclarecimentos e eventuais adequações técnicas ao referido projeto, nos seguintes termos:
I - Atualização do vencimento inicial com base no salário-mínimo vigente
Considerando o disposto no Decreto Federal nº 12.797/2025, de 23 de dezembro de 2025, que fixou o salário mínimo nacional em R$ 1.621,00, solicita-se a atualização dos valores de vencimento inicial dos cargos cujo piso se encontra inferior ao mínimo legal, a fim de assegurar a observância das normas constitucionais pertinentes.
II - Reflexo da atualização do salário-mínimo nos demais cargos
Solicita-se esclarecimento acerca dos reflexos da atualização do salário-mínimo na estrutura remuneratória dos demais cargos constantes do Anexo I do projeto, especialmente quanto à preservação da proporcionalidade e hierarquia remuneratória.
III – Redução da carga horária semanal para 30 (trinta) horas para os cargos de Assistente Social Educacional e Assistente Social do Serviço Social
Requer-se manifestação técnica do Poder Executivo quanto à adequação da carga horária semanal dos cargos de **Assistente Social Educacional** e **Assistente Social do Serviço Social** para **30 (trinta) horas semanais**, com o devido reflexo na estrutura remuneratória, quando cabível.
Ressalta-se que a **Lei Federal nº 12.317, de 26 de agosto de 2010**, que acrescentou o art. 5º-A à Lei nº 8.662/1993 (Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social), estabelece expressamente que:
"A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais."
A referida norma possui caráter nacional e aplica-se aos profissionais assistentes sociais no âmbito da administração pública, assegurando jornada máxima de 30 (trinta) horas semanais, vedada a redução remuneratória decorrente da adequação da jornada.
Nesse sentido, solicita-se manifestação técnica e jurídica do Poder Executivo quanto:
a) à conformidade do projeto com a Lei Federal nº 12.317/2010;
b) à eventual necessidade de adequação da carga horária dos cargos de Assistente Social previstos no PLC nº 98/2026;
c) aos impactos administrativos e orçamentários da adequação legal da jornada.
Tal esclarecimento mostra-se necessário para assegurar a compatibilidade do projeto com a legislação federal vigente e evitar futura inconformidade jurídica na estruturação do quadro de pessoal do Município

IV - Ausência de cargos previstos no Anexo Único da Lei nº 1.136/2014
Verificou-se que o Projeto de Lei Complementar nº 98/2026 não fez referência aos cargos constantes do Anexo Único da Lei nº 1.136/2014, **posteriormente alterado pela Lei Complementar nº 26, de 17 de abril de 2017**, motivo pelo qual se solicita esclarecimento quanto à situação jurídica desses cargos, notadamente se permanecem vigentes, se foram revogados, absorvidos pela nova estrutura proposta ou se serão objeto de consolidação expressa em versão atualizada do projeto.
V - Quantitativo de vagas para o cargo de Técnico de Enfermagem (Estratégia de Saúde da Família)
A Vereadora Simone Aparecida Mattos Storti ressalta a necessidade de que o cargo de **Técnico de Enfermagem destinado à Estratégia de Saúde da Família** possua, no mínimo, **03 (três) vagas**, considerando a demanda operacional específica da atenção básica no Município, especialmente para:
atuação na sala de imunização;
atendimento domiciliar;
atendimento de rotina nas unidades vinculadas à Estratégia de Saúde da Família.
Assim, solicita-se manifestação técnica da Secretaria Municipal de Saúde quanto ao dimensionamento adequado das vagas destinadas exclusivamente à Estratégia de Saúde da Família, com eventual revisão do quantitativo previsto no Anexo I do projeto, de modo a assegurar a continuidade e eficiência dos serviços de saúde prestados à população.
VI - Carga horária dos cargos de Psicólogo
Verificou-se que o Projeto de Lei Complementar nº 98/2026 estabelece jornadas distintas para os cargos de Psicólogo, prevendo:
Psicólogo Educacional – 40 horas semanais;
Psicólogo Social – 40 horas semanais;
Psicólogo da Saúde – 30 horas semanais.
A Vereadora Simone Aparecida Mattos Storti adverte que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 511/2017, que fixa em 30 (trinta) horas semanais a jornada máxima de trabalho dos psicólogos, encontrando-se a proposição legislativa pronta para deliberação em Plenário.
Nesse sentido, solicita-se manifestação técnica e administrativa do Poder Executivo acerca da adoção de jornadas diferenciadas para cargos de mesma natureza profissional, bem como esclarecimentos sobre a conveniência e oportunidade de se uniformizar a carga horária dos cargos de psicólogo em 30 (trinta) horas semanais, considerando a tendência normativa nacional, a isonomia entre profissionais da mesma área e o impacto organizacional e orçamentário da eventual padronização.
Ressalte-se que as informações ora solicitadas se mostram relevantes para o adequado exame técnico, jurídico e orçamentário da matéria, sobretudo em razão da anunciada realização de concurso público municipal.
Dessa forma, solicito a Vossa Excelência que sejam encaminhados a esta Casa Legislativa os esclarecimentos e eventuais ajustes que entender pertinentes, a fim de permitir o regular prosseguimento da tramitação legislativa.
Renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.
Atenciosamente,

VALDO CEZAR FERREIRA RAMOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Rayan Silva Fernandes de Brito
Código Identificador:FE5603AD

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA
DILIGÊNCIA REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 984/2025.

Cachoeira Dourada, 26 de fevereiro de 2026

A Sua Excelência o Senhor
ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito Municipal
Avenida das Nações, nº 400
Cachoeira Dourada – MG
38370-000

Assunto: Diligência referente ao Projeto de Lei nº 984/2025.

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência diligência formulada pelas Vereadoras **Simone Aparecida Mattos Storti** e **Morgana Leigue Galvão Freitas**, bem como pelo Vereador **Edimar Alves Fernandes**, no âmbito da tramitação do Projeto de Lei nº 984/2025, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a regulamentação do serviço de transporte coletivo municipal para eventos de interesse público e dá outras providências".
Durante a análise técnica da proposição pelas Comissões Permanentes de Legislação, Justiça e Redação; e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, os parlamentares acima mencionados suscitaram questionamentos quanto à forma de fixação dos valores do preço público pela utilização do serviço instituído no projeto.
Verificou-se que o art. 14 da proposição estabelece que o Poder Executivo regulamentará a lei, prevendo a definição dos valores do preço público por decreto. Todavia, a redação atual transfere ao ato regulamentar a fixação inicial dos valores a serem cobrados dos usuários do serviço público.

Tal solução, embora juridicamente possível em determinados contextos, revela-se sensível sob o ponto de vista da legalidade e do controle legislativo, por envolver a instituição de cobrança pública diretamente suportada pelos cidadãos e vinculada à utilização de serviço público custeado, ainda que parcialmente, pelo erário municipal.
Cumpre observar que a fixação do preço público, ainda que não possua natureza tributária, envolve receita pública, prestação estatal e impacto direto sobre o usuário do serviço, razão pela qual se mostra recomendável que seus critérios e valores iniciais estejam definidos em lei, assegurando maior transparência, previsibilidade e controle institucional.
Ademais, a definição integral dos valores por ato exclusivo do Poder Executivo pode ensejar delegação normativa excessivamente ampla, com potencial esvaziamento do debate legislativo inicial e do controle político sobre a formação do preço público, circunstância que recomenda maior detalhamento da matéria no próprio texto legal.
Nessa perspectiva, os parlamentares proponentes da presente diligência entendem como solução tecnicamente mais segura a fixação dos valores iniciais do preço público na própria lei, mediante anexo específico, permitindo-se ao Poder Executivo apenas a atualização e o reajuste periódico por decreto, com base na variação dos custos operacionais do serviço.
Para viabilizar a adequada instrução do processo legislativo e eventual aperfeiçoamento da redação normativa, solicitam-se os seguintes esclarecimentos e encaminhamento de documentos:
I – Encaminhamento de Anexo contendo a tabela de valores iniciais do preço público a ser cobrado pela utilização do serviço de transporte coletivo municipal para eventos de interesse público;
II – Apresentação de demonstrativo técnico dos custos operacionais estimados, considerados para a definição dos valores, contemplando, quando possível:
a) consumo médio de combustível por quilometragem;
b) custos com motoristas e encargos;
c) despesas estimadas com manutenção e seguro;
d) estimativa do subsídio municipal por viagem;
e) demais elementos técnicos que tenham subsidiado a formação do preço público.
Ressalta-se que as informações ora solicitadas mostram-se essenciais para o adequado exame jurídico, financeiro e orçamentário da matéria, contribuindo para maior segurança jurídica, transparência e equilíbrio na repartição de competências entre os Poderes, bem como para o aperfeiçoamento do texto legislativo em apreciação.

O atendimento à presente diligência permitirá o regular prosseguimento da tramitação do Projeto de Lei nº 984/2025 no âmbito das Comissões Permanentes desta Casa Legislativa.
Renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.
Atenciosamente,

VALDO CEZAR FERREIRA RAMOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Rayan Silva Fernandes de Brito
Código Identificador:5E434DC0

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA
EMENDA DE COMISSÃO Nº 01

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 57/2025
PROJETO DE LEI Nº 984/2025
EMENDA DE COMISSÃO Nº 01

EMENDA ADITIVA

Os Vereadores que esta subscrevem, consoante o disposto no art. 134 do Regimento Interno, requerem, ouvido o Plenário desta Casa de Leis, seja adicionada ao Projeto de Lei nº 984/2025 a seguinte redação:

"**Art. 6º (…)**
§ ___. Mediante celebração de convênio, acordo de cooperação ou instrumento congênere, o Município poderá disponibilizar o serviço de transporte de que trata esta Lei a órgãos e entidades da administração pública estadual ou federal situados no território municipal, quando:
I – houver interesse público local devidamente justificado;
II – a utilização estiver vinculada a atividades de natureza educacional, social, cultural, esportiva ou de relevante interesse comunitário;
III – houver previsão de contrapartida financeira, operacional ou institucional, quando cabível;
IV – estiver assegurada a disponibilidade de veículos e motoristas, sem prejuízo das demandas prioritárias da Administração Municipal.
§ ___. A formalização do instrumento de cooperação deverá conter cláusulas sobre responsabilidade, custeio, cronograma de utilização e ressarcimento de despesas, quando houver."

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Aditiva tem por finalidade aperfeiçoar o Projeto de Lei nº 984/2025, que dispõe sobre a regulamentação do serviço de transporte coletivo municipal para eventos de interesse público, a fim de disciplinar, com maior segurança jurídica e transparência, a possibilidade de cooperação institucional entre o Município e órgãos ou entidades da administração pública estadual e federal sediados no território municipal.
É fato que diversas instituições públicas estaduais e federais instaladas no Município — notadamente unidades escolares, órgãos de assistência social, cultura e esporte — desenvolvem atividades de relevante interesse comunitário, frequentemente voltadas à população local. Nessas hipóteses, a cooperação entre entes federativos constitui instrumento legítimo de promoção do interesse público, da integração social e da eficiência administrativa.
Todavia, a disponibilização de bens e serviços públicos municipais a outros entes federativos deve observar critérios objetivos e formalização adequada, sob pena de vulnerar os princípios da legalidade, moralidade, eficiência e supremacia do interesse público.
A ausência de disciplina normativa específica poderia gerar insegurança jurídica ao gestor e questionamentos perante os órgãos de controle.
A redação proposta estabelece que a utilização do serviço por órgãos estaduais ou federais somente poderá ocorrer mediante convênio, acordo de cooperação ou instrumento congênere, assegurando-se:

• demonstração do interesse público local;
• vinculação a atividades educacionais, sociais, culturais, esportivas ou de relevante interesse comunitário;
• previsão de eventual contrapartida;
• inexistência de prejuízo às demandas prioritárias da Administração Municipal;
• formalização de cláusulas de responsabilidade, custeio e ressarcimento de despesas.

A proposta harmoniza-se com o princípio constitucional da cooperação entre os entes federativos, bem como com as normas de direito financeiro e de responsabilidade na gestão fiscal, resguardando o patrimônio público municipal e conferindo segurança jurídica ao Poder Executivo.
Assim, a presente Emenda aperfeiçoa o texto legal, amplia a eficiência da atuação estatal e fortalece a atuação integrada em benefício da coletividade local, razão pela qual merece integral aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de fevereiro de 2026.

SIMONE APARECIDA MATTOS STORTI
Vereadora

MORGANA LEIGUE GALVÃO FREITAS
Vereadora

EDIMAR ALVES FERNANDES
Vereador

Publicado por:
Rayan Silva Fernandes de Brito
Código Identificador:0C4CDED9

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA
EMENDA DE COMISSÃO Nº 02

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 57/2025
PROJETO DE LEI Nº 984/2025
EMENDA DE COMISSÃO Nº 02

EMENDA MODIFICATIVA

A Vereadora que esta subscreve, consoante o disposto no art. 134 do Regimento Interno, requer, ouvido o Plenário desta Casa de Leis, seja modificada a redação do inciso I do art. 6º do Projeto de Lei nº 984/2025, passando a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 6º (…)**
I – cidadãos individualmente, mediante agrupamento mínimo de 7 (sete) pessoas;."

Permanecem inalterados os demais dispositivos do Projeto de Lei.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Modificativa tem por objetivo aprimorar o alcance social e a efetividade do serviço de transporte coletivo municipal para eventos de interesse público, reduzindo o número mínimo de participantes exigido para a solicitação do serviço por cidadãos.
A fixação do quantitativo mínimo de 15 (quinze) pessoas, conforme previsto no texto original do projeto, embora busque assegurar economicidade e racionalidade administrativa, pode, na prática, inviabilizar o acesso de pequenos grupos comunitários ao serviço, especialmente em um município de menor densidade populacional, onde muitas demandas legítimas de deslocamento coletivo para eventos culturais, educacionais, religiosos e esportivos envolvem grupos reduzidos de participantes.
A redução para o mínimo de 7 (sete) pessoas preserva a natureza coletiva do serviço público, evitando sua utilização individual ou personalista, ao mesmo tempo em que amplia o acesso da população, garantindo maior inclusão social e efetividade da política pública proposta.
Cumpre destacar que a alteração não compromete a gestão eficiente da frota municipal, uma vez que a disponibilização do serviço continuará condicionada à prévia solicitação, à análise de disponibilidade de veículos e motoristas e ao interesse público, nos termos dos demais dispositivos do projeto de lei. Assim, mantém-se a necessária discricionariedade administrativa para organização do serviço e priorização das demandas.
A medida harmoniza-se com os princípios da razoabilidade, da eficiência e da universalidade do acesso às políticas públicas, fortalecendo a participação comunitária e a integração social no âmbito municipal.
Diante do exposto, a presente Emenda merece integral aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de fevereiro de 2026.

SIMONE APARECIDA MATTOS STORTI
Vereadora

Publicado por:
Rayan Silva Fernandes de Brito
Código Identificador:3119B93C

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA
EMENDA DE COMISSÃO Nº 03

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 57/2025
PROJETO DE LEI Nº 984/2025
EMENDA DE COMISSÃO Nº 03

EMENDA MODIFICATIVA

O Vereador que esta subscreve, consoante o disposto no art. 134 do Regimento Interno, requer, ouvido o Plenário desta Casa de Leis, seja modificada a redação do inciso I do art. 2º do Projeto de Lei nº 984/2025, passando a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 2º (…)**
I – campeonatos, torneios, jogos ou competições esportivas organizados por entidades, associações, ligas, escolas ou pelo Poder Público, que envolvam a participação de equipes ou atletas do Município;."

Permanecem inalterados os demais dispositivos do Projeto de Lei.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Modificativa tem por finalidade aprimorar a redação do inciso I do art. 2º do Projeto de Lei nº 984/2025, conferindo maior clareza, objetividade e compreensão ao conceito de eventos esportivos considerados de interesse público para fins de utilização do serviço de transporte coletivo municipal.
A redação original utiliza a expressão "eventos esportivos oficiais", a qual, embora juridicamente válida, pode gerar dúvidas interpretativas quanto ao seu alcance e aplicação prática, especialmente para os cidadãos e entidades comunitárias que serão usuários diretos da política pública instituída pela lei.
A substituição por redação mais descritiva e acessível permite explicitar, de forma direta, que se enquadram como eventos de interesse público os campeonatos, torneios, jogos e demais competições esportivas organizados por entidades, associações, ligas esportivas, instituições de ensino ou pelo próprio Poder Público, desde que envolvam a participação de equipes ou atletas do Município.
A medida busca assegurar maior transparência e segurança jurídica na aplicação da norma, evitando interpretações restritivas ou excessivamente subjetivas por parte da Administração Pública, ao mesmo tempo em que facilita a compreensão da lei pela população em geral, em consonância com os princípios da clareza normativa, da publicidade e da acessibilidade das normas jurídicas.
Além disso, a nova redação preserva o caráter coletivo e comunitário do serviço público instituído pelo projeto, afastando sua utilização para eventos meramente recreativos privados, sem representatividade local, e reforçando o vínculo com atividades esportivas de interesse social e comunitário.
A proposta harmoniza-se com os princípios da razoabilidade, eficiência e interesse público, aperfeiçoando o texto legal sem ampliar indevidamente o escopo da política pública, razão pela qual merece integral aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de fevereiro de 2026.

EDIMAR ALVES FERNANDES
Vereador

Publicado por:
Rayan Silva Fernandes de Brito
Código Identificador:285001BA

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA
EMENDA DE COMISSÃO Nº 04

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 57/2025
PROJETO DE LEI Nº 984/2025
EMENDA DE COMISSÃO Nº 04

EMENDA SUPRESSIVA

O Vereador que esta subscreve, consoante o disposto no art. 134 do Regimento Interno, requer, ouvido o Plenário desta Casa de Leis, seja suprimido o inciso V do art. 2º do Projeto de Lei nº 984/2025.

Permanecem inalterados os demais dispositivos do Projeto de Lei.

JUSTIFICATIVA
A presente Emenda Supressiva tem por finalidade suprimir o inciso V do art. 2º do Projeto de Lei nº 984/2025, que prevê como eventos de interesse público "outros eventos declarados de interesse público pelo Poder Executivo Municipal".
Embora a intenção da norma seja conferir flexibilidade administrativa à aplicação da política pública, a redação proposta institui cláusula excessivamente aberta, permitindo que o Poder Executivo amplie, por ato unilateral, o rol de eventos aptos a ensejar a utilização de transporte custeado com recursos públicos municipais.
Tal previsão pode gerar insegurança jurídica, por carecer de critérios objetivos previamente definidos em lei, ampliando demasiadamente a margem de discricionariedade administrativa e possibilitando decisões baseadas em juízos amplos e potencialmente subjetivos acerca do que seja "interesse público".
A supressão do dispositivo visa preservar o princípio da legalidade, reforçando a competência do Poder Legislativo na definição das hipóteses autorizadoras da utilização do serviço público, evitando delegação normativa ampla e prevenindo eventuais questionamentos por parte dos órgãos de controle externo.
Cumpre destacar que a retirada do inciso V não impede que o Poder Executivo encaminhe ao Legislativo projetos específicos ou alterações legislativas futuras, caso entenda necessário ampliar o rol de eventos contemplados, assegurando-se, assim, o devido debate parlamentar e a transparência decisória.
A medida fortalece a segurança jurídica, a separação de competências entre os Poderes e o controle democrático sobre a utilização de bens e recursos públicos, razão pela qual merece integral aprovação.
Sala das Comissões, em 26 de fevereiro de 2026.

EDIMAR ALVES FERNANDES
Vereador

Publicado por:
Rayan Silva Fernandes de Brito
Código Identificador:F8EE22BC

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA
EMENDA DE COMISSÃO Nº 05

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 57/2025
PROJETO DE LEI Nº 984/2025
EMENDA DE COMISSÃO Nº 05

EMENDA ADITIVA

O Vereador que esta subscreve, consoante o disposto no art. 134 do Regimento Interno, requer, ouvido o Plenário desta Casa de Leis, seja acrescido parágrafo ao art. 9º do Projeto de Lei nº 984/2025, com a seguinte redação:

"**Art. 9º (…)**
§ ___. A isenção prevista no inciso II deste artigo poderá ser estendida aos estudantes da rede pública estadual sediada no Município, quando se tratar de participação em eventos esportivos escolares, mediante celebração de convênio, acordo de cooperação ou instrumento congênere entre o Município e o Estado de Minas Gerais, observada a disponibilidade do serviço e o interesse público local."

Permanecem inalterados os demais dispositivos do Projeto de Lei.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Aditiva tem por finalidade aperfeiçoar o art. 9º do Projeto de Lei nº 984/2025, ampliando de forma responsável e juridicamente segura o alcance social da isenção do pagamento do preço público para estudantes participantes de eventos esportivos escolares.
A redação original do projeto contempla apenas estudantes da rede pública municipal, deixando de abranger estudantes da rede pública estadual sediada no Município, que igualmente participam de atividades esportivas escolares de relevante interesse educacional e comunitário.
É notório que o Município de Cachoeira Dourada abriga unidades da rede pública estadual de ensino, cujos alunos frequentemente representam a comunidade local em competições e eventos esportivos escolares, inclusive em âmbito intermunicipal e regional. A exclusão desses estudantes poderia gerar tratamento desigual entre discentes da mesma comunidade, embora todos integrem a rede pública de ensino e participem de atividades de interesse coletivo.
A emenda proposta estabelece que a extensão da isenção aos estudantes da rede pública estadual dependerá de convênio, acordo de cooperação ou instrumento congênere entre o Município e o Estado de Minas Gerais, em consonância com o modelo de cooperação institucional já previsto em outras disposições do projeto. Tal condicionamento assegura:
observância do princípio federativo e da cooperação entre entes públicos;
previsão de eventual contrapartida ou responsabilidade compartilhada;
preservação do equilíbrio financeiro do serviço;
inexistência de prejuízo às demandas prioritárias do Município.
A medida promove isonomia entre estudantes da rede pública, fortalece o incentivo ao esporte escolar e à integração comunitária, e confere maior racionalidade e justiça à política pública instituída pelo projeto, sem impor ônus automático ao erário municipal.
Dessa forma, a presente Emenda contribui para o aperfeiçoamento do texto legal, garantindo maior inclusão social e coerência normativa, razão pela qual merece integral aprovação.
Sala das Comissões, em 26 de fevereiro de 2026.

EDIMAR ALVES FERNANDES
Vereador

Publicado por:
Rayan Silva Fernandes de Brito
Código Identificador:360EF776

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA
EMENDA DE COMISSÃO Nº 06

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 57/2025
PROJETO DE LEI Nº 984/2025
EMENDA DE COMISSÃO Nº 06

EMENDA MODIFICATIVA

O Vereador que esta subscreve, consoante o disposto no art. 134 do Regimento Interno, requer, ouvido o Plenário desta Casa de Leis, seja modificada a redação do § 1º do art. 8º do Projeto de Lei nº 984/2025, passando a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 8º (…)**
§ 1º O Município subsidiará no mínimo 90% (noventa por cento) do custo total do serviço."

Permanecem inalterados os demais dispositivos do Projeto de Lei.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Modificativa tem por finalidade ampliar o percentual mínimo de subsídio municipal previsto no § 1º do art. 8º do Projeto de Lei nº 984/2025, elevando-o de 50% (cinquenta por cento) para 90% (noventa por cento) do custo total do serviço de transporte coletivo destinado a eventos de interesse público.
A política pública instituída pelo projeto possui natureza eminentemente social e comunitária, voltada à promoção da participação popular em eventos esportivos, culturais, religiosos e educacionais, bem como ao atendimento de situações sensíveis como cerimônias fúnebres e atividades de integração social. Nesse contexto, o elevado grau de subsídio público revela-se compatível com a finalidade social do serviço, assegurando efetivo acesso da população, especialmente das camadas economicamente mais vulneráveis.
A fixação de subsídio mínimo de apenas 50% pode, na prática, transferir parcela significativa do custo aos usuários, tornando o serviço oneroso e limitando sua utilização por grupos comunitários de menor poder aquisitivo, o que contraria o propósito de inclusão social e fortalecimento da cidadania que fundamenta a proposição legislativa.
Ao estabelecer o subsídio mínimo de 90% (noventa por cento), a emenda reforça o caráter público e social do serviço, assegurando maior modicidade do preço público e ampliando o alcance da política pública, sem afastar a possibilidade de participação simbólica dos usuários no custeio, quando cabível.
Ressalte-se que a definição de percentual mínimo não impede a adequada gestão administrativa e orçamentária do serviço, permanecendo o Poder Executivo responsável pela programação, controle de custos e disponibilidade da frota, bem como pela regulamentação dos procedimentos operacionais e de utilização.
A medida harmoniza-se com os princípios da eficiência, da razoabilidade e da promoção do interesse público primário, fortalecendo o acesso da população às atividades comunitárias e promovendo maior integração social no Município.
Diante do exposto, a presente Emenda Modificativa aperfeiçoa o texto do projeto e merece integral aprovação.
Sala das Comissões, em 26 de fevereiro de 2026.

ARNALDO JOSÉ DA SILVA
Vereador

Publicado por:
Rayan Silva Fernandes de Brito
Código Identificador:89DADC0D

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA
EMENDA DE COMISSÃO Nº 07

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 57/2025
PROJETO DE LEI Nº 984/2025
EMENDA DE COMISSÃO Nº 07

EMENDA SUPRESSIVA

O Vereador que esta subscreve, consoante o disposto no art. 134 do Regimento Interno, requer, ouvido o Plenário desta Casa de Leis, seja suprimido o § 2º do art. 8º do Projeto de Lei nº 984/2025.

Permanecem inalterados os demais dispositivos do Projeto de Lei.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Supressiva tem por finalidade suprimir o § 2º do art. 8º do Projeto de Lei nº 984/2025, que estabelece que o valor do preço público será fixado por Decreto do Poder Executivo e revisado anualmente.
A supressão proposta encontra fundamento na necessidade de observância do princípio da legalidade e do adequado exercício da função legislativa na definição de valores iniciais relacionados à cobrança de preço público pela utilização de serviço custeado com recursos públicos municipais.
Conforme demonstrado na diligência encaminhada ao Poder Executivo no curso da tramitação do projeto
diligencia - PL 984-2025
, a fixação integral dos valores por ato exclusivo do Poder Executivo revela-se sensível sob o ponto de vista jurídico e institucional, por envolver receita pública, prestação estatal e impacto direto sobre os usuários do serviço.
Ainda que o preço público não possua natureza tributária, sua instituição e fixação inicial devem observar critérios definidos em lei, garantindo transparência, previsibilidade e controle democrático por parte do Poder Legislativo, evitando delegação normativa excessivamente ampla ao ato regulamentar.
A manutenção do dispositivo poderia esvaziar o debate legislativo acerca da definição inicial dos valores a serem cobrados, transferindo integralmente ao Poder Executivo a competência para fixação do preço público, sem parâmetros legais previamente estabelecidos. Tal situação pode ensejar questionamentos jurídicos e políticos, bem como eventual insegurança na aplicação da norma.
A solução tecnicamente mais adequada consiste em estabelecer os valores iniciais do preço público no próprio texto legal, mediante anexo específico a ser encaminhado pelo Poder Executivo, permitindo-se posteriormente a atualização e o reajuste por decreto, com base na variação dos custos operacionais do serviço e observados os parâmetros fixados em lei.
Dessa forma, a supressão do § 2º do art. 8º visa preservar a segurança jurídica, fortalecer o controle legislativo e assegurar maior equilíbrio na repartição de competências entre os Poderes, contribuindo para o aperfeiçoamento do Projeto de Lei nº 984/2025.
Em razão do exposto, a presente Emenda Supressiva merece integral aprovação.
Sala das Comissões, em 26 de fevereiro de 2026.

EDIMAR ALVES FERNANDES
Vereador

Publicado por:
Rayan Silva Fernandes de Brito
Código Identificador:E214DF20

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA
PAUTA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DATA 02/03/2026

PAUTA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA **DATA 02/03/2026**	

DISCUSSÃO / VOTAÇÃO	
PROCESSO LEGISLATIVO Nº 03/2026 **PROJETO DE LEI Nº 991/2026**	***DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (DESIF), PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E EQUIPARADAS, AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL - BACEN, E PELAS DEMAIS PESSOAS JURÍDICAS OBRIGADAS A UTILIZAR O PLANO DE CONTAS DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL - COSIF.***
INDICAÇÃO Nº 02/2026	***AUTOR VEREADOR ARNALDO JOSÉ DA SILVA***
INDICAÇÃO Nº 03/2026	***AUTOR VEREADOR HUGO CEZAR DE LIMA FERREIRA***

Cachoeira Dourada-MG, em 27 de fevereiro de 2026

Publicado por:
Rayan Silva Fernandes de Brito
Código Identificador:FCE8B994

GABINETE DO PREFEITO
1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026

1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026
PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL "A CASA É SUA"

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CACHOEIRA DOURADA**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei Municipal nº

1.356, de 06 de novembro de 2025, e no Decreto Municipal nº 060, de 11 de dezembro de 2025, responsável pelo **CHAMAMENTO PÚBLICO** para seleção de beneficiários do Programa Municipal de Habitação Social "A Casa é Sua", conforme as condições e critérios a seguir estabelecidos, e:

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Comissão Municipal de Seleção e Acompanhamento do Programa Habitacional "A Casa é Sua", no qual a Comissão informa que, em razão do elevado número de inscritos no Programa e da complexidade da documentação a ser analisada, não foi possível concluir a análise dos documentos de todos os interessados dentro do prazo estabelecido, razão pela qual requer a prorrogação do prazo, com o consequente reajuste do cronograma;

RESOLVE:

1. Retificar o cronograma de prazos e datas previsto na Cláusula 13 do Edital originário do Chamamento Público nº 01/2026.
2. O cronograma de prazos previsto na Cláusula 13 do Edital do Chamamento Público nº 01/2026 passa a vigorar com a seguinte redação:

Etapa	Data
Publicação Lista Preliminar	23/03/2026
Prazo para Recursos	24/03/2026
Julgamento dos Recursos	06/04/2026
Publicação Lista Definitiva	13/04/2026
Visitas Técnicas	14/04/2026
Publicação Classificação Final	30/04/2026
Convocação dos Selecionados	04/05/2026

3. Em decorrência das alterações de prazos estabelecidas no item anterior, ficam igualmente retificadas as seguintes cláusulas do Edital, que passam a vigorar com a redação abaixo:
7.3.2. Data prevista de publicação: 23/03/2026
7.4.4. Data prevista para publicação da decisão dos recursos: 06/04/2026
7.5.2. Data prevista de publicação:13/04/2026
4. As demais cláusulas do edital originário ficam mantidas em sua integralidade.

Cachoeira Dourada/MG, 27 de fevereiro de 2026.

TIAGO RODRIGUES
Secretário Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Vanessa Silva Domingues
Código Identificador:DB3E6CE2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 10, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

DECRETO Nº 10, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

"Dispõe sobre a permissão de uso dos BOX 01 e 02, localizados no recinto do Terminal Rodoviário José Ferreira de Menezes Junior e do BOX 01 localizado no Estádio José Carias Rosa da Silva e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL de Cachoeira Dourada – MG, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 87, IX, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:
Art. 1º Fica concedida a permissão de uso dos "BOX 01 e 02", localizados no recinto do Terminal Rodoviário José Ferreira de Menezes Junior e do "BOX 01", localizado no recinto do Estádio José Carias Rosa da Silva, para fins de atividade comercial.

Art. 2ºA permissão de uso a que se refere o artigo 1º deste Decreto se dará mediante pagamento mensal de aluguel no valor equivalente a 41,58 UFRM.

§1º Os pagamentos dos valores mensais a que se refere o caput deste artigo dar-se-ão até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de referência, através de boleto, o qual deverá ser emitido pela própria permissionária, a ser retirado no setor de Cadastro Físico.
§2º A inadimplência dos valores previstos neste artigo ensejará a inscrição do débito em dívida ativa, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 3ºA exploração do espaço objeto desta permissão de uso é destinada exclusivamente para das atividades descritas no artigo 1º deste Decreto.

Art. 4ºA permissão de uso prevista neste Decreto é intransferível, a qualquer título, total ou parcialmente, e poderá ser revogada a qualquer tempo por interesse do Município, sem que caiba à permissionária qualquer indenização, salvo as benfeitorias que incorporarão ao imóvel, desde que permitidas pela Administração Municipal.

Art. 5º Incumbe à permissionária manter o imóvel descrito no artigo 1º deste Decreto em condições adequadas à sua destinação, assim devendo restituí-lo, ficando ainda responsável pela sua guarda, proteção e conservação das benfeitorias.

Art. 6ºA permissão tornar-se-á nula, independente de ato especial, sem direito à permissionária a qualquer indenização:
I - Se o imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no artigo 3º deste Decreto;
II - Se inobservado pela permissionária o cumprimento se suas obrigações legais, em especial os pagamentos relativos a presente permissão;
III - Se o imóvel for transferido a terceiros (inclusive sublocação ou empréstimo), a qualquer título, no todo ou em parte.
Parágrafo único. A transferência da presente permissão de uso a terceiro poderá ser permitida pelo Município, por escrito, mediante processo administrativo, caso em que deverão ser feitas as devidas alterações neste Decreto.

Art. 7º Os direitos e obrigações aqui mencionados não excluem os outros que, explícita ou implicitamente, decorrem da permissão e da legislação pertinente.

Art. 8ºO Município não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidas pela permissionária perante terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso do espaço público, da mesma forma que não será responsável por quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos da permissionária ou de seus empregados, subordinados, prepostos ou contratados.

Art. 9ºA permissionária deverá realizar, às suas expensas, no espaço objeto desta permissão de uso, as obras indispensáveis às suas atividades, observando que não deve alterar a estrutura do Box ocupado, nem prejudicar a segurança de pessoas ou de bens, salvo prévia autorização formal do Município.
§1º É vedada a realização de benfeitorias úteis e voluptuárias pela permissionária no espaço objeto da presente permissão, fazendo jus à indenização apenas às benfeitorias necessárias, quando realizadas mediante prévia comunicação e autorização do Município.

Art. 10. Compete, ainda, à permissionária:
I - observar a todas as exigências da saúde pública e das autoridades federais, estaduais e municipais;
III - pagar as despesas com instalação e utilização de telefone, internet, consumo de energia elétrica, impostos, taxas e outras despesas correspondentes ao objetivo da presente permissão.

Art. 11. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Dado e passado no Gabinete do Prefeito, no Centro Administrativo João Batista da Silva - "João Tatu", em Cachoeira Dourada, aos26 dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

Mando, pois, a todas as autoridades e a quem o conhecimento e execução deste Decreto pertencer, que o cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nele contém.

ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Silva Domingues
Código Identificador:0A9AF693

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PROCESSO SELETIVO INFORMATICA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/ 2026
REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2026

DISPÕE SOBRE O CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGA REMANESCENTE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O CARGO DE PROFESSOR (A) REGENTE PEB I PARA AULAS DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA MG, por meio da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 03 /2026, publicado em 16/02/2026;
CONSIDERANDO que não houve candidatos inscritos/classificados para o cargo de Professor PEB I(a) Regente de Aulas de Informática na Educação;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade das atividades educacionais na Rede Municipal de Ensino;
TORNA PÚBLICO o presente CHAMAMENTO PÚBLICO, destinado ao preenchimento da vaga remanescente, nos termos abaixo:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1. O presente Chamamento Público visa ao preenchimento de 01 (uma) vaga remanescente para o cargo de Professor (a) PEBI Regente de Aulas de Informática na Educação, conforme previsto no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 03/2026.
1.2. A contratação será realizada em caráter temporário, conforme legislação municipal vigente, pelo prazo de até 10 meses, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2. DA VAGA, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO.
Cargo: Professor (a) PEB I Regente – Informática na Educação
Número de vagas: 01 (uma)
Carga horária: 24h/s horas semanais
Local de atuação: Rede Municipal de Ensino

Remuneração: R$ 2.874,24 (dois mil oitocentos e setenta e quatro e vinte quatro centavos) mensais
Parágrafo único. A remuneração observará o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica.

3. DOS REQUISITOS
3.1. São requisitos mínimos:
I – Licenciatura em pedagogia e curso básico em Informática e demais requisitos constantes do edital nº 03/2026

4. DAS INSCRIÇÕES
4.1. As inscrições serão realizadas no período de 03/03/2026 a 04/03/2026.
4.2. O candidato deverá comparecer à Secretaria Municipal de Educação, situada à avenida das Nações nº 37 , no horário das 8 hs às 13hs horas.
4.3. Documentação exigida:
a) Documento oficial com foto;
b) CPF;
c) Diploma ou certificado de conclusão de curso;
d) Currículo atualizado;
e) Comprovantes de experiência profissional (se houver).

5. DO PROCESSO DE SELEÇÃO
5.1. A seleção ocorrerá conforme critérios estabelecidos no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 03/2026, mediante:
I – Análise curricular;
II – Avaliação de títulos;
III – Prova pratica.
5.2. A classificação será divulgada no Diário Oficial https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/pesquisar.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
6.1. O presente Chamamento Público permanecerá aberto até o efetivo preenchimento da vaga.

6.2. Permanecem inalteradas as demais disposições constantes no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 03/2026.
6.3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Cachoeira Dourada MG, 26 de fevereiro de 2026.

MARIA APARECIDA DE SOUZA ARAÚJO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Maria Aparecida de Souza Araújo
Código Identificador:E007C1CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ERRATA PROCESSO SELETIVO XADREZ E INFORMATICA

ERRATA – EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 03/2026

O Município de Cachoeira Dourada, por meio da Secretaria Municipal de Educação torna pública a seguinte retificação no Edital referente ao cargo de Professor de Informática:

ONDE SE LÊ:

Requisitos: Ter graduação em pedagogia ou área afim,

LEIA-SE:

Requisitos:
Habilitação em Pedagogia;
Curso Básico de Informática.

Permanecem inalteradas as demais disposições constantes no Edital do Processo Seletivo nº 03/2026

Cachoeira Dourada MG, 26 de fevereiro de 2026.

MARIA APARECIDA DE SOUZA ARAÚJO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Maria Aparecida de Souza Araújo
Código Identificador:35699FD1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAJURI

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURI
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO N° 001/2026 PROCESSO LICITATORIO Nº 023/2026 ADESÃO ATA DE REGISTRO N° 001/2026 DATA DE ASSINATURA : 27 DE FEVEREIRO DE 2026. VIGÊNCIA FINAL: 27 DE MAIO DE 2026.

Município de Cajuri, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o Nº 18.132.456/0001-70, torna publico o Contrato n° 009/2026 com a empresa e a empresa **C&F EDUCACIONAL E COMÉRCIO DE PAPELARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n° 069.596.450/0001-32,

objetivando Adesão à Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico Nº 010/2024 – Processo n° 133/2024, do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Vale do Rio Grande-CODEVAR, que trata de "Registro de Preço **de Kits de Material Escolar** para futuras e eventuais aquisições, pelos Municípios Consorciados integrantes do Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Rio Grande - CODEVAR, por meio de suas Secretaria de Educação para a distribuição aos alunos regularmente matriculados**, pelo período de 12 (doze) meses, admitindo prorrogação em conformidade com a legislação vigente. "** O valor total do presente contrato é de **R$ 326.956,50 (trezentos e vinte e seis mil, novecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta cenvatos).** A presente despesa correrá por conta das seguintes dotações 3.3.90.30.00.2.03.02.12.365.0005.2.0054-1.500.000.

LUCAS LADEIRA CARDOSO –
Prefeito,

Cajuri-MG, 27 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Uderlaindo José Batalha
Código Identificador:05E9FF01

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPESTRE

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO – PROCESSO ADMINISTRATIVO 040/2026 – INEXIGIBILIDADE 008/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE – MG. Extrato de Contrato – Processo Administrativo 040/2026 – Inexigibilidade 008/2026. Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de apresentação artístico-musical da dupla "Guilherme e Benuto", por intermédio da empresa Viena Produções Musicais LTDA, a ser realizada no dia 28 de agosto de 2026, às 22h, durante o evento comemorativo dos 115 anos do Município de Campestre. Contrato 026/2026/DL_– **VIENA PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA**, CNPJ n° 34.457.782/0001-04, com valor total de R$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais). O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura, encerrando-se em 03 de setembro de 2026, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21.

ELIANA MARIA MUNIZ -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Marcela Eduarda Fernandes de Moura
Código Identificador:C6FC7C37

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPOS ALTOS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 84/2024 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2024 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 09 /2024

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 84/2024

Processo de Licitação nº 10/2024
Dispensa Eletrônica nº 09 /2024

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.298.190/0001-30, com sede na Rua Cornélia Alves Bicalho, 401, Centro, na cidade de Campos Altos/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vicente de Paulo Mateus, adiante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA:

CALL ECG SERVIÇOS DE TELEMEDICINA S/C LTDA. EPP, CNPJ n° 04.071.210/0001-21 residente na cidade de Ponta Grossa – PR, na Rua Nestor Guimarães n° 111, cep: 84040-130, neste ato representada pela Senhor Marcelo Valladão Ferreira de Carvalho, CPF n° xx2.0xx.xx7-xx, tem entre si ajustado o presente termo de aditivo de Prestação de serviços, de acordo com as /cláusulas seguintes: -

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
1.1. O presente 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 84/2024 tem por objeto a prorrogação de vigência do mesmo pelo período compreendido entre 02 de abril de 2026 a 02 de abril de 2027. Fica renovado neste aditivo as quantidades contratadas ao processo.

CLÁUSULA SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS
2.1. É condição de eficácia do presente 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 84/2024 a publicação do extrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 107 da Lei 14.133/21

2.2. Permanecem inalteradas todas as outras cláusulas do Contrato Administrativo nº 84/2024.

2.3. O presente 2º Termo Aditivo é firmado em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também subscrevem.

Campos Altos, 23 de fevereiro de 2026.

VICENTE DE PAULO MATEUS -
Pref. Municipal de Campos Altos MG.

Publicado por:
Paulo Junior da Silva
Código Identificador:7FBBD853

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 15/2026

O Município de Campos Altos-MG, torna público a quem interessar possa que está aberta licitação modalidade Pregão Eletrônico n.º 15/2026, Processo n.º 28/2026, destinado a REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL, INDUSTRIAL E GÁS ACETILENO, INCLUINDO A CONCESSÃO DOS CILINDROS E AFINS EM REGIME DE COMODATO E LOCAÇÃO DE CONCENTRADOR, PARA ATENDIMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE E DO SETOR DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS ALTOS – MG, com abertura prevista para o dia 12/03/2026 às 08:30 horas e será realizada na plataforma eletrônica www.licitanet.com.br. O Edital encontra-se a disposição no Setor de Licitação desta Prefeitura ou pelos sites: www.camposaltos.mg.gov.br ou www.licitanet.com.br ou www.gov.br/pncp/pt-br – Campos Altos - MG, 27/02/2026 –

VICENTE DE PAULO MATEUS -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Cristina Ferreira
Código Identificador:1AF08A7E

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 03/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

Prefeitura Municipal de Campos Altos – MG – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 03/2026 - Pregão Eletrônico Nº 03/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Campos Altos – MG. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DE TODA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS - MG.. Contratado: **ALBANO DE AZEVEDO E SOUZA & CIA LTDA**. ARP nº **26/2026**. Valor da ARP **R$ 1.897.125,00**. Vigência:

28/02/2026 a 28/02/2027. Data assinatura **26/02/2026**. Campos Altos – MG, 26/02/2026.

VICENTE DE PAULO MATEUS –
Pref. Mun.

Publicado por:
Paulo Junior da Silva
Código Identificador:15ACA8B4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 720/2026

Designa o gestor da parceria a ser firmada através de Termo de Fomento entre o Município e o CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PREVENTIVA DE CAMPOS ALTOS-MG, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campos Altos, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legalmente conferidas, e,

Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas posteriores alterações, que estabelecem e regulamentam respectivamente o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil;

Considerando que a Lei Federal nº 13.019/2014 determina a designação de um responsável pela gestão das parcerias celebradas por meio de termo de fomento, com poderes de controle e fiscalização, nos termos da mencionada lei.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Sr. **WAGNER DE PAULO NASCIMENTO**, Chefe de Gabinete, designado como gestor do Termo de Fomento a ser celebrado entre o Município de Campos Altos e o **CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PREVENTIVA DE CAMPOS ALTOS-MG.**

Art. 2º. Caberá ao gestor da parceria:

I– acompanhar e fiscalizar a execução da parceria.

II– informar ao Prefeito Municipal a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados.

III– emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015.

IV– disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento a avaliação.

V– comunicar o Prefeito a ocorrência de quaisquer das situações previstas no caput do art. 62 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015.

Art. 3º. Será ainda de competência do gestor todo o ato designado a este por força da Lei nº 13.019/2014, e suas posteriores alterações, legislações estas das quais deverão o gestor ora designado tomar prévio conhecimento.

Art. 4º. A designação que se refere este decreto terá vigência a partir de sua publicação até o término de todo e qualquer ato ou procedimento relacionado às parcerias celebradas.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos Altos-MG, 27 de fevereiro de 2026.

VICENTE DE PAULO MATEUS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria de Souza
Código Identificador:388EDD4E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 721/2026

DECRETO Nº 721/2026

Dispõe sobre nomeação de Conselheiro Tutelar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Campos Altos, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, conferidas na Lei nº 521/2012, art. 64-A de 24 de outubro de 2012, DECRETA:

Art. 1º: Em decorrência do gozo de férias da Conselheira Tutelar, **ANA FRANSCISA PIRES BERNARDES,** fica nomeada em substituição ao Cargo de Conselheiro Tutelar a Suplente **ELIENE JORDANA PEREIRA MAXIMINIANO** para atuar como membro interino do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Campos Altos por um período de 30 (trinta) dias, compreendido entre os dias 02/03/2026 a 31/03/2026.

Art. 2º: A Suplente citada no caput do artigo anterior será remunerada no período, pelo vencimento e vantagens do cargo de Conselheiro Tutelar.

Art. 3º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos nos termos do art. 1º.

Campos Altos-MG, 27 de fevereiro de 2026

VICENTE DE PAULO MATEUS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edvaldo Lemos Fernandes Silva
Código Identificador:0686D820

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAPITÃO ANDRADE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 006/2025
CREDENCIAMENTO Nº 002/2025

Face à Ata de Abertura e Julgamento da Proposta junto aos presentes autos, considerando cumprimento das exigências legais e demais exigências constantes do ofício e instrumento de contrato, ADJUDICO como credenciadas da presente licitação a seguinte empresa; COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO INTEGRACAO DE ESTADOS DO RS, SC E MG SICREDI INTEGRACAO DE ESTADOS RS/SC/MG, credenciou com o valor global de R$ 354.195,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil e cento e noventa e cinco reais), visando o Credenciamento de pessoa jurídica para Contratação de instituição (ões) financeira (s), autorizada (s) a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviço de recebimento de Documentos de Arrecadação Municipal (DAM), emitidas pela Prefeitura Municipal de Capitão Andrade/MG, através de seus diversos canais de atendimento, incluindo agências bancárias, banco virtual e outros meios eletrônicos disponíveis.

Prefeitura Municipal de Capitão Andrade/MG, 27 de fevereiro de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:C4780AD4

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2026

Em cumprimento ao disposto no art. 71, IV, da Lei Federal nº14.133/21 e, considerando cumprimentos das exigências legais e demais exigências constantes do ofício e instrumento de contrato, **ADJUDICO** como vencedora da presente licitação a seguinte empresa: **TH - SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA**, perfazendo um valor global de R$ 55.800,00 (cinquenta e cinco mil e oitocentos reais), visando a Contratação de empresa especializada para prestar serviços técnicos de informática, assistência técnica e serviços técnicos de manutenção de computadores, redes de informática wireless e cabeada, firewall, contando com suporte ativo, análise de demanda e proteção de dados, para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Capitão Andrade/MG.

Município de Capitão Andrade /MG, 27 de fevereiro de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:9F0AAFA9

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 006/2025
CREDENCIAMENTO Nº 002/2025

Em cumprimento ao disposto no art. 71, IV, da Lei Federal nº 14.133/21 e, considerando cumprimentos das exigências legais e demais exigências constantes do ofício e instrumento de contrato, HOMOLOGO o presente Processo Licitatório em epígrafe, como credenciada a seguinte licitante: COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO INTEGRACAO DE ESTADOS DO RS, SC E MG SICREDI INTEGRACAO DE ESTADOS RS/SC/MG, visando o Credenciamento de pessoa jurídica para Contratação de instituição (ões) financeira (s), autorizada (s) a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviço de recebimento de Documentos de Arrecadação Municipal (DAM), emitidas pela Prefeitura Municipal de Capitão Andrade/MG, através de seus diversos canais de atendimento, incluindo agências bancárias, banco virtual e outros meios eletrônicos disponíveis.

Prefeitura Municipal de Capitão Andrade/MG, 27 de fevereiro de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:7D436DE6

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2026

Em cumprimento ao disposto no art. 71, IV, da Lei Federal nº 14.133/21 e, considerando cumprimentos das exigências legais e demais exigências constantes do ofício e instrumento de contrato, **HOMOLOGO** como vencedora da presente licitação a seguinte empresa: **TH - SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA**, visando a "Contratação de empresa especializada para prestar serviços técnicos de informática, assistência técnica e serviços técnicos de manutenção de computadores, redes de informática wireless e cabeada, firewall, contando com suporte ativo, análise de demanda e proteção de dados, para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Capitão Andrade/MG", e autorizo a publicação do instrumento de contrato no Quadro de Avisos da Prefeitura para que surtam os jurídicos efeitos esperados.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Município de Capitão Andrade /MG, 27 de fevereiro de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:E3576F32

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAPITÃO ENÉAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ENÉAS/MG TORNA PÚBLICO QUE CELEBROU OS SEGUINTES CONTRATOS:

A Prefeitura Municipal De Capitão Enéas – MG., torna público o Extrato de Contrato nº 02/2026, Inexigibilidade, nº 01/2026, Processo Licitatório nº 01/2026. Objeto: **"CONTRATAÇÃO DA BANDA MAGNÍFICOS PARA APRESENTAÇÃO EM CAPITÃO ENÉAS-MG, NO DIA 07/03 NA TRADICIONAL VAQUEJADA NACIONAL NO ANIVERSÁRIO DE 63 ANOS DA CIDADE."** Informações pelo email: licitacaocapitaoeneas@gmail.com ou Telefone: (38) 3235-1001.
CONTRATADA: BANDA MAGNIFICOS PRODUCOES E EVENTOS ARTISTICOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ DE Nº 01.509.178/0001-25.
DATA DA ASSINATURA: 26/02/2026
VIGÊNCIA: 25/05/2026

REINALDO LANDULFO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

A Prefeitura Municipal De Capitão Enéas – MG., torna público o Extrato de Contrato nº 03/2026, Inexigibilidade, nº 02/2026, Processo Licitatório nº 02/2026. Objeto: **"CONTRATAÇÃO DO CANTOR EDUARDINHO DOS TECLADOS PARA APRESENTAÇÃO EM CAPITÃO ENÉAS-MG NO DIA 06 DE MARÇO, NA TRADICIONAL VAQUEJADA NACIONAL NO ANIVERSÁRIO DE 63 ANOS DA CIDADE."** Informações pelo email: licitacaocapitaoeneas@gmail.com ou Telefone: (38) 3235-1001.
CONTRATADA: MINAS INTERACAO LTDA, INSCRITA NO CNPJ DE Nº 17.460.233/0001-70.
DATA DA ASSINATURA: 27/02/2026
VIGÊNCIA: 26/05/2026

REINALDO LANDULFO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

A Prefeitura Municipal De Capitão Enéas – MG., torna público o Extrato de Contrato nº 04/2026, Inexigibilidade, nº 03/2026, Processo Licitatório nº 03/2026. Objeto: **"LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA RUA MARIA APARECIDA, N° 257, CENTRO, CAPITÃO ENÉAS-MG., DESTINADO À INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA BASE DESCENTRALIZADA DO SAMU EM CAPITÃO ENÉAS-MG."** Informações pelo email: licitacaocapitaoeneas@gmail.com ou Telefone: (38) 3235-1001.
CONTRATADO: TAJDE DIAS GOMES AGUILAR, INSCRITO NO CPF DE Nº 046.361.156-00.

DATA DA ASSINATURA: 09/01/2026
VIGÊNCIA: 08/07/2026

REINALDO LANDULFO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Prefeitura Municipal de Capitão Enéas/Mg
Código Identificador:AD5DACB0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARMO DA MATA

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
COMPRA DIRETA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG. Aviso de Dispensa de Licitação – Compra Direta n.º 016/2026. O Município de Carmo da Mata/MG, torna público o Edital da Dispensa de Licitação – Compra Direta nº 016/2026 com fulcro no art. 75, II da Lei Federal 14.133/2021. Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento de estrutura completa nos moldes de estúdio de beleza equipado, com disponibilização de profissionais qualificados, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Carmo da Mata/MG. – Recebimento das Propostas: até as 23:59 horas do dia 04/03/2026 no email: licitacao@carmodamata.mg.gov.br. Sessão de Abertura: dia 05/03/2026, às 09:00 horas. O Edital completo poderá ser obtido no site www.carmodamata.mg.gov.br.

LUÍS FELIPE ADAME SILVA –
Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
Luís Felipe Adame Silva
Código Identificador:26B4ACDF

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO. O Município de Carmo da Mata/MG torna público o extrato de Ata cuja despesa correu à conta de dotações próprias do orçamento vigente: DETENTOR DA ATA: **FORT PRINT EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA,** CNPJ nº 22.579.314/0001-23. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de manutenção de impressoras e xerocadoras, em atendimento às necessidades das secretarias municipais de Carmo da Mata/MG. Data: 27/02/2026;

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Luís Felipe Adame Silva
Código Identificador:1E212D9B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARMO DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
EXTRATO DA DISPENSA Nº 005/2026

EXTRATO DA DISPENSA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 028/2026

MODALIDADE: DISPENSA Nº. 005/2026

OBJETO: Contratação de empresa gráfica especializada, para prestação de serviços de impressão e montagem de carnês de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano para o exercício de 2026, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas no Termo de Referência, a fim de atender as necessidades do Setor de Serviços de Arrecadação.

EMPRESA(S) VENCEDORA(S):

• **Wilson de Paula Lico - Ipua** – CNPJ 57.844.938/0001-05, localizada na Avenida Alberto Conrado, nº 830, Bairro Centro, Ipua – SP, CEP 14.610-000.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 3.337,27 (três mil trezentos e trinta e sete reais e vinte e sete centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 27 de fevereiro de 2026.

DARCI PALMA DE MELO
Prefeito Municipal

Carmo de Minas/MG, 27 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:4D23B3C4

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
EXTRATO DA DISPENSA Nº 008/2026

EXTRATO DA DISPENSA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 031/2026

MODALIDADE: DISPENSA Nº. 008/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de carimbos automáticos, atendendo as necessidades dos setores municipais.

EMPRESA(S) VENCEDORA(S):

• **Ripers Comércio de Materiais Hidráulicos Ltda – ME** – CNPJ 11.412.110/0001-87, localizada na Rua Sete de Setembro, nº 245, Bairro Vila Tavolaro, Ribeirão Pires – SP, CEP 09.420-400.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 3.190,94 (Três mil, cento e noventa reais e noventa e quatro centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 27 de fevereiro de 2026.

DARCI PALMA DE MELO
Prefeito Municipal

Carmo de Minas/MG, 27 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:487B5B0D

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 028/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 028/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 193/2025

INEXIGIBILIDADE Nº. 061/2025

CREDENCIAMENTO Nº. 011/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CARMO DE MINAS, CNPJ: 18.188.243/0001-60.

CONTRATADA: **JOSÉ RENATO DA CRUZ GOMES 13191804692**, inscrita no CNPJ: 45.926.739/0001-67.

OBJETO: Credenciamento de profissionais para a execução de prestação de serviços de oficineiros para execução de oficinas socioeducativas nas modalidades: - Dança de Salão, - Dança Contemporânea, Música e Capoeira ou congênere junto aos Equipamentos Sociais da Assistência Social (CRAS e CASI) do município.

VIGÊNCIA: De 24 de fevereiro de 2026 até 11 de janeiro de 2027.

VALOR: Os valores unitários são os dispostos no processo licitatório.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº. 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 24 de fevereiro de 2026.

DARCI PALMA DE MELO
Prefeito Municipal

Carmo de Minas/MG, 24 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:3045C12B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARNEIRINHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DA AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº. 13/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº. 28/2026
Inexigibilidade: 13/2026

Considerando as informações da solicitação aviada pela Secretaria Municipal de Cultura, Termo de Referência, Demonstração de Disponibilidade Orçamentária e Financeira, Justificativa do Agente de Contratação e Parecer Jurídico, **AUTORIZO** a **CONTRATAÇÃO** e **RATIFICO** a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** em favor da empresa **LIBERDADE PRODUCOES MUSICAIS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 13.459.330/0001-91, para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW ARTISTÍCO, PARA A REALIZAÇÃO DA 21ª EXPOCAR E A 30ª FESTA DO PEÃO, EM COMEMORAÇÃO AO 34º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG, A REALIZAR-SE NO DIA 23 DE ABRIL DE 2026,** com duração mínima de 01h30min, o valor de **R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).** (Conformidade com o artigo 72, inciso II c/c o disposto no artigo 74, inciso II da lei 14.133 e Decreto Municipal nº. 3.020/2023).

Após cumpridas as formalidades de praxe, Publique-se e Cumpra-se.

Carneirinho/MG, 27 de fevereiro de 2026.

WILLIAN MARTINS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcus Leandro de Oliveira Cavalin
Código Identificador:5C064B5D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DA AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº. 14/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº. 29/2026
Inexigibilidade: 14/2026

Considerando as informações da solicitação aviada pela Secretaria Municipal de Cultura, Termo de Referência, Demonstração de Disponibilidade Orçamentária e Financeira, Justificativa do Agente de Contratação e Parecer Jurídico, **AUTORIZO** a **CONTRATAÇÃO** e **RATIFICO** a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** em favor da empresa **LIBERDADE PRODUCOES MUSICAIS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 13.459.330/0001-91, para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW ARTISTÍCO, PARA A REALIZAÇÃO DA 21ª EXPOCAR E A 30ª FESTA DO PEÃO, EM COMEMORAÇÃO AO 34º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG, A REALIZAR-SE NO DIA 24 DE ABRIL DE 2026,** com duração mínima de 01h30min, o valor de **R$ 343.000,00 (trezentos e quarenta e três mil reais).** (Conformidade com o artigo 72, inciso II c/c o disposto no artigo 74, inciso II da lei 14.133 e Decreto Municipal nº. 3.020/2023).

Após cumpridas as formalidades de praxe, Publique-se e Cumpra-se.

Carneirinho/MG, 27 de fevereiro de 2026.

WILLIAN MARTINS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcus Leandro de Oliveira Cavalin
Código Identificador:7D217854

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DA AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 15/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº. 30/2026

Inexigibilidade: 15/2026

Considerando as informações da solicitação aviada pela Secretaria Municipal de Cultura, Termo de Referência, Demonstração de Disponibilidade Orçamentária e Financeira, Justificativa do Agente de Contratação e Parecer Jurídico, **AUTORIZO** a **CONTRATAÇÃO** e **RATIFICO** a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** em favor da empresa **GOLFÃO ZRT PRODUÇÕES LTDA -CNPJ Nº 43.912.016/0001-83 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW ARTISTÍCO DE APRESENTAÇÃO DA DUPLA "ZÉ RICARDO & THIAGO, PARA A REALIZAÇÃO DA 21ª EXPOCAR E A 30ª FESTA DO PEÃO, EM COMEMORAÇÃO AO 34º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG, A REALIZAR-SE NO DIA 25 DE ABRIL DE 2026,** com duração mínima de 01h30min, o valor de **R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).** (Conformidade com o artigo 72, inciso II c/c o disposto no artigo 74, inciso II da lei 14.133 e Decreto Municipal nº. 3.020/2023).

Após cumpridas as formalidades de praxe, Publique-se e Cumpra-se.

Carneirinho/MG, 27 de fevereiro de 2026.

WILLIAN MARTINS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Sebastião de Menezes
Código Identificador:BDFBDF14

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N° 24/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO/MG. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2026. Extrato do Termo de Contrato nº. 24/2026. Contratante: Município de Carneirinho/MG, inscrito no CNPJ sob o nº. 26.042.515/0001-48; Contratada: MICHEL CRISTIAN KUFFEL DA SILVA 00171065247 pessoa jurídica de direito privado, inscrita no - CNPJ/MF sob n.º 34.598.038/0001-20; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DE FORNECIMENTO DE DADOS DE ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS E ESTADUAIS E DE TODOS OS SERVIÇOS AUXILIARES NECESSÁRIOS PARA SEUS ALCANCES, INCLUINDO TREINAMENTO PARA TODAS AS UNIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG.Valor Global: R$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais). Vigência: O presente contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado havendo interesse do Contratante, nos termos do art. 91, §4° da Lei 14.133/21, mediante termo aditivo.Data de Assinatura: 27/02/2026. Carneirinho-MG.

LUCIANA APARECIDA CARDOSO LOQUETTE-
Secretária Municipal de Saúde-
Gestora doSUS-
Contratante.

Publicado por:
Marcus Leandro de Oliveira Cavalin
Código Identificador:6297ACE7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CATAS ALTAS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
AUTORIZAÇÃO-INEX. Nº 001/2026

GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS

Ref.: Abertura de processo licitatório, na modalidade Chamada Pública da Agricultura Familiar, nos moldes do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.
Assunto: solicita a abertura de chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios perecíveis provenientes de produção da Agricultura Familiar, destinados a preparação e distribuição dentro do Programa Nacional de Alimentação Escolar, nas Unidades Escolares Municipais, conforme requisição fundamentada e apresentada pela Secretaria Municipal de Educação.

Catas Altas, 27 de fevereiro de 2026.

SAULO MORAIS DE CASTRO
Prefeito

Publicado por:
Mabel Souza Costa de Almeida
Código Identificador:A587FA96

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 746/2026

PORTARIA Nº 746/2026

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CATAS ALTAS, no uso de atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em especial a Lei Municipal nº 409/2013, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 2137/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos servidores listados abaixo, o adicional de insalubridade no grau máximo, correspondente a 40% (quarenta por cento) sob o menor vencimento pago pela municipalidade, nos termos da Lei Complementar nº 409/2013 e do Decreto Municipal n.º 722/2025:

Nº	SERVIDOR	CARGO
01	MARCELO ANTÔNIO DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS GERAIS
02	WENDERSON GERALDO FERREIRA	OFICIAL DE OBRAS
03	MAURÍLIO VIEIRA	AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS GERAIS
04	ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO JÚNIOR	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Art. 2º – O pagamento do adicional será incluído no banco de dados da folha de pagamento vigente, e devido a partir do deferimento do requerimento administrativo para adicional insalubridade/periculosidade, durante todo o período de exposição.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03 de fevereiro de 2026.

Art. 4º – Publique-se, na forma da lei.

Catas Altas/MG, 26 de fevereiro de 2026.

SAULO MORAIS DE CASTRO
Prefeito

Publicado por:
Ludimili Aparecida Guerra
Código Identificador:5468344E

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 747/2026

PORTARIA Nº 747/2026

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CATAS ALTAS, no uso de atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em especial a Lei Municipal nº 409/2013, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 2137/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos servidores listados abaixo, o adicional de insalubridade no grau máximo, correspondente a 40% (quarenta por cento) sob o menor vencimento pago pela municipalidade, nos termos da Lei Complementar nº 409/2013 e do Decreto Municipal n.º 722/2025:

Nº	SERVIDOR	CARGO
01	MÁRCIO ANTÔNIO DE SOUZA	AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Art. 2º – O pagamento do adicional será incluído no banco de dados da folha de pagamento vigente, e devido a partir do deferimento do requerimento administrativo para adicional insalubridade/periculosidade, durante todo o período de exposição.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 4º – Publique-se, na forma da lei.

Catas Altas/MG, 26 de fevereiro de 2026.

SAULO MORAIS DE CASTRO
Prefeito

Publicado por:
Ludimili Aparecida Guerra
Código Identificador:5126E5E2

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 748/2026

PORTARIA Nº 748/2026

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CATAS ALTAS, no uso de atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em especial a Lei Municipal nº 409/2013, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 2137/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos servidores listados abaixo, o adicional de insalubridade no grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sob o menor vencimento pago pela municipalidade, nos termos da Lei Complementar nº 409/2013 e do Decreto Municipal n.º 722/2025:

Nº	SERVIDOR	CARGO
01	RONÉRIA BARROS DE OLIVEIRA SANTOS	TÉCNICA EM ENFERMAGEM

Art. 2º – O pagamento do adicional será incluído no banco de dados da folha de pagamento vigente, e devido a partir do deferimento do requerimento administrativo para adicional insalubridade/periculosidade, durante todo o período de exposição.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 23 de fevereiro de 2026.

Art. 4º – Publique-se, na forma da lei.

Catas Altas/MG, 26 de fevereiro de 2026.

SAULO MORAIS DE CASTRO
Prefeito

Publicado por:
Ludimili Aparecida Guerra
Código Identificador:0323ED65

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 001/2026 – CMDPI

Dispõe sobre a aprovação do Calendário Anual de Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Catas Altas/MG para o exercício de 2026.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Catas Altas/MG – CMDPI, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 848/2024, que alterou a Lei Complementar nº 633/2019, e **considerando a deliberação da Ata nº 14 da reunião ordinária realizada em 06 de janeiro de 2026**,

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Calendário Anual de Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Catas Altas/MG para o ano de 2026.
Art. 2º As reuniões ordinárias serão realizadas, preferencialmente, na **primeira terça-feira de cada mês**, às 14h, no CRAS de Catas Altas/MG ou em local previamente informado em convocação.
Art. 3º Fica estabelecido o seguinte calendário de reuniões para o exercício de 2026:

•06 de janeiro de 2026
•03 de fevereiro de 2026
•03 de março de 2026
•07 de abril de 2026
•05 de maio de 2026
•02 de junho de 2026
•07 de julho de 2026
•04 de agosto de 2026
•01 de setembro de 2026
•06 de outubro de 2026
•03 de novembro de 2026
•01 de dezembro de 2026

Art. 4º As datas poderão ser alteradas por necessidade do Conselho, mediante comunicação prévia aos conselheiros.
Art. 5º Publique-se.

Catas Altas/MG, 10 de fevereiro de 2026.

DIEGO SILVA BEZERRA
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Thais de Oliveira Lana Motta
Código Identificador:B2CA7BCC

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 001/2026 – CMH

Dispõe sobre a aprovação do Calendário Anual de Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal de Habitação de Catas Altas para o exercício de 2026.

O Conselho Municipal de Habitação de Catas Altas/MG – CMH, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO a necessidade de planejamento e organização das reuniões ordinárias do colegiado para o exercício de 2026;
CONSIDERANDO a deliberação do colegiado realizada em discussão por mensagem e comunicação do grupo nos dias **01 de dezembro de 2025** e **05 de janeiro de 2026**, conforme registro interno;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Calendário Anual de Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal de Habitação – CMH para o ano de 2026, a serem realizadas, preferencialmente, na **primeira segunda-feira de cada mês**, podendo haver ajustes quando coincidir com feriados ou por deliberação do colegiado.
Art. 2º Ficam agendadas as reuniões ordinárias do CMH para o ano de 2026, conforme o calendário abaixo:
Calendário 2026 – Reuniões Ordinárias

•06 de janeiro de 2026
•02 de fevereiro de 2026
•02 de março de 2026
•06 de abril de 2026
•04 de maio de 2026
•01 de junho de 2026
•06 de julho de 2026
•03 de agosto de 2026
•14 de setembro de 2026
•05 de outubro de 2026
•03 de novembro de 2026
•07 de dezembro de 2026

Art. 3º As reuniões ocorrerão, em regra, às 14h, no CRAS ou em local previamente informado na convocação.
Art. 4º O calendário poderá ser alterado mediante necessidade justificada e aprovação do colegiado.
Art. 5º Publique-se

Catas Altas/MG, 25 de fevereiro de 2026.

DORALICE APARECIDA CRUZ HOSKEN DE SÁ
Presidente do CMH

Publicado por:
Thais de Oliveira Lana Motta
Código Identificador:926044A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 01 /2026 - CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do calendário anual de reuniões ordinárias para o ano de 2026.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Catas Altas/MG – CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela legislação municipal vigente e demais normativas aplicáveis,
CONSIDERANDO a deliberação unânime dos conselheiros em reunião ordinária realizada no dia **15 de dezembro de 2025**, registrada na **Ata nº 24**, que tratou sobre o calendário anual para reuniões ordinárias no ano de 2026, definindo que ocorrerão na

segunda quinta-feira de cada mês, nos horários e locais a serem definidos pela presidência;

RESOLVE:
Art. 1º Ficam agendadas as reuniões ordinárias do CMDCA para o ano de 2026, conforme o calendário abaixo:

•08 de janeiro de 2026
•12 de fevereiro de 2026
•12 de março de 2026
•09 de abril de 2026
•14 de maio de 2026
•11 de junho de 2026
•09 de julho de 2026
•13 de agosto de 2026
•10 de setembro de 2026
•08 de outubro de 2026
•12 de novembro de 2026
•10 de dezembro de 2026

Art. 2º Publique-se.

Catas Altas, 10 de Fevereiro de 2026

EDUARDO EUGÊNIO PESSOA RAMOS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Thais de Oliveira Lana Motta
Código Identificador:4C51A02E

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 02 /2026 CMAS

Dispõe sobre a aprovação do calendário anual de reuniões ordinárias para o ano de 2026.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Catas Altas/MG – CMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 618/2019 e pelo Decreto Municipal nº 764/2025, pela legislação municipal vigente e demais normativas aplicáveis,
CONSIDERANDO a deliberação unânime dos conselheiros em reunião ordinária realizada no dia 23 de dezembro de 2025, conforme Ata nº 19/2025, que tratou sobre o calendário anual das reuniões ordinárias para o ano de 2026, definindo que ocorrerão na última terça-feira de cada mês, com ajustes nos meses em que houver feriado, nos horários e locais a serem definidos pela presidência;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam agendadas as reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS para o ano de 2026, conforme o calendário abaixo:

•**Janeiro:** 27/01/2026
•**Fevereiro:** 24/02/2026
•**Março:** 31/03/2026
•**Abril:** 28/04/2026
•**Maio:** 26/05/2026
•**Junho:** 30/06/2026
•**Julho:** 28/07/2026
•**Agosto:** 25/08/2026A
•**Setembro:** 29/09/2026
Outubro: 27/10/2026
•**Novembro:** 24/11/2026
•**Dezembro:** 17/12/2026 *(antecipada em razão do recesso de final de ano)*

Art. 2º Os horários e locais das reuniões serão informados nas respectivas convocatórias.
Art. 3º Publique-se.
Catas Altas/MG, 10 de fevereiro de 2026.

KELHY APARECIDA DE SOUZA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Thais de Oliveira Lana Motta
Código Identificador:63D2D2A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 02 /2026 - CMDCA

Dispõe sobre a aprovação da solicitação da Associação Rede Cidadã para utilização de saldo remanescente e remanejamento de rubrica no Plano de Trabalho.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Catas Altas/MG – CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela legislação municipal vigente e demais normativas aplicáveis,
CONSIDERANDO as discussões registradas nas **Atas nº 23 e nº 24**, que trataram do ajuste salarial de profissional vinculado à Associação Rede Cidadã e da necessidade de adequação financeira do Plano de Trabalho;
CONSIDERANDO que o colegiado deliberou e autorizou o **remanejamento de rubricas** para garantir a execução regular do projeto;
CONSIDERANDO a deliberação unânime dos conselheiros em reunião ordinária realizada em **12 de fevereiro de 2026**, registrada na **Ata nº 26**, que aprovou a solicitação da Associação Rede Cidadã referente à utilização de saldo remanescente na rubrica prevista no Plano de Trabalho;
CONSIDERANDO o remanejamento do referido valor para custeio das despesas de encerramento do projeto, conforme justificativa apresentada pela entidade e analisada pelo colegiado;

RESOLVE:

Art. 1º Fica **aprovada** a solicitação da Associação Rede Cidadã para utilização do saldo remanescente e **remanejamento da rubrica prevista no Plano de Trabalho**, conforme deliberado pelo colegiado.
Art. 2º A entidade deverá manter a devida comprovação das despesas e observar integralmente as normas de prestação de contas vigentes.
Art. 3º Publique-se.
Catas Altas/MG, 20 de fevereiro de 2026.

EDUARDO EUGÊNIO PESSOA RAMOS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Thais de Oliveira Lana Motta
Código Identificador:80A66906

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 03 /2026 – CMAS

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Serviços SigCon 2026, do Plano de Serviços do CREAS Municipal e do Plano de Serviços do Piso Mineiro Fixo.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Catas Altas/MG – CMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 618/2019 e pelo Decreto Municipal nº 764/2025, em reunião ordinária realizada no dia 25 de fevereiro de 2026, conforme Ata nº 21,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Serviços do CREAS Municipal para o exercício de 2026.
Art. 2º Aprovar o Plano de Serviços do Piso Mineiro Fixo, recurso estadual destinado ao cofinanciamento da Proteção Social Básica no exercício de 2026.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Publique-se.

Catas Altas/MG, 25 de fevereiro de 2026.

KELHY APARECIDA DE SOUZA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Thais de Oliveira Lana Motta
Código Identificador:3585E778

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CENTRALINA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
ATA Nº 001/2025 - POSSE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES DA CIDADE DE CENTRALINA, MINAS GERAIS.

Ata nº 001/2025 - Posse do Conselho Municipal de Esportes da Cidade de Centralina, Minas Gerais. Às 15 (quinze) horas do dia 2 (dois), do mês de julho, do ano de dois mil e vinte e cinco (02/07/2025), no endereço: Rua dos Marques, nº 230, Centro (sede da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, no município de Centralina-MG, reuniram-se juntamente com o Prefeito Municipal Oscar Luis Feldner de Barros Araújo Cunha, os seguintes membros do Conselho Municipal de Esportes a serem empossados:
CARLOS JÚNIOR MORAIS DE FREITAS representante da Secretaria de Esportes – titular
TIAGO BATISTA PEREIRA representante da Secretaria de Esportes de Centralina – suplente
RODRIGO LUCAS – representante da Secretaria de Esportes – titular
EMERSON CUSTÓDIO TEIXEIRA – representante da Secretaria de Esportes – suplente
CRISTINA MARTINS CURY GUERRA representante da Secretaria de Educação
PATRICY FERREIRA ARAÚJO SOARES representante da Secretaria de Educação – suplente
DALILA GARCIA OLIVEIRA TAMEIRÃO representante da Secretaria de Saúde – titular
SANDROMAR GOMES MENDONÇA representante da Secretaria de Saúde – suplente
WEVERTON BATISTA DA SILVA representante de grupo esportivo – titular
ALEX OLIVEIRA SANTOS representante de grupo esportivo – suplente
OROÍDES DA SILVA QUEIROZ representante da Câmara Municipal – titular
ELDES OLIVEIRA MARQUES NETO representante da Câmara Municipal - suplente
O (a) Prefeito fez a leitura do Decreto de Nomeação nº 076-A do ano 2025 e declara empossados os membros ora acima citados, cumprindo o mandato de 02 anos como previsto pela Lei 1465 do ano 2025. Ainda na reunião foi realizada a eleição secreta para a escolha da presidência do Conselho, da Mesa Diretora, que ao final foi conhecida como: Presidente – Carlos Junior Morais de Freitas, Vice-Presidente – Rodrigo Lucas e Secretário Executivo – Tiago Batista Pereira, os quais também foram empossados pelo Prefeito no Decreto já citado. Além desta, foram discutidas as seguintes pautas:
- Leitura e aprovação do Regimento do Conselho Municipal de Esportes
- Realização do 44º Campeonato Regional de Futsal de Centralina
Foi feita a leitura do Regimento Interno do Conselho Municipal de Esportes na íntegra, e o mesmo foi aprovado por todos unanimemente. Sobre a realização do campeonato regional de futsal, foi falado que o departamento municipal de esportes já está organizado o regulamento, as pastas e os convites para as equipes da cidade e da região já foram entregues e que o campeonato será muito bom com a presença de 8 cidades vizinhas e será durante todo o mês de julho, com mais de 25 mil reais de premiação, sendo um dos campeonatos que melhor paga as premiações da região, por isso é bem disputado e tem muitas participações. Não havendo mais nada a ser relatado, eu Carlos Júnior Morais de Freitas, membro do Conselho Municipal de Esporte, relatei a presente ata que, após ser lida e aprovada, será assinada por mim e por todas as pessoas presentes.
Carlos Júnior Morais de Freitas - Assinatura: _____
Tiago Batista Pereira - Assinatura: _____
Rodrigo Lucas - Assinatura: _____
Emerson Custódio Teixeira: Assinatura: _____
Cristina Martins Cury Guerra - Assinatura: _____
Patricy Ferreira Araújo Soares – Assinatura: _____
Dalila Garcia Oliveira Tameirão – Assinatura: _____
Sandromar Gomes Mendonça – Assinatura: _____
Weverton Batista da Silva – Assinatura: _____
Alex Oliveira Santos – Assinatura: _____
Oroídes da Silva Queiroz – Assinatura: _____
Eldes Oliveira Marques Neto – Assinaura: _____

Publicado por:
Suelâine Fátima Moura Silva
Código Identificador:8CE6E49F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CLÁUDIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CHAMAMENTO PUBLICO 001 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO– Chamamento Públiconº. 001/2026. Objeto:Pré-Qualificação de empresas do ramo da construção civil para a implantação de empreendimento habitacional de interesse social, com elaboração dos respectivos projetos e execução das obras para a construção de 93 (noventa e três) unidades habitacionais, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, faixa II, em terrenos de propriedade do MUNICÍPIO DE CLÁUDIO, destinadas aos beneficiários do programa, nos termos da lei municipal nº 1.903, de 18 de novembro de 2025, e demais disposições legais pertinentes.. A realizar-se no dia 02/03/2026às 08:00.Cópia do Edital à disposição dos interessados nos sites do PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, site da Licitar Digital, site da Prefeitura de Cláudio/MG e também na Av. Presidente Tancredo Neves, nº 152, Centro, nesta cidade, no horário de 08h00 as 17h00, de segunda a sexta-feira. Cláudio (MG), 27 de fevereiro de 2026.

FERNANDO DO NASCIMENTO SANTOS -
Chefe de Departamento de Administração.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:7FDB0280

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATAS 049 A 053 2026 - PRC 298 2025 - PE 065 2025

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO:O Prefeito do**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 298/2025– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2025**.Objeto: O objeto da presente licitação é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços mecânicos e elétricos em carros, motos, ônibus caminhões e máquinas pesadas, incluindo alinhamento dianteiro e traseiro e balanceamento de rodas em veículos leves, semipesados e pesados, sem fornecimento de peças, destinados a atender as demandas do transporte eletivo em saúde, divisão de obras e serviços públicos, em ações em comunidades e áreas rurais, Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura e ações do Ensino Fundamental, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. **ATA Nº 049/2026,** 29.183.483 JAILTON LOURIVAL FERREIRA,inscrita no CNPJ sob nº 29.183.483/0001-99,no valor total de R$36.000,00; **ATA Nº 050/2026,** ALVIMAR DE ALMEIDA CUNHA, inscrita no CNPJ sob nº 17.858.423/0001-40, no valor total de R$220.000,00; **ATA Nº 051/2026,** DIVIMAQUINAS E MOTORES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 21.759.899/0001-09, no valor total de R$280.000,00; **ATA Nº 052/2026,** MOTOKEIRO MECANICA ESPECIALIZADA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 17.320.447/0001-40, no valor total de R$10.000,00; **ATA Nº 053/2026,** PNEUS RECAPE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 02.691.598/0001-38, no valor total de R$106.550,60. Vigência: 18/02/2026a 18/02/2027. Fundamentação Legal: Art. 28, I, da Lei 14.133/21. Cláudio,27 de fevereiro de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO-
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:018A6569

DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
CERTIFICADO DE DISPENSA DE LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL N° 0003/2026

A Secretária Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, no uso de suas atribuições legais e com base no Decreto Municipal n° 542/2024, concede a MACHARIA MRV LTDA,inscrito sob o CNPJ 25.050.354/0001-71, localizado na rua: Dr. Itamar de Barros, n°65, Bairro: Angelina Barros, CEP 35.530-000 nas coordenadas geográficas de Latitude 20º26'58.31"S e Longitude 44º45'53.23"O no município de Cláudio-MG, a **DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL** conforme a legislação vigente, para a atividade: Fabricação de machos diversos para fundição em areia (Processo Shell Molding e Cold Box), por não está contida no Decreto Municipal n° 542/2024 e Deliberação Normativa 213/217, válida de forma vitalícia desde que não haja alteração nas atividades desenvolvidas.
O presente documento não exime o requerente de obter junto aos órgãos ambientais competentes as demais autorizações porventura necessárias.

Cláudio, 27de fevereirode 2026.

CHRISTIANE BERNARDES PEREIRA
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Agricultura

Publicado por:
Christiane Bernardes Pereira
Código Identificador:2852C352

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO I - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

O município de Conceição do Mato Dentro/MG torna público que realizará o Processo Licitatório nº 016/2026, **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, cujo o objetivo é a contratação integrada de empresa especializada em engenharia para elaboração dos projetos básico e executivo e execução de implantação completa da alça viária leste do Município de Conceição do Mato Dentro/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital n° 016/2026 e seus anexos, e passa a abertura para o dia: **10 de junho de 2026,** às 09h30min na plataforma https://licitar.digital/. Maiores informações pelo telefone (31) 3868-2398 - Edital disponível no site oficial do Município – www.cmd.mg.gov.br.

ALEXANDRE GANEM DE CARVALHO LEAL,
Secretário Municipal de Infraestrutura.

Publicado por:
Bianca Queiroz Horta
Código Identificador:1982B610

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CÔNEGO MARINHO

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 167/2025

Processo Administrativo de Compras nº. 79/2025
Pregão Eletrônico n° 03/2025
Contratada: ALLISSON LUNARD PARTICIPACOES LTDA, CNPJ: 22.415.618/0001-55
Objeto: Alteração da Dotação Orçamentária: Projeto atividade: 05.01.02.10.301.0010.2029 Manutenção da Atenção Básica – Elemento/item: 33904000 Serv Tecnologia da Informação e Com. – Fonte: 2621003210 Transferências Fundo a Fundo de Recursos – Ficha: 0637.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais.

Publicado por:
Pollyane Borges Gomes Niz
Código Identificador:5B499F16

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 063/2025

Processo de Compras nº. 023/2025
Adesão a Registro de Preços nº 05/2025
CONTRATADA: MDX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ: 44.185.158/0001-59
OBJETO DO APOSTILAMENTO: REGISTRAR a inclusão de nova DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Projeto/Atividade: 05.01.02.10.301.0010.2030 Manutenção da Saúde Bucal – Elemento/Item: 33903000 Material de Consumo – Fonte: 2621003210 Transferências Fundo a Fundo – Ficha: 0636.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais.

Publicado por:
Pollyane Borges Gomes Niz
Código Identificador:20380A9C

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 03/2025

Processo Administrativo de Compras nº. 03/2025

Adesão n° 01/2025

Contratada: WEVERLAN COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, CNPJ: 39.249.517/0001-54

Objeto: Alteração da Dotação Orçamentária: Projeto atividade: 05.01.02.10.301.0010.2029 Manutenção da Atenção Básica – Elemento/item: 33903900 Outros Serv. Terc. - P. Jurídica – Fonte: 2621003210 Transferências Fundo a Fundo de Recursos – Ficha: 0635.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais.

Publicado por:
Pollyane Borges Gomes Niz
Código Identificador:17EDB490

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONGONHAL

GABINETE
PORTARIA N° 3227, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE AOS SERVIDORES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA N° 3227, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

Concede adicional de insalubridade aos servidores que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Congonhal, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de acordo com da Lei Municipal nº 940, de 18 de outubro de 1995, e;
Considerando, a previsão de adicional de insalubridade no inciso IV do art. 57 da Lei Municipal nº 940/1995, a qual dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos do município, das autarquias e das fundações públicas municipais;

Considerando, as avaliações e laudos técnicos periciais realizados pela contratada, a empresa Mérito Consultoria, Assessoria Ocupacional e Serviços Ltda, a qual apresentou como responsável o Engenheiro de Segurança do Trabalho, o senhor Sérgio Henrique dos Santos, inscrito no CREA/MG nº 75.808;

R E S O L V E

Art. 1º Conceder adicional de insalubridade aos servidores mencionados no Anexo Único desta Portaria, com os percentuais devidos, os quais incidirão sobre o vigente salário mínimo nacional.
§ 1º Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde considera-se a incidência sobre o salário base do servidor.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos a data de 20 de fevereiro de 2026.
Art. 3º Revogam-se as disposições que contrariem esta Portaria.

Prefeitura Municipal de Congonhal/MG, 27 de fevereiro de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Anexo Único

Portaria 3227/2026

Servidor	CPF	Cargo	% Insalubridade
TATIANE FERNANDA SILVA	066.082.346-27	ENFERMEIRO	20

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:E990206F

GABINETE
PORTARIA N° 3229, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026. CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE AOS SERVIDORES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA N° 3229, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

Concede adicional de insalubridade aos servidores que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Congonhal, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de acordo com da Lei Municipal nº 940, de 18 de outubro de 1995, e;
Considerando, a previsão de adicional de insalubridade no inciso IV do art. 57 da Lei Municipal nº 940/1995, a qual dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos do município, das autarquias e das fundações públicas municipais;
Considerando, as avaliações e laudos técnicos periciais realizados pela contratada, a empresa Mérito Consultoria, Assessoria Ocupacional e Serviços Ltda, a qual apresentou como responsável o Engenheiro de Segurança do Trabalho, o senhor Sérgio Henrique dos Santos, inscrito no CREA/MG nº 75.808;

R E S O L V E

Art. 1º Conceder adicional de insalubridade aos servidores mencionados no Anexo Único desta Portaria, com os percentuais devidos, os quais incidirão sobre o vigente salário mínimo nacional.
§ 1º Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde considera-se a incidência sobre o salário base do servidor.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos a data de 23 de fevereiro de 2026.
Art. 3º Revogam-se as disposições que contrariem esta Portaria.

Prefeitura Municipal de Congonhal/MG, 27 de fevereiro de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Anexo Único

Portaria 3229/2026

Servidor	CPF	Cargo	% Insalubridade
CAIO OLIVEIRA COUTINHO	175.939.096-89	OPERÁRIO I	20

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:121A3EE5

GABINETE
PORTARIA N° 3231, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026. CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE AOS SERVIDORES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA N° 3231, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

Concede adicional de insalubridade aos servidores que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Congonhal, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de acordo com da Lei Municipal nº 940, de 18 de outubro de 1995, e;
Considerando, a previsão de adicional de insalubridade no inciso IV do art. 57 da Lei Municipal nº 940/1995, a qual dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos do município, das autarquias e das fundações públicas municipais;
Considerando, as avaliações e laudos técnicos periciais realizados pela contratada, a empresa Mérito Consultoria, Assessoria Ocupacional e Serviços Ltda, a qual apresentou como responsável o Engenheiro de Segurança do Trabalho, o senhor Sérgio Henrique dos Santos, inscrito no CREA/MG nº 75.808;

R E S O L V E

Art. 1º Conceder adicional de insalubridade aos servidores mencionados no Anexo Único desta Portaria, com os percentuais devidos, os quais incidirão sobre o vigente salário mínimo nacional.
§ 1º Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde considera-se a incidência sobre o salário base do servidor.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos a data de 24 de fevereiro de 2026.
Art. 3º Revogam-se as disposições que contrariem esta Portaria.

Prefeitura Municipal de Congonhal/MG, 27 de fevereiro de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR
Prefeito Municipal

Anexo Único

Portaria 3231/2026

Servidor	CPF	Cargo	% Insalubridade
NICOLAU AGNUS DE MELO	610.740.126-15	MOTORISTA	20

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:706FE475

GABINETE
PORTARIA N° 3233, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026. CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE AOS SERVIDORES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA N° 3233, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

Concede adicional de insalubridade aos servidores que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Congonhal, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de acordo com da Lei Municipal nº 940, de 18 de outubro de 1995, e;
Considerando, a previsão de adicional de insalubridade no inciso IV do art. 57 da Lei Municipal nº 940/1995, a qual dispõe sobre o regime

jurídico único dos servidores públicos do município, das autarquias e das fundações públicas municipais;
Considerando, as avaliações e laudos técnicos periciais realizados pela contratada, a empresa Mérito Consultoria, Assessoria Ocupacional e Serviços Ltda, a qual apresentou como responsável o Engenheiro de Segurança do Trabalho, o senhor Sérgio Henrique dos Santos, inscrito no CREA/MG nº 75.808;

R E S O L V E

Art. 1º Conceder adicional de insalubridade aos servidores mencionados no Anexo Único desta Portaria, com os percentuais devidos, os quais incidirão sobre o vigente salário mínimo nacional.
§ 1º Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde considera-se a incidência sobre o salário base do servidor.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos a data de 01º de fevereiro de 2026.
Art. 3º Revogam-se as disposições que contrariem esta Portaria.

Prefeitura Municipal de Congonhal/MG, 27 de fevereiro de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Anexo Único

Portaria 3233/2026

Servidor	CPF	Cargo	% Insalubridade
DANILO AYLTON DE SOUSA CARDOSO	161.606.466-80	OPERÁRIO I	20

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:F9579847

GABINETE
PORTARIA Nº 3226, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026. DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 3226, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a lotação de servidor e dá outras providências.

Rubens Vilela dos Santos Júnior, Prefeito do Município de Congonhal, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,
Considerando o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Congonhal;
Considerando a necessidade de reorganização da estrutura interna da Administração Pública municipal;
Considerando a necessidade de organização e distribuição de servidores nos diversos órgãos municipais;
Considerando as peculiaridades das atividades de cada servidor no exercício de suas funções em órgãos distintos;
Considerando que depois de fixada a lotação do servidor, a alteração se dará para atender a conveniência do serviço público;
Considerando o interesse da Administração Pública e a finalidade do ato;

Resolve:

Art. 1º Lotar o servidor público TATIANE FERNANDA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 066.082.346-27, do cargo de Enfermeiro, na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer suas funções no órgão supra sob sua subordinação, coordenação e custeio.
Parágrafo único. O Departamento de Pessoal da Prefeitura do Município de Congonhal deverá fazer as alterações necessárias na folha de pagamento salarial, para o fiel cumprimento do disposto no ***caput*** deste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da data de 20 de fevereiro de 2026..

Art. 3º Revogam-se as disposições que contrariem esta Portaria.

Prefeitura Municipal de Congonhal/MG, 27 de fevereiro de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:A51ECBE5

GABINETE
PORTARIA Nº 3228, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026. DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 3228, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a lotação de servidor e dá outras providências.

Rubens Vilela dos Santos Junior, Prefeito do Município de Congonhal, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,
Considerando o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Congonhal;
Considerando a necessidade de reorganização da estrutura interna da Administração Pública municipal;
Considerando a necessidade de organização e distribuição de servidores nos diversos órgãos municipais;
Considerando as peculiaridades das atividades de cada servidor no exercício de suas funções em órgãos distintos;
Considerando que depois de fixada a lotação do servidor, a alteração se dará para atender a conveniência do serviço público;
Considerando o interesse da Administração Pública e a finalidade do ato;

Resolve:

Art. 1º Lotar o servidor público CAIO OLIVEIRA COUTINHO, inscrito no CPF sob o nº 175.939.096-89, do cargo de Operário I, na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos/Rurais e Meio Ambiente, para exercer suas funções no órgão supra sob sua subordinação, coordenação e custeio.
Parágrafo único. O Departamento de Pessoal da Prefeitura do Município de Congonhal deverá fazer as alterações necessárias na folha de pagamento salarial, para o fiel cumprimento do disposto no ***caput*** deste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da data de 23 de fevereiro de 2026..

Art. 3º Revogam-se as disposições que contrariem esta Portaria.

Prefeitura Municipal de Congonhal/MG, 27 de fevereiro de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:69B473AC

GABINETE
PORTARIA Nº 3230, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026. DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 3230, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a lotação de servidor e dá outras providências.

Rubens Vilela dos Santos Junior, Prefeito do Município de Congonhal, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,
Considerando o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Congonhal;
Considerando a necessidade de reorganização da estrutura interna da Administração Pública municipal;
Considerando a necessidade de organização e distribuição de servidores nos diversos órgãos municipais;
Considerando as peculiaridades das atividades de cada servidor no exercício de suas funções em órgãos distintos;
Considerando que depois de fixada a lotação do servidor, a alteração se dará para atender a conveniência do serviço público;
Considerando o interesse da Administração Pública e a finalidade do ato;

Resolve:

Art. 1º Lotar o servidor público NICOLAU AGNUS DE MELO, inscrito no CPF sob o nº 610.740.126-15, do cargo de Motorista, na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos/Rurais e Meio Ambiente, para exercer suas funções no órgão supra sob sua subordinação, coordenação e custeio.
Parágrafo único. O Departamento de Pessoal da Prefeitura do Município de Congonhal deverá fazer as alterações necessárias na folha de pagamento salarial, para o fiel cumprimento do disposto no ***caput*** deste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da data de 24 de fevereiro de 2026..

Art. 3º Revogam-se as disposições que contrariem esta Portaria.

Prefeitura Municipal de Congonhal/MG, 27 de fevereiro de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:BEAD041D

GABINETE
PORTARIA Nº 3232, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026. DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 3232, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a lotação de servidor e dá outras providências.

Rubens Vilela dos Santos Júnior, Prefeito do Município de Congonhal, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,
Considerando o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Congonhal;
Considerando a necessidade de reorganização da estrutura interna da Administração Pública municipal;
Considerando a necessidade de organização e distribuição de servidores nos diversos órgãos municipais;
Considerando as peculiaridades das atividades de cada servidor no exercício de suas funções em órgãos distintos;
Considerando que depois de fixada a lotação do servidor, a alteração se dará para atender a conveniência do serviço público;
Considerando o interesse da Administração Pública e a finalidade do ato;

Resolve:

Art. 1º Lotar o servidor público DANILO AYLTON DE SOUSA CARDOSO, inscrito no CPF sob o nº 161.606.466-80, do cargo de Operário na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos/Rurais e Meio Ambiente, para exercer suas funções no órgão supra sob sua subordinação, coordenação e custeio.
Parágrafo único. O Departamento de Pessoal da Prefeitura do Município de Congonhal deverá fazer as alterações necessárias na folha de pagamento salarial, para o fiel cumprimento do disposto no ***caput*** deste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da data de 01 de fevereiro de 2026..

Art. 3º Revogam-se as disposições que contrariem esta Portaria.

Prefeitura Municipal de Congonhal/MG, 27 de fevereiro de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:29EB74B5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONQUISTA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO

EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

O MUNICÍPIO DE CONQUISTA, Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, na qualidade de gestora do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, em conformidade com a Lei nº 13.019/2014, com a Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), com o Decreto Municipal nº 2474/2018 e demais normativas aplicáveis ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS, torna público o presente CHAMAMENTO PÚBLICO, **visando à seleção de Organização da Sociedade Civil – OSC para celebração de TERMO DE FOMENTO, com recursos oriundos da Emenda Parlamentar nº 55901311820202501, transferidos na modalidade fundo a fundo ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, devidamente aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, destinados ao fortalecimento das ações de atendimento, cuidado e acolhimento da pessoa idosa no Município de Conquista/MG.**

RETIRADA DO EDITAL E ANEXOS
Local da retirada do Edital e anexos, nestes incluídas as especificações técnicas: Internet, gratuitamente, no sitio eletrônico do Município de Conquista – endereço eletrônico: www.conquista.mg.gov.br, no link "Editais".
O Edital completo e seus anexos também poderão ser adquiridos na Secretaria Municipal de Assistência Social, sito Avenida: José Mendonça, nº: 1.525 - Bairro: São Jorge, Conquista - MG, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 11:00 e das 12:00 às 16:00 horas, requerido diretamente na recepção da mesma.
ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES

DATA/HORA: O recebimento dos envelopes nºs 01 e 02, respectivamente "Proposta de Parceria" e "Documentação", deverão ser entregues mediante Protocolo na Secretaria Municipal de Assistência Social de Conquista, no endereço acima especificado, fone (34) 9 9808-8194 , até **16h00min** do dia **31 de março de 2026, em primeira chamada, podendo ser prorrogado, caso não existam projetos suficientes em cada área desejada, mediante publicação de termo de prorrogação de edital**..
Conquista, 27 de fevereiro de 2026

MICHELLE ULHOA MARTINS MOURA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Iara Maria Ribeiro
Código Identificador:27F023B2

PROCURADORIA JURÍDICA
EDITAL Nº 02/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - ESTÁGIO - PREPARDOR FÍSICO

EDITAL Nº 002/2026 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZDER

O MUNICÍPIO DE CONQUISTA, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **BRÁULIO QUEIROGA DE MOURA FILHO**, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento às normas previstas no art. 37, inciso IX da Constituição Federal e considerando o que dispõe o artigo 42 da Lei Complementar Municipal nº 022/2012, de 20 de janeiro de 2012, que "*Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Conquista/MG/MG"* e os artigos 34 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 023/2012, de 23 de janeiro de 2012, que *"Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo do Município de Conquista, estabelece normas de enquadramento, institui nova tabela de vencimentos e dá outras providências.", bem como do Decreto Municipal nº 3362/2021 de 25.03.2021,* torna pública a abertura de inscrições e estabelece normas relativas à realização de **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** destinado à selecionar candidatos visando atender a necessidade de excepcional interesse público para contratação dos profissionais, nos termos do Anexo I deste edital.

I – INFORMAÇÕES GERAIS:

1.1 – O processo seletivo simplificado classificará **ESTAGIÁRIOS, com validade para o período de 02 (dois) anos OU enquanto durar a situação excepcional,** para atender aos serviços da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer na função pública constante no Anexo I deste edital.

1.2 – A contratação do estagiário, no âmbito da Administração Pública Municipal, objetiva além de proporcionar, respeitada a exigência legal de estrita correlação com a respectiva área de formação acadêmica, também a:

I – A preparação para o trabalho produtivo, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino;
II – O desenvolvimento de habilidades próprias da atividade profissional;
III – O aperfeiçoamento técnico-cultural e científico;
IV – A contextualização curricular, mediante aplicação de conhecimentos teóricos; e a
V – Participação em atividades de cunho social, objetivando o desenvolvimento para a vida cidadã.

1.3 – As vagas serão preenchidas **de acordo com a necessidade do Município**,tendo o candidato classificado, **EXPECTATIVA** de designação para a vaga de estágio.

1.4 – O estágio será formalizado por meio de termo de compromisso, firmado entre o concedente, o estagiário e a Instituição de Ensino Superior (IES), que deverá ser conveniada ao Município;

1.5 - A carga horária de estágio, bem como o valor da bolsa, serão aqueles constantes do quadro inserido no Anexo I deste Edital.

1.6 – O estágio previsto neste edital, não gera, em nenhuma hipótese vínculo empregatício, nos termos da Lei Federal Nº 11.788/2008.
1.7 – O processo classificatório terá uma etapa e consistirá em AVALIAÇÃO CURRICULAR, que observará os seguintes critérios:

1 – Experiência na área do curso; (01 ponto por atividade)
2 – Trabalhos voluntários para adquirir experiência, com apresentação de Declaração assinada pelo responsável do estágio; (01 ponto por trabalho ou atividade)
3 – Cursos extracurriculares, que não fazem parte da grade curricular do curso; (01 ponto por curso)
4 – A melhor clareza e organização do curriculum apresentado; (até 02 pontos)
5 – Participação em simpósios e seminários da área. (01 ponto por evento)

1.8 – Os comprovantes relativos aos itens"1" a "5" apenas serão considerados se forem compatíveis com a área de formação do candidato.

1.8 – Somente serão considerados os cursos ou eventos devidamente concluídos.

1.9 – Com relação ao item "1" a "5", terão validade somente os cursos, seminários e similares, cujos certificados tenham a carga horária, os conteúdos e a identificação da Instituição expedidora.

II – CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO:

2.1 – As inscrições serão realizadas de forma presencial na As **inscrições** serão realizadas de forma **presencial** na **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer**, na Rua Dr. Furiati, nº 354, B. Centro, CEP: 38.195-000, nesta cidade de Conquista, Estado de Minas Gerais, no horário das 8h00min às 11h00min e às 12h30min às 16h00min - **EXCLUSIVAMENTE**.

2.2 – Período: **de 04 a 13 de março de 2025**.

2.3 – As informações prestadas na Ficha de Inscrição, bem como o seu preenchimento, são de exclusiva responsabilidade do candidato.

2.4 – É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.

2.5 – Não serão aceitas inscrições via fax e/ou correio eletrônico.

2.6 – Não serão aceitos quaisquer documentos ou alterações na inscrição fora do prazo fixado neste Edital.

2.7 – A documentação será apresentada somente em forma xerocopiada.

2.8 – A inscrição em desacordo com este Edital será anulada em qualquer fase do processo seletivo e implicará a exclusão do nome do candidato da relação dos classificados e a perda dos direitos decorrentes, mesmo que já tenha ocorrido a homologação do Resultado Final.

2.9 – A inscrição do candidato implicará na tácita e integral aceitação das atribuições do cargo a que concorre.
2.10 – No ato da inscrição o candidato deverá apresentar cópia:

2.10.1 – RG e CPF;
2.10.2 – Comprovante de Residência;
2.10.3 – Histórico Escolar;
2.10.4 – Cópia dos Títulos que pretende utilizar.

2.11 – São condições para a inscrição:

2.11.1 – nacionalidade brasileira;
2.11.2 – idade mínima de 18 anos;
2.11.3 – requisitos exigidos para o cargo na legislação municipal.

III – DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA:

3.1 – As pessoas portadoras de deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII, do art. 37 da Constituição da República e na Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, é assegurado o direito de inscrição para as vagas de emprego público cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

3.2 – Em obediência ao disposto na Lei Municipal n° 1.451, de 03 de fevereiro de 2016, 5% (cinco por cento) das vagas, serão reservadas aos candidatos portadores de deficiência aprovados - art. 124, parágrafo único.

3.3 – As vagas destinadas para os candidatos portadores de deficiência que não forem providas por falta de candidatos inscritos ou por reprovados, serão preenchidas pelos candidatos

de ampla concorrência, com estrita observância da ordem classificatória.

3.4 – Para fins de identificação de cada tipo de deficiência, adotar-se-á a definição contida no art. 4° do Decreto Federal n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei n. 7.853, de 1989, com as alterações advindas do Decreto Federal n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004, bem como a Súmula 377 do STJ.

3.5 – Os candidatos portadores de deficiência participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que tange aos critérios de aprovação e a todas as demais normas.

3.6 – A inscrição do portador de deficiência dar-se-á de acordo com o estabelecido no presente edital para os demais candidatos, devendo, porém:

a) informar se é portador de deficiência;
b) selecionar o tipo da deficiência;
c) especificar a deficiência;
d) manifestar interesse em concorrer às vagas reservadas aos portadores de deficiência;

3.7 – O candidato portador de deficiência que desejar concorrer às vagas reservadas deverá, também, no prazo de inscrições, apresentar original ou cópia autenticada de laudo médico, no qual seja atestada a categoria em que se enquadra a pessoa portadora de deficiência, a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.
3.7.1 – O laudo médico deverá ser entregue junto com a documentação.
3.7.2 – O laudo médico apresentado terá validade somente para esta seleção e não será devolvido.
3.7.3 – O candidato que não atender ao disposto no item 7 perderá o direito de concorrer às vagas reservadas aos portadores de deficiência, mesmo que declarada tal condição no "Requerimento de Inscrição".

3.8 – Somente serão considerados como deficientes aqueles candidatos que se enquadrem nas situações previstas no art. 4° do Decreto Federal n. 3.298/1999 e Súmula 377 do Supremo Tribunal de Justiça (DJe 05/05/2009).

3.9 – Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual, passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

3.10 – O candidato com deficiência, se aprovado, quando de contratação, será submetido a exames médicos complementares, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como deficiente ou não e o grau de deficiência que não o incapacite para o exercício do emprego público. Caso a decisão não o qualifique para o exercício do emprego público, é assegurado o contraditório e ampla defesa, conforme disposto no art. 5°, inciso LV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, podendo interpor recurso administrativo, em única e última instância administrativa, ao Senhor Prefeito Municipal, no prazo de 2 (dois) dias contados da data de sua intimação, da decisão que o desqualificou.
3.11 – Os candidatos com deficiência participarão do Processo Seletivo Público
Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de classificação.

3.12 – OS CANDIDATOS QUE CONCORREREM NA CONDIÇÃO DE DEFICIENTES, SE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO, TERÃO SEUS NOMES PUBLICADOS NA LISTA GERAL DOS APROVADOS E EM LISTA À PARTE.

IV – CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO:

4.1 – A classificação dos inscritos serão resultado da soma dos seguintes pontos:

1 – Experiência na área do curso; (01 ponto por atividade)
2 – Trabalhos voluntários para adquirir experiência, com apresentação de Declaração assinada pelo responsável do estágio; (01 ponto por trabalho ou atividade)
3 – Cursos extracurriculares, que não fazem parte da grade curricular do curso; (01 ponto por curso)
4 – A melhor clareza e organização do curriculum apresentado; (até 02 pontos)
5 – Participação em simpósios e seminários da área. (01 ponto por evento)

4.2 – São condições para concorrer à vaga de estágio:

4.2.1 – ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos,nostermosdo §1.º,artigo12,da Constituição Federale do Decreto nº 70.436/72.
4.2.2 – gozar dos direitos políticos, nos termos do § 1.º do artigo 12 da Constituição Federal
4.2.3 – estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;
4.2.4 – ter aptidão física e mental para o exercício do estágio;
4.2.5 – estar matriculado em faculdades ou universidades conveniadas ao Município;

4.3 – A comprovação do requisito constante no item 3.2.4 far-se-á por meio de comprovante emitido pela instituição de ensino, do qual deverá constar o período em que o estudante está matriculado e deverá ocorrer no ato do termo de compromisso.

4.4 - As atribuições básicas a serem desempenhadas pelos candidatos aprovadosnaseleção,duranteo estágio,estarão relacionadasestritamenteàsua área de formação.

4.5 – Condições para assumir a vaga de estágio:

- Ser aprovado no Processo Seletivo Público e possuir os requisitos exigidos para o exercício do estágio, conforme estabelecido no Anexo I deste edital.
- Nos últimoscinco anos, na forma da legislação vigente:
a) Não haver sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo/emprego público;
b) Não ter sido condenado em processo criminal, por sentença transitada em julgado, pela prática de **crimes contra a Administração Pública**.

4.6 – Critérios de desempate:

3.2.1 – Maior escolaridade;
3.2.2 – Maior idade;
3.2.3 – Maior quantidade de cursos apresentados para pontuação
3.2.3 – Maior número de filhos.

4.7 – Terminado o processo de análise da documentação, será divulgada a classificação dos candidatos de acordo com o nome do candidato, os pontos obtidos em cada item, a soma final e a classificação.

4.8 – Esse resultado é que permitirá a qualquer candidato entrar com recurso caso se julgue prejudicado.

V – RESULTADOS:

5.1 – O resultado do processo de classificação será divulgado no dia **23 de março de 2026**, mediante afixação de edital no átrio da Prefeitura Municipal de Conquista e no site oficial.

VI – RECURSOS:

6.1 – Serão admitidos recursos após a divulgação oficial do resultado classificatório, antes da homologação final.

6.2 – O candidato poderá entrar com recurso, caso considere erro na sua classificação, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, contados da data da publicação do resultado do Processo Seletivo Simplificado.

6.3 – O recurso deverá ser individual, devidamente fundamentado, digitado ou de próprio punho com letras legíveis e conter as seguintes informações essenciais:

a) Nome do candidato,
b) Cargo a que está concorrendo,
c) Endereço, telefone para contato,
d) Justificativa devidamente fundamentada quanto à discordância na pontuação.

6.4 – O recurso deverá ser protocolizado pessoalmente no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Conquista, localizada na Praça Coronel Tancredo França, nº 181, Centro, CEP: 38.195-000, nesta cidade de Conquista, Estado de Minas Gerais, no horário de 09h00min as 11h00min e das 12h00min as 16h00min.

6.5 – Admitir-se-á um único recurso por candidato, que deverá ser dirigido ao Secretário Municipal de Saúde.

6.6 – Os recursos interpostos em desacordo com as normas aqui estabelecidas oufora do prazo ou que não apresentem fundamentação lógica e consistente não serão apreciados.

6.7 – Os recursos serão examinados por uma comissão integrada por 01(um) Servidor da Secretaria Municipal de Saúde e 02 (dois) Servidores da Secretaria de Administração e Recursos Humanos.

6.8 – Caso haja procedência quanto ao recurso interposto, a classificação inicial obtida pelo candidato será alterada.

6.9 – Até 05 (cinco) dias após o recurso, a comissão revisória dará ciência do resultado ao interessado.

6.10 – Depois de julgados todos os recursos, será homologado e publicado o resultado final do Processo Seletivo, com as eventuais alterações ocorridas em face dos recursos.

VII – PROCEDIMENTOS ADMISSIONAIS

7.1 – A contratação, obedecerá à ordem de classificação, conforme o Edital de Homologação deste Processo Seletivo.

7.2 – Para a contratação, o candidato deverá apresentar fotocópias simples dos seguintes documentos:

a) Carteira de Trabalho;
b) Comprovante de Residência;
c) Documento de Identidade;
d) Título de eleitor e comprovante de votação da última eleição;
e) Cadastro nacional da pessoa física - CPF;
f) Cadastramento no PIS/PASEP;
g) Certidão de Casamento ou Certidão de nascimento se for solteiro (a);
h) Carteira de Reservista, quando for o caso;
i) Certidão de Antecedentes Criminais;
j) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando houver;
02 duas) fotos 3x4 atuais;
k) Laudo médico atestando as condições físicas e mentais do candidato, emitido por médico habilitado, que será previamente agendado pelo Município.
l) Conta Bancária em Instituição Bancária a ser definida pelo Município.

7.3 – Será considerado desistente o candidato que não comparecer para assinar o contrato na data e no local determinado pela Secretaria Municipal de Administraçãoe Recursos Humanos, munido de toda documentação acima especificada.

7.4 – O candidato classificado no Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital será designado para o cargo para a qual se inscreveu.

7.5 – O candidato que recusar a vaga oferecida ou que desistir do contrato antes deseu término perderá todo e qualquer direito sobre a contratação.

VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS:

8.1 – A inexatidão das afirmativas contidas em documentos apresentados, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato do processo seletivo.

8.2 – Caberá ao Chefe do Poder Executivo, concluídas todas as etapas do Processo Seletivo Simplificado, homologar seu resultado final.

8.3 – Os casos omissos ou situações não previstas neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Prefeitura Municipal de Conquista/MG, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de fevereiro de 2026.

BRÁULIO QUEIROGA DE MOURA FILHO
Prefeito Municipal

FÁBIO JOSÉ DA SILVA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES GERAIS

Cargo	Vagas	Vencimento	Carga Horária	Requisitos
PREPARADOR FÍSICO	3+CR	R$ 916,66	25 (vinte e cinco) horas semanais	Graduando em Educação Fisica

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES:

PREPARADOR FÍSICO:

Descrição Sumária: Compreende atividades relacionadas à preparação física, acompanhamento e desenvolvimento de atletas. Visa ainda a organização de eventos esportivos, como: torneios, jogos e gincanas, além de aulas, e outras atividades recreativas afetas.

Descrição Detalhada:

I – Executar as ações relacionadas ao esporte;
II – Promover aulas e treinos de educação física, conforme determinar a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
III – Acompanhar os atletas em competições fora do Município;
IV – Organizar e realizar gincanas, torneios e campeonatos entre os atletas do Município;
V – Promover atividades lúdicas, recreativas, artísticas e culturais, em atendimento à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e em conjunto com outras Secretarias;
VI – Acompanhar os atletas em suas necessidades esportivas, realizando treinos, entre outros;
VII – Organizar e colaborar com eventos esportivos de fim de semana;
VIII – Promover, organizar e participar, juntamente com os atletas de atividades cívicas do aniversário da cidade e/ou 07 de setembro;
IX – Realizar intercâmbio com outras localidades para o desenvolvimento integrado de atividades esportivas;
X – Diagnosticar possíveis atletas com potencial de desenvolvimento profissional;
XII – Realizar treinos periódicos nas mais diversas modalidades esportivas, como: futebol, handebol, voleibol, natação, basquete, entre outras.

ANEXO III – CRONOGRAMA DE DATAS PREVISTAS

PUBLICAÇÃO DO EDITAL:	**27/02/2026**
PRAZO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:	01 dia útil após a publicação do aviso de abertura do Edital – **02/03/2026**

ANÁLISE DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:	01 dia após o prazo de Impugnação–**03/03/2026**
INSCRIÇÕES:	**04 a 13/03/2026**
ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS:	**16 a 17/03/2026**
RESULTADO DA ANÁLISE DOS TÍTULOS:	**18/03/2026**
PRAZO RECURSAL:	01 dia útil após a publicação do resultado – **19/03/2026**
ANÁLISE DOS RECURSOS (SE HOUVER):	01 dia útil após o término do prazo recursal – **20/03/2026**
RESULTADO FINAL:	**23/03/2026**
RECURSO DO RESULTADO FINAL:	01 dia útil após a publicação do resultado das entrevistas – **24/03/2026**
ANÁLISE DOS RECURSOS (SE HOUVER):	01 dia útil após a publicação do resultado dos recursos **– 25/03/2025**
RESULTADO DOS RECURSOS (SE HOUVER):	**26/03/2025**
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL:	**27/03/2025**

. As datas poderão sofrer alterações, caso necessário

Publicado por:
Andria Maira Manzan Crosara
Código Identificador:FEF8ED14

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2026

PROCESSO Nº 002/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2026

CONTRATANTE**: MUNICÍPIO DE CONQUISTA**
FORNECEDOR: **MANIPULART – FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA**,

OBJETO: O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS. SENDO O FORNECIMENTO ATRAVÉS DE RECEITUÁRIO MÉDICO PARA ATENDER A DEMANDA E AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES CONFORME ESPECIFICAÇÕES.**

VALOR: Os preços registrados, a especificação dos **produtos/SERVIÇOS**, visando o **MENOR PREÇO POR ITEM**, os quantitativos, marcas, empresa(s) fornecedora(s) e representante legal, em ordem de classificação das propostas por item, constarão do quadro abaixo:

Item	Descrição	Quant	Unidade	VALOR DESCONTO
	CATÁLOGO **DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS** – RELAÇÃO DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS ANEXOS AO PROCESSO E EDITAL.	**01**	UND.	**76,10 %**

VIGÊNCIA. : A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Conquista/MG, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de fevereiro de 2026.

ANDRIA MAIRA MANZAN CROSARA
Procuradora Geral do Município de Conquista/MG

Publicado por:
Isis Vieira Abate
Código Identificador:89D10EBF

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 021/2026

PROCESSO Nº 005/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA

CONTRATADO: **LOCALIZAR SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**

OBJETO: O presente termo é a rescisão do presente termo por manifesta vontade das partes.

CONQUISTA/MG,27 DE FEVEREIRO DE 2026.

ÃNDRIA MAIRA MANZAN CROSARA
Procuradora Geral do Município

Publicado por:
Isis Vieira Abate
Código Identificador:23EAA8D6

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 296/2025

PROCESSO Nº 005/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA

CONTRATADO: **LOCALIZAR SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a inclusão de mais um veículo e a nova dotação que acobertará a despesa.

VALOR: O valor estimado para cobrir as despesas relativas ao presente aditamento é de **R$ 8.667,00 (oito mil, seiscentos e sessenta e sete reais)** pelo período até a vigência do contrato.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fica acrescida a seguinte dotação para cobrir as despesas decorrentes do presente termo: **02.16.00.20.608.0035.2019-33.90.39, Ficha: 633, Fonte: 1.500/0000**.

CONQUISTA/MG, 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

ÃNDRIA MAIRA MANZAN CROSARA
Procuradora Geral do Município

Publicado por:
Isis Vieira Abate
Código Identificador:9C8AB80C

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 5385/2026 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2025

PORTARIA MUNICIPAL Nº 5385/2026, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

Nomeação de Comissão que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONQUISTA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear os membros da Comissão para avaliação de amostras de todos os Processos Licitatórios e Chamadas Públicas da Agricultura Familiar referentes à Alimentação Escolar do Município de Conquista durante o ano de 2026, sendo:

I – Lívia Paula Ferreira de Melo Borges

II – Denise Gonçalves Ramos Peixoto

III – Sandra Pereira de Almeida

IV – Lays Valente da Silva

Artigo 2° - Compete a Comissão de Avaliação ora nomeada:

I – Examinar as marcas tendo por objetivo confrontar os materiais propostos com as especificações exigidas nos termos de referências, em especial, no que diz respeito à qualidade, durabilidade e funcionalidade dos produtos, de forma que os mesmos ao serem utilizados nesta Municipalidade, não provoquem ou sofram danos, preservando, destarte, o erário público e a comunidade escolar;

II – Após a avaliação caberá a Comissão fornecer ao Pregoeiro e sua equipe de apoio um Relatório comparecer definindo quanto as APROVAÇÕES ou REPROVAÇÕES.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Conquista, Estado de Minas Gerais, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de fevereiro de 2026.

BRÁULIO QUEIROGA DE MOURA FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andria Maira Manzan Crosara
Código Identificador:6D8CB90E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE COQUEIRAL

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 023/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 023/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026
O Município de Coqueiral – MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e
Turismo, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 3.002/2023 e demais legislações aplicáveis.
Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de ovos de Páscoa para
distribuição gratuita às crianças do Município de Coqueiral/MG.
Valor estimado total: R$ 46.631,43 (quarenta e seis mil seiscentos e trinta e um reais e quarenta e três centavos).
Data de início da sessão: 06/03/2026 às 08h05min
Recebimento das propostas: até 06/03/2026 às 08h00min
Endereço eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br
O edital completo encontra-se disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no Portal de Compras Públicas e no site oficial do Município: https://www.coqueiral.mg.gov.br.
Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações, na Rua Minas Gerais, nº62, Vila Sônia, Coqueiral/MG, no horário das 07h às 11h e das 12h às 16h, ou pelo telefone (35)99894-6446.
Coqueiral/MG, 27 de fevereiro de 2026.
Renato Oliveira Marques
Prefeito Municipal
Mônica Lúcia Anastácio
Agente de Contratação

RENATO OLIVEIRA MARQUES
Prefeito Municipal

MÔNICA LÚCIA ANASTÁCIO
Agente de Contratação

Publicado por:
Rafaela Lima Porto Rodrigues
Código Identificador:307B65AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2026

O MUNICÍPIO DE COQUEIRAL/MG torna público que realizará Processo Licitatório nº
016/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº 004/2026, pelo Sistema de Registro
de Preços, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021,
Decreto Municipal nº 3.005/2023 e demais normas aplicáveis.
Objeto: Aquisição de materiais hidráulicos, por meio de Registro de Preços, para
atender às demandas das Secretarias Municipais de Coqueiral/MG, visando à
manutenção e conservação do patrimônio público e à continuidade dos serviços
públicos.
Recebimento das propostas:
Início em 27/02/2026 às 10h00min
Término em 13/03/2026 às 08h00min
Início da sessão de disputa: 13/03/2026 às 08h05min
Modo de disputa: Aberto
Valor estimado total: R$ 68.630,96
Intervalo mínimo de lances: R$ 0,01
O edital completo, avisos, retificações e demais publicações referentes ao certame
estarão disponíveis no Portal de Compras Públicas
(www.portaldecompraspublicas.com.br), no site oficial do Município
(www.coqueiral.mg.gov.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP,
conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
Coqueiral/MG, 26 de fevereiro de 2026.

RENATO OLIVEIRA MARQUES
Prefeito Municipal

JÉSSICA PINHEIRO SILVA
Pregoeira do Município

Publicado por:
Rafaela Lima Porto Rodrigues
Código Identificador:F2871D78

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORONEL XAVIER CHAVES

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO 13º TERMO ADITIVO PL 74/2022

Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves/MG. Extrato de Termo Aditivo - Processo Licitatório - 74/2022, Pregão - 51/2022,do tipo **Menor Preço Por Item.** Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO AUTOMOTIVO PARA ATENDER A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL XAVIER CHAVES.** Empresa Vencedora: **GENTE SEGURADORA S/A**, CNPJ nº 90.180.605/0001-02. Fica reajustado o prêmio do veículo SHF9I89 com base na variação do IPCA acumulado nos últimos 12 meses, correspondente a 4,26438% e estabelecida nova vigência de sua apólice até 28 de fevereiro de 2027, a contar de 28 de fevereiro de 2026. Geovânia de Aparecida Pio – Pregoeira Interina**.** Coronel Xavier Chaves/MG, 23 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Geovania de Aparecida Pio
Código Identificador:F1703143

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO PA 30/2025

Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves/MG. Extrato de Contrato - Processo Administrativo – 30/2025, Dispensa – 08/2025.Objeto: **CONTRATAÇÃO DO CIGEDAS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E**

DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES, CNPJ N. 18.773.785/0001-09, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO CIRÚRGICA (OVÁRIOSALPINGOHISTERECTOMIA E ORQUIECTOMIA), PARA CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS ERRANTES E PERTENCENTES A FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, ATRAVÉS DE CAMPANHAS ITINERANTES REALIZADAS NO MUNICÍPIO ATRAVÉS DE ESTABELECIMENTO MÉDICO VETERINÁRIO MÓVEL (UNIDADE MÓVEL DE ESTERILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE - UMEES). O novo prazo de vigência passa a ser até 07 de março de 2027, a contar de 07 de março de 2026. Coronel Xavier Chaves/MG, 24 de fevereiro de 2026.

GEOVÂNIA DE APARECIDA PIO –
Agente de Contratação Interina.

Publicado por:
Geovania de Aparecida Pio
Código Identificador:2A587319

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO PL 12/2023

Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves/MG. Extrato de Contrato - Processo Licitatório – 12/2023, Pregão Eletrônico – 06/2023,do tipo **Menor Preço Por Item.** Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL XAVIER CHAVES/MG, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, LAVAGEM E SERVIÇOS DE REBOQUE, DOS VEÍCULOS EM VIAGENS E NO MUNICÍPIO, POR MEIO DE SISTEMA INFORMATIZADO VIA INTERNET INTEGRADO DE GESTÃO, COM FORNECIMENTO DE LOGIN E SENHA PARA O DEPARTAMENTO DE COMPRAS DO MUNICÍPIO, EM REDE CREDENCIADA.** Empresa Vencedora: **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.340.639/0001-30. - CLÁUSULA NONA DO CONTRATO: O presente contrato vigorará até 14 de março de 2027, a contar de 14 de março de 2026. Geovânia de Aparecida Pio – Pregoeira Interina**.** Coronel Xavier Chaves, 24 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Geovania de Aparecida Pio
Código Identificador:0506FDA1

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO PL 12/2021

Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves/MG. Extrato de Contrato - Processo Licitatório 12/2021, Pregão Presencial 09/2021. **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS. Vencedor: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS OSWALDO CRUZ LTDA - ME**, CNPJ 19.546.449/0001-88. Fica aditada a **Cláusula Terceira** do contrato inicial prorrogando sua vigência para 02 de março de 2027, a contar de 02 de março de 2026. Geovânia de Aparecida Pio - Agente de Contratação Interina. Coronel Xavier Chaves, 24 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Geovania de Aparecida Pio
Código Identificador:BC517CB1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORREGO DANTA

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO Nº 154, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026. "NOMEIA DIRETORA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ARTE, LAZER, DESPORTOS E CULTURA"

O Prefeito Municipal de Córrego Danta, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais e constitucionais,

Considerando a necessidade de se organizar a estrutura administrativa do Município para o mandato de 2025/2028, com o provimento dos cargos em comissão, de modo a viabilizar a consecução das atribuições que lhe são afetas na forma da lei, bem como auxiliar o Executivo Municipal na administração municipal;

Considerando a atribuição constitucional prevista na parte final do inciso II, do art. 37, concernente à livre nomeação e exoneração para cargo em comissão assim declarado em lei;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada para exercer as atribuições legais do cargo de provimento em comissão de Diretora do Departamento Municipal de Arte, Lazer, Desportos e Cultura, a Sra. Lecinei Aparecida dos Reis Afonso, com início de atividades em 02 de março de 2026.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Córrego Danta, 27 de fevereiro de 2026.

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isis Cristina Leite Alvarenga
Código Identificador:C4BFC8C1

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA Nº 371, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.
CONCEDE LICENÇA MÉDICA AOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE MENCIONA

O Prefeito Municipal de Córrego Danta - MG, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e tendo em vista o disposto no Artigo 93 da Lei 801/1999, Artigos 92 e 204 da Lei 550/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Médica aos servidores e funcionários:

• Ailton Jose da Costa - No período de 17:00 às 00:00 do dia 09/02;
• Amanda Bárbara Garcia - No dia 03/02;
• Aureliane Madalena dos Reis - 02 dias a partir de 08/02 e no dia 10/02;
• Dayane Pedro da Silva Martins - 03 dias a partir de 28/01, 05 dias a partir de 09/02 e 10 dias a partir de 19/02;
• Esther Parada Soares - No período de 07:00 às 11:30 do dia 09/02 e do dia 23/02/2026 ao dia 09/03/2026;;
• Gerinha das Graças Leite Rosa - No dia 26/02;
• Isis Cristina Leite Alvarenga - 03 dias a partir de 18/02;
• José Bolivar Pereira - 02 dias a partir de 25/02;
• Lídia Pinho de Oliveira Marins - No dia 27/02;
• Maria Aparecida Crescêncio Pereira - 07 dias a partir de 23/02/2026;
• Maria de Lourdes Costa - No dia 26/02;
• Milena Itla Rodrigues Almeida Pains - No dia 20/02;
• Rosinei Afonso - 07 dias a partir de 05/02 e 03 dias a partir de 23/02;
• Vanilton Pedro Eustáquio da Silva - Do dia 21/01 ao dia 12/02 e por 60 dias a partir de 13/02;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, 27 de fevereiro de 2026.

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isis Cristina Leite Alvarenga
Código Identificador:5110A9C2

SETOR DE LICITAÇAO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2026– SRP Nº 001/2026

A Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, torna pública, realização do Pregão Eletrônico nº 001/26, no site www.licitanet.com.br, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto refere-se Registro de preço para o fornecimento de Combustível (Óleo Diesel comum, Óleo diesel S10, Gasolina Comum e Etanol) para abastecimento da Frota do Município de Córrego Danta/MG. Abertura da fase de lances: DIA: 18/03/2026, às 08 (horário de Brasília/DF).

Córrego Danta/MG, 27 de fevereiro de 2.026.

RAFAELA APARECIDA DA SILVA PEREIRA
Setor de Licitações

Publicado por:
Rafaela Aparecida da Silva Pereira
Código Identificador:CE86CA6C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO 1ºTERMO ADITIVO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº I
CONTRATO:060/2025
PROCESSO: 072/2025
IN:Nº 30/2025
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS/MG
CONTRATADA:JUNQUEIRA, HOSKEN E DIAS SOCIEDADE DE ADVOGADOS
CNPJ n°:27.565.137/0001-40

OBJETO DA LICITAÇÃO:CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ESPECIALIZADO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTRAJUDICIAL JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA E ANEEL cujo serviço engloba a análise técnica dos itens abaixo especificados bem como, a elaboração de todas as petições, requerimentos, pedidos, recursos e todos os atos que se fizerem necessários para a representação dos interesses do município perante a concessionária de energia e ANEEL, no que tange ao objeto, através de procuração outorgada ao representante legal, em atendimento ao município de Couto de Magalhães de Minas.

DATA DA ASSINATURA:27/02/2026

Couto de Magalhães de Minas ,MG 27 de Fevereiro de 2026.

JOSÉ EDUARDO DE PAULA RABELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ailton Firmiano Passos
Código Identificador:4EAE4F4B

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 007/2026
Pregão Eletrônico 003/2026

Objeto:REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, FERRAMENTAS E AFINS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS E DEMAIS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHAES DE MINAS/MG.

Ata de registro de preços 005/2026
Detentora:GEOVANE AMADOR DOS SANTOS
CNPJ nº:03.198.860/0001-70
Valor total da ata: R$ 215.178,50
Assinatura: 27/02/2026
Vigência: 12 MESES

Ata de registro de preços 006/2026
Detentora:CONSTRUALTOVALE CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO EIRELI
CNPJ nº:23.236.822/0001-71
Valor total da ata: R$ 57.142,05
Assinatura: 26/02/2026
Vigência: 12 MESES

Ata de registro de preços 007/2026
Detentora:ADELSON APARECIDO BARBOSA
CNPJ nº:42.794.529/0001-74
Valor total da ata: R$ 72.162,25
Assinatura: 26/02/2026
Vigência: 12 MESES

Ata de registro de preços 007/2026
Detentora:DINIZ & DINIZ COMPRAS GORVENAMENTAIS LTDA
CNPJ nº: 25.319.229/0001-14
Valor total da ata: R$21.678,50
Assinatura: 26/02/2026
Vigência: 12 MESES

JOSÉ EDUARDO DE PAULA RABELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ailton Firmiano Passos
Código Identificador:F5A2943A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CRISTÁLIA

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 011/2022

APREF.MUNICIPAL DE CRISTÁLIA/MG — torna público o extrato do quarto termo aditivo do contrato n° 011/2022, Processo Licitatório nº 010/2022, Pregão Presencial nº 004/2022. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE CRISTÁLIA/MG**. Contratada: **AM ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o n° 19.645.010/0001-02. **Valor total estimado: R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais). Vigência:** 01/03/2026 a 01/03/2027.

JAIRO DE MATOS BORGES JUNIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Daiany de Oliveira
Código Identificador:EAF82F20

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CRISTIANO OTONI

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 008/2026

"Designa Servidora Pública como responsável pela Unidade Municipal de Cadastramento - UMC/INCRA no Município de Cristiano Otoni/MG.

O Prefeito Municipal de Cristiano Otoni, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente o contido no artigo 75, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e,

Resolve:

Art.1º. Designar a servidora municipal **Danúbia de Fátima Pereira Tavares**, matrícula nº.0002575, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Setor, lotada no Setor de Arrecadação e Cadastro, para Coordenar a Unidade Municipal de Cadastramento no município, objetivando integrar a rede do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica firmado com a 6ª Superintendência Regional do INCRA (SR.06/MG).

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Cristiano Otoni, 27 de fevereiro de 2026.

CARLOS ROBERTO DE REZENDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Roberto de Rezende
Código Identificador:1D86DEA8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CURVELO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO CURVELO/MG – AVISO LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 004/26

Reg. preços p/ aquis. de Kits de Cesta Básica, na forma de bens de consumo, destinados à concessão de benefício eventual, visando à assistência alimentar temporária às famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica atendidas pela Sec. Mun. de Assistência Social do Município de Curvelo/MG. **REGISTRO DE PREÇOS C/ ITEM C/ RESERVA DE COTA P/ ME/EPP/EQUIPARADAS.** Sessão dia **20/03/26** às **09h**, através site www.portaldecompraspublicas.com.br. Propostas até as **8h do mesmo dia**. Curvelo, 27/02/26. Edital e seus anexos disponíveis nos links: www.gov.br/pncp/pt-br e www.curvelo.mg.gov.br.

ELIANA A. P. SILVA.
Pregoeira.

Publicado por:
Gilvânia a De Oliveira
Código Identificador:0263963E

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO CURVELO/MG – AVISO LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 068/25

Reg. Preços p/ fornec. de peças p/ veículos/equipamentos p/ a manut. dos veículos da frota mecanizada do Mun Curvelo através do Catálogo Oficial dos Fabricantes, a fim de atender às necessidades do Gabinete do Prefeito, Procuradoria-Geral do Município, da Sec. Mun. Adm, Sec. Mun. Assist. Social, Sec. Mun. Fazenda, Sec. Mun. Cult., Desp., Lazer e Turismo, Sec. Mun. Saúde, Sec. Mun. Educação, Sec. Mun. de Obras e Serv. Urbanos e da Ass. de Assuntos Estratégicos, do Município de Curvelo/MG. **LOTES DE AMPLA CONCORRÊNCIA E LOTES EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/EQUIPARADAS.** Sessão dia **20/03/26** às **09h**, através site www.portaldecompraspublicas.com.br. Propostas até as **8h do mesmo dia**. Curvelo, 27/02/26. Edital e seus anexos disponíveis nos links: www.gov.br/pncp/pt-br e www.curvelo.mg.gov.br.

ÍTALO A. O. SOUZA.
Pregoeiro.

Publicado por:
Gilvânia a De Oliveira
Código Identificador:B8ED7E23

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026 - ART. 75, INCISO II DA LEI Nº 14.133/21

Objeto: aquisição de capota de fibra de vidro, modelo furgão fechado, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Curvelo, Minas Gerais. Dotação Orçamentária: 02.09.02.10.305.1001.2126.3.3.90.30.00.1.600.000.0000-453. Valor: R$4.600,00. Data: 26/02/2026**. CONTRATADA: FIBRACE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - ME,** inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.607.103/0001-14.
VITOR AUGUSTO ASSIS BARCELOS **-**
Secretário Municipal de Fazenda.

Publicado por:
Luciana Boaventura Mendes
Código Identificador:4716ADF8

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
1° ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025

Objeto: Reequilibra o valor unitário registrado da Ata de Registro de Preços, retroagindo seus efeitos a **Dezembro/2025**. – Impacto Financeiro: **R$35.369,60** – Data 20/02/2026 – **Parte: COMERCIAL DE GÁS COLORADO LTDA. - ME – CNPJ n° 13.416.779/0001-72.**

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:1619FAA5

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 229/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020-A/2025

Objeto: Fica alterado o Secretário Gestor da **Secretaria Municipal de Cultura, Desporto, Lazer e Turismo**, passando de, Sr. Alair José de Oliveira Júnior,, para, Sr. Fernando Ângelo Faria Barcelos; Altera-se a **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**, subitem 11.6, para incluir as servidoras Mariana Álvares Barbosa Rocha, CPF: 089.xxx.xxx-30 e Natália Marques Gonçalves, CPF: 115.xxx.xxx-35, da **Secretaria Municipal de Cultura, Desporto, Lazer e Turismo** tendo como gestor o Senhor Fernando Ângelo Faria Barcelos, CPF: 016.XXX.XXX-62; – Data 20/02/2026 – **Parte: BRUMALIMP MATERIAIS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS LTDA. – ME – CNPJ n° 30.083.358/0001-96.**

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:7356005D

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.546, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL

02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO
02.07.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO
27 Desporto e Lazer
27.812 Desporto Comunitário
27.812.2701 Esporte e Infraestrutura para Todos
27.812.2701.2060 Apoio e Promoção ao Esporte Amador
3.3.90.39.00 248 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$654.235,81
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$654.235,81
02.09 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
02.09.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10.301 Atenção Básica
10.301.1003 Atenção Primária à Saúde
10.301.1003.2110 Manutenção da Atenção Primária à Saúde
3.3.90.30.00 319 Material de Consumo R$800.000,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$800.000,00
10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10.302.1005 Qualificação da Atenção Especializada do SUS
10.302.1005.2196 Manutenção dos Serviços Prestadores de Saúde
4.4.50.42.00 396 Auxílios R$255.000,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$255.000,00
10.302.1005.2313 Manutenção de Urgência e Emergência
3.3.90.30.00 408 Material de Consumo R$260.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$260.000,00
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.10.02 SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA
12 Educação
12.361 Ensino Fundamental
12.361.1201 Educação e Comunidade – Todos pela Qualidade
12.361.1201.2138 Desenvolvimento de Atividades Curriculares
3.1.90.94.00 503 Indenizações e Restituições Trabalhistas R$40.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$40.000,00
12.365 Educação Infantil
12.365.1202 Educação Infantil – Primeiros Passos
12.365.1202.2143 Desenvolvimento Infantil (0 a 5 anos)
3.1.90.11.00 525 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$400.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$400.000,00
12.367 Educação Especial
12.367.1201 Educação e Comunidade – Todos pela Qualidade
12.367.1201.2144 Manutenção do Atendimento da Educação Especial
3.1.90.04.00 552 Contratação por Tempo Determinado R$60.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$60.000,00
TOTAL: R$2.469.235,81

Art. 2º Para atender ao disposto no art. 1º deste Decreto, utilizar-se-ão como recursos os abaixo descritos, nos termos do inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os resultantes de anulação parcial ou total:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.09 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
02.09.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10.302.1005 Qualificação da Atenção Especializada do SUS
10.302.1005.2118 Manutenção da Atenção Especializada do SUS
3.3.90.30.00 351 Material de Consumo R$50.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$50.000,00
3.3.90.39.00 355 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$130.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$130.000,00
10.302.1005.2196 Manutenção dos Serviços Prestadores de Saúde
3.3.90.39.00 394 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$1.055.000,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$1.055.000,00
10.302.1005.2314 Manutenção do Centro Odontológico (CEO)
3.3.90.30.00 419 Material de Consumo R$80.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$80.000,00
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.10.02 SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA
12 Educação
12.361 Ensino Fundamental
12.361.1201 Educação e Comunidade – Todos pela Qualidade
12.361.1201.1101 Construção de Prédios para Escola
4.4.90.51.00 492 Obras e Instalações R$500.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$500.000,00
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO
02.07.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO
27 Desporto e Lazer
27.812 Desporto Comunitário
27.812.2701 Esporte e Infraestrutura para Todos
27.812.2701.2060 Apoio e Promoção ao Esporte Amador
4.4.90.51.00 936 Obras e Instalações R$654.235,81
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$654.235,81
TOTAL: R$2.469.235,81

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de fevereiro de 2026.

Curvelo, 26 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:57B6DA3F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.547, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026

INCLUI FONTE DE RECURSOS E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica incluída na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025, a fonte de recursos 2.500.000.0000 – Recursos não vinculados de Impostos, na dotação orçamentária 02.07.01.27.812.2701.1109.4.4.90.51.00, ficha 246.

Art. 2º Ficam abertos créditos adicionais suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO
02.07.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO
27 Desporto e Lazer
27.812 Desporto Comunitário
27.812.2701 Esporte e Infraestrutura para Todos
27.812.2701.1109 Revitalização da Praça de Esportes
4.4.90.51.00 246 Obras e Instalações R$304.059,51
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$304.059,51
TOTAL: R$304.059,51

Art. 3º Para atender ao disposto no art. 2º deste Decreto, utilizar-se-á como recurso, nos termos do inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o superávit financeiro no valor de R$304.059,51.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de fevereiro de 2026.

Curvelo, 26 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:0782F710

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.548, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026

INCLUI FONTE DE RECURSOS E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Ficam incluídas na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025, a fonte de recursos 2.540.000.0000 – Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos, nas seguintes dotações orçamentárias:

I – 02.10.03.12.361.1201.2138.3.1.90.11.00, ficha 587;

II – 02.10.03.12.365.1202.2143.3.1.90.11.00, ficha 600;

Art. 2º Ficam abertos créditos adicionais suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.10.03 FUNDEB
12 Educação
12.361 Ensino Fundamental
12.361.1201 Educação e Comunidade – Todos pela Qualidade
12.361.1201.2138 Desenvolvimento de Atividades Curriculares
3.1.90.11.00 587 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$2.358.166,38
2.540.000.0000 Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos R$2.358.166,38
12.365 Educação Infantil
12.365.1202 Educação Infantil – Primeiros Passos
12.365.1202.2143 Desenvolvimento Infantil (0 a 5 anos)
3.1.90.11.00 600 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$707.727,99
2.540.000.0000 Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos R$707.727,99
TOTAL: R$3.065.894,37

Art. 3º Para atender ao disposto no art. 2º deste Decreto, utilizar-se-á como recurso, nos termos do inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o superávit financeiro no valor de R$3.065.894,37.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de fevereiro de 2026.

Curvelo, 26 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:1852C54B

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.549, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026

INCLUI FONTE DE RECURSOS E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica incluída na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025, a fonte de recursos 2.659.027.0000 – Outros recursos vinculados à Saúde/Recursos recebidos no âmbito do projeto Promove Minas, na dotação orçamentária 02.09.02.10.301.1003.2110.3.1.90.94.00, ficha 317.

Art. 2º Ficam abertos créditos adicionais suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.09 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
02.09.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10.301 Atenção Básica
10.301.1003 Atenção Primária à Saúde
10.301.1003.2110 Manutenção da Atenção Primária à Saúde
3.1.90.04.00 314 Contratação por Tempo Determinado R$50.000,00
2.659.027.0000 Outros recursos vinculados à Saúde/Recursos recebidos no âmbito do projeto Promove Minas R$50.000,00
3.1.90.94.00 317 Indenizações e Restituições Trabalhistas R$3.766,30
2.659.027.0000 Outros recursos vinculados à Saúde/Recursos recebidos no âmbito do projeto Promove Minas R$3.766,30
10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10.302.1005 Qualificação da Atenção Especializada do SUS
10.302.1005.2118 Manutenção da Atenção Especializada do SUS
3.1.90.04.00 345 Contratação por Tempo Determinado R$12.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$12.000,00
3.1.90.11.00 346 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$10.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$10.000,00
10.302.1005.2122 Manutenção da Rede de Atenção Psicossocial
3.1.90.04.00 379 Contratação por Tempo Determinado R$40.000,00
2.659.028.0000 Outros recursos vinculados à Saúde/Recursos recebidos no âmbito do projeto Aporte de recursos financeiros para custeio da manutenção dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) R$40.000,00
10.305 Vigilância Epidemiológica
10.305.1001 Vigilância em Saúde
10.305.1001.2126 Manutenção das Atividades dos Serviços de Vigilância Epidemiológica
3.1.90.04.00 447 Contratação por Tempo Determinado R$36.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$36.000,00
TOTAL: R$151.766,30

Art. 3º Para atender ao disposto no art. 2º deste Decreto, utilizar-se-á como recurso, nos termos do inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o superávit financeiro no valor de R$151.766,30.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de fevereiro de 2026.

Curvelo, 26 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:124FD309

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.550, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026

INCLUI ELEMENTOS DE DESPESA E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Inclui na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025, os elementos de despesas nas seguintes dotações orçamentárias:

I – 02.01.01.04.122.0401.2005: o elemento de despesa 3.3.90.93.00 – Indenizações e restituições, fonte de recursos 1.500.000.0000 – Recursos não vinculados de Impostos;

II – 02.11.01.04.122.0413.2152: o elemento de despesa 3.3.90.33.00 – Passagens e despesas com locomoção, fonte de recursos 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos;

III – 02.11.03.17.512.1710.2192: o elemento de despesa 3.3.90.33.00 – Passagens e despesas com locomoção, fonte de recursos 1.500.000.0000 – Recursos não vinculados de Impostos

IV – 02.08.01.04.121.0440.2163: o elemento de despesa 3.3.90.36.00 – Outros serviços de terceiros – pessoa física, fonte de recursos 1.500.000.0000 – Recursos não vinculados de Impostos.

Art. 2º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.01 GABINETE DO PREFEITO
02.01.01 GABINETE DO PREFEITO
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.0401 Gestão das Políticas de Governo
04.122.0401.2005 Direção Geral da Política Municipal
3.3.90.93.00 998 Indenizações e Restituições R$200,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$200,00
02.11 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
02.11.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.0413 Infraestrutura e Gestão Integrada
04.122.0413.2152 Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
3.3.90.33.00 999 Passagens e Despesas com Locomoção R$2.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$2.000,00
02.11.03 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
17 Saneamento
17.512 Saneamento Básico Urbano
17.512.1710 Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
17.512.1710.2192 Manutenção do Aterro Sanitário
3.3.90.33.00 1000 Passagens e Despesas com Locomoção R$2.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$2.000,00
02.08 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
02.08.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
04 Administração
04.121 Planejamento e Orçamento
04.121.0440 Gestão Pública Moderna e Participativa
04.121.0440.2163 Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
3.3.90.36.00 1001 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$8.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$8.000,00
TOTAL: R$12.200,00

Art. 3º Para atender ao disposto no art. 2º deste Decreto, utilizar-se-ão como recursos os abaixo descritos, nos termos do inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os resultantes de anulação parcial ou total:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.01 GABINETE DO PREFEITO
02.01.01 GABINETE DO PREFEITO
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.0401 Gestão das Políticas de Governo
04.122.0401.2005 Direção Geral da Política Municipal
3.3.90.30.00 056 Material de Consumo R$200,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$200,00
02.08 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
02.08.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
04 Administração
04.126 Tecnologia da Informação
04.126.0440 Gestão Pública Moderna e Participativa
04.126.0440.2352 Gestão de Dados e Avaliação Estratégica
4.4.90.52.00 278 Equipamento e Material Permanente R$8.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$8.000,00
02.11 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
02.11.02 SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
23 Comércio e Serviços
23.692 Comercialização
23.692.2302 Comercialização e Segurança Alimentar
23.692.2302.2172 Manutenção do Matadouro Municipal
4.4.90.52.00 685 Equipamento e Material Permanente R$4.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$4.000,00
TOTAL: R$12.200,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de fevereiro de 2026.

Curvelo, 26 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:A0702A88

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.551, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos créditos adicionais suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO
02.07.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.1302 Tradição e Memória: Nossa História
04.122.1302.2049 Gestão da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto, Lazer e Turismo
3.1.90.04.00 958 Contratação por Tempo Determinado R$3.887,94
2.701.000.0000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados R$3.887,94
TOTAL: R$3.887,94

Art. 2º Para atender ao disposto no art. 1º deste Decreto, utilizar-se-á como recurso, nos termos do inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o superávit financeiro no valor de R$3.887,94.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de fevereiro de 2026.

Curvelo, 26 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:469D003A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.301, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

ALTERA A PORTARIA Nº 11.095, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021, QUE "NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 44/2026/SMCDLT, da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto, Lazer e Turismo,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a alínea "a" do inciso I; alíneas "a" e "b" dos incisos II, III, IV, VI e X; e alínea "b" do inciso V do art. 1º da Portaria nº 11.095, de 23 de fevereiro de 2021, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

I – (...)

a) titular: Fernando Ângelo Faria Barcelos;

(...)

II – (...)

a) titular: Geraldo Moreira da Costa Neto;

b) suplente: Felipe Moreira de Matos;

III – (...)

a) titular: Maila Cristina Barbosa Pereira;

b) suplente: Maria Francisca Leão;

IV – (...)

a) titular: Amauri Gomes de Carvalho;

b) suplente: Flávia Guimarães Silva;

V – (...)

(...)

b) suplente: Giovanni Alves Campos;

VI – (...)

a) titular: Marcela Miranda Sales;

b) suplente: Mônica Fortunato Alchimim;

(...)

X – (...)

a) titular: Simone Martins da Silva;

b) suplente: Rafaela Carvalho da Glória Gonçalves."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 27 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:FB1755A1

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.302, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

EXONERA, A PEDIDO, CLAUDINEY GONÇALVES DE SOUZA, DO CARGO PÚBLICO EFETIVO DE ASSISTENTE SOCIAL, NÍVEL IX, PADRÃO A.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 91/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Claudiney Gonçalves de Souza, com inscrição no CPF sob o nº 011.xxx.xxx-01, do cargo público efetivo de Assistente Social, Nível IX, Padrão A, pertencente ao quadro dos Cargos Efetivos do Grupo Ordinário, Grupo Ocupacional Profissionais de Nível Superior, Código NS-07, conforme Anexo III do Quadro Geral dos Servidores, da Lei Complementar nº 177, de 11 de maio de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de fevereiro de 2026.

Curvelo, 27 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:861FC0E5

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.303, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA JORNADA ESPECIAL DE TRABALHO À SERVIDORA MUNICIPAL QUE MENCIONA, NOS TERMOS DA LEI Nº 910, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1976.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o disposto no art. 97-A da Lei nº 910, de 18 de novembro de 1976;

Considerando o Memorando nº 161/2026/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder jornada especial de trabalho, de 20 horas semanais, à servidora Viviane Moreira Teotônio, matrícula nº 10014-5, ocupante do cargo público efetivo de Técnico em Enfermagem II -

ESF/PACS/EACS, nos termos do art. 97-A da Lei nº 910, de 18 de novembro de 1976.

Parágrafo único. A jornada especial de trabalho terá prazo de seis meses, podendo ser renovada por iguais períodos.

Art. 2º As eventuais renovações subsequentes tramitarão no mesmo processo administrativo, mediante requerimento semestral da servidora, por ato próprio do Departamento Central de Administração de Pessoal, observados os procedimentos constantes no § 2º do art. 97-A da Lei nº 910, de 1976, sendo dispensada a edição de nova Portaria, salvo alteração do conteúdo essencial da concessão inicial.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 27 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:8465B97C

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.304, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

EXONERA, A PEDIDO, HIGOR MAGID LAUAR DE CASTRO VIEIRA DO CARGO DE CONTROLADOR DO MUNICÍPIO.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Higor Magid Lauar de Castro Vieira, de nacionalidade brasileira, com inscrição no CPF sob o nº 070.xxx.xxx-06, do cargo de Controlador do Município, pertencente à Classe Grupo de Direção Superior e Representação, Código DS-03, conforme Anexo III do Quadro Geral dos Servidores, da Lei Complementar nº 177, de 11 de maio de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 27 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:BA0E4974

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RECURSOS FINANCEIROS – EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Município de Curvelo, na conformidade do artigo 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, vem notificar, através do presente Edital, os partidos políticos, os sindicatos dos trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação do recurso financeiro no valor abaixo discriminado:

Data do crédito	Conta corrente	Valor do crédito
26/02/26	62.525-6 - Fundeb	R$ 8.375,57
27/02/26	283141-4 – ADO LC 176/20	R$ 25.331,99
27/02/26	73.000-9 – FPM	R$ 2.325.728,80
27/02/26	73.049-1 – ITR	R$ 857,42

Curvelo, 27 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:F7ACFF8C

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RESOLUÇÃO Nº 1, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026

APROVA O PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE CURVELO PARA O EXERCÍCIO DE 2026/2027.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Curvelo/MG – CMDM, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 2.498, de 30 de março de 2009;

Considerando que o CMDM tem como finalidade garantir à mulher o pleno exercício de sua cidadania, por meio de propostas, acompanhamento, fiscalização, promoção, aprovação e avaliação de políticas para as mulheres, em todas as esferas da Administração Pública Municipal, destinadas a garantir a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, promovendo a integração e a participação da mulher no processo social, econômico e cultural;

Considerando o aprovado em Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de fevereiro de 2026, conforme Ata nº 18/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Curvelo/MG, referente ao exercício de 2026-2027, na forma do Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2026.

Curvelo, 26 de fevereiro de 2026.

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM
AMANDA SUELY DE OLIVEIRA
Presidente

O Anexo Único que consta no art. 1º desta Resolução está disponível através do sítio eletrônico "https://curvelo.mg.gov.br/wp-content/uploads/2026/02/PLANO-DE-ACAO-CMDM-2026.pdf".

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:4734C75F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIAMANTINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL 030/2026 - SMD - DECISÃO

CONCLUSÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA NÚCLEO INFORMAL DENOMINADO BAIRRO CIDADE NOVA

Considerando que o Município de Diamantina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 17.754.136/0001-90 com sede na Avenida Coronel Caetano Mascarenhas, nº 16, Rio Grande, contratou a regularização fundiária de aproximadamente 1.150 (um mil, cento e cinquenta) imóveis inseridos nos bairros Cidade Nova e Maria Orminda.

Considerando que o Município de Diamantina celebrou um Termo de Convênio nº 1221000920/2024 com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, cujo objeto é a conjugação de esforços, com atuação harmônica e sem intuito lucrativo, para angariar recursos com vistas a promover a Regularização Fundiária dos núcleos urbanos informais consolidados Cidade Nova e Maria Orminda conforme Plano de Ação aprovado. O Plano de Ação estabelece a regularização fundiária dos núcleos

urbanos Cidade Nova e Maria Orminda, com aproximadamente 1.150 (um mil, cento e cinquenta) imóveis ocupados predominantemente por famílias de baixa renda. O núcleo denominado Cidade Nova possui aproximadamente 640 unidades, e o núcleo Maria Orminda possui aproximadamente 510 unidades.

Considerando que presente execução será através do Credenciamento nº 004/2025 do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas – CODANORTE, onde celebrou-se o Contrato Administrativo nº 116/2025 para a presente execução.

Considerando que o inciso XIII do art. 6º do Decreto Municipal nº 388 de 17 de junho de 2025, que instaurou e autorizou decisão quanto a Regularização Fundiária do Núcleo Urbano Informal denominado Cidade Nova, estabeleceu que a Comissão Permanente de Regularização Fundiária Urbana e Rural do Município de Diamantina deverá emitir conclusão formal do procedimento de Reurb.

Art. 1. Com fundamento no cadastro socioeconômico, nos estudos técnicos, nas plantas e memoriais descritivos de responsabilidade técnica da empresa contratada, a Comissão Permanente de Regularização Fundiária Urbana e Rural no Município de Diamantina/MG, constituída através da Portaria nº 07 de 04 de fevereiro de 2026, presidida pela Titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Sra. Tamara Marques Veríssimo, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o Decreto Municipal nº 388 de 17 de junho de 2025, **FAZ SABER** aos terceiros eventualmente interessados, aos beneficiários da Reurb e aos confrontantes do Bairro Cidade Nova, que a regularizazação fundiária do **BAIRRO CIDADE NOVA** foi **CONCLUÍDA** nos termos do art. 40 da Lei Federal nº 13.465/2017.

Art. 2. Os dados dos imóveis e dos respectivos beneficiários foram divulgados através dos editais nº 01 a 029/2026 – SMD, publicados através da Secretaria Municipal de Finanças no Diário Oficial do Município de Diamantina e fixados na Associação dos Moradores do Bairro Cidade Nova.

Art. 3. Os documentos dos beneficiários e dos imóveis estão inseridos nos processos administrativos nº 01 a 29/2026 que serão encaminhados ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Diamantina para o Registro da Regularização Fundiária, nos termos do Capítulo IV da Lei Federal nº 13.465/2017.

Art. 4. As intervenções a serem executadas, o projeto aprovado de regularização fundiária e a indicação dos direitos reais dos ocupantes de cada unidade imobiliária, nos termos do Art. 40 da Lei Federal nº 13.465/2017, estão inseridos no PRF aprovado e nos processos administrativos nº 01 a 29/2026.

Art. 5. Estando em termos, expediu-se a presente **DECISÃO DE CONCLUSÃO** da Reurb do Bairro Cidade Nova nos termos dos artigos 40 e 41 da Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Municipal nº 388 de 17 de junho de 2025.

Diamantina/MG 27 de fevereiro de 2026.

TAMARA MARQUES VERÍSSIMO
Presidente da Comissão Permanente de Regularização Fundiária

Publicado por:
Bhia Ellis Fernandes e Castro
Código Identificador:C48C69E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL DE NOTIFICACAO DE DIVIDA ATIVA Nº 03/2026

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE DEBITOS LANCADOS EM DIVIDA ATIVA

O Prefeito Municipal de Diamantina/MG, usando das atribuições que lhe são conferidas em lei, notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, para comparecer a Prefeitura, no setor de Dívida Ativa, para tratar assuntos de relevante interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste. O não comparecimento acarretara o desenvolvimento de procedimentos administrativos, protesto e judiciais, conforme determina lei.

Controle	Contribuinte	CPF/CNPJ	Origem	Exercício (s)
158015	MCM MINERACAO EIRELI	37.XXX.XXX/0001-43	MULTA	2025
112205	GERALDO SANTOS MENDES MOACIR GERALDO MENDES	729.XXX.XXX-15	IPTU/ TAXAS	2021 A 2025
124313	FICUS BAR LTDA	22.XXX.XXX/0001-84	TAXAS/ MULTA	2023 E 2025
142769	ACADEMIA FISIOLIFE LTDA	16.XXX.XXX/0001-32	TAXAS/ MULTA	2024 E 2025

DIAMANTINA, 27/02/2026

Publicado por:
André Ricardo Santos Silva
Código Identificador:DD3EE939

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório n.º 302/2025, Modalidade: Pregão Eletrônico n.º 062/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada em softwares de sistema administrativo estruturante para administração pública.Plataforma eletrônica: https://ammlicita.org.br/, horário de Brasília – DF. Início daSessão de Disputa de Preços: às 09:00 horas do dia 17/03/2026. Cópia completa do edital encontra-se na plataforma eletrônica e também no endereço eletrônico https://www.diamantina.mg.gov.br/portal/editais/1. Diamantina, 27de fevereirode 2026.

JULIANA DIAS PEREIRA DA SILVA–
Pregoeira Municipal.

Publicado por:
Juliana Dias Pereira da Silva
Código Identificador:9A0B0249

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório n.º 044/2026 - Dispensa de Licitação n.º 005/2026. Processo SEI Nº 26.1.000001459-8. Objeto: Dispensa Emergencial visando a contratação de uma empresa de locação de sistema de câmeras, alarmes e monitoramento de segurança para a proteção do prédio e dos equipamentos vinculados à Unidade de Pronto Atendimento do Município - UPA. Importante destacar que a fundamentação legal para a presente contratação, possui amparo no inciso VIII, do art. 75, da Lei n.º 14.133/2021, considerando os furtos que tem ocorrido no local e o comprometimento da continuidade dos serviços públicos e da segurança do prédio. Fundamentação legal: Artigo 75, Inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/21. Verificada a regularidade procedimental [...] RATIFICO o presente processo em favor da MM SEGURANCA COMPUTADORIZADA LTDA, com valor global de R$17.600,00 (DEZESSETE MIL E SEISCENTOS reais). Diamantina, 27 de fevereiro de 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariana Nominato da Silva
Código Identificador:09335CFF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIONÍSIO

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Dionísio MG. Torna público o extrato de Homologação referente ao Pregão 001/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICO PARA ATENDER A CRECHE DO MUNÍCIPIO DE DIONÍSIO/MG. Adjudicado a empresa CELINA MOREIRA FREITAS ME, CRIARTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESQUADRIAS LTDA, DEBRUM MOVEIS CORPORATIVOS LTDA, DMT COMERCIO DE PRODUTOS LTDA, FJF COMERCIO E SERVIÇO LTDA, GLOBAL TECH LTDA, Gustavo de Paula Silva, INOVATEC SOLUÇÕES LTDA, MARIA APARECIDA ROSA DA SILVA SANTOS, MAXIMUS MULTISERVICE LTDA, Olivia Maria Vieira de Castro, ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA, PRIME DISTRIBUIDORA LTDA, TECNOBLU COMERCIO DE REFRIGERACAO LTDA, Ufficio Indústria e Comércio Móveis Ltda, VALLS NEGOCIOS LTDA, X3 COMERCIAL LTDA, no valor total de R$ 123.725,18 (cento e vinte e três mil setecentos e vinte e cinco reais e dezoito centavos). Vigência: 12 meses a partir de sua assinatura. Dionísio, 02 de fevereiro de 2026.

MARCINY MARTINS PEREIRA,
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2026
Objeto: Registro de preços para aquisição de móveis e eletrodoméstico para atender a creche do munícipio de Dionísio/MG.
CONTRATADA: DEBRUM MOVEIS CORPORATIVOS LTDA
CNPJ: 53.448.772/0001-57
VALOR TOTAL: R$1.825,00
VIGENCIA: 12 MESES

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2026
Objeto: Registro de preços para aquisição de móveis e eletrodoméstico para atender a creche do munícipio de Dionísio/MG.
CONTRATADA: DMT COMERCIO DE PRODUTOS LTDA
CNPJ: 33.030.409/0001-00
VALOR TOTAL: R$9.178,36
VIGENCIA: 12 MESES

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2026
Objeto: Registro de preços para aquisição de móveis e eletrodoméstico para atender a creche do munícipio de Dionísio/MG.
CONTRATADA: MARIA APARECIDA ROSA DA SILVA SANTOS
CNPJ: 43.187.819/0001-12
VALOR TOTAL: R$20.767,39
VIGENCIA: 12 MESES

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 027/2026
Objeto: Registro de preços para aquisição de móveis e eletrodoméstico para atender a creche do munícipio de Dionísio/MG.
CONTRATADA: ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA -
CNPJ: 14.323.297/0001-30
VALOR TOTAL: R$2.326,18
VIGENCIA: 12 MESES

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 028/2026
Objeto: Registro de preços para aquisição de móveis e eletrodoméstico para atender a creche do munícipio de Dionísio/MG.
CONTRATADA: PRIME DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 29.153.321/0001-08
VALOR TOTAL: R$4.620,00
VIGENCIA: 12 MESES

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 029/2026
Objeto: Registro de preços para aquisição de móveis e eletrodoméstico para atender a creche do munícipio de Dionísio/MG.
CONTRATADA: Ufficio indústria e comércio móveis ltda
CNPJ: 04.443.182/0001-26
VALOR TOTAL: R$3.040,00
VIGENCIA: 12 MESES

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 030/2026
Objeto: Registro de preços para aquisição de móveis e eletrodoméstico para atender a creche do munícipio de Dionísio/MG.
CONTRATADA: X3 COMERCIAL LTDA
CNPJ: 46.828.222/0001-06
VALOR TOTAL: R$42.100,98
VIGENCIA: 12 MESES

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 031/2026
Objeto: Registro de preços para aquisição de móveis e eletrodoméstico para atender a creche do munícipio de Dionísio/MG.
CONTRATADA: CRIARTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESQUADRIAS LTDA
CNPJ: 06.957.510/0001-38
VALOR TOTAL: R$1.449,95
VIGENCIA: 12 MESES

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2026
Objeto: Registro de preços para aquisição de móveis e eletrodoméstico para atender a creche do munícipio de Dionísio/MG.
CONTRATADA: GLOBAL TECH LTDA
CNPJ: 57.025.960/0001-23
VALOR TOTAL: R$8.567,00
VIGENCIA: 12 MESES

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2026
Objeto: Registro de preços para aquisição de móveis e eletrodoméstico para atender a creche do munícipio de Dionísio/MG.
CONTRATADA: FJF COMERCIO E SERVIÇO LTDA
CNPJ: 57.032.406/0001-73
VALOR TOTAL: R$3.891,32
VIGENCIA: 12 MESES

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 034/2026
Objeto: Registro de preços para aquisição de móveis e eletrodoméstico para atender a creche do munícipio de Dionísio/MG.
CONTRATADA: CELINA MOREIRA FREITAS ME
CNPJ: 00.592.198/0001-40
VALOR TOTAL: R$1.008,00
VIGENCIA: 12 MESES

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 035/2026
Objeto: Registro de preços para aquisição de móveis e eletrodoméstico para atender a creche do munícipio de Dionísio/MG.
CONTRATADA: Gustavo de Paula Silva
CNPJ: 39.906.139/0001-34
VALOR TOTAL: R$1.862,00
VIGENCIA: 12 MESES

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 036/2026
Objeto: Registro de preços para aquisição de móveis e eletrodoméstico para atender a creche do munícipio de Dionísio/MG.
CONTRATADA: INOVATEC SOLUÇÕES LTDA
CNPJ: 40.243.521/0001-94
VALOR TOTAL: R$2.729,00
VIGENCIA: 12 MESES

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 037/2026
Objeto: Registro de preços para aquisição de móveis e eletrodoméstico para atender a creche do munícipio de Dionísio/MG.
CONTRATADA: MAXIMUS MULTISERVICE LTDA
CNPJ: 34.774.251/0001-45
VALOR TOTAL: R$1.263,00
VIGENCIA: 12 MESES

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 038/2026
Objeto: Registro de preços para aquisição de móveis e eletrodoméstico para atender a creche do munícipio de Dionísio/MG.
CONTRATADA: TECNOBLU COMERCIO DE REFRIGERACAO LTDA
CNPJ: 21.613.975/0001-65

VALOR TOTAL: R$9.618,00
VIGENCIA: 12 MESES

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2026
Objeto: Registro de preços para aquisição de móveis e eletrodoméstico para atender a creche do munícipio de Dionísio/MG.
CONTRATADA: VALLS NEGOCIOS LTDA
CNPJ: 39.447.638/0001-00
VALOR TOTAL: R$2.993,94
VIGENCIA: 12 MESES

Publicado por:
Tarsila Magalhães Lage
Código Identificador:469AD4C2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO – CÓDIGO UASG 984445 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 026/2026

– Pregão Eletrônico nº. 90.011/2026 – Comprasnet – Objeto: Registro de preços para aquisições futuras e eventuais de urnas mortuárias e materiais fúnebres, novos, de primeiro uso, destinados ao atendimento das demandas do Serviço Municipal do Luto da Secretaria Municipal de Operações e Serviços Urbanos do Município de Divinópolis/MG, conforme especificações e quantitativos indicados no Anexo I e Termo de Referência do Edital. Data e horário do início da disputa: 09h00 do dia 17/03/2026. Disponibilização do edital e informações no endereço
eletrônicowww.compras.gov.brewww.divinopolis.mg.gov.br> Licitações. Contato: (37) 3229-8127 (Ligação e Whatsapp). Divinópolis, 27 de fevereiro de 2026.

AMAURI DOS REIS JÚNIOR.
Agente de Contratação/Pregoeiro.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:48E017A3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 09

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 01/2026– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil, eliminação por falta de comprovação de documentos ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Processo Seletivo Edital n° 01/2026 – SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

MÉDICO GENERALISTA – 200 HS – 40 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
14º	GÉRSON DONIZETE DE ARAÚJO	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 27 de fevereiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal De Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:BC25CFB8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 148

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Concurso Público – Edital nº 01/2024, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

MÉDICO GENERALISTA PSF – 40 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
115º	BRUNO MAURILIO TAVARES FARIA	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 27 de fevereiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8B223FD6

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 54

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 01/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil, eliminação por falta de comprovação de documentos ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Processo Seletivo Edital n° 01/2025 – SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

MÉDICO GENERALISTA PSF – 40 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
113º	DIOCÉLIA FORTUNATO GOMES	Não manifestou interesse na vaga.
114º	ALINE REZENDE DE OLIVEIRA	Não manifestou interesse na vaga.
115º	CLARISSA RAQUEL DA SILVA GOMES	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 27 de fevereiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:4E711EA4

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 616-2026 – SEMED

- Contratado(a) **VITÓRIA EMANUELLE GOMIDES MEDEIROS** – Lotação: **E.M. BOM PASTOR**/SEMED - Cargo: **ASSISTENTE EDUCACIONAL** - Justificativa: Contratação temporária durante o processo de organização e redefinição do quadro funcional do serviço, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade. **Período: 02/03/2026 a 21/12/2026 – Valor Mensal: R$ 2.022,81 (dois mil e vinte e dois reais e oitenta e um centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:06CA4668

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 618-2026 – SEMED

Contratado(a) **HERIKA BATISTA LEITE** – Lotação: **CETEPE**/SEMED - Cargo: **ASSISTENTE EDUCACIONAL** - Justificativa: EM SUBSTITUIÇÃO A FERNANDA MARQUES FREITAS MAT 99044180 – LIC MATERNIDADE **Período: 02/03/2026 a 26/05/2026 – Valor Mensal: R$ 2.022,81 (dois mil e vinte e dois reais e oitenta e um centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:C118C66A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 619-2026 – SEMED

- Contratado(a) **JACQUELINE LUCIA DOS SANTOS** – Lotação: **CMEI HERBERT DE SOUZA**/SEMED - Cargo: **ASSISTENTE EDUCACIONAL** - Justificativa: Contratação temporária durante o processo de organização e redefinição do quadro funcional do serviço, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade. **Período: 02/03/2026 a 21/12/2026 – Valor Mensal: R$ 2.022,81 (dois mil e vinte e dois reais e oitenta e um centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:4AAE9DA1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 620-2026 – SEMED

- Contratado(a) **AGDA ROSA DA SILVA** – Lotação: **CMEI ANALIA NOGUEIRA SILVA**/SEMED - Cargo: **ASSISTENTE EDUCACIONAL** - Justificativa: EM SUBSTITUIÇÃO A MARIANA SOUZA SANTIAGO – MAT 99035303 LICENÇA PREMIO **Período: 02/03/2026 a 01/04/2026 – Valor Mensal: R$ 2.022,81 (dois mil e vinte e dois reais e oitenta e um centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F39A4884

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 621-2026 – SEMED

- Contratado(a) **ALESSANDRA CRISTOVAM DO CARMO** – Lotação: **E.M. SÃO GERALDO**/SEMED - Cargo: **ASSISTENTE EDUCACIONAL** - Justificativa: Contratação temporária durante o processo de organização e redefinição do quadro funcional do serviço, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade. **Período: 02/03/2026 a 21/12/2026 – Valor Mensal: R$ 2.022,81 (dois mil e vinte e dois reais e oitenta e um centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:40F9C2ED

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 622-2026 – SEMED

- Contratado(a) **KAREN KARYNE DE FARIA** – Lotação: **E.M. ANTONIETA FONSECA**/SEMED - Cargo: **ASSISTENTE EDUCACIONAL** - Justificativa: Contratação temporária durante o processo de organização e redefinição do quadro funcional do serviço, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade. **Período: 02/03/2026 a 21/12/2026 – Valor Mensal: R$ 2.022,81 (dois mil e vinte e dois reais e oitenta e um centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B0672CBE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 623-2026 – SEMED

- Contratado(a) **RAFAELA CRISTINA MARQUES** – Lotação: **E.M. OTÁVIO OLÍMPIO DE OLIVEIRA**/SEMED - Cargo: **ASSISTENTE EDUCACIONAL** - Justificativa: Contratação temporária durante o processo de organização e redefinição do quadro funcional do serviço, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade. **Período: 02/03/2026 a 21/12/2026 – Valor Mensal: R$ 2.022,81 (dois mil e vinte e dois reais e oitenta e um centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:17A05A88

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 624-2026 – SEMED

- Contratado(a) **CASSIA MARIA MARTINS** – Lotação: **E.M. DONA MARIA ROSA** /SEMED - Cargo: **PAEIAIEF - Professor em Atuação na Educação Infantil e nos Anos Iniciais** - Justificativa: SUBSTITUIÇÃO A MARIA DE FATIMA SIQUEIRA CAMPOS MAT 99017161 – APOSENTADORIA **Período: 02/03/2026 a 21/12/2026 – Valor Mensal: R$ 3.392,28 (três mil e trezentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:618CAB31

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 625-2026 – SEMED

- Contratado(a) **CINTIA DE MELO SILVA** – Lotação: **E.M. DONA MARIA ROSA** /SEMED - Cargo: **PAEIAIEF - Professor em Atuação na Educação Infantil e nos Anos Iniciais** - Justificativa: EM SUBSTIUIÇÃO A CLEIDE DA COSTA MAT 99020134 – LIC SAUDE **Período: 06/03/2026 a 06/05/2026 – Valor Mensal: R$ 3.392,28 (três mil e trezentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:30C3D8AD

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 626-2026 – SEMED

- Contratado(a) **CLAUDETE GOMIDE AFONSO** – Lotação: **E.M. DIONÍSIO JOAQUIM RODRIGUES/E.M. OTÁVIO OLÍMPIO DE OLIVEIRA**/SEMED - Cargo: **PAAFEF - CIENCIAS HUMANAS** - Justificativa: EM SUBSTIUIÇÃO A EDUARDO DE CASTRO SALES PINTO MAT 99017197 – LICENÇA PREMIO **Período: 02/03/2026 a 30/04/2026 – Valor Mensal: R$ 3.392,28 (três mil e trezentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:BB618E2E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 67

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 01/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° **01/2025**- SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98:
04 vagas para o cargo de Médico Generalista PSF para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 09/03/2026 – Término: 04/09/2026
• Necessidade temporária: Sim • Interesse público, excepcional: Sim • Contratação indispensável: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço afim de evitar a desassistência médica, durante a ausência do período de férias de médicos efetivos e do Programa Mais Médicos, atuando como feristas, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.

• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 09/03/2026 – Término: 04/09/2026
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço afim de evitar a desassistência médica, durante a ausência do período de férias de médicos efetivos e do Programa Mais Médicos, atuando como feristas, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 09/03/2026 – Término: 04/09/2026
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Contratação temporária enquanto aguarda o credenciamento da equipe pelo Ministério da Saúde, garantindo a assistência a população, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 09/03/2026 – Término: 04/09/2026
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço afim de evitar a desassistência, diante das persistências das demandas na ESF Central, aguardando posse de servidor efetivo, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 09/03/2026 – Término: 04/09/2026
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Contratação temporária aguardando recebimento de profissional do Programa Mais Médicos do Governo Federal, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

MÉDICO GENERALISTA PSF - 40 HS/SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
117º	LUCILLA CRISTINA VINHAL DE SOUZA MELO
118º	BRUNO SOUZA DE LIMA
119º	RAFAEL FERREIRA DE OLIVEIRA
120º	TAFAREL JUNIO RIBEIRO
121º	BÁRBARA LACERDA TITONELI

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, PIS, Comprovante de endereço. **Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias.** A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará em sua eliminação ao Processo Seletivo n° **01/2025**.

Divinópolis, 27 de fevereiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal De Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:DECEB5A1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIÇÃO E VIAGENS/TRANSLADO DE ATLETA E EQUIPES.

Weslley Marcelo de Oliveira, Secretário Municipal de Esportes e Juventude em exercício e no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO que o Município recebeu recursos financeiros decorrentes de emendas parlamentares individuais do Poder Legislativo Municipal, bem como conta com recursos próprios e do Fundo Municipal de Esportes.
CONSIDERANDO que os referidos recursos são destinados para custear projetos, translado relacionado ao Esporte, Juventude nos termos da Lei Municipal 9.110/2023, Decreto municipal 15.365/2022, e de forma subsidiária as Leis nº13.019/2014, nº 14.113/2021, artigo 37 da CRFB/1988, Decreto Municipal nº15.365/22, Decreto Municipal nº 15.850/23 e demais normativas direta e/ou indiretamente afeto ao objeto quando couber.
CONSIDERANDO que o Município de Divinópolis, parte do princípio que todos credenciados estão aptos a receberem os recursos, devendo para tanto apresentarem toda a documentação comprobatória de regularidade para receberem os recursos;
CONSIDERANDO que para a realização dos repasses supracitados, recebidos pelo Município através de Emenda Parlamentar, bem como conta com recursos próprios e do Fundo Municipal de Esportes se faz obrigatório chamamento público conforme determina a lei, bem com atendimento a legislação vigente.
CONSIDERANDO que para a celebração e formalização dos termos de parceria visando o repasse dos recursos e sua devida gestão e fiscalização, há necessidade da nomeação de Comissão de Seleção, Avaliação e Monitoramento.
CONSIDERANDO que não houve reunião no dia 25 de fevereiro em virtude de questões internas da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude – SEMEJ.
CONSIDERANDO que há documentação a ser avaliadas e a necessidade de emissão de pareceres sobre os mesmos.
RESOLVE:
Art. 1º - Convocar reunião extraordinária a Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação, visando a consecução dos objetos dos chamamentos públicos de todos os tipos para o exercício de 2026:
Presidente: Weslley Marcelo de Oliveira
Secretário: Thiago Alvarenga do Amaral
Vogal: Maurício Gonçalves Pinto
Vogal: Meire Cláudia dos Santos
Vogal: Peter Araújo Kratochwill.
Art. 2º A reunião será dia 27 de fevereiro de 2026, as 09h00.
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, podendo participar todos os interessados e esta entra em vigor na data de sua assinatura, e ocorrendo atraso na públicação, na data de sua publicação para que surta todos seus efeitos legais.
Divinópolis, fevereiro de 2026.

WESLLEY MARCELO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Esportes e Juventude

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8926D801

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.195/26

Dispõe sobre o cancelamento de despesa inscrita em restos a pagar do exercício anterior.

O **Prefeito Municipal de Divinópolis**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, observando-se os artigos 36 e 92, parágrafo único, da Lei 4.320/64, por não haver ocorrido o implemento da condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização; bem como o art. 359-F do Código Penal; e considerando:

- que os restos a pagar com insubsistência passiva devem ser cancelados, expurgando-se, a qualquer tempo, as obrigações incertas e indevidas;
- que as balizas advindas do TCE-MG – Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – conforme Consulta nº 886076/2014, conquanto assinalado óbice ao cancelamento de restos a pagar processados, admite-se tal adoção em caso de "erro na inscrição" firmando o entendimento no sentido que em "(...) a *Administração Municipal deverá editar decreto de cancelamento, informando neste ato o número, favorecido, valor da nota de empenho, bem como a justificativa para o cancelamento, em homenagem ao princípio da publicidade a que está lsubmetida* (...)";
- o Ofício SEMAC-DMA nº 069/2026, consignando-se a ocorrência de erro na inscrição como restos a pagar do empenho relacionado, evidenciando assim a necessidade do seu cancelamento, com ausência de dispêndios futuros;

DECRETA:

Art. 1º Mediante regular processo administrativo, com registro do tipo de baixa, bem como os motivos e fatos que comprovam as informações, fica autorizado o cancelamento da despesa inscrita em

Restos a Pagar processada, correspondente à seguinte nota de empenho:

Empenho	Liquidação	Credor	Saldo
20841/2025	28932/2025	EVOLUÇÃO PET - COMERCIO DE PRODUTOS PARA BANHO/TOS	R$ 2.378,00

Art. 2º Fica autorizada a Diretoria de Contabilidade Geral e Prestação de Contas a promover os lançamentos contábeis objetivando a baixa do empenho relacionado no artigo anterior, do passivo financeiro do Município.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Divinópolis, 23 de fevereiro de 2026.

GLEIDSON GONTIJO DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador-Geral Do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:35E1EDD0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.198/26

Altera o Decreto 16.560, de 26 de fevereiro de 2025.

O **Prefeito Municipal de Divinópolis**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º O inciso III do art. 1º do Decreto 16.560/25 passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 1º ...
III - Secretaria Municipal de Educação - SEMED:
a) Maria Teresa da Silva Alves Rosa;
b) Patrícia Rodrigues Tavares."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor com a sua publicação.
Divinópolis, 25 de fevereiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
GLEIDSON GONTIJO DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

(Assinado Digitalmente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Digitalmente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:757B8DB0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.199/26 (RETIFICADO)

Exonera servidores titulares dos cargos públicos de provimento efetivo que especifica.

O **Prefeito Municipal de Divinópolis**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, e considerando pedidos formulados pelos respectivos titulares;

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados dos cargos públicos de provimento efetivo nos quais se encontram investidos, os seguintes servidores:
I – Frederico Mendes Silva Pereira, matrícula nº 99042897/3, a partir de 24.02.2026, do cargo de Médico Generalista P.S.F,
II – Bruna Reis Marques de Barros,matrícula nº 99043688/2, a partir de 25.02.2026, do cargo de Médico Generalista - P.S.F;
III – Rafaela Ribeiro Costa, matrícula nº 99028583/1, a partir de 20.02.2026, do cargo de Agente de Administração.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor com a publicação.
Divinópolis, 20 de fevereiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
GLEIDSON GONTIJO DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

(Assinado Digitalmente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Digitalmente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3861F56B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.203/26

Exonera servidora titular da função pública que especifica.

O **Prefeito Municipal de Divinópolis**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o pedido formulado pela servidora;

DECRETA:

Art. 1º Fica a servidora Irene Aparecida Pinheiro de Souza, matrícula 1033049 , exonerada da função pública de Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental – PAEIAIEF, da Secretaria Municipal de Educação - SEMED.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor com a sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 23/03/2026.
Divinópolis, 26 de Fevereiro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
GLEIDSON GONTIJO DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E11E2063

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
EDITAL PÚBLICO DE NOTIFICAÇÃO 005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

EDITAL PÚBLICO DE NOTIFICAÇÃO 005/2026

O MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ:18.291.351/0001-64, com endereço na Avenida Paraná, 2.601 – São José – CEP: 35501-170, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO**

E FISCALIZAÇÃO – SEPLAN, tendo em vista a infringência da lei, pelos proprietários de imóveis abaixo discriminados e considerando o insucesso na notificação postal; vem por meio deste, NOTIFICAR para cumprimento das providências conforme discriminado abaixo:

Contribuinte CPF / CNPJ	*Inscrição Municipal*	*Notificação*	*Providências*	*Disposição legal*	*Penalidades*
A&S Prime Holding Patrimonial S/A CNPJ: 29.143.368/0001-90	01.017.00019.0250.00000	EV.006/2026	Regularizar a edificação conforme legislações vigentes	Lei Ordinária 9.350/2024, artigos 9, 32 e 85.	02 (duas) UPFMD (212,76) por metro quadrado 20 UPFMD (111,07)

Considerar-se-á notificado o proprietário/responsável acima descrito, **30 dias** após a publicação deste Edital para tomar as providências ou **15 dias úteis** para protocolar defesa da **Notificação Preliminar**. Após este prazo sem que o notificado se manifeste e/ou execute as providências, iniciará a contagem do prazo legal para o lançamento de **Auto de Infração** e consequente multa. O proprietário/ interessado poderá ter acesso ao processo administrativo respectivo comparecendo à **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E FISCALIZAÇÃO - SEPLAN**.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:091DAD79

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
EXTRATO 7º TA – CT 137/2024 – PL 175/2024.

Contratado: Chart Engenharia Estratégica Ltda. Objeto: Prorrogação até 28/03/2026. Divinópolis, 27 fevereiro de 2026.

PAULO JOSÉ SILVA
(Superintendente de Obras Públicas e Planejamento).

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D3055892

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA DIVIPREV Nº 037/2026

Concede aposentadoria voluntária a Sr. Adelmo Coelho Saldanha, conforme dispõe Art. 40, §1º, I da CF/1988 c/c Art. 12, §1º da Lei Complementar Municipal 126/2006 c/c Art. 1º da EC 70/2012 c/c Art. 24 §1º II da EC 103/2019.

O Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Divinópolis – Diviprev, Aguinaldo Henrique Ferreira Lage, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 3º do Decreto nº 9746, datado de 10/12/2010, concede aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais, nos termos do **Art. 40, §1º, I da CF/1988 c/c Art. 12, §1º da Lei Complementar Municipal 126/2006 c/c Art. 1º DA EC 70/2012 c/c Art. 24 §1º II da EC 103/2019** ao segurado **Adelmo Coelho Saldanha**, matriculado sob o nº 99014895/0, portador do CPF ***.***.286-**, no cargo efetivo de Engenheiro Civil - C , GH 18-A, N 21, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fiscalização Urbana e Meio Ambiente, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2026.

Divinópolis, 26 de fevereiro de 2026.

AGUINALDO HENRIQUE FERREIRA LAGE
Superintendente do Diviprev

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:6B75CE0A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA DIVIPREV Nº 038/2026

Concede aposentadoria voluntária ao Sr. Daniel Ferreira Lopes, conforme dispõe Art. 40, §1º, I DA CF/1988 C/C ART. 12, §§1º e 6º da Lei Complementar Municipal 126/2006.

O Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Divinópolis – Diviprev, Aguinaldo Henrique Ferreira Lage, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 3º do Decreto nº 9746, datado de 10/12/2010, concede Aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, nos termos do **Art. 40, §1º, I da CF/1988 c/c Art. 12, §§1º e 6º da Lei Complementar Municipal 126/2006** ao segurado **Daniel Ferreira Lopes**, matriculado sob o nº 99016930/0, portador do CPF ***.***.236-**, no cargo efetivo de Auxiliar de Serviços I - B , GH 09, N 18, lotado na Secretaria Municipal de Operações e Serviços Urbanos, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2026.

Divinópolis, 26 de fevereiro de 2026.

AGUINALDO HENRIQUE FERREIRA LAGE
Superintendente do Diviprev

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:119CD775

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA ESPECIFICA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIÇÃO E VIAGENS/TRANSLADO DE ATLETA E EQUIPES Nº 02/2026 - SEMEJ

Weslley Marcelo de Oliveira,Secretário Municipal de Esportes e Juventude em exercício e no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDOque o Município recebeu recursos financeiros decorrentes de emendas parlamentares individuais do Poder Legislativo Municipal, bem como conta com recursos próprios e do Fundo Municipal de Esportes.
CONSIDERANDOque os referidos recursos são destinados para custear projetos, translado relacionado ao Esporte, Juventude nos termos da Lei Municipal 9.110/2023, Decreto municipal 15.365/2022, e de forma subsidiária as Leis nº13.019/2014, nº 14.113/2021, artigo 37 da CRFB/1988, Decreto Municipal nº15.365/22, Decreto Municipal nº 15.850/23 e demais normativas direta e/ou indiretamente afeto ao objeto quando couber.
CONSIDERANDOque o Município de Divinópolis, parte do princípio que todos credenciados estão aptos a receberem os recursos, devendo para tanto apresentarem toda a documentação comprobatória de regularidade para receberem os recursos;
CONSIDERANDOque para a realização dos repasses supracitados, recebidos pelo Município através de Emenda Parlamentar, bem como conta com recursos próprios e do Fundo Municipal de Esportes se faz obrigatório chamamento público conforme determina a lei, bem com atendimento a legislação vigente.
CONSIDERANDOque para a celebração e formalização dos termos de parceria visando o repasse dos recursos e sua devida gestão e fiscalização, há necessidade da nomeação de Comissão de Seleção, Avaliação e Monitoramento.
RESOLVE:
Art. 1º -Ficam nomeados para compor a Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação, visando a consecução dos objetos dos chamamentos públicos de todos os tipos para o exercício de 2026:
Presidente: Weslley Marcelo de Oliveira
Secretário: Thiago Alvarenga do Amaral
Vogal: Maurício Gonçalves Pinto
Vogal: Meire Cláudia dos Santos
Vogal: Peter Araújo Kratochwill.
I – O Presidente será o Secretário Municipal de Esportes e Juventude, que também será o Gestor Sr. Weslley Marcelo de Oliveira, e a Fiscal indicada pelo Presidente é o Sra. Meire Cláudia dos Santos.

II – Compete ao Presidente o voto de desempate, convocar reuniões extraordinárias, pedidos de esclarecimentos, impulsionar o processo, bem como, solicitar e realizar sempre que necessário diligências.
III - O Secretário da Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação deve lavrar todas as atas das reuniões, buscando extrair a maior fidelidade possível ao ocorrido nas reuniões e levar ao conhecimentos de todos para que possam assinar para depois enviar par públicação.
IV – Todos terão direito de voto exceto o presidente que votará apenas em caso de empate, caso hajá abstenções estas deverão serem justificadas por expresso e feita constar em ata não bastando apenas informar que estava em reunião e/ou trabalho externo que nestes casos deverá fazer um detalhamento da importância de sua presença neste, podendo inclusive receber advertência pela falta, assumindo os demais membros a responsabilidade absoluta e irrestrita pela aprovação.
V - O Fiscal é responsável direto pela execução de todo o processo respondendo inclusive quando de forma solidária e subsidiária, porém não eximindo a responsabilidade da comissão que está prevista nos ordenamentos pátria, bem como os dispostos nLei Municipal 9.110/2023, Decreto municipal 15.365/2022, e de forma subsidiária as Leis nº13.019/2014, nº 14.113/2021, artigo 37 da CRFB/1988, Decreto Municipal nº15.365/22, Decreto Municipal nº 15.850/23 e demais normativas direta e/ou indiretamente, seja por culpa ou dolo.
V – O presidente votará somente em caso de empate sendo o seu voto o decisório.
VI – Em caso de ausência de qualquer um dos membros este deverá justificar de forma expressa e após lida na reunião será feita assentamento em ata e será considerada justifica apenas em casos, férias legais, saúde e de força maior neste caso abonado pelo Presidente da Comissão e sobre a responsabilidade dele.
VI – A votação será apurada de forma de maioria absoluta de seus membros e quando da abstenção esta deverá ser justificada e aceita pelos demais membros, caso algum membro não aceite haverá, uma votação para aceitação ou não da abstenção proposta pelo membro. Sendo aprovada segue com a pauta do dia, se for reprovada o membro solicitante da abstenção será obrigado a votar, isto com fundamento nos princípios da Legalidade, moralidade, isonomia, economicidade, eficiência, e publicidade que regem a administração pública a fim de evitar manipulações de voto.
Art. 2º- Compete à Comissão de Seleção, Avaliação e Monitoramento sem prejuízo de outros deveres e prerrogativas previstos em lei, exercer as seguintes funções:
I – Acompanhar e fiscalizar, e orientar o Gestor e fiscal da parceira ao cumprimento das cláusulas pactuadas, as atividades realizadas, o cumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho, o impacto do socioesportivo obtido em razão da execução do objeto e a prestação de contas dentro dos ditames das Lei nº 13.019/14, Lei nº14.133/21, Decreto Municipal nº15.365/22, e Decreto Municipal nº 15.850/23, Decreto Municipal n° 15.365/22, Instrução Normativa nº05/2025-TCE/MG, e consulta feita do processo n°1170962 - 29/10/2025 e demais ordenamentos jurídicos e jurisprudências no que couber afetos ao objeto e tema, qual deverá apresentar mensalmente relatórios.
II – Proceder análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela atleta e/ou equipe na prestação de contas, bem como, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos comunicar aos órgãos competentes de Controle Interno, Externo, a Procuradoria Geral e Fazendária, e Fazenda do município para emissão de parecer e orientações sobre os procedimentos a serem feitos e as providências legais necessárias
III – Homologar os relatórios técnicos feitos pelo Fiscal e do Gestor da parceria, e na falta deste fazer ela própria a fiscalização e elaborar os relatpórios técnicos, devendo comunicar ao Secretário Municipal de Esportes as ocorrências para que este tome as devidas providências.
IV – Compete a Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação aprovação ou reprovação total e/ou parcial da prestação de contas com e sem ressalvas.
V – As vistorias *in loco* devem ocorrer, mensalmente pela Comissão Seleção, Monitoramento e Avaliação, ou conforme a natureza do objeto;
VI – A omissão na entrega dos relatórios de monitoramento e Avaliação no prazo de 30 (trinta) dias após o fechamento do período de cada mêss ensejará comunicação imediata à Controladoria Geral do Município para apuração de responsabilidade nos termos do Decreto municipal nº15.365/22 e suas posteriores aterações e/ou outro que vier a substituir neste último caso com efeitos ex nunc.
Art. 3º- As deliberações e as decisões da Comissão serão tomadas mediante ao voto da maioria absoluta de seus membros.
Art. 4º- Para o desempenho de suas funções, a Comissão de que trata esta Portaria poderá, mediante expressa autorização do Gestor da Parceria, valer-se de apoio técnico de terceiros desde que solicitada e aprovada pela maioria simples.
Art. 5º -A Comissão de que trata esta Portaria é vinculada à Secretaria Municipal de Esportes e Juventude - SEMEJ, unidade gestora, de seleção monitoramento e avaliação. Caso ocorra descumprimento das obrigações de fiscalização previstas nesta Portaria sujeita o responsável às sanções administrativas, civis, e penais em conformidade com as normas que regem esta Portaria sem exclusão das normas Pátrias vigente no País, podendo inclusive ser obrigado a ressarce o erário e a terceiros por dano culposo e/ou doloso, negligência e/ou omissão.
Art.6º- O Gestor da parceria será o presidente daComissão é o Secretário Municipal de Esportes e Juventude e o Fiscal deverá ser indicado pelo Gestor da parceria neste mesmo ato.
Art.7° - Em ato continuo o Presidente da Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação estabelece que as reuniões ordinárias serão realizadas todas as sextas-feiras as 09h00, na sede da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, e em casos especiais poderá convocar reuniões extraordinárias sem prévia autorização da Comissão a realizar-se na Sede da Secretaria Municipal de Esporte e Juventude – SEMEJ, nos dias e horários que precisar devendo ser comunicada e publicada com pelo e menos um dia de antecedência, mediante portaria.
Art.8º Por se tratar de serviços de relevância pública os membros desta comissão e o Gestor e Fiscal não receberão nenhum tipo de subsidio, gratificação e /ou similares por suas atuações.
Art. 9º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, e ocorrendo atraso na públicação na data de sua publicação para que surta todos seus efeitos legais.
Divinópolis, fevereiro de 2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7668522C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA SEPLAG Nº 042/2026, FEVEREIRO DE 2026.

A Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, Diretora de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 159 da Lei Complementar nº 009, de 03 de Dezembro de 1992 e:

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de horário especial para estudo, formulado pelo servidor **MARIO LUCIO NETO**;

CONSIDERANDO que o servidor está matriculado na 9ª série do Curso de Odontologia, pela Faculdade Anhanguera de Divinópolis, **pelo período de 09/03/2026 a 30/06/2026**.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **horário especial** para estudo ao servidor **MARIO LUCIO NETO**, detentor do cargo efetivo de Agente de Saúde, matriculado sob o nº 99016258, lotado na Gerência de Vigilância em Saúde – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Em virtude do curso, o horário de estudos será nas segundas, terças e quartas-feiras, de 13h às 17h, **pelo período de 09/03/2026 a 30/06/2026.**

Art. 3º. O horário de trabalho do servidor nas segundas, terças e quartas será de 07h às 11 h, e nas quintas e sextas-feiras será de 07:00 às 11:00 horas e de 13:00 às 17:00 horas.

Art. 4º. O auxílio transporte deverá ser pago de acordo com a nova carga horária e a necessidade do deslocamento ao trabalho.

Art. 5º. Fica o servidor comprometido a fazer a compensação das horas faltas conforme proposta apresentada e aprovada na documentação em anexo**.**

Art. 6º. A compensação do horário concedido ficará sob a responsabilidade da chefia imediata do servidor supracitado e do secretário da pasta na qual este se encontra lotado.

Art. 7º. Poderá ser exigida a compensação total ou parcial de horário na repartição, em dias e horários de expediente normal, que não tenham atividades naqueles locais, e respeitadas a duração semanal do trabalho, a compensação extranumerária e a folga semanal.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos a partir de 09/03/2026.**

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, fevereiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:57C5CE94

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
RESOLUÇÃO Nº 001/2026 – CMAS/DIV DE 26/02/2026

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação do Conselho Municipal de Assistência Social de Divinópolis-MG para o exercício de 2026.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Divinópolis do Estado de Minas Gerais, em reunião ordinária, realizada no dia 23 de fevereiro de 2026, no uso das competências que lhe são conferidas pela legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar o Plano de Ação para exercício de 2026 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, apresentado pela Mesa Diretora do Conselho, o qual organiza, prioriza e norteia a execução das ações ao longo do referido exercício, estabelecendo diretrizes para o fortalecimento do Controle Social no âmbito do Município de Divinópolis/MG.

Art. 2º- Esta Resolução entre em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Publique-se e dê-se ciência aos interessados

Divinópolis/MG, 26 de fevereiro de 2026.

SIRLEIA MOREIRA TAVARES	***VINÍCIUS DE OLIVEIRA RODRIGUES***
Presidente	Primeiro Secretário

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:04B70133

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 613/2026/SEMUSA

Contratado (a): Sr(a). Renata Rachide Nunes**. Cargo:** Farmacêutico. **Objeto:** Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a necessidade de excepcional interesse público, para exercício das funções próprias do cargo de Farmacêutico, nos termos do Edital nº 001/2026, classificado na 01ª colocação**. Lotação:** Secretária Municipal de Saúde – SEMUSA / Farmácia Central**. Período:** 03/03/2026 a 29/08/2026**. Total:** R$ 2.699,43 (Dois mil seiscentos e noventa e nove reais e quarenta e três centavos)**. Dotação Orçamentária:** 02.015.002.2150.2829 – Assistência Farmacêutica**. Ass.: 27/02/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:FBBF80A0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 617/2026/SEMUSA

Contratado (a): Sr(a). Luzia Rodrigues da Costa Diniz**. Cargo:** Técnico de Enfermagem PSF. **Objeto:** Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a necessidade de excepcional interesse público, para exercício das funções próprias do cargo de Técnico de Enfermagem PSF, nos termos do Edital nº 001/2024, classificado na 222ª colocação**. Lotação:** Secretária Municipal de Saúde – SEMUSA / ESF Osvaldo Machado Gontijo I**. Período:** 16/03/2026 a 11/09/2026**. Total:** R$ 2.632,35 (Dois mil seiscentos e trinta e dois reais e trinta e cinco centavos)**. Dotação Orçamentária:** 02.015.002.2150.2814 – Implementação das Políticas de Atenção Básica**. Ass.: 27/02/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3541738D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 058/2026/SEMUSA

Contratado (a): Robson Martins Bobbi**. Cargo:** Médico Generalista – PSF 04hs**. Objeto:** Altera a lotação prevista na cláusula segunda a partir de 19/02/2026**. Nova lotação:** ESF Afonso Pena I**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora apostilado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 26/02/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:457B8465

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 2353/2025/SEMUSA

Contratado (a): Liliane Aparecida Santos Bosco**. Cargo:** Técnico de Enfermagem. **Objeto:** Altera a lotação prevista na cláusula segunda a partir de 09/02/2026**. Nova lotação:** ESF Santa Rosa**.** Altera a dotação orçamentária prevista na cláusula quarta para 02.015.002.2150.2814 a partir de 09/02/2026**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora apostilado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 27/02/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:630157FD

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 02/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 2395/2025/SEMUSA

Contratado (a): Alexandre Luiz Carneiro Moreira Pinto**. Cargo:** Farmacêutico**. Objeto:** Altera a lotação prevista na cláusula segunda a partir de 09/02/2026**. Nova lotação:** Farmácia Central**.** Altera a dotação orçamentária prevista na cláusula quarta para 02.015.002.2150.2829 a partir de 09/02/2026**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora apostilado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 25/02/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:969B2F06

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 1299/2025

Contratado (a): Odilon Gomes de Oliveira Junior. **Cargo:** Médico Generalista – PSF 04hs**.** Término de contrato em 04/03/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:71DE32AD

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 1300/2025

Contratado (a): Vinicius Faria Marinho. **Cargo:** Médico Generalista – PSF 04hs**.** Término de contrato em 05/03/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2F9F4AD0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 1336/2025

Contratado (a): Thaise Azevedo de Souza. **Cargo:** Enfermeiro**.** Término de contrato em 05/03/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:DD56FC89

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 1399/2025

Contratado (a): Nathan Felipe Gonçalves Salome. **Cargo:** Médico Generalista – PSF 04hs**.** Término de contrato em 11/03/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:56D8F98C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 1400/2025

Contratado (a): Isabela Cristina Nunes e Sá. **Cargo:** Médico Generalista – PSF. Término de contrato em 11/03/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:70716855

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 1408/2025

Contratado (a): Bruna Isabella Santos Braga. **Cargo:** Enfermeiro – PSF. Término de contrato em 10/03/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:5A931270

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 1426/2025

Contratado (a): Denise Suemy Rocha Hashimoto. **Cargo:** Médico Neurologista. Término de contrato em 26/03/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8DEBBB67

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 1428/2025

Contratado (a): Guilherme Henrique Monteiro Alves de Lima. **Cargo:** Médico Generalista. Término de contrato em 13/03/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D56BB151

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 1454/2025

Contratado (a): Ana Clara de Almeida Freire. **Cargo:** Médico Generalista. Término de contrato em 23/03/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:25AF0470

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 1476/2025

Contratado (a): Lucilla Cristina Vinhal de Souza Melo. **Cargo:** Médico Generalista – PSF**.** Término de contrato em 24/03/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:AB1FE2F0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 1495/2025

Contratado (a): Valkiria Aparecida Barreto de Oliveira. **Cargo:** Técnico de Enfermagem – PSF**.** Término de contrato em 24/03/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D2F0F61A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 1500/2025

Contratado (a): Luisa Machado Campolina Sader. **Cargo:** Médico Generalista**.** Término de contrato em 30/03/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:CF5550B9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 1513/2025

Contratado (a): Daiana Dutra de Paula. **Cargo:** Médico Regulador. Término de contrato em 30/03/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8AA43CE6

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 1517/2025

Contratado (a): Bruno Valadares Pereira. **Cargo:** Médico Generalista – PSF. Término de contrato em 31/03/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:4B9B198C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 1553/2025

Contratado (a): Janaina Ferreira Rodrigues Souto. **Cargo:** Técnico de Enfermagem**.** Término de contrato em 31/03/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:EF153A5F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 1625/2025

Contratado (a): Jéssica de Carvalho Antão Silva. **Cargo:** Médico Pediatra**.** Término de contrato em 08/03/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B4DF1819

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 1782/2025

Contratado (a): Deborah Amaral Donnini. **Cargo:** Enfermeiro – PSF. Término de contrato em 09/03/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:817F312C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2035/2024

Contratado (a): Kellen Silva Sousa. **Cargo:** Médico Ginecologista**.** Término de contrato em 30/03/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B55DE3FE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2298/2025

Contratado (a): Tatyani Victoria Americo Pessanha. **Cargo:** Técnico de Enfermagem**.** Término de contrato em 10/03/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:35D389E2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2314/2025

Contratado (a): Gizele Rita da Silva Trindade. **Cargo:** Técnico de Enfermagem. Término de contrato em 22/03/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:25E44D22

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2321/2025

Contratado (a): Rejany Kelly Pereira. **Cargo:** Técnico de Enfermagem**.** Término de contrato em 15/03/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:418024C3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2341/2025

Contratado (a): Renata Rachide Nunes. **Cargo:** Farmacêutico**.** Término de contrato em 20/03/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B8F57F02

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMSUR – EXTRATO DO 1º TA – ATA 59/2025 – PL 337/2024.

Contratada: Madimba Empreendimentos Ltda. Objeto: Prorrogação até 27/02/2027. Ass. 27/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:5CD134AD

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO 2º TA – CV 004/2024

- Prontomed Planos de Saúde Ltda. Objeto: Prorrogação do prazo contratual até 24 de março de 2027. Ass: 26/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7557C6D6

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO 3° TA – CT 008/2023 – PL 007/2023.

Contratada: Plennus Vigilância e Segurança Ltda. Objeto: Prorrogação até 01/05/2027. Ass: 26/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2F0E22E2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO 64/2026

Seplag – Extrato do Acordo de Cooperação 64/2026, que entre si celebram o Serviço Social Do Transporte – SEST, o Serviço Nacional De Aprendizagem Do Transporte – SENAT, CNPJ(MF) 73.471.989/0072-89 e 73.471.963/0072-30 e Município De Divinópolis. Objeto: Concessão de desconto nos serviços de desenvolvimento profissional e de saúde, esporte e lazer ofertados pelo SEST SENAT aos funcionários do MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS e da EMOP - EMPRESA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS. Prazo: 26/01/2027. Ass. 26/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9EEE24AB

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO CONVÊNIO 56/2026 - CONVENENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, CNPJ 25.648.387/0001-18.

Objeto: Concessão de estágios curriculares aos estudantes regularmente matriculados nos cursos da UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Prazo: 12 meses. Ass. 26/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D15F619F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 220/2026

– Nicolle Ariely Siqueira Ribeiro Santana, Unicesumar, Nutrição – Objeto: Estágio de 04 horas diárias de segunda a sexta-feira. Prazo: 04/05/2026 a 11/07/2026. Ass: 26/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9EB59445

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 229/2026

– Joana Darc Cristina Silva, Unifenas, Fisioterapia – Objeto: Estágio de 04 horas diárias às quintas-feiras. Prazo: 02/03/2026 a 17/07/2026. Ass: 26/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:ECEC7713

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 230/2026

– Maria Fernanda Silva de Sousa, UNIFENAS, Fisioterapia – Objeto: Estágio de 04 horas diárias realizadas às quintas-feiras. Prazo: 02/03/2026 a 17/07/2026. Ass: 27/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:96195325

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 232/2026

– Thayane de Resende Silva, Unifenas, Fisioterapia – Objeto: Estágio de 04 horas diárias às quintas-feiras. Prazo: 02/03/2026 a 17/07/2026. Ass: 26/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B4157770

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 233/2026

– Paula Regina Silva Vieira, Unifenas, Fisioterapia – Objeto: Estágio de 04 horas diárias às quintas-feiras. Prazo: 02/03/2026 a 17/07/2026. Ass: 26/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2DFD50D9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 236/2026

– Daiany de Souza Pinto e Silva, Unifenas, Fisioterapia – Objeto: Estágio de 04 horas diárias às quintas-feiras. Prazo: 02/03/2026 a 17/07/2026. Ass: 26/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:6014C44D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 242/2026

– Felipe Martins Bernardes, UNIFENAS, Fisioterapia – Objeto: Estágio de 04 horas diárias realizadas às quintas-feiras. Prazo: 02/03/2026 a 17/07/2026. Ass: 27/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:4A88EEC0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 245/2026

– Ana Laura Faria Barros, UEMG, Enfermagem – Objeto: Estágio de 05 horas diárias de segunda a sexta-feira. Prazo: 09/03/2026 a 17/07/2026. Ass: 27/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7ED17258

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 247/2026

– Pedro Paulo Santos, UNIFENAS, Fisioterapia – Objeto: Estágio de 04 horas diárias realizadas às quintas-feiras. Prazo: 02/03/2026 a 17/07/2026. Ass: 27/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:359D422B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 249/2026

– Graziela de Medeiros Dorneles, UEMG, Serviço Social – Objeto: Estágio de 02 horas diárias realizadas de segunda-feira a sexta-feira. Prazo: 04/03/2026 a 15/07/2026. Ass: 27/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F1CA88ED

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 250/2026

– Filipe Gabriel Cardoso Ferreira, UEMG, Enfermagem – Objeto: Estágio de 05 horas diárias de segunda a sexta-feira. Prazo: 09/03/2026 a 17/07/2026. Ass: 27/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2BBB9D46

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 251/2026

– Ana Carolina Costa Silva, UEMG, Serviço Social – Objeto: Estágio de 04 horas diárias às segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras. Prazo: 04/03/2026 a 15/07/2026. Ass: 27/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:CBD0464A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TERMO ADITIVO – TA 001/2026 – TCE CURRICULAR 241/2026.

Alícia Camille Silva Reis. Objeto: Altera carga horária para: 02 (duas) horas diárias às terças-feiras, quartas-feiras e sexta-feiras. Ass: 27/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2991AFA8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SETOP – EXTRATO DO 1º TA – CT 163/2025 – PL 132/2025.
CONTRATADO: PROEMGET ENGENHARIA LTDA.

Objeto: Prorrogação até 01/09/2026. Divinópolis 25 fevereiro de 2026.

PAULO JOSÉ SILVA
(Superintendente de Obras Públicas e Planejamento).

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2F26D421

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SETTRANS – EXTRATO DO CT 25/2026 – PL 298/2025

– Pregão Eletrônico 155/2025. Empresa: Garra Traffic Sinalização Ltda, CNPJ 03.581.664/0001-80. Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços especializados de instalação, implantação, manutenção preventiva e corretiva do sistema semafórico em operação no município, incluindo o fornecimento e substituição de equipamentos, módulos eletrônicos, componentes ópticos, acessórios e demais insumos necessários à operação contínua e eficiente da rede semafórica do município de Divinópolis/MG. Valor: R$ 4.432.600,00. Prazo 12 meses. Dot. Orçamentária: Ficha 1160 02.016.001.26.451.2160.2906.3.3.90.39.00. Ass: 26/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D23BB9CA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE ADITAMENTO Nº. 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº. 536/2026 – SEMED.

CONTRATADO: **PAULO HENRIQUE BATISTA DA SILVA** – CARGO TÉCNICO ESCOLAR.
Constitui o presente TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO **Nº 536/2026**, a alteração da lotação, do(a) **E.M. BENJAMIN CONSTANT** para o(a) **E.M. BOM PASTOR** a partir de **26 de fevereiro de 2026**, tendo como justificativa a substituição a Sandra Maria Henrique De Paula matricula 99044318/1, com fulcro no Art. 2º, inciso III, c/c art. 4º, inciso II, da Lei Municipal Nº. 4.450, de 22/12/98, a alteração do prazo contratual de **26 de fevereiro de 2026 até 21 de dezembro de 2026** e a a alteração na dotação de DOTAÇÃO: **02.006.002.2060.2351 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL (FUNDEB)** para DOTAÇÃO: **02.006.002.2060.2353 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO EDUCAÇÃO INFANTIL (FUNDEB 70%)**.

_____

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3A3EB90D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE ADITAMENTO Nº. 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº. 564/2026 – SEMED.

CONTRATADO: PATRICIA SIQUEIRA SILVA GONÇALVES – CARGO SOE.
Constitui o presente TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO DE **Nº 564/2026, a alteração passando a atuar na escola GERENCIA DE POLITICAS EDUCACIONAIS**, a partir de **28 de fevereiro de 2026**, tendo como justificativa preenchimento de vaga em caráter temporário para atendimento às unidades escolares que ofertam a modalidade de Educação Infantil, visando à substituição do Supervisor Orientador de Ensino nos casos de afastamento por licença médica, quando o período for inferior a 15 (quinze) dias, a alteração do prazo contratual de **28 de fevereiro de 2026** até **21 de dezembro de 2026** e a alteração na dotação de: **02.006.002.2060.2353 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL (FUNDEB)** para **02.06.01.0006.2350 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** a partir de **28 de fevereiro de 2026.**

_____

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E5DD84E2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO NÚMERO 355-2026, CARGO DE ASSISTENTE EDUCACIONAL, EDITAL NORMATIVO Nº. 04/2025

Fica rescindido o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário de Interesse Público Nº. 355-2026, a pedido do(a) Contratado(a), Sr(a) ISABEL CRISTINA DUTRA, brasileiro(a), estado civil SOLTEIRO, CPF 067.XXX.XXX-09, residente na RUA PESSEGUEIRO 230, JARDINÓPOLIS, DIVINÓPOLIS/MG, CEP: 35501593, a partir de 05 de MARÇO de 2026, cargo de ASSISTENTE EDUCACIONAL, lotada na Unidade Escolar denominada E.M. DR SEBASTIÃO GOMES GUIMARÃES, sendo contratante o Município de Divinópolis. Justificativa: Solicitação do servidor

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:4FAAD060

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DOM BOSCO

RECURSOS HUMANOS
DISTRATO AO CONTRATO Nº 006/2026

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO

Ref. Contrato nº 006/2026
Pelo presente instrumento, impresso em duas vias, e devidamente assinado, de um lado, o **Município de Dom Bosco-MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.602.782/0001-00, com sede administrativa na Praça Eliane Queiroz da Silva, nº 25, na cidade de Dom Bosco – MG., CEP 38654-000, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Nelson Pereira de Brito,** brasileiro, solteiro, portador do RG 8.061.279 SSP/MG, e do CPF 041.967.566-38, residente e domiciliado na Rua José Mendes, nº792, Centro, Dom Bosco (MG)**,** designado contratante e, de outro lado, **Tainá Tolentino dos Santos**, brasileira, solteira, inscrita no CPF 088.649.616-07 e CI 17.556.353 expedido pela SSP/MG, residente e domiciliada a Vila Periperi, nº 30, Zona Rural de Dom Bosco(MG),designada contratada, têm certo, justo e acordado o presente Distrato, de acordo com as cláusulas seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA - As partes acima qualificadas resolvem, de comum acordo, rescindir o Contrato Administrativo de prestação de serviços nº 006/2026, de 03/02/2026, em atenção à manifestação expressa, de livre e espontânea vontade das partes, encerrando-se 27/02/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA - A partir da assinatura do presente instrumento a contratada fica definitivamente desligada do quadro de Pessoal do Município de Dom Bosco-MG, e do exercício das funções de **Monitora de Educação Infantil**.
CLÁUSULA TERCEIRA - Em virtude do presente distrato, as partes dão a mais ampla, geral e irrevogável quitação relativa ao Contrato de prestação de serviços nº 006/2026, para nada mais reclamar seja a que título for.
CLÁUSULA QUARTA - Para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente distrato, as partes elegem o foro da Comarca de Bonfinópolis de Minas-MG, com exclusão de qualquer outro.
E por estarem justos e acertados, as partes acima qualificadas firmam o presente, em duas vias, perante as testemunhas que subscrevem.
Dom Bosco-MG, 27 de fevereiro de 2026.

_____
Contratante

_____
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF:_____

Nome: _____
CPF:_____

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:FC228F86

RECURSOS HUMANOS
DISTRATO AO CONTRATO Nº 113/2025

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO

Ref. Contrato nº 113/2025
Pelo presente instrumento, impresso em duas vias, e devidamente assinado, de um lado, o **Município de Dom Bosco-MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.602.782/0001-00, com sede administrativa na Praça Eliane Queiroz da Silva, nº 25, na cidade de Dom Bosco – MG., CEP 38654-000, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Nelson Pereira de Brito,** brasileiro, solteiro, portador do RG 8.061.279 SSP/MG, e do CPF 041.967.566-38, residente e domiciliado na Rua José Mendes, nº792, Centro, Dom Bosco (MG)**,** designado contratante e, de outro lado, **Alice Tiago Maciel**, brasileira, solteira, inscrita no CPF 158.699.076-40 e CI 22.376.682 expedido pela PC/MG, residente e domiciliada a rua Gentil Rosa de Oliveira, nº 829, centro de Dom Bosco(MG),designada contratada, têm certo, justo e acordado o presente Distrato, de acordo com as cláusulas seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA - As partes acima qualificadas resolvem, de comum acordo, rescindir o Contrato Administrativo de prestação de serviços nº 113/2025, de 07/07/2025 e seu Termo Aditivo de 06/01/2026, em atenção à manifestação expressa, de livre e espontânea vontade da contratada, encerrando-se 27/02/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA - A partir da assinatura do presente instrumento a contratada fica definitivamente desligada do quadro de Pessoal do Município de Dom Bosco-MG, e do exercício das funções de **Cirurgiã Dentista**.
CLÁUSULA TERCEIRA - Em virtude do presente distrato, as partes dão a mais ampla, geral e irrevogável quitação relativa ao Contrato de prestação de serviços nº 113/2025 e seu Termo Aditivo, para nada mais reclamar seja a que título for.
CLÁUSULA QUARTA - Para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente distrato, as partes elegem o foro da Comarca de Bonfinópolis de Minas-MG, com exclusão de qualquer outro.
E por estarem justos e acertados, as partes acima qualificadas firmam o presente, em duas vias, perante as testemunhas que subscrevem.
Dom Bosco-MG, 27 de fevereiro de 2026.

_____
Contratante

_____
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF:_____

Nome: _____
CPF:_____

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:143CD32D

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 018/2026

PORTARIA Nº 018, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

CONCEDE DUAS FÉRIAS-PRÊMIO A SERVIDORA HELENA RODRIGUES MARQUES.

O Prefeito Municipal de Dom Bosco, Minas Gerais, no uso das atribuições legais, que lhe confere o Art. 86, inciso V, combinado com o Art. 107, inciso II, alíneas “a” e “b” da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando que o servidor Municipal, faz uso ao direito de gozo de férias prêmio, conforme requerimento por ter contemplado o período de aquisição, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder duas férias-prêmio por assiduidade de 180 (centro e oitenta) dias, à servidora Helena Rodrigues Marques, CPF/MF: 043.988.446-27, matrícula 596-3, cargo de Técnico em Enfermagem, vencidas em 19/01/2014 e 19/01/2019, ficando o período de gozo de 02/03/2026 a 28/08/2026.

Art. 2º -EstaPortariaentra em vigor na data de sua publicação.

Dom Bosco-MG, 27 de fevereiro de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:A93DEF31

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 019/2026

PORTARIA Nº 019, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Dom Bosco, Minas Gerais, no uso das atribuições legais, que lhe confere o Art. 86, inciso V, combinado com o Art. 107, inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei Orgânica do Município, e,
Considerando que os servidores Municipais, fazem uso ao gozo de férias regulamentares, conforme requerimento por ter contemplado o período de aquisição, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder Férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

NOME	Mat.	Cargo/Função	Período aquisitivo	Período de gozo de férias
Cleusa Soares da Silva Gomes	137-1	Fiscal Mun. de Tributos	01/07/2024 a 30/06/2025	05/03/2026 a 24/03/2026
Elem Aparecida Barbosa	1255-2	Técnica em Enfermagem	08/08/2024 a 07/08/2025	02/03/2026 a 31/03/2026
Flávia Batista Rabelo	656-5	TNS Enfermeiro	27/03/2024 a 26/03/2025	22/03/2026 a 20/04/2026
Géssica de Almeida Silva	778-9	Aux.de Serv. Gerais	01/12/2023 a 30/11/2024	02/03/2026 a 31/03/2026

Art. 2º - EstaPortariaentra em vigor na data de sua publicação.

Dom Bosco-MG, 27 de fevereiro de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:DE52D1A4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DORES DO INDAIÁ

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA ATA N.º 004/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2025

Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá - MG, Processo Licitatório n.º 006/2025, Pregão Eletrônico n.º 002/2025. EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA ATA N.º 004/2025 – **Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E MONTAGEM DE BANHEIROS QUÍMICOS, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA, LAZER, EVENTOS E TURISMO, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. O presente Termo Aditivo objetiva promover a prorrogação da Ata de Registro de Preços n.º 004/2025, pelo período de 20/02/2026 a 20/02/2027.

Publicado por:
Lara Gontijo Gil Correa Silva
Código Identificador:1E0F27DB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DO INDAIÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO N°: 028/2026

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá - MG, Processo Licitatório n°: 028/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº: 010/2026 - RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO - OBJETO: **"CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA ESPECIALIZADA PARA DESEMPENHO DE ATIVIDADES REFERENTES À SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA, CONFORME O DISPOSTO NA LEI FEDERAL N.º 5.194/66, COMPREENDENDO ELABORAÇÃO DE PROJETOS, PLANEJAMENTOS, ESTUDOS TÉCNICOS, PARECERES, LAUDOS, PERÍCIAS, AVALIAÇÕES, BEM COMO SUPERVISÃO OU GERENCIAMENTO DE OBRAS, EM ATENDIMENTO À DEMANDA ADMINISTRATIVA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE ESTRELA DO INDAIÁ-MG"**. A Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá torna público o Extrato do Contrato n° 074/2026, tendo como vencedor o seguinte licitante: CASBRUN ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - CNPJ 29.520.154/0001-96. Total estimado para este fornecedor R$ 34.788,00 (trinta e quatro mil e setecentos e oitenta e oito reais).

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:BF989B93

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO N°: 037/2026

Município de Estrela do Indaiá - MG, Processo Licitatório n°: 037/2026, Dispensa de Licitação n°: 009/2026. EXTRATO DE CONTRATO – Objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA COMPLETA DE CARRETINHAS DE ENGATE PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO INDAIÁ/MG, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO"**. O Município de Estrela do Indaiá torna pública a assinatura do contrato n°: 072/2026, CONTRATANTE: Município de Estrela do Indaiá-MG – CONTRATADA: 57.300.604 JOSE GERALDO MACHADO - CNPJ 57.300.604/001-70. No valor total de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:69F05806

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO N°: 038/2026

Município de Estrela do Indaiá - MG, Processo Licitatório n°: 038/2026, Dispensa de Licitação n°: 010/2026. EXTRATO DE CONTRATO – Objeto: **"AQUISIÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA, ÓLEO DIESEL S10 E DIESEL COMUM) PARA ABASTECIMENTO IMEDIATO E CONTÍNUO DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO INDAIÁ-MG"**. O Município de Estrela do Indaiá torna pública a assinatura do contrato n°: 073/2026, CONTRATANTE: Município de Estrela do Indaiá-MG – CONTRATADA: POSTO SANTA EDWIGES PETROLEO LTDA - CNPJ 19.848.233/0019-04. No valor total de R$ 22.570,00 (vinte e dois mil e quinhentos e setenta reais).

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:645F5881

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA

JURACI FRANCISCO SANTANA, Prefeito Municipal de Estrela do Indaiá/MG, no uso de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE CONCEDER, a Srª. **DELANZE MARIA LOURENÇO DE SOUSA**, funcionária desta Prefeitura, licença para tratamento de saúde, em prorrogação, conforme Laudo/conclusão Pericial, segundo o disposto no Artigo 156, Seção IV do Estatuto do Servidor Público Municipal de 30 de Março de 1993, a contar de 21 de fevereiro de 2026 a 07 de abril de 2026.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá/MG, 23 de fevereiro de 2026.

JURACI FRANCISCO SANTANA
Prefeito Municipal

MARINISE PIEDADE DE LOURDES BRAGA VELOSO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Fernanda Vieira Rodrigues Lopes
Código Identificador:20BD8599

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA

JURACI FRANCISCO SANTANA, Prefeito Municipal de Estrela do Indaiá/MG, no uso de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE CONCEDER, conforme seu requerimento protocolado nesta Prefeitura, sob o no 21.013, em 25-02-2026, o Sr. **LUIS ANTÔNIO DA SILVA**, funcionário desta Prefeitura, o pagamento de seu 6º (sexto) quinquênio, a partir do mês de fevereiro de 2026, conforme direito estatutário parágrafo único do Art. 52, SUBSEÇÃO III, pág. 10 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Estrela do Indaiá /MG, Lei Municipal no 1.352, de 30 de Março de 1993.
Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá/MG, 25 de fevereiro de 2026.

JURACI FRANCISCO SANTANA
Prefeito Municipal

MARINISE PIEDADE DE LOURDES BRAGA VELOSO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Fernanda Vieira Rodrigues Lopes
Código Identificador:53F69391

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA NO 012, DE 20-02-2026.

Dispõe sobre férias regulamentares de Funcionário desta Prefeitura Municipal e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Estrela do Indaiá/MG, **JURACI FRANCISCO SANTANA**, considerando o requerimento protocolado por:

VALDECIR MÁXIMO FERREIRA, o qual requer a concessão de férias regulamentares a que faz jus, ou a respectiva indenização da mesma, no caso de impossibilidade de deferimento. E considerando a indispensabilidade dos serviços do mesmo.

RESOLVE:

1º - Ficam as férias regulamentares do citado funcionário convertidas em indenização.

2º - A indenização será paga no valor correspondente ao salário do funcionário, com mais 1/3 (um terço) constitucional.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá/MG, 20 de fevereiro de 2026.

JURACI FRANCISCO SANTANA
Prefeito Municipal

MARINISE PIEDADE DE LOURDES BRAGA VELOSO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Fernanda Vieira Rodrigues Lopes
Código Identificador:385169BD

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA NO 013, DE 27-02-2026.

Concede férias regulamentares a Funcionária CAROLINE SILVA CLAUDINO MELO, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Estrela do Indaiá/MG, **JURACI FRANCISCO SANTANA**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a norma estatutária deste Município e Art. 7o, Capítulo II, Inciso XVII da Constituição Federal/88.

RESOLVE CONCEDER, a pedido, a Funcionária desta Prefeitura, a Srª. **CAROLINE SILVA CLAUDINO MELO,** as suas férias regulamentares relativas ao período de 19.09.2023 a 18.09.2024 e de 19.09.2024 a 18.09.2025, saindo de férias no dia 01 de abril de 2026 e retornando ao trabalho no dia 31 de maio de 2026, portanto contando-se assim com direito a 1/3 da remuneração a mais, conforme disposição constitucional acima apontada.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá/MG, 27 de fevereiro de 2026.

JURACI FRANCISCO SANTANA
Prefeito Municipal

MARINISE PIEDADE DE LOURDES BRAGA VELOSO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Fernanda Vieira Rodrigues Lopes
Código Identificador:C18B163C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA NO 014, DE 27-02-2026.

Concede férias regulamentares à Funcionária MARLI APARECIDA VIEIRA FARIAS ROCHA, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Estrela do Indaiá/MG, **JURACI FRANCISCO SANTANA**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a norma estatutária deste Município e Art. 7o, Capítulo II, Inciso XVII da Constituição Federal/88.

RESOLVE CONCEDER, a pedido, a Funcionária desta Prefeitura, a Srª. **MARLI APARECIDA VIEIRA FARIAS ROCHA,** as suas férias regulamentares relativas ao período de 07.02.2021 a 06.02.2022, saindo de férias no dia 01 de abril de 2026 e retornando ao trabalho no dia 01 de maio de 2026, portanto contando-se assim com direito a 1/3 da remuneração a mais, conforme disposição constitucional acima apontada.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá/MG, 27 de fevereiro de 2026.

JURACI FRANCISCO SANTANA
Prefeito Municipal

MARINISE PIEDADE DE LOURDES BRAGA VELOSO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Fernanda Vieira Rodrigues Lopes
Código Identificador:3620ED54

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2026

PROCESSO Nº 09/2026

INTERESSADO PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO SUL – MG

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: 18/03/2026 ÀS 09:00H

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO: 18/03/2026 ÀS 09:10H

PRAZO FINAL DE IMPUGNAÇÃO: 12/03/2026 ÀS 17:00H

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MOCHILAS, ESTOJOS E GARRAFAS DE ÁGUA PERSONALIZADAS PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ESTRELA DO SUL/MG. REGIONALIZADA.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: R. ALFREDO TORMIM, 32 - ESTRELA DO SUL, MG, CEP: 38.525-000

PREGOEIRO: VICTOR AMÉRICO COELHO
AMPARO LEGAL: REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

DECRETO MUNICIPAL Nº 70/2023
DECRETO MUNICIPAL Nº 07/2026

O EDITAL PODERÁ SER OBTIDO GRATUITAMENTE NO SITE DA PREFEITURA, NO ENDEREÇO WWW.ESTRELADOSUL.MG.GOV.BR

A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO; INFORMAÇÕES ADICIONAIS PODEM SER OBTIDAS JUNTO, A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

E-MAIL: LICITACAO@ESTRELADOSUL.MG.GOV.BR

PUBLICADO EM 27 DE FEVEREIRO DE 2026

Publicado por:
Regiane Patrícia Silva Azevedo
Código Identificador:B5284305

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO: Nº 85/2023
TERMO ADITIVO: Nº 04/2026
CONTRATADO: DIOCESE DE UBERLÂNDIA
OBJETO: REFERE-SE A LOCAÇÃO DO SALÃO PAROQUIAL, PARA ABRIGAR O ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO SUL, EM PERIODO DE REFORMA.
FUNDAMENTO: ALTERAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL PARA MAIS 12 MESES, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 26/02/2027.

Publicado por:
Regiane Patrícia Silva Azevedo
Código Identificador:196496D3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FELIXLÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO - PROCESSO 18/2021, INEXIGIBILIDADE 03/2021

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO realizado pelo Município de Felixlândia/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 17.695.032/0001-51, Processo 18/2021 – Inexigibilidade 03/2021, firmado entre a Prefeitura Municipal e a pessoa jurídica. CORDEIRO, LARANJEIRAS E MAIA ADVOGADOS, escritório de advocacia, inscrito no CNPJ sob nº 07.710.758/0001-62, com sede na Rua Padre Carapuceiro, 706, sala 302, Bairro de Boa Viagem, Recife/PE - CEP 51020-280, objeto: Contratação de serviços para promoção/acompanhamento de processos judiciais e extrajudiciais relacionados ao incremento mensal e a recuperação de receitas em atraso decorrentes do percentual pertencente ao Município da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), antiga CFH, devidas pela UNIÃO FEDERAL e/ou pela AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, podendo, para tanto, ingressar com quaisquer medidas administrativas ou judiciais, nos termos do § 1º do art. 20, da Constituição Federal e da Lei Federal nº 7.990/89, e posteriores alterações, com as devidas correções monetárias devidas sobre os repasses das compensações financeiras. Valor global de Valor global de: 15% (quinze por cento) do efetivo benefício econômico auferido pelo CONTRATANTE, calculado sobre a diferença a maior dos repasses mensais das parcelas

das Contribuições Financeiras sobre a Utilização de Recursos Hídricos (CFURH/CFH), que vierem a ser efetivamente repassados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e/ou pela UNIÃO FEDERAL, em razão das decisões judiciais ou administrativas obtidas, a contar da data do primeiro creditamento em favor do CONTRATANTE), com vigência de 23/02/2026 a 23/02/2027. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, II da Lei nº 8.666/93.

BRUNO AUGUSTO RODRIGUES MAGALHÃES.
Chefe do Departamento de Administração

Publicado por:
Warley Gonçalves Lima
Código Identificador:1D153BED

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO - PROCESSO 19/2025, DISPENSA 09/2025

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO realizado pelo MUNICÍPIO DE FELIXLÂNDIA, inscrito no CNPJ sob o nº 17.695.032/0001-51, Processo 19/2025, Dispensa 09/2025. Objeto: **Contratação de consultoria técnica de pessoa física para dar suporte ao Fundo Municipal da Pessoa Idosa quanto a elaboração de Plano de Aplicação, Plano de Ação, Editais e demais documentos necessários para execução de recursos recebidos, atendendo a necessidades do Departamento de Serviço Social, conforme termo de referência**, firmado com a pessoa jurídica **GISELLE DIAS NASCIMENTO, inscrita no CPF 066.092.826-41,** com sede na **Rua Sete, 121, Conj Hab José P Almeida, CEP 39.205-000, Três Marias/MG**, no valor global de **R$ 43.807,32 (quarenta e três oitocentos e sete mil reais e trinta e dois centavos),** com vigência de 27/02/2026 a 27/02/2027**.** Fundamento Legal: Lei Federal n.º 14.133/2021.

RAFAEL APARECIDO DA CUNHA.
Chefe de Departamento de Administração

Publicado por:
Warley Gonçalves Lima
Código Identificador:C17AF120

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO - PROCESSO 20/2025, DISPENSA 10/2025

EXTRATO DE PRORROGAÇAÕ DE CONTRATO realizado pelo MUNICÍPIO DE FELIXLÂNDIA, inscrito no CNPJ sob o nº 17.695.032/0001-51, Processo 20/2025, Dispensa 10/2025. Objeto: **Contratação de empresa para prestação de serviços de suporte a casa de apoio para acompanhamento e deslocamento de pacientes em tratamento de saúde em Belo Horizonte, atendendo as necessidades do Departamento de Saúde, conforme especificações contidas no termo de referência,** firmado com a pessoa jurídica **MM GESTAO DE SERVICOS LTDA,** inscrita no **CNPJ52.709.196/0001-91,** com sede na Rua Japurá, nº 47 – Renascença, CEP 31.130-760, Belo Horizonte/MG, no valor global **R$ 65.335,00 (sessenta e cinco mil, trezentos e trinta e cinco reais),** assinado e ratificado em 28/02/2026, com vigência até 28/02/2027. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 14.133/2021.

ALINE KARLA DE SOUZA LUCENA.
Chefe de Departamento de Saúde

Publicado por:
Warley Gonçalves Lima
Código Identificador:BDC02DB3

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO 08/2024, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 01/2024

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO realizado pelo Município de Felixlândia/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 17.695.032/0001-51, referente ao Processo Licitatório nº 08/2024 – modalidade Concorrência Eletrônica nº 01/2024 do tipo Empreitada por Menor Preço Global. Objeto: **Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviço de pavimentação asfáltica de vias rurais, nos moldes do Contrato de Repasse nº 942745/2023/MIDR/CAIXA, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Projeto Básico, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro, Orçamento Discriminativo não Desonerado**(...). Firmado com a empresa: **LM EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA EIRELI**, inscrita no CNPJ nº **32 109 890/0001-60**, no valor de **R$ 232.000,00** (duzentos e trinta e dois mil reais), com vigência de 27/02/2025 até 27/08/2025.

SÉRBIO HENRIQUE DE ARAÚJO.
Chefe do Departamento de Obras

Publicado por:
Warley Gonçalves Lima
Código Identificador:9BECB3C7

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO 23/2023, PREGÃO PRESENCIAL 12/2023

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO realizado pelo Município de Felixlândia/MG, inscrito no CNPJ nº 17.695.032/0001-51, Processo Licitatório nº 23/2023 – Pregão Presencial nº 12/2023: **Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte de pacientes da zona rural e de profissionais da saúde para atender às necessidades do Departamento de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, que tem as especificações descritas no Anexo I, que faz parte integrante deste Edital**, firmado com as pessoas jurídicas: **NILSON FERNANDES PINTO 30372909604** inscrito no CNPJ sob nº 40.645.361/0001-00**,** no valor global de **R$ 114.700,80** (cento e quatorze e setecentos mil reais e oitenta centavos) e **MARIA EUNICE DA SILVA 06945285600**, inscrita no CNPJ nº 41.453.315/0001-71, no valor global **R$ 79.104,00** (setenta e nove mil e cento e quatro reais). Contratos prorrogados pelo período de 24/02/2026 a 24/02/2027**.** FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

ALINE KARLA DE SOUZA LUCENA.
Chefe do Departamento de Saúde

Publicado por:
Warley Gonçalves Lima
Código Identificador:EC6D408D

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO - PROCESSO LICITATÓRIO 71/2025, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 03/2025

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO realizado pelo Município de Felixlândia/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 17.695.032/0001-51, referente à Concorrência 03/2025, Processo Licitatório 71/2025. O objeto do processo em comento passa a vigorar com a seguinte redação: **Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de ampliação da edificação do prédio do Departamento de Serviço Social, destinado ao desenvolvimento do Programa Feliz Idade do município de Felixlândia/MG, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Projeto Básico, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro, Orçamento Discriminativo não Desonerado"**. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 14.133/2021.

RAFAEL APARECIDO DA CUNHA.
Chefe do Departamento de Serviço Social

Publicado por:
Warley Gonçalves Lima
Código Identificador:878A26A1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMIGA

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EDITAL – 1/2026 DA NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO DE INFRAÇÕES POR NÃO IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA
Prefeitura Municipal de Formiga – PMF
EDITAL – 1/2026 DA NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO DE INFRAÇÕES POR NÃO IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR

Prefeitura Municipal de Formiga – PMF, em conformidade com as disposições e competências estabelecidas pela Lei Federal nº. 9.503/97, e pelas Resoluções do CONTRAN nº. 710/2017 e Lei 14.229/2021, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, Notifica através do presente Edital, os proprietários dos veículos, abaixo relacionados, das respectivas Infrações de Transito, estabelecendo prazo legal de 30 (trinta) dias, a contar da presente publicação para a facultativa interposição da Defesa da Autuação, observado os termos da Resolução do CONTRAN Conselho Nacional de Transito, nº. 918/2022.
A Defesa da Autuação por ventura interposta, deverá ser entregue PESSOALMENTE ao Prefeitura Municipal de Formiga - PMF, que fica localizado na Rua Barão de Piumhi ,121 – Centro - FORMIGA MG - CEP. 35570-128 ou VIA CORREIOS para Rua Barão de Piumhi , 121 – Centro - FORMIGA MG - CEP. 35570-128 (de preferência mediante aviso de recebimento).
ATENÇÃO: A disponibilidade do atendimento presencial está sujeita a possíveis restrições estabelecidas por decreto municipal ou estadual. Favor conferir a disponibilidade pelo telefone: (37) 3329-1846.

PLACA	NRO AIT	DATA DA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO
SJD6C68	N300000004	24/02/2026	5002-0
TDU2F34	N300000007	24/02/2026	5002-0
SIK1G56	N300000013	24/02/2026	5002-0
SIU5F58	N300000016	24/02/2026	5002-0
RMP6F19	N300000020	24/02/2026	5002-0
RUC4E14	N300000040	24/02/2026	5002-0
KZA7A05	N300000047	24/02/2026	5002-0
TDI0H24	N300000048	24/02/2026	5002-0

Tipo de documento: NICNAI - Data da geração: 27 de fevereiro de 2026 – Total de Registros: 8

_____
Autoridade de Trânsito
_____

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:7E6CA17A

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EDITAL – 3/2026 PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA
Prefeitura Municipal de Formiga – PMF

EDITAL – 3/2026 PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

Em face ao recebimento das solicitações de aplicação de penalidade de advertência, com fulcro na Resolução 918/22 do CONTRAN, em seu Art. 10º, ficam os proprietários dos veículos abaixo notificados conforme decisões. Os autos com acolhimento serão convertidos em penalidades de advertência, e os autos com não acolhimentos serão continuados com a emissão da Notificação de Imposição da Penalidade de multa.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	DATA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO	DOCUMENTO CONDUTOR
JGC5H53	AG09916846	25/08/2025	5550-0	07915621175
GZG3715	AG09916686	26/08/2025	5550-0	07350829091
OXG6800	AG09916690	28/08/2025	5550-0	00741168179
PGX7D22	AG09917009	08/09/2025	5550-0	07246777004
QOB1646	AG09917010	08/09/2025	5550-0	00592980499
QNG1903	AG09917060	09/09/2025	5550-0	01466566108
HBJ8I94	AG09916840	09/09/2025	5550-0	04550180370
PYG9F04	AG09916890	09/09/2025	5550-0	05004852677
OPX2125	AG09916889	09/09/2025	5550-0	03408321020
HBJ7F64	AG09917022	11/09/2025	5550-0	06108556544
RTW5E62	AG09917821	24/11/2025	5509-0	01681553013
HMJ2D81	AG09918099	25/11/2025	5509-0	06916325543
HAO9414	AG09918113	26/11/2025	5550-0	01828013603
PVT0E16	AG09917840	28/11/2025	5509-0	5004875906
FAP8629	AG09918446	29/11/2025	5550-0	06474792980
PUG1H55	AG09918444	29/11/2025	5550-0	00593021020
FMY2848	AG09918485	29/11/2025	5550-0	01973478718
SHM1C04	AG09918482	29/11/2025	5550-0	08622570158
OMD3162	AG09918481	29/11/2025	5550-0	03874887802
PAT7G91	AG09918023	01/12/2025	5550-0	01406539583
TEW3A95	AG09917498	01/12/2025	5746-1	08739112110
QOA7327	AG09917504	02/12/2025	5550-0	03795186934
FTK0I23	AG09917520	08/12/2025	5550-0	03255922736
QQL1220	AG09918655	12/12/2025	5380-0	03818189845
GSJ9I89	AG09918656	12/12/2025	5525-0	01934804726
RBE4E29	AG09918368	12/12/2025	5550-0	01865513339
HGS9728	AG09918380	16/12/2025	5460-0	03622168500
OLZ2J10	AG09918295	18/12/2025	5509-0	08216922409

Tipo de documento: Notificação de Advertência - Data da geração: 27 de fevereiro de 2026 – Total de Registros: 28

_____
Autoridade De Trânsito
_____

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:6BC6D5D5

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026 - SAAE

SAAE / Formiga / MG torna público que fará realizar o Processo Licitatório Nº **0003/2026**. Pregão Eletrônico Nº **003/2026 – Registro de Preços**. Tipo: **MENOR PREÇO UNITÁRIO**. Objeto: Referente eventual e futura aquisição de **HIDRÔMETROS** para medição do consumo de água em ligações residenciais, comerciais e industriais no município de Formiga (MG). A abertura da sessão será às 08h00min, do dia: **12/03/2026**. Aos interessados, informações nos sites: www.licitanet.com.br e www.saaeformiga.com.br.

ZÁIRA DE OLIVEIRA ARANTES RANGEL –
Pregoeira.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:0DCD8D78

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
RATIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 14/2026
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2026, PROCESSO LICITATÓRIO 142/2025, PREGÃO ELETRÔNICO 64/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ DE MINAS
Considerando a instrução constante nos autos do Processo Licitatório nº 32/2026, Inexigibilidade nº 14/2026**, referente à adesão à Ata de Registro de Preços nº 01/2026**, oriunda do Pregão Eletrônico nº 64/2025, promovido pela Prefeitura Municipal de Imbé de Minas, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de

obras e serviços de engenharia para modernização, manutenção extensão e eficientização energética do parque de iluminação do município de Formiga, incluindo o fornecimento de equipamentos e materiais;
Considerando que a adesão encontra respaldo nos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao Sistema de Registro de Preços;
Considerando que o Município de Formiga é órgão participante do procedimento conforme consta no instrumento convocatório do referido processo;
Considerando a existência de dotação orçamentária própria e suficiente para suportar as despesas decorrentes da contratação;
RATIFICO a adesão à Ata de Registro de Preços nº 01/**2026**, oriunda do Processo Licitatório nº 142/2025, Pregão Eletrônico 64/2025, gerenciada pela Prefeitura Municipal de Imbé de Minas, para fins da contratação da empresa **IPÊ ILUMINAÇÃO E ELETRIFICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº** 18.709.903/0001-01**, para a prestação dos serviços informados nos itens 1, 2, 3 e 4 do mapa de apuração anexo aos autos, perfazendo o valor total estimado de R$ 289.288,62 (duzentos e oitenta e nove mil, duzentos e oitenta e oito reais e sessenta e dois centavos)**, nos termos e condições estabelecidos na ata de registro de preços e no respectivo processo licitatório do órgão gerenciador.

Formiga/MG, 27 de fevereiro de 2026

LAÉRCIO DOS REIS GOMES – CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:2B7F117E

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
RATIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 15/2026
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2026, PROCESSO LICITATÓRIO 142/2025, PREGÃO ELETRÔNICO 64/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ DE MINAS
Considerando a instrução constante nos autos do Processo Licitatório nº 33/2026, Inexigibilidade nº 15/2026**, referente à adesão à Ata de Registro de Preços nº 02/2026**, oriunda do Pregão Eletrônico nº 64/2025, promovido pela Prefeitura Municipal de Imbé de Minas, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia para modernização, manutenção extensão e eficientização energética do parque de iluminação do município de Formiga, incluindo o fornecimento de equipamentos e materiais;
Considerando que a adesão encontra respaldo nos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao Sistema de Registro de Preços;
Considerando que o Município de Formiga é órgão participante do procedimento conforme consta no instrumento convocatório do referido processo;
Considerando a existência de dotação orçamentária própria e suficiente para suportar as despesas decorrentes da contratação;
RATIFICO a adesão à Ata de Registro de Preços nº 02/**2026**, oriunda do Processo Licitatório nº 142/2025, Pregão Eletrônico 64/2025, gerenciada pela Prefeitura Municipal de Imbé de Minas, para fins da contratação da empresa **ZEUS ELÉTRICA LTDA, inscrita no CNPJ nº** 37.571.480/0001-50**, para a prestação dos serviços informados nos itens 1 a 13 do mapa de apuração anexo aos autos, perfazendo o valor total estimado de R$ 1.161.978,12 (um milhão, cento e sessenta e um mil, novecentos e setenta e oito reais e doze centavos)**, nos termos e condições estabelecidos na ata de registro de preços e no respectivo processo licitatório do órgão gerenciador.

Formiga/MG, 27 de fevereiro de 2026

LAÉRCIO DOS REIS GOMES –
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:D5D9F02B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMOSO

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

Considerando que foram necessárias retificações no Termo de Referência e no Edital (itens 3.6 e 7.2.4) do certame, torna-se necessário a presente republicação do edital, e consequentemente remarcação da data de início da sessão pública de recebimento, abertura e julgamento das propostas.
OBJETO: **Formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras de ar e acessórios para manutenção dos veículos pertencentes à frota municipal, atendendo às necessidades das unidades administrativas vinculadas à Prefeitura de Formoso (MG)**.
NOVA DATA: 13 DE MARÇO DE 2026 (sexta-feira), às 09:00 horas. Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, julgamento: Menor Preço por Item, sob a regência da Lei n° 14.133/2021, em sessão pública a ser realizada na Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).
O edital contendo as linhas e demais especificações se encontra à disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal https://www.formoso.mg.gov.br/ e na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Vicente Moreira de Moura, n° 363, Centro, Formoso/MG, e poderá ser obtido no horário comercial. Maiores informações poderão ser obtidas pelos e-mails: compraselicitacoes@formoso.mg.gov.br e geprolformosomg@gmail.com ou telefones: (38) 3647-1552/1111. Formoso/MG, 27 de fevereiro de 2026.

GISELLE APARECIDA RODRIGUES COIMBRA,
Coordenadora da Equipe de Apoio ao Pregão.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:4F2FC387

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2026

A Prefeitura de Formoso/MG, torna público para conhecimento dos interessados, a ERRATA referente ao EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO ADIMINTRATIVO 05/2026, PREGÃO PRESENCIAL 02/2026.
No extrato de publicação da Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial nº 02/2026: **ONDE-SE LÊ**: "*Formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos descartáveis, materiais e utensílios de limpeza e higiene em geral, destinados a suprir as demandas e necessidades dos órgãos e unidades administrativas do Município de Formoso/MG".* **LEIA-SE**: *"Formação de registro de preços para aquisição de materiais de construção em específico, sendo tijolo e areia, com vistas ao atendimento de demandas de acordo com a solicitação dos órgãos e Unidades Administrativas vinculadas à Prefeitura de Formoso/MG"*.
Matéria veiculada na Edição nº 4222 do Diário Oficial dos Municípios Mineiros, de publicação do dia 27/02/2026. Publique-se, nos termos da lei.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:49F8CC76

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 05/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2022 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2022

RATIFICAÇÃO DO PROCESSO Nº 036/2022. INEXIGIBILIDADE Nº 006/2022. CREDENCIAMENTO Nº 005/2022. OBJETO: Credenciamento, de pessoas físicas e jurídicas, para prestação de serviços técnicos profissionais nas áreas da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social, no âmbito do Município de Formoso/MG. FUNDAMENTO: Artigo 25, *caput*, Lei Federal nº 8.666, de 1993. DATA DA RATIFICAÇÃO: 29/05/2024. CONTRATADA: Julia Silva Nascimento – CPF: 054.995.911-48. VIGÊNCIA: 07 (sete) meses. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.05.02.10.301.0015.2029.3.3.90.36.00: Ficha 254 – Fonte 1.600.000.0000. DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 03/06/2024. **CONTRATO Nº 088/2024.** Mais informações pelo telefone: (38) 3647-1552, e-mail: compraselicitacoes@formoso.mg.gov.br.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:8C3627B2

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO NO CREDENCIAMENTO Nº 05/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2022 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 147/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2022. INEXIGIBILIDADE Nº 006/2022.
CREDENCIAMENTO Nº 005/2022. OBJETO: Credenciamento, de pessoas físicas e jurídicas, para prestação de serviços técnicos profissionais nas áreas da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social, no âmbito do Município de Formoso/MG. FUNDAMENTO: Artigo 25, *caput*, Lei Federal nº 8.666, de 1993. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.05.02.10.301.0015.2029.3.3.90.36.00 - Ficha 255 - Fontes variadas. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Formoso/MG – CNPJ: 18.125.153/0001-20. CONTRATADA: Julia Silva Nascimento – CPF: 054.995.911-48. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses. DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 01/07/2025. Formoso/MG, 01 de julho de 2025.

GLEICIANE FERREIRA GOIS,
Gestora de Contratos.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:1AA03C57

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - 4º ADITIVO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2022 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2022

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2022. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2022. OBJETO DO PROCESSO: Contratação de serviços técnicos de desenvolvimento, instalação de sistemas, customização, configuração do Portal da Prefeitura, incluindo licença, hospedagem, manutenção e suporte em servidor Web, para atender demanda da Secretaria Municipal de Governo. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Formoso/MG – CNPJ: 18.125.153/0001-20. CONTRATADA: André Luiz Alves de Souza – CNPJ: 34.552.975/0001-44. OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre as partes, que vigorará a partir do dia 01/01/2026, com vigência até o dia **31/12/2026**, podendo ser prorrogado. DATA DA ASSINATURA: 30/12/2025.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:051836FB

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - 4º ADITIVO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2022

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2022. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2022 CREDENCIAMENTO Nº 05/2022. OBJETO DO PROCESSO: Credenciamento, de pessoas físicas e jurídicas, para prestação de serviços técnicos profissionais nas áreas da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social, no âmbito do Município de Formoso/MG. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Formoso/MG – CNPJ: 18.125.153/0001-20. CONTRATADA: Edimar José Carneiro – CNPJ: 24.155.767/0001-58. OBJETO DO TERMO ADITIVO: O reajuste inflacionário contratual no percentual de 12,88% (doze vírgula oitenta e oito por cento) no valor do plantão correspondente ao contrato celebrado entre as partes, calculado na variação acumulada do IPCA, fundamentado no Requerimento da Contratada, parecer jurídico e despacho do Prefeito, que acompanham o presente instrumento, instruindo o Processo PRO-2559/2025. DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 21/03/2025.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:FABF5C95

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - 4º ADITIVO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2022

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2022. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2022. CREDENCIAMENTO Nº 05/2022. OBJETO DO PROCESSO: Credenciamento, de pessoas físicas e jurídicas, para prestação de serviços técnicos profissionais nas áreas da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social, no âmbito do Município de Formoso/MG. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Formoso/MG – CNPJ: 18.125.153/0001-20. CONTRATADA: Monica Mendes Ferreira do Nascimento – CPF: 610.495.061-20. OBJETO DO TERMO ADITIVO: O reajuste inflacionário contratual no percentual de 5,47% ao contrato celebrado entre as partes, calculado na variação acumulada do IPCA, fundamentado no Requerimento da Contratada e despacho do Prefeito, que acompanham o presente instrumento, instruindo o Processo PRO-2644/2025. NOVO VALOR MENSAL DO CONTRATO: R$ 5.716,86 (cinco mil e setecentos e dezesseis reais e oitenta e seis centavos). DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 14/04/2025.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:5C2F56FC

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - 4º ADITIVO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 105/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2022

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 105/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2022. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2022. CREDENCIAMENTO Nº 05/2022. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Formoso/MG – CNPJ: 18.125.153/0001-20. CONTRATADA: José de Oliveira – CNPJ: 35.115.055/0001-21. OBJETO DO TERMO ADITIVO: A concessão de reajuste contratual no percentual de 16,08% nos valores

correspondentes ao contrato celebrado entre as partes, calculado na variação acumulada do IPCA de 04/2022 até 08/2025, fundamentado no Requerimento da Contratada, parecer jurídico e despacho do Prefeito, que acompanham o presente instrumento, instruindo o Processo PRO-2899/2025. DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 29/08/2025.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:BB023BC0

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - 4º ADITIVO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 109/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2022

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 109/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2022. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2022. CREDENCIAMENTO Nº 05/2022. OBJETO DO PROCESSO: Credenciamento, de pessoas físicas e jurídicas, para prestação de serviços técnicos profissionais nas áreas da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social, no âmbito do Município de Formoso/MG. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Formoso/MG – CNPJ: 18.125.153/0001-20. CONTRATADA: Alfa Camembert Ltda – CNPJ: 20.396.394/0001-56. OBJETO DO TERMO ADITIVO: O reajuste inflacionário contratual no percentual de 11,42% (onze vírgula quarenta e dois por cento) no valor do plantão correspondente ao contrato celebrado entre as partes, calculado na variação acumulada do IPCA, fundamentado no Requerimento da Contratada, parecer jurídico e despacho do Prefeito, que acompanham o presente instrumento, instruindo o Processo PRO-2429/2025. NOVO VALOR UNITÁRIO: R$ 2.395,55 (dois mil e trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 24/02/2025.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:4F8899A2

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - 5º ADITIVO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2022. OBJETO DO PROCESSO: Contratação da prestação de serviços de digitação para atuação na prevenção, vigilância, controle e assistências às doenças com inserção de notificações no sistema, para atender às demandas da Secretaria Municipal da Saúde. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Formoso/MG – CNPJ: 18.125.153/0001-20. CONTRATADA: Kenia Ornelas Batista 02975867182 – CNPJ: 43.707.437/0001-51. OBJETO DO TERMO ADITIVO: Reajuste inflacionário contratual no percentual de 8,36% ao contrato celebrado entre as partes, calculado na variação acumulada do IPCA 01/2025, fundamentado no Requerimento da Contratada e despacho do Prefeito, que acompanham o presente instrumento, instruindo o Processo PRO-2368/2024. DATA DA ASSINATURA: 27/02/2025.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:4581116D

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - 6º ADITIVO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2022. OBJETO DO PROCESSO: Contratação da prestação de serviços de digitação para atuação na prevenção, vigilância, controle e assistências às doenças com inserção de notificações no sistema, para atender às demandas da Secretaria Municipal da Saúde. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Formoso/MG – CNPJ: 18.125.153/0001-20. CONTRATADA: Kenia Ornelas Batista 02975867182 – CNPJ: 43.707.437/0001-51. OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre as partes, que vigorará a partir do dia 01/01/2026, com vigência até o dia **31/12/2026**, podendo ser prorrogado. DATA DA ASSINATURA: 30/12/2025.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:026609E2

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - 7º ADITIVO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2022. OBJETO DO PROCESSO: Contratação da prestação de serviços de digitação para atuação na prevenção, vigilância, controle e assistências às doenças com inserção de notificações no sistema, para atender às demandas da Secretaria Municipal da Saúde. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Formoso/MG – CNPJ: 18.125.153/0001-20. CONTRATADA: Kenia Ornelas Batista 02975867182 – CNPJ: 43.707.437/0001-51. OBJETO DO TERMO ADITIVO: Reajuste inflacionário contratual no percentual de 4,44% ao contrato celebrado entre as partes, calculado na variação acumulada do IPCA 01/2026, fundamentado no Requerimento da Contratada e despacho do Prefeito, que acompanham o presente instrumento, instruindo o Processo PRO-3299/2026. DATA DA ASSINATURA: 19/02/2026.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:53589FF9

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - 7º ADITIVO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 046/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2022

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2022.PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2022.DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2022.OBJETO DO CERTAME: Contratação de prestação de serviço de tecnologia digital de plataforma de gestão escolar com agenda digital integrada e gestão de aulas online para atender as Escolas Municipais de Formoso/MG.CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Formoso/MG – CNPJ: 18.125.153/0001-20. CONTRATADA: Educare Digital Ltda - CNPJ: 27.807.020/0001-25.OBJETO DO TERMO ADITIVO: Reajuste inflacionário contratual no percentual de 4,26% ao contrato celebrado entre as partes, calculado na variação acumulada do IPCA, fundamentado no Requerimento da Contratada e despacho do Prefeito, que acompanham o presente instrumento, instruindo o Processo PRO-3281/2026.NOVO VALOR MENSAL: R$ 1.150,57 (mil e cento e cinquenta reais e cinquenta e sete centavos).DATA DA ASSINATURA: 19/02/2026.Formoso/MG, 27 de fevereiro de 2026.

GLEICIANE FERREIRA GOIS,
Gestora de Contratos.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:354AA578

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - 8º ADITIVO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 046/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2022

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2022.PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2022.DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2022.OBJETO DO CERTAME: Contratação de prestação de serviço de tecnologia digital

de plataforma de gestão escolar com agenda digital integrada e gestão de aulas online para atender as Escolas Municipais de Formoso/MG.CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Formoso/MG – CNPJ: 18.125.153/0001-20.CONTRATADA: Educare Digital Ltda - CNPJ: 27.807.020/0001-25.OBJETO DO TERMO ADITIVO: A prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços por mais 12 (doze) meses, que vigorará a partir do dia 25/02/2026, com vigência até o dia **24/02/2027**, podendo ser prorrogado.DATA DA ASSINATURA: 23/02/2026.Formoso/MG, 27 de fevereiro de 2026.

GLEICIANE FERREIRA GOIS,
Gestora de Contratos.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:0D644861

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GRÃO MOGOL

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRC 018 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 004/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL/MG-Proc. 018/2026-Pregão 004/2026-Registro de preço para futura e eventual aquisição de telhas, destinados ao setor de obras no município de GRÃO MOGOL/MG, no valor total de R$299.770,00 (duzentos e noventa e nove mil, setecentos e setenta reais), no modo de disputa aberto. Credenciamento: 17/03/2026-09h30minh-licitagraomogol.mg@gmail.com-www.graomogol.mg.gov.br.

Publicado por:
Edilson Braz de Sousa
Código Identificador:4AB87990

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARACIABA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição e instalação de placas informativas e de identificação em diferentes materiais, para atendimento das demandas do Município de Guaraciaba/MG. Fornecedor habilitado conforme descrições abaixo:

FORNECEDOR: RICA TECH SERVIÇOS DIGITAIS LTDA
CNPJ: 60.871.961/0001-01
ASSINATURA: 20/02/2026
VIGÊNCIA: 12 MESES

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITARIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
09	**TÓTEM EXTERNO:** Confeccionado com **faces externas em acrílico cristal de 2 mm**, com **impressão digital UV no verso interno**, e **estrutura interna em aço galvanizado reforçado**, com **revestimento lateral em aço galvanizado e pintura automotiva**. E**spessura total de 6 cm** e **retro iluminação interna em LED**, garantindo visibilidade noturna e durabilidade. A instalação poderá ser feita **em parede vertical lisa**, com suporte metálico e chumbamento, ou **sobre poste metálico de sustentação**, com base galvanizada pintada em preto e fundação conforme o local. A **altura mínima** do tótem deverá ser de **2,20 metros**. Deverá seguir o padrão institucional da Polícia Militar de Minas Gerais, destinado à identificação e complemento à placa frontal. **MARCA: PROPRIO**	un	01	R$ 9.200,00	R$ 9.200,00
Valor Total por extenso: R$ 9.200,00 (Nove mil e duzentos reais.)					

Guaraciaba/MG, 26 de fevereiro de 2026.

DEBORA FERNANDES DE ANDRADE
Secretária Municipal de Administração e Planejamento

Publicado por:
Taynara da Costa Rodrigues
Código Identificador:3F022FA3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2026

PRC Nº 047/2026. INEXIGIBILIDADE Nº 007/2026. Contratante: Município de Guaraciaba/MG. **Contratado: RAYMUNDO MARINHO, inscrito no CPF sob o nº 127.***.***-00** Objeto: Locação de imóvel situado na Rua Coração de Maria, n°46, bairro Centro, no Município de Guaraciaba/MG, objeto da matrícula n° 5.040, do Registro Geral Livro n° 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Nova/MG, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Guaraciaba-MG. Valor aluguel mensal é de **R$ 2.950,00**(dois mil e novecentos e cinquenta reais), perfazendo o valor total de **R$ 35.400,00**(trinta e cinco mil e quatrocentos reais).
Vigência: 12 meses, contados da data de assinatura.
Data da assinatura: 09/02/2026

Guaraciaba/MG, 27 de fevereiro de 2026.

WILMA DAS GRAÇAS DE SOUZA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Taynara da Costa Rodrigues
Código Identificador:EF511F9D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARANI

JURÍDICO
DECRETO N° 40 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DAS AULAS, NOS DIAS 26 E 27 DE FEVEREIRO DE 2026, EM RAZÃO DO RISCO DE ALAGAMENTO DECORRENTE DA ELEVAÇÃO DO NÍVEL DO RIO POMBA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Guarani, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a elevação contínua do nível do Rio Pomba, com risco iminente de transbordamento;

CONSIDERANDO que o referido rio sofre influência do volume de águas provenientes da cabeceira do Rio Formoso, o que potencializa o aumento do nível e agrava o risco de alagamentos no território municipal;

CONSIDERANDO que diversas unidades escolares estão localizadas em áreas sujeitas a alagamento, representando risco direto à integridade física de alunos, servidores e demais membros da comunidade escolar;

CONSIDERANDO os boletins e alertas emitidos pela Defesa Civil acerca da possibilidade de alagamentos e/ou enchentes nas próximas horas;

CONSIDERANDO o dever constitucional e legal do Poder Público de resguardar a integridade física dos cidadãos, em especial de crianças e adolescentes em ambiente escolar;

CONSIDERANDO os princípios da prevenção e da precaução que regem a atuação administrativa em situações de risco coletivo;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção imediata de medidas de proteção, dado o caráter emergencial da situação,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suspensas as aulas na Rede Pública Municipal de Ensino nos dias **26** e **27 de fevereiro de 2026**, em razão do risco de alagamento decorrente da elevação do nível do Rio Pomba.
Parágrafo único. A suspensão de que trata o *caput* aplica-se a todas as unidades escolares municipais, incluindo creches, pré-escolas e demais estabelecimentos de ensino vinculados à rede pública municipal, independentemente de turno.

Art. 2º. Em razão do risco de alagamento nas áreas onde se situam as unidades escolares estaduais localizadas no território municipal, o Município recomenda formalmente, em caráter de urgência, a suspensão das atividades nas referidas unidades, comunicando imediatamente a Superintendência Regional de Ensino (SRE) competente para as providências cabíveis.

Art. 3º. A Secretaria Municipal de Educação adotará as providências necessárias à reorganização do calendário escolar, assegurando o cumprimento da carga horária mínima anual, nos termos da legislação educacional vigente.

Art. 4º. A Defesa Civil Municipal permanecerá em regime de monitoramento contínuo do nível do Rio Pomba e das condições de risco, podendo o Poder Executivo, por meio de decreto complementar, prorrogar a suspensão das atividades escolares caso persistam ou se agravem as condições de risco.

Art. 5º. Os responsáveis legais pelos alunos serão comunicados da suspensão das aulas pelos meios disponíveis, incluindo aplicativos de mensagens, redes sociais oficiais do Município e outros canais de comunicação institucional.

Art. 6°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guarani, 25 de fevereiro de 2026.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphaela da Silva Pereira
Código Identificador:90675F4B

JURÍDICO
LEI Nº 1.241 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026

"CRIA OS CARGOS COMISSIONADOS DE COORDENADOR DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E COORDENADOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O Prefeito Municipal de Guarani, Minas Gerais, no uso e gozo de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que o colendo e soberano plenário da Câmara Municipal aprovou e o Poder Executivo sanciona a seguinte LEI:

Art. 1o. Ficam criados,no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Guarani,os cargos abaixo relacionados:

Vaga	Cargo	Escolaridade	Carga Horária Semanal	Valor da remuneração básica
01	Coordenador de Vigilância em Saúde	Ensino Médio Completo	40h	R$ 3.500,00
01	Coordenador de Vigilância Sanitária	Ensino Médio Completo	40h	R$ 3.500,00

Parágrafo único: Os cargos de que tratam este artigo são de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração doChefe do Poder Executivo.

Art. 2º. Sãoatribuições do cargo de Coordenador de Vigilância em Saúde:
I-Coordenar, planejar, supervisionar e avaliar as ações de vigilância em saúde no município;
II-Articular com os demais setores da saúde municipal a implementação das políticas de vigilância em saúde;
III-Garantir o cumprimento das metas pactuadas no âmbito do Programa VigiMinas e demais programas estaduais e federais;
IV-Supervisionar e acompanhar a equipe municipal de vigilância em saúde;
V-Manter atualizados os registros, relatórios e sistemas de informação referentes à vigilância em saúde;
VI-Elaborar normas técnicas e padrões destinados à promoção e proteção da saúde da população, nas suas respectivas áreas de conhecimento e atribuição;
VII-Desenvolver ações de investigação de casos ou de surtos de doenças, agravos, acidentes, inclusive os do trabalho, bem como de condições de risco para a saúde da população, com vistas à elaboração de recomendações técnicas para o controle dos determinantes e condicionantes de adoecimento;
VIII-Emitir pareceres, elaborar normas técnicas, protocolos de condutas e procedimentos, manuais e boletins, com o objetivo de subsidiar as autoridades municipais para a adoção das medidas de controle;
IX-Elaborar e desenvolver projetos de capacitação dos profissionais envolvidos em atividades de vigilância;
X-Executar e monitorar as ações de vigilância em saúde definidas no Plano Municipal de Saúde e nas Programações Anuais de Saúde; e
XI-Executar outras atividades correlatas determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde ou delegadas por instâncias superiores.

Art. 3º. Sãoatribuições do cargo de Coordenador de Vigilância Sanitária:
I-Planejar, coordenar, controlar, avaliar e executar ações de orientação e fiscalização das unidades e estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde;
II-Coordenar as atividades de vigilância sanitária fiscalizando abatedouros, questões de saúde pública como zoonoses, e qualidade de produtos de origem animal e vegetal;
III-Fiscalizar insumos e serviços usados nas atividades agropecuárias;
IV-Realizar ações e atividades de educação sanitária;
V-Coordenar as fiscalizações e notificações, bem como aplicação das penalidades;
VI-Acompanhar a expedição dos Alvarás de Vistoria e funcionamento;
VII-Conceder alvará sanitário para funcionamento de estabelecimento;
VIII-Instaurar e julgar processo administrativo, no âmbito de sua competência.
IX-Manter intercâmbio com órgãos do Governo Federal, dos Estados e Municípios, objetivando a troca de informações que viabilizem as ações especificas de vigilância sanitária;
X-Monitorar e desenvolver as ações nas diferentes áreas da Vigilância Sanitária capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse à saúde;
XI-Acompanhar e fiscalizar as metas estabelecidas na pactuação das atividades e procedimentos de vigilância sanitária, relacionados às demandas específicas da Secretaria Municipal de Saúde;
XII-Fiscalizar e acompanhar o poder de polícia administrativo exercido pelo Fiscal Sanitário;
XIII-Na ausência de um fiscal municipal, acompanhar o fiscal que estiver exercendo suas atribuições e/ou plantões, a fim de assegurar a legitimidade da fiscalização municipal;
XIV-Coordenar e controlar o registro de antecedentes relativos à vigilância sanitária;
XV-Executar outras atividades correlatas determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde ou delegadas por instâncias superiores.

Art. 4º. Ficam extintos01 (um) cargo de enfermeiro, e 07 cargos de Auxiliar de Enfermagem previstos na Lei municipal n° 05/1995 e 240/2003.

Art. 5º. As despesas para a execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias, constantes do orçamento Municipal.
Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Guarani, 25 de fevereiro de 2026.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito do Município de Guarani

Publicado por:
Raphaela da Silva Pereira
Código Identificador:EB6DBAF2

JURÍDICO
LEI Nº 1.242 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026

"ALTERA O ARTIGO 39 DA LEI MUNICIPAL N° 825 DE 19 DE JUNHO DE 2017. "

O Prefeito Municipal de Guarani, Minas Gerais, no uso e gozo de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que o colendo e soberano plenário da Câmara Municipal aprovou e o Poder Executivo sanciona a seguinte LEI:

Art. 1o.O Art. 39 da Lei 825 de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39.O Comitê de Investimentos do GUARANIPREVI será composto por 03 (três) membros, designados pelo Chefe do Poder Executivo, dentre servidores públicos municipais efetivos ou não efetivos, desde que em exercício no âmbito da Administração Pública Municipal.
§1º. Os membros do Comitê de Investimentos não perceberão remuneração pela participação, sendo considerada a atividade como de relevante interesse público.
§2º. Como condição para a designação, os membros deverão possuir reputação ilibada,idoneidade moral,ensino médio completo, além de atenderaos requisitos exigidos pela Secretaria de Previdência do Ministério da Previdência Social.
§3º.A maioriados membros do Comitê de Investimentos deverá comprovar certificação profissional válida, compatível com as atribuições do Comitê, emitida por entidade certificadora reconhecida pela Secretaria de Previdência do Ministério da Previdência Social, nos termos da regulamentação vigente.
§4°.A certificação de que trata o § 3º deverá ser comprovada no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da publicação do ato de designação, sob pena de nulidade do ato.
§5°.O mandato dos membros do Comitê de Investimentos será de 04 (quatro) anos, permitida a recondução por igual período.
§6º.A recondução serácondicionada à comprovação da manutenção contínua dos requisitos exigidos pela legislação federal aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social, especialmente o disposto no art. 8º-B da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e demais normas expedidas pela Secretaria de Previdência.
§7º.A recondução dependerá de ato formal da autoridade competente e somente poderá ocorrer se o membro estiver com certificação profissional válida e vigente na data da recondução.
§8º.A perda superveniente de qualquer dos requisitos previstos neste artigo implicará afastamento imediato do membro do Comitê de Investimentos, mediante ato fundamentado da autoridade competente.
§9º. As reuniões do Comitê serão mensais, podendo, em caráter extraordinário, reunir-se em período menor, quando necessário, mediante convocação do Diretor-Presidente do GUARANIPREVI.
§10. As reuniões do Comitê serão lavradas em atas, contendo o resumo dos assuntos e das deliberações, que serão tomadas por maioria simples de votos.
§11. Sempre que necessário, o Comitê de Investimentos será acompanhado por um consultor externo, contratado pelo GUARANIPREVI para consultoria nas aplicações."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guarani, 25 de fevereiro de 2026.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito do Município de Guarani

Publicado por:
Raphaela da Silva Pereira
Código Identificador:0CC5273C

JURÍDICO
LEI Nº 1.244 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026

"DENOMINA ANTIGA AVENIDA NOVA GUARANI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

OPrefeitoMunicipaldeGuarani/MG,nousodesuas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal desta cidade, aprova e elesanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º -Fica a antiga Avenida Nova Guarani, no Bairro Nova Guarani, denominada ''Avenida Álvaro Raymundo Vieira de Miranda".

Artigo 2º -Esta lei entra em vigor na data de sua publicação,revogando-se as disposições em contrário.

Guarani, 26 de fevereiro de 2026.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito do Município de Guarani

Publicado por:
Raphaela da Silva Pereira
Código Identificador:3CFCF3C6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARDA-MOR

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITACAO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARDA MOR – Torna público a publicação do edital que realizar DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2026 Processo licitatório nº 12/2026. Através de seu Agente de Contratação – HENRIQUE OSMIR QUEIROZ OLIVEIRA e sua Equipe de Apoio comunica que fará realizar das 08:30 às 14h30min do dia 06 de março de 2026, licitação tipo menor lance por ITEM OBJETO **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) RESERVATÓRIO METÁLICO TIPO TAÇA, COM COLUNA CHEIA, CAPACIDADE DE 30 METROS CÚBICOS, INCLUINDO FORNECIMENTO, TRANSPORTE, DESCARGA, MONTAGEM, SOLDAGEM E PINTURA PARA ATENDIMENTO AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GUARDA MOR.** CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, e comunica que o Edital poderá ser acessado/retirado nos sites: www.bnc.org.br, www.guardamor.mg.gov.br e PNCP (licitações). Maiores informações pelo telefone (38) 3365-7777 (42) 3026-4550 (41)3557-2301 ou p/ e-mail: licitacomprasgmor@gmail.com_, de 08h as 11h e de 13h as 17h. Guarda-Mor/MG 27 de fevereiro de 2026.

HENRIQUE OSMIR QUEIROZ OLIVEIRA.
Agente de Contratação

Publicado por:
Marcelo Barbosa da Silva
Código Identificador:DDE8398F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUAXUPÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
DECRETO Nº 3.188, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026

DECRETO Nº 3.188, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PRÊMIO "MULHERES GUAXUPEANAS QUE INSPIRAM" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE GUAXUPÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a importância da valorização, do reconhecimento e da visibilidade das mulheres que contribuíram e contribuem de forma significativa para o desenvolvimento social, cultural, institucional e humano do Município de Guaxupé;

Considerando a necessidade de promover ações que fortaleçam a equidade de gênero, o protagonismo feminino e a memória social das mulheres guaxupeanas;

Considerando que histórias de superação, dedicação e compromisso social exercem papel fundamental na inspiração de novas gerações e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária;

D E C R E T A:
Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Guaxupé, o **Prêmio "Mulheres Guaxupeanas que Inspiram"**, com a finalidade de reconhecer, valorizar e homenagear mulheres que se destacaram por suas trajetórias de vida, histórias de superação e contribuições relevantes para a sociedade guaxupeana.

Art. 2º O Prêmio "Mulheres Guaxupeanas que Inspiram" tem como objetivos:
I – valorizar o protagonismo feminino em diferentes áreas de atuação;
II – reconhecer mulheres que contribuíram para a promoção de direitos, justiça social e desenvolvimento humano;
III – incentivar a participação social e política das mulheres;
IV – preservar e divulgar a memória das mulheres que marcaram a história de Guaxupé.

Art. 3º O Prêmio "Mulheres Guaxupeanas que Inspiram" será concedido anualmente, preferencialmente durante as atividades alusivas ao **Mês da Mulher**, conforme calendário definido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, ou órgão congênere.

Art. 4º O Prêmio será organizado nas seguintes **categorias**, podendo ser ampliadas ou ajustadas por deliberação da Comissão:

I –**Categoria Social** – mulheres com atuação relevante em projetos sociais, comunitários, assistenciais ou de defesa de direitos;
II –**Categoria Justiça e Segurança -** mulheres que se destacaram nas áreas do sistema de justiça, segurança pública, defesa dos direitos humanos e enfrentamento à violência;
III – **Categoria Educação** – mulheres com contribuição significativa na educação formal ou não formal, pesquisa, formação e promoção do conhecimento;
IV –**Categoria Saúde** – mulheres que atuaram ou atuam na promoção da saúde, cuidado, prevenção e bem-estar da população;
V –**Categoria Servidora Pública** – mulheres servidoras que se destacaram pelo compromisso, ética, dedicação e impacto positivo no serviço público municipal;
VI –**Categoria Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico** – mulheres que contribuíram para o fortalecimento da economia local, geração de renda e inovação;
VII –**Categoria Cultura, Arte e Esporte**– mulheres que se destacaram na promoção da cultura, das artes, da identidade local ou do esporte;
VIII – **Categoria Inclusão -** mulheres com deficiência ou com atuação relevante em projetos sociais, comunitários e de defesa de direitos de pessoas com deficiência;
IX –**Categoria Mulher Inspiradora (Homenagem Especial)** – destinada a mulheres cuja trajetória de vida represente exemplo de superação e inspiração para a comunidade, podendo ser concedida postumamente.

Art. 5º As homenageadas poderão ser indicadas por:
I – Comissão da Secretaria de Desenvolvimento Social;
II – Conselheiras do Conselho Municipal da Mulher;
III – Entidades da sociedade civil;
IV – Órgãos públicos;
V – Movimentos sociais;
VI – Comunidade em geral, conforme critérios e prazos definidos pela comissão.

Art. 6ºA seleção das homenageadas será realizada por comissão designada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, observando critérios de relevância social, impacto da atuação, trajetória pessoal e compromisso com a promoção dos direitos das mulheres.
Parágrafo Único: A Comissão será composta por três membros indicados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 7º As mulheres homenageadas receberão certificado, placa ou outra forma simbólica de reconhecimento, sem caráter pecuniário.

Art. 8º Ficam as Primeiras-Damas do Município de Guaxupé instituídas como **Membros Honorárias** desta homenagem, em reconhecimento à sua atuação e representatividade junto à comunidade guaxupeana.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social de Guaxupé.

Art.10. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaxupé, 25 de fevereiro de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Prefeito de Guaxupé

LISIANE CRISTINA DURANTE
Procuradora- Geral

Publicado por:
Ana Márcia Magalhães Cândido
Código Identificador:6899A682

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
DECRETO Nº 3.189, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026

DECRETO Nº 3.189, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026

CONVOCA A IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUAXUPÉ.

O PREFEITO DE GUAXUPÉ, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica convocada a IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guaxupé, a ser realizada no dia 15 de abril de 2026, em Guaxupé, Minas Gerais, com o tema *"Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa"*

Art. 2º A IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guaxupé será coordenada pela Comissão Organizadora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e presidida pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

Parágrafo único. Em suas ausências e seus impedimentos, o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente será substituído pelo Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

Art. 3º A IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem como objetivo principal:
I- Sensibilizar, conscientizar e mobilizar a sociedade brasileira para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) visando à promoção, proteção, defesa e

controle social das políticas, programas e ações voltadas à infância e adolescência, com base no respeito às diversidades e pluralidades,
II- Fortalecer a Democracia Participativa promovendo eleição de delegados municipais para representação nas etapas dos demais entes federados nas conferências.

Art. 4º A IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem como objetivo específico dialogar e propor iniciativas que garantam a articulação intersetorial para o fortalecimento do SGDCA nos seguintes eixos:
I- Aprimoramento do controle social e fortalecimento da participação social;
II- Fortalecimento dos Conselhos Tutelares;
III- Promoção da Convivência Familiar e Comunitária;
IV- Prevenção e enfrentamento das violências;
V- Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção de adolescentes no trabalho;
VI-Aprimoramento da execução das medidas socioeducativas.

Art. 5º O regimento interno da IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será elaborado por comissão designada em ato do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e aprovado pela plenária.

Parágrafo único. O regimento interno da IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente disporá sobre a sua organização e o seu funcionamento.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, darão publicidade aos resultados da IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaxupé, 26 de fevereiro de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Prefeito de Guaxupé

LISIANE CRISTINA DURANTE
Procuradora-Geral do Município

Publicado por:
Ana Márcia Magalhães Cândido
Código Identificador:AE796618

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 01º TERMO ADITIVO A ATA Nº 011/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 01º Termo Aditivo a Ata nº 011/2025, originado do Pregão Eletrônico nº 015/2025, firmado com a empresa **ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração de fornecedor e marca do item **42** - LUVA DE LATEX NATURAL PARA PROCEDIMENTO - TAMANHO M e do item **44** - LUVA DE LATEX NATURAL PARA PROCEDIMENTO- TAMANHO P, da Ata tem por objeto a FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUAXUPÉ/MG E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. **Fundamento legal:** Artigo 124, II da Lei Federal n° 14.133/2021. Guaxupé, MG, 25/02/2026

DANIELA BETTELLI LUTF
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Fabio de Araujo
Código Identificador:14CAFA00

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 01º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 033/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 01º Termo Aditivo ao Contrato nº 033/2025, originado do Credenciamento nº 001/2025, firmado com a **PAULO CESAR CECILIO RIBEIRO. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, do contrato que tem por objeto o Credenciamento para a prestação de serviços especializados na realização de atendimentos clínicos, exames, internações e procedimentos cirúrgicos em cães e gatos machos e fêmeas de pequeno, médio e grande porte e animais silvestres visando fomentar o PSA (Programa de Saúde Animal) no Município de Guaxupé/MG **Fundamento legal:** Artigo 107 da Lei Federal n° 14.133/2021. Guaxupé, MG, 26/02/2026

HOMAYRA ABDALA DE ARAÚJO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

Publicado por:
Fabio de Araujo
Código Identificador:04C4EBB4

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 02º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 134/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 02º Termo Aditivo ao Contrato nº 134/2025, originado do Credenciamento nº 006/2025, firmado com a empresa **LUMINA IMAGENS MEDICAS S/C LTDA. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de valor no importe de R$ 159.440,32 (cento e cinquenta e nove mil, quatrocentos e quarenta reais e trinta e dois centavos), que corresponde a 14,5167% do valor do contrato que tem por objeto o Credenciamento para prestação de serviços de exames de imagem e de procedimentos de média e alta complexidade em radiologia, tomografia, ressonância magnética, exames anatomopatológico, exames e procedimentos oftalmológicos, exames de ultrassonografia e videoendoscopia, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Guaxupé/MG **Fundamento legal:** Artigos 124, I, "b" e 125 da Lei Federal n° 14.133/2021. Guaxupé, MG, 26/02/2026

DANIELA BETTELLI LUTF
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Fabio de Araujo
Código Identificador:588B95C0

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 07º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 07º Termo Aditivo ao Contrato nº 071/2024, originado da Concorrência nº 001/2024, firmado com a empresa **NJ CAETANO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência por mais 90 (noventa) dias**,** do contrato que tem por objeto a execução de recapeamento e pavimentação de 12 (doze) locais no Município de Guaxupé/MG. **Fundamento Legal:** Artigo 111 da Lei Federal n° 14.133/2021. Guaxupé, MG, 27/02/2026

MÁRCIO ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Publicado por:
Fabio de Araujo
Código Identificador:227844ED

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do Contrato nº 039/2026, originado da Inexigibilidade nº 021/2026, firmado com a **FUNDACAO EDUCACIONAL PROFESSOR JOSE GONELLA. Objeto:** Locação de imóvel situado à Rua Coronel Joaquim Costa, 183, Centro, Guaxupé/MG, para sediar as

instalações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente. **Valor:** R$ 90.000,00. Guaxupé, MG, 26/02/2026

HOMAYRA ABDALA DE ARAÚJO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

Publicado por:
Fabio de Araujo
Código Identificador:DE533F95

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do Contrato nº 040/2026, originado da Dispensa nº 012/2026, firmado com a empresa **MARCOS R. A. NOVO AR CONDICIONADO LTDA. Objeto:** Contratação de empresa especializada para instalação de aparelhos de ar-condicionado e cortinas de ar, em atendimento às demandas de diversas Secretarias Municipais de Guaxupé/MG**. Valor:** R$ 80.130,00. Guaxupé, MG, 27/02/2026

RENATA VALÉRIA ROCHA FERNANDES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Fabio de Araujo
Código Identificador:FF78142D

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do Contrato nº 041/2026, originado do Credenciamento nº 015/2025, firmado com a **CLINICA DE NEUROLOGIA MAZUCATO S/S. Objeto:** O presente contrato tem por objeto o Credenciamento de empresas para prestação de serviços de consultas médicas especializadas nas áreas de Angiologia/Avaliação de Cirurgia Vascular, Cardiologia, Coloproctologia, Dermatologia, Endocrinologia e Metabologia, Gastroenterologia/Avaliação de Cirurgia Gastroenterológica, Ginecologia e Obstetrícia, Hematologia e Hemoterapia, Neurologia, Oftalmologia (incluso os exames de tonometria, fundoscopia e biomicroscopia), Otorrinolaringologia, Pneumologia, Psiquiatria, Reumatologia, Urologia, Anestesista (Avaliação anestésica), Ortopedia, Cirurgia Geral para realização de consultas e pequenas cirurgias ambulatoriais e Pediatria, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Guaxupé/MG. **Valor:** R$ 231.384,00. Guaxupé, MG, 27/02/2026

DANIELA BETTELLI LUTF
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Fabio de Araujo
Código Identificador:F438F177

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do Contrato nº 042/2026, originado do Credenciamento nº 015/2025, firmado com a **CLINICA SANTOS & GUIMARAES LTDA. Objeto:** O presente contrato tem por objeto o Credenciamento de empresas para prestação de serviços de consultas médicas especializadas nas áreas de Angiologia/Avaliação de Cirurgia Vascular, Cardiologia, Coloproctologia, Dermatologia, Endocrinologia e Metabologia, Gastroenterologia/Avaliação de Cirurgia Gastroenterológica, Ginecologia e Obstetrícia, Hematologia e Hemoterapia, Neurologia, Oftalmologia (incluso os exames de tonometria, fundoscopia e biomicroscopia), Otorrinolaringologia, Pneumologia, Psiquiatria, Reumatologia, Urologia, Anestesista (Avaliação anestésica), Ortopedia, Cirurgia Geral para realização de consultas e pequenas cirurgias ambulatoriais e Pediatria, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Guaxupé/MG. **Valor:** R$ 231.384,00. Guaxupé, MG, 27/02/2026

DANIELA BETTELLI LUTF
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Fabio de Araujo
Código Identificador:44B09FCF

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE N.º 022/2026

MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ – MG, **RATIFICAÇÃO** pelo Chefe do Poder Executivo local do Processo Administrativo nº 042/2026, **Inexigibilidade nº 022/2026** Objeto**: Pagamento de taxas referente à participação da equipe de Voleibol Feminino de Guaxupé, categoria Adulto, na XIII COPA DOS CAMPEÕES PRÓ VOLEIBOL – 2026, a ser realizada em diversas cidades dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Contratada: VALDECIR FERREIRA EVENTOS LTDA.** Valor: **R$1.390,00.** Fundamento Legal: artigo 74, caput, da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 2.632/22. Guaxupé/MG, 27 de fevereiro de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO –
Prefeito de Guaxupé/MG.

Publicado por:
Lisandra Maria Machiti Silva
Código Identificador:B409F381

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE N.º 023/2026

MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ – MG, **RATIFICAÇÃO** pelo Chefe do Poder Executivo local do Processo Administrativo nº 043/2026, **Inexigibilidade nº 023/2026** Objeto**: Pagamento de taxa referente à participação das equipes de Handebol de Guaxupé, categorias Cadete Feminino (Sub 16), Juvenil Masculino (Sub 18), Adulto Feminino e Adulto Masculino, na Liga Jandaia de Handebol 2026, a ser realizada na cidade de Mococa e região.. Contratada: C M EVENTOS ESPORTIVOS LTDA.** Valor: **R$10.652,00.** Fundamento Legal: artigo 74, caput, da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 2.632/22. Guaxupé/MG, 27 de fevereiro de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO –
Prefeito de Guaxupé/MG.

Publicado por:
Lisandra Maria Machiti Silva
Código Identificador:2E11765A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IBIÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
2° TERMO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 007/2026

2° TERMO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 007/2026

O MUNICÍPIO DE IBIÁ/MG, por meio de seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente **2° TERMO DE RETIFICAÇÃO**, para correção de erro material no que tange ao objeto do presente procedimento, com a inclusão da respectiva secretaria faltante, sem alteração da natureza da contratação e seus quantitativos, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

"[...]cujo objeto é a "Contratação de prestação de serviços de locação de máquinas pesadas e caminhões, com disponibilização de operadores/motoristas e fornecimento de combustível por parte do fornecedor, destinados à execução de serviços de manutenção, conservação e recuperação das vias rurais e vicinais do município de

Ibiá/MG, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura de Ibiá/MG" [...]".

LEIA-SE:

"[...]cujo objeto é a "Contratação de prestação de serviços de locação de máquinas pesadas e caminhões, com disponibilização de operadores/motoristas e fornecimento de combustível por parte do fornecedor, destinados à execução de serviços de manutenção, conservação e recuperação das vias rurais e vicinais do município de Ibiá/MG, em atendimento as demandas das Secretarias Municipais de Obras e Infraestrutura e Agricultura e Meio Ambiente de Ibiá/MG." [...]".

A presente retificação não altera o objeto, a justificativa, a fundamentação legal ou as demais condições do Processo de Dispensa de Licitação nº 007/2026, permanecendo ratificados todos os demais atos e termos anteriormente praticados.

Publique-se.

Ibiá (MG), 27 de fevereiro de 2026.

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vithor Gabriel Borges Dos Reis
Código Identificador:B48869C8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ/MG – AVISO DE ALTERAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ/MG – AVISO DE ALTERAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO - concorrência eletrônica 001/2026. Considerando que houve erro quanto ao mês de abertura da Concorrência Eletrônica nº 001/2026 na publicação anterior, a qual tornou pública a instauração de processo licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica nº 001/2026, para a contratação de empresa especializada para execução de ponte em estrutura mista (concreto e metálica) sobre o Rio São João, localizada na zona rural, interligando o Município de Ibiá/MG ao Município de Serra do Salitre/MG, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações e características constantes no edital e seus anexos. Este Município torna pública a alteração ao aviso de licitação no que se refere ao mês de abertura, sendo a data e o horário corretos para abertura do certame: 16/03/2026, às 09:00 (nove horas), pelo site www.licitanet.com.br. Informações pelo telefone (34) 3631-5754 – Permanecem inalteradas as demais condições – A aquisição do edital dar-se-á por meio dos sites www.ibia.mg.gov.br e www.licitanet.com.br –

GILLIANNO GILLES FERREIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Vithor Gabriel Borges Dos Reis
Código Identificador:DC63F894

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IGUATAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO N°085/2025. PREGÃO ELETRÔNICO 038/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA – Extrato De contrato nº 023/2026 – processo licitatório n°085/2025. pregão eletrônico 038/2025. objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de construção, compreendendo material elétrico, hidráulico, acabamento, revestimento e materiais de construção pesado, para atender a diversas secretarias da administração municipal de Iguatama. CNPJ: 18.306.688/0001-06 X CASA 500 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. inscrito no CNPJ: 96.573.904/0001-21.

LUCAS VIEIRA LOPES –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:51A9AEC5

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO Nº01/2026 PROCESSO 016/2026, DISPENSA ELETRÔNICA 08/2026

A Prefeitura Municipal de Iguatama torna público a retificação Nº01/2026 do edital referente ao processo 016/2026, dispensa eletrônica 08/2026, tendo como objeto a contratação de empresa especializada em fornecimento de mudas ornamentais, hydrogel e adubo para atender as necessidades da secretaria de Industria,Comercio, Agropecuaria e Meio Ambiente do municipio de Iguatama-MG. Fica retificada a data de abertura do certame que será no dia 04/03/2026 ás 09:00 horas. As demais cláusulas permanecem inalteradas.Edital e extrato de retificação disponíveis nos sites: w.w.w.licitanet.com.br e www.iguatama.mg.gov.br. Tatiane Carvalho Chaves – Pregoeira Municipal. Iguatama, 27 de fevereiro de 2026.

TATIANE CARVALHO CHAVES
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:2659FE43

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DO ADITIVO Nº1 PROCESSO 150/2025. PREGÃO ELETRÔNICO 065/2025. ATA DE REGISTRO N° 002/2025. OBJETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA – EXTRATO DO ADITIVO Nº1 Processo 150/2025. Pregão eletrônico 065/2025. ATA DE REGISTRO N° 002/2025. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para aquisição de café em pó torrado, moído e embalado á vácuo com selo abic, pacote 500g para atender as demandas de diversas secretarias do município de Iguatamamg. CNPJ 18.306.688/0001-06 x TRISTAO ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ: 44.214.958/0001-50-. Lucas Vieira Lopes – Iguatama, 27 de fevereiro de 2026.

Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:31EED4F4

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DO ADITIVO Nº2 PROCESSO 224/2024. INEXIGIBILIDADE 014/2024. CONTRATO N° 152/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA – EXTRATO DO ADITIVO Nº2 Processo 224/2024. Inexigibilidade 014/2024. Contrato N° 152/2024. Objeto: Locação do imóvel localizado na rua 05, n 450, centro, Iguatama/MG, para anexo do SAMU (garagem para ambulância e área de expurgo). CNPJ 18.306.688/0001-06 x TRISTAO ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ: 04.889.542/0001-18-.

LUCAS VIEIRA LOPES –

Iguatama, 27 de fevereiro de 2026.

Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:73677D62

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DO ADITIVO Nº4 PROCESSO 015/2023. CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE 001/2023. CONTRATO N° 016/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA – EXTRATO DO ADITIVO Nº4 Processo 015/2023. Credenciamento/Inexigibilidade 001/2023. Contrato N° 016/2023. Objeto: Credenciamento/Inexigibilidade de pessoa jurídica na área de saúde, especialista em psiquiatria para atendimento a secretaria municipal de saúde de Iguatama - mg. CNPJ 18.306.688/0001-06 x OSANAN SERVIÇOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ: 45.258.694/0001-08. Lucas Vieira Lopes – Iguatama, 27 de fevereiro de 2026.

Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:7BBA9726

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS RUA VEREADOR JOÃO VELOSO, 115 - BAIRRO CENTRO - CEP 35598-008 - ARCOS - MG ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA "ELEIÇÕES"

SEI nº0000456-09.2025.6.13.8018
Cartório Eleitoral da 18ª Zona Eleitoral de Arcos
Acordo de Cooperação Técnica nº 3/2026 - TREMG
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS E O MUNICÍPIO DE IGUATAMA, NA FORMA ABAIXO:
A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS,
Órgão do Poder Judiciário da União, CNPJ nº 05.940.740/0001-21, com sede na Av. Prudente
de Morais, nº 100, Bairro Cidade Jardim, em Belo Horizonte/MG, doravante denominado TREMG,
neste ato representado por Sua Excelência o Senhor, Dr. Rafael Drumond de Lima, Juiz
Eleitoral de Arcos/MG de acordo com a delegação de competência contida no art. 1º, da
Portaria nº 103/2025, publicada no DJE de 16/06/2025, da Presidência deste Tribunal, e do
outro lado o Município de Iguatama, inscrito no CNPJ sob n.º 18.306.688/0001-06, com
sede em Iguatama, na Rua Cinco, nº 857, bairro Pio XII, doravante denominado
MUNICÍPIO, neste ato representado por seu Prefeito, Lucas Vieira Lopes, resolvem celebrar o
presente Acordo de Cooperação Técnica, nos termos da Lei nº 14.113, de 1º de abril de 2021,
mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente acordo visa à cooperação técnico-administrativa a ser prestada pelo MUNICÍPIO
ao TRE-MG, em atividades de realização das Eleições de 2026.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA COOPERAÇÃO
O MUNICÍPIO arcará com a(s) obrigação(ões) prevista(s) no(s) item(ns) abaixo, de acordo
com a requisição da(o) Juíza(Juiz) Eleitoral:
I. ceder veículos, motoristas e combustível para convocação de mesários, quando frustrada
via correio, atendimento itinerante de eleitoras(es), vistoria de locais de votação e realização de outros serviços externos da Justiça Eleitoral, principalmente na Zona Rural;
II. ceder veículos, motoristas e combustível para transporte das urnas eletrônicas por ocasião
da realização do pleito, no primeiro turno e, se houver, no segundo, de acordo com a
programação da zona eleitoral de envio dos materiais destinados à votação;
III. auxiliar em campanhas promovidas pelo TRE-MG ou TSE, especialmente em feiras e
eventos no município;
IV. disponibilizar responsáveis técnicas(os) (eletricista e bombeira(o) hidráulica(o) para
vistoria dos locais de votação, bem como materiais para eventual reparo, devendo ficar em
regime de plantão no(s) dia(s) do(s) pleito(s);
V. ceder espaço físico para armazenamento das urnas eletrônicas, caso não seja objeto de
outro acordo ou convênio firmado para esse fim;
VI. ceder espaço físico para treinamento dos profissionais de apoio às eleições, mesários,
Junta Apuradora, bem como para reuniões com partidos e candidatos e para outros fins
relacionados às Eleições de 2026;
VII. fornecer aparelhos audiovisuais para treinamentos e reuniões referentes às Eleições de
2026;
VIII. fornecer material permanente e de consumo para treinamentos e reuniões referentes às
Eleições de 2026;
IX. fornecer alimentação aos motoristas e policiais a serviço da Justiça Eleitoral, nos dias das
eleições, desde que os destinatários não recebam qualquer benefício similar da própria
Prefeitura ou de outra instituição;
X. fornecer serviço de limpeza na entrada e imediações dos locais de votação, nos dias das
eleições, antes do pleito;
Parágrafo Primeiro. As despesas com conservação e manutenção do veículo, bem como
aquelas referentes a motoristas, são responsabilidade do cedente.
Parágrafo Segundo: É vedada a cessão de pessoas, inclusive a prevista no art. 94-A, II, da
Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 e ao art. 12 da Resolução TSE 23.523, de 27 de
junho de 2017, por meio de Acordo de Cooperação Técnica.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA
O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação Técnica será a partir da data de sua
publicação até 31 de dezembro de 2026.
CLÁUSULA QUARTA – DA EXTINÇÃO
Faculta-se aos partícipes, a seu exclusivo critério e a salvo de multa ou sanção, dar por findo o
presente Acordo de Cooperação Técnica a qualquer momento, devendo o partícipe interessado
notificar por escrito o outro, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
Parágrafo Único. Na hipótese de extinção deste acordo, os partícipes obrigam-se a cumprir
todos os compromissos e obrigações pendentes.
CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR
A celebração do presente Acordo de Cooperação Técnica não acarretará despesas diretas aos
partícipes, salvo aquelas decorrentes do cumprimento das obrigações estabelecidas na
cláusula segunda. CLÁUSULA SEXTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
Os partícipes reconhecem a importância da proteção de dados pessoais e comprometem-se a
tratar todos os dados pessoais obtidos, armazenados, tratados ou compartilhados em virtude
da execução deste Acordo de Cooperação Técnica em estrita conformidade com a Lei nº
13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD —, e
legislação aplicável à proteção de dados e privacidade.
Parágrafo Primeiro. Os partícipes comprometem-se a:
I. tratar os dados pessoais exclusivamente para os fins estabelecidos neste Acordo de
Cooperação Técnica;
II. implementar medidas de segurança técnicas e administrativas para proteger os dados
pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda,
alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito;

III. garantir a confidencialidade dos dados pessoais tratados e o acesso somente a pessoas
autorizadas, para a execução deste Acordo de Cooperação Técnica;
IV. assegurar a transparência e o direito de informação às(aos) titulares dos dados,
fornecendo todas as informações necessárias sobre o tratamento de seus dados pessoais de
maneira clara, precisa e acessível.
Parágrafo Segundo. Qualquer transferência de dados pessoais entre os partícipes ou para
terceiros, quando necessária à execução deste Acordo de Cooperação Técnica, deverá ser
realizada em conformidade com a LGPD, garantindo-se a proteção dos dados transferidos.
Parágrafo Terceiro. Os partícipes asseguram o respeito aos direitos das(dos) titulares dos
dados, conforme previsto na LGPD.
Parágrafo Quarto. Em caso de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou
dano relevante às(aos) titulares dos dados, os partícipes comprometem-se a comunicar uma à
outra, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da ciência do ocorrido, sem prejuízo
da comunicação às autoridades competentes, conforme exigido pela LGPD, e a tomar todas as
medidas necessárias para a mitigação dos efeitos do incidente, nos termos do art. 48 da
LGPD.
Parágrafo Quinto. Os partícipes comprometem-se a manter registros completos e
detalhados de todas as atividades de tratamento de dados pessoais realizadas no âmbito
deste Acordo de Cooperação Técnica e a disponibilizá-los para auditoria pelas autoridades
competentes, quando solicitado.
Parágrafo Sexto. As obrigações relativas ao tratamento de dados pessoais previstas nesta
cláusula permanecerão vigentes após a extinção ou conclusão deste Acordo de Cooperação
Técnica, pelo período necessário para a preservação de direitos ou conforme exigido pela
legislação aplicável.
Parágrafo Sétimo. Os partícipes deverão cumprir e fazer cumprir o disposto na Resolução
TSE nº 23.650, de 9 de setembro de 2021, que trata da Política Geral de Privacidade e
Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral, e na Resolução TSE nº 23.656, de
7 de outubro de 2021, que dispõe sobre o acesso a dados pessoais constantes dos sistemas
informatizados da Justiça Eleitoral, sob pena de responsabilização administrativa, civil e
criminal.
Parágrafo Oitavo. Cada partícipe será responsável pelos prejuízos que ocasionar às(aos)
titulares dos dados, além de arcar com eventuais multas administrativas decorrentes do
descumprimento da LGPD.
CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO
O TRE-MG publicará o extrato do presente Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial da
União, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar de sua assinatura, conforme art. 10 da
Portaria SEGES/MGI nº 3.506, de 08 de maio de 2025.Parágrafo Único. Os partícipes publicarão, nos sítios eletrônicos oficiais, o inteiro teor do
acordo celebrado.
CLÁUSULA OITAVA – DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente Acordo de Cooperação Técnica é celebrado com fundamento no art. 184 da Lei nº
14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Presidencial nº 11.531, de 16 de maio de 2023 e
na Portaria nº 103, de 13 de junho de 2025, da Presidência.
CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
I. Os partícipes garantem e declaram mutuamente que:
a) as atividades referentes ao Acordo de Cooperação Técnica ora celebrado serão conduzidas
de forma ética, obedecendo aos mais rigorosos princípios de integridade e da boa-fé;
b) valorizam a diversidade e repudiam toda e qualquer forma de preconceito e assédio,
comprometendo-se a não praticar qualquer forma de discriminação ou constrangimento,
sejam elas relacionadas a cor, raça, sexo, orientação sexual, língua, religião, opinião política,
nacionalidade ou origem social;
II. os partícipes poderão, a qualquer tempo e de comum acordo, modificar este Acordo de
Cooperação Técnica através de Termo Aditivo, mediante prévia e expressa comunicação,
observando-se a forma legal;
III. para acompanhar o desenvolvimento do presente acordo, o Município e o TRE-MG indicam,
respectivamente como seus representantes o Prefeito e o chefe de cartório, ficando acordado
que todas as comunicações entre os signatários deverão ser formalmente encaminhadas aos
representantes indicados.
CLÁUSULA DEZ – DO FORO
Conforme o disposto no inciso I do art. 109 da Constituição Federal e no § 1º do art. 92 da Lei
nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais será o
competente para dirimir questões resultantes do presente acordo.
E, por estarem ajustados e acordados, os partícipes assinam o presente Acordo de Cooperação
Técnica.
Arcos, 20 de fevereiro de 2026.

Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
RAFAEL DRUMOND DE LIMA
Juiz Eleitoral

LUCAS VIEIRA LOPES
Prefeito de Iguatama

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:0C38F13F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE INHAÚMA

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 03/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INHAÚMA E OLIVEIRA E MENEZES SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo e Supressão Parcial do Objeto do Contrato Administrativo nº 03/2025 – Contratada: Oliveira E Menezes Sociedade De Advogados – CNPJ:19.693.073/0001-34 – Objeto: Prestação de serviços advocatícios de Assessoria e Consultoria Jurídica – Fundamentação: art. 107 c/c art. 124, inciso I, alínea b, da Lei Federal nº 14.133/2021 – Valor inicial: R$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais) – Percentual de Supressão: 25% (vinte e cinco por cento) – Novo valor do contrato: R$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) – Prorrogação de prazo: 12 (doze) meses. Origem: Processo Licitatório n° 03/2025, Inexigibilidade n° 03/2025 – Data do aditivo: 13/01/2026 – Assinantes: Max Oliveira dos Santos/Prefeito Municipal, Júlia Gonçalves Silva/Secretária Municipal de Administração e Wagner Augusto de Oliveira/Representante legal.

Inhaúma/MG, 27 de fevereiro de 2026.

MAX OLIVEIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anna Jullya da Silva
Código Identificador:FB938DCE

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 02/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INHAÚMA E ESCAL - EMPRESA DE SERVIÇOS DE CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA - EPP

Prefeitura Municipal de Inhaúma – CNPJ 18.116.152/0001-10; Escal - Empresa De Serviços De Contabilidade E Assessoria Ltda - EPP, CNPJ 18.272.880/0001-10, Reajuste Financeiro: O valor do contrato administrativo celebrado pelas partes em 07 de janeiro de 2025, oriundo do Processo nº 02/2025, Inexigibilidade n° 02/2025, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos especializados com expertise em gestão e contabilidade pública, para assessoria e consultoria nas áreas contábil, financeira e orçamentária para aprimorar sua gestão e garantir conformidade com as normas de contabilidade pública aplicáveis a Órgãos Públicos Municipais, fica reajustado para R$ 139.312,21 (cento e trinta e nove mil, trezentos e doze reais e vinte e um centavos), a ser pago em 11 (onze) parcelas de R$ 11.609,35 (onze mil, seiscentos e nove mil e trinta e cinco centavos) e uma parcela de R$ 11.609,36 (onze mil, seiscentos e nove mil e trinta e seis centavos), com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Embasamento Legal: art. 25, §8° da lei 14.133/2021 – Assinantes – Max Oliveira dos Santos/Prefeito Municipal, Paulo Henrique França de Souza/Secretário Municipal de Fazenda e Saulo Lavarini Calazans/Representante Legal.

Inhaúma/MG, 27 de fevereiro de 2026.

MAX OLIVEIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anna Jullya da Silva
Código Identificador:18C9381A

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 51/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INHAÚMA E LIARTH LIMPEZA URBANA LTDA

Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo e Reequilíbrio Econômico-Financeiro ao Contrato Administrativo nº 51/2023 – Contratada: Liarth Limpeza Urbana LTDA – CNPJ:14.808.488/0001-92 – Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte/logística de resíduos sólidos – Fundamentação: art. 65, & 1º e art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993 – Valor inicial: R$ 323.424,00 (trezentos e vinte e três mil e quatrocentos e vinte e quatro reais) – Valor do reequilíbrio: R$ 13.907,52 (treze mil, novecentos e sete reais e cinquenta e dois centavos) – Novo valor do contrato: R$ 337.331,52 (trezentos e trinta e sete mil, trezentos e trinta e um reais e cinquenta e dois centavos) – Prorrogação de Prazo: 12 (doze) meses - Origem: Processo Licitatório n° 28/2023, Pregão Presencial n° 10/2023 – Data do Aditivo: 13/02/2026 – Assinantes: Max Oliveira dos Santos/Prefeito Municipal, Davi Roberto Alves/Secretário Municipal de Infraestrutura e Igor Eduardo Pinto/Representante legal.

Inhaúma/MG, 27 de fevereiro de 2026.

MAX OLIVEIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anna Jullya da Silva
Código Identificador:0755F4E9

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO N° 03/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INHAÚMA E A EMPRESA CTR SANTA LUZIA TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS S.A.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 03/2026, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 02/2026 – ´PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2026. Partes: Prefeitura Municipal de Inhaúma – CNPJ 18.116.152/0001-10; CTR Santa Luzia Tratamento E Disposição De Resíduos S.A., CNPJ 32.319.776/0001-65. Objeto: Registro de preço visando a futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de recepção e destinação final de resíduos sólidos urbanos para atender às necessidades do município de Inhaúma. Prazo de Vigência: 12 (doze) meses. Valor do Contrato: R$ 161.460,00 (cento e sessenta e um mil e quatrocentos e sessenta reais). Dotação Orçamentária: 02.11.02.18.541.0039.2090.3.3.90.39.00 – Ficha: 351.

Inhaúma/MG, 27 de fevereiro de 2026.

ALDECIR FRANCISCO LUCIANO
Pregoeiro

Publicado por:
Anna Jullya da Silva
Código Identificador:AE7D5CD5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IPUIÚNA

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2026, com a empresa RINAGRO IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA, CNPJ Nº 44.116.889/0001-42– Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 03/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS E PROTETORES A SEREM UTILIZADOS EM VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕEM A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 30.930,00 (trinta mil e novecentos e trinta reais). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:3A37FF86

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAGUARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG – extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Locação nº 06/2023. **Locadora:** ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS FERNANDES RESENDE LTDA S/C. **Objeto:** O presente contrato tem como objeto a locação do imóvel administrado pela empresa ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS FERNANDES RESENDE LTDA S/C, situado na Rua XV de novembro, nº 730, bairro José Lara, Itaguara/MG, para fins de funcionamento de atividades do Almoxarifado Central do Município de Itaguara. **Aditivo de Prazo.** Processo nº 06/2023; Dispensa nº 01/2023. **Vigência**: 01/03/2026 a 28/03/2027. LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS – Prefeito Municipal. **Data de assinatura:** 27/02/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:CCF563B2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO DE DOAÇÃO DE PNEUS Nº 02/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG – extrato do Contrato de Doação de Pneus nº 02/2026 celebrado com RACRI INDÚSTRIA DE RECICLAGEM LTDA. **Objeto:** O presente Contrato tem por objeto a doação, pela Fonte à RECICLADORA, de pneus inservíveis tamanho até 1100, sem contaminação. Sem ônus para o município. **Vigência:** 27/02/2026 a 31/12/2028. LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS – Prefeito Municipal. **Data de assinatura:** 27/02/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:DDA2DB0C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 202/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG – extrato do Termo de Cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 202/2025. PROCESSO Nº 118/2025, PREGÃO Nº 29/2025. **Contratada:** PADARIA E MERCEARIA VITORIA LTDA. **Objeto:** O presente Termo tem por objeto o cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 204/2025, datada de 11 de julho de 2025, oriunda do Processo Licitatório nº 118/2025, Pregão Eletrônico nº 29/2025, cujo objeto consistia na aquisição eventual e parcelada de gêneros alimentícios destinados à preparação de lanches prontos (pães, biscoitos e outros), para atendimento às Secretarias Municipais da Prefeitura de Itaguara e fundos conveniados. LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS – Prefeito Municipal. **Data de assinatura**: 27/02/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:B58D8EFF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 204/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG – extrato do Termo de Cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 204/2025. PROCESSO Nº 118/2025, PREGÃO Nº 29/2025. **Contratada:** GEOVANE AGNELLE BRUGNARA. **Objeto:** O presente Termo tem por objeto o cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 204/2025, datada de 11 de julho de 2025, oriunda do Processo Licitatório nº 118/2025, Pregão Eletrônico nº 29/2025, cujo objeto consistia na aquisição eventual e parcelada de gêneros alimentícios destinados à preparação de lanches prontos (pães, biscoitos e outros), para atendimento às Secretarias Municipais da Prefeitura de Itaguara e fundos conveniados. LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS – Prefeito Municipal. **Data de assinatura**: 27/02/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:8BD93ABD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PL 08/2026; PE 02/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG – Extrato das Atas de Registro de Preços do **Processo Licitatório** nº 08/2026; **Pregão nº** 02/2026. **Ata de Registro de Preços nº** 57/2026, **Contratada:** GEOVANE AGNELLE BRUGNARA, **Valor total:** R$ 236.805,65; **Ata de Registro de Preços nº** 58/2026, **Contratada**: PADARIA E MERCEARIA VITORIA LTDA, **Valor total**: R$ 103.214,80; **Ata de Registro de Preços nº** 59/2026, **Contratada**: 62.116.177 IZABELA ALVES DE ANDRADE, **Valor total**: R$ 17.280,00; **Ata de Registro de Preços nº** 60/2026, **Contratada**: ALFA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EM GERAL LTDA, **Valor total**: R$ 8.950,00; **Ata de Registro de Preços nº** 61/2026, **Contratado**: ITAGAZ COMERCIO DE GLP LTDA, **Valor total**: R$ 3.822,86; **Ata de Registro de Preços nº** 62/2026, **Contratado**: NSA COMERCIO LTDA, **Valor total**: R$ 19.979,40. **Objeto:** O objeto do presente instrumento é o registro de preços para aquisição de água mineral e gêneros alimentícios para lanches prontos (pães, salgados e outros) para as secretarias municipais da Prefeitura de Itaguara. **Vigência:** 26/02/2026 a 25/02/2027. LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS – Prefeito Municipal. **Data de assinatura:** 26/02/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:92E32E88

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAMARATI DE MINAS

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 038/2026
Contratante: Município de Itamarati de Minas
Contratada: SÓ LETRINHAS EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA
CNPJ: 30.975.644/0001-66
VALOR TOTAL: R$ 59.944,00 (Cinquenta e nove mil, novecentos e quarenta e quatro reais)
Objeto: O objeto da presente licitação é a aquisição de coletâneas de livros impressos, destinados à atualização e ampliação do acervo literário das bibliotecas escolares, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos
Vigência: O contrato terá vigência de 06 (seis) meses a contar da data de sua assinatura.
Data da assinatura: 27/02/2026
Assinam: pelo Município de Itamarati de Minas/MG, Cesio Junior Alves Ladeira – Prefeito Municipal, pela empresa **SÓ LETRINHAS EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA**, Igor Maurício Eger.

Publicado por:
Haroldo Lourenço da Rocha
Código Identificador:777FFCB4

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO-PRC 148/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

Av. Cel. Araujo Porto, 506, Itamarati de Minas - MG, 36788-000
CNPJ: 17.706.813/0001-02 - Fone: (32) 3452-1212

Extrato de Termo Aditivo

NÚMERO DO TERMO: 00001/26

NÚMERO DO CONTRATO:188/25

PROCESSO: 000148/25

FORNECEDOR: OLMERINDO JACINTO MUNIZ 119.515.757-68

VALOR DO ADITIVO: 1.160,00

DATA DE ASSINATURA: 13/02/2026

VIGÊNCIA: 18/02/2026 até 18/04/2026

HISTÓRICO: Acréscimo

TIPO DE ALTERAÇÃO: Bilateral

DESCRIÇÃO: A família atendida não superou, até o presente momento, a situação de extrema pobreza. O responsável familiar permanece em tratamento médico e encontra-se impossibilitado de exercer atividades laborativas em razão de lesão na região lombar, aguardando avaliação médica junto ao INSS.

Diante do quadro de vulnerabilidade social e risco pessoal apresentado, recomenda-se a concessão do benefício eventual de

aluguel social pelo período de 02 (dois) meses, como medida de proteção social e garantia das condições mínimas de subsistência.

OBJETO: Beneficio emergencial de aluguel social em favor do Sr. Leonardo.

Publicado por:
Haroldo Lourenço da Rocha
Código Identificador:636BE7FE

LICITAÇÃO E CONTRATOS
LEI COMPLEMENTAR Nº 1.076/2026

LEI COMPLEMENTAR
Nº 1.076/2026

Dispõe sobre criação do cargo comissionado de Coordenador do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS do Município de Itamarati de Minas/MG.

CESIO JUNIOR ALVES LADEIRA, Prefeito Municipal de Itamarati de Minas, Estado de Minas Gerais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o cargo de Coordenador do CREAS, de livre nomeação e exoneração, devendo o ocupante ter escolaridade de nível superior de acordo com a Resolução CNAS nº 17/2011, com as atribuições constantes no art. 2º desta Lei.

Art. 2º - O Coordenador do CREAS deverá:

I - articular, acompanhar e avaliar a estrutura de Proteção Social Especial de Média Complexidade;

II – coordenar as rotinas administrativas, os processos de trabalho, a execução e o monitoramento de serviços, o registro de informações e a avaliação geral do CREAS;

III - participar da elaboração, do acompanhamento, da implementação e da avaliação dos fluxos e procedimentos adotados, visando garantir a efetivação das articulações necessárias;

IV – coordenar a relação entre CREAS e as unidades referenciadas no seu território de abrangência e com o CRAS e Serviços de Acolhimento;

V – coordenar o processo de articulação cotidiana com as demais políticas públicas e os órgãos de defesa de direitos;

VI - definir, com a equipe, a dinâmica e os processos de trabalho;

VII - definir, com a equipe, os critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias e indivíduos nos serviços ofertados no CREAS;

VIII – coordenar o processo, com a equipe, unidades referenciadas e rede de articulação, do fluxo de entrada, acolhida, acompanhamento, encaminhamento e desligamento das famílias e indivíduos no CREAS;

IX – coordenar a oferta e o acompanhamento do(s) serviço(s), incluindo o monitoramento dos registros de informações e a avaliação das ações desenvolvidas;

X – coordenar a alimentação dos registros de informação e monitoramento do envio regular de informações sobre o CREAS e as unidades referenciadas, encaminhando-os ao órgão gestor;
XI – participar das reuniões de planejamento promovidas pelo órgão gestor de Assistência Social e representar a Unidade em outros espaços, quando solicitado;

XII – identificar as necessidades de capacitação da equipe de referência;

XIII – coordenar os encaminhamentos à rede e seu acompanhamento.

Art. 3º - O Coordenador do CREAS será submetido a uma carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 4º - A remuneração mensal para o cargo será de R$ 2.020,82 (dois mil e vinte reais e oitenta e dois centavos).

Art. 5º - O regime de trabalho será o estatutário e o regime previdenciário é o geral.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itamarati de Minas/MG, 27 de fevereiro de 2026

CESIO JUNIOR ALVES LADEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Américo de Oliveira
Código Identificador:74333612

LICITAÇÃO E CONTRATOS
LEI Nº 1.077/2026

LEI Nº 1.077/2026

Dispõe sobre a denominação oficial de vias públicas no Município de Itamarati de Minas.

A Câmara Municipal de Itamarati de Minas, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais aprovou e eu, CESIO JUNIOR ALVES LADEIRA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica oficialmente denominada ESTRADA MUNICIPAL "LEONTINA RODRIGUES LADEIRA", conhecida como "D.Tina", a Via Rural que tem início na Rua Astolfo Dutra, nas coordenadas geográficas de referência de latitude -21.414849, e longitude -12.819991, e término no entroncamento do Sítio Bom Sucesso, nas coordenadas geográficas de referência de latitude -21.412895, e longitude - 42.829821.

Art. 2º - Fica oficialmente denominada ESTRADA MUNICIPAL "OLIVIER DUTRA" a Via Rural que tem início na Avenida Coronel Araújo Porto, nas coordenadas geográficas de referência de latitude -21.419572, próxima ao número 813, e longitude -42.821112, e segue em direção à Comunidade Fortaleza, nas coordenadas geográficas de referência de latitude -21.428048, e longitude -42.830775, entroncamento para a Comunidade Fortaleza.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente providenciará a afixação de placas indicativas com a denominação oficial.

Art. 4º - O Gabinete do Prefeito dará conhecimento do inteiro teor desta Lei à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, COPASA e às empresas concessionárias de serviço público local.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itamarati de Minas/MG, 27 de fevereiro de 2026

CESIO JUNIOR ALVES LADEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Américo de Oliveira
Código Identificador:2AC6DB82

LICITAÇÃO E CONTRATOS
LEI Nº 1.078

LEI Nº 1.078/2026

Dispõe sobre a publicação das listas de espera dos pacientes que aguardam procedimentos eletivos na rede pública de Saúde do Município de Itamarati de Minas/MG.

A Câmara Municipal de Itamarati de Minas, Estado de Minas Gerais, por seus representantes aprovou, e eu, CESIO JUNIOR ALVES LADEIRA, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo obrigado a divulgar, por meio eletrônico e com acesso irrestrito, bem como nas unidades de Saúde do Município, as listagens dos pacientes que aguardam procedimentos eletivos na rede pública de Saúde de Itamarati de Minas.

Parágrafo Único - A divulgação deverá garantir o direito de privacidade dos pacientes, sendo divulgado apenas os três primeiros e os dois últimos números do Cartão Nacional de Saúde – CNS ou CPF.

Art. 2º - Todas as listagens serão disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, que deverá seguir rigorosamente a ordem de inscrição para a chamada dos pacientes, salvo nos procedimentos emergenciais, assim atestados por profissional competente.

Art. 3º - As informações a serem divulgadas devem conter:

I - A data de solicitação do procedimento eletivo, com identificação do paciente através do número do cartão do SUS ou CPF;

II - Código do procedimento SIGTAP SUS;

III - posição que ocupa na fila de espera da especialidade médica pertinente;

IV - relação dos pacientes já atendidos, através da divulgação do número do CNS.

Art. 4º - As informações disponibilizadas deverão ser especificadas para o tipo de procedimento eletivo aguardado e abranger todos os candidatos inscritos nas unidades de Saúde do Município, entidades conveniadas ou qualquer outro prestador de serviço que receba recursos públicos municipais.

Parágrafo Único - Os dados disponibilizados deverão ser extraídos dos sistemas nacionalmente reconhecidos: E-SUS captação de filas ou E-SUS regulação ou, ainda, SUS Fácil.

Art. 5º - Publicadas as informações, a listagem será classificada pela data de inscrição, separando os pacientes inscritos dos já beneficiados, sem qualquer tipo de restrição, permitindo acesso universal, na forma do regulamento.

Art. 6º - O setor de Regulação de Saúde do Município fica obrigado a tornar pública, mensalmente, a quantidade de pacientes atendidos, a movimentação do número de inscrições das listagens e a situação atual de cada paciente em relação à sua respectiva lista.

Art. 7º - Fica autorizada a alteração da situação do paciente inscrito na listagem de espera com base no critério de gravidade do estado clínico, devidamente comprovado com laudo/relatório médico.

Parágrafo Único - A inscrição em lista de espera não confere ao paciente ou à sua família o direito subjetivo a indenização, caso o procedimento eletivo não se realize em decorrência de alteração justificada da ordem previamente estabelecida.

Art. 8º - Os recursos e instalações do sistema público de saúde no Município serão utilizados para atender os pacientes regularmente inscritos em lista de espera.

Art. 9º - Para comprovação do tempo de espera pelo paciente inscrito na lista correspondente, este receberá, no ato de solicitação do procedimento eletivo, um protocolo de inscrição, no qual deverá constar, impressos mecanicamente, a numeração própria, a posição na respectiva lista e as informações necessárias para consultá-la.

Art. 10 - O Poder Executivo realizará, periodicamente, através dos meios adequados de comunicação social, campanhas de esclarecimento público dos benefícios decorrentes da aplicação desta Lei.

Parágrafo Único - Deverão as unidades de saúde do Município fixar em local visível os tópicos principais desta Lei, como: número da lei, possibilidades de alteração da situação do paciente inscrito e informações necessárias para consultar as listagens.

Art. 11 - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei através de Decreto, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itamarati de Minas/MG, 27 de fevereiro de 2026

CESIO JUNIOR ALVES LADEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Américo de Oliveira
Código Identificador:6642ED13

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAMBÉ DO MATO DENTRO

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 012/2026

Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa fisica, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito do Município de ltambé do Mato Dentro/MG.

Publicado por:
Meire Dos Santos Oliveira
Código Identificador:95A0F11C

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 004/2026

Nomeia Membros para compor Comissão de Avaliação de Imóveis.

A Prefeita Municipal de Itambé do Mato Dentro, Sra. Cleidileny Aparecida Chaves, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 62, Inciso III; 63 inciso II, VII, X e 75, Inciso II; Alínea "A" da Lei Orgânica do Município;
RESOLVE:
Art. 1º - Designar os membros abaixo relacionados para integrar a Comissão de Avaliação de Imóveis:
Presidente:
Antônio de Oliveira Silva
Cargo: Motorista
Membros:
Alek Jonas Araújo Oliveira
Cargo: Motorista
· Edilene Almeida Cruz
Cargo: Assistente Social
Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Itambé do Mato Dentro, 25 de fevereiro de 2026.

CLEIDILENY APARECIDA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Meire Dos Santos Oliveira
Código Identificador:A83500BE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITANHANDU

ADMINISTRAÇÃO
1º ADENDO AO EDITAL – PROGRAMA BOLSA ATLETA MUNICIPAL

1º ADENDO AO EDITAL – PROGRAMA BOLSA ATLETA MUNICIPAL

Programa Bolsa Atleta Municipal "Luiz Ribeiro Júnior"
Exercício Financeiro de 2026

O Município de Itanhandu/MG, por meio da Secretaria Municipal de Esportes, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente A 1º ADENDO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO para concessão de bolsas do Programa Bolsa Atleta Municipal – "Luiz Ribeiro Júnior", instituído pela Lei Municipal nº 2.184/2026 e regulamentado pelo Decreto Executivo nº. 8.028/2026 de 13.02.2025, nos termos e condições a seguir estabelecidos.

1. A apresentação do Atestado médico de aptidão para a prática esportiva, emitido por profissional da saúde, com validade máxima de 6 meses a que se refere o item 7.1 do Edital ficará dispensada no o ato da inscrição, mas deverá ser devidamente apresentado antes da divulgação do resultado final com a homologação dos beneficiários.

2. Fica alterado o cronograma que passará a ser da seguinte forma:
período de inscrições: de 23 de Fevereiro de 2026 a 06 de Março de 2026.
análise documental: dia 09 e 10 de Março 2026.
divulgação do resultado preliminar: dia 11 de Março de 2026.
interposição de recursos: dia 12 e 13 de Março de 2026.
resultado final: dia 18 de Março de 2026.

3. As demais disposições permanecem inalteradas.

Itanhandu/MG, 27 de Fevereiro de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

RODRIGO APARECIDO RIBEIRO
Secretário Municipal de Esportes

Publicado por:
José Guilherme Ordine
Código Identificador:615369E2

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 8.039, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

DECRETO Nº. 8.039, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

"Desafeta bem móvel e dá destinação".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANDU**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e de acordo com o artigo 63, inciso VI, XXIV, XXVI e XXXIII da Lei Orgânica Municipal, e
Considerando que o veículo: MODELO: FIAT/UNO MILLE - CHASSI: 9BD195A4ZM0906200 - PLACA: RMJ-1B57, onde não possui condições para atender a Secretaria Municipal de Saúde, por possuir mais de 15 anos de uso e avançada quilometragem;
Considerando que outros mais modernos e equipados foram adquiridos pela Secretaria Municipal de Saúde para uso das necessidades específicas;
Considerando que referido veículo encontra-se recolhido no Pátio da Prefeitura Municipal sem destinação e uso, tendo em vista estar inservível para uso e demanda da secretaria; e
Considerandoo interesse social que envolve a questão;
DECRETA:
Art. 1º. Fica desafetado de sua destinação originária o veículo Fiat Uno – Placa RMJ-1B57.

Art. 2º. O veículo Fiat Uno passará a ser de responsabilidade da Secretaria Municipal de Serviços Gerais e Transportes, a qual ficará responsável pela sua guarda, manutenção e conservação, podendo ser utilizado para fins diversos da Administração Pública.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itanhandu, 26 de fevereiro de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Guilherme Ordine
Código Identificador:69180034

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 8.040, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

DECRETO Nº 8.040, DE 27 de FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre substituição de membros do Conselho Curador da Fundação Itanhanduense de Educação e Cultura "Dilza Pinho Nilo", composto através do Decreto nº 7.392/2024 e dá outras providências.

Paulo Henrique Pinto Monteiro, Prefeito do Município de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de alteração na composição do Conselho Curador da Fundação Itanhanduense de Educação e Cultura *Dilza Pinho Nilo*, nos termos do art. 14 e seguintes de seu Estatuto;

Considerando os Decretos nº 7.756, de 10 de setembro de 2025, e nº 7.845, de 05 de novembro de 2025, já expedidos, bem como a preservação dos mandatos dos conselheiros regularmente em exercício;

Considerando a necessidade de assegurar a continuidade administrativa e o regular funcionamento da Fundação, com a manutenção do exercício dos mandatos dos conselheiros para o quadriênio de que trata o Decreto nº 7.392/2024.

DECRETA:

Art. 1º. - Ficam alterados os membros nomeados, através do Decreto nº 7.392, de 26 de dezembro de 2024, que compõe o Conselho Curador da Fundação Itanhanduense de Educação e Cultura Dilza Pinho Nilo, conforme abaixo:

I - Efetivos:

Aline do Nascimento e Silva em substituição à Edna Villas Boas Scarpa Cavalcanti;
Heliana Lúcia Caetano Jacinto em substituição à Fernanda Hipólita de Oliveira Mendes;

II - Suplentes:

b) Débora Cristina Nogueira Leite em substituição à Dirceu Guedes da Cunha;
c) Maristela Leopoldino em substituição à Raquel Luiza Guedes;
e) Lucinea Soares da Silva em substituição à Marcia Maria Carneiro Rangel

Art. 2º. Ficam inalterados os demais membros e artigos do Decreto 7.392/2024.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itanhandu, 27 de fevereiro de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Guilherme Ordine
Código Identificador:E4594B1B

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 8.041, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

DECRETO Nº 8.041, DE 27 de FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a Revogação do Decreto nº. 7.845 de 05.11.2025.

Paulo Henrique Pinto Monteiro, Prefeito do Município de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. – Fica revogado o Decreto nº. 7.845 de 05 de novembro de 2025.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itanhandu, 27 de fevereiro de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Guilherme Ordine
Código Identificador:BF65D3C2

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO Nº 09/2026

EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO Nº 09/2026

O Sr. Paulo Henrique Pinto Monteiro, Prefeito Municipal de Itanhandu/MG, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e das que lhe foram delegadas, torna pública para conhecimento dos interessados, a desclassificação dos candidatos convocados pelo Edital nº 08/2026 e n°10/2026, por não efetuarem a abertura de Processo Admissional no prazo estipulado , ou desistência, ou por não comparecimento para atendimento, ou por inaptidão no exame médico:

AUXILIAR DE SERVIÇOS ESCOLARES II - AMPLA CONCORRÊNCIA

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO (A)	CLASSIFICAÇÃO
0013691	JADE MARIAM VACCARI CARVALHO SILVA	36°

PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR - AMPLA CONCORRÊNCIA

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO (A)	CLASSIFICAÇÃO
0010306	TAMIRES DOS SANTOS LUZ BATISTA	18°

Itanhandu, 02 de março de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joseane Rita Marcolino Ribeiro
Código Identificador:2A6953F0

LICITAÇÃO SECRETARIA M. DE SAÚDE
EXTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU – Extrato de Homologação e Contrato – Inexigibilidade 04/2026 – Objeto: Cofinanciamento dos serviços de Pronto Atendimento, compreendendo a manutenção da equipe, estrutura e insumos da unidade de urgência e emergência, incluindo sobreaviso médico em Clínica Vascular e Urologia e realização de imobilizações gessadas, para garantir a continuidade da assistência aos usuários do SUS. Autorização: 25/02/2026. Adjudicação e Homologação: 26/02/2026. **Contrato n° 055/2026** – Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, CNPJ 24.824.195/0001-52, São Lourenço/MG. Valor: R$ 38.635,68. Data: 27/01/2026. Vigência: 28/02/2027. Dotação/Fonte: 450/1.500.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lucimara de Fátima Alvarenga
Código Identificador:E4AA99A6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAPECERICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA/MG - Pregão Eletrônico 10/2026. Objeto: Contratação de instituição financeira, pública ou privada, para gestão da folha de pagamento dos agentes políticos, servidores ativos (efetivos, comissionados e contratados) servidores inativos e estagiários do Poder Executivo do Município de Itapecerica/MG, inclusive aqueles que venham a ser contratados durante a vigência contratual**.** Recebimento de propostas e documentação até às 12h59 do dia 17/03/2026. Início da Sessão de lances: às 13h00 do mesmo dia. Local: Plataforma: https://comprasbr.com.br/. O edital encontra-se publicado nos sites www.itapecerica.mg.gov.br, https://comprasbr.com.br/, e https://www.gov.br/pncp/pt-br.

ANDRÉA VILANO GUIMARÃES –
Pregoeira.

Publicado por:
Patricia Moreira Diniz Fernandes
Código Identificador:7FC1129A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAPEVA

IMPRENSA OFICIAL DE ITAPEVA
AVISO 803.1

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2026 – EDITAL Nº 19/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026
O Município de Itapeva/MG torna público a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, visando o registro de preços pelo prazo de 12 (doze) meses para eventual e futura prestação de serviços de infraestrutura urbana/rural com fornecimento de materiais. **A sessão pública ocorrerá às 09h00 do dia 13/3/2026**, por meio do Portal Compras Públicas (http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Edital disponível no referido portal. Informações: licitacao@itapeva.mg.gov.br. -

MARCELO GUIDO BEKER –
Pregoeiro/Agente de Contratação.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2026 – EDITAL Nº 20/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026
O Munic
ípio de Itapeva/MG torna público a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, visando o contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de tanque pipa em aço

carbono em caminhão Iveco EuroCargo 170E22 – 9000 litros. **A sessão pública ocorrerá às 09h00 do dia 11/3/2026**, por meio do Portal Compras Públicas (http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Edital disponível no referido portal. Informações: licitacao@itapeva.mg.gov.br. -

MARCELO GUIDO BEKER –
Pregoeiro/Agente de Contratação.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2026 – EDITAL Nº 21/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026
O Município de Itapeva/MG torna público a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, visando o Registro de Preços visando à contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de instalação de bombas em poços artesianos, com fornecimento e instalação de conjunto motobomba (conforme modelos e características por localidade), incluindo todos os materiais complementares necessários ao funcionamento, garantia e assistência técnica permanente, inclusive plantões em finais de semana e feriados, conforme itens e condições técnicas. **A sessão pública ocorrerá às 09h00 do dia 16/3/2026**, por meio do Portal Compras Públicas (http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Edital disponível no referido portal. Informações: licitacao@itapeva.mg.gov.br. -

MARCELO GUIDO BEKER –
Pregoeiro/Agente de Contratação.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2026 – EDITAL Nº 21/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026 – 1ª RETIFICAÇÃO DE EDITAL
O Município de Itapeva/MG torna público a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, visando o Registro de Preços visando à contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de instalação de bombas em poços artesianos, com fornecimento e instalação de conjunto motobomba (conforme modelos e características por localidade), incluindo todos os materiais complementares necessários ao funcionamento, garantia e assistência técnica permanente, inclusive plantões em finais de semana e feriados, conforme itens e condições técnicas. Em razão de pedido do Setor de Obras, foi feita correção quanto aos itens do certame. **A sessão pública seguirá às 09h00 do dia 16/3/2026**, por meio do Portal Compras Públicas (http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Edital retificado disponível no referido portal. Informações: licitacao@itapeva.mg.gov.br. -

MARCELO GUIDO BEKER –
Pregoeiro/Agente de Contratação.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2026 – EDITAL Nº 23/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
O Município de Itapeva/MG torna público a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, visando aquisição de uma máquina.de lavar roupas e um tanquinho para Secretaria de Saúde. **A sessão pública ocorrerá às 09h00 do dia 12/3/2026**, por meio do Portal Compras Públicas (http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Edital disponível no referido portal. Informações: licitacao@itapeva.mg.gov.br. -

MARCELO GUIDO BEKER –
Pregoeiro/Agente de Contratação.

Publicado por:
Marcelo Guido Pereira
Código Identificador:7B4D0852

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITATIAIUÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 646/2024. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 192/2024 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2024.

MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU/MG - Extrato do 2º termo aditivo ao contrato nº 646/2024. Processo licitatório nº 192/2024 - modalidade pregão eletrônico nº 152/2024. Partes: Munícipio de Itatiaiuçu e Facilita Telecom Ltda.**,** inscrita no CNPJ sob o nº 13.045.960/0001-10. Fund. Legal: Art. 107 da Lei 14.133/2021. **Vigência do aditivo: 18/09/2025 à 17/03/2026.** Secretária Municipal de Planejamento de Governo. Secretária Municipal de Saúde. Secretária Municipal de Administração. Secretário Municipal de Esportes. Secretário Municipal de Assistência Social. Secretário Municipal de Infraestrutura. Secretária Municipal de Urbanismo. Secretário Municipal de Transportes e Vias Públicas. Secretária Municipal de Educação. Secretário Municipal de Cultura. Secretário Municipal de Fazenda. Secretário Municipal de Meio Ambiente. Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico. Comandante da Guarda Civil Municipal. Chefia de Gabinete. Procuradora-Geral do Município. Controlador-Geral do Município.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:DF85DC7F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO 102/2021. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2021 - MODALIDADE DISPENSA Nº 22/2021

MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU/MG - Extrato do 4º termo aditivo ao 102/2021. Processo Licitatório nº 74/2021 - modalidade dispensa nº 22/2021. Partes: Munícipio de Itatiaiuçu e Nívio de Souza, inscrito no CPF sob o nº 042.266.231-34 e Maria de Fátima Silva**,** inscrita no CPF sob o nº 637.292.376-91. Fund. Legal: art. 57, II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Valor do aditivo R$ 29.879,52 (vinte e nove mil, oitocentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos).** Vigência do aditivo**:** 09/04/2025 até 08/04/2026.

Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:AF9B8960

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO AO 193/2021. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2021 - MODALIDADE DISPENSA Nº 30/2021.

MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU/MG - Extrato do 8º termo aditivo ao 193/2021. Processo Licitatório nº 131/2021 - modalidade dispensa nº 30/2021. Partes: Munícipio de Itatiaiuçu e Sônia Maria Silva, Fernanda Mittie Fujita, Lúcio Hideoshi Fujita e Juliana Saiuri Silva Fujita**.** Fund. Legal: art. 57, II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Valor do aditivo R$ 1.8930,51 (hum mil, oitocentos e trinta reais e cinquenta e um centavos).**

Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:FB548578

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 320/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 420/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 420/2023 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2023 PARA REGISTRO DE PREÇOS.

MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU - Extrato do 3º termo aditivo ao Contrato nº 320/2024. Processo administrativo nº 420/2023 - processo licitatório nº 420/2023 - modalidade pregão presencial nº 23/2023 para registro de preços. Partes: Munícipio de Itatiaiuçu e DL Treinamentos Ltda. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 40.177.882/0002-60. Fund. Legal: Art. 57, II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. **Fica a vigência do Contrato 01/01/2026 até 31/12/2026**.

Secretária Municipal de Assistência Social.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:5EB27E15

SECRETARIA DE CULTURA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 180/2025 – MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 025/2025. EXTRATO DO CONTRATO Nº 388/2025.

Processo administrativo nº 180/2025 – modalidade inexigibilidade nº 025/2025. **Extrato do contrato nº 388/2025.** Partes: Município de Itatiaiuçu e Aguinaldo Claudio Moura., inscrita no CPF nº 799.448.176-00**.** Objeto: "Contratação de aluguel de imóvel para às instalações e funcionamento da Associação de Moradores de Ponta da Serra". **VALOR MENSAL ESTIMADO DO CONTRATO**: **R$5.000,00 (cinco mil reais).** Vigência do contrato: 06/05/2025 a 27/04/2026. Secretária Municipal de Cultura.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:C2781E9C

SECRETARIA DE CULTURA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 388/2024 – MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 36/2024. EXTRATO DO CONTRATO Nº 733/2024.

Processo administrativo nº 388/2024 – modalidade inexigibilidade nº 36/2024. **Extrato do contrato nº 733/2024**. Partes: Município de Itatiaiuçu e Cia Descarga Produções Ltda., inscrita no CNPJ nº 22.806.058/0001-60**.** Objeto: A contratação de show artístico musical com a atração consagrada nacionalmente pela crítica especializada e pela opinião pública, denominada **"Peça Teatral",** para o evento do Dia das Crianças, a ser realizado no dia 12/10/2024, na Praça Antônio Quirino da Silva, em Itatiaiuçu/MG. **Valor do Contrato R$20.000,00 (vinte mil reais).** Vigência do contrato**:** 09/10/2024 a 31/12/2024.

Secretária Municipal de Cultura.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:5E59E910

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 229/2025 – MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 034/2025. EXTRATO DO CONTRATO Nº 432/2025.

Processo administrativo nº 229/2025 – modalidade inexigibilidade nº 034/2025. **Extrato do contrato nº 432/2025**. Partes: Município de Itatiaiuçu e Geraldo De Queiroz Parreiras., inscrita no CPF nº 241.723.166-20. Objeto: Contratação de aluguel de imóvel para às instalações e funcionamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Itatiaiuçu/MG. **VALOR MENSAL ESTIMADO DO CONTRATO**: **R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).** Vigência do contrato**:** 22/05/2025 a 21/05/2026.

Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:1F29B88C

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO 11º TERMO ADITIVO AO 553/2022. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 236/2022 - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 85/2022

MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU/MG - Extrato do 11º termo aditivo ao 553/2022. Processo Licitatório nº 236/2022 - modalidade inexigibilidade nº 85/2022. Partes: Munícipio de Itatiaiuçu e Capi Centro Multidisciplinar Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 30.797.130/0001-68. Fund. Legal: art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93. **Valor do aditivo: R$63.000,00 (sessenta e três mil reais).**

Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:DE26595F

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO 13º TERMO ADITIVO AO 553/2022. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 236/2022 - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 85/2022.

MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU/MG - Extrato do 13º termo aditivo ao 553/2022. Processo Licitatório nº 236/2022 - modalidade inexigibilidade nº 85/2022. Partes: Munícipio de Itatiaiuçu e Capi Centro Multidisciplinar Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 30.797.130/0001-68. Fund. Legal: art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93. **Valor do aditivo: R$63.000,00 (sessenta e três mil reais).**

Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:AA06E1A6

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO 14º TERMO ADITIVO AO 553/2022. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 236/2022 - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 85/2022.

MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU/MG - Extrato do 14º termo aditivo ao 553/2022. Processo Licitatório nº 236/2022 - modalidade inexigibilidade nº 85/2022. Partes: Munícipio de Itatiaiuçu e Capi Centro Multidisciplinar Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 30.797.130/0001-68**.** Fund. Legal: art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93. **Valor do aditivo: R$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois reais).** Vigência do aditivo: 03/07/2025 até 02/10/2025**.**

Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:E7749D67

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO 746/2022. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 436/2022 - MODALIDADE DISPENSA Nº 39/2022.

MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU/MG - Extrato do 4º termo aditivo ao 746/2022. Processo Licitatório nº 436/2022 - modalidade dispensa nº 39/2022. Partes: Munícipio de Itatiaiuçu e a Academic – Softwares Escolares Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 08.031.187/0001-00**.** Fund. Legal: art. 57, II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Valor do aditivo R$8.754,00 (oito mil setecentos e cinquenta e quatro reais).** Vigência do aditivo: 01/07/2025 até 31/12/2025.

Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:FF3DC35C

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 426/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 426/2025 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.343/2025, PARA REGISTRO DE PREÇOS - UASG Nº 984673.

Processo administrativo nº 426/2025 - processo licitatório nº 426/2025 - modalidade pregão eletrônico nº 90.343/2025, para registro de preços. **Torna público que no dia 12/03/2026, fará realizar o pregão eletrônico nº 90.343/2025, para registro de preços,** cujo objeto é o "**Registro de preços** para a **compra** (art. 6º, X da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021) de móveis, para fornecimento parcelado, para os Centros Municipais de Educação Infantil, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação, **exclusivamente para participação de microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP ou equiparadas,** observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e

parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos nos termos e condições descritos e especificados no edital e no Termo de Referência (Anexo I)", com a utilização do sistema *Comprasnet*, do Portal de Compras do Governo Federal. **Data da abertura: 12/03/2026, às 08h:30min**, no sítio www.comprasnet.gov.br. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas. O edital encontra-se disponível na *internet* (rede mundial de computadores), nos sites www.comprasnet.gov.br e www.itatiaiucu.mg.gov.br.

Pregoeira Municipal.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:15C39BD1

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
EXTRATO DO 20º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 408/2020. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 248/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 248/2020 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020

MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU/MG - Extrato do 20º termo aditivo ao contrato nº 408/2020. Processo administrativo nº 248/2020 - processo licitatório nº 248/2020 - modalidade pregão presencial nº 13/2020. Partes: Munícipio de Itatiaiuçu e Laudelino Roberto De Oliveira - ME - CNPJ nº 02.184.861/0001-00. Fund. Legal: Art. 57, II, da Lei 8.666/93. **Fica a vigência do contrato até 30/12/2025**. Itatiaiuçu/MG. Secretário Municipal de Meio Ambiente.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:69558417

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO 467/2023. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 309/2023 - MODALIDADE DISPENSA Nº 15/2023

MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU/MG - Extrato do 2º termo aditivo ao 467/2023. Processo Licitatório nº 309/2023 - modalidade dispensa nº 15/2023. Partes: Munícipio de Itatiaiuçu e a Moura Consultoria Ambiental Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 36.701.230/0001-02**.** Fund. Legal: art. 57, II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Valor do aditivo**: **R$17.000,00 (dezessete mil reais).** Vigência do aditivo: 16/06/2025 até 15/06/2026.

Secretário Municipal de Meio Ambiente.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:6DA989F9

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2025 - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 004/2025. EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2025

Processo administrativo nº 034/2025 - modalidade inexigibilidade nº 004/2025. **Extrato do Contrato nº 036/2025**. Partes: Município de Itatiaiuçu e Simol Silva Imóveis**.**, inscrita no CPF nº 19.215.318/0001-18**.** Objeto: "Contratação de aluguel de imóvel para às instalações e funcionamento das atividades da Secretaria Municipal de Meio de Ambiente de Itatiaiuçu/MG." **VALOR MENSAL ESTIMADO DO CONTRATO R$2.300,00 (dois mil e trezentos reais).** Vigência do contrato: 12/02/2025 a 11/02/2026.

Secretário Municipal de Meio Ambiente.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:9E4DCA32

SECRETARIA DE URBANISMO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 848/2024. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 453/2024 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 362/2024.

MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU/MG - Extrato do 1º termo aditivo ao contrato nº 848/2024. Processo licitatório nº 453/2024 - modalidade pregão eletrônico nº 362/2024. Partes: Munícipio de Itatiaiuçu e Construtora Possamai Ltda.**,** inscrita no CNPJ sob o nº 05.725.151/0001-20. Fund. Legal: Art. 107 da Lei 14.133/2021. **Vigência do aditivo: 23/05/2025 à 22/05/2026.**

Secretária Municipal de Urbanismo.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:4443DD7D

SECRETARIA DE URBANISMO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 487/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 487/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.393/2025, PARA REGISTRO DE PREÇOS.

Processo administrativo nº 487/2025 – processo licitatório nº 487/2025 – pregão eletrônico nº 90.393/2025, para registro de preços. Conforme sessão pública para apresentação das amostras realizada no dia 27/02/2026 ás 10h:00min, a licitante **R.A COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LICITACOES LTDA (provisoriamente classificada para o lote único)**, não compareceu à sessão de amostras, como também não realizou o envio das amostras, ficando, portanto, desclassificada para o lote.

Secretária Municipal de Urbanismo.

Pregoeira Municipal.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:E1DED564

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JACUÍ

CONTRATOS E LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, PRODUTOS DESCARTÁVEIS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PARA A MANUTENÇÃO DE DIVERSOS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO.

A Prefeita Maria Conceição dos Reis Pereira, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de Pregão nº 02/2026, Processo Administrativo nº 03/2026, após análise, conferência e deliberação, resolve **HOMOLOGAR e ADJUDICAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Vencedores:

- AFOX EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA – CNPJ: 48.822.668/0001-40 **– Valor total estimado: R$ 2.135,20 (dois mil, cento e trinta e cinco reais e vinte centavos);**

- ALSB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 19.182.970/0001-83 **– Valor total estimado: R$ 7.671,30 (sete mil, seiscentos e setenta e um reais e trinta centavos);**

- BRENO MAGNO CALIXTO – CNPJ: 22.314.646/0001-86 **– Valor total estimado: R$ 59.044,40 (cinquenta e nove mil, quarenta e quatro reais e quarenta centavos);**

- CIRURGICA UNIAO LTDA – CNPJ: 04.063.331/0001-2 **– Valor total estimado: R$ 94,40 (noventa e quatro reais e quarenta centavos);**

- COMPREJA COMERCIO VAREJISTA LTDA ME – CNPJ: 49.856.584/0001-90 **– Valor total estimado: R$ 28.449,70 (vinte e oito mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e setenta centavos);**

- GL COMERCIO EM GERAL – CNPJ: 18.966.588/0001-06 **– Valor total estimado: R$ 675,21 (seiscentos e setenta e cinco reais e vinte e um centavos);**

- JORGE LUIZ MARQUES DIAS EIRELI – CNPJ: 40.411.805/0001-42 **– Valor total estimado: R$ 3.583,60 (três mil, quinhentos e oitenta e três reais e sessenta centavos);**

- NOVAC INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA – CNPJ: 11.015.846/0001-11 **– Valor total estimado: R$ 1.770,00 (um mil, setecentos e setenta reais);**

- WTRADE INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA – CNPJ: 21.856.981/0001-43 **– Valor total estimado: R$ 8.138,90 (oito mil, cento e trinta e oito reais e noventa centavos).**

Maiores informações, a partir dos dados gerais do processo licitatório, na página https://app.ammlicita.org.br.

Jacuí-MG, 27 de fevereiro de 2026.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
João Pedro Alves Clarismunde
Código Identificador:D758F918

CONTRATOS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 043/2026

Nomeia Membros do Conselho Municipal de . de Cultura do Município de Jacuí/MG

A Exma. Sra. Prefeita do Município de Jacuí, Estado de Minas Gerais, Maria Conceição dos Reis Pereira, no pleno exercício de suas atribuições legais que lhe foram conferidas, seguindo as orientações da Lei Orgânica do Município de Jacuí e Lei Municipal n° 1.775 de 18, de maio de 2018 que cria o Conselho Municipal de Cultura de Jacuí/MG **RESOLVE:**

Art. 1º . Nomear o novo Conselho Municipal de Cultura do Município de Jacuí/MG que terá duração de mandato por dois anos, nomeando membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Cultura do Município de Jacuí/MG

Representantes do Poder Executivo:

Titular: Agnaldo Tomaz de Pontes
Suplente: Rafaela Sousa Carvalhaes

Representantes da área da Educação:
Titular: Angela Aparecida Alvim batista
Suplente: Humberto Rezende Neto

Representantes de Grupos folclóricos tradicionais de áreas periféricas e/ou rurais:
Titular: Aparecido Donizete Neto
Suplente: Messias José de Macêdo

Representantes do Comércio local:
Titular: Roni Peterson Bueno
Suplente: Marcio Ivan de Oliveira Coelho

Representantes dos Grupos de Congada:
Titular ; Dorati Leandro Izidoro
Suplente: Kaim Campos de Oliveira

Representantes da Sociedade Civil:
Titular: Fernanda Geralda da Silva e
Suplente: Jéssica Rodrigues Cheleider
Titular: Ariane Geralda dos Reis e
Suplente: Beatriz Souza Alves
Titular: Elaine Aparecida Rodrigues da Silveira e
Suplente: Márcio José Cintra
Titular: João Pedro Alves Clarismunde e
Suplente: Rosa Maria Alcântara de Carvalho

Art. Nº 2 - Os Serviços prestados pelos membros do Conselho Municipal de Cultura de Jacuí não serão remunerados, sendo considerados de grande relevância para o Município.

Art. Nº 3 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação no lugar de costume.

Registra-se, publique-se e cumpra-se

Jacuí, 27 de fevereiro de 2026.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
João Pedro Alves Clarismunde
Código Identificador:C224A078

PREFEITURTA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 45 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

DISPENSA AGENTE ADMINISTRATIVO

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA, Prefeita de Jacuí, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto da Lei nº 1203 de 29/10/1997;

RESOLVE:
Art. 1º - DISPENSAR a Sra. **EDVANIA MARIA DE PAULA OLIVEIRA,** sob o cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** a partir de 27/02/2026**.**

Art. 2 º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor nesta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Jacuí , 27 de fevereiro de 2026.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Izabela França da Silva
Código Identificador:AD6CC1B0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 025/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2025

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência constante na Cláusula Segunda do Contrato nº 025/2025, pelo período de 12 (doze) meses, baseado no art. 107 da Lei 14.133/21.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba – MG.

CONTRATADA: FERNANDA SILVA FERNANDES MIRANDA –

CPF: 030.854.086-73

VALOR: O valor mensal referente à locação do imóvel é de 2.000,00 (dois mil reais), sendo o valor total pelo período de 12 (doze) meses de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Prazo de Vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 025/2025, com vencimento para 18 de fevereiro de 2026, passando a vigorar até dia 17 de fevereiro de 2027, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 13 de fevereiro de 2026.

ARIANE APARECIDA ALVES DOS SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Augusto Dos Reis
Código Identificador:BB63320F

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2025 INEXIGIBILIDADE N° 006/2025 CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 040/2025, baseado no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba/MG
CONTRATADA: VITALLY DIAGNÓSTICO POR IMAGENS LTDA
CNPJ: 51.852.455/0001-76
VALOR TOTAL DO ADITIVO: O valor total em razão da prorrogação do contrato é de R$ 149.158,54 (cento e quarenta e nove mil cento e cinquenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), sendo este valor e quantitativo dividido entre todas as empresas credenciadas.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 040/2025, com vencimento para 23 de fevereiro de 2026, passando a vigorar até 22 de fevereiro de 2027, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 20 de fevereiro de 2026.

ARIANE APARECIDA ALVES DOS SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Elaine Maria Fernandes
Código Identificador:3CD2506E

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2025 INEXIGIBILIDADE N° 006/2025 CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 044/2025, baseado no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba/MG
CONTRATADA: JUNEA COSTA BRASIL DE SOUSA CPF 071.050.396-20.
CNPJ: 17.982.758/0001-75
VALOR TOTAL DO ADITIVO: O valor total em razão da prorrogação do contrato é de R$ 149.158,54 (cento e quarenta e nove mil cento e cinquenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), sendo este valor e quantitativo dividido entre todas as empresas credenciadas.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 044/2025, com vencimento para 23 de fevereiro de 2026, passando a vigorar até 22 de fevereiro de 2027, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 20 de fevereiro de 2026.

ARIANE APARECIDA ALVES DOS SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Elaine Maria Fernandes
Código Identificador:19768209

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 088/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2025 INEXIGIBILIDADE N° 006/2025 CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 088/2025, baseado no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba/MG
CONTRATADA: CLÍNICA VAZ E FREITAS LTDA
CNPJ: 22.041.063/0001-29
VALOR TOTAL DO ADITIVO: O valor total em razão da prorrogação do contrato é de R$ 149.158,54 (cento e quarenta e nove mil cento e cinquenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), sendo este valor e quantitativo dividido entre todas as empresas credenciadas.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 088/2025, com vencimento para 23 de fevereiro de 2026, passando a vigorar até 22 de fevereiro de 2027, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 20 de fevereiro de 2026.

ARIANE APARECIDA ALVES DOS SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Elaine Maria Fernandes
Código Identificador:6E009AE6

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 204/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2025 INEXIGIBILIDADE N° 006/2025 CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 204/2025, baseado no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba/MG
CONTRATADA: GS LAUAR SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
CNPJ: 45.504.242/0001-50
VALOR TOTAL DO ADITIVO: O valor total em razão da prorrogação do contrato é de R$ 149.158,54 (cento e quarenta e nove mil cento e cinquenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), sendo este valor e quantitativo dividido entre todas as empresas credenciadas.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 204/2025, com vencimento para 23 de fevereiro de 2026, passando a vigorar até 22 de fevereiro de 2027, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 20 de fevereiro de 2026.

ARIANE APARECIDA ALVES DOS SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Elaine Maria Fernandes
Código Identificador:50EF0F05

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 208/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2025 INEXIGIBILIDADE N° 006/2025 CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 204/2025, baseado no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba/MG
CONTRATADA: ROGANAMED CLÍNICA MÉDICA LTDA
CNPJ: 22.839.368/0001-80
VALOR TOTAL DO ADITIVO: O valor total em razão da prorrogação do contrato é de R$ 149.158,54 (cento e quarenta e nove mil cento e cinquenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), sendo este valor e quantitativo dividido entre todas as empresas credenciadas.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 208/2025, com vencimento para 23 de fevereiro de 2026, passando a vigorar até 22 de fevereiro de 2027, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 20 de fevereiro de 2026.

ARIANE APARECIDA ALVES DOS SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Elaine Maria Fernandes
Código Identificador:CBF34978

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 093/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2025 INEXIGIBILIDADE N° 006/2025 CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 093/2025, baseado no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba/MG
CONTRATADA: MEDICINA CARVALHO MARTINS LTDA
CNPJ: 17.431.419/0001-09
VALOR TOTAL DO ADITIVO: O valor total em razão da prorrogação do contrato é de R$ 149.158,54 (cento e quarenta e nove mil cento e cinquenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), sendo este valor e quantitativo dividido entre todas as empresas credenciadas.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 093/2025, com vencimento para 23 de fevereiro de 2026, passando a vigorar até 22 de fevereiro de 2027, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 20 de fevereiro de 2026.

ARIANE APARECIDA ALVES DOS SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Elaine Maria Fernandes
Código Identificador:E39C7CEA

MUNICIPIO DE JAPARAIBA
ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS
DA REFERÊNCIA
Processo Licitatório nº: 170/2025
Concorrência Eletrônica nº: 004/2025
Contrato Administrativo nº: 020/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para OBRA DE REFORMA DO SALÃO COMUNITÁRIO JOÃO LUIZ BORGES, na comunidade rural de São Domingos dos Borges.
DA CONTRATADA
A Contratada é a empresa MALTA CONSTRUÇÃO & INCORPORAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 23.068.764/0001-14, sediada na Rua Olegário Maciel, nº136/Loja 02, bairro Centro no município de Lagoa da Prata/MG.
DO VALOR DO CONTRATO
A Contratante pagará à Contratada pela execução dos serviços contratados o valor de R$ 95.139,58 (noventa e cinco mil e cento e trinta e nove reais e cinquenta e oito centavos).
DA AUTORIZAÇÃO
Autorizamos a empresa contratada a iniciar, a partir do dia 09 de fevereiro de 2026, a execução dos serviços referentes ao contrato acima epigrafado.
Japaraíba, 02 de fevereiro de 2026.

ALAN TEIXEIRA BORGES
Secr. Mun. de Obras e Serviços Públicos

MALTA CONSTRUÇÃO & IN. LTDA
Representante da Contratada

Publicado por:
João Antonio de Sousa Pereira
Código Identificador:57567CBD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE

DAE - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2024

O DAE - Departamento Municipal de Águas e Esgotos de João Monlevade – MG, através de seu Diretor, Sr. José Afonso Martins, torna pública a celebração do segundo Termo Aditivo ao contrato nº. 006/2024 – **MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA COSTA BICALHO - CPF 61227412649,** inscrita sob o **CNPJ n° 65.315.566/0001-58.**

Constitui objeto do presente Termo Aditivo ao Contrato n° 006/2024 a prorrogação de vigência do mesmo pelo período de 12 (doze) meses com amparo da Lei Federal nº. 14.133/2021, destaque para os artigos 124 e 132.
É também objeto deste Termo o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) do saldo inicial ao quantitativo atual do contrato, conforme especificado no artigo 125 da Lei Federal n° 14.133/2021.

DESCRIÇÃO	Valor	Saldo quantitativo	Saldo a ser acrescido	Novo saldo	Valor total
PAPEL A4 210X297 MM – 75 GM	R$ 27,63	450 pacotes	375 pacotes	825 pacotes	R$ 22.794,75

O valor total do presente Termo Aditivo está estimado em R$ 22.794,75 (vinte e dois mil setecentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos).

Este Termo Aditivo estará vigente pelo período de 12 (doze) meses iniciando em 27/02/2026 até 26/02/2027.

João Monlevade, 19 de fevereiro de 2026.

JOSÉ AFONSO MARTINS
Diretor do DAE

Publicado por:
Pedro Henrique Moreira Dos Santos
Código Identificador:E1368410

FUNDAÇÃO CRÊ-SER
1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2025

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

Pelo presente instrumento, as partes entre si, justas e contratadas, de um lado como Contratante: **A FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER, CNPJ N° 21.857.271/0001-38** , pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Palmas, 214 Bairro: Baú, CEP 35930-468, Município de João Monlevade - MG, aqui representada por sua Diretora-Executiva Sra. **HELENITA PINTO MELO LOPES**, CPF ***.280***-91e de outro lado a Empresa **ALIMENTUS VALE DO ACO, COMERCIO ATACADISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA-EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 10.248.662/0001-39, estabelecida na Rua Rubens Siqueira Maia, nº 1351, Centro, Município de Coronel Fabriciano/MG, através de seu Representante Legal, o Sr. **FÁBIO LOPES DE FREITAS**, portador da cédula de identidade nº: M-2.***.082, expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF nº: ***.518.***-91, resolvem firmar o PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR ao Contrato n° 012/2025 referente ao **FORNECIMENTO FUTURO E PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE ACOLHEDORA E NÚCLEOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER,** celebrado em 02 de abril de 2025, em conformidade com as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo de Valor tem por objeto a prorrogação, com acréscimos de até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) tendo por base de cálculo o valor inicial do contrato. O reajuste de valor se refere ao Contrato sob Nº 012/2025, Pregão Eletrônico Nº 03/2025, com determinação legal no § 1º do artigo 125 da Lei Federal nº14.133/2021,

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

O reajuste no Valor do Contrato será de: R$ 8.795,50 (oito mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos) correspondente ao percentual de 25% do valor original.
O valor Global do Contrato passará a ser de: R$ 43.977,50 (quarenta e três mil, novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes dos objetos deste Termo Aditivo correrão por conta da dotação orçamentária:
03002001082430805212 3/33903000000 Ficha 620 Fonte 15000000000
03002001082430805212 5/33903000000 Ficha 637 Fonte 15000000000

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo de Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de João Monlevade/MG, nos termos do art. 5º da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se as demais cláusulas e condições, do Contrato ora aditado. E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produzam os efeitos legais.

João Monlevade, 25 de fevereiro de 2026.

HELENITA PINTO MELO LOPES	*FÁBIO LOPES DE FREITAS*
Diretora-Executiva	Alimentus Vale do Aço, Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios LTDA-EPP
Fundação Municipal Crê-Ser	

Publicado por:
Michelle Cristina Rodrigues Fialho
Código Identificador:2EB36BAD

FUNDAÇÃO CRÊ-SER
3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2025

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2024

Pelo presente instrumento, as partes entre si, justas e contratadas, de um lado como Contratante: **A FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER, CNPJ N° 21.857.271/0001-38** , pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Palmas, 214 Bairro: Baú, CEP 35930-468, Município de João Monlevade - MG, aqui representada por sua Diretora-Executiva Sra. **HELENITA PINTO MELO LOPES**, CPF ***.280***-91e de outro lado a Empresa **BELLAMED PRODUTOS HOSPITALARESLTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 31.498.120/0001-94 estabelecida na Rua Deolinda Rosa, nº 2000 CEP 14.150-000 SERRANA-SO através de sua Representante Legal, a Sra. A**NGELA MARIA APARECIDA PUPIN DEL VECCHIO**, inscrita no CPF nº: ***.336.***-20, resolvem firmar o TERCEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR ao Contrato n° 04/2025 referente ao **FORNECIMENTO FUTURO E PARCELADO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES D DA UNIDADE ACOLHEDORA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER,** celebrado em 06 de fevereiro de 2025, em conformidade com as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo de Valor tem por objeto a prorrogação, com acréscimos de até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) tendo por base de cálculo o valor inicial do contrato. O reajuste de valor se refere ao Contrato sob Nº 04/2025, Pregão Eletrônico Nº 10/2024, com determinação legal no § 1º do artigo 125 da Lei Federal nº14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

O reajuste do Valor do Contrato de Fornecimento Nº 04/2025, Pregão Eletrônico Nº 10/2024, será de: R$ 4.522,00(quatro mil, quinhentos e vinte e dois reais).
O Valor Global do Contrato passará a ser de: R$ 22.610,00 (vinte e dois mil, seiscentos e dez reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes dos objetos deste Termo Aditivo correrão por conta da dotação orçamentária:
03002001082430805212 3/33903900000 Ficha 620 Fonte 15000000000

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo de Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de João Monlevade/MG, nos termos do art. 5º da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se as demais cláusulas e condições, do Contrato ora aditado. E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produzam os efeitos legais.

João Monlevade, 10 de fevereiro de 2026.

HELENITA PINTO MELO LOPES	*ANGELA MARIA APARECIDA PUPIN DEL VECCHIO*
Diretora-Executiva	Bellamed Produtos Hospitalares LTDA
Fundação Municipal Crê-Ser	

Publicado por:
Michelle Cristina Rodrigues Fialho
Código Identificador:4A4D97CA

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 - PROCESSO 027/2026.

O Município de João Monlevade torna público, realização de licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico Nº. 008/2026 - Processo 027/2026**. Objeto: Registro de Preços para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA, para atender às necessidades dos servidores municipais. **Data de abertura: 19/03/2026 às 08:30h**. Edital e anexos disponíveis através dos links: https://pmjm.mg.gov.br/filter/11819; https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/92512; Mais informações: (31) 3859-2509 / 3859-2510.

João Monlevade, 27 de fevereiro de 2026.

RICARDO ALEXANDRE DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:159FFAEF

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
DECRETO Nº 05/2026 DE 06 DE JANEIRO DE 2026

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ÀS DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE .

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE**, no uso das suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal; Lei Municipal nº 2778/2025, de 29 de dezembro de 2025, e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/1.964.

Decreta:

Art. 1° Ficam abertos créditos adicionais Suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:

Dotações Suplementadas
Recurso:Suplementação/Anulação Dotação
Ficha199**Dotação**02009001.1236112012.043.33504100000
Órgão02009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Unidade001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Função12 - EDUCAÇÃO
Subfunção361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa 1201 - CUIDANDO DO APRENDER
Projeto2.043 - GESTÃO E SUPORTE ÀS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL
Elemento 33504100000 - CONTRIBUIÇÕES
Fonte 15000001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Educação)
Valor R$ 2.400,00
Ficha210**Dotação**02009001.1236512012.050.31909400000
Órgão02009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Unidade001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Função12 - EDUCAÇÃO
Subfunção365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa 1201 - CUIDANDO DO APRENDER
Projeto2.050 - GESTÃO E SUPORTE ÀS AÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Elemento 31909400000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS
Fonte 15400000000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - (30%)
Valor R$ 2.000,00
Ficha210**Dotação**02009001.1236512012.050.31909400000
Órgão02009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Unidade001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Função12 - EDUCAÇÃO
Subfunção365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa 1201 - CUIDANDO DO APRENDER
Projeto2.050 - GESTÃO E SUPORTE ÀS AÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Elemento 31909400000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS
Fonte 15400001070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - (70%)
Valor R$ 3.000,00
Ficha259**Dotação**02011001.0812208012.071.33903900000
Órgão02011 - SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade001 - SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 0801 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto2.071 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Elemento 33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte 15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)
Valor R$ 759,00
Ficha384**Dotação**02013001.1545215022.094.31717000000
Órgão02013 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
Função15 - URBANISMO
Subfunção452 - SERVIÇOS URBANOS
Programa 1502 - JOÃO MONLEVADE MAIS LIMPA, SEGURA E ACOLHEDORA
Projeto2.094 - CONTRATO DE RATEIO - CORSAB
Elemento 31717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
Fonte 15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)
Valor R$ 49.326,00
Ficha385**Dotação**02013001.1545215022.094.33717000000
Órgão02013 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
Função15 - URBANISMO
Subfunção452 - SERVIÇOS URBANOS
Programa 1502 - JOÃO MONLEVADE MAIS LIMPA, SEGURA E ACOLHEDORA
Projeto2.094 - CONTRATO DE RATEIO - CORSAB
Elemento 33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
Fonte 15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)
Valor R$ 188.331,00
Ficha451**Dotação**02015001.1030110022.059.33904000000
Órgão02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função10 - SAÚDE
Subfunção301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa 1002 - GESTÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Projeto2.059 - PROMOÇÃO DAS AÇÕES E PREVENÇÃO EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA
Elemento 33904000000 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
Fonte 15000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Saúde)
Valor R$ 103.400,00
Ficha459**Dotação**02015001.1030210032.060.31909400000
Órgão02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função10 - SAÚDE
Subfunção302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa 1003 - GESTÃO DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA À SAÚDE
Projeto2.060 - PROMOÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA EM SAÚDE
Elemento 31909400000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS
Fonte 15000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Saúde)
Valor R$ 70.000,00
Ficha499**Dotação**02015001.1030510052.066.31900400000
Órgão02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função10 - SAÚDE
Subfunção305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
Programa 1005 - GESTÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Projeto2.066 - PROMOÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
Elemento 31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
Fonte 16040000000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias **Valor** R$ 50.000,00
Ficha507**Dotação**02015001.1030510052.066.33903600000
Órgão02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função10 - SAÚDE
Subfunção305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
Programa 1005 - GESTÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Projeto2.066 - PROMOÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Elemento 33903600000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Fonte 16000000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde **Valor** R$ 27.876,00
Ficha692**Dotação**02011002.0824508032.082.33503900000
Órgão02011 - SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção245 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS
Programa 0803 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Projeto2.082 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE
Elemento 33503900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte 15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)
Valor R$ 109.296,00
Ficha693**Dotação**02011002.0824508032.082.31909400000
Órgão02011 - SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção245 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS
Programa 0803 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Projeto2.082 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE
Elemento 31909400000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS
Fonte 15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)
Valor R$ 1.000,00
Ficha694**Dotação**02009001.1236112012.043.31909400000
Órgão02009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Unidade001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Função12 - EDUCAÇÃO
Subfunção361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa 1201 - CUIDANDO DO APRENDER
Projeto2.043 - GESTÃO E SUPORTE ÀS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL
Elemento 31909400000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS
Fonte 15000001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Educação)
Valor R$ 1.000,00
Ficha694**Dotação**02009001.1236112012.043.31909400000
Órgão02009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Unidade001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Função12 - EDUCAÇÃO
Subfunção361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa 1201 - CUIDANDO DO APRENDER
Projeto2.043 - GESTÃO E SUPORTE ÀS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL
Elemento 31909400000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS
Fonte 15400000000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - (30%)
Valor R$ 5.000,00
Ficha694**Dotação**02009001.1236112012.043.31909400000
Órgão02009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Unidade001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Função12 - EDUCAÇÃO
Subfunção361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa 1201 - CUIDANDO DO APRENDER
Projeto2.043 - GESTÃO E SUPORTE ÀS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL
Elemento 31909400000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS
Fonte 15400001070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - (70%)
Ficha695**Dotação**02003001.0309104012.022.31900400000
Órgão02003 - PROCURADORIA JURIDICA
Unidade001 - PROCURADORIA JURIDICA
Função03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA
Subfunção091 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA
Programa 0401 - APOIO ADMINISTRATIVO - PREFEITURA MUNICIPAL
Projeto2.022 - GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA PROCURADORIA JURÍDICA **Elemento** 31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
Fonte 15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)
Valor R$ 12.000,00
Ficha696**Dotação**02005001.0412204022.032.31900400000
Órgão02005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Unidade001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Função04 - ADMINISTRAÇÃO
Subfunção122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 0402 - GESTÃO EFICIENTE E QUALIFICADA
Projeto2.032 - GESTÃO DE PARCERIAS E CONVÊNIOS INTERGOVERNAMENTAIS
Elemento 31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
Fonte 15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)
Valor R$ 10.500,00
Ficha697**Dotação**02016001.2369123012.103.33504100000
Órgão02016 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS **Unidade**001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS **Função**23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS
Subfunção691 - PROMOÇÃO COMERCIAL
Programa 2301 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL
Projeto2.103 - FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA LOCAL E AGRICULTURA
Elemento 33504100000 - CONTRIBUIÇÕES
Fonte 15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)
Valor R$ 96.000,00
Ficha698**Dotação**02016001.2312223012.102.31900400000
Órgão02016 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS **Unidade**001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS **Função**23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS
Subfunção122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 2301 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL
Projeto2.102 - GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, INOVAÇÃO E PROJETOS
Elemento 31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
Fonte 15010000000 - Outros Recursos não Vinculados
Valor R$ 23.000,00
Ficha699**Dotação**02011002.0824508022.079.33903900000
Órgão02011 - SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção245 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS
Programa 0802 - GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Projeto2.079 - BLOCO DA GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO **Elemento** 33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA
Fonte 16600000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
Valor R$ 5.100,00

Ficha700**Dotação**02012001.1545115011.008.44909200000
Órgão02012 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Unidade001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Função15 - URBANISMO
Subfunção451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa 1501 - CIDADE ESTRUTURADA E ESPAÇOS PÚBLICOS MODERNOS
Projeto1.008 - IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA E DE DRENAGEM URBANA

Elemento 44909200000 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
Fonte 15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)
Valor R$ 127.016,36
Ficha701**Dotação**02012001.1545115011.009.33903900000
Órgão02012 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Unidade001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Função15 - URBANISMO
Subfunção451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa 1501 - CIDADE ESTRUTURADA E ESPAÇOS PÚBLICOS MODERNOS
Projeto1.009 - INFRAESTRUTURA E SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS EM PRÉDIOS PÚBLICOS
Elemento 33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte 17550000000 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta
Valor R$ 500,00
Ficha702**Dotação**02011002.0824508022.078.33904800000
Órgão02011 - SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção245 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS
Programa 0802 - GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Projeto2.078 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Elemento 33904800000 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS
Fonte 15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)
Valor R$ 33.055,00
Ficha96**Dotação**02005001.0412204022.032.33903900000
Órgão02005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Unidade001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Função04 - ADMINISTRAÇÃO
Subfunção122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 0402 - GESTÃO EFICIENTE E QUALIFICADA
Projeto2.032 - GESTÃO DE PARCERIAS E CONVÊNIOS INTERGOVERNAMENTAIS
Elemento 33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte 15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)
Valor R$ 50.000,00
Total Recurso:R$ 990.559,36
Dotações Anuladas
Recurso:Suplementação/Anulação Dotação
Ficha163**Dotação**02009001.0836212022.047.33903900000
Órgão02009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Unidade 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Função08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção362 - ENSINO MÉDIO
Programa1202 - EDUCAÇÃO CONTINUADA E ACESSO AO CONHECIMENTO
Projeto2.047 - TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO E PÓS MÉDIO

ESSOA JURÍDICA **Fonte**15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)
Valor R$ 96.000,00
Ficha195**Dotação**02009001.1236112012.043.31900400000
Órgão02009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Unidade 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Função12 - EDUCAÇÃO
Subfunção361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa1201 - CUIDANDO DO APRENDER
Projeto2.043 - GESTÃO E SUPORTE ÀS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL **Elemento**31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO **Fonte**15400000000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - (30%) **Valor** R$ 5.000,00
Ficha195**Dotação**02009001.1236112012.043.31900400000
Órgão02009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Unidade 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Função12 - EDUCAÇÃO
Subfunção361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa1201 - CUIDANDO DO APRENDER
Projeto2.043 - GESTÃO E SUPORTE ÀS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL **Elemento**31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO **Fonte**15400001070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - (70%) **Valor** R$ 20.000,00
Ficha196**Dotação**02009001.1236112012.043.31901100000
Órgão02009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Unidade 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Função12 - EDUCAÇÃO
Subfunção361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa1201 - CUIDANDO DO APRENDER
Projeto2.043 - GESTÃO E SUPORTE ÀS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL **Elemento**31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL **Fonte**15000001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Educação)
Valor R$ 1.000,00
Ficha204**Dotação**02009001.1236112012.046.33903900000
Órgão02009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Unidade 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Função12 - EDUCAÇÃO
Subfunção361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa1201 - CUIDANDO DO APRENDER
Projeto2.046 - TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL
Elemento33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA **Fonte**15000001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Educação)
Valor R$ 2.400,00
Ficha208**Dotação**02009001.1236512012.050.31901300000
Órgão02009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Unidade 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Função12 - EDUCAÇÃO
Subfunção365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa1201 - CUIDANDO DO APRENDER
Projeto2.050 - GESTÃO E SUPORTE ÀS AÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL **Elemento**31901300000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS
Fonte15400001070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - (70%)
Ficha261**Dotação**02011001.0812208012.071.44905200000
Órgão02011 - SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade 001 - SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa0801 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto2.071 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL **Elemento**44905200000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)
Valor R$ 759,00
Ficha291**Dotação**02011002.0824508022.079.44905200000
Órgão02011 - SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção245 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS
Programa0802 - GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Projeto2.079 - BLOCO DA GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO
Elemento44905200000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte16600000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS **Valor** R$ 5.100,00
Ficha292**Dotação**02011002.0824508022.080.33903200000
Órgão02011 - SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção245 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS
Programa0802 - GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Projeto2.080 - GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
Elemento33903200000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA **Fonte**15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)
Valor R$ 33.055,00
Ficha303**Dotação**02011002.0824508032.082.31900400000

Órgão02011 - SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL **Unidade** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL **Função**08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL **Subfunção**245 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS **Programa**0803 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE **Projeto**2.082 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE **Elemento**31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO **Fonte**15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre) **Valor** R$ 1.000,00

Ficha307**Dotação**02011002.0824508032.082.33504300000 **Órgão**02011 - SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL **Unidade** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL **Função**08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL **Subfunção**245 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS **Programa**0803 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE **Projeto**2.082 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE **Elemento**33504300000 - SUBVENÇÕES SOCIAIS **Fonte**15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre) **Valor** R$ 109.296,00

Ficha332**Dotação**02012001.1545115011.008.44905100000 **Órgão**02012 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS **Unidade** 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS **Função**15 - URBANISMO **Subfunção**451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA **Programa**1501 - CIDADE ESTRUTURADA E ESPAÇOS PÚBLICOS MODERNOS **Projeto**1.008 - IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA E DE DRENAGEM URBANA **Elemento**44905100000 - OBRAS E INSTALAÇÕES **Fonte**15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre) **Valor** R$ 127.016,36

Ficha333**Dotação**02012001.1545115011.009.44905100000 **Órgão**02012 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS **Unidade** 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS **Função**15 - URBANISMO **Subfunção**451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA **Programa**1501 - CIDADE ESTRUTURADA E ESPAÇOS PÚBLICOS MODERNOS **Projeto**1.009 - INFRAESTRUTURA E SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS EM PRÉDIOS PÚBLICOS **Elemento**44905100000 - OBRAS E INSTALAÇÕES **Fonte**17550000000 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta **Valor** R$ 500,00

Ficha381**Dotação**02013001.1545215022.093.33903900000 **Órgão**02013 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS **Unidade** 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS **Função**15 - URBANISMO **Subfunção**452 - SERVIÇOS URBANOS **Programa**1502 - JOÃO MONLEVADE MAIS LIMPA, SEGURA E ACOLHEDORA **Projeto**2.093 - OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E COLETA DOS RESÍDUOS URBANOS **Elemento**33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA **Fonte**15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre) **Valor** R$ 171.502,00

Ficha383**Dotação**02013001.1545215022.093.44905200000 **Órgão**02013 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS **Unidade** 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS **Função**15 - URBANISMO **Subfunção**452 - SERVIÇOS URBANOS **Programa**1502 - JOÃO MONLEVADE MAIS LIMPA, SEGURA E ACOLHEDORA **Projeto**2.093 - OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E COLETA DOS RESÍDUOS URBANOS **Elemento**44905200000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE **Fonte**15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre) **Valor** R$ 24.663,00

Ficha386**Dotação**02013001.1545215022.094.44717000000 **Órgão**02013 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS **Unidade** 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS **Função**15 - URBANISMO **Subfunção**452 - SERVIÇOS URBANOS **Programa**1502 - JOÃO MONLEVADE MAIS LIMPA, SEGURA E ACOLHEDORA **Projeto**2.094 - CONTRATO DE RATEIO - CORSAB **Elemento**44717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO **Fonte**15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre) **Valor** R$ 41.492,00

Ficha448**Dotação**02015001.1030110022.059.33903200000 **Órgão**02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Função10 - SAÚDE **Subfunção**301 - ATENÇÃO BÁSICA **Programa**1002 - GESTÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE **Projeto**2.059 - PROMOÇÃO DAS AÇÕES E PREVENÇÃO EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA **Elemento**33903200000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA **Fonte**15000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Saúde) **Valor** R$ 103.400,00

Ficha457**Dotação**02015001.1030210032.060.31901300000 **Órgão**02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE **Unidade** 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE **Função**10 - SAÚDE **Subfunção**302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL **Programa**1003 - GESTÃO DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA À SAÚDE **Projeto**2.060 - PROMOÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA EM SAÚDE **Elemento**31901300000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS **Fonte**15000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Saúde) **Valor** R$ 70.000,00

Ficha500**Dotação**02015001.1030510052.066.31901100000 **Órgão**02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE **Unidade** 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE **Função**10 - SAÚDE **Subfunção**305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA **Programa**1005 - GESTÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE **Projeto**2.066 - PROMOÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA **Elemento**31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL **Fonte**16040000000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias **Valor** R$ 50.000,00

Ficha508**Dotação**02015001.1030510052.066.33903900000 **Órgão**02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE **Unidade** 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE **Função**10 - SAÚDE **Subfunção**305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA **Programa**1005 - GESTÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE **Projeto**2.066 - PROMOÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA **Elemento**33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA **Fonte**16000000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde **Valor** R$ 27.876,00

Ficha511**Dotação**02016001.2312223012.102.31901100000 **Órgão**02016 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS **Unidade** 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS **Função**23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS
Subfunção122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa2301 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL
Projeto2.102 - GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, INOVAÇÃO E PROJETOS
Elemento31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
Fonte15010000000 - Outros Recursos não Vinculados
Valor R$ 23.000,00
Ficha526**Dotação**02016001.2369123012.103.33903900000
Órgão02016 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS **Unidade** 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS **Função**23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS
Subfunção691 - PROMOÇÃO COMERCIAL
Programa2301 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL
Projeto2.103 - FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA LOCAL E AGRICULTURA
Elemento33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)
Valor R$ 30.000,00
Ficha533**Dotação**02016001.2369123012.105.44905200000
Órgão02016 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS **Unidade** 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS **Função**23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS
Subfunção691 - PROMOÇÃO COMERCIAL
Programa2301 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL
Projeto2.105 - FOMENTO DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA
Elemento44905200000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)
Valor R$ 20.000,00
Ficha65**Dotação**02003001.0309104012.022.31901100000
Órgão02003 - PROCURADORIA JURIDICA
Unidade 001 - PROCURADORIA JURIDICA
Função03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA
Subfunção091 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA
Programa0401 - APOIO ADMINISTRATIVO - PREFEITURA MUNICIPAL
Projeto2.022 - GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA PROCURADORIA JURÍDICA **Elemento**31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
Fonte15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)
Valor R$ 12.000,00
Ficha89**Dotação**02005001.0412204022.032.31901100000
Órgão02005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Unidade 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Função04 - ADMINISTRAÇÃO
Subfunção122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa0402 - GESTÃO EFICIENTE E QUALIFICADA
Projeto2.032 - GESTÃO DE PARCERIAS E CONVÊNIOS INTERGOVERNAMENTAIS
Elemento31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
Fonte15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)
Valor R$ 10.500,00

Art. 2° Para atender ao disposto no(s) artigo(s) acima, utilizar-se-á como recurso o abaixo descrito, nos termos do artigo 43, parágrafo 1o da Lei 4.320/64. Suplementação/Anulação Dotação: R$990.559,36 (Novecentos e Noventa Mil, Quinhentos e Cinquenta e Nove Reais, Trinta e Seis Centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, 06 de janeiro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Assessoria de Governo, no sexto dia do mês de janeiro de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:6A76A9E4

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
DECRETO Nº 19/2026 DE 22 DE JANEIRO DE 2026

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ÀS DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE .

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE**, no uso das suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal; Lei Municipal nº 2778/2025, de 29 de dezembro de 2025, e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/1.964.

Decreta:

Art. 1° Ficam abertos créditos adicionais Suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:

Recurso:Superávit Financeiro
Ficha190**Dotação**02009001.1230612012.054.33903000000
Órgão02009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Unidade001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Função12 - EDUCAÇÃO
Subfunção306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
Programa 1201 - CUIDANDO DO APRENDER
Projeto2.054 - GESTÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Elemento 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte 25520000000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) **Valor** R$ 125.232,55
Ficha191**Dotação**02009001.1236112011.005.44905100000
Órgão02009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Unidade001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Função12 - EDUCAÇÃO
Subfunção361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa 1201 - CUIDANDO DO APRENDER
Projeto1.005 - INFRAESTRUTURA DOS PRÉDIOS ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL
Elemento 44905100000 - OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte 25500000000 - Transferência do Salário-Educação
Valor R$ 992.412,44
Ficha191**Dotação**02009001.1236112011.005.44905100000
Órgão02009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Unidade001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Função12 - EDUCAÇÃO
Subfunção361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa 1201 - CUIDANDO DO APRENDER
Projeto1.005 - INFRAESTRUTURA DOS PRÉDIOS ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL
Elemento 44905100000 - OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte 25710000000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação **Valor** R$ 1.351.653,90
Ficha195**Dotação**02009001.1236112012.043.31900400000
Órgão02009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Unidade001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Função12 - EDUCAÇÃO
Subfunção361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa 1201 - CUIDANDO DO APRENDER

Projeto2.043 - GESTÃO E SUPORTE ÀS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL
Elemento 31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
Fonte 25400001070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - (70%)
Valor R$ 173.000,00
Ficha196**Dotação**02009001.1236112012.043.31901100000
Órgão02009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Unidade001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Função12 - EDUCAÇÃO
Subfunção361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Projeto2.043 - GESTÃO E SUPORTE ÀS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL
Elemento 31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
Fonte 25400001070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - (70%) **Valor** R$ 246.000,00
Ficha198**Dotação**02009001.1236112012.043.31901600000
Órgão02009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Unidade001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Função12 - EDUCAÇÃO
Subfunção361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa 1201 - CUIDANDO DO APRENDER
Projeto2.043 - GESTÃO E SUPORTE ÀS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL
Elemento 31901600000 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL
Fonte 25400001070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - (70%) **Valor** R$ 6.000,00
Ficha206**Dotação**02009001.1236512012.050.31900400000
Órgão02009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Unidade001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Função12 - EDUCAÇÃO
Subfunção365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa 1201 - CUIDANDO DO APRENDER
Projeto2.050 - GESTÃO E SUPORTE ÀS AÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Elemento 31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
Fonte 25400001070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - (70%) **Valor** R$ 92.000,00
Ficha207**Dotação**02009001.1236512012.050.31901100000
Órgão02009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Unidade001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Função12 - EDUCAÇÃO
Subfunção365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa 1201 - CUIDANDO DO APRENDER
Projeto2.050 - GESTÃO E SUPORTE ÀS AÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Elemento 31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
Fonte 25400001070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - (70%) **Valor** R$ 164.000,00
Ficha209**Dotação**02009001.1236512012.050.31901600000
Órgão02009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Unidade001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
Função12 - EDUCAÇÃO
Subfunção365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa 1201 - CUIDANDO DO APRENDER
Projeto2.050 - GESTÃO E SUPORTE ÀS AÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Elemento 31901600000 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL
Fonte 25400001070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - (70%) **Valor** R$ 3.000,00
Ficha389**Dotação**02013006.1545226011.014.33903900000
Órgão02013 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade006 - FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO-FUMTRAN
Função15 - URBANISMO
Subfunção452 - SERVIÇOS URBANOS
Programa 2601 - MOBIMON: MOBILIDADE URBANA 360°
Projeto1.014 - IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES INTELIGENTES E INFRAESTRUTURA PARA MOBILIDADE URBANA
Elemento 33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte 27520000000 - Recursos Vinculados ao Trânsito
Valor R$ 1.000.000,00
Ficha403**Dotação**02013006.1545226012.097.33903900000
Órgão02013 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade006 - FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO-FUMTRAN
Função15 - URBANISMO
Subfunção452 - SERVIÇOS URBANOS
Programa 2601 - MOBIMON: MOBILIDADE URBANA 360°
Projeto2.097 - AÇÕES DE SEGURANÇA VIÁRIA E EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO
Elemento 33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte 27520000000 - Recursos Vinculados ao Trânsito
Valor R$ 50.000,00
Ficha447**Dotação**02015001.1030110022.059.33903000000
Órgão02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função10 - SAÚDE
Subfunção301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa 1002 - GESTÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Projeto2.059 - PROMOÇÃO DAS AÇÕES E PREVENÇÃO EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA
Elemento 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte 26000003110 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das AÃ§Ãµes e ServiÃ§os PÃºblicos de SaÃºde - Emenda Parlamentar Individual
Valor R$ 394.358,99
Ficha448**Dotação**02015001.1030110022.059.33903200000
Órgão02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função10 - SAÚDE
Subfunção301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa 1002 - GESTÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Projeto2.059 - PROMOÇÃO DAS AÇÕES E PREVENÇÃO EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA
Elemento 33903200000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
Fonte 26000003120 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das AÃ§Ãµes e ServiÃ§os PÃºblicos de SaÃºde - Emenda Parlamentar de Bancada
Valor R$ 250.000,00
Ficha465**Dotação**02015001.1030210032.060.33903900000
Órgão02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função10 - SAÚDE
Subfunção302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa 1003 - GESTÃO DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA À SAÚDE
Projeto2.060 - PROMOÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA EM SAÚDE
Elemento 33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte 25000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Saúde)
Valor R$ 300.000,00
Ficha470**Dotação**02015001.1030210032.060.33933400000
Órgão02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função10 - SAÚDE
Subfunção302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa 1003 - GESTÃO DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA À SAÚDE
Projeto2.060 - PROMOÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA EM SAÚDE
DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO **Fonte** 26210000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Valor R$ 50.000,00

Ficha471**Dotação**02015001.1030210032.060.33933900000
Órgão02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função10 - SAÚDE
Subfunção302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa 1003 - GESTÃO DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA À SAÚDE
Projeto2.060 - PROMOÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA EM SAÚDE
Elemento 33933900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte 25000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Saúde)
Valor R$ 512.005,22
Ficha471**Dotação**02015001.1030210032.060.33933900000
Órgão02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função10 - SAÚDE
Subfunção302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa 1003 - GESTÃO DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA À SAÚDE
Projeto2.060 - PROMOÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA EM SAÚDE
Elemento 33933900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte 26210000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Valor R$ 60.000,00
Ficha508**Dotação**02015001.1030510052.066.33903900000
Órgão02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função10 - SAÚDE
Subfunção305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
Programa 1005 - GESTÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Projeto2.066 - PROMOÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
Elemento 33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte 26210000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Valor R$ 220.000,00
Total Recurso:R$ 5.989.663,10

Art. 2° Para atender ao disposto no(s) artigo(s) acima, utilizar-se-á como recurso o abaixo descrito, nos termos do artigo 43, parágrafo 1o da Lei 4.320/64. Suplementação/Anulação Dotação: R$5.989.663,1(Cinco Milhões, Novecentos e Oitenta e Nove Mil, Seiscentos e Sessenta e Três Reais, Dez Centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, 22 de janeiro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Assessoria de Governo, no vigésimo segundo dia do mês de janeiro de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:D56FC41A

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
DECRETO Nº 38/2026 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026.DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO N° 13/2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR DE ARTE. O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, NO DESEM

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO N° 13/2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR DE ARTE.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE**, no desempenho de suas atribuições legais conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de 29 de abril de 1990;
DECRETA:
Art. 1º Fica homologado o processo seletivo público simplificado nº 13/2026da SecretariaMunicipal deEducação, para contratação de Professor de Arte, já tendo ocorrido a devida publicação do resultado final do processo e decorrido o prazo final para interposição de recurso.
Art. 2ºO prazo de validade do Processo Seletivo Público Simplificado mencionado no art. 1º, é de 01 (um) ano, contado da data de publicação deste Decreto, podendo ser prorrogado nos termos do art. 3º, inciso II da Lei n° 2011/2012.
Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, 24 de fevereiro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Assessoria de Governo, ao vigésimo quarto dia de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:234D37B2

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO/EDITAL Nº 02 - 2026/SMAS - CUIDADOR SOCIAL - ANÁLISE CURRICULAR E ENTREVISTA COM A COMISSÃO

A Secretaria Municipal de Assistência Social com fundamento no Edital nº 02/2026 SMAS, Processo Seletivo Público Simplificado, convoca os candidatos inscritos no referido Processo Seletivo para a 2ª Etapa de Análise Curricular e Entrevista com a Comissão.
O comparecimento é obrigatório e tem por finalidade a realização de entrevista de caráter classificatório e apresentação dos títulos originais para conferência pela Comissão. O (a) candidato que não comparecer será eliminado.

Local: Secretaria Municipal de Assistência Social de João Monlevade/MG
Endereço: Rua Conde dos Arcos, nº 101, bairro São Benedito
Período: 2, 3 e 4 de março de 2026.
Horários: 7:30 às 11 horas e 13:30 às 17:00
Obrigatório apresentar documento oficial de Identidade e títulos originais.

João Monlevade/MG, 27 de fevereiro de 2026.

A Comissão

Classificação	Nome
	Data: 02/03/2026 Horário: 7:30
01	Abigail Prates dos Reis
02	Roseli Martins de Souza
03	Sônia Sebastiana Alves Martins
04	Raquel Rosária Lima Perdigão
05	Keliana Batista Morais
06	Antônia Alves Ferreira de Araújo
07	Rosana Maria da Silva Nunes
08	Marcelo Aparecido Leal
Data: 02/03/2026 Horário: 13:30	
09	Cleidiana Alves de Paula Silva
10	Eliane de Oliveira Campos
11	Lea Aranda Pinto
12	Denisia Perpétua Socorro Silva Machado
13	Lorena Camila de Souza Portes

14	Marilia Claudia Santos Nascimento
15	Sônia Eliza Barbosa
16	Alécia Fernandes Alcântara Tomé de Souza
Data: 03/03/2026 Horário: 07:30	
17	Conceição Aparecida da Silva
18	Maria Terezinha Soares
19	Regiane da Silva de Jesus Souza
20	Elizete dos Santos Antônio Marques
21	Marcos Vinicius Duarte Silva Osorio
22	Lorena Vitória de Souza
23	Samanta Emanuelle Pinheiro
24	Bárbara Aparecida Fernandes
Data: 03/03/2026 Horário: 13:30	
25	Melania Stolk de Souza
26	Gislaine Eugênia Rocha Gusmão
27	Nilce de Lourdes Melo
28	Gleiciana Luzia da Silva Costa
29	Ana Paula Serafim Ferreira
30	Mônica Aparecida Pinto
31	Elias Gualberto Santos
Data: 04/03/2026 Horário: 07:30	
32	Maria Geralda Barbosa
33	Lúcia do Nascimento Silvestre
34	Izabel Cristina de Azevedo Andrade
35	Alessandra Geralda Batista
36	Eliane da Silva Oliveira
37	Andreia das Dores de Souza
38	Edirlene Coelho Madeira
39	Jeane Aparecida Catarino Santos de Miranda
Data: 04/03/2026 Horário: 13:30	
40	Deisilaine Marques Martins
41	Silmara Cosme
42	Reliane Aparecida Bicalho
43	Geisiele Freitas Castro
44	Debora Batista de Assis
45	Ariele Agda Pereira
46	Gleicimara Martiely Santos

João Monlevade/MG, 27 de fevereiro de 2026

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:B3372C82

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 01/2025 –FELIPE EUGÊNIO DIAS SOARES

Objeto: *"Contrato a Prestação de Serviços como INSTRUTOR DE TÉCNICA VOCAL/CANTO na Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, conforme Termo de Referência previamente elaborado pela CONTRATANTE, visando ministrar oficinas aos alunos desta."* Decorrente da Inexigibilidade 001/2025, homologada em 30/01/2025, regida pela LEI FEDERAL 14.133/2021 e posteriores alterações. – **VIGÊNCIA:** 31/01/2026 a 30/01/2027**–** **Valor:**R$ 33.660,00 - **Dotação Orçamentária:** 13.392.1302.2128 / 33903900000, Ficha: 656, Fonte de Recurso: 15000000000. - **Data:**30/01/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:F1DD4E4E

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2023 – GENTE SEGURADORA S/A –

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PARA VEÍCULOS QUE COMPÕE A FROTA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DIRETA", decorrente do Pregão Eletrônico nº 82/2022, Processo Licitatório nº 670/2022, com fundamento no Artigo 57 e 65 da Lei 8.666/93 - **Vigência: 23/01/2026 a 24/01/2027-Valor:R$ 119.602,59 - Dotação Orçamentária:** 0412204012.038 / 33903900000, Ficha: 134, Fonte de Recurso: 15000000000. - **Data:** 22/01/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:C27C63ED

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA EXTRATO DE TERMO ADITIVO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 002/2025 – ARTUR NEOMAN ONOFRI DE SOUZA

Objeto: *"Contrato a Prestação de Serviços como INSTRUTOR DE BATERIA na Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, conforme Termo de Referência previamente elaborado pela CONTRATANTE, visando ministrar oficinas aos alunos desta."* Decorrente da Inexigibilidade 001/2025, homologada em 30/01/2025, regida pela LEI FEDERAL 14.133/2021 e posteriores alterações. – **VIGÊNCIA:** 31/01/2026 a 30/01/2027**–** **Valor:**R$ 33.660,00 - **Dotação Orçamentária:** 13.392.1302.2128 / 33903900000, Ficha: 656, Fonte de Recurso: 15000000000. - **Data:**30/01/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:B88A52A1

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA EXTRATO DE TERMO ADITIVO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 004/2025 – THAYRA DA SILVA MARTINS

Objeto: *"Contrato a Prestação de Serviços como INSTRUTORA DE VIOLINO na Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, conforme Termo de Referência previamente elaborado pela CONTRATANTE, visando ministrar oficinas aos alunos desta."* Decorrente da Inexigibilidade 001/2025, homologada em 30/01/2025, regida pela LEI FEDERAL 14.133/2021 e posteriores alterações. – **VIGÊNCIA:** 31/01/2026 a 30/01/2027**–** **Valor:**R$ 33.660,00 - **Dotação Orçamentária:** 13.392.1302.2128 / 33903900000, Ficha: 656, Fonte de Recurso: 15000000000. - **Data:**30/01/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:A5D6988D

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA EXTRATO DE TERMO ADITIVO 2 º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 003/2025 – RAFAEL HENRIQUE GOMES MORAIS

Objeto: *"Contrato a Prestação de Serviços como INSTRUTOR DE PIANO na Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, conforme Termo de Referência previamente elaborado pela CONTRATANTE, visando ministrar oficinas aos alunos desta."*Decorrente da Inexigibilidade 001/2025, homologada em 30/01/2025, regida pela LEI FEDERAL 14.133/2021 e posteriores alterações. – **VIGÊNCIA:** 31/01/2026 a 30/01/2027**–** **Valor:**R$ 33.660,00 - **Dotação Orçamentária:** 13.392.1302.2128 / 33903900000, Ficha: 656, Fonte de Recurso: 15000000000. - **Data:**30/01/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:0427A94C

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 131/2026 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026

EXONERA SERVIDORA POR MOTIVO DE APOSENTADORIA E ADESÃO AO PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA - PAI

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE,no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO as disposições do Plano de Aposentadoria Incentivada - PAI constantes na cláusula terceira do Acordo Coletivo 2025 aprovado pela Lei Municipal n° 2.718/2025, que estabelece o seguinte: " CLÁUSULA TERCEIRA - PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA - PAI - fica instituído, no âmbito do Município de João Monlevade, o Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI, com o objetivo de possibilitar melhor alocação dos recursos humanos, propiciar a modernização da

administração e auxiliar o equilíbrio das contas públicas, nos termos e condições a seguir estabelecidas(...)",

CONSIDERANDO que a servidora assinou declaração concordando com a cláusula nos termos constantes no Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI e principalmente o §16, da cláusula terceira, do Acordo Coletivo 2025, aprovado pela Lei Municipal n° 2.718/2025..

R E S O L V E:
Art.1º Exonerar, a partir de 24 de Fevereiro de 2026**, Bárbara Silva Pinheiro, Matrícula 2146, da Função Pública de Auxiliar de Serviços Gerais, pormotivo de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 24 de Fevereiro de 2026.

João Monlevade, em 23 de Fevereiro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, no vigésimo terceiro dia do mês de Fevereiro de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:489D319C

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 133/2026 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026

NOMEIATITULAR PARA OCUPAR CARGO DE FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇO DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE,no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art.1° Nomear, a servidora abaixo mencionada, para assumir o cargo de **FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇO,** no período de 05/01/2026 a 04/02/2026.

Larissa Martins Reis em substituição de **Andressa Silva Braga.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 05 de janeiro de 2026.

João Monlevade, em23 de Fevereiro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
PrefeitoMunicipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao vigésimo terceiro dia do mês de Fevereiro de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:1A7CBE63

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 134/2026 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026

DESIGNA FISCAIS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇO DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;
RESOLVE:

Art. 1º Designar, os membros abaixo para a Comissão de Fiscais de Contratos e Atas de Registro de Preços em atendimento às normas da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal N° 11/2023.
1) GESTOR DE CONTRATAÇÕES
- Assessor e Secretário da respectiva Unidade Administrativa
2) FISCAL ADMINISTRATIVO
- Secretaria de Administração: Deise Rodrigues Cruz
- Secretaria de Educação:
a) Maria de Fátima Silva Souza
b) Kátia Cardoso da Silva Xavier
- Secretaria de Obras: Lorena Realino Fraga
- Secretaria de Serviços Urbanos: Adriano Soares Pereira
- Secretaria de Saúde: Vinícius de Castro Silva Barbosa
- Demais Assessorias e Secretarias:O próprio Gestor da Unidade Administrativa
3) FISCAL DE CONTRATOS E ATAS
- Secretaria de Administração:
a) Marlon Leandro Ponciano Pereira
b) Simone Heroína da Silva
c) Marta Gomes Teixeira;
d) Admilson Antônio dos Santos;
e) Deise Rodrigues Cruz;
f) Daniele dos Santos Martis;
g) Julia Raquel Ferreira dos Santos
h) Tamara Cristina Martins.
- Secretaria de Educação:
a) Cláudia Pinheiro dos Santos Francisco
b) Fernanda Aparecida Lana Menezes
c) Anacriste Guedes
d) Noeme das Graças Dias;
e) Rayssa Fernandes Moreira
f) Rosilaine Maria de Souza Soares.
- Secretaria de Obras:
a) Kênia Mara da Silva Capilupi;
b) Fernanda Aparecida Rodrigues Viana Gomes
c) Guilherme Vieira Barbosa;
d) Daniel Ermelindo dos Santos;
e) Maria Elizabeth de Paula Pereira;
f) Lorena Realino Fraga;
g) Semirane Vasconcelos Mendes Maroun;
h) Dilermando de Aranda Lima;
i) Luan Marcelino Barboza;
j) José Carlos Raimundo;
k) Júlio Bruno Leite Júnior;
l) Geraldo Ângelo dos Santos;
m) Wellington Martins Nunes;
n) Marcelo Pontes Santiago
- Secretaria de Serviços Urbanos:
a) José Eustáquio de Campos;
b) Adriano Soares Pereira:
c) André Luiz de Souza Martins;
d) Maria Vilma Miranda Ferreira;
e) Thais Machado Leite;
f) Fabíola Mara Moura;
- Secretaria de Saúde:
a) Francisco Diego Toledo Lima
b) José Geraldo Ferreira
c) Greide Souza Santos
d) Samanta Cristina Taveira
e) Viviane Ambrósio Passos
f) Cleuber Silva Andrade
g) George Moreira Costa
h) Andressa Silva Braga
i) Mariana de Vasconcelos Alves do Nascimento
j) Juliana Rodrigues Monteiro

k) Gilmar Junio Moraes
l) Marylane Mayra Domingues
m) Thatiane Aparecida de Freitas Braz
n) Cláudia Marília Xavier Santos
o) Ednei Viudes Araujo
p) Ermelino Hilário Martins
q) Renata Caroline Braulio de Moura.
r) Isabela Farias Guedes Beserra
s) Kemerli Cristine do Santos
t) Vanessa Magalhães da Silva
u) Willimare Conceição Tavares
- Secretaria de Assistência Social:
a) Carina das Graças Assis Silva.
- Secretaria de Meio Ambiente:
a) Fernanda Cristina de Ávila Torre.
- Controladoria Interna:
a) Simone Torres Martins.
4) PROCURADORIA JURÍDICA:
a) Frederico Magalhaes Pessoa.

-Demais Assessorias da Unidade Administrativa:

Próprio Gestor da Unidade Administrativa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial à Portaria 810 de 16 de Dezembro de 2025.

João Monlevade, em 23 de Fevereiro de 2026.

Laércio José Ribeiro
PrefeitoMunicipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao vigésimo terceiro dia do mês de Fevereiro de 2026.

.CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:58894E85

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 135/2026 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026

NOMEIATITULAR PARA OCUPAR CARGO DE CHEFE DE FISCALIZAÇÃO - RL DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE,no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:
Art.1° Nomear, a servidora abaixo mencionada, para assumir o cargo de CHEFE DE FISCALIZAÇÃO - RL**,** no período de 02/03/2026 a 21/03/2026.

Marcilene Aparecida Costa Rodrigues em substituição de **Edna Aparecida Aniceto da Costa.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 02 de Março de 2026.

João Monlevade, em23 de Fevereiro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao vigésimo terceiro dia do mês de Fevereiro de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:B37657BC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
1ª LISTA DE EMPRESAS CREDENCIADAS CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 003/2026

1ª LISTA DE EMPRESAS CREDENCIADAS
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 003/2026

Com base no termo de Credenciamento informamos que as empresas abaixo cumpriram todos os requisitos de Pré-Qualificação do Credenciamento, estando aptas a participarem dos Critérios de Distribuição de Serviços e a assinatura do futuro Contrato/Termo de Adesão ao Credenciamento.

Esta Comissão, analisando os autos, constatou que as empresas que apresentaram documentação exigida no Edital de Credenciamento Chamada Publica nº 002/2026 – Inexigibilidade de Licitação nº 003/2026, assim sendo está de acordo com o edital.

Esta Comissão fará a ordem de credenciamento de acordo com a cronologia das empresas que apresentaram a totalidade da documentação de habilitação.

Após análise dos documentos apresentados pelas empresas participantes deste certame, passamos a deliberar o quanto segue:

Resultado do credenciamento visando o credenciamento para CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, ATENDIMENTOS MÉDICOS, CONSULTAS ESPECIALIZADAS COMPLEMENTARES PARA A SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL, A SER EXECUTADO NO HOSPITAL MUNICIPAL ANTÔNIO CARNEIRO VALADARES, UPA, CLINICA DE HEMODIÁLISE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO MG. O resultado da pré-qualificação será publicado no sítio www.joaopinheiro.mg.gov.br, www.diariomunicipal.com.br; www.bnc.org.br e https://pncp.gov.br/app/editais

Item Empresa Documentação:
1- RODRIGO ESTEVES ANDREU - Documentação: Completa
2- GONZAGA GOUVEIA SERVIÇOS MEDICOS LTDA - Documentação: Completa
3- THVL SAUDE LTDA - Documentação: Completa
4- TEIXEIRA ROCHA ASSISTÊNCIA EM SAÚDE LTDA - Documentação: Completa
5- LUCAS LISTER BARBOSA DE AS GUIMARAES LTDA - Documentação: Completa
6- FERNANDA OLIVEIRA DE MORAES REGO LTDA - Documentação: Completa
7- MB MEDICINA LTDA - Documentação: Completa
8- XC MEDICINA LTDA - Documentação: Completa
9- SOSTENES SERVIÇOS MEDICOS LTDA - Documentação: Completa

João Pinheiro, 27 de fevereiro de 2026.

JOSEANE MENDES DE ANDRADE
Agente de Contratação

BRUNA BATISTA DO AMARAL FARIA;

NILSON DE SOUZA ABADIA;

EULAIA APARECIDA RODRIGUES VIDAL

Publicado por:
Joseane Mendes de Andrade
Código Identificador:D17969E1

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 001/2026.

EXTRATO DE ATA
ATA DE RESGISTRO DE PREÇO Nº 09/2026
Espécie: Ata
Fornecedor:Orthovida Industria e Negócios Digitais Ltda
Objeto: O objeto do presente instrumento é Registro de Preços para aquisição de materiais permanentes, compreendendo equipamentos de informática, equipamentos de climatização e ventilação, mobiliários, eletroeletrônicos e equipamentos de escritório.
Fundamentação: observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal n° 267/2025 e demais legislação aplicável.
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do objeto da presente Ata, correrão por conta de dotações orçamentárias do Município, consignadas no orçamento do exercício de vigente, a serem indicadas no ato da contratação, na ocasião da solicitação de fornecimento de produtos ou serviços, e no orçamento do exercício seguinte à conta de dotações orçamentárias daquele exercício nos termos do parágrafo 2° do art. 127 do Decreto Municipal n° 267/2025.
Valor: R$ 1.160,00 (mil cento e sessenta reais).

Vigência: De 1 ano a partir de 23 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:AEB0AF6E

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 001/2026.

EXTRATO DE ATA
ATA DE RESGISTRO DE PREÇO Nº 10/2026
Espécie: Ata
Fornecedor: VMLX Eletrônicos Eireli
Objeto: O objeto do presente instrumento é Registro de Preços para aquisição de materiais permanentes, compreendendo equipamentos de informática, equipamentos de climatização e ventilação, mobiliários, eletroeletrônicos e equipamentos de escritório.
Fundamentação: observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal n° 267/2025 e demais legislação aplicável.
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do objeto da presente Ata, correrão por conta de dotações orçamentárias do Município, consignadas no orçamento do exercício de vigente, a serem indicadas no ato da contratação, na ocasião da solicitação de fornecimento de produtos ou serviços, e no orçamento do exercício seguinte à conta de dotações orçamentárias daquele exercício nos termos do parágrafo 2° do art. 127 do Decreto Municipal n° 267/2025.
Valor: R$ 547,00 (quinhentos e quarenta e sete reais).
Vigência: De 1 ano a partir de 23 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:4FF8F10B

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 001/2026.

EXTRATO DE ATA
ATA DE RESGISTRO DE PREÇO Nº 13/2026
Espécie: Ata
Fornecedor: Gb Atacado e Varejo
Objeto: O objeto do presente instrumento é Registro de Preços para aquisição de materiais permanentes, compreendendo equipamentos de informática, equipamentos de climatização e ventilação, mobiliários, eletroeletrônicos e equipamentos de escritório.
Fundamentação: observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal n° 267/2025 e demais legislação aplicável.
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do objeto da presente Ata, correrão por conta de dotações orçamentárias do Município, consignadas no orçamento do exercício de vigente, a serem indicadas no ato da contratação, na ocasião da solicitação de fornecimento de produtos ou serviços, e no orçamento do exercício seguinte à conta de dotações orçamentárias daquele exercício nos termos do parágrafo 2° do art. 127 do Decreto Municipal n° 267/2025.
Valor: R$ 23.370,00 (vinte e três mil trezentos e setenta reais).
Vigência: De 1 ano a partir de 25 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:B0220814

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 001/2026.

EXTRATO DE ATA
ATA DE RESGISTRO DE PREÇO Nº 14/2026
Espécie: Ata
Fornecedor: R L Eletro Comercio de Eletrodomestico Ltda
Objeto: O objeto do presente instrumento é Registro de Preços para aquisição de materiais permanentes, compreendendo equipamentos de informática, equipamentos de climatização e ventilação, mobiliários, eletroeletrônicos e equipamentos de escritório.
Fundamentação: observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal n° 267/2025 e demais legislação aplicável.
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do objeto da presente Ata, correrão por conta de dotações orçamentárias do Município, consignadas no orçamento do exercício de vigente, a serem indicadas no ato da contratação, na ocasião da solicitação de fornecimento de produtos ou serviços, e no orçamento do exercício seguinte à conta de dotações orçamentárias daquele exercício nos termos do parágrafo 2° do art. 127 do Decreto Municipal n° 267/2025.
Valor: R$ 26.160,00 (vinte e seis mil cento e sessenta reais).
Vigência: De 1 ano a partir de 23 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:EA3C4B68

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 001/2026.

EXTRATO DE ATA
ATA DE RESGISTRO DE PREÇO Nº 19/2026
Espécie: Ata
Fornecedor: Sinces Tecnologia Comércio e Serviços Ltda
Objeto: O objeto do presente instrumento é Registro de Preços para aquisição de materiais permanentes, compreendendo equipamentos de informática, equipamentos de climatização e ventilação, mobiliários, eletroeletrônicos e equipamentos de escritório.
Fundamentação: observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal n° 267/2025 e demais legislação aplicável.
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do objeto da presente Ata, correrão por conta de dotações orçamentárias do Município, consignadas no orçamento do exercício de vigente, a serem indicadas no ato da contratação, na ocasião da solicitação de fornecimento de produtos ou serviços, e no orçamento do exercício seguinte à conta de dotações orçamentárias daquele exercício nos termos do parágrafo 2° do art. 127 do Decreto Municipal n° 267/2025.

Valor: R$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais).
Vigência: De 1 ano a partir de 24 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:50149555

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 001/2026.

EXTRATO DE ATA
ATA DE RESGISTRO DE PREÇO Nº 21/2026
Espécie: Ata
Fornecedor: Hellen Rodrigues Carriel
Objeto: O objeto do presente instrumento é Registro de Preços para aquisição de materiais permanentes, compreendendo equipamentos de informática, equipamentos de climatização e ventilação, mobiliários, eletroeletrônicos e equipamentos de escritório.
Fundamentação: observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal n° 267/2025 e demais legislação aplicável.
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do objeto da presente Ata, correrão por conta de dotações orçamentárias do Município, consignadas no orçamento do exercício de vigente, a serem indicadas no ato da contratação, na ocasião da solicitação de fornecimento de produtos ou serviços, e no orçamento do exercício seguinte à conta de dotações orçamentárias daquele exercício nos termos do parágrafo 2° do art. 127 do Decreto Municipal n° 267/2025.
Valor: R$ 3.605,00 (três mil seiscentos e cinco reais).
Vigência: De 1 ano a partir de 23 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:C617ADF5

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 097/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 241/2025.

EXTRATO DE ATA
ATA DE RESGISTRO DE PREÇO Nº 03/2026
Espécie: Ata
Fornecedor: MHEDICA SERVICE COMERCIO E MANUTENÇÃO LTDA
Objeto: O objeto do presente instrumento é registro de preço para eventual aquisição de equipamentos, mobiliário e materiais hospitalares destinados ao Hospital Municipal do Município de João Pinheiro e Unidade de Pronto Atendimento.
Fundamentação: observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal n° 267/2025 e demais legislação aplicável.
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do objeto da presente Ata, correrão por conta de dotações orçamentárias do Município, consignadas no orçamento do exercício de vigente, a serem indicadas no ato da contratação, na ocasião da solicitação de fornecimento de produtos ou serviços, e no orçamento do exercício seguinte à conta de dotações orçamentárias daquele exercício nos termos do parágrafo 2° do art. 127 do Decreto Municipal n° 267/2025.
Valor: R$ 231.096,00 (duzentos e trinta e um mil e noventa e seis reais).
Vigência: De 1 ano a partir de 25 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:C306B7D1

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00004, DE 25 FEVEREIRO DE 2026

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003
MUNICÍPIO - JOAO PINHEIRO - MG
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00004, de 25 de Fevereiro de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].
Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
WILSON ROBERTO CODOGNO FILHO	289.061.438-77	4725/00005/2026
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: DANIELLA ALVES VAZ	Matrícula: 00014732	
Cargo: SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA / 32025	Assinatura:	
Data de afixação: 25/02/2026		
Data de desafixação: 12/03/2026		

Publicado por:
Carlos Eduardo Mendonça Porto
Código Identificador:539F9D36

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 37 AO CONTRATO Nº 03/2023 ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO-MG – E A EMPRESA SUDESTE BRASIL COOPERATIVA DE TRANSPORTES.

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 37 AO CONTRATO Nº 03/2023 ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO-MG – E A EMPRESA SUDESTE BRASIL COOPERATIVA DE TRANSPORTES.

O **Município de João Pinheiro/MG**, doravante denominada simplesmente Contratante, com sede na Praça Cel. Hermógenes, nº 60, João Pinheiro/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 16.930.299/0001-13, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. Gláucon Cézar Cardoso**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta cidade, resolve modificar unilateralmente o Contrato nº 03/2023, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 - O presente Instrumento tem como objetivo a modificação unilateral do contrato registrado e publicado através do nº 03/2023, por parte da Administração, visando alterações na planilha original - cláusula 6.1, fundamentado no § 8º, art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e, atendendo a Solicitação da Secretaria Municipal de Educação**, quanto ao aumento de quilometragem do transporte escolar que atende as Linhas nºs 07 e 47.**
1.2 - E, a partir desta data, as linhas acima mencionadas, passam a vigorar como segue:

LINHA	**REGIÃO ATENDIDA**	**DESTINO**	**KM TOTAL PARA ENCERRAR O ANO LETIVO DE**
07	Fazendas: Matinha, Caril, Manoel Tilé, Caixeta II, São João das Pontes, para João Pinheiro/MG, Retornando Com Os Alunos As Mesmas Localidades.	Sede do Município de João Pinheiro/MG, Escolas Estaduais e Municipais.	**3.000**
47	Fazendas: Alencar , Santa Bárbara, Delcinho, Asa Branca, Povoado De Olaria, Ruralminas, Municipio De João Pinheiro - Mg. Para A Escola Joaquim Luiz De Paula E Escola Estadual João Guimarães Rosa,	Sede Da Escola Joaquim Luiz De Paula E Escola Estadual João Guimarães Rosa, Retornando Com Os Alunos Para As Mesmas	**2.000**

	Retornando Com Os Alunos Para As Mesmas Localidades.	Localidades.	

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO
2.1 - O presente aditamento ao Contrato Administrativo nº 03/2023 atende os limites do prescrito na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
CLÁUSULA TERCEIRA - SETOR REQUISITANTE
3.1 - Este aditivo atende pedido da Secretaria Municipal de Educação, através do Sr. Secretário Éder da Silveira Martins, conforme solicitado através do DFD - Documento de Formalização de Demanda, bem como o Parecer Jurídico da Advocacia-Geral do Município, ambos em anexo.
CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1 - Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº 03/2023, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.
CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1 - A Prefeitura Municipal de João Pinheiro – MG providenciará a publicação do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:465BEEB0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO – CREDENCIAMENTO 003/2026

O Município de José Gonçalves de Minas/MG, comunica que ABRIRÁ o Procedimento Administrativo nº 009/2026 - Inexigibilidade de Licitação n.º 005/2026 - Credenciamento n.º 003/2026. Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica ou pessoa física visando a contratação de artistas nas categorias de cantor(a), dupla e bandas de renome local/regional pequeno e médio porte para apresentações musicais, em diferentes estilos, bem como locução para atender os eventos e festividades realizadas e apoiadas pelo município de José Gonçalves de Minas/MG, conforme especificações constantes no Termo de Referência Anexo I deste Edital. Prazo para credenciamento: 03/03/2026 até 31/12/2026 Aos interessados, demais informações bem como edital completo estará à disposição na sede do MUNICIPIODE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS/MG, situada à RUA NATALINO LAGO DA VEIGA, 275, BAIRRO CENTRO, no LINK: https://www.josegoncalvesdeminas.mg.gov.br/licitacoes/1, Telefone/WhatsApp (33) 99996 9213. E-mail: licitacao@josegoncalvesdeminas.mg.gov.br.

Publicado por:
Valdício da Veiga Leite
Código Identificador:107EC1D4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA DA PRATA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR APOIO

CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR APOIO

O Secretário Municipal de Administração e Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata-MG, no uso de suas atribuições, vem, por meio deste ato, tornar pública a CONVOCAÇÃO dos seguintes candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo nº 008/2025 para Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público para o cargo de Professor Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas:

Candidatos convocados nas vagas de ampla concorrência:

- Laura Silva Gonçalves
- Claudia Cristina Albuquerque De Almeida
- Luciana Aparecida Ferreira Araújo
- Antonio Carlos Pereira

Os candidatos indicados neste ato deverão comparecer portando originais e cópias dos documentos exigidos no respectivo Edital, no prazo máximo de 48 horas, a partir da data de publicação.

Os candidatos que não se apresentarem dentro do prazo estipulado será considerado desistente de contrato, independente da assinatura de termo de desistência. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, através do contato (37) 99107 5845 ou no endereço de e-mail rh@lagoadaprata.mg.gov.br.

Lagoa da Prata-MG, 27 de fevereiro de 2026.

ALYSSON ELIAS MACEDO
Secretário Municipal de Administração e Governo

Publicado por:
Geovana Luiza de Castro Silva
Código Identificador:D3E0B6B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
O MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA TORNA PÚBLICO NOVA DATA DE ABERTURA DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 93/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 256/2025

Objeto: Contratação de seguro veicular total e contra terceiros, com assistência 24 (vinte e quatro) horas e coberturas acessórias, para veículos da frota municipal, por um período de 12 (doze) meses.
Nova Data de Abertura: 17/03/2026 às 8:30 horas.
O Edital na sua integra e seus anexos estarão disponíveis a partir do dia 02/03/2026 no site www.lagoadaprata.mg.gov.br e na Plataforma www.licitardigital.com.br

MATEUS SIVELLY BORGES
Agente de Contratação.
Lagoa da Prata, 27 de fevereiro de 2025

Publicado por:
Vanessa Cristina Santos Pinto
Código Identificador:DA7A58E4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA DOS PATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS
DECRETO MUNICIPAL Nº 07/2026.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, O IMÓVEL QUE DESCREVE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Lagoa dos Patos no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1.941, modificado pela Lei Federal nº 4.132 de setembro de 1.962, e Lei Orgânica Municipal de Lagoa dos Patos,

D E C R E T A

Art. 1º. - Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, o imóvel abaixo descrito:

I - 17,3172 Ha (Dezessete hectares, trinta e um ares e setenta e dois centiares), equivalente a 173.172 m2, cuja descrição inicia-se o perímetro no vértice -P-0001, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-45°W, de coordenadas N 8.122.996,28m e E 545.896,37m; deste segue confrontando com a propriedade de 1) KATIA VIVIANE LAFETÁ RABELO, CASADA COM VINÍCIUS PELUCI MONTEIRO - 2) EUDÓXIO LAFETÁ RABELO NETO; MATRICULA – Nº 10.599, com azimute de 133°18'59" por uma distância de 153,01m até o vértice -P-0002, de coordenadas N 8.122.891,31m e E 546.007,69m; deste segue, com azimute de 230°32'40" por uma distância de 6,62m até o vértice -P-0003, de coordenadas N 8.122.887,10m e E 546.002,58m; deste segue, com azimute de 237°46'15" por uma distância de 15,28m até o vértice -P-0004, de coordenadas N 8.122.878,95m e E 545.989,65m; deste segue, com azimute de 237°46'15" por uma distância de 6,78m até o vértice -P-0005, de coordenadas N 8.122.875,34m e E 545.983,92m; deste segue, com azimute de 233°38'56" por uma distância de 6,48m até o vértice -P-0006, de coordenadas N 8.122.871,50m e E 545.978,70m; deste segue, com azimute de 227°47'20" por uma distância de 13,85m até o vértice -P-0007, de coordenadas N 8.122.862,19m e E 545.968,44m; deste segue, com azimute de 224°39'41" por uma distância de 10,99m até o vértice -P-0008, de coordenadas N 8.122.854,38m e E 545.960,72m; deste segue, com azimute de 224°39'41" por uma distância de 11,47m até o vértice -P-0009, de coordenadas N 8.122.846,22m e E 545.952,65m; deste segue, com azimute de 221°54'11" por uma distância de 15,35m até o vértice -P-0010, de coordenadas N 8.122.834,79m e E 545.942,40m; deste segue, com azimute de 221°34'16" por uma distância de 9,14m até o vértice -P-0011, de coordenadas N 8.122.827,95m e E 545.936,33m; deste segue, com azimute de 219°13'29" por uma distância de 17,76m até o vértice -P-0012, de coordenadas N 8.122.814,19m e E 545.925,10m; deste segue, com azimute de 221°35'23" por uma distância de 8,38m até o vértice -P-0013, de coordenadas N 8.122.807,92m e E 545.919,54m; deste segue, com azimute de 220°24'46" por uma distância de 10,04m até o vértice -P-0014, de coordenadas N 8.122.800,27m e E 545.913,03m; deste segue, com azimute de 223°19'56" por uma distância de 10,40m até o vértice -P-0015, de coordenadas N 8.122.792,71m e E 545.905,89m; deste segue, com azimute de 225°48'42" por uma distância de 10,13m até o vértice -P-0016, de coordenadas N 8.122.785,65m e E 545.898,63m; deste segue, com azimute de 226°50'41" por uma distância de 7,36m até o vértice -P-0017, de coordenadas N 8.122.780,62m e E 545.893,26m; deste segue, com azimute de 229°23'17" por uma distância de 8,94m até o vértice -P-0018, de coordenadas N 8.122.774,80m e E 545.886,48m; deste segue, com azimute de 225°42'44" por uma distância de 15,96m até o vértice -P-0019, de coordenadas N 8.122.763,66m e E 545.875,05m; deste segue, com azimute de 228°14'31" por uma distância de 10,02m até o vértice -P-0020, de coordenadas N 8.122.756,99m e E 545.867,58m; deste segue, com azimute de 236°57'33" por uma distância de 9,60m até o vértice -P-0021, de coordenadas N 8.122.751,75m e E 545.859,54m; deste segue, com azimute de 243°46'08" por uma distância de 5,09m até o vértice -P-0022, de coordenadas N 8.122.749,51m e E 545.854,97m; deste segue, com azimute de 248°42'10" por uma distância de 13,42m até o vértice -P-0023, de coordenadas N 8.122.744,63m e E 545.842,47m; deste segue, com azimute de 254°33'28" por uma distância de 14,57m até o vértice -P-0024, de coordenadas N 8.122.740,75m e E 545.828,43m; deste segue, com azimute de 254°33'28" por uma distância de 8,74m até o vértice -P-0025, de coordenadas N 8.122.738,42m e E 545.820,00m; deste segue, com azimute de 247°23'06" por uma distância de 11,05m até o vértice -P-0026, de coordenadas N 8.122.734,18m e E 545.809,80m; deste segue, com azimute de 237°19'32" por uma distância de 4,73m até o vértice -P-0027, de coordenadas N 8.122.731,62m e E 545.805,82m; deste segue, com azimute de 236°20'08" por uma distância de 3,84m até o vértice -P-0028, de coordenadas N 8.122.729,49m e E 545.802,62m; deste segue, com azimute de 229°06'28" por uma distância de 13,78m até o vértice -P-0029, de coordenadas N 8.122.720,48m e E 545.792,21m; deste segue confrontando com a propriedade de SIDERÚRGICA VALINHO S/A; CNPJ 20.144.085/0001-99, com azimute de 218°35'53" por uma distância de 906,64m até o vértice -P-0030, de coordenadas N 8.122.011,90m e E 545.226,60m; deste segue, com azimute de 245°39'36" por uma distância de 240,65m até o vértice -P-0031, de coordenadas N 8.121.912,72m e E 545.007,35m; deste segue confrontando com o MUNICÍPIO DE LAGOA DOS PATOS/MG; MATRICULA - Nº 11.253, com azimute de 36°06'15" por uma distância de 209,60m até o vértice -P-0032, de coordenadas N 8.122.082,07m e E 545.130,86m; deste segue, com azimute de 35°48'16" por uma distância de 97,27m até o vértice -P-0033, de coordenadas N 8.122.160,95m e E 545.187,76m; deste segue, com azimute de 36°17'47" por uma distância de 82,98m até o vértice -P-0034, de coordenadas N 8.122.227,83m e E 545.236,88m; deste segue, com azimute de 35°52'05" por uma distância de 29,87m até o vértice -P-0035, de coordenadas N 8.122.252,03m e E 545.254,38m; deste segue, com azimute de 35°52'05" por uma distância de 8,14m até o vértice -P-0036, de coordenadas N 8.122.258,63m e E 545.259,15m; deste segue, com azimute de 39°28'21" por uma distância de 21,77m até o vértice -P-0037, de coordenadas N 8.122.275,43m e E 545.272,99m; deste segue, com azimute de 39°22'13" por uma distância de 118,48m até o vértice -P-0038, de coordenadas N 8.122.367,03m e E 545.348,15m; deste segue, com azimute de 39°15'13" por uma distância de 16,78m até o vértice -P-0039, de coordenadas N 8.122.380,03m e E 545.358,76m; deste segue, com azimute de 39°22'19" por uma distância de 13,78m até o vértice -P-0040, de coordenadas N 8.122.390,68m e E 545.367,51m; deste segue, com azimute de 39°18'25" por uma distância de 30,57m até o vértice -P-0041, de coordenadas N 8.122.414,33m e E 545.386,87m; deste segue confrontando com o MUNICÍPIO DE LAGOA DOS PATOS/MG; MATRICULA - Nº 8.660, com azimute de 39°13'17" por uma distância de 41,40m até o vértice -P-0042, de coordenadas N 8.122.446,40m e E 545.413,05m; deste segue, com azimute de 39°09'04" por uma distância de 135,99m até o vértice -P-0043, de coordenadas N 8.122.551,86m e E 545.498,91m; deste segue, com azimute de 39°10'16" por uma distância de 226,60m até o vértice -P-0044, de coordenadas N 8.122.727,54m e E 545.642,04m; deste segue confrontando com a propriedade de 1) KATIA VIVIANE LAFETÁ RABELO, CASADA COM VINÍCIUS PELUCI MONTEIRO - 2) EUDÓXIO LAFETÁ RABELO NETO; MATRICULA – Nº 10.599, com azimute de 42°55'43" por uma distância de 135,75m até o vértice -P-0045, de coordenadas N 8.122.826,93m e E 545.734,50m; deste segue, com azimute de 346°40'50" por uma distância de 41,68m até o vértice -P-0046, de coordenadas N 8.122.867,49m e E 545.724,89m; deste segue, com azimute de 10°32'26" por uma distância de 68,44m até o vértice -P-0047, de coordenadas N 8.122.934,78m e E 545.737,41m; deste segue, com azimute 68°50'49" por uma distância de 170,44m até o vértice -P-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro de 3.029,61 m., sendo que todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 45 WGr, tendo como Datum o SIRGAS2000, sendo que os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM, estando a área total registrado no cartório de imóveis de Coração de Jesus, no Livro 2-registro geral, sob a matrícula 038935.2.0002801-47, de 23/02/1984, de propriedade de SIDERÚRGICA VALINHO S/A, com sede a rua dos Inconfidentes, no. 1075, sala 605, Bairro Funcionários, cep no. 30140-120G, Belo Horizonte – MG, inscrita no CNPJ sob no. 20144085/0001-99.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata este artigo terá por finalidade a expansão urbana do município de Lagoa dos Patos, para fins de implantação do novo cemitério municipal, programas habitacionais, implantação de UTC – Unidade de Triagem e Compostagem de Resíduos Sólidos, Parque Municipal Ecológico e Edificação ee Ampliação da infraestrutura administrativa e social do Município.

Art. 2º. O imóvel de que trata o artigo anterior encontra-se avaliado em R$65 (sessenta e cinco mil reais), conforme laudo de avaliação expedido pela Comissão de Avaliação do Município de Lagoa dos Patos, ficando definido este o valor para fins de expropriação e indenização ao proprietários e/ou detentores da posse do imóvel, ora expropriado

Art. 3º. As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta do orçamento vigente, dotação 091115.451.0018.1020.449061000000 – aquisição de imóveis.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa dos Patos, 27 de fevereiro de 2026.

HÉRCULES VANDY DURÃES DA FONSECA **–**
Prefeito
Lagoa dos Patos

Publicado por:
Weverton Barbosa Silva
Código Identificador:C79D43B6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA SANTA

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO – ATA RP Nº 044/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2024

Partes: Município de Lagoa Santa e **DROGAFONTE LTDA -** CNPJ: 08.778.201/0001-26

Finalidade: Troca de marca do item 97 da referida Ata RP, conforme Processo Administrativo Externo nº 6897/2025, nos termos do art. 124, II e "b", da Lei Federal nº 14.133/2021.

DIVINO VALERO MARTINS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Júlio César Santos Almeida
Código Identificador:FC75FA08

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 194/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 067/2023

Partes: Município de Lagoa Santa e **BETHA SISTEMAS LTDA** - CNPJ: 00.456.865/0001-67

Finalidade:Acréscimo de 0,1364% ao item 20, e inclusão do item 41, cujos parâmetros e requisitos técnicos estão dispostos no Anexo I deste termo aditivo, que equivale a 12,26% ao valor do contrato, nos termos do artigo 65, inciso I, alínea "b" e § 1°, da Lei Federal nº 8.666/1993.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

DALMAR MORAIS DUARTE
Secretário Municipal de Fazenda

Publicado por:
Júlio César Santos Almeida
Código Identificador:24430214

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 035/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2023

Partes: Município de Lagoa Santa e **LOCALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS S/A - CNPJ: 04.567.650/0001-74**

Finalidade:Prorrogação do prazo de vigência por mais 06 (seis) meses, com renovação do contrato, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

ALESSANDRO JORGE SALVINO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente

Publicado por:
Júlio César Santos Almeida
Código Identificador:585900EB

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO – CONTRATO Nº 033/2026 – CONCORRÊNCIA Nº 011/2025

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **ARPAN ENGENHARIA LTDA – CNPJ**:30.360.120/0001-60

Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização da obra para reforma do Iate Clube Lagoa Santa, com recursos provenientes do Termo de Compromisso IEPHA/EMPEFEC nº. 104281767/2024 e recursos próprios do município, com fornecimento de materiais, equipamentos necessários e mão de obra.

Valor: R$ 387.000,00

Vigência: 27/02/2026 a 27/07/2026

Dotação Orçamentária:

FICHA	DOTAÇÃO	FONTE
288	02.04.04.23.695.0031.1021.4.4.90.51.00	2.701

ALESSANDRO JORGE SALVINO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:BEED231A

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO DO TERMO DE CANCELAMENTO DE ITEM - ATA RP 122/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 018/2025

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e a **BRIGADA NOVA SERRANA AGUIA DA NOITE LTDA -** CNPJ:50.058.903/0001-00.

Finalidade: Em atendimento ao requerimento da **CONTRATADA**, conforme Processo Externo n° 0159/2026 e embasado nos termos do inciso I do art. 27 do Decreto Municipal n° 5.108/2023 e Cláusula Décima da Ata de Registro de Preço 122/2025, fica cancelado, por meio desde instrumento particular, o Registro de Preços da empresa **BRIGADA NOVA SERRANA AGUIA DA NOITE LTDA,** para o item 02 da Ata de Registro de Preços n°. 122/2025, Pregão Eletrônico n° 018/2025, Processo Administrativo n° 037/2025, nesta data de assinatura.

RAQUEL SOUZA DE ASSIS SALOMÃO
Secretária Municipal de Bem Estar Social

JULIO JORGE TOLEDO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:F2716CE4

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO 001/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **62.245.785 EDGAR DA CONCEICAO FERREIRA**– CNPJ:62.245.785/0001-10, **57.457.317 IGOR PRADO RODRIGUES MENESES** – CNPJ: 57.547.317/0001-79, **52.090.358 ISADORA DA CONCEICAO FERREIRA** - CNPJ: 52.090.358/0001-56, **GERCINO ALVES BATISTA** – CPF: ***.613.556-**

Objeto: Credenciamento de Oficinas Artístico-Pedagógicas e Culturais para o programa de educação patrimonial, com 20H/A (vinte horas aula) cada uma, a serem desenvolvidas em ambiente escolar, contraturno ou tempo integral, a fim de fomentar o conhecimento sobre Patrimônio Cultural de Lagoa Santa e as habilidades artístico-culturais dos estudantes da rede municipal de ensino.

Vigência:27/02/2026 a 27/02/2027.

JÚLIO JORGE TOLEDO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:F0C0EFD7

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.777, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a Carteira de identificação da Pessoa portadora de Fibromialgia no Município de Lagoa Santa-MG e da outras providencias.

O Povo de Lagoa Santa, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Município de Lagoa Santa/MG, poderá criar a Carteira de Identificação da Pessoa Portadora de Fibromialgia, com a finalidade de garantir atenção integral, pronto atendimento no caso de serviços públicos e privados, em especial na área de saúde.

Art. 2ºO Poder Executivo Municipal regulamentará esta lei, no que couber.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentarias próprias ou suplementadas, se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 23 de fevereirode 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:95039ABC

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.778, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026.

DÁ DENOMINAÇÃO NA ÁREA VERDE LOCALIZADA ENTRE OS LOTEAMENTOS 12 E 13, NO BAIRRO NOVO SANTOS DUMONT NO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA – MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo de Lagoa Santa, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado Praça TiPaulo (Paulo Bento da Silva), a área verde Localizada Entre Os Loteamentos 12 E 13, No Bairro Novo Santos Dumont, neste Município de Lagoa Santa - MG.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 23 de fevereirode 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:F829846A

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.779, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026.

DÁ DENOMINAÇÃO NA ÁREA DE LAZER DO LOTEAMENTO JARDIM DOS LÍRIOS, LOCALIZADO NO BAIRRO JARDIM IPÊ NO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA – MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo de Lagoa Santa, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado Praça Jorge Jerônimo, a área de Lazer pertencente ao Loteamento Jardim dos Lírios, situado no Bairro Jardim Ipê, neste Município de Lagoa Santa – MG.
Parágrafo único. Faz parte desta Lei o Anexo I e II identificando o local da área de Lazer.
Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo todos os efeitos fáticos e jurídicos, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 23 de fevereirode 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:A88789BC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1.686, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026.

Altera a redação da Portaria nº 1.462, de 02 de setembro de 2024, que dispõe sobre a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lagoa Santa-CMDCA-LS, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, no uso e gozo de suas atribuições conferidasno art. 68, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1ºO incisoI, do art. 2º, da Portaria nº 1.462, de 02 de setembro de 2024,passaa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º*(...).*

I- Representantes da Governamentais:

(...)

b)Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Paula Veloso Fernandes Tolentino;
Suplente: Joshua Oliveira Barroso.

(...)."

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Portaria nº 1.462, de 02 de setembro, de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 23de fevereirode 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:0F999685

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
ATO DE DESIGNAÇÃO 002/2026/SEPLAG

ALTERA O ITEM 6.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 100/2024, QUE DESIGNA OS SERVIDORES PARA ATUAREM NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ASECRETARIAMUNICIPALDEPLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Federal n° 14.133 de 1° de abril de 2021, que dispõe sobre os novos procedimentos para licitações e contratos administrativos;

Considerando o Decreto Municipal n° 4.805, de 1° de fevereiro de 2023, que estabelece regras e diretrizes relativas à atuação dos agentes públicos designados para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei Federal n° 14.133/2021 no âmbito das contratações do Poder Executivo Municipal e dá outras providências;

Considerando o Decreto Municipal n° 5.485, de 03 de fevereiro de 2025, que designa as autoridades superiores no âmbito do Poder Executivo Municipal e dá outras providências, conforme determina o art. 3°, §1°, V, do Decreto Municipal n° 4.805/2023.

Considerando que compete à Autoridade Superior designar, dentre outros, agentes públicos específicos para atuarem no acompanhamento e fiscalização do contrato, nos termos do artigo 3°, §2° do Decreto Municipal n° 4.805/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o item 6.1 do Termo de Referência do Contrato de Prestação de Serviços nº 100/2024 e designar para atuarem na gestão e fiscalização do instrumentoas servidoras:

A gestão do contrato será conferida ao (à) servidor (a) Elaine dos Santos Guimarães, sendo substituído quando necessário pelo (a) servidor (a) Polliana Moura Ribeiro de Abreu.

A fiscalização técnica será conferida ao (à) servidor (a), Rosiene da Silva Pinto, sendo substituído quando necessário pelo (a) servidor (a) Márcia Elaine Ferreira.

Art.2° Compete às servidoras designadas o desempenho das atribuições previstas nos artigos 13 a 20 do Decreto Municipal n° 4.805/2023.

Art. 3° A atuação das servidoras no acompanhamento e fiscalização do referido contrato não acarretará remuneração de qualquer espécie.

Art.4°Esta portaria interna entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa Santa,data da assinatura digital.

FREDERIC H. MAGALHÃES DE ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Thais do Carmo Madeira
Código Identificador:0E141D04

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEME DO PRADO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2026

A Prefeitura Municipal de Leme do Prado/MG torna público, que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.º 002/2026. Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios e artigos plásticos para subsidiar as atividades de todas as unidades administrativas e secretarias componentes da administração pública municipal de Leme do Prado-MG. Envio de propostas por meio do sistema https://licitar.digital/ até as 08h29min do dia 18/03/2026, Data e Horário de Abertura da Sessão: 18/03/2026 às 08h30min. Aos interessados, demais informações bem como edital completo estará à disposição na sede do município de Leme do Prado/MG, situada à Av. São Geraldo, 259, Bairro Gabriel Pereira, nos sites https://licitar.digital/ e www.lemedoprado.mg.gov.br/licitacoes ou através do telefone (33) 98827-5695, no horário de 08h00hs às 16h00hs.

JOSEANY CORDEIRO SANTOS -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Jose Adriano Gomes
Código Identificador:A5A0B052

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEOPOLDINA

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Na qualidade de Chefe do Poder Executivo Municipal, com vistas ao parecer
jurídico favorável de lavra da Procuradoria Geral do Município, e em razão de os
autos estarem instruídos com os documentos elencados no art. 72 da Lei nº
14.133/21 cabíveis à espécie e no art. 125 do Decreto Municipal nº 5.570/2025,
conforme certificado, AUTORIZO a presente COMPRA DIRETA, POR DISPENSA
EM RAZÃO DO VALOR, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO e MONTAGEM DE
DIVISÓRIAS DE EUCATEX, COM FULCRO NO ART. 75, II, DA LEI 14.133/2021,
nos termos da requisição e termo de referência anexo, com fundamento no art. 72,
inciso VIII, do mesmo Codex, e no art. 136, inciso V, daquele Decreto.

DETERMINO a publicação desta autorização, bem como do extrato do
contrato ou instrumento equivalente, no sítio eletrônico oficial do Município, no Portal
Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no diário oficial do Município, dentro
do prazo de 10 (dez) dias úteis, na forma dos arts. 136, p. único, e 162, p. único,
ambos do Decreto Municipal nº 5.188/23.

ENCAMINHE-SE a Secretaria Municipal de Administração, para as providências cabíveis.

Leopoldina, 12 de fevereiro de 2026.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito de Leopoldina

SARAH DUTRA MORAES FERRAZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:95E468CD

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Na qualidade de Chefe do Poder Executivo Municipal, e em razão de os autos
estarem instruídos com os documentos elencados no art. 72 da Lei nº 14.133/21

cabíveis à espécie e no art. 125 do Decreto Municipal nº 5.570/2025, conforme
certificado, AUTORIZO a presente CONTRATAÇÃO DIRETA, POR DISPENSA EM
RAZÃO DO VALOR, PARA AQUISIÇÃO DE CERTIFICADO DIGITAL, COM
FULCRO NO ART.75 II , DA LEI 14.133/2021, nos termos da requisição e termo de
referência anexo, com fundamento no art. 72, inciso VIII, do mesmo Codex, e no art.
136, inciso V, daquele Decreto.

DETERMINO a publicação desta autorização, bem como do extrato do
contrato ou instrumento equivalente, no sítio eletrônico oficial do Município, no Portal
Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no diário oficial do Município, dentro
do prazo de 10 (dez) dias úteis, na forma dos arts. 136, p. único, e 162, p. único,
ambos do Decreto Municipal nº 5.188/23.

ENCAMINHE-SE a Secretaria Municipal de Administração, para as providências cabíveis.

Leopoldina, 28 de janeiro de 2026.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito de Leopoldina

AILTON SOARES DUTRA
Secretário Municipal de Fazenda

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:02A7DE62

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Na qualidade de Chefe do Poder Executivo Municipal, com vistas ao parecer jurídico
favorável de lavra da Procuradoria Geral do Município, e em razão de os autos estarem
instruídos com os documentos elencados no art. 72 da Lei n° 14.133/21 cabíveis à espécie
e no art. 125 do Decreto Municipal n° 5.570/2025, conforme certificado, AUTORIZO a
presente CONTRATAÇÃO DIRETA, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, PARA LOCAÇÃO
DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL, SITUAD0 À RUA TIRADENTES 112,PELO PERIODO DE 12 MESES, NO VALOR
TOTAL DE R$37.200,00(TRINTA E SETE MIL E DUZENTOS REAIS), ATRAVÉS DA EMPRESA
BURITI ADMINISTRADORA DE BENS E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA – CNPJ
Nº.15.260.529/0001-11, COM FULCRO NO ARTIGO ART. 74, INCISO V, nos termos da
requisição e termo de referência anexo, com fundamento no art. 72, inciso VIII, do
mesmo Codex, e no art. 136, inciso V, daquele Decreto.
DETERMINO a publicação desta autorização, bem como do extrato do contrato ou
instrumento equivalente, no sítio eletrônico oficial do Município, no Portal Nacional de
Contratações Públicas (PNCP) e no diário oficial do Município, dentro do prazo de 10 (dez)
dias úteis, na forma dos arts. 136, p. único, e 162, p. único, ambos do Decreto Municipal
n° 5.570/25.
ENCAMINHE-SE a Secretaria Municipal de Administração, para as providências cabíveis.

Leopoldina, 25 de fevereiro de 2026.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito de Leopoldina

ANA PAULA SALVADOR PEDRONI CASTRO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:41141779

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SMS EDITAL 012/2025

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Leopoldina, Pedro Augusto Junqueira Ferraz, no uso de suas atribuições legais, e em obediência ao disposto nos incisos I e II do artigo 37 da Constituição Federal e artigo 40 da Lei Orgânica do Município, tendo em vista a homologação da relação de candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado SMS, regulado pelo Edital nº 012/2025 para atender programas da Secretaria Municipal de Saúde.

FAZ SABER aos interessados e aos demais que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que ficam **CONVOCADOS (AS)** os (as) candidatos (as) constantes da relação em anexo, a qual faz parte integrante deste instrumento, aprovados (as) e classificados (as) no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** objeto do Edital nº 012/2025 e suas alterações, **homologado em 28 de novembro de 2025**, a comparecem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Leopoldina, situado à Praça Professor Botelho Reis, 28, 1º andar, Centro, nesta cidade, no período de **24 horas a contar da data de publicação deste Edital e e-mail**, no horário das 12:00 às 17:00 horas, para início dos procedimentos preparatórios aos atos de provimento e investidura nas respectivas funções, munidos da seguinte documentação:
a) 01 retrato ¾ atual; b) xerox de certidão de nascimento ou casamento; c) Xerox do CPF do cônjuge d) xerox da certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos; e) xerox da carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos; f) declaração escolar os filhos maiores de 06 anos e menores de 14 anos apresentar CPF dos filhos independente da idade g) xerox do diploma autenticado ou certificado de conclusão dos cursos exigidos para comprovação da escolaridade; h) xerox da carteira profissional; i) xerox da carteira de identidade; j) xerox do título de eleitor; k) xerox do comprovante de votação da última eleição; l) xerox do CPF;
m) xerox do certificado de reservista (se do sexo masculino); n) Xerox do cartão do PIS ou PASEP; o) tipo de sangue, fator RH; p) declaração de bens; q) comprovante de estar devidamente inscrito no órgão fiscalizador da profissão; r) atestado médico favorável fornecido pelo serviço médico desta Prefeitura; s) xerox do comprovante de residência; t) fotocópia autenticada do Certificado de Conclusão do curso exigido para o cargo; u) fotocópia autenticada de registro junto ao Conselho da Categoria Profissional ou Órgão Regulador respectivo, se for o caso; v) Declaração Negativa de Acumulação de Cargos, sob as penas da lei e para os fins do art. 37, incisos XVI e XVII, da CF/88; w) certidão de antecedentes criminais expedida pela Comarca; x) certidão de antecedentes criminais expedida pela Polícia Civil y) Preenchimento do Formulário Completo de Cadastro do Trabalhador e Preenchimento do Formulário Completo de Cadastro do Dependente.
O (a) candidato (a) que não comparecer no prazo acima determinado ou não atender aos requisitos legais, não poderá ser admitido (a) e em conseqüência perderá a sua vaga para o (a) candidato (a) imediatamente classificado (a), em absoluta obediência à ordem de classificação.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
CUMPRA-SE.

Paço da Prefeitura Municipal de Leopoldina, MG, aos 23 de fevereiro de 2026.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

MÁRCIO VIEIRA MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO ÚNICO - RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SMS EDITAL 012/2025

Função: ASSISTENTE SOCIAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO
2º	SONIA APª O. LAMOIA	61,5

Publicado por:
Layla Ribeiro Avila
Código Identificador:A45DB293

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA CONVOCAÇÃO 004 REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – SME – 005/2025
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação, torna público que será realizado no aos **03 (TRÊS) dias do mês de março do ano de 2026** a contratação temporária de excepcional interesse público de **Professor PEB III - Geografia** para admissão em caráter temporário e por contrato de tempo determinado. A contratação será processada observando a ordem de classificação dos candidatos classificados no Processo Seletivo 005/2025.
Os candidatos classificados interessados nas vagas deverão comparecer **à Secretaria Municipal de Educação de Leopoldina, situada na Rua Lucas Augusto, 88, Centro, Leopoldina - MG.**
1 **– Das vagas:**
1.1 Professor PEB III - (GEOGRAFIA).
O processo de conferência dos documentos enviados durante a inscrição e seleção dos candidatos e admissão acontecerá conforme informações abaixo:
Data: 03/03/26
Horário: 13h
Local: Secretaria Municipal de Educação de Leopoldina, situada na Rua Lucas Augusto, 88, Centro, Leopoldina - MG.

VAGAS	ESCOLA	AULAS	TURNO	REUNIÃO PEDAGÓGICA
1 (24 AULAS)	E. M. Ribeiro Junqueira	24	Tarde	Quarta-feira 17h

As turmas poderão sofrer alterações, conforme a organização da escola.

2 -DOCUMENTAÇÃO
Conferência de Documentação para o Processo de Contratação:
O candidato classificado no processo seletivo simplificado deverá apresentar na data desta convocação os documentos abaixo especificados:
2.1 – DOCUMENTOS DA INSCRIÇÃO:
Apresentar toda a documentação original que foi anexada em PDF no formulário de inscrição do Processo Seletivo Simplificado SME 005/2025;
2.2 - CANDIDATO PCD
O candidato com deficiência que anexou o laudo médico na inscrição deverá apresentar, no ato da contratação, o documento original e atualizado.
2.3 - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:
Apresentar no ato da convocação os documentos necessários para admissão, na ordem especificada abaixo:
a) 01 retrato ¾ atual;
b) Xerox de certidão de nascimento ou casamento;
c) Xerox do CPF do cônjuge
d) Xerox da certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;
e) Xerox da carteira de vacinação dos filhos menores de 14 anos;
f) Comprovante de escolaridade do dependente;
g) Xerox do diploma ou certificado de conclusão dos cursos exigidos para Comprovação da escolaridade;
h) Xerox da carteira profissional;
i) Xerox da carteira de identidade;
j) Xerox do título de eleitor;
k) Xerox do comprovante de votação da última eleição;
l) Xerox do cartão do CPF
m) Xerox do certificado de reservista (se do sexo masculino);
n) Xerox do cartão do PIS ou PASEP;
o) tipo de sangue, fator RH (declaração de próprio punho ou exame).
p) declaração de bens (declaração de próprio punho ou digitada);
q) Xerox do comprovante de residência atualizado;
r) Declaração Negativa de Acumulação de Cargos, sob as penas da lei e para os fins
do art. 37, incisos XVI e XVII, da CF/88; *(entregaremos no momento da convocação a via da declaração a ser preenchida no ato de convocação).*
s) certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Comarca (Site TJMG – Internet);
t) Atestado de antecedentes criminais, emitido pela Polícia Civil de Minas Gerais (Internet);

2.3 – DA DESCLASSIFICAÇÃO:
Caso o candidato não apresente toda a documentação original anexada **no ato da inscrição** será **desclassificado** passando para o candidato subsequente que esteja presente.

3 - DA CONTRATAÇÃO
A contratação será processada observando a ordem de classificação dos candidatos e procedimentos a seguir:
3.1 O candidato selecionado deverá apresentar no ato do Processo de Contratação, os documentos originais encaminhados no ato da inscrição;
3.2 Caso o candidato não apresente a documentação prevista no item **2.1 – "Documentos da Inscrição"**, deste Edital, será desclassificado passando para o candidato subsequente;
3.3 **Contrato de Pessoa com Deficiência (PCD):** A contratação do candidato PCD classificado dar-se-á em conformidade com as regras do Processo Seletivo Simplificado – SME – 005/2025 e é obrigatória a apresentação do laudo médico original e atualizado no ato da contratação, conforme previsto no item **2.2 – CANDIDATO PCD** deste Edital.
3.4 Caso o contrato tenha sido firmado em tempo inferior a 06 (seis) meses, dentro de 05 (cinco) dias letivos de seu término e houver necessidade de uma nova contratação, o candidato poderá assinar novo contrato, desde que o tempo total de ambos os contratos não ultrapassem o prazo máximo de contratação previsto na Lei 2.620/94;

Prefeitura do Município de Leopoldina, MG, 26 de fevereiro de 2026

LUCIA LOPES HORTA
Secretária Municipal de Educação

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

ANEXO I

TURNO: TARDE

Horário	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
1º horário	x	x	x	x	x
2º horário	x	x	x	x	x
3º horário	x	x	x	x	x
4º horário	x	x	x		x
5º horário	x	x	x	x	x

Publicado por:
Layla Ribeiro Avila
Código Identificador:928666C1

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO- CREDENCIAMENTO 008/2025 - PRC Nº. 276/2025

Objeto: credenciamento para interessados em prestar serviços de locações de caminhões
(conforme especificações/quantitativos na descrição dos itens, no Termo de referência, em

anexo), nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e dos Decretos Municipais nº 5.570/25,
5.189/23, 5.190/23 e das Leis Complementares nº 123/2006, nº 147/2014, e n° 155/2016,
e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste
Edital e seus anexos.
Empresa credenciada: 57.921.273 Joziel Marques de Souza – CNPJ nº.57.921.273/0001-96
Valor: Item 1- R$650,00
Item 5- R$750,00
Condições de pagamento: O pagamento será efetuado num prazo não superior a 30
(trinta) dias contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, entrega dos
documentos na Contabilidade/Tesouraria e o visto da Secretaria requisitante,
comprovando os serviços e deverão observar as disposições dos arts. 215 e seguintes do
Decreto Municipal nº 5.188/23.
Data da assinatura :23/02/2026

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ –
Prefiro Municipal

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:9100DC14

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº.20/2026

Credenciamente: Município de Leopoldina
Credenciado : 57.921.273 Joziel Marques de Souza – CNPJ nº.57.921.273/0001-96
Objeto: credenciar interessados em prestar serviços de locações de caminhões (conforme
especificações/quantitativos na descrição dos itens, no Termo de referência, em anexo), nos
termos da Lei nº 14.133, de 2021, e dos Decretos Municipais nº 5.570/25, 5.189/23,
5.190/23 e das Leis Complementares nº 123/2006, nº 147/2014, e n° 155/2016, e demais
legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus
anexos.
Vigência:12(doze) meses, iniciando a partir da data de sua publicação.
Valor: Item 1- R$650,00
Item 5- R$750,00
Condições de pagamento: O pagamento será efetuado num prazo não superior a 30
(trinta) dias contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, entrega dos
documentos na Contabilidade/Tesouraria e o visto da Secretaria requisitante,
comprovando os serviços e deverão observar as disposições dos arts. 215 e seguintes do
Decreto Municipal nº 5.188/23.
Data da assinatura :24/02/2026
Credenciamento nº.008/2025 – PRC nº.276/2025
Signatários :Pedro Augusto Junqueira Ferraz – Prefiro de Leopoldina
Joziel Marques de Souza

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:07F926FC

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2025

ROCESSO N° 92/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2024
Partes:MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA-MG e GITS DE LEOPOLDINA LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Consoante solicitado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Memorando nº 13/2026), prorroga-se o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, a contar da presente data, em consonância com o art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.
Data de assinatura:13/02/2026
Vigência: De 13/02/2026 até 12/02/2027
Signatários: Prefeito do Município de Leopoldina-MG - Pedro Augusto Junqueira Ferraz
Secretário MunicipaldeCultura e Turismo – Alexandre Carlos Moreira
Gits de LeopoldinaLtda. – Victor Hugo de Almeida Rodrigues
Procuradoria-Geral do Município de Leopoldina – Danilo de Azevedo Silva

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:A1FEF44D

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATOS TERMOS ADITIVOS

EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 99/2015
CONCORRÊNCIA N° 02/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 205/15
Partes:INFRACON ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ nº 57.444.283/0001-88 e Prefeitura Municipal de Leopoldina.

Objeto:CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA - Conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Obras (Memorando nº. 151/2025) fica prorrogado o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, a contar de 25/07/2025, em consonância com o art.57, §1º, IV, da Lei Federal n° 8.666/93.

Data de assinatura do termo aditivo:14/07/2025
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz - Prefeito de Leopoldina/MG.
Wesley Bambirra Rodrigues

EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 28/2016
CONCORRÊNCIA N° 03/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 924/15
Partes:INFRACON ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ nº 57.444.283/0001-88 e Prefeitura Municipal de Leopoldina.

Objeto:CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA- Conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Obras (Memorando nº. 151/2025) fica prorrogado o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, a contar de 15/09/2025, em consonância com o art.57, §1º, IV, da Lei Federal n° 8.666/93.

Data de assinatura do termo aditivo:14/07/2025
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz - Prefeito de Leopoldina/MG.
Wesley Bambirra Rodrigues

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:901C43B4

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATOS TERMOS ADITIVOS AO CONTRATO Nº 99/2015

XTRATO DO DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 99/2015
CONCORRÊNCIA N° 02/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 205/15
Partes:INFRACON ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ nº 57.444.283/0001-88 e Prefeitura Municipal de Leopoldina.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras (Memorando n° 22/2026), o presente termo aditivo tem por objetivo
1.1) Fixar o INCC (Índice Nacional da Construção Civil) como índice de correção do presente contrato, tal como estabelecido originalmente e conforme cálculo anexo ao memorando n° 22/2026, com efeitos a partir do boletim de medição**n° 03**ref. Bacia Feijão Cru e do boletim de medição**n° 18**ref. Bacia de Jacareacanga;

1.2) Reconhecer o débito do**CONTRATANTE**no valor de**R$ 1.920.588,18 (um milhão novecentos e vinte mil quinhentos e oitenta e oito reais e dezoito centavos)**referente à diferença apurada entre os valores pagos e os valores devidos à**CONTRATADA**com relação aos boletins de medição**n°03 ao 37 ref. Bacia Feijão Cru**e boletins de medição**n° 18 ao 44ref. Bacia Jacareacanga,**conforme parecer n° 01/2026 da Controladoria Municipal e memória de cálculo anexa ao memorando n°22/2026;
Data de assinatura:23/02/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz - Prefeito de Leopoldina/MG.
Wesley Bambirra Rodrigues

EXTRATO DO DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 28/2016
CONCORRÊNCIA N° 03/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 924/15
Partes:INFRACON ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ nº 57.444.283/0001-88 e Prefeitura Municipal de Leopoldina.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras (Memorando n° 22/2026), o presente termo aditivo tem por objeto:
1.1) Fixar o INCC (Índice Nacional da Construção Civil) como índice de correção do presente contrato, tal como estabelecido originalmente e conforme cálculo anexo ao memorando n° 22/2026, com efeitos a partir do boletim de medição**n° 04**ref. Bacia Feijão Cru e do boletim de medição**n° 18**ref. Bacia de Jacareacanga;

1.2) Reconhecer o débito do**CONTRATANTE**no valor de**R$ 639.516,87(seiscentos e trinta e nove mil quinhentos e dezesseis reais e oitenta e sete centavos)**referente à diferença apurada entre os valores pagos e os valores devidos à**CONTRATADA**com relação aos boletins de medição**n°04 ao 37 ref. Bacia Feijão Cru**e boletins de medição**n° 18 ao 45ref. Bacia Jacareacanga,**conforme parecer n° 01/2026 da Controladoria Municipal e memória de cálculo anexa ao memorando n°22/2026;
Data de assinatura:23/02/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz - Prefeito de Leopoldina/MG.
Wesley Bambirra Rodrigues

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:61FCEE45

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
PREFEITURA DE LEOPOLDINA EXTRATOS DE RESCISÃO DE CONTRATOS DE SERVIDORES- FEVEREIRO/2026

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Simone Cordeiro de Oliveira – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Ag. Ser. Aux. (Aux. Serv) Educ. Temp
Data da rescisão: 01/02/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Adalberto Pinheiro Guedes – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Tec. Nível Sup. (Fisioter) Temp
Data da rescisão: 02/02/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Marise Ramos Cunha Bonin / Elisama Eli Carvalho Dos Santos / Sandra Maria De Souza Batista / Gleicylene Dos Santos Amador / Thamires Santana Ferreira / Debora Da Silva Pereira – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Auxiliar De Secretaria (Temp)
Data da rescisão: 02/02/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Amanda Netto Oliveira Gomes / Felipe de Andrade Vieira – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Oficial Ser. Adm. Temporário
Data da rescisão: 02/02/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Laura Almeida Ferreira– contratado (a).
Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Tec. Nível Sup (Psicólogo) - Temp
Data da rescisão: 03/02/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Joelma Silva Miranda – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Prof Educ Básica II - Tempor
Data da rescisão: 03/02/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Andreia Luiza Pina Carpinetti – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Tec. Nível Sup (Ass. Social) Temp
Data da rescisão: 03/02/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Beatris Lima Carpinetti Santos – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Tec. Nível Sup (Psicólogo) - Temp
Data da rescisão: 04/02/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Rosemere Silva Rosa / Ana Claudia Meira Ferreira / Dayane de Souza Oliveira Araújo – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Ag. Ser. Aux. (Aux. Serv) Educ. Temp
Data da rescisão: 09/02/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Roberta Lins Gois – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Prof Educ Básica III (Temp)
Data da rescisão: 10/02/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Deidiane Rodrigues Brito Gregorio / Gabriel Bustamante Fonseca Barbosa – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Auxiliar de Secretaria (Temp)
Data da rescisão: 12/02/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Claudinei de Oliveira Silva / Jeneffer Maciel Pereira / Magda Flaviana Rodrigues / Marcela De Aguiar Silva Rodrigues – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Ag. Ser. Aux. (Aux. Serv) Educ. Temp
Data da rescisão: 16/02/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Rosane Aparecida Bartoli Bronzatto Da Cruz – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Auxiliar de Secretaria (Temp)
Data da rescisão: 16/02/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Italo dos Santos Rodrigues e Silva / Livia Lacerda Costa Fontes – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Oficial Ser. Adm. Temporario
Data da rescisão: 18/02/2026_____

Publicado por:
Layla Ribeiro Avila
Código Identificador:A6A8CF4A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LUZ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 3984, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026

DECRETO N.º 3984, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026

AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO, PROPRIEDADE DE PATRÍCIA MORAIS MACIEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Considerando o que dispõe a Lei Complementar N.º 39/2014, Plano Diretor;
Considerando o que dispõe o Provimento Conjunto N.º 93/2020, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;
Considerando a íntegra do Processo Administrativo N.º 56.028/2026 em especial os pareceres técnicos ali lançados;

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUZ, no uso de suas atribuições, especialmente a prevista no Art. 162, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º. De acordo com o conteúdo do Processo Administrativo N.º 56.028, de 18 de fevereiro de 2026, o imóvel urbano de Matrícula N.º 15.257, Livro N.º 2-BI, Folhas 201, Ano 2011, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Luz, Estado de Minas Gerais, propriedade de **PATRÍCIA MORAES MACIEL,** inscrito no CPF 059.612.926-22, fica assim desmembrado:
I - LOTE N.º 05-A: área total de 180,00m² (cento e oitenta metros quadrados), com **FRENTE** para Rua Matutina, por uma extensão de 15,00m (quinze metros); pelo **LADO DIREITO** confronta com Jonnathan Ferreira Freitas, por uma extensão de 12,00m (doze metros); pelo **LADO ESQUERDO** confronta com Patricia Morais Maciel, por uma extensão de 12,00m (doze metros), e **FUNDO** confronta com Willian Geraldo da Silva Chaves, por uma extensão de 15,00m (quinze metros);
II - LOTE N.º 05-B: área total de 180,00m² (cento e oitenta metros quadrados), com **FRENTE** para a Rua Abaeté, por uma extensão de 12,00m (doze metros); pelo **LADO DIREITO** confronta com a Rua Matutina, por uma extensão de 15,00m (quinze metros); pelo **LADO ESQUERDO** confronta com Willian Geraldo da Silva Chaves, por uma extensão de 15,00m (quinze metros) e **FUNDO** confronta com o Patricia Morais Maciel, por uma extensão de 12,00m (doze metros);

Art. 2º.A demarcação dos lotes será feita pelo proprietário do imóvel requerente do desmembramento.

Art. 3º.O proprietário do imóvel desmembrado terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação deste Decreto, para submeter o desmembramento ao registro imobiliário, sob pena de caducidade de sua aprovação, conforme dispõe o Art. 18 da Lei Federal N.º 6.766/79.

§ 1º. O proprietário, obrigatoriamente, deverá apresentar ao Serviço de Cadastro e Tributação, da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, certidão expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Luz, Estado de Minas Gerais, que comprove o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.
§ 2º. O prazo para cumprimento do disposto no parágrafo anterior é de cinco dias corridos, depois de expirada a vigência deste Decreto, sob pena de ser considerada sem efeito a aprovação do desmembramento.
§ 3º. A certidão de que trata o parágrafo primeiro deste artigo deverá ser juntada ao Processo Administrativo N.º 56.028/2026 de 18 de fevereiro de 2026.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e terá validade de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Luz, 26 de fevereiro de 2026.

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:61DFFC52

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO S/N. º, 27 DE FEVEREIRO DE 2026 - ELISA CRISTINA SILVA

DECRETO S/N. º, 27 DE FEVEREIRO DE 2026

EXONERA ELISA CRISTINA SILVA DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE SERVIÇO, DO QUADRO DOS PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE LUZ, ESTADO DE MINAS GERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Luz, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem o Artigo 162, incisos I e IX, c/c Artigo 189, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município de Luz;

D E C R E T A :

Art. 1º. Fica exonerada, do Cargo em Comissão de Chefe de Serviço, do Quadro de Profissionais da Administração do Município de Luz/MG, **ELISA CRISTINA SILVA,** inscrita no CPF sob o nº. 860.XXX.XXX-87, a partir de 01 de março de 2026.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2026.

Luz, 27 de fevereiro de 2026.

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:AD77A21C

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR N.º 209, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

LEI COMPLEMENTAR N.º 209, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 034/2013 QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO

MUNICÍPIO DE LUZ-MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal de Luz aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O inciso II do artigo 124 da Lei Complementar nº 34, de 13 de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 124. (...)
I - (...)
II - a de um cargo de professor com outro de qualquer natureza; (NR)
III - (...)
(...)"
Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Luz, 27 de fevereiro de 2026

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:7AAD08AB

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3.129, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

LEI Nº 3.129, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO LUZENSE MÃOS A OBRA

A Câmara Municipal de Luz, Estado de Minas Gerais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública municipal a pessoa jurídica de direito privado Associação Luzense Mãos a Obra, entidade civil sem fins lucrativos, com sede na Rua Claudomiro Costa Pinto, nº 409, centro, na cidade de Luz/MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 63.667.873/0001-72 e com ato constitutivo protocolizado sob o nº 6341 / Registro 124, Livro A7, folha 70/74, data 05/03/2025, no Registro Civil das Pessoas Naturais e Jurídicas da Comarca de Luz.
Parágrafo único - A entidade descrita no caput é uma associação civil composta de um número ilimitado de sócios, tendo por finalidade promover o direito constitucional à habitação para atender famílias de baixa renda, auxiliando-as a adquirir ou construir sua casa própria, quando não possuírem, ou auxiliando-as a reforma-las, quando se encontrarem em situações precárias, tais como em risco de ruína, em áreas de risco, em favelas, em habitações coletivas e em outros casos.

Art. 2º. Como requisitos indispensáveis à outorga da presente declaração de utilidade pública, a entidade beneficiária comprova o seguinte, de acordo com seu Estatuto Social registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e na Receita Federal do Brasil:
I - que não tem fins lucrativos;
II - que tem personalidade jurídica;
III - que está em efetivo funcionamento e serve desinteressadamente à coletividade;
IV - que não são remunerados, por qualquer forma, os cargos de sua diretoria e que não distribui vantagens pecuniárias a dirigentes ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 3º. Esta declaração de utilidade pública só poderá ser revogada por lei, quando a entidade beneficiária:
I - deixar de cumprir as finalidades para as quais foi constituída;
II - deixar de preencher quaisquer requisitos mencionados no art. 2º desta lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Luz, 13 de fevereiro de 2026.

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:71E8385C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA Nª 023, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA Nª 023, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA

Considerando a previsão do parágrafo 1º do artigo 148 e dos artigos 149, 151 e 155 todos da Lei Complementar Municipal nº 034/2013 de 31 de julho de 2013 – Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Geral deste Município de Luz/MG;
Considerando a regulamentação do artigo 1º do Decreto Municipal nº 3752 de 13/02/2025;
Considerando o ofício nº 322/2025 da secretaria de obras públicas e serviços urbanos, datado de 14 de novembro de 2025;
O presidente da Comissão Permanente de Sindicância designada pelo Decreto Municipal nº 3753 de 13/02/2025, editado pelo Exmo. Sr. Prefeito de Luz;

RESOLVE:

Art. 1º- Considerando os fatos narrados no Ofício nº 322/2025 pelos Srs. Roberto Luiz Basílio Pereira, secretário municipal de obras públicas e transportes urbanos e Heuberth Frederico Ferreira Pacheco, assessor especial do setor de transportes, e encaminhado pela Secretaria Municipal de Administração em desfavor de José Maurício dos Santos, ocupante do cargo de Assistente de serviços Urbanos I – Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras Públicas e Transportes, os quais apontam para supostas irregularidades que, em tese, podem configurar violação ao dever previsto no art. 122, inciso VI da Lei Complementar Municipal nº 034/2013 de 31 de julho de 2013 - Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Geral deste Município de Luz/MG, concluir pela aceitação da denúncia.
Art. 2° - Instaura-se o Procedimento Administrativo de Sindicância, para apuração dos fatos, os quais se referem em tese, a irregularidades na conduta do servidor público deste Município de Luz/MG, José Maurício dos Santos**,** matrícula nº 7872**.**
Art. 3º - A Comissão terá prazo de 90 (noventa) dias para concluir esta Sindicância, observando e aplicando normas e regulamentos pertinentes, podendo este prazo ser prorrogado.
Art. 4º - Será dada ciência ao servidor conforme a regulamentação prevista no Decreto 3752 de 13/02/2025.
Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luz, 27 de fevereiro de 2026.

JULIANO DE JESUS FERREIRA
TSS - Enfermeiro–Matr. 3073
Presidente

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:227B3E4C

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO- SAAE
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 06/2023 ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E IVA DA SILVA MEIRELES

PROCESSO LICITATÓRIO 004/2023

O ***SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE LUZ***, autarquia municipal inscrita no CNPJ sob o nº 12.989.105/0001-02, com sede administrativa na Avenida Laerton Paulinelli, nº 153, bairro Monsenhor Parreiras, Luz/MG, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente Luis Augusto Mendes Carvalho, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, ***IVA DA SILVA MEIRELES***, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 49.286.036/0001-72, com endereço na Avenida Prefeito José Barbosa Leão, nº. 341, centro, na cidade de Córrego Dantas/MG, CEP 38.990-000 doravante designada CONTRATADO,

CONSIDERANDO a vigência do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 006/2023, cujo objeto : Estar devidamente inscrito no Conselho CREA; Estar devidamente cadastrado no IBAMA e possuir CTF/AIDA; Elaborar, aprovar e fiscalizar como responsável técnico os estudos e projetos de obras civis e sanitárias de interesse do SAAE, fazendo registros nos órgãos competentes e recolhimento de taxas incidentes sobre estes; Prestação de assistência técnica referente aos serviços de água e esgoto; Emitir laudos e pareceres técnicos; Elaborar estudos de viabilidade econômicos e técnicos; Emitir relatórios, pareceres, atestados, declarações sobre o andamento da obra, bem como de procedimentos adotados pelo SAAE; **Na área de Engenharia Ambiental:** o acompanhamento das licenças ambientais em vigência e renovação da mesma, além da realização de novas licenças. O acompanhamento mensal para elaboração de certificados mensais de destinação dos resíduos junto ao MTR. **Na área de Engenharia Civil:** as demandas são em projetos, planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e responsabilidade técnica junto ao CREA. Assessorar a direção e divisões nas decisões a serem tomadas no que se relaciona a execução de projetos e obras; Proceder ao levantamento de dados para a elaboração de estudos e projetos; Efetuar cálculos para a elaboração de orçamentos bem como a estipulação de prazos de execução, mão de obra e materiais necessários para realização da obra; Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução dos projetos e obras determinando padrões de execução dos mesmos; Supervisionar, planejar e coordenar a construção, reformas ou ampliação de prédios necessários as atividades dos serviços; Fiscalizar a execução das obras conforme projeto; Atuar como responsável técnico pela fiscalização das obras, emitindo a devida ART, junto ao CREA/MG;

CONSIDERANDO a expiração do prazo de execução contratual previsto no Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2023 é em 28/02/2026;

CONSIDERANDO que o Contratante e a Contratada, na condição de sujeitos de direitos e obrigações, contrataram prazo para a execução dos serviços, os quais não podem sofrer solução de continuidade, além do que, é de interesse público a sua execução para atender às normas de contabilidade pública;

CONSIDERANDO que a prorrogação contratual mostra-se vantajosa para a autarquia municipal, tendo em vista a manutenção do preço ajustado, o qual sofre reajuste apenas com base em índice inflacionário, restando mantida a prestação dos serviços em pleno atendimento às demandas previstas no edital;

CONSIDERANDO a permissibilidade de prorrogação do contrato, conforme disposto no art. 105, da Lei nº 14.133/2021.

CONSIDERANDO como base o índice INPC para reajuste anual;

CONSIDERANDO a permissibilidade de se proceder à alteração contratual de modo a manter o equilíbrio econômico-financeiro, como preceitua a Lei nº 14.133/21, em seu art. 124, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, o TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2023, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da Cláusula Segunda e da Cláusula Quarta do Contrato nº 06/2023, concernente ao valor e ao prazo inicialmente ajustados no referido instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO
2.1. O valor mensal dos serviços prestados descrito na Cláusula Primeira, do Contrato nº 006/2023, passa a ser R$ 3.383,98 (três mil, trezentos e oitenta três reais e noventa oito centavos), aplicando-se o índice de inflação de 4,30% dos últimos 12 meses, medido pelo INPC, como fator de reajustamento.
2.2. O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato nº 006/2023 fica prorrogado por mais 12 meses, compreendendo o período de 28 de fevereiro de 2026 até 27 de fevereiro de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO
O presente Termo Aditivo será publicado no Diário Eletrônico dos Municípios, instituído e mantido pela Associação Mineira de Municípios-AMM.

CLÁUSULA QUARTA: DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento original.

Foi o presente Termo Aditivo de Contrato, lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Luz/MG, 27 de fevereiro de 2026

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE LUZ
Contratante

IVA DA SILVA MEIRELES
CNPJ 49.286.036/0001-72
Contratada

Testemunhas:

1 - _____
Nome:
CPF:

2 - _____
Nome:
CPF:

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:F59DD287

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MAR DE ESPANHA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA 001/2026 PROCESSO Nº 035/2026 DISPENSA Nº 007/2026

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA 001/2026
PROCESSO Nº 035/2026
DISPENSA Nº 007/2026

O **Município de Mar de Espanha** torna público que fará realizar CHAMADA PÚBLICA, no âmbito da Dispensa de Licitação nº 007/2026, destinada ao **credenciamento de grupos formais, grupos informais de agricultores familiares e empreendedores familiares rurais ou fornecedores individuais da agricultura familiar**, interessados em fornecer gêneros alimentícios do tipo hortifrutigranjeiros, destinados ao atendimento da clientela beneficiária do Programa "Cesta Cheia, Família Feliz", instituído pela Lei Municipal nº 1.405/2014, alterada pelas Leis Municipais nº 1.503/2017, nº 1.550/2018 e nº 1.579/2019, para atendimento às famílias regularmente cadastradas no programa.
O procedimento será realizado em conformidade com:
Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;

Lei Municipal nº 1.405/2014, alterada pelas Leis Municipais nº 1.503/2017, nº 1.550/2018 e nº 1.579/2019, que institui o Programa "Cesta Cheia, Família Feliz"; e demais normas aplicáveis à espécie.
Data e local para entrega dos envelopes: **Dia 24 de março de 2026, às 10:00** horas, na sede da Prefeitura Municipal de Mar de Espanha, situada na Praça Barão de Ayuruoca, nº 53 – Centro.
O Edital completo, em forma impressa, poderá ser retirado no Departamento de Licitações, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, nos dias úteis, ou poderá ser visualizado na íntegra no site: www.mardeespanha.mg.gov.br, ou ainda fornecido mediante solicitação formal pelo e-mail: licitacao@mardeespanha.mg.gov.br.
Maiores informações nos endereços acima ou pelo telefone: (32) 3276-1225.

Mar de Espanha, 26 de fevereiro de 2026.

JOICE POZENATO SOARES
Diretora de Licitações e Contratos

Publicado por:
Joice Pozenato Soares
Código Identificador:05FD6CAC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MATUTINA

CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS
EXTRATO DO CONTRATO 010/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUTINA/MG, torna público extrato do Contrato 010/2026 - **PROCESSO ADMINISTRATIVO 04/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 02/2026. Objeto: aquisição de dietas enterais e suplementos alimentares para atender a pacientes deste Município de Matutina/MG.**Contratado: **CIRURGICA ALIANÇA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrição no CNPJ 08.088.996/0001-40, com sede na Av. Raulino Cotta Pacheco nº385, Bairro Osvaldo Rezende na cidade de Uberlândia/MG CEP 38.400-370. Valor:**R$33.026,40 (trinta e três mil e vinbte e seis reais e quarenta centavos).** Prazo: 25.02.2026 a 25.02.2027.

Publicado por:
Edilma Almeida Martins
Código Identificador:37397081

CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS
EXTRATO DO CONTRATO 011/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUTINA/MG, torna público extrato do Contrato 011/2026 - **PROCESSO ADMINISTRATIVO 04/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 02/2026. Objeto: aquisição de dietas enterais e suplementos alimentares para atender a pacientes deste Município de Matutina/MG.**Contratado: **MATHEUS COMERCIO ATACADISTA LTDA**, inscrição no CNPJ 45.053.942/000176, com sede na Rua Adélio Pinto da Silva, nº 334 Bairro Novo Horizonte, na cidade de Patos de Minas/MG CEP 38.703-578.. Valor:**R$3.730,05 (três mil setecentos e trinta reais e cinco centavos).**Prazo: 25.02.2026 a 25.02.2027.

Publicado por:
Edilma Almeida Martins
Código Identificador:90B2DC37

CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS
EXTRATO DO CONTRATO 012/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUTINA/MG, torna público extrato do Contrato 012/2026 - **PROCESSO ADMINISTRATIVO 04/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 02/2026. Objeto: aquisição de dietas enterais e suplementos alimentares para atender a pacientes deste Município de Matutina/MG.**Contratado: **BATUTA DISTRIBUIDORA LTDA** , inscrição no CNPJ 06.310.390/0001-82,com sede na Rua Virgilio Borges, nº31 Centro na cidade de Patos de Minas/MG CEP 38.700-066. Valor:**R$9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).** Prazo: 25.02.2026 a 25.02.2027.

Publicado por:
Edilma Almeida Martins
Código Identificador:187BBEF1

CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS
EXTRATO DO III(TERCEIRO) TERMO ADITIVO DO CONTRATO 0113/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUTINA/MG, torna público Extrato do III(terceiro) Termo Aditivo do Contrato 0113/2024 - **Processo Administrativo Nº 018/2024 – Concorrência Nº 01/2024.**Contratado:**CONCRETIZA ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.757.764/0001-73, com sede na Rua Ataualpa Dias Maciel, n.º 556 Bairro Rosário, cidade de Patos de Minas, CEP 38.701-000, alterações da Segunda - item 2.2 – do Prazo. O prazo para prestação do serviço fica prorrogado até 28 de agosto de 2026.

Publicado por:
Edilma Almeida Martins
Código Identificador:3160F90F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MINAS NOVAS

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO PAL 23-2026

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO DE CONTRATO N°0065/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 0023/2026, CONCORRÊNCIA Nº 0002/2026. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANITL – CEMEI, NA CIDADE DE MINAS NOVAS-MG. CONTRATADA(O): SANTA ROSA OBRAS LTDA - CNPJ:59292371000137. VALOR: R$167.891,93. DATA DE ASSINATURA: 27/02/2026. VIGÊNCIA: 27/02/2026 À 27/02/2027.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Sônia Aparecida Oliveira Ferreira
Código Identificador:F778E36E

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PAL 143/2023

EXTRATO DE TERMO ADTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04. CONTRATO Nº 259/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 143/2023, PREGÃO PRESENCIAL Nº 093/2023. OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE TERMO É A SUPLEMENTAÇÃO DO QUANTITATIVO INICIAL DO REFERIDO CONTRATO, NO PERCENTUAL DE 25% PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO PARA ATENDER A DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, ESPECIALMENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONTRATADO(S): **CLAUDIONOR AMARAL FILHO - ME** CNPJ Nº 08.469.570/0001-37. VALOR TERMO ADITIVO: R$ 32.896,72. FUNDAMENTAÇÃO: ADITIVO EM CONFORMIDADE COM CLÁUSULA QUARTA DO REFERIDO CONTRATO E DA LEI FEDERAL Nº **8.666/1993** E ATUALIZAÇÕES. DATA ASSINATURA: 27/02/2026 TERMO ADITIVO: 27/02/2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carlos Fabiano Correia Dos Santos
Código Identificador:F8F4B6B8

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PAL144/2023

EXTRATO DE TERMO ADITiVO
PREFEITURA DE MINAS NOVAS. EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02. PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 144/2023, PREGÃO PRESENCIAL Nº 091/2023. CONTRATO Nº 152/2023. OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA GEOGRÁFICA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO E URBANISMO, CONTADOS A PARTIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE AO VENCIMENTO DA MESMA. FORNECEDOR: CONSTRUINOVA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ Nº 30.326.225/0001-01. TERMO ADITIVO ASSINADO: 20/02/2026. VIGÊNCIA: 08/03/2026 A 08/07/202.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carlos Fabiano Correia Dos Santos
Código Identificador:AA1FD092

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MIRABELA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG – Concorrência Eletrônica nº 002/2026, a realizar-se dia 18/03/2026 às 8:30hrs. Objeto:**Contratação de empresa especializada de engenharia para execução de serviços de tapa buraco, recapeamento e execução faixais elevadas de travessia de pedestres, quebra-molas, sinalização viária (horizontal e vertical), conforme projetos e demais documentos técnicos em anexo.** Edital disponível no site institucional do município e no Portal de Compras Públicas -

FERNANDA CRISTINA VIEIRA E SILVA RODRIGUES –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:8590E90A

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG– 3º Termo aditivo ao contrato nº **014/2025**. Partes: Município de Mirabela/MG e a Empresa **NOVAIS INCORPORACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrito no CNPJ sob nº 58.093.223/0001-20. Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO UBS PADRÃO ALVENARIA - TIPO I, PROJETADAS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES ASSISTENCIAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS), CONFORME PROJETOS, PLANILHA, MEMORIAL DESCRITIVO, MEMÓRIA DE CÁLCULO, DETALHAMENTO DO BDI, CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO E PROJETO BÁSICO.** Iniciando tal prorrogação em **23 de fevereiro de 2026 pelo período de 03 (três) meses (até 22/05/2026).**

FERNANDA CRISTINA VIEIRA E SILVA RODRIGUES –
Agente de Contratação

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:05508E79

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG– 1º Termo aditivo ao contrato nº **241/2025**. Partes: Município de Mirabela/MG e a empresa **CONSTRUTORA NOVAIS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 86.496.478/0001-70. Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE), NA CONTINUAÇÃO DA AVENIDA RODRIGUES RABELO, DESTE MUNICÍPIO MIRABELA/MG.** Iniciando tal prorrogação em **16 de fevereiro de 2026 pelo período de 03 (três) meses (até 15/05/2026).**

FERNANDA CRISTINA VIEIRA E SILVA RODRIGUES –
Agente de Contratação

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:89549AF9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MIRADOURO

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRAOURO
PORTARIA Nº. 013/2026

"Dispõe sobre nomeação e exoneração de servidor para cargo de provimento em comissão e dá outras providências ".

O Presidente da Câmara Municipal de Miradouro/MG, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO a observância do art 38, XXVII do Regimento Interno da Câmara Municipal de Miradouro/MG;

CONSIDERANDO a edição da Lei Complementar nº 39, de 26 de fevereiro de 2026 que altera a Lei Complementar nº 14, de 28 de junho de 2022 - "Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Miradouro-MG, define o número de cargos, estimula sua formação profissional e sua contribuição ao processo de trabalho com previsão de progressão na carreira, estabelece normas gerais de enquadramento, institui nova tabela de vencimentos e dá outras providências".

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **CIBELE INÁCIO PIMENTEL**, CPF 139.578.956-85, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Administração, Tesouraria e Pessoal, constante do Anexo I, Grupo de Direção Superior – GDS, CC 02, a partir de 02/03/2026.

Art. 2º Nomear **CIBELE INÁCIO PIMENTEL**, CPF 139.578.956-85, para o cargo provimento em comissão de Assessor Legislativo, constante do Anexo I, 03 – Grupo de Assessoria – GAS, CC 02, a partir de 02/03/2026.

Art. 3º O setor de Recursos Humanos tomará as providências necessárias ao cumprimento da presente portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Miradouro, 27 de fevereiro de 2026.

EDNILSON PAULINO RIBAS
Presidente da Câmara Municipal de Miradouro

Publicado por:
Ana Paula Lacerda Tostes
Código Identificador:1380871E

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRAOURO
PORTARIA Nº. 014/2026

"Dispõe sobre nomeação e exoneração de servidor para cargo de provimento em comissão e dá outras providências ".

O Presidente da Câmara Municipal de Miradouro/MG, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO a observância do art 38, XXVII do Regimento Interno da Câmara Municipal de Miradouro/MG;

CONSIDERANDO a edição da Lei Complementar nº 39, de 26 de fevereiro de 2026 que altera a Lei Complementar nº 14, de 28 de junho de 2022 - "Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Miradouro-MG, define o número de cargos, estimula sua formação profissional e sua contribuição ao processo de trabalho com previsão de progressão na carreira, estabelece normas gerais de enquadramento, institui nova tabela de vencimentos e dá outras providências".

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **JAIDER JOSÉ DE SOUZA NAPOLEÃO**, CPF 137.369.986-86, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Administração, Tesouraria e Pessoal, constante do Anexo I, Grupo de Direção Superior – GDS, CC 02, a partir de 02/03/2026.

Art. 2º Nomear **JAIDER JOSÉ DE SOUZA NAPOLEÃO**, CPF 137.369.986-86, para o cargo provimento em comissão de Chefe Departamento – Comunicação e Ouvidoria, constante do Anexo I, 02 – Grupo de Direção Nível Médio – GDM, CC 03, a partir de 02/03/2026.

Art. 3º O setor de Recursos Humanos tomará as providências necessárias ao cumprimento da presente portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Miradouro, 27 de fevereiro de 2026.

EDNILSON PAULINO RIBAS
Presidente da Câmara Municipal de Miradouro

Publicado por:
Ana Paula Lacerda Tostes
Código Identificador:2C51FC38

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRAOURO
PORTARIA Nº. 015/2026

"Dispõe sobre nomeação e exoneração de servidor para cargo de provimento em comissão e dá outras providências ".

O Presidente da Câmara Municipal de Miradouro/MG, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO a observância do art 38, XXVII do Regimento Interno da Câmara Municipal de Miradouro/MG;

CONSIDERANDO a edição da Lei Complementar nº 39, de 26 de fevereiro de 2026 que altera a Lei Complementar nº 14, de 28 de junho de 2022 - "Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Miradouro-MG, define o número de cargos, estimula sua formação profissional e sua contribuição ao processo de trabalho com previsão de progressão na carreira, estabelece normas gerais de enquadramento, institui nova tabela de vencimentos e dá outras providências".

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **RITA DE CÁSSIA CRUZ**, CPF 050.305.326-09, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Administração, Tesouraria e Pessoal, constante do Anexo I, Grupo de Direção Superior – GDS, CC 02, a partir de 02/03/2026.

Art. 2º Nomear **RITA DE CÁSSIA CRUZ**, CPF 050.305.326-09, para o cargo provimento em comissão de Chefe Departamento – Limpeza, Copa e Zeladoria, constante do Anexo I, 02 – Grupo de Direção Nível Médio – GDM, CC 02, a partir de 02/03/2026.

Art. 3º O setor de Recursos Humanos tomará as providências necessárias ao cumprimento da presente portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Miradouro, 27 de fevereiro de 2026.

EDNILSON PAULINO RIBAS
Presidente da Câmara Municipal de Miradouro

Publicado por:
Ana Paula Lacerda Tostes
Código Identificador:9D29759F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE REEQUILIBRIO ECONOMICO FICANCEIRO REFERENTE À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 150/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N.º 110/2025- Pregão Eletrônico N.º 050/2025- EMPRESA: **CREATIVE COMERCIO VAREJISTA LTDA**. VALOR: R$ 16.508,64 (dezesseis mil, quinhentos e oito mil, sessenta e quatro centavos). Objeto: Registro de Preço para eventual contratação de empresa para Aquisição de Leites para Dietas Restritivas 2025. Vigência: 22/12/2025 a 22/12/2026

Publicado por:
Alessandra Romualdo Mendes
Código Identificador:49E14532

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO 004/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N.º 110/2025. EMPRESA: **SILVEIRA CONSTRUÇÕES LTDA -** Credenciamento para Contratação de Empresa para prestação de serviço de Calceteiro, Pedreiro e Servente. Vigência: 25/02/2026 a 26/02/2027.

Publicado por:
Alessandra Romualdo Mendes
Código Identificador:086786B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO 005/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N.º 023/2026. Inexigibilidade N.º 007/2026. EMPRESA: **MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA** - Credenciamento para Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Pintura em Geral para atendimento as demandas Municipais. Período. Vigência: 2702/2026 a 27/02/2027.

Publicado por:
Alessandra Romualdo Mendes
Código Identificador:5C536B33

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MOEMA

LICITAÇÕES
EXTRATO DA DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 01/2026

A Prefeitura Municipal de Moema/MG, torna público o procedimento de contratação, através do PRC nº 61/2026, Dispensa por Justificativa nº 01/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 75, inciso VIII, objetivando à aquisição de alimento nutricional denominado Ketocal 300g, para atender a determinação judicial proferida nos autos do processo nº 5000901-07.2026.8.13.0074, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Moema/MG, a ser firmada com a empresa Leone Comércio e Distribuição de Produtos Nutricionais Ltda, CNPJ nº 28.738.688/0001-20, no valor total de R$53.617,20 (cinquenta e três mil, seiscentos e dezessete reais e vinte centavos), pelo período de 12 (doze) meses. Data de assinatura 27/02/2026. Documento completo no site oficial www.moema.mg.gov.br, Aba licitações. Moema/MG 27/02/2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA **–**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Artur Alves Pereira
Código Identificador:CF6BD988

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2025

A Prefeitura Municipal de Moema/MG, torna público o cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 032/2025, firmada entre o Município de Moema e Dinâmica Equipamentos de Segurança Ltda, CNPJ nº 61.193.714/0001-58. Objeto: rescisão total da Ata de Registro de Preços a partir de 20/02/2026. Data de assinatura 20/02/2026. Documento completo no site oficial www.moema.mg.gov.br, Aba licitações. Moema/MG. 20/02/2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA **–**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Artur Alves Pereira
Código Identificador:BBDBA50C

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2025

A Prefeitura Municipal de Moema/MG, torna público o cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 050/2025, firmada entre o Município de Moema e Ricart Jonas Ferreira Ltda, CNPJ nº 00.838.977/0001-82. Objeto: rescisão total da Ata de Registro de Preços a partir de 20/02/2026. Data de assinatura 25/02/2026. Documento completo no site oficial www.moema.mg.gov.br, Aba licitações. Moema/MG. 27/02/2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA **–**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Artur Alves Pereira
Código Identificador:A4BC5ED3

LICITAÇÕES
EXTRATO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2025

A Prefeitura Municipal de Moema/MG, torna público o Edital do Pregão Presencial nº 005/2026, PRC nº 062/2026, cujo objeto é a registro de preço para futura e eventual aquisição de produtos alimentícios, limpeza e de higiene, para composição de cestas básicas, a serem fornecidas para famílias de baixa renda, que se encontram em situação de vulnerabilidade social temporária, nos termos da Lei 8.742/1993, Lei Orgânica de Assistência Social, conforme especificação da Secretaria Municipal de Assistência Social, do Município de Moema/MG, nos exatos termos do Edital e seus anexos. Data de abertura: 16/03/2026, 13:00 horas. Valor estimado de R$127.800,00 (cento e vinte e sete mil e oitocentos reais). Data de assinatura: 27/02/2026. Documento completo no site oficial www.moema.mg.gov.br, Aba licitações. Moema/MG 27/02/2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA **–**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Artur Alves Pereira
Código Identificador:5AD8827B

LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 034/2021

A Prefeitura Municipal de Moema/MG, torna público o extrato do sexto termo aditivo do Contrato nº 034/2021, firmado entre o Município de Moema e Integração de Resíduos Parque de Transformação Ambiental Ltda, CNPJ sob o nº 36.310.486/0001-01. Objeto: prorrogação de prazo até 28/08/2026, renovação do valor total do contrato em R$239.129,28 (duzentos e trinta e nove mil, cento e vinte e nove reais e vinte e oito centavos). Data de assinatura 24/02/2026. Documento completo no site oficial www.moema.mg.gov.br, Aba licitações. Moema/MG 27/02/2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA **–**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Artur Alves Pereira
Código Identificador:D6DAD554

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MONTE CARMELO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO.

v**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG.**
EXTRATO DE TERMO ADITIVO.

Credenciamento 06/2023. 34° T.A ao Contrato n° 134/2023: **Contratada:** Clínica de Imagens de Monte Carmelo Ltda- EPP, CNPJ: 00.265.870/0001-92. **Contratante:** Município de Monte Carmelo MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Objeto:** Refere-se à Processo de Seleção e Credenciamento de Empresas Especializadas, para Prestação de Serviços de Exames de Ressonância Magnética e Tomografia Computadorizada, com Base na Tabela de Preços do SUS, solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, para Atender as Necessidades do Município de Monte Carmelo - MG. **Cláusula 1ª**: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a revisão do valor anual contratual para acrescer o repasse de complementação devida pela União, alusiva ao piso salarial nacional da enfermagem, no montante de R$ 1.956,96. O valor é referente ao mês de janeiro do ano de 2026. **Cláusula 2°:** O presente termo aditivo fundamenta-se na Lei Municipal n° 1989, de 12 de setembro de 2023. Data: 13/02/2026.

ANA PAULA PEREIRA **–**
Secretária Municipal de Fazenda.

Publicado por:
Denner Cândido Lima
Código Identificador:5737A5F1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG.
EXTRATO DE TERMO ADITIVO.
Credenciamento 09/2022. 35º T.A ao Contrato n° 143/2022: **Contratada:** Laboratório Sanchez Eireli, CNPJ: 07.181.682/0001-25. **Contratante:** Município de Monte Carmelo MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Objeto:** Refere-se à Processo de Seleção e Credenciamento para a contratação de Empresas (Laboratórios) com sede no Município de Monte Carmelo, para a Prestação de Serviços e Realização de Exames Diversos, para atender as Necessidades da

Secretaria Municipal de Saúde de Monte Carmelo. **Cláusula 1ª**: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a revisão do valor anual contratual para acrescer o repasse de complementação devida pela União, alusiva ao piso salarial nacional da enfermagem, no montante de R$ 6.816,00. O valor é referente ao mês de janeiro do ano de 2026. **Cláusula 2°:** O presente termo aditivo fundamenta-se na Lei Municipal n° 1989, de 12 de setembro de 2023. Data: 13/02/2026.

ANA PAULA PEREIRA –
Secretária Municipal de Fazenda.

Publicado por:
Denner Cândido Lima
Código Identificador:D13DC078

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG.
EXTRATO DE TERMO ADITIVO.
Credenciamento 11/2022. 39° T.A ao Contrato n° 203/2022: **Contratada:** Hospital Santa Terezinha Ltda - EPP, CNPJ: 22.605.232/0001-06. **Contratante:** Município de Monte Carmelo MG CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Objeto:** Refere-se ao processo de seleção e credenciamento, sob a forma de Chamamento Público, para a contratação de prestação de serviços, ações e atividades previstos na modalidade de atenção hospitalar, de forma complementar, em consonância com as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, nos termos do art. 199, §1º, da Constituição Federal de 1988, e art. 24, da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de minimizar o déficit de leitos existentes e diminuir a necessidade de encaminhamentos de pacientes para outros Municípios, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos deste Edital e seus Anexos. **Cláusula 1ª**: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a revisão do valor anual contratual para acrescer o repasse de complementação devida pela União, alusiva ao piso salarial nacional da enfermagem, no montante de R$ 55.999,78. O valor é referente ao mês de janeiro do ano de 2026. **Cláusula 2°:** O presente termo aditivo fundamenta-se na Lei Municipal n° 1989, de 12 de setembro de 2023. Data: 13/02/2026.

ANA PAULA PEREIRA –
Secretária Municipal de Fazenda.

Publicado por:
Denner Cândido Lima
Código Identificador:2C1B24F2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG.
EXTRATO DE TERMO ADITIVO.
Credenciamento 11/2022. 39° T.A ao Contrato n° 202/2022: **Contratada:** Hospital e Maternidade Virgílio Rosa Ltda – EPP, CNPJ: 25.984.469/0001-33. **Contratante:** Município de Monte Carmelo MG CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Objeto:** Refere-se ao processo de seleção e credenciamento, sob a forma de Chamamento Público, para a contratação de prestação de serviços, ações e atividades previstos na modalidade de atenção hospitalar, de forma complementar, em consonância com as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, nos termos do art. 199, §1º, da Constituição Federal de 1988, e art. 24, da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de minimizar o déficit de leitos existentes e diminuir a necessidade de encaminhamentos de pacientes para outros Municípios, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos deste Edital e seus Anexos. **Cláusula 1ª**: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a revisão do valor anual contratual para acrescer o repasse de complementação devida pela União, alusiva ao piso salarial nacional da enfermagem, no montante de R$ 24.248,00. O valor é referente ao mês de janeiro do ano de 2026. **Cláusula 2°:** O presente termo aditivo fundamenta-se na Lei Municipal n° 1989, de 12 de setembro de 2023. Data: 18/02/2026.

ANA PAULA PEREIRA –
Secretária Municipal de Fazenda.

Publicado por:
Denner Cândido Lima
Código Identificador:150CAF3E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MURIAÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ
PORTARIA Nº 26, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2027

Dispõe sobre a exoneração e nomeação para cargos em comissão no âmbito da Câmara Municipal de Muriaé, promove alteração na estrutura de gabinete parlamentar e dá outras providências.

A **Excelentíssima Senhora Vereadora IVONETE LACERDA ASSIS**, Presidente da Câmara Municipal de Muriaé, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que a Administração Pública está submetida ao princípio da legalidade estrita, somente podendo agir nos limites expressamente autorizados pela lei, nos termos do art. 37, caput, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº **7.442/2025** disciplina a estrutura administrativa, os cargos em comissão, as funções de confiança e os respectivos vencimentos no âmbito do Poder Legislativo Municipal;

CONSIDERANDO o Requerimento de nº **11/2026,** Protocolo nº **589/2026**, apresentado pelo Exmo. Vereador **Elvandro Maciel da Silva**;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. **3º, inciso III, 44 e respectivos Anexos** da Lei Municipal nº **7.742, de 24 de setembro de 2025**;

CONSIDERANDO o disposto no art. **50, inciso I**, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Muriaé, instituído pela Resolução nº **357, de 11 de dezembro de 2012**;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Sra. **Caroline Franklin Gonçalves Guedes** do cargo em comissão de **Assessor Parlamentar**, com lotação no Gabinete do Vereador **Elvandro Maciel da Silva**, com efeitos a partir de 28 de fevereiro de 2026, nos termos do Requerimento de nº 11/2026 de Protocolo nº 589/**2026**,

Art. 2º Alterar o Índice Básico de Vencimento – VIB para **12 (doze)** do Assessor Parlamentar **Marco Rogério de Souza**, **mantida a lotação funcional no Gabinete do Vereador Elvandro Maciel da Silva**, nos termos do Requerimento de nº 11/2026, Protocolo nº **589/2026, com efeitos financeiros na folha de pagamento de março de 2026.**

Art. 3º Exonerar, nos termos da Lei Municipal nº 7.442/2025, dos cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, de recrutamento amplo, com efeitos a partir de **28 de fevereiro de 2026**:
I – **Fernanda Leal de Oliveira**, do cargo de **Assessor de Planejamento e Gestão – AGL IV**;
II – **Osni Raimundo da Silva Júnior**, do cargo de **Assessor Especial da Secretaria – AGL VI**.

Art. 4º Nomear, nos termos da Lei Municipal nº 7.442/2025, para os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, de recrutamento amplo, com efeitos a partir de **1º de março de 2026**:
I – **Osni Raimundo da Silva Júnior**, no cargo de **Assessor de Planejamento e Gestão – AGL IV**;
II – **Fernanda Leal de Oliveira**, no cargo de **Assessor Especial da Secretaria – AGL VI**.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Muriaé, Minas Gerais, em 27 de fevereiro de 2026.

IVONETE LACERDA ASSIS
Presidente da Câmara Municipal de Muriaé

Publicado por:
Alan Dala Paula Torres
Código Identificador:E514DDDF

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO N° 14.067, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

Fixa o valor da gratificação pecuniária de alimentação na forma que específica.

O Prefeito Municipal de Muriaé, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único, do artigo 90, da Lei n.º 3.824, de 1º de dezembro de 2009, que dispõe que a gratificação pecuniária de alimentação aos servidores públicos municipais ativos da Administração Direta e Indireta terá seu valor fixado anualmente pelo Chefe do Executivo Municipal em ato próprio, aplicando-se, no mínimo, o mesmo índice da revisão geral da remuneração dos servidores, vedada a sua supressão e a fixação de valores inferiores ao atualmente vigentes;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 7.560, de 11 de fevereiro de 2026, que estabeleceu em 3,9% (três vírgula nove por cento) o índice único de revisão geral anual da remuneração dos Agentes Políticos e dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Muriaé; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n.º 5.943, de 22 de janeiro de 2020, que discriminou, em anexo único, os servidores que fazem jus à gratificação pecuniária de alimentação.

DECRETA

Art. 1º Fica fixado em R$ 220,00 (duzentos e vinte reais), a partir de 1º de janeiro de 2026, o valor da gratificação pecuniária de alimentação para os servidores públicos discriminados no anexo único da Lei Complementar n.º 5.943, de 22 de janeiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2026.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Muriaé, 27 de fevereiro de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:889340D6

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.057, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026

Altera os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, nomeados pelo Decreto n.º 12.215, de 11 de setembro de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MURIAÉ, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 5.561/2017*;*

CONSIDERANDO a necessidade de alterar o Decreto n.º 12.215, de 11 de setembro de 2023, que nomeou os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, para a gestão 2023/2025, para realizar a nomeação de novos membros suplentes do CMAS, eleitos após regular processo eleitoral regido pelo Edital n.º 001/Comissão de Normas/CMAS/2026;

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Assistência Social para a gestão 2023/2025, sem ônus financeiro para a Administração Pública:

"*II – Representantes da Sociedade Civil:*

a) Usuário da Política de Assistência Social
Suplente: Victoria Izabelly Demarque Silva

b) Usuário da Política de Assistência Social
Suplente: Alcione Aparecida Rodrigues Alves

c) Usuário da Política de Assistência Social
Suplente: Braselina de Aquino Afonso

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 11 de fevereiro de 2026.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Muriaé, 24 de fevereiro de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:52F1F162

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.062, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026

Altera o Decreto nº 13.887/2025, que nomeou os membros do Conselho Municipal de Saneamento Urbano para o exercício 2025/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MURIAÉ, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 2.165/97, que cria o Departamento Municipal de Saneamento Urbano;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º da Lei nº 2.165/97, que define a composição do Conselho Municipal de Saneamento Urbano – COMSUR.

CONSIDERANDO a Lei nº 7.443/25, que alterou o artigo 5º da Lei nº 2.165/97, definindo a composição do Conselho Municipal de Saneamento Urbano – COMSUR e acrescentando novas representatividades ao referido Conselho.

CONSIDERANDO o Decreto nº 13.887, de 11 de novembro de 2025, que nomeou os membros do COMSUR para a gestão 2025/2026;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 14.045, de 19 de fevereiro de 2026, que promoveu alteração na Direção Geral do Departamento Municipal de Saneamento Urbano – DEMSUR;

CONSIDERANDO que o Diretor Geral do Departamento Municipal de Saneamento Urbano – DEMSUR é membro nato do COMSUR e ainda, a solicitação contida no Ofício nº 013/2026/DG - DEMSUR;

DECRETA

Art. 1º. Fica alterado o Artigo 1º do Decreto nº 13.887, de 11 de novembro de 2025, passando o Conselho Municipal de Saneamento Urbano (COMSUR) a constar com os seguintes representantes:

a) Poder Executivo:

- Letícia Carvalho Lima Leite

b) Diretor (a) Geral do DEMSUR – Membro Nato:
- Patríci de Paula Coelho Pedrosa

c) Sociedade Médica:
- José Carlos Alves Cerqueira

d) Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Muriaé:
- Marcelo de Lima Magalhães

e) Conselho Regional dos Contabilistas:
- Pedro Alves Vieira Junior

f) Sindicato dos Trabalhadores Bancários:
- Alex da Costa Medeiros

g) Sindicato dos Empregadores:
- Suely de Fátima Prado Vardiero

h) Associações de Moradores de Bairros:
- José Ângelo de Freitas

i) CODEMA – Conselho de Defesa do Meio Ambiente:
- Adenilson Mendes Chaves

j) Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo:
- Arlan Do Carmo Mendonça

k) Secretaria Municipal de Meio Ambiente:
- Douglas Barbosa Castro

l) Setor Técnico do DEMSUR:
- Fernanda Marchese de Almeida Barbosa

m) PROCON:
- Cristiano de Assis

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Muriaé, 25 de fevereiro de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:1DDB8C4F

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.063, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE MURIAÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais, com fundamento no dispositivo Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização contida na Lei/ Resolução nº 7.518, de 15 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02.006.0010.0302.0040.2520.3339039000000000000.16210000099	10.000.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		16210000099	10.000.000,00

Art. 3º - Este (a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Muriaé - Minas Gerais, 26 de fevereiro de 2026

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:ADDA3CDE

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.066, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

"Dispõe sobre a exoneração de servidores ocupantes de CargosComissionadosExecutivosda Secretaria Municipal de Saúde."

O Prefeito Municipal de Muriaé, Estado de Minas Gerais, Sr. Marcos Guarino de Oliveira, no uso de suas atribuições conferidas por lei;

CONSIDERANDO a necessidade de pessoal no âmbito nos órgãos da Administração Direta Municipal;

CONSIDERANDO a possibilidade de provimento de cargos em comissão, na forma do inciso II, do art. 37, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDOo disposto no inciso II, IV e V do art. 94 da Lei Orgânica do Município de Muriaé;

CONSIDERANDOo disposto na Lei Complementar n.º 7.158, de 04 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a instituição dos Cargos Comissionados Executivos (CCE) e as Funções Comissionadas Executivas (FCE);

CONSIDERANDOo disposto no Decreto nº 13.158, de 09 de janeiro de 2025, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados Executivos (CCE) e as Funções Comissionadas Executivas (FCE), da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO o Decreto nº 13.166, de 10 de janeiro de 2025, que versa sobre as nomeações no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde;

DECRETA

Art. 1º Ficam os servidores abaixo relacionados,exonerados do Cargo Comissionado Executivo, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde:

CARGO	**CÓDIGO DO CARGO**	**NOME**
ASSESSOR IV DA DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E FATURAMENTO	CCE 2.08.86	LÍVIA MARCHESE DE MELO
ASSESSOR II DO SETOR DE TRANSPORTE	CCE 2.06.53	VALDIVAN DA CUNHA COUTO CARVALHO

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/03/2026.

Muriaé, 27 de fevereiro de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:7FF3CFCD

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.068, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

"Destitui servidor do exercício de Função Comissionada Executiva (FCE)no âmbito da Secretaria Municipal de Administração,dentre outras providências"

O Prefeito Municipal de Muriaé, Estado de Minas Gerais, Sr.**MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a possibilidade de provimento de Cargos em Comissão, na forma do inciso II, do art. 37, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos II, IV e V do Art. 94, da Lei Orgânica do Município de Muriaé;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n.º 7.158, de 04 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a instituição dos Cargos Comissionados Executivos (CCE) e as Funções Comissionadas Executivas (FCE);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 13.179, de 13 de janeiro de 2025, com redação alterada pelo Decreto nº 13.990, de 09 de janeiro de 2026, que alterou a estrutura organizacional do Órgão de Comunicação Institucional, no âmbito da Secretaria Municipal de Governo;

CONSIDERANDO a necessidade de provimento da função de chefia vinculada ao Órgão de Comunicação Institucional, em razão de suas atribuições estratégicas, de direção, coordenação e supervisão, imprescindíveis ao regular funcionamento da estrutura administrativa recentemente reorganizada, hipótese que se enquadra dentre aquelas excepcionadas pelo Decreto n.º 13.945, de 15 de dezembro de 2025.

DECRETA

Art. 1º. Fica o servidor abaixo relacionado, destituído do exercício de Função Comissionada Executiva (FCE), no âmbito da Secretaria Municipal de Administração:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
UNIDADE	**DENOMINAÇÃO**	**CÓDIGO CCE/FCE**	**NOME**
DEPARTAMENTO DE RECURSOS LOGÍSTICOS	CHEFE DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS LOGÍSTICOS	FCE 1.12.29	FABIANO MARTINS RODRIGUES

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Muriaé-MG, 27 de fevereiro de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:124A0A08

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
ERRATA AO DECRETO Nº 14.053, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026

"Concede progressão aos servidores públicos municipais".

ONDE SE LÊ:

Art. 1º Fica concedida a progressão por merecimento/mérito aos servidores municipais abaixo relacionados:

Secretaria Municipal de Saúde Lei 4182/2011

3709001	Paulo Vicente Vieira Junior	Bioquimico	PBIO 08 FIN

Secretaria Municipal de Educação Lei 4723/2014

3705001	Tamara Idalice de Souza Braga	Assist. Secretaria Escolar	NAP 19
3113011	Andreia Nunes de Alcantara Rocha	Aux. Serv. Escolar	NAP 08
3208010	Maria Cristina Santos	Aux. Serv. Escolar	NAP 08
3053008	Simone Amaral Mota Dias	Aux. Serv. Escolar	NAP 08
3550003	Adriana Freitas da Silva Vasconcelos	Aux. Serv. Escolar	NAP 08
3717001	Adriana Luzia de Paulo Goularte	Aux. Serv. Escolar	NAP 08
3704001	Erica da Silva Santos	Assist. Secretaria Escolar	NAP 19
3714001	Rosilene Costa de Oliveira	Aux. Serv. Escolar	NAP 08
3706001	Patricia Izabel Cruz Ferreira	Supervisor Pedagógico (Especialista)	NSO 09
3388003	Weber Cardoso de Melo	Professor II	NPR 08
4742002	Alcione Maria Bicalho	Aux. Serv. Escolar	NAP 06
4190004	Viviane Campos de Faria Rodrigues	Aux. Serv. Escolar	NAP 06
4828001	Cleonice de Paula Maximiano Rocha	Aux. Serv. Escolar	NAP 06
4829001	Fatima Bastos Barrozo do Carmo	Aux. Serv. Escolar	NAP 06
4822001	Joel Pereira Filho	Aux. Serv. Escolar	NAP 06
3629004	Adriana de Souza e Silva	Professor I (Especialista)	NPR 07
4821001	Aparecida Maria de Aguiar	Professor I (Especialista)	NPR 07
4830001	Juliana Gonçalves Albrigo Demarque	Professor I (Especialista)	NPR 07
1828014	Nilza Maria Precioso de Barros	Professor I (Especialista)	NPR 07
3677003	Tamara Rezende de Andrade	Professor I (Especialista)	NPR 07
1003004	Maria Aparecida Benicio de Carvalho	Professor I (Especialista)	NPR 07
3073011	Sonia Aparecida de Morais Natal	Professor I (Especialista)	NPR 07
3703001	Edson Martins Chagas Bebiano	Professor II (Especialista)	NPR09

LEIA-SE:

Art. 1º Fica concedida a progressão por merecimento/mérito aos servidores municipais abaixo relacionados:

Secretaria Municipal de Saúde Lei 4182/2011

3709001	Paulo Vicente Vieira Junior	Bioquimico	PBIO 08 FIN

Secretaria Municipal de Educação Lei 4723/2014

3705001	Tamara Idalice de Souza Braga	Assist. Secretaria Escolar	NAP 19
3113011	Andreia Nunes de Alcantara Rocha	Aux. Serv. Escolar	NAP 08
3208010	Maria Cristina Santos	Aux. Serv. Escolar	NAP 08
3053008	Simone Amaral Mota Dias	Aux. Serv. Escolar	NAP 08
3550003	Adriana Freitas da Silva Vasconcelos	Aux. Serv. Escolar	NAP 08
3717001	Adriana Luzia de Paulo Goularte	Aux. Serv. Escolar	NAP 08
3704001	Erica da Silva Santos	Assist. Secretaria Escolar	NAP 19
3714001	Rosilene Costa de Oliveira	Aux. Serv. Escolar	NAP 08
3706001	Patricia Izabel Cruz Ferreira	Supervisor Pedagógico (Especialista)	NSO 09
3388003	Weber Cardoso de Melo	Professor II	NPR 09
4742002	Alcione Maria Bicalho	Aux. Serv. Escolar	NAP 06
4190004	Viviane Campos de Faria Rodrigues	Aux. Serv. Escolar	NAP 06
4828001	Cleonice de Paula Maximiano Rocha	Aux. Serv. Escolar	NAP 06
4829001	Fatima Bastos Barrozo do Carmo	Aux. Serv. Escolar	NAP 06
4822001	Joel Pereira Filho	Aux. Serv. Escolar	NAP 06
3629004	Adriana de Souza e Silva	Professor I (Especialista)	NPR 07
4821001	Aparecida Maria de Aguiar	Professor I (Especialista)	NPR 07
4830001	Juliana Gonçalves Albrigo Demarque	Professor I (Especialista)	NPR 07
1828014	Nilza Maria Precioso de Barros	Professor I (Especialista)	NPR 07
3677003	Tamara Rezende de Andrade	Professor I (Especialista)	NPR 07
1003004	Maria Aparecida Benicio de Carvalho	Professor I (Especialista)	NPR 07
3073011	Sonia Aparecida de Morais Natal	Professor I (Especialista)	NPR 07
3703001	Edson Martins Chagas Bebiano	Professor II (Especialista)	NPR09

Muriaé-MG, 25 de fevereiro de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:833BC550

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
ERRATA AO DECRETO Nº 14.054, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026

"Concede progressão aos servidores públicos municipais".

ONDE SE LÊ:

Art. 1º Fica concedida a progressão por merecimento/mérito aos servidores municipais abaixo relacionados:

Procuradoria Geral Lei 3988/2010

1484001	Grace Quele Silva Toledo Linares	Procurador Jurídico	PJ 12 ESP

Secretaria Municipal de Fazenda Lei 4049/2011

1274001	Tatiana Rangel Viana	Contador	P 40
3736001	Jair Alves da Silva	Agente Tributário	PAT 08 FIN

Secretaria Municipal de Fazenda Lei 4182/2011

4846001	William Luiz de Souza	Téc. Administrativo	PEFM 28

Secretaria Municipal de Saúde Lei 4182/2011

4848001	Roberta Cristina Ferreira Peixoto	Téc. Administrativo	PEFM 28

Secretaria Municipal de Educação Lei 4723/2014

4842001	Ana Karina Nascimento Silva	Professor I (Especialista)	NPR 07
4843001	Cristiane Rodrigues de Souza	Aux. Serviço Escolar	NAP 06
2968002	Juliana Caetana da Silva	Aux. Serviço Escolar	NAP 06
3733001	Giselli Magali de Lima	Assist. Secretaria Escolar	NAP 19
3405006	Eliane Maria de Oliveira Silva	Aux. Serviço Escolar	NAP 08

LEIA-SE:

Art. 1º Fica concedida a progressão por merecimento/mérito aos servidores municipais abaixo relacionados:

Procuradoria Geral Lei 3988/2010

1484001	Grace Quele Silva Toledo Linares	Procurador Jurídico	PJ 12 ESP

Secretaria Municipal de Fazenda Lei 4049/2011

1274001	Tatiana Rangel Viana	Contador	PC 12 ESP
3736001	Jair Alves da Silva	Agente Tributário	PAT 08 FIN

Secretaria Municipal de Fazenda Lei 4182/2011

4846001	William Luiz de Souza	Téc. Administrativo	PEFM 28

Secretaria Municipal de Saúde Lei 4182/2011

4848001	Roberta Cristina Ferreira Peixoto	Téc. Administrativo	PEFM 28

Secretaria Municipal de Educação Lei 4723/2014

4842001	Ana Karina Nascimento Silva	Professor I (Especialista)	NPR 07
4843001	Cristiane Rodrigues de Souza	Aux. Serviço Escolar	NAP 06
2968002	Juliana Caetana da Silva	Aux. Serviço Escolar	NAP 06
3733001	Giselli Magali de Lima	Assist. Secretaria Escolar	NAP 19
3405006	Eliane Maria de Oliveira Silva	Aux. Serviço Escolar	NAP 08

Muriaé-MG, 25 de fevereiro de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:AE5FB847

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
LEI Nº 7.562/2026

Dispõe sobre a criação da Gratificação de Produtividade Fiscal em Vigilância Sanitária, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Muriaé:
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada, na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé, Gratificação De Produtividade Fiscal em Vigilância Sanitária pelo desempenho da atividade de fiscalização, compreendendo ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde.

Art. 2º. Farão jus à Gratificação de Produtividade Fiscal em Vigilância Sanitária exclusivamente os servidores públicos efetivos, aprovados em concurso público para o cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária do Município de Muriaé, e autoridades sanitárias nomeadas para exercer a função junto ao Setor de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º.A presente gratificação corresponde ao valor máximo de R$500,00 (quinhentos reais) a ser repassado ao servidor conforme a pontuação atingida no mês anterior.

Parágrafo único.O valor previsto nesta gratificação será reajustado, conforme os índices do reajuste anual da Prefeitura Municipal de Muriaé.

Art. 4°. O valor da Gratificação de Produtividade Fiscal em Vigilância Sanitária para os profissionais de nível superior será estabelecido de acordo com a pontuação atingida por cada servidor, fixada de acordo com a pontuação mensal atingida por cada servidor:

I - 60% (sessenta por cento) do valor da gratificação será devida aos servidores que atingirem de 300 (trezentos) pontos à 399 (trezentos e noventa e nove) pontos;

II - 80% (oitenta por cento) do valor da gratificação será devida aos servidores que atingirem de 400 (quatrocentos) pontos à 499 (quatrocentos e noventa e nove) pontos; e

III - 100% (cem por cento) do valor da gratificação será devida aos servidores que atingirem de 500 (quinhentos) pontos ou mais.

Parágrafo único. Os profissionais de nível superior que não atingirem a pontuação mínima de 300 (trezentos) pontos não farão jus a gratificação de produtividade.

Art. 5°. O valor da Gratificação de Produtividade Fiscal em Vigilância Sanitária para os profissionais de nível médio será estabelecido de acordo com a pontuação atingida por cada servidor, fixada de acordo com a pontuação mensal atingida por cada servidor:

I - 60% (sessenta por cento) do valor da gratificação será devida aos servidores que atingirem de 600 (seiscentos) pontos à 799 (setecentos e noventa e nove) pontos;

II - 80% (oitenta por cento) do valor da gratificação será devida aos servidores que atingirem de 800 (oitocentos) pontos à 999 (novecentos e noventa e nove) pontos;

III - 100% (cem por cento) do valor da gratificação será devida aos servidores que atingirem de 1000 (mil) pontos ou mais.

Parágrafo único. Os profissionais de nível médio que não atingirem a pontuação mínima de 600 (seiscentos) pontos não farão jus a gratificação de produtividade.

Art. 6º. A tabela de Atribuições e Pontuação será publicada em ato próprio e atualizada sempre que necessário, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em Lei.

Parágrafo único. A tabela de atribuições e pontuação não poderá, em hipótese alguma, considerar a lavratura de autos de infração, aplicação de multas ou penalidades como parâmetro para atribuição de

pontuação, devendo priorizar ações de caráter educativo, preventivo e orientativo, inspeções de rotina, monitoramento sanitário e atividades voltadas à promoção da saúde coletiva.

Art. 7º. A recusa do Fiscal de Vigilância Sanitária e Autoridade Sanitária ao cumprimento de tarefas designadas pelo superior hierárquico através de ordem de serviço, a menos que justificada e aceita, implicará na perda total da Gratificação de Produtividade Fiscal.

Art. 8°. As gratificações devidas aos servidores, no exercício de suas atribuições internas e externas, serão somadas e percebidas individualmente, de acordo com a pontuação de cada ação, exceto nos casos de serviços fiscais desenvolvidos em conjunto, por determinação do superior hierárquico, onde os pontos serão atribuídos a cada um dos participantes da equipe, igualmente.

Art. 9º. Farão jus à gratificação prevista nesta normativa apenas os servidores que estiverem em pleno exercício de suas funções ou atividades no Setor da Vigilância Sanitária e que tenham alcançado a pontuação mínima estabelecida.

Art. 10. A gratificação instituída nesta Lei se constitui em parcela autônoma e não integrarão a base de cálculo de contribuição previdenciária e, por seu caráter *pro labe faciendo* não serão incorporadas aos provimentos de inatividade, nem devidas à inativos, pensionistas ou aposentados.

Art.11.A gratificação, de que trata a presente lei tem natureza jurídica estritamente indenizatória, não sendo computada para efeito de cálculo de outros adicionais ou vantagens e, em nenhuma hipótese será incorporada aos vencimentos dos Servidores ou Profissionais beneficiados.

Art. 12.A comprovação da produtividade pelos Fiscais de Vigilância Sanitária ou Autoridade Sanitária será efetuada através de relatório mensal, que deve ser apresentado ao superior hierárquico até o segundo dia útil do mês subsequente, contendo:

I - Uma via do Relatório Mensal Individual;

II - Uma via do documento que comprove a atribuição realizada para atingir a pontuação mensal.

Art. 13. O servidor que, direta ou indiretamente, concorrer para a percepção indevida da Gratificação de Produtividade Fiscal em Vigilância Sanitária, com dolo, responderá administrativamente, civil e penalmente pelo ilícito, sendo instaurado o competente processo administrativo.

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pelo Chefe do Setor da Vigilância Sanitária, que poderá constituir comissão própria ou convocar servidores da Secretaria Municipal de Saúde para efetuar discussões que o auxiliem na tomada de decisões necessárias.

Art. 15. Serão utilizados para o pagamento da Gratificação de Produtividade Fiscal em Vigilância Sanitária, os recursos decorrentes das taxas de arrecadação da Vigilância Sanitária de acordo com o Código Municipal de Vigilância Sanitária - Lei n.º 2.183/97, dos recursos advindos do Ministério da Saúde, e ainda, caso necessário, da contrapartida da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

MANDO, PORTANTO, a todos as autoridades a quem o conhecimento de execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Muriaé/MG, 26 de fevereiro de 2026.

MARCOSGUARINODE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:ACF41200

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
NOTIFICAÇÃO 014/2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO

NOTIFICAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO

SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

NOTIFICAÇÃO 014/2026

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE MURIAÉ,pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 17.947.581/0001-76, com sede à Av. Maestro Sansão, nº 236, "Centro Administrativo Tancredo Neves", bairro Centro, Muriaé (MG), CEP: 36.880-002, neste ato representado por sua Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo.

NOTIFICADA: CONCRETA INCORPORAÇÕES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.893.285/0001-25, situada na Rua Nicolau Gravina 20 Loja Térreo – Bairro Vale do Castelo, Muriaé-MG, CEP 36881-054, na pessoa de seu representante legal, Sr. EMILIO SERGIO LEAL RIBEIRO, ou outro(a) que venha a lhe substituir.

Pela melhor forma admitida em Direito, através do presente instrumento, o NOTIFICANTE, por seu representante legal que a esta subscreve, vem NOTIFICAR formalmente Vossa Senhoria referente à obra da praça no Bairro Inconfidência– Muriaé/MG.

Conforme vistoria realizada, foram constatadas as seguintes não conformidades: problemas de drenagem em alguns pontos da praça, falhas na iluminação pública e desnível entre o pavimento intertravado e o piso em concreto, situações que comprometem a segurança dos usuários e o adequado desempenho da obra.

Diante do exposto, fica a CONTRATADA novamente formalmente NOTIFICADA para que execute solução técnica definitiva, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta notificação, esclarecendo-se que o Termo de Recebimento Provisório somente será lavrado após a completa regularização das não conformidades apontadas.

Esta notificação está vinculada às responsabilidades firmadas no Contrato Administrativo 067001/2025, Concorrência Eletrônica 004/2025.

Muriaé, 26 de fevereiro de 2026.

LEANDRO BARBOSA DE OLIVEIRA
CREA 383355MG
Engenheiro Civil

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:B9420FF0

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 001/2026, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026 - DEMUTTRAN

"Desligamento da estagiária de pós-graduação.*"*

GENIR CARNEIRO DA ROCHA, Chefe do Departamento Municipal de Transporte e Trânsito -DEMUTTRAN, no uso das suas atribuições legais e na forma da Lei,

CONSIDERANDO a Portaria nº 19, de 06 de maio de 2025 – Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo, que cedeu a estagiária Antonieli de Oliveira Rosário ao DEMUTTRAN:

CONSIDERANDO o Art. 3º da a Portaria nº 19, de 06 de maio de 2025 – Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo, que estabelece que o DEMUTTRAN será responsável por todas as questões contratuais, inclusive eventual rescisão e desligamento da estagiária;
CONSIDERANDO a solicitação da estagiária para ser desligada do programa de estágio;

RESOLVE:

Art. 1° - Fica desligada a estagiária do Programa de Estágio, sendo seu último dia de estágio o dia 27 de fevereiro de 2026.

NOME	DATA DE DESLIGAMENTO
ANTONIELI DE OLIVEIRA ROSÁRIO	27/02/2026

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Muriaé, 27 de fevereiro de 2026.

GENIR CARNEIRO DA ROCHA
Chefe do DEMUTTRAN

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:7DD75071

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 12, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Determina a Instauração de Processo Administrativo Disciplinar.

TAMARA IDALICE DE SOUZA BRAGA, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o artigo 167 e seguintes, da Lei Municipal nº 3.824/2009.

RESOLVE:

Art. 1º – Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face de F. M. R., MASP 0718-001, lotado na Secretaria Municipal de Administração, exercente de cargo efetivo, para apurar as supostas infrações aos incisos II, III e IX, do art. 144, e incisos XII, XIX e XXIV, do art. 145, e incisos I, X, XIII e XIV, do art. 158, todos da Lei Complementar Municipal nº 3.824/09, conforme ofício nº 006/2026/PMM/SMA e documentos.

Art. 2º - Manter a Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, designada pelos Decretos nº 13.219, de 17 de janeiro de 2025 e nº 13.220, de 17 de janeiro de 2025.

Art. 3º - Determinar que a Comissão Permanente apure e relate os fatos e a autoria, inclusive os conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos, e cumpra as demais prescrições legais, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Portaria, conforme disposição do art. 197, da Lei Municipal nº 3.824/2009.

Art. 4º – Ordenar a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, incluídos no art. 5º, LV, da Constituição da República.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Muriaé-MG, 27 de fevereiro de 2026.

TAMARA IDALICE DE SOUZA BRAGA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:B63BA89A

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 25, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Convoca candidatos aprovado no Processo Seletivo regido pelo Edital n.º 02/2026 para fins de contratação.

LUIZA AGOSTINI DE ANDRADE, Secretária Municipal de Saúde, no uso das suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público simplificado destinado à futura e eventual contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Secretaria Municipal de Saúde, regido pelo Edital n.º 02/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica a candidata abaixo relacionada convocada a comparecer na Secretaria Municipal de Saúde, no 1.º Andar da Prefeitura Municipal de Muriaé, localizada na Av. Maestro Sansão, 236, centro, nesta cidade, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de 02 de março de 2026, no horário de 13:00h às 17:00h, munida dos documentos constantes do Edital n.º 02/2026, a fim de firmar termo de contratação.

FUNÇÃO PÚBLICA: MÉDICO ESF				
COLOCAÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTOS**	**INSCRIÇÃO**
5º	NATHALIA LACERDA FURTADO	11/01/1997	30	44

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Muriaé-MG, 27 de fevereiro de 2026.

LUIZA AGOSTINI DE ANDRADE
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:729C00F4

FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE DE MURIAÉ
PORTARIA Nº 10, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

Institui a Comissão Técnica de Gerenciamento do 2º Ciclo da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB no âmbito da FUNDARTE, e dá outras providências.

O Diretor Geral da FUNDARTE – Fundação de Cultura e Artes de Muriaé, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos trabalhos para operacionalização da Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022 *(Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Culltura - PNAB)*, no âmbito da FUNDARTE;

RESOLVE

Art.1º Fica instituída a Comissão Técnica de Gerenciamento do 2º Ciclo da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, no âmbito da FUNDARTE.

Art.2º. Ficam designados os servidores abaixo relacionados para compor a comissão referida no artigo anterior:

I – Sandro Areal Carrizo
II – Alessandra Sexto Bernardes

III – Alexandre Augusto Andrade Gomes
IV – Breno Zamboni Silva
V – Adrielle Maria de Souza Costa
VI – Ana Cláudia de Andrade Ferreira
VII – Fernando Paixão Duarte
VIII – Juliana Rodrigues Davi dos Reis
IX – Rodrigo Tureta da Silva
X – Sebastião Álvaro Vasconcelos Júnior
XI – Tânia Mara Nery Martins Santos
XII – Vanderleia Aparecida de Castro Souza
XIII – Wilson Alvim do Amaral Neto

Art.3º. São de responsabilidade da Comissão Técnica de Gerenciamento, nos limites da competência de cada Setor de lotação dos servidores que a compõem:

§1º Estabelecer e coordenar ações estratégicas e prioritárias visando a operacionalização, aplicação e execução da *Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Culltura – PNAB*, no âmbito do município de Muriaé.

§2º Participar da elaboração do Plano de Ação e do Plano de Aplicação dos Recursos – PAR, a serem inscritos na Plataforma Transferegov e/ou outras ferramentas eletrônicas específicas criadas pelo governo federal.

§3º Coordenar os ritos que se fizerem necessários para a viabilização e operacionalização do recurso.

§4º Coordenar, junto com Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, os processos de escuta e participação social.

§5º Elaborar editais, chamamentos públicos, prêmios ou outras formas de seleção pública simplificada.

§6º A Comissão poderá se reportar diretamente e a qualquer tempo à Controladoria Geral do Município, Procuradoria Geral do Município e a Secretaria Municipal de Governo.

§7º A Comissão poderá, ainda, caso necessite, se reunir com entidades da sociedade civil e demais órgãos municipais, estaduais e federais.

Art.4º A Comissão Técnica de Gerenciamento da PNAB poderá convidar outros agentes públicos para participar das atividades, conforme necessidade.

Art.5º A Fundação de Cultura e Artes de Muriaé – FUNDARTE prestará apoio administrativo aos trabalhos da Comissão Técnica de Gerenciamento da PNAB.

Art.6º A Comissão tem prazo indeterminado de funcionamento.

Art.7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Muriaé, 27 de fevereiro de 2025.

SANDRO AREAL CARRIZO
Diretor-Geral da FUNDARTE

Publicado por:
Sebastião Álvaro Vasconcelos Júnior
Código Identificador:28EE2D00

FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE DE MURIAÉ
PORTARIA Nº 11, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

Institui a Comissão de Avaliação para a Seleção de Articuladores Locais e Pareceristas do 2º Ciclo da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB no âmbito da Fundação de Cultura e Artes de Muriaé – FUNDARTE.

O Diretor Geral da FUNDARTE – Fundação de Cultura e Artes de Muriaé, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de formação de Comissão de Avaliação para a Seleção de Articuladores Locais – Edital de Credenciamento nº 01/2026 e de Pareceristas – Edital de Credenciamento nº 02/2026, pertinente à execução do 2º Ciclo da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB (Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022), no âmbito da FUNDARTE;

RESOLVE

Art.1º. Ficam designados como responsáveis pela análise documental e avaliação qualificada dos currículos dos candidatos, os servidores abaixo relacionados:

I – Alessandra Sexto Bernardes;
II – Jamilla Carvalho Martins Januário;
II – Tânia Mara Nery Martins Santos.

Art. 2°. A Fundação de Cultura e Artes de Muriaé – FUNDARTE prestará apoio administrativo aos trabalhos da Comissão.

Paragrafo Único: Caberá à Direção da FUNDARTE a coordenação desta Comissão.

Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Muriaé, 27 de fevereiro de 2026.

SANDRO AREAL CARRIZO
Diretor Geral da FUNDARTE

Publicado por:
Sebastião Álvaro Vasconcelos Júnior
Código Identificador:D4A891C2

LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ - Retificação no Aviso de licitação – Concorrência Eletrônica nº 005/2026 – Objeto: Contratação de empresa para elaboração do Projeto Executivo de Fundação e Execução da Edificação do Centro Especializado em Reabilitação, no Bairro Santa Laura, em Muriaé, MG. Fica retificada a data da sessão de licitação. Onde se lê: dia 16/03/2026 às 13:00 h – Leia-se: Fica marcada a sessão de licitação para o dia 17/04/2026 às 13:00 h, por meio do Portal Bolsa Nacional de Compras – https://bnc.org.br/. O edital poderá ser obtido nos sites https://bnc.org.br/ e https://muriae.atende.net Informações complementares: Setor de Licitação - situado no Centro Administrativo "Pres. Tancredo Neves", Av. Maestro Sansão, 236, 3º andar, Centro, Muriaé – MG. Telefone (32) 3696.3317

Publicado por:
Danielle Cassimiro Chaves
Código Identificador:69E14C40

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 3ºTERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20001/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ TORNA PÚBLICO **EXTRATO DO 3ºTERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20001/2023 – *PREGÃO ELETRÔNICO* Nº 013/2023** – OBJETO: CONTRATO PROVENIENTE DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE VIDA DE PESSOAS EM GRUPO - CONTRATADA: **GENTE SEGURADORA S. A.** – **MOTIVO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO, COM AMPARO NA LEI FEDERAL 8.666/93 – VIGÊNCIA: 17/02/2026 A 16/02/2027.**

MURIAÉ/MG, 27/02/2026

PAULO ROBERTO PORTILHO VARELLA
Secretária Municipal de Governo

TAMARA IDALICE DE SOUZA BRAGA
Secretária Municipal de Administração

JORGE FÉRES FILHO
Secretário Municipal de Obras Públicas

CÉZAR AUGUSTO BIANCHI BOTARO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

MARIA CRISTINA NAVARRO DE AQUINO RIBEIRO
Secretária Municipal de Educação

VANESSA MAGALHÃES AZEREDO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

FERNANDO TROTA LEVATI
Secretário Municipal de Agricultura

LUIZA AGOSTINI DE ANDRADE
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Alanne Christina Rocha Trotta
Código Identificador:75E7A5F0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NATÉRCIA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO QUE AUTORIZA CONTRATAÇÃO DIRETA

INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO 0011/2026

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

O Município de Natércia (MG), pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ sob o nº 17.935.412/0001-16, com sua sede situada à Praça Prefeito Justino Lisboa Carneiro, nº 100, Centro de Natércia (MG), neste instrumento denominado doravante CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Gabriel Tiago de Vilas Boas, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município de Natércia (MG), no uso de suas atribuições legais, autoriza os atos administrativos do Processo n.º 0028/2026, Inexigibilidade n.º 0011/2026 e a PROPRIETÁRIA CATARINA BUENO DE CARVALHO, sob nº de CPF 041.193.466-09, residente a Rua Benedito Bueno dos Santos, nº 48, bairro Centro, no município de Natércia-MG, CEP: 37.524-000, para LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ALUGUEL SOCIAL, SITUADO NA RUA JOAQUIM PORCINO, Nº109-CENTRO DE NATÉRCIA(MG), PARA ATENDER FAMILIA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA REFERÊNCIADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NATÉRCIA(MG), a contratada pelo valor de R$ 350,00 (TREZENTOS E CINQUENTA REAIS) a serem pagos por 3 meses, de acordo com Inciso V, Artigo 74 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

Natércia, 27 de fevereiro de 2026.

GABRIEL THIAGO DE VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Aparecida Martins
Código Identificador:C353C11D

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO QUE AUTORIZA CONTRATAÇÃO DIRETA

INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO 0012/2026

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

O Município de Natércia (MG), pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ sob o nº 17.935.412/0001-16, com sua sede situada à Praça Prefeito Justino Lisboa Carneiro, nº 100, Centro de Natércia (MG), neste instrumento denominado doravante CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Gabriel Tiago de Vilas Boas, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município de Natércia (MG), no uso de suas atribuições legais, autoriza os atos administrativos do Processo n.º 0029/2026, Inexigibilidade n.º 0012/2026 e o PROPRIETÁRIO JOÃO BATISTA DE CARVALHO, sob nº de CPF 309.444.736-87, residente a Rua Benedito Bueno dos Santos, nº 48, bairro Centro, no município de Natércia-MG, CEP: 37.524-000, para LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ALUGUEL SOCIAL, SITUADO NA RUA MINERVINA DE FARIA SOUZA, Nº05-SÃO JOÃO MUNICÍPIO DE NATÉRCIA(MG), PARA ATENDER FAMILIA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA REFERÊNCIADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NATÉRCIA(MG), a contratada pelo valor de R$ 350,00 (TREZENTOS E CINQUENTA REAIS) a serem pagos por 3 meses, de acordo com Inciso V, Artigo 74 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

Natércia, 27 de fevereiro de 2026.

GABRIEL THIAGO DE VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Aparecida Martins
Código Identificador:452F1931

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NEPOMUCENO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
EXTRATO DE ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO/MG – Extrato do 10º Termo de Aditivo ao Contrato nº 033/2017. Dispensa nº 003/2017. Processo nº 023/2017. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de locação imóvel, sede do CRAS, localizado na Rua João Pereira Neto, nº 568, no bairro Vila Esméria, neste município, com fundamento no art. 57 da Lei 8.666/93. Vigência: 23/03/2026. Permanece o valor mensal de R$ 1.736,88 (Mil setecentos e trinta e seis reais e oitenta e oito centavos), após negociação, perfazendo um valor global de R$ 20.842,56 (Vinte mil oitocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos). Partes: Prefeitura de Nepomuceno/MG e Carmem Maria Marçal Silva. Nepomuceno: 02/03/2026.

ELIAS NATAL LIMA DE MENEZES –
Prefeito.

Publicado por:
Renata Serra Negra
Código Identificador:3BD802EB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NOVA PONTE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

ERRATA DE PUBLICAÇÃO
No texto referente aos Contratos n.º 283/2025 e 285/2025, assinado em 01.02.2026, referente ao 2° Termo Aditivo:
. Onde se lê: Pregão Presencial n° 081/2025

. Leia-se: Pregão Presencial n° 040/2025

Publicado por:
Talita Ferreira Castro
Código Identificador:F8BDB79D

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - DMAE
PORTARIA

PORTARIA N.º 006/2026

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTAR AO SERVIDOR QUE MENCIONAM.

O Diretor do DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgotos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º) – Conceder aos servidores deste departamento, abaixo relacionados, 30 (trinta) dias de férias, relativa ao período aquisitivo, conforme ESTATUDO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICPAIS.

Funcionário	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Jaqueline Novais Oliveira	02/01/2025 a 01/01/2026	02/03/2026 a 31/03/2026

Art.2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Ponte - MG., 27 de fevereiro de 2026.

WANDER NUNES BARROSO FILHO
Diretor - DMAE

Publicado por:
Amanda Juliana Lopes da Silva
Código Identificador:A8BCDF0B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO BRANCO

PREFEITURA DE OURO BRANCO
ATESTA PARA OS DEVIDOS FINS, O RECEBIMENTO DEFINITIVO

Atestamos para os devidos fins, o**Recebimento Definitivo**,referente à**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTUTURA VIÁRIA DE CONTENÇÃO E SANEAMENTO NA AVENIDA AMAZONAS E NA RUA RECIFE**, neste município, conforme o**CONTRATO 053/2023**, assinado em**22/03/2023, PRC 12/2023** e **Tomada de Preços TP 1/2023**, Fiscal do Contrato / Obra: Engº Michael Christian da Silva**.** JHL Serviços de Engenharia Civil: André C. Fernandes dos Santos.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:95F2CF9A

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/70, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA PMOB/70, de 24 de fevereiro de 2026

RETIFICA A PORTARIA PMOB/63, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município e Lei 4.320/64;

RESOLVE,
Art. 1º. Retificar a ementa da Portaria PMOB/63, de 23 de fevereiro de 2026, para que, onde se lê:"Secretaria Municipal de Planejamento",passe a constar:"Secretaria Municipal de Obras e Gestão Urbana".

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria PMOB/63, de 23 de fevereiro de 2026.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de publicação da Portaria PMOB/63, de 23 de fevereiro de 2026.

Ouro Branco, 24 de fevereiro de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:805A3E65

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/71, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026

ALTERA TEMPORARIAMENTE O LIQUIDANTE DE DESPESAS DA CONTROLADORIA-GERAL

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município e Lei 4.320/64;

RESOLVE,

Art. 1°. Designar a servidora Jossimeire Bonsucesso de Paula Teixeira Silvapara exercer temporariamente a função de liquidante de despesas da Controladoria-Geral durante o período de férias do servidor Thiago da Silva Diláscio,de 19/02/2026 a 05/03/2026.

§ 1º. A liquidação da despesa deverá ser realizada nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

§ 2º. Para fins de fiscalização, todos os atos de liquidação de despesa deverão conter a assinatura do liquidante e a sua identificação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a 19/02/2026.

Ouro Branco, 24 de fevereiro de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:CAF44625

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/72, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026

DESIGNA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, SERVIDORA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE ORDENADORA DE DESPESAS da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município e Lei 4.320/64;

RESOLVE,

Art. 1º Designar a servidoraLaryssaRanyere Pereira da Costa Pinto, para exercer, em caráter temporário, a função de ordenadora de despesas da Secretaria Municipal de Planejamentodurante o período em que a atual ordenadora estiver de férias, do dia 03/03/2026 a 16/03/2026.
§ 1º A ordenação da despesa deverá obedecer ao disposto no art. 64 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
§ 2º Para todos os efeitos legais, a ordenadora de despesas responderá civil, administrativa e criminalmente pelos atos que praticar, quando lesivos ao patrimônio público ou contrários aos princípios da Administração Pública.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 24 de fevereiro de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:15A5DC43

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TERMO DE FOMENTO Nº01/2026

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE OURO BRANCO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS TENISTAS DE OURO BRANCO – APAT PARA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE OURO BRANCO – MG – FMDCA. Objeto:O presente Termo de Fomento tem por objeto a execução do projeto "Tênis Sim", conforme detalhado no plano de trabalho apresentado.O recurso financeiro desta parceria tem como origem o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA. Valor total:R$ 46.770,86 (quarenta e seis mil, setecentos e setenta reais e oitenta e seis centavos). Vigência:31/05/2026. Assinatura: 25/02/2026

Publicado por:
Josemar Ivo Pereira da Silva
Código Identificador:98D926DC

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TERMO DE FOMENTO Nº02/2026

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE OURO BRANCO E O INSTITUTO MIGUEL FERNANDES TORRES, PARA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO Fundo Municipal do Idoso de Ouro Branco/MG – FUMDI-OURO. Objeto: O presente Termo de Fomento tem por objeto o desenvolvimento do projeto "EnvelheSer", conforme detalhado no plano de trabalho apresentado. O recurso financeiro desta parceria tem como origem o Fundo Municipal do Idoso de Ouro Branco/MG – FUMDI-OURO. Valor total:R$ 170.701,84 (cento e setenta mil, setecentos e um reais e oitenta e quatro). Vigência:31/03/2027. Assinatura: 27/02/2026

Publicado por:
Josemar Ivo Pereira da Silva
Código Identificador:08FBE35E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO FINO

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
CONVÊNIO

TERMO DE COLABORAÇÃO 010/2026
Concedente – Prefeitura Municipal de Ouro Fino - MG.
Convenente – Sociedade Guarda Mirim "Tarcila Gomes da Rocha".
Objeto: Promoção das Finalidades deste.
Valor Total – R$33.000,00 (trinta e três mil reais)
Assinatura – 12/02/2026
Vigência – 31/12/2026

Publicado por:
Edmar Pinto de Carvalho
Código Identificador:2B707BFB

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Ouro Fino/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que o Processo Licitatório n.º 016/2026 – Pregão Eletrônico n.º 005/2026, cujo objeto é a aquisição de peças e acessórios automotivos novos e genuínos para manutenção dos veículos leves e pesados da frota municipal, com critério de maior desconto com base no Sistema Traz Valor, foi REVOGADO, por razões de interesse público, devidamente justificadas no processo administrativo. A decisão fundamenta-se na necessidade de reavaliação das condições do certame, visando assegurar maior competitividade, economicidade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

EDMAR PINTO DE CARVALHO.
Pregoeiro.

Publicado por:
Gislaine Cristina Batista Teixeira
Código Identificador:51CED16F

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO FINO – MG - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

Prefeitura Municipal de Ouro Fino – MG - Processo Licitatório nº 018/2026 – Pregão Eletrônico nº 006/2026 – Registro de Preços nº 005/2026 - Extrato de Ata de Registro de Preços – Objeto: Aquisição de ventiladores para os prédios públicos municipais. Ata de Registro de Preços nº 008/2026 – Signatário: Barra Atacadista e Varejista ltda– Valor Estimado R$ 57.624,00 - Data: 23/02/2026 - Validade (12) doze meses após assinatura da Ata.

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edmar Pinto de Carvalho
Código Identificador:CB9FCE59

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 032/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 011/2026– REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2026

O Município de Ouro Fino torna público que fará realizar o **Processo Licitatório n.º 032/2026 - Pregão Eletrônico n.º 011/2026,** cujo Edital se encontra à disposição dos interessados no site: **www.ourofino.mg.gov.br,** na aba Licitações**. Objeto: Aquisição de móveis e equipamentos para melhorias das instituições de ensino e dos processos de produção dos alimentos da Alimentação Escolar a serem fornecidos aos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino do Município de Ouro Fino, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital**. Início de Cadastramento das Propostas: 02/03/2026 às 08h00min. Fim de Cadastramento das Propostas: 12/03/2026 às 08h00min. Abertura das Propostas e análises: 12/03/2026 às 08h15min. Fase de Disputa de Lances: 12/03/2026 às 08h30min. Formulação de consultas e obtenção do Edital: Endereço Eletrônico:licitacoes@ourofino.mg.gov.br.

EDMAR PINTO DE CARVALHO
Pregoeiro

Publicado por:
Gislaine Cristina Batista Teixeira
Código Identificador:5821D919

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PAINEIRAS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM.....: DISPENSA 005/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO 13/2026
CONTRATO.....: 017/2026
CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINEIRAS

CONTRATADA(O).....: RC LICITAÇÕES LTDA
CNPJ.....: 49.255.881/0001-80
OBJETO.....: Aquisição de materiais permanentes para suprir as necessidades do Pronto Atendimento Pedro José de Menezes, que serão custeados com recursos oriundos das emendas impositivas dos vereadores do ano de 2025.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais)
DATA DA ASSINATURA: 26/02/2026
VIGÊNCIA: De 02/03/2026 à 01/03/2027
Paineiras, 27de fevereiro de 2026

RAFAELA CRISTINA GUIMARAES FLAUZINO
Agente de Contratação
Matrícula 5687-2

Publicado por:
Rafaela Cristina Guimarães Flauzino
Código Identificador:559ECA7D

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM.....: DISPENSA 005/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO 13/2026
CONTRATO.....: 018/2026
CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINEIRAS
CONTRATADA(O).....: LOC STOCK MEDICAL LTDA
CNPJ.....: 27.873/0001-30
OBJETO.....: Aquisição de materiais permanentes para suprir as necessidades do Pronto Atendimento Pedro José de Menezes, que serão custeados com recursos oriundos das emendas impositivas dos vereadores do ano de 2025.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 16.300,00 (dezesseis mil e trezentos reais)
DATA DA ASSINATURA: 26/02/2026
VIGÊNCIA: De 02/03/2026 à 01/03/2027
Paineiras, 27de fevereiro de 2026

RAFAELA CRISTINA GUIMARAES FLAUZINO
Agente de Contratação
Matrícula 5687-2

Publicado por:
Rafaela Cristina Guimarães Flauzino
Código Identificador:7EF1BF65

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM.....: DISPENSA 005/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO 13/2026
CONTRATO.....: 019/2026
CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINEIRAS
CONTRATADA(O).....: BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
CNPJ.....: 34.680.592/0001-51
OBJETO.....: Aquisição de materiais permanentes para suprir as necessidades do Pronto Atendimento Pedro José de Menezes, que serão custeados com recursos oriundos das emendas impositivas dos vereadores do ano de 2025.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)
DATA DA ASSINATURA: 26/02/2026
VIGÊNCIA: De 02/03/2026 à 01/03/2027
Paineiras, 27de fevereiro de 2026

RAFAELA CRISTINA GUIMARAES FLAUZINO
Agente de Contratação
Matrícula 5687-2

Publicado por:
Rafaela Cristina Guimarães Flauzino
Código Identificador:C86FCAAD

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO...: 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO.....: 105/2025
INEXIGIBILIDADE.....: 25/2025
CREDENCIAMENTO.....: 12/2025
CREDENCIANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINEIRAS/MG
CREDENCIADA.....: 53811622/0001-66
CNPJ.....: 16.703.162/0001-26
OBJETO.....: Credenciamento de empresas para prestação de serviços de pintura, elétrica, carpintaria, serralheria e ajudante de obras para atender as necessidades das Secretarias do Município de Paineiras/MG.
VIGÊNCIA.....: De 02/03/2026 até 24/10/2026
DATA DE ASSINATURA.....: 27/02/2026
Paineiras/MG, 23 de fevereiro de 2026.

GILDA ALVES MOURA
Agente de Contratação
Matrícula 2674-1

Publicado por:
Gilda Alves de Moura
Código Identificador:E88974CF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PALMA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO 025-2026 PREGÃO 008-2026 SRP 006-2026 - KIT MATERNIDADE

O MUNICÍPIO DE PALMA – MG, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, DA LEI Nº 11.488/2007, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.
Data da sessão: 13/03/2026
Horário: 09:00h
Local: www.portaldecompraspublicas.com.br
Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

DO OBJETO.
O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa paraREGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS MATERNIDADE, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital.
OBSERVAÇÃO: O objeto deste edital poderá ter a incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), de acordo com o Decreto Municipal nº 155 de 18 de setembro de 2023 e Instruções Normativas nº 1.234/2112, 1.500/2014 e 2.134/2023.

Publicado por:
Diego Ribeiro Ferreira
Código Identificador:C02CF77E

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO 026-2026 PREGÃO SRP 009-2026 SRP 007-2026 - AUTOMÓVEIS

O MUNICÍPIO DE PALMA – MG, TORNA PÚBLICO, QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, DA LEI Nº 11.488/2007, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL. Data da sessão: 13/03/2026. Horário: 14:00h. Local: www.portaldecompraspublicas.com.br Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. O objeto da presente licitação é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEIS.** Publique-se.

JOSIMAR DA SILVA RODRIGUES.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Ribeiro Ferreira
Código Identificador:04053A84

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PARACATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARACATU –MG E A ASSOCIAÇÃO GUIAS DE TURISMO DO NOROESTE DE MINAS

O Município de Paracatu – MG, inscrita no CNPJ sob nº 18.278.051/0001-45, por intermédio da Secretaria Municipal de Turismo, com sede a Rua da Contagem, nº 2045, Paracatuzinho, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Turismo, o Sr. Igor Araújo Diniz, CPF nº 093.502.206-60 e a Associação Guias de Turismo do Noroeste de Minas, inscrita no CNPJ nº nº11.523.258/0001-99 com sede na Rua Americo Macedo, n° 72, bairro Centro doravante denominada a Organização da Sociedade Civil, representado pelo Sra. Karine Querido Maia do CPF 923.197.426-20, RG nº 29755296 SSP/MG, resolvem celebrar o 1º Termo de Apostilamento, regendo-se pelo disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 6.707 de 02 de maio de 2023. Realocação dos valores/recursos dos itens previstos no plano de trabalho referente ao Termo de Colaboração/Fomento nº 98/2025, sem alteração da natureza do objeto e do valor do global da parceria. Paracatu-MG, 27 de fevereiro de 2026. Assinaturas: Karine Querido Maia, representante OSC, e, Igor Araújo Diniz, representante Município, Secretário Municipal de Turismo.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:66D2010B

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO ADITIVO DO TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO N° 25/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARACATU–MG E A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO CÍVICO-MILITAR - ABEMIL.

O **Município de Paracatu** – MG, inscrita no CNPJ sob nº 18.278.051/0001-45, por intermédio da Secretaria Municipal de Governo através da Superintendência de Segurança Pública e Defesa Social, com sede na Avenida São João Paulo II, nº 2045, Paracatuzinho, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representada pelo Superintendente de Segurança Pública o Sr. (a) **Wilian Batista de Amorim**, e a **Associação Brasileira de Educação Cívico-Militar - ABEMIL** inscrita no CNPJ nº 35.546.205/0001-51, com sede a SCN, Quadra 02, Bloco D, Edifício Liberty Mall, Torre B, 12º andar, Salas 1.201 a 1.204, Asa Norte, CEP: 70.712-903, Cidade: Brasília - DF - MG, doravante denominada (o) Pessoa Jurídica de Direito Privado, representado pelo Sr. **Davi Lima Sousa,** Presidente da Associação, resolvem celebrar o 3º Termo de Apostilamento, regendo-se pelo disposto na Lei Federal nº 13.019/2014. Aditivo de prazo de 3 (três) meses, visando continuidade dos trabalhos realizados pela instituição 2026, tendo em vista que a instituição ainda tem recurso financeiro para suprir até o mês de maio de 2026. Configura-se como o objeto deste Termo de Apostilamento, autorização para alterar a vigência do Termo de Fomento nº 25/2025, de 28 de fevereiro de 2026, passando para 31 de maio de 2026, visando continuar os trabalhos e execução financeira completa enquanto novo processo é tramitado e concluído. Ficam mantidas e ratificadas, em seu interior teor, todas as Cláusulas que integram o Termo de Fomento nº 25/2025. Paracatu-MG, 26 de fevereiro de 2026. Assinaturas: Davi Lima Sousa, representante OSC, e, Wilian Batista de Amorim, representante Município, Superintendente de Segurança Pública e Defesa Social.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:3650CA75

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 39/2026

CONVENENTES: Município de Paracatu/MG e a **Comunidade Terapêutica Centro de Reabilitação Ebenezer**. DATA: 27/02/2026. **FUNDAMENTO**: LEI Orgânica Municipal dada pela Emenda N° 28 de 19.06.2000, em seu artigo 86°, inciso XIX c/c parágrafo único, Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 6.707/2023 e; anexos e demais normas correlatas. **PROCESSO:** 182/2026. **OBJETIVO:** Acolhimento voluntário de pessoas do sexo feminino, com idade igual ou superior a 18 anos, que fazem uso/abuso de álcool, tabaco ou outras drogas no município de Paracatu/MG. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.01.01.10.303.0007.2182.3.3.50.41, Ficha: 125, PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: 31/01/2027**. **VALOR**: **R$250.000,00. ASSINATURAS:** Wilian Batista de Amorim, Superintendente de Segurança Pública, convenente, e, Camila José Macedo, representante OSC, conveniada.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:9ABE7E46

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 2° TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 299/2023

Prefeitura Municipal de Paracatu - Minas Gerais
Processo Financeiro: 4.472/2023

EXTRATO 2° TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 299/2023
(PROCESSO FINANCEIRO: 4.472/2023)

CONTRATANTES: Município de Paracatu e GOMES & MORAES CONSULTORIA, MANUTENÇÃO E CONSTRUTORA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL, IML E DETRAN CONFORME: PROJETOS, ESPECIFICAÇÕES, PLANILHAS E CRONOGRAMA**. FINALIDADE:** Prorrogação da Vigência. **DATA: 14/03/2026 - VENCIMENTO: 30/03/2026. FUNDAMENTAÇÃO:** artigo 57, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93. **ASSINATURAS:** ALTANIR NUNES SANTOS JÚNIOR pela Contratante e TÚLIO RENAN GOMES MENDES, pela Contratada.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:F38ED0EF

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 3° TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 299/2023

Prefeitura Municipal de Paracatu - Minas Gerais
Processo Financeiro: 4.472/2023

EXTRATO 3° TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 299/2023
(PROCESSO FINANCEIRO: 4.472/2023)

CONTRATANTES: Município de Paracatu e GOMES & MORAES CONSULTORIA, MANUTENÇÃO E CONSTRUTORA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL, IML E DETRAN CONFORME: PROJETOS, ESPECIFICAÇÕES, PLANILHAS E CRONOGRAMA**. FINALIDADE:** Acréscimo de 7,5137664299615963%. **DATA: 14/03/2026 - VENCIMENTO: 30/03/2026. FUNDAMENTAÇÃO:** artigo 65, inciso 1º, *"b"* da Lei 8.666/93. **ASSINATURAS:** ALTANIR NUNES SANTOS JÚNIOR pela Contratante e TÚLIO RENAN GOMES MENDES, pela Contratada.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:DC095746

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 4° TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 106/2024

Prefeitura Municipal de Paracatu - Minas Gerais
Processo Financeiro: 17.429/2023

EXTRATO 4° TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 106/2024
(PROCESSO FINANCEIRO: 17.429/2023)

CONTRATANTES: Município de Paracatu e HG ENGENHARIA EPP LTDA**.** Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONTINUAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO – CONTINUAÇÃO (DUPLICAÇÃO DA AVENIDA OLEGÁRIO MACIEL PARACATU-MG), CONFORME PROJETOS, ESPECIFICAÇÕES, PLANILHA, CRONOGRAMA E MEMÓRIA DE CÁLCULO**. FINALIDADE:** Prorrogação da Vigência. **DATA: 27/02/2026 - VENCIMENTO: 01/01/2027. FUNDAMENTAÇÃO:** artigo 57, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93. **ASSINATURAS:** FLÁVIA GONÇALVES CARNEIRO ARAGÃO pela Contratante e GILBERTO GERALDO BORGES pela Contratada.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:3BF57B28

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 4° TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 299/2023

Prefeitura Municipal de Paracatu - Minas Gerais
Processo Financeiro: 4.472/2023

EXTRATO 4° TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 299/2023
(PROCESSO FINANCEIRO: 4.472/2023)

CONTRATANTES: Município de Paracatu e GOMES & MORAES CONSULTORIA, MANUTENÇÃO E CONSTRUTORA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL, IML E DETRAN CONFORME: PROJETOS, ESPECIFICAÇÕES, PLANILHAS E CRONOGRAMA**. FINALIDADE:** Supressão de 7,5137664299615963%. **DATA: 14/03/2026 - VENCIMENTO: 30/03/2026. FUNDAMENTAÇÃO:** artigo 65, inciso 1º, *"b"* da Lei 8.666/93. **ASSINATURAS:** ALTANIR NUNES SANTOS JÚNIOR pela Contratante e TÚLIO RENAN GOMES MENDES, pela Contratada

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:A295106A

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº 48/2026

Prefeitura Municipal de Paracatu Minas Gerais
Processo: 10498/2025

EXTRATO CONTRATO Nº 48/2026

CONTRATANTES: Município de Paracatu e **FILGUEIRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA-EPP.** FUNDAMENTAÇÃO: **Lei Federal n° 14.133/2021**. PROCESSO**: 10498/2025.** OBJETO: **AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE EQUIPAMENTOS TOTENS SEMAFÓRICOS INTELIGENTES E TOTENS PARA PEDESTRES, AMBOS COM CONTADORES REGRESSIVOS DE TEMPO, INSTALAÇÃO, RESPONSABILIDADE TÉCNICA E GARANTIA, PARA MODERNIZAÇÃO SEMAFÓRICA E IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL NO MUNICÍPIO DE PARACATU-MG.** DATA**: 26/02/2026.** VENCIMENTO**: 02/01/2027.** VALOR: **R$ 1.699.064,62.** ASSINATURA**: GABRIEL ANTONIO DE OLIVEIRA CLAUDINO** pela contratante e **FILGUEIRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA-EPP** pela contratada.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:B67C3A72

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PARACATU-PRESERV

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo: 21/2026
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de coffee break para o 2º Evento do dia do Servidor Aposentado do PRESERV, nos termos da Lei 14.133/2021.
Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Paracatu/MG – PRESERV.
Dotação Orçamentária: 03.01.01.09.122.0037.2150.3.3.90.30.99;
Local de publicação do Edital: www.preserv.mg.gov.br; www.pcnp.gov.br

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:56C974C7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PAULA CÂNDIDO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

O Município de Paula Cândido - MG, torna público a quantos possam interessar, que fará realizar na data e horário predeterminados, o certame Processo Licitatório nº **027/2026**, **PREGÃO ELETRÔNICO nº 016/2026**. Objeto: **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arbitragem esportiva**, destinados à realização de competições, campeonatos, torneios e demais eventos promovidos e/ou apoiados pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Paula Cândido/MG.
Data da Sessão: 16/03/2026.
Horário: 08:15
Edital disponível em: https://paulacandido.mg.gov.br, https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ e https://pncp.gov.br.

Publicado por:
Edvania Aparecida Camilo
Código Identificador:AC1D1F8C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PEDRA BONITA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Pedra Bonita/MG, através de seu Agente de Contratação, torna público, a abertura do Processo Licitatório nº 023/2026, Pregão Eletrônico n° 009/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de licenciamento de

software por prazo determinado destinado ao Portal de Internet Institucional e Portal de Notícias, incluindo servidor institucional de e-mail com até 50 (cinquenta) contas, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das secretarias e setores vinculados a Prefeitura Municipal de Pedra Bonita/MG. Data e horário da sessão eletrônica: 16/03/2026, às 12h30min, através da plataforma www.licitardigital.com.br. Informações pelo Tel.: (31)3872-9103, no horário das 12h00min às 18h00min ou pelo e-mail: licitacao@pedrabonita.mg.gov.br ou pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal. Pedra Bonita/MG, 27 de fevereiro 2026.

AFONSO TALISON DUELE LEANDRO -
Agente de Contratação.

Publicado por:
Afonso Talison Duele Leandro
Código Identificador:C6A1A7C1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PEDRINÓPOLIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO 016/2026

A Prefeitura Municipal de Pedrinópolis – MG, torna público o Extrato Do Termo de Contrato sendo:

CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINOPOLIS**
GESTOR:	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
CONTRATADA:	**ITMS DO BRASIL TELEMEDICINA LIMITADA**
CNPJ Nº	**04.276.380/0001-42**
OBJETO:	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISE DE ELETROCARDIOGRAMAS (ECG'S) INDICADOS PELA CONTRATANTE, CAPTADOS E REGISTRADOS ATRAVÉS DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE DADOS (PIT - PLATAFORMA INTEGRADA DE TELEMEDICINA).**
VIGÊNCIA:	**A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS SERÁ POR PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.**
PROCESSO Nº	**005/2026**
MODALIDADE:	**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2026**
VALOR:	**O VALOR GLOBAL DO PRESENTE CONTRATO É DE R$ 11.372,50 (ONZE MIL, TREZENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), CORRESPONDENTE A: - R$ 9.600,00 (NOVE MIL E SEISCENTOS REAIS) REFERENTES À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISE DE ATÉ 40 (QUARENTA) ECGS MENSAIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, NO VALOR MENSAL DE R$ 800,00 (OITOCENTOS REAIS); - R$ 1.772,50 (UM MIL, SETECENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) REFERENTES A 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) LAUDOS EXCEDENTES, AO VALOR UNITÁRIO DE R$ 7,09 (SETE REAIS E NOVE CENTAVOS) POR EXAME.**
CONTRATO Nº	**016/2026**
DATA DE ASSINATURA:	**16/01/2026**

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:02984775

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 031

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO 031/2026

A Prefeitura Municipal de Pedrinópolis – MG, torna público o Extrato Do Termo de Contrato sendo:

CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINOPOLIS**
GESTOR:	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
CONTRATADA:	**42.215.479 ANA CAROLINA RESENDE FERNANDES**
CNPJ Nº	**42.215.479/0001-23**
OBJETO:	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO, EM POLIETILENO, COM TRANSPORTE, MONTAGEM E HIGIENIZAÇÃO, A SEREM UTILIZADOS NA REALIZAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES FESTIVAS DO CALENDÁRIO ANUAL DE 2026 DO MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS/MG.**
VIGÊNCIA:	**O PRAZO DE VIGÊNCIA SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DESTE CONTRATO.**
PROCESSO Nº	**014/2026**
MODALIDADE:	**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2026**
VALOR:	**R$ 35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL REAIS).**
CONTRATO Nº	**031/2026**
DATA DE ASSINATURA:	**26/02/2026**

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:3B56FCA1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO E CONSTRUÇÃO DA PONTE PRÉ-MOLDADA, ACESSO À ZONA RURAL – FUNDÃO, NO MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS-MG, PARA ATENDER A RESOLUÇÃO SEGOV Nº 16, DE 29 DE ABRIL DE 2025, CONVÊNIO: 9464843 - TRANSFERENCIA ESPECIAL, Nº INDICACAO: 163944, Nº DO PLANO SIGCON: 1053864, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

A autoridade competente, declara homologação o objeto da presente licitação a proponente: **PULHIEZ TERRAPLANAGEM E PAVIMENTACÃO LTDA- 24.687.803/0001-24,** nos seguinte termo:

FORNECEDOR: PULHIEZ TERRAPLANAGEM E PAVIMENTACÃO LTDA- 24.687.803/0001-24

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	VR. UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1,00	SV	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO E CONSTRUÇÃO DA PONTE PRÉ-MOLDADA, ACESSO À ZONA RURAL – FUNDÃO, NO MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS-MG, PARA ATENDER A RESOLUÇÃO SEGOV Nº 16, DE 29 DE ABRIL DE 2025, CONVÊNIO: 9464843 - TRANSFERENCIA ESPECIAL, Nº INDICACAO: 163944, Nº DO PLANO SIGCON: 1053864	R$ 156.000,00	R$ 156.000,00

CENTO E CINQUENTA E SEIS MIL REAIS

PEDRINÓPOLIS-MG, 24 DE FEVEREIRO DE 2026.

RAFAEL FERREIRA SILVA –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:B90E6E53

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDIGÃO

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO Nº 2047 DE 30 DE FEVEREIRO DE 2026.

A Prefeitura Municipal de Perdigão/MG torna público o decreto n° 2.047 de 27 de fevereiro de 2026 que autoriza a contratação de servidores para o mês de fevereiro de 2026 em caráter de substituição de servidores afastados por licença doença e rescisão de contrato de trabalho. O decreto está publicado na integra no site: https://perdigao.mg.gov.br/conteudo/transparencia
Perdigão/MG, 27 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Marta Antunes Esteves Silva
Código Identificador:926737D0

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 35/2026

PORTARIA N° 35/2026

"Exonera, a pedido, servidora ocupante de cargo efetivo de Professor Ensino Básico PEB e determina outras providências. "

O Prefeito Municipal de Perdigão - MG, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Art.100 da lei Orgânica do Município de Perdigão e, considerando a Lei 937 de 06 de março de 1991.

RESOLVE:
Artigo 1° - Exonerar, a pedido, a Servidora Pública Municipal, Maria Aparecida da Silva, ocupante do cargo efetivo de Professor Ens. Básico – PEB, matrícula 1462, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com término do seu exercício no referido cargo efetivo em 02/02/2026.
Artigo 2° - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/02/2026.

Perdigão, 27 de fevereiro de 2026.

JULLIANO LACERDA LINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marta Antunes Esteves Silva
Código Identificador:82765EE1

LICITAÇÕES E CONTRATOS
2° T.A QUANTITATIVO AO CONTRATO N°77/2024 - COOPRAFAD

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIGÃO-MG, torna público a publicação do 2° Termo Aditivo ao Contrato nº: 077/2024, do Processo Licitatório nº: 000057/2024, Inexigibilidade n° 00018/2024, Chamada Pública n° 0004/2024. Objeto: CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO EXCLUSIVA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, EM ATENDENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, REGIDO PELA LEI Nº 11.947 DE 16/07/2009, RESOLUÇÃO/FNDE Nº 06 DE 08/05/2020. O Termo Aditivo está disponível para acesso no site: www.perdigao.mg.gov.br. Perdigão/MG, 27 de fevereiro de 2026.

JULLIANO LACERDA LINO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rosária Morato Lemos Rodrigues
Código Identificador:93271037

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIGÃO-MG, torna público o Aviso de Contratação Direta da Dispensa n°:0008/2026. Objeto**:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO DE DOSSIÊS DE TOMBAMENTO DE BENS CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE PERDIGÃO/MG. Recebimento das propostas: 02/03/2026 a 05/03/2026, e-mail: licitacao@perdigao.mg.gov.br ou pela plataforma digital: https://licitar.digital/. Mais informações através no site: www.perdigao.mg.gov.br. Perdigão/MG, 27 de fevereiro de 2026.

ROSÁRIA MORATO LEMOS RODRIGUES –
Agente de Contratações.

Publicado por:
Rosária Morato Lemos Rodrigues
Código Identificador:CD1B53CB

LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIGÃO-MG, torna público o Contrato referente ao Processo Licitatório nº: 00013/2026, Inexigibilidade nº: 0007/2026. OBJETO: **Contratação de empresa especializada em Educação Bilíngue para a implantação, execução e acompanhamento de programa educacional para Educação Infantil da rede municipal de perdigão, mg**. Contrato n° 013/2026, em favor de: SYSTEMIC EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA, CNPJ: 07.788.981/0001-22. Valor global de R$ 400.500,00 (quatrocentos mil e quinhentos reais), para a vigência de 12 (doze) meses. Mais informações está disponível no site www.perdigao.mg.gov.br. Perdigão/MG, 27 de fevereiro de 2026.

JULLIANO LACERDA LINO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rosária Morato Lemos Rodrigues
Código Identificador:736DBA19

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIGÃO-MG, torna público a Homologação do Processo Licitatório nº: 00013/2026, Inexigibilidade nº: 0007/2026. OBJETO: **Contratação de empresa especializada em Educação Bilíngue para a implantação, execução e acompanhamento de programa educacional para Educação Infantil da rede municipal de perdigão, mg**. Em favor de: SYSTEMIC EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA, CNPJ: 07.788.981/0001-22. Valor global de R$ 400.500,00 (quatrocentos mil e quinhentos reais), para a vigência de 12 (doze) meses. Mais informações está disponível no site www.perdigao.mg.gov.br. Perdigão/MG, 27 de fevereiro de 2026.

JULLIANO LACERDA LINO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rosária Morato Lemos Rodrigues
Código Identificador:23652882

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDIZES

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA, MEIO AMBIENTE E LIMPEZA PÚBLICA
EXTINÇÃO CONTRATUAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES EXTINÇÃO DE CONTRATO Nº 060/2025. ORIGEM: PROCESSO Nº 060/2025 – INEXIGILIBILIDADE Nº 018/2025. OBJETO: O presente termo tem por objeto a extinção consensual do CONTRATO a contar de (02/01/2026), firmado entre o Município de Perdizes e a empresa Yete Ambiental – Consultoria e Engenharia Ltda, conforme dispõe o art 137, inciso VIII e art. 138, inciso II ambos da Lei 14.133/21. Certifico que a presente Extinção Contratual foi publicada e exposta no Quadro de Avisos da PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES MG. Perdizes MG, 02 de Janeiro de 2026.

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Antonio Fraga Junior
Código Identificador:A5602BCE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA ELETRONICA DE LICITAÇÃO PROCESSO DE ADMINISTRATIVO nº 029/2026 DISPENSA ELETRONICA DE LICITAÇÃO Nº 008/2026 O MUNICIPIO DE PERDIZES MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.140.772/0001-94, com sede na Av. Gercino Coutinho, 20 – Centro CEP 38.170-000 localizado na cidade de Perdizes/MG, através da agente de contratação designada para dispensas de licitação através do Decreto nº 4.142, de 18 de fevereiro de 2026, Katiucia Ferreira Aguiar, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo que tem por objeto a "Dispensa para Contratação de empresa para fornecimento de eletrodomésticos e

mobiliários destinados à estruturação do Centro-Dia do município de Perdizes – MG, para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social, conforme especificações contidas no termo de referência e demais anexos, utilizando-se recursos Federais previstos na Resolução SEDESE n.º 44, de 27 de maio de 2024, plano de serviço n.º 4251001255/2024 e SIAF n.º 9429541. Visando atender o disposto no art. 75, § 3° da Lei Federal nº 14.133/2021, devidamente regulamenta pelo Decreto Municipal nº 4.024 de 01 de Agosto de 2025 e Decreto Federal nº 11.871/2023, abre-se prazo de 3 (três) dias úteis, às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas adicionais à municipalidade. INÍCIO DE ENVIO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: 27/02/2026 TÉRMINO DE ENVIO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: 06/03/2026 às 07:59h DATA E HORA DA DISPUTA: 06/03/2026 das 08:00 h às 14:00 h ENDEREÇO ELETRÔNICO: (https://www.licitanet.com.br/) Termo de referência e este aviso estarão disponiveis no site da prefeitura: http://www.perdizes.mg.gov.br/licitacao.php e portal da LICITANET atraves do site https://www.licitanet.com.br/processos. Dúvidas e esclarecimento podem ser obtidos através do e-mail acima ou pelo telefone: (34) 36631341, das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira. Perdizes/MG, 27 de fevereiro de 2026.

FLAMARION ALVES CARVALHO
Chefe do Setor de Licitações

Publicado por:
Wilson Antonio Fraga Junior
Código Identificador:C045C71E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES EXTRATO DE CONTRATO ORIGEM: PROCESSO Nº 152/2025 – DISPENSA Nº 043/2025 OBJETO: Contratação Direta por dispensa de licitação para a Contratação do SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, CNPJ nº 03.447.242/0070-48, para a realização de dois cursos profissionalizantes presenciais, voltados à população em situação de vulnerabilidade social atendida pelo CRAS do Município de Perdizes, com foco na qualificação profissional, geração de renda e inclusão produtiva nos termos do art. 75, XV da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme especificações e condições contidas neste Termo de Referência. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Perdizes – MG; CONTRATADA: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC/MG; Valor Global de R$ 22.099,47 (vinte e dois mil noventa e nove reais e quarenta e sete centavos). PERÍODO DO CONTRATO: Da assinatura do contrato até 12 (doze) meses. Fernando Marangoni Prefeito Municipal Certifico que o presente Extrato de Contrato foi publicado e exposto no Quadro de Avisos da PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES - MG. Perdizes - MG, 14 de outubro de 2025.

KATIUCIA FERREIRA AGUIAR
Agente de Contratação

Publicado por:
Wilson Antonio Fraga Junior
Código Identificador:E601EFF7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 026/2025 ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 010/2025 OBJETO: A contratação de empresa para fornecimento de cesta básica para ser distribuída para as famílias carentes deste município pelo Centro De Referência De Assistência Social – CRAS para o exercício de 2025, de acordo com as especificações mínimas indicadas no Termo de Referência, anexo I, deste Edital. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Perdizes - MG CONTRATADOS: Comercial Perdigueira LTDA, com o valor global de R$ 451.500,00 (Quatrocentos e cinquenta e um mil e quinhentos reais) PRAZO DE VIGÊNCIA: da data de sua assinatura vigorando até 12 de Maio de 2026 Fernando Marangoni Prefeito Municipal Certifico que o presente Extrato de Contrato foi publicado e exposto no Quadro de Avisos da PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES - MG. Perdizes - MG, 12 de Maio de 2025.

KATIUCIA FERREIRA AGUIAR
Agente de Contratação

Publicado por:
Wilson Antonio Fraga Junior
Código Identificador:E76FB480

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA Nº 043/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 152/2025 OBJETO: Contratação Direta por dispensa de licitação para a Contratação do SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, CNPJ nº 03.447.242/0070-48, para a realização de dois cursos profissionalizantes presenciais, voltados à população em situação de vulnerabilidade social atendida pelo CRAS do Município de Perdizes, com foco na qualificação profissional, geração de renda e inclusão produtiva nos termos do art. 75, XV da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme especificações e condições contidas neste Termo de Referência. CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de dispensa de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do prestador de serviços, quanto pela justificativa dos preços. CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 75, inciso XV da Lei Federal 14.133/2021; CONSIDERANDO que o PARECER JURIDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação; RECONHEÇO a contratação por meio de Dispensa de Licitação, considerando, a orientação disposta no Parecer Jurídico, nos termos do Artigo 75, Inciso XV, da Lei Federal nº 14.133 de 2021. ATO DE RATIFICAÇÃO No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 75, II da Lei Federal 14.133/2021 RATIFICO este processo de Dispensa, para contratação da empresa SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 03.447.242/0070-48, pelo valor total de R$ 22.099,47 (vinte e dois mil noventa e nove reais e quarenta e sete centavos); PRAZO DE VIGENCIA até 12 (doze) meses, tendo o presente constante dos autos. Publique-se. Perdizes – MG, 14 de outubro 2025

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Antonio Fraga Junior
Código Identificador:79C28483

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 026/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 007/2026 Prefeitura Municipal de Perdizes MG, torna público a quem possa interessar, que está aberta licitação modalidade Pregão Eletrônico Nº 007/2026, Objeto: Registro de preços para a futura e eventual aquisição de materiais esportivos, visando atender às demandas das atividades esportivas, recreativas e de inclusão social promovidas pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo e Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme condições e exigências estabelecidas no anexo I, Termo de Referência deste Edital. Data e horário do recebimento das propostas: Disponível acolhimento das propostas, 23/02/2026, data e horário das disputas: 16/03/2026 ás 09:00hs. Disponibilização do edital e informações no endereço eletrônico, www.licitanet.com.br; www.perdizes.mg.gov.br, editais. Contato (34) 3663 1341 – Setor de Licitação. Perdizes MG, 27 de fevereiro de 2026.

RAY TELES DE SOUSA LEMOS
Assessor de Licitação

Publicado por:
Wilson Antonio Fraga Junior
Código Identificador:A5E5D0E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2026 PROCESSO N.º 002/2026 OBJETO: Constitui objeto desde instrumento: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de arbitragem esportiva, destinada ao atendimento das competições, eventos e atividades esportivas promovidos ou apoiados pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo de Perdizes/MG, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, anexo I, deste Edital, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026. O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 001/2026, e considerando a legitimidade do procedimento licitatório, e especialmente o resultado do julgamento das propostas de preço, proferida pelo Agente de Contratação e de conformidade com Decreto Municipal n° 2.8814 de 17 de Novembro de 2021, Decreto Municipal Nº 2.306 de 26 de Maio de 2020, Decreto Municipal n° 3.153 de 10 de Junho de 2022, Lei complementar n° 123 de Dezembro de 2006 e Lei Federal n.º 14.133 de 1° de Abril de 2021 e suas alterações. RESOLVE: HOMOLOGAR o presente procedimento licitatório à empresa L & M ESPORTES LTDA, de acordo com o descrito abaixo. Com este ato fica convocado o proponente vencedor para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do Decreto Municipal n° 3.153 de 10 de Junho de 2022 e art. 89, da Lei n.º 14.133 de 1° de Abril de 2021, sob pena de decair o direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 desta Lei. Perdizes - MG, 13 de fevereiro de 2026

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Antonio Fraga Junior
Código Identificador:8E8CBDB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES EXTRATO DE CONTRATO ORIGEM: PROCESSO Nº 014/2026 – DISPENSA Nº 003/2026 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA DE IMPORTAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS, com suporte técnico e manutenção, incluindo instalação, implantação, configuração, parametrização, migração e integração de dados, treinamento e assessoria, para atender as necessidades desta secretaria requisitante, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Perdizes – MG; CONTRATADA: Alterdata tecnologia em Informática LTDA; Valor Global de R$ 27.700,00 (vinte e sete mil setecentos reais). PERÍODO DO CONTRATO: da assinatura do contrato vigorando por 12 (doze) meses. Certifico que o presente Extrato de Contrato foi publicado e exposto no Quadro de Avisos da PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES - MG. Perdizes - MG, 06 de fevereiro de 2026.

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Antonio Fraga Junior
Código Identificador:CF682A07

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA Nº 003/2026 PROCESSO Nº 014/2026 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA DE IMPORTAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS, com suporte técnico e manutenção, incluindo instalação, implantação, configuração, parametrização, migração e integração de dados, treinamento e assessoria, para atender as necessidades desta secretaria requisitante, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de dispensa de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do prestador de serviços, quanto pela justificativa dos preços. CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 75 da Lei Federal 14.133/2021; CONSIDERANDO que o PARECER JURIDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação; RECONHEÇO a contratação por meio de Dispensa de Licitação, considerando, a orientação disposta no Parecer Jurídico, nos termos do Artigo 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133 de 2021. ATO DE RATIFICAÇÃO No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 75, II da Lei Federal 14.133/2021 RATIFICO este processo de Dispensa, para contratação da empresa Alterdata Tecnologia em informática LTDA, CNPJ 36.462.778/0001-60, pelo VALOR GLOBAL R$ 27.700,00 (vinte e sete mil e setecentos reais).; PRAZO DE VIGENCIA da assinatura do contrato vigorando por 12 (doze) meses, tendo o presente constante dos autos. Publique-se. Perdizes – MG, 06 de fevereiro de 2026

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Antonio Fraga Junior
Código Identificador:347A4EBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
EXTRATO IV TERMO DE ADITAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES EXTRATO – IV TERMO ADITIVO DE CONTRATO N° 009/2024 ORIGEM: PROCESSO Nº 004/2024 – Pregão Eletrônico Nº 003/2024. OBJETO: A alteração da cláusula 2.1 do Contrato original, alterando o quantitativo do ítem "SERVIÇO DE ACESSO A PONTO DE INTERNET SENDO URBANA, VELOCIDADE DE 100MB FIBRA, EQUIPAMENTO ONU FIBRA OPTICA COM WIFI, SENDO PAGAMENTO MENSAL, INCLUINDO EQUIPAMENTO. A alteração mencionada no ítem anterior gerará um acréscimo quantitativo do valor inicial Contrato nº 009/2024, com fundamento no art. 124, inciso I, "b" e art. 125 da Lei 14.133/2021. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Perdizes - MG CONTRATADO: Onlink Telecom LTDA Certifico que o presente Extrato de Contrato foi publicado e exposto no Quadro de Avisos da PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES - MG. Perdizes - MG, 29 de janeiro de 2026

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Antonio Fraga Junior
Código Identificador:5FA4B479

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 185/2025 CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº: 019/2025 OBJETO: Constitui objeto deste instrumento a Contratação de empresa especializada para execução de Pavimentação Asfáltica em vias urbanas, no município de Perdizes/MG, com fornecimento integral de mão de obra e materiais, de acordo com as especificações mínimas indicadas no anexo I deste edital - Projeto Básico, Concorrência nº 019/2025 e seus anexos. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Perdizes - MG CONTRATADOS: CONSTRUTORA CFC LTDA, com o valor global de R$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais) PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 04 (quatro) meses consecutivos. Certifico que o presente Extrato de Contrato foi publicado e exposto no Quadro de Avisos da PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES - MG. Perdizes - MG, 11 de fevereiro de 2026.

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Antonio Fraga Junior
Código Identificador:707AB52D

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES EXTRATO DE CONTRATO ORIGEM: PROCESSO Nº 025/2026 – DISPENSA Nº 006/2026 OBJETO: Contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, XI da Lei Federal nº14.133/2021 de Consórcio Interfederativo Minas Gerais - CIMINAS para a celebração de Contrato de Programa para a prestação pelo CIMINAS, de prestação serviços de projetos de edificações, no município de Perdizes/MG. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Perdizes – MG CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS PERÍODO DO CONTRATO: Da assinatura do contrato vigorando até 22/01/2027. Valor Global de R$ 515.387,95 (quinhentos e quinze mil trezentos e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos). Fernando Marangoni Prefeito Municipal Certifico que o presente Extrato de Contrato foi publicado e exposto no Quadro de Avisos da PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES - MG. Perdizes - MG, 19 de fevereiro de 2026.

KATIUCIA FERREIRA AGUIAR
Agente de Contratação

Publicado por:
Wilson Antonio Fraga Junior
Código Identificador:D9EF9A10

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 019/2025 PROCESSO N.º 185/2025 OBJETO: Constitui objeto deste instrumento a Contratação de empresa especializada para execução de Pavimentação Asfáltica em vias urbanas, no município de Perdizes/MG, com fornecimento integral de mão de obra e materiais, de acordo com as especificações mínimas indicadas no anexo I deste edital - Projeto Básico, Concorrência nº 019/2025 e seus anexos. O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo Licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica nº 019/2025, e considerando a legitimidade do procedimento licitatório, e especialmente o resultado do julgamento das propostas de preço, proferida pelo Agente de Contratação e de conformidade com Decreto Municipal n° 2.8814 de 17 de Novembro de 2021, Decreto Municipal Nº 2.306 de 26 de Maio de 2020, Decreto Municipal n° 3.153 de 10 de Junho de 2022, Lei complementar n° 123 de Dezembro de 2006 e Lei Federal n.º 14.133 de 1° de Abril de 2021 e suas alterações. RESOLVE: HOMOLOGAR o presente procedimento licitatório à empresa CONSTRUTORA CFC LTDA, de acordo com o descrito abaixo. Com este ato fica convocado o proponente vencedor para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do Decreto Municipal n° 3.153 de 10 de Junho de 2022 e art. 89, da Lei n.º 14.133 de 1° de Abril de 2021, sob pena de decair o direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 desta Lei. Perdizes - MG, 11 de fevereiro de 2026

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Antonio Fraga Junior
Código Identificador:4752B469

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DE DIPENSA PROCESSO N.º 025/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 006/2026 Considerando os pareceres favoráveis da Comissão Permanente de Licitações desta Prefeitura Municipal, nos termos e efeitos da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, R A T I F I C O integralmente o processo de Dispensa de licitação que versa sobre contratação direta por dispensa de licitação, nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021 do Consórcio Interfederativo Minas Gerais - CIMINAS, para Contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, xi da Lei Federal nº14.133/2021 de Consórcio Interfederativo Minas Gerais - CIMINAS para a celebração de Contrato de Programa para a prestação pelo CIMINAS, de prestação serviços de projetos de edificações, no município de Perdizes/MG. Processo n.º 025/2026 – Dispensa n.º 006/2026; CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Perdizes - MG, CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS, inscrito no CNPJ 19.493.732/0001-99, com o valor global a ser pago de R$ 515.387,95 (quinhentos e quinze mil trezentos e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos) VIGÊNCIA: Da assinatura do contrato vigorando até 22/01/2027. Após as anotações de praxe, ao arquivo com as cautelas que o caso requer. Publique-se. Cumpra-se. Perdizes - MG, 19 de fevereiro de 2026.

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Antonio Fraga Junior
Código Identificador:CE80ED0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
EXTRATO I TERMO DE ADITAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES EXTRATO – TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA APPA Nº 097/2025 ORIGEM: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2025 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2025 OBJETO: Constitui objeto deste instrumento a Contratação de empresa especializada em engenharia civil para realizar a reforma e ampliação da associação Perdizense de Proteção Animal “Jose Sabiá” – APPA. A prestadora de serviços será responsável pelo fornecimento integral de materiais e mão de obra, que tem por finalidade atender a demanda necessária do município de Perdizes, de acordo com as especificações mínimas indicadas neste projeto básico– Anexo I do Edital de Concorrência nº 005/2025 e seus anexos. CONTRATANTE: Município de Perdizes-MG CONTRATADA: D2D CONTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA DA ALTERAÇÃO: O valor global do contrato original que era de R$ 363.000,07 (trezentos e sessenta e três mil e sete centavos) fica acrescido de R$ 59.950,97 (cinquenta e nove mil, novecentos e cinquenta reais e noventa e sete centavos) o qual passará para R$ 422.951,04 (quatrocentos e vinte e dois mil novecentos e cinquenta e um reais e quatro centavos). Certifico que o presente Extrato de Termo Aditivo foi publicado e exposto no Quadro de Avisos da PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES - MG. Perdizes MG, 26 de fevereiro de 2026.

Município de Perdizes-MG
FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Antonio Fraga Junior
Código Identificador:9711E391

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO N.º 066/2025 ORIGEM: INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO N.º 004/2025 OBJETO: Contratação de profissionais liberais, na qualidade de pessoa jurídica, para a prestação de serviços médicos especializados, nas funções de médico pediatra, médico neuropediatra, médico ultrassonografista obstétrico e médico ultrassonografista geral, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Perdizes - MG CONTRATADO: OPÇÃO DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA, com o valor global de R$

250.559,827 (duzentos e cinquenta mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e oito dois sete centavos) PRAZO DE VIGÊNCIA: A partir da data da assinatura do contrato, vigorando até por 12(doze) meses. Fernando Marangoni Prefeito Municipal Certifico que o presente Extrato de Contrato foi publicado e exposto no Quadro de Avisos da PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES - MG. Perdizes - MG, 09 de fevereiro de 2026

KATIUCIA FERREIRA AGUIAR
Agente de Contratação.

Publicado por:
Wilson Antonio Fraga Junior
Código Identificador:D4F9B90D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO I TERMO DE ADITAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES EXTRATO – I TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 031/2025. ORIGEM: PROCESSO Nº 016/2025 – Inexigibilidade/Credenciamento nº 001/2025 OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração da CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, do Contrato, conforme Processo licitatório nº 031/2025, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PERDIZES/MG e o contratado, JOÃO PONTES SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, em data de 19 de janeiro de 2025. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Perdizes. CONTRATADO: João Pontes Serviços Médicos LTDA. Do Preço: O preço mensal do presente contrato é de R$ 15.986,97(quinze mil, novecentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos) será reajustado para o valor mensal de R$ 16.613,89 (dezesseis mil, seiscentos e treze reais e oitenta e nove centavos). O valor anual do contrato também sofrerá reajuste com os impactos proporcionais do valor mensal para os meses remanescentes do prazo de vigência, e tal alteração de valor passa a valer a partir da data deste termo de aditamento. Certifico que o presente Extrato de Contrato foi publicado e exposto no Quadro de Avisos da PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES MG. Perdizes MG, 24 de fevereiro de 2026.

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Antonio Fraga Junior
Código Identificador:07C6C906

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE PERDÕES
EXTRATO DE AVISO DE CONTRATAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 04/2026

A Câmara Municipal de Perdões torna público a autorização da abertura do Processo de Contratação Direta nº 04/2026 – Dispensa de licitação nº 04/2026, que tem como objeto a prestação de serviços de monitoramento eletrônico 24 (vinte e quatro) horas, bem como manutenção preventiva e corretiva do sistema de câmeras de vigilância e alarmes instalados nas dependências da Câmara Municipal de Perdões, **com abertura para recebimento de propostas às 12:00h do dia 02.03.2026 e a data limite para apresentação de propostas até às 12:00h do dia 05.03.2026.**
O termo de referência poderá ser acessados através do link: Portal Nacional de Contratações Públicas.
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: licitacao@cmperdoes.mg.gov.br

Perdões, 27 de fevereiro de 2026.

FLORISVALDO DINIZ
Presidente da Câmara

Publicado por:
Jonas Ribeiro Campos
Código Identificador:8151E1D9

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 5.489 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026. NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS PARA FINS DE ITBI.

DECRETO Nº 5.489 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS PARA FINS DE ITBI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERDÕES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Perdões;

CONSIDERANDO a existência de imóveis necessitando de avaliação atualizada para fins de ITBI;

CONSIDERANDO a necessidade de correta avaliação destes bens, principalmente atendendo ao disposto no artigo 5º, inciso XXIII da Constituição Federal e os ditames do Código Tributário Municipal e do Código Tributário Federal;

DECRETA:

Art. 1º: Ficam nomeados os servidores e auxiliares abaixo relacionados com a finalidade de efetuar a vistoria e avaliação com respectivo laudo fotográfico do(s) imóvel(s) descrito(s) no art. 2º deste Decreto:

I – Fernanda Vilela Martins Pinto, Brasileira, Casada, Servidora Municipal Departamento de Engenharia;
II – Eugênio Antônio Furtado de Faria, Brasileiro, Casado, Servidor Público Municipal;
III Tarcísio José de Santana, brasileiro, Casado, Corretor de Imóveis credenciado CRECI

Art. 2º. O(s) imóvel(s) e benfeitoria(s) a serem avaliados são o(s) seguinte(s): 01 avaliação conforme IMÓVEL(EIS)

Inscrição imobiliária	Matrícula	Descrição do imóvel
Rural	20135	Uma gleba de terras em pasto com 07-00-00 ha lugar denominado São Gonçalo ou Engenho

Art. 3º. A comissão de avaliação e vistoria, nominados no art. 1º, terá o prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar o respectivo laudo de avaliação e outro laudo de vistoria firmado por todos os membros.

§ 1º. Divergindo algum membro da comissão do valor ou da vistoria do imóvel, deixará de assinar o laudo e fará, no próprio laudo, despacho justificativo.

§2º. Apresentando-se alguma dificuldade na avaliação e no laudo o prazo do "caput" deste artigo poderá ser ampliado a critério do Prefeito Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 27 de fevereiro de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:657CB871

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11.494/2026 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO (FUNÇÃO PÚBLICA) - RENATA MARIA RODRIGUES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11.494/2026 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO (FUNÇÃO PÚBLICA)– DAS PARTES:

– MUNICÍPIO DE PERDÕES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça 1º de Junho, nº 03, Centro, Perdões/MG, CGC/MF nº 18.244.343/0001-67, neste denominado **CONTRATANTE,** representado pelo Prefeito Municipal, Guilherme Pereira Freitas, servidor público municipal, e do outro lado;
- RENATA MARIA RODRIGUES, brasileira, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Educacionais, portadora do CPF nº 064.xxx.xxx-50, residente na Rua José Vigilato Faria, bairro Povoado Serra do Peão – Perdões/MG, neste denominada **CONTRATADA,** celebram o presente termo.

2 – DOS CONSIDERANDOS:
2.1 – Necessidade inadiável do contratado para o bom e regular atendimento na área da Educação, para atuar como Auxiliar de Serviços Educacionais, em vaga existente;
2.2 – Observando o disposto na Lei Orgânica Municipal;
2.3 – Possibilidade Jurídica de contratação em caráter temporário, função pública, amparado na Lei Complementar nº 031/10 de 19.03.2010;
2.4 – Autorização legal quanto ao orçamento; rubrica 02.07.01.12.361.1201.2051.3.1.90.04.00 ficha 252.

3 – DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato Administrativo a contratação **RENATA MARIA RODRIGUES,** como Auxiliar de Serviços Educacionais, atuando junto a **Secretaria Municipal de Educação** com a carga horária de 150 (cento e cinquenta) horas mensais, sob o vínculo de natureza estatutária.

4 – DA REMUNERAÇÃO

Pela prestação de serviços a contratada fará jus a remuneração de R$ 1.699,37 (um mil seiscentos e noventa e nove reais trinta e sete centavos), sendo o referido valor passível dos descontos previdenciários**.**

5 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
5.1 – Cumprir com fidelidade o presente Contrato;
5.2 – Dar integral cumprimento à legislação aplicável.

6 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO
6.1 – Cumprir jornada de trabalho conforme estipulado no item "3";
6-2 – Cumprir com fidelidade todas as ordens emanadas da **Secretaria Municipal de Educação**, bem como se submeter ao regime constitucional adotado pela Prefeitura Municipal de Perdões.

7 – DAS CAUSAS DE RESCISÃO DESTE CONTRATO
7.1 – Por acordo entre as partes;
7.2 – Término do prazo aludido no item 8;
7.3 – Vontade unilateral do contratante amparada no interesse público;
7.4 - Ausência da contratada por prazo superior a 3 (três) dias, alternados ou não, de forma injustificada.

8 – DO PRAZO
O presente contrato é por prazo determinado, iniciando-se em **02 de fevereiro de 2026 a 18 de dezembro de 2026** podendo ocorrer antecipação de sua vigência atendendo a Portaria n.º 9.346/23 ou prorrogação havendo interesse das partes.

9 – DISPOSIÇÕES GERAIS
9.1 – Este contrato é de direito público e ao ser interpretado obedece às normas respectivas, em especial a lei complementar n.º 031/10 de 19.03.2010.
9.2 – As partes elegem o foro da comarca de Perdões para dirimir quaisquer dúvidas advindas deste contrato, não solucionadas pela via administrativa, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Perdões, 02 de fevereiro de 2026

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

RENATA MARIA RODRIGUES
Contratada

Publicado por:
Rosemery Aparecida Belchior
Código Identificador:2002F0B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11.495/2026 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO (FUNÇÃO PÚBLICA) - ANGELA MARIA JOANA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11.495/2026 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO (FUNÇÃO PÚBLICA)– DAS PARTES:

– MUNICÍPIO DE PERDÕES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça 1º de Junho, nº 03, Centro, Perdões/MG, CGC/MF nº 18.244.343/0001-67, neste denominado **CONTRATANTE,** representado pelo Prefeito Municipal, Guilherme Pereira Freitas, servidor público municipal e do outro lado;

- ANGELA MARIA JOANA, brasileira, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Educacionais, portadora do CPF n.º 096.xxx.xxx-81, residente na Rua: Vereador Sebastião Pereira, bairro Santa Terezinha – Perdões/MG, neste denominada **CONTRATADA,** celebram o presente termo.

2 – DOS CONSIDERANDOS:
2.1 – Necessidade inadiável do contratado para o bom e regular atendimento na área da Educação, para atuar como Auxiliar de Serviços Educacionais, em vaga existente.
2.2 – Observando o disposto na Lei Orgânica Municipal;
2.3 – Possibilidade Jurídica de contratação em caráter temporário, função pública, amparado na Lei Complementar nº 031/10 art. 101; de 19.03.2010.
2.4 – Autorização legal quanto ao orçamento; rubrica 02.07.01.12.361.1201.2051.3.1.90.04.00 ficha 252.

3 – DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato Administrativo a contratação de **ANGELA MARIA JOANA,** como Auxiliar de Serviços Educacionais, atuando junto a **Secretaria Municipal de Educação** com a carga horária de 150 (cento e cinquenta) horas mensais, sob o vínculo de natureza estatutária.

4 – DA REMUNERAÇÃO

Pela prestação de serviços a contratada fará jus a remuneração de R$ 1.699,37 (um mil seiscentos e noventa e nove reais trinta e sete centavos), sendo o referido valor passível dos descontos previdenciários.

5 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
5.1 – Cumprir com fidelidade o presente Contrato;
5.2 – Dar integral cumprimento à legislação aplicável.

6 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO
6.1 – Cumprir jornada de trabalho conforme estipulado no item "3";
6-2 – Cumprir com fidelidade todas as ordens emanadas da **Secretaria Municipal de Educação**, bem como se submeter ao regime constitucional adotado pela Prefeitura Municipal de Perdões.

7 – DAS CAUSAS DE RESCISÃO DESTE CONTRATO
7.1 – Por acordo entre as partes;
7.2 – Término do prazo aludido no item 8;
7.3 – Vontade unilateral do contratante amparada no interesse público;
7.4 - Ausência da contratada por prazo superior a 3 (três) dias, alternados ou não, de forma injustificada.

8 – DO PRAZO
O presente contrato é por prazo determinado, iniciando-se em **02 de fevereiro de 2026 a 18 de dezembro de 2026**, podendo ocorrer

antecipação de sua vigência atendendo a Portaria n.º 9.346/23 ou prorrogação havendo interesse das partes.

9 – DISPOSIÇÕES GERAIS
9.1 – Este contrato é de direito público e ao ser interpretado obedece às normas respectivas, em especial a lei complementar nº031/10 art. 101 de 19.03.2010.

9.2 – As partes elegem o foro da comarca de Perdões para dirimir quaisquer dúvidas advindas deste contrato, não solucionadas pela via administrativa, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Perdões, 02 de fevereiro de 2026

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ANGELA MARIA JOANA
Contratada

Publicado por:
Rosemery Aparecida Belchior
Código Identificador:2F9E2736

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 10.892/26 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, HÊNIA APARECIDA VERÔNICA DOS SANTOS CAMPOS

PORTARIA Nº 10.892/26 de 25 de fevereiro de 2026

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, *HÊNIA APARECIDA VERÔNICA DOS SANTOS CAMPOS*

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento da saúde a Servidora Pública Municipal ***HÊNIA APARECIDA VERÔNICA DOS SANTOS CAMPOS***, de 15 (quinze) dias no período de 25/02/2026 A 11/03/2026, conforme atestado médico apresentado na Secretaria Municipal de Recursos Humanos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 25 de fevereiro de 2026

GULHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Rosemery Aparecida Belchior
Código Identificador:A4A08345

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 10.893/26 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026 CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, SIMONE APARECIDA AZEVEDO CARDOSO OLIVEIRA, PARA ACOMPANHAR SUA FILHA

PORTARIA Nº 10.893/26 de 26 de fevereiro de 2026

CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, *SIMONE APARECIDA AZEVEDO CARDOSO OLIVEIRA*, PARA ACOMPANHAR SUA FILHA

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar 031/2010, art. 162, alterada pela Lei Complementar 107/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença à servidora pública municipal **SIMONE APARECIDA AZEVEDO CARDOSO OLIVEIRA** de 10 (dez) dias no período de 26/02/2026 a 07/03/2026, para acompanhar sua filha, conforme atestado médico apresentado na Secretaria Municipal de Recursos Humanos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 26 de fevereiro de 2026

GULHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Rosemery Aparecida Belchior
Código Identificador:74D00C0B

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA N.º 10.894/26 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026 CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, LAÍS CARVALHO ANDRADE RESENDE, PARA ACOMPANHAR SEU FILHO

PORTARIA N.º 10.894/26 de 26 de fevereiro de 2026

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, *LAÍS CARVALHO ANDRADE RESENDE*, PARA ACOMPANHAR SEU FILHO

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.697/94, Art. 104,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença à servidora pública municipal, **LAÍS CARVALHO ANDRADE RESENDE,** de 10 (dez) dias, no período de 02/03/2026 a 11/03/2026, para acompanhar seu filho, conforme atestado apresentado no Departamento de Recursos Humanos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 26 de fevereiro de 2026

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Rosemery Aparecida Belchior
Código Identificador:4F30F6E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 10.895/26 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026. CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CRISTIANNY DAS GRAÇAS PEREIRA ALMEIDA FREIRE

PORTARIA nº 10.895/26 de 27 de fevereiro de 2026.

CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, *CRISTIANNY DAS GRAÇAS PEREIRA ALMEIDA FREIRE*

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 195, parágrafo 1º, das

Férias Prêmio, da Lei Complementar nº 031/2010, Estatuto do Magistério do Servidor Público do Município de Perdões,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Pública Municipal ***CRISTIANNY DAS GRAÇAS PEREIRA ALMEIDA FREIRE***, parte de suas férias prêmio referente ao período aquisitivo de *01/03/2021 a 28/02/2026*, que serão gozadas a partir de **02/03/2026 a 31/03/2026** no total de 30 (trinta) dias.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 27 de fevereiro de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Rosemery Aparecida Belchior
Código Identificador:2317E69F

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 10.896/26 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026. CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ROSIANE DA PENHA CARVALHO PEREIRA

PORTARIA nº 10.896/26 de 27 de fevereiro de 2026.

CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, *ROSIANE DA PENHA CARVALHO PEREIRA*

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 195, parágrafo 1º, das Férias Prêmio, da Lei Complementar nº 031/2010, Estatuto do Magistério do Servidor Público do Município de Perdões,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Pública Municipal ***ROSIANE DA PENHA CARVALHO PEREIRA***, parte de suas férias prêmio referente ao período aquisitivo de *01/10/2011 A 30/09/2016*, que serão gozadas a partir de **02/03/2026 a 31/03/2026** no total de 30 (trinta) dias.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 27 de fevereiro de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Rosemery Aparecida Belchior
Código Identificador:A21E4D38

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 10.897/26 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026. CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, SALETE FREIRE

PORTARIA nº 10.897/26 de 27 de fevereiro de 2026.

CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, *SALETE FREIRE*

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 195, parágrafo 1º, das Férias Prêmio, da Lei Complementar nº 031/2010, Estatuto do Magistério do Servidor Público do Município de Perdões,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Pública Municipal ***SALETE FREIRE***, parte de suas férias prêmio referente ao período aquisitivo de *02/03/2018 A 01/03/2023*, que serão gozadas a partir de **02/03/2026 a 31/03/2026** no total de 30 (trinta) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 27 de fevereiro de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Rosemery Aparecida Belchior
Código Identificador:95A9585D

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 10.898/26 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026. CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GLAYSON REZENDE

PORTARIA Nº 10.898/26 de 27 de fevereiro de 2026.

CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL *GLAYSON REZENDE*

O Prefeito de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Artigo 92, Capítulo III, das Férias Prêmio, da Lei Municipal nº 1.697/94, Estatuto do Servidor Público do Município de Perdões e da Lei Complementar n.º 108/2022;

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao servidor público municipal ***GLAYSON REZENDE,*** PARTE suas férias prêmio referente o período aquisitivo de *01/04/2003 A 31/03/2013*, que serão gozadas no período de 02/03/2026 A 31/03/2026, no total de 30 (trinta) dias.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 27 de fevereiro de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretário Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Rosemery Aparecida Belchior
Código Identificador:6A59B450

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 10.899/26 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026. CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CLEIDEMAR COSTA DE OLIVEIRA

PORTARIA nº 10.899/26 de 27 de fevereiro de 2026.

CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, *CLEIDEMAR COSTA DE OLIVEIRA*

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 195, parágrafo 1º, das Férias Prêmio, da Lei Complementar nº 031/2010, Estatuto do Magistério do Servidor Público do Município de Perdões,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Pública Municipal ***CLEIDEMAR COSTA DE OLIVEIRA***, restante de suas férias prêmio referente ao período aquisitivo de *01/03/2016 a 28/02/2021*, que serão gozadas a partir de **02/03/2026 a 31/03/2026** no total de 30 (trinta) dias.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 27 de fevereiro de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Rosemery Aparecida Belchior
Código Identificador:BFF0755F

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 10.900/26 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.
CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSÉ ALEXANDRE DE MORAIS

PORTARIA Nº 10.900/26 de 27 de fevereiro de 2026.

CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL *JOSÉ ALEXANDRE DE MORAIS*

O Prefeito de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Artigo 92, Capítulo III, das Férias Prêmio, da Lei Municipal nº 1.697/94, Estatuto do Servidor Público do Município de Perdões e da Lei Complementar n.º 108/2022;

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao servidor público municipal ***JOSÉ ALEXANDRE DE MORAIS,*** PARTE suas férias prêmio referente o período aquisitivo de *01/04/2003 A 31/03/2013*, que serão gozadas no período de 02/03/2026 A 31/03/2026, no total de 30 (trinta) dias.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 27 de fevereiro de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretário Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Rosemery Aparecida Belchior
Código Identificador:46E3BBAD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRANGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA
PORTARIA Nº 027/2026 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

Exonera Assessor Direto de Departamento do Município de Piranga/MG e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piranga/MG, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:
Art. 1º. Exonerar a Sr. **ERLI MACIEL VIEIRA**, inscrito no CPF nº 080.553.316-85 do cargo comissionado e de provimento amplo de **ASSESSOR DIRETO DE DEPARTAMENTO** do Município de Piranga/MG.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Piranga-MG, 27 de fevereiro de 2026.

LUIS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcus Tomaz Heleno
Código Identificador:8BF4CB63

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeito Municipal de Piranga/MG. AVISO DE HOMOLOGAÇÃO. Proc. Licitatório nº. 044/2026. Inexigibilidade nº. 019/2026. O Prefeito do Município de Piranga/MG, no uso e gozo de suas atribuições legais e, com fulcro no art. 74 inciso II da Lei 14.133/2021, HOMOLOGA a Inexigibilidade que tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL DO ARTISTA XANDE DE PILARES, EM VIRTUDE DA REALIZAÇÃO DO EVENTO 'FESTIVAL GASTRONÔMICO SABORES DAS VILLAS – 6ª EDIÇÃO', A SER REALIZADO NO DIA 09 DE MAIO DE 2026, POR MEIO DO CONVÊNIO Nº 982030/2025, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DO TURISMO E O MUNICÍPIO DE PIRANGA/MG. Contratada: GOLD MUSIC LTDA - CNPJ: 25.194.509/0001-43, Valor Total de R$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais). Período de 04 (quatro) meses.
Piranga/MG, 27/02/2026.

LUÍS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:B101740E

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA - MG: AVISO DE LICITAÇÃO. Processo Licitatório Nº. 042/2026, Pregão Eletrônico Nº. 90010/2026, Registro de Preços nº. 006/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA CUMPRIMENTO DE ORDENS JUDICIAIS. Data de abertura: 19/03/2026 às 09:00 horas. Edital e informações: pelo e-mail licitacao@piranga.mg.gov.br ou pelo site: https://www.piranga.mg.gov.br/licitacoes.

Piranga/MG, 19/02/2026.

MARCUS TOMAZ HELENO
Secretário Municipal de Administração
Por Delegação – Decreto Municipal nº 5161/2025

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:8B90FF72

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA - MG: AVISO DE LICITAÇÃO. Processo Licitatório Nº. 032/2026, Pregão Eletrônico Nº. 90006/2026, Registro de Preços nº. 003/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR – CAMINHÃO BASCULANTE, PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA LIMPEZA URBANA. Data de abertura: 20/03/2026 às 09:00 horas. Edital e informações: pelo e-mail licitacao@piranga.mg.gov.br ou pelo site: https://www.piranga.mg.gov.br/licitacoes.
Piranga/MG, 24/02/2026.

MARCUS TOMAZ HELENO
Secretário Municipal de Administração
Por Delegação – Decreto Municipal nº 5161/2025

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:E6DFFB68

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAPETINGA

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2025
PROCESSO N° 022/2025 INEXIGIBILIDADE N° 013/2025 20 DE JANEIRO DE 2026

OBJETO: O presente termo aditivo visa a **PRORROGAÇÃO** da vigência do Contrato firmado entre as partes, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em Consultoria em gesto integral de Gesto de Riscos e Desastres, compreendendo a assessoria em prevenção, mitigação, preparação para emergências, resposta e recuperação. Assistência nos processos de decretação de situação de emergência e calamidade pública, captação de recursos junto ao Governo Federal através da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. Assessoria de engenharia civil e geotécnica ao corpo técnico da prefeitura, aplicada a captação de recursos para restabelecimento e reconstrução de áreas atingidas por desastres e assessoria na prestação de contas dos processos de captação de recursos na Defesa Civil Nacional.
CONTRATADA: LUCAS648 CONSULTORIA EM GESTAO DE RISCOS E DESASTRES LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 50.363.199/0001-90, PRAÇA TIRADENTES, 97, SALA 203, BAIRRO: CENTRO, CEP: 32.600-054, neste ato representado por ALEXANDRE LUCAS ALVES, inscrito no CPF: 534.441.246-00.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PIRAPETINGA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01, Bairro centro, nesta cidade de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.092.825/0001-49.
DO VALOR: R$ 46.800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos reais).
PRAZO DO ADITIVO: 12 meses
DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE Nº: **02.05.00.18.541.0003.2.0019 -3.3.90.35 - Fonte de recurso: 1.500.000**
Publique-se.

LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aquila de Mattos Brum Pereira
Código Identificador:C426E9DD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAPORA

SECRETARIA DE GOVERNO
LEI MUNICIPAL Nº 2.817/2026

LEI MUNICIPAL Nº 2.817/2026

Dispõe sobre a organização dos Gabinetes dos Vereadores, estabelece o Sistema de Pontuação para Vencimento de Assessor Parlamentar e dá outras providências.

O povo do município de Pirapora, por seus representantes legais votou, e eu Prefeito, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A estrutura funcional dos Gabinetes dos Vereadores da Câmara Municipal de Pirapora/MG é composta de Assessores Parlamentares, ocupantes de cargos de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração.

§ 1º Os ocupantes dos cargos em comissão, de que trata esta Lei, têm por objetivo exercer funções de assessoramento direto e exclusivo nos Gabinetes dos Vereadores para atendimento das atividades parlamentares específicas do Vereador.

§ 2º Os Assessores Parlamentares de Gabinetes serão indicados pelo Vereador, para exercer as atribuições, previstas no artigo 16 desta lei.

Art. 2º A Câmara é composta de 15 (quinze) gabinetes de Vereadores e 1 (um) gabinete da Presidência.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DOS GABINETES DOS VEREADORES

Seção I
Do Sistema de Pontuação

Art. 3º Para formação de cada gabinete fica estabelecido o sistema de pontuação.

§ 1º O limite máximo de pontos de cada gabinete é de 160 (cento e sessenta) pontos.

§ 2º O valor de cada ponto é de R$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 3º O número de pontos do gabinete da presidência será o dobro do constante no *caput* deste artigo.

Art. 4º O valor do limite da pontuação destina-se exclusivamente à cobertura dos vencimentos mensais dos servidores lotados em cada gabinete, ficando excluídos os gastos com encargos patronais e com os direitos e vantagens, que serão de responsabilidade da Câmara Municipal.

Art. 5º A lotação de cada Gabinete do Vereador fica limitada ao mínimo de 02 (dois) e no máximo 04 (quatro) assessores parlamentares.

Parágrafo Único: A lotação do gabinete da presidência fica limitada no mínimo de 04 (quadro) e no máximo de 08 (oito) assessores parlamentares.

Art. 6º Os cargos de Assessores Parlamentares serão distribuídos, conforme tabela de equivalência pontos/níveis de vencimentos constantes no Anexo I desta Lei.

Art. 7º Na composição do gabinete, o Vereador indicará o quantitativo de assessores, nos termos no art. 4º desta Lei Complementar, indicará o nível de vencimento de cada assessor parlamentar de gabinete, observando os princípios constitucionais e normas legais.

Parágrafo único: O Vereador ao indicar os assessores parlamentares do seu gabinete, especificará a quantos pontos que corresponderá o vencimento de cada assessor.

Art. 8º Fica autorizada a redução temporária do limite máximo de pontuação estabelecido no parágrafo 1º do art. 3º, na hipótese de comprovada redução da receita municipal ou da receita própria da Câmara Municipal, visando ao reequilíbrio orçamentário e financeiro.

Parágrafo único: A redução de que trata o *caput* deste artigo deverá ser formalmente justificada e fixada por ato da Mesa Diretora.

Seção II
Do Assessor Parlamentar
Subseção I
Da Contratação, Exoneração e Férias

Art. 9º Aplica-se ao Assessor Parlamentar, as normas de contratação, direitos e deveres dos servidores comissionados lotados nos cargos administrativos da Câmara Municipal, no que couber.

Parágrafo Único: O Assessor Parlamentar fará jus ao recebimento do auxílio-alimentação, nos mesmos moldes e condições assegurados aos demais servidores da Câmara Municipal.

Art. 10º Por se tratar de cargo comissionado, cuja exoneração se dá *ad nutum*, o Assessor Parlamentar nomeado será exonerado quando expirar o mandato do vereador que o indicou, ou a qualquer tempo, por ato da Presidência deste Legislativo.

Parágrafo Único: O Assessor Parlamentar gozará por ano, obrigatoriamente, 30 (trinta) dias de férias, sem prejuízo de sua remuneração.

Subseção II
Da Jornada de Trabalho

Art. 11 A jornada de trabalho do Assessor Parlamentar, não poderá ser superior a 40 horas e nem inferior a 30 horas semanais.

Art. 12 Para atender as atividades especificas de cada gabinete a jornada trabalho será de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 13 Os ocupantes de cargos de Assessor Parlamentar, poderá exercer atividades nas dependências do Gabinete do Vereador ou externas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, no exercício estrito, das suas funções parlamentares, conforme necessidade do Vereador.

Art. 14 O Assessor Parlamentar registrará Ponto, nos moldes implantado pela Câmara Municipal para os demais servidores.

§ 1º O Vereador, em cujo gabinete o Assessor Parlamentar esteja lotado, deverá atestar e se responsabilizar pela jornada de trabalho declarada.
§ 2º O Vereador-Presidente deverá atestar e se responsabilizar pela jornada de trabalho declarada pelos servidores lotados no gabinete da Presidência.

Subseção III
Das Atribuições

Art. 15 O cargo de Assessor Parlamentar é de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração, exigindo-se nível médio de escolaridade.

Art. 16 O ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, não poderá participar de comissões permanentes ou temporárias da Câmara.

Art. 17 As funções do cargo de Assessor Parlamentar são as especificadas abaixo:

- assessorar o Vereador na administração do gabinete parlamentar;
- assessorar na elaboração da agenda de compromissos e obrigações do Vereador;
- assessorar e orientar o Vereador nos trabalhos legislativos;
- orientar e apresentar sugestões para melhoria da execução das atividades parlamentares e administrativas;
- assessorar o Vereador em suas relações político-administrativas com a população, órgãos e entidades públicas e privadas;
- assessorar o Vereador nas atividades externas, visando o cumprimento das suas atribuições constitucionais, legais e regimentais;
- assessorar o Vereador na preparação de matérias relativas a pronunciamentos e proposições;
- assessorar o Vereador na organização e mantenção atualizados dos arquivos de documentos do gabinete, visando a organização das atividades;
- acompanhar as sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, assessorando e auxiliando nos comunicados de interesse do Vereador;
- realizar a interlocução com o corpo técnico da Câmara;
- exercer outras atribuições designadas pelo Vereador.

Art. 18 Fica extinto o cargo de Assessor Parlamentar e Assessor da Mesa Diretora, instituído pela Resolução 004/2021.

Art. 19 Esta Lei entra em vigor na sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2026.

Sala das Sessões Enedino Soares de Almeida, 11 de fevereiro de 2026.

ITAMAR ALVES MOTA
Presidente

ANTÔNIO MARCELO DE OLIVEIRA
Secretário

LEI MUNICIPAL Nº 2.817/2026

Sanciono a presente Lei e seus anexos. Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta lei couberem que cumpram e façam a cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Pirapora/MG, 27 de fevereiro de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito de Pirapora

Anexo I – NIVEL DE VENCIMENTOS DO ASSESSOR PARLAMENTAR

Nível de Vencimento	Pontos
AP 01	33
AP 02	36
AP 03	38
AP 04	40
AP 05	42
AP 06	44
AP 07	46
AP 08	48
AP 09	50
AP 10	52
AP 11	54
AP 12	56
AP 13	58
AP 14	60
AP 15	62
AP 16	64
AP 17	66
AP 18	68
AP 19	70
AP 20	72
AP 21	74
AP 22	76
AP 23	78
AP 24	80
AP 25	82
AP 26	84

AP 27	86
AP 28	88
AP 29	90
AP 30	92
AP 31	94
AP 32	96
AP 33	98
AP 34	100
AP 35	102
AP 36	104
AP 37	106
AP 38	108
AP 39	110
AP 40	112
AP 41	114
AP 42	116
AP 43	118
AP 44	120
AP 45	122
AP 46	124
AP 47	126
AP 48	127

MINUTA DA PORTARIA PARA COMPOSIÇÃO DO GABINETE E NOMEAÇÃO DO ASSESSOR PARLAMENTAR.

PORTARIA Nº_____/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Pirapora/MG, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe a Lei Municipal nº _____/2026, e demais legislação em vigor,

RESOLVE:

Art 1º Definir a estrutura do Gabinete do(a) Vereador(a) _____ de acordo com a seguinte especificação: ___ cargo de Assessor parlamentar de APG- 01, ____ pontos; ___ cargo de Assessor Parlamentar APG- _____, ____ pontos; ___ cargo de Assessor Parlamentar APG- _____, ____ pontos; Total de pontos: _____

Art. 2º Nomear, a partir do dia ___ (_____) do mês de _____ de 2026, para exercer, em comissão, os cargos de Assessor Parlamentar, ocupando vagas existentes no Gabinete do Vereador ....., os senhores a seguir, residentes e domiciliados neste município:

•
_____ nível APG- ____pontos;

•
_____ nível APG-_____pontos;

•
_____ nível APG- _____pontos.

Art. 3º Por se tratar de cargo comissionado, cuja exoneração se dá *ad nutum*, o Assessor Parlamentar ora nomeado será exonerado quando expirar o mandato do vereador que o indicou, previsto para 31/12/2028, ou a qualquer tempo, por ato da Presidência deste Legislativo.

Art.4º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Pirapora/MG, ____ de mês de 2026.

_____
Presidente da Câmara

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:7CA69AB7

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 032/2026

Portaria Nº 032/2026

Exonera servidora efetiva a pedido.

O **Prefeito do Municipal,** no uso de suas atribuições conferidas pelos artigos 77, inciso XI e 125, II "a", ambos da Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Municipal nº 1.729/03,

Resolve:
Art. 1º. Conceder exoneração a pedido à servidora efetiva, **Thaciane Borges Costa** – matrícula 15929 ocupante do cargo de Enfermeiro (ESF).
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **16 de janeiro de 2026**.

Pirapora, 28 de janeiro de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

**REPUBLICADO POR RETIFICAÇÃO*

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:EAB6AEE0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PITANGUI

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO - CHAMADA PÚBLICA 009/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 442/2025 – CREDENCIAMENTO – CHAMADA PÚBLICA 009/2025
TERMO DE ADESÃO: 019/2026
OBJETO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, DESTINADOS AO PREPARO DAS REFEIÇÕES OFERECIDAS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
VALOR TOTAL DO TERMO:**R$ 19.997,10 (dezenove mil e novecentos e noventa e sete reais e dez centavos).**
ORGÃO GERENCIADOR:**Prefeitura Municipal de Pitangui**.
CREDENCIADA: MARCOS ANTÔNIO GUIMARÃES.

VIGÊNCIA: 12/02/2026 A 11/02/2027

Publicado por:
Solange da Silva Trindade
Código Identificador:F92F2429

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 046/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N° 175/2025, CONCORRÊNCIA N° 006/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 046/2025
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DA NOVA CRECHE PROINFÂNCIA – TIPO 1, LOCALIZADA NA RUA ALARICO BAHIA, MUNICÍPIO DE PITANGUI, MG, NO ÂMBITO DO CONTRATO DE REPASSE Nº 961920/2024, CELEBRADO COM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, SENDO MANDATÁRIA, A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, MUNICÍPIO DE PITANGUI/MG
DATA DO ADITIVO: 13/02/2026.
Contratante: Município de Pitangui -MG
Contratado: CONUBRA – CONSTRUTORA E URBANIZADORA BRASIL LTDA

Publicado por:
Solange da Silva Trindade
Código Identificador:5EB4CFE3

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 080/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATORIO N° 206/2024, CONCORRÊNCIA N° 007/2024

TECEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0080/2024
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE ENGENHARIA, ESPECIALIZADA, PARA REALIZAR RECAPEAMENTO DE VIAS URBANAS NO MUNICIPIO DE PITANGUI ATRAVÉS DO CONTRATO DE REPASSE: 955202/2023, CELEBRADO COM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DATA DO ADITIVO: 20/02/2026.
Contratante: Município de Pitangui -MG
Contratado: IVA LOCAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA

Publicado por:
Solange da Silva Trindade
Código Identificador:9BD99373

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO TERMO ADESÃO – CHAMADA PÚBLICA 009/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 442/2025 – CREDENCIAMENTO – CHAMADA PÚBLICA 009/2025

TERMO DE ADESÃO: 011/2026
OBJETO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, DESTINADOS AO PREPARO DAS REFEIÇÕES OFERECIDAS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
VALOR TOTAL DO TERMO:**R$ 331.146,28 (trezentos e trinta e um mil e cento e quarenta e seis reais e vinte e oito centavos).**
ORGÃO GERENCIADOR:**Prefeitura Municipal de Pitangui**.
CREDENCIADA: COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE DIVINÓPOLIS E REGIÃO.
VIGÊNCIA: 12/02/2026 A 11/02/2027

Publicado por:
Solange da Silva Trindade
Código Identificador:020842E2

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO TERMO ADESÃO – CHAMADA PÚBLICA 009/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 442/2025 – CREDENCIAMENTO – CHAMADA PÚBLICA 009/2025

TERMO DE ADESÃO: 012/2026
OBJETO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, DESTINADOS AO PREPARO DAS REFEIÇÕES OFERECIDAS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
VALOR TOTAL DO TERMO:**R$ 36.417,77 (trinta e seis mil e quatrocentos e dezessete reais e setenta e sete centavos).**
ORGÃO GERENCIADOR:**Prefeitura Municipal de Pitangui**.
CREDENCIADA: LAURIANA FROES RAMOS VILAÇA.
VIGÊNCIA: 12/02/2026 A 11/02/2027

Publicado por:
Solange da Silva Trindade
Código Identificador:D3544147

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO TERMO ADITIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 290/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO 028/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ARP 185/2025.
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO OBJETO O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DOS ITENS 06, 12, 14, 24, 25, 26, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45 e 46.
DATA DO ADITIVO: 29/01/2026.
CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Pitangui**
CONTRATADA: **MICHELE WERNECK RIBEIRO 02023542618 LTDA.**
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 403/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO 039/2025

Publicado por:
Solange da Silva Trindade
Código Identificador:CE66A649

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO TERMO ADITIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 290/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO 028/2025

SEGUNDO TERMO ADITIVO A ARP 212/2025.
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO OBJETO O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DOS ITENS 28,30,31 E 34.
DATA DO ADITIVO: 02/02/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUI
Contratante

ANDORINHA ALIMENTOS LTDA.
Contratada

Publicado por:
Solange da Silva Trindade
Código Identificador:C8B61E3B

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ARP 275/2025.
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO OBJETO O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO ITEM 02.
DATA DO ADITIVO: 02/02/2026.
CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Pitangui**
CONTRATADA: **AUTO POSTO PITANGUI LTDA.**

Publicado por:
Solange da Silva Trindade
Código Identificador:D1CE29B0

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO TERMO ADITIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 281/2024 – CREDENCIAMENTO 014/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2025.
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO OBJETO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO PELO PERÍODO DE **12/02/2026 A 11/02/2027**

DATA DO ADITIVO: 11/02/2026.
CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Pitangui**
CONTRATADA: **COMUNIDADE TERAPEUTICA FONTE VIVA.**

Publicado por:
Solange da Silva Trindade
Código Identificador:375E6A1F

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO TERMO ADITIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 013/2022 – PREGÃO PRESENCIAL 011/2022

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 07/2022.
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO OBJETO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO PELO PERÍODO DE **07/02/2026 A 06/05/2026**
DATA DO ADITIVO: 07/02/2026.
CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Pitangui**
CONTRATADA: **LUIZ LOPES DE FARIA.**

Publicado por:
Solange da Silva Trindade
Código Identificador:08C80CE1

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO TERMO DE ADESÃO - CHAMADA PÚBLICA 009/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 442/2025 – CREDENCIAMENTO – CHAMADA PÚBLICA 009/2025

TERMO DE ADESÃO: 014/2026
OBJETO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, DESTINADOS AO PREPARO DAS REFEIÇÕES OFERECIDAS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
VALOR TOTAL DO TERMO:**R$ 24.658,97(vinte e quatro mil e seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e sete centavos).**
ORGÃO GERENCIADOR:**Prefeitura Municipal de Pitangui**.
CREDENCIADA: CARLOS EDUARDO VILAÇA.
VIGÊNCIA: 12/02/2026 A 11/02/2027

Publicado por:
Solange da Silva Trindade
Código Identificador:9B7E882B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POÇO FUNDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CREDENCIAMENTO

O Prefeito Municipal de Poço Fundo - MG, Rosiel de Lima, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Prefeitura Municipal de Poço Fundo - MG, nos termos da Lei de Licitações, comunica que encontra-se aberto o Processo Licitatório N° 37/2026, Credenciamento nº 06/26, tendo como objeto da presente licitação o Credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços funerários atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, conforme descrito no edital. A data para o recebimento do envelope a partir do dia 05 de março de 2026, às 14:00 horas. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Poço Fundo - MG ou no site www.pocofundo.mg.gov.br.

ROSIEL DE LIMA **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Sarkis Carneiro Abrahao
Código Identificador:35AED1B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0055/26
Decorrência: Processo Licitatório N° 000020/26 - PREGÃO ELETRÔNICO (PORTAL DE COMPRAS) n° 0008/26
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, CONFORME TRAJETOS DESCRITOS NO EDITAL.
Contratado: ROMILDA CLAUDIA VIEIRA DA SILVA 07016989690, CNPJ n° 44.688.011/0001-81. Valor global estimado de R$ 106.380,00. Data da assinatura: 25/02/2026. Vigência: Conforme art. 84 da Lei 14.133/21, o prazo deste contrato contar-se-á da data de sua assinatura até um período de 12 meses, sendo 25 de fevereiro de 2026 até 25 de fevereiro de 2027, ou até quando findado o saldo contratual, podendo ser prorrogado por igual período
O crédito pelo qual correrá a despesa será indicado no momento da formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme decreto nº 7.892/2013, art. 7º, § 2º e lei orçamentária vigente na presente data.

ROSIEL DE LIMA
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0056/26
Decorrência: Processo Licitatório N° 000020/26 - PREGÃO ELETRÔNICO (PORTAL DE COMPRAS) n° 0008/26
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, CONFORME TRAJETOS DESCRITOS NO EDITAL.
Contratado: FERNANDO DE MESQUITA DOZZA 03268062610, CNPJ n° 45.854.076/0001-12. Valor global estimado de R$ 311.700,00. Data da assinatura: 25/02/2026. Vigência: Conforme art. 84 da Lei 14.133/21, o prazo deste contrato contar-se-á da data de sua assinatura até um período de 12 meses, sendo 25 de fevereiro de 2026 até 25 de fevereiro de 2027, ou até quando findado o saldo contratual, podendo ser prorrogado por igual período
O crédito pelo qual correrá a despesa será indicado no momento da formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme decreto nº 7.892/2013, art. 7º, § 2º e lei orçamentária vigente na presente data.

ROSIEL DE LIMA
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0057/26
Decorrência: Processo Licitatório N° 000020/26 - PREGÃO ELETRÔNICO (PORTAL DE COMPRAS) n° 0008/26
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, CONFORME TRAJETOS DESCRITOS NO EDITAL.
Contratado: JOSE DONIZETE DA SILVA 79985742672, CNPJ n° 45.916.412/0001-04. Valor global estimado de R$ 174.050,00. Data da assinatura: 25/02/2026. Vigência: Conforme art. 84 da Lei 14.133/21, o prazo deste contrato contar-se-á da data de sua assinatura até um período de 12 meses, sendo 25 de fevereiro de 2026 até 25 de fevereiro de 2027, ou até quando findado o saldo contratual, podendo ser prorrogado por igual período
O crédito pelo qual correrá a despesa será indicado no momento da formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme decreto nº 7.892/2013, art. 7º, § 2º e lei orçamentária vigente na presente data.

ROSIEL DE LIMA
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0058/26
Decorrência: Processo Licitatório N° 000020/26 - PREGÃO ELETRÔNICO (PORTAL DE COMPRAS) n° 0008/26
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, CONFORME TRAJETOS DESCRITOS NO EDITAL.
Contratado: WAGNER SEBASTIAO DE PAIVA 03695567635, CNPJ n° 45.809.101/0001-46. Valor global estimado de R$ 193.110,00. Data da assinatura: 25/02/2026. Vigência: Conforme art. 84 da Lei 14.133/21, o prazo deste contrato contar-se-á da data de sua assinatura até um período de 12 meses, sendo 25 de fevereiro de 2026 até 25 de fevereiro de 2027, ou até quando findado o saldo contratual, podendo ser prorrogado por igual período
O crédito pelo qual correrá a despesa será indicado no momento da formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme decreto nº 7.892/2013, art. 7º, § 2º e lei orçamentária vigente na presente data.

ROSIEL DE LIMA
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0059/26
Decorrência: Processo Licitatório N° 000020/26 - PREGÃO ELETRÔNICO (PORTAL DE COMPRAS) n° 0008/26
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, CONFORME TRAJETOS DESCRITOS NO EDITAL.
Contratado: LUIZ FERNANDO DE AZEVEDO TRANSPORTES, CNPJ n° 53.364.263/0001-46. Valor global estimado de R$ 440.305,00. Data da assinatura: 25/02/2026. Vigência: Conforme art. 84 da Lei 14.133/21, o prazo deste contrato contar-se-á da data de sua assinatura até um período de 12 meses, sendo 25 de fevereiro de 2026 até 25 de fevereiro de 2027, ou até quando findado o saldo contratual, podendo ser prorrogado por igual período
O crédito pelo qual correrá a despesa será indicado no momento da formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme decreto nº 7.892/2013, art. 7º, § 2º e lei orçamentária vigente na presente data.

ROSIEL DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Sarkis Carneiro Abrahao
Código Identificador:0B091CFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0060/26
Decorrência: Processo Licitatório N° 000020/26 - PREGÃO ELETRÔNICO (PORTAL DE COMPRAS) n° 0008/26
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, CONFORME TRAJETOS DESCRITOS NO EDITAL.
Contratado: MARIA JOSE COSTA PEREIRA, CNPJ n° 54.009.636/0001-23. Valor global estimado de R$ 247.480,00. Data da assinatura: 25/02/2026. Vigência: Conforme art. 84 da Lei 14.133/21, o prazo deste contrato contar-se-á da data de sua assinatura até um período de 12 meses, sendo 25 de fevereiro de 2026 até 25 de fevereiro de 2027, ou até quando findado o saldo contratual, podendo ser prorrogado por igual período
O crédito pelo qual correrá a despesa será indicado no momento da formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme decreto nº 7.892/2013, art. 7º, § 2º e lei orçamentária vigente na presente data.

ROSIEL DE LIMA
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0061/26
Decorrência: Processo Licitatório N° 000020/26 - PREGÃO ELETRÔNICO (PORTAL DE COMPRAS) n° 0008/26
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, CONFORME TRAJETOS DESCRITOS NO EDITAL.
Contratado: ROGERIO DA SILVA, CNPJ n° 53.450.009/0001-60. Valor global estimado de R$ 160.800,00. Data da assinatura: 25/02/2026. Vigência: Conforme art. 84 da Lei 14.133/21, o prazo deste contrato contar-se-á da data de sua assinatura até um período de 12 meses, sendo 25 de fevereiro de 2026 até 25 de fevereiro de 2027, ou até quando findado o saldo contratual, podendo ser prorrogado por igual período
O crédito pelo qual correrá a despesa será indicado no momento da formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme decreto nº 7.892/2013, art. 7º, § 2º e lei orçamentária vigente na presente data.

ROSIEL DE LIMA
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0062/26
Decorrência: Processo Licitatório N° 000020/26 - PREGÃO ELETRÔNICO (PORTAL DE COMPRAS) n° 0008/26
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, CONFORME TRAJETOS DESCRITOS NO EDITAL.
Contratado: SONIA MARA CARVALHO DIAS, CNPJ n° 53.675.132/0001-80. Valor global estimado de R$ 191.176,00. Data da assinatura: 25/02/2026. Vigência: Conforme art. 84 da Lei 14.133/21, o prazo deste contrato contar-se-á da data de sua assinatura até um período de 12 meses, sendo 25 de fevereiro de 2026 até 25 de fevereiro de 2027, ou até quando findado o saldo contratual, podendo ser prorrogado por igual período
O crédito pelo qual correrá a despesa será indicado no momento da formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme decreto nº 7.892/2013, art. 7º, § 2º e lei orçamentária vigente na presente data.

ROSIEL DE LIMA
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0063/26
Decorrência: Processo Licitatório N° 000020/26 - PREGÃO ELETRÔNICO (PORTAL DE COMPRAS) n° 0008/26
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, CONFORME TRAJETOS DESCRITOS NO EDITAL.
Contratado: 59.473.616 VINICIUS GABRIEL CARVALHO PAIVA, CNPJ n° 59.473.616/0001-22. Valor global estimado de R$ 80.325,00. Data da assinatura: 25/02/2026. Vigência: Conforme art. 84 da Lei 14.133/21, o prazo deste contrato contar-se-á da data de sua assinatura até um período de 12 meses, sendo 25 de fevereiro de 2026 até 25 de fevereiro de 2027, ou até quando findado o saldo contratual, podendo ser prorrogado por igual período
O crédito pelo qual correrá a despesa será indicado no momento da formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme decreto nº 7.892/2013, art. 7º, § 2º e lei orçamentária vigente na presente data.

ROSIEL DE LIMA
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0064/26

Decorrência: Processo Licitatório N° 000020/26 - PREGÃO ELETRÔNICO (PORTAL DE COMPRAS) n° 0008/26
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, CONFORME TRAJETOS DESCRITOS NO EDITAL.
Contratado: 59.574.462 DIANA CARLA PEREIRA, CNPJ n° 59.574.462/0001-65. Valor global estimado de R$ 96.525,00. Data da assinatura: 25/02/2026. Vigência: Conforme art. 84 da Lei 14.133/21, o prazo deste contrato contar-se-á da data de sua assinatura até um período de 12 meses, sendo 25 de fevereiro de 2026 até 25 de fevereiro de 2027, ou até quando findado o saldo contratual, podendo ser prorrogado por igual período
O crédito pelo qual correrá a despesa será indicado no momento da formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme decreto nº 7.892/2013, art. 7º, § 2º e lei orçamentária vigente na presente data.

ROSIEL DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Sarkis Carneiro Abrahao
Código Identificador:DFF5E262

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0065/26
Decorrência: Processo Licitatório N° 000020/26 - PREGÃO ELETRÔNICO (PORTAL DE COMPRAS) n° 0008/26
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, CONFORME TRAJETOS DESCRITOS NO EDITAL.
Contratado: 65.075.215 TALYTA APARECIDA PEREIRA SALVIOLI, CNPJ n° 65.075.215/0001-17. Valor global estimado de R$ 307.000,00. Data da assinatura: 25/02/2026. Vigência: Conforme art. 84 da Lei 14.133/21, o prazo deste contrato contar-se-á da data de sua assinatura até um período de 12 meses, sendo 25 de fevereiro de 2026 até 25 de fevereiro de 2027, ou até quando findado o saldo contratual, podendo ser prorrogado por igual período
O crédito pelo qual correrá a despesa será indicado no momento da formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme decreto nº 7.892/2013, art. 7º, § 2º e lei orçamentária vigente na presente data.
Rosiel de Lima
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0066/26
Decorrência: Processo Licitatório N° 000020/26 - PREGÃO ELETRÔNICO (PORTAL DE COMPRAS) n° 0008/26
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, CONFORME TRAJETOS DESCRITOS NO EDITAL.
Contratado: 65.128.450 FANI ALVES SALVIOLI, CNPJ n° 65.128.450/0001-00. Valor global estimado de R$ 213.980,00. Data da assinatura: 25/02/2026. Vigência: Conforme art. 84 da Lei 14.133/21, o prazo deste contrato contar-se-á da data de sua assinatura até um período de 12 meses, sendo 25 de fevereiro de 2026 até 25 de fevereiro de 2027, ou até quando findado o saldo contratual, podendo ser prorrogado por igual período
O crédito pelo qual correrá a despesa será indicado no momento da formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme decreto nº 7.892/2013, art. 7º, § 2º e lei orçamentária vigente na presente data.
Rosiel de Lima
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0067/26
Decorrência: Processo Licitatório N° 000020/26 - PREGÃO ELETRÔNICO (PORTAL DE COMPRAS) n° 0008/26
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, CONFORME TRAJETOS DESCRITOS NO EDITAL.
Contratado: 64.981.928 LUCIA HELENA DE LIMA, CNPJ n° 64.981.928/0001-87. Valor global estimado de R$ 166.400,00. Data da assinatura: 25/02/2026. Vigência: Conforme art. 84 da Lei 14.133/21, o prazo deste contrato contar-se-á da data de sua assinatura até um período de 12 meses, sendo 25 de fevereiro de 2026 até 25 de fevereiro de 2027, ou até quando findado o saldo contratual, podendo ser prorrogado por igual período
O crédito pelo qual correrá a despesa será indicado no momento da formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme decreto nº 7.892/2013, art. 7º, § 2º e lei orçamentária vigente na presente data.

ROSIEL DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Sarkis Carneiro Abrahao
Código Identificador:B40A3B60

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POUSO ALEGRE

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 6.324, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026

Altera o subitem 2.1, da parte II do Anexo I do Decreto nº 4.400, de 22 de julho de 2015.

O Prefeito Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 69, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º O subitem 2.1, da parte II do Anexo I do Decreto nº 4.400, de 22 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:
"II. .....
2. .....
2.1. Ocupação com Mesas e Cadeiras R$ 10,00 por m² ao mês"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 25 de fevereiro de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Evandro Luiz Gouvêa
Código Identificador:924C1FD2

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 4.907, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026

Nomeia a Superintendente de Cultura: Stephanie da Paula Laurindo Barroso.

O Prefeito Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 69, incisos I e VII da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º Nomear Stephanie da Paula Laurindo Barroso, para o cargo de Superintendente de Cultura - CCE, a partir de 20/02/2026.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com ressalva ao disposto no **Art. 1º**.

Pouso Alegre/MG, 24 de fevereiro de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Antoniele de Rezende
Código Identificador:6D943406

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 4.909, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

Atualização de membros representantes do CMDM – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

O Prefeito Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 69, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal de 05 de junho de 1990 e atendendo ao que determina a Lei Municipal nº 6.235, de 14 de maio de 2020,

CONSIDERANDO a Comunicação Interna 05/26/CC que solicita a substituição de membros do Conselho;

CONSIDERANDO o atendimento as solicitações de alterações de membros representantes do Poder Executivo devido à troca de Secretarias Municipais e exonerações;

RESOLVE:

Art. 1º Realizar a substituição de Vanilda de Freitas (Suplente) por Patrícia Pereira Rosa (Suplente) como representante da Secretaria Municipal de Políticas Sociais no CMDM – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que assim passa a ter a seguinte composição:

Representantes da Sociedade Civil

Representantes da Associação das Obras Pavonianas de Assistência – Escola Profissional Delfim Moreira:
Adriana Benedita Santos Silva (Titular)
Simone Pereira Andrade (Suplente)

Representantes do Centro Integrado de Apoio à Mulher de Pouso Alegre e Região - CIAMPAR:
Imaculada Efigênia de Moraes da Silva (Titular)
Maria Tereza de Andrade (Suplente)

Representantes da Associação de Caridade de Pouso Alegre – Asilo Betânia da Providência:
Elaine Ribeiro de Andrade (Titular)
Mariene de Moraes Salomon (Suplente)

Representantes da Associação Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira - ADRA:
Marlene Ribeiro (Titular)
Elisângela Coelho Rangel (Suplente)

Representantes do Projeto Social Santo Antônio – PROSSAN:
Mariza de Cássia Noronha (Titular)
Alessandra Cristina da Silva (Suplente)

Representantes do Poder Executivo:

Representantes da Secretaria Municipal de Políticas Sociais:
Luzia Fátima Gusmão de Godoi (Titular)
Patrícia Pereira Rosa (Suplente)

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Ginamara de Oliveira Santos (Titular)
Rozana Cezar Garcia de Lima (Suplente)

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
Lívia Rocha Martins (Titular)
Renata Faria Santos Silva (Suplente)

Representantes da Superintendência Municipal de Esportes:
Sissi Kallás Ribeiro (Titular)
Michael Ricieri da Silva Soares (Suplente)

Representantes da Secretaria Municipal de Comunicação Social, Lazer e Turismo:
Jaqueline Lima da Costa (Titular)
Dejeane Mendes Faria de Toledo Santos (Suplente)

Art. 2º As funções exercidas pelas Conselheiras serão de relevante valor social, portanto, sem remuneração de qualquer natureza.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 4.866, de 18 de dezembro de 2025 que dispunha sobre a nomeação dos membros Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 27 de fevereiro de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Arielen Scodeler
Código Identificador:342C07BB

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 208 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

Reconduz Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 197/2025.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE POUSO ALEGRE, Estado de Minas Gerais, Suelene Marcondes de Souza Faria, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, §1º, alíneas "a" e "f" da Lei Orgânica do Município e com o Art. 34 inciso XXXIX, da Lei Municipal Nº 5.881/2017,

CONSIDERANDO o pedido apresentado pela presidente da Comissão Processante, por meio do Ofício nº 03/2026/SME/cpad, solicitando a recondução da Comissão do referido Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o andamento do Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria nº 197/2025 de 20 de outubro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 21 de outubro de 2025, Edição 4133;

CONSIDERANDO que o prazo para conclusão dos trabalhos designados por aquele ato administrativo foi insuficiente, visto que os membros desta Comissão estão envolvidos em outros procedimentos administrativos, além de suas atividades corriqueiras;

CONSIDERANDO que a Presidente e membros da atual Comissão designada encontram-se inteirados do assunto do presente Processo Administrativo Disciplinar.

RESOLVE:
Art. 1º. Reconduzir a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria nº 197/2025;
Art. 2º. Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias, para a conclusão dos trabalhos da referida Comissão, admitida a sua prorrogação por igual período, a critério da autoridade superior;
Art. 3º: Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Pouso Alegre, 27 de fevereiro de 2026.

SUELENE MARCONDES DE SOUZA FARIA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Antonio Carlos Camilo
Código Identificador:609E8039

SECRETARIA DE POLÍTICA SOCIAIS
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2026/SMPS

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 001/2026/SMPS DECORRENTE DA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 04/2025/SMPS-DPPS. PARCEIRO PÚBLICO: Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, inscrita no CNPJ sob o nº 18.675.983/0001-21, através da Secretaria Municipal de Políticas Sociais. PARCEIRO PRIVADO: Associação das Obras Pavonianas de Assistência – Escola Profissional Delfim Moreira, inscrita no CNPJ sob nº 62.382.395/0011-63. **OBJETO:** executar ações de assistência social à pessoas em situação de risco e/ou vulnerabilidade social através do Projeto de Integração no Mercado de Trabalho, proporcionando uma experiência concreta de convivência interpessoal e interprofissional, através da participação em cursos profissionalizantes, ampliando oportunidades para inserção ao mundo do trabalho, geração de renda e promoção de inclusão social no município de Pouso Alegre, em conformidade com a Política de Assistência Social, conforme detalhado no Plano de Trabalho, parte integrante e indissociável deste Termo. **TOTAL DE RECURSOS:**R$400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**
02.006.000.0008.0244.0022.0010.33350430000000000000.15000000
00 – Secretaria Municipal de Politicas Sociais - MANUTENCAO DAS SUBVENCOES SOCIAIS - GERAL - Recursos não Vinculados de Impostos – Ficha 1261. **PRAZO DE VIGÊNCIA**: O presente Termo de Colaboração entrará em vigor na data de sua assinatura até o dia 31/12/2026. **DATA DA ASSINATURA:** 27 de fevereiro de 2026. **FUNDAMENTO LEGAL:**Lei nº. 13.019/2014; e Decreto Municipal nº. 6.159/2025. **SIGNATÁRIOS:**Marcela Reis Severino do Nascimento – Secretária Municipal de Políticas Sociais e Jâmison Iago Alves da Cruz – Procurador da Organização da Sociedade Civil Associação das Obras Pavonianas de Assistência – Escola Profissional Delfim Moreira. O presente extrato e o plano de trabalho poderão ser consultados na íntegra no site da prefeitura www.pousoalegre.mg.gov.br, na aba "Terceiro Setor - Publicações Oficiais". Mais informações: (35) 3112-3877.

Publicado por:
Erika Dos Santos Pereira Ferreira
Código Identificador:F9CA4D4E

SECRETARIA DE POLÍTICA SOCIAIS
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2026/SMPS

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 002/2026/SMPS decorrente da Inexigibilidade de Chamamento Público nº 004/2025/SMPS-DPPS publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 10/12/2025 Edição 4168. PARCEIRO PÚBLICO: Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, inscrita no CNPJ sob o nº 18.675.983/0001-21, através da Secretaria Municipal de Políticas Sociais. PARCEIRO PRIVADO: Asilo Nossa Senhora Auxiliadora, inscrita no CNPJ sob nº 18.191.411/0001-77.
OBJETO: garantir a proteção social integral à pessoa idosa em situação de acolhimento institucional, em conformidade com o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) e com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, no âmbito dos Serviços de Alta Complexidade, assegurando o fortalecimento da rede de proteção social, o acolhimento qualificado, o atendimento especializado e o desenvolvimento de ações que promovam a dignidade, a autonomia e a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas acolhidas na instituição, em conformidade com a Política de Assistência Social, conforme detalhado no Plano de Trabalho, parte integrante e indissociável deste Termo.
TOTAL DE RECURSOS: R$220.000,00 (duzentos e vinte mil reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
02.006.000.0008.0244.0022.0010.33350430000000000000.15000000
00 – Secretaria Municipal de Políticas Sociais - Manutenção das Subvenções Sociais - Geral - Recursos não Vinculados de Impostos – Ficha 1261.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente Termo de Colaboração entrará em vigor na data de sua assinatura até o dia 31/12/2026.
DATA DA ASSINATURA: 27 de fevereiro de 2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº. 13.019/2014; e Decreto Municipal nº. 6.159/2025.
SIGNATÁRIOS: Sra. Marcela Reis Severino do Nascimento – Secretária Municipal de Políticas Sociais e Sra. Édina Aparecida Francisco Perugini, Presidente da Organização da Sociedade Civil Asilo Nossa Senhora Auxiliadora.
O presente extrato e o plano de trabalho poderão ser consultados na íntegra no site da prefeitura www.pousoalegre.mg.gov.br, na aba "Terceiro Setor - Publicações Oficiais". Mais informações: (35) 3112-3877.

Publicado por:
Erika Dos Santos Pereira Ferreira
Código Identificador:4C482BF7

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CREDENCIAMENTO N° 01/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – CREDENCIAMENTO nº 01/2026 – Objeto: "Credenciamento para realização de consultas médicas especializadas, para atender aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Pouso Alegre-MG.". O início do recebimento dos documentos para habilitação será a contar do dia 09/03/2026 às 09h00min. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e do site da Prefeitura (www.pousoalegre.mg.gov.br/licitacao). Informações: (35) 3112-2416 ou e-mail licitapamg@gmail.com. Gilbert Pereira Castro – Agente de Contratação. Pouso Alegre/MG, 27 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Cyntia Conceição Matoso
Código Identificador:857E73E6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATA

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO Nº 4.358 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

ALTERA O DECRETO Nº 3.837 DE 30 DE MAIO DE 2022, QUE "REGULAMENTA A CONCESSÃO DA LICENÇA-PRÊMIO PREVISTA NO ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PRATA/MG, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA, Prefeito do Município de Prata/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e;
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica alterada na sua integralidade a redação do Artigo 02º do Decreto 3.837 de 30 de maio de 2022, passando a vigorar da seguinte forma:

Art. 2º Poderá ser paga ao servidor 1 (uma) parcela de licença-prêmio e gozados 2 (dois) meses de licença-prêmio por ano, cujo período deverá ser coincidente com o mês de aniversário do servidor.

§ 1º Excepcionalmente, ao servidor acometido por doença grave, assim considerada aquela prevista na Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, poderá ser concedido o gozo ou o pagamento de 1 (uma) licença-prêmio por ano, independentemente do mês de aniversário, mediante comprovação por laudo médico oficial.

§ 2º O disposto no § 1º aplica-se igualmente na hipótese de doença grave acometer o cônjuge, companheiro ou dependente do servidor, mediante comprovação por laudo médico oficial e demonstração da dependência legal, podendo ser autorizado o gozo ou o pagamento da licença-prêmio.

§ 3º Quando se tratar de solicitação para gozo de 2 (dois) ou mais meses de licença-prêmio ininterruptos no mesmo ano, esta será concedida desde que haja conveniência da Administração Pública.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prata-MG, 27 de fevereiro de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lauriane Valeria Vieira Gomes
Código Identificador:443D5D07

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO N.º 4359 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre o processo administrativo tributário a ser aplicado no âmbito do Município de Prata-MG e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRATA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, incisos VI e XVI, da Lei Orgânica do Município de Prata-MG, e considerando que a regulamentação dos processos administrativos para a aplicação da legislação tributária na cidade, conforme dispõe o Código Tributário municipal, DECRETA:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÃO PRELIMINAR
Art. 1º. Este decreto dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário Municipal regulando as medidas de fiscalização, a formalização do crédito tributário, o processo administrativo fiscal decorrente de notificação de lançamento e auto de infração, o processo de consulta e demais processos administrativos fiscais, relativos a tributos administrados pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º. Sem prejuízo de outros direitos e garantias individuais assegurados pela Constituição Federal e pela Lei Complementar Municipal nº 19, de 19 de dezembro de 2025, o processo administrativo tributário será informado pelos princípios da audiência do interessado e de sua acessibilidade aos atos praticados, da ampla instrução probatória, da motivação, da celeridade e da economia processual.

CAPÍTULO II - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Seção I - Dos Atos e Termos Processuais
Art. 3º. Os atos e termos processuais processam-se de forma escrita e contêm somente o indispensável à sua finalidade, sem espaço em branco e sem entrelinhas, rasuras ou emendas não ressalvadas.
Parágrafo Único. Atendidos os requisitos de segurança e autenticidade, o regulamento poderá disciplinar a prática de atos e termos processuais mediante utilização de meios eletrônicos.

Art. 4º. Salvo disposição em contrário, o servidor executará os atos processuais de sua competência no prazo de quinze dias do recebimento do requerimento do interessado ou da chefia ou do processo administrativo.

Seção II - Dos Prazos
Art. 5º. Os prazos fixados nesta lei serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia de início e incluindo-se o de vencimento.
Parágrafo Único. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

Seção III - Do Procedimento
Art. 6º. O procedimento administrativo tributário tem início a requerimento do contribuinte ou de ofício pela Administração Pública com qualquer ato escrito, praticado por servidor competente, cientificado o sujeito passivo da obrigação tributária ou seu preposto.
§ 1º. O sujeito passivo será cientificado por um dos seguintes meios:
I - pessoalmente ao próprio sujeito passivo, ou ao seu representante legal, ou mandatário ou preposto;
II - por via postal, com aviso de recebimento, a ser datado, firmado e devolvido pelo destinatário ou pessoa de seu domicílio;
III - por meio eletrônico;
IV - por edital, publicado no Diário Oficial do Município, quando improfícuo qualquer dos meios previstos nos incisos anteriores.
§ 2º. Os meios de intimação previstos nos incisos I, II e III do § 1º não estão sujeitos a ordem de preferência.
§ 3º. O início da fiscalização se dá com a emissão da ordem de serviço, ficando excluída, a partir desta, a espontaneidade do sujeito passivo e, independentemente de intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas, valendo pelo prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável, sucessivamente, por igual período, com qualquer outro ato escrito que indique o prosseguimento dos trabalhos.
§ 4º. As diligências deverão ser concluídas no prazo de 20 (vinte) dias, podendo ser prorrogáveis pelo mesmo prazo.

Art. 7º. Os termos decorrentes de atividade fiscalizatória serão lavrados, sempre que possível, em livro fiscal.
Parágrafo Único - Na falta de livros, será lavrado termo avulso, em formulário próprio, sendo 1 (uma) via entregue ao sujeito passivo, ficando a outra em poder da fiscalização, para ser anexada ao processo.

Art. 8º. A exigência de crédito tributário será formalizada em auto de infração, notificação de lançamento ou em declaração tributária, de acordo com a legislação específica de cada tributo.
Parágrafo Único - O auto de infração e a notificação de lançamento de que trata o "caput" deste artigo, formalizados em relação ao mesmo sujeito passivo, podem ser objeto de um único processo, quando a comprovação dos ilícitos depender dos mesmos elementos de prova.

Art. 9º. A notificação de lançamento será expedida pelo órgão que administra o tributo e conterá, obrigatoriamente:
I - o nome do sujeito passivo e respectivo domicílio tributário;
II - a identificação do imóvel a que se refere o lançamento, se for o caso;
III - o valor do crédito tributário e, se for o caso, os elementos de cálculo do tributo;
IV - a natureza do crédito tributário;
V - o prazo para recolhimento do crédito tributário ou impugnação do lançamento;
VI - a assinatura da autoridade administrativa competente.
§ 1º. Dispensa a assinatura da autoridade administrativa a notificação de lançamento emitida por processo automatizado ou eletrônico.
§ 2º. Considera-se efetuada a notificação:
I - no ato da notificação, se for pessoal, efetuada ao sujeito passivo, ou aos seus familiares, ao seu representante, ou ao seu mandatário ou ao seu preposto;
II - na data do recebimento, se for via postal com aviso de recebimento ou por meio eletrônico;
III - três dias após a publicação, quando por meio de edital ou texto oficial, publicados no Diário Oficial do Município.
§ 3º. A autoridade administrativa poderá recusar o domicílio eleito pelo sujeito passivo quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou fiscalização do tributo.
§ 4º. Para que a notificação por meio eletrônico produza efeitos, basta que a mensagem seja encaminhada ao endereço eletrônico informado pelo sujeito passivo.
§ 5º. Quando a notificação for enviada pelo correio sem aviso de recebimento, deverá ser precedida de divulgação, no Diário Oficial do Município, das datas de entrega das notificações nas agências postais e das datas de vencimento dos tributos.
§ 6º. Para todos os efeitos de direito, no caso do § 5º deste artigo e respeitadas as suas disposições, presume-se feita a notificação do lançamento e regularmente constituído o crédito tributário correspondente, 5 (cinco) dias após a entrega das notificações nas agências postais.

§ 7º. A presunção referida no § 6º deste artigo é relativa e poderá ser elidida pela comunicação do não recebimento da notificação, protocolada pelo sujeito passivo junto à Administração Municipal no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data de sua entrega nas agências postais.
§ 8º. Na impossibilidade de entrega da notificação na forma prevista neste artigo ou no caso de recusa de seu recebimento, a notificação do lançamento far-se-á por edital, consoante o disposto em regulamento.

Art. 10. O auto de infração será lavrado por servidor competente e deverá conter:
I - o local, data e hora da lavratura;
II - o nome e o endereço do autuado, a identificação do imóvel, se for o caso, ou a indicação do número de inscrição cadastral, se houver;
III - o relatório circunstanciado dos fatos que embasaram a autuação;
IV - a descrição do fato que constitui a infração;
V - a indicação expressa da disposição legal infringida e da penalidade aplicável;
VI - a determinação da exigência do cumprimento da obrigação e intimação ao autuado para cumpri-la ou impugná-la, no prazo de 30 (trinta) dias;
VII - a assinatura do autuante ou certificação eletrônica, na forma do regulamento, e indicação de seu cargo ou função e registro funcional;
VIII - a ciência do autuado ou de seu representante legal, ou mandatário ou preposto por uma das formas previstas no art. 11 desta norma.
§ 1º. Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto, far-se-á menção desta circunstância.
§ 2º. Na hipótese do § 1º deste artigo, a assinatura do autuado ou de seu representante legal, ou mandatário ou preposto, ou certificação eletrônica, não constitui formalidade essencial à validade do auto de infração e não implica confissão, nem sua falta ou recusa acarreta nulidade do auto ou agravamento da infração.
Art. 11. O autuado será intimado da lavratura do auto de infração por um dos seguintes meios:
I - pessoalmente, mediante entrega de cópia do auto de infração ao próprio autuado, ao seu representante legal, ou mandatário ou preposto, contra assinatura-recibo datada no original ou menção, pelo autuante, de que houve impossibilidade ou recusa de assinatura;
II - por via postal, acompanhada de cópia do auto de infração, com aviso de recebimento, a ser datado, firmado e devolvido pelo destinatário ou pessoa de seu domicílio;
III - por meio eletrônico, consoante dispuser em regulamento;
IV - por edital publicado no Diário Oficial do Município, de forma resumida, quando improfícuo qualquer dos meios previstos nos incisos I, II e III.
Parágrafo Único - Os meios de intimação previstos nos incisos I, II e III, deste artigo não estão sujeitos à ordem de preferência.

Art. 12. A fiscalização deverá ser concluída em 60 (sessenta) dias a contar do início dos trabalhos, salvo se a complexidade dos serviços, a falta de disponibilidade dos documentos necessários à fiscalização ou a falta de informações solicitadas por notificação não permitirem conclusão neste prazo, hipótese em que poderá ser prorrogado pela chefia imediata.

Parágrafo Único - O disposto no "caput" deste artigo constitui medida de ordem meramente administrativa, cujo descumprimento dos prazos nele fixados de modo algum invalida o lançamento ou o crédito tributário regularmente constituído.

Seção IV - Das Incorreções e Omissões da Notificação de Lançamento e do Auto de Infração
Art. 13. As incorreções, omissões ou inexatidões da notificação de lançamento e do auto de infração não o tornam nulo quando dele constem elementos suficientes para determinação do crédito tributário, caracterização da infração e identificação do autuado.

Art. 14. Os erros existentes na notificação de lançamento e no auto de infração poderão ser corrigidos pelo órgão lançador ou pelo autuante, com anuência de seu superior imediato, enquanto não apresentada impugnação e não inscrito o crédito em dívida ativa, cientificando-se o sujeito passivo e devolvendo-lhe o prazo para apresentação da impugnação ou pagamento do débito fiscal com desconto previsto em lei.
Parágrafo Único. Apresentada a impugnação ou inscrito o crédito em dívida ativa, as correções possíveis somente poderão ser efetuadas pelo órgão de julgamento ou por determinação deste.

Art. 15. Estando o processo em fase de julgamento, os erros de fato ou de direito serão corrigidos pelo órgão de julgamento, de ofício ou em razão de impugnação ou recurso, não sendo causa de decretação de nulidade.
§ 1º. O órgão de julgamento mandará suprir as irregularidades existentes, quando não puder efetuar a correção de ofício.
§ 2º. Quando, em exames posteriores e diligências, realizados no curso do processo, forem verificadas incorreções, omissões ou inexatidões de que resultem agravamento da exigência inicial, será lavrado auto de infração ou emitida notificação de lançamento complementar, devolvendo ao sujeito passivo o prazo para impugnação da matéria agravada.

Art. 16. Nenhum auto de infração será retificado ou cancelado sem despacho da autoridade administrativa.
Parágrafo Único. O arquivamento do auto de infração será providenciado pelo respectivo órgão da Secretaria Municipal de Finanças na forma do regulamento.

Seção V - Da Vista do Processo
Art. 17. O órgão competente da Secretaria Municipal de Finanças dará vista do auto de infração ou do processo fiscal ao contribuinte interessado, ao seu representante legal, ao mandatário ou preposto, munido do respectivo instrumento comprobatório de legitimidade, na repartição fiscal em que se encontre.
§ 1º. A vista, que independe de pedido escrito, será aberta por termo lavrado nos autos, subscrito pelo servidor competente e pelo interessado ou representante habilitado.
§ 2º. A retirada dos autos para cópia deverá ser acompanhada por servidor indicado pela autoridade competente.

Seção VI - Das Provas
Art. 18. A prova documental deverá ser apresentada na impugnação, a menos que:
I - fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna por motivo de força maior;
II - refira-se a fato ou a direito superveniente;
III - destine-se a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas aos autos.

Art. 19. A juntada de documentos após a impugnação deverá ser requerida à autoridade julgadora, mediante petição em que se demonstre, fundamentadamente, a ocorrência de uma das condições previstas nos incisos do art. 18 desta lei.

Art. 20. Caso a decisão já tenha sido proferida, os documentos apresentados permanecerão nos autos para serem apreciados pela autoridade julgadora de segunda instância se for interposto recurso.

Art. 21. Os documentos que instruem o processo poderão ser restituídos, em qualquer fase, a requerimento do interessado, desde que a medida não prejudique a instrução e deles fique cópia autenticada no processo.

Art. 22. Os órgãos julgadores determinarão, de ofício ou a requerimento do impugnante, a realização de diligências ou perícias que entenderem necessárias, fixando prazo para tal, indeferindo as que considerarem dispensáveis, impraticáveis ou protelatórias.
Parágrafo Único. As diligências serão efetuadas por Fiscais de Tributos, observadas as respectivas competências.

CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES COMUNS DO PROCEDIMENTO
Art. 23. As impugnações e os recursos apresentados ao Núcleo de Protocolo suspendem a exigibilidade do crédito tributário.
§ 1º. Não serão conhecidos a impugnação e o recurso do interessado nas seguintes hipóteses:
I - quando intempestivo ou após exaurida a esfera administrativa;

II - quando interposto por quem não seja legitimado;
III - quando subscrito por representante legal ou procurador, não esteja instruído com a documentação hábil, nos termos das normas regulamentadoras;
IV - quando não se possa identificar o requerente ou determinar o objeto requerido;
V - quando não apresentar os motivos de fato e de direito;
VI - quando não for recolhida a taxa de expediente devida.
§ 2º. Do despacho denegatório de seguimento da impugnação ou do recurso cabe apenas um pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da intimação da decisão, dirigido à autoridade julgadora que o prolatou, versando, exclusivamente, sobre os motivos e fundamentos do não conhecimento.

Art. 24. Os processos remetidos para apreciação da autoridade julgadora deverão ser qualificados, tendo prioridade no julgamento:
I - pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;
II - pessoa portadora de deficiência, física ou mental;
III - pessoa portadora de doença grave, com base em conclusão da medicina especializada;
IV - aqueles em que estiverem presentes indícios de crime contra a ordem tributária.
§ 1º. A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade administrativa competente, que determinará as providências a serem cumpridas.
§ 2º. Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.

Art. 25. O sujeito passivo poderá efetuar o recolhimento parcial da obrigação tributária, quando lançada por meio de notificação de lançamento ou de auto de infração, em relação à parcela do lançamento não impugnada ou recorrida.
Parágrafo Único. O recolhimento parcial do tributo incontroverso, na forma do caput deste artigo, somente será aceito quando declarado pelo sujeito passivo por meio de manifestação formal na impugnação ou recurso pertinente, efetuado durante a fluência dos prazos e acompanhado do pagamento proporcional da respectiva multa moratória e demais acréscimos legais.

Art. 26. A propositura, pelo sujeito passivo, de qualquer ação ou medida judicial relativa aos fatos ou aos atos administrativos de exigência do crédito tributário importa renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso acaso interposto.

CAPÍTULO IV - DO PROCEDIMENTO CONTENCIOSO
SEÇÃO I - Da Reclamação Contra o Lançamento
Art. 27. O contribuinte que não concordar com o lançamento fiscal de tributos ou com a aplicação de penalidade tributária, poderá, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da Notificação ou Autuação, apresentar defesa escrita, acompanhada dos documentos de prova, dirigida, em primeira instância, ao Secretário Municipal da Fazenda, por petição ao setor por onde correr o processo.

Art. 28. A defesa tempestiva determinará a remessa do processo ao órgão notificante, para apreciá-la no prazo de quinze (15) dias, que, em seguida, o remeterá ao Secretário da Fazenda, para análise e decisão.

Art. 29. Caso não se julgue a matéria suficientemente esclarecida, poderá a autoridade julgadora converter o julgamento em diligência, baixando o processo novamente para análise de setor competente, fixando prazo para a conclusão das diligências.

Art. 30. A decisão, redigida com simplicidade e concisão, concluirá pela procedência, total ou parcial do débito e das penalidades pertinentes, ou pela improcedência ou insubsistência do crédito tributário, ou, se for o caso, pela nulidade da ação fiscal.

Art. 31. Nos casos de retificação para menor, em virtude de decisão de primeira instância, o órgão notificante procederá às correções determinadas pela autoridade julgadora.

Art. 32. A decisão de primeira instância será consubstanciada em Notificação de Decisão, cuja entrega pessoal, por remessa postal com aviso de recebimento ou publicação de edital, se equivalerão em efeito, conterá:
I - a identificação completa do contribuinte;
II - o resumo das infrações tributárias e das alegações da defesa;
III - as razões da decisão, fundamentadas na legislação vigente;
IV - o valor total do débito atualizado e respectivos acréscimos legais;
V - identificação do respectivo processo administrativo;
VI - a intimação para pagar o débito, se desfavorável ao contribuinte, ou, se preferir, que apresente recurso, no prazo de trinta (30) dias, a contar da data de seu recebimento;
VII - a data do julgamento e a assinatura da autoridade julgadora.

SEÇÃO II - Da Defesa dos Autuados
Art. 33. O autuado apresentará defesa no prazo de trinta (30) dias, contados a partir da data da intimação.

Art. 34. A defesa, até decisão, terá efeito suspensivo na cobrança dos tributos e penalidades pertinentes, se interposta dentro do prazo legal.

Art. 35. Na defesa, o autuado alegará a matéria que entender útil, indicará e requererá as provas que pretenda produzir e juntará logo as que possuir.

Art. 36. Apresentada a defesa, terá o autuante o prazo de quinze (15) dias para instruir o processo, contados a partir da data de seu recebimento.

Art. 37. Instruído o processo, será encaminhado ao Secretário da Fazenda, para análise e decisão.

SEÇÃO III - Do Recurso Voluntário
Art. 38. Da decisão de primeira instância contrária, no todo ou em parte, ao contribuinte, cabe recurso voluntário para o Prefeito Municipal, com efeito suspensivo, desde que apresentado dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência da decisão recorrida.

Art. 39. Salvo quando os assuntos forem conexos, é vedada a reunião, em um só recurso, de processos administrativos tributários autônomos.

Art. 40. O Recurso, que poderá impugnar a decisão recorrida no todo ou em parte, implicará a apreciação e julgamento de todas as questões suscitadas no expediente, ainda que a decisão de primeira instância não as tenha julgado por inteiro.
§ 1º. As questões de fato, não alegadas em primeira instância, poderão ser suscitadas no recurso ordinário, se o recorrente provar que deixou de fazê-lo por algum dos motivos previstos nos incisos do art. 18 deste decreto.
§ 2º. O recurso será dirigido ao Prefeito Municipal.
§ 3º. Admitido o recurso, o Representante Fiscal será intimado para apresentação de contrarrazões.

Art. 41. Na hipótese de decisão de primeira instância contrária à Fazenda Municipal cabe recurso de ofício ao Prefeito, desde que o valor total atualizado seja superior a 50 (cinquenta) salários-mínimos.

Art. 42. O recurso de ofício será interposto no próprio ato de decisão mediante simples declaração do seu prolator.

Art. 43. Se por qualquer motivo, o recurso de ofício não for interposto, o servidor que tomar conhecimento dessa omissão representará ao Secretário da Fazenda, encaminhando cópia da representação ao Gabinete do Prefeito Municipal.
§ 1º. Enquanto não interposto o recurso de ofício, a decisão não produzirá efeito.
§ 2º. Na ocorrência da hipótese prevista neste artigo, o Prefeito Municipal poderá requisitar o processo de ofício.

SEÇÃO IV - Da Execução das Decisões Fiscais
Art. 44. As decisões definitivas serão cumpridas:
I - pela notificação do contribuinte, e, quando for o caso, também do seu fiador, para que no prazo de trinta (30) dias satisfaça o pagamento do valor da condenação;

II - pela notificação do contribuinte para receber importância indevidamente recolhida como tributo, seus acréscimos legais e multas;
III - pela notificação do contribuinte para receber seu crédito, nas condições da lei;
IV - pela notificação ao contribuinte para receber ou, quando for o caso, no prazo de trinta (30) dias, pagar a diferença entre:
o valor da condenação e a importância depositada em garantia de instância;
o valor da condenação e o produto da venda dos títulos caucionados, quando não satisfeito o pagamento no prazo legal.
V - pela liberação de bens, mercadorias ou documentos apreendidos ou depositados, ou pela restituição do produto de sua venda, se tiver havido alienação, ou do seu valor de mercado, se houver ocorrido doação;
VI - pela imediata inscrição em Dívida Ativa, e consequente remessa da Certidão para cobrança judicial, dos débitos a que se referem os incisos I e IV deste artigo, se não tiverem sido pagos no prazo estabelecido.

CAPÍTULO V - DA CONSULTA
Art. 45. O sujeito passivo da obrigação tributária poderá formular consulta sobre dispositivos da legislação tributária municipal, aplicáveis a fato determinado.

Art. 46. Os órgãos da Administração Pública e as entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais também poderão formular consulta.

Art. 47. A consulta será dirigida à Secretaria Municipal de Finanças e apresentada, por escrito, perante o Núcleo de Protocolo, dela devendo constar:
I - a qualificação do consulente e sua relação com a matéria consultada;
II - a matéria de fato e de direito objeto da dúvida;
III - outros elementos previstos em normas regulamentadoras.

Art. 48. A consulta não suspende o prazo para recolhimento do tributo, antes ou depois de sua apresentação, nem o prazo para o cumprimento de obrigações acessórias a que esteja sujeito o consulente.
§ 1º. Na pendência de consulta eficaz formulada pelo devedor dentro do prazo legal para pagamento do crédito:
I - não incidirão juros de mora e aplicação de penalidades, ou outras medidas de garantia, sem prejuízo das atualizações monetárias;
II - é vedado, desde a data da protocolização até 30 (trinta) dias da data da publicação ou notificação da resposta, o início de qualquer procedimento fiscal destinado à apuração de infrações relacionadas à matéria consultada.
§ 2º A observância, pelo consulente, da resposta dada à consulta, exime-o de penalidade e exonera-o do pagamento do tributo considerado não devido, enquanto prevalecer o entendimento nela consubstanciado e não houver modificação na legislação sobre a qual se amparou a resposta.
§ 3º Os efeitos da consulta aproveitam exclusivamente ao consulente, nos limites da matéria consultada e da vigência da legislação que fundamentou a resposta.

Art. 49. A consulta não será conhecida, nem produzirá qualquer efeito quando:
I - não cumprir os requisitos desta norma;
II - formulada por quem houver sido intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta;
III - formulada depois de iniciado o procedimento fiscal contra o consulente;
IV - o fato já houver sido objeto de decisão anterior, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consulente;
V - o fato estiver definido ou declarado em disposição literal de lei ou disciplinado em ato normativo, publicado antes de sua apresentação;
VI - não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir ou não contiver os elementos necessários à sua solução, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável, a critério da autoridade consultada.
VII - versar sobre normas e disposições da legislação tributária, que não deixem dúvidas sobre sua aplicação e interpretação.
Parágrafo Único. Compete à autoridade consultada declarar a ineficácia da consulta.

Art. 50. A análise da consulta e sua resposta serão realizadas pela Secretaria Municipal de Finanças, na forma estabelecida em regulamento.
§ 1º. A resposta dada à consulta pode ser modificada a qualquer tempo.
§ 2º. A modificação dos critérios jurídicos anteriormente adotados somente produzirá efeitos a partir da ciência do consulente ou da vigência do ato normativo que os introduzir.

Art. 51. A resposta à consulta só admite pedido de reconsideração em caso de contradição, omissão ou obscuridade, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência do consulente.
§ 1º. O pedido de que trata este artigo será dirigido à autoridade consultada e deverá conter a indicação precisa da contradição, omissão ou obscuridade apontada.
§ 2º. Na ausência de contradição, omissão ou obscuridade, o pedido de esclarecimento será rejeitado pela autoridade consultada.

CAPÍTULO VI - DA FISCALIZAÇÃO
SEÇÃO I - Da Competência das Autoridades
Art. 52. As autoridades tributárias poderão, com a finalidade de obter elementos que lhes permitam, com precisão, determinar a natureza e o montante dos créditos tributários, efetuar a homologação dos lançamentos e verificar a exatidão das declarações e dos requerimentos apresentados, em relação aos sujeitos passivos:
I- exigir, a qualquer tempo, a exibição dos livros de escrituração fiscal e contábil, previstos em lei, e dos documentos em que se fundamentar os respectivos lançamentos;
II- notificar o contribuinte ou responsável para:
a) prestar informações escritas ou verbais, sobre atos ou fatos que caracterizem ou possam caracterizar obrigação tributária;
b) comparecer à sede do órgão tributário e prestar informações ou esclarecimentos envolvendo aspectos relacionados com obrigação tributária de sua responsabilidade.
III - fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações:
a) nos locais e estabelecimentos onde se exerçam atividades passíveis de tributação;
b) nos bens imóveis que constituam matéria tributável.
IV - apreender coisas móveis, inclusive mercadorias, livros e documentos fiscais, nas condições e formas definidas na legislação tributária;
V - requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial, quando indispensável à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais dos estabelecimentos, assim como dos bens e da documentação dos contribuintes e responsáveis.

Art. 53. Os contribuintes ou quaisquer responsáveis por tributos facilitarão, por todos os meios ao seu alcance, o lançamento, fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, ficando especialmente obrigados a:
I- apresentar declarações, documentos e guias, bem como escriturar nos prazos legais, em livros próprios, os fatos geradores da obrigação tributária, segundo as normas estabelecidas em lei;
II- comunicar ao órgão tributário, no prazo legal, qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir:
a) obrigação tributária;
b) responsabilidade tributária;
c) domicílio tributário.
III - conservar por cinco (5) anos da data de emissão e apresentar ao Órgão Tributário competente, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias, documentos fiscais e registros cadastrais e fiscais;
IV - prestar, sempre que solicitado pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que, a juízo do Órgão Tributário, se refiram a fato gerador de obrigação tributária.
§ 1º. A autoridade tributária poderá requisitar a terceiros, e estes ficam obrigados a fornecer-lhe, todas as informações e dados referentes a

fatos geradores de obrigação tributária para os quais tenham contribuído ou que devam conhecer, salvo quando, por força de lei, estejam obrigados a guardar sigilo em relação a esses fatos.
§ 2º. Mesmo no caso de imunidade e isenção ficam os beneficiários sujeitos ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 54. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade tributária todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, sujeitos aos tributos municipais:
I- os tabeliães, os escrivães e os demais serventuários de ofício;
II- os bancos, casas bancárias, as Caixas Econômicas e as demais instituições financeiras;
III- as empresas de administração de bens;
IV- os corretores, os leiloeiros e os despachantes oficiais;
V- os inventariantes;
VI- os síndicos, os comissários, liquidatários e demais administradores de bens de terceiros;
VII- os inquilinos e os titulares do direito de usufruto, uso ou habitação;
VIII- os síndicos ou qualquer dos condôminos, nos casos de propriedade em condomínio;
IX- os responsáveis por cooperativas, associações desportivas e entidades de classe;
X- quaisquer outras entidades ou pessoas que, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, detenham em seu poder, a qualquer título e de qualquer forma, informações caracterizadoras de obrigações tributárias municipais.
Parágrafo único - A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a guardar segredo.

Art. 55. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores e prestadores de serviços, ou da obrigação destes de exibi-los.

Art. 56. Independentemente do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira das pessoas sujeitas à fiscalização e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.
§ 1º. Excetuam-se do disposto neste artigo as requisições de autoridade judiciária no interesse da justiça; os casos de prestação mútua de assistência para fiscalização de tributos e permuta de informações entre os diversos órgãos do Município, e entre este e a União, os Estados e os outros Municípios, amparada em convênios específicos; as solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.
§ 2º. A divulgação das informações obtidas no exame de contas e documentos constitui falta grave sujeita às penalidades da legislação pertinente.

SEÇÃO II - Dos Termos de Fiscalização
Art. 57. A autoridade tributária que presidir ou proceder a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento e estipule o prazo máximo provável para conclusão daquelas.
§ 1º. Os termos a que se refere este artigo serão lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado, deles se entregará ao fiscalizado cópia autenticada pela autoridade, contra recibo no original.
§ 2º. A recusa do recibo, que será declarada pela autoridade, não trará proveito ao fiscalizado ou infrator, nem o prejudicará.
§ 3º. O disposto no parágrafo anterior será aplicado, extensivamente, aos fiscalizados e infratores analfabetos ou impossibilitados de assinar documento de fiscalização ou infração, mediante declaração da autoridade tributária, ressalvadas as hipóteses dos incapazes, como definidos pela lei civil.

SEÇÃO III - Da Apreensão de Documentos e de Bens
Art. 58. Poderão ser apreendidos documentos, coisas móveis e mercadorias existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou prestador de serviço do contribuinte, responsável ou de terceiros, em outros lugares ou em trânsito, que constituam prova material de infração à legislação tributária do Município.
Parágrafo único. Havendo prova ou fundada suspeita de que as provas se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia, serão promovidas busca e apreensão judicial, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina por parte do infrator.

Art. 59. Da apreensão lavrar-se-á o respectivo auto.
§ 1º. O auto de apreensão conterá a data, o local e o horário da ocorrência, bem como a descrição pormenorizada dos documentos, mercadorias e objetos apreendidos, a identificação e a assinatura da autoridade que a presidir, bem como a indicação do lugar onde foram depositadas e a assinatura do depositário, quando este for o próprio detentor, a juízo do autuante.
§ 2º. Na hipótese de ser designado outro depositário, lavrar-se-á Termo de Fiel Depositário, o qual será parte integrante do auto de apreensão.

Art. 60. Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Art. 61. Os objetos ou mercadorias apreendidos serão restituídos, mediante recolhimento ou depósito das quantias exigíveis, que serão arbitradas pela autoridade tributária, ficando retidos, até a decisão final, os espécimes necessários à prova, ou fotocópias regularmente autenticadas em cartório.

Art. 62. Se o infrator não provar o atendimento de todas as exigências legais para liberação dos bens apreendidos no prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados a leilão ou hasta pública, mediante edital publicado em jornal de grande circulação na cidade, com antecedência mínima de cinco (5) dias úteis.
§ 1º. Quando a apreensão recair em mercadorias ou objetos de fácil deterioração, a Administração, mediante processo regular, onde fiquem comprovadas escrita e testemunhalmente a efetivação do ato, poderá doá-los às associações de caridade ou de assistência social do Município.
§ 2º. Apurada na venda importância superior aos tributos devidos, aos acréscimos legais e atualização monetária, às despesas de apreensão, guarda, remoção, leilão e hasta pública, será o infrator notificado para, no prazo de dez (10) dias úteis, receber na tesouraria do Município o excedente.

SEÇÃO IV - Do Auto de Infração
Art. 63. O contribuinte deverá ser imediatamente autuado:
I- quando encontrado no exercício de atividade tributável sem prévia inscrição no Cadastro Tributário Municipal;
II- quando manifesto o ânimo de sonegar;
III- quando, previamente notificado, deixar de apresentar, dentro do prazo fixado, livros e documentos fiscais e contábeis solicitados pela fiscalização;
IV- quando da ocorrência de ações ou omissões contrárias à legislação tributária.

Art. 64. O Auto de Infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá:
I- mencionar o local, data e hora da lavratura;
II- identificar o sujeito passivo, seu endereço, natureza de atividade e número de inscrição no Cadastro Municipal, se houver;
III- conter o montante do tributo devido e os respectivos acréscimos legais;
IV- precisar a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, determinar a matéria tributável, mencionando os dispositivos legais infringidos e os que cominam a penalidade aplicável;
V- intimar o infrator a recolher os tributos devidos e as penalidades decorrentes, ou, caso queira, para apresentar defesa escrita,

acompanhada dos documentos de prova de que dispuser, no prazo de trinta (30) dias, contados da data da ciência da autuação.
§ 1º. As omissões ou incorreções no auto não acarretarão nulidade, quando contiver elementos suficientes para identificar infrator e infração respectiva.
§ 2º. A assinatura do autuado, seu representante ou preposto, não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica confissão e a recusa em assinar não agravará a pena.
§ 3º. Se o autuado, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto, será ele entregue da mesma forma, mencionando-se tal circunstância no campo próprio.

Art. 65. Da lavratura do auto será intimado o autuado:
I- pessoalmente, quando possível, mediante entrega de cópia, contra recibo no original;
II- por carta, acompanhada de cópia, com aviso de recebimento (AR), firmado pelo destinatário ou por alguém de seu estabelecimento ou residência;
III- por edital, em órgão de grande circulação no Município, ou afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, com prazo de trinta (30) dias, se o autuado não puder ser encontrado pessoalmente ou por via postal, ou recusar a assinar.

Art. 66. A intimação presume-se feita:
I- quando pessoal, na data do recibo;
II- quando por carta, na data do recebimento do aviso postal (AR); se a data for omitida, quinze (15) dias após a entrega da intimação à agência postal;
III- por edital, no término do prazo, contado este da data da publicação ou afixação.

Art. 67. Cada Auto de Infração será registrado, em ordem cronológica, em livros, fichas, ou por meio eletrônico, especialmente elaborados para esse fim.

Art. 68. Decorrido o prazo de defesa, sem sua apresentação, ou esgotada a fase administrativa, de forma desfavorável ao contribuinte, o crédito constante do Auto de Infração será inscrito em Dívida Ativa e encaminhado à execução fiscal.

SEÇÃO V - Do Arbitramento da base de cálculo do ITBI
Art. 69. A autoridade administrativa competente deverá arbitrar o valor da base de cálculo do ITBI, mediante processo regular, sempre que:
I - sejam omissos ou não mereçam fé as declarações, esclarecimentos prestados, como também os documentos exibidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada em caso de impugnação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial;
II - quando houver indício de que o valor declarado não condiz com o real valor de mercado do imóvel;
III - o contribuinte, depois de intimado, deixar de exibir documentos solicitados

Art. 70. A autoridade administrativa responsável pelo arbitramento poderá utilizar-se de avaliação técnica feita por servidor técnico devidamente habilitado para realização de avaliação mercadológica.
§ 1º. As informações sobre o valor real dos imóveis também poderão ser obtidas com base nos elementos aferidos no mercado imobiliário, inclusive através de empresas imobiliárias e de corretores de imóveis estabelecidos no Município, a fim de reunir elementos necessários à elaboração da base de cálculo do ITBI;
§ 2º. Não sendo possível reunir informações específicas do imóvel a ser transmitido, a autoridade administrativa poderá fazer o levantamento com base em outros imóveis de similar natureza, padrão e localização.

Art. 71. A autoridade que proceder ao arbitramento da base de cálculo lavrará termo próprio.

Art. 72. O termo de arbitramento integrará a notificação de lançamento do ITBI dirigida ao sujeito passivo, que deverá conter:
I - a sua identificação;
II - o motivo do arbitramento;
III - a descrição do imóvel objeto da transmissão ou cessão;
IV - o valor da base de cálculo arbitrada;
V - a identificação e a assinatura da autoridade que procedeu ao arbitramento;
VI – documento que demonstre a ciência do notificado; podendo ocorrer por e-mail, por aplicativo Whatsapp, ou pelos Correios;

Art. 73. Não concordando com o valor arbitrado, o contribuinte poderá oferecer avaliação contraditória, mediante impugnação ou reclamação, no prazo de 15 dias úteis, contados da notificação, contendo obrigatoriamente:
I – avaliação contraditória de no mínimo 02 corretores;
II - comprovante de pagamento do negocio entabulado;
III – outros elementos de prova para afastar o valor do arbitramento
Parágrafo único. A avaliação contraditória de que trata este artigo dever vir acompanhada de laudo técnico e deverá ser feita por pessoa física ou jurídica legalmente constituída, de comprovada habilitação para o fim pelo contribuinte pretendido.

Art. 74. As informações constantes da "Declaração para Lançamento do ITBI" poderão ser utilizadas para alteração do cadastro imobiliário do Município.

Art. 75. A desistência formal do lançamento do ITBI deverá ser efetuada através de declaração do contribuinte com comprovação da ausência da transmissão do imóvel ou dos direitos a ele relativos, o que se fará mediante a apresentação de certidão atualizada do registro de imóvel do Cartório de Registro competente com data posterior a do pedido de lançamento do imposto e expedida em prazo não superior a 30 (trinta) dias, e de documentos tidos como necessários para demonstrar a não concretização da transmissão do bem ou direito.
§ 1º. Na Declaração de desistência formal do pedido de lançamento do imposto deverá constar o motivo da ausência da efetivação da transmissão da propriedade imobiliária ou dos direitos a ela relativos, a declaração da não lavratura de escritura, quando for o caso, e a assinatura de todo(s) o(s) adquirente(s) e transmitente(s) ou seus procuradores ou o respectivo distrato, quando a aquisição tiver sido precedida de formalização de contrato.

Art. 76. O lançamento de ofício do ITBI será efetuado pela autoridade administrativa competente, sempre que for constatada a ocorrência de fato gerador do imposto não declarado espontaneamente pelo contribuinte.

Art. 77. O pedido de reconhecimento de imunidade, concessão de isenção ou declaração de não incidência deverá ser requerido no próprio formulário utilizado para lançamento do ITBI, instruído com certidão de registro de imóvel extraída nos últimos 30(trinta) dias e demais documentos comprobatórios do cabimento do benefício fiscal correspondente.
§ 1º. Para que ocorra o reconhecimento de imunidade recíproca, o ente público federal, estadual ou municipal, ou sua respectiva autarquia ou fundação pública, deverá apresentar o documento comprobatório da aquisição da propriedade.
§ 2º. Para obtenção do reconhecimento da imunidade relativa aos templos de qualquer culto, a entidade religiosa deverá apresentar:
I - comprovante de que o requerente é seu representante legal;
II - estatuto da entidade, devidamente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas;
III – comprovação/declaração de que o imóvel adquirido será destinado às suas finalidades essenciais.
§ 3º. Para obtenção do reconhecimento da imunidade relativa aos partidos políticos e suas fundações, às entidades sindicais dos trabalhadores, às instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, o ente privado deverá apresentar:
I - comprovante de que o requerente é seu representante legal;
II - estatuto da entidade, devidamente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas;
III - comprovação de que o imóvel adquirido será destinado às suas finalidades essenciais;
IV - documentação comprobatória do atendimento aos requisitos constantes do art. 14 do Código Tributário Nacional (CTN).
§ 4º. Para obtenção da declaração de não-incidência referente à incorporação de imóvel a pessoa jurídica em realização de capital ou

decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, o requerente deverá apresentar:
I - comprovante de que é seu representante legal;
II- ato constitutivo, de fusão, incorporação, cisão ou de encerramento da empresa, conforme o caso, devidamente registrado.
III – contrato social ou outro documento de constituição, livros contábeis, balanços contábeis do período;
IV – declaração de IR dos 2(dois) últimos anos anteriores ao pedido.
V – outros que a Administração entender pertinentes;
§ 5º. Para caracterização da hipótese de não – incidência de que trata o parágrafo anterior será necessário que o interessado comprove a sua condição de sócio ou acionista da empresa, ou no caso de extinção da pessoa jurídica alienante, que o bem imóvel cuja transmissão foi informada, está ocorrendo juntamente com a totalidade de seu patrimônio.
§ 6º. Os requerimentos de que trata este artigo serão decididos pela autoridade administrativa, no prazo de 15 dias úteis, após análise da documentação apresentada e de outras que julgar necessário requisitar e demais dados constantes dos registros da Prefeitura.
§ 7º. Sobre o valor do imóvel que exceder o limite do capital social a ser integralizado ou da própria cota do sócio respectivo, haverá incidência do ITBI; independente da atividade da empresa;

Art. 78. O processo de fiscalização da imunidade concedida sob condição resolutiva será iniciado pela autoridade administrativa, passado o prazo do art. 37, § 1º e 2º do CTN, mediante notificação por e-mail, aplicativo Whatsapp ou Correios, a critério da Administração, onde deverá ser requerida a documentação pertinente à verificação da atividade preponderante, a exemplo de balanço social, balanços contábeis, declaração de IR dentre outros.

CAPÍTULO VII - DOS DEMAIS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS

Art. 79. O processo administrativo tributário não decorrente de notificação de lançamento, auto de infração ou consulta, relativo a tributos, reger-se-á pelas normas contidas neste capítulo, aplicando-se subsidiariamente outros dispositivos desta lei, na ausência de legislação específica.
§ 1º Compreendem-se no disposto neste artigo, dentre outros, os requerimentos relativos às conclusões fiscais nas quais não há crédito constituído, pedidos de reconhecimento de imunidade, concessões de isenção, pedidos de parcelamento de débitos, pedidos de restituição ou compensação de tributos ou multas, denúncia espontânea de débitos fiscais não declarados na forma da legislação específica, enquadramento em regimes especiais, regimes de estimativa, regime de microempresa e o enquadramento e desenquadramento como sociedade de profissionais.

§ 2º A decisão de primeira instância compete à Secretaria Municipal de Finanças por ato do Diretor de Fiscalização e Lançamento Tributário e a de segunda instância, ao Prefeito.

Art. 80. Qualquer pessoa que tiver conhecimento de atos ou fatos que considere infração à legislação tributária poderá apresentar denúncia para resguardar interesses da Fazenda Municipal.
Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Finanças deverá manter sigilo quanto à identificação do denunciante, quando assim solicitado, e poderá deixar de executar procedimentos fiscais e administrativos fundamentados na denúncia quando, isolada ou cumulativamente:
I - a denúncia for anônima;
II - não for possível identificar com absoluta segurança o contribuinte supostamente infrator;
III - for genérica ou vaga em relação à infração supostamente cometida;
IV - não estiver acompanhada de indícios de autoria e de comprovação da prática da infração;
V - referir-se à operação de valor monetário indefinido ou reduzido, assim conceituada aquela que resulte em supressão de tributo de valor estimado inferior ao estabelecido por ato do Secretário Municipal de Finanças.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 81. O servidor que verificar a ocorrência de infração à legislação tributária municipal e não for competente para formalizar a exigência, comunicará o fato, em representação circunstanciada, a seu chefe imediato, que adotará as providências necessárias.

Art. 82. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prata/MG, em 27 de fevereiro de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal do Prata

Publicado por:
Lauriane Valeria Vieira Gomes
Código Identificador:DB3BDB21

ASSESSORIA JURÍDICA
ERRATA AO DECRETO Nº 4357 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026

Onde se lê:
REGULAMENTA O PRAZO PARA A COMPENSAÇÃO DE HORAS DO SISTEMA DE BANCO DE HORAS, INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº [NÚMERO DA LEI], A FRUIÇÃO DE FOLGAS POR SERVIÇO ELEITORAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Se leia: REGULAMENTA O PRAZO PARA A COMPENSAÇÃO DE HORAS DO SISTEMA DE BANCO DE HORAS, INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 2595/2018 A FRUIÇÃO DE FOLGAS POR SERVIÇO ELEITORAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Prata-MG, 27 de fevereiro de 2026

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lauriane Valeria Vieira Gomes
Código Identificador:36D1CFBF

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 104/2026

CONCEDE LICENÇA DE 14 (QUATORZE) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de 14 (QUATORZE) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 23/02/2026 a 08/03/2026, devendo retornar ao serviço no dia 09/03/2026, a servidora ONEIDA APARECIDA NOGUEIRA OLIVEIRA ocupante do cargo de SERVENTE ESCOLAR, matrícula 03697.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 23/02/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 27 de Fevereiro de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:0A95E44F

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 105/2026

CONCEDE LICENÇA DE 30 (TRINTA) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de 30 (TRINTA) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 25/02/2026 a 26/03/2026, devendo retornar ao serviço no dia 27/03/2026, a servidora MARCIA CAMARGOS GONÇALVES ocupante do cargo de PROFESSOR – I , matrícula 09537.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 25/02/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 27 de Fevereiro de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:07A971B2

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 106/2026

CONCEDE LICENÇA DE 8 (OITO) DIAS EM VIRTUDE DE LUTO NA FAMÍLIA DA SERVIDORA TATIANE RODRIGUES ARANTES.

O Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 154, II, b da Lei Complementar 002/2006,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença de 08 (oito) dias em virtude de luto na família, sua avó MARIA JOSÉ RODRIGUES, a contar de 23/02/2026 a 02/03/2026, devendo retornar ao serviço no dia 03/03/2026, a servidora TATIANE RODRIGUES ARANTES, ocupante do cargo de SERVIÇOS GERAIS, matrícula 03632.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 23 de fevereiro de 2026.

Prefeitura Municipal de Prata, em 27 de fevereiro de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:0FF892CA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 107/2026

CONCEDE LICENÇA DE 20 (VINTE) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de 20 (VINTE) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 23/02/2026 a 14/03/2026, devendo retornar ao serviço no dia 15/03/2026, a servidora CLEUVITA APARECIDA NASCIMENTO SILVA ocupante do cargo de SERVENTE ESCOLAR , matrícula 03698.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 23/02/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 27 de Fevereiro de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:A1A002F3

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 108/2026

CONCEDE LICENÇA DE 14 (QUATORZE) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de 14 (QUATORZE) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 21/02/2026 a 06/03/2026, devendo retornar ao serviço no dia 07/03/2026, a servidora ANA CAROLINA GONÇALVES FERREIRA ocupante do cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM, matrícula 08977.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 21/02/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 27 de Fevereiro de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:F93323AC

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 109/2026

CONCEDE LICENÇA DE 30 (TRINTA) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de 30 (TRINTA) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 26/02/2026 a 27/03/2026, devendo retornar ao serviço no dia 28/03/2026, a servidora ROSA MARIA QUEIROZ FREITAS ocupante do cargo de MEDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA , matrícula 04180.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 26/02/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 27 de Fevereiro de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:7F710D37

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
AVISO DE DISPENSA ELETRONICA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 008/2026 DISPENSA ELETRONICA Nº 001/2026
EDITAL Nº 008/2026

AVISO DE DISPENSA ELETRONICA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 008/2026
DISPENSA ELETRONICA nº 001/2026
EDITAL Nº 008/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de barracas personalizadas para implantação do Projeto Feira Livre do Município de Pratinha/MG em atendimento ao Departamento de Agricultura.

• INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:
Dia 02/03/2026 a partir das 17h00min (dezessete horas).
• LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:
Dia 06/03/26 às 17h00min (dezessete horas).
• ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:
Dia 06/03/2026 às 08h00min (nove horas).
SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br

Observação: Declarada a abertura da sessão pelo Agente de contratação, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pratinha localizada à Pedro Paulo dos Santos Nº45 – CENTRO – CEP: 38.960-000 – PRATINHA-MG, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 17:00 horas, e no site ***www.pratinha.mg.gov.br/dispensa/2025,*** sem qualquer ônus. Quaisquer outros esclarecimentos poderão ser obtidos neste mesmo setor, através do telefone (034) 3637-1220.

Pratinha-MG, 02 de março 2026

WELLINGTON JOSÉ CARNEIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dione Fernando Ferreira
Código Identificador:CEF803BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA – MG.
CREDENCIAMENTO CHAMADA PUBLICA Nº 001/2026.
AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

Prefeitura Municipal de Pratinha – MG. Credenciamento Chamada Publica Nº 001/2026. Aviso de Licitação. Processo licitatório nº 07/2026, torna público a abertura de processo licitatório para aquisição de gêneros alimentícios diretamente de Agricultura Familiar para alimentação escolar, destinado à complementação do cardápio, atendendo as necessidades nutricionais previstas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação Pratinha/MG. Período inicial de credenciamento dia 02/03/2026 a partir das 09:00 (nova horas) até dia 19/03/2026 às 09:00 (nove horas), data e horários que será realizada a Análise dos documentos e propostas apresentadas. Recebimento dos envelopes no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pratinha localizada à rua Pedro Paulo Santos, nº 45, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 17:00, maiores informações pelo telefone (034)21202-0601, e-mail licitacao@pratinha.mg.gov.br. O edital estará disponível em https://www.pratinha.mg.gov.br.

WELLINGTON JOSÉ CARNEIRO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Dione Fernando Ferreira
Código Identificador:D236AB2C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito do Município de Pratinha - MG, no uso de suas atribuições legais, considerando a legitimidade do procedimento licitatório, em especial o pedido do Departamento do Gabinete do Prefeito, estando em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21, Art 75 §7;

RESOLVE: RATIFICAR a aquisição de materiais esportivos específicos para pratica de esportes em quadra de areia.

CONTRATADA – UBERABAO ESPORTES (CNPJ 71.351.001/0001-29), no valor global de R$ 9.592,00 (nove mil, quinhentos e noventa e dois reais).

CONTRATADA – 100 ETIQUETAS CALÇADOS E SPORTES LTDA (CNPJ 57.629.855/0001-01), no valor global de R$ 1.499,40 (um mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta centavos).

Totalizando um valor global de R$ 11.091,40 (ONZE MIL, NOVENTA E UM REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

Pratinha/MG, 27 de fevereiro 2026

WELLINGTON JOSÉ CARNEIRO
Prefeito Municipal, de Pratinha/MG

Publicado por:
Taciane Alexandra Reis Pereira
Código Identificador:DE719968

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito do Município de Pratinha - MG, no uso de suas atribuições legais, considerando a legitimidade do procedimento licitatório, em especial o pedido do Departamento do Gabinete do Prefeito, estando em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21, Art 75 §7;

RESOLVE: RATIFICAR a aquisição de materiais de proteção individual (EPI) para auxiliares de serviços gerais das escolas da rede Municipal de Ensino do Município de Pratinha/MG, visando garantir segurança, higiene e saúde no desempenho de suas atividades.

CONTRATADA – EPIS MINAS GERAIS LTDA (CNPJ 53.241.429/0001-37), no valor global de R$ 11.939,00 (onze mil, novecentos e trinta e nove reais).

Pratinha/MG, 27 de fevereiro 2026

WELLINGTON JOSÉ CARNEIRO
Prefeito Municipal, de Pratinha/MG

Publicado por:
Taciane Alexandra Reis Pereira
Código Identificador:9B13BFE1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE QUARTEL GERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, (ART. 74, INCISO IV DA LEI FEDERAL 14.133/2021

RENATO AUGUSTO MENDES, Secretário Municipal de Saúde em exercício no uso de suas atribuições legais fincadas na lei orgânica, e, ainda no que prescreve o art. 74, inciso I da lei federal 14.133/2021, **RATIFICO E AUTORIZO**, o CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS PARA REABILITAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS DO SEXO FEMININO E MASCULINO, CONFORME

DESCRITO E ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA, em favor de **COMUNIDADE TERAPÊUTICA ESTÂNCIA VIDA LTDA,** no valor global de **R$ 353.360,00 (trezentos e cinquenta e três mil trezentos e sessenta reais)**, na forma contida no parágrafo único do art. 72 da já citada lei de licitações.

Quartel Geral, 26 de fevereiro de 2026.

RENATO AUGUSTO MENDES
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:436B0DBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 35/2026, PROCESSO 60/2026, COM BASE NO ART. Nº 75, II DA LEI 14.133/2021

MUNICÍPIO DE QUARTEL GERAL/MG, em conformidade com Art. 75 § 3º da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS, CONVÊNIOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA**, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços **NO PRAZO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. Limite para Apresentação da Proposta de Preços**: 05/02/2026 às 15:45.** A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Quartel Geral/MG, no seguinte endereço: Rua Hipólito Pinto, 240, no horário de 7:00 às 15:45, em dias úteis ou pelo E-mail: **licitacao@quartelgeral.mg.gov.br** até a data limite. O Edital/Termo de **REFERÊNCIA DA DISPENSA** estará disponível no Site Oficial do Município: https://quartelgeral.mg.gov.br/licitacoes.php ou através do E-mail: licitacao@quartelgeral.mg.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas na Sala da CPL, situada na Rua Hipólito Pinto, 240, Centro em Quartel Geral/MG, no horário das 07:00 às 15:45 de segunda a sexta feira. A empresa detentora da proposta mais vantajosa será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração, em até **dois dias úteis após a convocação;** Quartel Geral, **27 de fevereiro de 2026**.

CIBELE ASSIS CAMPOS,
(Agente de Contratação).

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:2D8418DA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

–PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL/ MG – Processo licitatório 69/2026 – Pregão Eletrônico: 11/2026. Torna publico para conhecimento dos interessados a publicação do processo licitatório cujo objeto: Aquisição de um veículo zero km, tipo caminhão, ano/modelo 2026/2026, em atendimento ao plano de ação: 09032025-2-086441/2025 conforme termo de referência. Data de abertura das propostas comerciais e abertura da sessão do pregão eletrônico: dia 18/03/2026 ás 08:00 hs. Site para realização do pregão eletrônico: https://ammlicita.org.br/. Informações (37) 999575102 –

CIBELE DE ASSIS CAMPOS –
Presidente da Comissão Permanente de Licitação 27/02/2026

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:9E1A8BB5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL/ MG – Processo licitatório nº **068/2026** – Pregão Eletrônico/RP: **10/2026**. Torna publico para conhecimento dos interessados a abertura do processo licitatório cujo objeto: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES, CONSISTENTES EM FOGÃO, MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS E TANQUINHO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA DIVISÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA**, que fará realizar abertura das propostas comerciais e abertura da sessão dia **17/3/2026 às 08:00 horas**. Site para realização do Pregão Eletrônico/RP: https://ammlicita.org.br/. Informações (37) 99957-5102.

CIBELE DE ASSIS CAMPOS
Pregoeira e Equipe de Apoio – 27/2/2026

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:BCB0756F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO RELATIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2026 – INEXIGIBILIDADE DE Nº 013/2026; Contratante: Município de Quartel Geral-MG. Contratada: **COMUNIDADE TERAPÊUTICA ESTÂNCIA VIDA LTDA,** denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ nº 20.204.141/0001-33; Objeto: CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS PARA REABILITAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS DO SEXO FEMININO E MASCULINO, CONFORME DESCRITO E ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA. Valor do Contrato: R$ 353.360,00 (trezentos e cinquenta e três mil trezentos e sessenta reais). Publicado em 26/02/2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:87DB4473

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RECREIO

SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°: 011/2026. MODALIDADE PREGÃO N.°: 004/2026.

A Prefeitura Municipal de Recreio/MG, torna a público a reabertura do Processo Administrativo nº 011/2026, Pregão nº 004/2026, em sua forma eletrônica, cujo o objeto é o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de mochilas e estojos personalizados, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Recreio-MG.**

A sessão pública será dia 02/03/2026 às 08h:00min, através da plataforma eletrônica www.licitardigital.com.br. Maiores informações pelo site oficial www.recreio.mg.gov.br,

Recreio/MG, 27 de fevereiro de 2026.

RONEI DE PAULA COSTA,
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Daiane da Silveira Rezende
Código Identificador:920FBF11

SETOR JURÍDICO
PORTARIA Nº 174, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026

"*Dispõe sobre a designação do agente de contratação, do pregoeiro, da comissão de contratação e da equipe de apoio para atuarem nos*

Procedimentos instaurados e fundamentados com base na Lei Federal 14.133/2021"

O Prefeito Municipal de Recreio-MG, no uso de suas atribuições legais e nos termos da legislação em vigor, especialmente da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que o Art. 7º da Lei Federal nº 14.133/21 estabelece: *" Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei (...)";*

Considerando que o inciso I do Art. 176 da Lei Federal nº 14.133/21 estabelece: "*Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento: I - dos requisitos estabelecidos no art. 7º e no caput do art. 8º desta Lei;"*

Considerando que o Município ainda não possui servidores, efetivos ou empregados públicos do quadro permanente, com formação e conhecimentos técnicos adequados para o desempenho das funções a serem designadas através desta portaria;

Considerando o capítulo II do Decreto nº 134/2026 de 27 de Janeiro de 2026, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o servidor **Ronei de Paula Costa, CPF nº 119.071.406-03, Matrícula nº 2939** para atuar como **Agente de Contratação**, nos procedimentos de licitação instaurados por este município, fundamentados através da Lei Federal nº 14.133/21.

Art. 2º Fica designado o servidor **Ronei de Paula Costa, CPF nº 119.071.406-03, Matrícula nº 2939** para atuar como **Pregoeiro** nos procedimentos de licitação, sob a modalidade Pregão, instaurados por este município e fundamentados através da Lei Federal nº 14.133/21.

Art. 3º Ficam designados os servidores, **Ronei de Paula Costa, CPF nº 119.071.406-03, Matrícula nº 2939, Sabrina da Silva Rezende, CPF nº 097.056.816-94, Matrícula nº 2658** e **João Guilherme Costa Ferreira, CPF nº 109.850.226-47, Matrícula nº 2581** para atuarem na **Comissão de Contratação**, responsável por substituir o agente de contratação em licitações que envolvam bens e serviços especiais, bem como examinar e julgar os documentos relativos aos procedimentos auxiliares instaurados por esta autarquia e fundamentados através da Lei Federal nº 14.133/21.

Parágrafo único: Fica designado para atuar como Presidente da Comissão de Contratação, o servidor **Ronei de Paula Costa, CPF nº 119.071.406-03, Matrícula nº 2939**.

Art. 4º Ficam designados os servidores **João Guilherme Costa Ferreira, CPF nº 109.850.226-47, Matrícula nº 2581** e **Daiane da Silveira Rezende, CPF nº 131.141.996-90, Matrícula nº 3128** para atuarem como equipe de apoio para auxiliar o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação, nos procedimentos licitatórios instaurados por esta autarquia e fundamentados através da Lei Federal nº 14.133/21.

Art. 5º Fica designada a servidora **Daiane da Silveira Rezende, CPF nº 131.141.996-90, Matrícula nº 3128**, para atuar como suplente do **Agente de Contração, Pregoeira** nos procedimentos licitatórios instaurados por esta autarquia e fundamentados através da Lei Federal nº 14.133/21, nos casos em que os titulares estiverem em gozo de férias ou impedidos de atuar no respectivo certame.

Art. 6º Para fins do disposto nesta portaria considerar-se-á:
I- Agente de contratação: pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.
II- Comissão de contratação: conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;
III- Pregoeiro: agente responsável pela condução do certame nos procedimentos licitatórios nos casos em que a modalidade adotada for o Pregão.
IV- Equipe de Apoio: conjunto de agentes públicos indicados pela Administração com a função de auxiliar o agente de contratação, a comissão de contratação ou o pregoeiro.

Art. 7º São atribuições do Agente de Contratação, da Comissão de Contratação e do Pregoeiro:

I- auxiliar, quando solicitado e de forma meramente orientativa, os responsáveis pela elaboração dos documentos que constituem a fase preparatória do certame;
II- realizar a condução do certame após a publicação do ato convocatório até a fase que antecede sua adjudicação, homologação ou revogação, em estrita observância à legislação vigente e ao instrumento convocatório;
III- coordenar os trabalhos da equipe de apoio;
IV- receber, analisar e decidir de forma imparcial, observando a legislação vigente, as impugnações e pedidos de esclarecimento ao instrumento convocatório, podendo para tanto solicitar auxílio dos setores técnicos e jurídicos, caso julgue necessário;
V- conduzir de forma imparcial a sessão pública, presencial ou eletrônica, observando os princípios que regem as licitações públicas e as exigências contidas no instrumento convocatório;
VI- verificar a conformidade das propostas apresentadas pelos licitantes quanto aos requisitos formais e técnicos previstos no instrumento convocatório;
VII- verificar a conformidade dos valores constantes nas propostas comerciais apresentadas pelos licitantes em relação ao valor orçado pela administração durante a fase preparatória do certame;
VIII- sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas apresentadas pelos licitantes;
IX- realizar a classificação das propostas que atenderem os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, bem com a desclassificação das propostas que não atenderem, manifestando expressamente o motivo em ata;
X- ordenar e classificar a ordem de apresentação de lances consecutivos, quando o modo de disputa for compatível.
XI- conduzir a fase de lances verbais ou eletrônicos, conforme a forma de julgamento pré-estabelecida, objetivando alcançar a proposta mais vantajosa para administração, quando cabível.
XII- declarar o vencedor da etapa competitiva, estabelecendo a ordem de classificação dos demais licitantes, quando cabível;
XIII- solicitar a comprovação de exequibilidade do licitante vencedor, nos casos em que a proposta apresentada for supostamente inexequível;
XIV- negociar com o primeiro colocado condições mais vantajosas, observados os critérios estabelecidos no instrumento convocatório e nesta portaria;
XV- dar início a fase da habilitação, verificando a conformidade dos documentos apresentados pelos licitantes com as exigências constantes no instrumento convocatório;
XVI- sanear erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;
XVII- impedir a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
XVIII- julgar e declarar habilitados ou inabilitados, conforme o caso, os licitantes participantes do certame, manifestando expressamente o motivo da inabilitação;
XIX- oportunizar, nos termos da legislação vigente e do instrumento convocatório, a manifestação e apresentação dos recursos contra quaisquer atos praticados no certame;
XX- oportunizar aos demais licitantes a apresentação de contrarrazões, nos termos da legislação vigente;

XXI- assegurar ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
XXII- apreciar a admissibilidade dos recursos e, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente para decisão final;
XXIII- realizar as intimações, bem como realizar a publicação dos seus atos em observância a legislação vigente e ao instrumento convocatório;
XXIV- após declaração do vencedor e esgotados os prazos para recurso administrativo, encaminhar os autos do procedimento licitatório para a autoridade competente;
XXV- permitir em qualquer fase do procedimento que os membros que compõem a equipe de apoio, se manifestem formalmente nos autos, caso não estejam de acordo com os atos praticados;
XXVI- rever e invalidar os atos que porventura não estejam em conformidade com a legislação em vigor.

Art. 8º São atribuições da equipe de apoio:

I- auxiliar o agente de contratação, a comissão de contratação ou o pregoeiro nas atividades pertinentes aos procedimentos abrangidos pela Lei Federal nº 14.133/21;
II- realizar o preparo de documentação, confecção de cópias, arquivamento, organização e demais atividades administrativas compatíveis com os procedimentos;
III- acompanhar o agente de contratação, a comissão de contratação ou o pregoeiro durante as sessões públicas, auxiliando no que for solicitado, desde que pertinente as atribuições;
IV- manifestar-se formalmente nos casos de discordância dos atos praticados na condução do procedimento;

Art. 9º É vedado aos agentes públicos designados para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:
a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;
II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;
III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

Art. 10 Nos termos do inciso IV do Art. 14, dos Arts. 48 e 122 da Lei Federal n° 14.133 não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato direta ou indiretamente, aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, portanto, os servidores envolvidos ao tomar conhecimento desta condição deverão informar, expressamente e sob pena de responsabilidade, aos superiores para que sejam tomadas as medidas cabíveis nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único: Nos casos previstos no caput, bem como nos eventuais casos de conflito de interesses, os servidores designados através desta portaria deverão informar, expressamente e sob pena de responsabilização, aos superiores para que sejam tomadas as medidas cabíveis nos termos da legislação vigente.

Art. 11 Após a designação, os servidores deverão declarar de forma expressa, que possuem o pleno conhecimento das normas, atribuições, vedações e responsabilidades previstas nesta Portaria.

Art. 12 A comissão de contratação de que trata o inciso XI § 1º do Art. 32 será designada através de portaria específica nos casos em que o município adotar a modalidade diálogo competitivo.

Art. 13 A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registra-se e cumpra-se.

Recreio, 26 de fevereiro de 2026.

LEANDRO FERREIRA MEDEIROS
Prefeito de Recreio

Publicado por:
Carolina Meira Ribeiro
Código Identificador:E04300A9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

CORREGEDORIA DO MUNICÍPIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO COMISSÃO RECURSAL AUTOS 4438/2023

PORTARIA COR Nº 043/2026

Designa membros para compor comissão recursal, para atuar em Recurso Administrativo, nos autos de Processo Administrativo Disciplinar, de sua competência no âmbito municipal.

O CORREGEDOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, da Lei Municipal nº 4.595 de 09 de Outubro de 2025 e pelo art. 208, da Lei Complementar Municipal 039/2006.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os membros para compor Comissão Recursal, com a finalidade de analisar Recurso Administrativo nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 5479/2020, no limite de sua competência estabelecida pelos artigos 205 e ss. da Lei Complementar Municipal 039/2006.

Parágrafo Único – O Recurso Administrativo correrá nos próprios autos do Processo Administrativos citado no "*caput"*.

Art. 2º – A Comissão Recursal terá a seguinte composição:

Presidente: Suelen Mesquita de Jesus
Membro-Relator: Mardem Santos Barbora
Membro-Revisor: Fernanda Ribeiro de Almeida Rodrigues

Art. 3º – O presidente convocará os demais membros para as reuniões de que se fizerem necessárias.

Art. 4º - As reuniões das Comissões serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 5º – A Comissão designada pela presente Portaria exercerá suas atividades no período legal para análise do recurso.

Art. 6º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições em contrário.

Ribeirão das Neves, 25 Fevereiro de 2026.

JULIANO MUNHOZ GURGEL
Corregedor-Geral Municipal

Publicado por:
Luzinete F. Rodrigues
Código Identificador:496A884B

CORREGEDORIA DO MUNICÍPIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG - 2088/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

AUTOS: 2088/2026
SERVIDOR PROCESSADO: M. A. M. A.
PAD INSTAURADO EM 23/02/2026 - PORTARIA 010/2026

Comissão processante:

Giovani Cesar Acorroni Romualdo,
Luzinete Ferreira Rodrigues e
Valéria Januário

Publicado por:
Luzinete F. Rodrigues
Código Identificador:475361A0

CORREGEDORIA DO MUNICÍPIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG - 3930/2022

AUTOS: 3930/2022
SERVIDOR: R.R.M.
Autos sobrestados até retorno de integrante da CPP I da licença previdenciária, conforme art. 180, VII, c/c art. 188 da Lei Complementar 038/2006.
Sobrestado em 23/02/2026

Comissão Processante:
Giovani Cesar Acorroni Romualdo,
Luzinete Ferreira Rodrigues e
Valéria Januário

Publicado por:
Luzinete F. Rodrigues
Código Identificador:DFD785CE

CORREGEDORIA DO MUNICÍPIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG - 4074-2025

AUTOS: 4074/2025

SERVIDOR: F. P. A

Autos sobrestados até retorno de integrante da CPP I da licença previdenciária, conforme art. 191, VII, c/c art. 199 da Lei Complementar 039/2006.
Sobrestado em 23/02/2026

Comissão Processante:
Giovani Cesar Acorroni Romualdo,
Luzinete Ferreira Rodrigues e
Valéria Januário

Publicado por:
Luzinete F. Rodrigues
Código Identificador:50A379AA

CORREGEDORIA DO MUNICÍPIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG - 4438/2023

AUTOS: 4438/2023

SERVIDOR: C.L.S

Autos sobrestados até retorno de integrante da CPP I da licença previdenciária, conforme art. 191, VII, c/c art. 199 da Lei Complementar 039/2006.
Sobrestado em 23/02/2026

Comissão Processante:
Giovani Cesar Acorroni Romualdo,
Luzinete Ferreira Rodrigues e
Valéria Januário

Publicado por:
Luzinete F. Rodrigues
Código Identificador:D68F528E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 238/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **ROSIMEIRE DOS SANTOS**, no cargo de **COORDENAÇÃO ESCOLAR**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de Janeiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:C825313F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 239/2026

PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - EXONERAR o (a) servidor (a) **SORAIA FERNANDES DE OLIVEIRA LIMA**, no cargo de **SECRETARIA ADJUNTA**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:CC66EE0B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 240/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **SORAIA FERNANDES DE OLIVEIRA LIMA**, no cargo de **SECRETARIA ADJUNTA**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:5EAC4388

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 241/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **GRASIELLE ALVES FARIAS OTONE**, no cargo de **VICE DIRETOR**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:BD246C1A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 242/2026

PORTARIA SRH Nº 242/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **TÉRCIO MATOS SANTOS**, no cargo de **INSPETOR ESCOLAR PEDAGOGICO**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:C6D9A934

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 243/2026

PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - EXONERAR o (a) servidor (a) **JUNIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA**, no cargo de **COORDENAÇÃO ESCOLAR**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:B058227F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 244/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **JUNIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA**, no cargo de **DIRETOR ESCOLAR**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:F30A207C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 245/2026

PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - EXONERAR o (a) servidor (a) **ROSANGELA MOREIRA DA SILVA SANTOS**, no cargo de **VICE DIRETOR**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:12C1681D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 246/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **ROSANGELA MOREIRA DA SILVA SANTOS**, no cargo de **VICE DIRETOR**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:4114260F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 247/2026

PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - EXONERAR o (a) servidor (a) **ALEXSANDRA OLIVEIRA SANTOS NUNES**, no cargo de **VICE DIRETOR**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:D5EE5EDE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 248/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **ALEXSANDRA OLIVEIRA SANTOS NUNES**, no cargo de **VICE DIRETOR**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:ADC31C72

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 249/2026

PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - EXONERAR o (a) servidor (a) **SIRLENE RODRIGUES CHAVES DA FONSECA**, no cargo de **VICE DIRETOR**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:BB669B32

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 250/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **SIRLENE RODRIGUES CHAVES DA FONSECA**, no cargo de **VICE DIRETOR**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:BC0396B6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 251/2026

PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - EXONERAR o (a) servidor (a) **DANIELLE RODRIGUES**, no cargo de **COORDENAÇÃO I**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:F70CDFBD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 252/2026

PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - EXONERAR o (a) servidor (a) **JULIANA MARA AUGUSTO**, no cargo de **CARGO DE GERENTE II**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:20DAA62B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 253/2026

PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - EXONERAR o (a) servidor (a) **LILIAN FRANCIELE FARIA**, no cargo de **COORDENAÇÃO I**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:CB502589

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 254/2026

PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - EXONERAR o (a) servidor (a) **RAFAELLA B. DOS SANTOS GOMES**, no cargo de **ASSESSOR ESPECIAL III**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:7688FC8F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 255/2026

PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - EXONERAR o (a) servidor (a) **CAMILA BORGES PEREIRA**, no cargo de **INSPETOR ESCOLAR ADMINISTRATIVO**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:F581FDCF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 256/2026

PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - EXONERAR o (a) servidor (a) **DANIELA LUCIA DE LIMA TAVEIRA**, no cargo de **GERENTE IV**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:1C301D74

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 257/2026

PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - EXONERAR o (a) servidor (a) **FELIPE GLICÉRIO**, no cargo de **ASSESSOR TÉCNICO I**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:96509D16

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 258/2026

PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - EXONERAR o (a) servidor (a) **GECIARA ALVES DA SILVA OLIVEIRA**, no cargo de **COORDENAÇÃO I**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:5F20B458

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 259/2026

PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - EXONERAR o (a) servidor (a) **MÁRCIA REGINA PINTO ARAGÃO**, no cargo de **SUPERINTENDENTE II**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:6E43790F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 260/2026

PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - EXONERAR o (a) servidor (a) **ROSSANA ISABELA ALVES GONÇALVES**, no cargo de **INSPETOR ESCOLAR PEDAGOGICO**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:65B4B81A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 261/2026

PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - EXONERAR o (a) servidor (a) **LETÍCIA DE FIGUEIREDO CARLOS E OLIVEIRA**, no cargo de **COORDENAÇÃO I**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:6E35BE22

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 262/2026

PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - EXONERAR o (a) servidor (a) **VIRGINÍA MELO FERNANDES E SILVA**, no cargo de **CARGO DE GERENTE II**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:EF660454

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 263/2026

PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - EXONERAR o (a) servidor (a) **FABRICIO RAYNER MIRANDA DE ANDRADE**, no cargo de **ASSESSOR ESPECIAL III**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:D2ACB39D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 264/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **DANIELLE RODRIGUES**, no cargo de **COORDENAÇÃO II**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:1C273149

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 265/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **JULIANA MARA AUGUSTO**, no cargo de **CHEFE DE GABINETE**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:25E66F08

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 266/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:
ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **LILIAN FRANCIELE FARIA**, no cargo de **COORDENAÇÃO II**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:101FE2C5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 267/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **RAFAELLA B. DOS SANTOS GOMES**, no cargo de **GERENTE IV**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:191FD66E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 268/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **CAMILA BORGES PEREIRA**, no cargo de **GERENTE IV**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:EAAE71BE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 269/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **DANIELA LUCIA DE LIMA TAVEIRA**, no cargo de **SUPERINTENDENTE III**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:3A847059

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 270/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **FELIPE GLICÉRIO**, no cargo de **ASSESSOR TÉCNICO III**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:42A79A92

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 271/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **GECIARA ALVES DA SILVA OLIVEIRA**, no cargo de **ASSESSOR ESPECIAL I**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:01F686FE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 272/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **MÁRCIA REGINA PINTO ARAGÃO**, no cargo de **SUPERINTENDENTE IV**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:DBBF3773

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 273/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **ROSSANA ISABELA ALVES GONÇALVES**, no cargo de **GERENTE IV**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:AB622FA6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 274/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **LETÍCIA DE FIGUEIREDO CARLOS E OLIVEIRA**, no cargo de **COORDENAÇÃO III**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:C905E82D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 275/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **VIRGINÍA MELO FERNANDES E SILVA**, no cargo de **ASSESSOR TÉCNICO IV**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:83015899

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 276/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **FABRICIO RAYNER MIRANDA DE ANDRADE**, no cargo de **ASSESSOR TÉCNICO IV**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:57920BF6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 277/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **THAIS GONÇALVES NUNES MOREIRA**, no cargo de **VICE DIRETOR**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:2C20663A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 278/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **MATHEUS COSTA E SILVA**, no cargo de **ASSESSOR TÉCNICO III**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:6BCACF93

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 279/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **TALITHA KÉZIA ARAUJO VIEIRA**, no cargo de **ASSESSOR TÉCNICO III**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:0121A75F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 280/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **DANILO ZINATELLE FIGUEIREDO**, no cargo de **ASSESSOR TÉCNICO III**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:0F8E0C23

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 281/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:
ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **LUCAS RODRIGUES DOS SANTOS**, no cargo de **ASSESSOR TÉCNICO III**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:E2844D88

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 282/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) **THALITA DE MOURA ZEFERINO**, no cargo de **ASSESSOR TÉCNICO III**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:62C92274

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 283/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) TATIANE DANIELE VIVEIROS DOS SANTOS ALVES, no cargo de INTERINO CONTROLADOR GERAL DO MUNICIPIO, da CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO, no período 23/02/2026 A 06/03/2026, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:875B2617

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 284/2026

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "a" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, resolve:

ART.1º - NOMEAR o (a) servidor (a) ALESSANDRA CRISTINA ARCANJO, no cargo de GERENTE IV INTERINO, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no período 06/03/2026 A 24/03/2026, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:DF1F1BEF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 285/2026

PORTARIA DE CESSÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "b" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, e

Considerando o interesse da Administração Municipal em fortalecer a cooperação com os demais órgãos da Administração Pública;

Resolve:

Art. 1º Ceder o(a) senhor(a) **Emerenciana Roque Figueiredo**, matrícula nº 39498, servidor(a) efetivo(a) no cargo de Agente de Combate a Endemias, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer suas funções junto à Policia Civil do Estado de Minas Gerais, no período de 01 de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Art. 2º A cessão será com ônus para o cessionário, ou seja, a Policia Civil do Estado de Minas Gerais arcará com todos os encargos decorrentes da relação de trabalho da servidora cedida.

Art. 3º A servidora cedida permanecerá vinculada ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves, para todos os efeitos legais.

Art. 4º A presente portaria terá efeito a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de janeiro de 2026.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:81D9A4D6

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO ELEITORAL
CODEMAS EDITAL Nº 001/2026 E 002/2026

Aos 26 dias do mês de fevereiro, ano de 2026, observando as disposições previstas na Lei Municipal 4.072/2020 e nos Editais CODEMAS nº 001/2026 e 002/2026, seguindo o cronograma publicado, reuniu-se na sede da Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves a Comissão Organizadora do Processo Eleitoral do CODEMAS com o objetivo de realizar a Assembleia para votação das entidades, representantes da Sociedade Civil, que se candidataram no processo às vagas existentes no Conselho Municipal de Meio Ambiental e Saneamento destinadas à essa categoria. A Assembleia iniciou-se às 14:32h, com o anúncio aos participantes das pessoas presentes no ambiente virtual e fisicamente, no local de realização da Assembleia. No ambiente virtual a Assembleia foi acompanhada pelos representantes da sociedade civil Francisca Barbosa da Silva, Rafael Felipe Goncalves Arcanjo, Eunice Mendes dos Santos, Tatiana Simões de Rezende Morais, Jussara Aparecida Flores, Maria Rosa Gonçalves dos Santos, Roberto Granato Vieira e Rafael Ramos da Silva, pelos representantes da Comissão Eleitoral Lívia Mateus, Leonardo Koury, Wender Rodrigues, Cleiton Souza, Lorena Moreira, pela servidora Fabiana Antunes e pelo Procurador Breno Fabrino. Com a palavra, a presidente da Comissão fez uma breve explanação sobre o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento, sua importância e a importância da atuação da sociedade civil e agradeceu a participação de todos e reforçou a importância da participação da sociedade civil neste processo e no Conselho em questão. Explicou que as vagas em aberto são aquelas destinadas a sociedade civil, previstas na Lei 4.072/2020, sendo, ao todo, 06 (seis) vagas, 03 (três) destinadas ao segmento entidades civis , que tenha em seu estatuto ou outro instrumento regulamentador objetivos, metas, competências ou atribuições associadas às questões ambientais, educação ambiental ou saneamento básico e 03 (três) destinadas ao segmento setores organizados da sociedade com comprovação de atuação em prol da causa ambiental, animal ou sanitária. Na sequência anunciou as etapas do processo eleitoral, destacando o momento de votação, escrutínio e as regras de desempate, caso ocorra. Foram apresentados os nomes das entidades habilitadas como candidatas e eleitoras e de uma única entidade inscrita como eleitora para participar do processo. A palavra foi aberta aos presentes que passaram a explanar suas observações e dúvidas sobre o processo, incluindo sobre requisito para a concorrência das entidades nos segmentos anunciados. Todas as dúvidas foram respondidas pelos representantes da Comissão e pelo Procurador presente na assembleia. Com base no credenciamento de candidatos realizado, os links de votação foram encaminhados aos presentes, conforme o segmento que se inscreveram, os quais passaram a realizar seus respectivos votos. Às 16:00h a presidente utilizou da palavra para informar aos presentes que havia pessoas com problemas no acesso e utilização da cédula eletrônica de votação, de modo que propôs a extensão por mais 15 (quinze) minutos do período de votação, o que foi aprovado pelos presentes. Às 16:15h foi iniciado o escrutínio dos votos realizados sendo conferido que o número de votos coincidiu com o número de inscritos presentes. Durante a apuração, no segmento Setores organizados da Sociedade Civil, apurou-se que referente aos representantes de setores organizados da sociedade, como Associação do Comércio, da Indústria, Clubes de Serviço, Sindicatos, Instituições de Ensino Técnico ou Superior comprometidas com a questão ambiental, atuantes no Município, foi eleita a entidade Condomínio Vale do Ouro CNPJ 21.894.563/0001-40, tendo como titular Francisca Barbosa da Silva. A titular indicou como suplente da entidade Geraldo Faria. Na apuração dos votos do segmento representantes de entidade civil, com sede no Município, foi eleita com a maioria dos votos o Instituto Cultural Semifusa CNPJ 14.546.793/0001-53, como titular Rafael Ramos da Silva. Rafael indicou como suplente Gustavo Henrique da Silva. Empatadas foram eleitas com um voto, cada, a Associação Comunitária do Bairro Rosaneves CNPJ 21.893.839/0001-76, a COOMARRIN - Cooperativa de Material Reciclável de Ribeirão das Neves CNPJ 07.582.914/0001-57, o Movimento dos Sem Casa de Ribeirão das Neves - Vida Nova CNPJ 20.930.028/0001-35, a Associação de Proteção Animal Amigo Sem Dono CNPJ 33.076.132:0001-56 e o Projeto Social Eva Viana e Amigos CNPJ 46.512.006/0001-49. Aplicando os critérios de desempate previstos no artigo 16 do edital, apurou-se no curso da assembleia que a segunda vaga seria da Associação Comunitária do Bairro Rosaneves CNPJ 21.893.839/0001-76, sendo titular Maria Rosa Gonçalves dos Santos e a terceira e última vaga da COOMARRIN - Cooperativa de Material Reciclável de Ribeirão das Neves CNPJ 07.582.914/0001-57, sendo representada pela titular Eunice Mendes dos Santos. Maria Rosa indicou como suplente da ACOBARONE, Celsinha Jacinto Lourenço e Eunice indicou, como suplente da COOMARRIN Júlia Araújo Maurício da Silva. Sem mais, eu Leonardo Koury, lavrei a presente ata que foi lida na assembleia, sendo aprovada por unanimidade dos presentes e assinada pelos membros da comissão.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:D0F18A3F

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 024/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG – Torna público o extrato da celebração do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços N° 024/2023, referente ao Processo Nº 08/2023.

Partes: Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves (Contratante) com Interveniência da Secretária Municipal de Segurança, Trânsito E Transportes e a empresa **COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE** (contratada).

Objeto do aditivo: prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses com início em 28 de fevereiro de 2026 e Termino em 27 de fevereiro de 2027, e reajustar o preço no percentual de 3,90%, perfazendo o valor total deste aditivo de R$ 948.000,00 (novecentos e quarenta e oito mil reais).

Data da assinatura do aditivo: 27 de fevereiro de 2025.

LEINILSON MARCOS BARBOSA ALVES /
Secretaria Municipal De Segurança, Trânsito E Transportes

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:7E242E30

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO

À PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Av. Calçada Canopo, nº 11 – Bairro Espavile – Santana de Parnaíba/SP CNPJ nº 05.340.639/0001-30
A/C: Sra. Renata Nunes Ferreira

Prezada Sra.,
A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, por meio do gestor do Contrato nº 128/2024, NOTIFICA FORMALMENTE a empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. acerca de DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL , pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

Através do Ofício SEMAD-GTR nº 1/2026, esta Administração solicitou à contratada a adoção das seguintes providências operacionais necessárias à execução do contrato:

a) emissão de faturas separadas por tipo de combustível;
b) segregação do faturamento por Secretaria/Subunidade;
c) criação de subunidades no sistema da contratada;
d) adequação da vinculação dos empenhos ao faturamento do exercício de 2026.

Os empenhos correspondentes foram encaminhados e as solicitações reiteradas pela fiscalização contratual.

Em resposta formal encaminhada por e-mail, a contratada informou que não realizaria as adequações solicitadas, sob o argumento de que não efetua "remanejamento de empenhos", afirmando que estes foram cadastrados conforme a dotação prevista.

Esclarece-se que a solicitação da Administração não constitui remanejamento orçamentário, tampouco alteração de dotação ou modificação contratual.

Trata-se de adequação operacional do faturamento e da estrutura de vinculação dos empenhos no sistema da contratada, medida necessária para:

— correta execução do contrato;
— controle de saldo por item contratual;
— compatibilização com a estrutura orçamentária do exercício;
— atendimento às determinações da fiscalização.

A recusa da contratada caracteriza resistência ao cumprimento de determinação administrativa relativa à execução contratual.

A presente notificação fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, especialmente:
— arts. 117, 118 E 119: dever da contratada de cumprir as determinações da fiscalização;
— art. 137: caracterização de inexecução contratual;

Diante do exposto, NOTIFICA-SE a contratada para que, no prazo de 02 (dois) dias úteis:

1. Cumpra integralmente as adequações operacionais solicitadas;
2. Comprove a implementação no sistema;
3. Apresente manifestação formal caso entenda existir impedimento técnico, devidamente fundamentado e comprovado.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive abertura de procedimento de apuração de inexecução contratual e aplicação das sanções previstas no contrato e na Lei nº 14.133/2021.

Atenciosamente,

Ribeirão das Neves, 25 de fevereiro de 2026.

ÉLDER ALVES DE CARVALHO
Gerente de Transporte Interno

ALEX DE ALMEIDA FERREIRA E SILVA
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:9B86925D

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
TERMO DE APOSTILAMENTO

REFERÊNCIA: TERMO DE APOSTILAMENTO DA FICHA ORÇAMENTÁRIA - CONTRATO 134/2025 - PROCESSO 210/2024 - CELEBRADO COM A EMPRESA LIG & LOKA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.

Pelo presente instrumento, O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, por sua titular MARIA GLÁUCIA COSTA BRANDÃO, tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do Contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a INCLUSÃO DE FICHA/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA por apostilamento, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações subsequentes, para que se faça constar:

As Dotações Orçamentárias necessárias à execução do referido contrato são:

Desp. 291 - 07.006.08.122.0113.2886 - MANUT. SUP. DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA 3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO/1.500.000.0000- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.

Ficam apostiladas as modificações de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes no, Contrato e aditivo (s) posterior (es)

Assim, assina o presente instrumento, em 02 (duas) vias, para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

Ribeirão das Neves, em 27 de fevereiro de 2026.

MARIA GLÁUCIA COSTA BRANDÃO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:1123A41F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E CULTURA
DECISÃO ADMINISTRATIVA

1. RELATÓRIO

Trata-se do acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços nº 162/2025, celebrada entre o Município de Ribeirão das Neves, por intermédio da Secretaria Municipal de Esporte e Cultura – SEMEC, e a empresa AK INOVAÇÕES LTDA (Inova CV), cujo objeto consiste no fornecimento de troféus e medalhas destinados aos eventos esportivos promovidos pela Municipalidade.
No âmbito da Solicitação de Fornecimento nº 5237/2025, destinada à realização da "VI Corrida da Av. Eduardo Brandão", a contratada realizou a entrega de 1.200 (mil e duzentas) medalhas.
Entretanto, após análise da fiscalização contratual, constatou-se que o material entregue encontrava-se em total desacordo com as especificações técnicas previstas na Ata de Registro de Preços, especialmente quanto:

• Ao material empregado;

• À arte especial previamente aprovada;

• À impressão digital resinada;

• À fita de cetim personalizada.

A empresa foi formalmente notificada em 22 de janeiro de 2026 para regularização das inconsistências. Contudo, já havia informado, em 26/11/2025, a impossibilidade de substituição e reenvio do material em tempo hábil para o evento ocorrido em 14 de dezembro de 2025.
Em razão do descumprimento contratual, as medalhas não foram utilizadas pela Administração.

Posteriormente, a empresa encaminhou notificação requerendo a retirada dos materiais sob alegação de ausência de pagamento.
Esclarece-se que os troféus fornecidos foram entregues em conformidade com as especificações contratuais e regularmente utilizados no evento, razão pela qual fica autorizada a emissão de nota fiscal parcial, exclusivamente em relação a este item, para fins de regular processamento e pagamento.

No que se refere às medalhas, entretanto, o pagamento correspondente permanece retido, em razão da execução irregular do objeto, uma vez que o material foi entregue em desacordo com as especificações previstas na Ata de Registro de Preços nº 162/2025 e na respectiva Solicitação de Fornecimento.

As 1.200 (mil e duzentas) medalhas encontram-se devidamente armazenadas na sede da Secretaria Municipal de Esporte e Cultura, devendo ser recolhidas pela empresa contratada, mediante prévio agendamento, sem qualquer ônus para o Município e com a formalização de termo de devolução.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A conduta da empresa AK Inovações LTDA caracteriza descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços nº 162/2025 e afronta às disposições da Lei nº 14.133/2021.

2.1 Do Descumprimento Contratual

O fornecimento de materiais em desacordo com as especificações técnicas, aliado à confissão de impossibilidade de correção em tempo hábil, configura inexecução parcial do objeto contratual, comprometendo a finalidade pública do ajuste.
A entrega irregular inviabilizou a utilização do material em evento oficial do Município, gerando prejuízo administrativo e necessidade de adoção de medidas corretivas.

2.2 Da Rescisão Unilateral

Nos termos do art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, constitui motivo para extinção do contrato o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.
O art. 138, inciso I, do mesmo diploma legal, autoriza a Administração a promover a rescisão unilateral do ajuste diante de descumprimento contratual devidamente caracterizado.
No caso concreto, restou configurada a inexecução parcial do objeto, legitimando a rescisão unilateral quanto aos itens não executados ou executados em desacordo.

2.3 Das Sanções Administrativas

O art. 156 da Lei nº 14.133/2021 prevê a aplicação de sanções administrativas nos casos de infrações contratuais, dentre elas advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade.
Considerando:

• A gravidade do descumprimento;

• O prejuízo causado à realização de evento público;

• A ausência de solução tempestiva por parte da contratada;

mostra-se cabível a aplicação de multa contratual, bem como a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, observada a dosimetria e o devido processo administrativo sancionador.

2.4 Da Continuidade do Interesse Público

Com fundamento no art. 90, §2º, da Lei nº 14.133/2021, fica autorizada a convocação dos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação. A Administração deve adotar providências para assegurar a continuidade da execução contratual.
Assim, é juridicamente possível e recomendável a convocação da empresa classificada em segundo lugar no certame, observada a ordem de classificação da Ata de Registro de Preços nº 162/2025, para fornecimento do quantitativo remanescente, preservando-se o interesse público.

3. DECISÃO

Ante o exposto, no exercício das atribuições legais e regulamentares, a Secretaria Municipal de Esporte e Cultura:

I – DETERMINA A RESCISÃO UNILATERAL

Da Ata de Registro de Preços nº 162/2025, em relação aos itens não executados ou executados em desacordo com as especificações contratuais.

II – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

Para aplicação das penalidades cabíveis, inclusive multa e impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

III – AUTORIZA A CONVOCAÇÃO DA SEGUNDA COLOCADA

No certame correspondente à Ata de Registro de Preços nº 162/2025, para apresentação de proposta visando ao fornecimento das medalhas remanescentes, nos mesmos termos e condições originalmente pactuados.

IV – REITERA

que as 1.200 (mil e duzentas) medalhas entregues em desacordo permanecem disponíveis para retirada pela empresa, sem ônus para o Município, mediante prévio agendamento e formalização de termo de devolução.
Encaminhe-se à Secretaria Municipal de Administração – Gestão de Contratos para as providências cabíveis.

Atenciosamente;

FÁBIA PEREIRA DE ANDRADE
Fiscal Técnico do Contrato

PEDRO HENRIQUE R. ROCHA LARES
Gestor do Contrato

ADALBERTO ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Turismo

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:42B13DBC

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO - SEMFA/SEMFA-STI
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 012/2026
PROCESSO N°: 2597/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N°: 088/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

PARA: COMPANHIA ITABIRANA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA CNPJ: 05.684.180/0001-91
Referência/Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TELECOMUNICAÇÕES.

A empresa deve focar na disponibilização dos seguintes serviços, entre outros:

Pontos de fibra ótica com Firewall prioritarios;

ASSUNTO: INÍCIO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DA REDE DE INTERNET.

Prezados Senhores,

Estamos autorizando a V.Sas., nos termos do Contrato Nº 012/2026, a dar início na EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS de implantação do link de 10 GBps com redundância geográfica em dupla abordagem, instalação dos NGFW, Blocos de IPV4 válidos CIDR/25, fornecimentos de datacenter de backup e pontos de fibra óptica P2P / ONT / WIFI , conforme as especificações detalhadas no Termo de Referência, na proposta da Contratada e nas cláusulas contratuais.

O prazo máximo para dar início ao fornecimento dos bens/serviços será de até 02 (dois) dias corridos, contados a partir do recebimento desta Ordem de Serviço ou outro instrumento hábil.

O contrato tem vigência pelo período de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, sendo prorrogável na forma da Lei Nº 14.133/2021.

As obrigações da CONTRATADA estão dispostas na Cláusula Sétima do Contrato. O acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços serão realizados pelo Fiscal do Contrato, conforme a Cláusula Nona.

Atenciosamente,

Ribeirão das Neves, em 27 de fevereiro de 2026.

VITOR EUSTÁQUIO MOREIRA PEREIRA /
Secretaria Municipal De Fazenda

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:96D492DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
TERMO DE APOSTILAMENTO

REFERÊNCIA: TERMO DE APOSTILAMENTO DA FICHA ORÇAMENTÁRIA –AOCONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA EMPRESA INMOV - INTELIGENCIA EM MOVIMENTO LTDA Nº160/2025/ – PROCESSO N.º11325/2025.

Pelo presente instrumento, O**MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado**CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Fazenda, por seu titular**VITOR EUSTÁQUIO MOREIRA PEREIRA,**tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do Contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a**INCLUSÃO DE FICHA/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**por apostilamento, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações subsequentes, para que se faça constar:

• As Dotações Orçamentárias necessárias à execução do referido contrato são:

Desp. 1082- INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO - 15.001.19.573.0118.1822.3.3.90.40.00 / 1.501.000.0000 - Outros Recursos não Vinculados

Ficam apostiladas as modificações de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes no, Contrato e aditivo (s) posterior (es)

Assim, assina o presente instrumento, em 01 (um) via, para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

Ribeirão das Neves, em 27 defevereirode 2026.

VITOR EUSTÁQUIO MOREIRA PEREIRA
Secretário Municipal Defazenda

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:17EB0EFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
PORTARIA Nº 073/2026

Dispõe sobre a designação de Gestor e Fiscal do Contrato nº 103/2024 e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Obras de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições; do Município de **RIBEIRÃO DAS NEVES**, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 9º do Decreto nº 41/2025, de 11 de março de 2025, do Município de Ribeirão das Neves, que regulamenta a designação de Gestores e Fiscais de Contratos;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar o acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato nº 103/2024;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os(as) servidores(as) públicos(as) abaixo relacionados para exercerem as funções de **Gestor(a)** e **Fiscal** do

Contrato nº 103/2024, decorrente do **processo de licitação nº 049/2024**, cujo objeto é: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recapeamento asfáltico na região de Justinópolis em Ribeirão das Neves/MG**.

FUNÇÃO	NOME COMPLETO	ID. FUNCIONAL	CARGO/FUNÇÃO
Gestor do Contrato	Tamara de Matos Vieira Passos	Mat. 517860	Assessor técnico III
Fiscal Técnico	Hanz Willian Lopes	Mat. 515624	Superintendente I
Fiscal Administrativo	Priscilla Moura dos Santos	Mat. 515633	Assessora especial III

Art. 2º Esta portaria será publicada no Diário Oficial do Município e entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de dezembro de 2024.

Ribeirão das Neves, 27 de fevereiro de 2026.

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal de Obras

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:9D3082BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO

Inclusão/atualização de dotação orçamentária

ATA Nº: 147/2025
CONTRATADA: ALPHAVILLE COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.
PROCESSO Nº: 059/2025: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL
AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS DIVERSAS.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES**, por meio da Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, neste ato, representado pela Secretaria Municipal de Obras, em conformidade com o disposto no § 8o, do artigo 65, da Lei 8.666/93, de Licitações e Contratos Administrativos, que permite às atualizações contratuais, mantidas as condições originárias, **APOSTILA** o instrumento contratual supramencionado, **para Alteração/atualização/Inclusão/ da seguinte dotação/classificação orçamentária e fonte de recurso da Secretaria Municipal de Obras:**

• 09.002.15.451.0109. 2835 – 3.3.90.30– Despesa 441

Fonte: 1.500.501.0000 – Emenda Parlamentar

Ficam mantidas as demais cláusulas constantes do referido instrumento, como se aqui estivessem transcritas, desde que não contrariem as disposições constantes deste.

Assina o presente instrumento, em 2 (duas) vias, para que se produzam seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle.

Ribeirão das Neves, 27 de fevereiro de 2026.

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal de Obras

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:273F3EBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO

Inclusão/atualização de dotação orçamentária

ATA Nº: 126/2025
CONTRATADA: COMERCIAL JOMAR EIRELI.
PROCESSO Nº: 059/2025: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES**, por meio da Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, neste ato, representado pela Secretaria Municipal de Obras, em conformidade com o disposto no § 8o, do artigo 65, da Lei 8.666/93, de Licitações e Contratos Administrativos, que permite às atualizações contratuais, mantidas as condições originárias, **APOSTILA** o instrumento contratual supramencionado, **para inclusão da seguinte dotação/classificação orçamentária e fonte de recurso da Secretaria Municipal de Obras:**

• 09.002.15.451.0109. 2835 – 3.3.90.30– Despesa 441

Fonte: 1.500.501.0000 – Emenda Parlamentar

Ficam mantidas as demais cláusulas constantes do referido instrumento, como se aqui estivessem transcritas, desde que não contrariem as disposições constantes deste.

Assina o presente instrumento, em 2 (duas) vias, para que se produzam seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle.

Ribeirão das Neves, 27 de fevereiro de 2026.

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal de Obras

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:84901703

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO

Inclusão/atualização de dotação orçamentária

ATA Nº: 152/2025
CONTRATADA: Comercial Jomar EIRELI.
PROCESSO Nº: 059/2025: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS DIVERSAS.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES**, por meio da Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, neste ato, representado pela Secretaria Municipal de Obras, em conformidade com o disposto no § 8o, do artigo 65, da Lei 8.666/93, de Licitações e Contratos Administrativos, que permite às atualizações contratuais, mantidas as condições originárias, **APOSTILA** o instrumento contratual supramencionado, **para Inclusão/ da seguinte dotação/classificação orçamentária e fonte de recurso da Secretaria Municipal de Obras:**

• 09.002.15.451.0109. 2835 – 3.3.90.30– Despesa 441

Fonte: 1.500.501.0000 – Emenda Parlamentar

Ficam mantidas as demais cláusulas constantes do referido instrumento, como se aqui estivessem transcritas, desde que não contrariem as disposições constantes deste.

Assina o presente instrumento, em 2 (duas) vias, para que se produzam seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle.

Ribeirão das Neves, 27 de fevereiro de 2026.

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal de Obras

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:49CAED68

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO

Inclusão/atualização de dotação orçamentária

ATA Nº: 125/2025
CONTRATADA: COMERCIAL CARMO SION LTDA.
PROCESSO Nº: 059/2025: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES**, por meio da Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, neste ato, representado pela Secretaria Municipal de Obras, em conformidade com o disposto no § 8o, do artigo 65, da Lei 8.666/93, de Licitações e Contratos Administrativos, que permite às atualizações contratuais, mantidas as condições originárias, **APOSTILA** o instrumento contratual supramencionado, **para inclusão da seguinte dotação/classificação orçamentária e fonte de recurso da Secretaria Municipal de Obras:**

• 09.002.15.451.0109. 2835 – 3.3.90.30– Despesa 441

Fonte: 1.500.501.0000 – Emenda Parlamentar

Ficam mantidas as demais cláusulas constantes do referido instrumento, como se aqui estivessem transcritas, desde que não contrariem as disposições constantes deste.

Assina o presente instrumento, em 2 (duas) vias, para que se produzam seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle.

Ribeirão das Neves, 27 de fevereiro de 2026.

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal de Obras

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:37640730

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE APOSTILAMENTO

REFERÊNCIA: PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PROCESSO N° 180/2024 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO – ATA/CONTRATO Nº 163 e 180/2025.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, por sua titular MARLA DE SOUZA GUIMARÃES NEVES, tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA por apostila, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no § 5º do artigo 115 e no artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações subsequentes, para que se faça constar:

A dotação orçamentária necessária à execução do referido contrato é:

- 10.004.10.301.0105.2827 - (Manut. Atenção Básica) - 3.3.90.30 – (Material de Consumo) - Fonte 1.600.000.0000/ 1.621.000.0000

Ficam apostiladas as modificações de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes do Contrato.

Assim, assina o presente instrumento, em 01 (uma) via, para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

MARLA DE SOUZA GUIMARÃES NEVES /
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:346F3C1A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RODEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE RODEIRO
EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo nº 006/2026
Inexigibilidade de Licitação nº 0062026

Objeto: Contratação de empresa, por inexigibilidade de licitação, para a participação de 03 (três) vereadores da Câmara Municipal de Rodeiro no curso "FISCALIZAÇÃO, CPI E DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS", promovido pelo Centro de Inovação de Líderes e Gestores LTDA, no período de 03/03/2026 a 06/03/2026, na cidade de Belo Horizonte - MG, no formato presencial.

O Presidente da Câmara Municipal de Rodeiro/MG, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o processo de contratação por Inexigibilidade de Licitação nº 006/2026 à:

CONTRATADA: CENTRO DE INOVAÇÃO DE LÍDERES E GESTORES LTDA – CNPJ: 62.907.927/0001-67

VIGÊNCIA: Da data da emissão do empenho até a data final de realização do evento e seus desdobramentos.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1.01.00.01.031.001.2.0002 – Gestão administrativa da Câmara Municipal; 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

VALOR GLOBAL: R$ 3.900,00 (TRÊS MIL E NOVECENTOS REAIS)

Esta homologação fundamenta-se no que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021, tendo como subsídio as razões expostas em parecer jurídico. Determino a publicação em até 10 (dez) dias, sob pena de nulidade. Junte-se a respectiva publicação ao processo e encaminhem-se os autos à Procuradoria Jurídica para as demais providências cabíveis.

Rodeiro/MG, 27 de fevereiro de 2026

GILBERTO GUERRA MENDONÇA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Mayra Cação da Silva
Código Identificador:0F66AE43

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BARBARA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Licitatório nº: 191/2025
Pregão Eletrônico nº: 070/2025
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de suplementos alimentares, segundo características, condições,

obrigações e requisitos técnicos estabelecidos no edital e em seus anexos.

Trata-se de procedimento licitatório instauradona modalidade Pregão Eletrônico sob o nº 070/2025, no qual, após a fase de julgamento e a declaração dos vencedores, houve manifestação de intenção de recurso por parte de 03 (três) licitantes, conforme registrado em ata e no sistema eletrônico.
Nos termos da legislação aplicável e do instrumento convocatório, foi devidamente aberto o prazo legal para apresentação das razões recursais, observando-se o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.
Entretanto, transcorrido o prazo recursal, constatou-se que nenhuma das licitantes que manifestaram intenção de recorrer apresentou as respectivas razões de recurso, operando-se, assim, a preclusão do direito de recorrer.
Ainda que inexistente a interposição de recurso, aguardou-se o prazo para apresentação de contrarrazões, as quais igualmente não foram apresentadas, inexistindo, portanto, qualquer insurgência formal a ser apreciada por esta Autoridade Superior.
Dessa forma, certificada a ausência de interposição formal de recurso administrativo, bem como a inexistência de contrarrazões, verifica-se a regularidade do procedimento, não subsistindo óbice ao seu regular prosseguimento.
Ante o exposto, reconheço a preclusão do direito recursal das licitantes que manifestaram intenção, mas não apresentaram razões no prazo legal, devendo ser mantida a decisão anteriormente proferida.
Determino o regular prosseguimento do certame, com a prática dos atos subsequentes necessários à sua conclusão.
Publique-se.
Cumpra-se.

Santa Bárbara, 27 de fevereiro de 2026

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública

Publicado por:
Dianne Cristine Aparecida Dos Santos
Código Identificador:14599E4D

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo nº: 127/2025
Inexigibilidade nº: 029/2025
Credenciamento nº: 004/2025
Objeto: Credenciamento de artistas do Município de Santa Bárbara e dos demais municípios da região do Entre Serras (Barão de Cocais, Catas Altas e Caeté), para realização de apresentações musicais, mediante pagamento de cachê, conforme demanda da Secretaria Municipal de Cultura e Desenvolvimento do Turismo (SMCDT) e das demais Secretarias da Administração Municipal, visando estimular a geração de renda, a difusão de produções artísticas, o incentivo à criatividade cultural e a ampliação de espaços aos artistas locais, conforme as Agendas Culturais desenvolvidas ao longo do ano e as demandas internas dos eventos promovidos no Município de Santa Bárbara, sempre em conformidade com a legislação pertinente e com as especificações constantes do Edital e seus anexos.

I – DO RELATÓRIO
Trata-se de recursos administrativos interpostos nos autos do Processo Administrativo nº 127/2025, Inexigibilidade nº 029/2025, Credenciamento nº 004/2025, cujo objeto consiste no credenciamento de artistas do Município de Santa Bárbara e dos demais municípios da região do Entre Serras (Barão de Cocais, Catas Altas e Caeté), para realização de apresentações musicais mediante pagamento de cachê, conforme demanda da Secretaria Municipal de Cultura e Desenvolvimento do Turismo (SMCDT) e das demais Secretarias da Administração Municipal, com o objetivo de estimular a geração de renda, difundir produções artísticas, incentivar a criatividade cultural e proporcionar espaços aos artistas locais, em consonância com as agendas culturais anuais e demais demandas internas dos eventos promovidos pelo Município.
Os recursos foram interpostos pelas empresas Antônio Augusto do Carmo 53180976691, inscrita no CNPJ sob o nº 12.756.452/0001-87 e Edilene Aparecida de São José 11083311654, inscrita no CNPJ sob o nº 47.754.104/0001-54.
No que se refere à empresa Antônio Augusto do Carmo 53180976691, sustenta a Recorrente que participou regularmente do certame, promovendo a juntada de toda a documentação exigida pelo edital, tendo sido, contudo, surpreendida com decisão de inabilitação sob os fundamentos de suposta expiração da Certidão de Regularidade do FGTS e de que a Certidão Federal teria sido anexada em campo destinado à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
Alega que as solicitações formuladas pela Administração não foram objeto de publicação oficial, comunicação por e-mail, telefone ou qualquer outro meio eficaz, tendo sido inseridas exclusivamente em campo interno da plataforma eletrônica, sem ciência inequívoca do interessado. Sustenta que tal conduta viola os princípios da publicidade, do contraditório e da ampla defesa, previstos no art. 37, caput, e no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, razão pela qual entende ser nula a decisão de inabilitação.
Afirma que a Certidão de Regularidade do FGTS apresentada encontrava-se plenamente válida no momento da inscrição no credenciamento, tendo seu vencimento ocorrido durante o curso do procedimento, por lapso temporal inferior a uma semana, o que não configuraria irregularidade material, mas mera necessidade de atualização documental. Aduz, ainda, que em nenhum momento houve inadimplência ou irregularidade perante o FGTS, tendo inclusive juntado, na fase recursal, a certidão atualizada.
Sustenta que a negativa de habilitação por tal motivo configura formalismo excessivo, vedado pelo ordenamento jurídico.
Quanto à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, afirma que não houve ausência de regularidade, mas mero erro material de anexação, esclarecendo que a Recorrente possui certidão válida, tendo ocorrido apenas equívoco na juntada do documento, sem qualquer prejuízo à Administração ou afronta ao interesse público.
Aduz, ainda, violação ao art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, no que se refere à possibilidade de realização de diligência destinada ao saneamento de falhas formais, sendo vedada apenas a inclusão de documentos inexistentes à época da habilitação. Segundo seu entendimento, a decisão recorrida, ao recusar o saneamento das falhas apontadas, afronta o referido dispositivo legal e desvirtua a finalidade do credenciamento, que consiste em ampliar a participação de interessados aptos, e não restringi-la por tecnicismos desproporcionais.
Acrescenta que o próprio Município de Santa Bárbara detém conhecimento inequívoco acerca da regularidade fiscal, trabalhista e documental da Recorrente, circunstância que reforçaria o caráter desarrazoado e contraditório da decisão de inabilitação.
Destaca que foi recentemente contratada pela municipalidade para apresentação artística realizada em 29/01/2026, no evento denominado Baile do Mérito Esportivo, promovido pela Prefeitura Municipal de Santa Bárbara.
Esclarece que, para viabilizar a referida contratação, foram regularmente encaminhadas todas as certidões exigidas para fins de pagamento, inclusive aquelas utilizadas como fundamento para a inabilitação no presente credenciamento, bem como emitida a respectiva Nota Fiscal, a qual anexa aos autos.
Argumenta que o ente público reconheceu, de forma concreta e contemporânea, sua plena regularidade fiscal, trabalhista e jurídica, formalizando a contratação, autorizando a apresentação e promovendo o regular processamento do pagamento, o que não seria possível caso houvesse qualquer irregularidade documental.
Sustenta que tal contexto evidencia excesso de formalismo na decisão de inabilitação, dissociado da realidade fática e da própria conduta administrativa do Município. Alega haver incoerência administrativa, pois, de um lado, o Município reconhece sua regularidade para fins de contratação e pagamento, de outro, utiliza-se de tecnicismos formais para afastá-la do procedimento de credenciamento, mesmo inexistindo prejuízo ao interesse público.
Conclui afirmando que tal postura viola os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da boa-fé administrativa e da segurança jurídica, além de esvaziar a finalidade do credenciamento, que não pode ser convertido em instrumento de exclusão artificial de interessados manifestamente aptos, impondo-se, por conseguinte, a revisão do ato de inabilitação ou, alternativamente, a reabertura de

prazo para diligência destinada à confirmação formal dos documentos já existentes.
No que se refere à empresa Edilene Aparecida de São José 53180976691, verifica-se que a Recorrente limitou-se a apresentar, em sede recursal, os documentos atualizados e aquele anteriormente apontado como faltante pela Administração na fase de diligência, deixando, contudo, de expor as respectivas razões recursais de forma fundamentada.
É o breve relatório. Decido.

III – DA FUNDAMENTAÇÃO
Após análise detida das razões recursais e dos documentos constantes dos autos, conclui-se que não assiste razão às Recorrentes.
A empresa Recorrente Antônio Augusto do Carmo 53180976691 sustenta nulidade da decisão sob o argumento de que não teria sido regularmente cientificada das diligências realizadas pela Comissão, uma vez que as comunicações teriam ocorrido exclusivamente por meio da plataforma eletrônica.
Todavia, tal alegação não merece prosperar.
Conforme consignado nos avisos inseridos na própria plataforma desde a primeira homologação, restou expressamente estabelecido que todo o acompanhamento do procedimento, inclusive diligências e comunicações, ocorreria exclusivamente por meio da plataforma eletrônica oficial, sendo de responsabilidade do interessado o monitoramento contínuo das informações ali disponibilizadas.
Ao aderir ao credenciamento e protocolar sua documentação por meio da plataforma, a Recorrente anuiu com as regras editalícias, inclusive quanto à forma de comunicação adotada. Não se pode alegar nulidade por ausência de ciência quando o próprio instrumento convocatório estabeleceu, de forma clara, o meio oficial de acompanhamento, transferindo ao interessado o ônus da vigilância processual.
Ademais, o edital prevê, em sua cláusula 8.4, que:
8.4. É de total responsabilidade do interessado o acompanhamento de todas as fases do Edital, inclusive do resultado final.
Na cláusula 10, restou consignado que os documentos de habilitação para a terceira sessão seriam avaliados no dia 30 de janeiro de 2026. Consta, ainda, na cláusula 17.6 do Termo de Referência, a vedação expressa à juntada posterior de documentos.
17.6 A documentação apresentada fora do prazo, ou de forma incompleta ou ilegível ou em formato distinto do previsto no Edital e seus anexos serão desconsideradas;
Nesse contexto, não se verifica violação aos princípios da publicidade, do contraditório ou da ampla defesa, uma vez que as informações estavam disponíveis no ambiente eletrônico oficial, acessível à Recorrente.
Quanto à alegação de erro material na anexação da CNDT, verifica-se que o documento correto não foi juntado dentro do prazo estabelecido.
Ainda que possa se tratar de equívoco formal, a Lei Federal nº 14.133/2021, em seu art. 64, autoriza a realização de diligências para saneamento de falhas formais, desde que respeitados os limites temporais do procedimento e assegurada a isonomia entre os participantes.
No caso concreto, foi oportunizada a regularização por meio de diligência regularmente disponibilizada na plataforma oficial, não tendo a Recorrente promovido a correção no prazo fixado. Permitir a substituição ou complementação documental após o encerramento do prazo implicaria violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e afronta à isonomia entre os interessados que observaram tempestivamente as exigências editalícias.
No tocante à contratação artística realizada anteriormente pelo Município, cumpre esclarecer que se trata de procedimento distinto, regido por fundamentos e requisitos próprios, não gerando direito adquirido à habilitação automática em processo diverso.
A eventual regularidade documental apresentada em outra contratação não supre a necessidade de comprovação válida e tempestiva no âmbito do presente procedimento administrativo. Cada processo possui autonomia jurídica, devendo os requisitos de habilitação serem analisados conforme o momento processual específico e as regras estabelecidas no respectivo edital.
Não se verifica, portanto, excesso de formalismo, mas sim a aplicação objetiva das regras editalícias, às quais se vinculam tanto a Administração quanto os participantes, nos termos do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
A inabilitação decorreu da não apresentação tempestiva de documentação válida e da ausência de atendimento à diligência regularmente disponibilizada, circunstâncias que comprometem a regularidade formal exigida para o credenciamento.
O mesmo se aplica à empresa Edilene Aparecida de São José11083311654, uma vez que apresentou os documentos solicitados em sede de diligência apenas na fase recursal. A flexibilização das exigências após o encerramento do prazo implicaria tratamento desigual entre os interessados e comprometeria a segurança jurídica do procedimento, especialmente considerando que 19 (dezenove) credenciados cumpriram tempestivamente as solicitações formuladas pela Administração na plataforma oficial.
IV – DA DECISÃO
Diante do exposto, em observância aos princípios da legalidade, da isonomia e, especialmente, ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, **nego provimento** aos recursos interpostos, mantendo-se integralmente a decisão que declarou a inabilitação das empresas Antônio Augusto do Carmo53180976691 e Edilene Aparecida de São José 11083311654, no âmbito do Credenciamento nº 004/2025, por seus próprios fundamentos, acrescidos das razões ora expostas.
Determino o regular prosseguimento do feito, nos termos da legislação de regência.
Procedam-se às formalidades de publicidade determinadas em lei.

Santa Bárbara/MG, 26 de fevereiro de 2026.

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública

Publicado por:
Daianne Cristine Aparecida Dos Santos
Código Identificador:6FC7F87A

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/26

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA/MG - PROCESSO N.º 36/26 –DISPENSADE LICITAÇÃO Nº 9/26. Objeto: locação de imovel situado a avenida Governador Valadares, 122 - Centro - Santa Bárbara, destinado ao funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS. Contratada: THEREZINHA LORENZATTO SILVA DAS DORES. Fundamento Legal: art. 75, inciso VIII, da Lei 14.133/21. Valor estimado da contratação: R$ 30.000 (trinta mil reais). Ratificado em 27/02/2026por Simone do Rosário Germano.

Santa Bárbara, 27/02/2026

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública

Publicado por:
Robson Arcanjo Martins
Código Identificador:B720A9D2

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 012/2026

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA/MG - PROCESSO N.º 026/2026–PROCESSO1DOCN.º 3311/2025 -PREGÃO ELETRÔNICO N.º 012/2026–Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de mobiliário urbano e prestação de serviços de sinalização viária no município de Santa Bárbara – MG, conforme Termo de Referência, planilha orçamentária e documentos complementares, em observância às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, segundo características, condições, obrigações e requisitostécnicos do edital e de seus anexos. Data do recebimento das propostas e documentos: **24/03/2026**às 09:00 horas naPlataforma de licitações Licitar Digital– www.licitardigital.com.br. Edital à disposição nos sites www.santabarbara.mg.gov.br,www.licitardigital.com.br, na Prefeitura e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Santa Bárbara, 27/02/2026–

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO-
Secretária Municipal de Administração Pública.

Publicado por:
Amanda Dos Anjos Ursulo
Código Identificador:EF472033

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 071/2025

Após o julgamento da Licitação Pregão Eletrônico n.º 071/2025, Processo n.º 193/2025, julgada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no dia 26/02/2026, cujo objeto é o "Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços com retroescavadeira para atendimento ao programa patrulha agrícola, com os respectivos motoristas ou operadores, além dos demais requisitos e insumos necessários ao pleno fornecimento do serviço, segundo características, condições, obrigações e requisitos técnicos do edital e de seus anexos", tendo sido adjudicada à empresa citada abaixo, homologo a licitação nos termos da Lei n.º 14.133/21.

Fornecedor: JLJ LOCACOES E TERRAPLANAGEM LTDA - CPF/CNPJ: 40.376.938/0001-25					
Lote	**Cód. Int. - DescriçãoItem**	**Qtd**	**Medida**	**Unitário**	**SubTotal**
1	40367 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETROESCAVADEIRA COM DESLOCAMENTO	2500	HORA	R$134,00	R$ 335.000,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 335.000,00					

TOTAL DO PROCESSO:R$ 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais).

Santa Bárbara, 27 de fevereiro de 2026.

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO,
Secretária Municipal de Administração Pública.

Publicado por:
Marina Moreira Gonçalves de Oliveira
Código Identificador:6C85E579

CONTABILIDADE
DECRETO 6526/2026

UF: MINAS GERAIS

MUNICÍPIO: SANTA BARBARA

DECRETO No:06526 /2026

ENTIDADE: CONSOLIDADA

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

O PREFEITO MUNICIPAL de SANTA BARBARA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei No
4320/64 e, Lei Municipal Nº 2192.2025
CONSIDERANDO:
O Prefeito Municipal de Santa Barbara.MG, de acordo com a autorização contida no Art. 4 da Lei
Orçamentária Anual 2192.2025. Decreta: SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.
DECRETA:
Artigo 1º - Ficam abertos creditos Adicionais SUPLEMENTARES para suprir as seguintes dotações do
orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA-MG
02.06 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PUBLICA
02.06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PUBLICA
04 Administracao
04.122 Administracao Geral
04.122.0015 GESTAO ADMINISTRATIVA
04.122.0015.2202 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NÚCLEOS SETORI
3.1.90.04.00 310 Contratação por Tempo Determinado 2.100,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 2.100,00
04.122.0015.2319 MANUT DAS ATIVIDADES DO SETOR DE FROTAS
3.1.90.94.00 331 Indenizações e Restituições Trabalhistas 14.100,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 14.100,00
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
02.07.02 FUNDO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BASICO
12 Educacao
12.361 Ensino Fundamental
12.361.0008 GESTAO DA EDUCACAO BASICA
12.361.0008.2255 MANUT ATIVIDADE ENS FUNDAMENTAL DOCENTE
3.1.90.94.00 458 Indenizações e Restituições Trabalhistas 24.000,00
1.540.000.0000 Transferências do FUNDEB - Impostos / 24.000,00
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
02.10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FMS
10 Saude
10.122 Administracao Geral
10.122.0057 GESTAO GERAL DA SAUDE
10.122.0057.2169 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
3.1.90.16.00 689 Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil 11.100,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 11.100,00
10.302 Assist. Hospitalar e Ambulatorial
10.302.0059 MANUTENCAO DA MEDIA COMPLEXIDADE
10.302.0059.2186 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA COMPL
3.1.90.16.00 768 Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil 4.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 4.000,00
02.14 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
02.14.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
04 Administracao
04.121 Planejamento e Orcamento
04.121.0078 GESTAO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E RESUL
04.121.0078.2039 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
3.1.90.13.00 1017 Obrigações Patronais 4.000,00

1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 4.000,00
3.1.90.04.00 1084 Contratação por Tempo Determinado 25.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 25.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS: R$ 84.300,00

Artigo 2º - Para Atender ao disposto no(s) artigo(s) acima, utilizar-se-a como recurso o abaixo
descrito, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º da Lei 4320/64:
02 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA-MG
02.06 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PUBLICA
02.06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PUBLICA
04 Administracao
04.122 Administracao Geral
04.122.0015 GESTAO ADMINISTRATIVA
04.122.0015.2320 MANUT DAS ATIV DA GESTÃO DE PESSOAL
3.1.90.04.00 335 Contratação por Tempo Determinado 16.200,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 16.200,00
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
02.07.01 ADMINISTRACAO DO ENSINO FUNDAMENTAL
12 Educacao
12.361 Ensino Fundamental
12.361.0008 GESTAO DA EDUCACAO BASICA
12.361.0008.1006 CONSTRUÇÃO E READEQUAÇÃO DOS PRÉDIOS ESC
4.4.90.51.00 401 Obras e Instalações 29.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 29.000,00
02.07.02 FUNDO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BASICO
12 Educacao
12.365 Educacao Infantil
12.365.0005 GESTAO DAS CRECHES MUNICIPAIS
12.365.0005.2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS CRECHES MU
3.1.90.04.00 462 Contratação por Tempo Determinado 24.000,00

1.540.000.0000 Transferências do FUNDEB - Impostos / 24.000,00
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
02.10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FMS
10 Saude
10.301 Atencao Basica
10.301.0058 GESTAO DA ATENCAO BASICA
10.301.0058.2174 MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE
3.1.90.11.00 733 Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil 15.100,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 15.100,00
TOTAL: R$ 84.300,00

Artigo 3º- A justificativa para a abertura dos créditos suplementares de que trata o art. 1?, encontra-se disposta no Anexo I.

Art. 4º- A demonstração dos saldos de créditos passíveis de abertura no presente exercicio e o percentual e utilização do limite anual total autorizado, nos termos do art. 2ºda Lei nº2.095, de 1 de agosto de 2023, encontram-se dispostos no Anexo II.

Art. 5º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SANTA BARBARA, 25 DE FEVEREIRO DE 2026

ALCEMIR JOSE MOREIRA
Prefeito Municipal

Anexo I
EXPOSIÇÃODE JUSTIFICATIVAS
I.1 - Exposição dos motivos que justificam a abertura dos créditos suplementares, conforme inciso I do art. 2? da Lei nº2095, de 01 de agosto de 2023:
I.1.1 – Conforme autorizaçãocontida no ?1? do art. 43 da Lei Federal n? 4.320, de 17 de mar?o de 1964, as suplementações, visam atender os seguintes objetivos:
Secretaria Municpal de Saúde

As suplementações visam cumprir com a folha de pagamento dos servidores municipais.

ANEXO II
SALDO ATUAL DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES
III.1 - Demonstração dos saldos de créditos suplementares passíveis de abertura no presente exercício e o percentual de utilização do limite anual total autorizado no art. 4 da Lei nº2192, de 29de dezembro de 2025.

DEMONSTRATIVO DOS SALDOS DE CRÉDITO SUPLEMENTARES POR ANULAÇÃO,AUTORIZADOS 2026	
Limite total anual autorizado (8%)	R$ 20.951.882,62
Valor de créditos suplementares por anulação abertos anteriormente	R$ 62.013,64
Valor dos Decretos publicados nesta data	R$ 84.300,00
Valor dos créditos suplementares por anulação abertos no exercício	R$ 146.313,64
Saldo de créditos suplementares por anulação	R$ 20.805.568,98
Percentual utilizado	0,06%
Atualizado em 27/02/2026	

Publicado por:
Daniela Aparecida Borges
Código Identificador:9E186D96

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 6527/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA, no uso de suas atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerado do cargo em comissão demissível "ad nutum" de **CHEFE DE SETOR DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL**, o Sr. **PEDRO HENRIQUE BENFICA SANTANA**, com atribuições junto à **SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, ESPORTE E ORDEM PÚBLICA**.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagindo a 01 de março de 2026, inclusive, revogadas as disposições em contrário.

Santa Bárbara, 27 de janeiro de 2026.

ALCEMIR JOSE MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovane Gustavo Felício
Código Identificador:EDCBBAD7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 6528/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA, no uso de suas atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada do cargo em comissão demissível "ad nutum" de **ASSISTENTE**, a Sra. **RITA DE CASSIA NOGUEIRA LUZ**, com atribuições junto à **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SUSTENTÁVEL E INOVAÇÃO**.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagindo a 01 de março de 2026, inclusive, revogadas as disposições em contrário.

Santa Bárbara, 27 de fevereiro de 2026.

ALCEMIR JOSÉ MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovane Gustavo Felício
Código Identificador:85B00D60

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, MOBILIZAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL
CMDCA - CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SANTA BÁRBARA

CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Santa Bárbara/MG, Denise Rosane Silva Diniz, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 51, inciso II, do Regimento Interno (Resolução nº 04/2024 CMDCA), e em conformidade com a Lei Municipal nº 2.139/2024 (art. 15, que estabelece as sessões públicas com ampla divulgação), **CONVOCA** todos os conselheiros titulares e suplentes para a Reunião Ordinária Presencial do Plenário, nos termos do art. 14 do Regimento Interno.

• **Data:** 04 de março de 2026 (quarta-feira).

• **Horário:** 8h (primeira chamada: metade mais um dos membros; segunda chamada após 30 minutos, com qualquer quórum, conforme art. 14, §2º, do Regimento Interno).

• **Local:** Sala dos Conselhos de Direitos da Assistência Social, localizada no CEDESP, Rua Iveta Moreira dos Santos Novais, nº 194, São Vicente, Santa Bárbara/MG.

• **Pauta:**

1. Abertura dos trabalhos de 2026: verificação de quórum, abertura oficial do exercício 2026 e leitura/aprovação da ata da última reunião;
2. Calendário Anual de Reuniões de 2026: apresentação e deliberação sobre o cronograma das reuniões ordinárias e agenda estratégica do Conselho;
3. Relatório das Parcerias Vigentes: síntese da execução dos termos de fomento em andamento, situação das prestações de contas e eventuais pendências;

4. Apresentação da Situação Financeira do FMDCA: exposição do saldo atual, receitas previstas, obrigações assumidas e panorama geral do fundo.
5. Criação de Grupo de Trabalho (GT) para Diagnóstico Situacional 2026: Deliberação sobre instituição do GT para elaboração/atualização do Diagnóstico Situacional da Criança e do Adolescente no Município, para subsidiar o Plano de Ação Anual, Plano de Aplicação de Recursos e editais de projetos, conforme arts. 3º, inciso V, e 20, inciso III, da Lei nº 2.139/2024, e arts. 25, inciso III, do Regimento Interno. Definição de prazos e composição
6. Recomposição/Ratificação das Comissões Permanentes: Conferência das Comissões instituídas pelo art. 12 do Regimento Interno.
7. Assuntos Gerais: Espaço para manifestações e encaminhamentos finais.

A reunião será pública (art. 15 da Lei nº 2.139/2024), salvo deliberação em contrário pelo Plenário.

A Secretaria Executiva comunicará os conselheiros e providenciará a divulgação ampla.

Santa Bárbara/MG, 27 de fevereiro de 2026.

DENISE ROSANE SILVA DINIZ
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Iandeyara de Paula Lima
Código Identificador:18A7F4C3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DA VARGEM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE CREDENCIAMENTO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 12/2026

A Prefeitura Municipal de Santana da Vargem torna público para conhecimento dos interessados, o edital de Inexigibilidade nº 12/2026 – Processo Licitatório nº 017/2026. **Objeto:** CHAMAMENTO PÚBLICO objetivando o CREDENCIAMENTO de Pessoa Física ou Jurídica para realização de consultas médicas com atendimento médico especializado em ginecologia e obstetrícia. A apresentação dos documentos será a partir do dia **17 de março de 2026** pelas seguintes maneiras:
FORMA PRESENCIAL: O recebimento e protocolo dos envelopes será a partir do dia **17 de março de 2026** das 07h00min às 16h00min, na Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – Centro, Santana da Vargem/MG.
FORMA ELETRÔNICA: Os documentos poderão ser enviados através de e-mail no endereço eletrônico compras@santanadavargem.mg.gov.br, a partir do dia **17 de março de 2026.**
O edital está disponível no site www.santanadavargem.mg.gov.br, no www.portaldecompraspublicas.com.br ou no Departamento de Compras e Licitações na Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – Centro – Santana da Vargem – CEP: 37.195-000. Informações pelo telefone (35) 98402-7281, ou e-mail compras@santanadavargem.mg.gov.br.
Santana da Vargem/MG, 27 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Bruna Tiso Pereira
Código Identificador:A9461DDC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 001/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2026
Objeto: Pregão Eletrônico para registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos não básicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santana da Vargem/MG.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: ILG COMERCIAL LTDA CNPJ: 20.657.155/0001-02
Vigência: 24/02/2026 a 24/02/2027
Valor estimado: R$ 17.673,10 (dezessete mil, seiscentos e setenta e três reais e dez centavos)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA CNPJ: 67.729.178/0004-91
Vigência: 24/02/2026 a 24/02/2027
Valor estimado: R$ 11.578,70 (onze mil, quinhentos e setenta e oito reais e setenta centavos)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: VITALMED COMERCIO IMPORTACAO EXPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA CNPJ: 42.441.595/0001-60
Vigência: 24/02/2026 a 24/02/2027
Valor estimado: R$ 23.459,70 (vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: FORCE FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 39.749.232/0001-82
Vigência: 24/02/2026 a 24/02/2027
Valor estimado: R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: AQ PHARMA LABORATORIO DE MANIPULACAO LTDA CNPJ: 04.767.168/0001-88
Vigência: 24/02/2026 a 24/02/2027
Valor estimado: R$ 9.750,00 (nove mil e setecentos e cinquenta reais)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: VERTICE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 60.146.737/0001-49
Vigência: 24/02/2026 a 24/02/2027
Valor estimado: R$ 10.543,00 (dez mil, quinhentos e quarenta e três reais)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: ALFALAGOS LTDA CNPJ: 05.194.502/0001-14
Vigência: 24/02/2026 a 24/02/2027
Valor estimado: R$ 2.309,52 (dois mil, trezentos e nove reais e cinquenta e dois centavos)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: SOMA/MG PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 12.927.876/0001-67
Vigência: 24/02/2026 a 24/02/2027

Valor estimado: R$ 74.055,50 (setenta e quatro mil, cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES CNPJ: 25.279.552/0001-01
Vigência: 24/02/2026 a 24/02/2027
Valor estimado: R$ 1.104,75 (mil, cento e quatro reais e setenta e cinco centavos)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 01.417.694/0001-20
Vigência: 24/02/2026 a 24/02/2027
Valor estimado: R$ 3.186,80 (três mil, cento e oitenta e seis reais e oitenta centavos)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: ACÁCIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 03.945.035/0001-91
Vigência: 24/02/2026 a 24/02/2027
Valor estimado: R$ 33.705,10 (trinta e três mil, setecentos e cinco reais e dez centavos)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: VALE COMERCIAL LTDA CNPJ: 71.336.101/0001-86
Vigência: 24/02/2026 a 24/02/2027
Valor estimado: R$ 6.291,00 (seis mil, duzentos e noventa e um reais)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: DISTRIBEM MED. E MAT. HOSP. LTDA CNPJ: 34.771.531/0001-08
Vigência: 24/02/2026 a 24/02/2027
Valor estimado: R$ 10.740,00 (dez mil, setecentos e quarenta reais)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruna Tiso Pereira
Código Identificador:96FC8F41

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS

PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS
EXTRATO DO ATO DE ADJUDICAÇÃO - HOMOLOGAÇÃO E DO CONTRATO - PRC Nº 001/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CALDAS(MG) – Processo nº 001/2026 - Edital nº 001/2026, na modalidade de Concorrência Eletrônica nº 001/2026. Torna público o extrato do Ato de Adjudicação, homologação e do contrato celebrado com a empresa **R.P.CONSTRUBASE MOGI GUAÇU LTDA.** Objeto: **c**onstitui objeto do presente, a contratação de empresa para a execução em regime de empreitada global, com o fornecimento de materiais e mão-de-obra, para a execução das obras de pavimentação asfáltica em CBUQ, na estrada Gineta 1, conforme especificações do edital, do Termo de Referência, Projetos Básicos de Engenharia e do Contrato de Repasse nº 1090.528-52/950323/2023/MIDR/CAIXA. Fundamento legal: Art. 94, Inciso I e Art. 176, Inciso III, parágrafo único, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2022 e alterações e da Lei Municipal nº 553/2003. Data: 26.02.2026**.**

STELLA SIQUEIRA DE CARVALHO –
Chefe do Departamento Municipal de Obras –

EDVAN LOPES-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Aparecida Fonseca
Código Identificador:45167466

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA VITÓRIA

DEPARTAMENTO DE ATOS E PUBLICAÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO 001/2025 AO TERMO DE FOMENTO 015/2025 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA-MG E APA – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL DE SANTA VITÓRIA

EMENTA: ADITIVO 001/2025 AO TERMO DE FOMENTO 015/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA E A APA – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL DE SANTA VITÓRIA

OBJETO: Aditivo ao Termo de Fomento 001/2025, firmado entre o Município de Santa Vitória e **APA – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL DE SANTA VITÓRIA** tem por finalidade dilação de prazo de vigência para execução e prestação de contas, sendo estendido ate a data de 30 de março de 2026.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 57 da lei 13.019/2014 e Decreto Municipal 6973, de 31 de março de 2017.
Santa Vitória, 27 de fevereiro de 2026.

SERGIO MOREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Amanda Alves Ferreira
Código Identificador:25456877

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CONTRATAÇÃO POR NOTA DE EMPENHO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2026, INEXIGIBILIDADE Nº 007/2026, PROCEDENTE DO CR Nº 006/2024 PL Nº 066/2024.

AVISO DE CONTRATAÇÃO POR NOTA DE EMPENHO - Processo Licitatório nº 018/2026, Inexigibilidade nº 007/2026, Procedente do CR nº 006/2024 PL nº 066/2024. Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Vitória/MG, CNPJ nº 18.457.226/0001-81. Contratado: Aragon Serviços Médicos Ltda, CNPJ nº 60.431.054/0001-33; Lucas Budeus Franco Ltda, CNPJ nº 47.048.359/0001-00; MJR Serviços Médicos Ltda, CNPJ nº 56.948.362/0001-63. Objeto do contrato: Credenciamento de pessoas jurídicas, para contratação de PRESTADORES DE SERVIÇOS MÉDICOS E ACOMPANHAMENTO MÉDICO NA TRANSFERÊNCIA DE PACIENTE GRAVES NAS ATIVIDADES DE PLANTÕES MÉDICOS, sem caráter de exclusividade, com caráter eventual, onerosidade, sem vínculo empregatício, sem dependência econômica, por conta própria e com a assunção dos riscos, objetivando o adequado tratamento dos pacientes da Rede Municipal de Saúde do município de Santa Vitória – MG. Valor estimado do processo: R$ 3.084.000,00. Vigência: 26/02/2026 a 26/02/2027. Dotação Orçamentária: Ficha 396 FR 1500. Secretaria Municipal de Saúde - SMS. Publicação em acatamento à lei.

SÉRGIO MOREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Joicineia Ferreira Gonçalves
Código Identificador:093F0D2F

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS - IRP REGIME JURÍDICO: LEI 14.133/2021

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS - IRP

Regime Jurídico: Lei 14.133/2021

1. O município de Santa Vitória- MG convida os órgãos e repartições interessados em participar da licitação unificada, por meio do Sistema de Registro de Preços, para a aquisição de ***MATERIAL DE ARTESANATO E AFINS.***

2. Os órgãos interessados em integrar a futura ARP, como participantes, deverão manifestar a intenção, no prazo de até 08 dias úteis a partir desta publicação, por meio dos seguintes documentos:
ETP;
DFD (modelo específico).

3. O objeto desejado deverá possuir as exatas características do objeto descrito no anexo da IRP.

4. As intenções (DFDs) recebidas no prazo terão os seus quantitativos unificados pelo Setor de Compras, visando à promoção de licitação centralizada/unificada.

5. Não serão recebidas intenções de registro de preços fora do prazo.

6. Caso o objeto seja formado por vários itens, o interessado deverá identificar os itens de seu interesse.

7. A intenção de registro de preços aplica-se a objetos de natureza comum, sem complexidades e de uso geral.

8. A estimativa deverá ser realizada para o período de 12 meses.

9. Demais informações: Setor de Compras e Licitações.

10. Objeto e modelos específicos para IRP.

Santa Vitória, em 26 de Fevereiro de 2026.

ITAMAR CLEMENTINO DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

Publicado por:
Joicineia Ferreira Gonçalves
Código Identificador:EE37276A

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA-MG EXTRATO - DESIGNAÇÃO DE SESSÃO DE SORTEIO

Chamada Pública nº 018/2025 - Processo Licitatório nº 136/2025. O Município de Santa Vitória/MG torna público a designação de sessão de sorteio referente à Chamada Pública nº 018/2025, Processo Licitatório nº 136/2025, tendo como objeto: "Chamada Pública para Credenciamento de PESSOAS JURÍDICAS para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA ZONA RURAL, E PROFESSORES que prestam serviços nas unidades educacionais da zona rural do município de Santa Vitória, em diversas rotas rurais com fornecimento de veículo, combustível, seguro e condutor, para atendimento da Secretaria Municipal de Educação de Santa Vitória, MG, de acordo com as condições estabelecidas neste edital, Termo de Referência (Anexo I) e demais anexos." Sessão destinada ao item vago até o momento: Item 13 – Linha 14. Data: 04/03/2026, às 10h30. Local: Sala da Comissão Permanente, na Prefeitura Municipal, situada na Avenida Reinaldo Franco de Morais, nº 1.455, Centro, Santa Vitória/MG, CEP 38.320-000.

Santa Vitória/MG, 27 de fevereiro de 2026.

MARCELO SILVA BORGES PARREIRA
Agente de Contratação do Município de Santa Vitória/MG

Publicado por:
Fabiana Pires Oliveira
Código Identificador:78D20568

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
O MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA, MG, TORNA PÚBLICO A TODOS OS INTERESSADOS, QUE REALIZARÁ O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2026, NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA CE N° 002/2026.

O MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA, MG, torna público a todos os interessados, que realizará o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2026, na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA CE N° 002/2026. Abertura: 08 de abril de 2026, às 13:00 horas. Objeto: Contratação de empresa especializada para EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM PLUVIAL, TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM RUAS E AVENIDAS do distrito de Chaveslândia, município de Santa Vitória/MG, com recursos próprios e recursos federais, por meio de transferência especial – Plano de Ação nº 09032025-2-088481, sob regime de empreitada por preço unitário, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, no Projeto Básico (Anexo I) e nos demais anexos. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL. AMPLA PARTICIPAÇÃO. Demais informações pelo tel. (34) 3251-8557 ou (34) 3251-8500 das 08h às 11h e das 13h às 18h e-mail comissao.permanente@santavitoria.mg.gov.br. Condições de participação: poderão participar pessoas jurídicas devidamente constituídas. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.santavitoria.mg.gov.br (Portal da Transparência/Licitação), no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br e/ou www.licitamaisbrasil.com.br. Município de Santa Vitória, MG, aos 27 dias do mês de fevereiro de 2026.

ANDRÉ APARECIDO DA SILVA –
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Publicado por:
Maria Laura Andrade Gomes
Código Identificador:1396C43F

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA VITÓRIA/MG – EXTRATO DA 9ª ATA CIRCUNSTANCIADA – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 018/2025

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de transporte de alunos e professores da zona rural do Município de Santa Vitória/MG, com fornecimento de veículo, combustível, seguro e condutor, conforme Edital. Proponente: TRANSPARREIRA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, CNPJ nº 20.675.769/0001-17. Após análise da documentação técnica e de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, a empresa foi declarada HABILITADA e apta a participar do sorteio referente ao item 13. Fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para interposição de recurso, nos termos do Edital. Santa Vitória/MG, 27/02/2026.

MARCELO SILVA BORGES PARREIRA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Fabiana Pires Oliveira
Código Identificador:209CD6DA

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA VITÓRIA-MG
EXTRATO DE DECISÃO - JUÍZO DE RETRATAÇÃO

Processo Licitatório nº 005/2026

Chamada Pública nº 001/2026
O Agente de Contratação do Município de Santa Vitória-MG, no uso de suas atribuições legais, torna público que, em sede de juízo de retratação, reconsiderou a decisão proferida na 1ª Ata Circunstanciada do Processo Licitatório nº 005/2026 – Chamada Pública nº 001/2026, para tornar sem efeito a inabilitação da empresa **OFTALMO 2020 LTDA**, declarando-a HABILITADA, após reanálise da documentação e manifestação técnica favorável da Secretaria Municipal de Saúde, por atendimento integral às exigências editalícias.

Determina-se o regular prosseguimento do certame.

Santa Vitória-MG, 27 de fevereiro de 2026.

MARCELO SILVA BORGES PARREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Fabiana Pires Oliveira
Código Identificador:0F6997CB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS
PORTARIA 04/2026

Designar Responsável Técnico

O Prefeito de Santo Antônio do Aventureiro, Estado de Minas Gerais, de conformidade com o art. 104, II, *g*, da Lei Orgânica local e
CONSIDERANDO a celebração do Acordo de Cooperação Técnica – ACT, Processo SEI n.º 5070.01.0000101/2026-02, que visa à implementação de ações integradas de Regularização Fundiária (Reurb) e de fomento à Habitação de Interesse Social (HIS);
CONSIDERANDO o prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação do extrato do ACT, previsto na Cláusula Segunda, item 2.1.1.3.
Resolve:
Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como representantes do Município de **SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO** na gestão do referido Acordo de Cooperação Técnica:
I – Gestor Titular: Mateus Silva Rocha, CPF nº 075.094.786-18.
II – Gestor Suplente: Clóvis Eduardo Schettino, CPF nº 611.447.037-00
Art. 2º Compete aos gestores designados as seguintes atribuições, conforme previsto no instrumento de cooperação:
I – Acompanhar, fiscalizar e executar o Acordo;
II – Atuar como canal de comunicação institucional com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Cohab Minas;
III – Transmitir e receber informações, solicitações e notificações técnicas ou administrativas;
IV – Compor o Comitê Gestor previsto no item 4.1.3 do ACT, participando de reuniões ordinárias e extraordinárias.
Art. 3º. Revoga-se as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Santo Antônio do Aventureiro, 27 de fevereiro de 2026.

AMAURY DE SÁ FERREIRA
Prefeito Municipal de Santo Antônio do Aventureiro

Publicado por:
Clovis Eduardo Schettino
Código Identificador:C91CF9EC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO ITAMBÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

Sistema de Registro de Preços

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé torna público aos órgãos e entidades da Administração Pública a **INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS**, objetivando **"**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG.**"** Os órgãos interessados em participar do referido processo deverão encaminhar suas intenções até o 8º dia útil após a circulação dessa publicação, nos termos do art. 86, da Lei 14.133/21, informando as quantidades com as pesquisas de preços para Setor de Licitações e Contratos, no e-mail cotacao@santoantoniodoitambe.mg.gov.br. Mais informações podem ser obtidas pelos telefones: (33) 9 9915-6221 – Prefeitura, 33 9 9968-7233 (WhatsApp) – Setor de Licitações e Contratos. O ETP está disponível mediante solicitação no e-mail: cotacao@santoantoniodoitambe.mg.gov.br.

Santo Antônio do Itambé/MG, sexta-feira, 27 de fevereiro de 2026.

NELCÍLIA DO ROSÁRIO SANTOS PEREIRA
Orçamentista

Publicado por:
Jéssica Hellen da Lomba Figueiredo
Código Identificador:4A97E1F9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé torna público aos órgãos e entidades da Administração Pública a **INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS**, objetivando **"**AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, HIDRÁULICO, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA MANUTENÇÃO E REPAROS DE BENS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG.**"** Os órgãos interessados em participar do referido processo deverão encaminhar suas intenções até o 8º dia útil após a circulação dessa publicação, nos termos do art. 86, da Lei 14.133/21, informando as quantidades com as pesquisas de preços para Setor de Licitações e Contratos, no e-mail cotacao@santoantoniodoitambe.mg.gov.br. Mais informações podem ser obtidas pelos telefones: (33) 9 9915-6221 – Prefeitura, 33 9 9968-7233 (WhatsApp) – Setor de Licitações e Contratos. O ETP está disponível mediante solicitação no e-mail: cotacao@santoantoniodoitambe.mg.gov.br.

Santo Antônio do Itambé/MG, sexta-feira, 27 de fevereiro de 2026.

NELCÍLIA DO ROSÁRIO SANTOS PEREIRA
Orçamentista

Publicado por:
Jéssica Hellen da Lomba Figueiredo
Código Identificador:8292F5F4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL PARA PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0007/2026

Processo Licitatório nº 0026/2026
Pregão Eletrônico nº 0007/2026

Sistema de Registro de Preços

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé torna público que realizará o Processo Licitatório nº 0026/2026, Pregão Eletrônico nº 0007/2026. **Sistema de Registro de Preços. Objeto**: AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS PARA O ATENDIMENTO DE DIVERSAS SECRETARIAS NOS TERMOS DO EDITAL. **Lançamento das Propostas:** Até Terça-feira, 17 de março de 2026, às 08:00:00 horas (horário de Brasília). **Abertura das Propostas:** Terça-feira, 17 de março de 2026, às 08:00:00 horas (horário de Brasília). **Informações:** 33 9 9915-6221 – Prefeitura, 33 9

9968-7233 (WhatsApp) – Setor de Licitações e Contratos, horário das 07:00 horas às 16:00 horas, pelo e-mail: licitacao@santoantoniodoitambe.mg.gov.br, pelo site: www.santoantoniodoitambe.mg.gov.br ou diretamente pela plataforma de licitações: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/92595.Link da contratação no PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=18.303.222%2F0001-49&status=recebendo_proposta&pagina=1.

Santo Antônio do Itambé/MG, Sexta-feira, 27 de fevereiro de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Mateus do Nascimento
Código Identificador:FF0BF3C9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0004/2026

Processo Licitatório nº 0002/2026 — Dispensa nº 0002/2026. **PARTES**: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG X CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO JEQUITINHONHA. **Valor do Contrato:** 472.377,00 (quatrocentos e setenta e dois mil e trezentos e setenta e sete reais). **Objeto:** PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS EM SAÚDE, EM FAVOR DOS MUNÍCIPES DA CONTRATANTE, USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. **Assinatura**: Segunda-feira, 05 de Janeiro de 2026. **Vigência**: De Segunda-feira, 05 de Janeiro de 2026 a Quinta-feira, 31 de Dezembro de 2026. **Fundamentação Legal:** Art. 75, XI, Lei 14133/21.
Santo Antônio do Itambé/MG, Segunda-feira, 05 de Janeiro de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Jéssica Hellen da Lomba Figueiredo
Código Identificador:B166A2AE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025
CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS

O Município de Santo Antônio do Itambé, por meio do prefeito municipal, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Edital de Concurso Público do Munícipio de Santo Antônio do Itambé/MG nº 01/2025, torna pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no referido certame, para entrega da documentação exigida para posse nos respectivos cargos.
A entrega da documentação deverá ocorrer **presencialmente**, no seguinte endereço:

Rua Aristides Alves, nº 54, Centro – Santo Antônio do Itambé/MG
(Setor de Recursos Humanos)
Período: 26 de fevereiro de 2026 a 27 de março de 2026
Horário: 07h às 16 h

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

Inscrição	Convocado	Cargo
15940599	M.L.F	Auxiliar administrativo

Documentação Exigida (original e cópia):
a) Documento oficial de identificação com foto;
b) Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou documento oficial que conste o número do CPF ou comprovante de inscrição no CPF, impresso a partir do endereço eletrônico da Secretaria da Receita Federal do Brasil ou emitido pela entidade conveniada no ato da inscrição, desde que acompanhado de documento de identificação do inscrito;
c) Título de Eleitor com comprovante de votação na última eleição dos dois turnos, quando houver, ou comprovante de quitação da Justiça Eleitoral ou Certidão de Quitação Eleitoral, acompanhada do Título de Eleitor obtida em cartório eleitoral ou na página oficial do Tribunal Superior Eleitoral:
https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao- eleitoral;
d) Certificado de Reservista de 1ª e 2ª categorias ou documento equivalente (Certificado de Alistamento Militar - CAM, Certificado de Dispensa de Incorporação - CDI, Certificado de Isenção), se do sexo masculino. Obrigatório para candidato que entre 1º de janeiro do ano em que completar 19 anos de idade e 31 de dezembro do ano em que completar 45 anos;
e) Certidão de Nascimento (se solteiro) ou Comprovante de União Estável ou de Certidão de Casamento (se casado ou viúvo);
f) Em caso de viuvez deverá ser apresentada a Certidão de Óbito do cônjuge;
g) Para os casos de divórcio em que não tenha sido realizada averbação, o candidato CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG - EDITAL Nº 01/2025 Página 44 de 52 deverá apresentar a sentença homologatória juntamente com a certidão de casamento;
h) Cartão de inscrição no PIS ou PASEP (exceto no caso de primeiro emprego);
i) Comprovante de residência (água, energia ou telefone) atualizado ou Declaração de próprio punho do interessado, conforme Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, expedido nos últimos 03(três) meses;
j) Comprovante de escolaridade mínima exigida (diploma ou certificado) de conclusão de curso, devidamente registrado e legalmente reconhecido, expedido por instituição oficial de ensino, conforme habilitação/área de conhecimento, acompanhado do Histórico Escolar, conforme o cargo, nos termos do Anexo I e os anexos correspondentes;
k) Declaração de bens e valores que constituem o próprio patrimônio ou declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) com o respectivo recibo emitido pela Secretaria da Receita Federal do Município da Fazenda, ainda que não tenha bem ou valores a declarar;
l) Registro Profissional no órgão fiscalizador de exercício profissional ou órgão de classe competente ou conselho de classe, quando houver;
m) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, conforme Constituição e previsto neste Edital;
n) Comprovação de desligamento do órgão anterior ou protocolo de pedido de desligamento/vacância, caso não tenha sido publicado;
o) CPF e Certidão de Nascimento ou Carteira de Identidade dos filhos até 21(vinte e
um) anos;
p) Comprovante da situação cadastral regular no CPF, retirado no site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp ou na Delegacia da Receita Federal (validade 90 dias contados da data de emissão);
q) Laudo Médico, para os candidatos inscritos na condição de Pessoa com Deficiência
(PcD).
r) Certidão de bons antecedentes estadual(www.tjmg.jus.br);
s) Conta bancária Salário no Banco Sicoob Credicem Agencia 4103.
O não comparecimento na data determinada, bem como a não apresentação da documentação exigida, implicará na **desistência do candidato** e convocação do próximo classificado.

Santo Antônio do Itambé/MG, 24 de fevereiro de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Hellen da Lomba Figueiredo
Código Identificador:2646D367

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO 127/2025

ADJUDICAÇÃO - PROCESSO 127/2025 PREGÃO ELETRÔNICO 72/2025

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de insumos, medicamentos e equipamentos de uso veterinário, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal, considerando a regularidade deste processo, adjudica o objeto do processo licitatório às empresas Evolucao Vet Equipamentos Veterinarios Ltda CNPJ 32.830.196/0001-38, no valor total estimado de R$963,67, Vetsul Comercio de Medicamentos Eireli CNPJ 28.591.670/0001-49, no valor total estimado de R$1.138,98, Agro Lactus VGO Ltda CNPJ 50.916.842/0001-66, no valor total estimado de R$1.168,60, Ynemed Produtos Medicos E Hospitalares Ltda CNPJ 51.740.794/0001-60, no valor total estimado de R$216,00, ABB Importacao, Comercio e Intermediacao Ltda CNPJ 33.742.700/0001-00, no valor total estimado de R$1.865,33, ALC Moraes Comercial Ltda CNPJ 46.339.373/0001-92, no valor total estimado de R$4.116,00 e Supramil Comercial Ltda CNPJ 11.262.969/0001-57, no valor total estimado de R$16.302,60.

Santo Antônio do Monte, 10 de fevereiro de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Natália Costa Pinto
Código Identificador:97079F86

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 127/2025

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 127/2025 PREGÃO ELETRÔNICO 72/2025

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de insumos, medicamentos e equipamentos de uso veterinário, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal considerando a regularidade deste processo, conforme parecer jurídico, HOMOLOGA o presente Processo Licitatório nos termos da Lei nº 14.133/21.

Santo Antônio do Monte, 10 de fevereiro de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Natália Costa Pinto
Código Identificador:7F7CC944

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2026
PROCESSO: N° 113/2025
MODALIDADE:PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
CONTRATADO: NEIDA ALMEIDA SANTOS LIMITADA
OBJETO:objeto do presente processo licitatório, que deu origem à presente ata é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de itens de uniformes, coletes, jaquetas, mochilas, camisas, etc, atendendo a solicitação de diversas secretarias municipais, de acordo com quantidades e especificações no Relatório de Itens e demais condições do Edital e seus anexos, que juntamente com a proposta da DETENTORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam integrar este instrumento, independente de transcrição.
VALOR: R$ 239.162,90
VIGÊNCIA: 19 de fevereiro de 2027
SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG, 19 de fevereiro de 2026

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabryna Carolline Santos Correa
Código Identificador:F1B2048D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO BENTO ABADE

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE ABERTURA E AUTORIZAÇÃO DE PROCESSO 17/2026, DISPENSA 05/2026

TERMO DE ABERTURA E AUTORIZAÇÃO DE PROCESSO 17/2026, DISPENSA 05/2026

PROCESSO 17/2026, DISPENSA 05/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO SITE OFICIAL DA PREFEITURA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: ***Art. 74 da lei 14133/21***
II*- contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;*

Enéias Machado de Souza, Prefeito do Município de São Bento Abade – MG, no uso de suas atribuições, faz publicar o presente extrato referente à autorização de realização do Processo Licitatório nº 17/2026– Dispensa 05/2026, destinado à CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO SITE OFICIAL DA PREFEITURA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

CONTRATADO: Davi da Silva Arantes 06832062656.
CNPJ nº 13.201.292/0001-72
VALOR: R$ 8.316,00 (oito mil trezentos e dezesseis reais).

São Bento Abade, 19 de fevereiro de 2026.

ENEIAS MACHADO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ESTE EXTRATO FOI PUBICADO NO SITE E NO MURAL EM 19/02/2026

Publicado por:
Edson Donizete
Código Identificador:3B66B614

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE ABERTURA E AUTORIZAÇÃO DE PROCESSO 20/2026, ADESÃO DE ATAS 323/2025 (MEDICAMENTOS I – CBAF) E ATA 334/2025 (INSUMOS CBAF E ARBOVIROSES)

TERMO DE ABERTURA E AUTORIZAÇÃO DE PROCESSO 20/2026, ADESÃO DE ATAS 323/2025 (MEDICAMENTOS I – CBAF) E ATA 334/2025 (INSUMOS CBAF E ARBOVIROSES)

PROCESSO 20/2026, ADESÃO DE ATAS ESTADUAIS 323/2025 (MEDICAMENTOS I – CBAF) E ATA 334/2025 (INSUMOS CBAF E ARBOVIROSES)
OBJETO: ADESÃO DE ATAS ESTADUAIS 323/2025 (MEDICAMENTOS I – CBAF) E ATA 334/2025 (INSUMOS CBAF E ARBOVIROSES).

Enéias Machado de Souza, Prefeito do Município de São Bento Abade – MG, no uso de suas atribuições, faz publicar o presente extrato referente à autorização de realização do Processo Licitatório nº 20/2026 ADESÃO DE ATAS ESTADUAIS 323/2025 (MEDICAMENTOS I – CBAF) E ATA 334/2025 (INSUMOS CBAF E ARBOVIROSES), conforme solicitação do Departamento de Saúde e Meio Ambiente.

CONTRATADOS: TRES PHARMA DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA-CNPJ: 26.401.571/0001-21, MED CENTER COMERCIAL LTDA CNPJ: 00.874.929/0001-40, PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA, CNPJ: 73.856.593/0010-57, SOMA/MG PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 12.927.876/0001-67, MULTIFARMA COMERCIO LTDA, CNPJ: 21.681.325/0001-57, ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 03.945.035/0001-91, SIRIO PHARMA EIRELI, CNPJ: 31.495.759/0001-16, COMERCIAL CIRURGICA RIO CLARENSE LTDA, CNPJ: 67.729.178/0002-20, MEDH DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 18.917.657/0001-83, CIMED INDUSTRIA S.A, CNPJ: 02.814.497/0012-60, ALFALAGOS LTDA. EPP, CNPJ: 05.194.502/0001-14, SAMEH SOLUCOES HOSPITALARES LTDA,CNPJ: 25.031.668/0001-27, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA, CNPJ: 76.386.283/0001-13, BH FARMA COMERCIO LTDA, CNPJ: 42.799.163/0001-26, GREEN MED DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, CNPJ: 47.454.600/0001-93, INMINAS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 53.269.359/0001-25, SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 09.944.371/0001-04, PURAH MEDICAL & CO LTDA, CNPJ: 28.345.933/0001-30, FARMACIA DE MANIPULACAO IDEAL FORMULAS LTDA, CNPJ: 04.522.343/0001-77, UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A, CNPJ: 60.665.981/0009-75.
VALOR ESTIMADO DA ADESÃO: R$ 456.122,50 (quatrocentos e cinqüenta e seis mil, centos e vinte e dois reais e cinqüenta centavos).

São Bento Abade, 06 de fevereiro de 2026.

ENEIAS MACHADO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ESTE EXTRATO FOI PUBICADO NO SITE E NO MURAL EM 06/02/2026.

Publicado por:
Edson Donizete
Código Identificador:69E0F03F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE PROPOSTA ADICIONAIS(AQUISIÇÃO DE BOMBA SUBMESSA, PAINEL DE COMANDO, BOMBA CENTRIFUGA E CABO FLEXNAX)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
(CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA)
AVISO DE OBTENÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS
ART. 75, § 3 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO-MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 22.679.153/0001-40, com sede administrativa na Avenida Montes Claros, nº 243, Centro, neste Município, Estado de Minas Gerais, neste ato solicitado pela Secretaria Municipal de Agricultura, nos termos do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público o interesse na contratação do seguinte objeto:

1- AQUISIÇÃO DE BOMBA SUBMESSA, PAINEL DE COMANDO, BOMBA CENTRIFUGA E CABO FLEXNAX, DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ACÕES COMUNITÁRIAS E RECURSOS HIDRICOS.

2- A manifestação de interesse para orçamento deverá ser enviada para o e-mail: compras@saofrancisco.mg.gov.br, até o dia 04 de Março de 2026.

3- Não havendo Proposta de preços adicionais no prazo acima mencionado, o processo seguirá com os orçamentos coletado pela Secretaria requisitante.

4- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA – A empresa interessada deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento dos seguintes campos: proposta timbrada, com valor unitário, valor total, validade da proposta mínima de 30 dias, proposta carimbada, datada e assinada.

PLANILHA DE ORÇAMENTO
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
FONE:
ENDEREÇO:

DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
BOMBA SUBMERSA 4 BPS3 I - 42 ESTÁGIO 5.5VC WM4 MONOFÁSICA 220V. (IGAUL OU SUPERIORA A MARCA EBARA OU LEÃO)	UNIDADE	01		
PAINEL COMANDO MONOFÁSICO 5CV 200V.	UNIDADE	01		
BOMBA CENTRIFUGA ME - AL 2 - 7 ESTÁGIO - 125V - 12,5 CV 220VOLTS	UNIDADE	01		
CABO FLEXNAX 3X16MM	METROS	120		

Data do orçamento: ___/___/____

Validade da proposta: _____Dias

_____
Ass. Responsável Pelo Orçamento/Carimbo Da Empresa

São Francisco-MG, 27 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Clesia Aparecida Alves Ferreira
Código Identificador:DE6E2C56

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO 014/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG. EXTRATO DE CONTRATO. **Extrato do contrato da Dispensa nº 011/2026 – Processo Licitatório nº 017/2026**. Objeto: Contratação de Empresa especializada em prestação de serviços em assessoria e consultoria Tributária e Fiscal em atendimento e demanda da Secretaria municipal de Administração e Finanças. Para contrato de celebração de Programa. junto ao **Consorcio Intermunicipal da Área Mineira da Sudene – CIMAMS no valor R$ 161.374,40 (cento e sessenta e um, trezentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos)**. Vigência: até 31 (trinta e um de dezembro de 2026). Contrato assinado em 05 de fevereiro de 2026. São Francisco/MG, 27 de fevereiro de 2025. Ass.: Ronaldo Alves Silva – Secretario Municipal de Administração e Finanças.

Publicado por:
José Pereira Dos Santos Neto
Código Identificador:0BC15209

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0162/2024 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO E A EMPRESA C&R ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Processo Licitatório nº 021/2024
Concorrência Eletrônica nº 002/2024

Pelo presente instrumento as partes, de um lado, o **MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO**, com sede na Avenida Montes Claros, nº 243, inscrito no CNPJ nº 22.679.153/0001-40, por delegação, através do Decreto nº. 021/2022, ora representado pela Senhor Secretário Municipal de Obras e Gestão de Convênios **CÉZAR BOTELHO FILHO**, brasileiro, Solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.791.256, expedida pela SSP/MG e do CPF nº 098.418.276-46, residente e domiciliado na Rua Arnaldo Vieira, nº 824, Bairro João

Aguiar, na cidade de São Francisco/MG, Estado de Minas Gerais, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa, **C&R ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, estabelecida na cidade Brasília de Minas, Estado minas Gerais, na Rodovia MG 202, nº 803, loteamento vale verde I inscrita no CNPJ nº 18.666.391/0001-43, Inscrição Estadual sob nº 002202222.00-48, representada neste ato pelo **Sr. Edilson Junior Rodrigues**, portador do RG nº MG 17.340.886 SSP/MG e CPF nº 102.127.826-22, residente e domiciliado na cidade de Brasília de Minas, na Rua K nº 87, Bairro Vila Atlântida, doravante designados respectivamente CONTRATADA, lastreado na Lei Federal 14.133/21 conforme o artigos 107, firma o presente termo aditivo, nos termos e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica a Clausula terceira do Contrato original, aditivado quanto ao prazo de vigência de **180 (cento e oitenta) dias**, portanto, fica prorrogado de **23 (vinte e três) de fevereiro de 2026 até 22 (vinte e três) de agosto de 2026**, justifica se o presente aditivo tendo em vista que devido as chuvas sazonais e aos atrasos na entrega de materiais e que a obra ainda está em andamento, fez que gerasse atraso na obra.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Francisco/MG, 23 de fevereiro de 2026.

Município de São Francisco
CÉZAR BOTELHO FILHO
Contratante

C&R Engenharia e Construções LTDA
CNPJ nº 18.666.391/0001-43
EDILSON JUNIOR RODRIGUES -
CPF: 102.127.826-22
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

Publicado por:
Roberto Eder Alves da Rocha
Código Identificador:AE3C38F2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 025/2025 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO E A EMPRESA CONTASS SISTEMAS PUBLICOS LTDA/EPP.

Processo Licitatório nº 012/2025
Modalidade: Adesão nº 05/2025

Pelo presente instrumento, o o MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO, com sede na Avenida Montes Claros, nº 243, inscrito no CNPJ nº 22.679.153/0001-40, por delegação, através do Decreto nº. 021/2022, ora representado pelo **Sr. Ronaldo Alves Silva, Secretário Municipal de Administração e Finanças,** brasileiro, casado, portador do CPF nº 849.656.146-15 e Carteira de Identidade nº MG-11.035.325, expedida pela SSP/MG, residente na Rua Dr. Manoel Ferreira nº 1834, A, bairro João Aguiar no Município de São Francisco/MG**,** sob o Decreto Municipal nº. 021/2022 a seguir denominado CONTRATANTE e a Empresa **CONTASS SISTEMAS PUBLICOS LTDA/EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.481.030/0001-10, com sede na Rua Tupis nº 437 – Bairro Melo na cidade de Montes Claros/MG, neste ato representada por **Ivan Fonseca de Oliveira**, Carteira de Identidade nº 3296383 e CPF nº 464.189.116-87, adiante denominada CONTRATADO, lastreado nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/21, firmam o presente **TERMO ADITIVO**, nos seguintes termos descritos abaixo.
CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica a cláusula sétima do contrato original aditivada quanto ao Prazo de Vigência objetivando estender a sua duração por mais **12 (doze) meses**, ou seja, até 12 (doze) de fevereiro de 2027, mantendo inalteradas as demais condições contratuais, incluindo o preço, em razão da necessidade de conclusão da obra.
CLAUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original. E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Francisco/MG, 03 de fevereiro de 2026.

Município de São Francisco
RONALDO ALVES SILVA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Contass Sistemas Publicos LTDA/EPP
CNPJ sob o nº 10.481.030/0001-10
IVAN FONSECA DE OLIVEIRA -
CPF nº 464.189.116-87

Testemunhas:

NOME:_____CPF:---------- _____

NOME:_____CPF: _____

Publicado por:
Roberto Eder Alves da Rocha
Código Identificador:7725157E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2022 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO E EXPEDITO VICENTE COSTA.

Processo Licitatório nº 057/2022
Modalidade: Dispensa de Licitação nº 029/2022
A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO-MG**, com sede em Av. Montes Claros, nº 243 – Centro, inscrita no CNPJ sob o nº. 22.679.153/0001-40, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação **FRANCINE MENDES NOBRE ALMEIDA**, Brasileira, Casada, CPF sob o n° 041.325.296-57, RG: MG– 8.803.964, residente e domiciliado na Rua Esperança, nº 1298, Bairro Geraldo Magela na cidade de São Francisco, Estado de Minas Gerais, nos termos do Decreto nº 21/2022 a seguir denominada apenas CONTRATANTE, e **Expedito Vicente Costa**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 066.173.446-34, RG nº 6.843.053 residente e domiciliado na Rua Montese, nº 56, Montes Claros-MG, lastreado no artigo 40, incisos XI, e 55, inciso III, da Lei Federal 8.666/93, firmam o presente **TERMO ADITIVO**, nos seguintes termos descritos abaixo.
CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica repactuado o valor da contraprestação mensal descrita na **Cláusula Quarta** do contrato original, mediante a aplicação do reajuste previsto no **item 4.2.** Com base na variação positiva do INPC (4,3%), o montante mensal é readequado de **R$ 1.258,42 (um mil duzentos e cinquenta e oito reais e quarenta e dois centavos) para R$ 1.312,53 (um mil trezentos e doze reais e cinquenta e três centavos)**, mantendo-se inalteradas as demais condições contratuais. O aditivo passará a contar a partir de 02 (dois) de março de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Francisco/MG, 26 de fevereiro de 2026.

FRANCINE MENDES NOBRE ALMEIDA
Secretaria Municipal De Educação
Contratante

EXPEDITO VICENTE COSTA
CPF nº 066.173.446-34
Contratado

TESTEMUNHAS

NOME:_____RG:_____

NOME:_____RG:_____

Publicado por:
Roberto Eder Alves da Rocha
Código Identificador:F22E9A10

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO DISPENSA 016/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG – RATIFICO o Pedido de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 16/2026, processo nº 29/2026** nos termos do art. 75, Inciso II da Lei 14.133/2021 c/c art. 76 do Decreto Municipal nº 17/2024. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de confecção e fornecimento de materiais de premiação, compreendendo troféus e medalhas, destinados a atender aos jogos escolares de São Francisco/ MG- JESF/2026, junto a empresa: **ARTE EM TROFEUS LTDA**, cujo **valor global é R$ 7.244,00 (sete mil duzentos e quarenta e quatro reais).** São Francisco, 27 de fevereiro de 2026. Ass.: **Miguel Paulo Souza Filho** – Prefeito Municipal.

Publicado por:
José Pereira Dos Santos Neto
Código Identificador:9797FD94

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CANCELAMENTO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2026)

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 016/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2026
REGISTRO DE PREÇO Nº. 010/2026

Considerando que, após a publicação do Edital do PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 016/2026/PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2026/REGISTRO DE PREÇO Nº. 010/2026, foram identificados pontos que necessitam de correção e adequação.
Considerando que tais inconsistências podem comprometer a ampla competitividade, a isonomia entre os licitantes e a correta formulação das propostas;
Considerando o princípio da autotutela administrativa, pelo qual a Administração Pública pode rever seus próprios atos quando eivados de vícios ou quando não mais atendam ao interesse público;
Considerando, ainda, que a manutenção do certame nas condições atuais poderá gerar questionamentos futuros, prejuízos à Administração e eventual nulidade do procedimento;
Fica devidamente justificada a REVOGAÇÃO do PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 016/2026/PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2026/REGISTRO DE PREÇO Nº. 010/2026, com fundamento no art. 71 da Lei nº 14.133/2021, por razões de interesse público decorrentes da necessidade de adequação do instrumento convocatório.
Após as devidas correções, será promovida nova publicação do edital, com reabertura de prazo, garantindo-se a observância dos princípios da legalidade, publicidade, competitividade e segurança jurídica.
São Francisco do Glória, 27 de fevereiro de 2026.

FRANCIELE ALVES SANTANA RODRIGUES
Agente de Contratação

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:DF39C21B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 018/2026)

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 027/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 018/2026

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória, em atendimento ao Secretária Municipal de Administração, Controle e Finanças torna público para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA** com critério de julgamento **POR ITEM**, e o tipo de licitação será o de **MENOR PREÇO**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para sessão/locação/licenciamento de provedor de internet, banda larga, 24 horas por dia, 7 dias na semana, para atendimento do município de São Francisco do Glória, conforme descrição contida no Edital nº 018 e seus anexos.

A realização está prevista para o dia **16 de março às 08h30min** (horário de Brasília - DF). O Edital completo está à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória, Setor de Licitações, nos dias úteis, das 08h às 11h e de 13h às 16h, situada à Rua Azarias Varella de Azevedo/esquina com a Praça São Francisco de Assis, nº. 32, Bairro Centro, São Francisco do Glória/MG, gratuitamente a ser disponibilizado através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou em download nos seguintes sites: https://ammlicita.org.br/ e www.saofranciscodogloria.mg.gov.br.

São Francisco do Glória, 27 de fevereiro de 2026.

FRANCIELE ALVES SANTANA RODRIGUES
Agente de Contratação

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:E3772224

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 019/2026)

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 028/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 019/2026
REGISTRO DE PREÇO Nº. 014/2026

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde torna público para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA** com critério de julgamento **POR ITEM**, e o tipo de licitação será o de **MENOR PREÇO**, cujo objeto é o registro de preço e futura contratação de empresa especializada para fornecimento de alimentos nutricionais (leites), destinados à dietas especiais em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Glória, conforme descrição contida no Edital nº. 019 e seus anexos.

A realização está prevista para o dia **16 de março às 13h30min** (horário de Brasília - DF). O Edital completo está à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória, Setor de Licitações, nos dias úteis, das 08h às 11h e de 13h às 16h, sito à Rua Azarias Varella de Azevedo/esquina com a Praça São Francisco do Assis, nº. 32, Bairro Centro, São Francisco do

Glória/MG, gratuitamente a ser disponibilizado através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou em download nos seguintes sites: https://ammlicita.org.br/ e www.saofranciscodogloria.mg.gov.br.

São Francisco do Glória, 27 de fevereiro de 2026.

FRANCIELE ALVES SANTANA RODRIGUES
Agente de Contratação

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:6A309864

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO (INEXIGIBILIDADE Nº. 005/2026)

AVISO DE INTENÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 022/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 005/2026

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.114.231/0001-91, com sede administrativa na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº 32, Centro, neste Município, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pela sua Secretária de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo nos termos do art. 74, V, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público o interesse na contratação do seguinte objeto:

Contratação da empresa **TVASCONCELLOS PRODUCOES E EVENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Rua Galdino Furtado de Mendonça, nº 239, Centro, na cidade de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 47.835.259/0001-16, neste ato representado pelo único Sócio THALLES VASCONCELLOS DE A REZENDE MACHADO, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº M851024, expedida pela Secretaria Segurança Pública do Estado Do Minas Gerais e sob o CPF nº 043.908.486-58, para apresentação musical do grupo **CIDADE MIDIA** na festividade micareta no dia 05 de abril do corrente ano, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

São Francisco do Gloria, 27 de fevereiro de 2026.

RAYSSA DE OLIVEIRA LANES
Secretária Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:6E75D4A6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO (INEXIGIBILIDADE Nº. 006/2026)

AVISO DE INTENÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 023/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 006/2026

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.114.231/0001-91, com sede administrativa na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº 32, Centro, neste Município, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pela sua Secretária de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo nos termos do art. 74, V, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público o interesse na contratação do seguinte objeto:

Contratação da empresa **M2 PRODUÇÕES ARTISTÍSCAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Rua Goias, nº 1796, Vila Celia, na cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 30.984.692/0001-10, neste ato representado pelo Sócio RAPHAEL CALUX PINHEIRO, brasileiro, solteiro, músico, portador da Cédula de Identidade nº 001417905, expedida pela Secretaria Segurança Pública do Estado Do Mato Grosso do Sul e sob o CPF nº 019.334.081-03, para apresentação musical da dupla **MUNHOZ & MARIANO** na 35ª Exposição Agropecuária e concurso leiteiro, 26ª Festa do Carro de boi, no dia 24 de julho do corrente ano, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

São Francisco do Gloria, 27 de fevereiro de 2026.

RAYSSA DE OLIVEIRA LANES
Secretária Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:BE35C998

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO (INEXIGIBILIDADE Nº. 007/2026)

AVISO DE INTENÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 024/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 007/2026

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.114.231/0001-91, com sede administrativa na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº 32, Centro, neste Município, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pela sua Secretária de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo nos termos do art. 74, V, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público o interesse na contratação do seguinte objeto:

Contratação da empresa **AGITAÇÃO FESTAS E EVENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Rua Cinco de Março, nº 75, Centro, na cidade de São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.363.170/0001-04, neste ato representado pela Sócia CECÍLIA MARIA DUTRA DO PRADO, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 92700902-7, expedida pela Secretaria Segurança Pública do Estado Do Rio de Janeiro e sob o CPF nº 323.161.947-53, para apresentação de show infantil, matinê **FOLIA COM AGITAÇÃO** na micareta, no dia 05 de abril do corrente ano, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

São Francisco do Gloria, 27 de fevereiro de 2026.

RAYSSA DE OLIVEIRA LANES
Secretária Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:C33F0F83

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO (INEXIGIBILIDADE Nº. 008/2026)

AVISO DE INTENÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 025/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 008/2026

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.114.231/0001-91, com sede administrativa na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº 32, Centro, neste Município, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pela sua Secretária de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo nos termos do art. 74, V, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público o interesse na contratação do seguinte objeto:

Contratação da empresa **TIAGO BOTARO COSTA 05384685646**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Rua Francisco Henrique de Souza, nº 161, São Sebastião, na cidade de Ubá, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 34.583.663/0001-06, neste ato representado pelo Sócio TIAGO BOTARO COSTA, brasileiro, empresário, portadora da Cédula de Identidade nº MG12730077, expedida pela Secretaria Segurança Pública do Estado De Minas Gerais e sob o CPF nº 053.846.856-46, para apresentação musical do **DJ TIAGO COSTA** na 35ª Exposição Agropecuária e concurso leiteiro, 26ª Festa do Carro de boi, no dia 24 de julho do corrente ano, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

São Francisco do Gloria, 27 de fevereiro de 2026.

RAYSSA DE OLIVEIRA LANES
Secretária Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:579226E2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO (INEXIGIBILIDADE Nº. 009/2026)

AVISO DE INTENÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 026/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 009/2026

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.114.231/0001-91, com sede administrativa na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº 32, Centro, neste Município, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pela sua Secretária de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo nos termos do art. 74, V, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público o interesse na contratação do seguinte objeto:

Contratação da empresa **HELLEN CRISTINA DOS SANTOS MARTINS 10451998774**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no 1ª R Pastor Manoel Nunes de Souza, nº 125, Santa Afra, na cidade de Santo Antonio de Padua, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 42.716.544/0001-02, neste ato representado pela Sócia HELLEN CRISTINA DOS SANTOS MARTINS, brasileira, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 20.648.585-6, expedida pela Secretaria Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e sob o CPF nº 104.519.987-74, para apresentação musical da **CANTORA HELEN CRISTINA** na micareta, no dia 04 de abril do corrente ano, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

São Francisco do Gloria, 27 de fevereiro de 2026.

RAYSSA DE OLIVEIRA LANES
Secretária Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:F28F5655

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2026

O Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, MG, tornam público para conhecimento dos interessados o resultado da fase de habilitação do certame epigrafado, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos específicos injetáveis para atendimento de demanda da Atenção Básica da rede municipal de saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

CLASSIFICAÇÃO

EMPRESA LICITANTE	CLASSIFICAÇÃO
ÚNICO MULT EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS LTDA CNPJ: 13.444.068/0001-01	HABILITADA

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:O referido processo encontra-se à disposição dos interessados na Rua das Flores, n.º 215, Bairro Centro, São Gonçalo do Rio Preto, na sala da Divisão de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 11:00 e 12:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, telefone (38) 9.9757-1240, email: licitacao@saogoncalodoriopreto.mg.gov.br

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, 27 de fevereiro de 2026.

MÁRIO MARCIANO SOUZA
Pregoeiro
Portaria nº 004/2026

Publicado por:
Gleisimara Helida Lopes França
Código Identificador:C296B9C2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2025

O Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, MG, tornam público para conhecimento dos interessados o resultado da fase de habilitação do certame epigrafado, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na gestão e execução de serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, com elaboração de programas legais (Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade – LTIP, Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO), incluindo assessoria técnica e gestão do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas do e-Social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

CLASSIFICAÇÃO

EMPRESA LICITANTE	CLASSIFICAÇÃO
MEDICAR CONSULTORIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS S/S; CNPJ: 41.218.013/0001-19	HABILITADA

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:O referido processo encontra-se à disposição dos interessados na Rua das Flores, n.º 215, Bairro Centro, São Gonçalo do Rio Preto, na sala da Divisão de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 11:00 e 12:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, telefone (38) 9.9757-1240, email: licitacao@saogoncalodoriopreto.mg.gov.br

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, 27 de fevereiro de 2026.

MÁRIO MARCIANO SOUZA
Pregoeiro
Portaria nº 004/2026

Publicado por:
Gleisimara Helida Lopes França
Código Identificador:05AF1917

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA COMERCIAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA COMERCIAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2026

O Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, MG, comunicam o resultado da fase de julgamento de propostas do certame epigrafado, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos específicos injetáveis para atendimento de demanda da Atenção Básica da rede municipal de saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

CLASSIFICAÇÃO

EMPRESA LICITANTE	CLASSIFICAÇÃO
ÚNICO MULT EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS LTDA CNPJ: 13.444.068/0001-01	CLASSIFICADA VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$ 76.950,00)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:O referido processo encontra-se à disposição dos interessados na Rua das Flores, n.º 215, Bairro Centro, São Gonçalo do Rio Preto, na sala da Divisão de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 11:00 e 12:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, telefone (38) 9.9757-1240, email: licitacao@saogoncalodoriopreto.mg.gov.br

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, 27 de fevereiro de 2026.

MÁRIO MARCIANO SOUZA
Pregoeiro
Portaria nº 004/2026

Publicado por:
Gleisimara Helida Lopes França
Código Identificador:00168A6F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA COMERCIAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA COMERCIAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2025

O Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, MG, comunicam o resultado da fase de julgamento de propostas do certame epigrafado, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na gestão e execução de serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, com elaboração de programas legais (Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade – LTIP, Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO), incluindo assessoria técnica e gestão do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas do e-Social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

CLASSIFICAÇÃO

EMPRESA LICITANTE	CLASSIFICAÇÃO
MEDICAR CONSULTORIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS S/S; CNPJ: 41.218.013/0001-19	CLASSIFICADA VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$ 540.800,00)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:O referido processo encontra-se à disposição dos interessados na Rua das Flores, n.º 215, Bairro Centro, São Gonçalo do Rio Preto, na sala da Divisão de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 11:00 e 12:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, telefone (38) 9.9757-1240, email: licitacao@saogoncalodoriopreto.mg.gov.br

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, 19 de dezembro de 2025.

MÁRIO MARCIANO SOUZA
Pregoeiro
Portaria nº 004/2026

Publicado por:
Gleisimara Helida Lopes França
Código Identificador:8C0CFFAD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GOTARDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO
10ª CONVOCAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA PARA PROVIMENTO TEMPORÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO | PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
10ª Convocação do CADASTRO DE RESERVA PARA PROVIMENTO TEMPORÁRIO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG,** torna público a Décima Convocação do **CADASTRO DE RESERVA**, que são os candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2024 que ainda **NÃO FORAM** convocados para posse, a fim de que manifestem interesse e sejam contratados temporariamente por meio **PROCESSO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO DE VAGAS, NOS CARGOS DE**:
Dentista
Médico PSF
O Anexo I deste Edital apresenta a lista do cadastro de reserva, ora candidatos convocados para comparecerem, com a Documentação constante no Anexo II, no dia **05 de março de 2026**, de 13:00hs às 17:00hs, no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal (R. Professora Maria Coeli Franco, 13 – Centro, São Gotardo - MG, 38800-000) para CONTRATO TEMPORÁRIO.
O Edital de Convocação está disponível para consulta do no site da **Prefeitura Municipal de São Gotardo/MG (www.saogotardo.mg.gov.br)**
São Gotardo/MG, 27 de Fevereiro de 2026

MAKOTO EDISON SEKITA
Prefeito Municipal

ANEXO I – RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS
CADASTRO DE RESERVA – CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
Concurso Público nº 001/2024 – Prefeitura Municipal de São Gotardo/MG
CARGO: MÉDICO PSF – Código do Cargo: 317
LARISSA CRISTINA DOS SANTOS CAMARGOS, inscrição nº 407, data de nascimento 04/06/1998, classificação 22º lugar – Ampla Concorrência.
LUCAS MARINHO ASSIS SANTOS, inscrição nº 924, data de nascimento 25/04/1994, classificação 23º lugar – Ampla Concorrência.
CARGO: DENTISTA – Código do Cargo: 307
MARIA TERESA BORGES ARAÚJO, inscrição nº 1757, data de nascimento 03/07/1999, classificação 12º lugar – Ampla Concorrência.
TAYNARA BIANCA RODRIGUES LONDE, inscrição nº 87, data de nascimento 07/12/1995, classificação 13º lugar – Ampla Concorrência.
ADRIELLE GERMANO FERREIRA, inscrição nº 1125, data de nascimento 13/06/2002, classificação 14º lugar – Ampla Concorrência.

Publicado por:
Bruna de Cássia Lima
Código Identificador:A5D1A20C

SETOR DE CONVÊNIOS
TERMO DE FOMENTO 06/2026 PROMAM – PROGRAMA DE APOIO A CRIANÇA E ADOLESCENTE LEI Nº2932

TERMO DE FOMENTO Nº 06/2026

Termo de Fomento que entre si celebram o município de São Gotardo/MG e a Organização da sociedade civil: PROMAM – PROGRAMA DE APOIO A CRIANÇA E ADOLESCENTE, tem por objeto atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, promovendo ações de proteção social básica, por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 18.602.037/0001-55, com endereço na Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13, Centro, São Gotardo/MG, neste ato representado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social , Sra. DANIELE MAGNAVITA DE ALENCAR, nomeada por meio de Decreto nº 005/2025 no Diário Oficial do Município de São Gotardo, em 01/01/2025, portadora da Carteira de Identidade nº 08.579.039-77, Órgão Expedidor SSP/BA e inscrita no CPF nº 012.812.095-97, residente e domiciliada em São Gotardo; e PROMAM - PROGRAMA DE APOIO A CRIANÇA E ADOLESCENTE, Organização da Sociedade Civil, doravante denominada OSC, situada na Avenida Paulo Shimada, nº 345, bairro Tancredo Neves, município de São Gotardo/MG, CEP 38.800-000, inscrita no CNPJ sob o nº 26.035.667/0001-13, neste ato representada por seu Presidente Romes Vitale Abdalla, residente e domiciliado na Rua Olímpio Gonçalves de Resende, nº 113, bairro Centro no município de São Gotardo , CEP: 38.800-000, portador da Carteira de Identidade nº MG – 454.809 Órgão Expedidor SSP/MG, e CPF sob o nº 191.278.716-79; ambos em conjunto denominados PARCEIROS, sujeitando-se, no que couber, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Fomento, decorrente da Inexigibilidade de Chamamento Público nº 06/2026, tendo em vista o que consta do Processo n. 06/2026 e em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto nº 220 de 10 de novembro de 2017, Lei Municipal nº 2.932 de 21 de janeiro de 2026, que autorizaram o repasse financeiro à Organização da Sociedade Civil, e sujeitando-se, no que couber, ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e à Lei Orçamentária Anual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto tem por objeto atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, promovendo ações de proteção social básica, por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O objeto do Termo de Fomento/Colaboração é de relevância pública e social definido no Plano de Trabalho, que rubricado pelas partes, integra o presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

2.1São obrigações comuns dos PARCEIROS:
I – Conjugar esforços e cooperar um com o outro para a plena realização do objeto;
II – Promover publicidade e transparência das informações referentes a esta parceria;
III – Fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle interno e externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas à parceria independente de autorização judicial; e
IV – Priorizar a busca por soluções pacíficas e extrajudiciais, na hipótese de qualquer dúvida ou controvérsia sobre a interpretação e cumprimento deste Termo;

2.2São obrigações do MUNICÍPIO:
I – Transferir os recursos para a execução deste objeto;
II – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
III – Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto;
IV – Promover a transferência dos recursos financeiros para conta bancária específica indicada pela OSC;
V – Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
VI – Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial e respectivas alterações, se for o caso;
VII – Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;
VIII – Elaborar parecer sobre a prestação de contas da OSC, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014;
IX – Aplicar as penalidades previstas neste instrumento;
X – Sempre que solicitado, prestar informações e esclarecimentos referente à parceria aos integrantes da OSC;
XI – designar o gestor da parceria e os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

2.3São obrigações da OSC:
I – Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento, especificado no plano de trabalho;
II – Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
III – Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do controle interno e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais aos processos, documentos e informações relacionadas a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
IV – Divulgar esta parceria em seu sítio na internet, redes e mídias sociais digitais, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, conforme previsto no art. 11 da Lei Federal n.º 13.019/2014;
V – Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
VI – Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
VII – não remunerar com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; (b) servidor ou empregado público, inclusive que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais sujeitos a pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
VIII – Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da administração pública municipal;
IX – Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela administração pública;
X – Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando vedada a redistribuição dos recursos à outra Organização da Sociedade Civil, congênere ou não;
XI – Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
XII – Comprovar todas as despesas por meio de nota fiscal eletrônica ou recibo de autônomo (RPA), ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados,

comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;
XIII – Justificar o preço das despesas efetuadas, com entrega das cotações, pesquisa de preços e outros documentos pertinentes, para fins de comprovação de razoabilidade e compatibilidade com o mercado, par afins de aquisição de materiais e serviços.
XIV – Aplicar os recursos repassados pelo Município e os correspondentes à sua contrapartida, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
XV – Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, nesta efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo;
XVI – Não aplicar taxa de administração ou despesas administrativas como condição para a execução do presente objeto;
XVII – Ressarcir aos cofres públicos, ao final da parceria, o saldo remanescente oriundo das aplicações dos recursos financeiros;
XVIII – Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
XIX – Comprovar de forma integral no final do Termo de Fomento todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;
XX – Manter-se adimplente com o Poder Público no que tange a prestação de contas de exercícios anteriores.
XXI – manter sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária devidamente regularizada durante toda a vigência da parceria; e
XXII – Comunicar ao Município a substituição dos responsáveis pela OSC, assim como alterações em seu Estatuto;
XXIII – Apresentar até 10 (dez) dias, após o encerramento de cada trimestre, relatório sobre a execução da parceria, apresentando comparativo específico das metas propostas com os resultados quantitativos e qualitativos alcançados.
XXIV – Prestar contas na forma fixada na Cláusula Sexta, mantendo a guarda dos documentos pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a sua apresentação;
XXV – Garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no Plano de Trabalho, se for o caso.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1O MUNICÍPIO transferirá à OSC o valor total de R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação previstos no Plano de Trabalho aprovado, anexo único deste instrumento, em conta corrente específica nº 15.434-2 agência 3267 - Banco 756- Sicoob Credisg , de titularidade de OSC.

3.2Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade.

3.3O repasse dos recursos financeiros a que se refere esta cláusula será efetuado conforme o seguinte planejamento:

Parcela Valor Data estipulada
1 R$ 70.000,00 Março/2026
2 R$ 70.000,00 Maio/2026
3 R$ 70.000,00 Julho/2026
4 R$ 70.000,00 Setembro/2026
Valor Total R$ 280.000,00

3.4Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, em conta corrente específica da parceria, isenta de tarifa bancária, em agência de instituição financeira autorizada, regulada ou supervisionada pelo Banco Central.
3.5Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;

3.6As despesas decorrentes da execução deste Termo de Fomento, ocorrerão à conta de recursos alocados no respectivo orçamento do MUNICÍPIO, na dotação orçamentária a seguir informada, ou suas equivalentes para os próximos exercícios financeiros:

Ficha 976 - Dotação Orçamentária : 02 012 004 08 245 0110 4483 33504300 1500
Fonte: 1500
Valor: R$ 280.000,00
Conta: 35.705-7 (Banco do Brasil) ou 149-0 (Caixa)
Repasse referente a subvenção

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

4.1Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas na Lei nº 13.019/14, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste instrumento.

4.2Toda movimentação de recursos no âmbito desta parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação eletrônica do beneficiário final. Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, por meio da Transferência Eletrônica Disponível – TED –, Documento de Ordem de Crédito – DOC –, PIX, débito em conta e boleto bancário, todos sujeitos à identificação do beneficiário final.

4.3Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, excepcionalmente, poderá admitir a realização de pagamentos em espécie ou cheques nominais e cruzados, desde que devidamente justificado.

4.4Os recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência da parceria, permitido o pagamento de despesas após o término da parceria, desde que a constituição da obrigação tenha ocorrido durante a vigência da mesma e esteja prevista no plano de trabalho, sendo a realização do pagamento limitada ao prazo para apresentação da prestação de contas final.

4.4.1O pagamento das verbas rescisórias da equipe de trabalho da organização da sociedade civil, poderá ser realizada ainda que após o término da execução da parceria, desde que provisionada e proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.

4.5A OSC deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execuação dos recursos.

4.6A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a OSC a participar de novos parceriais, acordos ou ajustes com a Administração Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE PELO VÍNCULO TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIO, FISCAL E COMERCIAL

5.1A OSC é exclusivamente responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e ao adimplemento do termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO os respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição a sua execução.

5.2A inadimplência da OSC em relação às obrigações previstas no item anterior não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

5.3A remuneração de equipe de trabalho com recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não gera vínculo trabalhista ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 A prestação de contas tem por objetivo o controle de resultados e deverá conter elementos que permitam verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos.

6.2A prestação de contas do presente Termo de Fomento deverá ser de maneira parcial, de em carater mensal, isso é, após o efetivo gasto do recurso na conta bancária (data da saída do valor no extrato bancário), a OSC deverá apresentar os devidos comprovantes, notas ficais e afins em até 30 (trinta) dias. Ficando ainda ressalvado, que após a finalização do Termo de Fomento, a OSC deverá prestar contas em definitivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do término da parceria.

6.3 A OSC deverá apresentar, conforme previsto no plano de trabalho, relatório de execução do objeto, que deverá conter:
I– descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
II– demonstração do alcance das metas;
III– documentos de comprovação da execução das ações e do alcance das metas que evidenciem o cumprimento do objeto, definidos no plano de trabalho como meios de verificação, como listas de presenças, fotos, vídeos e outros;
IV– documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens ou serviços, quando houver;
V– relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;
VI– justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.

6.3.1 O relatório de que trata este item deverá fornecer elementos para avaliação:
I– dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
II– do grau de satisfação do público-alvo, quando pesquisado;

6.4A OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da OSC e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprovação das despesas.

6.4.1No caso de pagamento encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e ao adimplemento do termo de Fomento, é obrigatória a apresentação de cópia dos comprovantes referentes aos pagamentos das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, ficando dispensada a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos.

6.5A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de dez anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

6.6Nas parcerias com vigência igual ou superior a um ano, a OSC deverá apresentar prestação de contas anual, exclusivamente com relação ao desenvolvimento de seu objeto, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho.

6.5.1 A prestação de contas anual deverá ser apresentada no prazo de até 30 (trinta) dias;

6.5.2 A prestação de contas consistirá na apresentação do relatório de execução do objeto, que deverá observar o disposto no item 6.3.

6.6 A OSC deverá apresentar a prestação de contas final, por meio de relatório final de execução do objeto, que deverá conter os elementos previstos no item 6.2, no prazo de até trinta dias, contado do dia seguinte ao término da vigência da parceria

6.6.1 Caso haja saldo não gasto, deverá ser apresentado na prestação de contas final o comprovante de recolhimento do saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/14, e eventual provisão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 3º e §4º do art. 44 do Decreto nº. 16.746/17 e o inciso I do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/14.

6.6.2 O MUNICÍPIO analisará a prestação de contas final em até noventa dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, prorrogável justifcadamente por igual período.

6.6.3A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela Administração Pública Municipal deverá dispor sobre:
a)Aprovação da prestação de contas;
b)Aprovação da prestação de contas com ressalvas, mesmo que cumpridos o objeto e as metas da parceria, estiver evidenciada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal qie não resulte dano ao erário;
c)Rejeição da prestação de contas, quando houver omissão no dever de prestar contas, descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidas no plano de trabalho, desfalque ou desvio de dinheiro, bens valores e dano ao erário,m com a imediata determinação das providências administrativas e judiciais cabíveis para devolução dos valores aos cofres públicos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias, diante do que deverão contemplar a análise das informações da parceria e da documentação técnica apresentada.

7.2O MUNICÍPIO designará um gestor para realizar o acompanhamento e fiscalização desta parceria.

7.3O MUNICÍPIO designará, em ato específico, os integrantes da comissão de monitoramento e avaliação para analisar os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, que deverão ser por ela homologados.

7.4O gestor emitirá Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada para homologação.

7.5Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou não comprovação do alcance das metas, ainda que parcial, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 20 (vinte) dias, apesentar justificativa.

7.6Nas hipóteses em que o monitoramento e avaliação da parceria constate a existência de evidências de irregularidades na aplicação de parcelas anteriormente recebidas; desvio de finalidade da aplicação dos recursos ou o inadimplemento da O.S.C. em relação a obrigações estabelecidas no presente Termo de Fomento; ou em que a O.S.C. deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo MUNICÍPIO ou pelos órgãos de controle interno ou externo, o MUNICÍPIO poderá reter as parcelas dos recursos financeiros destinados à O.S.C, até o saneamento das impropriedades constatadas;

7.7Na hipótese de existência de irregularidade ou inexecução parcial do objeto, mesmo após a notificação da O.S.C. para saná-las, o relatório técnico parcial de monitoramento e avaliação poderá concluir pela rescisão unilateral da parceria, determinando a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada e, em não havendo a referida devolução, a instauração de tomada de contas especial.

7.8O MUNICÍPIO deverá informar à Controladoria-Geral do Município e à Procuradoria-Geral do Município sobre as irregularidades verificadas nas parcerias celebradas.

7.9A execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas, sem prejuízo da fiscalização realizada pelo MUNICÍPIO, pelos órgãos de controle e mecanismos de controle social previstos na legislação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 Caso a execução da parceria estiver em desacordo com o estabelecido no Plano de Trabalho e ou com as normas e legislação

vigente, o MUNICÍPIO poderá aplicar à OSC sanções de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade, na forma da Lei 13.019/2014, sendo garantidos os direitos de ampla defesa e contraditório da OSC.
8.2 Nas hipóteses dos itens 12.2.1 a 12.2.4 da Cláusula Décima Segunda, a rescisão poderá levar à:

8.2.1 Suspensão temporária da participação em chamamento público, suspensão temporária para requerer credenciamento prévio, suspensão temporária do credenciamento prévio e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, por prazo não superior a dois anos;

8.2.2Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público, declaração de inidoneidade para requerer credenciamento prévio, ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o MUNICÍPIO, que será concedida sempre que a O.S.C ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 8.2.1.

8.3Na hipótese do item 12.2.2 dessa cláusula a rescisão deverá gerar apuração dos possíveis prejuízos gerados ao MUNICÍPIO.

8.3.1Havendo constatação de prejuízo para o MUNICÍPIO, a OSC deverá ressarci-lo sob pena de suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, pelo prazo máximo de dois anos;

8.3.2Passado o prazo de dois anos e perdurando os motivos determinantes da punição, a OSC será declarada inidônea para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, até que ocorre o saneamento.

8.4Quando da conclusão, denúncia ou rescisão da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, deverão ser devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial providenciada pelo órgão competente do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA - DA DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

9.1Obriga-se a OSC, em razão deste Termo de Fomento, a fazer constar identificação do MUNICÍPIO, nos formulários, cartazes, folhetos, anúncios e matérias na mídia, assim como produtos da parceria, tais como livros, relatórios, vídeos, internet e outros meios de divulgação, observando a legislação eleitoral vigente.

9.2A utilização de logomarca, brasão ou demais símbolos do MUNICÍPIO deverão ser previamente autorizados pela Assessoria da Comunicação do Município.

9.3 A OSC compromete-se a publicar no seu sítio eletrônico oficial, quando houver, ou no sítio eletrônico público do Mapa das OSCs, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, desde a celebração das parcerias até cento e oitenta dias após a apresentação da prestação de contas final, as informações de que trata o art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.
9.4 Fica vedada a utilização de símbolos partidários e ou de caráter eleitoral em qualquer material de divulgação.
9.5 O Município publicará o extrato do presente termo de fomento no Diário Oficial do Municipal e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1Este Termo de Fomento, terá vigência do dia 27 de fevereiro de 2026 até o dia 31 de dezembro de 2026, possibilitada a sua prorrogação, desde que justificada.

10.2A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação fundamentada da OSC por meio de Termo Aditivo, devidamente justificada e formalizada, a ser apresentada ao MUNICÍPIO, em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da sua vigência, desde que não haja alteração de seu objeto.

10.3A alteração do prazo de vigência do Termo de Fomento, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do MUNICÍPIO, será promovida “de ofício”, limitada ao período do atraso verificado, por meio de Termo de Apostila.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

11.1Este Termo de Fomento, poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante Termo Aditivo, Certidão de Apostilamento e ajuste no Plano de Trabalho, devendo o respectivo pedido ser apresentado pela OSC com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

11.2É vedada a alteração do objeto do Termo de Fomento, permitida a ampliação, redução ou exclusão de metas, sem prejuízo da funcionalidade do objeto, desde que respeitados os limites legais e devidamente justificada e aprovada pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1É facultado aos PARCEIROS rescindirem este instrumento a qualquer tempo, delimitando as respectivas condições, sanções e responsabilidades, estipulando-se prazo mínimo de antecedência para a comunicação dessa intenção, não inferior a 60 (sessenta) dias.

12.2Esta parceria poderá ser rescindida quando:

12.2.1Ocorrer o descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nela estabelecidas;

12.2.2Quando a O.S.C. não sanar as impropriedades constantes do item 7.9 da cláusula sétima;

12.2.3Pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que a torne formal ou materialmente inexequível;

12.2.4For denunciada a qualquer tempo, por qualquer das partes mediante prévio aviso com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS BENS PERMANENTES E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

13.1Os materiais permanentes a serem adquiridos para a implementação das atividades especificadas na cláusula primeira deverão ser orçados e comprados pelo valor médio de mercado, tendo como norteador os princípios da legalidade, moralidade e economicidade, sob pena de nulidade das despesas.

13.2Fica desde já definida a titularidade da OSC. acerca dos bens permanentes adquiridos e ou produzidos em razão da execução deste Termo, podendo o MUNICÍPIO reavê-los, após a consecução completa do objeto ou em caso de confirmadas irregularidades, na hipótese de melhor atendimento ao interesse social.

13.2.1Os materiais permanentes reavidos pelo MUNICÍPIO, serão retirados no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da Rescisão dessa parceria.

13.3.É vedada a doação, venda, cessão, empréstimo, transferência ou qualquer outra transmissão de titularidade dos bens permanentes adquiridos e ou produzidos em razão da execução deste Termo;

13.4.Nas hipóteses de produção de bens de propriedade intelectual decorrente da execução do objeto desta parceria, a titularidade dos referidos bens será compartilhada pelos PARCEIROS, ficando sua utilização condicionada à celebração de instrumento próprio, observada a legislação vigente.

13.4.1.Nas hipóteses em que, em virtude da execução do objeto desta parceria, a OSC contratar quaisquer serviços dos quais decorram bens previstos no item

13.4.2.Fica a OSC obrigada a constar do contrato a ser celebrado, cláusula de cessão dos referidos direitos por parte de seu detentor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1.Não logrando êxito na tentativa de conciliação e solução administrativa, fica eleito o foro da comarca de São Gotardo para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordados com os termos dessa parceria as partes firmam em 3 (três) vias de igual teor e forma o presente instrumento.

São Gotardo/MG, 27 de fevereiro de 2026

DANIELE MAGNAVITA DE ALENCAR
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

ROMES VITALE ABDALLA
Presidente do PROMAM

Publicado por:
Paula Justino da Cunha
Código Identificador:21106703

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO 0017/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0005/2026

Extrato de Adjudicação – A Agente de Contratação de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, ADJUDICA a(s) empresa(s) Indústria Técnica Hilário Ltda, inscrita no CNPJ Nº. 53.524.443/0001-48, com o valor de R$ 147.000,00 (cento e quarenta e sete mil reais), licitante (s) vencedora (s) do processo licitatório nº 0017/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0005/2026.

São Lourenço, 23 de Fevereiro de 2026.

JANAÍNA OLIVEIRA DOS SANTOS –
Agente de Contratação

Extrato de Homologação – O Secretário Municipal de Planejamento de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições homologa o julgamento da Agente de Contratação ao processo licitatório nº 0017/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0005/2026, que tem como objeto: Aquisição de máquina de demarcação viária horizontal, com pistola mecânica e manual, espalhador de microesferas e carreta para transporte, destinada à Diretoria de Trânsito e Transporte Público da Prefeitura Municipal de São Lourenço/MG, com recursos da Emenda Impositiva nº 148.

São Lourenço, 23 de Fevereiro de 2026.

MARCOS RAMIRO MENDES –
Secretário Municipal de Planejamento.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:6B28F149

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO 0025/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0006/2026

Extrato de Adjudicação – A Agente de Contratação de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, ADJUDICA a(s) empresa(s) Premoldados e Const. São Lço Ind. e Com Ltda, inscrita no CNPJ Nº. 21.746.326/0001-32, com o valor de R$ 327.700,00 (trezentos e vinte e sete mil e setecentos reais), licitante (s) vencedora (s) do processo licitatório nº 0025/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0006/2026.

São Lourenço, 25 de Fevereiro de 2026.

JANAÍNA OLIVEIRA DOS SANTOS –
Agente de Contratação

Extrato de Homologação – O Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições homologa o julgamento da Agente de Contratação ao processo licitatório nº 0025/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0006/2026, que tem como objeto: Fornecimento de piso tipo bloquete sextavado, meio-fio/guia de concreto pré-moldado e bloco de concreto, destinados à Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, para eventual e futura aquisição, com inscrição em Ata de Registro de Preços.

São Lourenço, 25 de Fevereiro de 2026.

ARI FERNANDES CAMPOS –
Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:64AC1961

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO 0034/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0009/2026

Extrato de Adjudicação – A Agente de Contratação de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, ADJUDICA a(s) empresa(s) Restaurante e Lanchonete Tripoli Ltda, inscrita no CNPJ nº. 09.635.304/0001-08, com o valor de R$ 369.725,00 (trezentos e sessenta e nove mil, setecentos e vinte e cinco reais), licitante (s) vencedora (s) do processo licitatório nº 0034/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0009/2026.

São Lourenço, 26 de Fevereiro de 2026.

JANAÍNA OLIVEIRA DOS SANTOS –
Agente de Contratação

Extrato de Homologação – O Secretário Municipal de Planejamento de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições homologa o julgamento da Agente de Contratação ao processo licitatório nº 0034/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0009/2026, que tem como objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições do tipo marmitex para atender as demandas de todas as Secretarias da Prefeitura Municipal para o exercício de 2026, para futura e eventual aquisição com inscrição em ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

São Lourenço, 26 de Fevereiro de 2026.

MARCOS RAMIRO MENDES –
Secretário Municipal de Planejamento.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:D129E73F

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO 0046/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0010/2026

Extrato de Adjudicação – A Agente de Contratação de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, ADJUDICA a(s) empresa(s) DINAMAXX BRAZ COMERCIO VAREJISTA & ATACADISTA LTDA, inscrita no CNPJ nº.54.968.738/0001-76, com o valor de R$ 6.550,00 (seis mil, quinhentos e cinquenta reais) eRubens Basilio de

Faria, inscrita no CNPJ nº.28.250.680/0001-10, com o valor de R$ 2.890,00 (dois mil, oitocentos e noventa reais), licitante (s) vencedora (s) do processo licitatório nº 0046/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0010/2026.

São Lourenço, 25 de Fevereiro de 2026.

JANAÍNA OLIVEIRA DOS SANTOS –
Agente de Contratação

Extrato de Homologação – O Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições homologa o julgamento da Agente de Contratação ao processo licitatório nº 0046/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0010/2026, que tem como objeto: Fornecimento de materiais de sinalização viária, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura São Lourenço/MG, para eventual e futura aquisição, com inscrição em Ata de Registro de Preços.

São Lourenço, 25 de Fevereiro de 2026.

ARI FERNANDES CAMPOS –
Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:C2A4CD54

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO 0050/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0012/2026

Extrato de Adjudicação – A Agente de Contratação de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, ADJUDICA a(s) empresa(s) WEBER LEME DA SILVA 08460712664, inscrita no CNPJ nº. 26.671.240/0001-01, com o valor de R$ 52.746,00 (cinquenta e dois mil, setecentos e quarenta e seis reais), licitante (s) vencedora (s) do processo licitatório nº 0050/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0012/2026.

São Lourenço, 26 de Fevereiro de 2026.

JANAÍNA OLIVEIRA DOS SANTOS –
Agente de Contratação

Extrato de Homologação – A Secretária Municipal de Cultura e Patrimônio de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições homologa o julgamento da Agente de Contratação ao processo licitatório nº 0050/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0012/2026, que tem como objeto: Contratação de empresa especializada para locação, montagem, operação, monitoramento e desmontagem de kit de brinquedos infláveis, a ser utilizado nas programações promovidas pela Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio.

São Lourenço, 26 de Fevereiro de 2026.

RENATA COSTA PRADO –
Secretária Municipal de Cultura e Patrimônio.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:CBB58DC4

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO 0052/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0014/2026

Extrato de Adjudicação – A Agente de Contratação de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, ADJUDICA a(s) empresa(s) Panificadora San Remo Ltda EPP, inscrita no CNPJ nº. 20.703.641/0001-10, com o valor de R$ 34.307,00 (trinta e quatro mil, trezentos e sete reais), licitante (s) vencedora (s) do processo licitatório nº 0052/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0014/2026.

São Lourenço, 26 de Fevereiro de 2026.

JANAÍNA OLIVEIRA DOS SANTOS –
Agente de Contratação

Extrato de Homologação – O Secretário Municipal de Planejamento de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições homologa o julgamento da Agente de Contratação ao processo licitatório nº 0052/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0014/2026, que tem como objeto: Contratação de empresa para fornecimento de kits de lanches para atender às necessidades das Secretarias Municipais da Administração Municipal de São Lourenço/MG.

São Lourenço, 26 de Fevereiro de 2026.

MARCOS RAMIRO MENDES –
Secretário Municipal de Planejamento.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:0573E0BB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO 0053/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0015/2026

Extrato de Adjudicação – A Agente de Contratação de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, ADJUDICA a(s) empresa(s) JULIANA SOLAIRA NAEGELE, inscrita no CNPJ nº. 52.547.260/0001-85, com o valor de R$ 20.499,96 (vinte mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), licitante (s) vencedora (s) do processo licitatório nº 0053/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0015/2026.

São Lourenço, 25 de Fevereiro de 2026.

JANAÍNA OLIVEIRA DOS SANTOS –
Agente de Contratação

Extrato de Homologação – O Secretário Municipal de Planejamento de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições homologa o julgamento da Agente de Contratação ao processo licitatório nº 0053/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0015/2026, que tem como objeto: Locação e operação de carrinho de pipoca e carrinho de algodão doce, com fornecimento de insumos e mão de obra, destinados ao atendimento de eventos institucionais, culturais e ações públicas promovidas ou apoiadas pelas Secretarias Municipais da Administração Municipal de São Lourenço/MG.

São Lourenço, 25 de Fevereiro de 2026.

MARCOS RAMIRO MENDES –
Secretário Municipal de Planejamento.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:FAEB0900

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO 0077/2026 – DISPENSA Nº 0019/2026

Extrato de Adjudicação – A Agente de Contratação de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, ADJUDICA a(s) empresa(s) PRO-RAD Consultores em Radioproteção S/S Ltda, inscrita no CNPJ nº.87.389.086/0001-74, com o valor de R$ 3.120,00 (três mil, cento e vinte reais), licitante (s) vencedora (s) do processo licitatório nº 0077/2026 na modalidade de Dispensa sob o Nº 0019/2026.

São Lourenço, 27 de Fevereiro de 2026.

JANAÍNA OLIVEIRA DOS SANTOS –
Agente de Contratação

Extrato de Homologação – A Secretária Municipal de Saúde de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições homologa o julgamento da Agente de Contratação ao processo licitatório nº 0077/2026 na modalidade de Dispensa sob o Nº 0019/2026, que tem como objeto: Prestação de serviços de dosimetria de radiação pessoal e de referência padrão, com fornecimento dos dosímetros em regime de comodato, emissão de relatórios mensais de doses e suporte técnico-operacional, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço.

São Lourenço, 27 de Fevereiro de 2026.

ERIKA JUNGER DE TOLEDO RAMOS **–**
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:5A440972

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 10.526 INSERE NO ORÇAMENTO VIGENTE A NATUREZA DE DESPESA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 10.526

Insere no Orçamento vigente a natureza de despesa que menciona e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO**, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei Municipal nº. 3.825, 24 de fevereiro de 2026;

DECRETA:

Art. 1º Fica inserido no orçamento vigente, conforme discriminação abaixo, a(s) seguinte(s) Natureza(s) de despesa(s): abrindo-se para este fim Crédito Suplementar no valor de R$ 10.509.473,38 (dez milhões, quinhentos e nove mil, quatrocentos e setenta e três reais e trinta e oito centavos) as seguintes dotações do Município de São Lourenço.
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2.05.00.12.122.0002.2.0038-2.571.000 - 4.4.90.52.00 GESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - - - - - - - - R$ 1.534.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - R$ 1.534.000,00

Sub-Unidade 01 - EDUCAÇÃO BÁSICA
2.05.01.12.365.0002.2.0042-2.569.000 - 3.1.90.11.00 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE - - - - - - - - - R$ 599.877,56
2.05.01.12.361.0002.2.0040-2.571.000 - 4.4.90.51.00 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - - - - - - - - - R$ 2.735.000,00
2.05.01.12.361.0002.2.0040-2.571.000 - 4.4.90.52.00 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - - - - - - - - - - R$ 715.000,00

Total da Sub-Unidade 01 - - - - - - -R$ 4.049.877,56

Sub-Unidade 02 - FUNDEB
2.05.02.12.361.0002.2.0045-2.540.000 - 3.1.90.11.00 VALORIZAÇÃO PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E.F.FUNDEB - - - - - - - - - R$ 544.483,98
2.05.02.12.361.0002.2.0046-2.546.000 - 3.3.90.30.00 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL FUNDEB - - - - - -R$ 401.870,62

Total da Sub-Unidade 02 - - - - -R$ 946.354,60

Sub-Unidade 03 - AÇÕES SOCIO EDUCATIVAS
2.05.03.12.362.0002.1.0014-2.571.000 - 4.4.90.51.00 CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL PROF. TULIO BENTO - - - - - - - -R$ 2.600.000,00

Total da Sub-Unidade 03 - - - - - -R$ 2.600.000,00

Continua folha 02

DECRETO Nº 10.526
Folha 02

Total da Unidade 05 - - - - - - - R$ 9.130.232,16

Unidade 08 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.08.00.08.244.0013.2.0084-2.501.000 - 3.3.90.30.00 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA - - - - - - - - R$ 220.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - -R$ 220.000,00

Total da Unidade 08 - - - - - -R$ 220.000,00

Total da Instituição 02 - - - - -R$ 9.350.232,16

Órgão 06 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO SAAE
Unidade 02 - SERVIÇOS URBANOS
Sub-Unidade 00 - SERVIÇOS URBANOS
6.02.00.17.512.0019.1.0019-2.501.000 - 4.4.90.52.00 MELHORIA DO SISTEMA DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - - - - - R$ 1.134.400,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - -R$ 1.134.400,00

Total da Unidade 02 - - - - R$ 1.134.400,00

Unidade 03 - SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO
Sub-Unidade 01 - SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
6.03.01.17.512.0019.2.0129-2.501.000 - 3.3.71.70.00 CONTRATO RATEIO CONSÓRCIO PÚBLICO/AGÊNC REGULADORA - - - - - R$ 24.841,22

Total da Sub-Unidade 01 - - - - R$ 24.841,22

Total da Unidade 03 - - - - R$ 24.841,22

Total da Instituição 06 - - - - - - - R$ 10.509.473,38

Total Geral Acrescido - - - - - R$ 10.509.473,38

Art. 2º Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recursos SUPERÁVIT FINANCEIRO, na forma do art. 43, §1º, II, e §2º da Lei Federal nº. 4.320/1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, 24 de fevereiro de 2026.

Continua folha 03
DECRETO Nº 10.526
Folha 03

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

MARCOS RAMIRO MENDES
Diretor de Contabilidade

WJL/GCJ/cmv

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:56C73899

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº. 001/2026

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº. 001/2026

Considerando, a expedição da Notificação Preliminar nº. 2383, em 20/01/2025, pelo Serviço de Fiscalização de Obras, bem como a tentativa de entrega da mesma ao proprietário do imóvel situado à Rua Benjamin Constant, nº. 116, Bairro Carioca, neste Município de São Lourenço/MG, identificado pela inscrição cadastral nº. 01.05.340.002, através da Empresa de Correios demonstraram-se infrutíferas. Fica a **Srª. Maria de Fátima Baptista Caldeira**, inscrita no CPF sob nº. 000.520.097-00, na qualidade de proprietária do imóvel supramencionado, **NOTIFICADA** nos termos da Notificação Preliminar nº. 2383, datada de 20/01/2025, devidamente embasada nos Artigos 172 e 173 da Lei Municipal nº. 1.813/1993, a proceder com a execução do serviço de reparo do passeio danificado, no prazo máximo de prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação deste Edital.

Em caso de descumprimento das orientações constantes deste Edital, através da não execução dos serviços de reparo do passeio no prazo estipulado acima, o infrator será autuado conforme disposto no artigo 175 da Lei Municipal nº. 1813/1993.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 24 de fevereiro de 2026.

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Fiscal de Obras

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:2E317AC5

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº SAAE-PRES- 008/2026

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE DE SÃO LOURENÇO -MG

O Diretor Presidente do SAAE de São Lourenço/MG, Sr. Eduardo Rodrigues da Silva, no uso de suas atribuições legais, outorgadas pelo Decreto Municipal nº 9.159 de 24/04/2023, e,

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº RH – 001/2025, instaurado pela Portaria nº SAAE/PRES- 037/2025 de 12/08/2025, que dispõe sobre a designação de comissão especial para apuração de eventuais incompatibilidades de servidores ocupantes de cargo/emprego público municipal decorrentes de aposentadoria;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 120/2025 de 18/12/2025 emitido pela Advocacia Geral do Município;

CONSIDERANDO os Relatórios da Comissão Especial – Portaria nº SAAE/PRES- 037/2025;

CONSIDERANDO o Despacho Homologatório emitido em 26/02/2026 pelo Diretor Presidente;

R E S O L V E:

Art. 1º Ficam exonerados, nos termos do § 14 do art. 37 da Constituição Federal, os servidores públicos desta Autarquia Municipal abaixo relacionados, com efeitos a partir de 27 de Fevereiro de 2026:

Nome/ Cargo

Benedito Aparecido dos Santos - Auxiliar de Serviços
Dowani José Guerreiro - Diretor Operacional
Francisco Maciel da Silva - Auxiliar de Serviços
Jonas Natal de Carvalho - Pedreiro
Jorge Henrique Cândido - Fiscal
Wilson Ferreira Carneiro - Pedreiro

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 27 de Fevereiro de 2026.

São Lourenço - MG, 26 de Fevereiro de 2026

EDUARDO RODRIGUES DA SILVA
Diretor Presidente

Publicado por:
Fabiana Aparecida de Castro Brito
Código Identificador:54D61E13

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO MUNICIPAL Nº 6797

DECRETO MUNICIPAL Nº 6797

MARCELO DE MORAIS, PREFEITO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 68, inciso II e art. 110, inciso I, *g*, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que na data de ontem, dia 26/02/2026, faleceu nesta cidade de São Sebastião do Paraíso/MG, o Sr. José Luiz das Graças, Vereador eleito para a legislatura 2025/2028;

CONSIDERANDO que o Sr. José Luiz das Graças, exemplar Empresário, sempre prestou relevantes serviços no Município, trabalhando com zelo, dedicação e eficiência;

CONSIDERANDO que toda sua vida, constituiu uma bela lição de existência íntegra, justa, perfeita, marcada pelo trabalho, sendo inesquecível para todos aqueles que com ele conviveram;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado luto oficial em todo Município de São Sebastião do Paraíso, por 03 (três) dias, a partir desta data, em sinal de pesar pelo falecimento do Sr. José Luiz das Graças.

Art. 2º – Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 26 de fevereiro de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Bonfim Cecchini
Código Identificador:54E8EB45

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO MUNICIPAL Nº 6798

DECRETO MUNICIPAL Nº 6798

ALTERA A REDAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 5.709, DE 02 DE JANEIRO DE 2018, QUE DISPÕE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 4.477 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017, QUE TRATA DA CONCESSÃO DE DIÁRIAS E ADIANTAMENTO PARA VIAGENS, E ATUALIZA AS TABELAS DE VALORES DAS DIÁRIAS DE VIAGENS.

MARCELO DE MORAIS, Prefeito do Município de São Sebastião do Paraíso, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 5.709, de 02 de janeiro de 2018, disciplina a concessão e o pagamento de diárias aos agentes políticos, servidores públicos efetivos e contratados, e conselheiros que representem a Sociedade Civil em Conselhos Municipais, estabelecendo, inclusive, tabelas de valores constantes de seu anexo;
CONSIDERANDO a necessidade de atualização periódica dos valores das diárias, de modo a preservar sua adequação à realidade de mercado, garantindo suficiência para custeio de despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem decorrentes do serviço público;
CONSIDERANDO que a uniformização de procedimentos e valores relativos às diárias de viagem, constitui medida de padronização administrativa, com efeitos positivos sobre a impessoalidade, isonomia, transparência e controle do gasto público;
CONSIDERANDO que, nos termos do art. 15, da Lei Municipal nº 3.940, de 21 de janeiro de 2013, a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão é órgão de administração, planejamento e assessoramento ao Prefeito e demais órgãos, competindo-lhe o planejamento, coordenação, execução, controle e avaliação das atividades relacionadas com recursos humanos, material, patrimônio e serviços de apoio, bem como a fiscalização e orientação quanto à aplicação de normas e procedimentos;
CONSIDERANDO que a mesma Secretaria detém atribuições específicas de padronização e normatização de políticas e rotinas administrativas, bem como de dirigir e supervisionar atividades relacionadas à vida funcional dos servidores e à racionalização de procedimentos internos, o que a qualifica para coordenar a articulação entre Secretarias em matéria de diárias;
CONSIDERANDO que a alteração ou atualização de valores de diárias exige fundamentação técnica, seja para aplicação de índice oficial, seja para revisão com base em parâmetros de mercado, devendo a decisão administrativa ser instruída de modo suficiente e verificável;
DECRETA:
Art. 1º O art. 7º do Decreto Municipal nº 5.709, de 02 de janeiro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 7º Os valores das diárias de viagem para alimentação e hospedagem, e das faixas de enquadramento, estão definidos no Anexo I deste decreto, podendo ser atualizados, mediante aplicação de índice oficial apurado para o período, ou revistos, com base em valores praticados no mercado, mediante parecer técnico fundamentado da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. (NR)

Art. 2º As tabelas de valores do Anexo I do Decreto Municipal nº 5.709, de 02 de janeiro de 2018, passam a vigorar na forma do Anexo Único deste Decreto.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 4º Este decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 26 de fevereiro de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal

Anexo Único
(Art. 2º)

Anexo I – Tabelas de Valores de Diárias de Viagens

Tabela 1 – Diária Completa para Alimentação

Destinos		Faixa I	Faixa II
1	Brasília – DF	R$ 225,00	R$ 375,00
2	Demais capitais e municípios com população acima de 800 mil habitantes (conforme dados atualizados pelo IBGE)	R$ 195,00	R$ 300,00
3	Demais municípios do interior	R$ 120,00	R$ 180,00

Obs: Nos deslocamentos que se fizer necessário pernoite, será acrescentado o valor constante na Tabela 2, de acordo com o horário e período da viagem, localidade e faixa de enquadramento prevista na Tabela 3.

Tabela 2 – Diária para hospedagem (pernoite)

Destinos		Faixa I	Faixa II
1	Brasília – DF	R$ 375,00	R$ 450,00
2	Demais capitais e municípios com população acima de 800 mil habitantes (conforme dados atualizados pelo IBGE)	R$ 300,00	R$ 420,00
3	Demais municípios do interior	R$ 180,00	R$ 270,00

Tabela 3 – Enquadramento

FAIXA I	Servidores da Administração Pública Direta e Indireta (exceto os investidos no cargo ou função de "motorista") e Conselheiros Municipais
FAIXA II	Secretários Municipais, Procurador-Geral, Controlador-Geral, Presidente de Autarquia, Prefeito e Vice-Prefeito

Publicado por:
Larissa Bonfim Cecchini
Código Identificador:2D302852

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO MUNICIPAL Nº 6799

DECRETO MUNICIPAL Nº 6799

ALTERA A REDAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 5.709, DE 02 DE JANEIRO DE 2018, QUE DISPÕE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 4.477 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017, QUE TRATA DA CONCESSÃO DE DIÁRIAS E ADIANTAMENTO PARA VIAGENS, E ATUALIZA AS TABELAS DE VALORES DAS DIÁRIAS DE VIAGENS.

MARCELO DE MORAIS, Prefeito do Município de São Sebastião do Paraíso, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 5.709, de 02 de janeiro de 2018, disciplina a concessão e o pagamento de diárias aos agentes políticos, servidores públicos efetivos e contratados, e conselheiros que representem a Sociedade Civil em Conselhos Municipais, estabelecendo, inclusive, tabelas de valores constantes de seu anexo;
CONSIDERANDO a necessidade de atualização periódica dos valores das diárias, de modo a preservar sua adequação à realidade de mercado, garantindo suficiência para custeio de despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem decorrentes do serviço público;
CONSIDERANDO que a uniformização de procedimentos e valores relativos às diárias de viagem, constitui medida de padronização administrativa, com efeitos positivos sobre a impessoalidade, isonomia, transparência e controle do gasto público;
CONSIDERANDO que, nos termos do art. 15, da Lei Municipal nº 3.940, de 21 de janeiro de 2013, a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão é órgão de administração, planejamento e assessoramento ao Prefeito e demais órgãos, competindo-lhe o planejamento, coordenação, execução, controle e avaliação das atividades relacionadas com recursos humanos, material, patrimônio e serviços de apoio, bem como a fiscalização e orientação quanto à aplicação de normas e procedimentos;
CONSIDERANDO que a mesma Secretaria detém atribuições específicas de padronização e normatização de políticas e rotinas administrativas, bem como de dirigir e supervisionar atividades relacionadas à vida funcional dos servidores e à racionalização de procedimentos internos, o que a qualifica para coordenar a articulação entre Secretarias em matéria de diárias;
CONSIDERANDO que a alteração ou atualização de valores de diárias exige fundamentação técnica, seja para aplicação de índice oficial, seja para revisão com base em parâmetros de mercado, devendo a decisão administrativa ser instruída de modo suficiente e verificável;
DECRETA:
Art. 1º O art. 7º do Decreto Municipal nº 5.709, de 02 de janeiro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 7º Os valores das diárias de viagem para alimentação e hospedagem, e das faixas de enquadramento, estão definidos no

Anexo I deste decreto, podendo ser atualizados, mediante aplicação de índice oficial apurado para o período, ou revistos, com base em valores praticados no mercado, mediante parecer técnico fundamentado da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. (NR)

Art. 2º As tabelas de valores do Anexo I do Decreto Municipal nº 5.709, de 02 de janeiro de 2018, passam a vigorar na forma do Anexo Único deste Decreto.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 4º Este decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 26 de fevereiro de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal

Anexo Único
(Art. 2º)

Anexo I – Tabelas de Valores de Diárias de Viagens

Tabela 1 – Diária Completa para Alimentação

Destinos		Faixa I	Faixa II
1	Brasília – DF	R$ 225,00	R$ 375,00
2	Demais capitais e municípios com população acima de 800 mil habitantes (conforme dados atualizados pelo IBGE)	R$ 195,00	R$ 300,00
3	Demais municípios do interior	R$ 120,00	R$ 180,00

Obs: Nos deslocamentos que se fizer necessário pernoite, será acrescentado o valor constante na Tabela 2, de acordo com o horário e período da viagem, localidade e faixa de enquadramento prevista na Tabela 3.

Tabela 2 – Diária para hospedagem (pernoite)

Destinos		Faixa I	Faixa II
1	Brasília – DF	R$ 375,00	R$ 450,00
2	Demais capitais e municípios com população acima de 800 mil habitantes (conforme dados atualizados pelo IBGE)	R$ 300,00	R$ 420,00
3	Demais municípios do interior	R$ 180,00	R$ 270,00

Tabela 3 – Enquadramento

FAIXA I	Servidores da Administração Pública Direta e Indireta (exceto os investidos no cargo ou função de "motorista") e Conselheiros Municipais
FAIXA II	Secretários Municipais, Procurador-Geral, Controlador-Geral, Presidente de Autarquia, Prefeito e Vice-Prefeito

Publicado por:
Larissa Bonfim Cecchini
Código Identificador:3AFF0A58

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI MUNICIPAL DE Nº 5334

LEI MUNICIPAL DE Nº 5334
PROJETO DE LEI Nº 5812

"ALTERA A EMENTA E O ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.865, DE 27 DE ABRIL DE 2022, QUE DENOMINOU A UNIDADE ESCOLAR CONSTRUÍDA NO BAIRRO BELVEDERE COMO "ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR MARCIO AURÉLIO DE CARVALHO".

MARCELO DE MORAIS, Prefeito do Município de São Sebastião do Paraíso, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:
Art. 1º A ementa e o art. 1º da Lei Municipal nº 4.865, de 27 de abril de 2022, passam a vigorar com a seguinte redação:
"Denomina o Centro Municipal de Educação Infantil localizado no Bairro Belvedere de 'Centro Municipal de Educação Infantil Professor Márcio Aurélio de Carvalho."
…….

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a denominar o Centro Municipal de Educação Infantil localizado no Bairro Belvedere de "CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSOR MÁRCIO AURÉLIO DE CARVALHO".
Art. 2º Está lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 24 de fevereiro de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Bonfim Cecchini
Código Identificador:69F14FB5

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI MUNICIPAL Nº 5327

LEI MUNICIPAL Nº 5327
PROJETO DE LEI Nº 5818

"ACRESCENTA O ART 23-B A LEI MUNICIPAL Nº 5125, DE 04 DE ABRIL DE 2024, QUE ALTERA, REVOGA E DÁ NOVA REDAÇÃO A DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL N. 2987/2002, PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MARCELO DE MORAIS, Prefeito do Município de São Sebastião do Paraíso, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:
Art. 1º A lei municipal nº 5.125, de 04 de abril de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 23-B. Os servidores públicos que anteriormente ocupavam os cargos de Coletor de Lixo e de Auxiliar de Serviços Gerais e foram transformados no cargo de Agente de Obras e Serviços Públicos, bem como os servidores que ocupavam o cargo de Mestre de Obras e foram transformados no cargo de Encarregado de Obras, por meio desta Lei, têm seu tempo de serviço prestado nos cargos anteriores reconhecido como de efetivo exercício para fins de promoção nos novos cargos, desde que preencham os requisitos legais, conforme previsto no artigo 30 da Lei Municipal 2.987/2002.
Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 24 de fevereiro de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Bonfim Cecchini
Código Identificador:CC7864A6

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI MUNICIPAL Nº 5328

LEI MUNICIPAL Nº 5328
PROJETO DE LEI Nº 5816

"AUTORIZA A DOAÇÃO DE VEÍCULO A APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCELO DE MORAIS, Prefeito do Município de São Sebastião do Paraíso, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:
Art. 1º Fica o Município de São Sebastião do Paraíso autorizado, nos termos do art. 141, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, e do art. 76, inc. II, alínea "a", da Lei nº 14.133/21, a doar à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Sebastião do Paraíso, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº

19.098.326/0001-21, com sede na Rua Glete, nº 135, Vila Santa Maria, neste Município, o veículo Mercedes-Benz 415 – Sprinter Minibus, com capacidade para 13 (treze) lugares, tipo van, placa QXD-6881, ano 2019, cor branca, movido a diesel, chassi nº 8AC906633KE170211, registrado no patrimônio municipal sob nº 23.384, avaliado em R$ 186.748,00 (cento e oitenta e seis mil, setecentos e quarenta e oito reais), conforme Tabela FIPE de Janeiro de 2026.

Art. 2º A partir da vigência desta lei e do respectivo Termo de Doação à APAE, a mesma fluirá plenamente do uso do veículo e responderá por todos os encargos, despesas, responsabilidades civis, criminais, administrativas e tributárias que venham a incidir sobre o veículo doado.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a dar baixa no Cadastro do Patrimônio e na Contabilidade, dos valores contábeis correspondentes ao bem relacionado nesta Lei, após a formalização do respectivo Termo de Doação.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei não onerarão os cofres públicos Municipais, ficando à Entidade a obrigatoriedade de arcar com despesas que venham incidir sobre a transferência.

Art. 5º O bem móvel mencionado no art. 1º, tem finalidade de interesse social e destina-se ao atendimento dos objetivos sociais da Donatária, e será reintegrado ao Patrimônio Público Municipal, diante das seguintes circunstâncias:

I - se a donatária, enquanto estiver na posse do bem móvel doado, utilizá-lo para outro fim que não seja o previsto neste artigo; e

II - se efetivada a transferência do bem móvel a terceiros, ou gravame de hipoteca ou outro ônus, sem a expressa autorização do Poder Executivo Municipal, devendo este considerar a oportunidade e a conveniência da transferência.

Art.6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as demais disposições em contrário, em especial, a alínea "c" e o § 3º do art. 2º, da Lei Municipal nº 3.526, de 13 de março de 2009.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 24 de fevereiro de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Bonfim Cecchini
Código Identificador:169DCECE

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI MUNICIPAL Nº 5329

LEI MUNICIPAL Nº 5329
PROJETO DE LEI Nº 5786

"DENOMINA O CAMPO DE FUTEBOL DO CENTRO SOCIAL URBANO I COMO "ANTONIO CARLOS ÂNGELO ALVES".

A Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, no uso de suas atribuições legais, aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a denominar o campo de futebol do Centro Social Urbano I como "Antônio Carlos Ângelo Alves", em homenagem póstuma à memória de um paraisense que foi atleta profissional e amador de futebol, dedicando grande parte de sua vida a essa modalidade em nossa cidade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 24 de fevereiro de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Bonfim Cecchini
Código Identificador:65DB0B99

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI MUNICIPAL Nº 5330

LEI MUNICIPAL Nº 5330
PROJETO DE LEI Nº 5798

"DENOMINA O ESPAÇO DE ATIVIDADES AQUÁTICAS DO CENTRO SOCIAL URBANO I COMO 'PARQUE AQUÁTICO VINÍCIUS FERNANDES DE OLIVEIRA'."

A Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, no uso de suas atribuições legais, aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominado "Parque Aquático Vinícius Fernandes de Oliveira" o espaço destinado às atividades aquáticas existente dentro do Centro Social Urbano I, localizado na Avenida Oliveira Rezende, no Município de São Sebastião do Paraíso.

Art. 2º A denominação ora instituída é uma homenagem póstuma ao jovem Vinícius Fernandes Oliveira, esportista e nadador paraisense que, com seu talento, disciplina e dedicação, destacou-se em diversas competições, levando com orgulho o nome de São Sebastião do Paraíso para além das fronteiras do município.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a providenciar a instalação de placa indicativa no local, contendo a nova denominação e breve menção à homenagem prestada.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 24 de fevereiro de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Bonfim Cecchini
Código Identificador:0C085A9B

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI MUNICIPAL Nº 5331

LEI MUNICIPAL Nº 5331
PROJETO DE LEI Nº 5803

"DENOMINA UMA VIA PÚBLICA AINDA SEM DENOMINAÇÃO DE RUA JOSÉ AMERICO DE OLIVEIRA".

A Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso no uso de suas atribuições legais aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a denominar uma via pública ainda sem denominação de Rua José Américo de Oliveira, em homenagem póstuma à sua saudosa pessoa.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, entrará esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 24 de fevereiro de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Bonfim Cecchini
Código Identificador:C4C439B4

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI MUNICIPAL Nº 5332

LEI MUNICIPAL Nº 5332
PROJETO DE LEI Nº 5804

"DENOMINA UMA VIA PÚBLICA AINDA SEM DENOMINAÇÃO DE RUA JOSÉ SILVEIRA DO NASCIMENTO".

A Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso no uso de suas atribuições legais aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a denominar uma via pública ainda sem denominação de Rua José Silveira do Nascimento, em homenagem póstuma à sua saudosa pessoa.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, entrará esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 24 de fevereiro de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Bonfim Cecchini
Código Identificador:D7090050

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI MUNICIPAL Nº 5333

LEI MUNICIPAL Nº 5333
PROJETO DE LEI Nº 5809

"DENOMINA UMA VIA PÚBLICA AINDA SEM DENOMINAÇÃO DE RUA PALHAÇO HOSPITALAR EMERSON DONIZETE DE CARVALHO".

A Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso no uso de suas atribuições legais aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a denominar uma via pública ainda sem denominação de Rua Palhaço Hospitalar Emerson Donizete de Carvalho, em homenagem póstuma à sua saudosa pessoa.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, entrará esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 24 de fevereiro de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Bonfim Cecchini
Código Identificador:09F13469

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EDITAL RESUMIDO PREGÃO 006/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG. Processo nº 1722/2026, Registro de preço, modalidade Pregão nº 006/2026, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO. Critério de Julgamento: POR ITEM. Objeto: Registro de preços objetivando o fornecimento de brinquedos pedagógicos destinados à manutenção das atividades das unidades da educação infantil e ensino fundamental que integram a Secretaria Municipal de Educação, com entrega parcelada de acordo com as necessidades, por um período de 12 (doze) meses, com itens exclusivos para ME, EPP e MEI, e itens de livre participação com cota reservada. As propostas serão recebidas até o dia 25/03/2026 e o horário para início da sessão será às 08:00 hs do mesmo dia. O edital completo e as demais informações relativas a presente licitação encontram-se a disposição no site: http://ammlicita.org.br;
http://transparencia.ssparaiso.mg.gov.br/licitacoes;
https://www.gov.br/pncp/pt-br, e na Prefeitura Municipal, Gerência de Compras e Licitações, na Praça dos Imigrantes, nº 100, Lagoinha, nesta cidade, fone (0xx35) 3539-7000 ou fone (0xx35) 3539-7015, diariamente das 08:30 às 16:30 hs, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos. São Sebastião do Paraíso – MG, 27 de fevereiro de 2026.

FERNANDA CRISTINA PEREIRA –
Pregoeira.

Publicado por:
Fernanda Cristina Pereira
Código Identificador:3D0B1019

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EDITAL RESUMIDO PREGÃO 014/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG. Processo nº 2524/2026, Registro de preço, modalidade Pregão nº 014/2026, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO. Critério de Julgamento: POR ITEM. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de organização de corridas, com o objetivo de promover a saúde, o esporte e o lazer para a população, atendendo às demandas da Prefeitura de São Sebastião do Paraíso - MG. A execução dos serviços será realizada por um período de 12 (doze) meses, conforme as necessidades e o cronograma de eventos estabelecido. As propostas serão recebidas até o dia 20/03/2026 e o horário para início da sessão será às 10:00 hs do mesmo dia. O edital completo e as demais informações relativas a presente licitação encontram-se a disposição no site: http://ammlicita.org.br; http://transparencia.ssparaiso.mg.gov.br/licitacoes;
https://www.gov.br/pncp/pt-br, e na Prefeitura Municipal, Gerência de Compras e Licitações, na Praça dos Imigrantes, nº 100, Lagoinha, nesta cidade, fone (0xx35) 3539-7000 ou fone (0xx35) 3539-7015, diariamente das 08:30 às 16:30 hs, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos. São Sebastião do Paraíso – MG, 27 de fevereiro de 2026.

FERNANDA CRISTINA PEREIRA –
Pregoeira.

Publicado por:
Fernanda Cristina Pereira
Código Identificador:88E88C3A

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EDITAL RESUMIDO PREGÃO 016/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG. Processo nº 2681/2026, Registro de preço, modalidade Pregão nº 016/2026, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO. Critério de Julgamento: POR ITEM. Objeto: Registro de preços para escolha mais vantajosa de fornecedores de hortifrutigranjeiros (folhas) e demais gêneros alimentícios, incluindo carne bovina, destinados a confecção de refeições na cantina do pátio municipal e pacientes da Secretaria da Saúde, por um período de 12 meses. As propostas serão recebidas até o dia 23/03/2026 e o horário para início da sessão será às 09:00 hs do mesmo dia. O edital completo e as demais informações relativas a presente licitação encontram-se a disposição no site: http://ammlicita.org.br;
http://transparencia.ssparaiso.mg.gov.br/licitacoes;
https://www.gov.br/pncp/pt-br, e na Prefeitura Municipal, Gerência de Compras e Licitações, na Praça dos Imigrantes, nº 100, Lagoinha, nesta cidade, fone (0xx35) 3539-7000 ou fone (0xx35) 3539-7015, diariamente das 08:30 às 16:30 hs, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos. São Sebastião do Paraíso – MG, 27 de fevereiro de 2026.

FERNANDA CRISTINA PEREIRA –
Pregoeira.

Publicado por:
Fernanda Cristina Pereira
Código Identificador:9E264B31

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SEM PEIXE

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO PRC 030/2026

EXTRATO DE CONTRATO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE – Processo Inexigibilidade Nº 005/2026. Objeto: Contratação de serviços de shows artísticos dos cantores Falcão e Vardel e Banda para se apresentarem no dia 09 de maio de 2026, na festividade Municipal, **REPIQUE DA VIOLA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA**, sociedade civil inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 32.449.402/0001-64, com sede na Rua Agripino Grieco, nº 125, Tupi B, Belo Horizonte - Minas Gerais, CEP: 31.844-120, que apresentou proposta no valor de R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).
Sem Peixe, 27 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Andreza Cris Alves da Silva
Código Identificador:E0FD13C9

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DO PRC 029/2026

EXTRATO DA ATA/ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA 014/2026

A Prefeitura Municipal de Sem Peixe torna público o resumo da Ata do processo de Dispensa nº 014/2026. Objeto: Aquisição de produtos de higiene pessoal, para atender as demandas do CMEI - (Centro Municipal de Educação Infantil Olendina Miranda Paiva), conforme solicitação do Departamento Municipal de Educação. Contratado: **DROGATEO LTDA,** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 10.686.719/0001-81**,** com sede na Rua Francisco Repoles Gomes, nº 49, Centro, Sem Peixe/MG, Cep: 35441-000, apresentou proposta no valor total de R$ 22.083,95 (vinte e dois mil e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos).
Sem Peixe, 27 de fevereiro de 2026.

O CHEFE DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SEM PEIXE resolve adjudicar o objeto e homologar o processo conduzido pela Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Sem Peixe e respectiva Equipe de Apoio onde foi declarada as propostas vencedoras do Processo n° 029/2026, Dispensa 014/2026. Aquisição de produtos de higiene pessoal, para atender as demandas do CMEI - (Centro Municipal de Educação Infantil Olendina Miranda Paiva), conforme solicitação do Departamento Municipal de Educação, especificações e condições descritas no processo administrativo de contratação e autoriza a formalização da contratação direta nos termos do inciso II do Art.75 da Lei 14.133/2021, da empresa: **DROGATEO LTDA,** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 10.686.719/0001-81**,** com sede na Rua Francisco Repoles Gomes, nº 49, Centro, Sem Peixe/MG, Cep: 35441-000, apresentou proposta no valor total de R$ 22.083,95 (vinte e dois mil e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos). Sem Peixe, 27 de fevereiro de 2026.

EXTRATO DE CONTRATO DA DISPENSA 014/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE – Processo Licitatório 029/2026, Dispensa Nº 014/2026, Contrato: 026/2026. Objeto: Aquisição de produtos de higiene pessoal, para atender as demandas do CMEI - (Centro Municipal de Educação Infantil Olendina Miranda Paiva), conforme solicitação do Departamento Municipal de Educação, especificações e condições descritas no processo administrativo de contratação, parte integrante deste instrumento como se nele estivesse transcrito, nos termos do inciso II do Art.75 da Lei 14.133/2021. Contratado: **DROGATEO LTDA,** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 10.686.719/0001-81**,** com sede na Rua Francisco Repoles Gomes, nº 49, Centro, Sem Peixe/MG, Cep: 35441-000, apresentou proposta no valor total de R$ 22.083,95 (vinte e dois mil e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos). Sem Peixe, 27 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Andreza Cris Alves da Silva
Código Identificador:606B212C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SENADOR CORTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CORTES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2026 DISPENSA PRESENCIAL Nº 009/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
REPUBLICAÇÃO
DISPENSA PRESENCIAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2026
DISPENSA PRESENCIAL Nº 009/2026

A Prefeitura Municipal de Senador Cortes – MG, está **REPUBLICANDO** o processo acima descrito, tipo menor global, nos termos do Art. 75, inciso I, c/c § 3º, da Lei nº 14.133/21, e, manifesta interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO PARA RETIRADA DE CLÁUSULA SUSPENSIVA AO CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS N.03/2025/AGEVAP OBJETO: CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE REDE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA SEDE DE SENADOR CORTES -MG, JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.** *Recebimento das Propostas e Documentação: até o dia 09/03/2026 às 16:00 hs. Início da sessão pública de análise das propostas e documentação, às 16:01 hs do dia 09/03/2026.* Informações: Tel.: (32) 3490-0700. Íntegra do Aviso de Contratação: o Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados na Sede da Prefeitura, localizada na Avenida Antônio de Souza Rabelo, nº 179, Centro, Senador Cortes – MG. CEP: 36.650-000, ou pelo endereço eletrônico www.senadorcortes.mg.gov.br, ou pelo e-mail: licitacao@senadorcortes.mg.gov.br. Senador Cortes – MG, 27/02/2026.

JOSÉ LUIS GARCIA FERNANDEZ.
Agente de Contratação.

Publicado por:
José Luiz Garcia Fernandez
Código Identificador:EF9070D2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRA AZUL DE MINAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DO SETIMO TERMO ADITIVO
CONTRATO: Nº 010/2022
PAL: 007/2022
PREGÃO PRESENCIAL: 002/2022
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA AZUL DE MINAS – MG
CONTRATADA: JOSILENE MARÇAL SILVA
OBJETO CONTRATUAL: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA GESTÃO DOCUMENTAL, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO, INSPEÇÃO, ORGANIZAÇÃO, GERENCIAMENTO E CUSTÓDIA DE DOCUMENTOS (ARMAZENAMENTO FÍSICO)
OBJETO DO TERMO ADITIVO: REAJUSTE CONTRATUAL.
VALOR DO REAJUSTE: R$ 127,91 (CENTO E VINTE E SETE REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS)
ASSINATURA: 10/02/2026

LEONARDO ELEOTERIO CANDIDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cassia Cristina Costa França Pacheco
Código Identificador:105474B0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRANIA

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA – Extrato de Autorização e Ratificação. Dispensa de licitação n° 12/2026. Processo nº. 21/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de máquina tipo esteira, com operador/motorista, destinada a atender as demandas do Departamento de Infraestrutura e Serviços Públicos.. A Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 72, VIII da Lei nº 14.133/21 torna público que autorizou a contratação e ratificou o procedimento de acordo com art. 75, inciso II, combinado com o seu § 3º da Lei nº 14.133/21. Empresa vencedora: Otavio Henrique Rodrigues Bastos, CNPJ nº 34.324.433/0001-14. Valor: R$ 22.230,00. Serrania, 27 de fevereiro de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO.
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:30E4E342

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA/MG. Extrato de homologação. Dispensa de licitação n.º 12/2026. Processo nº. 21/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de máquina tipo esteira, com operador/motorista, destinada a atender as demandas do Departamento de Infraestrutura e Serviços Públicos. A Prefeita Municipal de Serrania/MG, no uso de suas atribuições legais, torna pública a homologação do procedimento e adjudica o objeto a empresa Otavio Henrique Rodrigues Bastos, CNPJ nº 34.324.433/0001-14 Valor: R$ 22.320,00. Serrania, 27 de fevereiro de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:36ACF62C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A FORMALIZAÇÃO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 131/2024, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0184/2023, MODALIDADE CONCORRÊNCIA 005/2023

Objeto: Aditivo para alteração da **Cláusula Primeira**, **inciso I e Cláusula Quinta, item 5.1 do Contrato** cujo objeto é a Contratação de empresa para a execução da obra de requalificação arquitetônica do Clube Iviturui - Implantação do Centro Cultural e Centro Administrativo, nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais anexos.**Contratada:** MINAS CONSTRUÇÕES E RESTAURAÇÕES LTDA – CNPJ: 05.047.662/0001-30; **Valor total:** Passará de R$ 5.902.517,7500 *(cinco milhões e novecentos e dois mil e quinhentos dezessete reais e setenta e cinco centavos)* para R$ 6.251.226,7800 *(seis milhões, duzentos e cinquenta e um mil, duzentos e vinte e seis reais e setenta e oito centavos)*;

Publicado por:
Lady Natalie Machado Nunes Rocha
Código Identificador:6F1A9363

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TAPIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE CONTRATO 21/2026 – PROCESSO 016/2026 – INEXIGIBILIDADE 05.005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA/MG
EXTRATO DE CONTRATO 21/2026 – PROCESSO 016/2026 – INEXIGIBILIDADE 05.005/2026. O MUNICÍPIO DE TAPIRA E RAFA & LORENZO PRODUÇÃO MUSICAL S/A, (CNPJ: 52.115.091/0001-04). Objeto: Contratação da empresa RAFA & LORENZO PRODUÇÃO MUSICAL S/A, para a realização de show artístico da dupla Rafa e Lorenzo, no dia 27 de fevereiro de 2026, no evento de comemoração dos 63 anos do município de Tapira/MG, conforme as condições, especificações e parâmetros constantes do Termo de Referência. VALOR: 98.000,00 (noventa e oito mil reais).

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES –
Prefeita Municipal – 27/02/2026.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:0BF9C6F2

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE CONTRATO 22/2026 – PROCESSO 017/2026 – INEXIGIBILIDADE 05.006/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA/MG
EXTRATO DE CONTRATO 22/2026 – PROCESSO 017/2026 – INEXIGIBILIDADE 05.006/2026. O MUNICÍPIO DE TAPIRA E LOURENÇO E LOURIVAL PRODUÇÕES E PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, (CNPJ: 52.782.076/0001-10). Objeto: Contratação da empresa LOURENÇO E LOURIVAL PRODUÇÕES E PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, para a realização de show artístico da dupla Lourenço e Lourival, no dia 28 de fevereiro de 2026, no evento de comemoração dos 63 anos do município de Tapira/MG, conforme as condições, especificações e parâmetros constantes do Termo de Referência. VALOR: 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES
Prefeita Municipal – 27/02/2026.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:FB2EBCFE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE CONTRATO 23/2026 – PROCESSO 018/2026 – INEXIGIBILIDADE 05.007/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA/MG
EXTRATO DE CONTRATO 23/2026 – PROCESSO 018/2026 – INEXIGIBILIDADE 05.007/2026. O MUNICÍPIO DE TAPIRA E US AGROBOY LTDA (CNPJ: 46.348.950/0001-02). Objeto: Contratação da empresa US AGROBOY LTDA, para a realização de show artístico da dupla Us Agroboy, no dia 28 de fevereiro de 2026, no evento de comemoração dos 63 anos do município de Tapira/MG, conforme as condições, especificações e parâmetros constantes do Termo de Referência. VALOR: 200.000,00 (duzentos mil reais).

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES –
Prefeita Municipal – 27/02/2026.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:75931E90

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE CONTRATO 36/2026 – PROCESSO 23/2026 – DISPENSA 04.08/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA/MG
EXTRATO DE CONTRATO 36/2026 – PROCESSO 23/2026 – DISPENSA 04.08/2026. O MUNICÍPIO DE TAPIRA E PNEUS ARAXA (CNPJ: 16.905.622/0001-07). Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de pneus e prestação de serviços de troca e adequação de rodagem, em caráter emergencial para instalação em veículos coletivos da Administração de uso diário e frequente. VALOR: 37.158,00 (trinta e sete mil e cento e cinquenta e oito reais).

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES –
Prefeita Municipal – 27/02/2026.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:F5F85345

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TEÓFILO OTONI

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO N° 015/2026
PMTO/SMS/NGS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: Repasse de recursos financeiros, previstos em **RESOLUÇÃO SES/MG Nº 10.816, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025**, que define regras para financiamento e execução do projeto em saúde para o Cuidado Especializado Indígena da população Maxakali (Tikmũ'ũn), pelo Centro Estadual de Atenção Especializada (CEAE) de Teófilo Otoni, no âmbito da Atenção Ambulatorial Especializada do SUS/MG, visando a aquisição de equipamentos. Contratado: Consorcio Intermunicipal de Saúde Entre os Vales do Mucuri e Jequitinhonha, CNES 3464334. Referência: Termo de Convênio n° 015/2026; plano de trabalho fornecido pelo beneficiário; Fonte de recurso: Ficha: 980 Fonte: 1621. Valor: **R$ 95.408,00 (noventa e cinco mil, quatrocentos e oito reais)**. Da Vigência: 12 meses. Data da Assinatura do termo: 06/01/2025.

Publicado por:
Emerson Gomes Campos
Código Identificador:CDF325F1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA REUNIÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO RELATIVOS AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 007/2026 – CREDENCIAMENTO – Nº. 001/2026

Ao vigésimo sétimo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis às 14:45 (quatorze horas e quarenta e cinco minutos), no edifício sede da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, reuniu-se a Agente de Contratação e Equipe de Apoio abaixo assinados, para proceder aos trabalhos relativos ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 007/2026 – CREDENCIAMENTO Nº. 001/2026**, que tem como objeto o **"CREDENCIAMENTO EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MULTIDICIPLINARES VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO NO NÚCLEO DE ACOLHIMENTO AO NEURODIVERGENTE-NAN, CONFORME DEMANDA DA REDE SUS DO MUNICÍPÍO DE TEÓFILO OTONI-MG".** Aberta a sessão, verificou que foi protocolado via e-mail à documentação da seguinte empresa: SC FARIAS PSICOLOGIA –CNPJ Nº 63.139.689/0001-50, do dia 27/02/2026 às 14:45. Após detida análise foi julgada e **HABILITADA** à empresa: SC FARIAS PSICOLOGIA –CNPJ Nº 63.139.689/0001-50, por cumprir todas as exigências do edital. Em obediência ao item 4.3 do instrumento convocatório, fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recurso quanto o credenciamento ou não credenciamento, que começa a contar do próximo dia útil da publicação desta decisão no Portal AMM/MG ou no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP e/ou Diário Oficial do Município. Não tendo nada mais a tratar, encerramos a sessão às 15h:30 min. (quinze horas e trinta minutos) e lavramos a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada pelos presentes.

ISABELA FERRAZ OLIVEIRA COSTA
Agente de Contratação

OLAVO AZEVEDO
Servidor Público
Credenciamentos

Publicado por:
Olavo Azevedo
Código Identificador:DC26440E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2026 - **Órgão Gerenciador**: Município de Teófilo Otoni/MG. **Fornecedores: BENTO GOMES NEVES - PLACAS LUMINOSAS YPIRANGA,** totalizando R$ 5.596.263,00; **FERRAZ ENGENHARIA LTDA,** totalizando R$ 5.479.950,00. **Data**: 24/02/2026. **Vigência**: 12 meses. **Referência**: Pregão Eletrônico nº 066/2025. **Objeto**: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de serralheria e execução de fabricação e montagem de estrutura metálica e cobertura para atender as demandas do Município de Teófilo Otoni-MG. Teófilo Otoni, 27/02/2026.

BRENER FERRAZ GASPAR
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:FD6DB559

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026 - **Órgão Gerenciador**: Município de Teófilo Otoni/MG. **Fornecedores: ABBA FORRO PVC LTDA**, totalizando R$ 533.000,00; **JM GESSO LTDA**, totalizando R$ 1.126.000,00 e **VM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME**, totalizando R$ 1.376.357,50. **Data**: 26/02/2026. **Vigência**: 12 meses. **Referência**: Pregão Eletrônico nº 072/2025. **Objeto**: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de montagem e desmontagem de divisórias para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni-MG. Teófilo Otoni, 27/02/2026.

BRENER FERRAZ GASPAR
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:92297CFF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026 - **Órgão Gerenciador**: Município de Teófilo Otoni/MG. **Fornecedor: FRANCIELLE EDINAVONEDE CHAVES COSTA MIRANDA**, totalizando R$ 512.500,00. **Data**: 27/02/2026. **Vigência**: 12 meses. **Referência**: Pregão Eletrônico nº 064/2025. **Objeto**: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento continuo de refeições prontas do tipo marmitex, para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Teófilo Otoni-MG. Teófilo Otoni, 27/02/2026.

BRENER FERRAZ GASPAR
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:3F4CB327

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 064/2025

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 064/2025 - Data da Sessão: 19/02/2026, 8h30min. Objeto: **Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento continuo de refeições prontas do tipo marmitex, para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Teófilo Otoni-MG**. **Empresas Vencedoras**: **FRANCIELLE EDINAVONEDE CHAVES COSTA MIRANDA** foi considerada vencedora do item demonstrado no Relatório de Lances anexo ao processo, totalizando R$ 512.500,00. Teófilo Otoni/MG, 27/02/2026.

BRENER FERRAZ GASPAR -
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:121A6983

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO para repasse às Organizações de Sociedade Civil – Entidades Educacionais, credenciadas e autorizadas para atendimento de crianças de 0 a 3 anos, em tempo integral na oferta de Educação Infantil – Creche, com recursos do FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica. Ano de Referência: 2026, conforme entidades abaixo discriminadas:

PARCERIA Nº 03 - Município Parceiro: Teófilo Otoni/MG – Entidade Parceira: AMCA – APOIO A MULHER A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE –CNPJ nº 26.218.065/0001-00 - Valor R$ 2.505.849,48 (Dois milhões, quinhentos e cinco mil, oitocentos e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos), em doze parcelas no valor de R$ 208.820,79 (duzentos e oito mil, oitocentos e vinte reais e setenta e nove centavos),

PARCERIA Nº 07 - Município Parceiro: Teófilo Otoni/MG – Entidade Parceira: INSTITUTO CANTINHO DA SOLIDARIEDADE – CNPJ nº 05.265.884/0001-20 – Valor: R$814.910,40 (Oitocentos e quatorze mil, novecentos e dez e reais e quarenta centavos), em doze parcelas no valor de R$ 67.909,20 (Sessenta e sete mil, novecentos e nove reais e vinte centavos),

PARCERIA Nº 09 - Município Parceiro: Teófilo Otoni/MG – Entidade Parceira: LAR DA CRIANÇA – CNPJ nº 20.836.508/0001-31-Valor: R$1.813.175,64 (Um milhão, oitocentos e treze mil, cento e setenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos),em doze parcelas no valor de R$ 151.097,97 (Cento e cinquenta e um mil, noventa e sete reais e noventa e sete centavos),

PARCERIA Nº 02 - Município Parceiro: Teófilo Otoni/MG – Entidade Parceira: ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS E MORADORES DO DISTRITO DE TOPÁZIO – CNPJ nº 22.057.525/0001-04- Valor: R$ 682.487,46 (Seiscentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e quarenta e seis centavos), em doze parcelas no valor de R$ 56.873,96 (Cinquenta e seis mil, oitocentos e setenta e três reais e noventa e seis centavos),

PARCERIA Nº 10 - Município Parceiro: Teófilo Otoni/MG – Entidade Parceira: NINHO – CENTRO DE ACOLHIMENTO E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CNPJ nº 22.057.632/0001-24 – Valor: R$1.813.175,64 (Um milhão, oitocentos e três mil, cento e setenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), em doze parcelas no valor de R$ 120.538,83 (Cento e vinte mil, quinhentos e trinta e oito reais e oitenta e três centavos),

PARCERIA Nº 05 - Município Parceiro: Teófilo Otoni/MG – Entidade Parceira: CENTRO COMUNITÁRIO ESTRELA DA ESPERANÇA - CNPJ nº 22.695.589/0001-22 - Valor R$ 1.303.856,64 (Um milhão, trezentos e trinta mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), em doze parcelas no valor de R$ 108.654,72 (Cento e oito mil, seiscentose cinquenta e quatro reais e sessenta e dois centavos),

PARCERIA Nº 06 - Município Parceiro: Teófilo Otoni/MG – Entidade Parceira: CESPROCTO – CENTRO SOCIAL PROFISSIONALIZANTE E CULTURAL DE TEOFILO OTONI – CNPJ nº 26.217.679/0001-69 – Valor R$ 621.369,18 (Seiscentos e vinte e um mil, trezentos e sessenta e nove reais e dezoito centavos), em doze parcelas no valor de R$ 51.780,77 (Cinquenta e um mil, setecentos e oitenta reais e setenta e sete centavos),

PARCERIA Nº 08 - Município Parceiro: Teófilo Otoni/MG – Entidade Parceira: FRATERNIDADE ESPÍRITA JOAQUIM PORTUGAL- CNPJ nº 25.116.906/0001-05 - Valor R$ 509.319,00 (Quinhentos e nove mil, trezentos e dezenove reais), em doze parcelas no valor de R$ 42.443,25 (Quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos),

PARCERIA Nº 01 - Município Parceiro: Teófilo Otoni/MG – Entidade Parceira: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BELA VISTA – CNPJ nº 26.218.222/0001-79 - Valor R$ 682.487,46 (Seiscentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e quarenta e seis centavos), em doze parcelas no Valor de R$ 55.288,56 (Cinquenta e cinco mil, duzentos e oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos),

PARCERIA Nº 19 - Município Parceiro: Teófilo Otoni/MG – Entidade Parceira: INSTITUTO EDUCACIONAL RAIO DE LUZ – CNPJ nº 22.701.858/0001-16 – Valor R$1.008.451,62 (Um milhão e oito mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e sessenta e dois centavos), em doze parcelas no valor de R$ 84.037,64 (Oitocentos e quatro mil, trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO para repasse às Organizações de Sociedade Civil – Entidades Educacionais, credenciadas e autorizadas para atendimento de crianças de 4 e 5 anos, em tempo integral na oferta de Educação Infantil – Creche, Ano de Referência: 2026, conforme entidades abaixo discriminadas:

PARCERIA Nº 05 - Município Parceiro: Teófilo Otoni/MG – Entidade Parceira: AMCA – APOIO A MULHER A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE –CNPJ nº 26.218.065/0001-00 - Valor R$ R$ 797.530,69 (setecentos e noventa e sete mil, quinhentos e trinta reais e sessenta e nove centavos), em doze parcelas no valor de R$ 66.460,89 (Sessenta e seis mil e quatrocentos e sessenta reais e oitenta e nove centavos),

PARCERIA Nº 07 - Município Parceiro: Teófilo Otoni/MG – Entidade Parceira: INSTITUTO CANTINHO DA SOLIDARIEDADE – CNPJ nº 05.265.884/0001-20 – Valor R$ 210.668,48 (Duzentos e dez mil, seiscentos e sessenta e oito reais e quanrenta e oito centavos), em doze parcelas no valor de R$ 17.555,71(Dezessete mil, quinquentos e cinquenta e cinco reais e setenta e um centavos),

PARCERIA Nº 17 - Município Parceiro: Teófilo Otoni/MG – Entidade Parceira: LAR DA CRIANÇA – CNPJ nº 20.836.508/0001-31 - Valor R$ 361.145,97 (Trezentos e sessenta e um mil, cento e quarenta e cinco reais e noventa e sete centavos), em doze parcelas no valor de R$ 30.095,50 (Trinta mil e noventa e cinco reais e cinquenta centavos),

PARCERIA Nº 12 - Município Parceiro: Teófilo Otoni/MG – Entidade Parceira: ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS E MORADORES DO DISTRITO DE TOPÁZIO – CNPJ nº 22.057.525/0001-04 – Valor R$ 110.350,16 (Cento e dez mil, trezentos e cinquenta reais e dezesseis centavos), em doze parcelas no valor de R$ 9.195,85(Nove mil, cento e noventa e cinco reais e oitenta e cinco centavos),

PARCERIA Nº 18 - Município Parceiro: Teófilo Otoni/MG – Entidade Parceira: NINHO – CENTRO DE ACOLHIMENTO E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CNPJ nº 22.057.632/0001-24 – Valor R$ 451.432,47 (Quatrocentos e cinquenta e um mil, e quatrocentos e trinta e dois reais e quarenta e sete centavos), em doze parcelas no valor de R$ 37.619,37(Trinta e sete mil, seissentos e dezenove reais e trinta e sete centavos),

PARCERIA Nº 05 - Município Parceiro: Teófilo Otoni/MG – Entidade Parceira: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BELA VISTA – CNPJ nº 26.218.222/0001-79 - Valor R$ 366.161,89 (Trezentos e sessenta e seis mil e cento e sessenta e um reais e oitenta e nove centavos) em doze parcelas no valor de R$ 30.513,49 (Trinta mil, quinhentos e treze reais e quarenta e nove centavos),

PARCERIA Nº 20 - Município Parceiro: Teófilo Otoni/MG – Entidade Parceira: INSTITUTO EDUCACIONAL RAIO DE LUZ – CNPJ nº 22.701.858/0001-16 – Valor R$ 220.700,32 (Duzentos e vinte mil, setecentos reais e trinta e dois centavos), em doze parcelas no valor de R$ 18.391,69 (Dezoito mil, trezentos e noventa e um reais e sessenta e nove centavos).

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:19F42B7A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 130/2022

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 130/2022 - **Contratante**: Município de Teófilo Otoni/MG. **Contratada**: **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA,** CNPJ nº 05.340.639/0001-30. **Referência:** Processo Licitatório nº 152/2022, Pregão Eletrônico nº 085/2022. **Do Objeto**: O presente Termo Aditivo tem como objeto **aditamento de prazo** ao Contrato nº 130/2022. **Do Prazo:** O prazo de vigência do Contrato n°130/2022 fica prorrogado por 12 (doze) meses contados a partir de 08 de fevereiro de 2026 findando em 07 de fevereiro de 2027, O valor do Contrato nº 130/2022 é R$ 6.925.500,00 (seis milhões novecentos e vinte e cinco mil quinhentos reais). **Data da Assinatura**: 06/02/2026. Teófilo Otoni/MG, 27 de fevereiro de 2026.

BRENER FERRAZ GASPAR -
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:8D4A6DA9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS CORAÇÕES

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. AVISO DE REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 006/2026.

Prefeitura Municipal de Três Corações. Aviso de republicação do edital do pregão eletrônico: n.º 006/2026. Processo n.° 001/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de produção e transmissão audiovisual, abrangendo a criação de vídeos institucionais, transmissões ao vivo de eventos oficiais, gravações em estúdio, podcasts, registro por drones, edição profissional, sonorização, legendagem e inserção de vinhetas. O município de Três Corações/Prefeitura Municipal de Três Corações, com sede na Av. Brasil, n.º 225, bairro Jardim América, cep 37.410-900,torna pública a licitação na modalidade pregão eletrônico. Data de julgamento das propostas: 16/03/2026 às 09h:30min. Local: plataforma de licitações ammlicita – www.ammlicita.org.br. Conforme lei federal n.º 14.133 de 01.04.2021 e alterações, decreto municipal n.° 4.767/23 e pelas demais condições fixadas neste edital. Requisitante: Secretaria Municipal de Comunicação e Relações Institucionais. O edital completo, seus anexos, impugnações, recursos, decisões e demais atos deverão ser acompanhados pelos interessados para ciência através do site www.ammlicita.org.br ou no departamento de licitação das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas. Três Corações, 27 de Fevereiro de 2026.

LUIS CARLOS SILVA CARVALHO.
Pregoeiro

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:A60BCB4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. AVISO DE REVOGAÇÃO – DISPENSA ELETRÔNICA N.º 002/2026,

Prefeitura Municipal de Três Corações. **Aviso de revogação – dispensa eletrônica n.º 002/2026, processo n.º 0117/2026**, objeto: Contratação de empresa especializada para a organização e realização de dois campeonatos entitulados jogos do sul de minas - josul. O município de Três Corações / Prefeitura Municipal de Três Corações, com sede na Av. Brasil, n.º 225, bairro Jardim América, cep 37.410-900, torna pública a **revogação** da dispensa eletrônica n.º 002/2026, processo n.º 0117/2026, por razões de interesse público devidamente justificadas nos autos, com fundamento no art. 71 da lei federal nº 14.133/2021, bem como nas disposições do decreto municipal nº 4.767/2023. O aviso completo, bem como os demais atos referentes ao processo, encontram-se à disposição dos interessados no site www.ammlicita.org.br ou no departamento de licitação, das 09h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00. Três Corações, 27 de Fevereiro de 2026.

LUIS CARLOS SILVA CARVALHO.
Membro da Comissão de Contratação

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:73BEEC0A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS MARIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS MARIAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO TERMO ADITIVO

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS MARIAS,através de seu representante legal Sr. Eduardo Pereira Barbosa, torna público o terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº01/2025 firmado com a empresa ROSELANGE NEVES CORDEIRO,inscrita no CNPJ sob nº**16.575.039/0001-77,**cujo objeto é a a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços que envolvam o fornecimento de materiais, serviço de mão de obra e equipamentos para execução de projeto arquitetônico de nova comunicação visual da fachada da Câmara Municipal de Três Marias/MG. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.. O presente Termo Aditivo tem por finalidade prorrogação de prazo, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
Prazo: 28/02/2026 a 13/03/2026
Valor:Não há alteração de valor
Data da assinatura:27/02/2026
Três Marias, 27 de fevereiro de 2026.

EDUARDO PEREIRA BARBOSA
Vereador Presidente
Câmara Municipal de Três Marias

Publicado por:
Ana Paula Messias de Araujo Rios
Código Identificador:172736C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 004/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 013/2026

O Município de Três Marias/MG, através do Pregoeiro, torna público, que estará recebendo propostas do dia 02/03/2026 a partir das 09:00

até o dia 06/03/2026 às 08:59, objetivando: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de capina manual e/ou mecanizada nas vias públicas do município, incluindo o recolhimento, transporte e destinação adequada dos resíduos vegetais (matos) resultantes da atividade, visando a manutenção da limpeza urbana, melhoria do aspecto visual da cidade e prevenção de riscos à saúde pública e à segurança da população, visando atender às demandas das Secretarias Municipais de Três Marias**, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** pelo **MODO ABERTO,** através do site**:** https://licitar.digital. **Início da sessão dia 06/03/2026 às 09h00min na Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, situada à Praça Castelo Branco, nº 03 – Centro - Três Marias.** O Edital completo está disponível no site: https://licitar.digital / www.tresmarias.mg.gov.br. Mais informações pelo Telefone: (38) 3754-8832 ou (38) 3754-8929.

Prefeitura Municipal de Três Marias, 27 de fevereiro de 2026.

JANAINA CARDOSO FIGUEIREDO VIANA
Agente de Contratação

Publicado por:
Marcos Pereira Pinto Filho
Código Identificador:95116D77

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS PONTAS

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
AVISO DE ADENDO I – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 007/2026 – PROCESSO N.º 016/2026

A Prefeitura Municipal de Três Pontas - MG, através da Pregoeira, Gabriela Felix Santos, torna pública que houve alterações no Edital do **Registro de preços para aquisição contínua de medicamentos e suplementos alimentares**. O Adendo ao Edital completo e seus anexos estarão à disposição dos interessados nos sites: www.trespontas.mg.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. Data e horário de abertura das propostas comerciais: até às 08h30min do dia 12/03/2026. Início da Sessão de Lances: 12/03/2026 a partir das 08h30min.

TRÊS PONTAS (MG), 27 DE FEVEREIRO DE 2026

GABRIELA FELIX SANTOS
Pregoeira

Publicado por:
Leína de Oliveira Bessa Gomes
Código Identificador:21C7F466

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE TRÊS PONTAS / MG, inscrita no CNPJ sob nº 25.269.069/0001-46. **OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro para veículos zero quilômetro da frota de veículos em geral.** No uso das atribuições que me foram delegadas pelo Decreto Municipal n.º 13.617, de 1º de janeiro de 2025, ADJUDICO e HOMOLOGO o processo em face da vencedora: **GENTE SEGURADORA SA**, inscrita no **CNPJ sob o n.º 90.180.605/0001-02**, **o lote 01**, totalizando o **valor global de R$ 6.993,86** (seis mil novecentos e noventa e três reais e oitenta e seis centavos).

Três Pontas – MG, 27 de fevereiro de 2026.

MARCELO CHAVES GARCIA
Diretor do SAAE

Publicado por:
Janaina Aparecida de Sousa
Código Identificador:4E37003F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TUPACIGUARA

CÂMARA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
PORTARIA 015_2026

PORTARIA Nº 15/2026

Considerando que houve a promulgação e a publicação da Resolução n.º 657, de 11 de março de 2025, que reestruturou a organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal de Tupaciguara, e consignou a alteração da nomenclatura do cargo de Chefe do Serviço Jurídico para Procurador de Serviços Jurídicos;

Considerando a necessidade de retificação da nomenclatura do cargo do Servidor Sr. Jonathan Lopes De Aniceto

Moacir Junior Cad Vieira presidente da Câmara Municipal de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais, usando das atribuições que lhe confere, RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º, da Portaria n.º 9, de 2 de janeiro de 2025, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica nomeado a partir de 06/01/2025 o Sr. JONATHAN LOPES DE ANICETO, brasileiro, solteiro, nascida aos 01/04/1995, inscrito no CPF sob nº 125.084.456-81, RG MG-17.088.846 – SSP/MG e PIS – Nº 162.902.272-12, domiciliada nesta cidade, residente a Rua Luiz Gomes de Campos, n.º 33, casa 03, Bairro Paineiras, CEP 38480-000, Procurador de Serviços Jurídicos, nos termos da Resolução n.º 657, de 11 de março de 2025". (NR)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2025.

Tupaciguara - MG, 27 de fevereiro de 2026

MOACIR JUNIOR CAD VIEIRA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Francivaldo Herminio da Silva
Código Identificador:88DC177E

CÂMARA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
PORTARIA 016_2026

PORTARIA Nº 016/2026

Considerando que houve a promulgação e a publicação da Resolução 657, de 11 de março de 2025, que reestruturou a organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal de Tupaciguara, e consignou a alteração da nomenclatura do Cargo de Chefe da Divisão do Serviço de Contabilidade, Finanças, Pessoal e Patrimonial para o cargo de Chefe de Serviços de Compras e de Licitações Públicas.

Considerando a necessidade de retificação da nomenclatura do cargo da Servidora Karine Aparecida dos Reis Fernandes Santos.

Moacir Junior Cad Vieira presidente da Câmara Municipal de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais, usando das atribuições que lhe confere, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. KARINE APARECIDA DOS REIS FERNANDES SANTOS, brasileira, casada, nascida aos 08/03/1991, inscrito no CPF – sob nº 099.049.196-07, RG – MG-16.616.923 – SSP/MG e PASEP – Nº 210.460.222-04, domiciliada nesta cidade, residente a Rua Bueno Brandão, nº 232 casa 03, Bairro centro, CEP 38.480-000, Chefe de Serviços de Compras e de Licitações Públicas, nos termos da Resolução n.º 657, de 11 de março de 2025". (NR)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2025.

Tupaciguara - MG, 27 de fevereiro de 2026

MOACIR JUNIOR CAD VIEIRA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Francivaldo Herminio da Silva
Código Identificador:D12D0D18

CÂMARA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
PORTARIA 017_2026

PORTARIA Nº 017/2026

MOACIR JUNIOR CAD VIEIRA, presidente da Câmara Municipal de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais, usando das atribuições que lhe confere, RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 02 de março de 2026, a servidora Sra. RENATA RAMOS DE LIMA, brasileira, nascido aos 27/07/1988, inscrito no CPF 085.379.966-02– sob nº, RG 15.481.470 - SSPMG - SSP/MG e PIS – Nº 190.356.678.86, domiciliada nesta cidade, residente a Rua Roberto Rodrigues de Lima, nº 323, bairro Nova Esperança, CEP 38.480-000, cargo de ASSESSOR DE VEREADOR.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TUPACIGUARA/MG, 27 DE FEVEREIRO DE 2026

MOACIR JUNIOR CAD VIEIRA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Francivaldo Herminio da Silva
Código Identificador:708C4B21

CÂMARA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 005/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 005/2026

No uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a Despesa Administrativa, com fundamento no ***PROCESSSO DE COMPRA 011/2026*** – ***INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇAO 005/2026***, com base no artigo 72 da Lei nº 14.133/2021 e no parecer jurídico desta Casa de Leis pelo Dr. RENATO JOSE DO NASCIMENTO, Procurador Jurídico desta Casa de Leis, para contratação da empresa **PLENARIA ASSESSORIA E GESTÃO DE EVENTOS LTDA**, **inscrito no CNPJ Nº 18.336.780/0001-00** visando a inscrição: *DOS SERVIDORES FRANCIVALDO HERMINIO DA SILVA; ARIANE TEIXEIRA DO NASCIMENTO BRAZÃO; ELCIMAR CAMILO DE CASTRO JUNIOR; RENATO JOSE DO NASCIMENTO E ROSANGELA ANDRADE FERREIRA FELDNER E VEREADORES JOSENILDO SOARES DE MELO, KEZIA NOEMI E GERSON PERICO JUNIOR IRÃO PARTICIPAR DA 25ª MARCHA QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 27 A 30 DE ABRIL DE 2026 NA CIDADE DE BRASILIA-DF*.

DOTAÇÃO -01.01.01.01.031.0001.2902.3.3.90.39.00

VALOR: R$6.616,00 (SEIS MIL E DEZESSEIS REAIS)

TUPACIGUARA-MG, 27 DE FEVEREIRO DE 2026

MOACIR JUNIOR CAD VIEIRA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Francivaldo Herminio da Silva
Código Identificador:7175CD6C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONVOCAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 035/2024 - SPEED REPRESENTAÇÕES LTDA

Despacho
Com base no Termo de Rescisão Unilateral do Contrato Administrativo nº. 093/2025, oriundo do Processo Licitatório nº. 101/2024, Pregão Eletrônico nº. 035/2024, e a não aceitação pela empresa classificada A&M Soluções Integradas Ltda, inscrita no cadastro nacional de pessoas jurídicas sob o nº. 57.601.967/0001-46, a não manifestação das empresas Star Distribuidora Ltda, inscrita no cadastro nacional de pessoas jurídicas sob o nº. 46.658.554/0001-81 e Newcare Comércio e Serviços Ltda, inscrita no cadastro nacional de pessoas jurídicas sob o nº. 41.926.487/0001-15, e a recusa das empresas **Conectamed Comércio e Distribuição Ltda**, inscrita no cadastro nacional de pessoas jurídicas sob o nº. 28.843.702/0001-56 e **Wtrade Intermediação de Negócios Ltda**, inscrita no cadastro nacional de pessoas jurídicas sob o nº. 21.856.981/0001-43, determino na ordem de classificação, a **convocação** da empresa **Speed Representações Ltda**, inscrita no cadastro nacional de pessoas jurídicas sob o nº. 51.918.321/0001-00, para que no prazo de 2 (dois) dias, manifeste interesse em fornecer o item nº. 404047, nas condições ofertada pela primeira classificada - Drugstore Fonseca & Silva Ltda- no valor de R$0,32.

Item 404047 - Quantidade Residual: 6.500 unidades
FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAM P, COM CAMADA DE ABSORÇÃO EXTRA SISTEMA DE ABREE FECHA, TOQUE DE ALGODÃO E TRIPLA PROTEÇÃO.

Se aceita as condições, as secretarias requisitantes, avaliarão se a marca ofertada por Vossa empresa - Kisses (item 404047)- atende as especificações exigidas, sob pena de recusa da proposta.

Tupaciguara/MG, 27 de Fevereiro de 2026.

PAULO RICARDO COSTA DE ARAÚJO
Coordenador de Compras e Licitações

Publicado por:
Marivaine Pina Rodrigues
Código Identificador:94CB4BD8

PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA
DECRETO Nº131, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

DECRETO Nº131, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 66 DE 12 DE JULHO DE 2024, QUE DELEGA COMPETÊNCIA PARA OS ATOS QUE MENCIONA, NO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA/MG, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TUPACIGUARA**, **MINAS GERAIS**, no uso de atribuição que lhe confere o art. 98, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições constitucionais e regulamentares; e ainda:
DECRETA:
Art.1º As alíneas "a", dos incisos III e XIII, do art. 9º do Decreto nº 66 de 12 de julho de 2024, passam a vigorar com a seguinte redação:
Art.9º.....
III - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:
Herivelto Cabral, nº 916314.
.....
XIII- Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação:
Cristina Aparecida da Silva, matrícula nº9772.
Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Tupaciguara/MG, 26 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Teófilo Pinto Ribeiro Neto
Código Identificador:7E86C66B

PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA
DECRETO Nº132, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

DECRETO Nº132, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO PELA IGUALDADE RACIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TUPACIGUARA**, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 98, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e demais disposições constitucionais e regulamentares,

DECRETA:
Art.1º Fica instituído o Conselho Municipal de Promoção pela igualdadeRacial, com vistas ao cumprimento da Lei nº2.404/2004 e suas alterações.
Parágrafo único. Ficam nomeados os membros titulares e suplentes para o próximo biênio do Conselho Municipal de Promoção pela igualdade Racial, conforme dispõe:
I – Representantes do Poder Público Municipal:

a) Representante da Secretaria Municipal de Cultura e comunicação:
Titular: Cristina Aparecida da Silva;
Suplente: Sara Regina Romero Lopes.

b) Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Lulybell Lara Alves Garcia;
Suplente: Lavínia de Lima Ferreira.

c) Representante da Secretaria Municipal de Turismo:
Titular: Pedro Zafra Sustrunk;
Suplente: Ana Cristina Pereira Gomes Berquó Dias.

d) Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:
Titular: Elcy Divina de Oliveira;
Suplente: Emanuelle Dias Oliveira.

e) Representante da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Daniela Caetano Oliveira;
Suplente: Viviane Oliveira de Lima.

f) Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos:
Titular: Rafael Ferreira de Melo;
Suplente: Carla Parreira Mercaldi.

II–Representantes dos seguimentos da sociedade Civil:

a) Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE:
Titular: Maristela Feldner de Barros Cunha;
Suplente: Adna Martins.

b) Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB de Tupaciguara:
Titular: Ione Delaci Souza;
Suplente: Kariston Augusto Pires Cabral.

c) Representantes da Associação Tupaciguarense de Capoeira - ATC:
Titular: Anderson da Costa Leite;
Suplente: Andreia Mendes Alves.

d) Representantes de Entidades da Religiosidade de Matriz Africana:
Titular: Edilson Rodrigues da Silva.
Suplente: Patrícia Ferreira de Melo Alencar.

e) Representantes da Folia de Reis:
Titular: Duarte Mendes da Silva;
Suplente: Elenice da Silva.

f) Representantes do Clubes de Serviços – Rotary Clube Tupaciguara:
Titular: Michela Barros de Carvalho;
Suplente: Simone Borges da Silva.

Art.2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Tupaciguara/MG, 26 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Teófilo Pinto Ribeiro Neto
Código Identificador:2676BAA1

PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA
DECRETO Nº 133, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

DECRETO Nº 133, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO A TÍTULO PRECÁRIO, NO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA/MG, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TUPACIGUARA**, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 98, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e demais disposições constitucionais e regulamentares, e
CONSIDERANDO a solicitação do Sindicato Rural de Tupaciguara e a disponibilidade do Executivo Municipal;
CONSIDERANDO o disposto no art. 23, § 4º, da Lei Orgânica Municipal, que estabelece que as permissões de uso de bens municipais por terceiros serão formalizadas por meio de Decreto do Executivo;
CONSIDERANDO que é dever do Município zelar pela conservação e bom uso dos bens públicos;

DECRETA:
Art.1º Fica outorgada, a título precário e gratuito, ao Sindicato Rural de Tupaciguara, inscrito no CNPJ sob o nº 25.297.623/0001-07, com sede na BR-452, Km 61, no Município de Tupaciguara/MG, a permissão de uso do seguinte bem móvel público:
I – 01 (uma) PICK-UP RENAULT OROCH, zero quilômetro, ano/modelo 2025, cor branca, chassi nº 93Y9SR8G6SJ453080.
Parágrafo único. O uso autorizado será no período de 27 de fevereiro de 2026 a 31 de dezembro de 2028, exclusivamente para atividades do Sindicato Rural de Tupaciguara, mediante assinatura de Termo de Permissão de Uso específico.
Art.2º A permissionária deverá utilizar o veículo exclusivamente para a finalidade estabelecida, conservá-lo em perfeito estado de funcionamento, não os emprestar ou ceder a terceiros, reparar integralmente eventuais danos ou indenizar o Município em caso de perda total, substituir por bem equivalente em caso de furto ou roubo e responder por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do uso.
Art.3º É vedada a destinação diversa da estabelecida, sob pena de imediata reversão da posse ao Município.
Art.4º A permissionária será responsável, às suas expensas, pela manutenção integral do veículo, bem como por todas as despesas dele decorrentes, inclusive taxas, licenciamento, seguro, multas, infrações de trânsito e eventuais danos causados em razão de seu uso.
Art.5º A permissão de uso poderá ser revogada ou o bem retomado pelo Município, a qualquer tempo, por motivo de interesse público, conveniência administrativa ou em razão de descumprimento das condições estabelecidas neste Decreto e no Termo de Permissão de Uso, independentemente de indenização, mediante notificação administrativa com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, salvo em caso de urgência devidamente justificada, hipótese em que a

retomada poderá ocorrer de forma imediata, devendo o bem ser devolvido ao patrimônio municipal, sem necessidade de intervenção judicial.
Art.6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Tupaciguara/MG, 26 de fevereiro 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Teófilo Pinto Ribeiro Neto
Código Identificador:210DBD8F

PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA
LEI COMPLEMENTAR Nº 668 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

LEI COMPLEMENTAR Nº 668 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 492, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019, QUE DÁ NOVA REDAÇÃO AO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA-MG, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Autoria: Poder Executivo
A Câmara Municipal de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art.1º Fica revogado o inciso I, do art. 145, da Lei Complementar n.º 492, de 28 de novembro de 2019.
Art.2º Fica acrescido o inciso VI-A, ao art. 123, da Lei Complementar n.º 492, de 28 de novembro de 2019, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.123.....
.....
VI-A – gratificação de sobreaviso;
.....;" (NR)
Art.3º Fica acrescida a Subseção VII-A, a Seção II, do Capítulo II, do Título III, da Lei Complementar n.º 492, de 28 de novembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Subseção VII-A
Da gratificação de Sobreaviso
Art.147-A. Considera-se em regime de sobreaviso o período em que o servidor efetivo ou contratado, fora da repartição e do seu horário regular de trabalho, permanece à disposição da Administração Pública, em qualquer dia da semana, inclusive após o término do expediente administrativo e aos feriados, aguardando convocação para o serviço pelos meios de comunicação previamente definidos.
§1º Podem ser designados para cumprir regime de sobreaviso os servidores pertencentes às Secretarias que prestam serviços de caráter contínuo ou essenciais à coletividade e ao serviço público, inclusive aqueles que desempenham atividades de fiscalização, desde que devidamente justificada a necessidade do serviço.
§2º O regime de sobreaviso caracteriza-se pela obrigação de disponibilidade funcional, durante a qual o servidor deve manter condições de pronto atendimento à convocação da Administração, permanecendo em sua residência ou em local de sua livre escolha, desde que compatível com o imediato retorno ao serviço.
§3º A escala dos servidores para cumprimento do regime de sobreaviso será organizada pela autoridade competente da repartição, observada a necessidade do serviço, devendo ser adotados sistemas de rodízio, tanto no regime de sobreaviso quanto no serviço de plantão, garantido o período mínimo de repouso interjornada.
§4º Cada escala de sobreaviso terá duração máxima de 12 (doze) horas consecutivas.
§5º O cumprimento do regime de sobreaviso fica limitado ao período máximo de 15 (quinze) dias por mês de referência, sendo vedada, sob qualquer circunstância, a extrapolação desse limite.
§6º O servidor designado para cumprir jornada de trabalho em regime de sobreaviso deverá atender prontamente ao chamado da Administração, não podendo afastar-se dos limites do Município nem exercer atividades que impeçam ou retardem o seu comparecimento ao local de trabalho quando convocado.
§7º As horas de sobreaviso serão remuneradas à razão de 1/3 (um terço) do valor da hora normal de trabalho, observado o devido registro e controle administrativo.
§8º A efetivação do pagamento da gratificação de sobreaviso dar-se-á mediante a apresentação de formulário próprio, contendo a identificação do servidor e a quantidade de horas de sobreaviso realizadas, devidamente assinado pelo Secretário da pasta competente, com justificativa expressa da necessidade do serviço e de sua efetividade para o interesse público.
§9º O servidor convocado durante o período de sobreaviso fará jus à remuneração integral pelo serviço efetivamente prestado, sem prejuízo da gratificação correspondente ao período de sobreaviso.
§10º A inobservância do disposto no § 6º deste artigo configura descumprimento de dever funcional, sujeitando o servidor às penalidades disciplinares previstas em lei, sem prejuízo da perda do direito ao pagamento da gratificação correspondente à respectiva escala de sobreaviso, assegurados, em todos os casos, o contraditório e a ampla defesa.
Art.4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.
TUPACIGUARA/MG, 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipa

Publicado por:
Teófilo Pinto Ribeiro Neto
Código Identificador:A6E615DA

PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA
LEI Nº 3.404 DE 26 DE FEVEREIRO 2026.

LEI Nº 3.404 DE 26 DE FEVEREIRO 2026.

"DECLARA A REVOGAÇÃO DA LEI Nº 3.092, DE 14 DE JULHO DE 2021."

Autoria: Mesa Diretora – Gestão 2026.

A Câmara Municipal de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica revogada da Lei n.º 3.092, de 14 de julho de 2021, que regulamenta no Poder Legislativo Municipal a concessão de adiantamento para despesas de pequeno valor e de pronto pagamento, define casos e dá outras providências.
Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

TUPACIGUARA/MG, 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

FRANCISCOLOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Teófilo Pinto Ribeiro Neto
Código Identificador:BDA60FD4

PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA
LEI Nº 3.405 DE 26 DE FEVEREIRO 2026.

LEI Nº 3.405 DE 26 DE FEVEREIRO 2026.

"ALTERA A LEI N.º 3.344, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025, PARA IGUALAR O VALOR DA GRATIFICAÇÃO DO PREGOEIRO AO DOS OUTROS MEMBROS QUE ATUAM EM

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS."

Autoria: Mesa Diretoria – Gestão 2026.

A Câmara Municipal de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art.1º O Anexo I, da Lei n.º 3.344, de 26 de fevereiro de 2025, passa a vigorar com a seguinte alteração, no quadro de membros que atuam em licitações e contratos administrativos:

Descrição	Valor
Pregoeiro	R$ 852,09

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

TUPACIGUARA/MG, 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Teófilo Pinto Ribeiro Neto
Código Identificador:2412817B

PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA
LEI Nº 3.406 DE 26 DE FEVEREIRO 2026.

LEI Nº 3.406 DE 26 DE FEVEREIRO 2026.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA A FIRMAR TERMO DE FOMENTO COM O CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE TUPACIGUARA."

Autoria: Poder Executivo

A Câmara Municipal de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Fomento com o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Tupaciguara, mediante a transferência de recursos financeiros no valor de R$ 289.604,41 (duzentos e oitenta e nove mil, seiscentos e quatro reais e quarenta e um centavos).
Parágrafo único. O objeto do Termo de Fomento é o Programa Tupaciguara mais segura, que visa a ampliação, manutenção e continuidade do sistema de alerta e videomonitoramento no Município de Tupaciguara.
Art.2º As despesas com a presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.
Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

TUPACIGUARA/MG, 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

FRANCISCOLOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Teófilo Pinto Ribeiro Neto
Código Identificador:1A6E2C5A

PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA
PORTARIA Nº 24/2026

PORTARIA Nº 24/2026

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE DIRETOR DE RECEITAS DE TUPACIGUARA/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **PREFEITO DE TUPACIGUARA**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere artigo 98, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art.1° Fica nomeada para o cargo de **DIRETORA DE RECEITAS** a Sra. **MARIA LEILA DE LIMA BATISTA**, brasileira, capaz, casada, técnica de contabilidade, portadora do RG M-*.***.*98, inscrita no CPF nº ***.***.***-53, residente e domiciliada no município de Tupaciguara/MG.
Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 06 de fevereiro de 2026.
REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tupaciguara/MG, 26 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Teófilo Pinto Ribeiro Neto
Código Identificador:055343DE

PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA
PORTARIA Nº 25/2026

PORTARIA Nº 25/2026

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE DIRETOR DE CADASTRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA/MG."

O **PREFEITO DE TUPACIGUARA**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere artigo 98, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:
Art.1º Fica Exonerada a seguinte Agente Pública do Cargo em Comissão da **DIRETORA DE CADASTRO** de TUPACIGUARA/MG:
I– Sra. **MARYELLE ALMEIDA BORGES MOTA**, brasileira, capaz, portadora do RG MG-19.*** ***, inscrita no CPF nº *** *** ***-25, residente e domiciliada no município de Tupaciguara/MG.
Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 09 de fevereiro de 2026.
REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tupaciguara/MG, 26 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Teófilo Pinto Ribeiro Neto
Código Identificador:8E8EADB9

PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA
PORTARIA Nº 26/2026

PORTARIA Nº 26/2026

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO ASSESSOR DE ENSINO INFANTIL DE TUPACIGUARA/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **PREFEITO DE TUPACIGUARA**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere artigo 98, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art.1° Fica nomeado para o cargo de **ASSESSOR DE ENSINO INFANTIL** o Sr. **EDUARDO DO VALE BORGES,** brasileiro, capaz, divorciado, portador do RG MG-12.*** ***, inscrito no CPF nº *** *** ***-51, residente e domiciliado no município de Tupaciguara/MG.
Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 09 de fevereiro de 2026.
REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tupaciguara/MG, 26 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Teófilo Pinto Ribeiro Neto
Código Identificador:5659E8B2

PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA
PORTARIA Nº 27/2026

PORTARIA Nº 27/2026

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ASSESSOR DE CRECHE DE TUPACIGUARA/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **PREFEITO DE TUPACIGUARA**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere artigo 98, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art.1° Fica nomeada para o cargo de **ASSESSORA DE CRECHE** a Sra. **KATRINE ROGERIO MARTINS**, brasileira, capaz, portadora RG nº MG-19.534.882 e inscrito no CPF nº *** *** ***-05, residente e domiciliada no município de Tupaciguara/MG.
Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 09 de fevereiro de 2026.
REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tupaciguara/MG, 26 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Teófilo Pinto Ribeiro Neto
Código Identificador:7F8B154F

PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA
PORTARIA Nº 28/2026

PORTARIA Nº 28/2026

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE DIRETOR DA DIVISÃO DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA/MG."

O **PREFEITO DE TUPACIGUARA**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere artigo 98, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal:
RESOLVE:
Art.1º Fica Exonerada a seguinte Agente Pública do Cargo em Comissão da **DIRETORA DA DIVISÃO DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO** de TUPACIGUARA/MG:
I– Sra. **LARISSA BRAGA DE SOUZA**, brasileira, capaz, solteira, portadora do RG 17.*** ***, inscrita no CPF n°*** *** ***-08, residente e domiciliada no município de Tupaciguara/MG.
Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 18 de fevereiro de 2026.
REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tupaciguara/MG, 26 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Teófilo Pinto Ribeiro Neto
Código Identificador:70DB7D33

PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA
PORTARIA Nº 29/2026

PORTARIA Nº 29/2026

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SUPERVISORA DE TESOURARIA E REGISTROS DE TUPACIGUARA/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **PREFEITO DE TUPACIGUARA**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere artigo 98, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art.1° Fica nomeada para o cargo de **SUPERVISORA DE TESOURARIA E REGISTROS** a Sra. **LARISSA BRAGA DE SOUZA**, brasileira, capaz, solteira, portadora do RG 17.*** ***, inscrita no CPF n°*** *** ***-08, residente e domiciliada no município de Tupaciguara/MG.
Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 19 de fevereiro de 2026.
REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tupaciguara/MG, 26 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Teófilo Pinto Ribeiro Neto
Código Identificador:6B6E7059

PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA
PORTARIA Nº 30/2026

PORTARIA Nº 30/2026

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE DIRETOR DA DIVISÃO DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO DE TUPACIGUARA/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **PREFEITO DE TUPACIGUARA**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere artigo 98, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:
Art.1° Fica nomeada para o cargo de **DIRETOR DA DIVISÃO DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO** a Sra. **ANA JÚLIA DIAS LEITE**, brasileira, capaz, solteira, portadora do RG MG-21******, inscrita no CPF n° *** *** ***-07, residente e domiciliada no município de Tupaciguara/MG.
Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 19 de fevereiro de 2026.
REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tupaciguara/MG, 26 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Teófilo Pinto Ribeiro Neto
Código Identificador:5A6A1042

PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA
PORTARIA Nº 31/2026

PORTARIA Nº 31/2026

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE COORDENADOR DO CENTRO DE ATENÇÃO

PSICOSSOCIAL - CAPS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA/MG."

O **PREFEITO DE TUPACIGUARA**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere artigo 98, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art.1º Fica Exonerada a seguinte Agente Pública do Cargo em Comissão da **COORDENADORA DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS** de TUPACIGUARA/MG:

I– Sra. ***ALESSSANDRA VIEIRA***, inscrita no CPF nº *** *** ***-00, portadora do RG nº MG-6-*** ***, residente e domiciliada no município de Tupaciguara/MG.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 19 de fevereiro de 2026.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tupaciguara/MG, 26 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Teófilo Pinto Ribeiro Neto
Código Identificador:E796380F

PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA
PORTARIA Nº 32/2026

PORTARIA Nº 32/2026

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE DIRETOR DA DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA/MG."

O **PREFEITO DE TUPACIGUARA**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere artigo 98, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art.1º Fica Exonerado o seguinte Agente Público do Cargo em Comissão da **DIRETOR DA DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO** de TUPACIGUARA/MG:

I– Sr. **EDMAR ALVES CANDIDO**, brasileiro, solteiro, capaz, portador do RG nº MG-17 *** ***, inscrito no CPF nº *** *** ***-74, residente e domiciliado no município de Tupaciguara/MG.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 23 de fevereiro de 2026.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tupaciguara/MG, 26 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Teófilo Pinto Ribeiro Neto
Código Identificador:BF1295A3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE UBAÍ

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 009/2025, DISPENSA DE LICITAÇÃO 006/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 009/2025

A PREF. MUNICIPAL DE UBAÍ-MG – Torna publico para conhecimento dos interessados, Extrato do 1º Termo aditivo contrato nº 009/2025, Dispensa de licitação 006/2025, Processo licitatório 009/2025, Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE IMPRENSA MARKETING, DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA DOS ATOS OFICIAIS, EVENTOS MUNICIPAIS E GERENCIAMENTO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS OFICIAIS MUNICIPAIS EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO DA LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE UBAÍ-MG."**Contratada: Rayanne Pereira Mendes-Me nova vigência 28/02/2026 a 16/12/2027.

FREDERICO FREIRE LIMA,
Presidente CPL

Publicado por:
Julio Cesar Alves Botelho
Código Identificador:0DBFA07A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE UNIÃO DE MINAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO – PROCESSO LICITATÓRIO 020/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 007/2026- CONTRATO Nº 012/2026.

EXTRATO DE CONTRATO – PROCESSO LICITATÓRIO 020/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 007/2026- Contrato nº 012/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS/MG. CONTRATADOS: **VITOR ORLING SOUZA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 61.403.058/0001-70**, item 01 – **R$ 1.890,00 (um mil oitocentos e noventa reais).** OBJETO: **AGENDA PERSONALIZADA. MATERIAL PARTE EXTERNA: CAPA DURA, PAPEL COUCHÊ 300G, LAMINAÇÃO FOSCA. MATERIAL PARTE INTERNA (MIOLO): PAPEL OFFSET 90G. TAMANHO: A5 (PADRÃO). ALTURA: 21 CM. LARGURA: 14,8 CM. ENCADERNAÇÃO: ESPIRAL. QUANTIDADE DE FOLHAS: 100. (PERSONALIZADA CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO POSTERIORMENTE PELA SECRETARIA).** UNIÃO DE MINAS, 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

REGINA MARIA SOARES FERREIRA –
Agente de Contratação/ Pregoeira.

Publicado por:
Dinovan Queiroz de Almeida
Código Identificador:56541B71

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO 020/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 007/2025

EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO – NOTIFICO, o julgamento da Comissão de Licitação, Processo Licitatório 020/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO de nº 007/2025, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, considerando que o processo transcorreu de forma regular e a contratação, nos termos da proposta vencedora, é conveniente e oportuna ao Município, razão pela qual determino a NOTIFICAÇÃO dos objetos aos licitantes vencedores, empresa **VITOR ORLING SOUZA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 61.403.058/0001-70**, item 01 – **R$ 1.890,00 (um mil oitocentos e noventa reais).**, do certame licitatório, tudo conforme o critério de julgamento previsto no edital e de acordo com a ata de julgamento, constante do referido processo licitatório**.** União de Minas, 27 de fevereiro de 2026.

GEOVA TOMAZ DE ALMEIDA,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Dinovan Queiroz de Almeida
Código Identificador:C27D5E13

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 020/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 007/2025

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO - RATIFICO, o julgamento da Comissão de Licitação, Processo Licitatório 020/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO de nº 007/2025, para que produza seus efeitos jurídicos

e legais, considerando que o processo transcorreu de forma regular e a contratação, nos termos da proposta vencedora, é conveniente e oportuna ao Município, razão pela qual determino a RATIFICAÇÃO dos objetos a licitante vencedora, empresa **VITOR ORLING SOUZA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 61.403.058/0001-70**, item 01 – **R$ 1.890,00 (um mil oitocentos e noventa reais).**, do certame licitatório, tudo conforme o critério de julgamento previsto no edital e de acordo com a ata de julgamento, constante do referido processo licitatório. União de Minas, 27 de fevereiro de 2026.

REGINA MARIA SOARES FERREIRA –
Agente de Contratação/Pregoeira.

Publicado por:
Dinovan Queiroz de Almeida
Código Identificador:509CFA53

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE URUCUIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE RESCISÃO BILATERAL DO CONTRATO Nº 138/2025

Termo de Rescisão Distrato Bilateral do Contrato Administrativo nº. 138/2025. CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCUIA/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 25.223.850/0001-80. CONTRATADA: MARIA GABRIELA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 53.368.968/0001-31 localizada à Rua João Rodrigues da Silva, nº 72, bairro: Centro, Arinos-MG. Objeto: credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços especializados na área da saúde, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II, do art. 138, da Lei nº. 14.133/2021. VIGÊNCIA: O presente Distrato opera seus efeitos a partir de 20/02/2026 data de sua assinatura.

JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ –
Prefeito de Urucuia-MG

Publicado por:
Oswaldo Gomes da Silva Neto
Código Identificador:0B3B164D

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 060/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2025 INEXIGIBILIDADE 020/2025.

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Processo Licitatório n.º: 035/2025 Inexigibilidade 020/2025, Contrato n° 060/2025. Partes: MUNICÍPIO DE URUCUIA / RICARDO MOREIRA LOPES VARGAS. Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA O presente TERMO ADITIVO, tem por objeto prorrogação por mais 12 (doze) meses, até 26 de fevereiro de 2027. Urucuia/MG – 27 de fevereiro de 2026,

(A) JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Oswaldo Gomes da Silva Neto
Código Identificador:D94084E0

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 035/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2025 INEXIGIBILIDADE 010/2025. CREDENCIAMENTO 002/2025

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Processo Licitatório n.º: 022/2025 Inexigibilidade 010/2025, Credenciamento 002/2025, Contrato n° 035/2025. Partes: MUNICÍPIO DE URUCUIA /58.862.374 GILBERTO FRANCISCO LISBOA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 58.862.374/0001-04. Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA O presente TERMO ADITIVO, tem por objeto prorrogação de 14 de fevereiro de 2026 até 31 de março de 2026. Urucuia/MG – 27 de fevereiro de 2026,

(A) JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Oswaldo Gomes da Silva Neto
Código Identificador:19979AD5

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCUIA – MG
AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA Nº 002/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE URUCUIA/MG**, **pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 25.223.850/0001-80**, com sede administrativa situada na Rodovia MG 202, km 120, Centro, Urucuia-MG, CEP: 38.649-000, realizará Dispensa, do tipo (menor preço) com critério de julgamento (Por item), na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 062/2023 e demais legislações aplicáveis e exigências estabelecidas neste Aviso. **DATA DA PUBLICAÇÃO:** 27 de fevereiro de 2026. **DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** 02 de março de 2026. **DATA FINAL DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** 04 de março de 2026. **HORÁRIO DE ENCERRAMENTO:** 23:59 (Horário de Brasília-DF). **FORMA DE RECEBIMENTO:** Via e-mail: licitacao@urucuia.mg.gov.br **OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de dosimetria individual ocupacional, com fornecimento de 06 (seis) dosímetros TLD/OSL, leitura mensal, emissão de relatórios mensais e anuais em meio eletrônico, individualização das informações por servidor e por dosímetro padrão, em conformidade com as normas de radioproteção vigentes, para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Urucuia/MG. Urucuia/MG, 27 de fevereiro de 2026.

(A) LÍGIA MAGNA AMORIM PEREIRA,
Secretária Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal de Urucuia/MG.

Publicado por:
Oswaldo Gomes da Silva Neto
Código Identificador:CACDE5AA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VARZELÂNDIA

AGENTE DE CONTRATAÇÃO E PREGOEIRO
PORTARIA 001 COMSAF NOMEIA EQUIPE LICITAÇÕES RETIFICADA

PORTARIA Nº. 001/ 2026

> "Nomeia Agente de Contratação, Pregoeiro, designa comissão de contratação e equipe de apoio no âmbito COMSAF – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário de Gestão Pública dos Municípios do Vale do Rio São Francisco no Estado de Minas Gerais – COMSAF.

O Presidente do COMSAF - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário de Gestão Pública dos Municípios do Vale do Rio São Francisco no Estado de Minas Gerais, com sede em Varzelândia, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º LX, da Lei 14.133/2021, tendo em vista ainda o disposto no art. 8º e seguintes da Lei nº. 14.133/2021.

RESOLVE:
Art. 1º. Fica designada para o exercício simultâneo das funções de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO e PREGOEIRO**, do **COMSAF - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário de Gestão Pública dos Municípios do Vale do Rio São Francisco no Estado de Minas Gerais**, *o* servidor **VITOR GABRIEL JACOME NUNES** – CPF 022.133.816-07, afim de conduzir os atos dos processos licitatórios derivados da lei 14.133/2021.

§ 1º. A coordenação e de distribuição dos trabalhos entre os designados, inclusive substituições ou atuações recíprocas, ocorrerá mediante ajuste entre os mesmos, de maneira a preservar a equidade e a competência dos demais agentes de contratação indicados nesta portaria.
§ 2º. O servidor atuará nas licitações na modalidade pregão, sendo o agente responsável pela condução do certame é designado Pregoeiro.
Art. 2º. Os trabalhos deverão ser executados conforme as disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021 e subsidiariamente a portaria nº 01/2026.
§ 1º. As atribuições do Pregoeiro consiste na condução de processos licitatórios na modalidade pregão eletrônico, coordenar o pregão em todas as suas etapas, abrir as propostas iniciais, iniciar a disputa da fase competitiva, suspender o pregão temporariamente e reiniciá-lo, decidir a respeito de eventuais impugnações ao edital de licitação, imprevistos ou questões apresentadas durante o certame, receber recursos e adjudicar o objeto da licitação ao vencedor.

§ 2º. As atribuições do agente de contratação constitui na tomada de decisões, acompanhamento do tramite da licitação listados no art. 28 da lei nº 14.133/2021 e nos processos de Dispensa e/ou Contratações Direta, dar impulso ao procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.
Art. 3º. A **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO** formada por três membros designados nos termos do§ 2º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, com atuação restrita às licitações que envolvam bens ou serviços especiais fica assim composta:
I - Presidente: VITOR GABRIEL JACOME NUNES – CPF nº 022.133.816-07
II - Vice-Presidente: BIANCA VELOSO DOS SANTOS - CPF nº 123.335.646-10;
III - Membro: GUILHERME LOPES DIAS - CPF nº 105.661.566-44
§ 1º. O vice-Presidente substituirá o presidente, assim como o membro substituirá o vice-presidente nas respectivas faltas ou impedimentos, circunstância que demandará a atuação o suplente.
Art. 4º. A EQUIPE DE APOIO destinada a auxiliar o Agente de Contratação, o Pregoeiro ou a comissão de contratação no exercício de suas atribuições, formada por três membros, fica assim composta:
I - BIANCA VELOSO DOS SANTOS;
III - GUILHERME LOPES DIAS.
Art. 5º. Será admitida a contratação de serviço de assessoria e consultoria por empresa ou profissional especializado visando subsidiar a atuação dos agentes designados por esta Portaria e dos próprios órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do ente contratante.
Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE
Varzelândia, 24 DE FEVEREIRO DE 2026.

AMÂNCIO OLIVA NETO
Presidente do COMSAF

Publicado por:
Vitor Gabriel Jacome Nunes
Código Identificador:6F1E0F00

AGENTE DE CONTRATAÇÃO E PREGOEIRO
PORTARIA DE SESSÃO

PORTARIA N.º 032 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a cessão funcional, em regime de tempo parcial *de servidores do MUNICIPIO DE VARZELÂNDIA para atuarem como Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio no* CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIO SÃO FRANCISCO NO ESTADO DE MINAS GERAIS – COMSAF *em conformidade com o Termo de Cooperação/Convênio nº 001/2026 e Lei Federal nº 14.133/2021.*

O Prefeito Municipal de Varzelândia, Amâncio Oliva Neto, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo o inciso VI art. 62 da Lei Orgânica do Município e Considerando o Termo de Cooperação nº 001/2026, firmado com o Poder Executivo que tem por objeto a cessão de servidores do Município de Varzelândia para as atividades de licitação e contratação do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIO SÃO FRANCISCO NO ESTADO DE MINAS GERAIS – COMSAF.**

RESOLVE:

Art. 1º Ceder, pelo prazo inicial e determinado de 12 (doze) meses, a contar da data de entrada em vigor desta Portaria, os servidores lotados no Poder Executivo, para atuarem nas licitações e contratações diretas do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIO SÃO FRANCISCO NO ESTADO DE MINAS GERAIS – COMSAF**, sob a égide da Lei Federal nº 14.133/2021,a saber:

AGENTE DE CONTRATAÇÕES E PREGOEIRO:
- VITOR GABRIEL JACOME NUNES – CPF 022.133.816-07, Titular**,** ocupante do cargo comissionado de Analista de Procedimentos Licitatórios;
EQUIPE DE APOIO:
– BIANCA VELOSO DOS SANTOS - CPF 123.335.646-10-, Suplente - ocupante do cargo comissionado de Analista de Procedimentos Licitatórios;
- GUILHERME LOPES DIAS - CPF 105.661.566-44, ocupante do cargo comissionado de Analista de Procedimentos Licitatórios;
Art. 2º Compete ao Agente de Contratação, Pregoeira e Equipe de Apoio auxiliar o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIO SÃO FRANCISCO NO ESTADO DE MINAS GERAIS – COMSAF** na instrução dos processos, na fase externa e nos procedimentos auxiliares (credenciamento, sistema de registro de preços, etc.).
Art. 3º Os servidores designados atuarão conforme o Termo de Cooperação vigente, respeitando as normas da Lei 14.133/2021, sem prejuízo de suas atividades na Prefeitura, conforme acordado entre os poderes.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/01/2026, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Varzelândia, 02 de fevereiro de 2026.

AMÂNCIO OLIVA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Gabriel Jacome Nunes
Código Identificador:4C89FD3D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VERDELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

A Prefeitura Municipal de Verdelândia/MG, inscrita no CNPJ: 01.612.505/0001-70, torna público o EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO referente ao Processo Licitatório nº 013/2026, ADESÃO nº 001/2026. Contratada: FRIOVIX COMERCIO DE REFRIGERACAO LTDA, CNPJ: 09.316.105.0018-77. Valor global da contratação: R$ 33.319,00 (Trinta e três mil trezentos e dezenove reais). Assinatura: 27/02/2026. Vigência: 07 (sete) meses. Informações complementares pelo e-mail: licitacoes@verdelandia.mg.gov.br
Publicado no Diário Oficial do Município, PNCP e Quadro de Aviso.

Publicado por:
Clayton Shasse Pereira de Souza Junior
Código Identificador:986AA22F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VOLTA GRANDE

LICITAÇÕES E EXTRATOS
AVISO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO. PROCESSO Nº 016/2026, DISPENSA Nº 004/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE/MG. AVISO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO. Processo Licitatório nº 016/2026, Dispensa de Licitação nº 004/2026. Objeto: **AQUISIÇÃO DE CAMISAS DE UNIFORME ESCOLAR PERSONALIZADAS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) DESTINADOS ÀS MERENDEIRAS LOTADAS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO DE 2026**.Processo ratificado nesta data. GABRIEL GAVIOLI DA COSTA, inscrita sob o CNPJ n° 59.182.613/0001-30 no valor total de R$ 26.598,00 (Vinte e seis mil quinhentos e noventa e oito reais), DH SORTIMENTOS E SERVICOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 38.861.133/0001-25 no valor total de R$ 6.613,00 (Seis mil seiscentos e treze reais), MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 18.274.923/0001-05 no valor total de R$ 1.900,40 (Um mil e novecentos reais e quarenta centavos) e ANDRE L T DE SOUZA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO, inscrita sob o CNPJ nº 40.619.473/0001-96 no valor total de R$ 2.745,00 (Dois mil setecentos e quarenta e cinco reais). Volta Grande – MG 27 de fevereiro de 2026.

IVAN SOARES PULLIG –
Prefeito.

Certifico para os devidos fins de direito que, de conformidade com o disposto no art. 106 da Lei Orgânica Municipal, cópia do extrato supra, foi devidamente afixado no mural desta Prefeitura, nesta data, o qual permanecerá por quinze dias consecutivos.

Volta Grande-MG, 27 de fevereiro de 2026 .

P/ Equipe de Apoio

Publicado por:
Thiago Alves Bastos
Código Identificador:6358B174

PUBLICAÇÃO
DECRETO GAB Nº 2.571 - PROCEDE A NOMEAÇÃO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO DE QUE TRATA O EDITAL Nº 001/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO GAB Nº 2.571, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

> "PROCEDE A NOMEAÇÃO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO DE QUE TRATA O EDITAL Nº 001/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE-MG**, no uso de suas atribuições e em consonância com o que dispõe o**Artigo 82, inciso VI,**da**Lei Orgânica Municipal**,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado em seu respectivo cargo para os fins e efeitos legais, o candidato aprovado no Concurso Público de que trata o Edital 001/2024, para o preenchimento de Vagas em cargos efetivos da Administração Municipal.

Art. 2º O nomeado para fins do disposto no art. 1º deste Decreto e observada à ordem de classificação, é o seguinte, dentro do número de vagas do Edital:

T12 – ATENDENTE			
NOME DO CANDIDATO	**NÚMERO DE INSCRIÇÃO**	**CARGO**	**CLASSIFICAÇÃO**
SAMUEL GONCALVES MACIEL	0000823	Atendente	4°

Art. 3ºO nomeado relacionado no art. 2º deste Decreto apresentou a documentação necessária e exigida no Edital 001/2024 no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Volta Grande-MG no período compreendido entre 09 de fevereiro de 2026 e 25 de fevereiro de 2026 e fez o exame médico de que trata o Edital 001/2024 estando à posse agendada para 02 de março de 2026.

Art. 4ºO nomeado pelo presente Decreto, uma vez empossado em seu respectivo cargo, entrará em exercício na Administração Municipal no dia 02 de março de 2026.

Art. 5º Este Decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Volta Grande, 27 de fevereiro de 2026.

IVAN SOARES PULLIG
Prefeito Municipal de Volta Grande/MG

Publicado por:
Lavinya Gonsalves de Souza
Código Identificador:FAEE1A45

PUBLICAÇÃO
LEI Nº 1.745/2026 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA A INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO VALOR DE R$ 1.229.191,08 (UM MILHÃO DUZENTOS E VINTE E NOVE MIL CENTO E NOVENTA E UM REAIS E OITO CENTAVOS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 1.745/2026

> "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA A INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO VALOR DE R$ 1.229.191,08 (UM MILHÃO DUZENTOS E VINTE E NOVE MIL CENTO E NOVENTA E UM REAIS E OITO CENTAVOS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Volta Grande, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei.

Art. 1º Fica inserido no orçamento vigente, conforme discriminação abaixo, a(s) seguinte(s) natureza(s) de despesa(s), abrindo-se para este fim:

Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE
Unidade 05 - Secretaria Municipal de Educação
Subunidade 02 - Educação Básica
2.05.02.12.361.0010.2.0035-2.571.000 - 4.4.90.52.00 REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS - -R$ 1.229.191,08
Total da Subunidade 02- - - - - - - - - R$ 1.229.191,08
Total da Unidade 05 - - - - - - - - -- - - R$ 1.229.191,08
Total da Instituição 02 - - - - - - - - - - - - R$ 1.229.191,08
Total Geral Acrescido - - - - - - - - R$ 1.229.191,08

Parágrafo único. A despesa objeto desta lei possui adequação orçamentária e financeira com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e compatibilidade com o Plano Plurianual.

Art. 2° Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar, por meio de Decreto, a dotação orçamentária prevista no

Art. 1º desta Lei, em até 0,4% (zero vírgula quatro por cento) do valor total nela fixado, caso ocorra insuficiência de saldo durante a execução da despesa, utilizando como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3° - Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: SUPERÁVIT FINANCEIRO na forma do parágrafo 1°, inciso I do artigo 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964.
Total Geral Anulado - - - - - -- - - - R$ 0,00

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Volta Grande, 27 de Fevereiro de 2026

IVAN SOARES PULLIG
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lavinya Gonsalves de Souza
Código Identificador:A6B031D6

PUBLICAÇÃO
LEI N.º 1.746/2026 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA A INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO VALOR DE R$387.050,00 (TREZENTOS E OITENTA E SETE MIL E CINQUENTA REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI N.º 1.746/2026

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA A INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO VALOR DE R$387.050,00 (TREZENTOS E OITENTA E SETE MIL E CINQUENTA REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Volta Grande, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei.

Art. 1º Fica inserido no orçamento vigente, conforme discriminação abaixo, a(s) seguinte(s) natureza(s) de despesa(s), abrindo-se para este fim:

Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE
Unidade 12 - Secretaria Municipal de Obras
Subunidade 01 - Secretaria Municipal de Obras
2.12.01.15.451.0004.1.0014-2.710.000 - 4.4.90.51.00
PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS - - - - - R$ 189.050,00
2.12.01.15.451.0004.1.0014-2.706.000 - 4.4.90.51.00
PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS - - - - - R$ 198.000,00
Total da Unidade 12 - - - -- - -R$ 387.050,00
Total da Instituição 02 - - - - -R$ 387.050,00
Total Geral Acrescido - - - - - - -R$ 387.050,00

Parágrafo único. A despesa objeto desta lei possui adequação orçamentária e financeira com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e compatibilidade com o Plano Plurianual.

Art. 2 - Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: SUPERÁVIT FINANCEIRO na forma do Parágrafo 1°, inciso I do artigo 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964.
Total Geral Anulado - - - - - -- - - R$ 0,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Volta Grande, 27 de fevereiro de 2026.

IVAN SOARES PULLIG
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lavinya Gonsalves de Souza
Código Identificador:7D8E4150

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETÉ

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 02/2026
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA N° 001/2026

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário de Gestão Pública dos Municípios do Centro Oeste Mineiro (CIMGEP), inscrito no CNPJ sob o nº 53.255.914/0001-60, com sede na Avenida Dr. Guido, nº 297, Bairro Centro, por intermédio do Setor de Licitações e Contratos, torna público em seu sítio eletrônico: www.cimgep.mg.gov.br, no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e na plataforma licitar digital (https://licitar.digital/), com base legal no art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a manifestação de interesse da Administração de promover CONTRATAÇÃO DIRETA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, EM RAZÃO DO VALOR, nos termos disposto no art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, com a especificação a seguir do objeto pretendido e demais elementos, objetivando a contratação do fornecedor em razão da característica de menor valor:
Objeto da Contratação Direta: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de acesso à internet, com fornecimento de link de dados, comodato de equipamentos e suporte técnico, destinados a atender às necessidades do CIMGEP.
Data de Início de Recebimento de Proposta: 02/03/2026 às 08h00min
Data Final de Recebimento de Proposta: 06/03/2026 às 08h00min
Endereço eletrônico para envio da proposta: licitacao@cimgep.mg.gov.br
Link do Processo: https://licitar.digital/

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:56C1C50F

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
CONCEDE BENEFÍCIO EVENTUAL PARA PAGAMENTO DE CUIDADORES A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Abaeté-MG, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município c/c art. 15, inciso IV e art. 23, parágrafo único, inciso II da Lei Orgânica da Assistência Social e art. 16 da Lei Municipal n.º 2.515/2.009 e,

CONSIDERANDO que **JOÃO ROMEIRO SOBRINHO, VITORIA GABRIELA DE SOUSA, APARECIDA DAS GRAÇAS CORDEIRO AGUIAR** foram acolhidos pela Secretaria Municipal de Ação Social, através do CREAS - Centro de Referência Especializado de Social, em situação de violação de direitos e encaminhados para um alojamento custeado pelo Município de Abaeté-MG com cuidadores permanentes;

CONSIDERANDO que **J.J.P** foi transferido do Hospital Municipal de Sete Lagoas para esta cidade para tratamento de CA terminal necessitando de cuidadores permanentes;

CONSIDERANDO que os benefícios eventuais estão previstos na LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social, no art. 22 e no Decreto nº 6307/07, configurando-se como suplementares de carácter provisório e não contributivo destinados às famílias em situação de vulnerabilidade social, em decorrência de nascimento, morte e/ou desemprego e de calamidade pública;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido benefício eventual para pagamento de cuidadores de pessoas em situação de vulnerabilidade social nos seguintes termos:

JOÃO ROMEIRO SOBRINHO:

Natanael Pereira Do Nascimento: 10 dias x 150,00 = R$1.500,00 (um mil, e quinhentos reais)
Getúlio Vargas 746 – Centro- Abaeté/MG
Pix CPF 130.070.086-62
TEL: 37 99919 33 63

Emilly Gabriela Alves Soares – **10 dias x 150,00 = R$1.500,00 (um mil, e quinhentos**
Rua Jacira Gomes, 570 (Bernardo S.F.)
CPF: 161.708.826-97 (**pix CPF**)
Tel: 37 99936 40 54

Alaor Rodrigues da Silva – 1 final de semana integral – 4 diárias x 150,00 = R$600,00 (seiscentos reais)
CPF 641.998.436-04
Avenida Dr Guido, 1029 – fundos (Neres)
Tel: 37 99859-6082
Pix: **64199843604**

Taylor Dominick Rodrigues da Silva – 1 final de semana integral – 4 diárias x 150,00= R$ 600,00 (seiscentos reais)
CPF: 06862558609
R. Osvaldo Ferreira, 430 – Bairro Santo Antônio
Chave Pix 97999542741
Tel: 37 99954 2741

VITORIA GABRIELA DE SOUSA:

Cristiana Aparecida da Silva – **10 dias x 150,00 = R$1.500,00 (um mil, e quinhentos reais)**
CPF: 068.776.456-42
Rua Padre João Ferreira,226 (Sagrada Família)
PIX: cristianaaparecidadasilva37@gmail.com
TEL: 31 97107 98 07

Geralda dos Anjos Oliveira – 10 dias x 150,00 = R$1.500,00 (um mil, e quinhentos reais)
Rua Rio Branco, 25 (NERES) Abaeté-MG
AGENCIA: **1059**
CONTA: **795257925-9**
TEL: 37 99838 79 03

Janaina Aparecida Alves Soares - 2 finais de semana integral – 8 diárias x 150,00 = R$1.200,00 (um mil, e duzentos reais)
CPF: 048.204.416-04
RUA MARIA EFIGENIA, 150 (CENTRO) ABAETÉ/MG
TEL: 37 998755078
BANCO: **CAIXA TEM POUPANÇA**
AGENCIA: **3880**
CONTA**: 979228686-7**

Silvia Nara Carvalho Camargos – 2 lavagens de roupas x 250,00= R$500,00 (quinhentos reais)
Rua Rio Branco,535 (Santo Antônio)
CPF: 002.338.496-45
PIX CPF: 00233849645
TEL: 37 98855 38 01

APARECIDA DAS GRAÇAS CORDEIRO AGUIAR:

Franciele Lopes Rodrigues - 10 dias x 150,00 = R$1.500,00 (um mil, e quinhentos reais)
CPF: 129.401.926-00
TEL: 37 9987 79 33
R. 13 de Maio, 1230 (Centro)
PIX: 31971199089

Maria Marta Basílio de Faria – 10 dias x 150,00 = R$1.500,00 (um mil, e quinhentos reais)
R. Coronel Antônio Norberto dos Santos, 771 (Abaetezinho)
CPF 040.824.726-65
Pix CPF: 04082472665
Tel: 31 99887 62 64

Cristiana Aparecida da Silva – **4 dias x 150,00 = R$600,00 (seiscentos reais)**
CPF: 068.776.456-42
Rua Padre João Ferreira,226 (Sagrada Família)
PIX: cristianaaparecidadasilva37@gmail.com
TEL: 31 97107 98 07

Geralda dos Anjos Oliveira – 4 noites x 150,00 = R$600,00 (seiscentos reais)
Rua Rio Branco, 25 (NERES) Abaeté-MG
AGENCIA: **1059**
CONTA: **795257925-9**
TEL: 37 99838 79 03

JORGE JOSE PEREIRA:

Cleber Sidiney de Oliveira – 02 diárias x 150,00 = R$ 300 (setecentos e cinquenta reais)
CPF: 697.727.116-72
R. Amâncio Romero Menezes, 790 (são Luiz)
TEL: 37 99876 98 05
AGENCIA: Caixa 1059
Conta: 765730747-2

Art.2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Abaeté-MG, aos dez dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis. (10/02/2.026).

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:FED6C0D7

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
CONVOCAÇÃO Nº 010 PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

O Pregoeiro do Consórcio Municipal Multifinalitário de Gestão Pública Dos Municípios do Centro Oeste Mineiro, designado pela portaria Nº 030/2025, de 15/10/2025 responsável pela condução do Pregão Eletrônico nº 06/2025, que tem como objeto registro de preços para contratação de empresa para confecção de uniformes escolares para atender as demandas das secretarias de educação dos municípios consorciados ao CIMGEP, sob demanda futura e eventual, nos termos, condições e exigências estabelecidas no termo de referência, **CONVOCA** as empresas abaixo informada, com fulcro no subitem 8.3 do Termo de Referência (anexo I do Edital de Licitação), para apresentação de amostra(s) :
a) Fornecedor 15 (**ART ESTAMPARIA LTDA**, CNPJ: 34.518.825/0001-14), deverá apresentar amostras para os **LOTES 01, 02, 07 e 08.**
b) Fornecedor 06 (**GRIPP CONFECÇÕES LTDA**, CNPJ: 29.638.619/0001-08), deverá apresentar amostra para o **LOTE 03.**
As amostras deverão ser compostas por apenas um modelo de cada tamanho por lote, podendo os modelos ser aqueles disponíveis em estoque pela empresa, desde que observada a mesma composição de materiais e as especificações técnicas estabelecidas no edital, nos tamanhos de 1 a 11 anos.
Cumpre informar que a referida apresentação da amostra deverá ocorrer de **segunda a sexta-feira**, no horário das **08h às 12h e das 13h às 16h**, no seguinte endereço: **Av. Doutor Guido, 297 - CENTRO, Abaeté - MG, 35620-000,** a qual possui o seguinte

endereço eletrônico: cimgepconsorciopublico@gmail.com, **DENTRO DO PRAZO DE 2 (dois) DIAS ÚTEIS**.
Demais informações e resultados sobre as amostragens estão disponíveis no Portal Licitar Digital em **https://licitar.digital/.**

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:63DE7671

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Alvarenga torna público o Edital do **PROCESSO nº 019/2026 – PREGÃO ELETRONICO nº 008/2026,** sendo o objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR, de conformidade com as especificações técnicas constantes do instrumento convocatório e seus anexos. A data da realização do certame será no dia 16/03/2026 às 09h00 hs. A íntegra do Edital estará disponível aos interessados nos endereços eletrônicos https://licitar.digital/ e www.alvarenga.mg.gov.br. Mais informações pelo telefone (33) 4042-9880 – Setor de Licitações. Alvarenga/MG, 27 de fevereiro de 2026.

CRISTIANE VIEIRA DE SOUZA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Cristiane Vieira de Souza
Código Identificador:444119E8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO 07/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG - EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº07/2025: A Prefeitura Municipal de Arapuá/MG torna público extrato do primeiro termo aditivo do contrato Nº07/2025, originado do Processo licitatório Nº06/2025, Dispensa Eletrônica Nº03/2025, termo aditivo de prorrogação do prazo de vigência por mais 12(doze) meses. Constitui o objeto do contrato: Contratação de serviço de Recarga de Nitrogênio Líquido em Botijão de Sêmen, destinada a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme termo de referência.
Contratante: MUNICÍPIO DE ARAPUÁ. CNPJ: 19.942.895/0001-01.
Contratada: DANILO APARECIDO BORELLA EPP, inscrita no CNPJ nº 03.368.371/0001-19; Representante Legal: Danilo Aparecido Borella.
Dotação: 02.06.02 10 301.0013 2.0022 3.3.90.30
Fonte: 01. 0500
Valor do termo aditivo do contrato: R$1.950,00(um mil novecentos e cinquenta reais).
Vigência: De 27/02/2026 à 27/02/2027.
O termo aditivo do contrato encontra-se disponível no site: https://arapua.mg.gov.br/
Arapuá/MG, 27 de fevereiro de 2026.

EMÍLIO DOS SANTOS BOAVENTURA GONDIN –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcio Wanderson de Castro Galvão
Código Identificador:1500913E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIQUINHAS

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

NÚMERO : 000020 / 2026 Processo Licitatório nº 00004 / 2026, Dispensa 000002 / 2026 que objetiva a contratação de clínica de reabilitação para internação de paciente que necessita de tratamento em dependência química, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde . Contratada: PAZ E EQUILÍBRIO CENTRO DE RECUPERAÇÃO FEMININA
LTDA, pessoa jurídica de direito privado estabelecida à Avenida EVY DOS SANTOS SENA, n° 432, VILA SANTO ANTÔNIO DE PADUA, Sabará de MG,
CEP: 34.515-480, inscrita no CNPJ sob o n° 63.822.476/0001-28. Valor global de R$ 16.170,0000 (Dezesseis Mil e Cento e Setenta Reais). Dotação Orçamentária: 02.03.02.10.302.0012.2015.33903900Vigência: 25 de Fevereiro de 2026 até 31 de Dezembro de 2026.

Publicado por:
Alane Rúbia Medeiros da Silva
Código Identificador:1BA76AB8

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

O Agente de Contração/A Comissão de Contratação com fundamento no Lei nº 14.133/2021, Inciso II do Art. 75. É dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), atualizado na forma do art.182, no caso de outros serviços e compras;. Declara DISPENSA DE LICITAÇÃO a favor da(s) empresa(s) abaixo descrita(s):
0048879 - Contratação da dupla Thiago e Ariel para realização de show artístico em comemoração ao aniversário do Município de Biquinhas, visando compor a programação oficial do evento festivo promovido pela Administração Municipal.
Fornecedor..... .: **006862 - 60.834.568 ADEMIR DE PAULO SANTIAGO**
CNPJ..... : 60.834.568/0001-30
Valor.....: **R$ 3.220,00 (Tres Mil e Duzentos e Vinte Reais)**

EUCLIDES PINTO
Assinado de forma digital por EUCLIDES PINTOCOELHO:56595360691
Dados: 2026.02.25 13:16:49 -03'00'

Publicado por:
Lorena Souza Oliveira Menezes
Código Identificador:A251474C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DA 1ª ALTERAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 243/2025

EXTRATO DA 1ª ALTERAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 243/2025
Contratante: Município de Borda da Mata – MG – Processo Licitatório nº 162/2025. Pregão Eletrônico nº 032/2025. Contratante: Município de Borda da Mata. Contratada: H.A DISTRIBUIDORA LTDA. Objeto: Alteração de valor dos itens: CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL de R$ 29,39 (vinte e nove reais e trinta e nove centavos) para R$ 39,09 (trinta e nove reais e nove centavos); CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA de R$ 29,39 (vinte e nove reais e trinta e nove centavos) para R$ 39,09 (trinta e nove reais e nove centavos); CANETA ESFEROGRÁFICA VERMEHA de R$ 29,39 (vinte e nove reais e trinta e nove centavos) para R$ 39,09 (trinta e nove reais e nove centavos). Os novos valores passam a vigorar a partir de 27/02/2026.
Borda da Mata/MG, 27 de fevereiro de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Carolina Mendes Trotta
Código Identificador:E67404F3

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 PREGÃO ELETRÔNICO COMPRAS NET Nº 90006/2026

O Município de Borda da Mata/MG, por meio de seu Pregoeiro, informa que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, cujo objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LUMINÁRIAS DE LED, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Abertura da sessão: 16/03/2026 às 09:00. O edital está disponibilizado no site www.bordadamata.mg.gov.br e Portal de compras do Governo Federal pelo site www.comprasgovernamentais.gov.br. Informações (35) 3445-4900. Borda da Mata/MG, 26 de fevereiro de 2026.

MARCO ANTONIO ROCHA VILLIBOR
Pregoeiro

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:567799D2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
PRETENÇÃO CONTRATUAL - ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO REFERENTE AO PROCESSO Nº 029/2026 DISPENSA Nº 013/2026

MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS - MG torna público a pretensão de firmar contrato, nos termos do art. 75, II da Lei Federal n° 14.133/2021, objetivando à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DA CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA BRUCELOSE BOVINA E BUBALINA NO MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS – MG, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE. Abre-se o prazo de 03 (três) dias úteis, sendo esse até o dia 05/03/2026, para recebimento de propostas adicionais de eventuais interessados, em obediência aos termos do §3° do art. 75 da Lei Federal n° 14.133/2021, na qual deverão ser encaminhadas via e-mail, juntamente com os documentos de habilitação: licitacao@brazopolis.mg.gov.br. Brazópolis 27 de fevereiro de 2026

Publicado por:
Juliana Alves de Freitas
Código Identificador:E3E78C9E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIANA
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 001/2026
CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

A Prefeitura Municipal de Caiana-MG, torna a público a convocação para sorteio entre os credenciados do Procedimento Auxiliar nº 001/2026 Credenciamento nº 001/2026, visando a seleção do prestador de serviços para realização, incluindo a preparação, organização e condução de Leilão de Bens Públicos Móveis Inservíveis, em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de Caiana-MG. O sorteio será realizado dia 06/03/2026 as 13h30min, na sede da Prefeitura Municipal. Maiores informações pelo pelo Tel.: (32) 3196-0027.

Caiana-MG, 26 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Helen Viana Ribeiro
Código Identificador:678801E7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIANA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

A Prefeitura Municipal de Caiana, estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o 18.114.256/0001-95, com sede administrativa na Rua Miguel Toledo, nº 106, Bairro Centro, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público a abertura do Processo Licitatório em epígrafe, adotando – se como:**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Federal nº 14.133/2021, Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014, **Decreto Municipal 959/2025** e demais condições fixadas neste instrumento.**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço por Item;**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** A partir da publicação do extrato no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Caiana-MG;**DATA LIMITE PARA ENVIO DAS PROPOSTAS: 06/03/2026 ATÉ ÀS 14H00MIN.ENDEREÇO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS:** licitacao@caiana.mg.gov.br**.OBJETO:**Constitui-se objeto do presente instrumento, a **Contratação de empresa para fornecimento de água mineral, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento às necessidades das Secretarias e Setores vinculados à Prefeitura Municipal de Caiana-MG.**Caiana/MG, 27 de fevereiro de 2026,

HELEN VIANA RIBEIRO,
Agente de Contratação..

Publicado por:
Helen Viana Ribeiro
Código Identificador:D85F8CDD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS-MG
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DAS ATAS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS- PREGÃO 05-2026

Ata de Registro de Preços nº 13/2026 Processo Licitatório nº 46/2026– Pregão nº 05/2026
Partes: BATUTA SUPERMERCADO LTDA EPP
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DAS CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS, ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).
Vigência: 27/02/2026 a 27/02/2027
Dotação Orçamentária:
As despesas das futuras contratações decorrentes deste ato, correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Geral, previstas para as Secretarias Municipais solicitantes.

Ata de Registro de Preços nº 14/2026 Processo Licitatório nº 46/2026– Pregão nº 05/2026
Partes: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS NAGIB LTDA
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DAS CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS, ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).
Vigência: 27/02/2026 a 27/02/2027
Dotação Orçamentária:
As despesas das futuras contratações decorrentes deste ato, correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Geral, previstas para as Secretarias Municipais solicitantes.

Ata de Registro de Preços nº 15/2026 Processo Licitatório nº 46/2026– Pregão nº 05/2026

Partes: JOSE EDSON FRANCO
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DAS CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS, ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).
Vigência: 27/02/2026 a 27/02/2027
Dotação Orçamentária:
As despesas das futuras contratações decorrentes deste ato, correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Geral, previstas para as Secretarias Municipais solicitantes.

Ata de Registro de Preços nº 16/2026 Processo Licitatório nº 46/2026– Pregão nº 05/2026
Partes: PROFI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DAS CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS, ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).
Vigência: 27/02/2026 a 27/02/2027
Dotação Orçamentária:
As despesas das futuras contratações decorrentes deste ato, correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Geral, previstas para as Secretarias Municipais solicitantes.

Publicado por:
Hendy Lince Fonseca de Souza
Código Identificador:D3F6321B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
DECRETO Nº 30 , DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026 - LEI N.3360

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$795.816,08 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 795.816,08			
02 06 02	**BLOCO ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**		
Ficha: 274	10.301.0006.4046.0000	ATENÇÃO PRIMÁRIA FMS	**20.000,00**
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	500	Recursos não Vinculados de Impostos	
	000	Recursos não Vinculados de Impostos	
	1002	Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
	002	SAÚDE 15%	
	000	SAÚDE 15%	

02 06 05	**BLOCO VIGILANCIA EM SAÚDE**		
Ficha: 436	10.305.0006.4222.0000	MANUTENÇÃO AGENTES DE ENDEMIAS	**17.000,00**
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencime	nto dos agentes co
	000	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencime	nto dos agentes com
	0	Não se Aplica	
	032	TRANSF GOV FEDERAL-VENCIMENTOS ACS E ACE	
	001	AGENTE	

Ficha: 439	10.305.0006.4222.0000	MANUTENÇÃO AGENTES DE ENDEMIAS	**1.000,00**
	3.1.91.13.00	Obrigações Patronais	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	600	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Fe	deral - Bloco de M
	000	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Fe	deral - Bloco de Ma
	0	Não se Aplica	
	059	TRANSF.DE RECUR. SUS-BLOCO DE MANUTENÇÃO	
	005	BLATB	

02 07 06	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
Ficha: 891	08.244.0007.4041.0000	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCI	**11.100,00**
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	501	Outros Recursos não Vinculados	
	000	Outros Recursos não Vinculados	
	0	Não se Aplica	
	070	OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS	
	001	COLETI	

02 08 02	**ENSINO INFANTIL - CRECHES E PRE ESCOLA**		
Ficha: 561	12.365.0009.4030.0000	MANUT. ATIV. CENTRO EDUCACIONAIS INFANTIS - CRECH	**5.000,00**
	3.3.90.18.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	500	Recursos não Vinculados de Impostos	
	000	Recursos não Vinculados de Impostos	
	0	Não se Aplica	
	000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
	000	RECURSOS NÃO VINCULADOS	

02 07 06	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
Ficha: 892	08.244.0007.4041.0000	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCI	**100.000,00**
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	501	Outros Recursos não Vinculados	
	000	Outros Recursos não Vinculados	
	0	Não se Aplica	
	070	OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS	
	001	COLETI	

Ficha: 892	08.244.0007.4041.0000	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCI	**641.716,08**
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	501	Outros Recursos não Vinculados	
	000	Outros Recursos não Vinculados	
	0	Não se Aplica	
	070	OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS	
	001	COLETI	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:
Superávit Financeiro: 741.716,08
Fontes de Recurso
501 000 Outros Recursos não Vinculados 741.716,08

02 05 04	**GESTAO ADMINISTRATIVA,ENGENHARIA TRANSP.E TRANSITO**		
Ficha: 232	15.452.0015.4194.0000	MANUT. GESTAO DE TRANSPORTE E TRANSITO MUNICIPAL	**-11.100,00**
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	501	Outros Recursos não Vinculados	
	501	Outros Recursos não Vinculados	
	0	Não se Aplica	
	070	OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS	
	005	RECORD	

02 06 01	**BLOCO DE GESTÃO DO SUS-SECRETARIA DE SAÚDE**		
Ficha: 263	10.302.0006.4183.0000	TRANSPORTE DA SAÚDE - FMS	**-20.000,00**
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	500	Recursos não Vinculados de Impostos	
	500	Recursos não Vinculados de Impostos	
	1002	Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
	002	SAÚDE 15%	
	000	SAÚDE 15%	

02	06	05	BLOCO VIGILANCIA EM SAÚDE		
Ficha: 424			10.305.0006.4148.0000	MANUTENCAO VIGILANCIA EM SAUDE -EPIDEMIOLOGICA	-1.000,00
			3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
			1	Recursos do Exercício Corrente	
			600	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	Federal - Bloco de
			600	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	Federal - Bloco de
			0	Não se Aplica	
			059	TRANSF.DE RECUR. SUS-BLOCO DE MANUTENÇÃO	
			008	BLVGS	
Ficha: 435			10.305.0006.4222.0000	MANUTENÇÃO AGENTES DE ENDEMIAS	-17.000,00
			3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
			1	Recursos do Exercício Corrente	
			604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao venci	mento dos agentes c
			604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao venci	mento dos agentes c
			0	Não se Aplica	
			032	TRANSF GOV FEDERAL-VENCIMENTOS ACS E ACE	
			001	AGENTE	

02	08	01	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO		
Ficha: 538			12.122.0008.4002.0000	MANUTENCAO ATIVIDADES SECRETARIA DE EDUCACAO	-5.000,00
			3.3.90.49.00	Auxílio-Transporte	
			1	Recursos do Exercício Corrente	
			500	Recursos não Vinculados de Impostos	
			500	Recursos não Vinculados de Impostos	
			0	Não se Aplica	
			000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
			000	RECURSOS NÃO VINCULADOS	

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CINTHIA SANCHES SILVA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:A8A3D421

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO-MG

EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO - MG - Processo Licitatório: 56/2026 #-PREGÃO PRESENCIAL /2026- Objeto: Aquisição de Insumos de Saúde para a Farmácia Básica do Município. Contratado: SOMA/MG PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrito no CNPJ: sob o nº 12.927.876/0001-67, contrato nº 38 / 2026. R$8.049,00. Data da assinatura: 11/02/2026. Vigência: 11/02/2027.

SAMUEL AZEVEDO MARINHO –
Prefeito Municipal de Campo do Meio.

EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO - MG - Processo Licitatório: 56/2026 #-PREGÃO PRESENCIAL /2026- Objeto: Aquisição de Insumos de Saúde para a Farmácia Básica do Município. Contratado: PURAH MEDICAL & CO LTDA, inscrito no CNPJ: sob o nº 28.345.933/0001-30, contrato nº 37 / 2026. R$85.500,00. Data da assinatura: 11/02/2026. Vigência: 11/02/2027.

SAMUEL AZEVEDO MARINHO –
Prefeito Municipal de Campo do Meio.

EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO - MG - Processo Licitatório: 56/2026 #-PREGÃO PRESENCIAL /2026- Objeto: Aquisição de Insumos de Saúde para a Farmácia Básica do Município. Contratado: FARMACIA DE MANIPULACAO IDEAL FORMULAS LTDA, inscrito no CNPJ: sob o nº 04.522.343/0001-77, contrato nº 34 / 2026. R$175.000,00. Data da assinatura: 11/02/2026. Vigência: 11/02/2027.

SAMUEL AZEVEDO MARINHO –
Prefeito Municipal de Campo do Meio.

EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO - MG - Processo Licitatório: 56/2026 #-PREGÃO PRESENCIAL /2026- Objeto: Aquisição de Insumos de Saúde para a Farmácia Básica do Município. Contratado: COTACAO COM REPRESENTACAO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, inscrito no CNPJ: sob o nº 58.950.775/0001-08, contrato nº 33 / 2026. R$398.000,00. Data da assinatura: 11/02/2026. Vigência: 11/02/2027.

SAMUEL AZEVEDO MARINHO –
Prefeito Municipal de Campo do Meio.

EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO - MG - Processo Licitatório: 56/2026 #-PREGÃO PRESENCIAL /2026- Objeto: Aquisição de Insumos de Saúde para a Farmácia Básica do Município. Contratado: ALFALAGOS LTDA, inscrito no CNPJ: sob o nº 05.194.502/0001-14, contrato nº 32 / 2026. R$22.439,00. Data da assinatura: 11/02/2026. Vigência: 11/02/2027.

SAMUEL AZEVEDO MARINHO –
Prefeito Municipal de Campo do Meio.

Publicado por:
Laís Reis Marques
Código Identificador:835FD38E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO.

Processo Licitatório 016/2024, Dispensa Eletrônica 004/2024, Contrato: 017/2024 OBJETO: **CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE (SISTEMAS) PARA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, EMISSÃO DE RESULTADOS DE EXAMES LABORATORIAIS, CONTROLE DE ENTREGA DE MEDICAMENTOS E CONTROLE DE VIAGENS DE PACIENTES.** Contratada: **FUTURIZE TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA** – CNPJ 10.516.690/0001-90. Vigência 05/03/2026 a 04/03/2027.

JOSÉ IVANIR MIRANDA DUARTE -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elias Evandro de Carvalho
Código Identificador:BD85E097

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
EXTRATO DE ARP Nº 012/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Pregoeira Oficial, no desempenho de suas atribuições legais, em atenção a Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados o seguinte extrato:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 012/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tubos de concreto, conforme especificações constantes no Termo de

Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Obras de Caparaó-MG.

SESSÃO PÚBLICA: 19/02/2026
ADJUDICAÇÃO: 25/02/2026
HOMOLOGAÇÃO: 25/02/2026
DETENTORA DOS PREÇOS REGISTRADOS: PRIME COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 57.131.692/0001-24.
VALOR GLOBAL: R$ 178.982,00 (cento e setenta e oito mil, novecentos e oitenta e dois reais).
VIGÊNCIA: 25/02/2026 à 25/02/2027.
CERTIFICO para os devidos fins, que o **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, foi devidamente publicado no quadro de avisos localizado no "hall" de entrada da Prefeitura Municipal, bem como no site http://www.caparao.mg.gov.br/, conforme disposto na legislação vigente.

Por ser verdade,

Firma a presente.

Caparaó/MG, 27 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Tayane da Silva Miranda
Código Identificador:4A82E9A4

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 016-2026

EXTRATO DE CONTRATO

A Pregoeira Oficial, no desempenho de suas atribuições legais, em atenção a Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados o seguinte extrato:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 016/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2026

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de planejamento e organização da 2ª Corrida Rústica Manoel Xavier Sobrinho, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de Caparaó-MG.

SESSÃO PÚBLICA: 26/02/2026
ADJUDICAÇÃO: 26/02/2026
HOMOLOGAÇÃO: 26/02/2026
DETENTORA DOS PREÇOS REGISTRADOS: ABSOLUT PRODUCOES, EVENTOS, ENTRETENIMENTO E PARTICIPACOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.174.422/0001-44.
VALOR GLOBAL: R$ 34.150,00 (trinta e quatro mil, cento e cinquenta reais).
VIGÊNCIA: 26/02/2026 à 26/05/2026.
CERTIFICO para os devidos fins, que o **EXTRATO DE CONTRATO**, foi devidamente publicado no quadro de avisos localizado no "hall" de entrada da Prefeitura Municipal, bem como no site http://www.caparao.mg.gov.br/, conforme disposto na legislação vigente.

Por ser verdade,

Firma a presente.

Caparaó/MG, 27 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Tayane da Silva Miranda
Código Identificador:A4A19243

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

SETOR DE COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG – TORNA PÚBLICO O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG – Torna público o extrato da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2026,** Processo Licitatório Nº 001/2026, Pregão Eletrônico N° 001/2026. **Objeto:** Registro de preços para aquisição de materiais para sinalização urbana, em conformidade com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. **FORNECEDOR REGISTRADO: JUSTINO DAVINO PERES,** CNPJ: 05.588.878/0001-03, pelo valor de R$ 53.504,00 (cinquenta e três mil quinhentos e quatro reais). **Data da assinatura:** 26 de fevereiro de 2026. Com vigência de 12 (doze) meses. Carmo do Paranaíba, 26 de fevereiro de 2026.

LUCAS DA SILVA MENDES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Simeire Silva Moreira Cunha
Código Identificador:AA6A9E46

SETOR DE COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG - TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO 7° TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 119/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG - Torna público o extrato do **7° Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n° 119/2021**. **Processo Licitatório nº 136/2021, Pregão Presencial nº 040/2021. Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de vigilância eletrônica, denominado monitoramento remoto de sistemas de alarmes com vistoria de pronta resposta, com apoio tático prestado no período diurno e noturno, por 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, 07 (sete) dias por semana, e serviço de instalação e configuração do sistema de alarme, além de manutenções corretivas e preventivas, enquanto vigente o contrato, para execução da segurança física das instalações móveis, imóveis, equipamentos e documentos constantes nas dependências dos diversos setores da Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba. **Contratada: PLANET SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA-ME,** CNPJ sob o nº. 05.287.386/0001-88. **Objeto do termo aditivo:** Este aditamento aumentará na vigência do contrato inicial, estendendo-se seu prazo até o dia **31/12/2026** e resultará em acréscimo do objeto contratual, totalizando-se em **R$60.384,00 (sessenta mil e trezentos e oitenta e quatro reais)**, sendo necessário conforme justificado no Ofício N.° 314/2025, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Lazer e Esporte. **Data da assinatura do Termo Aditivo:** 16/12/2025. Carmo do Paranaíba, 16 de dezembro de 2025.

LUCAS DA SILVA MENDES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Simeire Silva Moreira Cunha
Código Identificador:925576B1

SETOR DE COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG - TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.° 011/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG - Torna público o extrato do **Contrato Administrativo n.° 011/2026**. **Processo Licitatório n.º 002/2026**, **Pregão Eletrônico nº 002/2026**. **Objeto:** Contratação de empresa especializada em limpeza pública e coleta de resíduos, em conformidade com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. **Contratado: CONSERBRÁS MULTI SERVIÇOS LTDA**, inscrito no CNPJ sob o n.º **66.343.518/0001-36**, pelo valor total de **R$ 8.648.691,00 (oito milhões seiscentos e quarenta e oito mil seiscentos e noventa e um reais)**. **Vigência:** 23/02/2026 a

23/02/2027. **Data da assinatura do contrato:** 23/02/2026. Carmo do Paranaíba, 23 de fevereiro de 2026.

LUCAS DA SILVA MENDES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Simeire Silva Moreira Cunha
Código Identificador:1A99878A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 025/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026.

Encontra-se aberto junto a esta Prefeitura Municipal, o processo acima informado, tipo menor preço por item, pelo modo de disputa aberto, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE BEBEDOURO DE ÁGUA INDUSTRIAL (COLUNA).** *Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: das 09:00 hs do dia 02/03/2026, às 09:00 hs do dia 13/03/2026. Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09:01 hs do dia 13/03/2026, no endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.* Informações Tel. (32) 8407-3499. Rua Padre Carlos Dondero, nº 16, Centro, Chiador – MG, CEP: 36.630-000; ou pelo e-mail: licitacao@chiador.mg.gov.br. Site: https://pm-chiador.publicacao.siplanweb.com.br/editais. Maurício Barbosa Monteiro. Pregoeiro Municipal. Chiador – MG, 27 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:BEC0D7FE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 026/2026 PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 026/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2026.

Encontra-se aberto junto a esta Prefeitura Municipal, o processo licitatório acima informado, tipo menor preço global, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE HARDWARE DO PARQUE DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA DE REDE DE COMPUTADORES, APOIO AO BACKUP, APOIO A INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE MICROCOMPUTADORES E ATIVOS DE REDE DE COMPUTADORES, SUPORTE AOS USUÁRIOS E OUTRO.** O *Credenciamento, Recebimento e julgamento das Propostas e Documentos de Habilitação, ocorrerão no dia 17/03/2026 às 9:00 hs,* na Sede da Prefeitura Municipal de Chiador – MG. Informações Tel. (32) 8407-3499. Rua Padre Carlos Dondero, nº 16, Centro, Chiador – MG, CEP: 36.630-000; ou pelo e-mail: licitacao@chiador.mg.gov.br. Site: https://pm-chiador.publicacao.siplanweb.com.br/editais. Maurício Barbosa Monteiro. Pregoeiro Municipal. Chiador – MG, 27 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:385E0017

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS

CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
RESOLUÇÃO 001/2026 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026

Altera dispositivos da Resolução nº 01, de 22 de março de 2017, que cria a homenagem à Mulher Correguense, e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Córrego do Bom Jesus, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e regimentais, Promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º O art. 3º da Resolução nº 01, de 22 de março de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 3º A homenagem à Mulher Correguense será concedida às mulheres indicadas pelos Vereadores da Câmara Municipal, observados os critérios e requisitos estabelecidos nesta Resolução."

Art. 2º O art. 4º da Resolução nº 01, de 22 de março de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 4º Cada Vereador poderá indicar **01 (uma) mulher por ano** para receber a homenagem prevista nesta Resolução.
§ 1º A indicação será de responsabilidade exclusiva do parlamentar proponente, e deverá ser realizada até a 1° reunião ordinária do mês de fevereiro.
§ 2º No ato da indicação, o Vereador ou Vereadora **deverá apresentar, obrigatoriamente, breve histórico da homenageada**, contendo sua trajetória de vida, atuação social, comunitária ou profissional, bem como a justificativa da homenagem.
§ 3º A mulher indicada deverá atender aos critérios de relevância e impacto social, observada, entre outros aspectos:
I – prestação de serviços voluntários ou desenvolvimento de projetos com impacto na comunidade local;
II – atuação na defesa dos direitos das mulheres, combate à violência de gênero ou promoção da igualdade;
III – histórias de superação, resiliência e contribuição significativa para o Município.
§ 4º Poderão ser indicadas mulheres residentes no Município ou aquelas que, mesmo não residentes, tenham prestado serviços relevantes a Córrego do Bom Jesus."

Art. 3º Fica revogado o parágrafo único do art. 4º, e Art. 6° da Resolução nº 01, de 22 de março de 2017.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com suas devidas alterações.

Córrego do Bom Jesus, 23 de fevereiro de 2026.

TATIANA APARECIDA DE ALMEIDA E SILVA
Presidente

MICHEL JOÃO DOS SANTOS
Vice – Presidente

PAULO CÉSAR FRANCELINO
Secretário

Publicado por:
Jose Luis da Silva
Código Identificador:EC99DDFF

CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS
RESOLUÇÃO Nº 002/2026 , 23 DE FEVEREIRO DE 2026

RESOLUÇÃO Nº 002/2026
23 de fevereiro de 2026

Autoriza a Câmara Municipal de Córrego do Bom Jesus a filiar-se à ABEL - Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Córrego do Bom Jesus, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e regimentais, Promulga a seguinte Resolução:
Art. 1º - Fica a Câmara Municipal de Córrego do Bom Jesus, autorizada a filiar-se à Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas - ABEL, sociedade sem fins lucrativos, com

sede na cidade de Brasília-DF, nos moldes do protocolo de intenções anexo a essa resolução.

Art. 2º - O repasse financeiro à associação será realizado anualmente, no valor inicial de R$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), reajustado conforme o valor fixado pela Assembleia Geral da ABEL.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta da dotação específica, consignada no orçamento da Câmara Municipal de Córrego do Bom Jesus, suplementada se necessário.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e Cumpre-se.

Córrego do Bom Jesus, 23 de fevereiro de 2026

TATIANA APARECIDA DE ALMEIDA E SILVA
Presidente da Câmara

MICHEL JOÃO DOS SANTOS
Vice-Presidente

PAULO CÉSAR FRANCELINO
Secretário

Publicado por:
Jose Luis da Silva
Código Identificador:B265C91B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 011/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 001/2026

A Prefeitura Municipal de Franciscópolis/MG torna público, que realizará no dia 17/03/2026 às 08H00MIN, a Concorrência Eletrônica N.º 001/2026 para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços na área de engenharia, incluindo mão-de-obra, materiais e disponibilização de equipamentos necessários para executar a obra de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais urbanas do PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA - FNHIS SUB50 no município de Franciscópolis/MG, conforme PROPOSTA NOVO PAC - SELEÇÃO Nº 56000002967/2025 E PROPOSTA TRANSFEREGOV Nº 039710/2025.
O Edital completo poderá ser adquirido no endereço eletrônico https://www.franciscopolis.mg.gov.br, ou na página https://licitar.digital/.

WANDERCI SCHIAVO TOLEDO
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Adriana Pereira Macedo
Código Identificador:1FD02C2F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANÉSIA

PREFEITURA
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA

EXTRATO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA – AGRICULTURA FAMILIAR
Processo nº. 14/2026, Chamada Pública nº. 02/2026, Inexigibilidade nº 09/2026. Objeto: Chamada pública para contratação de organizações formais (cooperativas) de agricultores familiares para a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (hortifrutigranjeiros e outros), destinados à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para atendimento dos alunos matriculados nas Unidades Educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Guaranésia/MG. Data e hora da abertura: 16/03/2026 às 09h. O edital na íntegra e demais arquivos complementares está disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Guaranésia através do endereço https:// https://www.prefguaranesia.mg.gov.br/editais-em-andamento/. 27.02.26.

JOÃO CARLOS MINCHILLO -
Prefeito

Publicado por:
Flaviana Cristina da Silva
Código Identificador:E96BBF96

PREFEITURA
EXTRATO DE EDITAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANÉSIA
Processo nº. 13/2026, Concorrência Eletrônica nº. 01/2026. Objeto: Contratação de empresa para reforma e ampliação da sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Data e hora da abertura: 17/03/2026 às 09h. O(s) edital(is) na íntegra e demais arquivos complementares está(ão) disponível(is) na plataforma AMM Licita através do endereço https://ammlicita.org.br/ e no site oficial da Prefeitura Municipal de Guaranésia através do link.

JOÃO CARLOS MINCHILLO -
Prefeito

Publicado por:
Flaviana Cristina da Silva
Código Identificador:23B47B51

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIÚRA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIÚRA DE MINAS
EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO - PRC Nº 006/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIURA DE MINAS(MG) – Processo nº 006/2024 - Edital nº 001/2024, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 001/2024, Registro de Preços nº 001/2024. Torna público o extrato de 2º Termo Aditivo ao contrato celebrado com a empresa Batuta Supermercado Ltda-EPP, Hortifruti Vital Ltda e Rolsemeire Cremonezi da Fonseca Romero. Objeto: constitui objeto do presente Pregão Presencial o registro de preços para aquisição, a medida das necessidades, de produtos alimentícios para o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, conforme especificações contidas no Anexo I. Fundamento legal: Art. 94, Inciso I e Art. 176, Inciso III, parágrafo único, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2022 e alterações e da Lei Municipal nº 553/2003. Data: 27.02.2026.

DANILO LIPARINI MORAES -
Pregoeiro –

RONY WILSON LEONARDO-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Danilo Liparini Moraes
Código Identificador:AE19F1CD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPÉ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPÉ
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Itaipé torna público que realizará licitação, que será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, tipo Menor Preço por lote do seguinte:
Processo Licitatório nº 0006/2026 – Pregão Eletrônico nº 003/2026
Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para serviços de distribuição e manutenção de fornecimento de acesso à internet via fibra ótica com velocidade de conexão mínima entre 20mb/s até 1000mb/s e via Rádio em diversos pontos indicados pela administração, suporte mensal de manutenção incluindo instalação, equipamentos, configuração e manutenção, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I, parte integrante deste Edital.
Início de Recebimento de Propostas: 02 de março de 2026.
Limite para Recebimento de Propostas: 17 de março de 2026 até às 07h59min.
Início da Sessão de Disputa de Preços: 17 de março de 2026 até às 08h00min.
Local de Abertura: ammlicita.org.br
Referência de Tempo: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Prazo de Validade da Proposta: Mínimo 60 dias.
Critério de Julgamento: Menor Preço por lote
Informações complementares: O edital e demais informações poderão ser encontradas nos sites: www.ammlicita.org.br e www.gov.br/pncp. e www.itaipe.mg.gov.br.
Itaipé-MG, 27 de fevereiro o de 2026.

FAGNER MARTINS COELHO
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Publicado por:
Pedro Henrique Bulhões
Código Identificador:3AB44DC6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMONTE

PROCURADORIA E SECRETARIA
TERMO DE FOMENTO Nº 003/2026- CAII/PREFEITURA ITAMONTE

TERMO DE FOMENTO Nº. 003/2026

Termo de Fomento Nº 03/2026 que entre si celebram o Município de Itamonte e Centro de Atendimento Integral ao Idoso- CAII de Itamonte/MG.

O **MUNICÍPIO DE ITAMONTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 18.666.750/0001-62, com sede à Rua Prefeito José Ribeiro Pereira Filho, nº 206, CEP 37466-000, Itamonte/MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, João Pedro Fonseca, brasileiro, inscrito no CPF nº 038.655.016-64, doravante denominado **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ nº 17.634.110/0001-08, representado pelo Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Odilon José Perroni Pinto, e, de outro lado, o **CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRAL AO IDOSO - CAII,** Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 04.271.918/0001-26, com sede à Rua Januário Leoni, nº. 57, Bairro Centro, Itamonte/MG, neste ato representada por sua Presidente, Maria Ignez Carvalho Maranhão, inscrita no CPF nº 023.747.737-87, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, regendo-se pela Lei Federal nº 13.019/2014, pela Lei nº 13.204/2015, pela Lei Complementar nº 101/2000, pelo Decreto Municipal nº 1.388/2017, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e pela Lei Orçamentária Anual, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto a aplicação de recursos provenientes de verba vinculada, destinados a apoiar o **Centro de Atendimento ao Idoso de Itamonte – CAII**, instituição que presta atendimento a pessoas da terceira idade, de ambos os gêneros, a partir dos **60 (sessenta) anos**, na modalidade **casa-lar**, em regime de internato. Atualmente, fornece atendimento ininterrupto para 16 idosos, em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, sem condições de moradia e autossustentação.
As ações e destinações dos recursos encontram-se detalhadas no **Plano de Trabalho**, que integra este instrumento como anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPENSA

• A parceria foi celebrada com fundamento no art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014, através da dispensa de chamamento público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GESTÃO E DO MONITORAMENTO

3.1. A OSC indica como responsável pela execução da parceria a Sra. Maria Ignez Carvalho Maranhão.
3.2. A Administração Pública designa como gestor(es) da parceria os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, nomeados pela Portaria nº 129/2025.
3.3. O monitoramento da parceria será realizado de forma contínua, podendo incluir:
I – análise de relatórios;
II – visitas técnicas in loco;
III – emissão de relatório técnico de monitoramento e avaliação, nos termos do art. 59 da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

• São obrigações da Administração Pública:

I – transferir os recursos financeiros conforme cronograma;
II – acompanhar, monitorar e avaliar a execução da parceria;
III – analisar as prestações de contas;
IV – emitir parecer técnico conclusivo;
V – publicar o extrato do Termo de Fomento;
VI – aplicar, quando cabível, as sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUINTA –DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

• São obrigações da OSC, além das previstas na legislação:

I – executar fielmente o objeto;
II – aplicar os recursos exclusivamente no objeto pactuado;
III – manter conta bancária específica e exclusiva;
IV – prestar contas na forma e nos prazos estabelecidos;
V – permitir o acesso dos órgãos de controle;
VI – manter regularidade fiscal e documental;
VII – divulgar a parceria conforme art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
VIII – não transferir recursos a terceiros;
IX – guardar os documentos pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA SEXTA – DO REGIME JURÍDICO DO PESSOAL

6.1. A contratação de pessoal pela OSC observará os princípios da legalidade, impessoalidade e publicidade.

6.2. Não haverá vínculo jurídico ou trabalhista entre a Administração Pública e os trabalhadores da OSC.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

7.1. O valor total da parceria é de R$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais), a ser transferido em 12 parcelas mensais de R$ 9.500,00, conforme Plano de Trabalho.

7.2. Os recursos correrão à conta da dotação orçamentária:

633 - 02.09.01 | 08.244.0028.2076 | 1500.000 | 100.1001 | 3.3.50.43.00

CLÁUSULA OITAVA - DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

8.1. Os recursos serão depositados em conta bancária específica e exclusiva, qual seja, [dados sigilosos].
8.2. Os rendimentos financeiros deverão ser aplicados no objeto da parceria.
8.3. Os pagamentos deverão ser realizados preferencialmente por transferência bancária identificada.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1. A OSC prestará contas por meio de relatório de execução do objeto e relatório de execução financeira, priorizando a avaliação de resultados, conforme art. 63 da Lei nº 13.019/2014.

9.2. A prestação de contas será analisada sob os aspectos técnico e financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento das obrigações poderá ensejar, assegurado o contraditório e a ampla defesa:
I – advertência;
II – suspensão temporária de participação em parcerias;
III – declaração de inidoneidade;
IV – rescisão do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 –O Termo de Fomento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre as partes ou por descumprimento das cláusulas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

12.1. A vigência será da data da assinatura até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogada mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

13.1. O extrato do Termo será publicado no Diário Oficial do Município.
13.2. A OSC deverá manter atualizadas as informações da parceria enquanto durar sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, a Comarca de Itamonte, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes e testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Itamonte - MG, 13 de fevereiro de 2026.

Administração Pública Municipal
JOÃO PEDRO FONSECA
Prefeito Municipal

Organização da Sociedade Civil
MARIA IGNEZ CARVALHO MARANHÃO
Presidente do CAII- Itamonte

TESTEMUNHAS:

NOME: _____
CPF: _____

NOME: _____
CPF: _____

Publicado por:
Isabela Romanelli Scarpa
Código Identificador:5FD5FCC1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 03/2025

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 019/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia elétrica e hidráulica destinados à implantação de fonte luminosa ornamental na Lagoa D'agua, localizada no Município de Lagoa Formosa/MG, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos, sistemas de bombeamento, iluminação subaquática e demais insumos necessários à completa execução do objeto.
A realizar-se no dia 08 de abril de 2026, às 08:00hrs, no site https://licitanet.com.br/.
Informações pelo e-mail licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br e edital no site www.lagoaformosa.mg.gov.br/editaiselicitacoes
Lagoa Formosa-MG, 27 de fevereiro de 2026.

JOSE WILSON AMORIM.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruna Cristina Lima Oliveira
Código Identificador:F389A3BB

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG
EXTRATO ATAS INTERNAS 023 A 027/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA - Extrato de Atas:

Ata Interna 023/2026 LUPE ENXOVAIS HOSPITALARES E HOTELARIA LTDA, CNPJ: 41.685.876/0001-04, valor de R$ 2.200,00; Ata Interna 024/2026 DIAS MELLO LTDA, CNPJ: 41.685.876/0001-04, valor de R$ 69.150,00; Ata Interna 025/2026 ELO TEXTIL LTDA, CNPJ: 28.844.636/0001-39, valor de R$ 11.180,00; Ata Interna 026/2026 KING FLECCE TEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO E IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ: 47.326.944/0001-17, valor de R$ 18.291,30; Ata Interna 027/2026 DIATHEKE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA LTDA, CNPJ: 04.113.609/0001-28 valor de R$ 22.730,00; Objeto: Registro de Preço visando Aquisição de **uniformes, vestimentas operacionais, enxovais e materiais têxteis hospitalares, bem como insumos médico-hospitalares**, destinados ao atendimento das necessidades da **Secretaria Municipal de Saúde** e de suas unidades vinculadas. Pregão Eletrônico 003/2026, Processo 009/2026 Vigência: 24/02/2026 a 24/02/2027.

Lagoa Formosa/ MG, 26 de fevereiro de 2026.

JOSÉ WILSON AMORIM
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Melo Braga
Código Identificador:886E4DB6

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG
EXTRATO CONTRATO 043/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA - Extrato de Contratos:

Contrato 043/2026, Kamila Marques Faria 08953897629 LIMITADA, CNPJ nº 27.409.741/0001-87, o valor do contrato é de R$ R$ 41.600,00 (quarenta e um mil e seiscentos reais). Constitui objeto do presente instrumento: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de decoração temática e cenográfica, destinadas à realização de eventos culturais e oficiais do Município de Lagoa Formosa/MG. Pregão Eletrônico 005/2026 Processo Licitatório 013/2026. Vigência 27/02/2026 a 31/05/2026.

JOSÉ WILSON AMORIM,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Melo Braga
Código Identificador:C815892C

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG
EXTRATO DE ATA INTERNA 028/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA - Extrato de Ata:

Ata Interna 028/2026 MF Estruturas Metálicas LTDA, CNPJ: 27.764.858/0001-89, valor de R$ 1.751.774,00; Objeto: Registro de Preço visando futuros e eventuais fornecimento de concreto usinado, produzindo em central dosadora, com e sem bombeamento, destinado a atender às demandas de obras, reformas, manutenções e serviços de infraestrutura do Município De Lagoa Formosa. Pregão Eletrônico 004/2026, Processo 012/2026 Vigência: 25/02/2026 a 25/02/2027.

Lagoa Formosa/ MG, 26 de fevereiro de 2026.

JOSÉ WILSON AMORIM
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Melo Braga
Código Identificador:AE9236B2

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO 005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA/MG
Homologo o Pregão Eletrônico 005/2026, Processo nº 013/2026. Referente à Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de decoração temática e cenográfica, destinados à realização dos eventos culturais e oficiais do Município de Lagoa Formosa/MG. Em favor de: Kamila Marques Faria 08953897629 Limitada, inscrita no CNPJ Nº 27.409.741/0001-87, valor R$ R$ 41.600,00 (quarenta e um mil e seiscentos reais).Informações: lagoaformosa.mg.gov.br

JOSÉ WILSON AMORIM.
Prefeito Municipal.

Lagoa Formosa-MG, 27 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Carlos Alberto Coelho
Código Identificador:638B726D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA
DECRETO Nº 516/2026

DECRETO N° 516 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

Regulamenta a execução, o controle, a transparência e a rastreabilidade das emendas parlamentares no âmbito do Município de LEANDRO FERREIRA/MG, em conformidade com a ADPF nº 854/DF, a Lei Complementar Federal nº 210/2024, a Instrução Normativa TCEMG nº 05/2025 e a Recomendação MPC-MG nº 01/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA/MG, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:
Art. 1º Este Decreto regulamenta os procedimentos administrativos, orçamentários, financeiros, de transparência, rastreabilidade e de controle relativos às emendas parlamentares previstas na legislação vigente, no âmbito do Município de LEANDRO FERREIRA/MG.
Art. 2º A execução das emendas parlamentares observará, obrigatoriamente:
I – os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência;
II – a rastreabilidade integral dos recursos públicos em todas as fases da execução orçamentária e financeira;
III – as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 854/DF;
IV – a Lei Complementar Federal nº 210, de 25 de novembro de 2024;
V – a Instrução Normativa TCEMG nº 05, de 10 de dezembro de 2025;
VI – a Recomendação MPC-MG nº 01, de 2025;
VII – o disposto no art. 163-A da Constituição da República.
Art. 3º Fica instituída a obrigatoriedade de Plano de Trabalho prévio e de Relatório de Gestão, como condições essenciais para a execução, o acompanhamento, a transparência e a rastreabilidade das emendas parlamentares.
§ 1º O Plano de Trabalho, elaborado pelo beneficiário da emenda, deverá conter, no mínimo:
I – descrição do objeto a ser executado, finalidade e metas a serem alcançadas;
II – estimativa dos recursos financeiros necessários à consecução do objeto;
III – classificação orçamentária da despesa, informando o valor aplicado em despesas correntes e em despesas de capital; e
IV – previsão de prazo para a conclusão do objeto a ser executado e cronograma de execução**.**
§ 2º O Relatório de Gestão dos Recursos, a ser elaborado após o recebimento e durante a execução da emenda parlamentar, deverá conter, no mínimo:
I – detalhamento do objeto executado;
II – detalhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos recebidos, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto nos incisos I e II do § 1º, no inciso III do § 2º e no § 5º do art. 166-A da Constituição da República;
III – relação dos procedimentos licitatórios realizados e dos contratos celebrados, quando houver.
§ 3º O Relatório de Gestão deverá ser disponibilizado até 30 de junho do exercício subsequente ao recebimento dos recursos, devendo ser atualizado, anualmente, na mesma data, até a conclusão da execução do objeto, quando será apresentado o relatório final.
§ 4º É vedada a execução de emenda parlamentar sem Plano de Trabalho previamente aprovado.
Art. 4º A execução financeira das emendas parlamentares observará, obrigatoriamente:
I – abertura de conta bancária específica para cada emenda;
II – vedação à utilização de contas de passagem ou mecanismos similares;
III – identificação do fornecedor, prestador de serviço ou beneficiário final;
§ 1º Excepcionalmente, será admitida a aglutinação de mais de uma emenda parlamentar, em uma mesma conta-corrente bancária específica, quando destinadas à execução de objeto idêntico, desde que assegurados os princípios da transparência e da rastreabilidade na aplicação dos recursos.
§ 2º Na hipótese prevista no § 1º deste artigo, poderá ser adotado plano de trabalho único, no qual deverá constar, de forma clara e discriminada, o valor indicado por cada parlamentar, bem como o

detalhamento das ações e metas correspondentes às emendas aglutinadas, admitindo-se a prestação de contas de forma integrada, nos termos deste Decreto.

Art. 5º As informações relativas às emendas parlamentares municipais deverão ser disponibilizadas em meio eletrônico de acesso público, preferencialmente no Portal da Transparência do Município, assegurando-se, no mínimo, a divulgação dos seguintes elementos:

I – identificação do autor da emenda parlamentar, com nome completo do parlamentar, comissão, bancada ou outro autor, com indicação do partido político.

II – identificação da emenda, com número de referência ou código único no orçamento municipal, vinculado ao respectivo ato normativo que a aprovou;

III – objeto da despesa, com descrição detalhada do propósito do gasto aprovado na emenda, incluindo a ação governamental, projeto ou atividade a ser executada e sua finalidade específica;

IV – valor alocado à emenda parlamentar;

V – identificação do órgão ou entidade executora, ou, quando se tratar de transferência, do beneficiário final dos recursos;

VI – indicação da localidade beneficiada, com identificação do município, órgão, entidade ou comunidade atendida;

VII – cronograma de execução, com prazo previsto para início e término da execução do objeto, incluindo, quando aplicável, etapas intermediárias;

VIII – referência aos instrumentos jurídicos vinculados à execução da emenda, tais como convênios, termos de fomento, termos de colaboração, contratos ou instrumentos congêneres, com indicação do número do processo administrativo correspondente, quando houver;

IX – Plano de Trabalho, elaborado pelo beneficiário da emenda, contendo, no mínimo, os itens previstos no art. 3º, § 1º, deste Decreto;

X – Relatório de Gestão, contendo, no mínimo, os itens previstos no art. 3º, § 2º, deste Decreto;

XI – identificação do recebedor dos recursos, com indicação da natureza jurídica e do respectivo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

XII – identificação do município ou ente recebedor dos recursos e respectivo CNPJ, quando aplicável;

XIII – data de disponibilização dos recursos;

XIV – identificação do gestor responsável pela execução da emenda, com nome completo;

XV – grupo de natureza da despesa – GND;

XVI – identificação da instituição financeira, da agência bancária e da conta corrente específica utilizada para a movimentação dos recursos;

XVII – indicação da existência ou não de anuência prévia do gestor do Sistema Único de Saúde – SUS, quando se tratar de emenda destinada à área da saúde.

Art. 6º O Sistema de Controle Interno Municipal realizará auditorias periódicas sobre a execução das emendas parlamentares, emitindo relatórios técnicos e recomendações.

Art. 7º A execução de emenda parlamentar será suspensa quando:

I – inexistir Plano de Trabalho aprovado;

II – não for possível assegurar a rastreabilidade dos recursos;

III – houver descumprimento deste Decreto ou das normas de regência.

IV – em caso de impedimento de ordem técnica

Art. 8º São consideradas hipóteses de impedimentos de ordem técnica para execução de emendas parlamentares, exclusivamente:

I - incompatibilidade do objeto da despesa com finalidade ou atributos da ação orçamentária e respectivo subtítulo, bem como dos demais classificadores da despesa;

II - óbices cujo prazo para superação inviabilize o empenho no exercício financeiro ou no prazo previsto na legislação aplicável;

III - ausência de projeto de engenharia aprovado pelo órgão setorial responsável pela programação, nos casos em que for necessário;

IV - ausência de licença ambiental prévia, nos casos em que for necessária;

V - não comprovação da suficiência dos recursos orçamentários e financeiros para conclusão do empreendimento ou de etapa útil com funcionalidade que permita o imediato usufruto dos benefícios pela sociedade;

VI - incompatibilidade com a política pública aprovada no âmbito do órgão setorial responsável pela programação;

VII - incompatibilidade do objeto proposto com o programa do órgão ou ente executor;

VIII - ausência de pertinência temática entre o objeto proposto e a finalidade institucional da entidade beneficiária;

IX - não apresentação de proposta ou plano de trabalho ou apresentação fora dos prazos previstos;

X - não realização de complementação ou de ajustes solicitados em proposta ou plano de trabalho, bem como realização de complementação ou de ajustes fora dos prazos previstos;

XI - desistência da proposta pelo proponente;

XII - reprovação da proposta ou plano de trabalho;

XIII - insuficiência do valor priorizado para a execução orçamentária da proposta ou plano de trabalho;

XIV - omissão ou erro na indicação de beneficiário pelo autor da emenda parlamentar.

XV - inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) não correspondente à do beneficiário;

XVI - incompatibilidade do beneficiário com o subtítulo da programação orçamentária da emenda;

XVII - atendimento do objeto da programação orçamentária com recursos inferiores ao valor da dotação aprovada para o exercício financeiro, observado que o impedimento incidirá sobre os saldos remanescentes;

XVIII - impossibilidade de atendimento do objeto da programação orçamentária aprovada, ou de uma etapa útil do projeto, em decorrência de insuficiência de dotação orçamentária disponível;

XIX - não observância da legislação aplicável ou incompatibilidade das despesas com a política pública setorial e com os critérios técnicos que a consubstanciam;

XX - incompatibilidade, devidamente justificada, com o disposto no art. 37 da Constituição Federal;

XXI - alocação de recursos em programação de natureza não discricionária;

XXII - outras hipóteses previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Caberá à área técnica de cada órgão ou ente executor identificar e formalizar existência de qualquer impedimento de ordem técnica, sob pena de responsabilidade.

§ 2º Formalizada a identificação de impedimento de ordem técnica, caberá ao órgão ou ente executor da emenda analisá-lo e determinar diligências com vistas a assegurar a execução da emenda parlamentar mediante a regularização do impedimento, sempre que possível.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos III e IV do caput deste artigo, será realizado o empenho das programações, e a licença ambiental e o projeto de engenharia deverão ser providenciados no prazo para resolução da cláusula suspensiva.

Art. 9º As organizações da sociedade civil interessadas na celebração de termos de parcerias com a Administração Pública Municipal, em razão de indicação como beneficiárias de emendas, devem demonstrar as condições de habilitação jurídica, capacidade técnica, regularidade fiscal, social e trabalhista, certidão de idoneidade, bem como a prestação de contas previstas na Lei Federal n° 13.019, de 31 de julho de 2014, juntamente à apresentação do Plano de Trabalho, como condição para a análise.

Art. 10º As emendas parlamentares destinadas à área da saúde dependerão de aprovação das instâncias de governança do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 11º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do exercício financeiro de 2026.

LEANDRO FERREIRA, 27 de fevereiro de 2026.

NIVALDO RODRIGUES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Cassio Martins Rabelo da Cruz
Código Identificador:6B3AE6A5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO 01/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 012/2026 LEI 14133/2021

AVISO DE CREDENCIAMENTO 01/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 012/2026
Lei 14133/2021

O Município de São Luminárias, INFORMA as empresas interessadas que, de conformidade com a Lei nº 14133/2021, artigo 79, I, a abertura de credenciamento de pessoas jurídicas para execução de prestação de serviços de confecção de placas (par) de veículos do tipo padrão Mercosul, devidamente instaladas para os veículos da Prefeitura Municipal de Luminárias, conforme especificações contidas no edital.
Os documentos e as propostas para o credenciamento serão entregues/protocolados na Prefeitura Municipal de Luminárias – MG, a partir do dia 3 de março de 2026, no horário compreendido de 8 às 17 horas.

Este extrato foi publicado no site e no mural em 27/02/2026

CRISTIANE PAULA MENDONÇA NAUDERER

Publicado por:
Cristiane Paula Mendonça Nauderer
Código Identificador:599220AD

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS
AVISO DE EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026 LEI 14133/2021

AVISO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026
LEI 14133/2021

A Prefeitura Municipal de Luminárias – MG torna público aos interessados que às 8 (oito) horas e 30 (trinta) minutos do dia 18 de março de 2026, o Agente de Contratação e sua equipe realização a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026, autorizado nos autos do Processo Licitatório n.º 034/2026, tendo por finalidade a "Contratação de empresa especializada, em engenharia, para execução de obra para realização de pavimentação asfáltica em CBUQ na Estrada Rural Paulo Freitas – Estrada Municipal Vicinal de acesso a comunidade Ribeirãozinho, s/n, Zona Rural, de acordo com Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos constantes em anexo, mediante contrato de repasse 959327/2024 celebrado entre União Federal por intermédio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Luminárias". Cópia do Edital e seus anexos poderão ser obtidos através do e-mail licitaçãoluminarias@gmail.com, através do site http://www.luminarias.mg.gov.br e na plataforma: https://luminarias.licitapp.com.br//login/novoUsuario, a partir desta data. Luminárias - MG, 27de fevereiro de 2026. Écio Carvalho de Rezende

Este aviso foi publicado no site e mural na data de 27/02/2026

RAUL MAGNUM TADEU SOUZA
Agente de Contratação/ Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Cristiane Paula Mendonça Nauderer
Código Identificador:50363327

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS- PROCESSO 27/2026-DISPENSA 09/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nos termos do art. 28, Inciso I da Lei 14.133/21, homologo o processo licitatório 27/2026, em referência destinada ao Registro de preços para futura e eventual aquisição de lanches rápidos, em atendimento às diversas secretarias municipais, conforme especificação constante do termo de referência que consta como anexo deste edital, que tiveram propostas válidas de acordo com a ata da sessão do Processo Licitatório 001/2026 Pregão Eletrônico 001/2026.

DISPENSA 09/2026 – Ata de registro de preços nº07/2026. EMPRESA**: 55.216.391 JOVANA ALVES DE SOUSA,** CNPJ nº 55.216.391/0001-78, com sede na Avenida São Vicente de Paulo, nº148, Bairro: Bela Vista, no Municipio de Luminárias/MG, CEP 37240-000, representada neste ato pelo Sra. Jovana Alves de Sousa, brasileira, solteira, empresária, inscrita no CPF sob o nº 372.145.808-70 e portadora da cédula de identidade MG 46.043.575-9 SSP/MG. Cujo valor total da contratação é de R$ 68.850,00 (sessenta e oito mil e oitocentos e cinquenta reais).
Vigência: 12/02/2026 a 11/02/2027.

ECIO CARVALHO REZENDE -
Prefeito Municipal

ESTE EXTRATO FOI PUBICADO NO SITE E NO MURAL NO DIA 12/02/2026

CRISTIANE PAULA MENDONÇANAUDERER

Publicado por:
Glener Lorans da Silva Carvalho
Código Identificador:859FF878

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS
EXTRATO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO E CREDENCIAMENTO

EXTRATO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO E CREDENCIAMENTO
O Prefeito Municipal de Luminárias Ecio Carvalho Rezende, torna público que formalizou o processo 113/2025, referente ao Credenciamento para a realização de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pintor e serralheiro para manutenção de prédios. logradouros, materiais e equipamentos públicos no Município de Luminárias – MG, conforme especificações contidas no edital.
Inexigibilidade 29/2025- Credenciamento 07/2025 – TERMO DE CREDENCIAMENTO

EMPRESA**:64.812.148 ADNILSON JOSE DE MOURA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 64.812.148/0001-03, com sede na Rua São Jose, n°65, Centro, na cidade de Luminárias/MG, CEP 37.240-000, neste ato representada por seu Sr. Adnilson José de Moura, brasileiro, autônomo e inscrito no CPF de n° 886.264.666-68. Data credenciada: 25 de fevereiro de 2026.

ECIO CARVALHO REZENDE -
Prefeito Municipal

ESTE EXTRATO FOI PUBICADO NO SITE E NO MURAL NO DIA 25/02/2026

CRISTIANE PAULA MENDONÇANAUDERER

Publicado por:
Glener Lorans da Silva Carvalho
Código Identificador:D3E144AD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MARIA DA FÉ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº051/2026

O Município de Maria da Fé/MG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.025.957/001-58, com sede na Praça Getúlio Vargas, nº60, bairro Centro, na cidade de Maria da Fé/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Adilson dos Santos**, portador da matrícula funcional nº C 2382, inscrito no CPF n.º451.134326-87, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e, de outro lado **AUTO POSTO PONTAL DA SERRA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 02.891.330/0001-40, sediada à Rodovia Maria da Fé/Itajubá, Km 02, na cidade de Maria da Fé/MG, neste ato representada pelo Sr. **Roberto Inacio de Menezes, brasileiro,** inscrito no CPF sob o nº 280.596.547-72, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, celebram este contrato, regido pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO

1.1. Este contrato é fundamentado no procedimento realizado pelo CONTRATANTE através do Processo nº022/2026, Pregão Eletrônico nº006/2026, bem como pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, suas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis, inclusive os regulamentos editados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de Combustível automotivo: Diesel Comum S-500, Diesel S-10, Gasolina e Etanol comuns, para atendimento à frota de Veículos de todas as Secretarias Municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA

3.1. A entrega deverá ser imediata no próprio estabelecimento do licitante.
3.2. O objeto deverá executado de acordo com previsto no edital e na proposta vencedora da licitação.
3.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, tendo como prazo inicial dia 27 de fevereiro de 2026 e prazo final dia 27 de fevereiro de 2027.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO, PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

4.1. A CONTRATADA fará jus ao recebimento do valor correspondente R$ 903.240,00 (novecentos e três mil e duzentos e quarenta reais), conforme tabela abaixo:

Número	Descrição	Marca	Unid.	Qtd.	Vlr Unit.	Vlr Desc.	Vlr Total
4	GASOLINA COMUM	Shell -	LT	156.000,0000	5,79	-	903.240,00

4.2. O fornecimento será executado de acordo com as necessidades da frota de veículos da CONTRATANTE;
4.3. O fornecimento será efetuado nos seguintes dias e horários: de segunda a domingo, durante 24h, no estabelecimento da empresa contratada.
4.4. Só deverão ser fornecidos os combustíveis com requisições emitidas pela Prefeitura, devidamente assinadas pelos funcionários competentes e também pelo motorista do veículo, as NF's emitidas sem cupons e sem requisições de abastecimento do departamento competente, não serão aceitas e nem serão pagas.
4.5. No ato do abastecimento o frentista da empresa CONTRATADA deverá imediatamente anexar o Cupom fiscal junto a requisição do combustível, para posterior emissão das respectivas notas fiscais, as quais serão encaminhadas à Prefeitura Municipal, semanalmente.
4.6. A aquisição do objeto licitado será de forma parcelada/fracionada, e a entrega será no próprio estabelecimento/posto de combustível de propriedade da empresa licitante vencedora, a qual deverá estar sediada na zona urbana do Município de Maria da Fé, visando o princípio da economicidade, proporcionalidade, para atender ao abastecimento diário da frota de veículos desta Prefeitura Municipal, mediante autorização de fornecimento devidamente assinada pelos setores responsáveis

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado conforme ordem de compra enviados pelo departamento de Compras desta Prefeitura.
5.2. O pagamento dos combustíveis fornecidos pelo CONTRATADO, será efetuado semanalmente pela tesouraria da Prefeitura, em até 15 dias uteis após a emissão das NF e entrada no setor de Tesouraria, o recebimento das Notas Fiscais de fornecimento, assinadas pelos motoristas acompanhadas das respectivas requisições anexadas aos cupons fiscais.
5.3. A Nota Fiscal deverá ser enviada à Secretaria requisitante ou o Departamento de Compras, para os procedimentos de praxe. Deverão estar, rigorosamente, de acordo com os cupons e as especificações contidas nas autorizações de fornecimentos, sob pena de devolução e/ou suspensão do pagamento devido.
5.4. No caso de incorreção, a Nota Fiscal será devolvida e o prazo para pagamento contar-se-á da data de sua reapresentação.
5.5. Nenhum pagamento será efetuado ao Fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

CLÁUSULA SEXTA – RECURSO FINANCEIRO

6.1. As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação	Fonte		Descrição
3.3.90.30.00.2.01.01.04.122.0003.2.0012	1.500.000	MANUTENÇ	O DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇ O
3.3.90.30.00.2.02.01.06.181 .0005.2.0016	1.500.000	MANUTENÇ	O DO CON NIO C/ POL CIA CIVIL
3.3.90.30.00.2.02.01 .06.181 .0005.2.0017	1.500.000	MANUTENÇ	O DO CONV NIO C/ POL CIA MILITAR
3.3.90.30.00.2.02.01.06.182.0005.2.0018	1 .500.000	MANUTENÇ	O DO PROGRAMA DE DEFESA CIVIL
3.3.90.30.00.2.04.01.20.609.0013.2.0027	1.500. 000	MANUTENÇ	O DA DEFESA SANIT RIA VEGETAL
3.3.90.30.00.2.06.01 .12.361 .0019.2.0036	1.500.000	MANUTENÇ	O DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.30.00.2.09.01.10.301 .0029.2.0051	1.621 .000	MANUTENÇAO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE P/ SAUDE	
3.3.90.30.00.2.09.01 .10.301 .0029.2.0053	1.621.000	MANUT. DO PROGRAMA DE SAUDE DA FAM LIA PSF/PACS	
3.3.90.30.00.2.09.01.10.305.0031.2.0060	1.600.000	MANUTENÇ O DO SERVIÇO DE EPIDEMIOLOGIA	
3.3.90.30.00.2.10.01.08.243.0033.2.0062	1.500.000	MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR E FMDCA	
3.3.90.30.00.2.1 1.01.15.451 .0035.2.0069	1.500.000	MANUT.DO SERV. DE ENGENHARIA, OBRAS E ALMOXARIFADO	
3.3.90.30.00.2.1 1.01.15.451 .0035.2.0071	1.500. 000	MANUTENÇ O DOS PARQUES E JARDINS	
3.3.90.30.00.2.1 1.01.15.452.0036.2.0073	1.500.000	MANUTENÇ ODO SERVIÇO DE ILUMINAÇ O PUBLICA	
3.3.90.30.00.2.11.01.15.452.0036.2.0074	1.500. 000	MANUTENÇ O DO SERVIÇO DE LIMPEZA PUBLICA	
3.3.90.30.00.2.11.01.26.782.0042.2.0079	1.500.000	MANUTENÇ O DO SERVIÇO DE ESTRADAS VICINAIS	
3.3.90.30.00.2.1 1 ,01.26.782.0042.2.0081	1.500. 000	MANUTENÇ O DO SERVIÇO DE TRANSPORTE RURAL	
3.3.90.30.00.2.12.01.08.244.0044.2.0085	1.660.000	MANUT. DO PROGRAMA BOLSA FAM LIA E CADASTRO UNICO	

CLÁUSULA SÉTIMA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida.
7.2. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo CONTRATANTE ou solicitado pela CONTRATADA.
7.3. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.
7.4. Dentro do prazo previsto no item 9.3., o CONTRATANTE poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a

CONTRATADA ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

7.5. Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.
7.6. Será considerado preço de mercado os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Administração para determinado item.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
b) Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, conforme definido neste contrato.
c) Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.
d) Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.
e) Designar servidor pertencente ao quadro para ser responsável pela conferencia e recebimento do objeto deste contrato.
f) De acordo com a legislação, o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
g) Responsabilizar-se pela perfeita qualidade dos produtos fornecidos, sempre observando as normas técnicas exigidas para os produtos.
h) Substituir imediatamente, às suas expensas, no todo ou em parte, os combustíveis em que se verificarem, adulterações ou incorreções, quando for o caso;

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATADA:
9.2. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e Anexos e deste contrato, bem como nos termos da sua proposta.
9.3. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.
9.4. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).
9.6. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários ao CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado.
9.8. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, os serviços em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.
9.9. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do CONTRATANTE.
9.10. Após a lavratura do contrato, a cada fornecimento, a conferência do preço unitário a ser pago, devendo o mesmo ser o constante das propostas apresentadas, de acordo com o valor oferecido.
9.11. A Administração monitorará, pelo menos semanalmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.
9.12. O Posto de abastecimento vencedor deverá disponibilizar atendimento 24 horas, inclusive sábados, domingos e feriados, afim de que não seja comprometido o abastecimento dos veículos e máquinas da Prefeitura Municipal.
9.13. O Posto de abastecimento deve contar com bomba medidora e tanques de armazenamento

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS TRIBUTOS

10.1 - Os tributos e demais encargos fiscais que sejam devidos em razão deste contrato, ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade do Contribuinte correspondente, conforme definido na legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO VÍNCULO

11.1 - As partes contratantes não mantêm, uma com a outra, qualquer vínculo de representação ou mandato. Nenhuma das partes terá qualquer direito, poder ou autoridade para celebrar qualquer acordo no lugar ou em nome da outra, nem ainda para vincular essa outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
12.1. A gestão do contrato ficará a cargo do Sr. Ailton Jose dos Santos.
12.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um fiscal(is) ou por seu(s) respectivo(s) substituto(s).
12.3. Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PENALIDADES

13.1. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:
13.1.1 Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
13.1.2. Multa, no percentual compreendido entre 0,5% e 30% do valor do contrato, que poderá ser cumulada com a advertência, o impedimento ou a declaração de inidoneidade de licitar ou de contratar.
13.1.3. Impedimento de licitar e de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas seguintes hipóteses:
13.1.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Município, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
13.1.3.2. Dar causa à inexecução total do contrato.
13.1.3.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXTINÇÃO

14.1 As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.
14.2. A extinção do contrato poderá ser:
14.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.
14.2.2. Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Cristina, Minas Gerais, para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Maria da Fé, MG, 26 de fevereiro 2026.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARIA DA FÉ/MG
Contratante

AUTO POSTO PONTAL DA SERRA LTDA
Contratada

Testemunhas:

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

Publicado por:
Carlos Alberto Lemes
Código Identificador:DF436C7B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

A Prefeitura Municipal de Mateus Leme, por intermédio da Assessoria de Licitação e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, a celebração do PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 149/2024 REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 256/2024 ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mateus Leme, CNPJ nº 18.715.433/0001-99.

CONTRATADA: Projeta – Consultoria e Serviços Ltda, CNPJ nº 12.577.657/0001-03.

Objeto Contratual: Adesão a ata de registro de preços para contratação de empresa de engenharia e arquitetura para elaboração de peças técnicas e gráficas, além de estudos e orçamentos para a boa execução de obras de edificações públicas e históricas, saneamento e infraestrutura urbana, elaboração de estudos e planos ambientais, com especialização em gerenciamento, fiscalização e apoio técnico/administrativo e laboratorial de obras das mais diversas áreas de interesse do munícipio de Mateus Leme/MG.
Objeto do termo aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 149/2024, conforme solicitação feita pela Secretaria Municipal de Obras, através da Comunicação Interna nº 21-B, juntada aos autos e a supressão de itens da planilha constante na Cláusula 6ª do referido contrato. A prorrogação do prazo de vigência do referido contrato será pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 26/11/2025 com vencimento em 25/11/2026; Em razão do objeto supracitado, será efetuada a supressão no valor de R$ 744.043,00 (setecentos e quarenta e quatro mil e quarenta e três reais) correspondente a aproximadamente 12,749808% do contrato original referente aos itens de Levantamento Topográfico

Fundamentação Legal: A prorrogação da vigência é baseada no Artigo 106 da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações. A supressão do contrato é baseada no Artigo 124 Inciso II da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações.

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, na Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 16:00h. Outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 ou pelo e-mail contratoslicitacao@mateusleme.mg.gov.br.

Assessoria de Licitações e Contratos.

Publicado por:
Jaquelline Dolores Ferreira Silva
Código Identificador:28E3EAE9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Prefeitura Municipal de Miraí/MG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026
Torna público, que fará realizar no dia 13 de fevereiro de 2026, às 09:00 horas, licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, objetivando a **Contratação de empresa especializada para a coleta, transporte, tratamento, destruição e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), provenientes das unidades de saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, no município de Miraí - MG**. Maiores informações no site:www.mirai.mg.gov.br ou https://bnccompras.com. Miraí, 27 de fevereiro de 2026.

ADAELSON DE ALMEIDA MAGALHÃES–
Prefeito de Miraí;

MÁRCIA MARIA DOS REIS SILVA –
Pregoeira.

Publique-se.

Publicado por:
Márcia Maria Dos Reis Silva
Código Identificador:12F6AD5F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO DE CONTRATO 0016/2026 PROCESSO 016/2026

Extrato de contrato firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e WELLINGTON BATISTA DE OLIVEIRA.

Contrato nº 0016/2026;

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA IP, GESTÃO DE DISPOSITIVOS E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS CORRELATAS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DE COMUNICAÇÃO CORPORATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA/MG;

Licitação: Dispensa 0002/2026

Valor Global: R$28.212,12,

Vigência: 25/02/2026 Até: 25/02/2027.

Moeda/MG, Quarta-feira ,
25 de Fevereiro de 2026

DÉCIO VANDERLEI DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Natasha Silva Pimenta
Código Identificador:3C6BB55F

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO EDITAL 011/2026 PROCESSO DE CONTRATAÇÃO N° 018/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 008/2026

O MUNICÍPIO DE MOEDA, torna público para os possíveis interessados a realização de **Pregão Eletrônica 008/2026**, onde a sessão ocorrerá no dia **11/03/2026 às 8h (horário de Brasília)** de forma online, cujo objetivo "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE, UTENSÍLIOS DE COZINHA E BANHEIRO, ATENDIMENTO AS DEMANDAS AS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MOEDA/MG** cujo valor global é de **R$ 259.815,30 (Duzentos e cinquenta e nove mil oitocentos e quinze reais e trinta centavos),**

em conformidade especificações contidas no **Edital 011/2026** e seus anexos.

Maiores informações poderão ser obtidas no site oficial do município ou pelo e-mail licitacao@moeda.mg.gov.br

Moeda, 26 de Fevereiro de 2026

DECIO VANDERLEI DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Natasha Silva Pimenta
Código Identificador:F923EF51

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO EDITAL 012/2026 PROCESSO DE CONTRATAÇÃO N° 019/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 009/2026

O MUNICÍPIO DE MOEDA, torna público para os possíveis interessados a realização de **Pregão Eletrônica 009/2026**, onde a sessão ocorrerá no dia **12/03/2026 às 8h (horário de Brasília)** de forma online, cujo objetivo é "**AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, INCLUSIVE AQUELES DESTINADOS AO CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES JUDICIAIS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ASSEGURANDO A CONTINUIDADE DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS DO MUNICÍPIO** cujo valor global é de **R$ 80.164,74 (OITENTA MIL CENTO E SESSENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS)** em conformidade especificações contidas no **Edital 012/2026** e seus anexos.

Maiores informações poderão ser obtidas no site oficial do município ou pelo e-mail licitacao@moeda.mg.gov.br

Moeda, 27 de Janeiro de 2026

DÉCIO VANDERLEI DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Natasha Silva Pimenta
Código Identificador:0800D497

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO DO CONTRATO Nº15/2026

Extrato de contrato firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e EDUARDO HENRIQUE DE CASTRO ANASTACIO SERVICOS DE MEDICINA LTDA. Contrato nº 015/2026; Objeto: Credenciamento de pessoas Física e/ou jurídica especializados em diversas áreas médicas, a fim de realizarem consultas em atendimento a população do município de Moeda; Licitação: 0006/2021 Valor Global: R$120.000,00, Vigência: 20/02/2026 Até: 20/02/2027. Moeda/MG, Sexta-feira , 20 de Fevereiro de 2026

Publicado por:
Natalia Morais do Carmo
Código Identificador:700E5595

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA DE MINAS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2026.
O Município de Morada Nova de Minas/MG torna público a assinatura do Contrato n° 06/2026, referente a adesão a Ata de Registro de Preços n° 65/2025 – Processo Licitatório n° 91/2025 – Pregão Eletrônico n° 32/2025, gerenciada pelo Consórcio Interfederativo Minas Gerais – CIMINAS, para aquisição de 01 (um) Caminhão Compactador e Coletor de Lixo com Capacidade de 15 m³, Zero km, com a empresa PRODOESTE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ n° 20.495.149/0001-04, no valor de R$634.900,00 (seiscentos e trinta e quatro mil e novecentos reais). Data de vigência: 11/02/2026 a 11/08/2026.
Morada Nova de Minas/MG, aos 27/02/2026.

HERMANO ÁLVARES FRANCISCO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thiago Henrique Dos Santos Rodrigues
Código Identificador:CADA3745

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORATÓRIOS

PREFEITURA DE ORATÓRIOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 023/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 23/2026
PREGÃO Nº. 7/2026
A(O) Prefeitura Municipal de Oratórios/MG, CNPJ: 01.616.836/0001-88, representado pelo(a) Autoridade
Competente, Sr(a). Carlos José de Oliveira, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação da
modalidade pregão, Nº 7/2026, Processo Administrativo nº 23/2026, com amparo legal na Lei 14.133/2021, Art. 28, I,
para futuras negociações, a ser realizado na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - Plataforma De Compras.
Detalhes do Processo:
ID do processo: 91768
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA OU JURIDICA PARA PRESTADOR DE SERVIÇO PARA O
DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS DE MUSICA NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERENCIA DO
EDITAL.
Data de Publicação: 27/02/2026 14:55:54
Data da disputa/Fim do envio de propostas: 13/03/2026 09:00:00
Critério de julgamento: Menor Preço
Modo de disputa: Aberto - Fechado
Valor total do processo: R$ 29.283,96
Consulte o processo em: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/91768

_____
Carlos José de Oliveira - Autoridade Competente
Prefeitura Municipal de Oratórios/MG, 27 de Fevereiro de 2026.

Publicado por:
Cleide Aparecida Felício
Código Identificador:2A260012

PREFEITURA DE ORATÓRIOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 028/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 28/2026. INEXIGIBILIDADE Nº 006/2026.
CREDENCIAMENTO Nº. 001/2026.
A(O) Prefeitura Municipal de Oratórios/MG, CNPJ: 01.616.836/0001-88, neste ato representado pela(o) Autoridade Competente, Sr(a). Carlos José de Oliveira, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação da modalidade credenciamento, Nº 001/2026, Processo Administrativo nº 28/2025, Amparo legal Lei 14.133/2021, Art. 79, I, a ser realizado na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - Plataforma De Compras. Detalhes do Processo:
Objeto: Credenciamento de pessoa física ou jurídica para contratação de serviços técnicos de enfermagem com disponibilidade ampla de horários, para acompanhamento contínuo de criança em condição clínica de alta complexidade, em cumprimento à determinação judicial proferida no Processo nº 5000928-07.2026.8.13.0521, conforme

especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Oratorios/MG.

Data da disputa/Fim do envio de propostas:
Critério de julgamento: Não Se Aplica
Modo de disputa: Não Se Aplica
Valor total do processo: R$ 152.482,40
Consulte o processo em: https://app2.licitardigital.com.br/
Carlos José de Oliveira - Autoridade Competente

Prefeitura Municipal de Oratórios/MG, 27 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Cleide Aparecida Felício
Código Identificador:AB9F44A9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 109, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

Exonera servidor efetivo, a pedido.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais previstas no art. 65, incisos VI e IX da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***

Art. 1º Exonerar, a pedido, **AMANDA FRANCINE MACHADO,** registro 3869, do cargo efetivo de Professor PM-1, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, constante do Anexo IV da Lei Complementar nº 5, de 1º de junho de 1995, a partir desta data.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 26 de fevereiro de 2026.

***ÉVERTON DE ASSIS FER*REIRA**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:DBFD6095

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº 110, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispensa servidor de função de confiança.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 65, incisos VI e IX da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***
Art. 1º Dispensar, a partir de 1º de março de 2026, **CLÁUDIA REGINA SANTOS PEREIRA**, registro nº 1839, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, da função pública de confiança de Assistente do Sistema Municipal de Saúde, Símbolo SFP-DS, a que se refere o art. 5º da Lei Complementar nº 59, de 25 de março de 2009, para o qual foi designada através da Portaria nº 53, de 5 de janeiro de 2021.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 27 de fevereiro de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:39CF6BC3

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº 111, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

Designa Comissão Processante para atuar no âmbito do Processo Licitatório nº 065/2025 - Concorrência Eletrônica 02/2025 - Contrato nº 160/2025.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais previstas no art. 65, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o disposto no art. 4º do Decreto nº 4.701, de 18 de setembro de 2025, e considerando, a necessidade de apuração e do regular processamento dos atos relativos à aplicação de sanção administrativa à empresaCorreaKersulEngenharia Ltda., no âmbito do Processo Licitatório nº 065/2025 - Concorrência Eletrônica 02/2025 - Contrato nº 160/2025, que tem por objeto a contratação por empreitada por preço global, tipo menor preço, de empresa ou consórcio especializado para execução de obra de Construção do Prédio da Unidade Básica de Saúde, **RESOLVE,**

Art. 1º Designar os servidores abaixo especificados para a composição de Comissão Processante, com a função de instruir e concluir, de forma fundamentada, o procedimento administrativo de aplicação de possíveis sanções administrativas no âmbito do Processo Licitatório nº 065/2025 - Concorrência Eletrônica 02/2025 - Contrato nº 160/2025: Diovani da Cruz Mangia Maciel, reg. 3694, Vicente Tavares da Silveira Neto, reg. 4479 e Andressa Caroline Gonçalves, reg. 5412.
§1º A Comissão Processante poderá solicitar a colaboração de outros órgãos para a instrução processual.
§2º O Departamento Jurídico do Município deverá acompanhar e dar suporte aos trabalhos realizados pela Comissão Julgadora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 27 de fevereiro de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:00352D51

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº 112, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

Concede férias-prêmio.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais previstas no art. 65, incisos VI e IX da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto no art. 136 da Lei nº 27, de 25 de fevereiro de 1950 - Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, ***RESOLVE,***
Art. 1º Conceder, ao servidor público municipal **JOSÉ RAIMUNDO FERREIRA,** reg. 1217, ocupante do cargo de Vigia Noturno, 15 (quinze) dias de férias-prêmio, do saldo de 14 (quatorze) meses a que tem direito, referente aos períodos de 01/02/2001 a 31/01/2005, de 01/03/2005 a 31/01/2010, de 01/02/2010 a 31/01/2015 e de 01/02/2015 a 31/01/2025, com início em 12 de fevereiro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de fevereiro de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 27 de fevereiro de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:A06E692C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº 113, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

Concede férias-prêmio.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais previstas no art. 65, incisos VI e IX da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto no art. 136 da Lei nº 27, de 25 de fevereiro de 1950 - Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, ***RESOLVE,***
Art. 1º Conceder, à servidora pública municipal **JULIANA PATRÍCIA DOS SANTOS SILVA,** reg. 1680, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, 15 (quinze) dias de férias-prêmio, do saldo de 1 (um) mês a que tem direito, referente ao período de 01/06/2010 a 31/05/2015, com início em 16 de março de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 27 de fevereiro de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:99AA441A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSABÉM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSABÉM
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Passabém/MG torna público o Processo Administrativo de Contratação nº. 019/2026, Pregão Eletrônico nº. 001/2026.

Aviso de Licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO.
Objeto: "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E PROVÁVEL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS OFICINAS MUSICAIS E CULTURAIS E OUTRAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL DE PASSABÉM/MG, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE PROCESSO.

Modo de Disputa: Aberto.
Início do Recebimento as Propostas: 03/03/2026.
Data de Abertura das Propostas: 13 de março de 2026.
Recebimento das Propostas: até às 08:59 horas do dia 13 de março de 2026.
Horário de Abertura das Propostas: 09:00 horas.
Referência de Tempo: Horário de Brasília.

E PARAINFORMAÇÕES E CREDNCIAMNETO DEVERÁ CONSULTAR A PÁGINA http://www.passabem.mg.gov.br bem como **Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br),** Edital no site: www.licitardigital.com.br

Passabém/MG, 27 de fevereiro de 2026.

LUCIANO DE SÁ MADUREIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ricardo José de Oliveira
Código Identificador:75E11C32

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG - CMDCA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO FÓRUM DE ELEIÇÃO DAS ENTIDADES CIVIS NÃO GOVERNAMENTAIS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA REFERENTE AO BIÊNIO 2026-2028.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO FÓRUM DE ELEIÇÃO DAS ENTIDADES CIVIS NÃO GOVERNAMENTAIS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA REFERENTE AO BIÊNIO 2026-2028.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Patrocínio/MG (CMDCA), no uso de suas atribuições legais conferidas pelo §1º do artigo 9º da LeiMunicipal 5.833/2025, e a Secretaria Municipal de Assistência Social, tornam público o presente **ADITIVO AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO** dos representantes das entidades não-governamentais de atendimento, promoção e de defesa dos direitos da criança e do adolescente, para participarem do Fórum da Sociedade Civil, onde serão eleitos os representantes da sociedade civil para compor o CMDCA – Biênio 2026-2028.

JUSTIFICATIVA

Art. 1º - Considerando a omissão do referido edital quanto aos critérios de desempate entre organizações que obtenham o mesmo número de votos, bem como a omissão do referido edital quanto ao procedimento a ser adotado na hipótese de o número de organizações candidatas ser igual ou inferior ao número de vagas disponíveis, o presente Aditivo acrescenta os seguintes itens ao Edital de Convocação, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULAS DE ALTERAÇÃO:

Art. 2º Fica acrescida, ao Art. 10, a Seção **"Dos Critérios de Desempate"** ao Edital, com o seguinte teor:

"Dos Critérios De Desempate
§ 1º - Na hipótese de empate no número de votos entre duas ou mais organizações da sociedade civil, o desempate para fins de classificação será decidido observando-se, sucessivamente, os seguintes critérios:
I - Terá preferência a organização com maior tempo de registro e inscrição de seus programas no CMDCA de Patrocínio/MG;
II - Persistindo o empate, terá preferência a organização com maior tempo de atuação comprovada no atendimento a crianças e adolescentes no Município de Patrocínio/MG, a ser aferido a partir de seu ato constitutivo;
III - Se, ainda assim, o empate persistir, será realizado sorteio público pela Comissão Eleitoral, em sessão aberta, com a convocação e presença dos representantes legais das organizações empatadas e demais interessados, lavrando-se ata circunstanciada do ocorrido."

Art. 3º Fica acrescida, ao Art. 10, a Seção **"Da Aclamação"** ao Edital, com o seguinte teor:

"Da Aclamação
§ 2º – Caso o número de organizações da sociedade civil habilitadas e aptas a participar do pleito seja igual ou inferior ao número de vagas disponíveis para representação no Conselho, a eleição ocorrerá por aclamação.

I - Na hipótese descrita acima, a Comissão Eleitoral, durante a realização do Fórum de Eleição, declarará eleitas as organizações candidatas, dispensando o procedimento de votação e registrando o resultado em ata, que será assinada por todos os presentes e devidamente publicada."

RATIFICAÇÃO:
Art. 4º – As demais cláusulas do edital original permanecem inalteradas.

PUBLICAÇÃO E VIGÊNCIA:

Art. 5º – O presente termo aditivo possui vigência imediata a partir de sua publicação.

Patrocínio/MG, 27 fevereiro de 2026

DANIELLE DE SOUZA SILVA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:F60C220A

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES TERMO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº: 288/2025 MODALIDADE: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº: 173/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº: 288/2025
Modalidade: Pregão – Registro de Preços
Edital nº: 173/2025
Tipo: Menor Preço Por Item

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS ***COM APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA*** PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG E SUAS DIVERSAS SECRETARIAS.

Adjudico, homologo e registro o procedimento da Licitação nº 288/2025 a favor das empresas: AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA com CNPJ sob o nº 66.476.052/0001-47, no valor global de R$ 457.642,05 (quatrocentos e cinquenta e sete mil e seiscentos e quarenta e dois reais e cinco centavos); FRANGOS E CIA LTDA ME com CNPJ sob o nº 18.937.622/0001-06, no valor global de R$ 3.155.003,80 (três milhões e cento e cinquenta e cinco mil e três reais e oitenta centavos); GERA SUPERMERCADO LTDA com CNPJ sob o nº 38.568.903/0001-46, no valor global de R$ 344.338,54 (trezentos e quarenta e quatro mil e trezentos e trinta e oito reais e cinquenta e quatro centavos); INVICTUS SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA com CNPJ sob o nº 44.922.087/0001-20, no valor global de R$ 172.629,46 (cento e setenta e dois mil e seiscentos e vinte e nove reais e quarenta e seis centavos); ISRAEL E ISRAEL LTDA EPP com CNPJ sob o nº 23.407.794/0001-08, no valor global de R$ 764.459,24 (setecentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos e cinquenta e nove reais e vinte e quatro centavos); MEGADEC DISTRIBUDORA LTDA com CNPJ sob o nº 28.157.903/0001-08, no valor global de R$ 474.139,40 (quatrocentos e setenta e quatro mil e cento e trinta e nove reais e quarenta centavos); NETTARE INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ALIMENTOS LTDA com CNPJ sob o nº 06.191.896/0001-10, no valor global de R$ 101.250,90 (cento e um mil e duzentos e cinquenta reais e noventa centavos); SILVA ATACADO LTDA com CNPJ sob o nº 62.032.335/0001-49, no valor global de R$ 42.842,06 (quarenta e dois mil e oitocentos e quarenta e dois reais e seis centavos); TAQUARI DISTRIBUIDORA DE LATICÍNIOS LTDA com CNPJ sob o nº 31.309.316/0001-93, no valor global de R$ 135.839,00 (cento e trinta e cinco mil e oitocentos e trinta e nove reais); nos termos e condições do julgamento efetuado pela Comissão de Licitação desta Prefeitura, para que a adjudicação nele referida produza seus jurídicos e legais efeitos.

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Patrocínio/MG, 26 de fevereiro de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:290896B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES TERMO DE CANCELAMENTO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PROCESSO Nº: 189/2025 MODALIDADE: PREGÃO EDITAL Nº: 118/2025

TERMO DE CANCELAMENTO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Processo nº: 189/2025
Modalidade: Pregão
Edital nº: 118/2025
Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE TABLETS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS, SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO.

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG E A EMPRESA GADITA COMERCIO DE PRODUTOS PERMANENTES E DE CONSUMOS LTDA

Aos 27 de fevereiro de 2026, o **MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO – MG,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.468.033/0001-26, com sede na Praça Olímpio Garcia Brandão, nº 1.452, Centro Cívico "Abdias Alves Nunes", representado por seu prefeito municipal, **GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO**, **RESCINDE por ato UNILATERAL,** o contrato administrativo, firmado com a empresa fornecedora **GADITA COMERCIO DE PRODUTOS PERMANENTES E DE CONSUMOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 35.231.746/0001-90**.

DOS FATOS
A Secretaria Municipal de Urbanismo encaminhou à contratada a Autorização de Fornecimento nº 133374, datada de 24 de novembro de 2025, referente ao fornecimento de 10 (dez) unidades de tablets.
A contratada realizou a entrega dos equipamentos; contudo, após verificação efetuada pelos fiscais do contrato, constatou-se que os produtos entregues não atendiam às especificações técnicas previstas no Contrato e no Termo de Referência. Diante da desconformidade, os itens não foram aceitos pela Administração, sendo formalmente recusados e devolvidos à empresa.
Em 05 de dezembro de 2025, a fornecedora protocolizou solicitação de substituição da marca originalmente ofertada. A referida solicitação foi encaminhada ao Departamento de Tecnologia da Informação DTIC para análise técnica, o qual, após avaliação, concluiu que o modelo sugerido também não atendia às especificações técnicas exigidas no Contrato e no Termo de Referência.
Em 07 de janeiro de 2026, foi encaminhada à contratada Decisão Administrativa indeferindo o pleito de substituição de marca, acompanhada de Notificação para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, procedesse à entrega dos produtos em estrita conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento contratual firmado com a Administração.
Decorrido o prazo concedido sem qualquer manifestação ou providência por parte da contratada, caracterizando-se sua inércia e o descumprimento das obrigações contratuais, em 19 de fevereiro de 2026 o Secretário Municipal de Urbanismo encaminhou solicitação de Cancelamento Unilateral do Contrato, em razão do inadimplemento

das cláusulas contratuais e das obrigações assumidas no instrumento convocatório.
Posto isto, a presente rescisão é levada a efeito por ato unilateral do **MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG,** pelo descumprimento das obrigações assumidas pela empresa para com a Administração Pública.

DOS FUNDAMENTOS
A **Lei nº 14.133/2021**, que rege as licitações e os contratos administrativos, confere à Administração Pública a prerrogativa de **rescindir unilateralmente os contratos** celebrados, nos casos de **inadimplemento contratual por parte da contratada**, desde que observadas às garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.
Conforme estabelecido no **art. 137, inciso I**, constitui motivo para extinção do contrato administrativo o **não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos**, desde que tal medida seja formalmente motivada no processo:
Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
I – não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos.
Tal dispositivo legal encontra-se igualmente reproduzidos nas cláusulas do contrato e no instrumento convocatório:
Cláusula 11.1. O contrato poderá ser extinto antes do cumprimento das obrigações nele estipuladas, ou antes, do prazo fixado, por qualquer dos motivos previstos no **artigo 137 da Lei nº 14.133/2021**, bem como de forma amigável, sendo assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Cláusula 11.1.1. Nessa hipótese, aplicam-se também os **artigos 138 e 139 da referida Lei**.
A empresa, ao se apresentar como **distribuidora/revendedora**, assumiu expressamente a responsabilidade pela entrega dos produtos conforme especificações do termo de referência e condições pactuadas. A **inexecução contratual**, portanto, configura hipótese autorizadora da **rescisão unilateral**, nos moldes da legislação vigente.

Conseqüências do Cancelamento Unilateral

Nos casos de infração contratual, a instauração de processo de sancionamento não é faculdade, mas obrigação do administrador, pois as atividades administrativas devem ser prestadas sempre que possível, de modo continuo e interrupto, pois há a obrigatoriedade do desempenho da atividade pública.

O art. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 determinam que a Administração Pública possua o dever de apurar/aplicar as penalidades previstas, em caso de descumprimento dos deveres assumidos pela empresa após assinatura do contrato.

Assim, havendo infração contratual, a instauração de processo administrativo de sancionamento não é faculdade, mas obrigação do administrador.

Das Penalidades

O contrato, por sua vez, também prevê sanções específicas:

CLÁUSULA DÉCIMA– INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, a Contratada que:
c) der causa à inexecução total do contrato;
[...]
10.2. Serão aplicadas à responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave

d) Multa:

10.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa

A aplicação de sanções administrativas tem dupla função: de um lado possui caráter educativo, pois mostra que a administração não tolera condutas ilícitas e, de outro lado, possui caráter repressivo para impedir que a administração pública sofra prejuízo pelo descumprimento de obrigações assumidas por seus fornecedores.

Mas, ressalte-se que **a aplicação das sanções deve ser precedida do devido processo legal, conferindo-se à empresa detentora o direito do contraditório e da ampla defesa**.

As penalidades são regulamentadas pelos artigos 156 da Lei nº 14.133/2021, tendo o próprio edital em epígrafe, previsão sobre as possibilidades de aplicação de penalidade no caso de descumprimento de obrigações em sua cláusula décima sexta.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
[...]

Entretanto, para aplicação de sanção no âmbito da administração pública deve-se instaurar processo administrativo, para que seja respeitado o contraditório, a ampla defesa e os prazos estabelecidos por lei.

CONCLUSÃO
Assim, por meio do presente instrumento, dá-se por **cancelada, jurídica e administrativamente,** o **contrato administrativo dela decorrente**, em razão do não cumprimento das cláusulas contratuais do processo licitatório, nos termos ora expostos nas condições expressas, independentemente da aplicação de futuras sanções, da apuração de eventuais débitos e respectiva cobrança, pelos meios administrativos e judiciais cabíveis.

E nada mais havendo, o **MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG**, neste ato representado pelo prefeito municipal, assina o presente instrumento, enviando-se cópia à empresa, dando-se publicidade ao ato.

Patrocínio, 27 de fevereiro de 2026

Prefeitura Municipal de Patrocínio
GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:B4609C52

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NOTIFICAÇAO FISCAL CONTRIBUINTE: ADAILSON CÂNDIDO

NOTIFICAÇAO FISCAL
Patrocínio/MG, 27/02/2026
CONTRIBUINTE: ADAILSON CÂNDIDO
CNPJ/CPF: 365.674.936-15
SETOR: 38.003.078.000
Endereço imóvel: RUA: EDGARD SIQUEIRA, 256 Bairro: **SERRA NEGRA**
ENDEREÇO CORRESPONDENCIA: RUA: SILVESTRE MOREIRA DR., 1863
BAIRRO: SANTA TEREZINHA CIDADE: PATROCINIO/MG CEP: 38742-082

O **MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.468.033/0001-26, com sede na Praça Olímpio Garcia Brandão, nº 1452, representado pela Coordenadora de Setor Simone Almeida de Queiroz Oliveira, matricula 81351 no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, vem **NOTIFICÁ-LO** que :

Deverá o contribuinte recolher multa no valor de 1 UFM no valor de **R$570,91 (quinhentos e setenta reais e noventa e um centavos),** tendo em vista o não cumprimento do prazo solicitado através da notificada expedida pela Secretaria de Urbanismo datada **21/01/2026**, conforme **AUTO DE INFRAÇAO 03/2026.** Segue em anexo guia para pagamento.

Fundamentação: **Multa por estar infringindo artigo 82 § 3º da Lei nº 4.828/2016.**

SIMONE ALMEIDA DE QUEIROZ OLIVEIRA
Coordenadora de Setor

Declaro o recebimento da 2ª via da presente notificação da qual fico ciente.

Nome/Assinatura: _____data____/____/_____

CPF: _____ **Cargo:** _____

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:55CAD4D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NOTIFICAÇAO FISCAL CONTRIBUINTE: WILLIAN JOSÉ RODRIGUES

NOTIFICAÇAO FISCAL
Patrocínio/MG, 27/02/2026
CONTRIBUINTE: WILLIAN JOSÉ RODRIGUES
CNPJ/CPF: 090.427.656-23
SETOR: 37.050.0012.002
Endereço imóvel: AV. BRASIL, 1813, CASA 02 Bairro: **NAÇÕES**
ENDEREÇO CORRESPONDENCIA: AV. JOSÉ MARIA DE ALKIMIM, 271
BAIRRO: CENTRO CIDADE: PATROCINIO/MG CEP: 38740-080

O **MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.468.033/0001-26, com sede na Praça Olímpio Garcia Brandão, nº 1452, representado pela Coordenadora de Setor Simone Almeida de Queiroz Oliveira, matricula 81351 no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, vem **NOTIFICÁ-LO** que :
Deverá o contribuinte recolher multa no valor de 1 UFM no valor de **R$570,91 (quinhentos e setenta reais e noventa e um centavos),** tendo em vista o não cumprimento do prazo solicitado através da notificada expedida pela Secretaria de Urbanismo datada **21/01/2026**, conforme **AUTO DE INFRAÇAO 1/2026.** Segue em anexo guia para pagamento.

Fundamentação: **Multa por estar infringindo artigo 82 § 3º da Lei nº 4.828/2016.**

SIMONE ALMEIDA DE QUEIROZ OLIVEIRA
Coordenadora de Setor

Declaro o recebimento da 2ª via da presente notificação da qual fico ciente.

Nome/Assinatura: _____data____/____/_____

CPF: _____ **Cargo:** _____

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:ADF98FFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NOTIFICAÇÃO MULTA REGULARIZAÇÃO INSCRIÇÃO MUNICIPAL CONTRIBUINTE: WBL COMERCIAL LIMPEX LTDA

NOTIFICAÇÃO MULTA REGULARIZAÇÃO INSCRIÇÃO MUNICIPAL
Patrocínio/MG, 27 de fevereiro de 2026.

CONTRIBUINTE: WBL COMERCIAL LIMPEX LTDA
CNPJ/CPF: 63.976.507/0001-03
ENDEREÇO:AL. DOS CEDOS, 731BAIRRO:MORADA NOVA
CIDADE: PATROCINIO MG CEP:38.748-616
ATIVIDADE:COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS

O **MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.468.033/0001-26, com sede na Praça Olímpio Garcia Brandão, nº 1452, representado pela Coordenadora de setor Simone Almeida de Queiroz Oliveira ,Resp81351 , no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, vem **NOTIFICÁ-LO** que :

- Incorreu o contribuinte na multa prevista no artigo 115, I, “b” do Código Tributário Municipal Lei Complementar 040/2006 , no valor de 01 UFM = R$570,91(quinhentos e setenta reais e noventa e um centavos), por descumprimento do artigo 109 desta referida Lei .Guia disponível na Secretaria Municipal de Finanças

Fundamentação Legal : Artigo 109 da Lei Complementar Municipal 040/2006

Penalidade: Artigos 114, 115 da Lei complementar 040/2006 .

SIMONE ALMEIDA DE QUEIROZ OLIVEIRA
Coordenadora de Setor

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:52B0FD0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 14.313/2026

Portaria Nº 14.313/2026

EXONERA SERVIDOR.

O Prefeito Municipal de Patrocínio-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e;
Considerando, o disposto no art. 67 da Lei Complementar nº 60/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município e;
Considerando, finalmente, o que consta do Processo nº 1.753/2026.

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a pedido, **CINTIA DE FATIMA SOARES MORAIS DIAS**, do cargo de provimento efetivo de **Auxiliar de Administração**, Nível II, Padrão 01, a partir de 01/03/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Patrocínio-MG, 23 de fevereiro de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:1A2EA8ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 14.314/2026

PORTARIA Nº 14.314/2026

ALTERA DENOMINAÇÃO DE SECRETARIA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Patrocínio-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e;
Considerando, o disposto na Portaria nº 14.116/2025 e;
Considerando, o disposto na Lei Complementar nº 271/2026.
R E S O L V E
Art. 1º - Alterar a denominação do cargo em comissão do servidor, **LEANDRO JOAQUIM SILVA ANDRADE**, de **Secretário Municipal de Urbanismo**, para **Secretário Municipal de Planejamento Urbano**, a partir de 12/02/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Patrocínio-MG, 23 de fevereiro de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:20E11EAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 14.316/2026

Portaria Nº 14.316/2026

EXONERA SERVIDOR.

O Prefeito Municipal de Patrocínio-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e;
Considerando, o disposto no art. 67 da Lei Complementar nº 60/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município e;
Considerando, finalmente, o que consta do Processo nº 1.819/2026.

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a pedido, **MADALENA ABADIA DE REZENDE**, do cargo de provimento efetivo de **Enfermeiro**, Nível XV, Padrão 01, a partir de 25/02/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Patrocínio-MG, 25 de fevereiro de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:56A7E967

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 14.317/2026

Portaria Nº 14.317/2026

EXONERA SERVIDOR.

O Prefeito Municipal de Patrocínio-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e;
Considerando, o disposto no art. 67 da Lei Complementar nº 60/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município e;
Considerando, finalmente, o que consta do Processo nº 1.857/2026.

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a pedido, **BIANCA APARECIDA MORAIS RIBEIRO**, do cargo de provimento efetivo de **Agente de Serviços Escolares**, Nível IV, Padrão 01, a partir de 25/02/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Patrocínio-MG, 25 de fevereiro de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:9F47AC4C

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 14.318/2026

Portaria Nº 14.318/2026

EXONERA COORDENADOR II.

O Prefeito Municipal de Patrocínio-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e;
Considerando, o disposto no inciso I do art. 68 da Lei Complementar nº 060/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município.
RESOLVE
Art. 1º - Exonerar, **PATRICIA LARA NOGUEIRA ARVELOS**, do cargo em comissão de **Coordenador II**, Nível XII, anexo III da LC. nº 246/2025, a partir de 01/03/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Patrocínio-MG, 27 de fevereiro de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:63187E88

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 14.319/2026

Portaria Nº 14.319/2026

NOMEIA COORDENADOR II.

O Prefeito Municipal de Patrocínio-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e;
Considerando, o disposto no inciso II do art. 12 e § 1º do art. 14 da Lei Complementar nº 060/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município e;
Considerando, o disposto na Lei Complementar nº 246/2025.
RESOLVE
Art. 1º - Nomear, o servidor **DIEFFERSON VIRGILIO DOS SANTOS**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Operador de Máquinas Pesadas**, Nível VI, Padrão 15, para exercer em comissão, o cargo de **Coordenador II**, Nível XII, anexo III da LC. nº 246/2025, a partir de 02/03/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Patrocínio-MG, 27 de fevereiro de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:2933D07C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTÓPOLIS
EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DE ADITIVO
Primeiro termo aditivo de prazo e quantidade ao contrato N°152/2025. Partes: Pref. Mun. de Pintópolis/MG CNPJ:01.612.481/0001-59 e o Sr GILSON XAVIER DOS SANTOS Processo Licitatório nº007/2025inexigibilidade de licitação nº002/2025 objeto: Locação de imóvel para instalação e funcionamento da Secretaria Municipal de Educação, destinado a tender as necessidades desta Secretaria.
Fica prorrogado por mais 12 (dozes) meses a partir data 19/02/2026

ELTON CARLOS JOSÉ DE SOUZA –
Prefeito de Pintópolis

Publicado por:
Grace Patricia Pereira da Silva
Código Identificador:D530DB3A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

Por determinação do Prefeito Municipal, **Sr. Antonio Luiz Botelho**, o Município de Planura/MG torna público para conhecimento dos interessados que o Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Planura realizará licitação sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO,** regidos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 055 de 30 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 - Constitui o objeto desta licitação a Contratação de **serviços especializados de seguro veicular**, **conforme as condições e especificações técnicas contidas no edital e seus anexos**. Inicio do recebimento de Propostas: 02/03/2026 às 08H00. Abertura e Julgamento das Propostas: 18/03/2026 às 08H00. Início da Sessão de Disputa de Preços: 18/03/2026 às 09H00. A sessão do Pregão Eletrônico ocorrerá através da página eletrônica da Licitanet www.licitanet.com.br.. **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS** para os Pregões eletrônicos deverão ser encaminhados de forma eletrônica via sistema Licitanet. Dúvidas através do telefone (34)3427-7014, e e-mail licitacao@planura.mg.gov.br, no horário das 08:00 as 11:00 e das 13:00 às 16:30 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e ponto facultativo. **DOWNLOAD de Editais** através do site: www.planura.mg.gov.br e www.licitanet.com.br.
Planura/MG, 02 de março de 2026.

DEL MARINA MENDES S. JANUÁRIO
Pregoeira

Publicado por:
Angelita de Lima Pedro
Código Identificador:934832F2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026.

Extrato de Ata de Registro de Preços – Processo Licitatório nº 008/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando Extrato de Ata de Registro de Preços, referente ao Processo Licitatório 008/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente. Ata de Registro de Preços 070/2026 – Contratada: 63.514.106 FABIANE PONTES GROSSI BRINA, inscrita no CNPJ sob nº 63 514 106/0001-23; Valor Total Estimado: R$ 4.803,02 (quatro mil e oitocentos e três reais e dois centavos); Ata de Registro de Preços 071/2026 – Contratada: BAZAR DIST. DE UTIL. E DECORAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04 609 906/0001-69; Valor Total Estimado: R$ 41.924,56 (quarenta e um mil e novecentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos); Ata de Registro de Preços 074/2026 – Contratada: COMERCIAL PRIME LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 55 176 303/0001-51; Valor Total Estimado: R$ 21.693,60 (vinte e um mil e seiscentos e noventa e três reais e sessenta centavos); Ata de Registro de Preços 075/2026 – Contratada: LPM DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 22 425 550/0001-95; Valor Total Estimado: R$ 144.049,37 (cento e quarenta e quatro mil e quarenta e nove reais e trinta e sete centavos); Ata de Registro de Preços 076/2026 – Contratada: Oscimar Cota Barbosa 05266999659, inscrita no CNPJ sob nº 44 187 544/0001-80; Valor Total Estimado: 52.783,76 (cinquenta e dois mil e setecentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos); Ata de Registro de Preços 077/2026 – Contratada: Quik Distribuidora de Armarinhos Ltda; Valor Total Estimado: 18.650,41 (dezoito mil e seiscentos e cinquenta reais e quarenta e um centavos);Ata de Registro de Preços 078/2026 – Contratada: SOLUÇÃO EM NEGOCIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 21 529 392/0002-31; Valor Total Estimado: R$ 249.864,21 (duzentos e quarenta e nove mil e oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos);Ata de Registro de Preços 079/2026 – Contratada: CAMPOS DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 17 010855/0001-04; Valor Total Estimado: R$ 144.347,92 (cento e quarenta e quatro mil e trezentos e quarenta e sete reais e noventa e dois centavos);Ata de Registro de Preços 080/2026 – Contratada: TECHSAM COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 61 462 914/0001-69; Valor Total Estimado: R$ 18.700,00 (dezoito mil e setecentos reais); Ata de Registro de Preços 081/2026 – Contratada: M3. BUSINESS GROUP LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 54 494 740/0001-50; Valor Total Estimado: R$ 25.117,60 (vinte e cinco mil e cento e dezessete reais e sessenta centavos); Ata de Registro de Preços 082/2026 – Contratada: Maria do Carmo da Silva Leandro, inscrita no CNPJ sob nº 26 649 652/0001-45; Valor Total Estimado: R$ 437,50 (quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos); Ata de Registro de Preços 083/2026 – Contratada: COPMAYS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 08 300 595/0001-02; Valor Total Estimado: 18.288,40 (dezoito mil e duzentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos); Ata de Registro de Preços 084/2026 – Contratada: COMERCIAL ARTIGOS DE ESCRITORIO E PAPELARIA BARCELONA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 47 794 016/0001-87; Valor Total Estimado: 15.346,80 (quinze mil e trezentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos); Ata de Registro de Preços 085/2026 – Contratada: PONTO OFFICE BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 62 234 516/0001-58; Valor Total Estimado: 4.354,35 (quatro mil e trezentos e cinquenta e quatro reais e trinta e cinco centavos); Ata de Registro de Preços 086/2026 – Contratada: EXPOENTE COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 51 305 956/0001-32; Valor Total Estimado: 19.580,00 (dezenove mil e quinhentos e oitenta reais); Ata de Registro de Preços 087/2026 – Contratada: WIL SOLUCOES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 57 564 681/0001-38; Valor Total Estimado: 12.455,50 (doze mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos); Ata de Registro de Preços 088/2026 – Contratada: IDPROMO COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 17 791 755/0001-54; Valor Total Estimado: 2.225,25 (dois mil e duzentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos). Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR.
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:14A42AA4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE ATA– PROCESSO LICITATÓRIO Nº 210/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2025

Extrato de Ata– Processo Licitatório nº 210/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2025. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando Extrato de Ata, referente ao Processo Licitatório 210/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2025, cujo objeto é o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de cesta básica completa, sendo contratadas as empresas VITAL COMERCIO ATACADISTA LTDA CNPJ nº 60.261.511/0001-99, no valor de R$ 4.986.290,00 (quatro milhões, novecentos e oitenta e seis mil, duzentos e noventa reais). Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
(Prefeito)

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:1BFC4E04

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS. PROCESSO Nº: 173/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO 092/2025

Extrato de Atas de Registro de Preços. Processo Nº: 173/2025 – Pregão Eletrônico 092/2025. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos. Contratadas: Ata de Registro de Preços Nº 037/2026, DROGAFONTE LTDA, CNPJ: 08.778.201/0001-26. Valor total: R$ 278.871,00 (duzentos e setenta e oito mil e oitocentos e setenta e um reais); Ata de Registro de Preços Nº 039/2026, MED CENTER COMERCIAL LTDA, CNPJ: 00.874.929/0001-40. Valor total: R$ 107.858,85 (cento e sete mil e oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e cinco centavos); Ata de Registro de Preços Nº 041/2026, PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA, CNPJ: 73.856.593/0001-66. Valor total: R$ 517.050,00 (quinhentos e dezessete mil e cinquenta reais); Ata de Registro de Preços Nº 055/2026, MULTIFARMA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ: 21.681.325/0001-57. Valor total: R$ 189.500,50 (cento e oitenta e nove mil e quinhentos reais e cinquenta centavos); Ata de Registro de Preços Nº 062/2026, SULMEDIC, CNPJ: 09.944.371/0003-68. Valor total: R$ 28.350,00 (vinte e oito mil e trezentos e cinquenta reais); Ata de Registro de Preços Nº 063/2026, PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 28.123.417/0001-60. Valor total: R$ 13.000,00 (treze mil reais). Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:47298BF4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO Nº 034/2026 – DISPENSA Nº 012/2026.

Extrato de Homologação - Processo nº 034/2026 – Dispensa nº 012/2026. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova/MG torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando a Homologação referente ao Processo Licitatório nº 034/2026 – Dispensa nº 012/2026 cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para realização de serviços de manutenção em veículo micro-ônibus placa PVK9298. Contratado: Remar Auto Peças Ltda, CNPJ nº 02.090.857/0001-75, no valor de R$ 410,40 (Quatrocentos e dez reais e quarenta centavos). Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:43127821

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO Nº 049/2026 – DISPENSA Nº 020/2026

Extrato de Homologação - Processo nº 049/2026 – Dispensa nº 020/2026. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova/MG torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando a Homologação referente ao Processo Licitatório nº 049/2026 – Dispensa nº 020/2026 cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para realização de serviços de manutenção em veículo ônibus placa HMN-9213. Contratado: Remar Auto Peças Ltda, CNPJ nº 02.090.857/0001-75, no valor de R$ 5.795,28 (Cinco mil setecentos e noventa e cinco reais e vinte e oito centavos). Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:314825BB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO Nº 050/2026 – DISPENSA Nº 021/2026

Extrato de Homologação - Processo nº 050/2026 – Dispensa nº 021/2026. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova/MG torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando a Homologação referente ao Processo Licitatório nº 050/2026 – Dispensa nº 021/2026 cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para realização de serviços de manutenção em veículo micro-ônibus placa SYS6H69. Contratado: Remar Auto Peças Ltda, CNPJ nº 02.090.857/0001-75, no valor de R$ 758,88 (Setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e oito centavos). Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:8E5AFAB8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO Nº 051/2026 – DISPENSA Nº 022/2026.

Extrato de Homologação - Processo nº 051/2026 – Dispensa nº 022/2026. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova/MG torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando a Homologação referente ao Processo Licitatório nº 051/2026 – Dispensa nº 022/2026 cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para realização de serviços de manutenção em veículo ônibus placa QPC-0521. Contratado: A.S. DE SOUZA CRUZ PECAS E SERVICOS CNPJ nº 37.262.389/0001-53, no valor de R$ 3.100,00 (Três mil e cem reais). Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:235713AC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PORTARIA059

PORTARIA Nº 059/2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, previstas no Art. 129, inciso XL da Lei Orgânica do Município,
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 8º do Decreto Municipal nº 12.805/2022,

Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;

Resolve:
Art. 1º - Designar como fiscal e gestor do contrato ou instrumento equivalente decorrente do processo licitatório nº 051/2026, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para realização de serviços de manutenção em veículo ônibus placa QPC0521, os seguintes servidores:
a) Fiscal do contrato:
● Thiago Roma de Paula, transportesemedpn @gmail.com, 31 3817 6947
b) Gestor do contrato:
● Tarcísio Fontes Fernandes Filho, semutfrotaemecanica@gmail.com. 31 3819-5454

Art. 2º - A vigência desta portaria coincidirá com a vigência contratual e suas sucessivas prorrogações, ou, ainda, enquanto perdurarem pendências relacionadas ao contrato ou instrumento equivalente;

Art. 3° - Em caso de ausência do titular, a autoridade competente, Secretário (a) Municipal requisitante, deverá informar a ausência do fiscal e/ou gestor e a indicação do substituto, para ser designado pela autoridade máxima do município.

Art. 4º - Fica garantido aos fiscais e gestores, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos contratos ou instrumentos equivalentes sob fiscalização.

Art. 5º - As atribuições de fiscalização e gestão estão previstas do Decreto Municipal nº 12.805/2022.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Ponte Nova, 26 de fevereiro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:D4A758B8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PORTARIA060

PORTARIA Nº 060/2026

Altera a Portaria nº 42/2026, no que tange ao fiscal do contrato.

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, previstas no Art. 129, inciso XL da Lei Orgânica do Município,
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 8º do Decreto Municipal nº 12.805/2022,
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;

Resolve:
Art. 1º - Alterar o artigo 1º da Portaria nº 042/2026, passando a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º - Designar como fiscal e gestor do contrato ou instrumento equivalente decorrente do processo licitatório nº 190/2025, cujo objeto é Registro de Preços para futura e eventual locação de tendas, portal e grades, os seguintes servidores:

Fiscal:
● Fábio Januário Cremonezi, cultura@pontenova.mg.gov.br, (31) 3817-3440
● Mateus Diniz Silva, sedru@pontenova.mg.gov.br, (31) 99624-7410
● Vânia Marcia Dos Santos, semut@pontenova.mg.gov.br, (31) 3817-6858
● Isaac Borges Augusto, patrimonio@pontenova.mg.gov.br, (31) 3819-5454
● Igor Queiroz da Silva, semej@pontenova.mg.gov.br, (31) 3817-2054

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Ponte Nova, 27 de fevereiro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:231C78D2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PORTARIA Nº 061/2026 - REMOVE SERVIDORA OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, COM EFEITOS RETROATIVOS, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, FUNDAMENTADA NA LEI MARIA DA PENHA E NA LEI Nº 11.350/06.

PORTARIA Nº 061/2026

Remove servidora ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, com efeitos retroativos, em caráter temporário, fundamentada na Lei Maria da Penha e na Lei nº 11.350/06.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE NOVAe a**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas na Lei Orgânica Municipal e no art. 39 da Lei Complementar nº 1.522/1990;

CONSIDERANDOa obrigatoriedade estatal de garantir acesso prioritário à remoção de servidora pública em situação de violência doméstica, nos termos do art. 9º, § 2º, II, da Lei nº 11.340/2006;

CONSIDERANDOa permissão legal para alteração da área geográfica de atuação do Agente Comunitário de Saúde quando houver risco à integridade física, conforme o art. 6º, § 4º, da Lei nº 11.350/2006;

CONSIDERANDOa existência de vaga disponível na Unidade Básica de Saúde e o interesse público em preservar a continuidade do serviço e a vida da agente pública;

RESOLVE:

Art. 1ºREMOVER, a pedido e em caráter excepcional, a servidora M. d. F. J.S., matrícula nºXXX, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, da UBS Centro para a UBS Palmeiras.

Art. 2ºA remoção ora concedida possui caráter temporário, permanecendo vigente enquanto subsistirem os motivos fáticos e jurídicos que ensejaram a proteção à integridade física da servidora.

Art. 3ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagindo ao dia 10 de dezembro de 2025, para fins de regularização funcional e assentamento nos registros de pessoal.

Ponte Nova, 27 de fevereiro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
Prefeito Municipal

KÁTIA JARDIM DE CARVALHO IRIAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Kátia Jardim de Carvalho Irias
Código Identificador:58612002

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME
EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO 112/2025

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:058 /2025
CONTRATO Nº: 112/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Porto Firme
CONTRATADA: Gonçalves & Souza Comércio Alimentício
OBJETO: Aumento de R$1.313,15 no valor total do contrato.
DATA DA ASSINATURA: 25/02/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

Porto Firme, 27/02/2025

RENATO SANTANA SARAIVA

Publicado por:
Viviane Neves Valente
Código Identificador:6E9983CC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME
PROCESSO 81/2025

Prefeitura Municipal de Porto Firme/MG. Torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 028/2025, na data de 13/03/2026, às 9h, Processo nº 081/2025, Registro de preço nº 020/2025, cujo objeto é Registro de Preços para futura e eventual aquisição de computador de mão, estilo TABLET, para suprir as necessidades de informatização das equipes que compõem a Atenção Básica do Município de Porto Firme – MG, conforme recurso vinculado à Resolução SES/MG nº10092/2025. O Edital poderá ser acessado no site: www.bllcompras.org.br e/ou no Portal da Prefeitura Municipal de Porto Firme: www.portofirme.mg.gov.br, Informações pelo telefone (0xx31) 3893-1456.

RENATO SANTANA SARAIVA.
Porto Firme/MG, 27/02/2026.

Publicado por:
Viviane Neves Valente
Código Identificador:64778385

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
EXTRATO DE ADITIVO

Processo Licitatório nº 021/2025

Inexigibilidade nº 001/2025

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 021/2025

Contratante: Prefeitura Municipal de Prados
Contratado: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA PARÓQUIA DE PRADOS
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência e a alteração do valor global do Contrato.
Valor Total: R$ 1.173.613,86 (um milhão, cento e setenta e três mil, seiscentos e treze reais e oitenta e seis centavos).
Data: 25 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Bruno Ludgero da Mata e Sousa
Código Identificador:1C2184DB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
LEI COMPLEMENTAR Nº 155/2026 "DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE ANISTIA E PARCELAMENTO ESPECIAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PRATÁPOLIS, DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA"

PUBLICAÇÃO – LEI COMPLEMENTAR Nº 155/2026
A Administração Pública do Município de Pratápolis, Minas Gerais, torna público, nos termos da Lei 2.000/2020, a publicação da LEI COMPLEMENTAR 155/2026, que **"DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE ANISTIA E PARCELAMENTO ESPECIAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PRATÁPOLIS, DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA"** junto ao Portal da Transparência do Município e afixada no átrio da sede da Prefeitura Municipal no dia 27 de fevereiro de 2026. A íntegra do texto legal poderá ser conferido através do sítio eletrônico do Portal da Transparência sob o link https://pratapolis.mg.gov.br/leis/

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:BFABC5CF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 049/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 049/2026
Processo Licitatório 140/2024
CONTRATANTE: Município de Prudente de Morais/MG, por meio de seu
representante legal, Prefeito Municipal Sr. Jocimar César Brandão.
CONTRATADO: TREZE LICITACOES E COMERCIO LTDA, inscrito no CNPJ sob o n.º 29.126.669/0001-06, neste ato representada pelo Sr. André Luiz Nunes.
OBJETO: Este contrato tem por objeto da presente licitação a futura e eventual aquisição de produtos de limpeza e descartáveis para utilização por diversos órgãos e secretarias que integram a municipalidade, conforme quantitativo e demais especificações contidas neste instrumento e no termo de referência.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R$4.978,98 (quatro mil e novecentos e setenta e oito reais e noventa e oito centavos).
PUBLICAÇÃO: Realizada conforme os princípios da publicidade e da
transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.
Prudente de Morais / MG, 27 de fevereiro de 2026.
Assinam digitalmente:

● Jocimar César Brandão – Prefeito Municipal

● André Luiz Nunes - Representante legal da empresa contratada

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:FE829829

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 050/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 050/2026
Processo Licitatório 140/2024
CONTRATANTE: Município de Prudente de Morais/MG, por meio de seu
representante legal, Prefeito Municipal Sr. Jocimar César Brandão.
CONTRATADO: DINIZ &DINIZ COMPRAS GOVERNAMENTAIS-EPP, inscrito no CNPJ sob o n.º 25.319.229/0001-14, neste ato representada pelo Sr. Albert Carlos Diniz Assis.
OBJETO: Este contrato tem por objeto da presente licitação a futura e eventual aquisição de produtos de limpeza e descartáveis para

utilização por diversos órgãos e secretarias que integram a municipalidade, conforme quantitativo e demais especificações contidas neste instrumento e no termo de referência.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R$67.725,53 (sessenta e sete mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e três centavos).
PUBLICAÇÃO: Realizada conforme os princípios da publicidade e da
transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.
Prudente de Morais / MG, 27 de fevereiro de 2026.
Assinam digitalmente:

● ***JOCIMAR CÉSAR BRANDÃO –***
Prefeito Municipal

● ***ALBERT CARLOS DINIZ ASSIS -***
Representante Legal da Empresa
Contratada

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:774FCA15

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 051/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 051/2026
Processo Licitatório 140/2024
CONTRATANTE: Município de Prudente de Morais/MG, por meio de seu
representante legal, Prefeito Municipal Sr. Jocimar César Brandão.
CONTRATADO: ALIANCA UTILIDADES & SERVIÇOS LTDA-ME , inscrito no CNPJ sob o n.º 52.429.342/0001-25, neste ato representada pelo Sr. Camila Emanuela dos Santos.
OBJETO: Este contrato tem por objeto da presente licitação a futura e eventual aquisição de produtos de limpeza e descartáveis para utilização por diversos órgãos e secretarias que integram a municipalidade, conforme quantitativo e demais especificações contidas neste instrumento e no termo de referência.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R$2.602,06 (dois mil seiscentos e dois reais e seis centavos)
PUBLICAÇÃO: Realizada conforme os princípios da publicidade e da
transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.
Prudente de Morais / MG, 27 de fevereiro de 2026.
Assinam digitalmente:

● ***JOCIMAR CÉSAR BRANDÃO***
Prefeito Municipal

● ***CAMILA EMANUELA DOS SANTOS***
Representante Legal da Empresa
Contratada

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:720CA187

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 060/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 060/2026
Processo Licitatório 031/2026
CONTRATANTE: Município de Prudente de Morais/MG, por meio de seu
representante legal, Prefeito Municipal Sr. Jocimar César Brandão.
CONTRATADO: LAURA FERREIRA RUZAFA MARTINS ME, inscrito no CNPJ sob o n.º 44.584.440/0001-09, neste ato representada pelo Sr. Laura Ferreira Ruzafa Martins.
OBJETO: Este contrato tem por objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Transporte recreativo de passageiros (tipo carreta furacão, carreta da alegria, trenzinho da alegria), para as comemorações e datas festivas durante o ano sendo um momento especial que visa celebrar a infância e promover o bem estar das crianças e adolescentes, conforme quantitativo e demais especificações contidas neste instrumento e no termo de referência
VIGÊNCIA: 02 (dois) meses.
VALOR TOTAL: R$25.687,35 (vinte e cinco mil e seiscentos e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos)
PUBLICAÇÃO: Realizada conforme os princípios da publicidade e da
transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.
Prudente de Morais / MG, 27 de fevereiro de 2026.
Assinam digitalmente:
● Jocimar César Brandão – Prefeito Municipal
● Laura Ferreira Ruzafa Martins - Representante legal da empresa contratada

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:2E2F3E11

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2026

O **MUNICÍPIO DE RIO POMBA-MG** torna público que realizará **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, para **Confecção de Livros.** Data da sessão pública: 17/03/2026 às 10h00min. Informações gerais e edital: na sede da Prefeitura ou no site https://www.riopomba.mg.gov.br. Rio Pomba-MG, 27 de fevereiro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO VIEIRA GONÇALVES –
Chefe de Setor.

Publicado por:
Marcos Antônio Vieira Gonçalves
Código Identificador:B5920C84

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 053

AVISO **RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**	
O Prefeito Municipal de Rio Pomba, em cumprimento ao art. 94, caput da Lei 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:	
Tipo	Contrato
Número	053/2026
Contratante	Município de Rio Pomba - MG
Contratado	Thaylis Montes Carneiro
Objeto	**Show com Thaylis Carneiro, a ser realizado no dia 13/03/2026, durante o evento "Noite no Largo do Pomba**
Fundamento	Processo nº 033/2026 – Inexigibilidade nº 010/2026
Prazo	**26/02/2026 - 31/03/2026**
Valor	**R$ 3.000,00**
Dotação Orçamentária	3.3.90.39.00.2.10.02.13.695.0031.2.0171 – REALIZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS E CULTURAIS
Signatário - Contratante	João Carlos Batista Cancela – Secretário Municipal de Cultura e Turismo
Signatário - Contratado	Thaylis Montes Carneiro – Sócio/Administrador

Rio Pomba, 26 de fevereiro de 2026

ÁTHILA VIANA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Áthila Viana de Oliveira
Código Identificador:55469107

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO:
O Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Rio Pomba, do Estado de Minas Gerais, informa aos interessados que o Prefeito Municipal, no uso de atribuições que lhe confere o Art. 59, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado final

do Processo Seletivo Simplificado Edital nº010/2025, homologado em 05/12/2025 convoca nesta data, observada a ordem de classificação, os relacionados abaixo:
CARGO: MOTORISTA
13º JARDEL COSTA DOS SANTOS
O candidato convocado terá prazo de 3 (três) dias úteis subsequentes à convocação, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Rio Pomba, localizado à Av. Raul Soares, n.º 15, Centro, com toda a documentação necessária à investidura do seu cargo. A não manifestação do candidato classificado e/ou a não apresentação dos documentos constantes no Anexo II do Edital dentro do prazo estabelecido, implicará na sua eliminação do Processo Seletivo.

Publicado por:
Jacqueline Furtado
Código Identificador:7FCAB2D3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO:
O Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Rio Pomba, do Estado de Minas Gerais, informa aos interessados que o Prefeito Municipal, no uso de atribuições que lhe confere o Art. 59, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital nº001/2024, homologado em 08/03/2024, convoca nesta data, observada a ordem de classificação, os relacionados abaixo:
CARGO: ASSISTENTE DE SECRETARIA
29º VERÔNICA DA SILVA SOUZA
O candidato convocado terá prazo de 3 (três) dias úteis subsequentes à convocação, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Rio Pomba, localizado à Av. Raul Soares, n.º 15, Centro, com toda a documentação necessária à investidura do seu cargo. A não manifestação do candidato classificado e/ou a não apresentação dos documentos constantes no Anexo II do Edital nº001/2024 dentro do prazo estabelecido, implicará na sua eliminação do Processo Seletivo.

Publicado por:
Jacqueline Furtado
Código Identificador:C92D024D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO:
O Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Rio Pomba, do Estado de Minas Gerais, informa aos interessados que o Prefeito Municipal, no uso de atribuições que lhe confere o Art. 59, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital nº004/2025, homologado em 05/05/2025, convoca nesta data, observada a ordem de classificação, os relacionados abaixo:
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
113º KRESLEY FRANCIS SILVA
114º ANE CAROLINE ARAUJO SANTOS
CARGO: MONITOR ESCOLAR
77º CATARINA LABOURE DE MELO TOLEDO
CARGO: PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR
92º NAYANE DE FARIA FERNANDES
93º MARIA ISADORA SILVA LOPES
Os candidatos convocado terão prazo de 3 (três) dias úteis subsequentes à convocação, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Rio Pomba, localizado à Av. Raul Soares, n.º 15, Centro, com toda a documentação necessária à investidura do seu cargo. A não manifestação do candidato classificado e/ou a não apresentação dos documentos, implicará na sua eliminação do Processo Seletivo.

Publicado por:
Jacqueline Furtado
Código Identificador:512767D7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO:
O Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Rio Pomba, do Estado de Minas Gerais, informa aos interessados que o Prefeito Municipal, no uso de atribuições que lhe confere o Art. 59, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital nº002/2025, homologado em 30/01/2025 convoca nesta data, observada a ordem de classificação, os relacionados abaixo:
CARGO: SERVENTE ESCOLAR
49º VALDINEA KARINA DE LEANDRO
O candidato convocado terá prazo de 3 (três) dias úteis subsequentes à convocação, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Rio Pomba, localizado à Av. Raul Soares, n.º 15, Centro, com toda a documentação necessária à investidura do seu cargo. A não manifestação do candidato classificado e/ou a não apresentação dos documentos constantes no Anexo II do Edital dentro do prazo estabelecido, implicará na sua eliminação do Processo Seletivo.

Publicado por:
Jacqueline Furtado
Código Identificador:B01A373B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA
AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N º 024/2026 – Dispensa Presencial 008/2026.
AVISO.
O Município de Santa Juliana, torna público que fará realizar licitação na modalidade Dispensa Presencial N º 008/2026, do tipo Menor Preço Global, nos termos do Art. 75, inciso II, § 3º, da Lei nº 14.133/21, e manifesta interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados, para a contratação de pessoa jurídica para aquisição kits de enxoval de bebê para atender as necessidades da Secretária Municipal de Ação Social do Município de Santa Juliana – MG. Período para entrega das propostas: de 02/03/2026 até 05/03/2026, às 09h00min. Início da sessão pública de análise das propostas e documentação: 09h01min do dia 05/03/2026, na divisão de licitações. O edital com todas as disposições pertinentes encontra-se à disposição dos interessados na Superintendência Municipal de Licitações. Prefeitura Municipal de Santa Juliana – MG, 27 de fevereiro de 2026.

ALEX RODRIGUES DE OLIVEIRA.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Alex Rodrigues de Oliveira
Código Identificador:B54ACEE9

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA
AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO 025/2026 – LEILÃO 001/2026.
AVISO.
A Prefeitura Municipal de Santa Juliana, torna público que fará realizar licitação na modalidade Leilão nº 001/2026, do tipo Maior lance ou oferta, para alienação de veículos automotores, de propriedade da Prefeitura Municipal de Santa Juliana, sendo que a abertura dos trabalhos da Comissão Julgadora, com recebimento das propostas, dar-se-á no dia 23/03/2026 às 10h:00m, na divisão de licitações da Superintendência Municipal de Licitações e Contratos Administrativos. O edital com todas as disposições pertinentes encontra-se a disposição dos interessados na divisão de licitações da Superintendência Municipal de Licitações e Contratos Administrativos. Prefeitura Municipal de Santa Juliana – MG, 27 de fevereiro de 2026.

PABLO BORGES SILVA
Leiloeiro.

Publicado por:
Alex Rodrigues de Oliveira
Código Identificador:BD13CE76

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato n. 085/2023 – Dispensa de Licitação 004/2023 - Foi firmado em 20.02.2026, o 6º termo aditivo para o reajuste do valor mensal, correspondente à variação do INPC para o período de 13 de fevereiro de 2025 a 12 de fevereiro de 2026, em que ocorreu um acréscimo em percentual de 4,3031%. Valor atualizado: R$ 687,20 (seiscentos e oitenta e sete reais e vinte centavos),por mês. Contratada: Byte On Serviços Ltda

Publicado por:
Fernanda Martins de Oliveira
Código Identificador:65D1BE62

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO DESERTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO DESERTO
ESCLARECIMENTO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025

ESCLARECIMENTO DE EDITAL

Ref.: Processo Administrativo nº 07/2026 – Concorrência nº 01/2026

O Município de Santana do Deserto esclarece que o valor aprovado para a obra é de **R$ 3.438.956,77 (três milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, novecentos e cinquenta e seis reais e setenta e sete centavos)**, conforme lote detalhado na planilha, constante no Edital.

Publicado por:
Michelle Pedroso Páscoa
Código Identificador:42802B04

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA
AVISO DE ERRATA- PREGÃO ELETRONICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA-MG – AVISO DE ERRATA PREGÃO ELETRONICO Nº 007/2026, Processo Nº 030/2026. Acesso a Errata: https://licitanet.com.br/processos.html e Portal do Município https://santarosadaserra.mg.gov.br/licitacoes.html;

CRISTINA PAOLA SILVA –
Pregoeira Substituta.

Publicado por:
Cristina Paola Silva
Código Identificador:C8417C81

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA
PORTARIA 015/2026

PORTARIA 015/2026

> "Dispõe sobre a alteração dos membros da Comissão de Avaliadores Município e nomeia novos membros .''

O Prefeito Municipal de Santa Rosa da Serra/MG**, SR. FREDERICO OZANAN RANGEL,** no uso das atribuições legais e constitucionais;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear novos representantes da **Comissão de Avaliadores do Município,** conforme legislação aplicável:

MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIADORES DO MUNICIPIO:

Divino Marques da Cruz
Camila Bethânia de Souza;
Paulo Henrique Rangel;
Frederico Eduardo de Melo Ribeiro;
Jonatas Rangel Capristino.

Art 2º. Revogam-se as disposições em contrário e a Portaria 092/2025, sendo que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, cumpra-se e publique-se.

Santa Rosa da Serra-MG, 27 de fevereiro de 2026

FREDERICO OZANAN RANGEL
Prefeito

Publicado por:
Debora Heloisa Costa
Código Identificador:2E51B8AC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 133

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 133/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2025

OBJETO: A presente ata tem como objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para futura e eventual aquisição de itens de MATERIAIS ESCOLARES, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

CONTRATADO: DISTRIBUIDORA MINAS COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 54.611.278/0001-24.

SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama,28 de janeiro de 2026.

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:9E58F46F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
AVISO DE DISPENSA

PROCESSO N° 007/2026
DISPENSA N° 006/2026

A Câmara Municipal de Santos Dumont, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento Processo que tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE ARRANJO DE FLORES PARA OS EVENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT A SEREM REALIZADOS DURANTE O ANO DE 2026.**
Visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº. 14.133/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas.
As propostas serão recebidas pelo e-mail gerenciacompras@camarasd.mg.gov.br ou entregues mediante protocolo ao setor de Licitações até o **dia 05 de março de 2026, até às 18h:00min.**
As despesas serão custeadas pela dotação própria prevista no orçamento vigente, conforme Lei Orçamentária.
Dúvidas e esclarecimento podem ser obtidos através do e-mail acima, site oficial da Câmara Municipal de Santos Dumont ou pelo telefone: (32)3252-9600, bem como, o Aviso de contratação direta e seus anexos necessários para a contratação.
A empresa detentora da proposta mais vantajosa para a Câmara Municipal de Santos Dumont será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração, em até 02 (dois) dias úteis após a convocação.

Publicado por:
Karolini Aparecida da Silva Procópio
Código Identificador:FAD80A61

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
AVISO DE DISPENSA

PROCESSO N° 008/2026
DISPENSA N° 007/2026

A Câmara Municipal de Santos Dumont, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento Processo que tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GARÇONS, LOCUÇÃO E SONORIZAÇÃO PARA OS EVENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT A SEREM REALIZADOS DURANTE O ANO DE 2026.**
Visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº. 14.133/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas.
As propostas serão recebidas pelo e-mail gerenciacompras@camarasd.mg.gov.br ou entregues mediante protocolo ao setor de Licitações até o **dia 05 de março de 2026, até às 18h:00min.**
As despesas serão custeadas pela dotação própria prevista no orçamento vigente, conforme Lei Orçamentária.
Dúvidas e esclarecimento podem ser obtidos através do e-mail acima, site oficial da Câmara Municipal de Santos Dumont ou pelo telefone: (32)3252-9600, bem como, o Aviso de contratação direta e seus anexos necessários para a contratação.
A empresa detentora da proposta mais vantajosa para a Câmara Municipal de Santos Dumont será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração, em até 02 (dois) dias úteis após a convocação.

Publicado por:
Karolini Aparecida da Silva Procópio
Código Identificador:000CE5A5

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
AVISO DE DISPENSA

PROCESSO N° 005/2026
DISPENSA N° 005/2026

A Câmara Municipal de Santos Dumont, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento Processo que tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE CHAVES PARA ATENDER DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT.**
Visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº. 14.133/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas.
As propostas serão recebidas pelo e-mail gerenciacompras@camarasd.mg.gov.br ou entregues mediante protocolo ao setor de Licitações até o **dia 05 de março de 2026, até às 18h:00min.**
As despesas serão custeadas pela dotação própria prevista no orçamento vigente, conforme Lei Orçamentária.
Dúvidas e esclarecimento podem ser obtidos através do e-mail acima, site oficial da Câmara Municipal de Santos Dumont ou pelo telefone: (32)3252-9600, bem como, o Aviso de contratação direta e seus anexos necessários para a contratação.
A empresa detentora da proposta mais vantajosa para a Câmara Municipal de Santos Dumont será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração, em até 02 (dois) dias úteis após a convocação.

Publicado por:
Karolini Aparecida da Silva Procópio
Código Identificador:8E79E0B9

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO E RATIFICAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 010/2026 - PROCESSO Nº 035/2026

Dispensa Eletrônica nº 010/2026
Processo nº 035/2026
Contrato n° 052/2026
Contratante: Município de Santos Dumont
Contratada: Espaço Plantas e Serviços Ltda
Objeto: Contratação de empresa do ramo de execução de serviços de paisagismo e jardinagem com mudas e plantio inclusos, em atendimento à Secretaria Municipal de Meio Ambiente , Turismo, Esporte e Lazer
Valor global: R$ 22.500,00
Vigência: 12 meses a partir da data de assinatura; assinado em 24/02/2026.
Ratificado em 10/02/2026

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR
Prefeito de Santos Dumont

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:2CAF5A11

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATOS DE PREGÃO DO ELETRÔNICO Nº 085/2025 - PROCESSO Nº 237/2025

Pregão Eletrônico nº 085/2025
Processo nº 237/2025
Contratante: Município de Santos Dumont
Contrato nº 043/2026
Contratada: Evair Alcides Campos – ME
Valor global: R$ 37.170,00
Vigência a partir de 20/02/2026
Contrato nº 044/2026
Contratada: Viação Dores do Paraibuna Ltda
Valor global: R$ 58.590,00

Vigência a partir de 20/02/2026
Objeto: Prestação de serviços de Transporte Escolar em veículo próprio, com motorista para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR -
Prefeito de Santos Dumont.

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:DCADAE73

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2026 - PROCESSO N° 61/2026

Prefeitura Municipal de Santos Dumont- Aviso de Licitação. **Processo n° 61/2026, Pregão Eletrônico n° 09/2026**. Objeto: SISTEMA DE PONTO ELETRONICO (SOFTWARE) E REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO FACIAL(HARDWARE-REP) HOMOLOGADO PELO MTE, VISANDO A AUTOMOÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada no dia 16/03/2026 ás 13 horas, perante o sistema eletrônico provido pelo(a) **Licitar Digital** no endereço eletrônico **https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa**. O Edital estará disponível atravésdos Sites: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa, https://www.santosdumont.mg.gov.br/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo Email:licitacao@santosdumont.mg.gov.br.

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:3CBCCEFE

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2026 - PROCESSO N° 055/2026

Prefeitura Municipal de Santos Dumont- Aviso de Licitação. **Processo n° 055/2026 - Pregão Eletrônico n° 006/2026**. Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de serviço de Transporte Escolar em veículo próprio, com motorista, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada no dia16/03/2026 ás 14 horas, perante o sistema eletrônico provido pelo endereço eletrônico: www.licitardigital.com.br. O Edital estará disponível atravésdo site: https://www.santosdumont.mg.gov.br / eno Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo telefone (32) 3934 0550ou Email:licitacao@santosdumont.mg.gov.br.

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:4F3BCDC9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA

DEPARTAMENTO MUN. DE LICITAÇÃO - DPML
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA

Extrato de Termo Aditivo:

Prefeitura Municipal de São Miguel do Anta/MG, extrato do termo aditivo de prorrogação de prazo de vigência contratual n.º 003/2026 ao contrato n.º 033/2023, Processo licitatório nº 001/2023, modalidade Tomada de Preços nº 001/2023, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA OU JURIDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL, Partes: MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO ANTA e EDNEY VIANA DORNELES GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº *.260.706-**.
Vigência: 28/02/2026 à 28/02/2027.
Valor: R$ 57.452,40 (cinquenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos).

VICENTE PATRÍCIO DE SOUZA JUNIOR -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
José Daniel Dias Pinto
Código Identificador:7FF51B9D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
EXTRATO DOS CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO nº 24/2026

PRC 04/2026 – CHAMADA PÚBLICA 01/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, CONFORME ESTABELECE A RESOLUÇÃO Nº 06, DE 08 DE MAIO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE EM SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG.

CONTRATADA: ELIAS APARECIDO RODRIGUES - CPF nº 065.XXX.XXX-31.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 73.335,30 (Setenta e três mil e trezentos e trinta e cinco reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA: 27/02/2026 a 28/08/2026.

EXTRATO DE CONTRATO nº 25/2026

PRC 04/2026 – CHAMADA PÚBLICA 01/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, CONFORME ESTABELECE A RESOLUÇÃO Nº 06, DE 08 DE MAIO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE EM SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG.

CONTRATADA: MARLY VIEIRA - CPF nº 067.xxx.xxx-80.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 73.335,30 (Setenta e três mil e trezentos e trinta e cinco reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA: 27/02/2026 a 28/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO nº 26/2026

PRC 04/2026 – CHAMADA PÚBLICA 01/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, CONFORME ESTABELECE A RESOLUÇÃO Nº 06, DE 08 DE MAIO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE EM SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG.

CONTRATADA: NILTON DA SILVA VENCESLAU - CPF nº 286.xxx.xxx-04.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 73.335,30 (Setenta e três mil e trezentos e trinta e cinco reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA: 27/02/2026 a 28/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO nº 27/2026

PRC 04/2026 – CHAMADA PÚBLICA 01/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, CONFORME ESTABELECE A RESOLUÇÃO Nº 06, DE 08 DE MAIO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE EM SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG.

CONTRATADA: SEBASTIÃO TRANALLI MENDONÇA- CPF nº 438.xxx.xxx-04.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 73.335,30 (Setenta e três mil e trezentos e trinta e cinco reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA: 27/02/2026 a 28/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO nº 28/2026

PRC 04/2026 – CHAMADA PÚBLICA 01/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, CONFORME ESTABELECE A RESOLUÇÃO Nº 06, DE 08 DE MAIO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE EM SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG.

CONTRATADA: THAIS FERNANDA SANTOS SILVA **- CPF nº** 397.xxx.xxx-98.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 73.335,30 (Setenta e três mil e trezentos e trinta e cinco reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA: 27/02/2026 a 28/08/2026

São Pedro da União-MG, 27 de fevereiro de 2026.

JULIANA REIS TERRA
Agente de Contratação | Mat 001289

Publicado por:
Juliana Reis Terra
Código Identificador:0689D887

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO

PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO
RETIFICAÇÃO EDITAL PREGAO 01

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREFEITURA MUNICIPAL SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO/MG. COMUNICA ALTERAÇÃO **Processo nº 005/2026**, **Pregão Eletrônico nº 001/2026**. Aviso de licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO QUILÔMETRO ÔNIBUS RURAL ESCOLAR. ONDE SE LÊ ônibus Rural Escolar 29 lugares 4x2 leia-se ônibus Rural Escolar 29 lugares 4x4 e ONDE SE LÊ ônibus Rural Escolar 44 lugares 4x4 leia-se ônibus Rural Escolar 44 lugares 4x2 Quanto ao prazo de entrega do item 02 onde se lê 30 dias passará a ser 60 dias Abertura: 16/03/2026 às 09:00 horas, pela **Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br),** Edital no site: www.licitardigital.com.br e www.saosebastiaodoriopreto.mg.gov.br.

CLEIDINEIA MORAIS QUINTÃO –
Secretária Municipal

Publicado por:
Widyna Samanta Lourdes Ferreira
Código Identificador:992CCD68

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO
AVISO DE LICITAÇÃO

- Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino – MG. Processo nº 031/2026, modalidade Pregão Eletrônico n.º 006/2026, Tipo Menor Preço por Item, Objeto: "**Registro de preços para futuras Aquisições de materiais de construção para a Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino.** A abertura, será dia 12 de março de 2026, às 08:30 horas na Plataforma de Licitações AMM Licita (www.ammlicita.org.br <http://www.ammlicita.org.br>).

- O edital/aviso encontram-se à disposição no site www.staquino.mg.gov.br e na Pref. Munic., na Rua Alves de Figueiredo, n.º 393, Centro, nesta cidade, fone (35)3535–1228-1229-1500, das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos. São Tomás de Aquino – MG, 27/02/2026.

DANIEL FERREIRA DA SILVA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Silval Aparecido de Melo
Código Identificador:6590C103

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO
EXTRATO DE CONTRATAÇÃO

- Processo nº. 027/2026, Pregão Eletrônico nº 005/2026, Contratante: Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino/MG. Objeto: **"Contratação de locações de concentrador de oxigênio com backup e regulador para serem utilizados no hospital da Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino.".** Contratadas: as empresas **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA, CNPJ: 00.331.788/0030-53,** foi considerada vencedora com o valor total de **R R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).** Dotações: 0204001.1030210042.083.339030 e 0204001.1030210042.083.339039. Em 27/02/2026.
- Processo nº. 019/2026, INEXIGIBILIDADE nº 002/2026, Contratante: Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino/MG. Objeto: **"Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao Atendimento da Alimentação Escolar no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, com INEXIGIBILIDADE de Licitação".** Contratado os produtores: **Elcio Henrique Carmozini** foi considerada vencedora com o valor total de **R$ 30.091,15 (trinta mil noventa e um reais e quinze centavos).** Dotação: **0205001.1230612012.042.339030 e 0205001.1230612012.042.339030**. Em 27/02/2026.

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silval Aparecido de Melo
Código Identificador:88A2946B

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO
HOMOLOGAÇÃO

- O Prefeito Municipal de São Tomás de Aquino/MG, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público a Homologação do procedimento licitatório modalidade Pregão Eletrônico nº. 005/2026, cujo objeto é a **"Contratação de locações de concentrador de oxigênio com backup e regulador para serem utilizados no hospital da Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino."**, e a Adjudicação de acordo com a ata e parecer jurídico, em favor das as empresas **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA, CNPJ: 00.331.788/0030-53,** foi considerada vencedora com o valor total de **R R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).** São Tomás de Aquino/MG, 27 de fevereiro de 2026.

- O Prefeito Municipal de São Tomás de Aquino/MG, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público a Homologação do procedimento licitatório modalidade **INEXIGIBILIDADE nº. 002/2026**, cujo objeto é a **"Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao Atendimento da Alimentação Escolar no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, com INEXIGIBILIDADE de Licitação"**, e a Adjudicação de acordo com a ata e parecer jurídico, em favor dos produtores: **Elcio Henrique Carmozini** foi considerada vencedora com o valor total de **R$ 30.091,15 (trinta mil noventa e um reais e quinze centavos).** São Tomás de Aquino/MG, 27 de fevereiro de 2026.

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silval Aparecido de Melo
Código Identificador:613FFFF1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO
TERMO ADITIVO

- **Processo Licitatório**: n.001/2025 - **Modalidade:** Inexigibilidade/Credenciamento n. 004/2025. **Contrato Administrativo** 022/2025**. Contratante:** Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino -MG - **Contratados: CLINICA TOTAL SAUDE LTDA, CNPJ: 58.418.727/0001-73**. **Objeto:** "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PLANTÃO DE CLINICO GERAL NA ÁREA MÉDICA DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA, AO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÁS DE AQUINO."** O presente termo aditivo tem por objeto o prorrocação de prazo de execução do contrato firmado entre as partes até 05/02/2027. Restabelecendo o saldo inicial acrescendo um total de R$ 439.898,00 (quatrocentos e trinta e nove mil oitocentos e noventa e oito reais) ao processo original para mais 12 meses. **Embasamento Legal:** conforme art. 107, da Lei 14.133/21. **Dotação Orçamentária: 020401 1030210042.083 339039; Data de Assinatura:** 27/02/2026. **Representantes dos Contratados**: Sergio Duarte**. Autorização:** Daniel Ferreira da Silva– Prefeito Municipal.

- **Processo Licitatório**: n.025/2025 - **Modalidade:** Dispensa n. 014/2025. **Contratos Nº 020/2025. Contratante:** Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino -MG - **Contratados: BLOOM SOLUCOES LTDA, CNPJ: 54.302.707/0001-81. Objeto: Contratação de Serviço Inspeção e Vistoria veicular para fins de avaliação das condições de segurança dos veículos de transporte ao Município de São Tomás de Aquino - MG.** O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da vigência de contrato firmado entre as partes. **Embasamento Legal:** conforme art. 107 da Lei 14.133/21. **Vigência**: 05/02/27. **Dotação Orçamentária:** 0205001.1236112112.033 339039. **Data de Assinatura:** 27/02/2026. **Representante do Contratado**: Jose Carlos Ferreira. **Autorização:** Daniel Ferreira da Silva– Prefeito Municipal.

-**Processo Licitatório**: n. 280/2025 - **Modalidade:** Dispensa Eletronica n. 018/2025. Contrato **096/2025. Contratante:** Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino -MG - **Contratados: SIMAO HENRIQUE RODRIGUES FROIS, CNPJ 32.374.572/0001-27**. **Objeto:** "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA/ARQUITETURA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA CMEI ORLANDO SOARES VILAS BOAS."** O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de 24,6% dos itens/serviços do valor global do contrato firmado entre as partes em mais R$ 8.220,43 (oito mil duzentos e vinte reais e quarenta e três centavos) a totalizando o valor do contrato R$ 41.640,43 (quarenta e um mil seiscentos e quarenta reais e quarenta e três centavos). **Embasamento Legal:** conforme art. 124, alínea b do inciso I, e art. 125 da Lei 14.133/2021. **Dotação Orçamentária:** 0205001.1236512051.057.449051; **Data de Assinatura:** 27/02/2026. **Representantes dos Contratados**: Simao Henrique Rodrigues Frois. **Autorização:** Daniel Ferreira da Silva– Prefeito Municipal.

- Processo Licitatório: n.022/2025 -Modalidade:Pregão Eletronico n. 004/2025.Contrato Administrativo007/2025. Contratante:Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino -MG -Contratados:SERRARIA SAO MARCOS LTDA - ME, CNPJ: 03.283.951/0001-03.Objeto:"Prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos e assemelhados, oriundos da limpeza de quintais, desde que inorgânicos e não considerados lixo da Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino."O presente termo aditivo tem por objeto o prorrocação de prazo de execução do contrato firmado entre as partes até 27/02/2027. Restabelecendo o saldo inicial acrescendo um total de R$ 201.650,00 (duzentos e um mil seiscentos e cinquenta reais) ao processo original para mais 12 meses.Embasamento Legal:conforme art. 107, da Lei 14.133/21.Dotação Orçamentária:020401 1030210042.083 339039; Data de Assinatura:27/02/2026.Representantes dos Contratados: MARCOS ANTONIO DE SOUZA. Autorização:Daniel Ferreira da Silva– Prefeito Municipal.

Publicado por:
Silval Aparecido de Melo
Código Identificador:D9A080F1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DOS AIMORÉS

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO

A Prefeitura Municipal de Serra dos Aimorés - MG torna público que realizará licitação, que será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal 005/2024, tipo MENOR PREÇO POR ITEM do seguinte Pregão:
Processo Licitatório nº 011/2026 - Pregão Eletrônico nº 006/2026
Objeto: **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO PICK-UP, CABINE DUPLA, 4X4 (DIESEL), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ÁREA DE SAÚDE MUNICIPAL, CONFORME RESOLUÇÃO SES Nº10.717/2025**
Início de Recebimento de Propostas: 02 de março de 2026 às 09h:00min.
Limite para Recebimento de Propostas: 12 de março de 2026 até as 08h59min.
Início da Sessão de Disputa de Preços:12 de março de 2026 às 09h00min.
Local de Realização do Pregão: Portal https://licitardigital.com.br/ sendo conduzida pela pregoeira desta prefeitura municipal.
Referência de Tempo: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Prazo de Validade das Propostas: Mínimo 60 dias.
Critério de Julgamento: Menor Preço por Item.
Informações complementares: O edital e demais informações poderão ser encontradas no site:, www.pmsa..mg.gov.br e www.licitardigital.com.br e ainda no Setor de Compras e Licitações através do e-mail compras@pmsa.mg.gov.br.

Serra dos Aimorés/MG, 27 de fevereiro de 2026.

DENIZE LAGO PINTO SANTANA
Agente de Contratação

Publicado por:
Denise Lago Pinto Santana
Código Identificador:C0A24926

COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 009

DECRETO Nº 009, de 26 de fevereiro de 2026.

Dispõe sobre situação de emergência nas áreas do Município de Serra dos Aimorés, Estado de Minas Gerais, afetadas por Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas – COBRADE 1.3.2.1.4, Nível II, conforme Portaria MDR nº 260/2022."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DOS AIMORÉS/MG,** no uso das atribuições que lhe confere a **Lei Orgânica Municipal**, e Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e demais disposições legais, RESOLVE:
CONSIDERANDO: que as chuvas intensas que ocorreu o município de Aimorés –MG, no dia 24/02/2026, por volta das 09:15hs , elevando o nível de rios e riachos, causando enxurradas, alagamentos, deslizamento de terra, danos materiais em residências e vias públicas;
CONSIDERANDO, que o INMET Instituto Nacional de Meteorologia e o CEMADEN Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais que emitiu o alerta de chuvas com (Potencial) para o Estado de Minas Gerais;
CONSIDERANDO que o acumulado pluviométrico afetou toda área do município, causando prejuízos públicos e privados significativos, superando a capacidade de resposta do governo municipal;
CONSIDERANDO que a persistência das chuvas representa agravamento dos danos e ameaça à integridade física dos moradores das áreas afetadas;
CONSIDERANDO que a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, com base no Formulário de Informações de Desastre (FIDE), emitiu parecer técnico favorável à declaração da situação de emergência;
DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada situação de emergência nas áreas do Município de SERRA DOS AIMORÉS/MG afetadas por Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas – COBRADE 1.3.2.1.4, Nível II, conforme tipificação da Portaria MDR nº 260/2022.
Art. 2º - Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos da administração municipal para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre, reabilitação dos cenários e reconstrução das áreas atingidas.
Art. 3º - Fica autorizada a convocação de voluntários e a realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de apoiar as ações de socorro e assistência às populações atingidas, sob responsabilidade da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.
Art. 4º - De acordo com os incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, no exercício das ações emergenciais, a:
I – Penetrar em residências, para prestar socorro ou promover a evacuação em situações de iminente risco;
II – Utilizar propriedade particular, em caso de iminente perigo público, assegurada posterior indenização ao proprietário, caso haja dano.
Parágrafo único – A omissão do agente público nas ações emergenciais será passível de responsabilização.
Art. 5º -Com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam dispensadas de licitação as aquisições de bens e contratações de obras e serviços destinados ao atendimento da situação de emergência, desde que sua execução seja concluída no prazo máximo de um (1) ano, vedada a prorrogação e recontratação.
Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, e terá validade de 180 dias.

Serra dos Aimorés/MG, 25 de fevereiro de 2025.

ED WANDER PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Lago Pinto Santana
Código Identificador:215A27D5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2025

CONTRATO Nº 011/2025, **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 010/2025**, **MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2025** celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG,** inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.501/0001-91 e a Empresa **TALITA DIAS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA,** inscrita no CNPJ sob o nº 46.680.691/0001-12 **- Objeto:** CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ESPECIALIZADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA À SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, COM O OBJETIVO DE: REALIZAR ESTUDOS, ANÁLISES E PARECERES JURÍDICOS ACERCA DE PROGRAMAS E PROJETOS VOLTADOS AO INTERESSE PÚBLICO E SOCIAL NA ÁREA DE AGRICULTURA FAMILIAR, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG. Torna público o **PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 011/2025, VALIDADE ATÉ 03/02/2027, NO VALOR DE R$ 7.240,00 (Sete mil, duzentos e quarenta reais),** mensal por 12 (doze) meses.

Serranópolis de Minas /MG, 27 de Janeiro de 2026.

ARLENE MARIA DIAS DA SILVA
Agente de Contratação.

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:B5E925F4

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2025

CONTRATO Nº 021/2025, **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 015/2025**, **MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2025** celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG,** inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.501/0001-91 e a Empresa**: IVAN APARECIDO DOS SANTOS ,** inscrita no CNPJ sob o nº 20.294.113/0001-54 **- Objeto:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de propaganda volante através de carro de som em atendimento à diversas secretarias do Município de Serranópolis de Minas/MG. Torna público o **PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 021/2025, VALIDADE ATÉ 13/02/2027, NO VALOR DE R$ 90,00 (Noventa reais) a hora, valor total R$ 27.000.00 (Vinte e sete mil reais).**

Serranópolis de Minas /MG, 27 de Fevereiro de 2026.

ARLENE MARIA DIAS DA SILVA
Agente de Contratação.

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:9B3DE3EE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS SEGUNDO ADITIVO DE REAJUSTE AO CONTRATO Nº 011/2025 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 010/2025 MODALIDADE: INEXGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2025

SEGUNDO ADITIVO DE REAJUSTE AO CONTRATO Nº 011/2025

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 010/2025

MODALIDADE: INEXGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2025

Pelo presente Termo Aditivo que entre si celebram de um lado o Município **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS**, entidade de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.612.501/0001-91, sediada na Praça Nossa Senhora da Conceição, nº 01, centro, Serranópolis de Minas, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Ilmo. Sr**.** Max Vinícius Aguiar Martins, residente e domiciliado na cidade de Serranópolis de Minas/MG, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **Talita Dias Sociedade Individual De Advocacia**, inscrito no CNPJ sob o nº 46.680.691/0001-12, com endereço na Rua Tomaz Gonzaga, nº 269 – Bairro: Centro - na Cidade de Porteirinha de Minas/MG, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, neste ato representado pelo seu representante legal o Srta. Talita Daniela Dias, inscrito no CPF sob o nº 081.406.576-70, celebram em comum acordo o presente **TERMO DE ADITAMENTO, Aditivo de reajuste anual com percentual 4,44% no índice acumulado de reajuste IPCA/(IBGE), Calculado no período de 12 (Meses),O valor mensal dos serviços ,que era de R$ 7.240,00 (Sete mil, duzentos e quarenta reais), Passa a ser de R$ 7.561,46 (Sete mil, quinhentos e sessenta e um reais e quarenta e seis centavos), a partir da competência de fevereiro de 2026.** para renovar o saldo do Contrato nº 011/2025, o que fazem no permissivo na Lei nº 14.133/2021, oriundo do Processo Licitatório nº 010/2025, Modalidade: Inexigibilidade De Licitação nº 002/2025, demais disposições atinentes à matéria, têm entre si justa e acordadas o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ESPECIALIZADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA À SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, COM O OBJETIVO DE: REALIZAR ESTUDOS, ANÁLISES E PARECERES JURÍDICOS ACERCA DE PROGRAMAS E PROJETOS VOLTADOS AO INTERESSE PÚBLICO E SOCIAL NA ÁREA DE AGRICULTURA FAMILIAR, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O Prazo de vigência do contrato fica **prorrogado até 03/02/2027,** nos termos da Lei nº 14.133/2021 e respectivas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Conforme disposto no artigo 107 da Lei 14.133/2021, o presente Termo de Aditamento passa a integrar o Contrato nº 011/2025, permanecendo inalteradas as demais disposições nele contidas.
E por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, rubricando todas as suas folhas, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Serranópolis de Minas, 27 de Janeiro de 2026.

Prefeitura Municipal de Serranopolis de Minas
MAX VINICIUS AGUIAR MARTINS
Contratante

Talita Dias Sociedade Individual de Advoccia
CNPJ: 46.680.691/0001-12
Contratada
TALITA DANIELA DIAS
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1._____
CPF:

2. _____
CPF:

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:85BEBB4E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVIANÓPOLIS-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVIANÓPOLIS-MG CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO PROGRAMA DE TEMPO INTEGRAL DO MUNICÍPIO DE SILVIANÓPOLIS/MG

A Prefeitura Municipal de Silvianópolis/MG, realizará o Pregão Presencial nº 05/2026, Processo Administrativo nº 30/2026 para **Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços no Programa de Tempo Integral do Município de Silvianópolis/MG**. A abertura será às 13:00 horas do dia 12 de março de 2026. O edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados pelo endereço eletrônico: https://silvianopolis.mg.gov.br/licita.cfm ou poderá ser solicitado pelo e-mail: licita@silvianopolis.mg.gov.br.
Silvianópolis/MG, 27/02/2026.

LÚCIO TADEU ANDRADE PEIXOTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreza Lima Rocha Soares
Código Identificador:524C91A7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES

LICITAÇÃO TIRADENTES
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026 PL 010/2026

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 002/2026 CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO

O Município de Tiradentes, torna público a todos os interessados o CREDENCIAMENTO do seguinte processo licitatório:

PROCESSO LICITATÓRIO N°010/2026
CREDENCIAMENTO N° 002/2026
OBJETO: Credenciamento de oficineiros especializados (pessoa física/jurídica) para o desenvolvimento de atividades socioeducativas, e de capacitação nas unidades de atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social, com a finalidade de promover a inclusão social e capacitar pessoas em situação de vulnerabilidade social.
ABERTURA: A PARTIR DO DIA 05 DE MARÇO DE 2026.

Edital disponível em: www.tiradentes.mg.gov.br/

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:

pelo email: assistenciasocial@tiradentes.mg.gov.br.

(Assinado no Original Anexo Aos Autos)
DENÍLSON GERALDO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Denilson Geraldo da Silva
Código Identificador:7ACCAAD6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO MG
AVISO DE CONTRATAÇÃO

Torna-se público que o Município de Toledo MG, por meio do setor de Compras e Licitações, extrato da contratação por Adesão a Ata de RP advindo do PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DE ATA N° 199/2025 realizado pelo CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DE MUNICIPIOS - CONVALES, CNPJ: 06.070.075/0001-25, o processo administrativo de Toledo MG tem como objeto: **AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO MINIVAN DE 07 LUGARES, DE PRIMEIRO USO DESTINADO AO MUNICIPIO DE TOLEDO MG.** Nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável. Contratada**: MAX VEICULOS LTDA**, CNPJ N° 35.700.355/0001-78. Data da contratação: 27/02/2026. Valor da contratação: **R$ 123.000,00** (cento e vinte e três mil reais). Prazo da contratação: 12 (doze) meses. Processo de adesão a Ata de RP 017/2026, modalidade 002/2026, contrato 010/2026. Maiores informações *licitacaotoledomg@gmail.com.*
Toledo MG, 27 de fevereiro de 2026.

ZILDO ALEXANDRO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marcella Larissa Gomes Lopes
Código Identificador:99A2FF64

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA DE MINAS
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
AGRICULTURA FAMILIAR – PNAE.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 007/2026
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

O Município de Uruana de Minas/MG, por meio da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a **Resolução CD/FNDE nº 26/2013** e demais resoluções do FNDE que regulamentam o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, aplicando-se subsidiariamente a **Lei Federal nº 14.133/2021**, torna público a Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, durante o calendário escolar de 2026. Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no **dia 23 de março de 2026, às 09h00, na sala de licitações.** Endereço: Avenida Brasília, nº 450, Bairro Cruzeiro, na sede da Prefeitura Municipal de Uruana de Minas. O edital de chamamento público encontra-se disponível no sítio oficial da Prefeitura: www.uruanademinas.mg.gov.br. Informações adicionais poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacoes@uruanademinas.mg.gov.br ou pelo telefone: (38) 99924-8659.

Uruana de Minas/MG, 27 de fevereiro de 2026.

ILMA GUEDES LOPES
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Tassiany Teixeira de Almeida
Código Identificador:B029BFD3

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA DE MINAS
AVISO DE LICITAÇÃO. CREDENCIAMENTO Nº 003/2026.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 008/2026
CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

O Município de Uruana de Minas/MG, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público que está instaurado o Credenciamento nº 003/2026, decorrente da Inexigibilidade nº 008/2026, Processo Licitatório nº 014/2026, conforme disposto no art. 74, IV, c/c art. 78, inciso I da Lei nº 14.133/2021. O procedimento tem por objeto o credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas para prestação de serviços médicos especializados em PSIQUIATRIA, para realização de consultas eletivas, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento e seus anexos. O recebimento da documentação ocorrerá em fluxo contínuo, no período de 7h30min às 17h00min, no endereço:Avenida Brasília, nº 450, Bairro Cruzeiro, na sede da Prefeitura Municipal de Uruana de Minas, no Setor de Licitações. O edital completo encontra-se disponível no sítio oficial da Prefeitura: www.uruanademinas.mg.gov.br. Informações adicionais poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacoes@uruanademinas.mg.gov.br ou pelo telefone: (38) 99924-8659, em dias úteis, das 07h30min às 17h00min.

Uruana de Minas/MG, 27 de fevereiro de 2026.

WEVERTON PEREIRA CARDOSO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Tassiany Teixeira de Almeida
Código Identificador:FD3A5416

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA DE MINAS
AVISO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS. DISPENSA Nº 003/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026
DISPENSA N° 003/2026

O Município de Uruana de Minas/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, torna público que a partir da data dessa publicação até às 13h00min do dia 06/03/2026, estará recebendo propostas para contratação de empresa especializada em serviços de contabilidade pública, destinada à elaboração, organização, regularização e envio de prestações de contas referentes a recursos estaduais e federais da Assistência Social, bem como a apresentação das referidas prestações de contas ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas na convocação para apresentação de propostas e seus anexos, disponíveis na íntegra no sítio oficial do município http://www.uruanademinas.mg.gov.br . Maiores informações pelo telefone: (038) 99924-8659 ou pelo e-mail: licitacoes@uruanademinas.mg.gov.br.

Uruana de Minas, 27 de fevereiro de 2026.

RONAÍNA VIEIRA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Tassiany Teixeira de Almeida
Código Identificador:7F9D3566

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE - EXTRATO DE ATA

- 12ª Ata de Sessão de Realização de Credenciamento Chamamento Público nº 008/2023.
Processo De Licitação Nº 410/2023
Inexigibilidade nº 24/2023

Objeto: Chamada Pública para Prestação de Serviços Elétricos, Mecânicos, manutenção em Ar Condicionado, Alinhamento, Balanceamento, Cambagem, Cáster, Lanternagem, Pintura e Tapeçaria Para Manutenção Preventiva e Corretiva em Veículos Leves, Médios, Pesados e Maquinas que compõem a frota Municipal.

Contratada: **SET MANUTENÇÕES LTDA**

Lote: LOTE 01: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS;LOTE 02: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS.

Valor Total: R$ 1.013,33

Prefeitura Municipal de Vazante, 27 de Fevereiro de 2026.

GABRIEL AFRÂNIO ROSA DE FARIA BARRA
Prefeito Municipal de Vazante-MG.

Publicado por:
Jessica Mendes da Silva
Código Identificador:71F1007E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE - EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 24/2026
Contratada: **IRENE MACHADO DE SOUZA 85257290600**
Processo Administrativo Nº 09/2026
Dispensa nº 09/2026
Objeto:Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de tratamento de água, limpeza e manutenção de piscinas e fontes; com o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios, produtos químicos, análisefísicoquímica
Valor:R$ 64.800,00
Vigência: 26/02/2026 a 26/08/2026

Prefeitura Municipal de Vazante, 27 de Fevereiro de 2026.

GABRIEL AFRÂNIO ROSA DE FARIA BARRA
Prefeito Municipal de Vazante-MG.

Publicado por:
Scarlat Rocha
Código Identificador:4D0102E3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Nos termos dos artigos 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, ratifico o **Processo Licitatório nº 036/2026 – Dispensa nº 011/2026**, para aquisição emergencial, colchões para as famílias atingidas pelas chuvas intensas nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2026, de acordo com Decreto Municipal de Situação de Emergência n° 29 de 24/02/2026, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, **MOVEIS B P LTDA**, CNPJ nº 01.610.917/0002-51, pelo valor de R$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais). Visconde do Rio Branco, 26 de fevereiro de 2026 -

LUIZ FÁBIO ANTONUCCI FILHO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:C2CD00DC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO N° 044/2026 - PROCESSO Nº 034/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 019/2026 – CREDENCIAMENTO 005/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: VANILDA HELENA DA SILVA – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de MONITOR ESCOLAR, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco. - MG. **Data: 25/02/2026 – Vigência: 25/02/2027.**

EXTRATO DE CONTRATO N° 045/2026 - PROCESSO Nº 034/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 019/2026 – CREDENCIAMENTO 005/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: KELLY DE SOUZA FERREIRA – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de MONITOR ESCOLAR, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco. - MG. **Data: 25/02/2026 – Vigência: 25/02/2027.**

EXTRATO DE CONTRATO N° 046/2026 - PROCESSO Nº 034/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 019/2026 – CREDENCIAMENTO 005/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: TAYNARA FLORIANO DO NASCIMENTO – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de MONITOR ESCOLAR, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco. - MG. **Data: 25/02/2026 – Vigência: 25/02/2027.**

EXTRATO DE CONTRATO N° 047/2026 - PROCESSO Nº 034/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 019/2026 – CREDENCIAMENTO 005/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: : ALEXIA DOS SANTOS – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de MONITOR ESCOLAR, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco. - MG. **Data: 25/02/2026 – Vigência: 25/02/2027.**

EXTRATO DE CONTRATO N° 048/2026 - PROCESSO Nº 034/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 019/2026 – CREDENCIAMENTO 005/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: POLIANE CRISTINA FORTUNATO – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de MONITOR ESCOLAR, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco. - MG. **Data: 25/02/2026 – Vigência: 25/02/2027.**

EXTRATO DE CONTRATO N° 049/2026 - PROCESSO Nº 034/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 019/2026 – CREDENCIAMENTO 005/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: ISABELLA CAROLINA TEIXEIRA SIMÕES – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de MONITOR ESCOLAR, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco. - MG. **Data: 25/02/2026 – Vigência: 25/02/2027.**

EXTRATO DE CONTRATO N° 050/2026 - PROCESSO Nº 034/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 019/2026 – CREDENCIAMENTO 005/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: LUDYMILA MOITINHO CAMPOS – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de MONITOR ESCOLAR, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco. - MG. **Data: 25/02/2026 – Vigência: 25/02/2027.**

EXTRATO DE CONTRATO N° 051/2026 - PROCESSO Nº 034/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 019/2026 – CREDENCIAMENTO 005/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO

– CONTRATADO: JENIFER AUGUSTA DE PAULA COELHO – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de MONITOR ESCOLAR, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco. - MG. **Data: 25/02/2026 – Vigência: 25/02/2027.**

EXTRATO DE CONTRATO N° 052/2026 - PROCESSO Nº 034/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 019/2026 – CREDENCIAMENTO 005/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: MARIA EDUARDA DOS ANJOS – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de MONITOR ESCOLAR, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco. - MG. **Data: 25/02/2026 – Vigência: 25/02/2027.**

EXTRATO DE CONTRATO N° 053/2026 - PROCESSO Nº 034/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 019/2026 – CREDENCIAMENTO 005/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: MARCELLA R. SOARES SANTIAGO – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de MONITOR ESCOLAR, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco. - MG. **Data: 25/02/2026 – Vigência: 25/02/2027.**

EXTRATO DE CONTRATO N° 054/2026 - PROCESSO Nº 034/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 019/2026 – CREDENCIAMENTO 005/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: BÁRBARA SOUZA DE OLIVEIRA – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de MONITOR ESCOLAR, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco. - MG. **Data: 25/02/2026 – Vigência: 25/02/2027.**

EXTRATO DE CONTRATO N° 055/2026 - PROCESSO Nº 034/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 019/2026 – CREDENCIAMENTO 005/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: SABRINA DOS SANTOS AUGUSTO – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de MONITOR ESCOLAR, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco. - MG. **Data: 25/02/2026 – Vigência: 25/02/2027.**

EXTRATO DE CONTRATO N° 056/2026 - PROCESSO Nº 034/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 019/2026 – CREDENCIAMENTO 005/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: AMANDA DE CASTRO JACINTO – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de MONITOR ESCOLAR, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco. - MG. **Data: 25/02/2026 – Vigência: 25/02/2027.**

EXTRATO DE CONTRATO N° 057/2026 - PROCESSO Nº 034/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 019/2026 – CREDENCIAMENTO 005/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO THAYSSA CRISTINA CAMPOS AGUIAR – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de MONITOR ESCOLAR, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco. - MG. **Data: 25/02/2026 – Vigência: 25/02/2027.**

EXTRATO DE CONTRATO N° 058/2026 - PROCESSO Nº 034/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 019/2026 – CREDENCIAMENTO 005/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: EDILENE APARECIDA ARAÚJO MOREIRA – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de MONITOR ESCOLAR, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco. - MG. **Data: 25/02/2026 – Vigência: 25/02/2027.**

EXTRATO DE CONTRATO N° 059/2026 - PROCESSO Nº 034/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 019/2026 – CREDENCIAMENTO 005/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO KÊNIA DE CÁSSIA PEREIRA – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de MONITOR ESCOLAR, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco. - MG. **Data: 25/02/2026 – Vigência: 25/02/2027.**

EXTRATO DE CONTRATO N° 061/2026 - PROCESSO Nº 034/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 019/2026 – CREDENCIAMENTO 005/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: MÁRCIA HIDALGO DE FREITAS GOERING – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de MONITOR ESCOLAR, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco. - MG. **Data: 27/02/2026 – Vigência: 27/02/2027.**

EXTRATO DE CONTRATO N° 062/2026 - PROCESSO Nº 034/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 019/2026 – CREDENCIAMENTO 005/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: SUELI APARECIDA MEDEIROS – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de MONITOR ESCOLAR, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco. - MG. **Data: 27/02/2026 – Vigência: 27/02/2027.**

EXTRATO DE CONTRATO N° 063/2026 - PROCESSO Nº 034/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 019/2026 – CREDENCIAMENTO 005/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: PATRICIA CRISTINA CAMPOS – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de MONITOR ESCOLAR, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco. - MG. **Data: 27/02/2026 – Vigência: 27/02/2027.**

EXTRATO DE CONTRATO N° 064/2026 - PROCESSO Nº 034/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 019/2026 – CREDENCIAMENTO 005/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO ALINE APARECIDA RODRIGUES – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de MONITOR ESCOLAR, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco. - MG. **Data: 27/02/2026 – Vigência: 27/02/2027.**

EXTRATO DE CONTRATO N° 065/2026 - PROCESSO Nº 034/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 019/2026 – CREDENCIAMENTO 005/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO JOANA DARC LOPES – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de MONITOR ESCOLAR, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco. - MG. **Data: 27/02/2026 – Vigência: 27/02/2027.**

Publicado por:
Dandara Aguiar Ferreira
Código Identificador:6FD4EC6A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 066/2026 - PROCESSO Nº 025/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 014/2026 – CREDENCIAMENTO 003/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: ADRIANA DIAS VIRGILINO – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de AUXILIAR EDUCACIONAL, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco - MG. **Data: 27/02/2026 – Vigência: 27/02/2027.**

CONTRATO N° 067/2026 - PROCESSO Nº 025/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 014/2026 – CREDENCIAMENTO 003/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: CRISTIANE SILVÉRIO GOMES LOPES – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de AUXILIAR EDUCACIONAL, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco - MG. **Data: 27/02/2026 – Vigência: 27/02/2027.**

CONTRATO N° 068/2026 - PROCESSO Nº 025/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 014/2026 – CREDENCIAMENTO

003/206 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: JAKELLINE FERREIRA DUTRA – OBJETO: Credenciamento de profissionais para exercer a função de AUXILIAR EDUCACIONAL, na rede municipal ensino da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco - MG. **Data: 27/02/2026 – Vigência: 27/02/2027.**

Publicado por:
Dandara Aguiar Ferreira
Código Identificador:902BDEE0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO N° 04 AO CONTRATO N° 021/2022 - PROCESSO Nº 004/2022 – PREGÃO N° 002/2022 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: IP CONTROL TECNOLOGIAS INTEGRADAS LTDA – OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo prorrogar o prazo de validade do contrato nº **021/2022**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de estruturação de laboratório e ministração de aulas voltadas à área da tecnologia. **Data: 02/02/2026 – Vigência: 02/02/2027.**

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:0C5B3A2D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS ADM.
MUNICÍPIO DE VISCONDE DO RIO BRANCO-MG

CONCURSO PÚBLICO – EXTRATO DE PORTARIA Nº. 021/2026
A Prefeitura Municipal de Visconde do Rio Branco-MG, TORNA PÚBLICO a NOMEAÇÃO e CONVOCAÇÃO de servidores habilitados no Concurso Público - EDITAL Nº. 001/2023, relacionados no **ANEXO I** da supracitada Portaria, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Visconde do Rio Branco, situado na Praça 28 de Setembro, s/nº, Centro, no período compreendido entre as 11h às 17h, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da referida Portaria de Convocação, para apresentação dos documentos relacionados no **ANEXO III** da Portaria. A Portaria em seu inteiro teor está à disposição dos interessados no site **www.viscondedoriobranco.mg.gov.br**. Visconde do Rio Branco-MG, 26 de fevereiro de 2026 –

LUIZ FÁBIO ANTONUCCI FILHO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruno Aleixo Teixeira
Código Identificador:62AA70BD

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE DE ITAGUARA/MG

SAAE DE ITAGUARA/MG
1º APOSTILAMENTO AO CONTRATO 018/2025

Torna pública o 1º apostilamento ao contrato nº 018/2025.Objeto: Recomposição Do Equilíbrio Econômico Financeiro.Contratante: SAAE Itaguara, CNPJ 20.898.672/0001-73.Contratada: POSTO ITACEMA LTDA CNPJ-02.969559/0001-50

Item	Descrição	Preço antigo	Preço novo
01	Gasolina	R$ 6,25	R$ 6,29

FELIPE DE OLIVEIRA CUNHA

Publicado por:
Ana Paula Aparecida de Andrade
Código Identificador:0FB8E4AB

SAAE DE ITAGUARA/MG
EDITAL DE LICITAÇÃO – Nº 05/2026

SAAE de Itaguara torna publico Pregão Presencial 05/2026- Tipo: menor preço por item. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de publicação de atos em jornal de grande circulação no Estado de Minas Gerais, e em mídia digital. Sessão agendada: 17/03/2026 às 8 horas. Edital completo no site: http://www.saaeitaguara.com.br e no e-mail: saaeitaguaralicitacao@gmail.com.

FELIPE DE OLIVEIRA CUNHA
Diretor do SAAE

Publicado por:
Ana Paula Aparecida de Andrade
Código Identificador:34A7DDAB

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRAPORA

SAAE PIRAPORA-MG
AVISO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 7/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2026

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora-MG. Dispensa Eletrônica nº 07/2026 – Processo Licitatório nº 12/2026 - com critério de julgamento do "menor preço por ITEM". Dispensa para ampla concorrência. A presente Dispensa será regida pela Lei Federal n.º 14.133/2021, de 01/04/2021,Lei Municipal 2.537, de 24/05/2022;legislações pertinentes,e demais condições fixadas no instrumento convocatório. Objeto: **"Aquisição de equipamentos e materiais de informática para uso dos servidores, e manutenção de infraestrutura de redes/TI do SAAE de Pirapora MG, referente aos itens declarados desertos e fracassados no pregão eletrônico 30/2025". Data de abertura da sessão: 09/03/2026 às 8h30min**, no sítio eletrônico:https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ Referência de tempo: as referências de horários, nos instrumentos convocatórios e durante a sessão pública virtual, observarão o fuso horário oficial de Brasília-DF, o qual será registrado no sistema Portal de Compras Públicas e na documentação pertinente. O Aviso na íntegra e as informações complementares à dispensa encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Av. Salmeron, 255 – Centro, CEP.: 39.270-068, na cidade de Pirapora-MG, telefone (38) 3741-1530, no site www.saaepirapora.com.br ou https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ ou https://pncp.gov.br/app/editais - PNCP.

Pirapora/MG,27/02/2026.

KARINA FERREIRA DE CASTRO
Agente de Contratação.

PATRICK CLÁUDIO NASCIMENTO VALIM
Diretor Geral do SAAE/ Pirapora-MG.

Publicado por:
Suellen Nascimento Bezerra
Código Identificador:F9868115

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE CAMBUÍ

LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO

O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CAMBUÍ**, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 00.460.408/0001-46, através de seu Diretor Sr. Phelipe Carneiro, torna público o extrato de contrato, em conformidade com o artigo 54 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Processo Licitatório nº 004/2026 – pregão presencial nº 008/2026
Objeto: Constitui objeto a contratação de empresa para execução de serviços técnicos contábeis, financeiro, orçamentário e patrimonial na Autarquia, incluindo execução de rotinas, assessoria e consultoria,

para as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Cambuí-MG em substituição do técnico contábil da Instituição, período de férias de 20 (vinte) e 30 (trinta) dias.
CONTRATO Nº 007/2026 - CONTRATADA: HELEN CRISTINA DO COUTO FERREIRA 04153432679. CNPJ 12.152.253/0001-60.
No valor total de R$ **13.000,00** (Treze mil reais).
Assinatura do Contrato: 24/02/2026. Vigência até 11/08/2026.

Cambuí-MG, 27 de fevereiro de 2026

PHELIPE CARNEIRO.
Diretor do SAAE

Publicado por:
Maria Aparecida Ferreira
Código Identificador:2BFB2960

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CAMPO DO MEIO/MG

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CAMPO DO MEIO/MG
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2026. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE ITENS DE ESCRITÓRIO

Aviso de Pregão Eletrônico n° 001/2026. Objeto: registro de preços para futuras aquisições de itens de escritório, para atender às necessidades do SAAE Campo do Meio, tendo por critério de julgamento o **Menor Preço por Item,** com valor estimado de R$15.271,61. **Data 13/03/2026 às 13:30 horas,** na plataforma BLL **https://bll.org.br/**. Os interessados poderão obter gratuitamente a íntegra do edital de licitação no site **www.saaecampodomeio.mg.gov.br**. Demais informações ou esclarecimentos poderão ser obtidos no SAAE Campo do Meio, pelo telefone (35)3857-1292 – Ana Priscila Pereira da Silva

Publicado por:
Ana Priscila Pereira da Silva
Código Identificador:70E3808F

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CAMPO DO MEIO/MG
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2026. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MOTOS

Aviso de Pregão Eletrônico n° 002/2026. Objeto: Registro de preços para futuras aquisições de motos, para atender às necessidades do SAAE Campo do Meio, tendo por critério de julgamento o **Menor Preço por Item,** com valor estimado de R$27.382,66. **Data 16/03/2026 às 13:30 horas,** na plataforma BLL **https://bll.org.br/**. Os interessados poderão obter gratuitamente a íntegra do edital de licitação no site **www.saaecampodomeio.mg.gov.br**. Demais informações ou esclarecimentos poderão ser obtidos no SAAE Campo do Meio, pelo telefone (35)3857-1292 –

ANA PRISCILA PEREIRA DA SILVA

Publicado por:
Ana Priscila Pereira da Silva
Código Identificador:7D60479F

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAISÓPOLIS

SAAE DE PARAISÓPOLIS/MG
RESCISÃO CONTRATUAL

O SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAISÓPOLIS/MG, TORNA PÚBLICO ATRAVÉS DE SEU DIRETOR, SR. ELEANDRO DE SOUZA FRAGA QUE SE ENCONTRAM NESTA DATA RESCINDIDOS OS CONTRATOS 096/2025, 097/2025, 091/2024 CELEBRADOS COM AS EMPRESAS MESQUITA AMBIENTAL LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB N.º36.748.298/0001-60 E A EMPRESA LABORATÓRIO LANATEC LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB N.º 08.533.860/0001-00, DE FORMA AMIGÁVEL.

ELEANDRO DE SOUZA FRAGA
Diretor

Publicado por:
Maiara Andressa Faria de Oliveira
Código Identificador:E6193E46

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS
° TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO 026/2024 (9912642347)

Partes: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Passos/MG e EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. **Objeto:** Contratação de produtos e serviços por meio de Pacote de Serviços dos CORREIOS mediante adesão ao Termo de Condições Comerciais e Anexos, quando contratados serviços específicos, que permite a compra de produtos e utilização dos diversos serviços dos CORREIOS por meio dos canais de atendimento disponibilizados. **Do Objeto do Aditamento:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses. Em conformidade com os arts. 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021 e com a cláusula sétima do contrato oraaditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, de 11/03/2026 até 11/03/2027. **Do Valor:** Os recursos orçamentários previsto na Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária do contrato ora aditado para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R$ 100.000,00 (Cem mil reais). **Dotação Orçamentária:** A classificação destas despesas se dará da seguinte forma: Elemento de Despesa: 3903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Projeto/Atividade/Programa de Trabalho: 03030010.1712200160.126 - Manutenção das atividades administrativas - SAAE. Processo Administrativo Licitatório nº 024/2024. Inexigibilidade n°002/2024. Passos/MG, 25 de fevereiro de 2026.

ESMERALDO PEREIRA SANTOS –
Diretor do SAAE.

Publicado por:
Rosa Cornélia Machado Baldini
Código Identificador:8143A4FA

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE TOMBOS

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 012/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2025
O Município de Tombos, torna público a Homologação do PROCESSO LICITATÓRIO N.º 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2025. Objeto: Contratação de empresa para prestação de Serviços de instalação, implantação e locação de sistemas informatizados de gestão comercial, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Tombos/MG. EMPRESA VENCEDORA: GESTCOM INFORMATICA LIMITADA EPP, CNPJ nº 09.666.624/0001-17 **valor total de** R$ 112.000,00 (cento e doze mil reais)**. Tombos/MG, 16 de janeiro de 2026.**

SILVÂNIA MARIA ROSA DA CRUZ –
Agente de Contratação

Publicado por:
Luan Aguiar Real Marinho
Código Identificador:EE66F61E

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 001/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026
O Município de Tombos, torna público a Homologação do PROCESSO LICITATÓRIO N.º 001/2026 – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026. Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de hidrômetros, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAEE de Tombos-MG. EMPRESA VENCEDORA: **HIDRÔMETROS DO BRASIL LTDA, CNPJ n.º 31.850.762/0001-00**, valor total de **R$ 17.850,00 (dezessete mil, oitocentos e cinquenta reais)**.

Tombos/MG, 20 de fevereiro de 2026.

SILVÂNIA MARIA ROSA DA CRUZ –
Agente de Contratação

Publicado por:
Luan Aguiar Real Marinho
Código Identificador:A3CED3EF

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 001/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 012/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2025
O Município de Tombos, torna público o Extrato de Contrato do PROCESSO LICITATÓRIO N.º 012/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2025. Objeto: Contratação de empresa para prestação de Serviços de instalação, implantação e locação de sistemas informatizados de gestão comercial, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Tombos/MG. EMPRESA VENCEDORA: GESTCOM INFORMATICA LIMITADA EPP, CNPJ nº 09.666.624/0001-17**, valor total de** R$ 112.000,00 (cento e doze mil reais)**.**

Tombos/MG, 19 de janeiro de 2026.

SILVÂNIA MARIA ROSA DA CRUZ –
Agente de Contratação

Publicado por:
Luan Aguiar Real Marinho
Código Identificador:18779199

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 002/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 001/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026
O Município de Tombos, torna público o Extrato de Contrato do PROCESSO LICITATÓRIO N.º 001/2026 – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026. Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de hidrômetros, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAEE de Tombos-MG. EMPRESA VENCEDORA: HIDRÔMETROS DO BRASIL LTDA, CNPJ n.º 31.850.762/0001-00, valor total de R$ 17.850,00 (dezessete mil, oitocentos e cinquenta reais). **Tombos/MG, 24 de fevereiro de 2026.**

SILVÂNIA MARIA ROSA DA CRUZ –
Agente de Contratação

Publicado por:
Luan Aguiar Real Marinho
Código Identificador:2C0CC366

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA - SEMASA DE CARANGOLA/MG

SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA - SEMASA DE CARANGOLA/MG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2026

O SEMASA DE CARANGOLA-MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2026. Processo nº 005/2026 – Pregão nº 003/2026. CONTRATANTE: SEMASA. CONTRATADO: PADARIA SÃO LUIZ GONZAGA. OBJETO: FORNECIMENTO DE PÃES PESANDO 50 GRAMAS CADA. FORMA DE PAGAMENTO: até O 10º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE, COM emissão e protocolo da nota fiscal. Valor DO QUILO: R$ 8,96. VIGÊNCIA: DE 01/03/2026 A 28/02/2027. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 17.512.0447.6002-3.3.90.30.00. Assinatura do Contrato: 13/02/2026.

VITOR HUGO COSENZA NEVES.
Diretor Geral SEMASA/CGA.

Publicado por:
Renata Izidoro Lima Heinisch
Código Identificador:1783498C

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO POMBA

AMERP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO POMBA
INSTRUÇÃO NORMATIVA CIMERP/SIM Nº 001, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

INSTRUÇÃO NORMATIVA CIMERP/SIM Nº 001, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

Estabelece os procedimentos para o cálculo do Risco Estimado Associado ao Estabelecimento (RE) para determinar a frequência mínima de fiscalização em estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal do CIMERP, sujeitos a inspeção periódica.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Pomba – CIMERP, com fulcro no Art. 17,VIII, do Estatuto do CIMERP,
CONSIDERANDO o disposto no § 3º do Art. 7º da Resolução nº 006/2024, de 07 de novembro de 2024 que regulamenta o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) do CIMERP, e suas atualizações.
CONSIDERANDO a Instrução Normativa SDA/MAPA nº 138, de 8 de fevereiro de 2022 que estabelece critérios para mensuração do Risco Estimado Associado ao Estabelecimento, para determinar a frequência mínima de fiscalização em estabelecimentos, no âmbito da inspeção e fiscalização agropecuária;
CONSIDERANDO a Norma Interna DIPOA/SDA MAPA nº 06, de 10 de dezembro de 2014, que define o padrão de nomenclatura e a categoria de produtos de origem animal e suas atualizações;
CONSIDERANDO o Manual para cálculo do risco estimado associado a estabelecimentos DIPOA/SDA MAPA 2022;

RESOLVE:
Art. 1º. Estabelecer os procedimentos para o cálculo do Risco Estimado Associado ao Estabelecimento (RE) para determinar a frequência mínima de fiscalização em estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal do CIMERP, sujeitos a inspeção periódica.
Art. 2º. O Risco Estimado Associado ao Estabelecimento (RE) será obtido pela caracterização dos riscos associados ao:
I- volume de produção;
II- tipo de produto; e
III- desempenho do estabelecimento quanto ao atendimento à legislação aplicável a fiscalização.
Art. 3º. O risco associado ao volume de produção (RV) será caracterizado pela classificação do estabelecimento quanto ao volume produzido, conforme tabela disposta no ANEXO I.
§ 1º. O volume produzido pelo estabelecimento será obtido nos mapas estatísticos de produção constantes nos sistemas de informação disponíveis.
§ 2º. Em casos de ausência de dados na forma prevista pelo parágrafo anterior, o volume produzido será obtido com base nas informações apresentadas para o registro do estabelecimento.
Art. 4º. O risco associado ao produto (RP) será caracterizado pelas categorias às quais os produtos estão associados, conforme Norma DIPOA/SDA MAPA nº 06, de 10 de dezembro de 2014, e suas atualizações – disponível no ANEXO II.
§1º. Os produtos fabricados pelo estabelecimento serão obtidos à partir dos dados informados para o registro do estabelecimento, bem como das inclusões e suspensões de produtos enquanto registrados no S.I.M. – CIMERP;
§2º. A categoria visa agrupar as nomenclaturas dos produtos de origem animal que possuam processos tecnológicos ou características semelhantes e levam em consideração:
I – componente principal: é o elemento básico que compõe o produto;
II – processo tecnológico: é todo procedimento aplicado aos produtos de origem animal que leve a alteração de suas características originais;
III – método de conservação: é a forma de conservação aplicada ao produto visando preservar sua inocuidade até a sua utilização;
IV – espécie animal: é o elemento que caracteriza a espécie animal da qual provém a matéria-prima utilizada na elaboração do produto;
V – característica: é a particularidade da composição do produto que o distingue de outros semelhantes.
§ 3º. No caso dos produtos de origem animal submetidos a várias etapas de fabricação, os mesmos são associados à categoria que reflete o processo tecnológico ou característica de maior relevância para a sua segurança e estabilidade microbiológica e físico- química.
§ 4º. Cada padrão de nomenclatura é vinculado a uma única categoria dos produtos de origem animal.
Art. 6º. O risco associado ao desempenho do estabelecimento (RD) levará em consideração o levantamento de situações e quanto ao atendimento à legislação aplicável à fiscalização (RD) será caracterizada conforme tabela disposta no ANEXO III, considerando:
I – as violações dos padrões de identidade e qualidade, microbiológicos, físico-químicos ou de limites de resíduos e contaminantes em produtos detectadas em análises oficiais;
II – as reclamações, denúncias e demandas formais de consumidores e comunicações de órgãos terceiros referentes a violações dos padrões de identidade e qualidade higiênico-sanitária dos produtos;
III – adoção de ações fiscais decorrentes da detecção de não conformidades durante a fiscalização local; e
IV – a identificação de risco iminente à saúde pública, indícios de fraude, falsificação ou adulteração de produtos.
§1º. A caracterização do RD poderá ser realizada antes, durante ou após a fiscalização do estabelecimento pela equipe responsável, quando for de conhecimento do S.I.M.-CIMERP de algum fator que altere o mesmo;
§2º. A verificação da adoção de ações fiscais para a caracterização do RD a ser utilizado no cálculo do RE será realizada pela avaliação de relatório gerado na última supervisão, fiscalização ou auditoria realizada no estabelecimento.
Art. 7º. Novos estabelecimentos registrados no S.I.M. – CIMERP estarão sujeitos ao Regime Especial de Fiscalização (REF).
Parágrafo único. Após a finalização do REF será realizado o primeiro cálculo do Risco Estimado ao estabelecimento (RE) com base nos dados coletados nessas fiscalizações.
Art. 8º. O Regime Especial de Fiscalização será composto por 2 ou 4 fiscalizações quinzenais para avaliação dos processos adotados pelo estabelecimento e implementação dos programas de autocontrole, a julgar da avaliação da equipe S.I.M.-CIMERP.
Parágrafo único. Os procedimentos adotados nas fiscalizações que compõe o REF serão os de rotina do S.I.M. – CIMERP de avaliação da implementação *inloco* e/ou documental dos Programas de Autocontrole.
Art. 9º. A caracterização do RV e RP dos novos estabelecimentos será realizada com base nas informações constantes nos documentos apresentados para registro, sendo considerado o RD igual a 1 (um), até a sua primeira fiscalização.
Parágrafo único. Quando já houver apresentação de mapas estatísticos ao Serviço por parte do Estabelecimento, os mesmos poderão ser utilizados para a caracterização do RV.
Art. 10º. O estabelecimento sob interdição parcial de suas operações terá o RD automaticamente determinado em 4 (quatro).
Art. 11°. O estabelecimento totalmente interditado pelo Serviço de Inspeção Municipal – SIM não estará submetido ao cálculo do RE previsto nesta Instrução.
Parágrafo único. O estabelecimento que tenha sido interditado, quando da sua desinterdição, terá o RD igual a 4 (quatro), até a primeira fiscalização subsequente OU poderá ser submetido ao Regime Especial de Fiscalização à julgar do motivo que gerou sua interdição.
Art. 12°. Para o cálculo do Risco Estimado Associado ao Estabelecimento serão utilizados os valores de RV, RP e RD, aplicando a seguinte fórmula:
RE= (RV+RP+2xRD) / 4
Parágrafo único. Caso o resultado não seja um número inteiro, serão observadas as seguintes regras de arredondamento:
I – se o algarismo decimal seguinte for menor que 5 (cinco), o anterior não se modifica; ou
II – se o algarismo decimal seguinte for maior que 5 (cinco), o anterior incrementa-se em uma unidade; ou
III – se o algarismo decimal seguinte for igual a 5 (cinco), deve-se verificar o anterior, se ele for par não se modifica, se ele for ímpar incrementa-se uma unidade.
Art. 13°. As frequências mínimas de fiscalização serão definidas com base no RE, conforme tabela disposta no ANEXO VI desta Instrução.
§1º. À julgar do histórico do estabelecimento a equipe de inspeção e fiscalização do S.I.M.-CIMERP, poderá estabelecer frequências superiores à associada ao RE do estabelecimento.
§2º. A frequência mínima de fiscalização dos estabelecimentos registrados no S.I.M. – CIMERP será anual.
Art. 14°. Um novo cálculo do RE será realizado sempre que ocorra alguma modificação de algum elemento envolvido no mesmo (RV, RP ou RD).
Parágrafo único. Caso não haja constatação por parte da equipe fiscalizatória do S.I.M.-CIMERP de alguma alteração dos elementos, mantém-se o valor do RE e a frequência de visita associada ao mesmo obtida no cálculo anterior.
Art. 15º. Caberá à equipe de inspeção do S.I.M.-CIMERP:
I – realizar a tabulação dos dados referentes ao RV, RP e RD para calcular o risco estimado associado aos estabelecimentos;
II – definir as frequências e datas de fiscalização nos estabelecimentos;

III – fornecer à equipe responsável pela fiscalização as informações referentes a violações detectadas em análises oficiais ou relativas aos padrões de identidade e qualidade microbiológicos, físico-químicos ou de limites de resíduos contaminantes nos produtos, previamente à fiscalização do estabelecimento, por meio do relatório disposto no ANEXO V; e

IV – fornecer à equipe responsável pela fiscalização as informações referentes a reclamações, denúncias e demandas formais de consumidores e comunicações de órgãos de terceiros relacionadas a violações dos padrões de identidade e qualidade higiênico-sanitária de produtos, previamente à fiscalização do estabelecimento, por meio do relatório disposto no ANEXO V.

Art. 16°. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação atualizando e revogando o texto dado pela Instrução Normativa CIMERP/SIM nº 002, de 18 de março de 2024.

Muriaé-MG, 27 de fevereiro de 2026.

JÉSSICA EUNICE SOUZA
Coordenadora do Serviço de Inspeção Municipal do CIMERP – S.I.M. – CIMERP

ANEXO I

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE ESTABELECIMENTO QUANTO AO VOLUME PRODUZIDO PARA A CARACTERIZAÇÃO DO RISCO ASSOCIADO AO VOLUME DE PRODUÇÃO (RV)

ÁREA	VOLUME PRODUZIDO/MÊS	CLASSIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO	RV
Carne	Até 10.000 Kg	P	**1**
	10.001- 25.000 Kg	M	**2**
	Acima de 25.000 Kg	G	**3**
Leite (Kg)	Até 10.000 Kg	P	**1**
	10.001 – 25.000 Kg	M	**2**
	Acima de 25.000 Kg	G	**3**
Leite (L)	Até 50.000 L	P	**1**
	50.001– 100.000 L	M	**2**
	Acima de 100.000 L	G	**3**
Mel	Até 25.000 Kg	P	**1**
	Acima de 25.000 Kg	M	**2**
Ovos	-	P	**1**
Pescado	Até 8.000 Kg	P	**1**
	Acima de 8.000 Kg	M	**2**

ANEXO II

TABELA DA CLASSIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS DE PRODUTOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DO RISCO ASSOCIADO AO PRODUTO (RP)

ÁREA	CATEGORIA	RP
CARNE	Produtos com adição de inibidores	**2**
	Produtos compostos por diferentes categorias de produtos cárneos, acrescidos ou não de outros ingredientes	**3**
	Produtos em natureza	**2**
	Produtos não submetidos a tratamento térmico	**2**
	Produtos processados termicamente – esterilização comercial	**1**
	Produtos submetidos a hidrólise	**1**
	Produtos submetidos a tratamento térmico	**2**
	Produtos submetidos a tratamento térmico - Cocção	**3**
LEITE	Caseína	**1**
	Caseinato	**1**
	Farinha Láctea	**2**
	Gordura Anidra de Leite (Butter Oil)	**1**
	Lactose	**1**
	Leitelho	**2**
	Manteiga	**2**
	Margarina	**1**
	Mistura Láctea	**1**
	Molho Lácteo	**3**
	Permeado	**1**
	Petisco de Queijo	**3**
	Produto Lácteo Concentrado	**2**
	Produto Lácteo Cru	**2**
	Produto Lácteo Em Pó	**2**
	Produto Lácteo Esterilizado	**2**
	Produto Lácteo Fermentado	**2**
	Produto Lácteo Fundido	**3**
	Produto Lácteo Parcialmente Desidratado	**2**
	Produto Lácteo Pasteurizado	**3**
	Produto Lácteo Proteico	**2**
	Produto Lácteo Uht	**2**
	Queijo Maturado	**2**
	Queijo Mofado	**2**
	Queijo Não Maturado	**3**
	Queijo Ralado	**2**
	Queijo ultrafiltrado	**3**
	Ricota	**3**
	Sobremesa Láctea	**2**
MEL	Apitoxina	**1**
	Cera de Abelhas	**1**
	Compostos de Produtos Das Abelhas	**1**
	Derivados Da Própolis (Em Massa)	**1**

	Derivados Da Própolis (Em Volume)	**1**
	Derivados de Pólen Apícola	**1**
	Geleia Real	**2**
	Geleia Real Liofilizada	**2**
	Mel	**1**
	Mel de Abelhas Indígenas	**1**
	Pólen	**2**
	Pólen Desidratado	**2**
	Própolis	**1**
OVOS	Produtos submetidos a tratamento térmico - Cocção	**1**
	Produtos submetidos a tratamento térmico - Pasteurização	**2**
	Produtos em natureza	**1**
	Produtos não submetidos a tratamento térmico	**2**
	Produtos submetidos a tratamento térmico - Desidratação	**2**
PESCADO	Produtos com adição de inibidores	**2**
	Produtos compostos por diferentes categorias de produtos de pescado, acrescidos ou não de outros ingredientes	**4**
	Produtos em natureza	**4**
	Produtos não submetidos a tratamento térmico	**4**
	Produtos submetidos à hidrólise	**1**
	Produtos processados termicamente – esterilização comercial	**1**
	Produtos submetidos a tratamento térmico	**2**
	Produtos submetidos a tratamento térmico - Cocção	**3**

ANEXO III

TABELA DE CARACTERIZAÇÃO DO RISCO ASSOCIADO AO DESEMPENHO DO ESTABELECIMENTO QUANTO AO ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À FISCALIZAÇÃO (RD)

CONDIÇÕES PARA A CARACTERIZAÇÃO DO RD	**RD**
SEM violações dos padrões de identidade e qualidade, microbiológicos, físico-químicos ou de limites de resíduos e contaminantes em produtos detectadas em análises oficiais ou em notificações internacionais. **SEM** reclamações, denúncias e demandas formais de consumidores e comunicações de órgãos terceiros referentes a violações dos padrões de identidade e qualidade higiênico-sanitária dos produtos. **SEM** adoção de ações fiscais decorrentes da detecção de não conformidades durante a fiscalização local. **SEM** identificação de risco iminente à saúde pública, indícios de fraude, falsificação ou adulteração de produtos.	**1**
SEM violações dos padrões de identidade e qualidade, microbiológicos, físico-químicos ou de limites de resíduos e contaminantes em produtos detectadas em análises oficiais ou em notificações internacionais. **SEM** reclamações, denúncias e demandas formais de consumidores e comunicações de órgãos terceiros referentes a violações dos padrões de identidade e qualidade higiênico-sanitária dos produtos. **COM** adoção de ações fiscais decorrentes da detecção de não conformidades durante a fiscalização local. **SEM** identificação de risco iminente à saúde pública, indícios de fraude, falsificação ou adulteração de produtos.	**2**
COM violações dos padrões de identidade e qualidade, microbiológicos, físico-químicos ou de limites de resíduos e contaminantes em produtos detectadas em análises oficiais ou em notificações internacionais; OU **COM** reclamações, denúncias, demandas formais de consumidores e comunicações de órgãos terceiros referentes a violações dos padrões de identidade e qualidade higiênico-sanitária dos produtos;OU**ambos**. **SEM** adoção de ações fiscais decorrentes da detecção de não conformidades durante a fiscalização local. **SEM** identificação de risco iminente à saúde pública, indícios de fraude, falsificação ou adulteração de produtos.	**2**
COM violações dos padrões de identidade e qualidade, microbiológicos, físico-químicos ou de limites de resíduos e contaminantes em produtos detectadas em análises oficiais ou em notificações internacionais; OU **COM** reclamações, denúncias e demandas formais de consumidores e comunicações de órgãos terceiros referentes a violações dos padrões de identidade e qualidade higiênico-sanitária dos produtos; OU **ambos**. **COM** adoção de ações fiscais decorrentes da detecção de não conformidades durante a fiscalização local. **SEM** identificação de risco iminente à saúde pública, indícios de fraude, falsificação ou adulteração de produtos.	**3**
COM identificação de risco iminente à saúde pública, indícios de fraude, falsificação ou adulteração de produtos.	**4**

ANEXO IV

TABELA COM A DEFINIÇÃO DA FREQUÊNCIA MÍNIMA DE FISCALIZAÇÃO COM BASE NO RISCO ESTIMADO ASSOCIADOAO ESTABELECIMENTO

R	**ESTIMATIVA DE RISCO**	**FREQUÊNCIA MÍNIMA DE FISCALIZAÇÃO**
1	Muito baixo	Anual
2	Baixo	Semestral
3	Médio	Trimestral
4	Alto	Mensal
REF*	-	Quinzenal

*REF= Regime Especial de Fiscalização

ANEXO V

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO DE RISCO ASSOCIADO AO DESEMPENHO DO ESTABELECIMENTO

1.IDENTIFICAÇÃO	
1.1 Razão Social:	
1.2 Número de Registro no SIM:	
2. REGISTROS	
Dados enviados à equipe de fiscalização do SIM CIMERP pela Diretoria de Inspeção:	
2.1 Foram detectadas, em análises oficiais, violações dos padrões de identidade e qualidade, microbiológicos, físico-químicos ou de limites de resíduos e contaminantes em produtos?	( )Sim ( )Não
2.2 Referências (nº dos laudos de análises ou Certificados Oficiais de Análise):	
2.3 Foram identificadas reclamações, denúncias ou demandas formais de consumidores ou comunicações de órgãos terceiros referentes a violações dos padrões de identidade e qualidade higiênico-sanitária dos produtos?	( )Sim ( )Não
2.4 Referências (nº das demandas ou documentos referentes às reclamações, denúncias e comunicações recebidas):	
2.5 Período considerado para a avaliação dos itens 2.1. e 2.3. (DD/MM/AA):	**2.6** Assinatura e carimbo do responsável pelas informações:
Dados gerados pela equipe de fiscalização durante a inspeção:	
2.7 Período de fiscalização:	

2.8 O estabelecimento fornece ao SIM- CIMERP todas as informações referentes aos mapas estatísticos? (Demonstrativo de Produção)	( )Sim ( )Não
2.9 Meses/Anos Verificados:	
2.10 Foram adotadas ações fiscais decorrentes da detecção de não conformidades durante a fiscalização?	( )Sim ( )Não
2.11 Referências (nº de Autos de Infração, Termos de Interdição, Auto de Apreensão e outros documentos de interesse gerados na fiscalização):	
2.12 Foi identificado risco iminente à saúde pública, indícios de fraude, falsificação ou adulteração de produtos?	( )Sim ( )Não
2.13 Observações da equipe de fiscalização à chefia imediata:	
3. Estimativa de RD para Próxima Fiscalização	
3.1 Caracterização do RD (associação dos registros do item 2 deste relatório com o Anexo III do SIM referente aos procedimentos para cálculo do Risco Estimado Associado ao Estabelecimento. RD (.)1 ( )2 ( )3 ( )4	
3.2 ( ) Dispensada a caracterização de risco, pois o estabelecimento encontra-se completamente interditado conforme documentos anexos. O seu retorno fica condicionado à retomada de controle sob seu processo. Termo de Interdição nº____:	
3.3 Assinatura e carimbo da equipe de servidores oficiais responsáveis pela fiscalização	

Publicado por:
Rodrigo Fernandes Pereira
Código Identificador:90BF2E0F

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA AMVAP

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE - RESOLUÇÃO Nº 05/2026, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO AO ORÇAMENTO VIGENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO – AMVAP SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO – AMVAP SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto do AMVAP SAÚDE, em vista aos Artigos 1º e 2º da resolução nº 04 de 18/02/2026, **resolve**:

Art.1º- Fica o **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO,** autorizado a realizar a abertura do Orçamento vigente de 2026, para fins de abertura de crédito adicional especial por Superávit Financeiro, nos termos do Inciso II do art. 41, cc. artigos 42 e 43 da Lei 4.320 /64.

Art. 2º- Os recursos que custearão a abertura do presente crédito suplementar por superávit financeiro, apurado no valor de **R$17.525.723,54** (dezessete milhões e quinhentos e vinte e cinco mil e setecentos e vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos), que serão distribuídos com base na cota de rateio de participação dos entes consorciados.

§1˚ Para esta resolução em questão aos recursos mencionados no art. 2º, refere-se à apuração do valor encontrado por Superávit Financeiro apurado no Balanço Financeiro, Patrimonial e relatórios de controle orçamentário e financeiro do exercício de 2025, conforme Anexo único desta resolução.

Art. 3º - Fica aberto o crédito adicional suplementar por superávit financeiro no valor de **R$1.306.536,75** (um milhão e trezentos e seis mil e quinhentos e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos) ao orçamento vigente do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro - AMVAP SAÚDE, na forma a seguir.

10 – AMVAP SAÚDE
010 – DEPARTAMENTO DE GESTÃO
1006 – PROJETO ARBOVIROSES RESOLUÇÃO 9198/2023
7.004 - PROJETO ARBOVIROSES RESOLUÇÃO 9198/2023
10.305.2.500.906.0000.3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ.....R$85.715,91
10.305.2.600.004.0000.3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ.....R$136.530,94
10.305.2.621.004.0000.3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ.....R$120.530,35

10 – AMVAP SAÚDE
010 – DEPARTAMENTO DE GESTÃO
1007 - PROJETO PROCONSÓRCIO RESOLUÇÃO 9043/2023
7.005 - PROJETO PROCONSÓRCIO RESOLUÇÃO 9043/2023
10.302.2.621.001.0000.3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ.....R$272.634,55

10 – AMVAP SAÚDE
010 – DEPARTAMENTO DE GESTÃO
1008 - UBV-VEICULAR PARA CONTROLE DO AEDES A EGYPTI
7.006 - UBV VEICULAR
10.305.2.600.001.0000.3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ.....R$151.187,39

10 – AMVAP SAÚDE
010 – DEPARTAMENTO DE GESTÃO
1008 - UBV-VEICULAR PARA CONTROLE DO AEDES A EGYPTI
8.002 - UBV VEICULAR II
10.305.2.500.907.0000.3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ.....R$539.937,61

Art. 4º - O saldo remanescente não aplicado nesta resolução será alocado em objetos programados em atos posteriores. O saldo disponível do Superávit financeiro 2024/2025, que ficará remanescente compreende o montante de **R$16.219.186,79 (dezesseis milhões e duzentos e dezenove**

mil e cento e oitenta e seis reais e setenta e nove centavos), transcritos na tabela do TCE/MG do que trata da especificação da fonte e destinação de recursos.

Art. 5º- Está Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia - MG, 18 de fevereiro de 2026.

HELDER PAULO CARNEIRO
Presidente AMVAP Saúde

WESLY TEODORO DE FREITAS MARTINS
Contador/CRC MG-130375/O-2

ANEXO ÚNICO – APURAÇÃO SUPERÁVIT FINANCEIRO 2025/2026

CONTROLE DE SUPERÁVIT FINANCEIRO 2025/2026		
AMVAP SAÚDE - TRANSPORTE SAÚDE		
FONTE 0500	**VALOR**	**DISPONIBILIDADES**
3.3.71.70.00	R$ 1.390.546,62	R$ 1.390.546,62
SUBTOTAL	**R$ 1.390.546,62**	**R$ 1.390.546,62**
FONTE 0632	**VALOR**	**DISPONIBILIDADES**
4.4.70.42.01 - TRANSPORTA SUS I	**R$ 248.993,14**	**R$ 248.993,14**
SUBTOTAL	**R$ 248.993,14**	**R$ 248.993,14**
FONTE 0500 - SES-MG	**VALOR**	**DISPONIBILIDADES**
4.4.70.42.01 - TRANSPORTA SUS II	R$ 283.226,76	R$ 283.226,76
4.4.70.42.01 - TRANSPORTA SUS III	R$ 708.502,03	R$ 708.502,03
SUBTOTAL	**R$ 991.728,79**	**R$ 991.728,79**
TOTAL TRANSPORTE	**R$ 2.631.268,55**	**R$ 2.631.268,55**
AMVAP SAÚDE		
FONTE 0500	**VALOR**	**DISPONIBILIDADES**
3.1.71.70.00	R$ 869.901,43	R$ 869.901,43
3.3.71.70.00 - PROCEDIMENTOS	R$ 2.231.506,08	R$ 2.231.506,08
3.3.71.70.00	R$ 996.594,74	R$ 996.594,74
4.4.71.70.00	R$ 2.118.440,27	R$ 2.118.440,27
3.3.70.41.01 - Drones Combate Dengue	R$ 85.715,91	R$ -
3.3.70.41.01 - UBV VEICULAR II	R$ 1.537.593,63	R$ 997.656,02
SUBTOTAL	**R$ 7.839.752,06**	**R$ 7.214.098,54**
FONTE 0501	**VALOR**	**DISPONIBILIDADES**
3.3.71.70.00 - Saldo 2023	R$ 300,00	R$ 300,00
3.3.71.70.00 - Restituições	R$ 738,00	R$ 738,00
SUBTOTAL	**R$ 1.038,00**	**R$ 1.038,00**
FONTE 0600	**VALOR**	**DISPONIBILIDADES**
3.3.71.70.00 - Gurinhatã - Procedimentos	R$ 8.050,79	R$ 8.050,79
3.3.71.70.00 - Ituiutaba - Procedimentos	R$ 130.410,16	R$ 130.410,16
3.3.71.70.00 - Saldo 2023	R$ 2.145,75	R$ 2.145,75
3.3.70.41.01 - UBV VEICULAR	R$ 151.187,39	R$ -
3.3.70.41.01 - ZÉ GOTINHA	R$ 14.239,94	R$ 14.239,94
3.3.70.41.01 - Drones Combate Dengue	R$ 257.147,73	R$ 120.616,79
SUBTOTAL	**R$ 563.181,76**	**R$ 275.463,43**
FONTE 0601	**VALOR**	**DISPONIBILIDADES**
3.3.71.70.00 - Santa Vitoria - Procedimentos	R$ 67.315,55	R$ 67.315,55
SUBTOTAL	**R$ 67.315,55**	**R$ 67.315,55**
FONTE 0621	**VALOR**	**DISPONIBILIDADES**
3.3.71.70.00 - Ipiaçu - Procedimentos	R$ 15.087,30	R$ 15.087,30
3.3.71.70.00 - Gurinhatã - Procedimentos	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
3.3.70.41.01 - Drones Combate Dengue	R$ 120.530,35	R$ -
3.3.70.41.01 - Vigilância Laboratorial	R$ 906.777,92	R$ 906.777,92
4.4.70.42.01 - Vigilância Laboratorial	R$ 832.396,46	R$ 832.396,46
4.4.70.42.01 - Vacimóvel	R$ 592.945,14	R$ 592.945,14
4.4.70.42.01 - Proconsórcio	R$ 2.478.068,32	R$ 2.205.433,77
4.4.70.42.01 - Mamógrafo	R$ 507.673,90	R$ 507.673,90
SUBTOTAL	**R$ 5.603.479,39**	**R$ 5.210.314,49**
FONTE 632	**VALOR**	**DISPONIBILIDADES**
3.3.70.41.01 - Farmacis	R$ 223.666,73	R$ 223.666,73
4.4.70.42.01 - Farmacis	R$ 562.820,50	R$ 562.820,50
SUBTOTAL	**R$ 786.487,23**	**R$ 786.487,23**
FONTE 0755	**VALOR**	**DISPONIBILIDADES**
4.4.71.70.00 - Leilão AMVAP SAÚDE	**R$ 33.201,00**	R$ 33.201,00
SUBTOTAL	**R$ 33.201,00**	**R$ 33.201,00**
TOTAL SAÚDE	**R$ 14.894.454,99**	**R$ 13.587.918,24**
TOTAL GERAL	**R$ 17.525.723,54**	**R$ 16.219.186,79**

HELDER PAULO CARNEIRO
Presidente AMVAP Saúde

WESLY TEODORO DE FREITAS MARTINS
Contador/CRC MG-130375/O-2

Publicado por:
Wesly Teodoro de Freitas Martins
Código Identificador:F35164BE

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE - RETIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 04/2026

O **Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, RETIFICA a **Resolução nº 04/2026**, publicada em 26 de fevereiro de 2026, sob o código identificador 648121DB, com a finalidade de corrigir informação constante em seu Anexo Único – Apuração do Superávit Financeiro 2025/2026.

Esclarece-se que os valores e as respectivas fontes de recursos a serem considerados na referida Resolução passam a ser os discriminados a seguir, permanecendo inalteradas as demais disposições e informações anteriormente publicadas.

CONTROLE DE SUPERÁVIT FINANCEIRO 2025/2026		
AMVAP SAÚDE - TRANSPORTE SAÚDE		
FONTE 0500	**VALOR**	**DISPONIBILIDADES**
3.3.71.70.00	R$ 1.390.546,62	R$ 1.390.546,62
SUBTOTAL	**R$ 1.390.546,62**	**R$ 1.390.546,62**
FONTE 0632	**VALOR**	**DISPONIBILIDADES**
4.4.70.42.01 - TRANSPORTA SUS I	**R$ 248.993,14**	**R$ 248.993,14**
SUBTOTAL	**R$ 248.993,14**	**R$ 248.993,14**
FONTE 0500 - SES-MG	**VALOR**	**DISPONIBILIDADES**
4.4.70.42.01 - TRANSPORTA SUS II	R$ 283.226,76	R$ 283.226,76
4.4.70.42.01 - TRANSPORTA SUS III	R$ 708.502,03	R$ 708.502,03
SUBTOTAL	**R$ 991.728,79**	**R$ 991.728,79**
TOTAL TRANSPORTE	**R$ 2.631.268,55**	**R$ 2.631.268,55**
AMVAP SAÚDE		
FONTE 0500	**VALOR**	**DISPONIBILIDADES**
3.1.71.70.00	R$ 869.901,43	R$ 869.901,43
3.3.71.70.00 - PROCEDIMENTOS	R$ 2.231.506,08	R$ 2.231.506,08
3.3.71.70.00	R$ 996.594,74	R$ 996.594,74
4.4.71.70.00	R$ 2.118.440,27	R$ 2.118.440,27
3.3.70.41.01 - Drones Combate Dengue	R$ 85.715,91	R$ 85.715,91
3.3.70.41.01 - UBV VEICULAR II	R$ 1.537.593,63	R$ 1.537.593,63
SUBTOTAL	**R$ 7.839.752,06**	**R$ 7.839.752,06**
FONTE 0501	**VALOR**	**DISPONIBILIDADES**
3.3.71.70.00 - Saldo 2023	R$ 300,00	R$ 300,00
3.3.71.70.00 - Restituições	R$ 738,00	R$ 738,00
SUBTOTAL	**R$ 1.038,00**	**R$ 1.038,00**
FONTE 0600	**VALOR**	**DISPONIBILIDADES**
3.3.71.70.00 - Gurinhatã - Procedimentos	R$ 8.050,79	R$ 8.050,79
3.3.71.70.00 - Ituiutaba - Procedimentos	R$ 130.410,16	R$ 130.410,16
3.3.71.70.00 - Saldo 2023	R$ 2.145,75	R$ 2.145,75
3.3.70.41.01 - UBV VEICULAR	R$ 151.187,39	R$ 151.187,39
3.3.70.41.01 - ZÉ GOTINHA	R$ 14.239,94	R$ 14.239,94
3.3.70.41.01 - Drones Combate Dengue	R$ 257.147,73	R$ 257.147,73
SUBTOTAL	**R$ 563.181,76**	**R$ 563.181,76**
FONTE 0601	**VALOR**	**DISPONIBILIDADES**
3.3.71.70.00 - Santa Vitoria - Procedimentos	R$ 67.315,55	R$ 67.315,55
SUBTOTAL	**R$ 67.315,55**	**R$ 67.315,55**
FONTE 0621	**VALOR**	**DISPONIBILIDADES**
3.3.71.70.00 - Ipiaçu - Procedimentos	R$ 15.087,30	R$ 15.087,30
3.3.71.70.00 - Gurinhatã - Procedimentos	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
3.3.70.41.01 - Drones Combate Dengue	R$ 120.530,35	R$ 120.530,35
3.3.70.41.01 - Vigilância Laboratorial	R$ 906.777,92	R$ 906.777,92
4.4.70.42.01 - Vigilância Laboratorial	R$ 832.396,46	R$ 832.396,46
4.4.70.42.01 - Vacimóvel	R$ 592.945,14	R$ 592.945,14
4.4.70.42.01 - Proconsórcio	R$ 2.478.068,32	R$ 2.478.068,32
4.4.70.42.01 - Mamógrafo	R$ 507.673,90	R$ 507.673,90
SUBTOTAL	**R$ 5.603.479,39**	**R$ 5.603.479,39**
FONTE 632	**VALOR**	**DISPONIBILIDADES**
3.3.70.41.01 - Farmacis	R$ 223.666,73	R$ 223.666,73
4.4.70.42.01 - Farmacis	R$ 562.820,50	R$ 562.820,50
SUBTOTAL	**R$ 786.487,23**	**R$ 786.487,23**
FONTE 0755	**VALOR**	**DISPONIBILIDADES**
4.4.71.70.00 - Leilão AMVAP SAÚDE	**R$ 33.201,00**	R$ 33.201,00
SUBTOTAL	**R$ 33.201,00**	**R$ 33.201,00**
TOTAL SAÚDE	**R$ 14.894.454,99**	**R$ 14.894.454,99**
TOTAL GERAL	**R$ 17.525.723,54**	**R$ 17.525.723,54**

Uberlândia - MG, 27 de fevereiro de 2026.

HELDER PAULO CARNEIRO
Presidente AMVAP Saúde

WESLY TEODORO DE FREITAS MARTINS
Contador/CRC MG-130375/O-2

Publicado por:
Wesly Teodoro de Freitas Martins
Código Identificador:C4785759

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE

PRESIDENTE
ESTATUTO CISLESTE - EDIÇÃO ATUALIZADA

CONSÓRCIO INTERMUNICPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE
Os entes consorciados ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE deliberaram, por unanimidade, em aprovação do Estatuto, em conformidade com o disposto no Protocolo de Intenções, Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, Decreto nº 6.017, em 17 de janeiro de 2007 e Lei Estadual nº 18.036, de 12 de janeiro de 2009.

TÍTULO I
DO CONSÓRCIO E DOS CONSORCIADOS

CAPÍTULO I
Da denominação

Art. 1º – O Consórcio Público constituído através do Protocolo de Intenções entre os Municípios de MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS, MUNICÍPIO DE BARÃO DO MONTE ALTO, MUNICÍPIO DE EUGENÓPOLIS, MUNICÍPIO DE MIRADOURO, MUNICÍPIO DE MIRAÍ, MUNICÍPIO DE MURIAÉ, MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA, MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ, MUNICÍPIO DE ORIZÂNIA, MUNICÍPIO DE PALMA, MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA, MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE, MUNICÍPIO DE VIEIRAS, MUNICÍPIO DE LARANJAL , MUNICÍPIO DE FERVEDOURO, MUNICÍPIO DE DIVINO, MUNICÍPIO DE PIRAPETINGA, MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES, MUNICÍPIO DE ESPERA FELIZ, MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA e MUNICÍPIO DE FARIA LEMOS denominar-se-á CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE, e terá a denominação fantasia de **"CISLESTE"**.

CAPÍTULO II
Dos Consorciados

Art. 2º – O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE esta integrado pelos seguintes consorciados:

I - ***MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS***, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Prefeito Eurípedes Carlos Abreu, nº 66, inscrito no CNPJ sob o nº 17.947.631/0001-15, representado pelo Prefeito Municipal Senhor Luis Carlos da Rocha;

II - ***MUNICÍPIO DE BARÃO DO MONTE ALTO***, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Benedito Valadares, nº 269, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.947.649/0001-17, representado pelo Prefeito Municipal Senhor Dr. João Batista Duarte Abreu;

III - ***MUNICÍPIO DE EUGENÓPOLIS***, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Praça Ângelo Rafael Barbuto, nº 58, inscrito no CNPJ sob o nº 17.947.656/0001-19, representado pelo Senhor Prefeito Municipal Dr. Rômulo Augusto dos Reis Carvalho;

IV - ***MUNICÍPIO DE MIRADOURO***, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Santa Rita, nº 288, inscrito no CNPJ sob o nº 17.947.623/0001-79, representado pelo Prefeito Municipal Senhor Dr. Wagner Figueiredo Dutra;

V - ***MUNICÍPIO DE MIRAÍ***, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Raul Soares, nº 126, inscrito no CNPJ sob o nº 17.966.201/0001-40, representado pelo Prefeito Municipal Senhor Sergio Luiz Resende;

VI - ***MUNICÍPIO DE MURIAÉ***, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Maestro Sansão, nº 236, inscrito no CNPJ sob o nº 17.947.581/0001-76, representado pelo Prefeito Municipal Senhor José Braz;

VII - ***MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA***, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Nossa Senhora de Fátima, nº 232, inscrito no CNPJ sob o nº 01.616.837/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal Senhor Edson Curi;

VIII - ***MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ***, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Silveira Brum, nº 20, inscrito no CNPJ sob o nº 17.947.607/0001-86, representado pelo Prefeito Municipal Senhor Dr. Nascipe Daher Filho;

IX - ***MUNICÍPIO DE ORIZÂNIA***, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Dorcelino Inácio de Souza, nº 22, inscrito no CNPJ sob o nº 01.616.271/0001-39, representado pelo Prefeito Municipal Senhor Ébio José Vitor;

X - ***MUNICÍPIO DE PALMA***, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Getúlio Vargas, nº 26, inscrito no CNPJ sob o nº 17.734.906/0001-32, representado pelo Prefeito Municipal Senhor Carlos Roberto Alvim de Paula;

XI - ***MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA***, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Virgílio Pedrosa, nº 05, inscrito no CNPJ sob o nº 18.114.231/0001-91, representado pelo Prefeito Municipal Senhor Luciano Dias Paes Neto;

XII - ***MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE***, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Afonso Alves Pereira, s/nº, inscrito no CNPJ sob o nº 01.616.854/0001-60, representado pelo Prefeito Municipal Senhor Eloiz Massi;

XIII - ***MUNICÍPIO DE VIEIRAS***, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Dr. Olavo Tostes, nº 56, inscrito no CNPJ sob o nº 17.947.599/0001-78, autorizado, representado pelo Prefeito Municipal Senhor Waldinei Chicareli de Andrade;

XIV - ***MUNICÍPIO DE LARANJAL***, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Noberto Berno, nº 85, inscrito no CNPJ sob o nº 17.947.615/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal Senhor Valmir Garcia Mendes; e

XV - ***MUNICÍPIO DE FERVEDOURO***, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Maria Amélia de Souza Pedrosa, nº 476, inscrito no CNPJ sob o nº 26.139.790/0001-84, representado pelo Prefeito Municipal Senhor Dr. Carlos Coríndon de Araújo;

XVI - ***MUNICÍPIO DE DIVINO***, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede a rua Marinho Carlos de Souza, n° 5, Centro, inscrito no CNPJ sob o n°18.114.272/0001-88, representado pelo Senhor Gilvan Pinheiro de Faria;

XVII - ***MUNICÍPIO DE PIRAPETINGA***, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dirceu Oliveira Martins, 01, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.092.825/0001-49, representado pelo Senhor Luiz Henrique Pereira da Costa;

XVIII - ***MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES***, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Nelson Soares Dutra, 117, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.702.515/0001-36, representado pelo Senhor Marcos Antônio Ferreira;

XIX - ***MUNICÍPIO DE ESPERA FELIZ***, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. José Augusto, 251, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.114.264/0001-31, representado pelo Senhor Oziel Gomes da Silva;

XX - ***MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA***, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lucas Augusto, 68, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.733.643/0001-47, representado pelo Senhor Pedro Augusto Junqueira Ferraz;

XXI - ***MUNICÍPIO DE FARIA LEMOS***, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Dr. José Cláudio Valadão Ferraz, 208, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.114.280/0001-24, representado pelo Senhor Gilberto Damas de Souza,

CAPÍTULO III
Da natureza e da personalidade jurídica

Art. 3º - É constituído como uma associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica intermunicipal, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se pelo protocolo de intenções, Estatuto, pelas normas do Código Civil, pela Lei nº 11.107/2005, pelo Decreto n° 6.017/2007, Lei Estadual nº 18.036, de 12 de janeiro de 2009, pelas normas do direito administrativo e demais legislações pertinentes à matéria.

Art. 4º - Nas hipóteses de criação, fusão, incorporação ou desmembramento que atinjam municípios consorciados ou subscritores de protocolo de intenções, os novos municípios serão automaticamente tidos como consorciados.

CAPITULO IV
Das Finalidades e dos Objetivos

~~**Art. 5º** - São finalidades do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE - CISLESTE, a cooperação técnica na área de saúde entre os consorciados, visando à promoção de ações de saúde pública assistenciais, prestação de serviços especializados de média e alta complexidade, em especial: Serviços de Urgência e de Emergência hospitalar e extra-hospitalar; Ambulatórios especializados, Policlínicas; Centros de Especialidades Odontológicas - CEOS; Assistência Farmacêutica, entre outros serviços relacionados à saúde, em conformidade com os princípios e diretrizes do SUS e o Plano Diretor de Regionalização - PDR do Estado de Minas Gerais, em especial:~~
~~I - Ser instância de regionalização das ações de saúde coerentes com os princípios do SUS;~~
~~II - Viabilizar investimentos de maior complexidade que aumentem a resolutividade das ações e serviços de saúde na área de abrangência do Consórcio, priorizando, dentro do possível, a resolutividade instalada;~~
~~III - Garantir o controle popular no setor de saúde da região, pela população dos municípios consorciados;~~
~~IV - Representar o conjunto dos municípios que o integram em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades públicas ou privadas;~~
~~V - Racionalizar os investimentos de compras, bem como os de uso de serviços de saúde da região de abrangência do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE - CISLESTE;~~
~~VI - Planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas a promover a saúde dos habitantes dos municípios consorciados e implantar serviços;~~
~~VII - Realizar a compra de medicamentos através de uma Central de Compras de Medicamentos, em conformidade com a legislação;~~
~~VIII - Realizar gestão associada de outros serviços públicos, com ações e políticas de desenvolvimento rural, urbano e socioeconômico local e regional, notadamente nas áreas da: saúde, educação, trabalho e ação social, habitação, saneamento, agricultura, indústria, comércio, turismo, meio-ambiente, abastecimento, transporte, comunicação e segurança;~~
~~IX - Prestar assessoramento na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores sociais, econômicos, de infraestrutura, institucionais, notadamente: saúde, educação, trabalho e ação social, habitação, saneamento, agricultura, indústria, comércio, turismo, abastecimento, transporte, comunicação e segurança;~~
~~X - Oportunizar a capacitação profissionalizante da população dos municípios consorciados, com o fornecimento de assistência técnica, extensão, treinamento, pesquisa e desenvolvimento urbano, rural e agrário;~~
~~XI - Promover o planejamento, a gestão e a administração dos serviços e recursos da previdência social dos servidores de qualquer dos entes da Federação que integram o Consórcio, observado o disposto no inciso X, do art. 3° do Decreto 6.017/2007;~~
~~XII - Proporcionar suporte às administrações dos municípios consorciados em projetos de desenvolvimento regional e de implantação de infraestrutura urbana e rural;~~
~~XIII - Firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras instituições, entidades ou órgãos governamentais;~~
~~XIV - Adquirir e ou receber em doações bens que entender necessários ao seu pleno funcionamento;~~
~~XV - Fazer cessão de bens mediante convênio ou contrato com os municípios consorciados ou entidades sem fins lucrativos;~~
~~XVI - Compartilhamento ou uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal, inclusive como apoio e fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados;~~

~~XVII- Prestação de serviços de saúde, bem como a possibilidade do fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes consorciados;~~
~~XVIII - A produção de informações ou de estudos técnicos;~~
~~XIX - O apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados;~~
~~XX - Executar empreendimentos de interesse dos consorciados, buscando a integração, com maior eficiência e eficácia, das ações e serviços necessários à população, de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, através de atividades de promoção, prevenção e recuperação da saúde de seus habitantes;~~
~~XXI - Assessorar os consorciados na organização dos sistemas municipais de saúde;~~
~~XXII - Realizar parcerias com entidade públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, com vistas ao planejamento e à obtenção de recursos para investimentos em projetos, obras ou serviço de interesse regional;~~
~~XXIII - Realizar parcerias com órgãos públicos, instituições financeiras e à iniciativa privada, recursos financeiros e tecnológicos destinados ao desenvolvimento da atenção à saúde;~~
~~XXIV - Realizar estudos técnicos e emitir pareceres;~~
~~XXV - Instituir e gerenciar escolas de governo;~~
~~XXVI - A prestação de serviços relacionados à área da saúde desenvolvendo ações, planejando medidas, adotando e executando programas de saúde, devidamente aprovado, com a finalidade de promover a melhoria da saúde da população da unidade territorial da área subscritora, obedecendo aos princípios, diretrizes e normas regulamentadoras do Sistema Único de Saúde – SUS;~~
~~XXVII - Prestar serviços aos seus associados, sendo contratado pela administração direta ou indireta dos consorciados nos termos da Lei Federal 8.666/93 c/c da Lei Federal 11.107/2005 e nos termos do Decreto Federal 6.017/2007;~~
~~XXVIII - Instituir e gerir a vigilância sanitária dos entes consorciados;~~
~~XXIX - Instituir e gerir o Centro de Especialidades Odontológicas - CEO dos entes consorciados;~~
~~XXX - Instituir e gerir o Núcleo de Apoio da Saúde da Família – NASF dos entes consorciados;~~
~~XXXI - Instituir e gerir o Programa Epidemiológico dos entes consorciados;~~
~~XXXII - Instituir e gerir programa de ZOONOSE dos entes consorciados;~~
~~XXXIII - Instituir e gerir programas de políticas públicas dos órgãos públicos com os entes consorciados.~~
~~XXXIV - Instituir e gerir o Sistema Estadual de Transportes em Saúde – SETS.~~
~~XXXV - Instituir e gerir programas de políticas públicas em todos os níveis governamentais.~~
~~XXXVI- Instituir e gerir unidades de saúde.~~
~~Parágrafo Único. A finalidade do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE - CISLESTE deverá constar no Plano de Saúde, Plano Plurianual - PPA, Lei Orçamentária Anual - LOA dos Municípios consorciados.~~

Art. 5º - São finalidades do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE - CISLESTE, a cooperação técnica na área de saúde entre os consorciados, visando à promoção de ações de saúde pública assistenciais, prestação de serviços especializados de média e alta complexidade, em especial os seguintes: Programas: Serviços de Urgência e de Emergência hospitalar e extra-hospitalar - UPA; Serviços Ambulatórios Especializados; Centros de Especialidades Odontológicas – CEO's; Centros de Atenção Psicossocial – CAPS's; Centros Estaduais de Atenção Especializada – CEAE; Serviços de Pronto Atendimento 24 horas; Serviços de Transporte de Passageiro em Saúde – SETS; Serviços de Atendimento Domiciliar – SAD; Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional – PNAISP; Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF's; Destinação de resíduos sólidos em saúde; Vigilância Sanitária Microrregional e VIgiágua – VISA Microrregional; Serviços de assessoria na área de saúde, capacitações e educação continuada; Assistência Farmacêutica; Programa Epidemiológico; Programa de Zoonozes entre outros serviços relacionados à saúde, em conformidade com os princípios e diretrizes do SUS e o Plano Diretor de Regionalização - PDR do Estado de Minas Gerais, assim especificadas:

I – Ser instância de regionalização das ações de saúde coerentes com os princípios do SUS;
II – Viabilizar investimentos de maior complexidade que aumentem a resolutividade das ações e serviços de saúde na área de abrangência do Consórcio, priorizando, dentro do possível, a resolutividade instalada;
III – Garantir o controle popular no setor de saúde da região, pela população dos municípios consorciados;
IV – Representar o conjunto dos municípios que o integram em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades públicas ou privadas;
V – Racionalizar os investimentos de compras, bem como os de uso de serviços de saúde da região de abrangência do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE;
VI – Planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas a promover a saúde dos habitantes dos municípios consorciados e implantar serviços;
VII – Realizar a compra de medicamentos através de uma Central de Compras de Medicamentos, em conformidade com a legislação;
VIII – Realizar gestão associada de outros serviços públicos, com ações e políticas de desenvolvimento urbano/rural e sócio-econômico local e regional, notadamente nas áreas da: saúde, educação, trabalho e ação social, habitação, saneamento, agricultura, indústria, comércio, turismo, meio-ambiente, abastecimento, transporte, comunicação e segurança;
IX – Prestar assessoramento na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores sociais, econômicos, de infra-estrutura, institucionais, notadamente: saúde, educação, trabalho e ação social, habitação, saneamento, agricultura, indústria, comércio, turismo, abastecimento, transporte, comunicação e segurança;
X - Oportunizar a capacitação profissionalizante de servidores dos municípios consorciados, com o fornecimento de assistência técnica, extensão, treinamento, pesquisa e desenvolvimento urbano, rural e agrário;
XI - Promover o planejamento, a gestão e a administração dos serviços e recursos da previdência social dos servidores de qualquer dos entes da Federação que integram o Consórcio, observado o disposto no inciso X, do art. 3° do Decreto 6.017/2007;
XII – Proporcionar suporte às administrações dos municípios consorciados em projetos de desenvolvimento regional e de implantação de infra-estrutura urbana e rural;
XIII – Firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras instituições, entidades ou órgãos governamentais;
XIV – Adquirir e ou receber em doações bens que entender necessários ao seu pleno funcionamento;
XV – Fazer cessão de bens mediante convênio ou contrato com os municípios consorciados ou entidades sem fins lucrativos;
XVI – Compartilhamento ou uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal, inclusive como apoio e fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados;
XVII - Prestação de serviços de saúde, bem como a possibilidade do fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes consorciados;
XVIII – A produção de informações ou de estudos técnicos;
XIX - O apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados;

XX – Executar empreendimentos de interesse dos consorciados, buscando a integração, com maior eficiência e eficácia, das ações e serviços necessários à população, de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, através de atividades de promoção, prevenção e recuperação da saúde de seus habitantes;
XXI – Assessorar os consorciados na organização dos sistemas municipais de saúde;
XXII – Realizar parcerias com entidade públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, com vistas ao planejamento e à obtenção de recursos para investimentos em projetos, obras ou serviço de interesse regional;
XXIII – Realizar parcerias com órgãos públicos, instituições financeiras e à iniciativa privada, recursos financeiros e tecnológicos destinados ao desenvolvimento da atenção à saúde;
XXIV – Realizar estudos técnicos e emitir pareceres;
XXV – Instituir e gerenciar escolas de governo;
XXVI – A prestação de serviços relacionados à área de da saúde desenvolvendo ações, planejando medidas, adotando e executando programas de saúde, devidamente aprovado, com a finalidade de promover a melhoria da saúde da população da unidade territorial da área subscritora, obedecendo aos princípios, diretrizes e normas regulamentadoras do Sistema Único de Saúde – SUS;
XXVII – Prestar serviços aos seus associados, sendo contratado pela administração direta ou indireta dos consorciados nos termos da Lei Federal 8.666/93 c/c da Lei Federal 11.107/2005 e nos termos do Decreto Federal 6.017/2007;
XXVIII – Instituir, gerir e fomentar de forma consorciada, serviços de interesse comum dos Municípios Consorciados os seguintes Programas:
a) Serviços de Urgência e de Emergência hospitalar e extra-hospitalar - UPA;
b) Serviços Ambulatórios Especializados;
c) Centros de Especialidades Odontológicas – CEO's;
d) Centros de Atenção Psicossocial – CAPS's;
e) Centros Estaduais de Atenção Especializada – CEAE;
f) Serviços de Pronto Atendimento 24 horas;
g) Serviços de Transporte de Passageiro em Saúde – SETS;
h) Serviços de Atendimento Domiciliar – SAD;
i) Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional – PNAISP;
j) Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF's;
k) Destinação de resíduos sólidos em saúde;
l) Vigilância Sanitária Microrregional e VIgiágua – VISA Microrregional;
m) Serviços de assessoria na área de saúde, capacitações e educação continuada;
n) Assistência Farmacêutica
o) Programa Epidemiológico;
p) Programa de zoonoses;
q) outros Programas que forem implementados no âmbito da política nacional e/ou Estadual de Saúde
Parágrafo único. A finalidade do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE - CISLESTE deverá constar no Plano de Saúde, Plano Plurianual - PPA, Lei Orçamentária Anual - LOA dos Municípios consorciados. ***(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 05/2022)***

Art. 6º. - Cabe ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE - CISLESTE:

I - Planejar, programar e executar programas, projetos, ações, atividades e serviços na área da saúde, de acordo com os objetivos previstos no Protocolo de Intenções e no Estatuto.

II - Fortalecer as instâncias colegiadas locais e regionais e o processo de descentralização das ações e serviços de saúde.

III - Compartilhar recursos financeiros, tecnológicos e de gestão de pessoas, e o uso em comum de equipamentos, serviços de manutenção, tecnologia da informação, de procedimentos de licitação, de unidade prestadoras de serviços, instrumentos de gestão, em especial programação assistencial e plano de gerenciamento do consórcio, entre outros, obedecendo às normas da regionalização.

IV - Prestar cooperação técnica, realizar treinamento, estudos técnicos e pesquisa e executar ações conjuntas de prestação de serviços assistenciais e de vigilância em saúde.

V - Estabelecer vínculo de cooperação e articular esforços com vistas a criar condições de viabilidade, eficiência, eficácia e melhores resultados na gestão da saúde dos municípios consorciados.

VI - Promover a capacidade resolutiva, ampliar a oferta e o acesso da população aos serviços de saúde.

VII - Representar os entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo, mediante deliberação da Assembleia Geral.

Art. 7º - Para o cumprimento de suas finalidades o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE poderá:

I – adquirir e/ou receber em doação, destinação ou cessão do uso de bens móveis e imóveis e as transferências ou cessões de direitos operadas por força de gestão associada de serviços públicos.

II - firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza e receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais ou da iniciativa privada no que couber;

III - promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo poder público;

IV - ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação, dispensada a licitação nos termos estabelecidos na Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e ao Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007 e nos termos da Lei Federal 8.666/93;

V - emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos administrados por eles ou, mediante autorização específica, pelo ente da Federação consorciado; e

VI - outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos mediante autorização prevista no contrato de consórcio público, que deverá indicar de forma específica o objeto da concessão, permissão ou autorização e as condições a que deverá atender, observadas as normas gerais aplicáveis.

VII - prestar a seus consorciados os serviços previstos no artigo 5º do Estatuto;

VIII – realizar licitação e celebrar contratos, de acordo com o disposto na Lei Federal no 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo de outras normas jurídicas aplicáveis.

CAPITULO V
Do Prazo de Duração

Art. 8º - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE terá prazo indeterminado, sendo assegurado, pelos consorciados, o cumprimento das responsabilidades assumidas em relação aos financiamentos concedidos durante a vigência do Consórcio, nos termos estabelecidos do Protocolo de Intenções.

CAPITULO VI
Da Sede e Foro

Art. 9º - A sede e foro do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE será no Município de Muriaé, Estado de Minas Gerais, com endereço na Rua Sinval Florêncio da Silva, nº 250, Bairro Centro, podendo ser alterada com observância dos preceitos contidos no Estatuto da entidade, mediante decisão da Assembleia Geral.

Art. 10 - O foro para dirimir os procedimentos do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE será da cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

CAPÍTULO VII
Da constituição do Consórcio

Art. 11 - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE é constituído pelos Municípios de MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS, MUNICÍPIO DE BARÃO DO MONTE ALTO, MUNICÍPIO DE EUGENÓPOLIS, MUNICÍPIO DE MIRADOURO, MUNICÍPIO DE MIRAÍ, MUNICÍPIO DE MURIAÉ, MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA, MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ, MUNICÍPIO DE ORIZÂNIA, MUNICÍPIO DE PALMA, MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA, MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE, MUNICÍPIO DE VIEIRAS, MUNICÍPIO DE LARANJAL, MUNICÍPIO DE FERVEDOURO, MUNICÍPIO DE DIVINO, MUNICÍPIO DE PIRAPETINGA, MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES, MUNICÍPIO DE ESPERA FELIZ, MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA e MUNICÍPIO DE FARIA LEMOS.

TÍTULO II
Da Estrutura Organizacional do Consórcio

CAPÍTULO I
Das Instâncias Organizacionais

Art. 12 - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE apresentará as seguintes instâncias organizacionais:

I - Nível de Direção Superior:

a) Assembleia Geral;
b) Presidência;
c) Vice-Presidência;
d) Conselho de Secretários Municipais de Saúde (Conselho Técnico);
e) Conselho Fiscal.

II - Nível de Direção Executiva e Operacional:

a) Secretaria Microrregional Executiva.

CAPÍTULO II
Da Assembleia Geral

Art. 13 - A Assembleia Geral será composta por todos os consorciados, representados pelos Prefeitos dos Municípios integrantes do Consórcio.

Art. 14 - As deliberações da Assembleia do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE serão tomadas pela maioria de dois terços dos votos dos consorciados conforme definido no Protocolo de Intenções.

Art. 15 - A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente, sempre que houver pauta para deliberação e, extraordinariamente, quando convocado por no mínimo 1/5 (um quinto) de seus membros. A reunião ordinária deverá ser convocada com antecedência de no mínimo 8 (oito) dias, e a assembleia extraordinária deverá ser convocada com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis pessoalmente e publicada na Imprensa Oficial do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE: www.diariomunicipal.com.br/amm-mg.

Parágrafo único. A Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação com a presença da maioria absoluta dos consorciados e em segunda e ultima convocação, com o interstício mínimo de trinta minutos após a primeira convocação com a presença de qualquer numero de consorciados, deliberando por maioria simples de votos, ressalvadas as matérias que exigirem quórum qualificado.

Art. 16 - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE, Chefe do Poder Executivo de um dos Municípios consorciados, eleito pelos membros integrantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE, em escrutínio secreto, por maioria absoluta dos votos de seus membros, para mandato de 01 (um) ano, permitida a reeleição.

Art. 17. Para o funcionamento da Assembleia Geral é exigida a presença de, pelo menos, metade de seus membros.

Art. 18. No início de cada reunião da Assembleia Geral, deverá ser lida, discutida e votada a ata da reunião anterior.

§ 1º. Este Estatuto poderá ser alterado mediante proposta do Presidente ou da Assembleia Geral, aprovada por dois terços dos votos de seus membros.

§ 2º. A deliberação sobre dissolução do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE exigirá maioria de dois terços dos consorciados e lei autorizativa.

§ 3º. A destituição do Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE se dará em função da inobservância dos Princípios Constitucionais e Infraconstitucionais que tratam da Administração Pública, bem como as Normas deste Estatuto, e se processará na forma regimental.

§ 4º. A destituição do Secretário Executivo do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE se dará em função da inobservância dos Princípios Constitucionais e Infraconstitucionais que tratam da Administração Pública, bem como as Normas deste Estatuto, e será decidido pela maioria de dois terços dos consorciados e processará na forma regimental.

§ 5º. O Protocolo de Intenções somente poderá ser alterado pelo voto concorde de 2/3 (dois terços) dos membros da Assembleia Geral, em reunião especialmente convocada para esta finalidade, desde que observado as normas estabelecidas na Lei Federal 11.107/2005 e ao Decreto Federal nº 6.017/2007 e Lei Estadual nº 18.036/2009.

§ 6º. A Assembleia Geral é a instância máxima de decisão do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE, sendo que o voto de cada titular será singular, independentemente dos investimentos feitos no Consórcio.

§ 7º. Havendo consenso entre seus membros, as deliberações poderão ser efetivadas através de aclamação. As decisões serão tomadas por maioria absoluta dos municípios associados, com exceção as previstas no presente protocolo, voto concorde de dois terços dos membros da Assembleia Geral.

Seção Única
Das competências da Assembleia Geral

Art. 19. Compete à Assembleia Geral:

I - Deliberar sobre assuntos relativos a sua finalidade, objetivos e interesses do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE;

II - Eleger e destituir o Presidente, o Secretário Executivo e o Conselho Fiscal do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE;

III - Ratificar ou recusar a nomeação ou destituição do Secretário (a) Microrregional Executiva;

IV - Homologar as proposições e relatórios da Secretaria Microrregional Executiva;

V Homologar a admissão de novo associado no CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE;

VI - Homologar a retirada e decidir pela exclusão de consorciado;

VII - Deliberar e decidir sobre a instituição e modificação do quadro de pessoal do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE;

VIII - Deliberar e decidir sobre:

a) os planos de trabalho desenvolvidos pela Secretaria Executiva e Operacional;
b) matéria orçamentária, patrimonial, financeira e a relacionada às operações de crédito do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE;
c) a fixação, a revisão e o reajuste de taxas, tarifas e outros preços públicos do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE.

IX - Apreciar processos administrativos disciplinares, aplicando as penalidades cabíveis;

X - Aprovar as alterações do Estatuto;

XI - Aprovar o Regimento Interno do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE, bem como as alterações respectivas;

XII - Aprovar os Contratos de Programa e de Rateio do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE.

XIII - Aprovar as contas do representante legal do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE;

XIV - Elaborar, aprovar e alterar o Protocolo de Intenções e o Estatuto;

XV - Decidir sobre o ingresso de novos associados e sobre a dissolução do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE;

XVI - Julgar recursos que versem sobre a exclusão de consorciados;

XVII - Deliberar sobre a criação e extinção de cargos para compor a estrutura administrativa e operacional do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE;

XVIII - Autorizar a alienação dos bens do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE;

XIX - Discutir as Diretrizes Orçamentárias do exercício seguinte;

XX - Aprovar a proposta de orçamento da entidade, o plano e o relatório anual de atividades, bem como o programa de investimentos;

XXI - Julgar recurso que verse sobre a suspensão de ente consorciado;

XXII - Aprovar a realização de operações de crédito;

XXIII - A fixação do valor e a forma de rateio dos consorciados, das despesas para o exercício subsequente.

XXIV - Deliberar, discutir e podendo ainda homologar as decisões do Conselho Fiscal;

XXV - Deliberar e dispor em ultima instância das omissões relevantes não previstas no Protocolo de Intenções e Estatuto.

Art. 20. Outras disposições sobre o funcionamento e as atribuições da Assembleia Geral poderão ser consolidadas e completadas por Regimento Interno que a própria Assembleia Geral venha a adotar.

CAPITULO III
Da Presidência

Art. 21. O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE compete representar os municípios integrantes, em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacional, representar o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos e convênios, bem como constituir procuradores “ad negotia” e “ad juditia”.

Art. 22. O Presidente do Consórcio será eleito em reunião no mês de dezembro de cada ano e tomará posse no primeiro dia útil no mês de janeiro subsequente, devendo registrar chapa contendo Presidente e Vice-Presidente em até cinco dias antecedentes da Eleição.

§ 1 º. Será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos, não podendo ocorrer a eleição sem a presença da maioria absoluta dos consorciados.

§ 2 º. Em caso de ocorrência que impeça a eleição do Presidente, poderá ser prorrogado o mandato do Presidente em Exercício.

§ 3º. O mandato do Presidente cessará automaticamente no caso de não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do ente consorciado.

Art. 23. A Presidência do Consórcio constitui função não remunerada.

Art. 24. A substituição do Presidente do Consórcio, em casos de licenciamento, impedimento ou destituição, será definida no Regimento Interno.

Seção Única
Das Competências da Presidência

Art. 25. Compete ao Presidente do Consórcio:

I - representá-lo Judicial e Administrativamente;

II - zelar pelo cumprimento do presente Estatuto e Protocolo de Intenções;

III - encaminhar aos poderes e órgãos competentes as solicitações e acompanhar sua tramitação;

IV - ordenar despesas, firmar convênios, acordos ou contratos, subscrever os relatórios de gestão do Consórcio e prestar contas da gestão junto aos órgãos de controle;

V - supervisionar os serviços oferecidos pelo Consórcio, assegurando a eficiência e eficácia dos mesmos e cumprimento do estabelecido nos contratos de programa e de rateio firmados;

VI - encaminhar as decisões da Assembleia Geral para execução pela Secretaria Executiva;

VII - constituir grupo de trabalho, comissões com objetivos específicos e duração temporária, com participação de integrantes da Secretaria Executiva;

VIII - convidar técnicos de órgãos municipais, estaduais, federais, profissionais liberais e membros da sociedade civil organizada para participarem dos grupos de trabalhos e/ou comissões;

IX - solicitar a cessão de servidores dos entes consorciados para desenvolver atividades no Consórcio;

X - autorizar pagamentos e movimentar recursos financeiros, gerir o patrimônio do Consórcio, assinar cheques e quaisquer documentos referentes ao Consórcio;

XI - convocar Assembleia Geral nos termos deste Estatuto;

XII - executar as deliberações da Assembleia Geral, dando-lhes ampla publicidade;

XIII - submeter à Assembleia Geral, para aprovação, o quadro de pessoal do Consórcio, bem como a respectiva tabela remuneratória e gratificações;

XIV - promover todos os atos administrativos e operacionais para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

XV - movimentar em conjunto com a Secretaria Executiva Microrregional as contas bancárias e recursos do Consórcio;

XVI - homologar e adjudicar as licitações realizadas pelo Consórcio em conformidade com o disposto nas legislações pertinentes;

XVII - expedir atos administrativos da Assembleia Geral e outros órgãos do Consórcio das decisões estabelecidas;

XVIII - expedir atos administrativos das decisões democráticas de sua competência;

XIX - delegar atribuições e designar tarefas para os órgãos do Consórcio;

XX - julgar, em primeira instância, recursos relativos a:

a) Concurso Público e Processos Seletivos;
b) Processos Licitatórios;
c) Servidores do Consórcio.

XXI - zelar pelo interesse do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE, exercendo todas as competências que não foram outorgadas pelo Protocolo de Intenções e Estatuto.

Parágrafo único. Podendo ser delegadas competências a Secretaria Executiva Microrregional as funções não personalíssimas descritas no Art. 25.

CAPITULO IV
Da Secretaria Microrregional Executiva

Art. 26. A Secretaria Executiva do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE é o órgão responsável pela gestão diária das atividades consorciadas.

Art. 27. A Presidência do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE poderá delegar poderes ao Secretário Executivo para ordenar despesas, firmar convênios, acordos ou contratos, subscrever os relatórios de gestão do Consórcio e prestar contas da gestão junto aos órgãos de controle.

Seção Única
Da Constituição e Atribuições da Secretaria Microrregional
Executiva do Consórcio

Art. 28. A Secretaria Microrregional Executiva é o órgão responsável pela operacionalização das ações do Consórcio, cabendo-lhe o planejamento, coordenação, controle e execução das atividades referentes a sua finalidade e objetivos, execução das rotinas administrativas e desempenho das suas ações.

Art. 29. O Secretário Microrregional Executivo será investido em caráter de livre nomeação e exoneração, com indicação da Presidência e homologação da Assembleia Geral do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE, nos termos estabelecidos no Protocolo de Intenções.

Art. 30 - A Secretaria Microrregional Executiva possui, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - planejar, executar, controlar e fiscalizar o desenvolvimento das atividades consorciadas;

II - propor a estruturação de suas atividades, do quadro de pessoal, submetendo à apreciação da Assembleia Geral;

III - divulgar as deliberações da Assembleia Geral, preferencialmente em página eletrônica do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE na Internet;

IV – elaborar mensalmente relatório das atividades e anualmente o relatório de gestão, bem como prestação de contas a ser apresentada à Assembleia Geral;

V - preparar as reuniões ordinárias e extraordinárias do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE, a divulgação das atas de reuniões e outros documentos relevantes;

VI - assegurar o cumprimento das suas funções e finalidades junto ao Consórcio.

VII – receber e expedir documentos e correspondências do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE, de forma organizada, toda a documentação administrativa e financeira.

VIII – realizar a programação dos compromissos financeiros do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE.

IX – executar a gestão administrativa e financeira do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE dentro dos limites do orçamento aprovado, observada a legislação e normas da administração pública.

X – elaborar o Plano Plurianual de Investimento, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual.

XI – elaborar a prestação de contas, relatório de atividades e balanço anual a serem submetidos aos órgãos superiores do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE e dos órgãos fiscalizadores.

XII – movimentar em conjunto com o Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE as contas bancárias e os recursos financeiros.

XIII – providenciar e solucionar as diligências solicitadas pelos órgãos superiores do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE e dos órgãos fiscalizadores.

XIV – realizar as atividades de relações públicas do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE com a sociedade civil, meios de comunicação, segundo diretrizes e supervisão do Presidente.

XV – contratar, punir, dispensar ou exonerar servidores ou empregados públicos, bem como praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos.

XVI – promover todos os atos administrativos e operacionais para o desenvolvimento das atividades do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE em todos os setores públicos, privados e internacionais.

XVII - participar em congressos, reuniões, eventos, para promover o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE.

XVIII – participar, sem direito de voto, em todos os órgãos do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE, coordenando a lavratura de atas, levando a termo eventuais considerações para fins de fundamentação nos atos administrativos.

XIX – coordenar os processos de licitação para aquisição de bens, materiais e serviços do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE e celebração de convênios com todos os órgãos da administração pública e entidades privadas nacionais e internacionais.

XX – propor melhorias nas rotinas administrativas do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE, visando à redução de custos e aumento da eficácia das ações, metas e objetivos e ao emprego dos recursos disponíveis.

XXI – requisitar à Presidência substituto em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e atividades do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE.

XXII – expedir certidões, declarações, recibos, receber citações e intimações relativas ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE.

XXIII – tornar público no Portal da Transparência, todas as informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Consórcio, garantindo aos cidadãos o acesso à informação. ***(INCLUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 01/2018)***

~~§ 1º. Somente poderá exercer o cargo de Secretário (a) Microrregional Executivo (a), profissional com formação de nível superior, conhecimento na área de administração de políticas públicas e em gestão microrregional.~~ ***(REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 01/2018)***

Parágrafo único. Somente poderá exercer o cargo de Secretário(a) Microrregional Executivo(a), profissional com formação de Nível Superior, conhecimento na área de Administração de Políticas `Públicas e em gestão microrregional. ***(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 05/2022)***

CAPÍTULO V
Do Conselho Fiscal

Art. 31. O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador, constituído por três representantes legais dos entes consorciados, eleitos da mesma forma e data que o Presidente do Consórcio, com mandato de um ano, prorrogável mediante reeleição.

§ 1º. Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos em reunião no mês de dezembro de cada ano e tomará posse no primeiro dia útil no mês de janeiro subsequente, devendo apresentar candidatura em até trinta minutos antes de iniciar a reunião.

§ 2º. O mandato dos membros do Conselho Fiscal cessará automaticamente no caso de não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do ente consorciado.

Art. 32. Os membros do Conselho Fiscal definirão as competências e funções da sua Presidência e o seu Regimento Interno.

Art. 33. O Conselho Fiscal, através de seu Presidente, e por decisão da maioria de seus integrantes, poderá provocar a Presidência do Consórcio para fins de adoção das devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou patrimonial, ou ainda quando ocorrer inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE tem como função acompanhar a execução dos atos indicando, em caráter opinativo, preventivo ou corretivo, as ações a serem desempenhadas com vistas a atender o controle da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, bem como os controles administrativos de um modo geral.

Seção Única
Das competências do Conselho Fiscal

Art. 34. Compete ao Conselho Fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar permanentemente:

a) a contabilidade do Consórcio;
b) as operações econômicas ou financeiras da entidade.

II - Exercer o controle de gestão e de finalidade do Consórcio, bem como sobre o plano de ação, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral, submetidos à Assembleia Geral;

III - Emitir parecer sobre proposta de alteração do presente Estatuto, no que pertinente à matéria contábil, financeira, patrimonial e orçamentária.

IV - Eleger seu corpo diretivo, nos termos do seu Regimento Interno;

V - Indicar representante para participar de reuniões da Assembleia Geral, quando convidado;

VI - Propor planos e programas de acordo com o escopo do Consórcio, assim como sugerir melhores formas de funcionamento do Consórcio;

VII - Emitir pareceres quando da prestação de contas dos contratos de rateio, contratos de programas, contratos de gestão e termos de parceria firmados pelo Consórcio.

VIII - julgar, em segunda instância, recursos relativos a:

a) Concurso Público e Processos Seletivos;
b) Processos Licitatórios;
c) Servidores do Consórcio.

CAPÍTULO VI
Do Conselho de Secretários Municipais de Saúde (Conselho Técnico)

Art. 35. O Conselho de Secretários Municipais de Saúde (Conselho Técnico) do Consórcio terá caráter permanente vinculado à Assembleia Geral, constituindo-se pelos Secretários Municipais de Saúde dos entes consorciados, devendo apresentar candidatura em até trinta minutos antes de iniciar a reunião.

Art. 36. As atribuições, composição e funcionamento deste Conselho serão definidos através de regimento interno.

Art. 37. O Conselho de Secretários Municipais de Saúde (Conselho Técnico) será composto por três Secretários de Saúde dos Municípios dos entes consorciados, eleitos da mesma forma e data que o Presidente do Consórcio, com a seguinte formação:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – Secretário.

Parágrafo único. O Cargo de Conselheiro é representação do Município, podendo ser alterado sem prejuízo do Município.

Seção Única
Das competências do Conselho de Secretários Municipais de Saúde
(Conselho Técnico)

Art. 38. Compete ao Conselho de Secretários Municipais de Saúde (Conselho Técnico):

I - fiscalizar a contabilidade do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE;

II - acompanhar e fiscalizar, as operações econômicas ou financeiras do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE a propor ao Conselho Fiscal contratação de auditorias ou à Assembleia Geral;

III – emitir parecer, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidos à Assembleia Geral pelo Conselho Fiscal;

Parágrafo único. As decisões do Conselho de Secretários Municipais de Saúde (Conselho Técnico) serão submetidas à homologação da Assembleia Geral.

TÍTULO III
Da Gestão de Pessoas Disposições Gerais

Art. 39. As atividades do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE poderão ser executadas por profissionais com vínculo público, cedidos pelos entes Consorciados em função das especificidades requeridas, pelos empregados pertencentes ao quadro do Consórcio, e pessoal contratado por tempo determinado.

Art. 40. Somente poderão prestar serviços remunerados ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE os contratados para os empregos públicos, funções comissionadas e de direção previstos neste instrumento, ou os servidores que a ele tenham sido cedidos.

Parágrafo único. A atividade de Presidente, de membro do Conselho Fiscal e Conselho de Secretários Municipais de Saúde (Conselho Técnico), bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE não serão remuneradas,sendo considerado serviço público relevante.

CAPITULO I
Dos Empregos Públicos
Seção I
Do Regime Jurídico

Art. 41. Os empregados do Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, nos termos estabelecidos no Protocolo de Intenções, em observância ao disposto na Lei Federal 11.107/2005, Decreto Federal 6.017/2007 e nos termos da Lei Estadual do Estado de Minas Gerais 18.036/2.009.

Seção II
Do regulamento de pessoal

Art. 42. O regulamento de pessoal do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE, aprovado por resolução do Presidente, deliberará sobre a descrição das funções, lotação e jornada de trabalho dos empregos públicos, bem como sobre o regime disciplinar.

Seção III
Da jornada de trabalho

Art. 43. A jornada de trabalho é a definida no Anexo I e Anexo II deste Estatuto, podendo ser alterada de acordo com a Conveniência e Oportunidade do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE, obedecendo à legislação pertinente da categoria profissional, em ato motivado e em consonância com o Interesse Público pelo Presidente.

Seção IV
Do avanço funcional

Art. 43-A. O empregado público concursado avançará na carreira através da progressão, conforme previsão constante do Anexo IV deste Estatuto.

Parágrafo único. É obrigatória a realização anual da avaliação de desempenho do servidor, para fins de avanço funcional na carreira, observada as disposições contidas na Seção V deste Capítulo. ***(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 04/2019)***

Art. 43-B. Progressão é a passagem de uma referência para a seguinte, dentro do mesmo cargo, por meio de avaliação de desempenho do empregado público concursado, que deverá obter, por média, 70% (setenta por cento) dos pontos da ficha de avaliação, cumpridos 2 (dois) anos de efetivo exercício. ***(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 04/2019)***

Parágrafo único. A progressão, de que trata o caput deste artigo, será de 1% (um por cento) calculada sobre o vencimento, após cada período de efetivo exercício do empregado público concursado. ***(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 04/2019)***

Seção V
Da avaliação de desempenho

Art. 43-C. A avaliação de desempenho é o processo que tem por finalidade aferir objetivamente o resultado do trabalho efetivo dos empregados públicos, fornecendo subsídios para o planejamento de recursos humanos do Quadro de Pessoal do CISLESTE. ***(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 04/2019)***

Art. 43-D. Os empregados públicos concursados terão seu desempenho aferido anualmente por uma Comissão Especial de Avaliação que será integrada, no mínimo, pelo Secretário Microrregional Executivo e pelo Presidente do Consórcio e um empregado público efetivo, valendo para efeito de progressão, o resultado das avaliações, respeitando-se o prazo previsto no Artigo43-B. ***(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 04/2019)***

Art. 43-E. A avaliação de desempenho do empregado público concursado se dará mediante o preenchimento do Anexo V deste Estatuto, ficando o planejamento e a coordenação da avaliação de desempenho, a cargo da Secretaria Microrregional Executiva do CISLESTE.

§ 1º A ficha de avaliação do empregado público concursado do CISLESTE deverá ser assinada pelo empregado público avaliado e pelos membros da Comissão Especial de Avaliação.

§ 2º O empregado público que não concordar com o resultado de sua avaliação de desempenho, terá o direito de recorrer administrativamente aos avaliadores, em um prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 3º O empregado público que não fizer jus à progressão ao completar o respectivo período aquisitivo, irá reiniciar, no mês subsequente ao término deste, a contagem de novo prazo. ***(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 04/2019)***

Art. 43-F. - Ficam os empregados públicos concursados dispensados de pretéritas avaliações de desempenho a partir da transformação do CISLESTE em entidade pública até a presente data, referentes aos biênios já adquiridos por direito, podendo os valores respectivos ser imediatamente incorporados aos vencimentos dos que se enquadrarem nessa hipótese, e desde que obedecido e computado o tempo de cada empregado público à partir da data de sua posse. ***(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 04/2019)***

Art. 43-G. - As futuras avaliações tornam-se obrigatórias para a concessão do benefício bienal a todos os empregados públicos.

Parágrafo único - Será aplicado aos empregados públicos a primeira avaliação de desempenho num prazo máximo de 6 (seis) meses à partir da promulgação desta Resolução. ***(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 04/2019)***

CAPÍTULO II
Do quadro de pessoal do Consórcio

Art. 44. Ficam definidos no quadro de pessoal do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE os empregos públicos definidos no Anexo I e Anexo II, com suas atribuições.

~~§1º- A remuneração dos empregos públicos é definida no anexo III deste instrumento, permitida a Secretaria Executiva Microrregional, atendido o orçamento anual, a concessão de reajustes e a revisão anual de remuneração, inclusive para adequar ao piso profissional.~~

§1º- A remuneração dos empregos públicos é definida no anexo III deste instrumento, permitida a Secretaria Executiva Microrregional, atendido o orçamento anual, a concessão de reajustes e a revisão anual de remuneração, inclusive para adequar ao piso profissional, desde que especificamente autorizado pelo Presidente do Consórcio em ato formal, ouvida a Assembleia Geral por maioria simples. ***(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 01/2018)***

~~§2º- Os empregos previstos no caput deste artigo serão preenchidos de acordo com a possibildidade financeira e necessidades do Consórcio, nao implicando a sua criação à obrigatoriedade de imediato preenchmento das vagas.~~
§2º- Os empregos públicos em comissão dispostos no Anexo I deste Estatuto são de livre indicação do Presidente do Consórcio e contratados pela Secretária (o) Microrregional Executiva (o). ***(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 01/2018)***

~~**Art. 45.** Ficam definidos os empregos públicos em comissão de Um Secretária (o) Microrregional Executiva (o), Um Assessor (a) Jurídico (a), Um Assessor (a) Contábil, Um Assessor Administrativo, Um Assessor Financeiro, descritos no anexo I, deste instrumento~~.

~~**Art. 45.** Ficam definidos os empregos públicos em comissão de Um Secretária (o) Microrregional Executiva (o), Um Assessor (a) Jurídico (a), Um Assessor (a) Contábil, Um Assessor Administrativo, Um Assessor Financeiro, Dois Coordenadores de Projetos e Um Supervisor de Saúde descritos no anexo I, deste instrumento. ***(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 02/2017)***~~

~~**Art. 45** – Ficam definidos os empregos públicos em comissão de: um Secretária (o) Microrregional Executiva (o), Um Assessor (a) Jurídico (a), Um Assessor (a) Contábil, Um Assessor (a) Administrativo, Um Assessor (a) Financeiro, Dois Coordenadores de Projetos, Um Supervisor de Saúde e Um Controlador (a) Interno, descritos no anexo I, deste instrumento. ***(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 01/2018)***~~

Art. 45 – Ficam definidos os empregos públicos em comissão de 01 (um) Secretária(o) Microrregional Executiva(o), 01 (um) Assessor(a) Jurídico(a), 01 (um) Assessor(a) Contábil, 01 (um) Assessor(a) Administrativo, 01 (um) Assessor(a) Financeiro, 01 (um) Coordenador de Programa Nível I, 03 (três) Coordenadores de Programa Nível II, 01 (um) Coordenador de Programa Nível III, 01 (um) Supervisor de Saúde e 01 (um) Controlador(a) Interno, descritos no anexo I, deste instrumento. ***(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 02/2022)***

§ 1º. Os indicados para os empregos públicos em comissão de Secretária (o) Microrregional Executiva (o), Assessor (a) Jurídico (a), Assessor (a) Contábil, Assessor Administrativo, Assessor Financeiro, Coordenador de Programa Nível I, Coordenadores de Programa Nível II, Coordenador de Programa Nível III, Supervisor de Saúde e Controlador(a) Interno serão regidos pelo regime Celetista, nos termos estabelecidos na Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto Federal 6.017/2007 e nos termos da Lei Estadual nº 18.036/09.

~~§ 2º. Os empregos públicos em comissão de Assessor Administrativo e Assessor~~ ~~Financeiro estarão sob regime de dedicação exclusiva.~~ ***(REVOGADO PELA RESOLUÇÃO Nº 01/2018)***

§ 3º. Os cargos comissionados e de confiança serão preenchidos por escolha da Secretaria Microrregional Executiva, sendo observada para os empregos públicos em comissão respectivas experiência comprovada em Gestão e/ou Saúde Pública e formação profissional de nível superior, e poderão ser destituídos da mesma forma que foram admitidos, sendo observadas as disposições estabelecidas no Protocolo de Intenções.

§ 4º. A remuneração dos empregos públicos em comissão é a definida no Anexo III deste instrumento.

§ 5º. O funcionário que for designado para o exercício de cargo de provimento em comissão deverá optar:

I - pela remuneração de seu cargo efetivo, acrescido de até 100% (cem por cento), ou

II - pela remuneração do cargo em comissão.

III - A remuneração do cargo em comissão ou gratificação por função não serão incorporadas aos vencimentos dos servidores para quaisquer fins.

Art. 45-A – Poderá ser concedida gratificação pecuniária ao empregado público efetivo ou comissionado, com objetivo de remunerar encargos especiais que não justificam a criação de um novo emprego público efetivo ou comissionado, mas que exijam do mesmo maiores responsabilidades e atribuições, sendo consideradas funções gratificadas:

I - o exercício de função de chefia, coordenação e supervisão;
II - a prestação de serviços extraordinários fora das atribuições previstas para o cargo;
III - desempenho e produtividade individual;

IV - desempenho de encargos especiais;
V - exercício de atividades especiais e elaboração de trabalhos técnicos especiais; ***(INCLUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 07/2022)***

Art. 45-B – A gratificação será calculada sobre o vencimento base do empregado público, até o limite de 40% (quarenta por cento), de acordo com requisitos determinantes e específicos, levando em consideração a duração do trabalho, modo e forma da prestação de serviço, sendo que do empregado público será exigido, além do exercício do cargo, a ocorrência de situações certas e específicas de trabalho, bem como o preenchimento de condições e encargos estabelecidos pelo CISLESTE. ***(INCLUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 07/2022)***

Art. 45-C – A gratificação salarial constitui-se de parcela autônoma sobre a qual é vedada a incidência de quaisquer outras gratificações e vantagens, não sendo incorporável aos vencimentos ou qualquer outro benefício previdenciário. ***(INCLUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 07/2022)***

CAPÍTULO III
Da cessão de servidores

Art. 46. Os entes consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder servidores, na forma e condições da legislação de cada um, realizando-se a compensação de créditos pela cessão de servidores com ônus de acordo com critérios estabelecidos no Regimento do Consórcio, observado o disposto nos respectivos Contratos de Programa e/ou Rateio ou termos definidos pelos Consorciados.

Art. 47. Os servidores cedidos permanecerão no seu regime de trabalho originário, podendo ser concedidos adicionais ou gratificações de acordo com a função exercida, competência e carga horária definidos em Regimento do Consórcio.

Art. 48. O servidor cedido ao Consórcio Público permanece, para todos os efeitos, vinculado ao seu regime laboral originário, celetista ou estatutário, não se estabelecendo vínculo funcional ou trabalhista com o Consórcio.

Parágrafo único. O servidor cedido ao CISLESTE poderá optar pela contribuição ao Regime Próprio de Previdência Social de seu ente de vinculação, caso exista. ***(INCLUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 01/2018)***

CAPÍTULO IV
Da Admissão

Art. 49. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE terá os seus empregados contratados nos termos previstos pelo § 2º, da Art. 6º, da Lei Federal, 11.107, de 06 de abril de 2005 e nos termos definidos no Decreto Federal 6.017/2.007.

Art. 50. Os empregos do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE serão providos mediante contratação celebrada após concurso público ou processo seletivo de provas ou de provas e títulos.

§ 1º. Os editais de concurso público serão subscritos pelo Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE.

§ 2º. Por meio de ofício, cópia do edital será entregue a todos os entes consorciados.

§ 3º. O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE manterá na internet, bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial.

§ 4º. O período de inscrição de candidatos ao concurso público não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, tudo em conformidade com as disposições estabelecidas pelos órgãos externos.

Seção I
Da Dispensa

Art. 51. A dispensa de empregados públicos efetivos dependerá de motivação através do devido Processo Legal pela Secretaria Microrregional Executiva e aprovado em Assembleia Geral por maioria de simples.

Seção II
Da proibição de cessão

Art. 52. Os empregados do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE não poderão ser cedidos, inclusive para os Entes consorciados, permitido o afastamento não remunerado, para que o servidor do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE exerça cargo em Comissão nos termos do que prever o regulamento de pessoal.

CAPÍTULO V
Das Contratações Temporárias

Art. 53. As contratações temporárias, a serem executadas de conformidade com o Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, serão estabelecidas nas seguintes formas:

I - nos casos de vacância ocasionados por vagas ociosas, férias, licença remunerada de qualquer natureza, afastamento do trabalho por motivo de doença, morte, pedido de demissão ou demissão por justa causa, estipulado o limite máximo de um ano;

II - para os empregos que não haja pessoas habilitadas e ou concursadas.

III - poderá haver recontratação, por igual período, para os empregos em que não haja pessoas habilitadas e ou concursadas.

IV - nos casos de aumento incomum de demanda dos serviços, devidamente justificado e por decisão da Assembleia Geral;

V - nos casos de calamidade pública, estado de emergência e nas ocorrências de epidemias, devidamente registradas e homologadas, conforme o evento;

VI - nos casos de iminente perigo de supressão dos serviços ocasionado por paralisação ou greve de empregados declarada ilegal;

VII - - nos casos de execução de serviço por profissional de notória especialização.

Parágrafo único. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE regulamentará, por Resolução, as contratações previstas neste Artigo.

Art. 54. As contratações temporárias serão realizadas mediante processo seletivo público simplificado, que consistirá de prova objetiva, circunscritos à titulação acadêmica e à experiência profissional relacionadas com a função a ser exercida no Consórcio, previamente estabelecidos no edital.

§ 1º. Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público.

§ 2º. A remuneração do pessoal contratado temporariamente será definida pela Assembleia Geral.

Art. 55. As contratações temporárias serão submetidas especificamente ao regime Celetista.

Art. 56. Somente será admitida a contratação de pessoal temporário até o limite fixado no Orçamento Anual do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE.

Art. 57. Os contratados temporariamente perceberão vencimentos a serem estabelecidos pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI
Dos Direitos e Deveres dos Empregados

Art. 58. São direitos dos empregados além dos previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas:

I – Dispor de ambiente de trabalho saudável;

II – Ter assegurada oportunidade de frequentar cursos de formação, atualização e especialização profissional;

III – Receber das chefias orientação e assistência ao exercício de suas atribuições;

IV – Ser tratado com respeito e civilidade, sem qualquer discriminação por sua atividade profissional, sem convicções pessoais, religiosa ou política.

Art. 59. São deveres dos empregados, além dos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho:

I - Cumprir as ordens de seus superiores em detrimento das normas legais;

II – Esforçar-se em prol da manutenção e da melhoria da qualidade dos serviços, utilizando processos que acompanhem o progresso cientifico da humanidade e sugerindo também medidas que visem à atualização e aperfeiçoamento;

III - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

IV - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

Seção Única
Da condição de validade e do prazo máximo de contratação

Art. 60. As contratações temporárias terão prazo de até 12 (doze) meses, podendo haver renovações desde que o período total da contratação não ultrapasse o período de 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 61. O contrato firmado com o contratado por prazo determinado extinguir-se- á, sem direito a indenizações:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado;

III - pela extinção do Consórcio.

a) A extinção do contrato, nos casos dos incisos II e III, será comunicada com a antecedência mínima de trinta dias.

b) A extinção do contrato, por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

Parágrafo único. É nula e proibida a renovação de prazo de contratação temporária sem que seja publicada edital de concurso para o provimento do emprego público.

TÍTULO IV
Dos contratos, acordos e parcerias

CAPÍTULO I

Dos contratos de gestão e termos de parceria

Art. 62. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE poderá firmar contrato de gestão obedecendo, no que couber, os termos da Lei 9.649/1998, e celebrar termo de parceria, na forma da Lei nº 9.790/1999, ficando a cargo da Secretaria a elaboração dos mesmos, submetidos à apreciação da Assembleia Geral, especialmente convocada para tal finalidade. Tanto o contrato de gestão como o termo de parceria, será considerado aprovado mediante voto favorável da maioria absoluta dos consorciados.

Art. 63. Para a consecução dos atos definidos no dispositivo anterior, o Consórcio observará as normas de Direito Público no que concerne à realização de licitação e celebração de contratos, principalmente o disposto nos arts. 23, 24, 26 e 112 da Lei Federal no 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo de outras normas jurídicas aplicáveis.

CAPÍTULO II
Do Contrato de Rateio

Art. 64. Os entes consorciados somente entregarão recursos financeiros ao consórcio público mediante contrato de rateio, tudo em conformidade com o disposto no Protocolo de Intenções e nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005 e Decreto Federal nº 6.017/2007.

Art. 65. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, com observância da legislação orçamentária e financeira do ente consorciado contratante e depende da previsão de recursos orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas.

Art. 65-A - Ao término de cada exercício financeiro, constatada a existência de saldo financeiro remanescente dos recursos aportados pelos entes consorciados por meio do Contrato de Rateio, o valor correspondente será objeto de compensação, no exercício seguinte, mediante a prestação de serviços equivalentes ao valor devido, conforme decisão aprovada em Assembléia Geral. ***(INCLUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 04/2025)***

§ 1º - A compensação mediante prestação de serviços deverá ocorrer exclusivamente com atividades ou serviços compreendidos no âmbito das ações do CISLESTE, ter seu valor apurado com base na tabela de custos aprovada pela Assembleia Geral ou, na ausência desta, em preços médios de mercado devidamente documentados e ser formalmente aprovada pela Assembleia Geral, com registro em ata e indicação expressa do valor compensado e da natureza dos serviços prestados. ***(INCLUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 04/2025)***

§ 2º - Para fins de registro contábil o valor da compensação será lançado como despesa realizada com recursos do exercício anterior, devidamente identificada no demonstrativo financeiro do consórcio e o Município Consorciado deverá registrar o valor como contraprestação de serviços recebidos. ***(INCLUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 04/2025)***

§ 3º - A prestação de serviços em substituição à devolução financeira será documentada por meio de documento de execução de serviços, acompanhado de relatório descritivo da atividade, contendo quantitativos, comprovação de sua execução e valores atribuídos aos serviços. ***(INCLUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 04/2025)***

§ 4º - É vedada a utilização de saldo financeiro para prestação de serviços alheios à finalidade institucional do consórcio, bem como a compensação sem a respectiva aprovação e registro documental exigidos neste artigo. ***(INCLUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 04/2025)***

Art. 66. Constitui ato de improbidade administrativa, nos termos do disposto no art. 10, inciso XV, da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, celebrar contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades previstas em Lei.

Art. 67. As cláusulas do contrato de rateio não poderão conter disposição tendente a afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo ou pela sociedade civil de qualquer dos entes da Federação consorciados.

Art. 68. A eventual impossibilidade do ente consorciado cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida em contrato de rateio obriga o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Art. 69. Em conformidade com o art. 167, IV, da Constituição Federal, deverá ser observada a vinculação de receita própria ou transferida de impostos para atender às necessidades do Consórcio, na forma estabelecida nos Contratos de Programa e/ou Rateio, admitida a retenção das referidas receitas para satisfazer a vinculação prevista no presente dispositivo.

CAPÍTULO III
Do Contrato de Programa

Art. 70. O contrato de programa será formalizado para fins de constituição e regulação das obrigações que um ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro ente da Federação, ou para com o Consórcio Público, no âmbito da gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos, observados os seguintes critérios:

I - Prestar atendimento ambulatorial de média complexidade programado para a população residente dos municípios consorciados, nas especialidades contratadas, em dias e horários previamente definidos, com escala dos profissionais publicada em cada Unidade de Saúde.

II - Dar suporte de meios complementares de diagnóstico e terapia (laboratório e imagem) para as especialidades contratadas, assegurando resolubilidade microrregional.

III - Assegurar assistência farmacêutica que dê suporte mínimo ao processo de tratamento e recuperação da saúde.

IV - Assegurar a contra-referência para o Programa Saúde da Família - PSF dos Municípios de origem do paciente, com laudos e prescrição claramente escritos e resumo de alta assinado por especialista.

V - Manter prontuários atualizados e detalhados do paciente por cinco anos, no mínimo.

VI - Alimentar os Sistemas de Informação em Saúde Nacionais.

VII - Estabelecer fluxo de referência para Unidade de Saúde de maior complexidade, assegurando a equidade vertical.

Parágrafo único - no caso de a gestão associada envolver também a prestação de serviços por órgão ou entidade de um dos entes da Federação consorciados, este deverá obedecer ao previsto nos incisos anteriores.

CAPITULO IV
Das Licitações e Contratos e Licitações Compartilhadas

Art. 71. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 72. Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade, todas as contratações, observarão o disposto na Legislação Federal e serão instauradas por decisão do Conselho Fiscal e aprovadas pela Assembleia Geral.

Art. 73. Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE.

~~Art. 74 – O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase dos procedimentos licitatórios, solicitar esclarecimentos, podendo ainda deliberar sobre a suspensão dos contratos.~~

Art. 74 – O Conselho Fiscal e o Controlador Interno poderão, em qualquer fase dos procedimentos licitatórios, solicitar esclarecimentos, podendo ainda deliberar sobre a suspensão dos contratos. ***(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 01/2018)***

TÍTULO V
Da admissão, retirada e exclusão no Consórcio

CAPITULO I
Da admissão no Consórcio

Art. 75. É facultada a admissão de Município ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE a qualquer tempo, desde que atendidas as condições estabelecidas neste Estatuto e, especificamente, o seguinte:

I - O ente interessado deverá apresentar pedido formal assinado por seu representante legal à Presidência do Consórcio, para análise e aprovação pela Assembleia Geral.

II - O ente interessado deverá dispor de Lei autorizativa, dotação orçamentária específica ou créditos adicionais suficientes para assumir as despesas fixadas em contrato de programa e/ou rateio.

III- O ente recém-consorciado deve submeter-se a critérios técnicos para cálculo do valor dos custos a serem rateados, bem como reajustes e revisão.

Art. 76. A efetivação no consórcio público poderá se dar por reserva, subscrito o protocolo de intenções pelo Poder Executivo, após ratificação do Poder Legislativo dos respectivos municípios interessados, observado o §2º do art. 5º da Lei 11.107, de 06 de abril de 2005.

CAPITULO II
Da retirada e da exclusão do consorciado

Art. 77. A retirada do ente da Federação do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante a ser comunicado à Assembleia Geral.

Art. 78. Os bens destinados ao Consórcio Público pelo consorciado que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou de alienação.

Art. 79. A retirada ou a exclusão do consorciado não prejudicará as obrigações já constituídas pelo mesmo, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

Art. 80. Poderá a Assembleia Geral acolher pedido de exclusão de qualquer dos consorciados.

Art. 81. Serão excluídos do quadro social, ouvido a Assembleia Geral, os consorciados que tenham deixado de incluir, no orçamento da despesa, a dotação devida ao Consórcio, ou, se incluída, deixar de cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de repasse, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, assegurada a ampla defesa nos termos do Regimento Interno.

Art. 82. O procedimento destinado a apurar a responsabilidade do ente consorciado com vistas a sua exclusão será definido no Regimento Interno do Consórcio.

TÍTULO VI
Do regime contábil e financeiro do Consórcio e da publicidade dos atos

Art. 83. A execução das receitas e das despesas do consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 84. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE estará sujeito à fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial pelo Tribunal competente para apreciar as contas do chefe do Poder Executivo responsável pela Presidência do Consórcio,

inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os consorciados vierem a celebrar com o consórcio.

Art. 84-A. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE se apropriará do resultado financeiro obtido com as retenções legais referentes ao Imposto de Renda retido na fonte dos prestadores de serviços (pessoa jurídica/física), que serão utilizados, exclusivamente, em aumento na prestação de serviços de saúde aos Municípios que integrarem o CISLESTE, o que ocorrerá, sempre que possível, dentro do mesmo exercício financeiro. ***(INCLUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 01/2021)***

CAPITULO I
Da prestação de contas

Art. 85. O Consórcio deverá prestar contas dos recursos e bens de origem públicos recebidos, e dar publicidade no encerramento do exercício fiscal, por meio de relatório de atividades e demonstrações financeiras que poderão ser fiscalizados pelos órgãos de controle competentes.

CAPÍTULO II
Da publicidade

Art. 86. O Consórcio obedecerá ao princípio da publicidade, tornando públicas as decisões que digam respeito a terceiros e as de natureza orçamentária, financeira ou contratual, inclusive, as que digam respeito à admissão de pessoal, bem como permitindo a disponibilização na internet e o acesso das atas das reuniões e os documentos produzidos, salvo, nos termos da lei, os considerados sigilosos por prévia e motivada decisão.

Art. 87. Fica ratificado a Resolução nº 001/2010, que adota o Diário Oficial dos Municípios do Estado de Minas Gerais, instituído e administrado pela Associação Mineira de Municípios – AMM como meio oficial de comunicação dos atos normativos e administrativos do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE.

TÍTULO VII
Das vedações e responsabilidades

CAPÍTULO I
Das vedações

Art. 88. É vedado ao Consórcio Público ou a seus membros:

I - Estabelecer cláusula do contrato de consórcio que preveja determinadas contribuições financeiras ou econômicas de ente da Federação ao consórcio público, salvo a doação, destinação ou cessão do uso de bens móveis ou imóveis e as transferências ou cessões de direitos operadas por força de gestão associada de serviços públicos.

II – Submeter à gestão associada, por intermédio do Consórcio Público, serviços que demandem o pagamento de preço público ou tarifa.

Art. 89. Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o ente consorciado, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao Consórcio, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista no contrato de rateio.

CAPITULO II
Da responsabilidade do Consórcio e da responsabilidade subsidiária do ente consorciado

Art. 90. O Consórcio Público responde diretamente pelas ações e omissões que cometer em função de suas obrigações, observado o regime jurídico de direito público.

Art. 91. Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público e, os dirigentes, respondem pessoalmente pelas obrigações por eles contraídas caso pratiquem atos em desconformidade com a lei, os estatutos ou decisão da assembleia geral.

TÍTULO VIII
Da extinção do Consórcio Público

Art. 92. A extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela unanimidade da Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

§1º - Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, respeitados os casos em que a propriedade bens não tenha sido transferida para o Consórcio Público.

§2º - Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

TÍTULO IX
Disposições Gerais e Transitórias

Art. 93. Os casos omissos do presente estatuto serão decididos pelo Presidente do Consórcio, com necessária ratificação da Assembleia Geral.

Art. 94. Para execução das atribuições da Secretaria Executiva Microrregional, fica autorizada a contratação, em conformidade com a Lei de Licitações, empresas ou profissionais autônomos, habilitados para prestarem serviços técnicos necessários na área contábil, financeira ou jurídica.

Art. 95. Para execução do objeto do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE fica autorizada a contratação, em conformidade com a Lei de Licitações e Jurisprudência pertinente, através das modalidades de Carta Convite, tomada de Preços,

Pregão Presencial, Pregão Eletrônico e Credenciamento, empresas ou profissionais autônomos, habilitados para prestarem serviços técnicos necessários de serviços médicos das áreas de Gastroenteologia, Urologia, Oftalmologia, Otorrinolaringologia, Ginecologia/Obstetrícia, Angiologia, Cardiologia, Endocrinologia, Neurologia, Psiquiatria, Clinico Geral, Dermatologia, Endocrinologia, Endoscopia Digestiva, Ortopedia, Radiologia e Diagnóstico por Imagem e Angiologia, Clínica Cirúrgica, Clínica Médica, Serviços de Radiologia, Laboratórios, Assistente Social, Enfermeiro, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonaudiólogo, Nutricionista, Odontólogo,Biólogo, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional, bem como Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Patologia Clínica, Citotécnico, Técnico de Enfermagem, Técnico de Patologia Clínica, Técnico de Radiologia e Técnico de Laboratório e outras especialidades de profissionais autônomos e pessoas jurídicas qualificadas como prestadoras de serviços de saúde para suprir as necessidades dos municípios consorciados.

Parágrafo único. Poderão ser incluídas novas categorias profissionais desde que aprovada pela Assembleia Geral e fundamentada nas necessidades do Consórcio.

Art. 96. Os servidores incumbidos da gestão do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE não respondem pessoalmente pelas obrigações contraídas, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a legislação, disposições do Protocolo de Intenções e Estatuto.

Art. 97. Os ocupantes dos cargos da estrutura anterior ficam conduzidos para os atuais.

Art. 98. Este Estatuto entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no D.O.E e na Imprensa Oficial dos demais entes consorciados.

Muriaé, dezembro de 2011.

Município De Antônio Prado De Minas
LUIS CARLOS DA ROCHA
Prefeito Municipal

Município De Barão Do Monte Alto
JOÃO BATISTA DUARTE ABREU
Pref. Mun.

Município De Eugenópolis
RÔMULO AUGUSTO DOS REIS CARVALHO
Prefeito Municipal

Município De Miradouro
WAGNER FIGUEIREDO DUTRA
Pref. Mun.

Município De Miraí
SERGIO LUIZ REZENDE
Prefeito Municipal

Município De Muriaé
JOSÉ BRAZ
Prefeito Municipal

Município De Rosário Da Limeira
EDSON CURI
Prefeito Municipal

Município De Patrocínio Do Muriaé
NASCIPE DAHER FILHO
Prefeito Municipal

Município De Orizânia
ÉBIO JOSÉ VITOR
Prefeito Municipal

Município De Palma
CARLOS ROBERTO ALVIM DE PAULA
Pref. Mun.

Município De São Francisco Do Glória
LUCIANO DIAS PAES NETO
Prefeito Municipal

MUNIC. DE SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE
ELOIZ MASSI
Prefeito Municipal

Município De Vieiras
WADINEI CHICARELI DE ANDRADE
Pref. Mun.

Município De Laranjal
VALMIR GARCIA MENDES
Prefeito Municipal

Município De Fervedouro
CARLOS CORINDON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Município De Divino
GILVAN PINHEIRO DE FARIA;
Prefeito Municipal

Município De Pirapetinga
LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA COSTA;
Prefeito Municipal

Município De Santana De Cataguases
MARCOS ANTÔNIO FERREIRA;
Prefeito Municipal

Município De Espera Feliz
OZIEL GOMES DA SILVA;
Prefeito Municipal

Município De Leopoldina
PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ;
PREFEITO MUNICIPAL

Município De Faria Lemos
GILBERTO DAMAS DE SOUZA
Prefeito Municipal

ANEXO I

QUADRO GERAL DE EMPREGOS PÚBLICOS EM COMISSÃO

EMPREGOS PÚBLICOS EM COMISSÃO	DESCRIMINAÇÃO	ESCOLARIDADE	QUANT	CARGA HORÁRIA	SIMBOLO VENCIMENTO
SECRETÁRIA (O) MICRORREGIONAL EXECUTIVA (O)	Responde administrativamente e judicialmente na ausência do Presidente pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE, coordenando toda a entidade, encaminha prestações de contas, responde por convênios, encaminha alterações nos documentos estruturais da entidade, realiza o intercâmbio entre municípios consorciados, assinar cheques conjuntamente com o presidente e ainda podendo assinar quaisquer outros documentos que não sejam cheques individualmente, bem como gerenciar aplicações financeiras, inicia processos administrativos de qualquer espécie, assinar termos de rescisões contratuais de toda espécie, gerenciar administrativamente as contas da entidade, responsabilizando-se pelos superávits e déficit apresentados e outras funções correlatas e estabelecidas no Estatuto	SUPERIOR COMPLETO	001	30 HORAS	SME01
ASSESSOR (A) JURÍDICO (A) (ALTERADO PELA RESOLUÇÃO 05/2022)	Prestar assessoria jurídica nas áreas cível, tributária, trabalhista, administrativa, tanto nos aspectos preventivos quanto na administração do contencioso, sugerindo medidas a tomar, visando resguardar os interesses e dar segurança jurídica aos atos e decisões do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE. Administrar o contencioso do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE, em todas as instâncias, acompanhando os processos administrativos e judiciais, preparando recursos, impetrando mandados de segurança ou tomando as providências necessárias para garantir os direitos e interesses da empresa. Analisar todos os tipos de contratos firmados e avaliar os riscos envolvidos, visando garantir uma situação de segurança jurídica em todas as negociações e contratos firmados. Orientar todas as áreas em questões relacionadas com a área jurídica, visando garantir que as decisões e procedimentos adotados estejam dentro da lei. Acompanhar os processos licitatórios. Recomendar procedimentos internos, com objetivos preventivos, visando manter as atividades do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE dentro da legislação e evitar prejuízos.	SUPERIOR COMPLETO COM REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE	001	16 HORAS	AJ01
ASSESSOR (A) CONTÁBIL (alterado pela Resolução 01/2018)	Supervisionar, programar, coordenar e executar estudos e pesquisas especializadas, análises e projetos sobre Contabilidade, Material e Orçamento, inerentes à área contábil. Exercer funções contábeis complexas, responsabilizando-se pelos serviços contábeis. Executar e acompanhar as atividades relacionadas ao planejamento e gestão das divisões de recursos humanos, material, patrimônio, serviços gerais, transportes, informática, finanças, comercial, métodos e processos e outras de suporte administrativo do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE. Desenvolver estudos e pesquisas sobre técnicas e métodos de gestão, a fim de otimizar e melhorar a qualidade do trabalho. Desenvolver e implantar normas, leis e regulamentos adequados às necessidades do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE. Planejar, coordenar e acompanhar os processos de provimento, capacitação, avaliação e administração de pessoal. Assessorar as diferentes unidades na execução de ações, assegurando uma abordagem integrada e estratégica do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE. Desenvolver e aprimorar os sistemas de informação e documentação, bem como definir e implementar normas e padrões de informática adequados às necessidades do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE. Coordenar o comportamento do orçamento em relação à sua execução. Analisar o comportamento da Receita e da Despesa. Planejar estudos com vistas à padronização, especificação, compra, recebimento, guarda, estocagem, suprimento e alienação de material. Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua competência. Fornecer dados estatísticos de suas atividades. Apresentar relatórios periódicos. Desenvolver outras atribuições correlatas.	CURSO TÉCNICO EM CONTABILIDADE OU SUPERIOR COM REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE	001	20 HORAS	AC01
ASSESSOR ADMINISTRATIVO (alterado pela Resolução 01/2018)	Examinar processos; redigir pareceres e informações; redigir expedientes administrativos, tais como: memorandos, cartas, ofícios, relatórios; revisar quanto ao aspecto redacional ordens de serviço, instruções, exposições de motivos, efetuar	ENSINO MÉDIO	001	40 HORAS	ASA01

	ou orientar o recebimento, conferência, armazenagem e conservação de materiais e outros suprimentos; fazer levantamentos de bens patrimoniais; realizar trabalhos datilográficos, operar com terminais eletrônicos e equipamentos de microfilmagem; responde pela equipe multiprofissional do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE, pela humanização do atendimento. Desenvolver outras atribuições correlatas				
ASSESSOR FINANCEIRO (alterado pela Resolução 01/2018)	Responde pela área financeira do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE, acompanhando, fazendo pagamentos e recebimentos, cobranças necessárias, movimenta contas bancarias, aplicações financeiras, elaboração orçamentos e ordens de compras, elabora contratos com acompanhamento da assessória jurídica e demais atividades correlatas.	ENSINO MÉDIO	001	40 HORAS	AF01
GERENTE DE TRANSPORTE	Responde pelo Sistema Estadual de Transporte Sanitário – SETS em atendimento aos Municípios Consorciados e a Secretária de Estado de Saúde do Estado de Minas Gerais	ENSINO MÉDIO	001	EXCLUSIVO	GT01
SUPERVISOR DE SAÚDE (criado pela Resolução 02/2017)	Supervisionar os serviços do Setor de Recepção; Secretariar as salas de consultas; Gerenciar o agendamento de consultas e exames, bem como alimentar o banco de dados do DATASUS; Gerenciar o faturamento mensal dos procedimentos executados pelos profissionais de saúde; Executar outras tarefas correlatas.	ENSINO SUPERIOR	001	40 HORAS	SUPS01
CONTROLADOR INTERNO (criado pela Resolução 01/2018)	Acompanhar, analisar e avaliar: a legalidade, eficiência, eficácia e economicidade dos atos praticados pelo Consórcio, especialmente quanto à gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do órgão; os registros contábeis, os atos de pessoal, os atos de gestão, entre eles: os processos licitatórios, a execução dos contratos, convênios e similares; o controle e guarda dos bens patrimoniais; execução das despesas públicas em todas as suas fases (empenho, liquidação e pagamento); assinaturas de relatórios de gestão fiscal obrigatórios; as imprecisões e erros que porventura forem detectadas nos procedimentos adotados pelo Consórcio, alertando a Autoridade Superior sobre os apontamentos verificados, sugerindo medidas corretivas para saneamento do problema; observar a edição de novas normas que forem editadas pelo TCEMG, comunicando aos responsáveis as medidas necessárias para adequação aos procedimentos a serem adotados; zelar pela independência do Controle Interno.	ENSINO SUPERIOR	001	20 HORAS	CINT01
COORDENADOR DE PROGRAMA I (criado pela Resolução 02/2022, alterado pela Resolução 01/2025)	Coordenar Programas de gestão plena ou compartilhada de maior complexidade nos moldes da Lei nº 11.107/2005; Executar outras tarefas correlatas.	ENSINO SUPERIOR, COM PROFISSÃO REGULAMENTADA NA ÁREA DE SAÚDE.	02	40 HORAS	COORDPROG I
COORDENADOR DE PROGRAMA II (criado pela Resolução 02/2022, alterado pela Resolução 01/2025)	Coordenar os programas de gestão plena ou compartilhada nos moldes da Lei nº 11.107/2005; Executar outras tarefas correlatas.	ENSINO SUPERIOR, COM PROFISSÃO REGULAMENTADA NA ÁREA DE SAÚDE.	05	40 HORAS	COORDPROG II
COORDENADOR DE PROGRAMA III (criado pela Resolução 02/2022, alterado pela Resolução 01/2025)	Coordenar os programas de gestão plena ou compartilhada de menor complexidade nos moldes da Lei nº 11.107/2005; Executar outras tarefas correlatas.	ENSINO SUPERIOR, COM PROFISSÃO REGULAMENTADA NA ÁREA DE SAÚDE.	04	40 HORAS	COORDPROG III

ANEXO II

QUADRO GERAL DE EMPREGOS PÚBLICOS EFETIVOS
NIVEL: ENSINO ELEMENTAR

EMPREGOS PÚBLICOS EFETIVOS	DESCRIMINAÇÃO	QUANT.	CARGA HORÁRIA	NIVEL
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (alterado pela Resolução 01/2025)	Executar tarefas auxiliares, de natureza repetitiva, envolvendo execução de trabalhos complementares simples. Fazer limpeza de escritório, laboratório, consultórios e outras dependências do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE. Executar tarefas de copa cozinha; lavar e guardar louças e talheres. Zelar para que o material e equipamento de sua área de trabalho estejam sempre em perfeitas condições de utilização, no que diz respeito ao funcionamento, higiene e segurança. Executar outras tarefas correlatas.	05	40	ASG01
MOTORISTA (alterado pela Resolução 05/2025)	- Dirigir os veículos automotores do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE utilizados para transporte de pessoal e carga. Manter os veículos abastecidos de combustível e lubrificantes. Efetuar troca de pneus, quando em serviço. Verificar sistematicamente o funcionamento do veículo sob sua responsabilidade, providenciando, junto ao setor competente, o reparo de qualquer defeito. Zelar pela limpeza e conservação dos veículos. Recolher o veículo ao local de guarda, após a conclusão do serviço. Zelar pela documentação do veículo, mantendo-a rigorosamente atualizada. Executar outras tarefas que se incluam, por similaridade, no mesmo campo de atuação.	06	40	MOT01

NIVEL: ENSINO MÉDIO

EMPREGOS PÚBLICOS EFETIVOS	DESCRIMINAÇÃO	QUANT.	CARGA HORÁRIA	NIVEL
AUXILIAR ADMINISTRATIVO I (alterado pela Resolução 01/2025 e Resolução 03/2025)	Prestar atendimento e esclarecimentos ao público interno e externo, pessoalmente, por meio de ofícios e processos ou por meio das ferramentas de comunicação que lhe forem disponibilizadas; efetuar e auxiliar no preenchimento de processos, guias, requisições e outros impressos; otimizar as comunicações internas e externas, mediante a utilização dos meios postos à sua disposição, tais como telefone, fax, correio eletrônico, entre outros; redigir textos, ofícios, relatórios e correspondências, com observância das regras gramaticais e das normas de comunicação oficial; realizar procedimentos de controle de estoque, inclusive verificando o manuseio de materiais, os prazos de validade, as condições de armazenagem e efetivando o registro e o controle patrimonial dos bens públicos; auxiliar nos processos de leilão, pregão e demais modalidades licitatórias de bens e serviços; colaborar em levantamentos, estudos e pesquisas para a formulação de planos, programas, projetos e ações públicas; zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho; manter conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações; tratar o público com zelo e urbanidade; realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata; participar de escala de revezamento e plantões sempre que houver necessidade e outras atribuições correlatas.	04	40	ADM01
ATENDENTE ADMINISTRATIVO (alterado pela Resolução 02/2023 e Resolução 01/2025)	Atender ao público em geral que procure a Fundação catalogando e controlando o cadastro de visitantes. Recepcionar e representar a instituição em eventos e programações institucionais. Executar outras tarefas que se incluam, por similaridade, no mesmo campo de atuação.	10	40	ATAD01
TÉCNICO EM ELETROCEFALOGRAMA (alterado pela Resolução 05/2022)	Atender pacientes portadores de requisição ou prescrição médica de exame eletroencefalográfico; preparar os pacientes de acordo com as normas técnico-auxiliares usuais e regulamentares para o exame requisitado ou prescrito; preparar a aparelhagem e controlar seu funcionamento durante todo exame; submeter à revisão do médico responsável o demonstrativo gráfico do exame efetuado e colaborar na sua interpretação de acordo com os conhecimentos profissionais que lhe são exigidos; encaminhar por email, quando for o caso, o demonstrativo gráfico do exame para o profissional responsável pela emissão de laudos dos exames realizados, controlando e mantendo registro dos arquivos enviados; registrar em formulários próprios os trabalhos executados; exercer as atividades de sua área	01	40	TELE01

	de acordo com a conveniência do serviço. Executar outras atividades inerentes a área. Com formação em curso técnico específico e registro no órgão competente.			

NIVEL: ENSINO SUPERIOR

EMPREGOS PÚBLICOS EFETIVOS	DESCRIMINAÇÃO	QUANT.	CARGA HORÁRIA	NIVEL
TÉCNICO ADMINISTRATIVO (alterado pela Resolução 05/2022; Resolução 02/2023; e Resolução 01/2025)	Participar da formulação, planejamento, coordenação, execução e acompanhamento de políticas, programas, projetos e ações públicas; executar serviços correspondentes à sua habilitação, desenvolvendo análises, estudos, pesquisas, cálculos, processando dados e informações, elaborando laudos, pareceres, minutas de contratos e convênios, individualmente ou em equipes multidisciplinares; Apoio que envolvam gestão de recursos humanos, materiais e financeiro, atuando na gestão de diversas áreas, com vistas para obter melhores níveis de produtividade, qualidade e operacionalidade adequados ao segmento; desenvolver, sistematizar, aperfeiçoar e corrigir métodos e técnicas de trabalho em programas, projetos e serviços da Administração do CISLESTE, individualmente ou em equipes multidisciplinares; prestar serviços públicos correspondentes à sua habilitação, observada a sua respectiva regulamentação profissional, individualmente ou em equipes multidisciplinares; desempenhar funções de interação e mediação públicas, conforme especificado nas políticas da Administração Municipal, estimulando e favorecendo o exercício pleno da cidadania; redigir relatórios, textos, ofícios, correspondências técnico-administrativas, com observância das regras gramaticais e das normas e instruções de comunicação oficial; realizar vistorias, perícias e avaliações de serviços técnico-administrativos, correspondentes à sua habilitação, observada sua respectiva regulamentação profissional, individualmente ou em equipes multidisciplinares; analisar e emitir pareceres técnicos específicos, estudos de viabilidade técnico-econômica, relatórios, demonstrativos, tabelas, gráficos e outros instrumentos técnicos relacionados à sua área de atuação, por determinação legal ou quando solicitado pela gerência imediata e mediata; participar, dentro de sua especialidade, de equipes multiprofissionais, para realização de diagnósticos, análises e estudos, destinados a programas e projetos que envolvam conhecimentos de interesse do CISLESTE; participar de comissões e grupos de trabalho, internos ou externos; preparar e analisar tabelas e gráficos, elaborar relatórios dos trabalhos executados, realizar estudos de viabilidade técnico-econômica para ulterior conhecimento e deliberação da gerência imediata e mediata; orientar e participar da elaboração de estudos e análises de contratos firmados pelo CISLESTE, definindo índices e revisando cálculos, para ajuste e correção de valores; prestar atendimento e esclarecimentos ao público interno e externo, pessoalmente ou por meio das ferramentas de comunicação que lhe forem disponibilizadas, mediante orientação da chefia imediata; analisar processos, realizar estudos e levantamentos de dados, conferir a exatidão da documentação, observando prazos, normas e procedimentos legais, individualmente ou em equipes multidisciplinares; operar computadores, utilizando adequadamente os programas e sistemas informacionais postos à sua disposição, contribuindo para os processos de automação, alimentação de dados e agilização das rotinas de trabalho relativos à sua área de atuação; zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho; zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; ter iniciativa e contribuir para o bom funcionamento da unidade em que estiver desempenhando as suas tarefas; propor à gerência imediata providências para a consecução plena de suas atividades, inclusive indicando a necessidade de aquisição, substituição, reposição, manutenção e reparo de materiais e equipamentos; manter-se atualizado sobre as normas municipais e sobre a estrutura organizacional da Administração Municipal; participar de cursos de qualificação e requalificação profissional e repassar aos seus pares informações e conhecimentos técnicos proporcionados pelo CISLESTE; manter conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações; tratar o público com zelo e urbanidade; realizar outras atribuições pertinentes ao CISLESTE.	05	40	TADM 01
AUXILIAR ADMINISTRATIVO II (alterado pela Resolução 01/2025 e pela Resolução 03/2025)	Prestar atendimento e esclarecimentos ao público interno e externo, pessoalmente, por meio de ofícios e processos ou por meio das ferramentas de comunicação que lhe forem disponibilizadas; efetuar e auxiliar no preenchimento de processos, guias, requisições e outros impressos; otimizar as comunicações internas e externas, mediante a utilização dos meios postos à sua disposição, tais como telefone, fax, correio eletrônico, entre outros; promover recebimentos e arrecadação de valores e numerários, dentre outros; monitorar e desenvolver as áreas de protocolo, serviço de malote e postagem; instruir requerimentos e processos, realizando estudos e levantamentos de dados, observando prazos, normas e procedimentos legais; organizar, classificar, registrar, selecionar, catalogar, arquivar e desarquivar processos, documentos, relatórios, periódicos e outras publicações; operar computadores, utilizando adequadamente os programas e sistemas informacionais postos à sua disposição, contribuindo para os processos de automação, alimentação de dados e agilização das rotinas de trabalho relativos à sua área de atuação; operar máquinas de reprografia, fax, calculadoras, encadernadoras e outras máquinas de acordo com as necessidades do trabalho; redigir textos, ofícios, relatórios e correspondências, com observância das regras gramaticais e das normas de comunicação oficial; realizar procedimentos de controle de estoque, inclusive verificando o manuseio de materiais, os prazos de validade, as condições de armazenagem e efetivando o registro e o controle patrimonial dos bens públicos; auxiliar nos processos de leilão, pregão e demais modalidades licitatórias de bens e serviços; colaborar em levantamentos, estudos e pesquisas para a formulação de planos, programas, projetos e ações públicas; zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho; zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; ter iniciativa e contribuir para o bom funcionamento da unidade em que estiver desempenhando as suas tarefas; propor à gerência imediata providências para a consecução plena de suas atividades, inclusive indicando a necessidade de aquisição, substituição, reposição, manutenção e reparo de materiais e equipamentos; participar de cursos de qualificação e requalificação profissional; manter conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações; tratar o público com zelo e urbanidade; realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata; participar de escala de revezamento e plantões sempre que houver necessidade.	04	40	ADM02
REFERÊNCIA TÉCNICA EM SERVIÇOS DE SAÚDE E SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE (criado pela Resolução 03/2025 e alterado pela Resolução 03/2025)	Apoiar tecnicamente os municípios na vigilância sanitária de serviços de saúde e de interesse da saúde, envolvendo a participação em inspeções, investigações de eventos relacionados à assistência, monitoramento dos serviços, coleta de produtos, elaboração de pareceres, relatórios, implementação de políticas públicas e outras ações relacionadas. **Requisitos: Diploma de Graduação de Enfermagem em Instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC); e Registro no Conselho Regional de Enfermagem.**	02	40	FS ENF 01
REFERÊNCIA TÉCNICA EM MEDICAMENTOS E CONGÊNERES (criado pela Resolução 03/2025 e alterado pela Resolução 03/2025)	Apoiar tecnicamente os municípios na vigilância sanitária de medicamentos e congêneres, envolvendo a participação em inspeções, monitoramento e investigação de denúncias, queixas técnicas, eventos adversos, coleta de produtos, elaboração de pareceres e relatórios, implementação de políticas públicas e outras ações relacionadas. **Requisitos: Diploma de Graduação de Farmacêutico em Instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC); e Registro no Conselho Regional de Farmácia.**	02	40	FS FAR 01
REFERÊNCIA TÉCNICA EM ALIMENTOS (criado pela Resolução 03/2025 e alterado pela Resolução 03/2025)	Apoiar tecnicamente os municípios na vigilância sanitária de alimentos, envolvendo a participação em inspeções sanitárias, na investigação epidemiológica de surtos de doenças de transmissão hídrica e alimentar - DTHA, monitoramento e coleta de alimentos, elaboração de pareceres, relatórios, implementação de política públicas e outras ações relacionadas. **Requisitos: Diploma de Graduação de Medicina Veterinária em Instituição reconhecida**	02	40	FS MV 01

	pelo Ministério da Educação (MEC); e Registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária.			
REFERÊNCIA TÉCNICA EM ALIMENTOS (criado pela Resolução 03/2025 e alterado pela Resolução 03/2025)	Apoiar tecnicamente os municípios na vigilância sanitária de alimentos, envolvendo a participação em inspeções sanitárias, na investigação epidemiológica de surtos de doenças de transmissão hídrica e alimentar - DTHA, monitoramento e coleta de alimentos, elaboração de pareceres, relatórios, implementação de política públicas e outras ações relacionadas. **Requisitos: Diploma de Graduação de Nutrição em Instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC); e Registro no Conselho Regional de Nutrição.**	02	40	FS NUT 01
REFERÊNCIA TÉCNICA EM NORMAS TÉCNICAS E REGULAMENTOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (criado pela Resolução 03/2025)	**Apoiar tecnicamente os municípios na interpretação e elaboração de normas técnicas e regulamentos de vigilância sanitária, envolvendo a participação em inspeções, auxílio na instauração, tramitação e julgamento de processos administrativos sanitários, assessoria na confecção de autos e termos, elaboração de pareceres, relatórios, implementação de políticas públicas e outras ações relacionadas.** **Requisitos: Diploma de Graduação em Direito, com inscrição definitiva na Ordem dos Advogados do Brasil.**	01	40	FS ADV 01
REFERÊNCIA TÉCNICA NA REDE DE VIGILÂNCIA LABORATORIAL (criado pela Resolução 03/2025)	Exercer as atividades do Programa Vigilância Laboratorial da Central de Distribuição de Amostras. De acordo com a formação acadêmica, executar atividades técnicas de análises laboratoriais, para à investigação epidemiológica, ambiental, saúde do trabalhador ou sanitária e avaliação de riscos relacionados a produtos/serviços de interesse a saúde pública: Análises químicas, físico-químicas, microbiológicas; microscópicas, imunológicas, bioquímicas, mecânicas, parasitológicas, entomológicas, hematológicas e moleculares; Análises da rotulagem e embalagem em produtos sujeitos ao controle sanitário. Realizar análises laboratoriais (fase pré-analítica, analítica e pós-analítica); Avaliar os dados constantes nas fichas epidemiológicas, termos de coleta de amostra e outros documentos que acompanham as amostras; Conferir e corrigir as informações constantes no mapa de trabalho dos sistemas de informação; Realizar os registros pertinentes às atividades; Cadastrar amostras/resultados e liberar laudos das análises nos sistemas informatizados; Elaborar e liberar laudos de análises para diagnóstico e vigilância laboratorial de doenças e agravos conforme sua habilitação legal; Fazer análise crítica dos processos do laboratório, em conjunto com a referência técnica e desencadear as ações necessárias, como ações corretivas, preventivas, propor melhorias, etc.; Verificar, desenvolver, validar e implantar metodologias analíticas; Capacitar, orientar e supervisionar as atividades de técnicos, auxiliares, estagiários e bolsistas; Elaborar relatórios de análises laboratoriais, e de gestão; Realizar supervisões técnicas e capacitações em laboratórios que realizam análises de interesse da saúde pública; Gerenciar, os equipamentos e instrumentos da área (planos de manutenção, calibração, qualificação); Operar equipamentos de laboratório conforme treinamento; Zelar pela conservação e bom uso de equipamentos; Manter a limpeza e organização das áreas; Prestar informações aos clientes internos e externos; Elaborar, verificar e aprovar documento da qualidade, como Procedimentos Operacionais Padrão – POP e Instrução de Trabalho – IT, manuais e outros pertinentes às tarefas sob sua responsabilidade; Segregar, tratar e destinar resíduos sólidos e líquidos; Transportar materiais destinados à higienização e descontaminação, quando necessário; Transportar resíduos e rejeitos destinados à descontaminação e/ou descarte, quando necessário; Transportar meios de cultura, soluções e reagentes do local de produção para os laboratórios e vice-versa, quando necessário; Realizar a esterilização de resíduos/rejeitos gerados no complexo NB2/NB3, quando necessário; Gerenciar, em conjunto com a referência técnica, os insumos da área (controle de estoque vidrarias, reagentes, soluções, kits, dentre outros; planejamento e acompanhamento de compras, inspeção de insumos e equipamentos, etc.); Participar de grupos de discussões e comissões técnico-científicas internas e externas de interesse da instituição; Atuar no desenvolvimento e inovação nas áreas da vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental, saúde do trabalhador, qualidade, biossegurança, novas metodologias, produtos e serviços de acordo com a área de atuação e interesse institucional; Zelar pela manutenção da integridade e guarda de resultados de análises, registros, experimentos e outros documentos da área; Cumprir todos os procedimentos de Gestão da Qualidade e Biossegurança estabelecidos; Gerenciar, a aplicação das normas de biossegurança e qualidade pela equipe; Operar os sistemas de informação utilizados no setor; Atuar com imparcialidade, confidencialidade, ética e cooperação; Atender as demandas em caso de acionamento às Emergências em Saúde Pública; Realizar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função; Zelar pela conservação e responsabilizar-se junto com a chefia pela carga patrimonial da área; Atuar na organização logística, acompanhando e registrando o fluxo das amostras biológicas entre os municípios e os laboratórios de referência estaduais, bem como garantindo a correta inserção dessas informações nos sistemas oficiais. Colaborar com o planejamento, o monitoramento e a avaliação das atividades executadas pela Central de Distribuição de Amostras, contribuindo para a eficiência e qualidade dos serviços prestados no âmbito da vigilância em saúde. **Requisitos: Diploma de Graduação de Farmacêutico/Bioquimico ou de Biomédico em Instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC); e Registro no respectivo Conselho Regional de Classe.**	02	40	REDLAB 01

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS
EMPREGOS PÚBLICOS EM COMISSÃO

NIVEL	VALORES (atualizados pela Portaria nº 05/2025)
SME01	R$ 11.039,89
ASA01	R$ 6.071,94
AC01 ***	R$ 5.036,18
CINT01***	R$ 5.036,18
AJ01*****	R$ 6.408,77
AF01	R$ 3.394,77
GT01*	R$ 3.617,27
SUPS01**	R$ 3.525,32
COORDPROG I****	R$ 7.811,77
COORDPROG II****	R$ 6.387,60
COORDPROG III****	R$ 3.884,10

EMPREGOS PÚBLICOS EFETIVOS

NIVEL	VALORES (atualizados pela Portaria nº 03/2025)
ASG01	R$ 1.847,30
ADM01	R$ 2.759,97
ADM02	R$ 3.035,97
ATAD01	R$ 2.483,98
TADM01*****	R$ 4.078,31

TELE01*****	R$ 3.560,43
MOT01	R$ 2.483,98
FS ENF01******	R$ 5.296,50
FS FAR01******	R$ 5.296,50
FS MV01******	R$ 5.296,50
FS NUT01******	R$ 5.296,50
FS ADV01*******	R$ 5.296,50
REDLAB01*******	R$ 5.296,50

* Valor alterado pela Resolução nº 01/2013.
** Valores definidos pela Resolução nº 02/2017;
*** Valores definidos pela Resolução nº 01/2018.
**** Valores definidos pela Resolução nº 02/2022.
***** Valores definidos pela Resolução nº 05/2022.
****** Valores definidos pela Resolução nº 03/2023.
******* Valores definidos pela Resolução nº 03/2025

Publicado por:
Rene Leite Magalhães
Código Identificador:2C1AE400

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÚJOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
TERMO ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2026
MODALIDADE: Pregão Presencial SRP nº 03/2026

OBJETO: Registro de Preços para FUTURAS aquisições de UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ABRIGO.

Dia 27 de fevereiro de 2026, após análise e julgamento das propostas conforme processo em epígrafe, certificando a inexistência de recurso, a Pregoeira ADJUDICA os itens para as empresas abaixo relacionada:

MERCEARIA RARO LTDA - ME					
ITEM	**DESCRIÇÃO DO PRODUT0**	**UND**	**QTDE**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL ESTIMATO**
1	**AMOLADOR DE FACAS:** EQUIPADO COM PEDRA PARA AMOLAR; CORPO FABRICADO EM ABS, COM AFIADOR EM AÇO CARBONO; EMPUNHADURA ERGONÔMICA; IDEAL PARA SEMPRE UM BOM FIO DE CORTE EM SUAS FACAS; DIMENSÕES DA PEÇA: 19,7X 3X 4,5CM. DISCOS DIAMANTADOS DE ALTA CAPACIDADE DE AFIAÇÃO E DURABILIDADE PERMITEM AFIAÇÃO EM DOIS SENTIDOS. MATERIAL: ABS E AÇO CARBONO. IDEAL PARA SEMPRE UM BOM FIO DE CORTE NAS FACAS. SIMILAR OU SUPERIOR: WESTERN E TRAMONTINA.	UND	6	R$ 21,96	R$ 131,76
2	**ABRIDOR DE LATAS:** ABRIDOR DE LATA, EM INOX REFORÇADO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,0MM. SIMILAR OU SUPERIOR A HERCULES. REFERÊNCIA: AB25B.	UND	6	R$ 9,90	R$ 59,40
3	**ASSADEIRA:** MATERIAL: PRODUZIDA EM VIDRO DE BORO SILICATO TERMO RESISTENTE E TAMPA DE PLÁSTICO POLIPROPILENO, LIVRE DE BPA. INDICAÇÕES DE USO: COM TAMPA VAI A GELADEIRA E FREEZER. E SEM TAMPA VAI AO FORNO, MICROONDAS, GELADEIRA, FREEZER E LAVA-LOUÇAS. RESISTÊNCIA: RESISTE A TEMPERATURAS ENTRE -40º + 300º C.DIMENSÕES: SEM TAMPA MEDE 40,5 X 24,5 X 6,3 CM, COM TAMPA 40,8 X 24,8 X 7,3 CM. CAPACIDADE DE 3L E PESO DE 1,915 KG. COM TAMPA VAI A GELADEIRA E FREEZER, SEM TAMPA VAI AO FORNO, MICROONDAS, GELADEIRA, FREEZER E LAVA-LOUÇAS. A TRAVESSA DE VIDRO É PERFEITA PARA SERVIR LASANHA, MASSAS, CARNES E DOCES COMO MOUSSE, TORTA DE BOLACHA E MUITO MAIS. RESISTE A TEMPERATURAS ENTRE -40º A + 300º C. SEU CORPO É EM VIDRO BORO SILICATO E A TAMPA EM PLÁSTICO POLIPROPILENO VERMELHO.SIMILAR OU SUPERIOR MARINEX OU NADIR.	UND	12	R$ 64,99	R$ 779,88
4	**CONJUNTO DE ASSADEIRAS FEITO EM VIDRO**: PODE SER UTILIZADO NO FORNO CONVENCIONAL E MICROONDAS (SEM A TAMPA), FREEZER E GELADEIRA, COM TAMPA PLÁSTICA. LAVÁVEL EM LAVA-LOUÇAS CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 2 ASSADEIRAS OVAIS - 6,5 X 21,6 X 30,7 - CM 2,4 L, - 1 ASSADEIRA OVAL - 6,1 X 18,8 X 26,8 CM - 1,6 L, 1 ASSADEIRA QUADRADA - 5,4 X 22,6 X 25,2 CM - 1,8 L, 1 ASSADEIRA QUADRADA - 5,2 X 18,8 X 21,2 CM - 1 L E 1 ASSADEIRA RETANGULAR - 5,2 X 18,4 X 30,1 CM - 1,6 L; SIMILAR OU SUPERIOR A MARINEX OU NADIR.	JOGO	12	R$ 278,80	R$ 3.345,60
5	**BACIA PLÁSTICA:** PARA CARNES, VERDURAS E LEGUMES. COR CLARA, PLÁSTICO RESISTENTE. COR BRANCA, CAPACIDADE 5 LITROS – SIMILAR OU SUPERIOR PLASVALE OU SANREMO. DIMENSÕES: 330 X 365 X 108 MM PESO: 0,151KG. MATERIAL: PLÁSTICO POLIPROPILENO. BPA FREE.	UND	12	R$ 19,00	R$ 228,00
6	**BACIA DE PLÁSTICO:** BACIA CANELADA 34 L. DIMENSÕES: 55 X 53 X 22,5 CM(COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA), MATERIAL PLÁSTICO POLIPROPILENO. REF. BPA FREE. SIMILAR OU SUPERIOR A PLASÚTIL OU SANREMO.	UND	12	R$ 36,00	R$ 432,00
7	**BACIA DE PLÁSTICO:** ABACIA 19,5LITROS. FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE, POSSUI GRADUAÇÃO PARA IDENTIFICAR A QUANTIDADE DE LÍQUIDO. BPA FREE. DIMENSÕES: 46,3X17,4CM (DIÂMETRO X ALTURA). MATERIAL: PLÁSTICOPOLIPROPILENO SIMILAR OU SUPERIOR A PLASVALE, SANREMO OU PLASÚTIL	UND	18	R$ 25,00	R$ 450,00
8	**BACIA DE PLÁSTICO 11LITROS.** FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE, PEGADORES LATERAIS MANUSEAR.BPA FREE DIMENSÕES: 38 X 14,6 CM (DIÂMETRO X ALTURA) PESO: 0,338KG MATERIAL: PLÁSTICOPOLIPROPILENO SIMILAR OU SUPERIOR A PLASVALE, SANREMO OU PLASÚTIL.	UND	24	R$ 22,00	R$ 528,00
9	**BANDEJA:** CAIXA RETANGULAR 2,2 LITROS. FABRICADA EM PLÁSTICORESISTENTE, É ATÓXICO E BPA FREE, BORDAS ARREDONDADAS DIMENSÕES: 30,5 X 20,5 X 6 CM (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA) PESO: 0,119 KG MATERIAL PLÁSTICO POLIPROPILENO.SIMILAR OU IGUAL OU SUPERIOR: PLASVALE	UND	36	R$ 29,00	R$ 1.044,00
15	**CAIXA ORGANIZADOR BAIXO COM TAMPA:** EM PLÁSTICO ATÓXICO E RESISTENTE EM PEAD – POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE. TRANSPARENTE E TRAVAS LATERAIS. MEDIDAS EXTERNAS: COMPRIMENTO: 25,8CM LARGURA:17,8CM ALTURA: 8,5CM CAPACIDADE 2,5 L. SIMILAR OU IGUAL A BIOPRÁTICA.	UND	30	R$ 21,89	R$ 656,70
16	**CAIXA PLÁSTICA HORTIFRUTI VAZADA:** EM PEAD – POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 30X36X55CM, SENDO ALTURA, LARGURA E COMPRIMENTO. MATERIAL PLÁSTICO ATÓXICO. SIMILAR OU SUPERIOR À EVOLUTION PLÁSTICOS E JR PLÁSTICOS.	UND	12	R$ 59,50	R$ 714,00
17	**CAIXA POTE:** FEITO DE POLIPROPILENO. DIMENSÕES: COMPR: 33 CM, LARG: 16 CM, ALT: 13,5 CM, NO FORMATO RETANGULAR COM CAPACIDADE DE 5 LITROS COM TAMPA. MATERIAL PLÁSTICO ATÓXICO. SIMILAR OU IGUAL OU SUPERIOR: RICHIOTO	UND	48	R$ 27,00	R$ 1.296,00
18	**CAIXA POTE:** DE POLIPROPILENO, RETANGULAR PLÁSTICA BRANCA, COM TAMPA, 8 LITROS. DIMENSÕES: COMPR 34,5CM, LARG 21,5 CM; ALT 15,6 CM. MATERIAL PLÁSTICO ATÓXICO. SIMILAR OU IGUAL A RICHIOTO.	UND	18	R$ 27,50	R$ 495,00

23	**COLHER DE ARROZ:** COLHER GRANDE EM AÇO INOX, LINHA HOTEL, COM PEGADOR EM INOX, CABO COM 50 CM DE COMPRIMENTO, ÁREA ÚTIL 13 CM X 9 CM. SIMILAR OU SUPERIOR TRAMONTINA.	UND	18	R$ 39,90	R$ 718,20
24	**COLHER DE INOX PARA REFEIÇÃO:** EXTENSÃO APROXIMADA DE 13 CM COMP. DIMENSÕES:141 X 35 MM. MATERIAL: AÇO INOX 430 X 0,80MM DE PRIMEIRA LINHA. SIMILAR OU SUPERIOR TRAMONTINA.	UND	432	R$ 11,50	R$ 4.968,00
26	**COLHER DE INOX PARA REFEIÇÃO (SOPA):** EXTENSÃO APROXIMADA DE 19 CM COMP. DIMENSÕES: 141 X 35 MM. MATERIAL: AÇO INOX 430 X 0,80 MM DE PRIMEIRA LINHA. SIMILAR OU SUPERIOR A TRAMONTINA.	UND	432	R$ 4,69	R$ 2.026,08
27	**CANECA**: ALUMÍNIO BATIDO E FUNDIDO – PEÇA MACIÇA, POSSUI CABO DE MADEIRA E CAPACIDADE DE 5 LITROS. DIMENSÕES: LARGURA DE 20 CM E ESPESSURA DE 1,6 MM. SIMILAR OU EQUIVALENTE: NIGRO, ETERNA OU TRAMONTINA.	UND	12	R$ 57,99	R$ 695,88
29	**CONCHA DE FEIJÃO:** AÇO INOXIDÁVEL, 23 CM DE COMPR, SUPERFÍCIE LISA E POLIDA, DIMENSÃO L X A X P: 7 X 3 X 20 CM, CAPACIDADE: 50ML, MATERIAL: AÇO INOX. SIMILAR OU SUPERIOR A TRAMONTINA.	UND	18	R$ 27,20	R$ 489,60
30	**CONCHA HOTEL Nº** 10: AÇO INOX, COM ALTURA DE 5 CM, LARG 10 CM, CAPAC APROX 250 ML (CABO 50 CM). SIMILAR OU SUPERIOR A TRAMONTINA.	UND	18	R$ 40,98	R$ 737,64
33	**COPO DE SUCO:** CAPACIDADE DE 300 ML; VIDRO TRANSPARENTE, SUPERFÍCIE LISA, SIMILAR OU SUPERIOR A NADIR	UND	216	R$ 7,58	R$ 1.637,28
34	**DESCASCADOR DE LEGUMES:** COM LÂMINA EM AÇO INOX, ALTURA APROXIMADA DE: 2 CM, COMPR APROX 14 CM E LARG APROX 6 CM, COR E ACABAEMTNO PRATA. SIMILAR OU SUPERIOR A GOURMET MIX OU TRAMONTINA	UND	18	R$ 14,75	R$ 265,50
35	**ESCADA DE ALUMÍNIO DOMÉSTICA:** ESTRUTURA EM TUBO RETANGULAR E CHAPAS EM ALUMÍNIO, PEÇAS PLÁSTICAS EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA. PÉS ANTIDERRAPANTES E TRAVAMENTO AUTOMÁTICO NA PLATAFORMA SUPERIOR, CAPAC ATÉ 120 KG. FABRICADA DE ACORDO COM PORTARIA DO INMETRO N° 615 E 616, COM 6 DEGRAUS. (C) 88 CM X (L) 46 CM X (A) 1,78 M. SIMILAR OU SUPERIOR A MOR.	UND	1	R$ 320,00	R$ 320,00
36	**ESCORREDOR DE ARROZ:** ALUMÍNIO RESISTENTE, DIÂMETRO DE 22 A 27CM, ESPESSURA: 1,30	UND	6	R$ 28,50	R$ 171,00
38	**ESPÁTULA**: ESPÁTULA PARA BOLO 26.5 CM AÇO INOX UT 84-007. SIMILAR OU SUPERIOR A TRAMONTINA.	UND	12	R$ 23,10	R$ 277,20
39	**FACA DE INOX:** FACA DE CARNE PROFISSIONAL 8 (LÂMINA 20 CM) TIPO AÇOUGUEIRO, LÂMINA E CABO ANATÔMICO DE POLIPROPILENO COM ANTIBACTERICIDA. SIMILAR OU SUPERIOR À TRAMONTINA.	UND	18	R$ 33,80	R$ 608,40
40	**FACA SERRILHADA: F**ACA PARA CORTE DE PÃES 8, COM FIO SERRILHADO, LÂMINA E CABO EM AÇO INOX MONOBLOCO OU LÂMINA EM AÇO INOX E CABO ANATÔMICO DE POLIPROPILENO COM ANTIBACTERICIDA, PONTA ARREDONDADA. SIMILAR À TRAMONTINA.	UND	12	R$ 16,80	R$ 201,60
41	**FACA DE INOX:** FACA DE CARNE PROFISSIONAL 6 (LÂMINA LISA 15 CM) TIPO PEIXEIRA, LÂMINA E CABO ANATÔMICO DE POLIPROPILENO COM ANTIBACTERICIDA. SIMILAR OU IGUAL A TRAMONTINA.	UND	18	R$ 45,00	R$ 810,00
42	**GARFO-TALHER**: AÇO INOX, PODE IR NA MÁQUINA DE LAVAR LOUCA. DIMENSÕES MÍNIMAS: COMP. 19,5 CM X 2,5 CM ARG. 1,5 CM ALTURA. SIMILAR OU SUPERIOR À TRAMONTINA.	UND	72	R$ 4,60	R$ 331,20
43	**GARRAFA DE CAFÉ:** GARRAFA TÉRMICA PARA CAFÉ OU CHÁ DE 1 LITRO ACABAMENTO LISO, CONSERVAÇÃO QUENTE 12 H E FRIO 24 H. DIMENSÕES A/L/C 31,5 CM X 11,3 CM X 14,5 CM. ISOLAMENTO TÉRMICO DE AMPOLA DE VIDRO. LIVRE DE BPA. MATERIAL ATÓXICO. MATERIAL EXTERNO PLÁSTICO E COM SISTEMA DE SERVIR POR ROLHA CLEAN. SIMILAR OU SUPERIOR À TERMOLAR.	UND	24	R$ 44,90	R$ 1.077,60
46	**JARRA DE PLÁSTICO:** COMPOSTA POR MATERIAL VIRGEM DE PRIMEIRA QUALIDADE, ATÓXICO, COM TAMPA, RESISTENTE, TRANSPARENTE E GRADUADO, COM CAPACIDADE DE 5 LITROS. SIMILAR OU IGUAL A PLASVALE OU SANREMO. MEDIDAS: A: 28 CM L: 19 CM P: 2 4CM.	UND	24	R$ 41,00	R$ 984,00
47	**JOGO DE LATAS:** FEITA DE PLÁSTICO LIVRE DE BPA SENDO DISTRIBUÍDOS EM CINCO POTES CADA UM COM: 1 POTE DE 1, 05 L, 1 POTE DE 1, 7 L,1 POTE DE 3, 28 L, 1 POTE DE 5,1 L E 1 POTE DE 7,65 L. SIMILAR OU SUPERIOR A PLASVALE OU SANREMO.	JOGO	18	R$ 76,97	R$ 1.385,46
49	**LUVAS:** PAR DE LUVAS (2 UNIDADES) PROTEÇÃO E SEGURANÇA. MEDIDAS: TAMANHO: 34 CM X 19 CM (MÉDIO / GRANDE); SUPORTA ATÉ 230° C; PROTEGE ATÉ O PULSO; DETALHES ANTI DESLIZANTE; FORRO EM ALGODÃO COM POLIÉSTER; GANCHO PRÁTICO PARA SER PENDURADO; PODE SER USADA NA MÃO ESQUERDA OU DIREITA; INDICADO PARA SEGURAR FORMAS E PANELAS QUENTES.	PAR	18	R$ 27,59	R$ 496,62
50	**MULTIPROCESSADOR:** PROCESSADOR, ESPREMEDOR DE FRUTAS E LIQUIDIFICADOR. MOTOR DE 650 WATS, COM 7 ACESSÓRIOS (TRITURAR E FATIAR, FACA DUPLA DE CORTE PARA PICAR, BATEDOR DE MASSA LEVES, DISCOS EMULSIFICADOR), COM DUAS VELOCIDADES. SIMILAR OU SUPERIOR A PHILIPS WALITA.	UND	10	R$ 489,90	R$ 4.899,00
54	**PLACA DE CORTE** - MATERIAL POLIETILENO, LISO, TAMANHO 30 X 50 X 10MM (COMPRIMENTO X LARGURA X ESPESSURA). COR BRANCA. COM ALÇA PARA PEGA EM UMA DAS LATERAIS.	UND	12	R$ 79,40	R$ 952,80
55	**PRATO FUNDO:** VIDRO TEMPERADO.DIMENSÕES DE 22,2 CM X 3,2 CM. PESO:0,35 KG. MATERIAL DA ESTRUTURA: VIDRO TEMPERADO. TONALIDADE DO PRATO: TRANSPARENTE. PODE SER LEVADO NO MICROONDAS.	UND	240	R$ 6,49	R$ 1.557,60
56	**PESO PARA TAMPA DE PANELA DE PRESSÃO:** CONFECCIONADO EM MATERIAL DE ALTA QUALIDADE. COMPATÍVEL COM PANELAS DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS COM CAPACIDADE PARA 7, 12, E 20 LITROS. MODELO UNIVERSAL. TAMANHO APROXIMADO: 3,5 A X 3,0 L CM E PESO 0,05 KG	UND	24	R$ 12,00	R$ 288,00
57	**PEGADOR MULTIUSO:** TIPO DE SALADA OU DE MACARRÃO EM AÇO INOXIDÁVEL - COMPRIMENTO: 31,0 CM, ALTURA: 3,7 CM, LARGURA: 8,0 CM, ESPESSURA: 0,8 MM	UND	12	R$ 16,00	R$ 192,00
60	**PIPOQUEIRA:** PANELA E A TAMPA DE ALUMÍNIO FUNDIDO, COM CAPACIDADE DE 8 LITROS. O CABO DE MADEIRA TANTO DA PANELA QUANTO NA TAMPA, ESPESSURA DO ALUMÍNIO 3 MM. POSSUI TRÊS BURACOS PARA A SAÍDA DE VAPOR, MEDIDAS: ALTURA COM TAMPA: 22 CM; ALTURA SEM TAMPA: 20CM; DIÂMETRO 26 CM; PROFUNDIDADE: 20 CM; COMPRIMENTO COM CABO E ALÇA: 49 CM;CAJAMAR ALTA	UND	10	R$ 169,00	R$ 1.690,00
61	**RALINHO DE LEGUMES:** POSSUI 4 LÂMINAS, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM TAMANHO DE 11,2 CM X 8,8CM X 25CM. SIMILAR OU IGUAL A MARCA SANREMO	UND	10	R$ 28,25	R$ 282,50
62	**SUPORTE DE COADOR DE PAPEL:** SUPORTE PORTA FILTRO DE CAFÉ 103 COADOR PLÁSTICO, ATÓXICO, LIVRE DE BPA. ALTURA: 17 CM	UND	10	R$ 10,60	R$ 106,00
65	**TAÇA:** SUPERIOR OU SIMILAR BOHEMIA.	UND	100	R$ 12,50	R$ 1.250,00
69	**VÁLVULA DE SEGURANÇA PARA PANELA DE PRESSÃO:** CONFECCIONADO EM BORRACHA E SILICONE ATÓXICO E DE ALTA QUALIDADE, COMPATÍVEL COM PANELAS DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS COM CAPACIDADE PARA 7 LITROS, 12L, 20L.	UND	24	R$ 1,85	R$ 44,40
70	**VASILHA DE SOBREMESA INOX 300 ML:** COM CAPACIDADE PARA 350 ML, 14 CM DA MARCA WELLMIX. COM UM DIÂMETRO DE 14 CM E ALTURA DE 5 CM.	UND	250	R$ 23,00	R$ 5.750,00
71	**VASILHAS COM TAMPA:** CAIXA RETANGULAR: DIMENSÕES: 39,2 X 28,4 X 13,6 CM. CAPACIDADE: 11 L SIMILAR OU IGUAL A PLASVALE.	UND	36	R$ 50,00	R$ 1.800,00
72	**VASILHAS COM TAMPA:** CAIXA RETANGULAR: DIMENSÕES: 33,8 X 23,0 X 11,5CM CAPACIDADE: 6,5L SIMILAR OU IGUAL A PLASVALE.	UND	36	R$ 35,00	R$ 1.260,00
73	**VASILHAS COM TAMPA**: CAIXA RETANGULAR DE 3,5 L, DIMENSÕES: 28,5 X 17,6 X 9,7 CM, CAPAC 3,5 L. SIMILAR OU SUPERIOR A PLASVALE.	UND	36	R$ 24,40	R$ 878,40
74	**VASILHAS COM TAMPA: POTE WAVE:** DIMENSÕES: 22,8 X 21,4 X 9,8 CM, CAPACIDADE: 2,5 L. SIMILAR OU SUPERIOR A PLASVALE.	UND	36	R$ 22,50	R$ 810,00
75	**VASILHA DE AÇOUGUEIRO 11 L:** CAIXA PLÁSTICA EM POLIETILENO 11 LITROS SEM TAMPA MEDIDAS: 8 CM X 33 CM X 54 CM, FEITA DE MATERIAL FABRIL. SEM TAMPA. SUPORTA ATÉ – 30º SIMILAR OU SUPERIOR A SANREMO.	UND	36	R$ 47,20	R$ 1.699,20
76	**XÍCARAS:** 80ML, PAREDE DUPLA, BOROSSILICATO, TRANSPARENTE, ALTURA: 6 CM. DIÂMETRO DA BOCA: 6 CM. MATERIAL: VIDRO BOROSSILICATO DUPLA CAMADA, COM PIRES DE VIDRO TEMPERADO LISO SUPERIOR A DURALEX E OU OCT88.	UND	150	R$ 23,00	R$ 3.450,00
TOTAL DA ESTIMATIVA:					**R$ 55.271,50**

TREZE DISTRIBUIDORA LTDA					
ITEM	**DESCRIÇÃO DO PRODUT0**	**UND**	**QTDE**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL ESTIMATO**
10	**CAÇAROLA GRANDE**: N°50 DE ALUMÍNIO BATIDO FUNDIDO, MACIÇO, PANELA E TAMPA EM ALUMÍNIO	UND	12	R$ 432,00	R$ 5.184,00

	BATIDO. SEM REBARBAS E COM ACABAMENTO LISO. ESPESSURA DA PAREDE EM MÉDIA 5 MM. SIMILAR OU SUPERIOR A TRAMONTINA, ETERNA				
20	**CAIXA PLÁSTICA BOX ORGANIZADORA 56 L:** FEITO DE POLIPROPILENO, COM TAMPA E TRAVAS. MEDIDAS EXTERNAS APROX: 41 CM X 29 CM X 13 CM (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA), COR TRANSPARENTE. MATERIAL PLÁSTICO ATÓXICO. SIMILAR OU SUPERIOR A PLASÚTIL, PLASVALE, SANREMO	UND	18	R$ 123,00	R$ 2.214,00
21	**CALDEIRÃO**: CALDEIRÃO INDUSTRIAL ALUMÍNIO Nº 40. ALÇAS ERGONÔMICAS, MEDIDAS APROX: ALT: 36 CM, DIÂMETRO: 40 CM - ESPESSURA: 3 MM - CAPACIDADE: 45 LITROS	UND	12	R$ 274,00	R$ 3.288,00
25	**COLHER DE INOX PARA REFEIÇÃO (SOBREMESA):** EXTENSÃO APROXIMADA DE 15 CM COMP. DIMENSÕES:141 X 35 MM. MATERIAL: AÇO INOX 430 X 0,80 MM DE PRIMEIRA LINHA. SIMILAR OU SUPERIOR TRAMONTINA.	UND	432	R$ 7,90	R$ 3.412,80
31	**COPO AMERICANO:** FABRICADO EM VIDRO TEMPERADO, TRANSPARENTE E CANELADO. A CAPACIDADE PADRÃO DE 190ML, SIMILAR OU SUPERIOR A NADIR FIGUEIREDO.	UND	432	R$ 1,65	R$ 712,80
32	**COPO INFANTIL DE INOX:** FABRICADA COM A PAREDE DUPLA DE AÇO INOXIDÁVEL. PAREDES INTERNAS E EXTERNAS LISAS, ALÇAS, AÇO INOX. CAPACIDADE: 220 ML APROX. 7 X 8,2 CM / 2,76 X 3,22 POLEGADAS.	UND	216	R$ 15,90	R$ 3.434,40
37	**ESCORREDOR DE MACARRÃO:** EM ALUMÍNIO REFORÇADO, LINHA HOTEL, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,0 MM, DIÂMETRO DE 50 CM, COM FUROS NA BASE E LATERAIS, BASE COM ANEL DE APOIO, COM ALÇAS.	UND	6	R$ 213,00	R$ 1.278,00
44	**JARRAS DE PLÁSTICO:** COMPOSTA POR MATERIAL VIRGEM DE PRIMEIRA QUALIDADE, ATÓXICO, COM TAMPA, RESISTENTE, TRANSPARENTE E GRADUADO, COM CAPACIDADE DE 2 LITROS. PRODUZIDA POR PLÁSTICO POLIPROPILENO. DIMENSÕES 18,5 CM (C) X 13,0 CM (L) X 22,0 CM (A). SIMILAR OU SUPERIOR A PLASVALE OU SANREMO.	UND	36	R$ 19,95	R$ 718,20
45	**JARRAS DE PLÁSTICO:** COMPOSTA POR MATERIAL VIRGEM DE PRIMEIRA QUALIDADE, ATÓXICO, COM TAMPA, RESISTENTE, TRANSPARENTE E GRADUADO, COM CAPACIDADE DE 3 LITROS. PRODUZIDA POR PLÁSTICO POLIPROPILENO. DIMENSÕES 14 CM (C) X 14 CM (L) X 26CM (A). SIMILAR OU IGUAL A PLASVALE OU SANREMO.	UND	30	R$ 32,60	R$ 978,00
58	**PRATOS DE INOX:** INFANTIL, ESPESSURA 0,6 MM DIÂMETRO 23 CM, PROFUNDIDADE 2 CM, COM BORDA TAMANHO 16 CM. DIMENSÕES: 204 X 22 MM. MATERIAL: AÇO INOX 430 X 0,50 MM.	UND	500	R$ 23,20	R$ 11.600,00
59	**PRATO EM PORCELANA**: PRATO RASO COM ABA. EM FORMATO REDONDO COM 24 CM DE DIÂMETRO, RESISTENTE, PODE SER LEVADO AO MICROONDAS, AUTOCLAVE E LAVA-LOUÇAS. COM DECORAÇÃO MONOCROMÁTICA.	UND	100	R$ 21,65	R$ 2.165,00
67	**TACHO DE ALUMÍNIO FUNDIDO**: COM TAMPA Nº 50 COM 5MM, COM 48 X 48 DIÂMETRO E 17 CM PROFUNDIDADE. 20 LITROS. SIMILAR OU SUPERIOR A PANELUX, NIGRO.	UND	10	R$ 360,00	R$ 3.600,00
TOTAL DA ESTIMATIVA:					**R$ 38.585,20**

ALEX RODRIGUES PEREIRA					
ITEM	**DESCRIÇÃO DO PRODUT0**	**UND**	**QTDE**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL ESTIMATO**
11	**CALDEIRÃO PROFESSIONAL: EM AÇO INOX FUNDO TRIPLO COM TAMPA E ALÇAS 28 CM 15,7 L** FUNDO TRIPLO (AÇO INOX + ALUMÍNIO + AÇO INOX), CABOS E ALÇAS SÃO FIXADOS POR SOLDA-PONTO, MEDIDAS: TAMANHO EM:CM; ALTURA: 31,70 CM; LARGURA: 30,40 CM; COMPRIMENTO: 39,40 CM; SIMILAR OU SUPERIOR À TRAMONTINA	UND	2	R$ 1.000,00	R$ 2.000,00
12	**CALDEIRÃO PROFESSIONAL: EM AÇO INOX FUNDO TRIPLO COM TAMPA E ALÇAS 24 CM** 9,6 L AÇO INOX FUNDO TRIPLO COM TAMPA (AÇO INOX + ALUMÍNIO + AÇO INOX) ALÇAS LONGAS E CABOS TUBULARES MEDIDAS: TAMANHO EM:CM ALTURA: 26,40 CM; LARGURA: 26,40 CM; COMPRIMENTO: 33,80 CM; APACIDADE: 9,60 L SIMILAR OU SUPERIOR À TRAMONTINA	UND	2	R$ 875,00	R$ 1.750,00
13	**CALDEIRÃO PROFESSIONAL: EM AÇO INOX FUNDO TRIPLO COM TAMPA E ALÇAS 20 CM 5,7 L** AÇO INOX FUNDO TRIPLO COM TAMPA (AÇO INOX + ALUMÍNIO + AÇO INOX) ALÇAS LONGAS E CABOS TUBULARES EM AÇO INOX FIXADAS POR SOLDA-PONTO, TAMANHO EM:CM ALTURA: 22,90 CM, LARGURA: 22,10 CM, COMPRIMENTO: 30 CM, SIMILAR OU SUPERIOR À TRAMONTINA.	UND	2	R$ 638,00	R$ 1.276,00
14	**CAIXA BANDEJA PLÁSTICA EM POLIETILENO SEM TAMPA COR BRANCO NATURAL**: COM ABAS LATERAIS LARGAS E ARREDONDADAS. DIMENSÕES EXTERNAS: ALT:65CM, LARGURA: 290CM, COMPRIMENTO: 370CM, VOLUME: 6 LITROS. DIMENSÕES INTERNAS: ALT:50 X LARGURA: 255 X COMPRIMENTO: 295. BPA FREE. MATERIAL PLÁSTICO ATÓXICO. SIMILAR OU SUPERIOR A ARQPLAST.	UND	24	R$ 25,00	R$ 600,00
19	**CAIXA:** FEITO DE POLIPROPILENO, PLÁSTICA BRANCA COM TAMPA 25 LITROS, COMPR 53,5 CM X LARG 32,8 CM X ALT 18 CM. MATERIAL PLÁSTICO ATÓXICO. SIMILAR OU IGUAL OU SUPERIOR: RICHIOTO	UND	36	R$ 52,50	R$ 1.890,00
22	**CALDEIRÃO**: CALDEIRÃO INDUSTRIAL ALUMÍNIO Nº 45. ALÇAS ERGONÔMICAS, MEDIDAS APROX: ALT: 36 CM, DIÂMETRO: 40 CM - ESPESSURA: 3 MM - CAPACIDADE: 62 LITROS	UND	12	R$ 410,50	R$ 4.926,00
28	**CANECA EM ALUMÍNIO FUNDIDO**: ALUMÍNIO BATIDO E FUNDIDO – PEÇA MACIÇA, POSSUI CABO DE MADEIRA E CAPACIDADE DE 3,2 LITROS. DIMENSÕES: LARGURA DE 16 CM E ESPESSURA DE 1,6 MM. SIMILAR OU EQUIVALENTE: NIGRO, ETERNA OU TRAMONTINA	UND	12	R$ 52,00	R$ 624,00
48	**LIQUIDIFICADOR**: PRODUTO RESIDENCIAL, JARRA DE 3 LITROS, POTÊNCIA DE 1000 WATTS E FILTRO DE BAGAÇO, 127 V, PRETO, SIMILIAR OU SUPERIOR À MARCA MONDIAL.	UND	10	R$ 264,50	R$ 2.645,00
51	**PANELA DE PRESSÃO**: EM ALUMÍNIO CAPACIDADE DE 20 LITROS, COM VÁLVULAS DE SEGURANÇA. PANELA DE PRESSÃO PROFISSIONAL, POLIDA POR FORA E LIXADA POR DENTRO. COM A ESPESSURA DO ALUMÍNIO DE 3.5MM E A LARGURA POR ALTURA DE 30 X 29,0CM. SUPERIOR OU SIMILAR A TRAMONTINA OU ROCHEDO OU NIGRO ETERNA.	UND	10	R$ 600,00	R$ 6.000,00
52	**PANELA DE PRESSÃO**: EM ALUMÍNIO CAPACIDADE DE 12 LITROS, COM VÁLVULAS DE SEGURANÇA. PANELA DE PRESSÃO PROFISSIONAL, POLIDA POR FORA E LIXADA POR DENTRO. COM A ESPESSURA DO ALUMÍNIO DE 3.5MM E A LARGURA POR ALTURA DE 30 X 17CM. SUPERIOR OU SIMILAR A TRAMONTINA OU ROCHEDO OU NIGRO ETERNA.	UND	10	R$ 505,00	R$ 5.050,00
53	**PANELA DE PRESSÃO**: EM ALUMÍNIO CAPACIDADE DE 8 LITROS, COM VÁLVULAS DE SEGURANÇA. PANELA DE PRESSÃO PROFISSIONAL, POLIDA POR FORA E LIXADA POR DENTRO. COM A ESPESSURA DO ALUMÍNIO DE 3.5MM E A LARGURA POR ALTURA DE 30 X 12CM. SUPERIOR OU SIMILAR A TRAMONTINA OU ROCHEDO OU NIGRO ETERNA.	UND	12	R$ 194,00	R$ 2.328,00
63	**TABULEIRO EM ALUMÍNIO**: ASSADEIRA RETANGULAR ALTA REFORÇADA DE ALUMÍNIO FOSCO RESISTENTE, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 43 POR 28 CM E 3 CM DE ALTURA. SIMILAR OU IGUAL A NIGRO, ARCO ÍRIS	UND	12	R$ 47,40	R$ 568,80
64	**TABULEIRO EM ALUMÍNIO**: ASSADEIRA RETANGULAR ALTA REFORÇADA DE ALUMÍNIO FOSCO RESISTENTE, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 57 POR 37CM E 3CM DE ALTURA. SIMILAR OU IGUAL A NIGRO, ARCO ÍRIS	UND	12	R$ 78,00	R$ 936,00
66	**TACHO DE ALUMÍNIO FUNDIDO:** COM TAMPA Nº 55 COM 5 MM, COM 52 X 52 DIÂMETRO E 19 CM DE PROFUNDIDADE. 35 LITROS. SIMILAR OU SUPERIOR A PANELUX, NIGRO.	UND	10	R$ 556,00	R$ 5.560,00
68	**TACHO DE ALUMÍNIO FUNDIDO:** COM TAMPA Nº46 COM 5MM. BOCA: 45,5 CM ALTURA: 15 CM LITRAGEM: 13 LITROS. SIMILAR OU SUPERIOR A PANELUX, NIGRO.	UND	10	R$ 278,00	R$ 2.780,00
TOTAL DA ESTIMATIVA:					**R$ 38.933,80**

THAÍS MESQUITA RIBEIRO
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:AE3747C1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DOURADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL PROCESSO SELETIVO PEB I MUSICA

EDITAL N°04/2026 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E CADASTRO RESERVA PARA PROFESSOR PEBI HABILITAÇÃO EM PEDAGOGIA EM AULAS TEMPORÁRIAS MÚSICA/ARTES VISUAIS, NO TEMPO INTEGRAL PARA O ANO LETIVO 2026 NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA - MG.

O Município de Cachoeira Dourada/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, da Lei Municipal e em observância à Lei nº 9.394/1996, com alterações promovidas pela Lei nº 11.769/2008 e pela Lei nº 13.278/2016.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1 O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se à contratação temporária de profissional para atuação no Ensino em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino do município de Cachoeira Dourada MG
1.2 A contratação terá natureza administrativa, por prazo determinado, não gerando vínculo efetivo.
1.3 O certame será regido por este Edital e executado pela Secretaria Municipal de Educação.
1.4 Professores Efetivo/Concursados em 24h/a na Rede Pública Municipal também poderão participar deste certame concorrendo a mais um período de 24h/a.
1.5 Candidatos com deficiência, amparados pelo inciso VIII, do artigo 37 da Constituição Federal, poderão participar do Processo Seletivo Simplificado, sob sua inteira responsabilidade, nos termos da referida legislação, desde que comprovem, no ato da lotação, com laudo médico ou atestado expedido por médico especialista, a espécie, o grau ou nível de deficiência.
1.6 O presente Edital estará disponível para consulta no endereço Diário Oficial dos Municípios https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/pesquisar.
1.7 É de inteira responsabilidade de o candidato acompanhar a divulgação de todos os atos pertinentes a este processo seletivo, os quais serão publicados no Diário Oficial dos Municípios https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/pesquisar .
1.8 Para se inscrever, o candidato deverá conhecer as normas estabelecidas neste Edital, certificando-se de que preenche todos os requisitos exigidos para exercer a função a que concorre.
1.9 A seleção prevista neste Processo Seletivo Simplificado envolverá as seguintes etapas, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação:
a) Inscrição presencial (gratuita);
b) Divulgação da listagem dos inscritos;
c) Período para interposição de recursos;
d) Divulgação da Pontuação Preliminar da Prova de Títulos;
e) Período para interposição de recursos;
f) Homologação e Classificação Final;
g) Contratação.

2. DA JUSTIFICATIVA
2.1 A contratação fundamenta-se:
I – Na obrigatoriedade da oferta do componente curricular Arte na Educação Básica, com inclusão da Música como conteúdo obrigatório;
II – Na necessidade de atendimento às turmas do Ensino em Tempo Integral;
III – Na inexistência ou insuficiência de servidor efetivo habilitado em Música no quadro municipal;
IV – Na caracterização de necessidade temporária de excepcional interesse público.

3. DO CARGO
Cargo: Professor para Desenvolvimento de Atividades de Música/ artes visuais
Vagas: 01
Cadastro Reserva: Sim
Carga Horária: 24 horas semanais
Lotação: Rede Municipal de Ensino – Tempo Integral
Remuneração: Conforme piso municipal do magistério, proporcional à carga horária.

4. DOS REQUISITOS
4.1 Licenciatura em Pedagogia; com cursos de capacitação em:
Oficinas ou workshops de musicalização
Educação musical para crianças, adolescentes ou adultos
Oficinas de musicalização infantil
Oficina de música para educação inclusiva
Artes visuais, dança ou teatro

5. DAS ATRIBUIÇÕES
Compete ao Professor PEB I
I – Planejar, executar e avaliar atividades pedagógicas relacionadas à Música; artes visuais
II – Desenvolver práticas vocais, instrumentais e rítmicas;
III – Integrar a Música/artes visuais ao Projeto Político-Pedagógico;
IV – Participar de reuniões pedagógicas;
V – Elaborar registros escolares;
VI – Atuar nas atividades do Ensino em Tempo Integral;
VII – Cumprir as normas da Secretaria Municipal de Educação.
VIII- E as demais constante no anexo I deste edital.

6. DAS INSCRIÇÕES
6.1 A inscrição e apresentação das documentações comprobatórias exigidas neste edital serão realizadas EXCLUSIVAMENTE presenciais com envelope fechado e lacrado, diretamente na Secretaria Municipal de Educação impreterivelmente no período 03/03/2026 e 04/03/2026 no horário das 08:00 ás 12:30 horas.

6.2. É de inteira **RESPONSABILIDADE** do candidato à leitura do edital, o preenchimento e a VERACIDADE das informações inseridas no ato da inscrição.
6.2. A Secretaria Municipal de Educação NÃO SE RESPONSABILIZA por inscrição não recebida por qualquer motivo de ordem técnica, documento anexado errado.
6.3 Para se inscrever o CANDIDATO DEVERÁ preencher o requerimento de inscrição e anexar às documentações exigidas específicas para o cargo, conforme o presente Edital em envelope lacrado.
6.4 Não serão cobradas taxas de inscrição, a participação neste certame é gratuita.
Obs.: O candidato é o ÚNICO RESPONSÁVEL pela exatidão dos dados inscritos sendo que qualquer irregularidade, falsidade ou inexatidão nos dados apurados a qualquer tempo, bem como todos os atos dela decorrentes, acarretará na anulação automática da inscrição do candidato.
6.5 A Secretaria Municipal de Educação NÃO SE RESPONSABILIZA pelo preenchimento incorreto da ficha de inscrição.
6.6 A Secretaria Municipal de Educação NÃO RECEBERÁ ficha de inscrição via e-mail, postal ou com envelope aberto.
6.7 Caso o candidato não possa estar presente no ato da inscrição, poderá fazer uma procuração devidamente autenticada e reconhecida firma em cartório para que algum familiar ou amigo possa fazer a sua inscrição.
6.8 Preenchido o Requerimento de Inscrição, e entregue na secretaria municipal de educação, o candidato receberá um protocolo de entrega, para fins de comprovação da inscrição.
6.9 A inscrição do candidato ao Processo Seletivo Simplificado implicará a aceitação plena das normas estabelecidas pelo presente Edital e legislação em vigor, sendo que as informações inseridas são de total responsabilidade do candidato.
6.10 A relação dos candidatos inscritos para o Processo Seletivo Simplificado será publicado no Diário Oficial dos Municípios https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/pesquisar, no dia 05 de março de 2026.
6.11 A Secretaria Municipal de Educação de Cachoeira Dourada MG está localizada à Avenida das nações nº 37 CEP: 38.370-000, com atendimento no horário das 08h00min às 12h30min exceto sábados, domingos e feriados e pelo telefone: (34) 3514-5089. Em caso de dúvidas ou maiores informações favor consultar a equipe técnica da referida secretaria

7.0 A inscrição do candidato proceder-se-á através de:
Preenchimento da Ficha de Inscrição, em todos os campos solicitados, sem emendas e/ou rasuras, com uma foto 3x4, conforme modelo no ANEXO II – Ficha de Inscrição, deste Edital;
7.1 Entrega do currículo padronizado, conforme modelo constante do ANEXO III – Currículo Padronizado, deste Edital, juntamente com as certificações legíveis;
7.2 Apresentação de fotocópia legível do documento de identidade com foto;
7.3 Os documentos deverão estar em condições plenas de legibilidade e manuseio, de forma a permitirem, com clareza, a identificação do candidato e deverão conter, obrigatoriamente, filiação, fotografia, data de nascimento e órgão expedidor.
7.4 As informações prestadas na Ficha de inscrição, Currículo padronizado e nas certificações apresentadas são de inteira responsabilidade do candidato, cabendo à Comissão Coordenadora o direito de excluir do certame o candidato que preenchê-la com dados incorretos ou rasurados, bem como o candidato que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente.

8.0 DA ANÁLISE DE CURRÍCULOS
8.1 A seleção dos candidatos será realizada por meio de análise de currículo de caráter classificatório e eliminatório.
8.2 A análise dos currículos será feita pela Comissão Organizadora, Examinadora e Julgadora do Processo Seletivo Simplificado.
8.3 Nos títulos apresentados deverão conter a data de início e término do período de efetivo estudo, bem como carga horária em horas.
8.4 Serão considerados como títulos para cômputo na categoria "Cursos de Formação/Capacitação Continuada".
8.5 O total de pontos computados com os títulos somente será contado até o total de 90 (noventa e um) pontos.
8.6 A apresentação de documento que não coadune com a verdade implicará na eliminação do cadastramento do candidato e será incurso nas penas do Art. 299 e também do parágrafo único se praticado por servidor, do código Penal Brasileiro;
8.7 A apresentação de documento com rasuras e/ou alterações em qualquer informação implicará no indeferimento da inscrição do candidato;
8.8 A classificação dos candidatos será efetuada através da pontuação dos títulos apresentados conforme os seguintes critérios no Anexo – I deste Edital.

9.0 DO RESULTADO PRELIMINAR
9.1 Os resultados da análise dos currículos serão publicados no Diário Oficial dos Municípios https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/pesquisar , no dia 05 de março de 2026.

10. DOS RECURSOS
10.1 Os recursos devidamente justificados contra o resultado da Análise do Currículo poderão ser interpostos pelo candidato, no período de 09 de março de 2026, das 08h00 min às 12h30 min, na sede da Secretaria Municipal de Educação – SME, endereçados à Comissão Organizadora, Examinadora e Julgadora do Processo Seletivo Simplificado à Avenida das Nações Nº 37 nesta cidade de Cachoeira Dourada MG.
10.2 Não serão aceitos recursos interpostos fora dos prazos previstos neste Edital, bem como recursos via postal e por e-mail, os mesmos deverão ser entregues em mãos na sede da Secretaria Municipal de Educação de Cachoeira Dourada MG. O Formulário está disponivel no anexo IV deste edital.
10.3 No recurso deverá constar:
10.4 Nome do candidato;
10.5 Número do CPF, RG e inscrição;
10.6 Cópia da ficha de inscrição realizada;
10.7 Função pretendida no ato da inscrição;
10.8 Motivo do recurso.
10.9 Após a apreciação dos recursos interpostos, o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado será homologado pela Secretária Municipal de Educação, publicado no Diário Oficial (AMM) https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/pesquisar,no dia 13 de março de 2026.

11. DOS IMPEDIMENTOS
11.1 O candidato que, mediante avaliação médica, não se encontre em perfeitas condições de saúde física e mental para o exercício da função de docência na Rede Pública Municipal de Educação de Cachoeira Dourada-MG será desconsiderado do cadastro reserva, bem como será revogada a convocação/complementação do candidato contemplado com a vaga.
11.2 São impedidos de participar da seleção para desempenho da função de docente que se encontram:
a) Não exercer cargo ou função pública e não acumular proventos de aposentadoria na administração pública federal, estadual ou municipal e em qualquer dos poderes, exceto nas hipóteses constitucionalmente permitidas;
b) No exercício de cargo público administrativo de nível fundamental e médio;
c) Ocupante de cargo público de professor readaptado, provisoriamente ou definitivamente;
d) No desempenho de cargo e/ou função militar;
e) Na qualidade de estrangeiro não naturalizado;
f) Na qualidade de contratados anteriormente pela administração pública, os que tiveram rescisão do vínculo por justa causa, ou por excesso de faltas injustificadas;

g) Com indisponibilidade de horário para cumprimento de carga horária integral do respectivo cargo;
h) Com condenação em sindicância ou processo administrativo disciplinar nos últimos 03 (três) anos;
i) Em situação de inelegibilidade em razão de condenação ou punição de qualquer natureza;
j) Apresentar registro de qualquer natureza que infringiram as normas do Regimento Escolar das escolas da rede pública municipal de ensino de Cachoeira Dourada - MG;
k) For servidor público aposentado por invalidez, compulsoriamente por idade, voluntariamente em dois CARGOS de professor, voluntariamente em cargo público não acumulável com o de professor;
l) Ocupar cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública;
m) O nome não constar na listagem dos classificados neste processo seletivo;
n) Estiver em processo de reabilitação profissional e ser considerado inapto para exercer a função de docente.

12. RESULTADO FINAL

12.1 Após análise dos recursos se houver, o resultado final será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (AMM) https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/pesquisar,no dia 10 de março de 2026.
12.2 A lista do resultado final será divulgada em ordem decrescente de acordo com a pontuação de cada candidato.

13. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

13.1 Serão adotados o seguinte critério para desempate:
13.2 Ter maior idade.
13.3 Possuir maior titulação acadêmica.

14. DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO

14.1 O período, carga horária e local da vaga constarão no ato da convocação.
14.2. Após a Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado e Cadastro Reserva, e quando houver necessidade da Secretaria Municipal de Educação, convocará os candidatos classificados, em conformidade como item 6 e seus respectivos subitens, deste Edital, através de Edital de Convocação específico, por ordem rigorosa de pontuação e classificação final, para entrega da documentação necessária.
14.3 A contratação temporária dar-se-á através de Termo de Contrato assinado entre as duas partes.
14.4 São condições para contratação, quando do ato convocatório, pelo Município de Cachoeira Douradas MG:
14.5 Ter obtido prévia aprovação no processo de seleção de que trata o presente Edital;
14.6 Apresentar os seguintes documentos:
a) Fotocópia da Carteira de Identidade e do CPF;
b) Fotocópia do Título de Eleitor e do último comprovante de votação ou apresentação da certidão de quitação eleitoral;
c) Fotocópia ou acompanhada do original de documento que comprove quitação com as obrigações militares (sexo masculino);
d) Fotocópia ou acompanhada do original, de Certidão de Nascimento ou Casamento;
e) Fotocópia ou acompanhada do original, de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 anos e declaração escolar destes;
f) Fotocópia ou acompanhada do original, da CTPS;
g) Fotocópia ou acompanhada do original, do Diploma ou Certificado de Conclusão do Curso exigido para a função pelo presente Edital;
h) Fotocópia ou acompanhada do original, do comprovante de residência;
i) Certidão Negativa de antecedentes criminais, emitida pelo órgão federal/estadual competente;
j) Duas (02) fotos recentes 3x4;
k) Declaração de ocupação ou não em cargo público, na Administração Federal, Estadual ou Municipal;
l) Fotocópia ou acompanhada do original, da Carteira de Registro no respectivo órgão de classe, quando graduado em profissão regulamentada.
14.7 O candidato convocado para assumir a função pública deverá apresentar, junto a Secretaria Municipal de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada MG, os documentos relacionados no subitem 14.6 deste Edital.
14.8 Caso o candidato não se apresente no dia, local e horário estabelecido, será automaticamente ELIMINADO sendo chamado o candidato subsequente.
14.9 Não haverá tolerância de tempo para o candidato iniciar suas atividades, devendo comparecer IMEDIATAMENTE à escola. O não comparecimento imediato tornará sem efeito a contratação.
14.10 A chamada será feita via publicação/convocação em Diário Oficial (AMM) https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/pesquisar, pela Secretaria Municipal de Educação, conforme o surgimento de vagas. É de responsabilidade única e exclusiva do candidato o acompanhamento das publicações convocatórias. O prazo do ato convocatório será de 24 (vinte e quatro) horas, a contar a partir da publicação do mesmo. O candidato que não atender à convocação no prazo estipulado será eliminado do processo.
14.11 A jornada de trabalho do professor será de até 24 (vinte e quatro) horas semanais, podendo ocorrer durante os turnos matutino e vespertino, condicionada à conveniência e necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A inexatidão ou falsificação de documentos, ainda que verificadas posteriormente à realização do Processo Seletivo Simplificado, implicará na eliminação sumária do candidato. Serão declaradas nulas, de pleno direito, a inscrição e todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de eventuais sanções de caráter judicial.
15.2 Será excluído do Processo Seletivo Simplificado, por Ato do Presidente da Comissão Organizadora, Examinadora e Julgadora o candidato que se tornar culpado de incorreções ou descortesia para com algum dos examinadores, executores, seus auxiliares e autoridades durante a realização do Processo Seletivo Simplificado.
15.3 A Classificação no Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato o direito ao contrato imediato, mas apenas a expectativa de ser contratado. A concretização deste ato fica condicionada à observância das disposições legais pertinentes, observados os interesses e necessidades da administração.
15.4 O Processo Seletivo Simplificado estará condicionado ao ano letivo 2026.
15.5 O presente processo seletivo seguirá rigorosamente a ordem de classificação. Porém não assegura ao candidato o direito automático à contratação, sendo condicionado à observância das disposições legais pertinentes e, sobretudo, ao interesse e conveniência da Administração Pública, tendo o candidato mera expectativa de direito para a chamada em caráter temporário.
15.6 O professor conforme determinação da Secretaria Municipal de Educação deverá participar de formações, capacitações, cursos e outros, durante o cumprimento de sua hora atividade em ambiente escolar.
15.7 O professor (efetivo e não efetivo) que não quiser ou não puder assumir aulas, assinarão termo de desistência do processo seletivo, em formulário próprio, fornecido pela Secretaria Municipal de Educação, estando ELIMINADO do Processo Seletivo.
15.8 Não será permitida troca na lotação após a atribuição de aulas temporárias, exceto nos casos de conveniência e interesse da Secretaria Municipal de Educação.
15.9 O edital será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (AMM) https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/ e no mural da Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura Municipal. Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação e classificação no Processo Seletivo Simplificado.

15.10 A inscrição no Processo Seletivo Simplificado e Cadastro Reserva implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e seus Anexos, parte integrante do mesmo, expediente do qual não poderá alegar desconhecimento, sendo que é de inteira responsabilidade do candidato acompanhar os adendos, publicações, chamamentos disponíveis no Diário Oficial dos Municípios https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/. O candidato está ciente de que os dados pessoais coletados durante todas as etapas do processo seletivo, serão utilizados para identificação do inscrito, meio de comunicação com os mesmos, documentação comprobatória e critérios de seleção.
15.11 Os dados pessoais coletados ficarão arquivados cujo acesso estará restrito aos técnicos da Secretaria Municipal de Educação e Comissão Municipal Especial para Cadastro Reserva. Após a conclusão do ano letivo de 2026 todos os dados pessoais coletados serão arquivados.
15.12 Os casos omissos serão decididos pela Comissão Organizadora, Examinadora e Julgadora do Processo Seletivo Simplificado.
Constam deste edital os anexos I, II, III, IV, V, VI.
15.13 Este edital entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cachoeira Dourada MG, 27 de fevereiro de 2026.

ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito Municipal

MARIA APARECIDA DE SOUZA ARAÚJO
Secretária Municipal de Educação

EDITA N° 04/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E CADASTRO RESERVA PARA PROFESSOR PEBI HABILITAÇÃO EM PEDAGOGIA EM AULAS TEMPORÁRIAS MÚSICA/ARTES VISUAIS, NO TEMPO INTEGRAL PARA O ANO LETIVO 2026 NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA - MG.
Nº 004/2026 – ANEXO I
QUADRO I – Quadro de vagas

FUNÇÃO E CARGA HORÁRIA	REQUISITOS BÁSICOS	ATRIBUIÇÕES	REMUNE RAÇÃO
PROFESSOR Da EDUCAÇÃO BASICA PEB I (24 horas semanais)	Diploma, devidamente registrado de conclusão de Graduação em nível superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.	Planejar e ministrar aulas nos dias letivos relacionadas a música, artes visuais, desenvolver práticas vocais instrumentais e rítmicas, integrar a músicas as artes visuais ao projeto político pedagógico, atuar nas atividades do ensino em tempo integral, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; selecionar, apresentar e revisar conteúdos; avaliar o rendimento dos alunos de acordo com o regimento escolar; manter atualizados os registros de aula, a frequência e a aproveitamento escolar do aluno; informar aos pais e responsáveis sobre a frequência e aproveitamento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica; participar de atividades cívicas, sociais, culturais e esportivas; participar de reuniões pedagógicas e técnico-administrativas.	R$ 2.874,24

EDITA N° 04/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E CADASTRO RESERVA PARA PROFESSOR PEBI HABILITAÇÃO EM PEDAGOGIA EM AULAS TEMPORÁRIAS MÚSICA/ARTES VISUAIS, NO TEMPO INTEGRAL PARA O ANO LETIVO 2026 NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA - MG.

Nº 004/2026 – ANEXO II
Foto 3 X 4

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nº DE INSCRIÇÃO: _____(controle interno)
Nº DE FOLHAS ENTREGUES:_____(controle interno)

NOME:_____DATA NASCIMENTO:___/____ /____
CARGO PRETENDIDO:_____CIDADE:_____ UF:__
ENDEREÇO:_____ BAIRRO:_____
TELEFONES P/ CONTATO:

1. (___)__ ____-_____ 2. (___)__ ____-_____

EMAIL:_____
PESSOA COM DEFICIENCIA: (___) SIM (___) NÃO
EM CASO POSITIVO, INDICAR O TIPO DE DEFICIENCIA:_____

CACHOEIRA DOURADA MG,____DE_____DE 2026.

ASSINATURA DO CANDIDATO

EDITA N° 04/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E CADASTRO RESERVA PARA PROFESSOR PEBI HABILITAÇÃO EM PEDAGOGIA EM AULAS TEMPORÁRIAS MÚSICA/ARTES VISUAIS, NO TEMPO INTEGRAL PARA O ANO LETIVO 2026 NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA - MG.

Nº 004/2026 – ANEXO III

CURRÍCULO PADRONIZADO

Eu,_, candidata/candidato ao
Cargo de _____, contrato por tempo determinado, apresento e declaro ser de minha exclusiva responsabilidade o preenchimento das informações apresentadas e que os certificados, declarações e documentos a seguir relacionados são verdadeiros e válidos na forma da Lei, sendo comprovados mediante cópias em anexo autenticadas ou apresentadas acompanhadas do original que

compõem este currículo padronizado, para fins de atribuição de pontos através da análise curricular pela Comissão Organizadora deste Processo Seletivo.

FORMAÇÃO		Pontuação (Comissão)
Nome do Curso	Carga Horária	
Nome do Curso	Carga Horária	
Nome do Curso	Carga Horária	
Nome do Curso	Carga Horária	
Nome do Curso	Carga Horária	

Nome do Curso	Carga Horária	
Nome do Curso	Carga Horária	
Nome do Curso	Carga Horária	
Nome do Curso	Carga Horária	

Cachoeira Dourada MG, de de 2026.

Assinatura da/do Candidata/Candidato

Orientações:
Use outras folhas deste formulário em caso de espaço insuficiente. Não utilize folhas em branco.
Assine e identifique-se em cada folha utilizada.

EDITA N° 04/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E CADASTRO RESERVA PARA PROFESSOR PEBI HABILITAÇÃO EM PEDAGOGIA EM AULAS TEMPORÁRIAS MÚSICA/ARTES VISUAIS, NO TEMPO INTEGRAL PARA O ANO LETIVO 2026 NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA - MG.

Nº 004/2026 – ANEXO IV

MODELO DE RECURSO

RECURSO
SELEÇÃO PÚBLICA EDITAL

Nome:_____
Função Pretendida:_____Data:____/_____/____
CPF:_____Telefones para contato: (___)__ _____-_____

Natureza do Recurso:

Fundamentação do recurso:

Cachoeira Dourada MG, de de 2026.

Assinatura da candidata / do candidato
Orientações:

Leia atentamente o Edital de seleção pública para contratação temporária de servidor público nº 004/2026.
Use outras folhas deste formulário em caso de espaço insuficiente. Não utilize folhas em branco.
3-Assine e identifique-se em cada folha utilizada.
4-Envie o recurso de acordo com as instruções contidas no item 10 do EDITAL 004/2026.

EDITA N° 04/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E CADASTRO RESERVA PARA PROFESSOR PEBI HABILITAÇÃO EM PEDAGOGIA EM AULAS TEMPORÁRIAS MÚSICA/ARTES VISUAIS, NO TEMPO INTEGRAL PARA O ANO LETIVO 2026 NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA - MG.

Nº 004/2026 – ANEXO V

QUADRO II - Quadro de Pontuação do Currículo Professor PEB I

ITEM DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* em área correlata a função – Doutorado (máximo 1 diploma)	20,0	20,0
Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* em área correlata a função – Mestrado (máximo 1 diploma)	15,0	15,0
Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em área correlata a função – Especialização (máximo 2 certificados).	5,5	11,0
Curso de capacitação correlato com a função com carga horária de 120h ou mais(máximo 2 certificados) nos anos 2022, 2023,2024 e 2025.	5,0	10,0

Curso de capacitação correlato com a função com carga horária de 120h a 100h (máximo 3 certificados) nos anos 2022, 2023, 2024 e 2025.	**4,0**	**12,0**
Curso de capacitação correlato com a função com carga horária de 100h a 80h (máximo 4 certificados) nos anos 2022, 2023, 2024 e 2025.	**3,0**	**12,0**
Curso de capacitação correlato com a função com carga horária de 80h a 6 0 h (máximo 4 certificados) nos anos 2022, 2023,2024 e 2025.	**2,0**	**8,0**
Curso de capacitação correlato com a função com carga horária de 60h a 40h (máximo 2 certificados) nos anos 2022, 2023,2024 e 2025.	**1,25**	**2,5**
Curso de capacitação correlato com a função com carga horária de 40h a 20h (máximo 2 certificados) nos anos 2022, 2023, 2024 e 2025.	**0,75**	**1,5**
Obtenção de nota mínima de 70 (Setenta) pontos conforme o cap X do titulo IV da Lei Complementar nº08, de 10 de Janeiro de 2011, nos anos 2022, 2023 e 2024.	**3,0 pontos por ano**	**9,0**
TOTAL DE PONTOS		**100,0**

EDITA N° 04/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E CADASTRO RESERVA PARA PROFESSOR PEBI HABILITAÇÃO EM PEDAGOGIA EM AULAS TEMPORÁRIAS MÚSICA/ARTES VISUAIS, NO TEMPO INTEGRAL PARA O ANO LETIVO 2026 NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA - MG.

Nº 004/2026 – ANEXO VI
QUADRO IV – Cronograma do Processo Seletivo Simplificado

ATIVIDADE	**DATA**
Período de Publicação do Edital	**27 DE FEVEREIRO A 02 MARÇO DE 2026**
Período de Inscrições	**03 E 04 DE MARÇO DE 2026**
Publicação dos Inscritos por ordem de Inscrição	**05 DE MARÇO DE 2026**
Análise Curricular	**05 DE MARÇO DE 2026**
Resultado Preliminar da Análise Curricular	**06 DE MARÇO DE 2026**
Recurso – Análise Curricular	**09 DE MARÇO DE 2026**
Resultado do Recurso - Análise Curricular	**10 DE MARÇO DE 2026**
Resultado Oficial	**10 DE MARÇO DE 2026**

Publicado por:
Maria Aparecida de Souza Araújo
Código Identificador:29F8F3A9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPOS ALTOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SME Nº 01/2026

PORTARIA SME Nº 01/2026

Estabelece normas para o processo de escolha de servidor para o cargo de provimento em comissão de Diretor/Coordenador e Vice-diretor de CMEI e Escola da Rede Municipal de Ensino e trata de outros dispositivos correlatos.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPOS ALTOS**, no uso de suas atribuições e considerando os dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, da Lei nº 869, de 05 de julho de 1952, da Lei nº 18/1991 e demais normas regulamentares pertinentes e, a necessidade de promover a gestão democrática e competente nos CMEIS e nas Escolas Municipais e ampliar a participação da comunidade escolar nas Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal,

RESOLVE:

Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Portaria divulga as normas regulamentares para a realização do processo de escolha de servidor ao exercício do cargo de provimento em comissão de Coordenador/Diretor e à função gratificada de Vice-diretor dos CMEIS/Escola Municipais da Secretaria Municipal de Educação de Campos Altos e estabelece critérios para o provimento do cargo de Diretor/Coordenador e Vice-diretor, nos casos de afastamento temporário do titular ou de vacância.

Art. 2º - O cargo de provimento em comissão de Coordenador/Diretor, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, será exercido em regime de dedicação exclusiva por servidores com cargo efetivo ou de função pública estável, contratados ou pessoas com experiência na área da educação, vedado ao seu ocupante exercer outro cargo na Administração Pública, Direta ou Indireta, em qualquer ente da Federação.

§1º - Cabe ao servidor detentor de cargo efetivo em órgão de outro Ente da Federação, ao assumir o cargo de provimento em comissão de Diretor/Coordenador de CMEI/Escola Municipal, nos termos desta Portaria, solicitar seu afastamento do cargo efetivo, pautando-se em orientações emanadas de seu órgão ou ente de origem.
§2º - O servidor que se enquadrar no parágrafo anterior deverá comprovar formalmente o seu afastamento do cargo efetivo de outro Ente, junto à Secretaria Municipal de Educação (SME), sob pena de ter o seu ato de nomeação ao cargo de provimento em comissão de Diretor/Coordenador de CMEI/Escola Municipal tornado sem efeito, por descumprimento desta regulamentação.

Art. 3º - A nomeação de servidor para exercer o cargo de provimento em comissão de diretor/coordenador de Escola/CMEI será legitimada por ato do Prefeito Municipal de Campos Altos e formalizada por meio de publicação.

Art. 4º - A função gratificada de Vice-diretor, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, será exercida por servidor efetivo ou contratado ou pessoas com experiência na área da educação.

Art. 5º - A nomeação de servidor para exercer a função gratificada de Vice-diretor será legitimada por ato do Prefeito Municipal de Campos Altos e será formalizada por meio de Publicação.

Capítulo II
DA INSCRIÇÃO

Art. 6º - Os servidores interessados em participar do processo de escolha de Coordenador/Diretor e Vice-diretor deverão constituir, chapa completa, composta por um candidato ao cargo de provimento em comissão de Diretor/Coordenador, obrigatoriamente, e, por um candidato à função gratificada de Vice-diretor, conforme quantitativo definido em Portaria que estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal dos CMEIS/Escolas Municipais.

Parágrafo Único - As Escolas/CMEIs que não comportam a função gratificada de Vice-diretor por não atenderem ao quantitativo previsto em Portaria que estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal dos CMEIS/Escolas Municipais, constituirão chapa composta somente pelo candidato ao cargo de provimento em comissão de Diretor/Coordenador.

Art. 7º - A inscrição da chapa deverá ser feita junto à Comissão Organizadora, prevista no artigo 15 desta Portaria.

§1º - O candidato ao cargo de provimento em comissão de Coordenador/Diretor ou à função gratificada de Vice-diretor somente poderá se inscrever em uma única chapa, em uma única Escola/CMEI.

§2º - Não poderão integrar a mesma chapa ou à equipe gestora da Escola/CMEI: cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme disposto na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.

Art. 8º - Poderá candidatar-se ao cargo de provimento em comissão de Diretor/Coordenador ou à função gratificada de Vice-diretor o servidor que comprove:

I – ser Servidor efetivo, contratado ou pessoa com experiência na área da educação;

II - possuir curso de Pedagogia plena ou licenciatura plena ou bacharelado/Tecnólogo acrescido de Formação Pedagógica de Docentes;

III - no caso de candidato ao cargo de provimento em comissão de Coordenador/Diretor, possuir **Certificação Ocupacional de Coordenador/Diretor de Escola Municipal** vigente na data de inscrição;

IV – estar em situação regular junto à Receita Federal do Brasil;

V – estar apto a exercer plenamente a presidência da Caixa Escolar, em especial, a movimentação financeira e bancária;

VI – estar em dia com as obrigações eleitorais;

VII – não estar, nos 5 (cinco) anos anteriores à data da escolha para o cargo ou a função, sofrendo efeitos de sentença penal condenatória;

VIII – não ter sido penalizado em processo administrativo disciplinar em órgão integrante da Administração Pública direta ou indireta, nos 5 (cinco) anos anteriores à data da escolha para o cargo ou a função, observado, no que couber, o disposto no artigo 29 da Lei nº 21.710, de 30 de junho de 2015;

IX – não possuir, comprovadamente, pendências financeiras e de prestação de contas ainda não sanadas no exercício de mandatos anteriores ou na atual gestão da Caixa Escolar, nos termos do art. 21 do Decreto nº 45.085, de 08 de abril de 2009;

X – possuir disponibilidade para atuar em regime de dedicação integral, com o cumprimento de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho para o cargo de Diretor/Coordenador;

XI – possuir disponibilidade para o cumprimento de 30 (trinta) horas semanais para o cargo de Vice-diretor;

XII – Comprovar a participação no curso de formação de Gestão Escolar oferecido pela Secretaria Municipal de Educação (SME) de 8 (oito) horas;

§1º - A chapa deverá apresentar, no ato de inscrição, um Plano de Gestão que contemple as Dimensões Pedagógica, de Pessoas, Administrativa e Financeira, na perspectiva democrática, participativa e transparente, voltada para a melhoria dos resultados de aprendizagem dos estudantes da respectiva Unidade Escolar, observada a legislação vigente.

§2º- Caberá ao Secretaria Municipal de Educação analisar e se manifestar quanto à candidatura/indicação de servidor, em Ajustamento Funcional, ao cargo de provimento em comissão de Coordenador/Diretor ou à função gratificada de Vice-diretor, considerando a compatibilidade entre as restrições constantes no laudo do servidor e as atividades inerentes, respectivamente, ao cargo e à função.

Art. 9º - Nas Escolas/CMEIs onde não houver chapa inscrita para concorrer ao processo, deverá ser observada a orientação a seguir:

I - caberá ao Secretário Municipal de Educação indicar servidor de CMEI/Escola Municipal ou pessoas com experiência na área da educação, que atenda aos critérios do artigo 8º podendo ser flexibilizado, no caso de Diretor/Coordenador, possuir Certificação Ocupacional de Diretor ou Coordenador vigente.

Capítulo III
DA ESCOLHA DA CHAPA PELA COMUNIDADE ESCOLAR

Art. 10 - A escolha da chapa, dentre as inscritas, será realizada nos CMEIS/Escolas Municipais por votação da Comunidade Escolar, em data prevista no cronograma do Anexo I desta Portaria.

Art. 11 - A Comunidade Escolar apta a participar do processo de escolha compõe-se de:

I - profissionais em exercício na Escola/CMEI:

servidores ocupantes de cargo efetivo, de quaisquer das carreiras dos Profissionais de Educação Básica ou de função pública estável ou contratado para o exercício de Função Pública.

II – comunidade atendida pela Escola/CMEI:

estudante com idade igual ou superior a 14 (quatorze) anos;

pais ou responsáveis por estudante menor de 14 (quatorze) anos matriculado no Ensino Fundamental;

§ 1º - Os membros da categoria “profissionais em exercício na Escola/CMEI”, que atuam em mais de uma Escola/CMEI poderão votar em todas elas.

§ 2º - Os membros da categoria “profissionais em exercício na Escola/CMEI”, que estejam substituindo servidores afastados e aqueles cujo afastamento configurar efetivo exercício, poderão votar normalmente.

§ 3º - Os membros da categoria “comunidade atendida pela Escola/CMEI”,”, na condição de estudante ou de pais ou responsáveis por estudante, em duas ou mais Escolas/CMEIs”, poderão participar do processo e votar em todas elas.

§ 4º - O votante só terá direito a um voto por Escola/CMEI, independentemente de pertencer a mais de uma categoria ou segmento ou possuir dois ou mais filhos matriculados na Escola/CMEI.

Art. 12 - Qualquer alteração na composição entre os membros das chapas poderá ser feita no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização da votação pela Comunidade Escolar.

Art. 13 - Em cada CMEI/Escola será considerada escolhida, pela Comunidade Escolar, a chapa que obtiver o maior número de votos válidos.

§ 1º - Nas Escolas/CMEIs onde houver apenas uma chapa inscrita, esta chapa será escolhida se obtiver mais de 50% (cinquenta por cento) dos votos válidos.

2º - Nas Escolas/CMEIs onde o número de votos for insuficiente para aprovar a chapa única, será aplicado o disposto no artigo 9º desta Portaria.

Art. 14 - Na hipótese de duas ou mais chapas obterem o mesmo número de votos, os nomes serão repassados para apreciação do Prefeito para que ele faça a indicação.

Capítulo IV
DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Art. 15 - Em cada Escola/CMEI, o processo regulado por esta Portaria será coordenado por uma Comissão Organizadora, composta de 3 (três) a 5 (cinco) membros da Comunidade Escolar, garantida a representatividade da categoria “profissionais em exercício na Escola/CMEI” e da “Comunidade atendida pela Escola/CMEI”, definida em Assembleia realizada para esse fim, quando será, também, eleito um dos membros para coordenar os trabalhos.

1º - O Coordenador da Comissão Organizadora deverá pertencer à categoria “profissionais em exercício na Escola” e se responsabilizará por toda etapa do processo de escolha de Diretor/coordenador e vice-diretor.

2º - Fica vedada a participação na Comissão Organizadora:

I – do Coordenador/Diretor da Escola;

II – dos que concorrerão ao processo de escolha;

– dos cônjuges e parentes até o 2º (segundo) grau, ainda que por afinidade, dos servidores integrantes das chapas inscritas.

Art. 16 - Compete à Comissão Organizadora:

I – planejar, organizar, coordenar e presidir a realização do processo, lavrando as atas das reuniões;

II – divulgar amplamente as normas do processo;

– receber e analisar as inscrições das chapas, com base nos critérios estabelecidos no art. 8º desta Portaria;

IV – dar ciência aos candidatos, por escrito, do deferimento ou indeferimento da inscrição, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento, considerando apenas os dias úteis;

V – possibilitar aos interessados acesso à Proposta Pedagógica e a outros documentos e registros da Escola;

VI – coordenar a divulgação das chapas inscritas, zelando pelos princípios éticos que devem nortear o processo de escolha;

VII – organizar as listagens dos votantes, conforme estabelecido no artigo 11 desta Portaria;

VIII – convocar a Comunidade Escolar para participar do processo, mediante edital que deverá ser afixado na Escola/CMEI com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência do início da votação;

IX – designar e orientar, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, os componentes das mesas receptoras e escrutinadoras e o fiscal indicado pelas chapas;
X – receber, analisar e responder, no prazo máximo de 1 (um) dia útil do recebimento, o pedido de reconsideração, previsto no artigo 33 desta Portaria;

XI – responsabilizar-se pelos dados de cada etapa do processo e o resultado final da votação.

Art. 17 - Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I - orientar e acompanhar o processo de escolha de Coordenador/Diretor e Vice-diretor nas Escolas/CMEIS.
– receber, analisar e responder, em caráter conclusivo, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis do recebimento, o recurso interposto pelo interessado, previsto no parágrafo único do artigo 34 desta Portaria.

Capítulo V
DA DIVULGAÇÃO DAS CHAPAS

Art. 18 - A Comissão Organizadora, de comum acordo com os candidatos, promoverá reuniões, no recinto escolar, para divulgação das chapas inscritas, momento em que o candidato ao cargo de provimento em comissão de Coordenador/Diretor E Vice-diretor apresentará à Comunidade Escolar seu Plano de Gestão, conforme disposto no §1º do artigo 8º.

Parágrafo único. As reuniões, de que trata o caput deste artigo, deverão ser realizadas em todos os turnos e em horários diferenciados, para possibilitar a participação do maior número de integrantes da Comunidade Escolar.

Art. 19 - Cabe à Comissão Organizadora planejar, organizar e coordenar as atividades de divulgação das propostas de trabalho das chapas, no recinto da Escola/CMEI, respeitadas as disposições desta Portaria, de modo a garantir a lisura do processo.

Parágrafo único. É vedado às chapas concorrentes utilizarem de meios que caracterizem abuso de poder econômico, tais como, transporte dos habilitados a votar, distribuição de brindes, camisetas, lanches, cesta básica, divulgação em vias públicas por meio de sonorização e qualquer outro meio que caracterize publicidade abusiva.
Art. 20 - As atividades de divulgação serão encerradas 24 (vinte e quatro) horas antes do início da votação pela Comunidade Escolar.

Capítulo VI
DA VOTAÇÃO E DA APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 21 - O processo de votação e de apuração dos votos será realizado na própria Escola/CMEI e conduzido por mesas receptoras de votos, sob a coordenação da Comissão Organizadora.

Parágrafo único. O número de mesas receptoras será definido pela Comissão Organizadora, conforme as necessidades de cada Escola/CMEI, considerando o número de votantes.

Art. 22 - Cada mesa receptora de votos será composta por 3 (três) membros titulares e 1 (um) suplente, escolhidos pela Comissão Organizadora entre os habilitados a votar, com antecedência de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas do início da votação.

1º - Ao Presidente da mesa receptora, indicado pelos membros titulares, competirá garantir a ordem no local e o direito ao sigilo e à liberdade de escolha de cada votante.

2º - Ao Secretário da mesa receptora, indicado pelo Presidente, competirá, durante a votação, registrar as ocorrências em ata circunstanciada que, ao final da votação, será lida e assinada por todos os mesários.

3º - Nenhuma pessoa ou autoridade estranha à mesa receptora poderá intervir, sob pretexto algum, nos trabalhos da mesa, exceto os componentes da Comissão Organizadora, quando solicitados.

4º - Não poderão integrar à mesa receptora os candidatos, seus cônjuges e parentes até o 2º grau, ainda que por afinidade, ou qualquer servidor investido no cargo de provimento em comissão de Diretor/Coordenador ou na função gratificada de Vice-diretor da Escola.

Art. 23 - A Comissão Organizadora deverá, antes do início do processo de votação, fornecer aos componentes das mesas receptoras as listagens dos possíveis votantes.

Art. 24 - A mesa receptora de votos deverá identificar o votante mediante apresentação de documento de identificação com foto.

Art. 25 - A relação das chapas com os respectivos números será colocada em local visível, nos recintos onde funcionarão as mesas receptoras.

Art. 26 - O voto será dado em cédula única, que deverá conter o carimbo identificador da Escola, a rubrica de um dos membros titulares da Comissão Organizadora e de um dos mesários.

1º - Para efeitos do disposto nesta Portaria, consideram-se votos válidos os destinados às chapas. Os votos brancos e os nulos, por corresponderem à livre manifestação da vontade dos votantes não serão computados a nenhuma chapa.

2º - Caberá à mesa escrutinadora decidir se um voto é válido ou não, nos casos em que não identificar com clareza a vontade do votante.

Art. 27 - As mesas receptoras, após o encerramento da votação, deverão lacrar as urnas, elaborar, ler, aprovar e assinar a ata de ocorrências e, imediatamente, assumir funções de mesas escrutinadoras, que se encarregarão da imediata apuração dos votos depositados nas urnas.

Art. 28 - Antes de serem abertas as urnas, a Comissão Organizadora verificará se há nelas indícios de violação e anulará qualquer urna que tenha sido violada.

Art. 29 - A apuração dos votos será feita em sessão única, aberta à Comunidade Escolar, em espaço do recinto escolar, previamente definido pela Comissão Organizadora.

Art. 30 - A mesa escrutinadora, antes de iniciar a apuração, deverá contar todas as cédulas de votação, conferindo o total com o número de votantes.

Art. 31 - Se constatados vícios ou irregularidades, que indiquem a necessidade de anulação do processo, caberá à Comissão Organizadora dar imediata ciência do fato à Secretaria Municipal de Educação (SME), para as providências cabíveis.

Art. 32 - Concluída a apuração dos votos e, depois de elaborada, lida, aprovada e assinada a ata de resultado final, todo o material deverá ser entregue à Comissão Organizadora para:

I – verificar a regularidade da documentação do escrutínio;

– verificar se a contagem dos votos está aritmeticamente correta e proceder à recontagem, de ofício, se constatada a existência de erro material;

III – decidir sobre eventuais irregularidades registradas em ata;

IV – registrar no formulário “Ata de Resultado Final” a soma dos votos por chapa e a soma dos votos brancos e nulos;

V – proclamar escolhida pela comunidade escolar a chapa que obtiver o maior número de votos válidos;

VI – proclamar escolhida a chapa única que obtiver mais de 50% (cinquenta por cento) dos votos válidos;

VII – divulgar, imediatamente, à comunidade escolar o resultado final do processo de escolha.
VIII – encaminhar o resultado final do processo seletivo à Secretaria Municipal de Educação e a Administração Municipal.

Capítulo VII
DOS PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO E RECURSOS

Art. 33 - O candidato, que se sentir prejudicado por motivo de indeferimento de sua inscrição, poderá solicitar reconsideração à Comissão Organizadora, em primeira instância, devidamente fundamentada e instruída com documentação comprobatória, no prazo máximo de 1 (um) dia útil do indeferimento.

Parágrafo único. A resposta sobre o pedido de reconsideração será fornecida ao interessado no prazo máximo de 1 (um) dia útil do seu recebimento pela Comissão Organizadora.

Art. 34 - No caso de recusa da reconsideração prevista no artigo 33, o candidato poderá interpor recurso, em segunda instância, à Secretaria Municipal de Educação (SME), devidamente fundamentado e instruído com documentação que comprove o pedido de recurso, no prazo máximo de 1 (um) dia útil do pronunciamento da Comissão Organizadora.

Parágrafo único. A resposta sobre o recurso, em caráter conclusivo, será fornecida ao interessado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da interposição.

Art. 35 - Os pedidos de reconsideração e os recursos não têm efeito suspensivo.

Capítulo VIII
DO PROVIMENTO DO CARGO DE DIRETOR/COORDENADOR
E DA FUNÇÃO DE VICE-DIRETOR

Art. 36 - O Prefeito Municipal será o responsável pela nomeação para o exercício do cargo de provimento em comissão de Coordenador/Diretor e Vice-diretor de Escola/CMEI, nos termos desta Portaria.

Art. 37 - A investidura dos servidores nomeados, na forma do art. 36, dar-se-á em data agendada pelo Prefeito Municipal de Campos Altos.

§1º - No ato da investidura, os servidores nomeados para o cargo de provimento em comissão de Diretor/Coordenador e para a função de Vice-diretor assinarão Termo de Compromisso.

§2º - O descumprimento dos deveres assumidos no Termo de Compromisso pelo Coordenador/Diretor e/ou pelo Vice-diretor, ensejará a aplicação das medidas administrativas cabíveis, nos termos do Art. 43 desta Portaria.

Capítulo IX
DO AFASTAMENTO TEMPORÁRIO E VACÂNCIA

Art. 38 - No afastamento temporário do Diretor/Coordenador por até 30 (trinta) dias, responderá pela Direção/Coordenação, o Vice-diretor e, na falta deste, um Especialista em Educação Básica, sem remuneração adicional.

§1º - No afastamento superior a 30 dias ou na vacância do cargo, responderá pela Direção/Coordenação, o Vice-diretor e, na falta deste, um Especialista em Educação Básica, sem remuneração adicional até o provimento do cargo.

§2º - Deverá constar do Livro de Posse e Exercício registro de nota contendo o nome do servidor e o período em que respondeu pela Direção/Coordenação, nos termos do caput.

§3º - A Secretaria Municipal de Educação (SME) deverá ser, imediatamente, informada do afastamento ocorrido e do nome do responsável pela gestão da Escola.

Art. 39 - Ocorrendo a vacância do cargo de provimento em comissão de Diretor/Coordenador, a Secretária Municipal de Educação, indicará um servidor que atenda aos critérios do artigo 8º desta Portaria.

Parágrafo Único - Não havendo servidor que possua Certificação Ocupacional vigente, a Secretária Municipal de Educação indicará servidor, preferencialmente da Escola/CMEI, ou de outra Escola/CMEI, que atenda aos demais critérios do artigo 8º.

Art. 40 - Na hipótese de afastamento temporário de Vice-diretor superior a 30 (trinta) dias, ou de vacância da função, a Secretária Municipal de Educação indicará servidor da Escola/CMEI ou de outra Escola/CMEI, que atenda aos critérios do artigo 8º desta Portaria.

Capítulo X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41 - Os Coordenadores/Diretores nomeados e os Vice-diretores, em decorrência de indicação em processo de escolha, poderão permanecer em exercício, respectivamente, no cargo e na função, pelo período de 4 (quatro) anos consecutivos, contados da data do ato de nomeação, até a realização de novo processo de escolha.

Art. 42 - Será exonerado Diretor/Coordenador ou Vice-diretor que:

I – estiver impossibilitado, por motivos legais, de exercer a presidência da Caixa Escolar;

– descumprir as responsabilidades assumidas no Termo de Compromisso constantes no Anexo II ou Anexo III desta Portaria;

III – no exercício do cargo ou da função tenha cometido atos que comprometam o funcionamento regular da Escola/CMEI, devidamente comprovados, tais como:

1. descumprir normas previstas na legislação vigente quanto à utilização de recursos públicos e à prestação de contas;

2. permanecer com a Caixa Escolar bloqueada por inadimplência;

3. deixar de aplicar, sem a devida justificativa, recursos financeiros;

4. cometer outros atos que infrinjam normas legais e que comprometam o regular funcionamento da Escola.

IV – descumprir as normas previstas na Lei nº 869, de 05 de julho de 1952, e na Lei nº 7.109, de 13 de outubro de 1977;

V – agir em desacordo com o Código de Conduta Ética do Agente;
VI – candidatar-se a mandato eletivo, nos termos da legislação eleitoral específica;

VII – afastar-se do exercício por período superior a 60 (sessenta) dias no ano, consecutivos ou não.

§1º - Excluem-se do cômputo do período a que se refere o inciso VII deste artigo os afastamentos referentes a: férias regulamentares; férias-prêmio no limite de 1 (um) mês; recessos escolares; licença para tratamento de saúde; licença maternidade ou paternidade; participação em cursos ou outras atividades por convocação ou autorizadas pela Secretaria Municipal de Educação.

§2º - O servidor exonerado do cargo de provimento em comissão de Diretor/Coordenador ou de Vice-diretor de Escolas/CMEIs, pelos termos deste art. 43, ficará impedido de participar de novo processo de escolha/indicação, pelo período de 4 (quatro) anos, contados da data de publicação de sua exoneração ou dispensa de ofício.

§3º - Ao Diretor/Coordenador ou Vice-diretor que tenha solicitado exoneração do cargo ou da função, aplica-se o disposto no parágrafo anterior quando da comprovação de irregularidades em sua gestão.

§4º - A aplicação das hipóteses previstas nos incisos deste artigo observará, obrigatoriamente, o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme disposto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, garantindo-se ao interessado a oportunidade de se manifestar, apresentar provas e acompanhar todos os atos do processo administrativo.

Art. 43 - Será realizada exoneração de Diretor/Coordenador e Vice-diretor de Escola/CMEI, no decorrer do ano letivo, caso haja paralisação das atividades/integração de Escolas/CMEI.
Art. 44 Os casos omissos serão resolvidos pelo titular da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Campos Altos.

Art. 45 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Campos Altos, 02 de março de 2026.

MAGDA MARIA FUQUISATO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação Campos Altos

ANEXO I - CRONOGRAMA

PROCEDIMENTOS	DATA
LANÇAMENTO DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO	DIA 03/03/2026
PERÍODO DE INSCRIÇÃO E ENTREGA DE TODA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA	De 04/03/2026 a 31/03/2026
ANALISAR CURRÍCULO	De 06/04/2026 a 10/04/2026
HOMOLOGAÇÃO DOS CANDIDATOS	15/04/2026
PERÍODO DE RECURSO DA 1ª FASE	22 e 23/04/2026
PROVA ESCRITA	31/08/2026
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO	30/09/2026
PERÍODO DE RECURSO DA 2ª FASE	05 e 06/10/2026
HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO	23/10/2026
APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO À COMUNIDADE ESCOLAR	16 a 19/11/2026
ELEIÇÃO	22/11/2026
ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO	
NOMEAÇÃO PELO PREFEITO	

ANEXO II
TERMO DE COMPROMISSO

Eu,_____
, matrícula__, nomeado(a) para exercer o cargo de Diretor da Escola Municipal ou Coordenador de Centro Municipal de Educação Infantil_____ comprometo-me a assumir as seguintes responsabilidades:
Garantir os princípios que regem a administração pública, com vistas a uma gestão eficiente;
Zelar para que a Unidade Escolar ofereça serviços educacionais de qualidade;
Manter a Unidade Escolar organizada e bem cuidada, configurando-a em um ambiente acolhedor e que fortaleça o sentimento de pertencimento da Comunidade Escolar;
Garantir a execução do que foi pactuado no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Unidade Escolar;
Construir, revisar, adequar e executar o Plano de Gestão Escolar de forma participativa, utilizando os indicadores da Escola, bem como diagnóstico atualizado, através de monitoramento e avaliação;
Estimular o envolvimento de toda Comunidade Escolar, visando a melhoria da qualidade do ambiente escolar, do atendimento aos estudantes e da qualidade do ensino.
- Incentivar o acesso, frequência e permanência dos estudantes na Unidade Escolar.
- Planejar, executar e prestar contas dos recursos financeiros de forma participativa e transparente.
- Estimular o desenvolvimento profissional de todos os servidores da Unidade Escolar.
- Zelar pela fidedignidade das informações dos dados inseridos no Censo Escolar;
- Garantir a legalidade, a regularidade e a autenticidade de toda a documentação relativa à vida escolar dos estudantes e profissional dos servidores;
- Assegurar o pleno funcionamento do Conselho Escolar e demais instâncias colegiadas da Unidade Escolar;
– Participar das reuniões promovidas pela Secretaria Municipal de Educação comprometendo-se com as diretrizes e normativas emanadas desta;
– Fiscalizar, controlar e acompanhar a alimentação escolar, garantindo a boa gestão e seguindo as orientações da Secretaria Municipal de Educação (SME);
– Zelar pela manutenção dos bens patrimoniais, do prédio e mobiliário escolar garantindo boas condições aos espaços escolares;
– Elaborar anualmente o Plano de Ação, emanado do Plano de Gestão com a validação do Conselho Escolar e da Secretaria Municipal de Educação (SME);
– Submeter-se à avaliação anual acerca dos planejamentos citados, bem como reorganizar planos e ações, sempre que necessário;
– Atender à coordenação e diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação (SME) em todas as instâncias necessárias da gestão da Unidade Escolar.

Campos Altos, / / .

_____

Assinatura do Diretor Eleito

ANEXO III
TERMO DE COMPROMISSO DO VICE-DIRETOR

Para o exercício do cargo de Vice-diretor da CMEI/Escola Municipal, competirá ao ocupante assumir as seguintes responsabilidades:

I.no exercício da função gratificada de Vice-diretor, responder pela CMEI/Escola, mantendo-me à frente da instituição em corresponsabilidade e em parceria com o Diretor, excetuando as restrições legais, enquanto durar a investidura na função;
II. no exercício da função gratificada de Vice-diretor, substituir o Diretor no afastamento temporário ou na vacância do cargo, nos termos deste Edital;
III. praticar condutas probas, que levem em consideração os princípios que regem a administração pública com vistas a uma gestão eficiente e capaz de elevar a qualidade de ensino da Escola;
IV. na ausência do Diretor, representar oficialmente a Escola, em consonância aos interesses da comunidade, estimulando o envolvimento dos estudantes, pais e/ou responsáveis, professores e demais membros da equipe escolar por meio de uma gestão democrática, participativa e transparente, voltada para os resultados de aprendizagem dos estudantes;
V. cumprir e fazer cumprir as legislações e em vigor, programas, projetos, políticas públicas e orientações da Secretaria Municipal de Educação;
VI. apoiar o desenvolvimento da gestão escolar contemplando as dimensões: pedagógica, de pessoas e administrativa e financeira, na perspectiva da gestão democrática, participativa e transparente voltada para os resultados de aprendizagem dos estudantes;
VII. corresponsabilizar pela gestão pedagógica da Escola nos seguintes aspectos:
a. garantir o cumprimento do calendário escolar estabelecido conforme as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação;

b. zelar para que a Escola ofereça serviços educacionais de qualidade;
c. assumir pleno compromisso na execução do Plano de Gestão conjuntamente com o Projeto Político Pedagógico (PPP) e Regimento Escolar da Unidade Escolar, em prol da melhoria dos indicadores educacionais;
d. apoiar o desenvolvimento da avaliação pedagógica, a participação dos estudantes e tornar pública a evolução dos indicadores da Unidade Escolar para toda a comunidade escolar; e acompanhar, no que couber, o desenvolvimento acadêmico dos estudantes e adotar medidas para elevar os níveis de proficiência e realizar as intervenções pedagógicas identificadas a partir das avaliações pedagógicas internas e externas;
f. incentivar a frequência e a permanência dos estudantes na Unidade Escolar, monitorar as ausências, assegurar a Busca Ativa implementando ações imediatas para a normalização da frequência escolar, em conformidade com a legislação vigente;
g. participar na execução das campanhas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação (SME), observando diretrizes e prazos estabelecidos;
h. acompanhar o preenchimento fidedigno do Quadro de Horários;
VIII. corresponsabilizar pela gestão de pessoas nos seguintes aspectos:
a. agir, de forma exemplar, no respeito às normas e às pessoas e estimular a boa convivência e harmonia entre todos no âmbito da Unidade Escolar;
b. auxiliar na organização do quadro de pessoal e no controle da frequência dos servidores.
IX. corresponsabilizar pela gestão administrativa e financeira nos seguintes aspectos:
a. assegurar, em caso de afastamento do Diretor, a regularidade do funcionamento da Caixa Escolar, responsabilizando-me por todos os atos praticados na gestão da Escola, nessa ocasião;
b. auxiliar o Diretor no atendimento às demandas solicitadas pela Secretaria Municipal de Educação (SME), em meios físicos e nos sistemas, com fidedignidade, observando os prazos estabelecidos.
c. acompanhar o consumo eficiente dos insumos utilizados na Unidade Escolar;
d. acompanhar a gestão da alimentação escolar, no que diz respeito à aquisição, à conservação de gêneros alimentícios e à aplicação das orientações da Secretaria Municipal de Educação (SME), com vistas a garantir a qualidade da alimentação oferecida aos estudantes;
e. zelar pela manutenção dos bens patrimoniais, do prédio e mobiliário escolar, prezando pela conservação e recuperação;
f. comunicar tempestivamente ao Diretor a necessidade de intervenção na rede física, para garantir boas condições dos espaços escolares;
g. auxiliar na realização, anual, do inventário dos bens móveis constantes nas dependências da Escola;

Campos Altos, / / .

_____
Assinatura do Vice-diretor Eleito

Publicado por:
Edvaldo Lemos Fernandes Silva
Código Identificador:4A5F142B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORREGO DANTA

SETOR DE LICITAÇAO
ATA DE REALIZAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026 PROCESSO LICITATÓRIO 008/2026

MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA-MG
ATA DE REALIZAÇÃO DA DISPENSA
ELETRÔNICA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 008/2026

Reuniram-se no site ***www.licitanet.com.br,*** o(a) Agente Público e respectivos comissão de contratação, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos à referida dispensa que tem como objeto: **Contratação de empresa para aquisição de materiais esportivos e jogos lúdicos destinados ao desenvolvimento das aulas de Educação Física e atividades pedagógicas da Escola Municipal Padre João Evangelista, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação do Município de Córrego Danta/MG.**.
O(a) Agente Público conduziu a sessão de dispensa, conforme disposições contidas: Lei Federal nº 14.133 de 1 de abril de 2021 e na Lei Complementar nº123/06, realizar os procedimentos relativos à aludida dispensa.

Fornecedor(es) participante(s)
Participou(aram) deste processo o(s) fornecedor(es) abaixo relacionado(s):

Fornecedor	CNPJ	Enquadramento
INDUSTRIA E COMERCIO COLCHOES ORTHOVIDA LTDA	07.628.070/0001-38	**Microempresa**
COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13.367.852/0001-63	**Microempresa**
Traum Artigos Esportivos LTDA	02.441.945/0001-74	**Microempresa**
HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63.236.363/0001-40	**Microempresa**
BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62.742.164/0001-41	**Microempresa**
VALLS NEGOCIOS LTDA	39.447.638/0001-00	**Microempresa**
MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39.897.270/0001-82	**Microempresa**

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 1

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
93437	Traum Artigos Esportivos LTDA	02441945000174	PENALTY	RX	R$ 163,33	**Classificada**	--
31954	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63236363000140	TRIVELA	BOLA DE FUTSAL	R$ 163,33	**Classificada**	--
90865	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62742164000141	DALEBOL	DALEBOL	R$ 163,33	**Classificada**	--
68546	VALLS NEGOCIOS LTDA	39447638000100	conforme edital	conforme edital	R$ 170,00	**Classificada**	--
60420	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39897270000182	PENALTY	STORM	R$ 163,00	**Classificada**	--
65078	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13367852000163	penalty	futsal	R$ 163,33	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 1			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	Traum Artigos Esportivos LTDA	02.441.945/0001-74	R$ 96,75
2º	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62.742.164/0001-41	R$ 148,99
3º	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13.367.852/0001-63	R$ 149,00
4º	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63.236.363/0001-40	R$ 150,00

Classificação Final do Item 1			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
5º	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39.897.270/0001-82	R$ 162,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 2

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
85561	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62742164000141	DALEBOL	DALEBOL	R$ 150,00	**Classificada**	--
44537	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39897270000182	RAINHA	VOLEY 8.0 PRO	R$ 150,00	**Classificada**	--
38077	VALLS NEGOCIOS LTDA	39447638000100	conforme edital	conforme edital	R$ 160,00	**Classificada**	--
85612	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63236363000140	OFFSIDE	BOLA DE VÔLEI	R$ 150,00	**Classificada**	--
68150	Traum Artigos Esportivos LTDA	02441945000174	PENALTY	MG3600	R$ 150,00	**Classificada**	--
66371	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13367852000163	penalty	volei	R$ 150,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 2			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	Traum Artigos Esportivos LTDA	02.441.945/0001-74	R$ 113,07
2º	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13.367.852/0001-63	R$ 143,00
3º	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39.897.270/0001-82	R$ 148,00
Histórico de propostas, lances e mensagens			

Propostas Inicias do Item 3

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
48169	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13367852000163	convoy	plsatico	R$ 41,00	**Classificada**	--
48209	Traum Artigos Esportivos LTDA	02441945000174	SILME	12	R$ 41,00	**Classificada**	--
24721	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63236363000140	CONVOY	BOLAS DE PLÁSTICO	R$ 41,00	**Classificada**	--
55823	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62742164000141	VKG	VKG	R$ 41,00	**Classificada**	--
28669	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39897270000182	KAGIVA	INICIAÇÃO 12	R$ 41,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 3			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	Traum Artigos Esportivos LTDA	02.441.945/0001-74	R$ 30,25
2º	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13.367.852/0001-63	R$ 38,99
3º	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39.897.270/0001-82	R$ 40,00
4º	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63.236.363/0001-40	R$ 41,00
Histórico de propostas, lances e mensagens			

Propostas Inicias do Item 4

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
13479	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62742164000141	SPORTS	SPORTS	R$ 9,60	**Classificada**	--
76691	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39897270000182	AX ESPORTES	Cone 24cm Plástico	R$ 9,00	**Classificada**	--
67381	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63236363000140	VKG ESPORTES	CONES FLEXÍVEIS 24 CM	R$ 9,60	**Classificada**	--
88072	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13367852000163	LDM	24CM	R$ 9,60	**Classificada**	--
98940	Traum Artigos Esportivos LTDA	02441945000174	SS ESPORTES	24	R$ 9,60	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 4			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	Traum Artigos Esportivos LTDA	02.441.945/0001-74	R$ 3,96
2º	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62.742.164/0001-41	R$ 6,88
3º	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13.367.852/0001-63	R$ 6,89
4º	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63.236.363/0001-40	R$ 6,90
5º	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39.897.270/0001-82	R$ 8,00
Histórico de propostas, lances e mensagens			

Propostas Inicias do Item 5

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
19246	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13367852000163	LDM	50CM	R$ 30,30	**Classificada**	--
18328	Traum Artigos Esportivos LTDA	02441945000174	SS ESPORTES	50	R$ 30,30	**Classificada**	--
69289	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63236363000140	PLASTCOR	CONES DE SINALIZAÇÃO 50CM	R$ 30,30	**Classificada**	--
32580	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62742164000141	PIC PLASTICOS	PIC PLASTICOS	R$ 30,30	**Classificada**	--
17973	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39897270000182	PLASTCOR	CONE 50CM	R$ 30,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 5			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	Traum Artigos Esportivos LTDA	02.441.945/0001-74	R$ 14,96
2º	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62.742.164/0001-41	R$ 21,97
3º	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13.367.852/0001-63	R$ 21,99
4º	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63.236.363/0001-40	R$ 22,00
5º	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39.897.270/0001-82	R$ 29,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 6

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
2668	VALLS NEGOCIOS LTDA	39447638000100	conforme edital	conforme edital	R$ 51,00	**Classificada**	--

Propostas Inicias do Item 6

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo

44605	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39897270000182	KAEMY	Estaca de Agilidade	R$ 50,00	**Classificada**	--
21509	Traum Artigos Esportivos LTDA	02441945000174	SS ESPORTES	ESTACAS	R$ 50,26	**Classificada**	--
9729	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13367852000163	LDM	1,6M	R$ 50,26	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 6

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13.367.852/0001-63	R$ 33,00
2º	Traum Artigos Esportivos LTDA	02.441.945/0001-74	R$ 33,06
3º	VALLS NEGOCIOS LTDA	39.447.638/0001-00	R$ 44,98
4º	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39.897.270/0001-82	R$ 49,98

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 7

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
90696	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13367852000163	MBFITNES	PVC	R$ 229,66	**Classificada**	--
96654	Traum Artigos Esportivos LTDA	02441945000174	SS ESPORTES	KIT BARREIRINHAS FIXAS	R$ 229,66	**Classificada**	--
39939	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63236363000140	UBUNTU	BARREIRAS DE OBSTÁCULOS BRAVUS	R$ 229,67	**Classificada**	--
99609	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62742164000141	UBUNTU	UBUNTU	R$ 229,66	**Classificada**	--
55322	VALLS NEGOCIOS LTDA	39447638000100	conforme edital	conforme edital	R$ 230,00	**Classificada**	--
65535	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39897270000182	BRAVUS	Barreiras De Obstáculo Para Treinamento De Agilidade Bravus	R$ 229,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 7

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	Traum Artigos Esportivos LTDA	02.441.945/0001-74	R$ 129,92
2º	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62.742.164/0001-41	R$ 184,99
3º	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13.367.852/0001-63	R$ 185,00
4º	VALLS NEGOCIOS LTDA	39.447.638/0001-00	R$ 194,00
5º	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39.897.270/0001-82	R$ 229,00
6º	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63.236.363/0001-40	R$ 229,67

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 8

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
7877	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62742164000141	SEY	SEY	R$ 7,33	**Classificada**	--
96428	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39897270000182	SOL E RISOS	BAMBOLE 65CM	R$ 7,30	**Classificada**	--
57451	VALLS NEGOCIOS LTDA	39447638000100	conforme edital	conforme edital	R$ 7,50	**Classificada**	--
61945	Traum Artigos Esportivos LTDA	02441945000174	SS ESPORTES	BAMBOLÊ	R$ 7,33	**Classificada**	--
55186	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13367852000163	LDM	65CM	R$ 7,33	**Classificada**	--
48441	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63236363000140	CLICANDO E COMPRANDO	BAMBOLÊS COLORIDOS 65CM	R$ 7,33	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 8

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	Traum Artigos Esportivos LTDA	02.441.945/0001-74	R$ 5,60
2º	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62.742.164/0001-41	R$ 6,99
3º	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13.367.852/0001-63	R$ 7,00
4º	VALLS NEGOCIOS LTDA	39.447.638/0001-00	R$ 7,12
5º	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39.897.270/0001-82	R$ 7,30
6º	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63.236.363/0001-40	R$ 7,33

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 9

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
37531	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13367852000163	LDM	chineses	R$ 4,83	**Classificada**	--
87725	Traum Artigos Esportivos LTDA	02441945000174	SS ESPORTES	CHAPÉU	R$ 4,83	**Classificada**	--
6062	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63236363000140	UBUNTU	PRATINHO CHINESES	R$ 4,83	**Classificada**	--
71747	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62742164000141	SPORTS	SPORTS	R$ 4,83	**Classificada**	--
24615	VALLS NEGOCIOS LTDA	39447638000100	conforme edital	conforme edital	R$ 5,00	**Classificada**	--
76396	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39897270000182	GEN	PRATO CHINES	R$ 4,80	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 9

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	Traum Artigos Esportivos LTDA	02.441.945/0001-74	R$ 2,08
2º	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62.742.164/0001-41	R$ 4,41
3º	VALLS NEGOCIOS LTDA	39.447.638/0001-00	R$ 4,42
4º	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13.367.852/0001-63	R$ 4,44
5º	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39.897.270/0001-82	R$ 4,80
6º	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63.236.363/0001-40	R$ 4,83

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 10

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
80936	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13367852000163	yins	nylon	R$ 108,33	**Classificada**	--
85821	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39897270000182	ODINFIT	Escada de Agilidade	R$ 108,00	**Classificada**	--
90383	VALLS NEGOCIOS LTDA	39447638000100	conforme edital	conforme edital	R$ 109,00	**Classificada**	--
78826	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62742164000141	SPORTS	SPORTS	R$ 108,33	**Classificada**	--
1398	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63236363000140	ALTO NIVEL FITNES	ESCADINHA DE AGILIDADE HYPER	R$ 108,33	**Classificada**	--
56136	Traum Artigos Esportivos LTDA	02441945000174	SS ESPORTES	ESCADA	R$ 108,33	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 10

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	Traum Artigos Esportivos LTDA	02.441.945/0001-74	R$ 49,60
2º	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62.742.164/0001-41	R$ 99,95
3º	VALLS NEGOCIOS LTDA	39.447.638/0001-00	R$ 99,97
4º	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13.367.852/0001-63	R$ 99,99
5º	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39.897.270/0001-82	R$ 107,98

6º	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63.236.363/0001-40	R$ 108,33

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 11

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
60683	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39897270000182	IMPAKT	COLCHONETE	R$ 67,00	**Classificada**	--
96357	VALLS NEGOCIOS LTDA	39447638000100	conforme edital	conforme edital	R$ 69,00	**Classificada**	--
97960	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62742164000141	IMPACT COM	IMPACT COM	R$ 67,00	**Classificada**	--
86358	Traum Artigos Esportivos LTDA	02441945000174	SS ESPORTES	1,20X60X3	R$ 67,00	**Classificada**	--
86487	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13367852000163	xavier	impermeável	R$ 67,00	**Classificada**	--
13976	INDUSTRIA E COMERCIO COLCHOES ORTHOVIDA LTDA	07628070000138	ORTHOVIDA	COLCHONETE D20	R$ 300,00	**Classificada**	--
81991	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63236363000140	PORTAL COLCHÕES	COLCHONETE	R$ 67,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 11

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	Traum Artigos Esportivos LTDA	02.441.945/0001-74	R$ 48,50
2º	INDUSTRIA E COMERCIO COLCHOES ORTHOVIDA LTDA	07.628.070/0001-38	R$ 49,00
3º	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62.742.164/0001-41	R$ 63,98

Classificação Final do Item 11

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
4º	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13.367.852/0001-63	R$ 63,99
5º	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39.897.270/0001-82	R$ 66,79
6º	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63.236.363/0001-40	R$ 67,00
7º	VALLS NEGOCIOS LTDA	39.447.638/0001-00	R$ 69,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 12

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
50222	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13367852000163	copag	4 cores	R$ 19,26	**Classificada**	--
41630	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63236363000140	GENÉRICA	JOGO DE CARTAS 4 CORES	R$ 19,27	**Classificada**	--
49924	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62742164000141	JOGO CARTAS 4 CORES TODA FAMILIA	JOGO CARTAS 4 CORES TODA FAMILIA	R$ 19,26	**Classificada**	--
34900	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39897270000182	COPAG	UNO	R$ 19,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 12

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13.367.852/0001-63	R$ 18,99
2º	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39.897.270/0001-82	R$ 19,00
3º	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63.236.363/0001-40	R$ 19,27

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 13

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
17578	VALLS NEGOCIOS LTDA	39447638000100	conforme edital	conforme edital	R$ 40,00	**Classificada**	--
47132	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39897270000182	DOMINOES	Dominó Profissional 28 Peças Resina	R$ 36,00	**Classificada**	--
60796	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62742164000141	ART GAME	ART GAME	R$ 36,33	**Classificada**	--
12410	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63236363000140	GENÉRICA	DOMINÓ	R$ 36,33	**Classificada**	--
74564	Traum Artigos Esportivos LTDA	02441945000174	JUNGES	DOMINÓ	R$ 36,33	**Classificada**	--
57376	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13367852000163	MBFITNES	plastico	R$ 36,33	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 13

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	Traum Artigos Esportivos LTDA	02.441.945/0001-74	R$ 23,00

Classificação Final do Item 13

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
2º	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62.742.164/0001-41	R$ 34,98
3º	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13.367.852/0001-63	R$ 34,99
4º	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39.897.270/0001-82	R$ 36,00
5º	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63.236.363/0001-40	R$ 36,33
6º	VALLS NEGOCIOS LTDA	39.447.638/0001-00	R$ 40,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 14

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
11809	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13367852000163	pentagol	oficial	R$ 73,00	**Classificada**	--
37985	Traum Artigos Esportivos LTDA	02441945000174	SS ESPORTES	XADREZ ESCOLAR	R$ 73,00	**Classificada**	--
65022	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63236363000140	LUATEK	XADREZ	R$ 73,00	**Classificada**	--
20462	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62742164000141	CHESS	CHESS	R$ 73,00	**Classificada**	--
57844	VALLS NEGOCIOS LTDA	39447638000100	conforme edital	conforme edital	R$ 80,00	**Classificada**	--
66476	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39897270000182	JUNGES	XADREZ	R$ 73,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 14

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	Traum Artigos Esportivos LTDA	02.441.945/0001-74	R$ 35,00
2º	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62.742.164/0001-41	R$ 69,97
3º	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13.367.852/0001-63	R$ 69,99
4º	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39.897.270/0001-82	R$ 72,00
5º	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63.236.363/0001-40	R$ 73,00
6º	VALLS NEGOCIOS LTDA	39.447.638/0001-00	R$ 80,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 15

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo

79613	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13367852000163	convoy	dupla	R$ 30,93	**Classificada**	--
96349	Traum Artigos Esportivos LTDA	02441945000174	SS ESPORTES	DUPLAAÇÃO	R$ 30,93	**Classificada**	--
70111	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62742164000141	CONVOY	CONVOY	R$ 30,93	**Classificada**	--
29169	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39897270000182	KAGIVA	BOMBA DUPLAAÇÃO	R$ 30,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 15			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	Traum Artigos Esportivos LTDA	02.441.945/0001-74	R$ 20,00
2º	COMERCIAL SO ESPORTES LTDA	13.367.852/0001-63	R$ 27,99

Classificação Final do Item 15			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
3º	MARCELA MACHADO ZAMBON LTDA	39.897.270/0001-82	R$ 30,00
4º	BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES LTDA	62.742.164/0001-41	R$ 30,93

Após encerramento da fase de lances, e atendido os procedimentos da Lei Complementar 123/06, o licitante melhor classificado em cada lote ou item foi declarado vencedor conforme indicado no quadro Resultado da sessão pública, a classificação dos valores ofertados foi publicada nos quadros de Propostas e Lances.
Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às **15:31:05 horas do dia 26 de Fevereiro de 2026** cuja ata foi lavrada pelo(a) Agente Público.

RAFAELA APARECIDA DA SILVA PEREIRA
Agente Público

GABRIELLA BERNARDES DA SILVA
Comissão de Contratação

IRAIZA DO ROSÁRIO FERREIRA
Comissão de Contratação
Autenticação: 036913FCB0DADC1AB111DA8522D9C461

Publicado por:
Rafaela Aparecida da Silva Pereira
Código Identificador:9CB2A8B4

SETOR DE LICITAÇAO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026 PROCESSO LICITATÓRIO 008/2026 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA- MG
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 008/2026
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PREFEITO MUNICIPAL, HOMOLOGA nos termos da Lei nº 14.133/21, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: *Contratação de empresa para aquisição de materiais esportivos e jogos lúdicos destinados ao desenvolvimento das aulas de Educação Física e atividades pedagógicas da Escola Municipal Padre João Evangelista, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação do Município de Córrego Danta/MG.*

Fornecedor : Traum Artigos Esportivos LTDA - 02.441.945/0001-74

Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
1	4,00	UNIDADE	PENALT Y	RX	R$ 96,75	R$ 387,00	R$ 163,33	R$ 653,33	40,76	R$ 66,58
Descrição: BOLA DE FUTSAL - Bola oficial de futsal, tamanho e peso regulamentares, confeccionada em material resistente, costurada, adequada para uso escolar. Referência: Penalty Max 1000, similar ou superior.										
2	4,00	UNIDADE	PENALT Y	MG3600	R$ 113,07	R$ 452,28	R$ 150,00	R$ 600,00	24,62	R$ 36,93
Descrição: BOLA DE VÔLEI - Bola oficial de vôlei, confeccionada em material sintético macio e resistente, tamanho e peso oficiais. Referência: Penalty Pro 6.0, similar ou superior....										
3	10,00	UNIDADE	SILME	12	R$ 30,25	R$ 302,50	R$ 41,00	R$ 410,00	26,21	R$ 10,75
Descrição: BOLAS DE PLÁSTICO - Bolas leves, de material plástico, indicadas para atividades recreativas e iniciação esportiva. Referência: Penalty T12, similar ou superior....										
4	40,00	UNIDADE	SS ESPOR TES	24	R$ 3,96	R$ 158,40	R$ 9,60	R$ 384,00	58,75	R$ 5,64
Descrição: CONES FLEXÍVEIS 24 CM - Cones confeccionados em PVC flexível, cores verde, amarelo, laranja, azul e vermelho, 10 unidades de cada cor.										
5	40,00	UNIDADE	SS ESPOR TES	50	R$ 14,96	R$ 598,40	R$ 30,30	R$ 1.212,00	50,62	R$ 15,34
Descrição: CONES DE SINALIZAÇÃO 50 CM - Cones em material plástico rígido, altura 50 cm, cor laranja com base estável....										
7	10,00	UNIDADE	SS ESPOR TES	KIT BARREI RINHAS FIXAS	R$ 129,92	R$ 1.299,20	R$ 229,66	R$ 2.296,66	43,43	R$ 99,74
Descrição: BARREIRAS DE OBSTÁCULOS BRAVUS - Conjunto de barreiras para treinamento de agilidade, confeccionadas em PVC resistente, tamanhos variados (44x15 cm, 47x23 cm, 47x30 cm, 44x30 cm, 45x50 cm)...										
					Subtotal Adjudicado	**R$ 4.511,18**	**Subtotal Orçado**	**: R$ 7.683,19**	**41,2851 %**	**R$ 3.172,01**
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
8	40,00	UNIDADE	SS ESPOR TES	BAMBOL Ê	R$ 5,60	R$ 224,00	R$ 7,33	R$ 293,33	23,63	R$ 1,73
Descrição: BAMBOLÊS COLORIDOS 65 CM - Aros circulares de plástico resistente, diâmetro aproximado de 65 cm, diversas cores...										
9	40,00	UNIDADE	SS ESPOR TES	CHAPÉU	R$ 2,08	R$ 83,20	R$ 4,83	R$ 193,33	56,96	R$ 2,75
Descrição: PRATINHOS CHINESES - Discos plásticos de sinalização, cores variadas (verde, amarelo, azul, laranja, vermelho), 10 unidades de cada cor. Referência: Penalty, similar ou superior...										
10	2,00	UNIDADE	SS ESPOR TES	ESCADA	R$ 49,60	R$ 99,20	R$ 108,33	R$ 216,66	54,21	R$ 58,73
Descrição: ESCADINHA DE AGILIDADE HYPER - Escada de agilidade, confeccionada em fitas de nylon e degraus plásticos ajustáveis, tamanho único, 2 unidades....										
11	10,00	UNIDADE	SS ESPORTES	1,20X60 X3	R$ 48,50	R$ 485,00	R$ 67,00	R$ 670,00	27,61	R$ 18,50
Descrição: COLCHONETE - Colchonete azul, em material impermeável, tamanho 1,20 m x 0,60 m, indicado para atividades físicas em sala de aula...										
13	9,00	UNIDADE	JUNGES	DOMINÓ	R$ 23,00	R$ 207,00	R$ 36,33	R$ 326,99	36,69	R$ 13,33
Descrição: DOMINÓ - Conjunto de peças em material plástico ou resina, padrão tradicional, 28 peças....										
14	5,00	UNIDADE	SS ESPOR TES	XADREZ ESCOLA R	R$ 35,00	R$ 175,00	R$ 73,00	R$ 365,00	52,05	R$ 38,00
Descrição: XADREZ - Tabuleiro dobrável com peças em plástico ou resina, padrão oficial escolar.....										
15	2,00	UNIDADE	SS ESPOR TES	DUPLA AÇÃO	R$ 20,00	R$ 40,00	R$ 30,93	R$ 61,86	35,34	R$ 10,93
Descrição: BOMBA DE AR - Bomba dupla ação para encher bolas. Marca Convoy....										
					Subtotal Adjudicado	**R$ 4.511,18**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 7.683,19**	**41,2851 %**	**R$ 3.172,01**

Fornecedor : COMERCIAL SO ESPORTES LTDA - 13.367.852/0001-63

Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
6	10,00	UNIDADE	LDM	1,6M	R$ 33,00	R$ 330,00	R$ 50,26	R$ 502,66	34,35	R$ 17,26
Descrição: ESTACAS DE AGILIDADE 1,6 M - Estacas de PVC ou material similar, altura 1,60 m, com base para fixação, utilizadas em treinamentos de agilidade....										
					Subtotal Adjudicado	**R$ 443,94**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 618,26**	**28,1960 %**	**R$ 174,32**
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
12	6,00	UNIDADE	copag	4 cores	R$ 18,99	R$ 113,94	R$ 19,26	R$ 115,60	1,43	R$ 0,27
Descrição: JOGO DE CARTAS 4 CORES - Jogo de cartas composto por 110 cartas coloridas. Referencia: Mattel, similar ou superior.										

					Subtotal Adjudicado	**R$ 443,94**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 618,26**	**28,1960 %**	**R$ 174,32**

TOTAL GERAL DO PROCESSO			
Total Adjudicado	**Total Orçado**	**Economia %**	**Economia R$**
R$ 4.955,12	R$ 8.301,46	40,3102 %	3.346,34
HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.			
Córrego Danta-MG , 26 de Fevereiro de 2026			
EDNEI MARTINS DE MATOS			
Prefeito Municipal			
Assine aqui			

Publicado por:
Rafaela Aparecida da Silva Pereira
Código Identificador:398C1102

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CRISTIANO OTONI

ADMINISTRAÇÃO
DESIGNAÇÃO PÚBLICA - EDITAL N° 005/2026 - SORTEIO DE DESEMPATE - CONVOCAÇÃO

O Município de Cristiano Otoni, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no item 4.7.3.3 do Edital nº 05/2026, que prevê a realização de sorteio público como critério de desempate.

CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, classificados para o cargo de Monitor Educacional, que permaneceram empatados após a aplicação dos critérios previstos nos itens 4.7.3.1 e 4.7.3.2 do referido Edital, para participarem do **SORTEIO PÚBLICO DE DESEMPATE**, a ser realizado na Câmara Municipal, no endereço sito na Rua Joaquim Ribeiro de Castro, n.º10, Centro, Cristiano Otoni- MG, no dia 27/02/2026, às 9h.

	Candidatos Convocados
1	Adriana Cândida de Oliveira Ferreira
2	Ana Paula Oliveira da Costa
3	Andréia Aparecida Cândida de Oliveira Alves
4	Andresa Aparecida da Silva Rezende
5	Bruna Flávia Aparecida Barbosa
6	Cassiane Esmeralda Coelho da Silva
7	Cecília Cândida de Faria
8	Claudina Maria da Silva
9	Claudineia Silva Pinto
10	Dâmaris Santos Carvalho
11	Daniela Cristiana Gouveia Moreira
12	Danila Augusta Vieira
13	Deusângela Anselmo dos Santos Costa
14	Édila da Conceição Correia Moraes
15	Fátima de Lourdes Silva
16	Gesiany Kely França Pereira
17	Keveli Cris do Nascimento Santana
18	Leticia Viana Carvalho
19	Manayra Ilza da Conceição Morais
20	Márcia Maria Silva
21	Maria Eduarda da Silva
22	Maria Eduarda Freitas de Melo
23	Mary do Espirito Santo da Silva
24	Pamela Oliveira da Costa
25	Priscila Stefani Aquiles Dutra de Assis
26	Raquel Goulart Rezende da Mata
27	Rayane Francisca Macaia Borromeu
28	Regiane Andreia de Oliveira
29	Rosane Aparecida Martins Baeta
30	Rosane Nathália Vieira e Silva
31	Roseli Aparecida da Silva Santos
32	Sayonara Natália da Conceição
33	Silvana Ester da Silva
34	Tatiana Maria Vieira
35	Vânia Lúcia Pereira dos Santos
36	Vinicius Ribeiro Vieira Costa
37	Wiliane Aparecida Ribeiro Correia
38	Zenaide Maria Dutra da Silva

O sorteio será realizado em ato público, sendo facultada a presença dos candidatos convocados e demais interessados, e será lavrada ata circunstanciada do ato, que integrará o processo de Designação Pública.

O não comparecimento do candidato não impedirá a realização do sorteio, que ocorrerá normalmente na data e horário designados.

Cristiano Otoni, 26 de fevereiro de 2026.

CARLOS ROBERTO DE REZENDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Roberto de Rezende
Código Identificador:6714A03B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 11

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N º 001/2026

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° 01/2026-SEMUSA, para assumir contrato temporário de excepcional interesse público nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados:

02 vagas para o cargo de Médico Generalista – 200 horas para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 09/03/2026 – Término: 04/09/2026
• Necessidade temporária: Sim • Interesse público, excepcional: Sim • Contratação indispensável: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço afim de evitar a desassistência, diante das persistências das demandas na Gerência de Regulação e ausência de candidatos aprovados em concurso público, pois não existe no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 09/03/2026 – Término: 04/03/2026
• Necessidade temporária: Sim • Interesse público, excepcional: Sim • Contratação indispensável: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço afim de evitar a desassistência, diante das persistências das demandas na Gerência de Controle e ausência de candidatos aprovados em concurso público, pois não existe no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.

01 vaga para o cargo de Enfermeiro – 200 horas para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 09/03/2026 – Término: 04/09/2026
• Necessidade temporária: Sim • Interesse público, excepcional: Sim • Contratação indispensável: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço afim de evitar a desassistência, diante das persistências das demandas na Policlínica e ausência de candidatos aprovados em concurso público, pois não existe no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.

01 vaga para o cargo de Técnico de Enfermagem – 200 horas para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 09/03/2026 – Término: 04/09/2026
• Necessidade temporária: Sim • Interesse público, excepcional: Sim • Contratação indispensável: Sim	Justificativa: A contratação agora se dá pela Resolução SES/MG 8.263 de 20/07/2022, para custear as ações de vacinações da equipe itinerante, como forma de melhorar as coberturas vacinais do município.

Candidatos convocados:

MÉDICO GENERALISTA – 200 HS – 40 HS/SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
16º	MARÍLIA CAROLINA FERNANDES BRASIL
17º	ARIANNE TEREZA ARZUAGA MARTINEZ

ENFERMEIRO – 200 HS – 40 HS/SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
5º	MARCELO NOLASCO DE SOUZA

TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 200 HS – 40 HS/SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
3º	AMILTON SILVA DE AMORIM

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias. A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará em sua eliminação ao Processo Seletivo n° 01/2026.

Divinópolis, 26 de fevereiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:4FAC9F7D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SEMEJ Nº 003/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO DE PATROCÍNIO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS COM OU SEM FINS LUCRATIVOS PARA APOIO EM EVENTOS ESPORTIVOS E LAZER, E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - (OSC) PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS

ESPORTIVOS E DE LAZER DO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E JUVENTUDE EXERCÍCIO DE 2026, A FIM DE ATENDER AS SEGUINTES NORMAS E DEMAIS ORDENAMENTO JURÍDICOS AFETOS AO OBJETO DESTE EDITAL: Lei Federal nº14.133/21, 13.019/14; e Lei Municipal nº 5.317/01, 7.717/13, .265/17, 9.046/22, 9.025/22, 9.110/22, 9.277/23, 9.304/23, 9.320/23, 8.265/17.

O Município de Divinópolis, através da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, torna público, para conhecimento dos interessados, o presente Edital para credenciamento de pessoas físicas, jurídicas com ou sem fins lucrativos, e organizações da sociedade civil – OSC, para apoiar à prática de eventos esportivos e de lazer, mediante patrocínio, bem como o apoio ao treinamento e participação em competições de atletas e/ou equipes de atletas, representando o Município, em ações e atividades oficiais a serem executadas no corrente ano de 2026.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente edital é o credenciamento de pessoas físicas, jurídicas com ou sem fins lucrativos, e organizações da sociedade civil – OSC, para apoiar à prática de eventos esportivos e de lazer, mediante patrocínio, bem como o apoio ao treinamento e participação em competições de atletas e/ou equipes de atletas, representando o Município, em ações e atividades oficiais a serem executadas no corrente ano de 2026.

1.2. Pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos para apoiar à prática de eventos esportivos e de lazer, por meio de patrocínio.

1.3.Organização da Sociedade Civil (OSC) por meio de patrocínio próprio, para realizar e/ou apoiar os eventos esportivos e de lazer, junto a Secretaria Municipal de Esportes e Juventude (SEMEJ), realização de eventos diversos tendo como foco o esporte e o lazer, bem como o apoio a treinamento, capacitação e participação em competições de atletas e/ou equipes de atletas, representando o Município em campeonatos oficiais, em ações e atividades a serem executadas durante o ano de 2026.

1.4. O patrocínio poderá ser total ou parcial, conforme aprovação da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, através da Comissão de Seleção, Avaliação e Monitoramento; não haverá nenhum tipo de repasse pecuniário e/ou material por parte da Administração Pública, e não terá repasse de verba pública ao patrocinador seja Pessoa Jurídica, Pessoa Física e/ou Organização de Sociedade Civil.

1.5. O patrocínio que trata este edital não poderá ter caráter de promoção pessoal, partidária, político e/ou religioso.

2. DOS REQUISITOS

2.1. Pessoa Jurídica: Nome Completo, Nome de fantasia, Número do CNPJ, Endereço atualizado Telefone fixo e/ou celular, e-mail da pessoa jurídica, Nome do Representante legal, Número do CPF e RG do representante legal, Endereço do representante legal, Certidões negativas, Trabalhista, FGTS, INSS e Municipal, Telefone de contato do represenante legal,- Proposta indicando o(s) evento(s) e a(s) forma(s) de patrocínio.

2.2. Pessoa Física: Nome, Cadastro de Pessoa Física, Endereço, Telefone de contato, Endereço com comprovante residencial, Certidões negativas, Trabalhista, FGTS, INSS e Municipal,

2.3. OSC estarem organizadas e em plena atividade, apresentando os seguintes dados: Nome Completo, Endereço atualizado, Telefone e e-mail, da pessoa jurídica, Utilidade Pública em vigor, Nome do Representante legal, Número do CPF e RG, Endereço do representante legal, Certidões negativas, Trabalhista, FGTS, INSS e Municipal, Telefone de contato do representante legal, Proposta indicando o(s) evento(s) e a(s) forma(s) de patrocínio,- Não possuir débitos ativos junto às Secretarias de Fazendas (Municipal, Estadual e da Federal), Proposta indicando o(s) evento(s) e a(s) forma(s) de patrocínio.

2.4. A realização de patrocínio e realização mediante a execução e prestação de qualquer serviço não gera vínculo laboral entre os empregados e colaboradores do patrocinador e a Administração Pública Municipal.

2.5. A parceria que trata este edital é individual, eventual, precária e temporária e perdurará enquanto o patrocinador atender às condições estabelecidas nos critérios estabelecidos neste instrumento e as normas legais vigentes aplicadas ao objeto.

2.6. Os valores, recursos humanos e materiais fornecidos pelo patrocinador e/ou realizador não serão restituídos em hipótese alguma e tem caráter indenizatório a fim de que o mesmo possa expor sua marca e produtos, de maneira que o benefício poderá cessar a qualquer momento, antes, durante e/ou após o evento sempre de forma justificada e expressa.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. Período de inscrição do dia 01/02/2026 ao dia 20/12/2026.

3.2. A inscrição para o patrocínio e/ou realização de eventos que se refere este edital se dará com apresentação do formulário anexo que conterá as condições indicadas neste instrumento.

3.3. A Administração Municipal se reserva o direito de consultar a situação da Pessoa Jurídica, Pessoa Física e /ou da Organização da Sociedade Civil – OSC, junto aos órgãos tributários federal, estadual e municipal, trabalhista e previdenciária, nos termos da legislação vigente.

3.3.1. A inscrição do candidato expressará seu total conhecimento e integral adesão a todas as regras que disciplinam o presente edital e normas legais.

3.2. É de responsabilidade do solicitante a veracidade de todas as informações prestadas.

3.3. A inadequação das informações prestadas acarretará a suspensão da parceria até a sua devida regulamentação e, em caso de não regularização, a requisição será indeferida e o pedido de parceria será arquivado.

4. DO BENEFÍCIO

4.1. Serão aceitos patrocínio a todos eventos realizados diretos, indiretamente e/ou com apoio da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude (SEMEJ) no ano de 2026, de caráter esportivo, de juventude e de lazer e não será dada exclusividade garantida a nenhum patrocinador e/ou organizador, portanto havendo mais de 01 (um) interessado em participar como Patrocinador, Organizador e/ou Executor poderá a critério da Administração Pública estabelecer regras próprias de seleção.

4.2. Caso ocorra mais de 01 (um) interessado em patrocinar e/ou organizar e não havendo consenso entre os patrocinadores e/ou organizadores a Administração Pública através da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude procederá a seleção por meio de Comissão estabelecida para tal finalidade.

4.3. No que se refere a realização dos eventos, a OSC poderá receber inscrições dos eventos e usá-las para pagamentos das premiações em espécie e custear quaisquer materiais de consumo, permanente e/ou contratação de Pessoa Física e Jurídica devendo prestar contas a Administração Públicas.

4.4. Não há limites de eventos que o interessado possa participar dentro do corrente ano.

4.4. A Semej poderá determinar o número mínimo de produtos, serviços, valores e brindes que configurarão o patrocínio, realização e/ou execução de cada evento.

5. DO PATROCÍNIO

5.1. O termo de parceria deverá ser assinado, até 15 (quinze) dias antes da realização do evento, devendo a SEMEJ publicar extrato do termo.

5.2. Manter escrituração contábil regular, executar o plano apresentado e aprovado pela Administração Pública com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, e eficiência.

5.3. Comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista, tributária e previdenciária.

5.4. Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada, bem como observar as orientações emanadas pela administração pública.

5.5. Responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à organização e/ou execução do objeto, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública à

inadimplência da organização da sociedade civil, da pessoa jurídica e/ou da pessoa física em relação aos referidos pagamentos e aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição a sua execução, bem como danos a terceiros.
5.6. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica quando for o caso, conforme consta do plano apresenta e aprovado pela Administração Pública.
5.7. Dar livre acesso à comissão competente para fiscalizar, monitorar e avaliar o evento.
5.8. O termo de Patrocínio, deverá ser assinado, até 15 (quinze) dias antes da realização do evento, devendo a SEMEJ publicar extrato de termo.
6. DOS DEVERES DO PATROCINADOR DO REALIZADOR.
6.1. Manter a documentação regular e atualizada.
6.2. Manter escrituração contábil regular.
6.3.Executar o plano apresentado e aprovado pela Administração Pública com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia.

•
6.4. Comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

•
6.5. Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada, bem como observar as orientações emanadas pela administração pública.

•
6.6.Responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública à inadimplência da organização da sociedade civil em relação aos referidos pagamentos e aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição a sua execução.

•
6.7. O patrocinador poderá divulgar sua marca e produtos durante o evento, nos termos apresentados no requerimento de patrocínio e deliberado pela SEMEJ.

•
6.8. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, conforme consta do plano apresentado e aprovado pela Administração Pública , observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014.

•
6.9. Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

•
7. DOS DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

•
7.1. Elaborar e conduzir a execução da política pública.

•
7.2. Fornecer orientações específicas quanto à elaboração da prestação de contas, bem como, informando previamente eventuais alterações no seu conteúdo e publicando-as em meios oficiais.

•
7.3.Acompanhar e promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados.

•
8. DA FISCALIZAÇÃO

•
8.1. A fiscalização da realização e patrocínio que se trata este edital será realizada pelo servidor da SEMEJ – Secretaria de Esporte e Juventude, que será indicado no termo, bem como pela Comissão de Seleção, Avaliação e Monitoramento de forma solidária e subsidiária, respondendo em conjunto como o Gestor por danos ao erário público e a terceiros de boa fé.

•
9. DA VIGÊNCIA

•
9.1.A virgência deste edital será a partir da Publicação no Diário Oficíal até 30 de novembro de 2026, podendo a qualquer momento ser revogado parcialmente /ou totalmente o presente Edital.

•
10. DISPOSIÇÕES FINAIS

•
10.1. A parceria não poderá retroagir a eventos realizados anterior a data da publicação deste edital.

•
10.2. A inscrição de um único evento não gera direito adquirido aos demais, devendo o patrocinador se inscrever para cada evento.

•

10.3. Os casos omissão serão analisados e sanados pela Comissão de Seleção, Avaliação e Monitoramento, da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude.

Divinópolis, janeiro de 2025.

WESLLEY MARCELO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Esportes e Juventude

FICHA DE INSCRIÇÃO - PATROCÍNIO EVENTOS ESPORTIVOS PESSOA JURÍDICA

1 IDENTIFICAÇÃO DO PATROCINADOR - PESSOA JURÍDICA				
1.2 Empresa:				
1.3 CNPJ:			1.4 TELEFONE:	
1.5 Email:				
2 Endereço:	2.1 Rua:			
	2.2. Nº	2.3. Complemento:		2.4. Bairro:
	2.5 Município:		2.6. UF:	2.7 CEP:
3 IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE				
3.1Nome:				
3.2 RG:			3.3. CPF:	
3.4. Telefone:			3.5. Email:	
3.6. Endereço:	3.7 Rua:			
	3.8. Nº:	3.9. Complemento:		3.10 Bairro:
	3.11. Município:		3.12. UF:	13.13 CEP:
4 EVENTO		4.1. DATA	4.2 TIPO DE PATROCÍNIO	

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui supra expressas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.
Divinoópolis, de de 2026.
Assinatura:

FICHA DE INSCRIÇÃO - PATROCÍNIO EVENTOS ESPORTIVOS PESSOA FÍSICA

IDENTIFICAÇÃO DO PATROCINADOR - PESSOA FÍSICA PROFISSIONAL LIBERAL				
Nome:				
CPF:			RG	
Telefone:			Email:	
Endereço:	Rua:			
	Nº:	Complemento:		Bairro:
	Município:		UF:	CEP:
EVENTO		DATA	TIPO DE PATROCÍNIO	

Declaro, sob as penas da lei, que as informações são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.
Divinópolis, de de 2026.
Assinatura:

TERMO DE PATROCÍNIO Nº _____ - 2026 – SEMEJ

TERMO DE PATROCÍNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS**, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E JUVENTUDE (SEMEJ) E - _____**.**

O MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS, doravante denominado **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,** por intermédio da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude (SEMEJ), inscrito no CNPJ sob nº 18.291.351/0001-64, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 930, Poliesportivo Fábio Botelho Notini, Centro, Divinópolis/MG, neste ato representada pelo Sr. _____, Secretário Municipal de Esportes e Juventude, e de outro lado a _____, (pessoa jurídica ou física) inscrita no (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ ou Cadastro Nacional de Pessoa Física - CPF) sob o número _____, com endereço localizado na Rua _____, número _____, no Bairro _____, no município de _____, Estado de _____. Celebram o presente termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1.O objeto do presente instrumento é a formalização do patrocínio, na modalidade [TOTAL ou PARCIAL], por parte do(a) PATROCINADOR(A), para o(s) seguinte(s) evento(s) esportivo(s) e/ou de lazer e/ou apoio a atleta(s)/equipe(s):

•

Evento/Atividade:[DESCREVER O NOME DO EVENTO, ATIVIDADE, NOME DO ATLETA OU EQUIPE]

•

Período de Realização/Apoio:[DATA DE INÍCIO] a [DATA DE TÉRMINO]

•

Local:[LOCAL DA REALIZAÇÃO OU TREINAMENTO]

1.2.O patrocínio visa apoiar a prática de eventos esportivos e de lazer, bem como o treinamento e participação em competições oficiais representando o Município, conforme previsto no item 1 do Edital de Credenciamento [Nº DO EDITAL]/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO PATROCINADOR(A)

2.1.O(A) PATROCINADOR(A) se obriga a fornecer o apoio na modalidade e especificação abaixo:

•
Modalidade do Patrocínio (DESCRIÇÃO DO TIPO DE PATROCÍNIOl):

•
Bens de Consumo (ex: alimentos, água, materiais de primeiros socorros)

•
Bens Permanentes (ex: equipamentos esportivos)

•
Serviços (ex: transporte, hospedagem, confecção de material gráfico)

•
Recursos Financeiros (depósito identificado para custeio de despesas específicas)

•
Descrição Detalhada do Apoio:

•
[ESPECIFICAR CLARAMENTE O QUE SERÁ ENTREGUE, FORNECIDO OU DEPOSITADO, INCLUINDO QUANTIDADES, VALORES ESTIMADOS E PRAZOS DE ENTREGA]

2.2.O(A) PATROCINADOR(A) assume total responsabilidade pela qualidade e procedência dos bens ou serviços fornecidos.
2.3.O presente patrocínio não poderá ter caráter de promoção pessoal, partidária, político e/ou religioso, em consonância com o item 1.5 do Edital.
2.4. Responsabilidades e obrigações, além de outros compromissos assumidos por meio deste termo, respectivo edital, além dos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis a espécie.
2.4.1. São responsabilidades e obrigações Comuns dos Partícipes:
2.4.2. Assegurar a execução das atividades, relacionadas ao objeto aqui pactuado, exclusivamente dentro do município de Divinópolis/MG, e para indivíduos residentes do município exceto o disposto nas Leis Municipais nº9.110/2022 e 9.277/2023.
2.4.3. Colaborar, acompanhar, supervisionar, avaliar e divulgar a implantação e o desenvolvimento das atividades decorrentes da presente parceria.

2.4.4. São responsabilidades e obrigações da Administração Pública Municipal:

2.4.5. Fornecer orientações específicas quanto à elaboração da prestação de contas, por ocasião da celebração da parceria, bem como, informando previamente eventuais alterações no seu conteúdo, e publicando-as em meios oficiais.
2.4.6. Acompanhar e promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados.
2.4.7. Prestar apoio necessário e indispensável para que seja alcançado o objeto da parceria em toda sua extensão e no tempo devido.
2.4.8. Publicar extrato deste termo e de seus aditivos.
2.4.9. Realizar o Monitoramento e Avaliação, por ato da comissão competente.
2.4.10 Emitir, através do fiscal competente da parceria, relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à Comissão de Seleção, Avaliação e Monitoramento, que aprovará ou não o relatório técnico.
2.4.11. Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos na página oficial do Município.
2.4.12. Disponibilizar na íntegra, em seu sítio oficial na internet, o teor deste termo e de seus aditivos, bem como de todos os relatórios de execução do objeto e da Comissão , no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de suas assinaturas.
2.4.13. Divulgar, pela internet, os meios de representação sobre aplicação irregular de recursos na parceria.
2.4.14. Instaurar procedimento administrativo, incluindo-se a possibilidade de diligências, antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

2.5. São responsabilidades e obrigações do Patrocinador:
2.5.1. Manter escrituração contábil regular, executar o objeto com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia.
2.5.2. Comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, adoção de procedimentos específicos para realizar compras/contratações, restando oportuno que deve apresentar cotação prévia de preços.
2.5.3. Prestar contas ao término da parceria da execução do objeto.
2.5.4. Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada, bem como observar as orientações emanadas pela administração pública.

2.5.5. Responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública à inadimplência do patrocinador(a) em relação aos referidos pagamentos e aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria r/ou a danos decorrentes de restrição a sua execução, bem como dano a terceiros.
2.5.6. Dar livre acesso ao fiscal da parceria e a comissão competente aos documentos e informações, bem como aos locais de execução do objeto desta parceria.
2.5.7. Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal relacionados ao objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA AUSÊNCIA DE REPASSE PECUNIÁRIO PÚBLICO

3.1. Fica expressamente estabelecido que não haverá nenhum tipo de repasse pecuniário e/ou material por parte da Administração Pública ao(à) PATROCINADOR(A), e nem repasse de verba pública ao patrocinador, seja Pessoa Jurídica, Pessoa Física e/ou Organização de Sociedade Civil.
de Minas Gerais, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1.O presente Termo de Patrocínio terá vigência a partir ____ até _____ (data de conclusão do evento)

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

.

4.2. Todas e quaisquer alterações deverão ser acompanhadas de parecer técnico favorável da Comissão, seguida de prévia autorização do administrador público, respeitada a legislação vigente.
4.3. Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência deste termo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos retroativos.

CLÁUSULA QUINTA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

5.1. Os resultados alcançados com a execução do objeto da parceria devem ser monitorados e avaliados sistematicamente por meio de relatório técnico emitido, pelo gestor da parceria e/ou fiscal, designado pela Secretária Municipal de Esportes e Juventude, em ato próprio, na forma da regulamentação aplicável devendo obrigatoriamente aprovação da comissão competente.
5.2. O relatório, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
5.2.1. Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas.
5.2.2. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto dos benefícios esportivos e social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados.
5.2.3. Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interna e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.
5.3. Gestor é o Senhor _____, matrícula nº _____.
5.4. Fiscal é o Senhor _____, matrícula nº _____.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. O patrocinador apresentará para a administração pública prestação de contas na forma das legislações aplicáveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES

7.1. A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante termo aditivo, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto no que tange ao seu objeto, de comum acordo, desde que tal interesse seja manifestado por qualquer dos participes, previamente e por escrito, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
7.2. Não é permitida a celebração de aditamento deste termo com alteração da natureza do objeto.
7.3. Devendo obrigatoriamente passar pela comissão competente.

CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

8.1. O presente termo poderá ser:
8.1.1. Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção.
8.1.2. Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
8.1.2.1. Utilização dos recursos em desacordo com o objeto;
8.1.2.2. Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
8.1.2.3. Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentada.
8.2. Ocorrendo a rescisão ou a denúncia do presente ajuste, administração pública e o patrocinador(a) responderão pelas obrigações assumidas até a data de assinatura do respectivo termo de encerramento, devendo apresentar a administração pública, no prazo de até 30 (trinta) dias, a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICIDADE
9.1. A eficácia do presente termo dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada ao consentimento prévio e formal da administração pública e, à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, o qual deverá ser providenciada pela administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
9.2. A divulgação de resultados técnicos, bem como, todo e qualquer ato promocional relacionado deverão seguir o disposto no item anterior.

10.1. OS trabalhadores contratados pelo(a) patrocinador(a) não guardam qualquer vínculo empregatício com a administração pública, inexistindo, também, qualquer responsabilidade deste último em relação as obrigações trabalhistas e demais encargos assumidos pelo(a) Patrocinador(a)
10.2. A administração pública não responde, subsidiaria ou solidariamente, pela ausência de cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e comerciais assumidas pelo **Guarani Esporte Clube**, não se responsabilizando, ainda, por eventuais demandas judiciais.

11.1. Será competente para dirimir quaisquer questões resultantes da execução ou da interpretação deste termo, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Divinópolis/MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
11.2. E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.
Divinópolis, _____ de 2026.

_____
Secretário Municipal De Esportes E Juventude

_____
Nome Do Representante Legal

Testemunha:

Testemunha:

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:AA204587

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI/DIVINÓPOLIS - MG BOLETIM INFORMATIVO N.º 002/2026

Nos termos e conformidade dos dispositivos regulamentares vigentes, faz-se público, para conhecimento dos interessados que esta Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI) DIVINÓPOLIS - MG, quando das sessões realizadas no mês de fevereiro/2026.

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES				
JARI/DIVINÓPOLIS - MG – BI002-JARI-2026				
Seq.	Data do Julgamento	N° AIT	Placa	Resultado
1	13/2/2026	DA00077106	FMH8085	INDEFERIDO
2	23/2/2026	AG01842993	QRE3J12	INDEFERIDO
3	9/2/2026	AG01857113	TDS1I65	INDEFERIDO
4	9/2/2026	DA00018370	RUD0H70	INDEFERIDO
5	13/2/2026	DA00045160	RTA5J17	INDEFERIDO
6	23/2/2026	DA00069940	OWJ9984	INDEFERIDO
7	2/2/2026	DA00077101	GVB9B71	INDEFERIDO
8	2/2/2026	DA00079921	OPM0242	INDEFERIDO
9	9/2/2026	DA00080419	SCJ1J80	INDEFERIDO
10	2/2/2026	DA00080809	QXR0C99	INDEFERIDO
11	2/2/2026	DA00081636	HDY4D22	INDEFERIDO
12	9/2/2026	DA00081636	HDY4D22	INDEFERIDO
13	2/2/2026	DA00081637	HKQ0B23	INDEFERIDO
14	9/2/2026	DA00082253	HDC8H99	INDEFERIDO
15	9/2/2026	DA00082396	NYC6287	INDEFERIDO
16	13/2/2026	DA00082403	HEL1867	INDEFERIDO
17	23/02/26	DA00082408	RUI3F11	INDEFERIDO
18	23/2/2026	DA00082409	RUI3F11	INDEFERIDO
19	2/2/2026	DA00082419	HCG2J22	**DEFERIDO**
20	9/2/2026	DA00082430	NYC6287	INDEFERIDO
21	9/2/2026	DA00083150	RVH3F91	INDEFERIDO
22	9/2/2026	DA00083368	HOB1J12	INDEFERIDO
23	2/2/2026	DA00083399	RMZ8B75	INDEFERIDO
24	9/2/2026	DA00083436	HMQ7376	INDEFERIDO
25	2/2/2026	DA00083638	GVB9B71	INDEFERIDO
26	2/2/2026	DA00083639	GVB9B71	INDEFERIDO
27	13/2/2026	DA00083697	TDT5F00	INDEFERIDO
28	23/2/2026	DA00084386	RUA5H04	**DEFERIDO**
29	13/2/2026	DA00084493	HJK2G12	**DEFERIDO**
30	23/2/2026	DA00085156	TES0B25	INDEFERIDO
31	9/2/2026	DA00087846	TES4C85	INDEFERIDO
32	9/2/2026	DA00087847	TES4C85	INDEFERIDO
33	13/2/2026	DM00008367	HCO4899	INDEFERIDO
34	2/2/2026	DM00014974	GVB9B71	INDEFERIDO
35	23/2/2026	DM00015744	TDG0H45	INDEFERIDO
36	9/2/2026	DM00022544	RUJ4G53	**DEFERIDO**
37	23/2/2026	DM00023912	SIO4J59	INDEFERIDO
38	2/2/2026	DM00023917	AIX9561	INDEFERIDO
39	2/2/2026	DM00023918	AIX9561	INDEFERIDO
40	2/2/2026	DM00023919	AIX9561	INDEFERIDO
41	9/2/2026	DM00023926	HGN6D47	INDEFERIDO
42	23/2/2026	DM00025161	RVM5E05	INDEFERIDO
43	23/2/2026	DM00026599	QQD1I91	INDEFERIDO
44	23/2/2026	DM00026602	QQD1I91	INDEFERIDO
45	23/2/2026	DM00026603	QQD1I91	INDEFERIDO
46	23/2/2026	DM00026604	QQD1I91	INDEFERIDO
47	9/2/2026	DM00036204	QNI3G97	INDEFERIDO
48	2/2/2026	DM00040733	SIO4J59	INDEFERIDO
49	13/2/2026	DM00042267	PXD1F85	INDEFERIDO
50	13/2/2026	DM00044601	RNX2G94	INDEFERIDO
51	13/2/2026	DM00045157	RTA5J17	INDEFERIDO
52	13/2/2026	DM00045158	RTA5J17	INDEFERIDO
53	13/2/2026	DM00045159	RTA5J17	INDEFERIDO
54	13/2/2026	DM00045161	RTA5J17	INDEFERIDO
55	13/2/2026	DM00046624	TDT5F00	INDEFERIDO
56	9/2/2026	DM00047477	PXB8E64	INDEFERIDO
57	9/2/2026	DM00047478	PXB8E64	**DEFERIDO**
58	23/2/2026	DM00048154	CYT3434	INDEFERIDO
59	13/2/2023	DM00048565	QOH0179	INDEFERIDO
60	13/2/2026	DM00048847	CYV6080	INDEFERIDO
61	13/2/2026	DM00048848	CYV6080	INDEFERIDO
62	9/2/2026	DM00049143	TWY7H80	INDEFERIDO
63	9/2/2026	DM00049144	TWY7H80	INDEFERIDO
64	2/2/2026	DM00049178	GWS2949	INDEFERIDO
65	2/2/2026	DM00049179	GWS2949	INDEFERIDO
66	2/2/2026	DM00049180	GWS2949	INDEFERIDO
67	2/2/2026	DM00049181	GWS2949	INDEFERIDO
68	2/2/2026	DM00049182	GWS2949	INDEFERIDO
69	2/2/2026	DM00049183	GWS2949	INDEFERIDO
70	2/2/2026	DM00049187	GWS2949	INDEFERIDO
71	2/2/2026	DM00049190	GWS2949	INDEFERIDO
72	13/2/2026	DM00019038	RNK1G42	INDEFERIDO
73	9/2/2026	DM00026416	OCR1B13	**DEFERIDO**
74	13/2/2026	DM00042657	TEY2F83	INDEFERIDO

75	23/2/2026	DM00046030	PVF3F78	INDEFERIDO
76	9/2/2026	DM00050161	HBC1715	INDEFERIDO

Das decisões da JARI cabem recursos tempestivamente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação, ao Conselho Estadual de Trânsito de Minas Gerais - CETRAN/MG, Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001, Prédio Gerais, 5º Andar, Bairro: Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP: 31630-901. O Recurso deverá ser protocolado no Guichê da SETTRANS, no 2º Andar da Rodoviária, na Avenida JK, 1455, Bairro Bom Pastor, Divinópolis/MG, CEP: 353500-155.
Secretaria da JARI/DIVINÓPOLIS, 23 de fevereiro de 2026.

ANTÔNIO VADALA NETO
Presidente da JARI/Divinópolis – MG

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7C60E665

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMIGA

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EDITAL – 2/2026 DA NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA
Prefeitura Municipal de Formiga – PMF
EDITAL – 2/2026 DA NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

Prefeitura Municipal de Formiga – PMF, em conformidade com as disposições e competências estabelecidas pela Lei Federal nº. 14.229/21 e pela Resolução do CONTRAN nº. 918/2022, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, NOTIFICA através do presente Edital, os proprietários dos veículos, abaixo relacionados, da aplicação das respectivas penalidades de multas referentes aos autos de infrações abaixo especificados. Fica estabelecido prazo máximo de 30 dias, contados da publicação desde edital, para a facultativa interposição de recurso administrativo, conforme normatizações do CTB - Código de Trânsito Brasileiro e CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito. O recurso por ventura interposto, deverá ser entregue PESSOALMENTE ou VIA CORREOS (de preferência mediante aviso de recebimento), ao Prefeitura Municipal de Formiga - PMF, que fica localizado na Rua Barão de Piumhi ,121 – Centro - FORMIGA MG - CEP. 35570-128. Para a obtenção de 20% de desconto, a multa deverá ser paga em até 30 dias a partir da data de publicação do presente Edital (artigo 284 da lei Federal n° 14.229/21).

ATENÇÃO: A disponibilidade do atendimento presencial está sujeita a possíveis restrições estabelecidas por decreto municipal ou estadual. Favor conferir a disponibilidade pelo telefone: (37) 3329-1846.

PLACA	NRO AIT	DATA DA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO
PWK1913	AG09916440	25/08/2025	5541-1
QJH2A66	AG09916841	25/08/2025	7625-1
QOK0H13	AG09916844	25/08/2025	5541-1
JGC5H53	AG09916846	25/08/2025	5550-0
NXX9850	AG09916755	25/08/2025	5541-2
QXV5E44	AG09916675	25/08/2025	5541-2
TUY4H78	AG09916677	25/08/2025	5541-2
HFS0A43	AG09916679	25/08/2025	5541-2
LUW4065	AG09916516	26/08/2025	5541-1
CYN9673	AG09916517	26/08/2025	5541-1
GEP0I50	AG09916519	26/08/2025	5541-1
JQP7060	AG09916850	26/08/2025	5568-0
GHU5G28	AG09916851	26/08/2025	5541-1
GSW5740	AG09916523	26/08/2025	5541-1
EAE9060	AG09916681	26/08/2025	5541-2
SYY5D97	AG09916758	26/08/2025	5541-1
RBO0B48	AG09916760	26/08/2025	5541-2
EXI2756	AG09916761	26/08/2025	7625-2
GZG3715	AG09916686	26/08/2025	5550-0
OQV3884	AG09916762	27/08/2025	5541-1
RFM3I57	AG09916525	28/08/2025	5541-1
EZZ2A91	AG09916526	28/08/2025	5541-1
RTK0G84	AG09916528	28/08/2025	5541-1
TEC4D48	AG09916529	28/08/2025	5541-1
OXG6800	AG09916690	28/08/2025	5550-0
HMF6I77	AG09916764	28/08/2025	5541-2
HGF7222	AG09916766	28/08/2025	5541-2
ELR5H71	AG09916859	28/08/2025	5541-1
PYG9F04	AG09916532	29/08/2025	5541-1
RIF1A85	AG09916772	30/08/2025	5541-2
HBL5705	AG09916181	07/09/2025	6068-1
HBI5248	AG09917002	08/09/2025	5541-1
TDN7F88	AG09917005	08/09/2025	7625-1
RNI6J51	AG09917006	08/09/2025	5541-1
QUL4C23	AG09917008	08/09/2025	5541-4
PGX7D22	AG09917009	08/09/2025	5550-0
QOB1646	AG09917010	08/09/2025	5550-0
TCA2E34	AG09917011	08/09/2025	7625-1
GIS4B77	AG09917043	08/09/2025	5541-2
EUL6D24	AG09916822	08/09/2025	5568-0
SHN3G46	AG09916823	08/09/2025	5541-2
RFA3G70	AG09916828	08/09/2025	5541-1
OPX2125	AG09916889	09/09/2025	5550-0

FAM7151	AG09917013	09/09/2025	5541-1
OWR0166	AG09917015	09/09/2025	5541-1
PWL3121	AG09917019	09/09/2025	5541-1
PYG9F04	AG09916890	09/09/2025	5550-0
OOX5G38	AG09916831	09/09/2025	5541-2
RNN0G10	AG09916834	09/09/2025	5541-2
HBJ8I94	AG09916840	09/09/2025	5550-0
HKF5291	AG09917048	09/09/2025	5541-2
RMN4J51	AG09917050	09/09/2025	5541-2
TCJ4I53	AG09917052	09/09/2025	5541-2
RHO7I49	AG09917056	09/09/2025	5541-2
QNG1903	AG09917060	09/09/2025	5550-0
HBH9I41	AG09916893	10/09/2025	5568-0
HCS0019	AG09916894	10/09/2025	5541-1
HOJ4933	AG09916899	10/09/2025	5541-1
OQV3884	AG09916900	10/09/2025	5541-1
OMH1I67	AG09917062	10/09/2025	5550-0
SIG8J93	AG09917141	10/09/2025	5541-2
FHM8351	AG09917144	10/09/2025	5541-2
HBJ7F64	AG09917022	11/09/2025	5550-0
HLT3B62	AG09917065	11/09/2025	5541-2
OQW3649	AG09917066	11/09/2025	5541-1
SER5C67	AG09917067	11/09/2025	5541-2
HHB7C18	AG09916904	11/09/2025	5541-1
FSZ9C32	AG09917146	11/09/2025	5541-2
QPI7246	AG09917152	11/09/2025	5541-2
TLO1E28	AG09917153	11/09/2025	5541-4
KXL8G03	AG09916907	12/09/2025	5541-1
SHU9D25	AG09917154	12/09/2025	5541-2
HDQ1G99	AG09917155	12/09/2025	5541-2
QUM0G20	AG09917158	12/09/2025	5541-2
TDU7A53	AG09917071	12/09/2025	5541-2
CDN5603	AG09917072	12/09/2025	5541-2
GHJ4E04	AG09917073	12/09/2025	5541-2
QQB2B78	AG09917075	12/09/2025	5541-2
PYI2593	AG09917165	13/09/2025	5541-2
RFI9F31	AG09917082	13/09/2025	5541-2
PDQ1J50	AG09917163	13/09/2025	5541-2
MWT5F94	AG09917025	15/09/2025	5541-1
JIK9233	AG09917028	16/09/2025	5568-0
NVW7609	AG09917029	16/09/2025	5541-4
RSD8B35	AG09917030	16/09/2025	5541-4
QUC4116	AG09917167	16/09/2025	5541-2
HJA6E01	AG09917085	16/09/2025	5541-2
HIT4C22	AG09917086	16/09/2025	5541-2
QNU9F98	AG09917089	17/09/2025	5541-2
HFC3009	AG09917090	17/09/2025	5541-2
TDJ8D15	AG09917092	17/09/2025	5541-2
PUJ0D99	AG09917031	17/09/2025	5541-2
PVS9319	AG09917032	17/09/2025	5541-1
OXA4402	AG09916912	17/09/2025	5541-1
GDK8C19	AG09916913	17/09/2025	5509-0
CCG0070	AG09916914	17/09/2025	5509-0
HFU9B25	AG09916915	17/09/2025	5550-0
NYF3115	AG09917170	17/09/2025	5541-2
RUR9A97	AG09917171	17/09/2025	5541-2
PYD7E33	AG09917172	17/09/2025	5541-2
RTP5D58	AG09917093	17/09/2025	5541-2
RTA2E86	AG09917033	18/09/2025	5541-1
OQI0G63	AG09917034	18/09/2025	5541-1
QPC9325	AG09917037	18/09/2025	6041-2
PZB3C42	AG09917173	18/09/2025	6041-2
OQB7369	AG09917174	18/09/2025	6041-2
QUF5H25	AG09917175	18/09/2025	6041-2
PUP3846	AG09917176	18/09/2025	6041-2
HAS5J45	AG09917178	18/09/2025	6041-2
QPC9325	AG09917036	18/09/2025	5835-0
HBO7558	AG09917095	18/09/2025	5819-1
SYL8H13	AG09917096	18/09/2025	5819-1
HGU6H72	AG09917097	18/09/2025	5738-0
HGU6H72	AG09917189	19/09/2025	6041-2
EAY0J28	AG09917038	19/09/2025	5541-1
HJA6B22	AG09917039	19/09/2025	5541-1
HBJ5442	AG09916918	19/09/2025	5541-1
GSJ9382	AG09916919	19/09/2025	5541-1
OQS2323	AG09916920	19/09/2025	5568-0
GCD1C99	AG09917040	19/09/2025	5452-2
RFP3J06	AG09917179	19/09/2025	6041-2
HDC2I30	AG09917180	19/09/2025	6041-2
GLI6973	AG09917181	19/09/2025	6041-2
RNV8H50	AG09917182	19/09/2025	6041-2
NVY9502	AG09917183	19/09/2025	6041-2
PZM4227	AG09917184	19/09/2025	6041-2
PAK9C63	AG09917185	19/09/2025	6041-2
HBO7888	AG09917186	19/09/2025	6041-2
QQL2790	AG09917187	19/09/2025	6041-2
PUH7049	AG09917188	19/09/2025	6041-2
RMW9E63	AG09917190	19/09/2025	6041-2
PZZ9D61	AG09917191	19/09/2025	6041-2

GYB2002	AG09916917	19/09/2025	6041-2
DNJ3086	AG09916916	19/09/2025	6041-2
GXM7111	AG09917098	19/09/2025	5568-0
OPU7697	AG09916922	20/09/2025	5541-1
TCI4H07	AG09916925	20/09/2025	5541-1
PXQ3H19	AG09916923	20/09/2025	5541-1
TWZ2E63	AG09917241	22/09/2025	5541-1
EYQ5532	AG09917242	22/09/2025	5541-4
PWT1I77	AG09917243	22/09/2025	5550-0
TCE0F26	AG09917244	22/09/2025	5541-2
HGF7222	AG09917245	22/09/2025	5541-2
OAY7B70	AG09917246	22/09/2025	5568-0
FWR0910	AG09917247	22/09/2025	5568-0
JFP5904	AG09917248	22/09/2025	5568-0
NVX9J49	AG09916928	22/09/2025	5541-2
PVU8B60	AG09916929	22/09/2025	5541-2
DEX0D48	AG09916930	22/09/2025	5541-2
BJP8F52	AG09916931	22/09/2025	5541-2
GZB3515	AG09916932	22/09/2025	5568-0
OWH4748	AG09916933	22/09/2025	5568-0
CLJ7336	AG09917249	23/09/2025	5550-0
HLZ4726	AG09917250	23/09/2025	5541-1
GNN0134	AG09916935	23/09/2025	5568-0
JZW2233	AG09916936	23/09/2025	5568-0
QNQ7J77	AG09916937	23/09/2025	7625-1
GWZ2851	AG09917099	23/09/2025	5541-2
TEE7F51	AG09917100	23/09/2025	5541-2
NYF8626	AG09917101	23/09/2025	5541-2
RMT0J77	AG09917102	23/09/2025	5541-2
OWO1F46	AG09917103	23/09/2025	5541-2
FPW3G80	AG09917104	23/09/2025	5541-2
HDD7811	AG09917105	23/09/2025	5541-2
OQA5I00	AG09917192	23/09/2025	5541-2
JGT0G85	AG09917193	23/09/2025	5541-2
EJU3439	AG09917194	23/09/2025	5541-2
RUW1C68	AG09917195	23/09/2025	5541-2
HAM6D70	AG09917254	24/09/2025	5568-0
HEL7732	AG09917255	24/09/2025	5568-0
PZC9E51	AG09917256	24/09/2025	5541-2
SYY5D97	AG09917258	24/09/2025	5541-2
SGZ8I25	AG09917259	24/09/2025	5568-0
HIT3F75	AG09917260	24/09/2025	5541-1
KOQ3I95	AG09917261	24/09/2025	5541-2
PVC4D33	AG09917262	24/09/2025	5541-2
HAM3J55	AG09916939	24/09/2025	5568-0
PUR0461	AG09916940	24/09/2025	5541-1
QPC1421	AG09917341	24/09/2025	5550-0
OLR8A88	AG09917342	24/09/2025	5509-0
HMR0449	AG09917344	24/09/2025	5541-1
SHR5A46	AG09917196	24/09/2025	5541-2
TWY9G49	AG09917197	24/09/2025	5541-2
PUA7170	AG09917198	24/09/2025	5541-2
QNU9B90	AG09917106	24/09/2025	5541-2
OFO0H94	AG09917107	24/09/2025	5541-2
DGD7B88	AG09917108	24/09/2025	5541-2
OPW7B40	AG09917109	24/09/2025	5541-1
OQN1766	AG09917111	24/09/2025	5541-2
HNP0C83	AG09917113	24/09/2025	5541-2
RFE8H58	AG09917264	25/09/2025	5568-0
FFJ3A19	AG09917265	25/09/2025	5568-0
RJK9H77	AG09917267	25/09/2025	5541-4
EUA4D68	AG09917268	25/09/2025	5541-4
TCO5G61	AG09917269	25/09/2025	5541-2
HCH0B64	AG09917271	25/09/2025	5568-0
TDO7F69	AG09917272	25/09/2025	5568-0
TCN8B66	AG09917274	25/09/2025	5541-1
PXG3932	AG09917275	25/09/2025	5541-1
TFV2I93	AG09917345	25/09/2025	5541-1
PXW1656	AG09917346	25/09/2025	5541-1
FFC6026	AG09917347	25/09/2025	5568-0
TEM6A37	AG09917348	25/09/2025	5541-1
KOQ3I95	AG09917199	25/09/2025	5541-2
OPF3F46	AG09917201	25/09/2025	5541-2
PVQ0073	AG09917202	25/09/2025	5541-2
QMW1118	AG09917203	25/09/2025	5541-2
QUN2940	AG09917204	25/09/2025	5541-2
HAQ6080	AG09917114	25/09/2025	5541-2
PWG4641	AG09917115	25/09/2025	5541-1
FSO4E92	AG09917116	25/09/2025	5541-2
SJB8G24	AG09917117	25/09/2025	5541-2
OFO0H94	AG09917118	25/09/2025	5541-2
QOL9367	AG09917119	25/09/2025	5541-2
PXB4H26	AG09917120	25/09/2025	5541-1
HHQ3408	AG09917121	25/09/2025	5541-1
OZW4228	AG09917122	25/09/2025	5541-1
HBJ7749	AG09917276	26/09/2025	5541-1
GZX0416	AG09917277	26/09/2025	7625-2
TCL1J50	AG09917350	26/09/2025	5541-1
PWH5428	AG09917351	26/09/2025	5452-2

HMQ4229	AG09917352	26/09/2025	5568-0
TVK9F72	AG09917205	26/09/2025	5541-2
RFK7G30	AG09917206	26/09/2025	5541-2
RNT0E77	AG09917123	26/09/2025	5541-2
HHN4E22	AG09917124	26/09/2025	5541-1
EVN9J85	AG09917125	26/09/2025	5541-4
RTE7G20	AG09917208	27/09/2025	5541-2
TCA7D92	AG09917207	27/09/2025	5541-4
RGA4E88	AG09917209	27/09/2025	5541-2
QWT2I50	AG09917210	27/09/2025	5541-2
GYA9271	AG09917211	27/09/2025	5541-1
QXH7I55	AG09917212	27/09/2025	5541-2
QXI2A02	AG09917213	27/09/2025	5541-2
PWR3265	AG09917214	27/09/2025	5541-2
HMW5A34	AG09917215	27/09/2025	5541-2
HJU4G63	AG09917216	27/09/2025	5541-4
PVQ4586	AG09917126	27/09/2025	5541-1
HHB3320	AG09917127	27/09/2025	5541-1
SYP7A92	AG09917128	27/09/2025	5541-1
FTT1B28	AG09917129	27/09/2025	5541-1
OQS1E94	AG09917131	29/09/2025	7048-1
GTO1028	AG09917132	29/09/2025	7625-2
OPD9I31	AG09917133	29/09/2025	5541-1
PKZ8J69	AG09917134	29/09/2025	5541-1
HKM6158	AG09917135	29/09/2025	5541-1
SYR7E15	AG09917136	29/09/2025	5541-1
RNQ2I41	AG09917137	29/09/2025	5541-1
HIN0711	AG09917138	29/09/2025	5460-0
GLI6973	AG09917139	30/09/2025	5541-1
SWJ2E79	AG09917278	01/10/2025	5738-0
SWJ2E79	AG09917279	01/10/2025	5835-0
KTY9287	AG09917217	02/10/2025	5738-0
KTY9287	AG09917219	02/10/2025	5835-0
HKI2E52	AG09917280	02/10/2025	5738-0
QOW4I43	AG09916182	03/10/2025	5525-0
HIP0G60	AG09916184	06/10/2025	5541-2
PUN4H72	AG09916186	06/10/2025	5541-4
RTI5J76	AG09916187	06/10/2025	5541-4
PYR2J56	AG09916188	06/10/2025	7625-2
QUD1B05	AG09916189	06/10/2025	5550-0
RFE3H43	AG09917284	06/10/2025	5738-0
HIT3272	AG09917282	06/10/2025	5738-0
QWX1944	AG09917283	06/10/2025	5738-0
OMA3F54	AG09917285	06/10/2025	6041-1
HGZ8840	AG09917220	06/10/2025	5738-0
RFH8F57	AG09917221	06/10/2025	5738-0
PVZ2597	AG09916192	07/10/2025	7625-1
HFQ6757	AG09916193	07/10/2025	7625-1
PWL3899	AG09916194	07/10/2025	7625-1
PXM3181	AG09916195	07/10/2025	7625-1
TCO1G60	AG09917286	07/10/2025	5509-0
SHH4J79	AG09917287	07/10/2025	5509-0
DUO9I94	AG09917288	07/10/2025	6041-2
HIV9A34	AG09916198	08/10/2025	5541-2
GXC0827	AG09917289	08/10/2025	6041-2
TCM7H36	AG09917290	08/10/2025	6041-1
TCM7H36	AG09917291	08/10/2025	5738-0
HOF6A40	AG09917293	08/10/2025	6041-1
HOF6A40	AG09917294	08/10/2025	6041-2
GJZ2E20	AG09917295	08/10/2025	7625-2
GOZ4C99	AG09917222	08/10/2025	5738-0
HDN2A32	AG09916196	08/10/2025	7625-1
HOF6A40	AG09917296	08/10/2025	5835-0
ECO4H25	AG09917292	08/10/2025	5738-0
KOQ3I95	AG09917298	09/10/2025	5541-2
QMY7B14	AG09917299	09/10/2025	5541-2
FZD9559	AG09917300	09/10/2025	5541-1
QUO1B01	AG09917302	09/10/2025	5541-2
GWE2823	AG09917303	09/10/2025	5541-2
OQZ7782	AG09917304	09/10/2025	5541-2
TDW6B95	AG09917305	09/10/2025	5541-2
HBJ6651	AG09917306	09/10/2025	5541-2
HFQ0908	AG09917307	09/10/2025	5541-2
HCU1902	AG09917308	09/10/2025	5541-2
HFQ7953	AG09917310	09/10/2025	5541-2
PZL7A05	AG09917311	09/10/2025	5541-2
PWA9818	AG09917312	09/10/2025	5541-2
SHF0F87	AG09917313	09/10/2025	5541-1
TCK0G60	AG09917314	09/10/2025	5541-2
SYA1A44	AG09916199	09/10/2025	5541-2
SIA4D56	AG09917315	09/10/2025	5541-2
QOI3C99	AG09917316	09/10/2025	5541-2
RUV4J27	AG09917317	09/10/2025	5541-1
FCS8D79	AG09917318	09/10/2025	5541-1
GHJ0H11	AG09917319	09/10/2025	5568-0
FUH5I86	AG09917320	09/10/2025	5568-0
TWY9G49	AG09917321	09/10/2025	5568-0
PXX6304	AG09917322	09/10/2025	5568-0
HGL2378	AG09917355	09/10/2025	5541-2

QOT0D34	AG09917356	09/10/2025	5541-2
PYY6A73	AG09917357	09/10/2025	5541-2
HFC3009	AG09917358	09/10/2025	5541-2
OMF6912	AG09917359	09/10/2025	5541-2
PUQ4I04	AG09917360	09/10/2025	5541-2
ELK0G73	AG09917361	09/10/2025	5541-2
OPJ6558	AG09917362	09/10/2025	5541-2
PZT7D05	AG09917363	09/10/2025	5541-2
HOC0700	AG09917364	09/10/2025	5541-1
GYX5B74	AG09917365	09/10/2025	5541-1
SHR8C03	AG09917223	09/10/2025	5460-0
QXI0E83	AG09917224	09/10/2025	5541-2
HJA6B09	AG09917226	09/10/2025	5541-2
PZC7362	AG09917227	09/10/2025	5541-2
SYY4A79	AG09917228	09/10/2025	5541-2
OQF9435	AG09916200	09/10/2025	5568-0
RTB6A49	AG09917231	09/10/2025	5541-1
PWH9413	AG09917323	10/10/2025	5541-1
GYX5B74	AG09917324	10/10/2025	5541-1
RNF0D87	AG09917325	10/10/2025	5541-1
TEA4H38	AG09917326	10/10/2025	5541-1
HMA0H54	AG09917327	10/10/2025	5541-2
FHQ8098	AG09917328	10/10/2025	5541-2
TCJ4I53	AG09917367	10/10/2025	5541-2
HGF7023	AG09917368	10/10/2025	5541-2
PZZ5H59	AG09917232	10/10/2025	5541-1
HOE2J34	AG09917233	10/10/2025	5541-2
NYA1350	AG09917234	10/10/2025	5541-2
SYJ7H58	AG09917235	10/10/2025	5541-2
QNU9F98	AG09917236	10/10/2025	5541-2
QQC1E98	AG09917237	10/10/2025	5541-2
OQW4262	AG09917329	13/10/2025	5541-1
LSL8150	AG09917330	13/10/2025	5541-4
QNM0A93	AG09917332	13/10/2025	5550-0
GYX5B74	AG09917333	13/10/2025	5541-1
PXJ2B22	AG09917334	13/10/2025	5541-1
RTI8D98	AG09917335	13/10/2025	5541-4
OVV6079	AG09917336	13/10/2025	5541-4
PXT9079	AG09917337	13/10/2025	5541-1
PZH2778	AG09917339	13/10/2025	5541-2
RVS4F95	AG09917340	13/10/2025	5541-2
ERD0G91	AG09917369	13/10/2025	5541-1
GDK1E44	AG09917371	13/10/2025	5541-1
SYA1A44	AG09917372	13/10/2025	5541-2
DZI2I52	AG09917374	13/10/2025	5541-2
HNV5519	AG09917239	13/10/2025	5541-2
OLY5C33	AG09917240	13/10/2025	5541-2
DFJ3914	AG09917541	13/10/2025	5541-2
GDJ9A42	AG09917542	13/10/2025	5541-2
OMG4318	AG09917641	14/10/2025	5541-1
GYX5B74	AG09917642	14/10/2025	5541-1
HIE4J41	AG09917643	14/10/2025	5541-1
EBK4078	AG09917644	14/10/2025	5541-2
GUE0A66	AG09917645	14/10/2025	5541-1
JAY3E75	AG09917646	14/10/2025	5541-1
TCH9D47	AG09917648	14/10/2025	5541-2
HDC3G19	AG09917649	14/10/2025	5541-2
OQG3054	AG09917650	14/10/2025	5541-2
HGC5J48	AG09917651	14/10/2025	5541-2
SJA3J52	AG09917652	14/10/2025	5541-2
HET9C58	AG09917653	14/10/2025	5541-2
OQI9I03	AG09917654	14/10/2025	5541-2
IWS0221	AG09917655	14/10/2025	5541-2
PZI7247	AG09917656	14/10/2025	5541-2
NYC3293	AG09917658	14/10/2025	5541-2
HJW4I12	AG09917659	14/10/2025	5541-2
HEM8376	AG09917660	14/10/2025	5541-2
HOA3J25	AG09917375	14/10/2025	5541-2
RFY3D72	AG09917376	14/10/2025	5541-2
HFQ7753	AG09917377	14/10/2025	5541-2
OZX8J38	AG09917378	14/10/2025	5541-2
PZB8C31	AG09917379	14/10/2025	5541-2
OQX0F35	AG09917380	14/10/2025	5541-2
HGP4589	AG09917381	14/10/2025	5541-2
OHV5G13	AG09917547	14/10/2025	5541-2
PZS2502	AG09917383	14/10/2025	5541-2
ALR3223	AG09917384	14/10/2025	5541-2
FSW2F57	AG09917385	14/10/2025	5541-2
PUA3650	AG09917386	14/10/2025	5541-2
HGR9512	AG09917387	14/10/2025	5568-0
QNA7F32	AG09917389	14/10/2025	5568-0
JIK9233	AG09917390	14/10/2025	5568-0
GSJ8537	AG09917391	14/10/2025	5568-0
QOM5B14	AG09917543	14/10/2025	5541-2
HOJ5B84	AG09917544	14/10/2025	5541-2
HGF0379	AG09917545	14/10/2025	5541-2
MWJ3B08	AG09917546	14/10/2025	5541-2
RUB0C58	AG09917548	14/10/2025	5541-2
TDP3A68	AG09917550	14/10/2025	5541-2

IWS0221	AG09917551	14/10/2025	5541-2
OLW5720	AG09917552	14/10/2025	5541-2
GWF5F65	AG09917553	14/10/2025	5541-2
GXO1F62	AG09917555	14/10/2025	5541-2
NYC3293	AG09917556	14/10/2025	5541-2
RNI7G32	AG09917661	15/10/2025	5541-1
QNZ7B40	AG09917662	15/10/2025	5568-0
TCL8D46	AG09917663	15/10/2025	5568-0
HHX6I87	AG09917664	15/10/2025	5541-1
SHN0E54	AG09917667	15/10/2025	5550-0
OQW3649	AG09917668	15/10/2025	5541-2
HFT9144	AG09917669	15/10/2025	5541-1
PUJ0314	AG09917670	15/10/2025	5541-2
QOT0D34	AG09917672	15/10/2025	5541-2
HIJ5060	AG09917673	15/10/2025	5541-2
TDA0B87	AG09917674	15/10/2025	5541-2
OWO5J85	AG09917675	15/10/2025	5541-2
GWI2108	AG09917395	15/10/2025	5541-4
QNU9F98	AG09917396	15/10/2025	5541-2
HFC3009	AG09917397	15/10/2025	5541-2
APF6833	AG09917398	15/10/2025	5541-2
HDN6I77	AG09917399	15/10/2025	5541-2
QUF1F46	AG09917400	15/10/2025	5541-2
QPK4333	AG09917401	15/10/2025	5541-2
SHV2J25	AG09917447	15/10/2025	5541-2
TYA3J95	AG09917448	15/10/2025	7625-2
FBH6E17	AG09917449	15/10/2025	5541-2
PAJ9183	AG09917450	15/10/2025	5541-1
PWB4C43	AG09917404	16/10/2025	5541-1
SYW5G56	AG09917405	16/10/2025	5541-2
TCW4D44	AG09917406	16/10/2025	5541-2
HDI8192	AG09917407	16/10/2025	5541-2
EYI3D50	AG09917408	16/10/2025	5541-2
OBA4H63	AG09917409	16/10/2025	5541-2
QUD1943	AG09917410	16/10/2025	5541-2
HFC3009	AG09917411	16/10/2025	5541-2
QNS9G45	AG09917559	16/10/2025	5541-2
SEQ8B68	AG09917560	16/10/2025	5541-2
SIR3I85	AG09917452	16/10/2025	5541-2
QNL1E77	AG09917453	16/10/2025	5541-2
SHY8H91	AG09917454	16/10/2025	5541-2
GYX5B74	AG09917413	17/10/2025	5541-1
PVR1I71	AG09917414	17/10/2025	5541-1
BEZ2D73	AG09917562	17/10/2025	7625-2
QOE6898	AG09917417	18/10/2025	5541-1
HBJ6183	AG09917418	18/10/2025	5541-1
HJO4124	AG09917419	18/10/2025	7056-1
HMW5A34	AG09917415	18/10/2025	5541-1
HCS0605	AG09917416	18/10/2025	5541-1
QPM0256	AG09917676	20/10/2025	5541-2
RFS9G18	AG09917677	20/10/2025	5541-2
PXQ1H02	AG09917678	20/10/2025	5541-2
TDQ5C61	AG09917679	20/10/2025	5541-2
PVE2375	AG09917680	20/10/2025	5541-2
HEV5511	AG09917681	20/10/2025	5541-2
SIA4D56	AG09917682	20/10/2025	5541-2
OWQ4E58	AG09917684	20/10/2025	5541-2
HBJ8B43	AG09917685	20/10/2025	5541-2
PHY0E68	AG09917455	20/10/2025	5541-1
GPK6B58	AG09917456	20/10/2025	5541-1
OWM3071	AG09917457	20/10/2025	5541-4
DYA5G00	AG09917420	20/10/2025	5541-1
RFB1D21	AG09917421	20/10/2025	5541-4
PYU5C22	AG09917422	20/10/2025	5541-2
HCV5976	AG09917423	20/10/2025	5541-2
HIP7799	AG09917424	20/10/2025	5509-0
QPY1A98	AG09917564	20/10/2025	5541-4
GJH4A96	AG09917565	20/10/2025	5541-1
OQQ5545	AG09917686	21/10/2025	5550-0
HFQ6903	AG09917688	21/10/2025	5541-4
IMV4970	AG09917689	21/10/2025	5541-4
HGF6338	AG09917690	21/10/2025	5541-1
GZL9I14	AG09917691	21/10/2025	5541-1
FBD6903	AG09917692	21/10/2025	5541-1
NZB3009	AG09917425	21/10/2025	5541-1
GZB3777	AG09917426	21/10/2025	5550-0
GQU2599	AG09917427	21/10/2025	5568-0
NYB2C84	AG09917428	21/10/2025	5541-2
PZI3841	AG09917566	21/10/2025	5541-2
PUN3A26	AG09917568	21/10/2025	5541-2
SDB3D63	AG09917569	21/10/2025	5541-2
SGN4F44	AG09917570	21/10/2025	5541-2
HKP2565	AG09917571	21/10/2025	5541-2
FVT8856	AG09917572	21/10/2025	5541-2
PUW0785	AG09917573	21/10/2025	5541-2
GPY8826	AG09917458	21/10/2025	5541-2
QOS2J95	AG09917459	21/10/2025	5541-2
GKE1A33	AG09917460	21/10/2025	5541-2
SIJ9H43	AG09917461	21/10/2025	5541-2

PXI4598	AG09917462	21/10/2025	7625-2
SIJ7C42	AG09917463	21/10/2025	5541-2
HFS4D00	AG09917464	21/10/2025	5541-2
OLX3F63	AG09917465	21/10/2025	5541-2
PDJ8F75	AG09917466	21/10/2025	5541-2
PYL3F64	AG09917467	21/10/2025	5541-2
KRP6G51	AG09917468	21/10/2025	5541-2
QMW1D22	AG09917469	21/10/2025	5541-2
PQK6E90	AG09917574	21/10/2025	5541-2
HLF7459	AG09917693	22/10/2025	7625-1
HOF2220	AG09917694	22/10/2025	5568-0
OQX4549	AG09917695	22/10/2025	5568-0
NBX5267	AG09917696	22/10/2025	5568-0
HJP8G63	AG09917697	22/10/2025	5568-0
PUS6320	AG09917698	22/10/2025	5568-0
RMX4F28	AG09917700	22/10/2025	5541-2
PYK9B68	AG09917701	22/10/2025	5541-2
SYI7A15	AG09917702	22/10/2025	5541-2
GWH9523	AG09917703	22/10/2025	5541-1
GPP2320	AG09917704	22/10/2025	5568-0
OOX9D98	AG09917705	22/10/2025	5541-1
HKM6409	AG09917706	22/10/2025	5541-1
KDS4125	AG09917707	22/10/2025	5541-2
PYB3G62	AG09917708	22/10/2025	5541-2
PYV0D32	AG09917429	22/10/2025	5541-2
PWI1654	AG09917709	22/10/2025	7625-2
PYH2H70	AG09917710	22/10/2025	5541-1
RFU3J89	AG09917711	22/10/2025	5541-1
RTC5I47	AG09917712	22/10/2025	5541-2
TCL3A29	AG09917713	22/10/2025	5541-2
HET7J33	AG09917714	22/10/2025	5541-2
RFB1D21	AG09917715	22/10/2025	5541-4
FSG4B25	AG09917430	22/10/2025	5452-2
PYU8J51	AG09917575	22/10/2025	5541-2
TEV8J62	AG09917576	22/10/2025	5541-1
QXK9554	AG09917577	22/10/2025	5541-1
DQP3F58	AG09917578	22/10/2025	5541-2
SIW5B58	AG09917579	22/10/2025	5541-2
RMN4I11	AG09917580	22/10/2025	5541-1
RUZ7G66	AG09917581	22/10/2025	5541-2
JHT0419	AG09917582	22/10/2025	5541-2
PYI0403	AG09917583	22/10/2025	5541-2
EIT8097	AG09917584	22/10/2025	5541-1
FML4G64	AG09917585	22/10/2025	5541-2
HLZ4726	AG09917716	23/10/2025	5568-0
GHJ0H11	AG09917717	23/10/2025	5568-0
GAT6G12	AG09917718	23/10/2025	5568-0
HMJ9319	AG09917719	23/10/2025	5568-0
PXX6304	AG09917720	23/10/2025	5568-0
PZW9063	AG09917721	23/10/2025	5568-0
GUW3718	AG09917722	23/10/2025	5452-2
OQA3G83	AG09917723	23/10/2025	5550-0
QNI4H41	AG09917724	23/10/2025	5550-0
HAK5288	AG09917725	23/10/2025	5568-0
GSJ4J11	AG09917726	23/10/2025	5541-1
HKW1230	AG09917727	23/10/2025	5541-1
EEX6F55	AG09917728	23/10/2025	5541-1
EBU9453	AG09917729	23/10/2025	5541-4
HIT4058	AG09917730	23/10/2025	5541-1
PWH2F02	AG09917431	23/10/2025	5541-1
HKQ9763	AG09917432	23/10/2025	5541-1
GFJ4740	AG09917433	23/10/2025	5541-1
RTZ8A97	AG09917435	23/10/2025	5541-1
PYH8G87	AG09917586	23/10/2025	5541-2
MGY7050	AG09917587	23/10/2025	5541-1
QNM5F27	AG09917588	23/10/2025	5541-1
OMD4922	AG09917589	23/10/2025	5541-2
OOW6344	AG09917590	23/10/2025	5541-2
GIV3H12	AG09917591	23/10/2025	5541-2
HKF9777	AG09917592	23/10/2025	5541-2
SHZ2H77	AG09917593	23/10/2025	5541-1
PVW6D90	AG09917594	23/10/2025	5541-2
QUL8909	AG09917595	23/10/2025	5541-1
GOD0700	AG09917596	23/10/2025	5460-0
PMB8008	AG09917597	23/10/2025	5460-0
TXD4D94	AG09917731	24/10/2025	5541-1
QXI8A12	AG09917732	24/10/2025	5541-2
OPN6206	AG09917733	24/10/2025	5541-1
TKT5A71	AG09917734	24/10/2025	5550-0
SVF6J88	AG09917735	24/10/2025	5509-0
HBJ7631	AG09917737	24/10/2025	5207-0
OQK1F74	AG09917436	24/10/2025	5541-1
TCN4A15	AG09917598	24/10/2025	5460-0
ESR9J74	AG09917600	24/10/2025	5568-0
GZW3087	AG09917601	24/10/2025	5541-2
RTE7G20	AG09917602	24/10/2025	5541-2
GUA5446	AG09917603	24/10/2025	5541-2
QNO2C08	AG09917604	24/10/2025	5541-2
OQY2D93	AG09917605	24/10/2025	5541-2

HBJ7631	AG09917738	24/10/2025	5835-0
RUM2F01	AG09917606	25/10/2025	5541-2
OMI8A73	AG09917607	25/10/2025	5541-2
RTA0A45	AG09917608	25/10/2025	7625-2
FVP3J85	AG09917609	25/10/2025	5541-2
CSR0J02	AG09917610	25/10/2025	5541-4
QXI4095	AG09917611	25/10/2025	5541-2
OWW4539	AG09917437	27/10/2025	5541-1
KXB2I11	AG09917438	27/10/2025	5509-0
GSX5588	AG09917440	27/10/2025	5541-1
FMZ5D48	AG09917741	27/10/2025	5541-1
OBB8145	AG09917742	27/10/2025	5541-1
RUD7J20	AG09917743	27/10/2025	5541-1
HBJ8853	AG09917745	27/10/2025	5738-0
PUW2393	AG09917746	27/10/2025	5541-1
MOH0837	AG09917744	27/10/2025	5738-0
TDK6I61	AG09917739	28/10/2025	5541-1
GWQ5948	AG09917841	28/10/2025	7625-2
TDS9B75	AG09917842	28/10/2025	5509-0
GKZ3779	AG09917843	28/10/2025	5568-0
EFA7192	AG09917845	28/10/2025	5541-1
HMH9D93	AG09917846	28/10/2025	5541-2
PVT1891	AG09917612	28/10/2025	5568-0
HHF2930	AG09917614	28/10/2025	5541-1
FOI7F50	AG09917615	28/10/2025	5541-2
OQW4C62	AG09917616	28/10/2025	5541-2
SHI5F03	AG09917617	28/10/2025	5541-2
SUC9H94	AG09917618	28/10/2025	5541-1
HNN0746	AG09917619	28/10/2025	5568-0
PUK0071	AG09917620	28/10/2025	5568-0
RFR2F15	AG09917851	29/10/2025	5541-1
QOC9G95	AG09917852	29/10/2025	5541-1
OQD7111	AG09917853	29/10/2025	5541-1
HBJ8723	AG09917854	29/10/2025	5568-0
HNJ7811	AG09917855	29/10/2025	5550-0
SJH5B41	AG09917857	29/10/2025	5550-0
TFB6F73	AG09917858	29/10/2025	5541-1
EQY9410	AG09917859	29/10/2025	5541-1
TDC1D49	AG09917860	29/10/2025	5541-1
HDC3829	AG09917861	29/10/2025	5541-1
HNV3717	AG09917863	29/10/2025	5541-1
HBQ5E83	AG09917864	29/10/2025	5541-1
KLI4A34	AG09917865	29/10/2025	5541-1
HGF6882	AG09917866	29/10/2025	5541-1
LMD3617	AG09917867	29/10/2025	7625-2
IQG5263	AG09917868	29/10/2025	5541-1
SYL8E06	AG09917623	29/10/2025	7625-1
OOY9501	AG09917625	29/10/2025	5541-2
PXH9A17	AG09917626	29/10/2025	5541-2
HGF6173	AG09917627	29/10/2025	5541-2
BPW2336	AG09917869	30/10/2025	5550-0
HLA4D38	AG09917747	30/10/2025	5541-4
KRP6G51	AG09917629	30/10/2025	5541-2
HGF6904	AG09917630	30/10/2025	7625-2
QNM6G04	AG09917631	30/10/2025	5541-2
HMD5176	AG09917748	30/10/2025	5541-1
LRO7E17	AG09917872	31/10/2025	5541-2
PVT2G55	AG09917874	31/10/2025	5541-2
NFQ3442	AG09917749	31/10/2025	5541-2
PQQ1286	AG09917751	31/10/2025	5541-2
PWO9H82	AG09917752	31/10/2025	5541-2
HLJ5J50	AG09917753	31/10/2025	5541-2
DKP8I54	AG09917754	31/10/2025	5541-2
PUT4082	AG09917755	31/10/2025	5541-2
SJD5G77	AG09917875	31/10/2025	5541-1
TCQ7I71	AG09917876	31/10/2025	5541-1
FZN3C70	AG09917877	31/10/2025	5541-1
RFS5C30	AG09917878	31/10/2025	5541-4
TEG4J74	AG09917756	31/10/2025	5541-1
LLI2E57	AG09917632	31/10/2025	5568-0
GDD8F14	AG09917633	31/10/2025	5541-2
PZZ9B07	AG09917634	31/10/2025	5541-2
HMD5176	AG09917635	31/10/2025	5541-1
JIB5D47	AG09917636	31/10/2025	5541-2
PUF8B61	AG09917637	31/10/2025	5541-2
QXI5I48	AG09917638	31/10/2025	5541-2
QUF1F46	AG09917889	01/11/2025	5541-2
SYQ3I31	AG09917890	01/11/2025	5541-1
PBB6J66	AG09917892	01/11/2025	5541-4
HDC3799	AG09917893	01/11/2025	5541-1
HGF0249	AG09917894	01/11/2025	5541-2
RFK1J55	AG09917895	01/11/2025	5541-2
HJE3A25	AG09917896	01/11/2025	5541-2
OPJ0130	AG09917897	01/11/2025	5541-2
QNL6J40	AG09917898	01/11/2025	5541-2
GRY1I13	AG09917901	01/11/2025	5541-2
QMV6J18	AG09917902	01/11/2025	5541-2
OQT0148	AG09917879	01/11/2025	5541-2
HBJ8550	AG09917903	01/11/2025	5541-2

TXD4E67	AG09917904	01/11/2025	5541-1
QNC2767	AG09917905	01/11/2025	5541-4
HFG0A03	AG09917906	01/11/2025	5541-2
RMM1E92	AG09917907	01/11/2025	5541-1
FVP3J85	AG09917881	01/11/2025	5541-2
ELR6F73	AG09917882	01/11/2025	5541-2
HMY2D61	AG09917883	01/11/2025	5541-2
QUN6A35	AG09917884	01/11/2025	5541-2
SJI0F61	AG09917885	01/11/2025	5541-2
PYY6A73	AG09917886	01/11/2025	5541-2
QXF0672	AG09917887	01/11/2025	5541-1
HIT4G18	AG09917888	01/11/2025	5541-2
SYV7F77	AG09917944	03/11/2025	5541-2
FVP3J85	AG09917908	03/11/2025	5541-2
QNK7693	AG09917909	03/11/2025	5541-2
PXR5730	AG09917910	03/11/2025	5541-2
OWO5J85	AG09917911	03/11/2025	5541-2
TCZ9E22	AG09917912	03/11/2025	5541-2
SGZ4E90	AG09917914	03/11/2025	5541-2
OVL8F13	AG09917915	03/11/2025	5541-1
RVK1C13	AG09917757	03/11/2025	5541-2
SDL0E30	AG09917758	03/11/2025	5541-2
QXM2D98	AG09917759	03/11/2025	5541-1
ENC2069	AG09917760	03/11/2025	5541-1
HIT3C52	AG09917761	03/11/2025	7625-1
RNS9E48	AG09917762	03/11/2025	5541-2
GSZ2290	AG09917941	03/11/2025	5568-0
EGF4318	AG09917943	03/11/2025	5541-2
HEU5358	AG09917945	03/11/2025	5541-2
HBJ7415	AG09917946	03/11/2025	5568-0
TCG9H76	AG09917916	04/11/2025	5541-1
PXC6D95	AG09917917	04/11/2025	5541-1
TEO1J88	AG09917918	04/11/2025	5541-1
SHY4B19	AG09917919	04/11/2025	5568-0
OZZ9G82	AG09917920	04/11/2025	5568-0
RUU5D05	AG09917921	04/11/2025	5568-0
NME7B58	AG09917922	04/11/2025	5568-0
TCP5C79	AG09917923	04/11/2025	5541-2
SHM4I74	AG09917924	04/11/2025	5541-2
OPH7E94	AG09917925	04/11/2025	5541-2
QNY2967	AG09917926	04/11/2025	5541-2
PYU8J51	AG09917927	04/11/2025	5541-2
EVA3H46	AG09917928	04/11/2025	5541-2
PUB0925	AG09917929	04/11/2025	5541-2
RFK1J55	AG09917930	04/11/2025	5541-2
ERU1382	AG09917931	04/11/2025	5541-2
HDM6268	AG09917932	04/11/2025	5541-2
TCX5A97	AG09917763	04/11/2025	5541-2
LQR0444	AG09917764	04/11/2025	5541-2
RTK9I57	AG09917766	04/11/2025	5541-2
GTB2437	AG09917768	04/11/2025	5541-4
HMI4C91	AG09917769	04/11/2025	5541-4
TDL9H35	AG09917933	04/11/2025	5541-2
TKU2B50	AG09917934	04/11/2025	5541-2
QQY9923	AG09916201	04/11/2025	7625-2
TXO5A39	AG09916202	04/11/2025	5568-0
HML3760	AG09917948	04/11/2025	7625-1
LVO7G61	AG09917935	05/11/2025	5568-0
TWY3E04	AG09917771	05/11/2025	5541-2
JJU0J17	AG09917772	05/11/2025	5738-0
PWU8A08	AG09917773	05/11/2025	5568-0
HBJ8429	AG09917774	05/11/2025	5568-0
RMG8D68	AG09917775	05/11/2025	5568-0
GTO3085	AG09917776	05/11/2025	5541-4
BER5I20	AG09916203	05/11/2025	5541-2
JHK1833	AG09916204	05/11/2025	5541-2
FRL9687	AG09916205	05/11/2025	5541-2
HJG5E83	AG09916206	05/11/2025	5550-0
MWW4H21	AG09917777	05/11/2025	5541-1
HIJ3E52	AG09917951	05/11/2025	5541-4
RHT8H14	AG09917952	05/11/2025	5541-2
SHI3E28	AG09917953	05/11/2025	5541-2
ITL2E27	AG09917954	05/11/2025	5541-2
RFE8H58	AG09917938	06/11/2025	5568-0
CYC7650	AG09917939	06/11/2025	5541-4
HHS5791	AG09917940	06/11/2025	5541-4
HIW5J07	AG09918041	06/11/2025	5541-1
HMT1256	AG09917778	06/11/2025	5541-1
FSP0005	AG09917779	06/11/2025	5541-1
QQF9657	AG09917780	06/11/2025	5541-1
HIT4144	AG09917781	06/11/2025	5541-1
JEG5803	AG09917956	06/11/2025	5568-0
HBJ6463	AG09917957	06/11/2025	5568-0
QEW0I70	AG09917958	06/11/2025	5541-1
OQQ0018	AG09917960	06/11/2025	5541-2
HLN6851	AG09917961	06/11/2025	5541-2
TDY1J13	AG09917962	06/11/2025	5541-1
AXW6C84	AG09916207	06/11/2025	5550-0
HOF3H60	AG09916208	06/11/2025	5550-0

HMT5082	AG09916209	06/11/2025	7625-2
QXO3B79	AG09918042	07/11/2025	5541-1
DFM1235	AG09918043	07/11/2025	5541-1
PVO0487	AG09918044	07/11/2025	5541-2
SHZ2J20	AG09917782	07/11/2025	5541-1
HGH7H96	AG09917783	07/11/2025	5541-1
GHR2G00	AG09917784	07/11/2025	5541-1
HFJ0630	AG09917965	07/11/2025	5452-2
RTH1F19	AG09917966	07/11/2025	5541-2
OWL0043	AG09917967	07/11/2025	5541-2
GXO0464	AG09917969	07/11/2025	5541-2
QMW1D22	AG09917970	07/11/2025	5541-2
HMN2023	AG09917971	07/11/2025	5541-2
TCX9F81	AG09917972	07/11/2025	7625-2
GGF6I91	AG09917976	08/11/2025	5541-2
NEI0I44	AG09917977	08/11/2025	5541-2
HFW2161	AG09917978	08/11/2025	5541-2
KWV1671	AG09917979	08/11/2025	5541-1
SYY3G01	AG09917973	08/11/2025	5541-2
PXV6J25	AG09917981	08/11/2025	7625-2
RUR1F50	AG09917982	08/11/2025	5460-0
HNL8C37	AG09917975	08/11/2025	5541-4
NTB6476	AG09918047	10/11/2025	5541-2
QUO3C28	AG09918048	10/11/2025	5541-2
OMH0505	AG09917787	10/11/2025	5541-1
HGO6A62	AG09918049	10/11/2025	5568-0
NYA5521	AG09918050	10/11/2025	5568-0
OQO0A08	AG09917788	10/11/2025	5568-0
PZQ6G12	AG09916210	10/11/2025	5541-2
NJW8C52	AG09916211	10/11/2025	5541-2
PXO5928	AG09916212	10/11/2025	5541-2
HIT3C52	AG09917789	10/11/2025	7625-1
GRN9101	AG09917983	10/11/2025	5550-0
JFI0548	AG09917984	10/11/2025	5541-4
DWM9E75	AG09917986	10/11/2025	5541-2
TDY1J13	AG09917987	10/11/2025	5541-2
FWK2J08	AG09917988	10/11/2025	5541-1
OPJ3458	AG09918051	11/11/2025	5541-1
OPF9229	AG09917790	11/11/2025	5541-1
QUY6G54	AG09917791	11/11/2025	5541-1
HNC2410	AG09918057	12/11/2025	5550-0
PYJ3B08	AG09917794	12/11/2025	5541-2
HBJ9621	AG09917795	12/11/2025	5541-2
OPW7B40	AG09918060	12/11/2025	5541-1
JPE4122	AG09917471	12/11/2025	5541-2
RMY6E92	AG09917475	12/11/2025	5541-2
GOZ7A09	AG09917476	12/11/2025	7625-2
TEA5H25	AG09917796	12/11/2025	5541-2
RFC2C04	AG09918061	14/11/2025	5541-2
HFB8645	AG09918062	14/11/2025	5541-1
QMY7B14	AG09918064	14/11/2025	5541-2
OPM7213	AG09917995	14/11/2025	5541-1
OWV5I42	AG09917996	14/11/2025	7625-2
QOX9H47	AG09917997	14/11/2025	5541-1
PWL3899	AG09917998	14/11/2025	5541-1
HEN2971	AG09917999	14/11/2025	5541-1
QNJ0547	AG09917477	14/11/2025	5541-2
PCK9G52	AG09918066	17/11/2025	5568-0
HDI0446	AG09918065	17/11/2025	5568-0
OGR9J01	AG09918067	17/11/2025	5541-2
TEA5H25	AG09918068	17/11/2025	5541-1
TXH3B45	AG09917798	17/11/2025	5541-1
JIB5D47	AG09917801	17/11/2025	5541-2
QUO1B01	AG09917802	17/11/2025	5541-2
SDQ3I35	AG09917805	18/11/2025	5568-0
KWN6A87	AG09918073	18/11/2025	5541-2
RVG0B80	AG09918074	18/11/2025	5541-2
PUZ7C68	AG09917806	18/11/2025	5509-0
PHL8H20	AG09917808	18/11/2025	5541-2
TEA5H25	AG09918000	18/11/2025	5541-1
EUK2B88	AG09918003	18/11/2025	5541-1
RFL9C89	AG09917478	18/11/2025	5541-2
PWH1550	AG09918078	19/11/2025	5568-0
RNB6E00	AG09918079	19/11/2025	5541-1
HFC3009	AG09918080	19/11/2025	5541-2
TWZ8E19	AG09918081	19/11/2025	5541-2
AXV3280	AG09918084	19/11/2025	5541-1
TEH8C45	AG09918087	19/11/2025	5541-1
PJJ0456	AG09918005	19/11/2025	5550-0
RGB5E50	AG09918009	22/11/2025	5541-2
LSA3E56	AG09918090	24/11/2025	5541-1
PWB8563	AG09918093	24/11/2025	5541-1
OLZ2J10	AG09918094	24/11/2025	5541-3
HGE6419	AG09917817	24/11/2025	5541-1
QNQ6B65	AG09917818	24/11/2025	5541-1
RTW5E62	AG09917821	24/11/2025	5509-0
TDL9H35	AG09917824	24/11/2025	5541-1
HMJ2D81	AG09918099	25/11/2025	5509-0
JID7F62	AG09918013	25/11/2025	5541-2

SJH2E69	AG09918103	26/11/2025	5541-2
RTY4J25	AG09918104	26/11/2025	5541-2
HJQ3C54	AG09918106	26/11/2025	5541-1
NZO5J18	AG09918107	26/11/2025	5541-1
RUG8D00	AG09917828	26/11/2025	5541-1
PZV4497	AG09917829	26/11/2025	5541-1
GQR3D81	AG09918110	26/11/2025	5541-1
HAO9414	AG09918113	26/11/2025	5550-0
TDO0H51	AG09918114	27/11/2025	5541-1
PYD7E33	AG09918115	27/11/2025	5541-2
TCH9D47	AG09918116	27/11/2025	5541-2
FFD1F61	AG09918119	27/11/2025	5541-2
QOU2F17	AG09918121	27/11/2025	5541-2
DYA5G00	AG09917830	27/11/2025	5541-1
TWZ8H58	AG09917831	27/11/2025	5541-2
JFY4C96	AG09917832	27/11/2025	5541-2
PAI0034	AG09917833	27/11/2025	5541-2
SHH1H48	AG09918125	27/11/2025	5541-1
DSQ2957	AG09918126	27/11/2025	5541-1
RTK9I57	AG09918128	27/11/2025	5568-0
HAE1301	AG09918129	27/11/2025	5550-0
FDV4I08	AG09917485	28/11/2025	5541-2
QQW4A63	AG09917487	28/11/2025	5541-2
CVC3I48	AG09917488	28/11/2025	5541-2
HLZ4D67	AG09917835	28/11/2025	5541-1
GSW0J92	AG09917839	28/11/2025	5541-1
PVT0E16	AG09917840	28/11/2025	5509-0
PAJ9183	AG09918241	28/11/2025	5541-1
ETG0496	AG09918132	28/11/2025	5541-1
FTL7E39	AG09918135	28/11/2025	5541-1
PZH7755	AG09918136	28/11/2025	5568-0
TXO5A39	AG09918137	28/11/2025	5568-0
OMB8991	AG09918138	28/11/2025	5541-1
QLM4A02	AG09918139	28/11/2025	5541-1
JFC0A28	AG09918020	28/11/2025	5541-2
HJA8A53	AG09918022	28/11/2025	5541-2
FAP8629	AG09918446	29/11/2025	5550-0
HOA3J25	AG09918451	29/11/2025	5550-0
EOU8E41	AG09918454	29/11/2025	5541-1
HND3C76	AG09918455	29/11/2025	5541-1
SYR8I10	AG09918457	29/11/2025	5541-1
HIT3635	AG09918461	29/11/2025	5541-1
LSS5D67	AG09918465	29/11/2025	5541-1
RVZ8B75	AG09918466	29/11/2025	5541-2
PXC3101	AG09918467	29/11/2025	5541-1
HFC8E60	AG09918469	29/11/2025	5568-0
HFG9075	AG09918470	29/11/2025	5541-1
RMZ5A28	AG09918472	29/11/2025	5541-1
PVX6B41	AG09918473	29/11/2025	5541-1
HLA0J84	AG09918476	29/11/2025	7625-1
QPW2810	AG09918477	29/11/2025	5541-4
PUC5C52	AG09918478	29/11/2025	5541-4
PVK7B48	AG09918480	29/11/2025	5541-1
OMD3162	AG09918481	29/11/2025	5550-0
SHM1C04	AG09918482	29/11/2025	5550-0
FMY2848	AG09918485	29/11/2025	5550-0
PVX6798	AG09918486	29/11/2025	5568-0
HAV3B62	AG09918140	29/11/2025	5541-1
FNX0B69	AG09918489	29/11/2025	5541-2
PUG1H55	AG09918444	29/11/2025	5550-0
OOV2174	AG09918445	29/11/2025	5550-0
PXU8D78	AG09918492	01/12/2025	5541-2
TER9B10	AG09918243	01/12/2025	5550-0
DYA5G00	AG09918245	01/12/2025	5541-1
HDC3180	AG09918246	01/12/2025	5541-1
TDE2F00	AG09918498	01/12/2025	5541-2
PAT7G91	AG09918023	01/12/2025	5550-0
PVK4570	AG09918025	01/12/2025	5541-2
OQW2C85	AG09917494	01/12/2025	5541-1
TEN6G81	AG09917495	01/12/2025	5541-2
TEW3A95	AG09917498	01/12/2025	5746-1
TEW3A95	AG09917496	01/12/2025	6068-1
TEW3A95	AG09917497	01/12/2025	5720-0
SHN5G66	AG09918503	02/12/2025	7625-1
SIR2J79	AG09918505	02/12/2025	5541-2
RTY4J25	AG09917500	02/12/2025	5541-2
HMF6I77	AG09917502	02/12/2025	5541-2
QOA7327	AG09917504	02/12/2025	5550-0
TXI1J41	AG09918506	02/12/2025	5541-1
TXA5D68	AG09918507	02/12/2025	5541-1
RFS2C45	AG09918030	02/12/2025	5541-2
SHK6H09	AG09918031	02/12/2025	5541-2
SHV8F05	AG09918032	02/12/2025	5541-2
HHJ1A55	AG09918512	03/12/2025	5541-1
SRT2J49	AG09918514	03/12/2025	5541-1
PYG0825	AG09918515	03/12/2025	7625-2
PUJ7642	AG09918516	03/12/2025	5541-1
OLX2H11	AG09917505	03/12/2025	7625-1
HEM8376	AG09918518	04/12/2025	5568-0

QPR2G94	AG09918519	04/12/2025	5541-4
GSQ4E78	AG09918520	04/12/2025	5541-1
RUD1I52	AG09918256	04/12/2025	5541-1
OPI3E97	AG09918037	04/12/2025	5541-2
HAS8020	AG09917509	04/12/2025	5541-2
RTA6D23	AG09917510	04/12/2025	5541-2
HGF6156	AG09918524	05/12/2025	5568-0
RMG8D68	AG09918526	05/12/2025	5568-0
RVN1C77	AG09918260	05/12/2025	5550-0
OPC4H45	AG09918527	05/12/2025	5568-0
JGV9945	AG09917511	05/12/2025	5541-4
FSO4E92	AG09917513	05/12/2025	5541-2
QLB6A86	AG09918040	05/12/2025	5541-2
QUH6E35	AG09918341	06/12/2025	5541-1
PVI4E90	AG09918343	06/12/2025	5541-2
PWT0041	AG09917516	06/12/2025	5541-2
RUQ7E89	AG09917517	06/12/2025	5541-2
TXY8E45	AG09918531	08/12/2025	5541-1
RFA2D05	AG09918535	08/12/2025	5541-1
HFF3A28	AG09918536	08/12/2025	5541-1
PJJ0456	AG09918539	08/12/2025	5550-0
TXA5D68	AG09918540	08/12/2025	5541-1
TED0E73	AG09918265	08/12/2025	5509-0
PWR5H42	AG09918267	08/12/2025	5541-1
QQW4A63	AG09918347	08/12/2025	5541-2
PZD3H68	AG09918348	08/12/2025	5541-2
OPH7E94	AG09918351	08/12/2025	5541-2
HBJ6329	AG09918353	08/12/2025	5541-2
FTK0I23	AG09917520	08/12/2025	5550-0
HLT3B62	AG09917521	08/12/2025	5541-2
QQV3781	AG09917523	08/12/2025	5541-2
HGF7222	AG09917524	08/12/2025	5541-2
OQT0A20	AG09917525	08/12/2025	5541-2
GXS4F95	AG09917526	08/12/2025	5541-2
JHP5I79	AG09917528	08/12/2025	5541-2
PVX2420	AG09917531	08/12/2025	5541-2
HAS8020	AG09917536	09/12/2025	5541-2
SYN3I13	AG09917537	09/12/2025	5541-2
GVH1448	AG09917540	09/12/2025	5541-2
PXR5730	AG09918641	09/12/2025	5541-2
HFB8645	AG09918541	09/12/2025	5541-1
RFE6A55	AG09918543	09/12/2025	5541-1
QNN8I88	AG09918544	09/12/2025	5541-2
GJJ3178	AG09918545	09/12/2025	5460-0
QUB9I81	AG09918546	09/12/2025	5541-1
OUF4C90	AG09918548	09/12/2025	5541-2
FZD9559	AG09918553	09/12/2025	5541-2
HFC3009	AG09918554	09/12/2025	5541-2
HBJ7414	AG09918276	09/12/2025	5541-2
HBJ8074	AG09918354	09/12/2025	5541-1
RVG0E10	AG09918550	09/12/2025	5541-1
PYD7E33	AG09918555	10/12/2025	5541-2
GAH8A80	AG09918556	10/12/2025	5541-2
HFB8645	AG09918559	10/12/2025	5541-1
ALR3223	AG09918560	10/12/2025	5541-2
RTQ2I52	AG09918563	10/12/2025	5541-2
JAY3E75	AG09918564	10/12/2025	5541-4
QRG8J21	AG09918565	10/12/2025	5541-1
QHZ2486	AG09918566	10/12/2025	5541-1
SYY9E02	AG09918567	10/12/2025	5541-1
QNZ6D35	AG09918568	10/12/2025	5541-2
RVW3J71	AG09918569	10/12/2025	5541-2
SIA8E82	AG09918570	10/12/2025	5568-0
DIX7H55	AG09918280	10/12/2025	5541-1
RFO8G86	AG09918356	10/12/2025	5541-2
HDC3627	AG09918357	10/12/2025	5568-0
HDP9140	AG09918643	10/12/2025	5568-0
RFM4D21	AG09918644	10/12/2025	5568-0
QXQ7F43	AG09918576	11/12/2025	5550-0
RMX2A08	AG09918579	11/12/2025	5568-0
QPG5684	AG09918281	11/12/2025	5541-2
EFA7192	AG09918282	11/12/2025	5541-2
PWO9C65	AG09918283	11/12/2025	5541-2
RMX4F28	AG09918284	11/12/2025	5541-2
HZZ1031	AG09918285	11/12/2025	5541-2
PUS4I99	AG09918286	11/12/2025	5541-2
QNW0A92	AG09918288	11/12/2025	5568-0
TDG7A94	AG09918580	11/12/2025	5541-1
QOI3C99	AG09918584	11/12/2025	5541-2
GWH5D52	AG09918586	11/12/2025	5541-4
TXO2J45	AG09918587	11/12/2025	5541-2
QUA6D70	AG09918361	11/12/2025	5541-2
PYB3G62	AG09918362	11/12/2025	5541-2
RBE4E29	AG09918653	12/12/2025	5541-2
QQL1220	AG09918655	12/12/2025	5380-0
GSJ9I89	AG09918656	12/12/2025	5525-0
QWZ1E74	AG09918588	12/12/2025	5541-1
LRM5888	AG09918290	12/12/2025	5541-1
QWU9114	AG09918365	12/12/2025	5541-2

RBE4E29	AG09918368	12/12/2025	5550-0
SJG1I91	AG09918589	15/12/2025	5541-1
HJA8A53	AG09918665	15/12/2025	5541-2
HLV7239	AG09918667	15/12/2025	5541-2
QUS6630	AG09918668	15/12/2025	5541-2
PVH3349	AG09918669	15/12/2025	5541-2
DWK4375	AG09918369	15/12/2025	5541-2
FFP9303	AG09918373	15/12/2025	5541-2
PYK1559	AG09918374	15/12/2025	5541-2
TES7B89	AG09918293	16/12/2025	5541-1
OPD5903	AG09918590	16/12/2025	5541-1
TYB9I14	AG09918672	16/12/2025	5541-2
FZD9559	AG09918673	16/12/2025	5541-2
PYD7E33	AG09918376	16/12/2025	5541-2
QUM5E88	AG09918377	16/12/2025	5541-2
PXM8B12	AG09918378	16/12/2025	5541-2
QMS0G03	AG09918379	16/12/2025	5541-2
HGS9728	AG09918380	16/12/2025	5460-0
OHA8481	AG09918381	16/12/2025	5541-4
OLZ2J10	AG09918295	18/12/2025	5509-0
RED0C86	AG09918296	18/12/2025	5541-1
PZH8B71	AG09918297	18/12/2025	5541-1
HGZ2723	AG09918298	18/12/2025	5541-1
FHN6262	AG09918592	18/12/2025	5541-1
DWA8810	AG09918383	18/12/2025	5541-2
TCM0J60	AG09918683	18/12/2025	5541-2
SYM9J51	AG09918679	18/12/2025	5541-2
FKO2C40	AG09918681	18/12/2025	5541-2
RMN4J51	AG09918682	18/12/2025	5541-2
SUO5B65	AG09918596	19/12/2025	5541-1
DCH4676	AG09918598	19/12/2025	5541-1
RTS1G42	AG09918599	19/12/2025	5568-0
QPS0E82	AG09918299	19/12/2025	5541-1
QUZ2A83	AG09918397	19/12/2025	5550-0
SHX5E18	AG09918398	19/12/2025	7625-1
FRX0J53	AG09918399	19/12/2025	5541-4
HOK8941	AG09918692	19/12/2025	5550-0
HGZ6714	AG09918693	19/12/2025	5550-0
HIM8052	AG09918686	19/12/2025	5541-2
RNQ9D22	AG09918402	20/12/2025	5541-2
HKM6779	AG09918700	20/12/2025	5541-1
TUZ3A80	AG09918701	22/12/2025	5541-2
QNI4H41	AG09918704	22/12/2025	5541-2
PYM0392	AG09918606	22/12/2025	5541-1
HIP6B47	AG09918607	22/12/2025	5541-1
BBQ6F42	AG09918303	22/12/2025	5541-1
PYC4D21	AG09918305	22/12/2025	5541-1

Tipo de documento: NIP - Data da geração: 27 de fevereiro de 2026 – Total de Registros: 1069

_____
Autoridade De Trânsito

_____

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:DED1B3BE

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EDITAL – 2/2026 DA NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA
Prefeitura Municipal de Formiga – PMF
EDITAL – 2/2026 DA NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

Prefeitura Municipal de Formiga – PMF, em conformidade com as disposições e competências estabelecidas pela Lei Federal nº. 14.229/21 e pela Resolução do CONTRAN nº. 918/2022, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, NOTIFICA através do presente Edital, os proprietários dos veículos, abaixo relacionados, da aplicação das respectivas penalidades de multas referentes aos autos de infrações abaixo especificados. Fica estabelecido prazo máximo de 30 dias, contados da publicação desde edital, para a facultativa interposição de recurso administrativo, conforme normatizações do CTB - Código de Trânsito Brasileiro e CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito. O recurso por ventura interposto, deverá ser entregue PESSOALMENTE ou VIA CORREOS (de preferência mediante aviso de recebimento), ao Prefeitura Municipal de Formiga - PMF, que fica localizado na Rua Barão de Piumhi ,121 – Centro - FORMIGA MG - CEP. 35570-128. Para a obtenção de 20% de desconto, a multa deverá ser paga em até 30 dias a partir da data de publicação do presente Edital (artigo 284 da lei Federal n° 14.229/21).

ATENÇÃO: A disponibilidade do atendimento presencial está sujeita a possíveis restrições estabelecidas por decreto municipal ou estadual. Favor conferir a disponibilidade pelo telefone: (37) 3329-1846.

PLACA	NRO AIT	DATA DA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO
PWK1913	AG09916440	25/08/2025	5541-1
QJH2A66	AG09916841	25/08/2025	7625-1
QOK0H13	AG09916844	25/08/2025	5541-1
JGC5H53	AG09916846	25/08/2025	5550-0
NXX9850	AG09916755	25/08/2025	5541-2
QXV5E44	AG09916675	25/08/2025	5541-2

TUY4H78	AG09916677	25/08/2025	5541-2
HFS0A43	AG09916679	25/08/2025	5541-2
LUW4065	AG09916516	26/08/2025	5541-1
CYN9673	AG09916517	26/08/2025	5541-1
GEP0I50	AG09916519	26/08/2025	5541-1
JQP7060	AG09916850	26/08/2025	5568-0
GHU5G28	AG09916851	26/08/2025	5541-1
GSW5740	AG09916523	26/08/2025	5541-1
EAE9060	AG09916681	26/08/2025	5541-2
SYY5D97	AG09916758	26/08/2025	5541-1
RBO0B48	AG09916760	26/08/2025	5541-2
EXI2756	AG09916761	26/08/2025	7625-2
GZG3715	AG09916686	26/08/2025	5550-0
OQV3884	AG09916762	27/08/2025	5541-1
RFM3I57	AG09916525	28/08/2025	5541-1
EZZ2A91	AG09916526	28/08/2025	5541-1
RTK0G84	AG09916528	28/08/2025	5541-1
TEC4D48	AG09916529	28/08/2025	5541-1
OXG6800	AG09916690	28/08/2025	5550-0
HMF6I77	AG09916764	28/08/2025	5541-2
HGF7222	AG09916766	28/08/2025	5541-2
ELR5H71	AG09916859	28/08/2025	5541-1
PYG9F04	AG09916532	29/08/2025	5541-1
RIF1A85	AG09916772	30/08/2025	5541-2
HBL5705	AG09916181	07/09/2025	6068-1
HBI5248	AG09917002	08/09/2025	5541-1
TDN7F88	AG09917005	08/09/2025	7625-1
RNI6J51	AG09917006	08/09/2025	5541-1
QUL4C23	AG09917008	08/09/2025	5541-4
PGX7D22	AG09917009	08/09/2025	5550-0
QOB1646	AG09917010	08/09/2025	5550-0
TCA2E34	AG09917011	08/09/2025	7625-1
GIS4B77	AG09917043	08/09/2025	5541-2
EUL6D24	AG09916822	08/09/2025	5568-0
SHN3G46	AG09916823	08/09/2025	5541-2
RFA3G70	AG09916828	08/09/2025	5541-1
OPX2125	AG09916889	09/09/2025	5550-0
FAM7151	AG09917013	09/09/2025	5541-1
OWR0166	AG09917015	09/09/2025	5541-1
PWL3121	AG09917019	09/09/2025	5541-1
PYG9F04	AG09916890	09/09/2025	5550-0
OOX5G38	AG09916831	09/09/2025	5541-2
RNN0G10	AG09916834	09/09/2025	5541-2
HBJ8I94	AG09916840	09/09/2025	5550-0
HKF5291	AG09917048	09/09/2025	5541-2
RMN4J51	AG09917050	09/09/2025	5541-2
TCJ4I53	AG09917052	09/09/2025	5541-2
RHO7I49	AG09917056	09/09/2025	5541-2
QNG1903	AG09917060	09/09/2025	5550-0
HBH9I41	AG09916893	10/09/2025	5568-0
HCS0019	AG09916894	10/09/2025	5541-1
HOJ4933	AG09916899	10/09/2025	5541-1
OQV3884	AG09916900	10/09/2025	5541-1
OMH1I67	AG09917062	10/09/2025	5550-0
SIG8J93	AG09917141	10/09/2025	5541-2
FHM8351	AG09917144	10/09/2025	5541-2
HBJ7F64	AG09917022	11/09/2025	5550-0
HLT3B62	AG09917065	11/09/2025	5541-2
OQW3649	AG09917066	11/09/2025	5541-1
SER5C67	AG09917067	11/09/2025	5541-2
HHB7C18	AG09916904	11/09/2025	5541-1
FSZ9C32	AG09917146	11/09/2025	5541-2
QPI7246	AG09917152	11/09/2025	5541-2
TLO1E28	AG09917153	11/09/2025	5541-4
KXL8G03	AG09916907	12/09/2025	5541-1
SHU9D25	AG09917154	12/09/2025	5541-2
HDQ1G99	AG09917155	12/09/2025	5541-2
QUM0G20	AG09917158	12/09/2025	5541-2
TDU7A53	AG09917071	12/09/2025	5541-2
CDN5603	AG09917072	12/09/2025	5541-2
GHJ4E04	AG09917073	12/09/2025	5541-2
QQB2B78	AG09917075	12/09/2025	5541-2
PYI2593	AG09917165	13/09/2025	5541-2
RFI9F31	AG09917082	13/09/2025	5541-2
PDQ1J50	AG09917163	13/09/2025	5541-2
MWT5F94	AG09917025	15/09/2025	5541-1
JIK9233	AG09917028	16/09/2025	5568-0
NVW7609	AG09917029	16/09/2025	5541-4
RSD8B35	AG09917030	16/09/2025	5541-4
QUC4116	AG09917167	16/09/2025	5541-2
HJA6E01	AG09917085	16/09/2025	5541-2
HIT4C22	AG09917086	16/09/2025	5541-2
QNU9F98	AG09917089	17/09/2025	5541-2
HFC3009	AG09917090	17/09/2025	5541-2
TDJ8D15	AG09917092	17/09/2025	5541-2
PUJ0D99	AG09917031	17/09/2025	5541-2
PVS9319	AG09917032	17/09/2025	5541-1
OXA4402	AG09916912	17/09/2025	5541-1
GDK8C19	AG09916913	17/09/2025	5509-0

CCG0070	AG09916914	17/09/2025	5509-0
HFU9B25	AG09916915	17/09/2025	5550-0
NYF3115	AG09917170	17/09/2025	5541-2
RUR9A97	AG09917171	17/09/2025	5541-2
PYD7E33	AG09917172	17/09/2025	5541-2
RTP5D58	AG09917093	17/09/2025	5541-2
RTA2E86	AG09917033	18/09/2025	5541-1
OQI0G63	AG09917034	18/09/2025	5541-1
QPC9325	AG09917037	18/09/2025	6041-2
PZB3C42	AG09917173	18/09/2025	6041-2
OQB7369	AG09917174	18/09/2025	6041-2
QUF5H25	AG09917175	18/09/2025	6041-2
PUP3846	AG09917176	18/09/2025	6041-2
HAS5J45	AG09917178	18/09/2025	6041-2
QPC9325	AG09917036	18/09/2025	5835-0
HBO7558	AG09917095	18/09/2025	5819-1
SYL8H13	AG09917096	18/09/2025	5819-1
HGU6H72	AG09917097	18/09/2025	5738-0
HGU6H72	AG09917189	19/09/2025	6041-2
EAY0J28	AG09917038	19/09/2025	5541-1
HJA6B22	AG09917039	19/09/2025	5541-1
HBJ5442	AG09916918	19/09/2025	5541-1
GSJ9382	AG09916919	19/09/2025	5541-1
OQS2323	AG09916920	19/09/2025	5568-0
GCD1C99	AG09917040	19/09/2025	5452-2
RFP3J06	AG09917179	19/09/2025	6041-2
HDC2I30	AG09917180	19/09/2025	6041-2
GLI6973	AG09917181	19/09/2025	6041-2
RNV8H50	AG09917182	19/09/2025	6041-2
NVY9502	AG09917183	19/09/2025	6041-2
PZM4227	AG09917184	19/09/2025	6041-2
PAK9C63	AG09917185	19/09/2025	6041-2
HBO7888	AG09917186	19/09/2025	6041-2
QQL2790	AG09917187	19/09/2025	6041-2
PUH7049	AG09917188	19/09/2025	6041-2
RMW9E63	AG09917190	19/09/2025	6041-2
PZZ9D61	AG09917191	19/09/2025	6041-2
GYB2002	AG09916917	19/09/2025	6041-2
DNJ3086	AG09916916	19/09/2025	6041-2
GXM7111	AG09917098	19/09/2025	5568-0
OPU7697	AG09916922	20/09/2025	5541-1
TCI4H07	AG09916925	20/09/2025	5541-1
PXQ3H19	AG09916923	20/09/2025	5541-1
TWZ2E63	AG09917241	22/09/2025	5541-1
EYQ5532	AG09917242	22/09/2025	5541-4
PWT1I77	AG09917243	22/09/2025	5550-0
TCE0F26	AG09917244	22/09/2025	5541-2
HGF7222	AG09917245	22/09/2025	5541-2
OAY7B70	AG09917246	22/09/2025	5568-0
FWR0910	AG09917247	22/09/2025	5568-0
JFP5904	AG09917248	22/09/2025	5568-0
NVX9J49	AG09916928	22/09/2025	5541-2
PVU8B60	AG09916929	22/09/2025	5541-2
DEX0D48	AG09916930	22/09/2025	5541-2
BJP8F52	AG09916931	22/09/2025	5541-2
GZB3515	AG09916932	22/09/2025	5568-0
OWH4748	AG09916933	22/09/2025	5568-0
CLJ7336	AG09917249	23/09/2025	5550-0
HLZ4726	AG09917250	23/09/2025	5541-1
GNN0134	AG09916935	23/09/2025	5568-0
JZW2233	AG09916936	23/09/2025	5568-0
QNQ7J77	AG09916937	23/09/2025	7625-1
GWZ2851	AG09917099	23/09/2025	5541-2
TEE7F51	AG09917100	23/09/2025	5541-2
NYF8626	AG09917101	23/09/2025	5541-2
RMT0J77	AG09917102	23/09/2025	5541-2
OWO1F46	AG09917103	23/09/2025	5541-2
FPW3G80	AG09917104	23/09/2025	5541-2
HDD7811	AG09917105	23/09/2025	5541-2
OQA5I00	AG09917192	23/09/2025	5541-2
JGT0G85	AG09917193	23/09/2025	5541-2
EJU3439	AG09917194	23/09/2025	5541-2
RUW1C68	AG09917195	23/09/2025	5541-2
HAM6D70	AG09917254	24/09/2025	5568-0
HEL7732	AG09917255	24/09/2025	5568-0
PZC9E51	AG09917256	24/09/2025	5541-2
SYY5D97	AG09917258	24/09/2025	5541-2
SGZ8I25	AG09917259	24/09/2025	5568-0
HIT3F75	AG09917260	24/09/2025	5541-1
KOQ3I95	AG09917261	24/09/2025	5541-2
PVC4D33	AG09917262	24/09/2025	5541-2
HAM3J55	AG09916939	24/09/2025	5568-0
PUR0461	AG09916940	24/09/2025	5541-1
QPC1421	AG09917341	24/09/2025	5550-0
OLR8A88	AG09917342	24/09/2025	5509-0
HMR0449	AG09917344	24/09/2025	5541-1
SHR5A46	AG09917196	24/09/2025	5541-2
TWY9G49	AG09917197	24/09/2025	5541-2
PUA7170	AG09917198	24/09/2025	5541-2

QNU9B90	AG09917106	24/09/2025	5541-2
OFO0H94	AG09917107	24/09/2025	5541-2
DGD7B88	AG09917108	24/09/2025	5541-2
OPW7B40	AG09917109	24/09/2025	5541-1
OQN1766	AG09917111	24/09/2025	5541-2
HNP0C83	AG09917113	24/09/2025	5541-2
RFE8H58	AG09917264	25/09/2025	5568-0
FFJ3A19	AG09917265	25/09/2025	5568-0
RJK9H77	AG09917267	25/09/2025	5541-4
EUA4D68	AG09917268	25/09/2025	5541-4
TCO5G61	AG09917269	25/09/2025	5541-2
HCH0B64	AG09917271	25/09/2025	5568-0
TDO7F69	AG09917272	25/09/2025	5568-0
TCN8B66	AG09917274	25/09/2025	5541-1
PXG3932	AG09917275	25/09/2025	5541-1
TFV2I93	AG09917345	25/09/2025	5541-1
PXW1656	AG09917346	25/09/2025	5541-1
FFC6026	AG09917347	25/09/2025	5568-0
TEM6A37	AG09917348	25/09/2025	5541-1
KOQ3I95	AG09917199	25/09/2025	5541-2
OPF3F46	AG09917201	25/09/2025	5541-2
PVQ0073	AG09917202	25/09/2025	5541-2
QMW1118	AG09917203	25/09/2025	5541-2
QUN2940	AG09917204	25/09/2025	5541-2
HAQ6080	AG09917114	25/09/2025	5541-2
PWG4641	AG09917115	25/09/2025	5541-1
FSO4E92	AG09917116	25/09/2025	5541-2
SJB8G24	AG09917117	25/09/2025	5541-2
OFO0H94	AG09917118	25/09/2025	5541-2
QOL9367	AG09917119	25/09/2025	5541-2
PXB4H26	AG09917120	25/09/2025	5541-1
HHQ3408	AG09917121	25/09/2025	5541-1
OZW4228	AG09917122	25/09/2025	5541-1
HBJ7749	AG09917276	26/09/2025	5541-1
GZX0416	AG09917277	26/09/2025	7625-2
TCL1J50	AG09917350	26/09/2025	5541-1
PWH5428	AG09917351	26/09/2025	5452-2
HMQ4229	AG09917352	26/09/2025	5568-0
TVK9F72	AG09917205	26/09/2025	5541-2
RFK7G30	AG09917206	26/09/2025	5541-2
RNT0E77	AG09917123	26/09/2025	5541-2
HHN4E22	AG09917124	26/09/2025	5541-1
EVN9J85	AG09917125	26/09/2025	5541-4
RTE7G20	AG09917208	27/09/2025	5541-2
TCA7D92	AG09917207	27/09/2025	5541-4
RGA4E88	AG09917209	27/09/2025	5541-2
QWT2I50	AG09917210	27/09/2025	5541-2
GYA9271	AG09917211	27/09/2025	5541-1
QXH7I55	AG09917212	27/09/2025	5541-2
QXI2A02	AG09917213	27/09/2025	5541-2
PWR3265	AG09917214	27/09/2025	5541-2
HMW5A34	AG09917215	27/09/2025	5541-2
HJU4G63	AG09917216	27/09/2025	5541-4
PVQ4586	AG09917126	27/09/2025	5541-1
HHB3320	AG09917127	27/09/2025	5541-1
SYP7A92	AG09917128	27/09/2025	5541-1
FTT1B28	AG09917129	27/09/2025	5541-1
OQS1E94	AG09917131	29/09/2025	7048-1
GTO1028	AG09917132	29/09/2025	7625-2
OPD9I31	AG09917133	29/09/2025	5541-1
PKZ8J69	AG09917134	29/09/2025	5541-1
HKM6158	AG09917135	29/09/2025	5541-1
SYR7E15	AG09917136	29/09/2025	5541-1
RNQ2I41	AG09917137	29/09/2025	5541-1
HIN0711	AG09917138	29/09/2025	5460-0
GLI6973	AG09917139	30/09/2025	5541-1
SWJ2E79	AG09917278	01/10/2025	5738-0
SWJ2E79	AG09917279	01/10/2025	5835-0
KTY9287	AG09917217	02/10/2025	5738-0
KTY9287	AG09917219	02/10/2025	5835-0
HKI2E52	AG09917280	02/10/2025	5738-0
QOW4I43	AG09916182	03/10/2025	5525-0
HIP0G60	AG09916184	06/10/2025	5541-2
PUN4H72	AG09916186	06/10/2025	5541-4
RTI5J76	AG09916187	06/10/2025	5541-4
PYR2J56	AG09916188	06/10/2025	7625-2
QUD1B05	AG09916189	06/10/2025	5550-0
RFE3H43	AG09917284	06/10/2025	5738-0
HIT3272	AG09917282	06/10/2025	5738-0
QWX1944	AG09917283	06/10/2025	5738-0
OMA3F54	AG09917285	06/10/2025	6041-1
HGZ8840	AG09917220	06/10/2025	5738-0
RFH8F57	AG09917221	06/10/2025	5738-0
PVZ2597	AG09916192	07/10/2025	7625-1
HFQ6757	AG09916193	07/10/2025	7625-1
PWL3899	AG09916194	07/10/2025	7625-1
PXM3181	AG09916195	07/10/2025	7625-1
TCO1G60	AG09917286	07/10/2025	5509-0
SHH4J79	AG09917287	07/10/2025	5509-0

DUO9I94	AG09917288	07/10/2025	6041-2
HIV9A34	AG09916198	08/10/2025	5541-2
GXC0827	AG09917289	08/10/2025	6041-2
TCM7H36	AG09917290	08/10/2025	6041-1
TCM7H36	AG09917291	08/10/2025	5738-0
HOF6A40	AG09917293	08/10/2025	6041-1
HOF6A40	AG09917294	08/10/2025	6041-2
GJZ2E20	AG09917295	08/10/2025	7625-2
GOZ4C99	AG09917222	08/10/2025	5738-0
HDN2A32	AG09916196	08/10/2025	7625-1
HOF6A40	AG09917296	08/10/2025	5835-0
ECO4H25	AG09917292	08/10/2025	5738-0
KOQ3I95	AG09917298	09/10/2025	5541-2
QMY7B14	AG09917299	09/10/2025	5541-2
FZD9559	AG09917300	09/10/2025	5541-1
QUO1B01	AG09917302	09/10/2025	5541-2
GWE2823	AG09917303	09/10/2025	5541-2
OQZ7782	AG09917304	09/10/2025	5541-2
TDW6B95	AG09917305	09/10/2025	5541-2
HBJ6651	AG09917306	09/10/2025	5541-2
HFQ0908	AG09917307	09/10/2025	5541-2
HCU1902	AG09917308	09/10/2025	5541-2
HFQ7953	AG09917310	09/10/2025	5541-2
PZL7A05	AG09917311	09/10/2025	5541-2
PWA9818	AG09917312	09/10/2025	5541-2
SHF0F87	AG09917313	09/10/2025	5541-1
TCK0G60	AG09917314	09/10/2025	5541-2
SYA1A44	AG09916199	09/10/2025	5541-2
SIA4D56	AG09917315	09/10/2025	5541-2
QOI3C99	AG09917316	09/10/2025	5541-2
RUV4J27	AG09917317	09/10/2025	5541-1
FCS8D79	AG09917318	09/10/2025	5541-1
GHJ0H11	AG09917319	09/10/2025	5568-0
FUH5I86	AG09917320	09/10/2025	5568-0
TWY9G49	AG09917321	09/10/2025	5568-0
PXX6304	AG09917322	09/10/2025	5568-0
HGL2378	AG09917355	09/10/2025	5541-2
QOT0D34	AG09917356	09/10/2025	5541-2
PYY6A73	AG09917357	09/10/2025	5541-2
HFC3009	AG09917358	09/10/2025	5541-2
OMF6912	AG09917359	09/10/2025	5541-2
PUQ4I04	AG09917360	09/10/2025	5541-2
ELK0G73	AG09917361	09/10/2025	5541-2
OPJ6558	AG09917362	09/10/2025	5541-2
PZT7D05	AG09917363	09/10/2025	5541-2
HOC0700	AG09917364	09/10/2025	5541-1
GYX5B74	AG09917365	09/10/2025	5541-1
SHR8C03	AG09917223	09/10/2025	5460-0
QXI0E83	AG09917224	09/10/2025	5541-2
HJA6B09	AG09917226	09/10/2025	5541-2
PZC7362	AG09917227	09/10/2025	5541-2
SYY4A79	AG09917228	09/10/2025	5541-2
OQF9435	AG09916200	09/10/2025	5568-0
RTB6A49	AG09917231	09/10/2025	5541-1
PWH9413	AG09917323	10/10/2025	5541-1
GYX5B74	AG09917324	10/10/2025	5541-1
RNF0D87	AG09917325	10/10/2025	5541-1
TEA4H38	AG09917326	10/10/2025	5541-1
HMA0H54	AG09917327	10/10/2025	5541-2
FHQ8098	AG09917328	10/10/2025	5541-2
TCJ4I53	AG09917367	10/10/2025	5541-2
HGF7023	AG09917368	10/10/2025	5541-2
PZZ5H59	AG09917232	10/10/2025	5541-1
HOE2J34	AG09917233	10/10/2025	5541-2
NYA1350	AG09917234	10/10/2025	5541-2
SYJ7H58	AG09917235	10/10/2025	5541-2
QNU9F98	AG09917236	10/10/2025	5541-2
QQC1E98	AG09917237	10/10/2025	5541-2
OQW4262	AG09917329	13/10/2025	5541-1
LSL8150	AG09917330	13/10/2025	5541-4
QNM0A93	AG09917332	13/10/2025	5550-0
GYX5B74	AG09917333	13/10/2025	5541-1
PXJ2B22	AG09917334	13/10/2025	5541-1
RTI8D98	AG09917335	13/10/2025	5541-4
OVV6079	AG09917336	13/10/2025	5541-4
PXT9079	AG09917337	13/10/2025	5541-1
PZH2778	AG09917339	13/10/2025	5541-2
RVS4F95	AG09917340	13/10/2025	5541-2
ERD0G91	AG09917369	13/10/2025	5541-1
GDK1E44	AG09917371	13/10/2025	5541-1
SYA1A44	AG09917372	13/10/2025	5541-2
DZI2I52	AG09917374	13/10/2025	5541-2
HNV5519	AG09917239	13/10/2025	5541-2
OLY5C33	AG09917240	13/10/2025	5541-2
DFJ3914	AG09917541	13/10/2025	5541-2
GDJ9A42	AG09917542	13/10/2025	5541-2
OMG4318	AG09917641	14/10/2025	5541-1
GYX5B74	AG09917642	14/10/2025	5541-1
HIE4J41	AG09917643	14/10/2025	5541-1

EBK4078	AG09917644	14/10/2025	5541-2
GUE0A66	AG09917645	14/10/2025	5541-1
JAY3E75	AG09917646	14/10/2025	5541-1
TCH9D47	AG09917648	14/10/2025	5541-2
HDC3G19	AG09917649	14/10/2025	5541-2
OQG3054	AG09917650	14/10/2025	5541-2
HGC5J48	AG09917651	14/10/2025	5541-2
SJA3J52	AG09917652	14/10/2025	5541-2
HET9C58	AG09917653	14/10/2025	5541-2
OQI9I03	AG09917654	14/10/2025	5541-2
IWS0221	AG09917655	14/10/2025	5541-2
PZI7247	AG09917656	14/10/2025	5541-2
NYC3293	AG09917658	14/10/2025	5541-2
HJW4I12	AG09917659	14/10/2025	5541-2
HEM8376	AG09917660	14/10/2025	5541-2
HOA3J25	AG09917375	14/10/2025	5541-2
RFY3D72	AG09917376	14/10/2025	5541-2
HFQ7753	AG09917377	14/10/2025	5541-2
OZX8J38	AG09917378	14/10/2025	5541-2
PZB8C31	AG09917379	14/10/2025	5541-2
OQX0F35	AG09917380	14/10/2025	5541-2
HGP4589	AG09917381	14/10/2025	5541-2
OHV5G13	AG09917547	14/10/2025	5541-2
PZS2502	AG09917383	14/10/2025	5541-2
ALR3223	AG09917384	14/10/2025	5541-2
FSW2F57	AG09917385	14/10/2025	5541-2
PUA3650	AG09917386	14/10/2025	5541-2
HGR9512	AG09917387	14/10/2025	5568-0
QNA7F32	AG09917389	14/10/2025	5568-0
JIK9233	AG09917390	14/10/2025	5568-0
GSJ8537	AG09917391	14/10/2025	5568-0
QOM5B14	AG09917543	14/10/2025	5541-2
HOJ5B84	AG09917544	14/10/2025	5541-2
HGF0379	AG09917545	14/10/2025	5541-2
MWJ3B08	AG09917546	14/10/2025	5541-2
RUB0C58	AG09917548	14/10/2025	5541-2
TDP3A68	AG09917550	14/10/2025	5541-2
IWS0221	AG09917551	14/10/2025	5541-2
OLW5720	AG09917552	14/10/2025	5541-2
GWF5F65	AG09917553	14/10/2025	5541-2
GXO1F62	AG09917555	14/10/2025	5541-2
NYC3293	AG09917556	14/10/2025	5541-2
RNI7G32	AG09917661	15/10/2025	5541-1
QNZ7B40	AG09917662	15/10/2025	5568-0
TCL8D46	AG09917663	15/10/2025	5568-0
HHX6I87	AG09917664	15/10/2025	5541-1
SHN0E54	AG09917667	15/10/2025	5550-0
OQW3649	AG09917668	15/10/2025	5541-2
HFT9144	AG09917669	15/10/2025	5541-1
PUJ0314	AG09917670	15/10/2025	5541-2
QOT0D34	AG09917672	15/10/2025	5541-2
HIJ5060	AG09917673	15/10/2025	5541-2
TDA0B87	AG09917674	15/10/2025	5541-2
OWO5J85	AG09917675	15/10/2025	5541-2
GWI2108	AG09917395	15/10/2025	5541-4
QNU9F98	AG09917396	15/10/2025	5541-2
HFC3009	AG09917397	15/10/2025	5541-2
APF6833	AG09917398	15/10/2025	5541-2
HDN6I77	AG09917399	15/10/2025	5541-2
QUF1F46	AG09917400	15/10/2025	5541-2
QPK4333	AG09917401	15/10/2025	5541-2
SHV2J25	AG09917447	15/10/2025	5541-2
TYA3J95	AG09917448	15/10/2025	7625-2
FBH6E17	AG09917449	15/10/2025	5541-2
PAJ9183	AG09917450	15/10/2025	5541-1
PWB4C43	AG09917404	16/10/2025	5541-1
SYW5G56	AG09917405	16/10/2025	5541-2
TCW4D44	AG09917406	16/10/2025	5541-2
HDI8192	AG09917407	16/10/2025	5541-2
EYI3D50	AG09917408	16/10/2025	5541-2
OBA4H63	AG09917409	16/10/2025	5541-2
QUD1943	AG09917410	16/10/2025	5541-2
HFC3009	AG09917411	16/10/2025	5541-2
QNS9G45	AG09917559	16/10/2025	5541-2
SEQ8B68	AG09917560	16/10/2025	5541-2
SIR3I85	AG09917452	16/10/2025	5541-2
QNL1E77	AG09917453	16/10/2025	5541-2
SHY8H91	AG09917454	16/10/2025	5541-2
GYX5B74	AG09917413	17/10/2025	5541-1
PVR1I71	AG09917414	17/10/2025	5541-1
BEZ2D73	AG09917562	17/10/2025	7625-2
QOE6898	AG09917417	18/10/2025	5541-1
HBJ6183	AG09917418	18/10/2025	5541-1
HJO4124	AG09917419	18/10/2025	7056-1
HMW5A34	AG09917415	18/10/2025	5541-1
HCS0605	AG09917416	18/10/2025	5541-1
QPM0256	AG09917676	20/10/2025	5541-2
RFS9G18	AG09917677	20/10/2025	5541-2
PXQ1H02	AG09917678	20/10/2025	5541-2

TDQ5C61	AG09917679	20/10/2025	5541-2
PVE2375	AG09917680	20/10/2025	5541-2
HEV5511	AG09917681	20/10/2025	5541-2
SIA4D56	AG09917682	20/10/2025	5541-2
OWQ4E58	AG09917684	20/10/2025	5541-2
HBJ8B43	AG09917685	20/10/2025	5541-2
PHY0E68	AG09917455	20/10/2025	5541-1
GPK6B58	AG09917456	20/10/2025	5541-1
OWM3071	AG09917457	20/10/2025	5541-4
DYA5G00	AG09917420	20/10/2025	5541-1
RFB1D21	AG09917421	20/10/2025	5541-4
PYU5C22	AG09917422	20/10/2025	5541-2
HCV5976	AG09917423	20/10/2025	5541-2
HIP7799	AG09917424	20/10/2025	5509-0
QPY1A98	AG09917564	20/10/2025	5541-4
GJH4A96	AG09917565	20/10/2025	5541-1
OQQ5545	AG09917686	21/10/2025	5550-0
HFQ6903	AG09917688	21/10/2025	5541-4
IMV4970	AG09917689	21/10/2025	5541-4
HGF6338	AG09917690	21/10/2025	5541-1
GZL9I14	AG09917691	21/10/2025	5541-1
FBD6903	AG09917692	21/10/2025	5541-1
NZB3009	AG09917425	21/10/2025	5541-1
GZB3777	AG09917426	21/10/2025	5550-0
GQU2599	AG09917427	21/10/2025	5568-0
NYB2C84	AG09917428	21/10/2025	5541-2
PZI3841	AG09917566	21/10/2025	5541-2
PUN3A26	AG09917568	21/10/2025	5541-2
SDB3D63	AG09917569	21/10/2025	5541-2
SGN4F44	AG09917570	21/10/2025	5541-2
HKP2565	AG09917571	21/10/2025	5541-2
FVT8856	AG09917572	21/10/2025	5541-2
PUW0785	AG09917573	21/10/2025	5541-2
GPY8826	AG09917458	21/10/2025	5541-2
QOS2J95	AG09917459	21/10/2025	5541-2
GKE1A33	AG09917460	21/10/2025	5541-2
SIJ9H43	AG09917461	21/10/2025	5541-2
PXI4598	AG09917462	21/10/2025	7625-2
SIJ7C42	AG09917463	21/10/2025	5541-2
HFS4D00	AG09917464	21/10/2025	5541-2
OLX3F63	AG09917465	21/10/2025	5541-2
PDJ8F75	AG09917466	21/10/2025	5541-2
PYL3F64	AG09917467	21/10/2025	5541-2
KRP6G51	AG09917468	21/10/2025	5541-2
QMW1D22	AG09917469	21/10/2025	5541-2
PQK6E90	AG09917574	21/10/2025	5541-2
HLF7459	AG09917693	22/10/2025	7625-1
HOF2220	AG09917694	22/10/2025	5568-0
OQX4549	AG09917695	22/10/2025	5568-0
NBX5267	AG09917696	22/10/2025	5568-0
HJP8G63	AG09917697	22/10/2025	5568-0
PUS6320	AG09917698	22/10/2025	5568-0
RMX4F28	AG09917700	22/10/2025	5541-2
PYK9B68	AG09917701	22/10/2025	5541-2
SYI7A15	AG09917702	22/10/2025	5541-2
GWH9523	AG09917703	22/10/2025	5541-1
GPP2320	AG09917704	22/10/2025	5568-0
OOX9D98	AG09917705	22/10/2025	5541-1
HKM6409	AG09917706	22/10/2025	5541-1
KDS4125	AG09917707	22/10/2025	5541-2
PYB3G62	AG09917708	22/10/2025	5541-2
PYV0D32	AG09917429	22/10/2025	5541-2
PWI1654	AG09917709	22/10/2025	7625-2
PYH2H70	AG09917710	22/10/2025	5541-1
RFU3J89	AG09917711	22/10/2025	5541-1
RTC5I47	AG09917712	22/10/2025	5541-2
TCL3A29	AG09917713	22/10/2025	5541-2
HET7J33	AG09917714	22/10/2025	5541-2
RFB1D21	AG09917715	22/10/2025	5541-4
FSG4B25	AG09917430	22/10/2025	5452-2
PYU8J51	AG09917575	22/10/2025	5541-2
TEV8J62	AG09917576	22/10/2025	5541-1
QXK9554	AG09917577	22/10/2025	5541-1
DQP3F58	AG09917578	22/10/2025	5541-2
SIW5B58	AG09917579	22/10/2025	5541-2
RMN4I11	AG09917580	22/10/2025	5541-1
RUZ7G66	AG09917581	22/10/2025	5541-2
JHT0419	AG09917582	22/10/2025	5541-2
PYI0403	AG09917583	22/10/2025	5541-2
EIT8097	AG09917584	22/10/2025	5541-1
FML4G64	AG09917585	22/10/2025	5541-2
HLZ4726	AG09917716	23/10/2025	5568-0
GHJ0H11	AG09917717	23/10/2025	5568-0
GAT6G12	AG09917718	23/10/2025	5568-0
HMJ9319	AG09917719	23/10/2025	5568-0
PXX6304	AG09917720	23/10/2025	5568-0
PZW9063	AG09917721	23/10/2025	5568-0
GUW3718	AG09917722	23/10/2025	5452-2
OQA3G83	AG09917723	23/10/2025	5550-0

QNI4H41	AG09917724	23/10/2025	5550-0
HAK5288	AG09917725	23/10/2025	5568-0
GSJ4J11	AG09917726	23/10/2025	5541-1
HKW1230	AG09917727	23/10/2025	5541-1
EEX6F55	AG09917728	23/10/2025	5541-1
EBU9453	AG09917729	23/10/2025	5541-4
HIT4058	AG09917730	23/10/2025	5541-1
PWH2F02	AG09917431	23/10/2025	5541-1
HKQ9763	AG09917432	23/10/2025	5541-1
GFJ4740	AG09917433	23/10/2025	5541-1
RTZ8A97	AG09917435	23/10/2025	5541-1
PYH8G87	AG09917586	23/10/2025	5541-2
MGY7050	AG09917587	23/10/2025	5541-1
QNM5F27	AG09917588	23/10/2025	5541-1
OMD4922	AG09917589	23/10/2025	5541-2
OOW6344	AG09917590	23/10/2025	5541-2
GIV3H12	AG09917591	23/10/2025	5541-2
HKF9777	AG09917592	23/10/2025	5541-2
SHZ2H77	AG09917593	23/10/2025	5541-1
PVW6D90	AG09917594	23/10/2025	5541-2
QUL8909	AG09917595	23/10/2025	5541-1
GOD0700	AG09917596	23/10/2025	5460-0
PMB8008	AG09917597	23/10/2025	5460-0
TXD4D94	AG09917731	24/10/2025	5541-1
QXI8A12	AG09917732	24/10/2025	5541-2
OPN6206	AG09917733	24/10/2025	5541-1
TKT5A71	AG09917734	24/10/2025	5550-0
SVF6J88	AG09917735	24/10/2025	5509-0
HBJ7631	AG09917737	24/10/2025	5207-0
OQK1F74	AG09917436	24/10/2025	5541-1
TCN4A15	AG09917598	24/10/2025	5460-0
ESR9J74	AG09917600	24/10/2025	5568-0
GZW3087	AG09917601	24/10/2025	5541-2
RTE7G20	AG09917602	24/10/2025	5541-2
GUA5446	AG09917603	24/10/2025	5541-2
QNO2C08	AG09917604	24/10/2025	5541-2
OQY2D93	AG09917605	24/10/2025	5541-2
HBJ7631	AG09917738	24/10/2025	5835-0
RUM2F01	AG09917606	25/10/2025	5541-2
OMI8A73	AG09917607	25/10/2025	5541-2
RTA0A45	AG09917608	25/10/2025	7625-2
FVP3J85	AG09917609	25/10/2025	5541-2
CSR0J02	AG09917610	25/10/2025	5541-4
QXI4095	AG09917611	25/10/2025	5541-2
OWW4539	AG09917437	27/10/2025	5541-1
KXB2I11	AG09917438	27/10/2025	5509-0
GSX5588	AG09917440	27/10/2025	5541-1
FMZ5D48	AG09917741	27/10/2025	5541-1
OBB8145	AG09917742	27/10/2025	5541-1
RUD7J20	AG09917743	27/10/2025	5541-1
HBJ8853	AG09917745	27/10/2025	5738-0
PUW2393	AG09917746	27/10/2025	5541-1
MOH0837	AG09917744	27/10/2025	5738-0
TDK6I61	AG09917739	28/10/2025	5541-1
GWQ5948	AG09917841	28/10/2025	7625-2
TDS9B75	AG09917842	28/10/2025	5509-0
GKZ3779	AG09917843	28/10/2025	5568-0
EFA7192	AG09917845	28/10/2025	5541-1
HMH9D93	AG09917846	28/10/2025	5541-2
PVT1891	AG09917612	28/10/2025	5568-0
HHF2930	AG09917614	28/10/2025	5541-1
FOI7F50	AG09917615	28/10/2025	5541-2
OQW4C62	AG09917616	28/10/2025	5541-2
SHI5F03	AG09917617	28/10/2025	5541-2
SUC9H94	AG09917618	28/10/2025	5541-1
HNN0746	AG09917619	28/10/2025	5568-0
PUK0071	AG09917620	28/10/2025	5568-0
RFR2F15	AG09917851	29/10/2025	5541-1
QOC9G95	AG09917852	29/10/2025	5541-1
OQD7111	AG09917853	29/10/2025	5541-1
HBJ8723	AG09917854	29/10/2025	5568-0
HNJ7811	AG09917855	29/10/2025	5550-0
SJH5B41	AG09917857	29/10/2025	5550-0
TFB6F73	AG09917858	29/10/2025	5541-1
EQY9410	AG09917859	29/10/2025	5541-1
TDC1D49	AG09917860	29/10/2025	5541-1
HDC3829	AG09917861	29/10/2025	5541-1
HNV3717	AG09917863	29/10/2025	5541-1
HBQ5E83	AG09917864	29/10/2025	5541-1
KLI4A34	AG09917865	29/10/2025	5541-1
HGF6882	AG09917866	29/10/2025	5541-1
LMD3617	AG09917867	29/10/2025	7625-2
IQG5263	AG09917868	29/10/2025	5541-1
SYL8E06	AG09917623	29/10/2025	7625-1
OOY9501	AG09917625	29/10/2025	5541-2
PXH9A17	AG09917626	29/10/2025	5541-2
HGF6173	AG09917627	29/10/2025	5541-2
BPW2336	AG09917869	30/10/2025	5550-0
HLA4D38	AG09917747	30/10/2025	5541-4

KRP6G51	AG09917629	30/10/2025	5541-2
HGF6904	AG09917630	30/10/2025	7625-2
QNM6G04	AG09917631	30/10/2025	5541-2
HMD5176	AG09917748	30/10/2025	5541-1
LRO7E17	AG09917872	31/10/2025	5541-2
PVT2G55	AG09917874	31/10/2025	5541-2
NFQ3442	AG09917749	31/10/2025	5541-2
PQQ1286	AG09917751	31/10/2025	5541-2
PWO9H82	AG09917752	31/10/2025	5541-2
HLJ5J50	AG09917753	31/10/2025	5541-2
DKP8I54	AG09917754	31/10/2025	5541-2
PUT4082	AG09917755	31/10/2025	5541-2
SJD5G77	AG09917875	31/10/2025	5541-1
TCQ7I71	AG09917876	31/10/2025	5541-1
FZN3C70	AG09917877	31/10/2025	5541-1
RFS5C30	AG09917878	31/10/2025	5541-4
TEG4J74	AG09917756	31/10/2025	5541-1
LLI2E57	AG09917632	31/10/2025	5568-0
GDD8F14	AG09917633	31/10/2025	5541-2
PZZ9B07	AG09917634	31/10/2025	5541-2
HMD5176	AG09917635	31/10/2025	5541-1
JIB5D47	AG09917636	31/10/2025	5541-2
PUF8B61	AG09917637	31/10/2025	5541-2
QXI5I48	AG09917638	31/10/2025	5541-2
QUF1F46	AG09917889	01/11/2025	5541-2
SYQ3I31	AG09917890	01/11/2025	5541-1
PBB6J66	AG09917892	01/11/2025	5541-4
HDC3799	AG09917893	01/11/2025	5541-1
HGF0249	AG09917894	01/11/2025	5541-2
RFK1J55	AG09917895	01/11/2025	5541-2
HJE3A25	AG09917896	01/11/2025	5541-2
OPJ0130	AG09917897	01/11/2025	5541-2
QNL6J40	AG09917898	01/11/2025	5541-2
GRY1I13	AG09917901	01/11/2025	5541-2
QMV6J18	AG09917902	01/11/2025	5541-2
OQT0148	AG09917879	01/11/2025	5541-2
HBJ8550	AG09917903	01/11/2025	5541-2
TXD4E67	AG09917904	01/11/2025	5541-1
QNC2767	AG09917905	01/11/2025	5541-4
HFG0A03	AG09917906	01/11/2025	5541-2
RMM1E92	AG09917907	01/11/2025	5541-1
FVP3J85	AG09917881	01/11/2025	5541-2
ELR6F73	AG09917882	01/11/2025	5541-2
HMY2D61	AG09917883	01/11/2025	5541-2
QUN6A35	AG09917884	01/11/2025	5541-2
SJI0F61	AG09917885	01/11/2025	5541-2
PYY6A73	AG09917886	01/11/2025	5541-2
QXF0672	AG09917887	01/11/2025	5541-1
HIT4G18	AG09917888	01/11/2025	5541-2
SYV7F77	AG09917944	03/11/2025	5541-2
FVP3J85	AG09917908	03/11/2025	5541-2
QNK7693	AG09917909	03/11/2025	5541-2
PXR5730	AG09917910	03/11/2025	5541-2
OWO5J85	AG09917911	03/11/2025	5541-2
TCZ9E22	AG09917912	03/11/2025	5541-2
SGZ4E90	AG09917914	03/11/2025	5541-2
OVL8F13	AG09917915	03/11/2025	5541-1
RVK1C13	AG09917757	03/11/2025	5541-2
SDL0E30	AG09917758	03/11/2025	5541-2
QXM2D98	AG09917759	03/11/2025	5541-1
ENC2069	AG09917760	03/11/2025	5541-1
HIT3C52	AG09917761	03/11/2025	7625-1
RNS9E48	AG09917762	03/11/2025	5541-2
GSZ2290	AG09917941	03/11/2025	5568-0
EGF4318	AG09917943	03/11/2025	5541-2
HEU5358	AG09917945	03/11/2025	5541-2
HBJ7415	AG09917946	03/11/2025	5568-0
TCG9H76	AG09917916	04/11/2025	5541-1
PXC6D95	AG09917917	04/11/2025	5541-1
TEO1J88	AG09917918	04/11/2025	5541-1
SHY4B19	AG09917919	04/11/2025	5568-0
OZZ9G82	AG09917920	04/11/2025	5568-0
RUU5D05	AG09917921	04/11/2025	5568-0
NME7B58	AG09917922	04/11/2025	5568-0
TCP5C79	AG09917923	04/11/2025	5541-2
SHM4I74	AG09917924	04/11/2025	5541-2
OPH7E94	AG09917925	04/11/2025	5541-2
QNY2967	AG09917926	04/11/2025	5541-2
PYU8J51	AG09917927	04/11/2025	5541-2
EVA3H46	AG09917928	04/11/2025	5541-2
PUB0925	AG09917929	04/11/2025	5541-2
RFK1J55	AG09917930	04/11/2025	5541-2
ERU1382	AG09917931	04/11/2025	5541-2
HDM6268	AG09917932	04/11/2025	5541-2
TCX5A97	AG09917763	04/11/2025	5541-2
LQR0444	AG09917764	04/11/2025	5541-2
RTK9I57	AG09917766	04/11/2025	5541-2
GTB2437	AG09917768	04/11/2025	5541-4
HMI4C91	AG09917769	04/11/2025	5541-4

TDL9H35	AG09917933	04/11/2025	5541-2
TKU2B50	AG09917934	04/11/2025	5541-2
QQY9923	AG09916201	04/11/2025	7625-2
TXO5A39	AG09916202	04/11/2025	5568-0
HML3760	AG09917948	04/11/2025	7625-1
LVO7G61	AG09917935	05/11/2025	5568-0
TWY3E04	AG09917771	05/11/2025	5541-2
JJU0J17	AG09917772	05/11/2025	5738-0
PWU8A08	AG09917773	05/11/2025	5568-0
HBJ8429	AG09917774	05/11/2025	5568-0
RMG8D68	AG09917775	05/11/2025	5568-0
GTO3085	AG09917776	05/11/2025	5541-4
BER5I20	AG09916203	05/11/2025	5541-2
JHK1833	AG09916204	05/11/2025	5541-2
FRL9687	AG09916205	05/11/2025	5541-2
HJG5E83	AG09916206	05/11/2025	5550-0
MWW4H21	AG09917777	05/11/2025	5541-1
HIJ3E52	AG09917951	05/11/2025	5541-4
RHT8H14	AG09917952	05/11/2025	5541-2
SHI3E28	AG09917953	05/11/2025	5541-2
ITL2E27	AG09917954	05/11/2025	5541-2
RFE8H58	AG09917938	06/11/2025	5568-0
CYC7650	AG09917939	06/11/2025	5541-4
HHS5791	AG09917940	06/11/2025	5541-4
HIW5J07	AG09918041	06/11/2025	5541-1
HMT1256	AG09917778	06/11/2025	5541-1
FSP0005	AG09917779	06/11/2025	5541-1
QQF9657	AG09917780	06/11/2025	5541-1
HIT4144	AG09917781	06/11/2025	5541-1
JEG5803	AG09917956	06/11/2025	5568-0
HBJ6463	AG09917957	06/11/2025	5568-0
QEW0I70	AG09917958	06/11/2025	5541-1
OQQ0018	AG09917960	06/11/2025	5541-2
HLN6851	AG09917961	06/11/2025	5541-2
TDY1J13	AG09917962	06/11/2025	5541-1
AXW6C84	AG09916207	06/11/2025	5550-0
HOF3H60	AG09916208	06/11/2025	5550-0
HMT5082	AG09916209	06/11/2025	7625-2
QXO3B79	AG09918042	07/11/2025	5541-1
DFM1235	AG09918043	07/11/2025	5541-1
PVO0487	AG09918044	07/11/2025	5541-2
SHZ2J20	AG09917782	07/11/2025	5541-1
HGH7H96	AG09917783	07/11/2025	5541-1
GHR2G00	AG09917784	07/11/2025	5541-1
HFJ0630	AG09917965	07/11/2025	5452-2
RTH1F19	AG09917966	07/11/2025	5541-2
OWL0043	AG09917967	07/11/2025	5541-2
GXO0464	AG09917969	07/11/2025	5541-2
QMW1D22	AG09917970	07/11/2025	5541-2
HMN2023	AG09917971	07/11/2025	5541-2
TCX9F81	AG09917972	07/11/2025	7625-2
GGF6I91	AG09917976	08/11/2025	5541-2
NEI0I44	AG09917977	08/11/2025	5541-2
HFW2161	AG09917978	08/11/2025	5541-2
KWV1671	AG09917979	08/11/2025	5541-1
SYY3G01	AG09917973	08/11/2025	5541-2
PXV6J25	AG09917981	08/11/2025	7625-2
RUR1F50	AG09917982	08/11/2025	5460-0
HNL8C37	AG09917975	08/11/2025	5541-4
NTB6476	AG09918047	10/11/2025	5541-2
QUO3C28	AG09918048	10/11/2025	5541-2
OMH0505	AG09917787	10/11/2025	5541-1
HGO6A62	AG09918049	10/11/2025	5568-0
NYA5521	AG09918050	10/11/2025	5568-0
OQO0A08	AG09917788	10/11/2025	5568-0
PZQ6G12	AG09916210	10/11/2025	5541-2
NJW8C52	AG09916211	10/11/2025	5541-2
PXO5928	AG09916212	10/11/2025	5541-2
HIT3C52	AG09917789	10/11/2025	7625-1
GRN9101	AG09917983	10/11/2025	5550-0
JFI0548	AG09917984	10/11/2025	5541-4
DWM9E75	AG09917986	10/11/2025	5541-2
TDY1J13	AG09917987	10/11/2025	5541-2
FWK2J08	AG09917988	10/11/2025	5541-1
OPJ3458	AG09918051	11/11/2025	5541-1
OPF9229	AG09917790	11/11/2025	5541-1
QUY6G54	AG09917791	11/11/2025	5541-1
HNC2410	AG09918057	12/11/2025	5550-0
PYJ3B08	AG09917794	12/11/2025	5541-2
HBJ9621	AG09917795	12/11/2025	5541-2
OPW7B40	AG09918060	12/11/2025	5541-1
JPE4122	AG09917471	12/11/2025	5541-2
RMY6E92	AG09917475	12/11/2025	5541-2
GOZ7A09	AG09917476	12/11/2025	7625-2
TEA5H25	AG09917796	12/11/2025	5541-2
RFC2C04	AG09918061	14/11/2025	5541-2
HFB8645	AG09918062	14/11/2025	5541-1
QMY7B14	AG09918064	14/11/2025	5541-2
OPM7213	AG09917995	14/11/2025	5541-1

OWV5I42	AG09917996	14/11/2025	7625-2
QOX9H47	AG09917997	14/11/2025	5541-1
PWL3899	AG09917998	14/11/2025	5541-1
HEN2971	AG09917999	14/11/2025	5541-1
QNJ0547	AG09917477	14/11/2025	5541-2
PCK9G52	AG09918066	17/11/2025	5568-0
HDI0446	AG09918065	17/11/2025	5568-0
OGR9J01	AG09918067	17/11/2025	5541-2
TEA5H25	AG09918068	17/11/2025	5541-1
TXH3B45	AG09917798	17/11/2025	5541-1
JIB5D47	AG09917801	17/11/2025	5541-2
QUO1B01	AG09917802	17/11/2025	5541-2
SDQ3I35	AG09917805	18/11/2025	5568-0
KWN6A87	AG09918073	18/11/2025	5541-2
RVG0B80	AG09918074	18/11/2025	5541-2
PUZ7C68	AG09917806	18/11/2025	5509-0
PHL8H20	AG09917808	18/11/2025	5541-2
TEA5H25	AG09918000	18/11/2025	5541-1
EUK2B88	AG09918003	18/11/2025	5541-1
RFL9C89	AG09917478	18/11/2025	5541-2
PWH1550	AG09918078	19/11/2025	5568-0
RNB6E00	AG09918079	19/11/2025	5541-1
HFC3009	AG09918080	19/11/2025	5541-2
TWZ8E19	AG09918081	19/11/2025	5541-2
AXV3280	AG09918084	19/11/2025	5541-1
TEH8C45	AG09918087	19/11/2025	5541-1
PJJ0456	AG09918005	19/11/2025	5550-0
RGB5E50	AG09918009	22/11/2025	5541-2
LSA3E56	AG09918090	24/11/2025	5541-1
PWB8563	AG09918093	24/11/2025	5541-1
OLZ2J10	AG09918094	24/11/2025	5541-3
HGE6419	AG09917817	24/11/2025	5541-1
QNQ6B65	AG09917818	24/11/2025	5541-1
RTW5E62	AG09917821	24/11/2025	5509-0
TDL9H35	AG09917824	24/11/2025	5541-1
HMJ2D81	AG09918099	25/11/2025	5509-0
JID7F62	AG09918013	25/11/2025	5541-2
SJH2E69	AG09918103	26/11/2025	5541-2
RTY4J25	AG09918104	26/11/2025	5541-2
HJQ3C54	AG09918106	26/11/2025	5541-1
NZO5J18	AG09918107	26/11/2025	5541-1
RUG8D00	AG09917828	26/11/2025	5541-1
PZV4497	AG09917829	26/11/2025	5541-1
GQR3D81	AG09918110	26/11/2025	5541-1
HAO9414	AG09918113	26/11/2025	5550-0
TDO0H51	AG09918114	27/11/2025	5541-1
PYD7E33	AG09918115	27/11/2025	5541-2
TCH9D47	AG09918116	27/11/2025	5541-2
FFD1F61	AG09918119	27/11/2025	5541-2
QOU2F17	AG09918121	27/11/2025	5541-2
DYA5G00	AG09917830	27/11/2025	5541-1
TWZ8H58	AG09917831	27/11/2025	5541-2
JFY4C96	AG09917832	27/11/2025	5541-2
PAI0034	AG09917833	27/11/2025	5541-2
SHH1H48	AG09918125	27/11/2025	5541-1
DSQ2957	AG09918126	27/11/2025	5541-1
RTK9I57	AG09918128	27/11/2025	5568-0
HAE1301	AG09918129	27/11/2025	5550-0
FDV4I08	AG09917485	28/11/2025	5541-2
QQW4A63	AG09917487	28/11/2025	5541-2
CVC3I48	AG09917488	28/11/2025	5541-2
HLZ4D67	AG09917835	28/11/2025	5541-1
GSW0J92	AG09917839	28/11/2025	5541-1
PVT0E16	AG09917840	28/11/2025	5509-0
PAJ9183	AG09918241	28/11/2025	5541-1
ETG0496	AG09918132	28/11/2025	5541-1
FTL7E39	AG09918135	28/11/2025	5541-1
PZH7755	AG09918136	28/11/2025	5568-0
TXO5A39	AG09918137	28/11/2025	5568-0
OMB8991	AG09918138	28/11/2025	5541-1
QLM4A02	AG09918139	28/11/2025	5541-1
JFC0A28	AG09918020	28/11/2025	5541-2
HJA8A53	AG09918022	28/11/2025	5541-2
FAP8629	AG09918446	29/11/2025	5550-0
HOA3J25	AG09918451	29/11/2025	5550-0
EOU8E41	AG09918454	29/11/2025	5541-1
HND3C76	AG09918455	29/11/2025	5541-1
SYR8I10	AG09918457	29/11/2025	5541-1
HIT3635	AG09918461	29/11/2025	5541-1
LSS5D67	AG09918465	29/11/2025	5541-1
RVZ8B75	AG09918466	29/11/2025	5541-2
PXC3101	AG09918467	29/11/2025	5541-1
HFC8E60	AG09918469	29/11/2025	5568-0
HFG9075	AG09918470	29/11/2025	5541-1
RMZ5A28	AG09918472	29/11/2025	5541-1
PVX6B41	AG09918473	29/11/2025	5541-1
HLA0J84	AG09918476	29/11/2025	7625-1
QPW2810	AG09918477	29/11/2025	5541-4
PUC5C52	AG09918478	29/11/2025	5541-4

PVK7B48	AG09918480	29/11/2025	5541-1
OMD3162	AG09918481	29/11/2025	5550-0
SHM1C04	AG09918482	29/11/2025	5550-0
FMY2848	AG09918485	29/11/2025	5550-0
PVX6798	AG09918486	29/11/2025	5568-0
HAV3B62	AG09918140	29/11/2025	5541-1
FNX0B69	AG09918489	29/11/2025	5541-2
PUG1H55	AG09918444	29/11/2025	5550-0
OOV2174	AG09918445	29/11/2025	5550-0
PXU8D78	AG09918492	01/12/2025	5541-2
TER9B10	AG09918243	01/12/2025	5550-0
DYA5G00	AG09918245	01/12/2025	5541-1
HDC3180	AG09918246	01/12/2025	5541-1
TDE2F00	AG09918498	01/12/2025	5541-2
PAT7G91	AG09918023	01/12/2025	5550-0
PVK4570	AG09918025	01/12/2025	5541-2
OQW2C85	AG09917494	01/12/2025	5541-1
TEN6G81	AG09917495	01/12/2025	5541-2
TEW3A95	AG09917498	01/12/2025	5746-1
TEW3A95	AG09917496	01/12/2025	6068-1
TEW3A95	AG09917497	01/12/2025	5720-0
SHN5G66	AG09918503	02/12/2025	7625-1
SIR2J79	AG09918505	02/12/2025	5541-2
RTY4J25	AG09917500	02/12/2025	5541-2
HMF6I77	AG09917502	02/12/2025	5541-2
QOA7327	AG09917504	02/12/2025	5550-0
TXI1J41	AG09918506	02/12/2025	5541-1
TXA5D68	AG09918507	02/12/2025	5541-1
RFS2C45	AG09918030	02/12/2025	5541-2
SHK6H09	AG09918031	02/12/2025	5541-2
SHV8F05	AG09918032	02/12/2025	5541-2
HHJ1A55	AG09918512	03/12/2025	5541-1
SRT2J49	AG09918514	03/12/2025	5541-1
PYG0825	AG09918515	03/12/2025	7625-2
PUJ7642	AG09918516	03/12/2025	5541-1
OLX2H11	AG09917505	03/12/2025	7625-1
HEM8376	AG09918518	04/12/2025	5568-0
QPR2G94	AG09918519	04/12/2025	5541-4
GSQ4E78	AG09918520	04/12/2025	5541-1
RUD1I52	AG09918256	04/12/2025	5541-1
OPI3E97	AG09918037	04/12/2025	5541-2
HAS8020	AG09917509	04/12/2025	5541-2
RTA6D23	AG09917510	04/12/2025	5541-2
HGF6156	AG09918524	05/12/2025	5568-0
RMG8D68	AG09918526	05/12/2025	5568-0
RVN1C77	AG09918260	05/12/2025	5550-0
OPC4H45	AG09918527	05/12/2025	5568-0
JGV9945	AG09917511	05/12/2025	5541-4
FSO4E92	AG09917513	05/12/2025	5541-2
QLB6A86	AG09918040	05/12/2025	5541-2
QUH6E35	AG09918341	06/12/2025	5541-1
PVI4E90	AG09918343	06/12/2025	5541-2
PWT0041	AG09917516	06/12/2025	5541-2
RUQ7E89	AG09917517	06/12/2025	5541-2
TXY8E45	AG09918531	08/12/2025	5541-1
RFA2D05	AG09918535	08/12/2025	5541-1
HFF3A28	AG09918536	08/12/2025	5541-1
PJJ0456	AG09918539	08/12/2025	5550-0
TXA5D68	AG09918540	08/12/2025	5541-1
TED0E73	AG09918265	08/12/2025	5509-0
PWR5H42	AG09918267	08/12/2025	5541-1
QQW4A63	AG09918347	08/12/2025	5541-2
PZD3H68	AG09918348	08/12/2025	5541-2
OPH7E94	AG09918351	08/12/2025	5541-2
HBJ6329	AG09918353	08/12/2025	5541-2
FTK0I23	AG09917520	08/12/2025	5550-0
HLT3B62	AG09917521	08/12/2025	5541-2
QQV3781	AG09917523	08/12/2025	5541-2
HGF7222	AG09917524	08/12/2025	5541-2
OQT0A20	AG09917525	08/12/2025	5541-2
GXS4F95	AG09917526	08/12/2025	5541-2
JHP5I79	AG09917528	08/12/2025	5541-2
PVX2420	AG09917531	08/12/2025	5541-2
HAS8020	AG09917536	09/12/2025	5541-2
SYN3I13	AG09917537	09/12/2025	5541-2
GVH1448	AG09917540	09/12/2025	5541-2
PXR5730	AG09918641	09/12/2025	5541-2
HFB8645	AG09918541	09/12/2025	5541-1
RFE6A55	AG09918543	09/12/2025	5541-1
QNN8I88	AG09918544	09/12/2025	5541-2
GJJ3178	AG09918545	09/12/2025	5460-0
QUB9I81	AG09918546	09/12/2025	5541-1
OUF4C90	AG09918548	09/12/2025	5541-2
FZD9559	AG09918553	09/12/2025	5541-2
HFC3009	AG09918554	09/12/2025	5541-2
HBJ7414	AG09918276	09/12/2025	5541-2
HBJ8074	AG09918354	09/12/2025	5541-1
RVG0E10	AG09918550	09/12/2025	5541-1
PYD7E33	AG09918555	10/12/2025	5541-2

GAH8A80	AG09918556	10/12/2025	5541-2
HFB8645	AG09918559	10/12/2025	5541-1
ALR3223	AG09918560	10/12/2025	5541-2
RTQ2I52	AG09918563	10/12/2025	5541-2
JAY3E75	AG09918564	10/12/2025	5541-4
QRG8J21	AG09918565	10/12/2025	5541-1
QHZ2486	AG09918566	10/12/2025	5541-1
SYY9E02	AG09918567	10/12/2025	5541-1
QNZ6D35	AG09918568	10/12/2025	5541-2
RVW3J71	AG09918569	10/12/2025	5541-2
SIA8E82	AG09918570	10/12/2025	5568-0
DIX7H55	AG09918280	10/12/2025	5541-1
RFO8G86	AG09918356	10/12/2025	5541-2
HDC3627	AG09918357	10/12/2025	5568-0
HDP9140	AG09918643	10/12/2025	5568-0
RFM4D21	AG09918644	10/12/2025	5568-0
QXQ7F43	AG09918576	11/12/2025	5550-0
RMX2A08	AG09918579	11/12/2025	5568-0
QPG5684	AG09918281	11/12/2025	5541-2
EFA7192	AG09918282	11/12/2025	5541-2
PWO9C65	AG09918283	11/12/2025	5541-2
RMX4F28	AG09918284	11/12/2025	5541-2
HZZ1031	AG09918285	11/12/2025	5541-2
PUS4I99	AG09918286	11/12/2025	5541-2
QNW0A92	AG09918288	11/12/2025	5568-0
TDG7A94	AG09918580	11/12/2025	5541-1
QOI3C99	AG09918584	11/12/2025	5541-2
GWH5D52	AG09918586	11/12/2025	5541-4
TXO2J45	AG09918587	11/12/2025	5541-2
QUA6D70	AG09918361	11/12/2025	5541-2
PYB3G62	AG09918362	11/12/2025	5541-2
RBE4E29	AG09918653	12/12/2025	5541-2
QQL1220	AG09918655	12/12/2025	5380-0
GSJ9I89	AG09918656	12/12/2025	5525-0
QWZ1E74	AG09918588	12/12/2025	5541-1
LRM5888	AG09918290	12/12/2025	5541-1
QWU9114	AG09918365	12/12/2025	5541-2
RBE4E29	AG09918368	12/12/2025	5550-0
SJG1I91	AG09918589	15/12/2025	5541-1
HJA8A53	AG09918665	15/12/2025	5541-2
HLV7239	AG09918667	15/12/2025	5541-2
QUS6630	AG09918668	15/12/2025	5541-2
PVH3349	AG09918669	15/12/2025	5541-2
DWK4375	AG09918369	15/12/2025	5541-2
FFP9303	AG09918373	15/12/2025	5541-2
PYK1559	AG09918374	15/12/2025	5541-2
TES7B89	AG09918293	16/12/2025	5541-1
OPD5903	AG09918590	16/12/2025	5541-1
TYB9I14	AG09918672	16/12/2025	5541-2
FZD9559	AG09918673	16/12/2025	5541-2
PYD7E33	AG09918376	16/12/2025	5541-2
QUM5E88	AG09918377	16/12/2025	5541-2
PXM8B12	AG09918378	16/12/2025	5541-2
QMS0G03	AG09918379	16/12/2025	5541-2
HGS9728	AG09918380	16/12/2025	5460-0
OHA8481	AG09918381	16/12/2025	5541-4
OLZ2J10	AG09918295	18/12/2025	5509-0
RED0C86	AG09918296	18/12/2025	5541-1
PZH8B71	AG09918297	18/12/2025	5541-1
HGZ2723	AG09918298	18/12/2025	5541-1
FHN6262	AG09918592	18/12/2025	5541-1
DWA8810	AG09918383	18/12/2025	5541-2
TCM0J60	AG09918683	18/12/2025	5541-2
SYM9J51	AG09918679	18/12/2025	5541-2
FKO2C40	AG09918681	18/12/2025	5541-2
RMN4J51	AG09918682	18/12/2025	5541-2
SUO5B65	AG09918596	19/12/2025	5541-1
DCH4676	AG09918598	19/12/2025	5541-1
RTS1G42	AG09918599	19/12/2025	5568-0
QPS0E82	AG09918299	19/12/2025	5541-1
QUZ2A83	AG09918397	19/12/2025	5550-0
SHX5E18	AG09918398	19/12/2025	7625-1
FRX0J53	AG09918399	19/12/2025	5541-4
HOK8941	AG09918692	19/12/2025	5550-0
HGZ6714	AG09918693	19/12/2025	5550-0
HIM8052	AG09918686	19/12/2025	5541-2
RNQ9D22	AG09918402	20/12/2025	5541-2
HKM6779	AG09918700	20/12/2025	5541-1
TUZ3A80	AG09918701	22/12/2025	5541-2
QNI4H41	AG09918704	22/12/2025	5541-2
PYM0392	AG09918606	22/12/2025	5541-1
HIP6B47	AG09918607	22/12/2025	5541-1
BBQ6F42	AG09918303	22/12/2025	5541-1
PYC4D21	AG09918305	22/12/2025	5541-1

Tipo de documento: NIP - Data da geração: 27 de fevereiro de 2026 – Total de Registros: 1069

_____
Autoridade De Trânsito

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:864A4DBA

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EDITAL – 3/2026 DA NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA
Prefeitura Municipal de Formiga – PMF
EDITAL – 3/2026 DA NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

Prefeitura Municipal de Formiga – PMF, em conformidade com as disposições e competências estabelecidas pela Lei Federal nº. 14.229/21, e pelas Resoluções do CONTRAN nº. 918/2022, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, Notifica através do presente Edital, os proprietários dos veículos, abaixo relacionados, das respectivas Infrações de Transito, estabelecendo prazo legal de 30 (trinta) dias, a contar da presente publicação para a facultativa interposição da Defesa da Autuação ou Solicitar a aplicação de Penalidade de Advertência Por Escrito, observado os termos da Resolução do CONTRAN Conselho Nacional de Transito, nº. 918/2022.
A Defesa da Autuação por ventura interposta, ou a Solicitação da aplicação da Penalidade de Advertência por Escrito, deverão ser entregues PESSOALMENTE ou VIA CORREOS (de preferência mediante aviso de recebimento), ao Prefeitura Municipal de Formiga - PMF, que fica localizado na Rua Barão de Piumhi ,121 – Centro - FORMIGA MG - CEP. 35570-128.
Caso o infrator não tenha sido identificado no momento da autuação, e tratando-se de infração de responsabilidade do condutor, para fins de pontuação, o proprietário do veículo, tem o prazo de 30 dias a contar da presente publicação, para identificá-lo, sob pena de ser considerado o responsável pela pontuação decorrente, nos termos dos §§ 7º e 8º do artigo 257, da Lei Federal 14.229/21 (Código de Transito Brasileiro). O formulário para identificação do Condutor Infrator pode ser solicitado no Prefeitura Municipal de Formiga, localizado na Rua Barão de Piumhi ,121 – Centro - FORMIGA MG - CEP. 35570-128.
ATENÇÃO: A disponibilidade do atendimento presencial está sujeita a possíveis restrições estabelecidas por decreto municipal ou estadual. Favor conferir a disponibilidade pelo telefone: (37) 3329-1846.

PLACA	NRO AIT	DATA DA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO
TEI7F89	AG09919055	17/01/2026	5541-1
FNH1727	AG09918772	21/01/2026	5568-0
GXP7E62	AG09916216	21/01/2026	5509-0
QOP1B65	AG09916215	21/01/2026	5550-0
QKS6H74	AG09916214	21/01/2026	5568-0
PXZ8059	AG09916213	21/01/2026	5568-0
QNX0I76	AG09918776	21/01/2026	5509-0
KYY6F07	AG09918775	21/01/2026	5550-0
OQK1B35	AG09918774	21/01/2026	5568-0
QUZ4A03	AG09918773	21/01/2026	5568-0
LSA3H73	AG09918777	22/01/2026	5541-3
RFF1A47	AG09918778	27/01/2026	5541-1
PUS6320	AG09918779	27/01/2026	5568-0
OQC6A03	AG09919065	28/01/2026	5568-0
GTA4A96	AG09918958	29/01/2026	5568-0
OLZ9B94	AG09919066	29/01/2026	6068-1
QXY6C65	AG09918960	29/01/2026	5835-0
RFS1G91	AG09918959	29/01/2026	5835-0
HGF6397	AG09916218	29/01/2026	5541-4
HLT9607	AG09916217	29/01/2026	5541-4
HIA2E77	AG09919067	29/01/2026	5398-0
HIA2E77	AG09919068	29/01/2026	5835-0
OPV3E19	AG09919069	29/01/2026	6068-1
APR8538	AG09919070	31/01/2026	5550-0
AZU6J28	AG09919072	31/01/2026	5541-2
PVJ6267	AG09919073	31/01/2026	5541-2
OPG4319	AG09919074	31/01/2026	5541-2
NAS2J75	AG09919076	31/01/2026	5541-2
TEJ9C22	AG09919077	31/01/2026	5541-2
HNR6D75	AG09918963	31/01/2026	5541-2
GHY5E20	AG09918964	31/01/2026	5541-2
HMD0249	AG09918965	31/01/2026	5541-2
SYU1B37	AG09918966	31/01/2026	5380-0
FQP5D74	AG09918961	31/01/2026	5541-2
GXO0884	AG09918962	31/01/2026	5541-2
LQT8859	AG09919082	02/02/2026	5207-0
RME3J60	AG09919085	02/02/2026	7684-2
TCD2F38	AG09918920	02/02/2026	6041-1
RME3J60	AG09919084	02/02/2026	5738-0
HCD3B31	AG09919080	02/02/2026	5835-0
HCD3B31	AG09919079	02/02/2026	6050-1
GMI3743	AG09919078	02/02/2026	5550-0
LQT8859	AG09919083	02/02/2026	5835-0
LQT8859	AG09919081	02/02/2026	5576-0
RTZ3A56	AG09918924	03/02/2026	5738-0
GVA3D27	AG09918926	03/02/2026	5738-0
HFY5523	AG09918925	03/02/2026	5738-0
NZI4762	AG09918780	03/02/2026	5738-0
JPY3596	AG09918928	03/02/2026	5738-0
RFF6F73	AG09918927	03/02/2026	6041-1
HGN5104	AG09918929	04/02/2026	6041-1
SID1F01	AG09918935	04/02/2026	6050-1
GVE7055	AG09918933	04/02/2026	6050-1

SIK7661	AG09918781	04/02/2026	5738-0
ORB3I23	AG09918782	04/02/2026	5738-0
PWK0D81	AG09918967	07/02/2026	5452-5
HFP7949	AG09918969	07/02/2026	5452-5
NEH4A22	AG09918977	10/02/2026	5541-2
DMS1301	AG09918974	10/02/2026	5541-2
HGN8A71	AG09918783	10/02/2026	5568-0
TEP8C94	AG09918938	10/02/2026	5541-1
QNN1B53	AG09918972	10/02/2026	7625-2
HIB4162	AG09918980	11/02/2026	5541-2
SJF5D00	AG09916226	11/02/2026	5541-2
PRE8H59	AG09916225	11/02/2026	5541-2
RNJ3I85	AG09916224	11/02/2026	5541-4
JKE1E63	AG09918982	11/02/2026	5568-0
FBH6E17	AG09919156	11/02/2026	5541-2
RTZ1D29	AG09919155	11/02/2026	5541-2
GXO1839	AG09919152	11/02/2026	5541-2
RNN9B96	AG09919151	11/02/2026	5541-2
HFC3009	AG09919150	11/02/2026	5541-2
EOU8E41	AG09919149	11/02/2026	5541-1
GJG9C57	AG09919145	11/02/2026	5541-1
TDD7D12	AG09919143	11/02/2026	5541-1
TKJ9F65	AG09919141	11/02/2026	5541-1
HKN2845	AG09918983	12/02/2026	5568-0
PUS7997	AG09918988	13/02/2026	5541-2
GLE5D92	AG09918993	19/02/2026	5541-2
EPN5326	AG09918787	20/02/2026	5509-0
HHJ6C94	AG09918997	20/02/2026	5541-2
TDX4J56	AG09918998	20/02/2026	5541-2
TXM7C60	AG09919159	20/02/2026	5541-2

Tipo de documento: NAI - Data da geração: 27 de fevereiro de 2026 – Total de Registros: 83

_____
Autoridade de Trânsito
____

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:703BF495

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EDITAL – 3/2026 PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA
Prefeitura Municipal de Formiga – PMF

EDITAL – 3/2026 PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

Em face ao recebimento das solicitações de aplicação de penalidade de advertência, com fulcro na Resolução 918/22 do CONTRAN, em seu Art. 10º, ficam os proprietários dos veículos abaixo notificados conforme decisões. Os autos com acolhimento serão convertidos em penalidades de advertência, e os autos com não acolhimentos serão continuados com a emissão da Notificação de Imposição da Penalidade de multa.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	DATA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO	DOCUMENTO CONDUTOR
JGC5H53	AG09916846	25/08/2025	5550-0	07915621175
GZG3715	AG09916686	26/08/2025	5550-0	07350829091
OXG6800	AG09916690	28/08/2025	5550-0	00741168179
PGX7D22	AG09917009	08/09/2025	5550-0	07246777004
QOB1646	AG09917010	08/09/2025	5550-0	00592980499
QNG1903	AG09917060	09/09/2025	5550-0	01466566108
HBJ8I94	AG09916840	09/09/2025	5550-0	04550180370
PYG9F04	AG09916890	09/09/2025	5550-0	05004852677
OPX2125	AG09916889	09/09/2025	5550-0	03408321020
HBJ7F64	AG09917022	11/09/2025	5550-0	06108556544
RTW5E62	AG09917821	24/11/2025	5509-0	01681553013
HMJ2D81	AG09918099	25/11/2025	5509-0	06916325543
HAO9414	AG09918113	26/11/2025	5550-0	01828013603
PVT0E16	AG09917840	28/11/2025	5509-0	5004875906
FAP8629	AG09918446	29/11/2025	5550-0	06474792980
PUG1H55	AG09918444	29/11/2025	5550-0	00593021020
FMY2848	AG09918485	29/11/2025	5550-0	01973478718
SHM1C04	AG09918482	29/11/2025	5550-0	08622570158
OMD3162	AG09918481	29/11/2025	5550-0	03874887802
PAT7G91	AG09918023	01/12/2025	5550-0	01406539583
TEW3A95	AG09917498	01/12/2025	5746-1	08739112110
QOA7327	AG09917504	02/12/2025	5550-0	03795186934
FTK0I23	AG09917520	08/12/2025	5550-0	03255922736
QQL1220	AG09918655	12/12/2025	5380-0	03818189845
GSJ9I89	AG09918656	12/12/2025	5525-0	01934804726
RBE4E29	AG09918368	12/12/2025	5550-0	01865513339
HGS9728	AG09918380	16/12/2025	5460-0	03622168500
OLZ2J10	AG09918295	18/12/2025	5509-0	08216922409

Tipo de documento: Notificação de Advertência - Data da geração: 27 de fevereiro de 2026 – Total de Registros: 28

_____
Autoridade De Trânsito
_____

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:CA47B3C7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO
ATA DISPENSA ELETRONICA - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 024/2026 - DISPENSA ELETRONICA N° 009/2026 - AQUISIÇÃO DE TAPETES DE GRAMA NATURAL ESMERALDA (ZOYSIA JAPONICA), COM FORNECIMENTO E PLANTIO INCLUSOS

MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG
ATA DE REALIZAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 009/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 024/2026
Reuniram-se no site ***www.licitanet.com.br,*** o(a) Agente Público e respectivos comissão de contratação, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos à referida dispensa que tem como objeto: **Aquisição de tapetes de grama natural Esmeralda (Zoysia japonica), com fornecimento e plantio inclusos, compreendendo a entrega do material, preparação do terreno, nivelamento, correção e adubação do solo, assentamento dos tapetes, compactação e irrigação inicial, destinados à implantação e revitalização da área externa no entorno da quadra poliesportiva e do playground da Escola Municipal Paulo Jacinto de Mendonça, conforme condições e especificações contidas neste termo de referência.**.
O(a) Agente Público conduziu a sessão de dispensa, conforme disposições contidas: Lei Federal nº 14.133 de 1 de abril de 2021 e na Lei Complementar nº123/06, realizar os procedimentos relativos à aludida dispensa.

Fornecedor(es) participante(s)		
Participou(aram) deste processo o(s) fornecedor(es) abaixo relacionado(s):		
Fornecedor	**CNPJ**	**Enquadramento**
CLEITON BRAGA DA SILVA TIMOTEO 09074338631	31.666.405/0001-97	**Microempresa**
AVTEC ENGENHARIA LTDA	42.254.577/0001-70	**Microempresa**
HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63.236.363/0001-40	**Microempresa**
VALLS NEGOCIOS LTDA	39.447.638/0001-00	**Microempresa**

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 1							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
31612	CLEITON BRAGA DA SILVA TIMOTEO 09074338631	31666405000197	DF	ESMERALDA	R$ 40,35	**Classificada**	--
81182	AVTEC ENGENHARIA LTDA	42254577000170	conforme solicitado	conforme solicitado	R$ 40,35	**Classificada**	--
9082	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63236363000140	ITOGRÁS	GRAMA ESMERALDA	R$ 40,35	**Classificada**	--
42970	VALLS NEGOCIOS LTDA	39447638000100	CONFORME EDITAL	CONFORME EDITAL	R$ 45,00	**Classificada**	--

Lances do Item 1				
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
VALLS NEGOCIOS LTDA	39.447.638/0001-00	R$ 45,00	25/02/2026 22:43:40	Classificado
CLEITON BRAGA DA SILVA TIMOTEO 09074338631	31.666.405/0001-97	R$ 40,35	23/02/2026 14:57:08	Classificado
AVTEC ENGENHARIA LTDA	42.254.577/0001-70	R$ 40,35	24/02/2026 10:52:43	Classificado
HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63.236.363/0001-40	R$ 40,35	25/02/2026 18:06:20	Classificado
HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63.236.363/0001-40	R$ 39,00	26/02/2026 13:46:58	Manual
CLEITON BRAGA DA SILVA TIMOTEO 09074338631	31.666.405/0001-97	R$ 35,00	26/02/2026 13:59:49	Manual

Lances do Item 1				
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
CLEITON BRAGA DA SILVA TIMOTEO 09074338631	31.666.405/0001-97	R$ 32,00	26/02/2026 13:59:59	Intermediario
AVTEC ENGENHARIA LTDA	42.254.577/0001-70	R$ 31,27	26/02/2026 13:59:55	Manual

Classificação Final do Item 1			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	AVTEC ENGENHARIA LTDA	42.254.577/0001-70	R$ 31,27
2º	CLEITON BRAGA DA SILVA TIMOTEO 09074338631	31.666.405/0001-97	R$ 32,00
3º	HORIZONTE AZUL LICITA LTDA	63.236.363/0001-40	R$ 39,00
4º	VALLS NEGOCIOS LTDA	39.447.638/0001-00	R$ 45,00

Mensagens do Item 1		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	26/02/2026 08:00:09	O **ITEM 1** foi ordenado, classificado e agora está na fase competitiva. Sua disputa durará até **26/02/2026 14:00:00**. Sr(s). Fornecedor(es), podem ofertar seus lances!
	26/02/2026 14:00:12	O detentor da melhor oferta **ID: 81182 - Data Prop.: 24/02/2026 10:52:43** venceu o **ITEM - 1** pelo valor de **R$ 31,27**.
	26/02/2026 14:04:48	A proposta do fornecedor **AVTEC ENGENHARIA LTDA** do **ITEM - 1**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$31,27**.
	26/02/2026 14:06:05	O **ITEM 1** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	26/02/2026 14:08:41	Senhor Agente de contratação, esse valor corresponde ao fornecimento, preparação do terreno e plantio, correto?
	26/02/2026 14:16:05	O tempo de negociação está **encerrado**.

	26/02/2026 15:26:58	Sr. Agente de Contratação, considerando que o objeto contempla a aquisição de tapetes de grama natural (produto vegetal vivo), solicitamos apenas esclarecimento se já foi verificada a compatibilidade da atividade econômica da empresa classificada com o fornecimento/comercialização de grama natural, visando resguardar a regularidade da contratação.
	26/02/2026 15:42:42	Prezado forneceder 31612, entendo seu incontentamento em ser da cidade e não ter logrado êxito no certame, mas caso tenha tido a curiosidade de avaliar a nossa documentação, poderá verificar que, embora não exigido nos termos do Edital, foi apresentado documentação de Qualificação Técnica, entre outros documentos, nosso registro junto ao IMA/RENASEM.
	26/02/2026 15:55:25	Com relação a compatibilidade da atividade econômica da empresa com o objeto da licitação, informamos, de forma complementar, que além de nossas atividades serem compatíveis o nosso registro junto ao IMA/RENASEM contempla atividade/categoria: comércio de mudas.
	26/02/2026 16:58:35	A disputa do **ITEM 1** está encerrada. **Despacho:** .

Mensagens Geral		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	26/02/2026 08:00:09	Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): **1** às **08:00:09**
	26/02/2026 08:05:55	Srs. fornecedores, o canal de mensagens da sala de disputa foi **DESBLOQUEADO** pelo condutor do processo!
	26/02/2026 08:07:24	Prezados senhores licitantes, bom dia! Informo que a sessão esta aberta e ficara disponível para lances ate as 14 horas.

Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	26/02/2026 14:05:53	Prezado senhor licitante AVTEC ENGENHARIA LTDA, consegue um melhor valor no item 1?
	26/02/2026 14:11:00	Senhor licitante, isso mesmo, conforme na descrição do item.
	26/02/2026 14:20:38	Senhor licitante AVTEC ENGENHARIA LTDA, informo que será aberto o prazo de 2 horas para que possa estar enviando a documentação e anexos exigidos no termo de referência.
	26/02/2026 14:21:44	O prazo para envio da documentação necessária, estará disponível através do módulo - **DOCS. LEGAL** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **26/02/2026 14:22:00hs** até o dia **26/02/2026 16:22:00hs** para o(s) fornecedor(es): AVTEC ENGENHARIA LTDA.
	26/02/2026 15:02:06	O fornecedor **AVTEC ENGENHARIA LTDA** acabou de **ENVIAR** proposta_e_habilitacao_1772128926.zip no menu *Docs. Legal*.
	26/02/2026 16:22:01	O prazo para o fornecedor **AVTEC ENGENHARIA LTDA** enviar a documentação legal está **encerrado**.
	26/02/2026 16:25:56	Prezados senhores licitantes, informo que estarei realizando a analise dos documentos enviados.
	26/02/2026 16:51:07	Prezados senhores licitantes, após a analise das documentações enviadas informo que a empresa AVTEC ENGENHARIA LTDA está declarada habilitada.
	26/02/2026 16:51:47	Senhor licitante AVTEC ENGENHARIA LTDA, peço que assine a proposta final.
	26/02/2026 16:56:26	O fornecedor **AVTEC ENGENHARIA LTDA** acabou de **ASSINAR** sua Proposta Final.
	26/02/2026 16:57:21	Prezados senhores licitantes, informo que a sessão será encerrada, agradeço a participação de todos!

Após encerramento da fase de lances, e atendido os procedimentos da Lei Complementar 123/06, o licitante melhor classificado em cada lote ou item foi declarado vencedor conforme indicado no quadro Resultado da sessão pública, a classificação dos valores ofertados foi publicada nos quadros de Propostas e Lances.
Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às **16:58:35 horas do dia 26 de Fevereiro de 2026** cuja ata foi lavrada pelo(a) Agente Público.

JULIANA MODESTO DE MORAIS
Agente Público

MÁRCIA CECÍLIA GONÇALVES
Comissão de Contratação

LUCIENE MARTINS DA COSTA
Comissão de Contratação

MARIANE BEATRIZ FERNANDES
Comissão de Contratação

Autenticação: 5129A746508CB1D8E5C20F32616F7BDA

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:A1F56CC8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA O CARGO DE ENFERMEIRO

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDADO	DATA DE NASCIMENTO	Total
1º	TACIANA OLIVEIRA SANT"ANA GIRELI	20/10/1980	11
2º	NATÁLIA DE MELLO PIRES	31/12/1984	10,5
3º	CRISTINA MENDES ROMÃO	01/02/1987	8,5
4º	SOLANGE MARCELINO DE SOUZA MATOZINHOS	06/05/1968	6
5º	DÉBORA DOS SANTOS DUTRA CATARINO	04/07/1983	6
6º	SARAH PERDIGÃO GUERRA	19/08/1986	6
7º	JULIANA CRISTINA DE SOUZA	02/07/1986	5
8º	MARCELO MELO SILVA	03/05/1988	5
9º	JULIANA PIRES DE OLIVEIRA	29/05/1979	4,5
10º	BRUNA VOLPE DE VITO	01/05/1982	4,5
11º	RODINEIA ADRIANA DOS SANTOS DA SILVA	20/03/1977	4
12º	ROSIMAR FRANCISCA ALEIXO	24/01/1979	3,5
13º	DENISE DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA LIMA MATA	16/12/1980	3,5
14º	NATÁLIA CRISTINA OLIVEIRA MARTINS	30/12/1987	3,5
15º	JÚLIA MOTA PALHEIROS	03/02/1990	3,5

16º	RAYANE ELIENAI DA SILVA SOUTO	11/06/1990	3,5
17º	GLEIDIANE GLEICIE DUARTE	01/10/1979	3
18º	TAMIRES CRISTINA DA SILVA MIRANDA	08/06/1988	3
19º	ANA CAROLINA COTA	03/04/1997	3
20º	GINA BUENO FERENZINI	24/07/1980	2,5
21º	ANDRESA MARTINS BUENO PIRES	04/02/1981	2,5
22º	JANAINA GOMES DAS MERCÊS	05/01/1985	2,5
23º	MÔNICA SOARES FERREIRA	04/10/1981	2
24º	MARINA COUTO SILVA	06/11/1982	2
25º	KARLA RAQUEL LINHARES	17/08/1981	1,5
26º	GABRIELE ESTÉFANE GOMES LACERDA	10/05/1999	1,5
27º	MÁRCIA DA CUNHA RIBEIRO CALIXTO	21/09/1972	1
28º	ANA MARTA JARDIM PEREIRA	07/03/1978	1
29º	MAGDA MACIEL DE FARIA	24/04/1992	1
30º	RODRIGO LUCAS CAMPOS	19/01/1998	1
31º	AMANDA ROSSONI SILVA	02/03/1999	1
32º	EMILLY EDUARDA DIAS FRADE	11/07/1999	1
33º	ALESSANDRA FONTANA	23/09/1980	0,5
34º	CARLOS EDUARDO FERNANDES	17/07/2001	0,5
35º	CLÁUDIA CRISTINA MARQUES	03/12/1970	0
36º	SILENE MARIA BATISTA CABRAL	12/09/1974	0
37º	GISLAINE DAS GRAÇAS SILVA DE ASSIS	30/01/1978	0
38º	DENISE GOMES DE ASSIS	23/03/1978	0
39º	DANIELACRISTINA EVANGELISTA SANTOS	17/05/1980	0
40º	ALESSANDRA INÊZ DA COSTA	13/10/1980	0
41º	GLAYDES APARECIDA BEIJAMIM	14/09/1981	0
42º	DANIELA APARECIDA TIAGO	07/08/1982	0
43º	LETÍCIA DE OLIVEIRA MORAIS	14/05/1984	0
44º	NÍVIA MARIA DA SILVA	08/07/1984	0
45º	FERNANDA CRISTINA MIRANDA SANTOS RODRIGUES	28/01/1988	0
46º	NATÁLIA SILVA ALVES	08/07/1988	0
47º	ANDRÉIA APARECIDA RIBEIRO TEODORO	04/07/1993	0
48º	HIULY MARA SILVA SANTOS	23/05/1994	0
49º	JÉSSICA MAYRA DE SOUZA	11/06/1994	0
50º	TATIANE REGINA DE SOUZA CASTRO	04/07/1994	0
51º	DEIVISON LIMA SOUZA	31/08/1995	0
52º	ANA LUÍSA ATAÍDE GONÇALVES DA SILVA	13/06/1996	0
53º	HELORA D'ANA DOS REIS TEODORO	31/03/1997	0
54º	IOLANDA FERREIRA TORRES	30/10/1997	0
55º	ANA CAROLINA ROLA FERNANDES	02/07/1999	0

JOÃO MONLEVADE, 27DE FEVEREIRO DE 2026.

RAQUEL DE SOUZA PAIVA DRUMOND
Secretária Municipal de Saúde de João Monlevade

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:0182EDD1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2023 – DERIVADO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 012/2022.

10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2023 – DERIVADO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 012/2022.

O **MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO,** inscrito no CNPJ sob o nº 16.930.299/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Gláucon Cézar Cardoso**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta cidade, com interveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, através de seu secretário Sr. Eder da Silveira Martins, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e a empresa **Sudeste Brasil Cooperativa de Transportes**, empresa sediada na Rua Deputado Wilson Tanure, nº 90, bairro: Santa Amélia, cidade de Belo Horizonte – MG, CEP: 31.560-240, inscrita no CNPJ sob o nº 21.445.959/0001-00; neste ato representada pelo **Sr. Harlen Silva Liberato**, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado, e resolvem celebrar o presente termo aditivo, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O presente termo aditivo tem por objeto:
- prorrogação da vigência do Contrato nº 03/2023 até o dia 30 de abril de 2026, a fim de dar continuidade à locação dos serviços de transporte coletivo de estudantes do município, com condutor e com combustível e, automóveis tipo "vans, micro-ônibus e ônibus" para atender as atividades das Prefeituras constituintes do CONVALES;
- inclusão/acréscimo da Linha nº 48;
- Alteração de Quilometragem, veículo e Mudança de Rota na Linha nº 37, de transporte escolar ao Contrato nº 03/2023, que percorrerá as regiões e quilometragem mencionadas a seguir.
1.2 - E, a partir desta data, as linhas acima mencionadas, passam a vigorar como segue:

Linha	Região atendida	Destino	Km/ dia	Km/ Total	Veículo	Valor do Km/dia	Valor do km/total
48	**Inclusão da Linha nº 48:** Fazendas: Retiro do Leite, Gado Bravo e Sede da	Escola Municipal Astolfo Moreira, retornando com os alunos para as	75 KM	15.000	Chev/Spin 07	R$ 8,93	R$ 180.500,00

	Fazenda Confinamento, Assentamento Segredo, no Município de João Pinheiro/MG.	mesmas localidades.		KM Referente a 200 dias letivos de 2026.	lugares. Placa: HOA – 4E80		
37	FAZENDAS: Ribeirão, Águas da Serra, Salobo, Alegre Buriti e Sossego para sede do município de	Para Sede das Escolas Municipais e Estaduais com retorno com os alunos as	50KM	10.000 KM Referente a 200 dias letivos de	Kombi 12 lugares Placa	R$ 11,13 À partir de	R$ 111.300,00
	João Pinheiro – MG, retornando com os alunos as mesmas localidades.	mesmas localidades.		2026.	EYL- 4F53	04 de Fevereiro de 2026	

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO
2.1 - O presente aditamento ao contrato nº 03/2023 atende os limites da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
3.1 - Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº 03/2023, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
4.1 - A Prefeitura Municipal de João Pinheiro – MG providenciará a publicação do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, consoante ao que dispõe a Lei nº 8.666/1993.
4.2 - E, por assim estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente termo aditivo.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:0941A300

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 36 AO CONTRATO Nº 03/2023 ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO-MG – E A EMPRESA SUDESTE BRASIL COOPERATIVA DE TRANSPORTES.

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 36 AO CONTRATO Nº 03/2023 ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO-MG – E A EMPRESA SUDESTE BRASIL COOPERATIVA DE TRANSPORTES.

O **Município de João Pinheiro/MG**, doravante denominada simplesmente Contratante, com sede na Praça Cel. Hermógenes, nº 60, João Pinheiro/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 16.930.299/0001-13, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. Gláucon Cézar Cardoso**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta cidade, resolve modificar unilateralmente o Contrato nº 03/2023, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 - O presente Instrumento tem como objetivo a modificação unilateral do contrato registrado e publicado através do nº 03/2023, por parte da Administração, visando alterações na planilha original - *cláusula 6.1*, fundamentado no § 8º, art.65 da Lei Federal 8.666/93 e, atendendo a Solicitação da Secretaria Municipal de Educação**, quanto ao aumento de quilometragem do transporte escolar que atende as Linhas nºs 08, 09, 10, 11, 13, 14, 26, 40, 41, e 47.**

1.2 - E, a partir desta data, as linhas acima mencionadas, passam a vigorar como segue:

LINHA	REGIÃO ATENDIDA	DESTINO	KM TOTAL PARA ENCERRAR O ANO LETIVO DE
08	Fazendas: Chapadão, Camila, Tizil, Distrito De Veredas, Retornando Com Os Alunos As Mesmas Localidades.	Fazendas: Chapadão, Camila, Tizil, Distrito De Veredas, Retornando Com Os Alunos As Mesmas Localidades.	**2.240**
09	Fazendas: Assentamento Juvenal, Lote 27, Selma E Bete, Lirio, Canas, Planalto Verde (Vitória), Nossa Senhora Aparecida, Retornando Com Os Alunos As Mesmas Localidades.	Sede Do Distrito De Luizlandia Do Oeste / João Pinheiro - Mg, Escola Estadual Teotonio Brandão Vilela E Cmei Uvaldina Marques Contijo.	**4.800**
10	Fazendas: Garoto, Ludmila, Malhada Bonita, Cebola, Araras, Café, Retornando Com Os Alunos As Mesmas Localidades.	Sede Do Distrito De Luizlandia Do Oeste / João Pinheiro - Mg, Escola Estadual Teotonio Brandão Vilela E Cmei Uvaldina Marques Contijo.	**4.000**
11	Fazendas: Vereda Da Onça, Bragança, Boi Branco, Granja Amaral, Barra Bonita, Moreto, Retornando Com Os Alunos As Mesmas Localidades.	Sede Do Distrito De Luizlandia Do Oeste / João Pinheiro - Mg, Escola Estadual Teotonio Brandão Vilela E Cmei Uvaldina Marques Contijo.	**6.400**
13	Fazendas: Valmira, Povoado Malhadinha, Palmeiras, Figueiredo, São João, Retornando Com Os Alunos As Mesmas Localidades.	Sede Distrito São Sebastião / João Pinheiro - Mg, Escola Municipal Edmundo Lourenço.	**3.400**
14	Fazendas: Giovani, Cleoci, Cana Verde, João, Pivô, Jorge, Desingano, Retornando Com Os Alunos Nas Mesmas Localidades.	Sede Distrito São Sebastião / João Pinheiro - Mg, Escola Municipal Edmundo Lourenço.	**3.400**
26	Fazendas: Salva Terra, Aliança, Aliança Ii, Galba, Lajinha, Alexandre Vazantão, Capote, Planaq, Viveiro,Lajinha, Vazantão, Retornando Com Os Alunos As Mesmas Localidades.	Sede Do Distrito De Cana Brava / João Pinheiro - Mg, Escola Estadual Sebastião Simão De Melo E Cmei Eduardo Teodoro.	**6.400**
	Fazendas: Vargem Bonita, Posto Retiro, Srº Vicente, Criminoso, Sapé, Pivo, Retornando Com Os Alunos As Mesmas Localidades.	Sede Pa Fruta Dantas / João Pinheiro - Mg, Escola Municipal Professora Cleusa Tereza Andrade.	

40			**4.800**
41	Fazendas: Boa Esperança, Vanderlei, Distrito De Luizlandia Do Oeste, Retornando Com Os Alunos As Mesmas Localidades.	Sede Do Distrito De Luizlandia Do Oeste / João Pinheiro - Mg, Escola Estadual Teotonio Brandão Vilela E Cmei Uvaldina Marques Contijo.	**2.000**
47	Fazendas: Alencar , Santa Bárbara, Delcinho, Asa Branca, Povoado De Olaria, Ruralminas, Municipio De João Pinheiro - Mg. Para A Escola Joaquim Luiz De Paula E Escola Estadual João Guimarães Rosa, Retornando Com Os Alunos Para As Mesmas Localidades.	Sede Da Escola Joaquim Luiz De Paula E Escola Estadual João Guimarães Rosa, Retornando Com Os Alunos Para As Mesmas Localidades.	**2.500**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO
2.1 - O presente aditamento ao Contrato Administrativo nº 03/2023 atende os limites do prescrito na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA - SETOR REQUISITANTE
3.1 - Este aditivo atende pedido da Secretaria Municipal de Educação, através do Sr. Secretário Éder da Silveira Martins, conforme solicitado através do DFD - Documento de Formalização de Demanda, bem como o Parecer Jurídico da Advocacia-Geral do Município, ambos em anexo.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1 - Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº 03/2023, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1 - A Prefeitura Municipal de João Pinheiro – MG providenciará a publicação do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:EB848028

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 38 AO CONTRATO Nº 03/2023 ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO-MG – E A EMPRESA SUDESTE BRASIL COOPERATIVA DE TRANSPORTES.

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 38 AO CONTRATO Nº 03/2023 ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO-MG – E A EMPRESA SUDESTE BRASIL COOPERATIVA DE TRANSPORTES.

O **Município de João Pinheiro/MG**, doravante denominada simplesmente Contratante, com sede na Praça Cel. Hermógenes, nº 60, João Pinheiro/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 16.930.299/0001-13, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. Gláucon Cézar Cardoso**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta cidade, resolve modificar unilateralmente o Contrato nº 03/2023, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.3 - O presente Instrumento tem como objetivo a modificação unilateral do contrato registrado e publicado através do nº 03/2023, por parte da Administração, visando alterações na planilha original - *cláusula 6.1*, fundamentado no § 8º, art.65 da Lei Federal 8.666/93 e, atendendo a Solicitação da Secretaria Municipal de Educação**, quanto ao aumento de quilometragem do transporte escolar que atende as Linhas nºs 08, 40 e 47, bem como alteração de valor monetário das linhas nºs 08 e 40.**

1.2 - E, a partir desta data, as linhas acima mencionadas, passam a vigorar como segue:

LINHA	REGIÃO ATENDIDA	DESTINO	KM (total e atual)	VEÍCULO	VALOR
08	FAZENDAS: Chapadão, Camila, Tizil e no Distrito de Veredas João Pinheiro – MG, retornando com os alunos as mesmas localidades.	Sede da Escola Municipal de Veredas, retornando com os alunos para as mesmas localidades	50	Fiat Doblo 07 lugares Placa PBR –2C42	R$ 11,13 A partir de 04 de Fevereiro de 2026
40	FAZENDAS: Forquilha, Vargem Bonita, PA Fruta D'anta, Setor Seção, Seção Barra do Verde, para sede do PA Fruta D'antas / João Pinheiro – MG. para Escola Municipal Professora Cleuza Tereza de Andrade, retornando com os alunos para as mesmas localidades.	do PA Fruta Dantas / João Pinheiro – MG. para Escola Municipal Professora Cleuza Tereza de Andrade	65	Fiat Doblo 07 lugares Placa PXW – 9B23	R$ 8,93 A partir de 04 de fevereiro de 2026.
47	FAZENDAS: Alencar, Santa Bárbara, Delcinho, Asa Branca, Povoado de Ruralminas, Olaria, **SUCURI, SANTA CLARA II E TERTO BRAGA**, município de João Pinheiro – MG, com destino à Escola Municipal Joaquim Luiz de Paula e Escola Estadual João Guimarães Rosa.	Sede das Escolas à Escola Municipal Joaquim Luiz de Paula e Escola Estadual João Guimarães Rosa., retornando com os alunos para as mesmas localidades.	159	Van 16 lugares Placa PHS – 1858	R$ 5,81 A partir de 04/02/2026

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO
2.1 - O presente aditamento ao Contrato Administrativo nº 03/2023 atende os limites do prescrito na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA - SETOR REQUISITANTE
3.1 - Este aditivo atende pedido da Secretaria Municipal de Educação, através do Sr. Secretário Éder da Silveira Martins, conforme solicitado através do DFD - Documento de Formalização de Demanda, bem como o Parecer Jurídico da Advocacia-Geral do Município, ambos em anexo.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1 - Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº 03/2023, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1 - A Prefeitura Municipal de João Pinheiro – MG providenciará a publicação do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:E9522478

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEOPOLDINA

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – SME- 001/2026 PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Município de Leopoldina, Minas Gerais, através de sua Secretaria Municipal de Educação, torna público que estão abertas, no período de 02/03/2026 a 13/03/2026 as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado, para abertura de cadastro de reserva para contratação temporária de excepcional interesse público dos seguintes profissionais: **Técnico de Nível Superior - ASSISTENTE SOCIAL E Técnico de Nível Superior - PSICÓLOGO**, para admissão em caráter temporário e por contrato de tempo determinado.

I – DISPOSIÇÕES LEGAIS
A contratação por tempo determinado tem como fonte legal o inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal, bem como no art. 41 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n° 2.620, de 25 de maio de 1994, Lei Complementar Municipal nº 15/2010 e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica.

II – DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, REMUNERAÇÃO
2.1 O Candidato concorrerá ao cargo, conforme o seguinte quadro demonstrativo:

FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	ESCOLARIDADE/ PRÉ-REQUISITO	VAGA	REMUNERAÇÃO
Técnico de Nível Superior - **ASSISTENTE SOCIAL**	40h (quarenta) horas semanais	1 - Diploma de Curso de Graduação em Serviço Social ou declaração de conclusão de curso de Serviço social acompanhada de Histórico Escolar; 2- Documento oficial (carteira, certidão ou declaração emitido pelo Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-MG).	cadastro de reserva	R$ 3.205,25 + R$ 700,00 de auxílio alimentação
Técnico de Nível Superior - **PSICÓLOGO**	40h (quarenta) horas semanais	1 - Diploma de Curso de Graduação em Psicologia ou declaração de conclusão de curso de Psicologia acompanhada de Histórico Escolar; 2- Documento oficial (carteira, certidão ou declaração emitido pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP-MG).	cadastro de reserva	R$ 3.205,25 + R$ 700,00 de auxílio alimentação

2.2 Das atribuições:

Técnico de Nível Superior - ASSISTENTE SOCIAL	Desenvolver ações para garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos estudantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade social e do público da Educação Especial. Fortalecer a relação família-escola. Realizar estudos sociais, diagnósticos socioeconômicos e encaminhamentos à rede de proteção social. Atuar na mediação de conflitos e na garantia de direitos previstos na legislação vigente, contribuindo para a superação de barreiras sociais e institucionais.
Técnico de Nível Superior - PSICÓLOGO	Desenvolver ações de apoio à saúde mental e emocional de estudantes e educadores. Acompanhar estudantes com dificuldades de aprendizagem, deficiências, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades, realizando intervenções psicoeducativas. Contribuir para a promoção de um ambiente escolar saudável, inclusivo e livre de violências. Participar da elaboração e acompanhamento de planos educacionais individualizados e estratégias de atendimento ao público da Educação Especial. Orientar famílias, professores e equipes pedagógicas quanto ao desenvolvimento infantil e juvenil e às práticas educacionais inclusivas.

2.3 Os contratados temporários terão vencimento equivalente ao inicial dos servidores efetivos, nos termos do §2º do artigo 2º da Lei Municipal 2.620/1994, alterada pela Lei Municipal 3.444/2002.

III- DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

ETAPA	DATA	
1	Período de inscrição e envio da documentação	Das 8h do dia 02/03/2026 às 17h do dia 13/03/2026
2	Entrevista	A divulgação da data e horário da entrevista será feita através do site oficial da prefeitura https://www.leopoldina.mg.gov.br com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis antes da realização da entrevista.

IV- DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO
Para concorrer ao Processo Seletivo Simplificado, o candidato deve:
4.1 Possuir a escolaridade e demais requisitos exigidos para o exercício do cargo;
4.2 Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou ainda, de nacionalidade portuguesa, sendo que neste caso, deve estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal e dos Decretos nº 70.391/72 e nº 70.436/72;
4.3 Estar em dia com as obrigações eleitorais;
4.4 Estar em dia com as obrigações militares;
4.5 Gozar de perfeita saúde física e mental para o desempenho das atribuições do cargo;
4.6 Ter, no ato da inscrição, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
4.7 Ter disponibilidade para exercer a função pública objeto deste Edital no turno da manhã e no turno da tarde.

V – DA RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD)
5.1. Fica assegurado às Pessoas com Deficiência (PcD) **5% (cinco por cento)** do total de vagas oferecidas por cargo neste Processo Seletivo Público, observada a exigência de compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo.
5.1.1. A reserva de vagas será feita de acordo com os critérios definidos no art. 4º do Decreto Federal n° 3.298, de 20 de dezembro de 1999; no §1º do art. 1º do Decreto Federal nº 9.508/2018, e no Decreto Federal nº 12.533, de 25 de junho de 2025, e alterações posteriores; na Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989; na Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de inclusão de Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); no Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004; na Súmula 377/2009, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) - visão monocular; e no art. 24, § 4º, da Lei Complementar Municipal nº 15/2010, observada a exigência de compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo.
5.1.2. A ordem de convocação dos candidatos às vagas reservadas para Pessoas com Deficiência PcD) será realizada da seguinte forma: o primeiro colocado será convocado para ocupar a 5ª vaga aberta, enquanto os demais candidatos aprovados serão convocados para ocupar a 21ª, 41ª, 61ª vagas e assim sucessivamente, respeitando-se o intervalo de 20 (vinte) vagas e observada a ordem de classificação.

5.1.3. A desclassificação, a desistência ou qualquer outro impedimento de candidato convocado para vaga reservada, implicará substituição e convocação do próximo candidato com deficiência (PcD) classificado, desde que haja candidato classificado.
5.2. Caso a aplicação do percentual resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% das vagas oferecidas.
5.3. Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deve:
a) Marcar a opção específica no Formulário de Inscrição.
b) Encaminhar o laudo médico, conforme exigido no Item 9.4 do presente Edital.
5.4.Os candidatos inscritos nas vagas reservadas para PcD concorrerão, concomitantemente, às vagas de ampla concorrência.
5.5. A não observância das exigências previstas para a inscrição de PcD implicará a sua inclusão na listagem geral de ampla concorrência, sem prejuízo das demais condições de inscrição previstas neste Edital.

VI – DA RESERVA DE VAGAS PARA CANDIDATOS NEGROS (PRETOS E PARDOS)

6.1. Em atendimento à Lei Municipal nº 4.392/2017, o mínimo de **20% (vinte por cento)** do número de vagas disponibilizadas no Processo Seletivo Público será reservado a candidatos negros, de acordo com os critérios definidos pelo art. 1º do referido dispositivo legal, e, no caso de Cadastro de Reserva, em relação ao número total de candidatos que vierem a ser contratados.
6.1.1 Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos negros, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5(cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5(cinco décimos), conforme previsto no art. 1º, §2º, da Lei Municipal nº 4.392/2017.
6.1.2. O candidato que se inscrever na condição de negro onde não haja vaga reservada nos termos da Lei Municipal nº 4.392/2017, somente poderá ser nomeado nesta condição se houver ampliação das vagas inicialmente ofertadas neste Edital, a critério da Administração Pública.
6.1.3. A ordem de convocação dos candidatos às vagas reservadas aos negros será realizada da seguinte forma: o primeiro colocado será convocado para ocupar a 3ª vaga aberta, enquanto os demais candidatos aprovados, serão convocados para ocupar a 8ª, 13ª e a 18ª vagas e assim sucessivamente, respeitando-se o intervalo de 05(cinco) vagas e observada a ordem de classificação.
6.1.4. A desclassificação, a desistência ou qualquer outro impedimento de candidato convocado para vaga reservada, implicará substituição e convocação do próximo candidato negro classificado, desde que haja candidato classificado.
6.2. A reserva de vagas disposta neste Capítulo será aplicada sempre que o número de vagas efetivas ou de contratações previstas para cada cargo for igual ou superior a 3 (três).
6.3. Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deve:
a) Marcar a opção específica no Formulário de Inscrição e autodeclarar-se preto ou pardo, no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
b) O candidato inscrito nesta modalidade concorrerá concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência.
6.4. O candidato que optar por concorrer à reserva de vagas para candidatos negros passará por um procedimento de heteroidentificação, complementar à autodeclaração, conforme disposto em Edital de Convocação específico, a ser publicado oportunamente.
6.5. A constatação de declaração falsa sujeitará o candidato à anulação de sua inscrição e de todos os atos dela decorrentes, bem como o fato será comunicado às autoridades competentes para a tomada das providências legalmente cabíveis.
6.6. Caso ocorra coincidência de vagas reservadas para diferentes grupos (PcD, negros,) na mesma posição, a preferência foi estabelecida na seguinte ordem: negros, PcD.

VII – DO PRAZO

A contratação objeto do presente certame será pelo prazo máximo de 6 (seis) meses, podendo a administração:

7.1 Rescindir unilateralmente o contrato administrativo nas seguintes hipóteses:
a)Desempenho ineficiente das funções;
b)Necessidade de redução com gasto de pessoal;
c)Apresentar qualquer conduta contrária ao disposto no artigo 66 da Lei Complementar Nº 15/2010.
7.2 Prorrogá-lo por igual período, caso mantenha-se a situação que originou a necessidade do contrato temporário pelo presente certame, com o escopo de manter a continuidade dos serviços públicos essenciais.

VIII - DAS INSCRIÇÕES

8.1 Não será cobrado nenhum valor a título de taxa de inscrição.
8.2 Ao se inscrever o (a) candidato (a) aceita de forma irrestrita as condições contidas neste Edital, que constituem as normas que regem o Processo Seletivo Simplificado, não podendo delas alegar desconhecimento.
8.3 O (A) candidato (a) interessado(a) em participar do Processo Seletivo deverá acessar o link abaixo correspondente a cada cargo e fazer sua inscrição, preenchendo os dados obrigatórios e anexando a documentação descrita no item IX deste Edital.

8.4 - PERÍODO DAS INSCRIÇÕES: Das 8h do dia 02/03/2026 às 17h do dia 13/03/2026
8.5 LINK DE INSCRIÇÃO:
Técnico de Nível Superior - Assistente social
https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSd72pk7qTaFObLJU9TQ9ONfvvTvvVSWjqy6V_KPJnsMYYpEcw/viewform?usp=header

Técnico de Nível Superior - Psicólogo
https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeYpqq_hOWhLP1qMCfzzKV3aoEUFqeIK_QB7LPAQK2M14d2yQ/viewform?usp=dialog

8.6 Ao acessar o link do Formulário de Inscrição o(a) candidato(a) deverá ler atentamente as informações e preencher todos os campos, fornecendo os dados solicitados.
8.7 Findado o prazo de inscrições, não serão aceitos, sob hipótese nenhuma, pedidos para quaisquer alterações.
8.8 Não serão aceitas inscrições por qualquer outra via que não seja a especificada neste regulamento.
8.9 O (A) candidato (a) que não finalizar a inscrição, até o período de encerramento, será excluído do Processo Seletivo.
8.10 O (A) candidato (a) que fizer qualquer declaração falsa, inexata ou, ainda, que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada, e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo tendo sido aprovado, no caso de ser constatado posteriormente à realização do processo seletivo.
8.11 A SME - Secretaria Municipal de Educação não se responsabilizará por inscrições não recebidas em decorrência de problemas de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como de outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

IX – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA INSCRIÇÃO

9.1 - Será exigido dos(as) candidatos(as) ao Processo Seletivo Simplificado, para fins de inscrição, o upload, em formato PDF escaneados de todos os documentos abaixo relacionados.

9.2 - Os documentos devem estar legíveis e identificáveis e seguir a mesma ordem especificada logo abaixo:
a- Documento de Identidade (frente e verso)
b- CPF;
c- Comprovante de regularidade com serviço militar (masculino);
d- Comprovante de votação da última eleição;
e- Comprovante de Residência;
f- Certificados de conclusão/graduação que comprovem a formação mínima exigida para a área pretendida (frente e verso), listados no item 2.1 deste Edital.
9.3 O candidato que anexar os documentos fora da ordem que consta no item 9.2 terá sua INSCRIÇÃO CANCELADA.
9.4 O candidato amparado pela Lei nº 3.069, de 29/08/2002, deve anexar no ato da inscrição, laudo médico, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a causa da deficiência;
9.5 Não serão aceitas inscrições com documentação incompleta, fora de ordem ou após as datas estabelecidas.
9.6 O candidato que omitir dados, prestar informação falsa ou inexata terá sua inscrição cancelada e tornados nulos os atos dela decorrentes, pelo agente público competente, em qualquer fase do Processo Seletivo, inclusive após a efetivação do contrato.
9.7 As informações prestadas na inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato.

X – DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA FINS DE PONTUAÇÃO

10.1. Os documentos para fins de pontuação devem ser inseridos no mesmo arquivo em formato PDF logo após os documentos do item IX exigidos para a inscrição.
10.2 Os documentos devem estar legíveis, identificáveis e seguir a mesma ordem especificada logo abaixo:
a. Doutorado (máximo de 1 título), valendo 15 pontos
b. Mestrado (máximo de 1 título), valendo 10 pontos
c. Especialização – Nível de pós-Graduação carga horária mínima de 360 horas (máximo de 2 títulos), valendo 04 pontos cada.
d. Tempo de serviço no cargo pretendido, com atuação na área da Educação, declaração ou certidão de tempo de serviço, no máximo de 5 (cinco) anos, valendo 2 (dois) pontos a cada ano de tempo de serviço.
e. Tempo de serviço no cargo pretendido, declaração ou certidão de tempo de serviço, no máximo 5 (cinco) anos, valendo 1 ponto a cada ano de tempo de serviço na área pretendida.
f. Será contado tempo de serviço de acordo com o disposto no item 10.3.4 deste Edital.
10.3 Comprovar experiência profissional, no cargo pretendido, mediante anexo dos documentos abaixo relacionados:
10.3.1 Cópia legível da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS com data de admissão e/ou demissão ou, se estiver atuando, apresentar também declaração expedida pelo empregador;
10.3.2 Declaração legível expedida pelo Departamento de Recursos Humanos da prefeitura, comprovando o tempo de serviço, em se tratando de contrato temporário;
10.3.3 As certidões e declarações para fins de contagem de tempo devem especificar o período trabalhado, detalhando período (dia, mês e ano) do início e término do contrato;
10.3.4 Será considerado "tempo de serviço", para fins de pontuação de que trata este edital, aquele exercido nas Empresas Públicas e Privadas, na mesma função do cargo pretendido, desde que:
a. Não esteja vinculado a cargo efetivo ativo;
b. Não tenha sido utilizado para aposentadoria;
c. Não seja tempo de serviço paralelo (é o tempo trabalhado em mais de um emprego ao mesmo tempo, utilizado para a contagem de tempo de serviço, desde que não coincidente com o tempo já utilizado e outro processo de contratação e efetivação);
d. Não será contabilizado tempo de estágio, monitoria, residência multiprofissional, docência ou prestação de serviços como voluntário;
e. Não será contabilizado tempo como autônomo;
10.4 A comprovação de experiência deverá constar de certidão emitida por órgão público, na qual se inclua o cargo desempenhado, bem como o tempo em que permaneceu no mesmo, ou ainda, no caso de contrato com empresas particulares, apresentar cópia legível da CTPS, com foto e folhas da parte do contrato e seguintes, para que seja permitido à Comissão, verificar o tempo de duração do referido contrato;

XI – DA SELEÇÃO

11.1- Da ETAPA 1: O Processo Seletivo Simplificado consta de Prova de Títulos, de caráter classificatório realizado pela Comissão designada pela PORTARIA Nº 49, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2026, que fará o acompanhamento, seleção, coordenação e a supervisão do Processo Seletivo Simplificado 001/2026;
11.2 A avaliação dos títulos restringe-se a área de atuação a que o candidato concorre, conforme Anexo I deste Edital;
11.3 Não serão avaliados os títulos ilegíveis que contenham rasuras ou que estejam em desacordo com este Edital;
11.4 A pontuação atribuída à experiência profissional se dará por ciclos de 12 (doze) meses completos de exercício, não sendo considerado o cômputo dos meses restantes que não foram suficientes para se completar 1 (um) ciclo completo de 12 (doze) meses;
11.5 O candidato que, após a avaliação de títulos, for considerado inabilitado não terá sua inscrição efetivada;
11.6 Pontuação referente ao cargo pretendido:

PÓS-GRADUAÇÃO	PONTOS	MÁXIMO
Doutorado específico na área do cargo pretendido	15	15
Mestrado específico na área do cargo pretendido	10	10
Pós Graduação na área do cargo pretendido (carga horária mínima de 360 horas)	4	8

Experiência profissional referente ao cargo pretendido:

EXPERIÊNCIA	PONTOS	MÁXIMO
Experiência profissional referente ao cargo pretendido com atuação na área da Educação	2	10
Experiência profissional referente ao cargo pretendido máximo 5 (cinco) anos	1	5

11.7 Da ETAPA 2: Consiste na realização de entrevista com os 10 (dez) candidatos que obtiverem as melhores notas comprovadas ao final da 1ª Etapa.
11.8 – Serão avaliados durante a entrevista os critérios previstos no quadro abaixo:

Critério	Pontuação máxima alcançável	Perspectiva de Avaliação
Perfil do candidato em relação à capacidade de trabalho com equipe multidisciplinar	10	Por meio da utilização de técnicas de entrevista em grupo e tendo como base situações hipotéticas e/ou relatos do (s) entrevistado (s), serão avaliadas as atitudes de colaboração, de saber ouvir, de ser empático, de realizar concessões, de tomar decisões, de respeitar opiniões e/ou de apresentar resultados.
Criatividade, proatividade e dinamismo.	5	Capacidade de solucionar problemas e conflitos com criatividade, proatividade e dinamismo .
Habilidade de comunicação	5	Por meio da utilização de técnicas de entrevista em grupo e tendo como base situações hipotéticas e/ou relatos do (s) entrevistados, será avaliada a capacidade de expressão verbal de pensamentos e de sentimentos, observado o uso adequado da norma culta da língua portuguesa.
Conhecimento e domínio de conteúdo da área de atuação	30	Por meio da utilização de casos hipotéticos e/ou perguntas objetivas, será avaliado o conhecimento técnico.

11.9 – Estará ELIMINADO do Processo Seletivo, na etapa de entrevista, o candidato que:
a) deixar de comparecer à Entrevista na data e horário informados no site da Prefeitura Municipal de Leopoldina;
b) não apresentar, no ato da Entrevista, documento original da carteira de identidade ou de outro documento de identificação oficial que contenha foto;
c) abandonar a entrevista antes de seu término, por qualquer período, tempo ou motivo;

XII – DO RESULTADO

12.1 O resultado parcial e final serão publicados no site da Prefeitura: https://www.leopoldina.mg.gov.br/ de acordo com o cronograma abaixo

Cronograma	**Período**
Inscrição	02 a 13 de março de 2026
Resultado parcial da 1ª etapa	27 de março de 2026
Recurso quanto ao resultado parcial da 1ª etapa	30/3/2026 e 31/3/2026
Resultado final da 1ª etapa	08/4/2026
Entrevista com os 10 primeiros classificados de cada cargo	22/4/2026 a 24/4/2026
Resultado parcial da 2ª etapa - entrevista	28/4/2026
Recurso quanto ao resultado parcial da 2ª etapa - entrevista	29/4/2026 e 30/4/2026
Resultado final do processo seletivo SME 001/2026	A partir de 06/5/2026

12.2 O resultado parcial seguirá a ordem do candidato que obtiver da maior para a menor pontuação.
12.3- No caso de empate na 1ª etapa de pontuação serão observados os seguintes critérios, de acordo com a ordem em que se apresentam:
De maior idade;
Maior escolaridade;
Maior experiência profissional, documentalmente comprovada

12.4 O resultado será publicado no site da Prefeitura: https://www.leopoldina.mg.gov.br/.
Acesse o site www.leopoldina.mg.gov.br
Clique em: Concursos e Processos Seletivos https://www.leopoldina.mg.gov.br/processos-seletivos
Utilize os filtros de pesquisas para localizar o PSS 001/2026
Unidade: Educação
Número: 1
Ano: 2026

XIII – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 Somente será admitido recurso para efeito de recontagem de pontos. O recurso poderá ser interposto, no próximo dia útil seguinte ao da divulgação do resultado no período compreendido entre das 08h às 17h
13.2 Os recursos deverão ser apresentados mediante requerimento individual no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Leopoldina, Unidade de Atendimento Integrado (UAI), localizado à Rua Barão de Cotegipe, 10 - Centro.
13.3 O recurso não terá, sob nenhuma hipótese, efeito suspensivo total ou parcial.
13.4 O recurso deverá conter a perfeita identificação do recorrente e as razões do pedido recursal.
13.5 Havendo a reconsideração da decisão classificatória pela Comissão, o nome do candidato passará a constar no rol de selecionados.

XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Todas as publicações referentes a este processo seletivo serão publicadas no site oficial da Prefeitura de Leopoldina https://www.leopoldina.mg.gov.br/
14.2 Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Acompanhamento e Seleção do Processo Seletivo Simplificado 001/2026 designada pelo Senhor Prefeito Municipal;
14.3 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das regras e condições estabelecidas neste Edital, das quais ele não poderá alegar desconhecimento;
14.4 Caso surjam novas vagas, em cargos de idêntica especificação, a Prefeitura de Leopoldina reserva-se no direito de preenchê-las utilizando o presente Processo Seletivo Simplificado, sempre de acordo com a ordem de classificação e desde que dentro do prazo de validade estabelecido;
14.5 A classificação neste Processo Seletivo, não gera direito à admissão, mas esta, quando ocorrer, obedecerá à ordem de classificação dos candidatos;
14.6 Durante o prazo de validade deste Processo Seletivo Simplificado, o candidato classificado deverá acessar regularmente o site Oficial da Prefeitura Municipal de Leopoldina para verificar informações referentes a este Edital.
14.7 Ao candidato (a) com deficiência é garantido o direito de se inscrever neste Processo Seletivo Simplificado, desde que as atribuições do cargo pretendido sejam compatíveis com a sua deficiência;
14.8 A admissão do candidato habilitado neste Processo Seletivo estará condicionada à conclusão do laudo médico da Prefeitura de Leopoldina, que ateste a capacidade para o desempenho das funções;
14.9 O candidato classificado no Processo Seletivo e contratado para assumir o cargo, deverá estar disponível para assumir suas atividades a partir da data da contratação;
14.10 O candidato classificado, quando da sua contratação, deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos para assinatura dos atos e apresentar obrigatoriamente todos os documentos exigidos para efetivar a contratação;
14.11 Em hipótese alguma será admitido candidato com documentação incompleta ou que não atenda a convocação dando início às atividades;
14.12 Os candidatos contratados temporariamente não adquirem a estabilidade de servidor do Quadro de Pessoal do Município de Leopoldina;
14.13 O contratado que omitir fatos ou dados, prestar informação falsa ou infringir estas normas, terá após as devidas apurações, a sua inscrição cancelada e declarados nulos os atos dela decorrentes, em qualquer fase do Processo Seletivo Simplificado, sob pena de ressarcimento ao erário, resguardados os terceiros de boa fé;
14.14 Todas as informações prestadas são de inteira responsabilidade do contratado;
14.15 Compete à Secretaria Municipal de Administração, através de seu Departamento de Recursos Humanos proceder à contratação dos candidatos classificados mediante a existência de carência, obedecendo-se, rigorosamente, à ordem de classificação, conforme previsto no Edital.

XV - DA CONTRATAÇÃO

A contratação será processada observando a ordem de classificação dos candidatos e procedimentos a seguir:
15.1 Os candidatos interessados na vaga divulgada deverão comparecer ao local indicado no edital de Convocação que será divulgado no site https://www.leopoldina.mg.gov.br/processos-seletivos;
15.2 O Processo de Contratação será feito após 24 (vinte e quatro) horas de divulgação do Edital de Contratação;
15.3 O candidato selecionado deverá apresentar no ato do Processo de Contratação, os documentos originais encaminhados no ato da inscrição e os documentos abaixo relacionados:
a) 01 retrato ¾ atual;

b) Xerox de certidão de nascimento ou casamento;
c) Xerox do CPF do cônjuge;
d) Xerox da certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;
e) Xerox da carteira de vacinação dos filhos menores de 14 anos;
f) comprovante de escolaridade do dependente;
g) Xerox do diploma ou certificado de conclusão dos cursos exigidos para Comprovação da escolaridade;
h) Xerox da carteira profissional;
i) Xerox da carteira de identidade;
j) Xerox do comprovante de votação da última eleição;
k) Xerox do cartão do CPF;
l) Xerox do certificado de reservista (se do sexo masculino);
m) Xerox do cartão do PIS ou PASEP;
n) tipo de sangue, fator RH;
o) declaração de bens;
p) Xerox do comprovante de residência;
q) fotocópia autenticada do Certificado de Conclusão do curso exigido para o cargo;
r) Declaração Negativa de Acumulação de Cargos, sob as penas da lei e para os fins do art. 37, incisos XVI e XVII, da CF/88;
s) Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Comarca (Site TJMG – Internet);
t) Atestado de antecedentes criminais, emitido pela Policia Civil de Minas Gerais (Internet);
u) Preenchimento do Formulário Completo de Cadastro do Trabalhador e Preenchimento do Formulário Completo de Cadastro do Dependente.
15.4 Caso o candidato não apresente as documentações relacionadas no item 16.3 prevista neste Edital, será desclassificado passando para o candidato subsequente;
15.5 Será considerado causa para rescisão do contrato temporário a ausência injustificada pelo servidor contratado, através do presente edital, por 05 (cinco) dias de faltas consecutivas ou alternadas durante a vigência do mesmo.

XVI – DO PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

O presente Processo Seletivo terá validade por 12 (doze) meses a partir da homologação da classificação final.

Prefeitura do Município de Leopoldina, MG, 25/02/2026

LUCIA LOPES HORTA
Secretária Municipal de Educação

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito de Leopoldina

ANEXO I
TÍTULOS PARA FINS DE PONTUAÇÃO
COMPROVANTE DE CONCLUSÃO DE CURSO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CANDIDATO, DEVIDAMENTE REGISTRADO, EM NÍVEL DE:

a) Doutorado (máximo de 1 título), valendo 15 pontos;
b) Mestrado (máximo de 1 título), valendo 10 pontos;
c) Especialização – Nível de Pós-Graduação (carga horária a partir de 360 horas – máximo de 2 títulos), valendo 4 pontos cada;
d) Tempo de serviço no cargo pretendido, com atuação na área da Educação, declaração ou certidão de tempo de serviço, no máximo de 5 (cinco) anos, valendo 2 (dois) pontos a cada ano de tempo de serviço.
e) Tempo de serviço no cargo pretendido, declaração ou certidão de tempo de serviço, no máximo de 5 (cinco) anos, valendo 1 ponto a cada ano de tempo de serviço. Será contado o tempo de serviço de acordo com o disposto no item 10.3.4 deste Edital.

ANEXO II
AUTODECLARAÇÃO CIVIL – VAGAS DE ACESSO AFIRMATIVO

Eu_____, portadora/portador do CPF nº _____, DECLARO, para fins de inscrição no processo seletivo SME 001/2026, que sou:

( ) Negro(a)
( ) Pardo
( ) Pessoa com Deficiência (PcD)

Por ser verdade, firmo a presente.

_____
Assinatura
(pode ser assinatura digital)

_____, _____ de _____ de _____.
(Cidade) (dia) (mês) (ano).

ANEXO III
MODELO-PADRÃO DE FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Eu,_____, portador(a) do CPF _____, venho por meio deste apresentar recurso referente ao processo seletivo para o cargo de_____.

O motivo do presente recurso é (descrever detalhadamente o motivo do recurso)._____.

Leopoldina, _____de _____de 2026

Publicado por:
Layla Ribeiro Avila
Código Identificador:6584662C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MIRADOURO

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DA LEI MUNICIPAL Nº 38 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026 PUBLICAÇÃO ORIGINAL: DIÁRIO OFICIAL 27/02/2026. EDIÇÃO 4222. DATA 27/02/2026 ONDE SE LÊ: "LEI COMPLEMENTAR DE N° 38 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026" LEIA-SE: "LEI COMPLEMENTAR DE N° 39 DE 26 DE FEVEREIRO

LEI COMPLEMENTAR DE N° 39 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026

"Dispõe sobre a alteração na Lei Complementar 14/2022 - Plano de Cargos e Salários da Câmara Municipal de Miradouro e dá Outras Providências"

A Câmara Municipal de Miradouro-MG, no uso de suas atribuições legais, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica extinto o cargo comissionado de livre nomeação e exoneração Assessor de Administração, Tesouraria e Pessoal, Código DS02, 03 vagas, constante anexo I – quadro 01 - GRUPO DE DIREÇÃO SUPERIOR – GDS, da Lei Complementar Municipal nº 14/2022.

Art. 2º Ficam criados os cargos comissionados de livre nomeação e exoneração, constante anexo I - quadro 02 - GRUPO DE DIREÇÃO NÍVEL MÉDIO – GDM, da Lei Complementar Municipal nº 14/2022:

I – Chefe Departamento – Limpeza, Copa e Zeladoria – 01 vaga;
II – Chefe Departamento – Comunicação e Ouvidoria – 01 vaga;

Art. 3º Fica criado o cargo comissionado de livre nomeação e exoneração, Assessor Legislativo, Código AS 02, 01 vaga, constante anexo I – quadro 03 - GRUPO DE ASSESSORIA – GAS, da Lei Complementar Municipal nº 14/2022.

Art. 4º Fica criado o cargo comissionado de livre nomeação e exoneração, Diretor Legislativo, Código DS 04, 01 vaga, constante anexo I – quadro 01 - GRUPO DE DIREÇÃO NIVEL SUPERIOR – GDS, da Lei Complementar Municipal nº 14/2022.

Art. 5º Transforma o cargo comissionado de livre nomeação e exoneração Assessor de Planejamento Contábil e Orçamento, código AS 01, constante anexo I – quadro 02 – GRUPO DE ASSESSORIA - GAS no cargo comissionado de livre nomeação e exoneração Diretor – Planejamento Contábil e Orçamento, Código DS 03, constante anexo I – quadro 01 - GRUPO DE DIREÇÃO NIVEL SUPERIOR – GDS, da Lei Complementar Municipal nº 14/2022.

Art. 6º Altera as atribuições do cargo comissionado de livre nomeação e exoneração, Assessor Jurídico, código AS 01, constante anexo I – quadro 02 – GRUPO DE ASSESSORIA – GAS, que passa a compor após nova redação do anexo I – quadro 03 - GRUPO DE ASSESSORIA – GAS, ficando alterado o anexo X – Descrição dos Cargos, letra A, da Lei Complementar Municipal nº 14/2022, conforme nova redação dada por esta lei.

Art. 7º Renumera-se os §§ do art. 47 da Lei Complementar Municipal nº 14/2022, em virtude de erro material, passando a vigorar com a seguinte redação:
"**Art. 47** [...]

§ 1º [...]

§ 2º [...]

§ 3º [...]

§ 4º Para viabilizar o cumprimento do disposto neste artigo, na hipótese de ser atingido o limite prudencial previsto na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) a Câmara Municipal de Miradouro-MG adotará as seguintes providências:

I – redução, em pelo menos, de 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;
II – exoneração dos servidores não estáveis e dos empregados públicos.

§ 5º Se as medidas adotadas com base no § anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento à determinação da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), o servidor estável ou efetivo poderá perder o cargo, desde que o ato normativo motivado pelo Poder Legislativo Municipal especifique a atividade funcional e o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal, conforme o disposto no § 4º do Artigo 169 da Constituição Federal, sendo que a ordem da exoneração seguirá rigorosamente o critério de menor para maior tempo no serviço público municipal.

§ 6º O cargo objeto das reduções previstas nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de 4 (quatro) anos, salvo quando as reduções não atingirem a totalidade de vagas no cargo, hipótese em que tanto a extinção quanto a vedação de criação serão consideradas apenas com relação às vagas reduzidas.
§ 7º Fica estabelecida a preservação real do piso salarial dos servidores da Câmara Municipal de Miradouro-MG, que deverá, nesta data, corresponder ao valor de R$ 1.212,00 (um mil duzentos e doze reais), mantendo-se sempre a diferença entre um e outro nível, assegurada o percentual de 5% (cinco por cento) entre estes e/ou quanto aos demais níveis de remuneração dos servidores.

§ 8º Objetivando garantir a manutenção do poder aquisitivo dos vencimentos dos servidores públicos, qualquer óbice que se apresentar à sua revisão salarial anual deverá ser eliminado com a adoção das medidas constantes neste artigo e indispensáveis ao restabelecimento do equilíbrio das finanças públicas.

Art. 8º Altera os padrões de vencimento dos cargos de provimento efetivo Agente Legislativo, código NM 01, Auxiliar de Serviços Gerais, código FC 01, conforme nova redação dos anexos IV e V da Lei Complementar Municipal nº 14/2022. Observando capítulo XIII em caso de necessidade de reenquadramento.

Art. 9º Fica concedido reajuste na tabela de vencimentos conforme anexo VII, da Lei Complementar Municipal nº 14/2022, visando a readequação dos níveis salariais alterando o N01 para R$ 1.627,72 (mil seiscentos e vinte e sete reais e setenta e dois centavos).

Art. 10º Ficam alterados os anexos I, IV, V, VI, VII e X da Lei Complementar Municipal nº 14/2022.

Art. 11º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Miradouro, 26 de fevereiro de 2026.

CLOVES DA SILVA BOTELHO
Prefeito Municipal de Miradouro

ANEXOS

ANEXO I						
CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRADOURO						
01 - GRUPO DE DIREÇÃO NIVEL SUPERIOR - GDS						
Denominação dos Cargos	**Código de Classe**	**Nº de Cargos**	**Símbolo de Venctos**	**Modalidade de Recrutamento**	**Jornada de Trabalho**	**Escolaridade Mínima Exigida**
Chefe de Gabinete da Presidência	DS 01	01	CC 01	Amplo	Dedicação Integral	Nível Superior
Secretário Legislativo	DS 02	01	CC 01	Amplo	30H	Nível Superior
Diretor – Planejamento Contábil e Orçamento	DS 03	01	CC 01	Amplo	30H	Superior em Contabilidade, devidamente inscrito no Conselho
Diretor Legislativo	DS 04	01	CC 01	Amplo	Dedicação Integral	Superior em Direito
Total Parcial		**04**				
02 - GRUPO DE DIREÇÃO NÍVEL MÉDIO - GDM						
Denominação dos Cargos	**Código de Classe**	**Nº de Cargos**	**Símbolo de Venctos**	**Modalidade de Recrutamento**	**Jornada de Trabalho**	**Escolaridade Mínima Exigida**
Chefe Departamento – Limpeza, Copa e Zeladoria	DM 01	01	CC 02	Amplo	Dedicação Integral	Nível Médio
Chefe Departamento – Comunicação e Ouvidoria	DM 02	01	CC 03	Amplo	Dedicação Integral	Nível Médio
Total Parcial		**06**				
03 - GRUPO DE ASSESSORIA - GAS						
Denominação dos Cargos	**Código de Classe**	**Nº de Cargos**	**Símbolo de Venctos**	**Modalidade de Recrutamento**	**Jornada de Trabalho**	**Escolaridade Mínima Exigida**
Assessor Jurídico	AS 01	01	CC 01	Amplo	Dedicação Integral	Superior Direito devidamente inscrito no quadro de Ordem
Assessor Legislativo	AS 02	01	CC 02	Amplo	Dedicação Integral	Nível Médio
Total Parcial		**02**				
TOTAL		**08**				

ANEXO IV					
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRADOURO					
GRUPO DE NÍVEL DE ENSINO MÉDIO (NM)					
Denominação dos Cargos	**Código de Classe**	**Nº de Cargos**	**Símbolo de Vencimentos**	**Padrão de Vencimentos**	**Carga Horária Semanal**
Agente Legislativo	NM 01	03	N10	N10 A N37	30H
Oficial Administrativo	NM 02	01	N22	N22 a N51	30H
Total Parcial		04			
TOTAL		**04**			

ANEXO V					
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRADOURO					
GRUPO DE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO (NFC)					
Denominação dos Cargos	**Código de Classe**	**Nº de Cargos**	**Símbolo de Vencimentos**	**Padrão de Vencimentos**	**Carga Horária Semanal**
Auxiliar de Serviços Gerais	FC 01	01	N01	N01 A N28	30H
TOTAL		**01**			

Anexo VI	
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRADOURO	
TABELA DE VENCIMENTOS	
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	
Simbolo de Vencimento	**Simbolo de Vencimento**
CC 01	N23
CC 02	N8
CC 03	N9

ANEXO VII			
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRADOURO			
TABELA DE VENCIMENTOS			
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO			
Símbolo de Vencimentos	**Vencimento Mensal em R$**	**Símbolo de Vencimentos**	**Vencimento Mensal em R$**
N01	R$ 1.627,72	N37	R$ 9.427,45
N02	R$ 1.709,11	N38	R$ 9.898,83
N03	R$ 1.794,56	N39	R$ 10.393,77
N04	R$ 1.884,29	N40	R$ 10.913,46
N05	R$ 1.978,50	N41	R$ 11.459,13
N06	R$ 2.077,43	N42	R$ 12.032,09
N07	R$ 2.181,30	N43	R$ 12.633,69
N08	R$ 2.290,37	N44	R$ 13.265,38
N09	R$ 2.404,88	N45	R$ 13.928,64
N10	R$ 2.525,13	N46	R$ 14.625,08
N11	R$ 2.651,38	N47	R$ 15.356,33
N12	R$ 2.783,95	N48	R$ 16.124,15
N13	R$ 2.923,15	N49	R$ 16.930,35
N14	R$ 3.069,31	N50	R$ 17.776,87
N15	R$ 3.222,77	N51	R$ 18.665,72
N16	R$ 3.383,91		
N17	R$ 3.553,11		
N18	R$ 3.730,77		
N19	R$ 3.917,31		
N20	R$ 4.113,17		
N21	R$ 4.318,83		
N22	R$ 4.534,77		
N23	R$ 4.761,51		
N24	R$ 4.999,59		
N25	R$ 5.249,57		
N26	R$ 5.512,05		
N27	R$ 5.787,65		
N28	R$ 6.077,03		
N29	R$ 6.380,88		
N30	R$ 6.699,92		
N31	R$ 7.034,91		
N32	R$ 7.386,66		
N33	R$ 7.756,00		
N34	R$ 8.143,80		
N35	R$ 8.550,99		
N36	R$ 8.978,54		

ANEXO X
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRADOURO
DESCRIÇÃO DOS CARGOS
DESCRIÇÃO SINTÉTICA E ANALÍTICA DAS FUNÇÕES

A - CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE EM NÍVEL SUPERIOR

DENOMINAÇÃO DO CARGO: **ASSESSOR JURÍDICO**
FORMA DE PROVIMENTO: **CARGO COMISSIONADO**
GRAU DE INSTRUÇÃO PARA PROVIMENTO: CURSO SUPERIOR/BACHAREL EM DIREITO E DEVIDAMENTE INSCRITO NA OAB/MG.

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Assessorar vereadores e o corpo de servidores nas atividades de natureza jurídico-legislativa e administrativa;

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:
Assessorar vereadores e o corpo de servidores nas atividades de natureza jurídica; representar a Câmara perante os órgãos da Administração Pública e a iniciativa privada, quando couber; representar a Câmara perante o Poder Judiciário e os Tribunais de Contas; coordenar, orientar, monitorar e assessorar as atividades jurídicas internas da Câmara Municipal; analisar a constitucionalidade e a legalidade de projetos de lei, decretos legislativos, resoluções e demais proposições; assessorar na elaboração e redação final de projetos de lei, emendas e demais atos normativos, assegurando a correta aplicação da técnica legislativa; emitir pareceres jurídicos à Mesa Diretora, à Presidência e às Comissões Permanentes; prestar assistência e participar das comissões permanentes temáticas da Câmara, das comissões de sindicância e de processo administrativo, bem como praticar os atos judiciais e demais tarefas afins; analisar previamente processos de licitação, contratos, convênios e ajustes, assegurando conformidade com a legislação vigente; orientar servidores em matérias de direito administrativo, pessoal, patrimônio e finanças; assessorar a realização de sessões, reuniões ordinárias, extraordinárias e audiências públicas; apoiar pesquisas e estudos sobre doutrina, legislação e jurisprudência; promover a revisão e atualização da legislação municipal, em articulação com órgãos competentes; redigir projetos de lei, justificativas, decretos, portarias, regulamentos, contratos e demais documentos de natureza jurídica; emitir pareceres sobre vetos quando necessário; organizar e manter atualizada a coletânea de leis municipais, bem como da legislação estadual e federal de interesse do Legislativo; assegurar o cumprimento da legislação vigente e das recomendações dos Tribunais de Contas; comparecer às sessões, audiências públicas e eventos promovidos pela Câmara Municipal; participar de treinamentos e ações de atualização e capacitação; coordenar as atividades de recrutamento, seleção e treinamento do pessoal do setor; executar outras atividades correlatas às atribuições do cargo.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: **CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA**
FORMA DE PROVIMENTO: **CARGO COMISSIONADO**
GRAU DE INSTRUÇÃO PARA PROVIMENTO: (NÍVEL SUPERIOR)

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Coordenar as atividades administrativas e legislativas do gabinete da Presidência.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS: Coordenar as atividades administrativas e legislativas do gabinete, realizando as tarefas pertinentes; supervisionar ou elaborar projetos, indicações, proposições, emendas e demais atos inerentes ao processo legislativo; coordenar o atendimento aos munícipes e reivindicações da sociedade em geral, prestando assessoria ao Presidente na organização e funcionamento do gabinete; assessorar o Presidente em suas relações político-administrativas com a população, órgãos e entidades públicas e privadas; assessorar a elaboração da agenda de compromissos e obrigações do Presidente; receber, preparar e expedir correspondências do Presidente; responsabilizar-se por documentos oficiais e pelo controle de arquivo do gabinete; organizar e manter atualizados os registros e controle pertinentes ao gabinete; solicitar e controlar os materiais e demais

suprimentos fornecidos ao gabinete; realizar a pedido do Presidente, o relatório de atividades da Câmara; assessorar, cumprir e fazer cumprir as normas legais, regulamentares e de controle interno; cumprir as determinações do Presidente; exercer outras atividades correlatas.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: **SECRETÁRIO LEGISLATIVO**
FORMA DE PROVIMENTO: **CARGO COMISSIONADO**
GRAU DE INSTRUÇÃO PARA PROVIMENTO: (NÍVEL SUPERIOR)

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Direção, supervisão e assessoramento na realização das tarefas admirativas da Câmara e da Presidência.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS: Direção, supervisão e assessoramento na realização das tarefas; programar, organizar, orientar, dirigir, coordenar e supervisionar a execução de todas as tarefas de responsabilidade de sua área de atuação; promover os meios adequados ao suprimento de recursos necessários ao bom desempenho da unidade que dirige; promover a sistematização das formas de execução dos serviços de sua competência, em observância a técnicas e métodos de trabalho adotados, cumprindo e fazendo cumprir as normas e regulamentos vigentes; assegurar o cumprimento de metas e programas estabelecidos quanto ao desempenho da unidade sob sua responsabilidade; prestar contas junto à direção hierarquicamente superior das atividades e tarefas sob sua responsabilidade; organizar e distribuir serviços ao pessoal sob sua direção, examinando o andamento dos trabalhos e providenciando sua pronta conclusão; informar e instruir processos de sua área de atuação, encaminhando aqueles que dependem de solução de outro serviço da Câmara; manter a disciplina do pessoal de sua unidade de trabalho; despachar com o Presidente da Câmara os assuntos de sua competência; exercer outras atividades correlatas.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: **DIRETOR – PLANEJAMENTO CONTÁBIL E ORÇAMENTO**
FORMA DE PROVIMENTO: **CARGO COMISSIONADO**
GRAU DE INSTRUÇÃO PARA PROVIMENTO: BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS NIVEL SUPERIOR E REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE – CRC/MG.

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Coordenar os serviços e trabalhos relacionados à área de Planejamento Contábil, Orçamentário e Financeiro.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:
Coordenar os serviços sob sua direção, proporcionando o correto desenvolvimento dos trabalhos relacionados à área de Planejamento Contábil, Orçamentário e Financeiro; coordenar, orientar, monitorar e organizar os servidores sob sua direção, assegurando o adequado desempenho das atividades; executar o controle da contabilidade pública a que se obriga o Poder Legislativo; organizar e controlar a execução orçamentário-financeira e a prestação de contas da Câmara Municipal; responder a consultas e prestar esclarecimentos contábil-financeiro à Mesa Diretora, às Comissões Permanentes, Temporárias e Especiais e aos vereadores, no âmbito do processo legislativo; realizar estudos, coordenar e elaborar pareceres contábil-financeiros acerca de matérias em tramitação na Câmara Municipal ou de questões administrativas que exijam a atuação de profissional de contabilidade; intervir em todas as questões relativas ao Poder Legislativo que demandem a participação de profissional habilitado na área contábil; participar de treinamentos e ações de atualização e capacitação; prestar informações e efetuar prestação de contas relativas aos trabalhos e atividades sob sua direção aos órgãos municipais, estaduais ou federais, sempre que necessário; organizar a escala de horários, compensações, férias e licenças da equipe, assegurando que não ocorra prejuízo aos serviços; coordenar as atividades de recrutamento, seleção e treinamento do pessoal do setor; executar outras atividades correlatas às atribuições do cargo.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: **DIRETOR LEGISLATIVO**
FORMA DE PROVIMENTO: **CARGO COMISSIONADO**
GRAU DE INSTRUÇÃO PARA PROVIMENTO: CURSO SUPERIOR/BACHAREL EM DIREITO

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Coordenar os serviços e trabalhos relacionados à área Legislativa e Administrativa.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:
Assessorar vereadores e o corpo de servidores nas atividades de natureza legislativa e administrativa; coordenar, orientar, monitorar e assessorar as atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal; coordenar o processo legislativo das proposições sujeitas à apreciação do Poder Legislativo Municipal, acompanhando o andamento e a tramitação, zelando pelo cumprimento dos prazos regimentais e pela juntada de documentos pertinentes; coordenar a elaboração e a redação final de projetos de lei, emendas e demais atos normativos, assegurando a correta aplicação da técnica legislativa; analisar previamente as proposições legislativas, assegurando conformidade com a legislação vigente; orientar servidores em matérias relacionadas ao Regimento Interno e ao processo legislativo; orientar e supervisionar as atividades de tramitação de proposições nos setores e nas Comissões da Câmara Municipal; supervisionar os prazos de tramitação dos processos legislativos em cada Comissão e comunicar o vencimento dos prazos regimentais; controlar o cumprimento dos prazos estabelecidos na Lei Orgânica Municipal para sanção, promulgação, veto e publicação das leis; alimentar o sistema de acompanhamento legislativo, disponibilizando em banco de dados as proposições apresentadas e sua tramitação, bem como os Atos da Mesa Diretora e do Presidente; revisar e autuar os pareceres das Comissões nos processos incluídos na Ordem do Dia; assessorar a realização de sessões, reuniões ordinárias, extraordinárias e audiências públicas; registrar o resultado das votações plenárias; apoiar pesquisas e estudos sobre doutrina, legislação e jurisprudência; promover a revisão e atualização da legislação municipal, em articulação com órgãos competentes; coordenar a redação de projetos de lei, justificativas, decretos, portarias, regulamentos, contratos e demais documentos de natureza legislativa e administrativa; assegurar o cumprimento do devido processo legislativo; comparecer a sessões, audiências públicas e eventos promovidos pela Câmara Municipal; participar de treinamentos e ações de atualização e capacitação; organizar a escala de horários, compensações, férias e licenças da equipe, assegurando que não ocorra prejuízo aos serviços; coordenar as atividades de recrutamento, seleção e treinamento do pessoal do setor; executar outras atividades correlatas às atribuições do cargo.

B - CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

DENOMINAÇÃO DO CARGO: **CHEFE DEPARTAMENTO DE LIMPEZA, COPA E ZELADORIA**
FORMA DE PROVIMENTO: **CARGO COMISSIONADO**
GRAU DE INSTRUÇÃO PARA PROVIMENTO: (NÍVEL MÉDIO COMPLETO)

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Coordenar os serviços dos trabalhos de limpeza, copa e zeladoria;

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:

Coordenar os serviços sob sua chefia, proporcionando o correto desenvolvimento dos trabalhos de limpeza, copa e zeladoria; coordenar e auxiliar na realização de sessões, audiências públicas ou eventos promovidos pela Câmara Municipal; efetuar o controle de estoque, a conferência e o aceite de materiais e bens adquiridos, bem como dos serviços de manutenção em geral; chefiar ou executar os serviços de controle patrimonial, incluindo depreciação e reavaliação, bem como a disponibilização dos bens aos vereadores, servidores e prestadores de serviço, por meio de registro e atualização da responsabilidade pela utilização dos bens; coordenar as atividades de inventário dos bens permanentes e de consumo (almoxarifado), controlando a distribuição, a utilização e a formalização de demandas e compras de suprimentos relativos ao setor; solicitar e acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos bens móveis e imóveis da Câmara; receber e prestar informações, processar material inerente ao setor, organizar e manter atualizados os arquivos, bem como conferir e elaborar estatísticas; abrir e fechar as dependências da Câmara e do Plenário, zelando pela guarda e manuseio das chaves, bem como pelo desligamento da iluminação e dos aparelhos; realizar pequenas compras; coordenar as atividades de recrutamento, seleção e treinamento dos servidores do setor; participar de treinamentos e ações de atualização e capacitação; efetuar prestação de contas e fornecer informações relativas aos trabalhos e atividades sob sua chefia aos órgãos municipais, estaduais ou federais, sempre que necessário; organizar a escala de horários, compensações, férias e licenças de sua equipe, assegurando que não ocorra prejuízo aos serviços; resolver questões, emitir pareceres e formalizar demandas visando à melhoria contínua em sua área de atuação; executar outras atividades correlatas que sejam compatíveis com suas atribuições e chefia.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: **CHEFE DEPARTAMENTO – COMUNICAÇÃO E OUVIDORIA**
FORMA DE PROVIMENTO: **CARGO COMISSIONADO**
GRAU DE INSTRUÇÃO PARA PROVIMENTO: (NÍVEL MÉDIO COMPLETO)

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Coordenar os serviços trabalhos **relacionados** à área **de** Comunicação e Ouvidoria da Câmara Municipal.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:
Coordenar os serviços sob sua chefia, proporcionando o correto desenvolvimento dos trabalhos relacionados à área de Comunicação e Ouvidoria da Câmara Municipal; assessorar os superiores hierárquicos nas questões relacionadas à área de Comunicação e Ouvidoria da Câmara Municipal; assessorar, coordenar, orientar, monitorar e organizar os servidores sob sua chefia, proporcionando o correto desenvolvimento dos trabalhos; receber e apurar denúncias, críticas, comentários e pedidos de informação sobre atos considerados ilegais, comissivos ou omissivos, arbitrários, desonestos, indecorosos ou que contrariem o interesse público, praticados por servidores públicos do Poder Legislativo Municipal ou agentes públicos; diligenciar junto ao setor competente para a prestação, por estes, de informações e esclarecimentos sobre atos praticados ou de sua responsabilidade, objeto de reclamações ou pedidos de informação; manter sigilo, quando solicitado, sobre as reclamações ou denúncias, bem como sobre sua fonte, providenciando, junto aos setores competentes, as medidas cabíveis; coordenar ações integradas com os diversos setores da Câmara Municipal, a fim de encaminhar, de forma intersetorial, as reclamações dos munícipes que envolvam mais de um setor da Câmara Municipal; fazer cumprir, manter atualizado e em observância às legislações pertinentes, o setor de Ouvidoria; alimentar os sistemas e/ou sites da Câmara, mantendo-os atualizados, em observância às leis de transparência, à LGPD e às orientações dos Tribunais de Contas; comparecer a sessões, audiências públicas ou eventos promovidos pela Câmara Municipal; elaborar matérias para divulgação das atividades realizadas no âmbito da Câmara Municipal; coordenar, supervisionar, organizar e acompanhar todas as atividades de comunicação e divulgação; incumbir-se das tarefas protocolares e do cerimonial, organizando e conduzindo as solenidades realizadas pela Câmara Municipal; desenvolver canais permanentes de comunicação; promover e desenvolver planos institucionais por meio de canais de comunicação oficial; manter agentes políticos e servidores informados sobre publicações relacionadas ao Legislativo; planejar e desenvolver ações de marketing institucional da Câmara Municipal; cuidar da imagem da Câmara Municipal, bem como da atualização dos canais de comunicação, divulgação e publicação das reuniões e sessões; observar e administrar o cumprimento dos prazos de publicações legais pertinentes; coordenar as atividades de recrutamento, seleção e treinamento de pessoal do setor; participar de treinamentos e ações de atualização e capacitação; efetuar prestação de contas e prestar informações em relação aos trabalhos e atividades sob sua chefia aos órgãos municipais, estaduais ou federais, sempre que necessário; organizar a escala de horários, compensações, férias e licenças de sua equipe, assegurando que não ocorra prejuízo aos serviços; resolver questões, emitir pareceres e formalizar demandas visando às melhorias nas áreas de Comunicação e Ouvidoria; efetuar prestação de contas e prestar informações em relação ao desempenho de suas atribuições; executar outras atividades que tenham correlação com as atribuições do cargo.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: **ASSESSOR LEGISLATIVO**
FORMA DE PROVIMENTO: **CARGO COMISSIONADO**
GRAU DE INSTRUÇÃO PARA PROVIMENTO: (NÍVEL MÉDIO COMPLETO)

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Assessorar vereadores em assuntos legislativos, parlamentares e políticos.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:
Assessorar vereadores em assuntos legislativos, parlamentares e políticos; coordenar, orientar, monitorar, organizar e assessorar as atividades legislativas e parlamentares; receber, com presteza e diligência, as demandas da população, organizando e transmitindo informações, recados e correspondências aos respectivos destinatários; realizar o atendimento ao público em geral, registrando as demandas e solicitações; redigir ofícios, convites e quaisquer outros documentos e providências de interesse dos vereadores ou das bancadas partidárias com representação na Casa; assessorar, orientar e confeccionar discursos, manifestações, textos de divulgação e pronunciamentos para os vereadores, sempre que solicitado; assessorar os vereadores e as bancadas no âmbito das Comissões, do Plenário e em atividades externas, sempre que solicitado; assessorar os vereadores no cumprimento das normas relativas a pessoal, compras, contratos, materiais e administração; manter-se esclarecido e atualizado sobre a aplicação das leis, normas e regulamentos; controlar a agenda dos vereadores, organizando horários, reuniões, visitas, entrevistas e solenidades; receber, classificar, distribuir e arquivar documentos oficiais ou de caráter confidencial dos vereadores; participar de reuniões comunitárias sempre que designado pelos vereadores; ler jornais, revistas, canais de informação e outros meios de comunicação e organizar arquivos contendo eventuais notícias de interesse dos vereadores e da população; realizar estudos e pesquisas, elaborar relatórios e demais documentos, com o objetivo de fornecer subsídios aos vereadores para a elaboração de suas proposições e pronunciamentos; registrar e controlar audiências, visitas e reuniões das quais os vereadores participem ou tenham interesse; incumbir-se da correspondência recebida e daquela a ser expedida pelos parlamentares; comparecer a sessões, audiências públicas ou eventos promovidos pela Câmara Municipal; acompanhar o agente político nas atividades do mandato; participar de treinamentos relacionados à sua área de atuação; controlar a distribuição, utilização e formalização de demandas e compras de suprimentos relativos à sua atividade; resolver questões, emitir pareceres e formalizar demandas visando à melhoria contínua em sua área de atuação; efetuar prestação de contas e prestar informações em relação ao desempenho de suas atribuições; executar outras atividades que tenham correlação com as atribuições do cargo.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: **AGENTE LEGISLATIVO**
FORMA DE PROVIMENTO: **EFETIVO**

GRAU DE INSTRUÇÃO PARA PROVIMENTO: (NÍVEL MÉDIO COMPLETO)

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Executar todos os tipos de serviços administrativos da Câmara Municipal, atuar auxiliando no processo legislativo, atuar auxiliando no processo licitatório, compras, prestando auxílio à chefia imediata, a execução de rotinas para propor adoção de medidas que contribuam para a racionalização, a eficiência e a eficácia dos métodos de trabalho; realizar tarefas administrativas de serviço externo, como entrega de correspondências, serviços bancários, correios e demais serviços afins.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS: Executar e desenvolver trabalhos de suporte administrativos que envolvam serviços de informação, redação, digitação, expedição, distribuição e arquivamento de documentos, atender telefone e manter registro de lista telefônica de parlamentares e demais autoridades; redigir toda e qualquer modalidade de expediente administrativo, utilizando os softwares operacionais e aplicativos básicos de escritório, editores de texto, planilhas eletrônicas e sistemas de apresentação; digitar correspondência, pareceres, relatórios e outros documentos; digitar projetos de lei, de resolução, de decretos e demais atos administrativos, seguindo modelos específicos; redigir atas de reuniões; conferir na íntegra os documentos redigidos e aprovados, encaminhando-os para assinatura quando for o caso; receber, numerar, distribuir e controlar a movimentação de papéis e documentos nos órgãos e unidades da Câmara; protocolar todos os projetos de lei, resoluções, decretos, requerimentos, moções, indicações, substitutivos, emendas e pareceres das Comissões; organizar as pastas que formam os processos e os documentos recebidos para protocolo; registrar a tramitação de papéis e documentos, o despacho final e a data de arquivamento dos mesmos; digitar os serviços de protocolo da Câmara; atender ao público, prestando informações, consultando documentos ou orientando-os quanto à necessidade de anexar outros tipos de documentação; colecionar leis, resoluções, decretos, moções, pareceres e outros, mantendo-os arquivados de modo a facilitar sua consulta; colecionar, providenciar a encadernação e arquivar jornais e publicações de interesse da Câmara; organizar e manter atualizado arquivo de jornais e publicações de interesse do Município; informar aos interessados, a respeito de processos, papéis e outros documentos arquivados e realizar empréstimos, mediante recibo; registrar, classificar, catalogar, guardar e conservar todas as publicações da Câmara, mantendo atualizado o sistema de fichários; localizar documentos arquivados para juntada ou anexação; realizar os assentamentos da vida funcional dos servidores da Câmara; manter atualizado o cadastro funcional dos servidores; organizar a identificação e a matrícula dos servidores da Câmara, bem como a expedição das respectivas carteiras funcionais; realizar contagem de tempo de serviço dos servidores da Câmara; verificar dados relativos ao controle do salário-família por tempo de serviço e demais vantagens relativas aos servidores; manter atualizado o cadastro de fornecedores da Câmara; realizar o levantamento dos artigos utilizados nos serviços, verificando os que melhor atendem às necessidades, reduzindo as variedades de materiais usados e uniformizando lhes a nomenclatura; controlar os prazos de entrega de material providenciando as cobranças, quando for o caso; manter estoque de materiais; manter a perfeita ordem de armazenamento e conservação dos materiais de consumo da Câmara; manter atualizada a escrituração referente ao movimento de entrada e saída de materiais; receber as notas de entrega e as faturas dos fornecedores com as declarações de recebimento e aceitação do material; digitar os pedidos de compras e as requisições de material; realizar pesquisas de preços e cotações de bens e serviços, além de contatar fornecedores e prestadores de serviços e terceiros, sempre que necessário; classificar e codificar os bens patrimoniais, segundo critérios preestabelecido; participar das atividades de tombamento e carga de material e de inventários dos bens patrimoniais da Câmara; auxiliar na elaboração de tabelas e quadros estatísticos necessários aos serviços de material e patrimônio; zelar pelo equipamento de escritório da Câmara; apurar os desvios e faltas de material, eventualmente verificadas; auxiliar no levantamento de dados para elaboração orçamentária; auxiliar na classificação contábil dos documentos comprobatórios das operações de natureza financeira; auxiliar na preparação dos balancetes; auxiliar no levantamento e inventário de valores sob a guarda e responsabilidade da Câmara; auxiliar na elaboração de tabelas, mapas e quadros demonstrativos relativos aos serviços de natureza financeira da Câmara; auxiliar nos processos de licitação em geral e dispensa da mesma; auxiliar nas Sessões, Audiências Públicas ou eventos promovidos pela Câmara Municipal. Executar outras tarefas afins.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: **OFICIAL ADMINISTRATIVO**
FORMA DE PROVIMENTO: **EFETIVO**
GRAU DE INSTRUÇÃO PARA PROVIMENTO: (NÍVEL MÉDIO COMPLETO)

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Auxiliar na elaboração e acompanhar a execução de todos os planos de ação de natureza administrativa e legislativa da Câmara Municipal, orientando e avaliando resultados, através de atividades de natureza técnica de supervisão, programação, assessoramento, coordenação ou execução especializada, em grau de maior e mediana complexidade. Realizar estudos, pesquisas, análises e projetos sobre administração em geral, organização e métodos, em especial nas áreas de Gestão de Pessoas (Recursos Humanos), Compras, Licitações e Gestão de Contratos, Contabilidade, Tesouraria e Controle Interno.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS: Elaborar, coordenar e acompanhar a execução do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos servidores da Câmara Municipal, inclusive quanto à gestão do sistema de avaliação periódica de desempenho dos servidores. Coordenar e acompanhar o estágio probatório dos servidores, inclusive quanto à avaliação especial de desempenho do estágio probatório; elaborar e coordenar a política de capacitação funcional dos servidores, além de promover ações de valorização dos mesmos; responsabilizar-se pelo regime disciplinar dos servidores, nos termos do Estatuto, dando suporte e coordenando as ações da Comissão de Sindicância e Processo Administrativo; responsabilizar-se pelo sistema de controle de pessoal da Câmara Municipal, inclusive a elaboração da folha de pagamento; analisar contratos de prestação de serviços e garantir sua legalidade e fiel cumprimento; acompanhar e avaliar serviços prestados por terceiros; manter atualizados os registros e os arquivos e documentos sob sua responsabilidade, de modo a atender plenamente qualquer solicitação interna e externa; oferecer suporte ao superior imediato na elaboração de relatórios gerenciais da área administrativa, contábil e financeira; assessorar na execução dos trabalhos contábeis, balancetes mensais e anuais (orçamentário e financeiro); executar serviços de controle, organização e informação de despesas do Legislativo, quando designado; realizar o controle das contas bancárias da Câmara, informando os saldos financeiros e orçamentários para as compras necessárias, quando designado; efetuar os registros das entradas e saías de disponibilidades em caixa ou bancos; emitir documento de receita de todos os valores que ingressam na Tesouraria e exigir documento fiscal idôneo em todos os pagamentos; orientar e coordenar as atividades da comissão de licitações da Câmara, sendo responsável ainda pela área de gestão de contratos; controlar o recebimento e expedição de correspondência, registrando-a em livro próprio, com a finalidade de encaminhá-la ou despachá-la para as pessoas interessadas; redigir memorandos, circulares, relatórios, ofícios simples, observando os padrões estabelecidos para assegurar o funcionamento do sistema de comunicação administrativa; efetuar revisão dos projetos de leis, resoluções, decretos legislativos, indicações, pedidos de providências e informações, requerimentos para que estejam em conformidade com o estabelecido pelo Regimento Interno; fornecer suporte nas Sessões, Audiências Públicas ou eventos promovidos pela Câmara Municipal, quando necessário; exercer outras atividades e tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

C - CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE EM NÍVEL DE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

NOMINAÇÃO DO CARGO: **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**
FORMA DE PROVIMENTO: **EFETIVO**
ESCOLARIDADE**:** (NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO)

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Compreende os cargos que se destinam a executar sob supervisão direta as atividades de portaria, copa, limpeza, pequenos mandos e entrega em geral, bem como a realização de tarefas simples de escritório.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS: Executar trabalhos de limpeza e conservação em geral nas dependências internas e externas da Câmara, bem como serviços de entrega, recebimento, confecção e atendimento, utilizando os materiais e instrumentos adequados e rotinas previamente definidas; fiscalizar o movimento de pessoas estranhas nas instalações e dependências da Câmara; abrir e fechar as instalações da Câmara nos horários regulamentares; ligar ar condicionado, luzes e demais aparelhos elétricos e desligá-los no final do expediente; efetuar a limpeza e conservação de utensílios, móveis e equipamentos em geral, para mantê-los em condições de uso; auxiliar na remoção de móveis e equipamentos; atender ao telefone, anotar e transmitir informações e recados, bem como receber, separar e entregar correspondências, papéis, jornais e outros materiais; reabastecer os banheiros com papel higiênico, toalhas e sabonetes. Controlar o estoque e sugerir compras de materiais pertinentes de sua área de atuação. Executar outras atividades de apoio operacional ou correlata; desenvolver suas atividades utilizando normas e procedimentos de biossegurança e/ou segurança do trabalho; zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho; executar o tratamento e descarte dos resíduos de materiais provenientes do seu local de trabalho; executar serviços de copa: como servir café, chá, suco, água; lavar copos, xícaras, cafeteiras, coadores e demais utensílios pertinentes. Executar pequenos mandados pessoais; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior.

D – FUNÇÕES GRATIFICADAS

FUNÇÃO GRATIFICADA: **CONTROLADOR INTERNO**
RECRUTAMENTO: **LIMITADO**
FORMA DE SELEÇÃO: **DESIGNAÇÃO**

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Acompanhar e controlar, cabendo-lhe, analisar e avaliar, quanto à legalidade, eficiência, eficácia e economicidade, os registros contábeis, os atos de gestão, entre eles: os processos licitatórios, a execução de contratos, convênios e similares; controle e guarda de bens patrimoniais da Câmara, o almoxarifado, os atos de pessoal, incluídos os procedimentos de controle de frequência, concessão e pagamento de diárias e vantagens, elaboração das folhas de pagamento dos Vereadores, servidores ativos e inativos (se for caso); controle de uso, abastecimento e manutenção do(s) veículo(s) oficial(is); uso do telefone fixo e móvel (celular); execução da despesa pública em todas suas fases (empenhamento, liquidação e pagamento); observância dos limites constitucionais no pagamento dos Vereadores e dos servidores da Câmara; a assinatura do Relatório de Gestão Fiscal, junto com o Presidente da Câmara (art. 54 da LRF), assim como, a fiscalização prevista no art. 59 da LRF; alertar a autoridade administrativa sobre imprecisões e erros de procedimentos, assim como sobre a necessidade de medidas corretivas, a instauração de tomada de contas especial e/ou de processo administrativo; executar as tomadas de contas especiais determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado; comunicar ao Tribunal de Contas do Estado irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento, acerca das quais não foram responsabilidade solidária; fazer a remessa ao Poder Executivo das informações necessárias à consolidação das contas, na forma, prazo e condições estabelecidas pela legislação vigente; exercer outras atividades correlatas.

Publicado por:
Allan Martins Raposo
Código Identificador:9A7BA7AC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MURIAÉ

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.064, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026

"Altera do Decreto n.º 13.157, de 09 de janeiro de 2025, que aprovou a Estrutura Organizacional e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados Executivos (CCE) e as Funções Comissionadas Executivas (FCE) da Secretaria Municipal de Educação, na forma que especifica."

O Prefeito Municipal de Muriaé, Estado de Minas Gerais, Sr.**MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º.A alínea "e" do inciso II do Art. 2º, que integra o Anexo I do Decreto nº 13.157, de 09 de janeiro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

II (...)

e) Setor de Educação Inclusiva;

Art. 2º.O Art. 2º doAnexo I do Decreto nº 13.157, de 09 de janeiro de 2025, passa a vigorar acrescido do inciso IV, com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

IV - Departamento do CAEE."

Art. 3º O parágrafo quinto, do Art. 4º doAnexo I do Decreto nº 13.157, de 09 de janeiro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º (...)

Parágrafo quinto. Ao Setor de Educação Inclusiva compete as seguintes atribuições:

I - Coordenar as políticas de Educação Especial na perspectiva inclusiva, alinhadas às diretrizes nacionais e estaduais.

II - Realizar oficinas, cursos e seminários voltados ao aprimoramento das práticas inclusivas para toda a comunidade.

III - Atuar como mediador entre as escolas e os serviços especializados, para que os alunos com necessidades educacionais especiais tenham seus direitos garantidos.

IV - Organizar o fluxo de público alvo para avaliação no CAEE e posterior encaminhamento para a Educação providenciar estagiários de pós-graduação para atendimento nas escolas.

V - Desenvolver recursos adaptados e implementar a comunicação aumentativa alternativa."

Art. 4º. O Anexo I do Decreto nº 13.157, de 09 de janeiro de 2025, passa a vigorar acrescido do artigo 7º-A, com a seguinte redação:

"Art. 7º-A. Ao Departamento do CAEE compete as seguintes atribuições:

I - Promover e organizar formações continuadas ofertadas pelo CAEE nas escolas municipais.

II - Elaborar e implementar projetos e ações que promovam a inclusão e a acessibilidade.

III - Trabalhar em conjunto com outras secretarias e instituições (como saúde e assistência social) para garantir um atendimento integral aos estudantes.

IV - Atuar em parceria com equipes multiprofissionais (psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, etc.) para identificar as necessidades do público alvo.

V - Coordenar o fluxo de atendimento do Centro de Apoio para garantir que o público alvo da inclusão receba suporte adequado, contínuo e eficiente, promovendo sua inclusão e desenvolvimento.

VI - Coordenar as políticas de inclusão municipais, alinhadas às diretrizes nacionais e estaduais."

Art. 5º.O quadro constante do Anexo II, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EM ORDEM HIERÁRQUICA E QUADRO DOS CCE E FCE PREVISTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Decreto n.º 13.157, de 09 de janeiro de 2025, com redação do Decreto n.º 13.746/25, passa a vigorar com a seguinte redação:

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EM ORDEM HIERÁRQUICA E QUADRO DOS CCE E FCE PREVISTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE	QTD.	DENOMINAÇÃO	Código CCE/FCE	Cotas	
				CCE	FCE
GABINETE DA SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO	*1*	*Secretário Municipal de Educação*	–	–	–
	1	*Assessor Especial V*	*FCE 2.17.1*		*7,25*
	1	*Assessor IV*	*CCE 2.8.94*	*2,25*	
DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO	*1*	*Diretor Pedagógico*	*FCE 1.17.3*		*7,25*
DEPARTAMENTO DE PROJETOS E INOVAÇÃO	*1*	*Diretor de Projetos e Inovação*	*CCE 1.10.4*	*3,25*	
	2	*Assessor I*	*CCE 2.5.5* *CCE 2.5.6*	*2,00*	
	1	*Assistente IV*	*FCE 2.4.7*		*0,80*
DEPARTAMENTO FINANCEIRO					
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	*1*	*Diretor Administrativo*	*FCE 1.17.9*		*7,25*
DEPARTAMENTO DO CAEE	*1*	*Diretor do Departamento do CAEE*	*FCE 1.17.101*		*7,25*
	2	*Assessor V*	*FCE 2.9.46* *FCE 2.9.47*		*5,50*
	2	*Assessor V*	*CCE 2.9.48* *CCE 2.9.49*	*5,50*	
	4	*Assessor II*	*CCE 2.6.50* *CCE 2.6.95* *CCE 2.6.96* *CCE 2.6.97*	*6,00*	
	1	*Assistente IV*	*FCE 2.4.51*		*0,80*
SETOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	*1*	*Chefe do Setor de Educação Infantil*	*FCE 1.16.10*		*6,50*
	2	*Assessor III*	*CCE 2.7.11* *CCE 2.7.12*	*3,50*	
SETOR DE CRECHE	*1*	*Chefe do Setor de Creche*	*CCE 1.15.13*	*5,50*	
	1	*Assessor VI*	*CCE 2.10.14*	*3,25*	
	2	*Assessor IV*	*FCE 2.8.15* *FCE 2.8.16*		*4,50*
	21	*Assessor III*	*CCE 2.7.17* *CCE 2.7.18* *CCE 2.7.19* *CCE 2.7.20* *CCE 2.7.21* *CCE 2.7.22* *CCE 2.7.23* *CCE 2.7.24* *CCE 2.7.25* *CCE 2.7.26* *CCE 2.7.27* *CCE 2.7.28* *CCE 2.7.29* *CCE 2.7.30* *CCE 2.7.31*	*36,75*	

			CCE 2.7.32 CCE 2.7.33 CCE 2.7.34 CCE 2.7.35 CCE 2.7.36 CCE 2.7.37		
SETOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS	1	Chefe do Setor de Ensino Fundamental - Anos Iniciais	FCE 1.15.38		5,50
	4	Assessor VI	FCE 2.10.39 FCE 2.10.40 FCE 2.10.41 FCE 2.10.42		13,0
SETOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS	1	Chefe do Setor de Ensino Fundamental - Anos Finais	FCE 1.16.43		6,50
	1	Assistente IV	CCE 2.4.44		0,80
SETOR DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA	1	Chefe do Setor de Educação Inclusiva	FCE 1.16.102		6,50
SETOR DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA E PROEJA-FIC	1	Chefe do Setor de Educação de Jovens e Adultos - EJA e PROEJA-FIC	CCE 1.8.52	2,25	
SETOR DAS ESCOLAS DO CAMPO					
SETOR DE ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E PROJETOS	1	Chefe do Setor de Escola em Tempo Integral e Projetos	CCE 1.10.54	3,25	
	2	Assessor II	CCE 2.6.98 CCE 2.6.99	3,00	
	1	Assistente IV	FCE 2.4.55		0,80
SETOR DE ESPORTES	1	Chefe do Setor de Esportes	CCE 1.11.56	3,50	
	1	Assessor II	CCE 2.6.100	1,50	
	1	Assessor I	CCE 2.5.57	1,00	
SETOR DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E ORÇAMENTO	1	Chefe do Setor de Prestação de Contas e Orçamento	FCE 1.16.58		6,50
	2	Assessor VII	FCE 2.11.103 FCE 2.11.104		7,00
	1	Assessor V	FCE 2.9.60		2,75
	2	Assessor III	FCE 2.7.62 FCE 2.7.64		3,50
SETOR DE COMPRAS E MANUTENÇÃO	1	Assessor VII	CCE 2.11.65	3,50	
	1	Assessor VI	FCE 2.10.66		3,25
	1	Assessor V	FCE 2.9.67		2,75
	2	Assessor III	CCE 2.7.68 CCE 2.7.69	3,50	
	1	Assessor III	FCE 2.7.70		1,75
	1	Assessor I	FCE 2.5.71		1,00
	1	Assessor I	CCE 2.5.72	1,00	
	2	Assistente IV	FCE 2.4.73 FCE 2.4.74		1,60
	1	Assistente III	FCE 2.3.75		0,40
SETOR DE TRANSPORTE	1	Chefe do Setor de Transporte	CCE 1.10.76	3,25	
	1	Assessor IV	CCE 2.8.77	2,25	
	1	Assessor III	FCE 2.7.78		1,75
	1	Assistente IV	FCE 2.4.79		0,80
	1	Assistente III	FCE 2.3.80		0,40
SETOR DE PESSOAL	1	Assessor V	CCE 2.9.81	2,75	
	1	Assessor IV	FCE 2.8.82	2,25	
	1	Assessor III	CCE 2.7.83	1,75	
	2	Assessor III	FCE 2.7.84 FCE 2.7.85		3,50
	2	Assistente IV	FCE 2.4.86 FCE 2.4.87		1,60
SETOR DE INSPEÇÃO ESCOLAR	1	Chefe do Setor de Inspeção Escolar	FCE 1.10.105		3,25
	6	Assistente IV	FCE 2.4.88 FCE 2.4.89 FCE 2.4.90 FCE 2.4.91 FCE 2.4.92		4,00
QTD. FCE	47	**TOTAL DE PONTOS**		100,5	126,00
QTD. CCE	51				
TOTAL	98				

Art. 6º.O quadro demonstrativo, em valor-unitário, dos CCE e FCE da Secretaria Municipal de Educação, constante do Anexo III do Decreto n.º 13.157, de 09 de janeiro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	CCE	FCE
QUANTIDADE DE CARGOS E FUNÇÕES	51	47
TOTAL DE COTAS (Anexo V da LC n.º 7.158/24)	114,5	132,27
COTAS REMANEJADAS	11,5	5,5
COTAS UTILIZADAS	112	131,50
COTAS REMANESCENTES	2,50	0,77

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Muriaé-MG, 27 de fevereiro de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:044DB15E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RODEIRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2025 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2025 EDITAL Nº 078/2025

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2025
EDITAL Nº 078/2025

OBJETO: a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância patrimonial e pessoal, de forma desarmada, em ponto fixo, com atuação diária em regime de 12 (doze) horas, a ser desempenhada no posto de saúde Alfredo José Pereira.**

Vigência: 27/02/2026 a 27/02/2027
Data da assinatura: 27/02/2026

Dotação Orçamentária: 02.0008.0000. 10.301.047.2150.33903900

Partes – Prefeitura Municipal de Rodeiro e

IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							$ TOTAL
RAZÃO SOCIAL		SUED VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	CNPJ/CPF		57.678.986/0001-70	TOTAL	142.680,00
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
1	406680	SERVIÇO DE SEGURANÇA PATRIMONIAL DESARMADA, PARA ORGANIZAÇÃO, OBSERVAÇÃO, INFORMAÇÃO, DIRECIONAMENTO DE PÚBLICO, CONTROLE DE ENTRADA E SAÍDA DE PESSOAS E VEÍCULOS, PROTEÇÃO PATRIMONIAL E PESSOAL. COM TODAS AS DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE DE EQUIPE POR CONTA DA CONTRATADA. TODOS OS PROFISSIONAIS CONTRATADOS DEVERÃO ESTAR HABILITADOS À FUNÇÃO E IDENTIFICADOS, COM UNIFORMES, COLETES QUE FACILMENTE OS DISTINGAM E PORTARÃO TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À FUNÇÃO. HORÁRIO: DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO, DE 07:00 HORAS ÀS 19:00 HORAS (PODENDO TER HORÁRIO ALTERADO, MAS RESPEITANDO 12 HORAS)	12,00	MES(ES)	null	11.890,0000	142.680,00

SIGNATÁRIOS: JOSÉ CARLOS FERREIRA - PREFEITO MUNICIPAL E NOEMI DA SILVA OLIVEIRA E ÉRICA SIMÕES DE MELO MOREIRA; SUED VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA; CNPJ/CPF 57.678.986/0001-70

Publicado por:
Iohana de Oliveira Nogueira
Código Identificador:6EBD6428

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BARBARA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
3º TERMO DE RATIFICAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 004/2025, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 029/2025, PROCESSO Nº 127/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA, Processo n.º 127/2025, Inexigibilidade de Licitação n.º 029/2025, Credenciamento n.º 004/2025 - Objeto: Credenciamento de artistas do município de Santa Bárbara e demais municípios da região do Entre Serras (Barão de Cocais, Catas Altas e Caeté) para realização de apresentações musicais, mediante pagamento de cachê, conforme demanda da Secretaria Municipal de Cultura e Desenvolvimento do Turismo (SMCDT) e demais Secretarias da Administração Municipal, visando estimular a geração de renda, a difusão de produções artísticas, o estímulo criativo cultural e proporcionar espaços aos artistas locais, conforme as Agendas Culturais desenvolvidas ao longo do ano e demandas que surgirem internamente nos eventos promovidos no município de Santa Bárbara, sempre em conformidade com a legislação pertinente e com as especificações constantes do Edital e seus anexos. Contratados, de acordo com o que preconiza o item 06 do edital, conforme relacionado no quadro abaixo:

Credenciado	**Nome da Atração Artística**	**CNPJ/ CPF**	**Ordem**	**Cód. Int.**	**Descrição dos Serviços**
SÉRGIO J DE SOUZA - PRODUÇÕES	BANDA LOGAN	06.123.346/0001-63	9°	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
54.019.866 DANIEL FERNANDO COSTA DO PRADO	DANIEL FERNANDES	54.019.866/0001-73	10º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
64.593.355 EDILSON CARLOS DUARTE	MULEKE ATREVIDO	64.593.355/0001-14	11º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
51.567.757 MARCIO JOSE CAETANO	MARCINHO MALÍCIA E BANDA	51.567.757/0001-00	12º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)

PATRICIA ROSA TEODORO	PATRICIA ROSA	111.***.***-80	13º	30879	**SHOW MUSICAL I:** Apresentação musical, representação ou produção musical - Individual/DJ (PF e PJ)
58.145.760 ALESSON PRIMO DOS SANTOS OLIVEIRA	LEVADOS DO FORRÓ	58.145.760/0001-77	14º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
60.345.029 LIVIA ALVES TEIXEIRA	ELVIRA'S	60.345.029/0001-37	15º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
59.755.467 MILLER HENRIQUE SILVA PEREIRA	Banda Tupiniquim	59.755.467/0001-94	16º	28493	**SHOW MUSICAL III:** Apresentação musical, representação ou produção musical - Trio (PJ)
63.993.528 MERILANE APARECIDA PERDIGAO	BANDA FORRÓ PLAY	63.993.528/0001-29	17º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
60.553.859 TAIRONE NUNES MAGALHAES	RETROPICAIS	60.553.859/0001-50	18º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
IRLAN DA SILVA GOMES 12819680640	IRLAN BIEL	33.379.681/0001-08	19º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
35.678.066 RODNERS GALIL SALES RODRIGUES	BANDA UZOTRO	35.678.066/0001-10	20º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
ALEXSANDER PEREIRA NUNES	DJ ALEX NUNES	042.***.***-54	21º	30879	**SHOW MUSICAL I:** Apresentação musical, representação ou produção musical - Individual/DJ (PF e PJ)
FLAVIO CESAR CALDEIRA	FLAVINHO	001.***.***-45	22º	30879	**SHOW MUSICAL I:** Apresentação musical, representação ou produção musical - Individual/DJ (PF e PJ)
FLAVIO VALERIO GONCALVES 10247234613	FLÁVIO LOBO	46.542.327/0001-96	23º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
LUIZ HENRIQUE RODRIGUES ALMEIDA	ROCKBAR	34.416.757/0001-82	24º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
56.105.231 DOUGLAS FELIPE PIMENTEL	BANDUZÉ	56.105.231/0001-14	25º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
INGRID LEONARA A DE SOUZA	INGRID LEONARA	32.817.712/0001-94	26º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
DENNER FERREIRA	DENNER FERREIRA	30.190.746/0001-76	27º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
GUSTAVO LISBOA	GUSTAVO LISBOA	706.***.***-02	28º	30879	**SHOW MUSICAL I:** Apresentação musical, representação ou produção musical - Individual/DJ (PF e PJ)

Fundamento Legal: Art. 74, IV, 79, I da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Ratificado por Simone do Rosário Germano em 27de fevereirode 2026.

Santa Bárbara, 27de fevereirode 2026.

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública

Publicado por:
Amanda Dos Anjos Ursulo
Código Identificador:300F01A1

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DA TERCEIRA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO REFERENTES AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2025, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 029/2025, PROCESSO Nº 127/2025

Resultado daTerceiraAnálise dos Documentos de Habilitação Referentes ao Edital de Credenciamento nº 004/2025, Inexigibilidade de Licitação nº 029/2025, Processo nº 127/2025

Objeto: Credenciamento de artistas do município de Santa Bárbara e demais municípios da região do Entre Serras (Barão de Cocais, Catas Altas e Caeté) para realização de apresentações musicais, mediante pagamento de cachê, conforme demanda da Secretaria Municipal de Cultura e Desenvolvimento do Turismo (SMCDT) e demais Secretarias da Administração Municipal, visando estimular a geração de renda, a difusão de produções artísticas, o estímulo criativo cultural e proporcionar espaços aos artistas locais, conforme as Agendas Culturais desenvolvidas ao longo do ano e demandas que surgirem internamente nos eventos promovidos no município de Santa Bárbara, sempre em conformidade com a legislação pertinente e com as especificações constantes do Edital e seus anexos.

Credenciado	**Nome da Atração Artística**	**CNPJ/ CPF**	**Ordem**	**Cód. Int.**	**Descrição dos Serviços**
SÉRGIO J DE SOUZA - PRODUÇÕES	BANDA LOGAN	06.123.346/0001-63	9°	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
54.019.866 DANIEL FERNANDO COSTA DO PRADO	DANIEL FERNANDES	54.019.866/0001-73	10º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
64.593.355 EDILSON CARLOS DUARTE	MULEKE ATREVIDO	64.593.355/0001-14	11º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
51.567.757 MARCIO JOSE CAETANO	MARCINHO MALÍCIA E BANDA	51.567.757/0001-00	12º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
PATRICIA ROSA TEODORO	PATRICIA ROSA	111.***.***-80	13º	30879	**SHOW MUSICAL I: Apresentação musical, representação ou produção musical - Individual/DJ (PF e PJ)**
58.145.760 ALESSON PRIMO DOS SANTOS OLIVEIRA	LEVADOS DO FORRÓ	58.145.760/0001-77	14º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
60.345.029 LIVIA ALVES TEIXEIRA	ELVIRA'S	60.345.029/0001-37	15º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
59.755.467 MILLER HENRIQUE SILVA PEREIRA	Banda Tupiniquim	59.755.467/0001-94	16º	28493	**SHOW MUSICAL III: Apresentação musical, representação ou produção musical - Trio (PJ)**
63.993.528 MERILANE APARECIDA PERDIGAO	BANDA FORRÓ PLAY	63.993.528/0001-29	17º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
60.553.859 TAIRONE NUNES MAGALHAES	RETROPICAIS	60.553.859/0001-50	18º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
IRLAN DA SILVA GOMES 12819680640	IRLAN BIEL	33.379.681/0001-08	19º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
35.678.066 RODNERS GALIL SALES RODRIGUES	BANDA UZOTRO	35.678.066/0001-10	20º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
ALEXSANDER PEREIRA NUNES	DJ ALEX NUNES	042.***.***-54	21º	30879	**SHOW MUSICAL I: Apresentação musical, representação ou produção musical - Individual/DJ (PF e PJ)**
FLAVIO CESAR CALDEIRA	FLAVINHO	001.***.***-45	22º	30879	**SHOW MUSICAL I:** Apresentação musical, representação ou produção musical - Individual/DJ (PF e PJ)
FLAVIO VALERIO GONCALVES 10247234613	FLÁVIO LOBO	46.542.327/0001-96	23º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
LUIZ HENRIQUE RODRIGUES	ROCKBAR	34.416.757/0001-	24º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)

ALMEIDA		82			
56.105.231 DOUGLAS FELIPE PIMENTEL	BANDUZÉ	56.105.231/0001-14	25º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
INGRID LEONARA A DE SOUZA	INGRID LEONARA	32.817.712/0001-94	26º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
DENNER FERREIRA	DENNER FERREIRA	30.190.746/0001-76	27º	28494	**SHOWMUSICALIV** - Apresentação musical, representação ou produção musical - Banda(apartirde4componentes)(PJ)
GUSTAVO LISBOA	GUSTAVO LISBOA	706.***.***-02	28º	30879	**SHOW MUSICAL I:** Apresentação musical, representação ou produção musical - Individual/DJ (PF e PJ)

Santa Bárbara, 27de fevereiro de 2025.

_____
Agente de Contratação

_____
Equipe de Apoio

Publicado por:
Amanda Dos Anjos Ursulo
Código Identificador:1D83818B

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 070/2025

Processo: 191/2025.
PregãoEletrônico:070/2025.
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de suplementos alimentares, segundo características, condições, obrigações e requisitos técnicos do edital e de seus anexos.

Fornecedor:BUBBLE BOX BJI SERVICOS LTDA-CPF/CNPJ: 31.146.357/0001-06

Cód. Int.	Item	Descrição	Qtd	Medida	Marca/Modelo	Unitário	SubTotal
29772	7	FORMULA INFANTIL SEMI-ELEMENTAR	400	LATA	DANONE / PREGOMIN PEPTI 400GR	R$ 89,00	R$ 35.600,00
29715	20	FORMULA INFANTIL A BASE DE ARROZ	225	LATA	BIOLAB / NOVAMIL RICE 400GR	R$ 38,00	R$ 8.550,00
29716	21	DIETA CETOGENICA	188	LATA	DANONE / KETOCAL 4:1 300GR	R$ 240,00	R$ 45.120,00
40469	36	DIETA CETOGÊNICA - COTA MPE	62	LATA	DANONE / KETOCAL 4:1 300GR	R$ 240,00	R$ 14.880,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 104.150,00							

Fornecedor:CREATIVE COMERCIO VAREJISTA LTDA-CPF/CNPJ: 44.838.265/0001-39

Cód. Int.	Item	Descrição	Qtd	Medida	Marca/Modelo	Unitário	SubTotal
29762	1	FORMULA LIQUIDA HIPERCALORICA E HIPERPROTEICA	3750	LITRO	Nestlé - Isosource 1.5 - 1 Litro	R$ 31,00	R$ 116.250,00
30990	25	PROTEINA EM PO DE ALTO VALO BIOLOGICO	400	LATA	Nuteral - MaxiPro - 230 Gramas	R$ 59,90	R$ 23.960,00
36320	26	Complemento alimentar em pó para adultos. Alimento para terapia nutricional oral e/ou enteral. Densidade calórica 1,0 Kcal/mL.Rico em vitaminas, minerais, contendo fibras. Apresentação: de 350 a 470 gramas.	1500	LATA	Probene - Sustap Soya - 400 Gramas	R$ 26,70	R$ 40.050,00
40461	28	FÓRMULA LIQUIDA HIPERCALORICA E HIPERPROTEICA - COTA MPE	1250	LITRO	Nestlé - Isosource 1.5 - 1 Litro	R$ 31,00	R$ 38.750,00
40462	29	FORMULA 100% PROTEINA DE SOJA - SEM SACAROSE, LACTOSE E GLUTEN - COTA MPE	1000	LITRO	Nestlé - Isosource Soya - 1 Litro	R$ 20,00	R$ 20.000,00
40470	37	Complemento alimentar em pó para adultos. Alimento para terapia nutricional oral e/ou enteral. Densidade calórica 1,0 Kcal/mL.Rico em vitaminas, minerais, contendo fibras. Apresentação: de 350 a 470 gramas - COTA MPE	500	LATA	Probene - Sustap Soya - 400 Gramas	R$ 26,70	R$ 13.350,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 252.360,00							

Fornecedor:HASSEN RAAD DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS NUTRICI-CPF/CNPJ: 21.296.343/0001-15

Cód. Int.	Item	Descrição	Qtd	Medida	Marca/Modelo	Unitário	SubTotal
29773	8	ESPESSANTE SEM GLUTEM E LACTOSE	350	LATA	LIQTHICK - LATA DE 125G	R$ 23,25	R$ 8.137,50
29774	9	SUPLEMENTO DE FIBRA SOLUVEL	300	LATA	JUST FIBRAS - LATA DE 260G	R$ 27,00	R$ 8.100,00
29785	22	CARBOIDRATO MALTODEXTRINA	50	LATA	JUST MALTODEXTRINA - LATA DE 400G	R$ 18,00	R$ 900,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 17.137,50							

Fornecedor:LEONE E COLDIBELLI COM E DIST DE PROD NUTRICIONAIS LTDA-CPF/CNPJ: 40.021.146/0001-38

Cód. Int.	Item	Descrição	Qtd	Medida	Marca/Modelo	Unitário	SubTotal
29765	4	NUTRICAO COMLETA PARA BAIXA INGESTAO DE NUTRIENTES	700	LATA	DANONE - FORTINI PLUS PO BAUNILHA LT 400G	R$ 50,0	R$ 35.000,0
29770	5	FORMULA INFANTIL A BASE DE PROTEINA ISOLADA DE SOJA - 0 A 6 MESES	500	LATA	DANONE - APTAMIL SOJA 400GR	R$ 51,0	R$ 25.500,0
29771	6	FORMULA INFANTIL A BASE DE PROTEINA ISOLADA DE SOJA - 6 MESES	500	LATA	DANONE - APTAMIL SOJA 400GR	R$ 51,0	R$ 25.500,0
29776	11	FORMULA INFANTIL DE PARTIDA - 6 MESES	800	LATA	DANONE - APTAMIL 2 PREMIUM 800G	R$ 40,0	R$ 32.000,0
29778	13	SUPLEMENTO PARA SITUACOES METABOLICAS ESPECIAIS	2000	UNIDADE	DANONE - NUTRI R 2.0 BAUNILHA 200ML	R$ 14,0	R$ 28.000,0
29779	14	ALIMENTO PARA NUTRICAO ENTERAL	2625	UNIDADE	DANONE - NUTRI RD 2.0 BAU 200ML	R$ 12,50	R$ 32.812,50
29784	19	SUPLEMENTO ORAL LIQUIDO HIPERPROTEICO	1200	UNIDADE	DANONE - FORTINI MF BAUNILHA (PB 200ML	R$ 15,50	R$ 18.600,0
30989	24	SUPLEMENTO LIQUIDO COM ARGININA	3000	UNIDADE	DANONE - CUBITAN	R$ 14,0	R$

					BAUNILHA (PB 200ML)		42.000,0
36321	27	Fórmula infantil 1 Kcal/mL para lactentes e crianças de primeira infância com necessidades dietoterápicas específicas. Destinadas a pacientes com dificuldade de manutenção e/ou ganho de peso. Isenta de glúten e sacarose, com DHA e ARA, nucleotídeos e prebióticos. Embalagem 400 g	600	LATA	DANONE - INFATRINI 400G	R$ 125,0	R$ 75.000,0
40463	30	TERAPIA NUTRICIONAL PARA DIABETICOS E HIPERGLICEMICOS - COTA MPE	1500	UNIDADE	DANONE - DIASIP BAUNILHA PB 200ML	R$ 14,0	R$ 21.000,0
40464	31	ALIMENTO PARA NUTRICAO ENTERAL - COTA MPE	875	UNIDADE	DANONE - NUTRI RD 2.0 BAU 200ML	R$ 12,50	R$ 10.937,50
40465	32	DIETA ENTERAL ISENTA DE SACAROSE - COTA ME/EPP	750	LITRO	DANONE - NUTRISON SOYA FIBER 1.2 TP 1L	R$ 26,10	R$ 19.575,0
40466	33	TERAPIA NUTRICIONAL SEM GLÚTEN - COTA MPE	3000	UNIDADE	DANONE - NUTRI ENTERAL 1.5 BAUNILHA 200ML	R$ 9,50	R$ 28.500,0
36387	38	Fórmula infantil 1 Kcal/mL para lactentes e crianças de primeira infância com necessidades dietoterápicas específicas. Destinadas a pacientes com dificuldade de manutenção e/ou ganho de peso. Isenta de glúten e sacarose, com DHA e ARA, nucleotídeos e prebióticos. Embalagem 400 g - Cota MPE	200	LATA	DANONE - INFATRINI 400G	R$ 125,0	R$ 25.000,0
TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 419.425,00							

Fornecedor:MG2 NUTRICAO LTDA-CPF/CNPJ: 39.935.073/0001-00

Cód. Int.	Item	Descrição	Qtd	Medida	Marca/Modelo	Unitário	SubTotal
29763	2	FORMULA 100% PROTEINA DE SOJA - SEM SACAROSE, LACTOSE E GLUTEN	3000	LITRO	PRODIET - TROPHIC SOYA litro	R$ 17,50	R$ 52.500,0
29764	3	TERAPIA NUTRICIONAL PARA DIABETICOS E HIPERGLICEMICOS	4500	UNIDADE	PRODIET - DIAMAX IG 200ML	R$ 12,0	R$ 54.000,0
29775	10	FORMULA INFANTIL DE PARTIDA - 0 A 6 MESES	800	LATA	NESTLE - NAN COMFOR 1 400GR	R$ 31,49	R$ 25.192,0
29777	12	FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES A PARTIR DE 10 MESES	600	LATA	NESTLE - NAN LAC COMFOR 800GR	R$ 50,0	R$ 30.000,0
29780	15	DIETA ENTERAL ISENTA DE SACAROSE	2250	LITRO	PRODIET - TROPHIC FIBER litro	R$ 21,30	R$ 47.925,0
29781	16	FORMULA PARA RN - PRE TERMO OU ALTO RISCO	175	LATA	NESTLE - PRE NAN 400GR	R$ 52,0	R$ 9.100,0
29782	17	TERAPIA NUTRICIONAL SEM GLUTEN	9000	UNIDADE	PRODIET - ENERGYZIP 200ML	R$ 9,20	R$ 82.800,0
29786	23	FORMULA INFANTIL ISENTA DE LACTOSE - 0 A 12 MESES	300	LATA	NESTLE - NAN SEM LACTOSE 400GR	R$ 44,0	R$ 13.200,0
TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 314.717,00							

Fornecedor:MSRIOS PRODUTOS DE DIETA-CPF/CNPJ: 23.149.874/0001-00

Cód. Int.	Item	Descrição	Qtd	Medida	Marca/Modelo	Unitário	SubTotal
29783	18	DIETA ENTERAL PEDIATRICA - A PARTIR DE 1 ANO	1125	UNIDADE	FRESENIUS - FREBNI ORIGINAL EB 500ML	R$ 43,20	R$ 48.600,00
40467	34	DIETA ENTERAL PEDIATRICA - A PARTIR DE 1 ANO - COTA MPE	375	UNIDADE	FRESENIUS - FREBINI ORIGINAL EB 500ML	R$ 43,20	R$ 16.200,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 64.800,00							

ITENS FRACASSADOS

Cód. Int.	Item	Descrição
40468	35(COTA)	FORMULA INFANTIL A BASE DE ARROZ - COTA MPE

TOTAL DO PROCESSO:R$ 1.172.589,50 (um milhão cento e setenta e dois mil quinhentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).

Santa Bárbara, 27 de fevereiro de 2026.

AMANDA DOS ANJOS ÚRSULO,
Pregoeira.

Publicado por:
Marina Moreira Gonçalves de Oliveira
Código Identificador:F7E5F0C6

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 070/2025

Após o julgamento da Licitação Pregão Eletrônico n.º 070/2025, Processo n.º 191/2025, julgada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no dia 11/02/2026, cujo objeto é o "Registro de preços para futura e eventual aquisição de suplementos alimentares, segundo características, condições, obrigações e requisitos técnicos do edital e de seus anexos", tendo sido adjudicada às empresas citadas abaixo, homologo a licitação nos termos da Lei n.º 14.133/21.

Fornecedor:BUBBLE BOX BJI SERVICOS LTDA-CPF/CNPJ: 31.146.357/0001-06

Cód. Int.	Item	Descrição	Qtd	Medida	Marca/Modelo	Unitário	SubTotal
29772	7	FORMULA INFANTIL SEMI-ELEMENTAR	400	LATA	DANONE / PREGOMIN PEPTI 400GR	R$ 89,00	R$ 35.600,00
29715	20	FORMULA INFANTIL A BASE DE ARROZ	225	LATA	BIOLAB / NOVAMIL RICE 400GR	R$ 38,00	R$ 8.550,00
29716	21	DIETA CETOGENICA	188	LATA	DANONE / KETOCAL 4:1 300GR	R$ 240,00	R$ 45.120,00
40469	36	DIETA CETOGÊNICA - COTA MPE	62	LATA	DANONE / KETOCAL 4:1 300GR	R$ 240,00	R$ 14.880,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 104.150,00							

Fornecedor:CREATIVE COMERCIO VAREJISTA LTDA-CPF/CNPJ: 44.838.265/0001-39

Cód. Int.	Item	Descrição	Qtd	Medida	Marca/Modelo	Unitário	SubTotal
29762	1	FORMULA LIQUIDA HIPERCALORICA E HIPERPROTEICA	3750	LITRO	Nestlé - Isosource 1.5 - 1 Litro	R$ 31,00	R$ 116.250,00
30990	25	PROTEINA EM PO DE ALTO VALO BIOLOGICO	400	LATA	Nuteral - MaxiPro - 230 Gramas	R$ 59,90	R$ 23.960,00
36320	26	Complemento alimentar em pó para adultos. Alimento para terapia nutricional oral e/ou enteral. Densidade calórica 1,0 Kcal/mL.Rico em vitaminas, minerais, contendo fibras. Apresentação: de 350 a 470 gramas.	1500	LATA	Probene - Sustap Soya - 400 Gramas	R$ 26,70	R$ 40.050,00
40461	28	FÓRMULA LIQUIDA HIPERCALORICA E HIPERPROTEICA - COTA MPE	1250	LITRO	Nestlé - Isosource 1.5 - 1 Litro	R$ 31,00	R$ 38.750,00

40462	29	FORMULA 100% PROTEINA DE SOJA - SEM SACAROSE, LACTOSE E GLUTEN - COTA MPE	1000	LITRO	Nestlé - Isosource Soya - 1 Litro	R$ 20,00	R$ 20.000,00
40470	37	Complemento alimentar em pó para adultos. Alimento para terapia nutricional oral e/ou enteral. Densidade calórica 1,0 Kcal/mL.Rico em vitaminas, minerais, contendo fibras. Apresentação: de 350 a 470 gramas - COTA MPE	500	LATA	Probene - Sustap Soya - 400 Gramas	R$ 26,70	R$ 13.350,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 252.360,00							

Fornecedor:HASSEN RAAD DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS NUTRICI-CPF/CNPJ: 21.296.343/0001-15

Cód. Int.	Item	Descrição	Qtd	Medida	Marca/Modelo	Unitário	SubTotal
29773	8	ESPESSANTE SEM GLUTEM E LACTOSE	350	LATA	LIQTHICK - LATA DE 125G	R$ 23,25	R$ 8.137,50
29774	9	SUPLEMENTO DE FIBRA SOLUVEL	300	LATA	JUST FIBRAS - LATA DE 260G	R$ 27,00	R$ 8.100,00
29785	22	CARBOIDRATO MALTODEXTRINA	50	LATA	JUST MALTODEXTRINA - LATA DE 400G	R$ 18,00	R$ 900,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 17.137,50							

Fornecedor:LEONE E COLDIBELLI COM E DIST DE PROD NUTRICIONAIS LTDA-CPF/CNPJ: 40.021.146/0001-38

Cód. Int.	Item	Descrição	Qtd	Medida	Marca/Modelo	Unitário	SubTotal
29765	4	NUTRICAO COMLETA PARA BAIXA INGESTAO DE NUTRIENTES	700	LATA	DANONE - FORTINI PLUS PO BAUNILHA LT 400G	R$ 50,0	R$ 35.000,0
29770	5	FORMULA INFANTIL A BASE DE PROTEINA ISOLADA DE SOJA - 0 A 6 MESES	500	LATA	DANONE - APTAMIL SOJA 400GR	R$ 51,0	R$ 25.500,0
29771	6	FORMULA INFANTIL A BASE DE PROTEINA ISOLADA DE SOJA - 6 MESES	500	LATA	DANONE - APTAMIL SOJA 400GR	R$ 51,0	R$ 25.500,0
29776	11	FORMULA INFANTIL DE PARTIDA - 6 MESES	800	LATA	DANONE - APTAMIL 2 PREMIUM 800G	R$ 40,0	R$ 32.000,0
29778	13	SUPLEMENTO PARA SITUACOES METABOLICAS ESPECIAIS	2000	UNIDADE	DANONE - NUTRI R 2.0 BAUNILHA 200ML	R$ 14,0	R$ 28.000,0
29779	14	ALIMENTO PARA NUTRICAO ENTERAL	2625	UNIDADE	DANONE - NUTRI RD 2.0 BAU 200ML	R$ 12,50	R$ 32.812,50
29784	19	SUPLEMENTO ORAL LIQUIDO HIPERPROTEICO	1200	UNIDADE	DANONE - FORTINI MF BAUNILHA (PB 200ML	R$ 15,50	R$ 18.600,0
30989	24	SUPLEMENTO LIQUIDO COM ARGININA	3000	UNIDADE	DANONE - CUBITAN BAUNILHA (PB 200ML)	R$ 14,0	R$ 42.000,0
36321	27	Fórmula infantil 1 Kcal/mL para lactentes e crianças de primeira infância com necessidades dietoterápicas específicas. Destinadas a pacientes com dificuldade de manutenção e/ou ganho de peso. Isenta de glúten e sacarose, com DHA e ARA, nucleotídeos e prebióticos. Embalagem 400 g	600	LATA	DANONE - INFATRINI 400G	R$ 125,0	R$ 75.000,0
40463	30	TERAPIA NUTRICIONAL PARA DIABETICOS E HIPERGLICEMICOS - COTA MPE	1500	UNIDADE	DANONE - DIASIP BAUNILHA PB 200ML	R$ 14,0	R$ 21.000,0
40464	31	ALIMENTO PARA NUTRICAO ENTERAL - COTA MPE	875	UNIDADE	DANONE - NUTRI RD 2.0 BAU 200ML	R$ 12,50	R$ 10.937,50
40465	32	DIETA ENTERAL ISENTA DE SACAROSE - COTA ME/EPP	750	LITRO	DANONE - NUTRISON SOYA FIBER 1.2 TP 1L	R$ 26,10	R$ 19.575,0
40466	33	TERAPIA NUTRICIONAL SEM GLÚTEN - COTA MPE	3000	UNIDADE	DANONE - NUTRI ENTERAL 1.5 BAUNILHA 200ML	R$ 9,50	R$ 28.500,0
36387	38	Fórmula infantil 1 Kcal/mL para lactentes e crianças de primeira infância com necessidades dietoterápicas específicas. Destinadas a pacientes com dificuldade de manutenção e/ou ganho de peso. Isenta de glúten e sacarose, com DHA e ARA, nucleotídeos e prebióticos. Embalagem 400 g - Cota MPE	200	LATA	DANONE - INFATRINI 400G	R$ 125,0	R$ 25.000,0
TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 419.425,00							

Fornecedor:MG2 NUTRICAO LTDA-CPF/CNPJ: 39.935.073/0001-00

Cód. Int.	Item	Descrição	Qtd	Medida	Marca/Modelo	Unitário	SubTotal
29763	2	FORMULA 100% PROTEINA DE SOJA - SEM SACAROSE, LACTOSE E GLUTEN	3000	LITRO	PRODIET - TROPHIC SOYA litro	R$ 17,50	R$ 52.500,0
29764	3	TERAPIA NUTRICIONAL PARA DIABETICOS E HIPERGLICEMICOS	4500	UNIDADE	PRODIET - DIAMAX IG 200ML	R$ 12,0	R$ 54.000,0
29775	10	FORMULA INFANTIL DE PARTIDA - 0 A 6 MESES	800	LATA	NESTLE - NAN COMFOR 1 400GR	R$ 31,49	R$ 25.192,0
29777	12	FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES A PARTIR DE 10 MESES	600	LATA	NESTLE - NAN LAC COMFOR 800GR	R$ 50,0	R$ 30.000,0
29780	15	DIETA ENTERAL ISENTA DE SACAROSE	2250	LITRO	PRODIET - TROPHIC FIBER litro	R$ 21,30	R$ 47.925,0
29781	16	FORMULA PARA RN - PRE TERMO OU ALTO RISCO	175	LATA	NESTLE - PRE NAN 400GR	R$ 52,0	R$ 9.100,0
29782	17	TERAPIA NUTRICIONAL SEM GLUTEN	9000	UNIDADE	PRODIET - ENERGYZIP 200ML	R$ 9,20	R$ 82.800,0
29786	23	FORMULA INFANTIL ISENTA DE LACTOSE - 0 A 12 MESES	300	LATA	NESTLE - NAN SEM LACTOSE 400GR	R$ 44,0	R$ 13.200,0
TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 314.717,00							

Fornecedor:MSRIOS PRODUTOS DE DIETA-CPF/CNPJ: 23.149.874/0001-00

Cód. Int.	Item	Descrição	Qtd	Medida	Marca/Modelo	Unitário	SubTotal
29783	18	DIETA ENTERAL PEDIATRICA - A PARTIR DE 1 ANO	1125	UNIDADE	FRESENIUS - FREBNI ORIGINAL EB 500ML	R$ 43,20	R$ 48.600,00
40467	34	DIETA ENTERAL PEDIATRICA - A PARTIR DE 1 ANO - COTA MPE	375	UNIDADE	FRESENIUS - FREBINI ORIGINAL EB 500ML	R$ 43,20	R$ 16.200,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 64.800,00							

TOTAL DO PROCESSO:R$ 1.172.589,50 (um milhão cento e setenta e dois mil quinhentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).

Santa Bárbara, 27 de fevereiro de 2026.

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO,
Secretária Municipal de Administração Pública.

Publicado por:
Marina Moreira Gonçalves de Oliveira
Código Identificador:3CAEAB06

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 76/2025

Após o julgamento da Licitação PregãoEletrônicon.º 76/2025, Processo n.º205/2025, julgada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no dia23/02/2026, cujo objeto éa"Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis destinados ao preparo da Alimentação Escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino, bem como para o atendimento do Programa de Segurança Alimentar da unidade do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, e eventual e futura aquisição de café, açúcar e chá mate para atendimento a eventos promovidos pela Municipalidade, Fóruns de Gestão Pública, reuniões e cerimônias oficiais e demais necessidades das secretarias Municipais", tendo sido adjudicadasasempresascitadas abaixo, homologo a licitação nos termos da Lei n.º 14.133/21.

Fornecedor: - MEGADEC DISTRIBUIDORA LTDA CPF/CNPJ: 28.157.903/0001-08

NÚMERO DO ITEM	COD.	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNIT.	SUBTOTAL
7	35498	AMIDO MILHO-500 G Marca: PACHA Fabricante: ESTORIL INDUSTRIA Modelo: NACIONAL	472	UNIDADE	R$2,98	R$1.406,56
8	35505	CANJICA BRANCA 500G Marca: TRYUMPHO Fabricante: ESTEIO SUPERATACADO Modelo: NACIONAL	1.596	UNIDADE	R$ 2,88	R$ 4.596,48
17	35532	SAL REFINADO IODADO C/ 01 KG Marca: UNIOURO Fabricante: MARANATA ALIMENTOS Modelo: NACIONAL	560	UNIDADE	R$ 1,48	R$ 828,80
22	37059	CHA-MATE 250G Marca: REAL Fabricante: REAL ALIMENTOS Modelo: NACIONAL	1025	CAIXA	R$ 9,35	R$9.583,75

Total do fornecedor: R$16.415,59 (dezesseis mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta e nove centavos)

Fornecedor: - SINTAGMA ZENITE COMERCIO LTDA CPF/CNPJ: 17.926.188/0001-04

NÚMERO DO ITEM	COD.	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNIT.	SUBTOTAL
2	30665	LEITE CONDENSADO S/ LACTOSE- 395 G Marca: PIRACANJUBA Fabricante: PIRACANJUBA	500	PACOTE	R$8,57	R$4.285,00
23	39129	BISCOITOCREAM CRACKER - 1.150KG Biscoito tipo cream cracker. Biscoito crocante, inteiro, ingredientes básicos: farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água e sal. O produto deverá estar dentro do prazo de validade - Nas embalagens deverá ter as informações nutricionais. Peso minimo 1.150kg. Marca: AYMORE Fabricante: AYMORE	592	CAIXA	R$ 16,80	R$ 9.945,60

Total do fornecedor: R$14.230,60 (quatorze mil duzentos e trinta reais e sessenta centavos)

Fornecedor: - MPS DISTRIBUIDORA LTDA CPF/CNPJ: 53.029.830/0001-08

NÚMERO DO ITEM	COD.	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNIT.	SUBTOTAL
26	40559	CAFÉ EM PÓ - 500 GR COTA MPE Marca: Santa Catarina Superior Extra Forte Fabricante: Jurerê Caffe Com. de Alim. Ltda Marca: Santa Catarina Superior Extra Forte Fabricante: Jurerê Caffe Com. de Alim. Ltda	1.326	PACOTE	R$20,49	R$27.169,74

Total do fornecedor: R$27.169,74 (vinte e sete mil cento e sessenta e nove reais e setenta e quatro centavos)

Fornecedor: - J. T. INDUSTRIA E COMERCIO DE CAFES LTDA CPF/CNPJ: 03.370.573/0001-03

NÚMERO DO ITEM	COD.	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNIT.	SUBTOTAL
25	40496	CAFÉ EM PÓ - 500GR Marca: AROMA DE OURO Fabricante: J T INDUSTRIA E COMERCIO DE CAFES LTDA Modelo: SUPERIOR A VACUO	3.979	PACOTE	R$18,10	R$72.019,90

Total do fornecedor:R$72.019,90 (setenta e dois mil e dezenove reais e noventa centavos)

Fornecedor: - COMERCIAL PRIME LTDA CPF/CNPJ: 55.176.303/0001-51

NÚMERO DO ITEM	COD.	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNIT.	SUBTOTAL
3	30666	LEITE DE COCO 1 L Marca: ducoco Fabricante: ducoco	1.048	UNIDADE	R$13,25	R$13.886,00
5	30672	BISCOITO INTEGRAL S/ AÇÚCAR- 120 G Marca: clubsocial Fabricante: clubsocial	200	UNIDADE	R$5,50	R$1.100,00
6	35497	AMENDOIM VERMELHO CRU COM PELE 500 GR Marca: anchieta Fabricante: anchieta	100	UNIDADE	R$15,60	R$1.560,00
16	35522	LEITE UHT DESNATADO-1 LT Marca: ita Fabricante: ita	200	UNIDADE	R$3,90	R$780,00

Total do fornecedor:R$17.326,00 (dezessete mil trezentos e vinte e seis reais)

Fornecedor: -SCJ ATACADO E DISTRIBUICAO LTDA CPF/CNPJ: 51.490.695/0001-78

NÚMERO DO ITEM	COD.	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNIT.	SUBTOTAL
19	35538	SUCO UVA E MAÇÃ-200 ML (c/ CANUDO) Marca: TIAL Fabricante: TIAL	4.000	UNIDADE	R$1,70	R$6.800,00

Total do fornecedor:R$6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)

Fornecedor: -VITORIA RODRIGUES RAMOS 12195946601 CPF/CNPJ: 48.020.480/0001-89

NÚMERO DO ITEM	COD.	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNIT.	SUBTOTAL
1	30661	CREME DE LEITE s/ LACTOSE- 200 G Marca: Italac Fabricante: Italac	200	UNIDADE	R$3,85	R$770,00
4	30669	ADOÇANTE DIETÉTICO- 400 G	100	PACOTE	R$38,00	R$3.800,00
9	35507	COCO RALADO- 1 KG Marca: Bomcoco Fabricante: Bomcoco	596	UNIDADE	R$28,00	R$16.688,00
18	35537	SUCO DE MARACUJÁ CONCENTRADO C/ 500 ML Marca: Serigy Fabricante: Serigy	1.700	UNIDADE	R$5,57	R$9.469,00
20	35540	UVA PASSA 250 G Marca: Vila Oliva Fabricante: Vila Oliva	135	UNIDADE	R$10,25	R$1.383,75

Total do fornecedor: R$ 32.110,75(trinta e dois mil cento e dez reais e setenta e cinco centavos)

Fornecedor: -60.180.354 DEBORA CRISTINA RODRIGUES SILVACPF/CNPJ: 60.180.354/0001-97

NÚMERO DO ITEM	COD.	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNIT.	SUBTOTAL
11	35510	CREME DE LEITE- 200 G Marca: Ibituruna Fabricante: Ibituruna	1.620	UNIDADE	R$2,78	R$4.503,60
21	36445	Açúcar Cristal 5kg Marca: Euroçucar Fabricante: Euroçucar Modelo: PCT	2.653	PACOTE	R$13,10	R$34.754,30

Total do fornecedor: R$39.257,90(trinta e nove mil duzentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos)

Fornecedor: PROFI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDACPF/CNPJ: 52.139.016/0001-83

NÚMERO DO ITEM	COD.	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNIT.	SUBTOTAL
15	35521	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO C/ 400GR: Leite em pó integral instantâneo, de primeira qualidade, enriquecido com vitamina A, C e D. Embalados em sacos de poliéster metalizados, acondicionados em fardos de papel Kraft, folha dupla ou caixa de papelão de 20 kg. O produto deverá conter em sua composição o leite integral, vitaminas A C e D e emulsificante lecitina de soja. Poderá ser acrescido de outras vitaminas e minerais. O produto deverá ter validade mínima de 180 dias a partir da data de entrega - Nas embalagens deverá ter as informações nutricionais.	7.635	UNIDADE	R$10,99	R$83.908,65
24	39171	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO C/ 400GR - COTA MPE: Leite em pó integral instantâneo, de primeira qualidade, enriquecido com vitamina A, C e D. Embalados em sacos de poliéster metalizados, acondicionados em fardos de papel Kraft, folha dupla ou caixa de papelão. O produto deverá conter em sua composição o leite integral, vitaminas A, C e D e emulsificante lecitina de soja. Poderá ser acrescido de outras vitaminas e minerais. O produto deverá estar dentro do prazo de validade - Nas embalagens deverá ter as informações nutricionais. Marca: Horizonte Fabricante: DMS	2.545	PACOTE	R$10,99	R$27.969,55
Total do fornecedor: R$111.878,20 (cento e onze mil oitocentos e setenta e oito reais e vinte centavos)						

Fornecedor: FONSECA BECHO DISTRIBUIDORA LTDA CPF/CNPJ: 63.534.016/0001-02						
NÚMERO DO ITEM	**COD.**	**DESCRIÇÃO**	**QTD**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**VALOR UNIT.**	**SUBTOTAL**
10	35508	COCO RALADO- 100 G Marca: MENINA Fabricante: MENINA Modelo: COCO RALADO 100G	200	UNIDADE	R$5,48	R$1.096,00
12	35511	DOCE DE LEITE PASTOSO C/ 800 G	1.020	UNIDADE	R$20,35	R$20.757,00
14	35520	LEITE DE COCO C/200 ML Marca: VITORENA Fabricante: VITORENA	300	UNIDADE	R$3,69	R$1.107,00
Total do fornecedor: 22.960,00(vinte e dois mil novecentos e sessenta reais)						

LOTE FRACASSADO			
NÚMERO DO ITEM	**COD.**	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE DE MEDIDA**
13	35519	LEITE CONDENSADO - 395 G	1750

TOTAL DO PROCESSO: R$ 360.168,68 (trezentos e sessenta mil cento e sessenta e oito reais e sessenta e oito centavos)

.

Santa Bárbara,27 de fevereiro de 2026.

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO,
Secretária Municipal de Administração Pública**.**

Publicado por:
Amanda Dos Anjos Ursulo
Código Identificador:5D209C40

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DA VARGEM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
3° TERMO ADITIVO

3° Termo Aditivo celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM** doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado **SEGUROS SURA S.A**, inscrita sob o CNPJ 33.065.699/0001-27, situada a Av Padre Antônio José dos Santos n° 1.530 Bairro Cidade Monções, São Paulo – SP, CEP. 04563-004, doravante denominado **CONTRATADO** ajustam e acordam entre si o presente termo aditivo**, CONTRATO Nº 100/2025, Pregão Eletrônico N° 22/2025 –**"Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro para os veículos da frota municipal de Santana da Vargem/MG**"**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO E PAGAMENTO

1.1. Fica alterada a Cláusula Segunda, referente a quantidade de serviços do contrato, onde acrescenta-se os veículos:

Item	Marca	Modelo	Fab.	Mod.	Placa	Chassi	Franquia	Valor
49	FIAT	ARGO DRIVE 1.0 6V FLEX	2025	2026		9BD358ATSTYR22422	R$ 3.150,00	R$ 382,16
50	FIAT	ARGO DRIVE 1.0 6V FLEX	2025	2026		9BD358ATSTYR22456	R$ 3.150,00	R$ 382,16
51	FIAT	ARGO DRIVE 1.0 6V FLEX	2025	2026		9BD358ATSTYR22474	R$ 3.150,00	R$ 382,16

1.2. O valor a ser pago pelos novos veículos será de R$ 1.146,46 (Um Mil Cento e Quarenta e Seis reais e Quarenta e Seis centavos), pagos em 5 parcelas a partir do dia 07/03/2026.
1.3. Os veículos ficam assegurados até o vencimento do contrato, conforme apólice n° 8000004377.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Para suprimento das despesas ora apresentadas informamos:
Ficha 210: 02.071.10.301.1003.2031.3.3.90.39.00 / 1.500.000.0000.000 - Recursos Não Vinculados de Impostos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO E DISPOSIÇÃO FINAL

3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.
3.1.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

E por estarem assim acordados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santana da Vargem, 26 de Fevereiro de 2026.

TESTEMUNHAS:

1)Nome:
CPF Nº

2)Nome:
CPF Nº

Publicado por:
Bruna Tiso Pereira
Código Identificador:6BB1458A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO ITAMBÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0033/2025

O Município de Santo Antônio do Itambé/MG, torna público a **HOMOLOGAÇÃO**, nos termos do art. 71, inciso IV da Lei nº 14.133, de 2021.doProcesso Licitatório nº 0085/2025,Pregão Eletrônico nº 0033/2025realizada pelo Sr. Ronam Wesley Sales, Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG, na Quinta-feira, 15 de Janeiro de 2026, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com aLei Federal nº 14.133/21, nas seguintes condições:
Objeto:AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG.

AMM LICITACOES LTDA
57.012.146/0001-74

Item	Qtde.	Und.	Material/Serviço	Preço Unit. R$	Total R$
16	250,00	pacote	CAFE EM PÓ TORRADO E MOÍDO 500 G. FORTE OU EXTRA FORTE, PÓ FINO, HOMOGÊNEO, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, GRAMATURA, DATAS DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. CODIGO CATMAT/463575	25,00	6.250,00

Valor Total: R$ 6.250,00 (seis mil e duzentos e cinquenta reais).

COMERCIAL PRG LTDA
60.520.733/0001-89

Item	Qtde.	Und.	Material/Serviço	Preço Unit. R$	Total R$
3	10,00	pacote	ACHOCOLATADO EM PÓ PCT: EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 800G. ACHOCOLATADO EM PÓ SOLÚVEL, VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES APÓS A ENTREGA. CODIGO CATMAT/484189	13,00	130,00
4	34,00	fardo	ÁGUA MINERAL NATURAL,EMBALAGEM DE 500ML, PLÁSTICO DESCARTÁVEL. FARDO CONTENDO 12 UNIDADES.CODIGO CATMAT/445484	17,50	595,00
11	30,00	pacote	BATATA PALHA, PACOTE 01 KG. BATATA, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL REFINADO, MALTODEXTRINA E REALÇADOR DE SABOR GLUTAMATO MONOSSÓDICO. NÃO CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM PLÁSTICA, NÃO VIOLADA, CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, DATAS DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.CODIGO CATMAT/463707	20,00	600,00
33	20,00	quilograma	FARINHA DE TRIGO C/ FERMENTO, EMBALAGEM DE 1KG: SUBPRODUTO DO TRIGO DE COR BRANCA, NÃO TORRADA, FINA, ISENTO DE UMIDADE, SUJIDADES, PARASITAS, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO DE APARÊNCIA E CHEIRO PRÓPRIO. COM VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA. CODIGO CATMAT/460265	4,60	92,00
34	20,00	quilograma	FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO, EMBALAGEM DE 1KG EM POLIETILENO ATÓXICO, RESISTENTE, PLÁSTICA, NÃO VIOLADA, CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, DATAS DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. CODIGO CATMAT/465332	4,90	98,00
35	60,00	quilograma	FEIJÃO CARIOQUINHA, EMBALAGEM DE 01 KG, RESISTENTE, TRANSPARENTE, ATÓXICA, CLASSE CARIOQUINHA, TIPO 01. DEVE SER CONSTITUÍDO DE NO MÍNIMO 95% DE GRÃOS INTEIROS E ÍNTEGROS DA COR CARACTERÍSTICA, MADUROS, LIMPOS, ISENTOS DE INSETOS, MATÉRIA TERROSA, PARASITA, GRÃOS OU PEDAÇOS DE GRÃOS AVARIADOS, MOFADOS, GERMINADOS, CARUNCHADOS, CHOCHOS, IMATUROS, DANIFICADOS POR INSETOS, MANCHADOS, ENRUGADOS, DESCOLORIDOS, AMASSADOS E INSETOS DE MATÉRIA ESTRANHAS COMO GRÃOS OU SEMENTES DE OUTRA ESPÉCIE. COM VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA. CODIGO CATMAT/464553	5,30	318,00
37	80,00	quilograma	FUBÁ DE MILHO AMARELO, EMBALAGEM DE 01 KG, OBTIDO PELA MOAGEM DE GRÃOS DE MILHO SÃOS E MADUROS, ENRIQUECIDO DE ACIDO FÓLICO E FERRO. PÓ FINO TIPO MIMOSO. EMBALAGEM PLÁSTICA, ATÓXICA, TRANSPARENTE, NÃO VIOLADA, CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, GRAMATURA, DATAS DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.CODIGO CATMAT/470688	3,00	240,00
39	200,00	unidade	GELATINA EM PÓ, EMBALAGEM DE 20 G, SABORES VARIADOS A DEFINIR NO ATO DA COMPRA, PÓ PARA PREPARO DE GELATINA CONTENDO GELATINA EM PÓ COM AÇÚCAR, COLORIDO ARTIFICIALMENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES APÓS A ENTREGA.CODIGO CATMAT/462729	1,60	320,00
48	50,00	unidade	MAIONESE, TRADICIONAL. EMBALAGEM COM 500 G. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. VALIDADE MÍNIMA DE 03 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA.CODIGO CATMAT/459658	7,00	350,00
56	60,00	pacote	MISTURA PARA BOLO PACOTE 400 G. INGREDIENTES PRINCIPAIS AÇÚCAR, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, CACAU EM PÓ, AMIDO DE MILHO. SABORES A DEFINIR, ENTRE ELES: CHOCOLATE,LARANJA, ABACAXI, BAUNILHA E COCO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES APÓS A DATA DE ENTREGACODIGO CATMAT/443371	4,90	294,00
69	20,00	pacote	POLVILHO AZEDO, EMBALAGEM 01KG: SUBPRODUTO DA MANDIOCA, APARÊNCIA E ODOR CARACTERÍSITICOS. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA.CODIGO CATMAT/481086	9,00	180,00
80	200,00	unidade	SUCO DE CAIXINHA 01 LITRO, SABORES (UVA, MANGA, PÊSSEGO,ABACAXI, LARANJA, GOIABA) A SER DEFINIDO PELO SOLICITANTE. CONTENDO: POLPA DE FRUTA, ÁGUA, AÇÚCAR E AROMAS NATURAIS.VALIDADE 03 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.CODIGO CODIGO CATMAT/326671	7,50	1.500,00
85	40,00	unidade	VINAGRE BRANCO: PRODUTO PROVENIENTE DE FERMENTAÇÃO ACÉTICA DE UMA MISTURA CONSTITUÍDA DE ÁLCOOL ETÍLICO E ADICIONADA DE ELEMENTOS NUTRITIVOS PARA OS FERMENTOS ACÉTICOS. A EMBALAGEM DEVERÁ SER EM FRASCO PLÁSTICO ATÓXICO DE 750 ML.CODIGO CATMAT/217096	3,00	120,00

Valor Total: R$ 4.837,00 (quatro mil e oitocentos e trinta e sete mil reais).

FENIX ORGANIZACOES DE SERVICOS, LOCACAO E COMERCIO LTDA
43.568.381/0001-12

Item	Qtde.	Und.	Material/Serviço	Preço Unit. R$	Total R$
1	20,00	unidade	ABACAXI PESANDO NO MINIMO 1 KG. CARACTERÍSTICAS: DE BOA QUALIDADE; GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO; BOAS CONDIÇÕES DE CONSUMO; SEM RACHADURAS OU DANOS FÍSICOS.CODIGO CATMAT/464374	7,90	158,00
9	50,00	pacote	BALA MASTIGÁVEL MACIA, AROMATIZADA DE FRUTAS E SORTIDA – PACOTE DE NO MÍNIMO 700 GRAMAS.VALIDADE MÍNIMA DE 03 MESES APÓS A ENTREGA.CODIGO CATMAT/474370	5,50	275,00
10	60,00	quilograma	BATATA INGLESA DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, COLORAÇÃO BRANCA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. ISENTA DE AMASSADOS, ESTRAGADOS, SUJIDADES, SEM BROTOS.CODIGO CATMAT/463762	3,88	232,80
17	60,00	pacote	CANJICA BRANCA EMBALAGEM 500 G.SUBPRODUTO DO GRÃO DE MILHO DE COR BRANCA SENDO CONSTITUÍDO NO MÍNIMO 95% DE GRÃOS INTEIROS E ÍNTEGROS DA COR CARACTERÍSTICA, MADUROS, LIMPOS E SECOS. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA.CODIGO CATMAT/463690	4,00	240,00
18	800,00	quilograma	CARNE BOVINA ACÉM, CARNE MOÍDA DE PRIMEIRA QUALIDADE, CONGELADAS A18 °C, PROVENIENTE DE ANIMAIS SADIOS, ABATIDOS SOB INSPEÇÃO VETERINÁRIA. DURANTE O PROCESSAMENTO DEVE SER REALIZADA APARAGEM, ELIMINAÇÃO DOS EXCESSOS DE GORDURAS. 0 PERCENTUAL ACEITÁVEL DO SEBO/GORDURA É NO MÁXIMO DE 10 (DEZ)% E 3% DE APONEUROSE, ISENTA DE CARTILAGENS E OSSOS.	27,50	22.000,00

			TER ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO E NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA SEM PRANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO. DEVE CONSTAR OBRIGATORIAMENTE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA NO SISTEMA DE INSPEÇÃO FEDERAL OU SISTEMA DE INSPEÇÃO ESTADUAL, ACOMPANHADO DE LAUDO DE LABORATÓRIO CREDENCIADO, DO LOTE A SER ENTREGUE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, PLÁSTICA TRANSPARENTE; ATÓXICA E RESISTENTE.VALIDADE MÍNIMA DE 03 MESES APÓS A DATA DE ENTREGACODIGO CATMAT/451059		
19	800,00	quilograma	CARNE BOVINA COXÃO MOLE: (CHÃ DE DENTRO) DE 1º QUALIDADE, SEM OSSOS, CONGELADA 18° C PROVENIENTES DE ANIMAIS SADIOS, ABATIDOS SOB INSPEÇÃO VETERINÁRIA. DURANTE O PROCESSAMENTO DEVE SER REALIZADA APARAGENS (ELIMINAÇÃO DOS EXCESSOS DE GORDURAS). TER ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO E NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E DE QUALQUER SUBSTANCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERA-LA OU ENCOBRIR ALGUMA ALTERAÇÃO. CONSTANDO OBRIGATORIAMENTE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA NO SISTEMA DE INSPEÇÃO FEDERAL OU SISTEMA DE INSPEÇÃO ESTADUAL. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, PLÁSTICA, ATÓXICA E RESISTENTE (IDENTIFICADO O TIPO DO CORTE, DATA DA EMBALAGEM, REGISTRO DO PRODUTO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE).VALIDADE MÍNIMA DE 03 MESES APÓS A DATA DE ENTREGACODIGO CATMAT/447431	41,00	32.800,00
20	800,00	quilograma	CARNE SUÍNA PERNIL: DE 1º QUALIDADE, SEM OSSOS, CONGELADA A 18° C PROVENIENTES DE ANIMAIS SADIOS, ABATIDOS SOB INSPEÇÃO VETERINÁRIA. DURANTE O PROCESSAMENTO DEVE SER REALIZADA APARAGENS (ELIMINAÇÃO DOS EXCESSOS DE GORDURAS). TER ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO E NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E DE QUALQUER SUBSTANCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERA-LA OU ENCOBRIR ALGUMA ALTERAÇÃO. CONSTANDO OBRIGATORIAMENTE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA NO SISTEMA DE INSPEÇÃO FEDERAL OU SISTEMA DE INSPEÇÃO ESTADUAL, ACOMPANHADO DE LAUDO DE LABORATÓRIO CREDENCIADO, DO LOTE A SER ENTREGUE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, PLÁSTICA, ATÓXICA E RESISTENTE (IDENTIFICADO O TIPO DO CORTE, DATA DA EMBALAGEM, REGISTRO DO PRODUTO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE).VALIDADE MÍNIMA DE 03 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA.CODIGO CATMAT/447525	21,50	17.200,00
28	80,00	quilograma	COSTELA BOVINA: CONGELADA A -18°, APRESENTAÇÃO:CORTADA E CONGELADA.VALIDADE MÍNIMA DE 02 MESES APÓS A ENTREGA. CODIGO CATMAT/ 447412	32,60	2.608,00
32	100,00	unidade	EXTRATO DE TOMATE EMBALAGEM DE NO MÍNIMO DE 340G: PREPARADO COM FRUTOS MADUROS, ESCOLHIDOS, SEM PELE E SEMENTES. APARÊNCIA DE MASSA MOLE COM COR VERMELHA E CHEIRO E SABOR PRÓPRIO. CONTENDO EM SEUS INGREDIENTES APENAS TOMATE, SAL E AÇÚCAR COM VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA. CODIGO CATMAT/459672	3,80	380,00
43	200,00	unidade	LEITE EM PÓ INTEGRAL, EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 800 G, INSTANTÂNEO, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS: O PRODUTO DEVERÁ SER DE BOA SOLUBILIDADE, SEM GLÚTEN. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA.CODIGO CATMAT/446019	26,65	5.330,00
45	300,00	quilograma	LINGUIÇA SUINÃ TIPO TOSCANA: EM GOMO DE APROXIMADAMENTE 90 G, SEM PIMENTA, SEM CORANTES ARTIFICIAIS, CONGELADAS A -18C, CODIGO VALIDADE DE NO MÍNIMO 03 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO.CATMAT/ 450651	13,50	4.050,00
51	40,00	unidade	MASSA PARA PASTEL 500G COM DISCOS GRANDES MASSA DE PASTEL PARA SER EMPREGADA NO PREPARO DE PASTÉIS DE QUALQUER TIPO DE RECHEIO.EMBALAGEM NÃO VIOLADA, CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, DATAS DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO VALIDADE MÍNIMA DE 04 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.ODIGO CATMAT/462244	9,80	392,00
58	600,00	dúzia	OVO DE GALINHA, BRANCO, TIPO EXTRA, CLASSE A, FRESCO, LIMPO, EMBALAGEM APROPRIADA, LIMPAS E SECAS, NÃO VIOLADAS, RESISTENTES, QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. VALIDADE MÍNIMA DE 25 DIAS. CODIGO CATMAT/446617	9,50	5.700,00
59	20,00	pote	PAÇOCA DE AMENDOIM 01 KG. POTE DE PAÇOCA ROLHA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE CONTENDO APROXIMADAMENTE 65 PAÇOCAS DE 15 G CADA, INGREDIENTES: AMENDOIM TORRADO E MOÍDO, AÇÚCAR E SAL. COM INFORMAÇÕES DE ALÉRGICOS: CONTÉM AMENDOIM. NÃO CONTÉM GLÚTEN.CODIGO CATMAT/462637	19,00	380,00
61	400,00	unidade	PÉ DE ALFACE COM FOLHAS BRILHANTES, FIRMES E SEM AREAS ESCURAS, FRESCAS, CODIGO CATMAT/463832	4,00	1.600,00
62	400,00	unidade	PÉ-DE-MOLEQUE: INGREDIENTES PRINCIPAIS: AMENDOIM E RAPADURA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, CADA BARRA DEVERÁ APRESENTAR PESO LÍQUIDO DE 20 (VINTE) A 25 (VINTE E CINCO) GRAMAS.CODIGO CATMAT/462652	2,10	840,00
64	40,00	quilograma	PIMENTÃO COR VERDE, IN NATURA: APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO.CODIGO CATMAT/463809	10,50	420,00
71	300,00	unidade	PREPARO LIQUIDO CONCENTRADO PARA REFRESCO 500ML, EMBALAGEM PRIMARIA EM GARRAFA PLÁSTICA, ATÓXICA TRANSPARENTE, RESISTENTE, SEM AÇÚCAR, CONTENDO POLPA E ÁGUA. SABORES A SER DEFINIDO PELO REQUISITANTE, CONSERVANTES E ACIDULANTES PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO, COM RENDIMENTO MÍNIMO 5 LITROS, ISENTO DE AROMAS ARTIFICIAIS. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. CÓDIGO CATMAT/438784	13,00	3.900,00
72	100,00	quilograma	QUEIJO MINAS FRESCAL: DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM BORDAS RETAS CONSISTÊNCIA MACIA COR INTERNA BRANCO-CREME, OBTIDO DE LEITE PASTEURIZADO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO LIMPO, NÃO VIOLADO RESISTENTE OU MATERIAL COMPATÍVEL, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO COM RÓTULO IMPRESSO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/SLF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO. VALIDADE MÍNIMA DE 10 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. CODIGO CATMAT/446660 .	39,50	3.950,00
81	500,00	unidade	SUCO DE CAIXINHA 330ML SABORES A SER DEFINIDO PELO SOLICITANTE. CONTENDO: POLPA DE FRUTA, ÁGUA, AÇÚCAR E AROMAS NATURAIS. SEM CONSERVANTES E SEM CORANTES.VALIDADE 03 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.CODIGO CATMAT442823	4,30	2.150,00
82	30,00	quilograma	TOMATE IN NATURA: APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO EM ATÉ 05 DIAS EM AR AMBIENTE.CODIGO CATMAT/463806	7,00	210,00
Valor Total: R$ 104.815,80 (cento e quatro mil e oitocentos e quinze reais e oitenta centavos).					

GERALDO PEREIRA FILHO
05.874.972/0001-29

Item	Qtde.	Und.	Material/Serviço	Preço Unit. R$	Total R$
2	5,00	caixa	AÇAÍ TRADICIONAL SEM AÇÚCAR CONGELADO: PRODUTO EXTRAÍDO DA PARTE COMESTÍVEL DO FRUTO DO AÇAIZEIRO, APÓS AMOLECIMENTO ATRAVÉS DE PROCESSOS TECNOLÓGICOS ADEQUADOS. INGREDIENTES: AÇAÍ, GUARANÁ, EDULCORANTES ACESSULFAME DE POTÁSSIO E SUCRALOSE. NÃO PODERÁ CONTER GORDURA TRANS E CORANTES ARTIFICIAIS. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADA E RESISTENTE COM ABAS SUPERIORES E INFERIORES LACRADAS COM FITA ADESIVA. CAIXA COM 10 LITROS CODIGO CATMAT/464348	160,00	800,00
5	50,00	pacote	AMENDOIM TORRADO E MOIDO, PACOTES 500G TIPO 1. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA..CODIGO CATMAT/477858	12,00	600,00
6	40,00	quilograma	APRESUNTADO FATIADO: PRODUTO CÁRNEO INDUSTRIALIZADO: CARNE SUÍNA, ÁGUA, PROTEÍNA DE SOJA, SAL, AMIDO, AÇÚCAR, ESTABILIZANTE: TRIPOLIFOSFATO DE SÓDIO, ESPESSANTE: CARRAGENA, REALÇADOR DE SABOR: GLUTAMATO MONOSSÓDICO, AROMATIZANTE: VALIDADE DE NO MÍNIMO 05 DIAS APÓS A ENTREGA..CODIGO CATMAT/447764	22,00	880,00
7	60,00	quilograma	BACON DEFUMADO, ISENTO DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS QUE SEJAM IMPROPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS). DEVERÁ SER ACONDICIONADA EM EMBALAGENS PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO A VÁCUO, ATÓXICO TRANSPARENTE. PACOTES DEVIDAMENTE SELADA, COM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, VALIDADE DE NO MÍNIMO 03 MESES A PARTIR DA ENTREGA.CODIGO CATMAT/447666	40,00	2.400,00
8	27,00	caixa	BALA DE GOMA TUBO (TIPO JUJUBA) SABOR FRUTAS SORTIDAS. CAIXA CONTENDO 30 TUBOS COM NO MÍNIMO 32G. EMBALAGEM NÃO VIOLADA, CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO,	16,30	440,10

			PROCEDÊNCIA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. LOTE, DATAS DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO. VALIDADE MÍNIMA DE 03 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.CODIGO CATMAT/343491		
12	10,00	caixa	BISCOITO DOCE TIPO MARIA OU MAISENA, CAIXA COM NO MÍNIMO 1,5KG COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: FARINHA DE TRIGO FORTIFICADO COM FERRO ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, AMIDO, SAL, ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA, FERMENTOS QUÍMICOS, ÁCIDO LÁCTICO E AROMATIZANTE. VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES CONTADOS A PARTIR DO RECEBIMENTO DO PRODUTO. COM VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA. CODIGO CATMAT/232144	18,00	180,00
13	20,00	caixa	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA, CAIXA COM NO MÍNIMO 1,5KG. SABOR COCO OU LEITE OBTIDO PELA MISTURA DE FARINHA, AMIDO E/OU FÉCULA(S) COM OUTROS INGREDIENTES, SUBMETIDOS A PROCESSOS DE AMASSAMENTO E COCÇÃO, FERMENTADOS OU NÃO. COM VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA.CATMAT/617795	18,00	360,00
14	10,00	caixa	BISCOITO TIPO CREAM CRACKER CAIXA COM NO MÍNIMO 1,5KG: OBTIDO PELA MISTURA DE FARINHA(S), AMIDO(S) E OU FÉCULAS COM OUTROS INGREDIENTES SUBMETIDOS A PROCESSOS DE AMASSAMENTO E COCÇÃO, FERMENTADOS OU NÃO. COM VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA.CATMAT/232236	18,50	185,00
15	50,00	pacote	BOMBOM PACOTE COM NO MINIMO 750 G. INGREDIENTES: AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO A ÁCIDO FÓLICO, MASSA DE CACAU, GORDURA VEGETAL, AMENDOIM, SORO DE LEITE EM PÓ, FARINHA DE SOJA, GORDURA DE MANTEIGA DESIDRATADA, SAL, ÓLEO VEGETAL, CACAU, CASTANHA DE CAJU, EMULSIFICANTES: LECITINA DE SOJA E POLIGLICEROL POLIRRICINOLEATO, FERMENTO QUÍMICO BICARBONATO DE SÓDIO E AROMATIZANTE. CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM PLÁSTICA, NÃO VIOLADA, CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, DATAS DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.CODIGO CATMAT/464002	50,50	2.525,00
21	30,00	quilograma	CEBOLA DE PRIMEIRA, BRANCA: APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO.CATMAT/463784	5,20	156,00
22	30,00	quilograma	CENOURA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. CODIGO CATMAT/463773	6,30	189,00
23	75,00	caixa	CHOCOLATE DE WAFER RECHEADO: CAIXA DE 126 GRAMAS, WAFER CROCANTE, RECHEADO, COM COBERTURA DE CHOCOLATE. EMBALAGEM NÃO VIOLADA, CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, DATAS DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. CODIGO CATMAT/474394	25,00	1.875,00
24	30,00	unidade	Chocolate em barra, ao leite. Embalagem de 01kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade. Prazo de validade mínimo de 06 meses a partir data de entrega. Código catmat/467309	75,00	2.250,00
25	30,00	unidade	CHOCOLATE EM BARRA, MEIO AMARGO. EMBALAGEM DE 01KG. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 06 MESES A PARTIR DATA DE ENTREGA.CODIGO CATMAT/467309	80,00	2.400,00
26	40,00	caixa	CHOCOLATE TIPO BASTÃO, CAIXA COM 480G: INGREDIENTES: AÇÚCAR, LEITE EM PÓ INTEGRAL, MANTEIGA DE CACAU, LIQUOR DE CACAU, GORDURA VEGETAL, EMULSIFICANTES LECITINA DE SOJA E POLIGLICEROL POLIRRICINOLEATO E AROMATIZANTE. EMBALAGEM NÃO VIOLADA, CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, DATAS DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. CODIGO CATMAT/467306	40,00	1.600,00
27	100,00	pacote	COCO RALADO PURO EM FLOCOS MÉDIOS, UMEDECIDO COM ADIÇÃO DE AÇÚCAR.EMBALAGEM CONTENDO 100G. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA.CODIGO CATMAT/421669	6,50	650,00
29	270,00	caixa	CREME DE LEITE PASTEURIZADO, EMBALAGEM DE 200 G . A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 6 MESES A PARTIR DATA DE ENTREGA.CODIGO CATMAT/446535	3,90	1.053,00
31	30,00	unidade	DOCE DE LEITE EMBALAGEM MÍNIMA DE 800G. PRODUZIDO COM LEITE INTEGRAL, AÇÚCAR E LACTOSE, E NO MÁXIMO 2 CONSERVANTES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DE PRODUTO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A PARTIR DATA DE ENTREGA. CODIGO CATMAT/462599	37,00	1.110,00
36	50,00	unidade	FERMENTO BIOLÓGICO INSTANTÂNEO EM EMBALAGEM DE 10 GRAMAS.VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. CODIGO CATMAT/481031	4,50	225,00
40	9,00	caixa	GOMA DE MASCAR: CHICLES DE BOLA, SABOR TUTTI FRUTTI, COM FIGURINHA (CAIXA COM 100 UNIDADES)CODIGO CATMAT 56189.	16,00	144,00
41	200,00	unidade	LEITE CONDENSADO EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 395 G. PRODUZIDO COM LEITE INTEGRAL, LEITE EM PÓ, AÇÚCAR E LACTOSE, VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO.CODIGO CATMAT/464014	7,50	1.500,00
42	70,00	unidade	LEITE DE COCO NATURAL, INTEGRAL E CONCENTRADO. EMBALAGEM DE 200 ML. ACONDICIONADO EM VIDROS CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO, QUANTIDADE DO PRODUTO E ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ANVISA E INMETRO. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DE 06 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO.CODIGO CATMAT/464011	4,00	280,00
44	1.500,00	unidade	LEITE INTEGRAL DE 1 L, HOMOGENEIZADO, QUE TENHA RECEBIDO TRATAMENTO TÉRMICO ESPECIAL UHT (ULTRA HIGH TEMPERATURE), AQUECIDO ATÉ 142 A145°. COMPOSTO DE LEITE INTEGRAL E ESTABILIZANTES. EMBALAGEM MULTIPLATINADA CARTONADA DE 1 LITRO, ASSÉPTICA, IMPERMEÁVEL AO AR, LUZ E GERMES, QUE POSSUA PERFEITA CONSERVAÇÃO DO SABOR E DAS QUALIDADES NUTRITIVAS, COM TAMPA DE ROSCA. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO. CODIGO CATMAT/445995	4,68	7.020,00
46	200,00	pacote	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, MASSA COM OVOS, Nº 8, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS. VALIDADE MÍNIMA DE 03 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA.CODIGO CATMAT/458955	6,90	1.380,00
47	200,00	pacote	MACARRÃO TIPO PARAFUSO, EMBALAGEM DE 1 KG: A BASE DE FARINHA, MASSA COM OVOS. VALIDADE MÍNIMA DE 03 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA.CODIGO CATMAT/458955	4,90	980,00
49	120,00	quilograma	MANDIOCA; TIPO BRANCA/AMARELA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, RAÍZES GRANDES, NO GRAU NORMAL DE EVOLUÇÃO NO TAMANHO, FRESCAS, COM CASCA, INTEIRAS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, NÃO FIBROSA E ISENTA DE UMIDADE.CODIGO CATMAT/463795	6,20	744,00
50	30,00	unidade	MARGARINA VEGETAL EXTRA CREMOSA, EMBALAGEM DE 500G COM. SAL. COM VALIDADE MÍNIMA DE 04 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA. CODIGO CATMAT/446617	7,90	237,00
52	50,00	pacote	MILHO DE PIPOCA 500 G: MILHO DE PIPOCA, DE 1º QUALIDADE, BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO DE 500 G, COM VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. CODIGO CATMAT/462122	3,40	170,00
53	80,00	unidade	MILHO VERDE EM CONSERVA, 280 G. INGREDIENTES: MILHO, ÁGUA, E SAL, SEM CONSERVANTES. EMBALAGEM INTACTA, RESISTENTE, VEDADA HERMETICAMENTE, PRAZO DE VALIDADE ESTAMPADO NA EMBALAGEM, VALIDADE NO MÍNIMO 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.CODIGO CATMAT/462832	4,90	392,00
55	70,00	pacote	MISTURA DE PÃO DE QUEIJO 1 KG. PRINCIPAIS INGREDIENTES AMIDO, POLVILHO AZEDO, GORDURA VEGETAL, SORO E LEITE. CODIGO CATMAT/456606	16,00	1.120,00
57	200,00	unidade	ÓLEO DE SOJA, EMBALAGEM DE 1 L. PRODUTO OBTIDO DO GRÃO DE SOJA QUE SOFREU PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO. LIQUIDO VISCOSO REFINADO. COM VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA.CODIGO CATMAT/416665	7,65	1.530,00
60	80,00	pacote	PÃO DE FORMA, PACOTE COM 500 GRAMAS, EMBALADOS EM PLÁSTICO ATÓXICO. EMBALADOS EM PLÁSTICO ATÓXICO, MASSA NÃO QUEBRADIÇA, CONSISTENTE, SEDOSO E MACIO, COMPOSIÇÃO MINIMA DA MASSA: FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, ÁGUA, FERMENTO BIOLOGICO, ANTIMOFO E SAL. COM VALIDADE MÍNIMA DE 07 DIAS, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. CODIGO CATMAT/480303	9,00	720,00

65	15,00	fardo	Pipoca de milho 40 g: ingredientes: milho canjica e açúcar. Não contém glúten, validade mínima de 90 dias. Fardo com 40 pacotes. Código catmat/374948	25,00	375,00
66	20,00	pacote	PIRULITO DE IOGURTE MASTIGÁVEL, PACOTE COM 50 UNIDADES. SABOR ARTIFICIAL DE IOGURTE: INGREDIENTES: AÇÚCAR, XAROPE DE GLICOSE, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, ACIDULANTE ACIDO CÍTRICO, ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA. NÃO CONTEM GLUTEM. (PESO MÉDIO DA UNIDADE: 10 G).CODIGO CATMAT/474414	16,50	330,00
67	10,00	pacote	PIRULITO: PACOTE DE 700 G EM FORMATO DE BOLA, DURO RECHEADO COM RECHEIO DE CHICLETE SORTIDO. INGREDIENTES: AÇÚCAR, XAROPE DE GLICOSE, GOMA BASE, ÓLEO VEGETAL, ESTABILIZANTE: LECITINA DE SOJA, UMECTANTE: GLICERINA, CORANTES: ESSÊNCIA DE DIVERSAS FRUTAS AROMATIZANTE. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES.CODIGO CATMAT/483634	13,50	135,00
70	120,00	unidade	PREPARADO SÓLIDO PARA REFRESCO PESO MINIMO DE 15 G, COM RENDIMENTO PARA DOIS LITROS, SABOR A SER DEFINIDO PELO REQUISITANTE, BAIXA CALORIA, ADOÇADO: AÇÚCAR, CORANTES E AROMATIZANTES NATURAIS; ACIDO ASCÓRBICO. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA ENTREGA. CODIGO CATMAT/396125	2,20	264,00
73	60,00	quilograma	QUEIJO MUSSARELA FATIADO, PRODUTO ELABORADO COM LEITE DE VACA, COM ASPECTO DE MASSA SEMI-DURA, CREME HOMOGÊNEA, CHEIRO PRÓPRIO, SABOR SUAVE, LEVEMENTE SALGADO. EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. VALIDADE MÍNIMA DE 05 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.CODIGO CATMAT/446636	44,00	2.640,00
74	500,00	unidade	REFRIGERANTE 02 LITROS: PRIMEIRA QUALIDADE NOS SABORES: LARANJA, GUARANÁ E COLA.CÓDIGO CATMAT/305351	8,00	4.000,00
75	40,00	pacote	SAL REFINADO IODADO, EMBALAGEM 01 KG: PARA CONSUMO DOMÉSTICO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.CODIGO CATMAT/461092	1,70	68,00
76	20,00	quilograma	SALSICHA: TIPO HOT DOG, DE CARNE BOVINA E/OU SUÍNA, (IDENTIFICADO, DATA DA EMBALAGEM, REGISTRO DO PRODUTO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE).CODIGO CATMAT/615352	12,90	258,00
77	30,00	unidade	SARDINHA COM ÓLEO, LATA 250 G. INGREDIENTES: SARDINHA, LIQUIDO DE CONSTITUIÇÃO (AO PRÓPRIO SUCO), ÓLEO COMESTÍVEL, ÁGUA E SAL. LIVRE DE GLUTAMATO, CONSERVANTES E CORANTES. CODIGO CATMAT/449006	8,70	261,00
78	50,00	unidade	SORVETE POTE DE 100 ML, FABRICADO COM LEITE PASTEURIZADO TIPO C, LEITE EM PÓ DESNATADO, ADOÇANTE, AROMA LIQUIDO SELECTA, LIGA NEUTRA, EMULSIFICANTE, SABOR A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE. EMBALAGEM EM POTE DESCARTÁVEL DE 100 ML COM TAMPA PRÓPRIA, CONTENDO INFORMAÇÕES SOBRE O FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALOR NUTRICIONAL E PRAZO DE VALIDADE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. VALIDADE 03 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.CODIGO CATMAT/462770	5,50	275,00
79	450,00	unidade	SORVETE POTE DE 100 ML, FABRICADO COM LEITE PASTEURIZADO TIPO C, LEITE EM PÓ INTEGRAL, AÇÚCAR CRISTAL, LIGA NEUTRA, EMULSIFICANTE, GLUCOSE PÓ. SABORES A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE. EMBALAGEM EM POTE DESCARTÁVEL DE 100 ML COM TAMPA PRÓPRIA, CONTENDO INFORMAÇÕES SOBRE O FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALOR NUTRICIONAL E PRAZO DE VALIDADE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. VALIDADE 03 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.CODIGO CATMAT/462772	5,50	2.475,00
84	50,00	unidade	UVA VITÓRIA, SEM SEMENTE, DE BOA QUALIDADE. BANDEJA/PACOTE COM PESO MÍNIMO DE 500 G). COM GRAU DE AMADURECIMENTO QUE PERMITA O TRANSPORTE, MANIPULAÇÃO E CONSERVAÇÃO ADEQUADA PARA O CONSUMO EM ATE TRÊS DIAS .CODIGO CATMAT/464441	9,50	475,00
Valor Total: R$ 47.651,10 (quarenta e sete mil e seiscentos e cinquenta e um reais e dez centavos).					

JVX COMERCIAL LTDA
33524142000107

Item	Qtde.	Und.	Material/Serviço	Preço Unit.	Total
30	20,00	caixa	DOCE CORAÇÃO NAPOLITANA OU BICOLOR. PASTA SABOR CHOCOLATE E SABOR ARTIFICIAL DE LEITE, AVELÃ E MORANGO. CAIXINHA CONTENDO 48 UNIDADE. ROTULAGEM CONTENDO NO MINIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: DENOMINAÇÃO DO PRODUTO, INGREDIENTES, TABELA NUTRICIONAL, PRAZO DE VALIDADE, PESO, LOTE E FABRICANTE. PRODUTO COM VALIDADE MINIMA DE 06 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA. CODIGO CATMAT/463534	18,50	370,00
38	25,00	pacote	GELADINHO SABORES SORTIDOS, 55ML CADA,PACOTE COM 40 UNIDADES, GEL DE FRUTAS.CODIGO CATMAT/622296	14,50	362,50
54	75,00	caixa	MINI BOLINHO, CAIXA COM 16 UNIDADES. PESO MÍNIMO 40G POR UNIDADE: BOLO ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS, RECHEADO COM CHOCOLATE. VALIDADE MÍNIMA DE 03 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA.CODIGO CATMAT/465633	31,50	2.362,50
63	450,00	unidade	PICOLÉ MÍNIMO PESO MÍNIMO 50 G: PICOLÉ A BASE DE LEITE, SABORES VARIADOS (ABACAXI, AÇAÍ, AMENDOIM, MARACUJÁ, CHOCOLATE, CHOCOLATE BRANCO, COCO, CREME, LEITE CONDENSADO, LIMÃO, MORANDO, MILHO VERDE, UVA) A SER DEFINIDO PELO REQUISITANTE, SEM GORDURA TRANS COM FRUTAS FRESCAS. EM EMBALAGEM PLÁSTICA.CODIGO CATMAT 151063	4,20	1.890,00
68	18,00	pote	Pirulito Psicodélico com 7 cm de diâmetro. Ingredientes: Açúcar, xarope de glucose, acidulante ácido cítrico, aroma artificial de tutti-frutti e corantes artificiais, com cores vibrantes. Pote com 30 unidades Código catmat/ 483634	23,50	423,00
83	10,00	unidade	UVA PASSA DESIDRATADA, PACOTE 1KG: SEM SEMENTE, LIVRE DE FUNGOS; EMBALAGEM HERMETICAMENTE FECHADA E ROTULADA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. CODIGO CATMAT 464883	31,50	315,00
Valor Total: R$ 5.723,00 (cinco mil e setecentos e vinte e três reais).					

Santo Antônio do Itambé/MG, 15 de janeiro de 2026.

MATEUS DO NASCIMENTO
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Jéssica Hellen da Lomba Figueiredo
Código Identificador:30900D5D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE PROPOSTA ADICIONAIS(EQUIPAMENTOS DE LABORATORIO DE CIÊNCIAS)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO (CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA)
AVISO DE OBTENÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS
ART. 75, § 3 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO-MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 22.679.153/0001-40, com sede administrativa na Avenida Montes Claros, nº 243, Centro, neste Município, Estado de Minas Gerais, neste ato solicitado pela secretaria de educação, nos termos do art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público o interesse na aquisição do seguinte objeto:

1- **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS DE CIÊNCIA (FÍSICA, QUÍMICA, BIOLOGIA E CIÊNCIAS DA NATUREZA). A SEREM DESTINADOS AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO BÁSICO. VISANDO EM ATEDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO-MG.**

2- A manifestação de interesse para orçamento deverá ser enviada para o e-mail: compras@saofrancisco.mg.gov.br, até o dia 04 de março de 2026.

3- Não havendo Proposta Comercial Adicionais no prazo acima mencionado, o procedimento dará sequência com os orçamentos já coletado pelo município, julgado pela proposta mais vantajosa.

4- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA – A empresa interessada deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento dos seguintes campos: proposta timbrada, com valor unitário, valor total, validade da proposta mínima de 30 dias, proposta carimbada, datada e assinada.

PLANILHA DE ORÇAMENTO
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
FONE:
ENDEREÇO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	BANQUETAS ALTAS- DIMENSãO CATáLOGO 47,5LX50,5PX71/110A CM,	UNIDADE	24	R$	R$
2	EXTINTOR DE INCENDIO (CLASSE ABC) EXTINTOR PÓ 6KG ABC	KIT	8	R$	R$
3	KIT DE PRIMEIROS SOCORROS- KIT DE PRIMEIROS SOCORROS PORTÁTIL, 184 PEÇAS, BOLSA VERMELHA PARA EMERGÊNCIAS, CAMPING E ATIVIDADES AO AR LIVRE, KIT DE SOBREVIVÊNCIA DE PRIMEIROS SOCORROS TÁTICO, CONJUNTO COMPLETO MOLLE.	UNIDADE	8	R$	R$
4	TUBOS DE ENSAIO LABORATORIAIS- NKIT 12 TUBOS DE ENSAIO VIDRO 18X180MM + ESTANTE P/ 12 TUBOS.	KIT	16	R$	R$
5	SUPORTE PARA TUBOS DE ENSAIO- SUPORTE 24 TUBOS DE COLETA - MODELO 1	TUBO	16	R$	R$
6	KIT BECKER BEQUER VIDRO GRADUADO 100, 250, 500 E 1000ML	KIT	16	R$	R$
7	KIT COM 3 FRASCOS ERLENMEYER DE VIDRO BOCA ESTREITA - DROP GLASS | 1000 ML, 500 ML E 250 ML	KIT	16	R$	R$
8	KIT PROVETA DE VIDRO GRADUADA 50ML, 100ML E 250ML, EM VIDRO BOROSILICATO 3.3	KIT	16	R$	R$
9	FUNIL ANALÍTICO LISO HASTE CURTA ÂNGULO 60° - VIDRO BORO 3.3 - 125 ML / 100 MM DE DIÂMETRO	UNIDADE	32	R$	R$
10	BASTõES DE VIDROS – BASTãO AGITADOR VIDRO BORO 3.3 6X300MM LABORATóRIO DROP.	UNIDADE	32	R$	R$
11	PINÇA METALICAS- PINçA PARA TUBO DE ENSAIO EM AçO INOX	UNIDADE	24	R$	R$
12	CONTA-GOTAS-CONTA-GOTAS DE VIDRO DE LABORATóRIO CONTA- GOTAS DE VIDRO CALIBRADO PIPETAS CONTA-GOTAS DE ÓLEO ESSENCIAL CONTA-GOTAS DE PONTA RETA TURPORKEN MARINADO ESCALA.	FRASCO	32	R$	R$
13	TERMOMETRO DE ALCOOL- TERMÔMETRO QUIMICO ESCALA INTERNA DIVISAO -10+601C 200MM INCOTERM 5020.	UNIDADE	32	R$	R$
14	BALANÇA ELETRÔNICA CIENTÍFICA PARA LABORATÓRIOS 20KG 0,1G EM MATERIAL ABS E PLACA DE PESAGEM DE AÇO INOXIDÁVEL DE 180 X 180 MM/7 X 7 POLEGADAS.	UNIDADE	32	R$	R$
15	PAQUIMETRO-PAQUíMETRO DIGITAL DE AçO INOX COM ESTOJO 150 MM BATERIA DE 1,5 V, TIPO SR44	UNIDADE	24	R$	R$
16	TIRAS DE PH-TIRAS DE TESTE DE PH, 5 PACOTES DE 400 TIRAS DE PAPEL DE TESTE DE PH	PACOTE	40	R$	R$
17	MICROSCÓPIO BIOLÓGICO MONOCULAR DI-521M, LED 1000X COR BRANCO, VOLTAGEM 127/220, 4 OBJETIVAS (4X, 10X, 40X E 100X - ÓLEO DE IMERSÃO), OFERECENDO AUMENTOS DE ATÉ 2000X (COM OCULAR OPCIONAL DE 20X	UNIDADE	8	R$	R$
18	LUPA 100MM AUMENTO GRANDE 5X LENTE MANUAL LEITURA ESTETICA LENTES DE VIDRO CRYSTAL GLASS PARA TRANSPARÊNCIA E NITIDEZ SUPERIORES. - CABO EM PVC DE ALTA QUALIDADE E ESTRUTURA DE METAL.	UNIDADE	24	R$	R$
19	CAIXA DE LAMÍNULA PARA LABORATÓRIO 24X60MM 100 UNIDADES CAIXA DE LAMÍNULA PARA LABORATÓRIO 24X60MM 100 UNIDADES POR CAIXA VIDRO FINO, POLIDO E DE ALTA TRANSPARÊNCIA PROPRIEDADES ÓTICAS IDEAIS ESPESSURA 0,13 A 0,16 MM EMBALADA A VÁCUO COM DESSECANTE E ESPUMA CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	32	R$	R$
20	KIT CORANTE PAN óPTICO COLORAçãO RáPIDO 3UN 500ML .	KIT	100	R$	R$
21	KIT DE MODELOS ANATÔMICOS CORPO HUMANO MODELO DE CORPO HUMANO DE 11 POLEGADAS, MODELO DE ANATOMIA INTERATIVO COM 14 ÓRGÃOS DESTACÁVEIS, FERRAMENTAS DE ESTUDO DE ANATOMIA E FISIOLOGIA DE PVC PARA ESTUDANTES DE MEDICINA.	KIT	32	R$	R$
22	KIT DE CIRCUITOS ELETRICOS SIMPLES PARA LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS FÍSICAS, KIT DE EXPERIMENTOS COM CIRCUITOS DE FÍSICA, CONJUNTO DE EXPERIMENTOS COM ELETRICIDADE PARA PRO.	KIT	100	R$	R$

Data do orçamento: ___/___/____

Validade da proposta: _____Dias

_____
Ass. do Responsável pelo Orçamento/Carimbo da empresa

São Francisco/MG, 27 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Clesia Aparecida Alves Ferreira
Código Identificador:6E40596A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS PONTAS

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DE 1º TERMO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE CONTRATUAL – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 011/2025 – PROCESSO N.º 030/2025 – CONTRATO N.º 038/2025.

Partes: Prefeitura Municipal de Três Pontas – MG e **Clínica S J TP Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o n. 71.388.789/0001-48. Objeto: O prazo de vigência contratual do presente termo será de 12 (doze) meses, com data inicial em **05/03/2026** e data final em **05/03/2027.** Em decorrência da prorrogação, e considerando as disposições da Cláusula Nona do instrumento contratual, o valor será reajustado, decorrente da aplicação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, conforme disposto no item 9.5 do Contrato, como relacionado abaixo:

LOTE 01 - CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA (OFTAMOLOGIA) PROCEDIMENTOS QUE COMPÕE UMA CONSULTA						
ITEM	**ESTIMADO MENSAL**	**UN**	**CÓDIGO**	**CÓDIGO SIGTAP**	**PROCEDIMENTOS**	**VALOR UNITÁRIO REAJUSTADO**
01	580	SV	78218	021106009	ESTESIOMETRIA	R$ 7,31
02			78203	021106010	FUNDOSCOPIA	R$ 7,31
03			10976	021106012	MAPEAMENTO DE RETINA	R$ 28,20
04			78220	021106015	POTENCIAL DE ACUIDADE VISUAL	R$ 7,31
05			78205	021106022	TESTE DE VISÃO DE CORES	R$ 7,31
06			78221	021106025	TONOMETRIA	R$ 7,31
07			78224	030101007	CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA	R$ 10,44

LOTE	**ESTIMADO MENSAL**	**UN**	**CÓDIGO**	**CÓDIGO SIGTAP**	**PROCEDIMENTOS**	**VALOR UNITÁRIO REAJUSTADO**
02	98	SV	78222	020502002	PAQUIMETRIA ULTRASONICA	R$ 15,47
03	98		78223	021106001	BIOMETRIA ULTRASSONICA (MONOCULAR)	R$ 25,32
04	30		78206	021106003	CAMPIMETRIA	R$ 41,78
05	34		78219	021106011	GONIOSPIA	R$ 7,04
06	30		78209	021116023	TESTE ORTÓPTICO	R$ 12,89
07	02		78208	021106024	TESTE P/ADAPTAÇÃO DE LENTE DE CONTATO	R$ 12,89
08	55		78210	030305002	EXERCÍCIOS ORTÓPTICOS	R$ 3,42
09	07		78202	040501006	EPILAÇÃO DE CÍLIOS	R$ 23,95
10	02		78211	040501007	EXERESE DE CALÁZIO DE OUTRAS PEQUENAS LESÕES	R$ 82,25
11	04		78212	040501016	SONDAGEM DE VIAS LACRIMAIS	R$ 23,95
12	04		78213	040504019	TRATAMENTO CIRURGICO DE XANTELASMA	R$ 121,59
13	03		78214	040505003	CAUTERIZAÇÃO DE CÓRNEA	R$ 19,99
14	04		78225	040505008	EXERESE DE TUMOR CONJUNTIVA	R$ 85,93
15	15		78216	040505025	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CÓRNEA	R$ 26,11
16	02		78215	040505029	SUTURA DE CONJUNTIVA	R$ 85,93
17	15		78217	040505036	TRATAMENTO CIRURGICO DE PTERÍGIO	R$ 218,86

Data: 26/02/2026.

Publicado por:
Leína de Oliveira Bessa Gomes
Código Identificador:C33F0ED1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TUPACIGUARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2025

TERMO ADITIVO
Prorrogação de vigência de contratos de fornecimento e/ou serviços contínuos
LEI FEDERAL Nº: 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

TERMO ADITIVO Nº 01/2026
Processo nº092/2024

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2025, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA, POR INTERMÉDIO DO SR. BRUNO RODRIGUES MACHADO E DROGAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

O MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA, inscrito no CNPJ: 18.260.489/0001-04, com Centro Administrativo, sito na Praça Antônio Alves de Faria, s/nº. Bairro Tiradentes, Tupaciguara/MG, CEP 38.480/000, representado pelo Sr. Secretário Municipal de Administração e Finanças **Bruno Rodrigues Machado,** brasileiro, casado, inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o nº. 032.392.606-11 doravante denominado **CONTRATANTE**, e **DROGAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 36.941.956/0001-35, situada na av. Acre, nº1444, Bairro Centro, Santa Vitória/MG, representado por sua representante legal **Samara Pinheiro Santos e Queiroz**, portadora do CPF: 089.631.386-74, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº: 092/2024e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de prorrogação do prazo de vigência contratual**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – JUSTIFICATIVA
Conforme justificado pela secretaria requisitante, a execução do contrato consiste em fornecimento continuo de dietas enterais industrializadas, suplementos e complementos nutricionais. A relevância do contrato está diretamente relacionada à continuidade e à qualidade do serviços de saúde prestados pelo Município, já que os produtos adquiridos são essenciais para o tratamento e a recuperação de pacientes acamados, idosos, pessoas com doenças crônicas, pacientes em acompanhamento domiciliar e demais usuários que dependem de nutrição enteral ou suplementação para a manutenção da vida e da saúde.

Dessa forma demonstra-se que a manutenção do presente contrato mostra-se imprescindível para assegurar a continuidade do atendimento humanizado, integral e eficiente, em consonância com os princípios do SUS, garantindo o direito fundamental à saúde, bem como o cumprimento das responsabilidades legais e institucionais da secretaria municipal de saúde de Tupaciguara/MG.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO (art. 104, I; 124, 125 e 130)
O presente termo aditivo tem por objeto a(s) seguinte(s) alteração(ões) contratual(is):

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 041/2025 por mais 12 (doze) meses, a partir de 27 de fevereiro de 2026 até 27 de fevereiro de 2027, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO
3.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela execução do objeto deste contrato o valor global de R$122.800,00 (cento e vinte e dois mil e oitocentos reais), conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.R$	VALOR TOTAL.R$
1	FORMULA INFANTIL A BASE DE PROTEINA ISOLADA DE SOJA, ADICIONADA DE LMETIONINA INDICADA PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES. CARBOIDRATO 100 MALTODEXTRINA, COM DHAE ARA. EM PO, ACONDICIONADO EM LATA DE 800 GRAMAS. MARCA REFERENCIA APTAMIL SOJA.	LA	600	57,50	34.500,00
2	SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PO, PARA CRIANCAS DE 03 A 10 ANOS DE IDADE. SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PO VIA ORAL OU ENTERAL. NUTRICIONALMENTE COMPLETO E BALANCEADO, SEMGLUTEN, COM ALTO TEOR DE ENERGIA, SENDO RICO EM VITAMINAS E CALORIAS, COM APROXIMADAMENTE 1.5 KCAL/ML, ISENTO DE LACTOSE, SEM SABOR. LATA COM APROXIMADAMENTE 400 GRAMAS. REFERENCIA FORTINI PLUS	LA	2.000	44,15	83.300,00

3.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
Nº 02.05.02.10.301.0003.2.03334.3.3.90.32 – Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita, ficha de nº 237, fonte de recurso 01.0500.0000.0000 (CO1002), 01.0600.0000.0000 e 01.0621.0000.0000.
4.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA – RATIFICAÇÃO
5.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO
6.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011.

BRUNO RODRIGUES MACHADO
Secretário Municipal De Administração E Finanças

Publicado por:
Gustavo Henrique de Oliveira Santos
Código Identificador:FC7E7076

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2025

TERMO ADITIVO
Prorrogação de vigência de contratos de fornecimento e/ou serviços contínuos
LEI FEDERAL Nº: 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

TERMO ADITIVO Nº 01/2026
Processo nº092/2024

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2025, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA, POR INTERMÉDIO DO SR. BRUNO RODRIGUES MACHADO E CREATIVE COMERCIO VAREJISTA LTDA.

O MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA, inscrito no CNPJ: 18.260.489/0001-04, com Centro Administrativo, sito na Praça Antônio Alves de Faria, s/nº. Bairro Tiradentes, Tupaciguara/MG, CEP 38.480/000, representado pelo Sr. Secretário Municipal de Administração e Finanças **Bruno Rodrigues Machado,** brasileiro, casado, inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o nº. 032.392.606-11 doravante denominado **CONTRATANTE**, e **CREATIVE COMERCIO VAREJISTA LTDA**, inscrita no CNPJ: 44.838.265/0001-39, situada na rua Maranhão, nº: 288, Bairro Vila Belo Horizonte, Divinópolis/MG, representado por seu representante legal Kaio Cesar Siqueira Correa , portador do CPF: 124.291.796-95, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº: 092/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de prorrogação do prazo de vigência contratual**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – JUSTIFICATIVA

Conforme justificado pela secretaria requisitante, a execução do contrato consiste em fornecimento continuo de dietas enterais industrializadas, suplementos e complementos nutricionais. A relevância do contrato está diretamente relacionada à continuidade e à qualidade do serviços de saúde prestados pelo Município, já que os produtos adquiridos são essenciais para o tratamento e a recuperação de pacientes acamados, idosos, pessoas com doenças crônicas, pacientes em acompanhamento domiciliar e demais usuários que dependem de nutrição enteral ou suplementação para a manutenção da vida e da saúde.
Dessa forma demonstra-se que a manutenção do presente contrato mostra-se imprescindível para assegurar a continuidade do atendimento humanizado, integral e eficiente, em consonância com os princípios do SUS, garantindo o direito fundamental à saúde, bem como o cumprimento das responsabilidades legais e institucionais da secretaria municipal de saúde de Tupaciguara/MG.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO (art. 104, I; 124, 125 e 130)
O presente termo aditivo tem por objeto a(s) seguinte(s) alteração(ões) contratual(is):

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 043/2025 por mais 12 (doze) meses, a partir de 27 de fevereiro de 2026 até 27 de fevereiro de 2027, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO
3.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela execução do objeto deste contrato o valor global de R$82.050,00 (oitenta e dois mil e cinquenta reais), conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.R$	VALOR TOTAL.R$
1	ISOSOURCE 1.5SUPLEMENTO ALIMENTAR COMPOSTO POR UMA FORMULA LIQUIDA DE 1 LITRO,HIPERCALORICA E NUTRICIONALMENTE COMPLETA, CAPAZ DE SATISFAZER AS NECESSIDADESNUTRICIONAIS DE PACIENTES COM USO DE NUTRICAO ORALE ENTERAL, HIPERCALORICA, SEMSACAROSE, SEM LACTOSE, SEM GLUTEN, DIETA POR SONDA, DESNUTRICAO, MAIOR NECESSIDADECALORICA, DIETA COM MAIS CALORIAS, DIETA PARA GANHO DE PES, DIETA LIQUIDA, DIETADOMICILIAR. AGUA DEIONIZADA, MALTODEXTRINA, CASEINATO DE SODIO, OLEO DE CANOLA,TRIGLICERIDEOS DE CADEIA MEDI, CASEINATO DE CALCIO, OLEO DE SOJA, FIBRA DE SOJA, GOMA GUAR PARCIALMENTE HIDROLISADA, CITRATO DE POTASSIO, FOSFATO TRICALCICO, BITARTARATODE COLINA, CITRATO DE SODIO, OXIDO DE MAGNESIO, VITAMINA C, BETA CAROTENO, TAURINA, VITAMINA E, SULFATO DE ZINCO, SULFATO FERROSO, NIACINAMIDA, PANTOTENATO DE CALCIO, BIOTINA, VITAMINA A, GLUCONATO DE COBRE, VITAMINA K, SULFATODEMANGANES, VITAMINA B6, VITAMINA D, VITAMINA B1, VITAMINA B2, IODETODE POTASSIO,SELENITO DE SODIO, VITAMINA B12, ACIDO FOLICO, ACETATO CROMICO, MOLIBDATO DE SODIO,ANTIESPUMANTESMONO E DIGLICERIDEOS DE ACIDOS GRAXOS, AROMATIZANTES, ESTABILIZANTE, LECITINA DE SOJA, CORANTE NATURAL URUCUM. ISENTO DE LACTOSE, SACAROSE, GLUTEN.	LT	3.000	27,35	82.050,00

3.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
Nº 02.05.02.10.301.0003.2.03334.3.3.90.32 – Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita, ficha de nº 237, fonte de recurso 01.0500.0000.0000 (CO1002), 01.0600.0000.0000 e 01.0621.0000.0000.
4.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA – RATIFICAÇÃO
5.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO
6.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011.

BRUNO RODRIGUES MACHADO
Secretário Municipal De Administração E Finanças

Publicado por:
Gustavo Henrique de Oliveira Santos
Código Identificador:1AE69F8A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MARIA DA FÉ
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 002/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ/MG com sede na Praça Getúlio Vargas, nº60, bairro Centro, na cidade de Maria da Fé/MG., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 18.025.957/001-58, neste ato representado(a) pelo(a) Sr. **Adilson dos Santos**, portador da matrícula funcional nº C 2382, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 006/2026, processo administrativo n.º022/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na

Lei nº 14.133, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto Registro de Preços para aquisição de Combustível automotivo: Diesel Comum S-500, Diesel S-10, Gasolina e Alcool comuns, para atendimento à frota de Veículos de todas as Secretarias Municipais.

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

O Edital da Licitação;

A Proposta do contratado;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

AUTO POSTO DAVI LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º08.303.599/0001-44,

sediada na Av. Sagrados Corações, nº 395, bairro Centro, na cidade de Maria da Fé/MG,

Representada pelo **Sr. Carlos Eduardo de Paula Santos, CPF nº 469.826.806-06**

LOTE	Descrição	Marca	Unid.	Qtd.	Vlr Unit.	Vlr Desc.	Vlr Total
1	ETANOL COMUM ETANOL COMUM	PETROBRAS VIBRA	LT	16.000,0000	4,37	-	69.920,00
2	DIESEL COMUM S-500 DIESEL COMUM S-500	PETROBRAS VIBRA	LT	55.000,0000	5,88	-	323.400,00
3	DIESEL S-10 COMBUSTÍVEL DIESEL S-10	PETROBRAS VIBRA	LT	43.200,0000	5,83	-	2.518.560,00

VALIDADE DA ATA E LOCAL DE ENTREGA

A validade da Ata de Registro de Preços será de *12 (doze) meses*, a partir do dia 27 de fevereiro de 2026 a 27de fevereiro de 2027.

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3.3. O fornecimento será executado de acordo com as necessidades da frota de veículos da CONTRATANTE;

3.4. O fornecimento será efetuado nos seguintes dias e horários: de segunda a domingo, durante 24h, no estabelecimento da empresa contratada.

Só deverão ser fornecidos os combustíveis com requisições emitidas pela Prefeitura, devidamente assinadas pelos funcionários competentes e também pelo motorista do veículo, as NF's emitidas sem cupons e sem requisições de abastecimento do departamento competente, não serão aceitas e nem serão pagas.

No ato do abastecimento o frentista da empresa CONTRATADA deverá imediatamente anexar o Cupom fiscal junto a requisição do combustível, para posterior emissão das respectivas notas fiscais, as quais serão encaminhadas à Prefeitura Municipal, semanalmente.

A aquisição do objeto licitado será de forma parcelada/fracionada, e a entrega será no próprio estabelecimento/posto de combustível de propriedade da empresa licitante vencedora, a qual deverá estar sediada na zona urbana do Município de Maria da Fé, visando o princípio da economicidade, proporcionalidade, para atender ao abastecimento diário da frota de veículos desta Prefeitura Municipal, mediante autorização de fornecimento devidamente assinada pelos setores responsáveis

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA - PREÇO

6.1 O valor total da contratação é de R$ 2.911.880,00 (dois milhões e novecentos e onze mil e oitocentos e oitenta reais).

6.1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7. CLÁUSULA SETIMA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

O pagamento será efetuado após o fornecimento dos produtos/serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços, mediante emissão de Nota Fiscal pelo Fornecedor, em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias e/ou previdenciárias, devidamente certificada pelo setor competente deste Município, onde deverão constar os dados bancários referidos na proposta, e a tramitação do processo para instrução e liquidação, no prazo de até 10 (dez) dias uteis.

Emitir Nota Fiscal a cada serviço, que deverá ser entregue à unidade requisitante, para procedimentos de praxe, devendo constar os dados bancários da empresa e considerar como razão social da Prefeitura: Município de Maria da Fé;

8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE (art. 92, V)

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de *30 (trinta)*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
der causa à inexecução parcial do contrato;
der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
der causa à inexecução total do contrato;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Multa:
moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação	Fonte		Descrição
3.3.90.30.00.2.01.01.04.122.0003.2.0012	1.500.000	MANUTENÇ	O DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇ O
3.3.90.30.00.2.02.01.06.181 .0005.2.0016	1.500.000	MANUTENÇ	O DO CON NIO C/ POL CIA CIVIL
3.3.90.30.00.2.02.01 .06.181 .0005.2.0017	1.500.000	MANUTENÇ	O DO CONV NIO C/ POL CIA MILITAR
3.3.90.30.00.2.02.01.06.182.0005.2.0018	1 .500.000	MANUTENÇ	O DO PROGRAMA DE DEFESA CIVIL
3.3.90.30.00.2.04.01.20.609.0013.2.0027	1.500. 000	MANUTENÇ	O DA DEFESA SANIT RIA VEGETAL
3.3.90.30.00.2.06.01 .12.361 .0019.2.0036	1.500.000	MANUTENÇ	O DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.30.00.2.09.01.10.301 .0029.2.0051	1.621 .000	MANUTENÇAO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE P/ SAUDE	
3.3.90.30.00.2.09.01 .10.301 .0029.2.0053	1.621.000	MANUT. DO PROGRAMA DE SAUDE DA FAM LIA PSF/PACS	
3.3.90.30.00.2.09.01.10.305.0031.2.0060	1.600.000	MANUTENÇ O DO SERVIÇO DE EPIDEMIOLOGIA	
3.3.90.30.00.2.10.01.08.243.0033.2.0062	1.500.000	MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR E FMDCA	
3.3.90.30.00.2.1 1.01.15.451 .0035.2.0069	1.500.000	MANUT.DO SERV. DE ENGENHARIA, OBRAS E ALMOXARIFADO	
3.3.90.30.00.2.1 1.01.15.451 .0035.2.0071	1.500. 000	MANUTENÇ O DOS PARQUES E JARDINS	
3.3.90.30.00.2.1 1.01.15.452.0036.2.0073	1.500.000	MANUTENÇ ODO SERVIÇO DE ILUMINAÇ O PUBLICA	
3.3.90.30.00.2.11.01.15.452.0036.2.0074	1.500. 000	MANUTENÇ O DO SERVIÇO DE LIMPEZA PUBLICA	
3.3.90.30.00.2.11.01.26.782.0042.2.0079	1.500.000	MANUTENÇ O DO SERVIÇO DE ESTRADAS VICINAIS	
3.3.90.30.00.2.1 1 ,01.26.782.0042.2.0081	1.500. 000	MANUTENÇ O DO SERVIÇO DE TRANSPORTE RURAL	
3.3.90.30.00.2.12.01.08.244.0044.2.0085	1.660.000	MANUT. DO PROGRAMA BOLSA FAM LIA E CADASTRO UNICO	

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– FORO (art. 92, §1º)

Fica eleito o Foro da Comarca de Cristina, MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Maria da Fé/MG, 26 de fevereiro de 2026.

Órgão Gerenciador:
MUNICÍPIO DE MARIA DA FÉ/MG

Fornecedor:
AUTO POSTO DAVI LTDA

Testemunhas:

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

Publicado por:
Carlos Alberto Lemes
Código Identificador:8E3BA8F5

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MARIA DA FÉ
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 003/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ/MG com sede na Praça Getúlio Vargas, nº60, bairro Centro, na cidade de Maria da Fé/MG., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 18.025.957/001-58, neste ato representado(a) pelo(a) Sr. **Adilson dos Santos**, portador da matrícula funcional nº C 2382, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 006/2026, processo administrativo n.º022/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto Registro de Preços para aquisição de Combustível automotivo: Diesel Comum S-500, Diesel S-10, Gasolina e Alcool comuns, para atendimento à frota de Veículos de todas as Secretarias Municipais.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
AUTO POSTO PONTAL DA SERRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.891.330/0001-40,

sediada à Rodovia Maria da Fé/Itajubá, Km 02, na cidade de Maria da Fé/MG, neste ato representada pelo Sr**. Roberto Inacio de Menezes,** CPF sob o nº 280.596.547-72

LOTE	Descrição	Marca	Unid.	Qtd.	Vlr Unit.	Vlr Desc.	Vlr Total
4	GASOLINA COMUM	Shell -	LT	156.000,0000	5,79	-	903.240,00

VALIDADE DA ATA E LOCAL DE ENTREGA
A validade da Ata de Registro de Preços será de *12 (doze) meses*, a partir do dia 27 de fevereiro de 2026 a 27de fevereiro de 2027.
O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
3.3. O fornecimento será executado de acordo com as necessidades da frota de veículos da CONTRATANTE;
3.4. O fornecimento será efetuado nos seguintes dias e horários: de segunda a domingo, durante 24h, no estabelecimento da empresa contratada.
Só deverão ser fornecidos os combustíveis com requisições emitidas pela Prefeitura, devidamente assinadas pelos funcionários competentes e também pelo motorista do veículo, as NF's emitidas sem cupons e sem requisições de abastecimento do departamento competente, não serão aceitas e nem serão pagas.

No ato do abastecimento o frentista da empresa CONTRATADA deverá imediatamente anexar o Cupom fiscal junto a requisição do combustível, para posterior emissão das respectivas notas fiscais, as quais serão encaminhadas à Prefeitura Municipal, semanalmente.
A aquisição do objeto licitado será de forma parcelada/fracionada, e a entrega será no próprio estabelecimento/posto de combustível de propriedade da empresa licitante vencedora, a qual deverá estar sediada na zona urbana do Município de Maria da Fé, visando o princípio da economicidade, proporcionalidade, para atender ao abastecimento diário da frota de veículos desta Prefeitura Municipal, mediante autorização de fornecimento devidamente assinada pelos setores responsáveis

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA - PREÇO

6.1 O valor total da contratação é de R$ 2.911.880,00 (dois milhões e novecentos e onze mil e oitocentos e oitenta reais).
6.1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7. CLÁUSULA SETIMA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

O pagamento será efetuado após o fornecimento dos produtos/serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços, mediante emissão de Nota Fiscal pelo Fornecedor, em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias e/ou previdenciárias, devidamente certificada pelo setor competente deste Município, onde deverão constar os dados bancários referidos na proposta, e a tramitação do processo para instrução e liquidação, no prazo de até 10 (dez) dias uteis.
Emitir Nota Fiscal a cada serviço, que deverá ser entregue à unidade requisitante, para procedimentos de praxe, devendo constar os dados bancários da empresa e considerar como razão social da Prefeitura: Município de Maria da Fé;

8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE (art. 92, V)

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de *30 (trinta)*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
der causa à inexecução parcial do contrato;
der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
der causa à inexecução total do contrato;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação	Fonte		Descrição
3.3.90.30.00.2.01.01.04.122.0003.2.0012	1.500.000	MANUTENÇ	O DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇ O
3.3.90.30.00.2.02.01.06.181 .0005.2.0016	1.500.000	MANUTENÇ	O DO CON NIO C/ POL CIA CIVIL
3.3.90.30.00.2.02.01 .06.181 .0005.2.0017	1.500.000	MANUTENÇ	O DO CONV NIO C/ POL CIA MILITAR
3.3.90.30.00.2.02.01.06.182.0005.2.0018	1 .500.000	MANUTENÇ	O DO PROGRAMA DE DEFESA CIVIL
3.3.90.30.00.2.04.01.20.609.0013.2.0027	1.500. 000	MANUTENÇ	O DA DEFESA SANIT RIA VEGETAL
3.3.90.30.00.2.06.01 .12.361 .0019.2.0036	1.500.000	MANUTENÇ	O DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.30.00.2.09.01.10.301 .0029.2.0051	1.621 .000	MANUTENÇAO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE P/ SAUDE	
3.3.90.30.00.2.09.01 .10.301 .0029.2.0053	1.621.000	MANUT. DO PROGRAMA DE SAUDE DA FAM LIA PSF/PACS	
3.3.90.30.00.2.09.01.10.305.0031.2.0060	1.600.000	MANUTENÇ O DO SERVIÇO DE EPIDEMIOLOGIA	
3.3.90.30.00.2.10.01.08.243.0033.2.0062	1.500.000	MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR E FMDCA	
3.3.90.30.00.2.1 1.01.15.451 .0035.2.0069	1.500.000	MANUT.DO SERV. DE ENGENHARIA, OBRAS E ALMOXARIFADO	
3.3.90.30.00.2.1 1.01.15.451 .0035.2.0071	1.500. 000	MANUTENÇ O DOS PARQUES E JARDINS	
3.3.90.30.00.2.1 1.01.15.452.0036.2.0073	1.500.000	MANUTENÇ ODO SERVIÇO DE ILUMINAÇ O PUBLICA	
3.3.90.30.00.2.11.01.15.452.0036.2.0074	1.500. 000	MANUTENÇ O DO SERVIÇO DE LIMPEZA PUBLICA	
3.3.90.30.00.2.11.01.26.782.0042.2.0079	1.500.000	MANUTENÇ O DO SERVIÇO DE ESTRADAS VICINAIS	
3.3.90.30.00.2.1 1 ,01.26.782.0042.2.0081	1.500. 000	MANUTENÇ O DO SERVIÇO DE TRANSPORTE RURAL	
3.3.90.30.00.2.12.01.08.244.0044.2.0085	1.660.000	MANUT. DO PROGRAMA BOLSA FAM LIA E CADASTRO UNICO	

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– FORO (art. 92, §1º)

Fica eleito o Foro da Comarca de Cristina, MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Maria da Fé/MG, 26 de fevereiro de 2026.

Órgão Gerenciador:

_____
MUNICÍPIO DE MARIA DA FÉ/MG

Fornecedor:

_____
AUTO POSTO PONTAL DA SERRA LTDA

Testemunhas:

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

Publicado por:
Carlos Alberto Lemes
Código Identificador:19591BCB

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MARIA DA FÉ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº050/2026

O Município de Maria da Fé/MG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.025.957/001-58, com sede na Praça Getúlio Vargas, nº60, bairro Centro, na cidade de Maria da Fé/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Adilson dos Santos**, portador da matrícula funcional nº C 2382, inscrito no CPF n.º451.134326-87, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e, de outro lado **AUTO POSTO DAVI LTDA,** inscrita no CNPJ sob n.º08.303.599/0001-44, sediada na Av. Sagrados Corações, nº 395, bairro Centro, na cidade de Maria da Fé/MG, neste ato representada pelo Sr. **Carlos Eduardo de Paula Santos**, brasileiro, CPF nº 469.826.806-06, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, celebram este contrato, regido pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO

1.1. Este contrato é fundamentado no procedimento realizado pelo CONTRATANTE através do Processo nº0022/2026, Pregão Eletrônico nº006/2026, bem como pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, suas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis, inclusive os regulamentos editados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de Combustível automotivo: Diesel Comum S-500, Diesel S-10, Gasolina e Alcool comuns, para atendimento à frota de Veículos de todas as Secretarias Municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA

3.1. A entrega deverá ser imediata no próprio estabelecimento do licitante.
3.2. O objeto deverá executado de acordo com previsto no edital e na proposta vencedora da licitação.
3.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, tendo como prazo inicial dia 27 de fevereiro de 2026 e prazo final dia 27 de fevereiro de 2027.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO, PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

4.1. A CONTRATADA fará jus ao recebimento do valor correspondente R$ 2.911.880,00 (dois milhões e novecentos e onze mil e oitocentos e oitenta reais), conforme tabela abaixo:

Número	Descrição	Marca	Unid.	Qtd.	Vlr Unit.	Vlr Desc.	Vlr Total
1	ETANOL COMUM ETANOL COMUM	PETROBRAS VIBRA	LT	16.000,0000	4,37	-	69.920,00
2	DIESEL COMUM S-500 DIESEL COMUM S-500	PETROBRAS VIBRA	LT	55.000,0000	5,88	-	323.400,00
3	DIESEL S-10 COMBUSTÍVEL DIESEL S-10	PETROBRAS VIBRA	LT	43.200,0000	5,83	-	2.518.560,00

4.2. O fornecimento será executado de acordo com as necessidades da frota de veículos da CONTRATANTE;
4.3. O fornecimento será efetuado nos seguintes dias e horários: de segunda a domingo, durante 24h, no estabelecimento da empresa contratada.

4.4**. Só deverão ser fornecidos os combustíveis com requisições emitidas pela Prefeitura, devidamente assinadas pelos funcionários competentes e também pelo motorista do veículo, as NF's emitidas sem cupons e sem requisições de abastecimento do departamento competente, não serão aceitas e nem serão pagas.**
4.5. No ato do abastecimento o frentista da empresa CONTRATADA deverá imediatamente anexar o Cupom fiscal junto a requisição do combustível, para posterior emissão das respectivas notas fiscais, as quais serão encaminhadas à Prefeitura Municipal, semanalmente.
4.6. A aquisição do objeto licitado será de forma parcelada/fracionada, e a entrega será no próprio estabelecimento/posto de combustível de propriedade da empresa licitante vencedora, a qual deverá estar sediada na zona urbana do Município de Maria da Fé, visando o princípio da economicidade, proporcionalidade, para atender ao abastecimento diário da frota de veículos desta Prefeitura Municipal, mediante autorização de fornecimento devidamente assinada pelos setores responsáveis

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado conforme ordem de compra enviados pelo departamento de Compras desta Prefeitura.
5.2. O pagamento dos combustíveis fornecidos pelo CONTRATADO, será efetuado semanalmente pela tesouraria da Prefeitura, em até 15 dias uteis após a emissão das NF e entrada no setor de Tesouraria, o recebimento das Notas Fiscais de fornecimento, assinadas pelos motoristas acompanhadas das respectivas requisições anexadas aos cupons fiscais.
5.3. A Nota Fiscal deverá ser enviada à Secretaria requisitante ou o Departamento de Compras, para os procedimentos de praxe. Deverão estar, rigorosamente, de acordo com os cupons e as especificações contidas nas autorizações de fornecimentos, sob pena de devolução e/ou suspensão do pagamento devido.

5.4. No caso de incorreção, a Nota Fiscal será devolvida e o prazo para pagamento contar-se-á da data de sua reapresentação.
5.5. Nenhum pagamento será efetuado ao Fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

CLÁUSULA SEXTA – RECURSO FINANCEIRO

6.1. As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação	Fonte		Descrição
3.3.90.30.00.2.01.01.04.122.0003.2.0012	1.500.000	MANUTENÇ	O DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇ O
3.3.90.30.00.2.02.01.06.181 .0005.2.0016	1.500.000	MANUTENÇ	O DO CON NIO C/ POL CIA CIVIL
3.3.90.30.00.2.02.01 .06.181 .0005.2.0017	1.500.000	MANUTENÇ	O DO CONV NIO C/ POL CIA MILITAR
3.3.90.30.00.2.02.01.06.182.0005.2.0018	1 .500.000	MANUTENÇ	O DO PROGRAMA DE DEFESA CIVIL
3.3.90.30.00.2.04.01.20.609.0013.2.0027	1.500. 000	MANUTENÇ	O DA DEFESA SANIT RIA VEGETAL
3.3.90.30.00.2.06.01 .12.361 .0019.2.0036	1.500.000	MANUTENÇ	O DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.30.00.2.09.01.10.301 .0029.2.0051	1.621 .000	MANUTENÇAO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE P/ SAUDE	
3.3.90.30.00.2.09.01 .10.301 .0029.2.0053	1.621.000	MANUT. DO PROGRAMA DE SAUDE DA FAM LIA PSF/PACS	
3.3.90.30.00.2.09.01.10.305.0031.2.0060	1.600.000	MANUTENÇ O DO SERVIÇO DE EPIDEMIOLOGIA	
3.3.90.30.00.2.10.01.08.243.0033.2.0062	1.500.000	MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR E FMDCA	
3.3.90.30.00.2.1 1.01.15.451 .0035.2.0069	1.500.000	MANUT.DO SERV. DE ENGENHARIA, OBRAS E ALMOXARIFADO	
3.3.90.30.00.2.1 1.01.15.451 .0035.2.0071	1.500. 000	MANUTENÇ O DOS PARQUES E JARDINS	
3.3.90.30.00.2.1 1.01.15.452.0036.2.0073	1.500.000	MANUTENÇ ODO SERVIÇO DE ILUMINAÇ O PUBLICA	
3.3.90.30.00.2.11.01.15.452.0036.2.0074	1.500. 000	MANUTENÇ O DO SERVIÇO DE LIMPEZA PUBLICA	
3.3.90.30.00.2.11.01.26.782.0042.2.0079	1.500.000	MANUTENÇ O DO SERVIÇO DE ESTRADAS VICINAIS	
3.3.90.30.00.2.1 1 ,01.26.782.0042.2.0081	1.500. 000	MANUTENÇ O DO SERVIÇO DE TRANSPORTE RURAL	
3.3.90.30.00.2.12.01.08.244.0044.2.0085	1.660.000	MANUT. DO PROGRAMA BOLSA FAM LIA E CADASTRO UNICO	

CLÁUSULA SÉTIMA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida.
7.2. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo CONTRATANTE ou solicitado pela CONTRATADA.
7.3. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.
7.4. Dentro do prazo previsto no item 9.3., o CONTRATANTE poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a CONTRATADA ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.
7.5. Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.
7.6. Será considerado preço de mercado os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Administração para determinado item.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
b) Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, conforme definido neste contrato.
c) Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.
d) Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.
e) Designar servidor pertencente ao quadro para ser responsável pela conferencia e recebimento do objeto deste contrato.
f) De acordo com a legislação, o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
g) Responsabilizar-se pela perfeita qualidade dos produtos fornecidos, sempre observando as normas técnicas exigidas para os produtos.
h) Substituir imediatamente, às suas expensas, no todo ou em parte, os combustíveis em que se verificarem, adulterações ou incorreções, quando for o caso;

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATADA:
9.2. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e Anexos e deste contrato, bem como nos termos da sua proposta.
9.3. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.
9.4. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).
9.6. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários ao CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado.
9.8. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, os serviços em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.
9.9. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do CONTRATANTE.
9.10. Após a lavratura do contrato, a cada fornecimento, a conferência do preço unitário a ser pago, devendo o mesmo ser o constante das propostas apresentadas, de acordo com o valor oferecido.

9.11. A Administração monitorará, pelo menos semanalmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.
9.12. O Posto de abastecimento vencedor deverá disponibilizar atendimento 24 horas, inclusive sábados, domingos e feriados, afim de que não seja comprometido o abastecimento dos veículos e máquinas da Prefeitura Municipal.
9.13. O Posto de abastecimento deve contar com bomba medidora e tanques de armazenamento

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS TRIBUTOS

10.1 - Os tributos e demais encargos fiscais que sejam devidos em razão deste contrato, ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade do Contribuinte correspondente, conforme definido na legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO VÍNCULO

11.1 - As partes contratantes não mantêm, uma com a outra, qualquer vínculo de representação ou mandato. Nenhuma das partes terá qualquer direito, poder ou autoridade para celebrar qualquer acordo no lugar ou em nome da outra, nem ainda para vincular essa outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
12.1. A gestão do contrato ficará a cargo do Sr. Ailton Jose dos Santos.
12.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um fiscal(is) ou por seu(s) respectivo(s) substituto(s).
12.3. Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PENALIDADES

13.1. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:
13.1.1 Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
13.1.2. Multa, no percentual compreendido entre 0,5% e 30% do valor do contrato, que poderá ser cumulada com a advertência, o impedimento ou a declaração de inidoneidade de licitar ou de contratar.
13.1.3. Impedimento de licitar e de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas seguintes hipóteses:
13.1.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Município, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
13.1.3.2. Dar causa à inexecução total do contrato.
13.1.3.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXTINÇÃO

14.1 As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.
14.2. A extinção do contrato poderá ser:
14.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.
14.2.2. Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Cristina, Minas Gerais, para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Maria da Fé, MG, 26 de fevereiro 2026.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARIA DA FÉ/MG
Contratante

AUTO POSTO DAVI LTDA
Contratada

Testemunhas:

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

Publicado por:
Carlos Alberto Lemes
Código Identificador:2E7B223F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATOS TERMO DE CREDENCIAMENTO PROCESSO Nº: 249/2025 MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO EDITAL Nº: 48/2025

EXTRATO CONTRATOS TERMO DE CREDENCIAMENTO

Processo nº: 249/2025
Modalidade: Inexigibilidade por credenciamento
Edital nº: 48/2025

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL E DE COMPANHIAS AÉREAS E OU AGÊNCIAS DE VIAGÊNS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENDAMENTO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NO ÂMBITO NACIONAL, A FIM DE ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG

Partes: Prefeitura Municipal de Patrocínio e as seguintes empresas, nos termo do seguinte resultado:

EMPRESA: SENDPAX VIAGENS LTDA – 18.016.280/0001-91					
Item	Qtde	Un	Descrição	Valor unitário	Valor previsto anual
01	1	SE	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS COMPREENDENDO A ASSESSORIA, COTAÇÃO, RESERVA, EMISSÃO, REMARCAÇÃO, CANCELAMENTO E REEMBOLSO EM PREFERENCIALMENTE VOOS DIRETOS SEM ESCALA, COM FORNECIMENTO DE ASESSORIA COMPLETA NA ESCOLHA DOS VOOS MAIS ADEQUADOS OBSERVANDO OS MELHORES HORARIOS, MENOR TEMPO DE DESLOCAMENTO E MELHOR CUSTO BENEFICIO.	R$: 193.449,22	R$: 193.449,22
02	1	SE	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS DO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL DE PASSAGEIROS ATRAVÉS DE VEÍCULOS DO TIPO ÔNIBUS, COMPREENDENDO A ASSESSORIA, COTAÇÃO, RESERVA E EMISSÃO, REMARCAÇÃO CANCELAMENTO E REEMBOLSO DE BILHETES DE PASSAGENS RODVIARIÁS EM TRECHOS INTERESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS, COM FORNECIMENTO DE ASSESSORIA COMPLETA PARA ESCOLHA DOS MELHORES HORARIOS E ROTAS PREFERENCIALMENTE SEM BALDEAÇÕES, VIAGENS DIRETAS	R$: 292.274,92	R$: 292.274,92

As quantidades de prestações de serviços são estimativas, uma vez que se trata de procedimento por credenciamento, onde todas as empresas credenciadas podem usufruir dessa quantidade, não havendo garantia de demanda mínima ou máxima para cada empresa.

Data: 27 de fevereiro de 2026.
Vigência: 12(doze) meses.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:43724A1D

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº: 288/2025 MODALIDADE: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº: 173/2025

RESULTADO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº: 288/2025
Modalidade: Pregão – Registro de Preços
Edital nº: 173/2025
Tipo: Menor Preço Por Item

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS ***COM APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA*** PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG E SUAS DIVERSAS SECRETARIAS.

Empresa: AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
6	ARROZ AGULHINHA. PACOTE DE 5KG. TIPO 1. CLASSE LONGO FINO. SUBGRUPO POLIDO. SEM GLUTEN. O PRODUTO DEVE CONTER NO MINIMO 90 PORCENTO DE GRAOS INTEIROS. COM RENDIMENTO E COZIMENTO NO MINIMO 2.5 VEZES A MAIS DO PESO DE COCCAO. DEVENDO APRESENTAR TAMBEM COLORACAO BRANCA. GRAOS INTEIROS E SOLTOS APOS O COZIMENTO. COM IDENTIFICACAO NA EMBALAGEM/ROTULO DOS INGREDIENTES / INFORMACAO NUTRICIONAL / PESO / FORNECEDOR/ DATA DE FABRICACAO / VALIDADE E NUMEROI DO LOTE. ISENTO DE SUJIDADES / MOFO / PARASITAS / LARVAS / MATERIAL E ODORES ESTRANHO E DE SUBSTANCIAS NOCIVAS A SAUDE.	UN	Q' RENDE	18495	14,0900	260.594,55
34	FEIJAO CARIOCA 1KG NOVO TIPO 1. DE PRIMEIRA QUALIDADE. CONSTITUIDO NO MINIMO DE 90 A 98 PORCENTO DE GRAOS INTEIROS. NA COR CARACTERISTICA. TAMANHO E FORMATOS NATURAIS MADUROS LIMPOS E SECOS. APTO PARA O CONSUMO. SEM PRESENCA DE CARUNCHOS. COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA. PACOTE DE 1KG. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE DE POLIETILENO ATOXICO TRANSPARENTE COM IDENTIFICACAO NA EMBALAGEM/ROTULO DOS INGREDIENTES / INFORMACAO NUTRICIONAL / PESO / FORNECEDOR / DATA DE FABRICACAO / VALIDADE E NUMERO DO LOTE. VALIDADE MINIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	KG	REAL XIC	35250	5,5900	197.047,50
Valor dos itens R$ 457.642,05						

Empresa: FRANGOS E CIA LTDA						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
15	CARNE BOVINA MAGRA PECA CORTE ACEM CONGELADO NAO TEMPERADA.COTA DE 25 POR CENTO RESERVADO PARA ME E EPP.	KG	BEFALLO	5500	27,9000	153.450,00
16	CARNE BOVINA MAGRA. PECA CORTE ACEM .	KG	BEFFALO	16500	27,0000	445.500,00
17	CARNE BOVINA MAGRA. PECA TIPO DE CORTE PATINHO CONGELADA NAO TEMPERADA. COTA DE 25 POR CENTO RESERVADA PARA ME E EPP.	KG	BEFALO	1917	33,0000	63.261,00
18	CARNE BOVINA MAGRA. PECA TIPO DE CORTE PATINHO.	KG	BEFALO	5754	33,0000	189.882,00
19	CARNE BOVINA MOIDA TIPO DE CORTE PATINHO CONGELADA NAO TEMPERADA. COTA DE 25 POR CENTO RESERVADA PARA ME E EPP	KG	ESMERALDA	5913	18,5000	109.390,50
20	CARNE BOVINA MOIDA TIPO DE CORTE PATINHO.	KG	ESMERALDA	17742	18,5000	328.227,00
21	CARNE SUINA PECA TIPO DO CORTE PERNIL TRASEIRO.	KG	ESMERALDA	30375	16,6600	506.047,50
22	CARNE SUINA TIPO DO CORTE PERNIL TRASEIRO SEM OSSO CONGELADO NAO TEMPERADO. COTA DE 25 POR CENTO RESERVADO PARA ME E EPP.	KG	ESMERALDA	10125	16,8000	170.100,00
24	COXA / SOBRECOXA DE FRANGO	KG	AVE NOVA	19215	7,9800	153.335,70
25	COXA SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA. COTA DE 25 POR CENTO RESERVADO PARA ME EPP.	KG	AVE NOVA	6405	7,9800	51.111,90
52	LINGUICA TIPO TOSCANA.	KG	ESMERALDA	17438	13,5000	235.413,00
53	LINGUICA TIPO TOSCANA. EXCLUSIVO PARA ME.	KG	ESMERALDA	5812	13,5000	78.462,00
61	PEITO DE FRANGO COM OSSO	KG	AVE NOVA	4050	11,9000	48.195,00
62	PEITO DE FRANGO COM OSSO. EXCLUSIVO PARA ME.	KG	AVE NOVA	1350	11,9000	16.065,00
63	PEITO DE FRANGO SEM OSSO	KG	PIF PAF	26760	15,7200	420.667,20
64	PEITO DE FRANGO SEM OSSO. EXCLUSIVO PARA ME.	KG	PIF PAF	8920	16,3000	145.396,00
74	SALSICHA.	KG	AVIVAR	5400	7,5000	40.500,00
Valor dos itens R$ 3.155.003,80						

Empresa: GERA SUPERMERCADO LTDA						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
4	AMENDOIM. PACOTE DE 500G DESCASCADO / CRU / VERMELHO / COM PELE. CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS DE PRIMEIRA QUALIDADE.ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE DE POLIETILENO ATOXICO E TRANSPARENTE COM IDENTIFICACAO NAEMBALAGEM/ROTULO INFORMACAO NUTRICIONAL / PESO / FORNECEDOR / DATA DE FABRICACAO / VALIDADE E NUMERO DOLOTE. SEM FERMENTACAO E MOFO. ISENTO DE SUJIDADES / PARASITAS E LARVAS / MATERIAL ESTRANHO E UMIDADE.COM CHEIRO E SABOR PROPRIO. EMBALAGEM EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE. DATA DE VALIDADE MINIMA DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA E COM CERTIFICACAO DO ORGAO SANITARIO COMPETENTE.	UN	PACHA	2920	8,9800	26.221,60
5	ARROZ AGULHINHA PACOTE DE 5 KG. TIPO 1 CLASSE LONGO FINO SUBGRUPO POLIDO SEM GLUTEN. COTA DE 25 POR CENTO RESERVADO PARA ME E EPP.	UN	KIBAO	6165	13,8600	85.446,90
26	EXTRATO DE TOMATE 2 KG	UN	BONARE	4644	14,4800	67.245,12
27	EXTRATO DE TOMATE 2KG. COTA EXCLUSIVA DE 25 POR CENTO PARA MEI/ EPP/ ME	UN	BONARE	1548	14,1900	21.966,12
29	FARINHA DE MANDIOCA FLOCADA BIJU 500 GRAMAS	UN	MANIVA	1550	4,6800	7.254,00
30	FARINHA DE MANDIOCA. PACOTE DE 1 KG TORRADA. TIPO 1. GRUPO SECA. SUBGRUPO FINA. CLASSE BRANCA. OBTIDO DAS RAIZES DE MANDIOCA SADIAS. DEVIDAMENTE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ATOXICA COM IDENTIFICACAO NA EMBALAGEM/ROTULO DOS INGREDIENTES / INFORMACAO NUTRICIONAL / PESO / FORNECEDOR / DATA DE FABRICACAO / VALIDADE E NUMERO DO LOTE. ISENTO DE SUJIDADES / PARASITAS / LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. NAO PODENDO APRESENTAR SE UMIDA / FERMENTADA OU RANCOSA. VALIDADE MINIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA . APRESNTAR AMOSTRA. IGUAL OU SUPERIOR A MARCA AMAFIL.	KG	MONSIL	3900	4,6700	18.213,00
35	FERMENTO BIOLOGICO SECO INSTANTANEO. EMPACOTADO EM SACHE 10G. IDEAL PARA PAES MASSAS SALGADOS E DOCES. COM IDENTIFICACAO NA EMBALAGEM/ROTULO DOS INGEDIENTES / INFORMACOES DO PRODUTO / FORNECEDOR / DATA DE FABRICACAO / VALIDADE E NUMERO DO LOTE. COM VALIDADE MINIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAR AMOSTRA.	PC	FERMIX	2050	0,9400	1.927,00
42	GRAO DE BICO LIMPO EXTRA DE BOA QUALIDADE. CONSTITUIDO DE GRAO INTEIROS.PACOTE COM 500 GRAMAS.	PC	AMAFIL	500	6,2500	3.125,00
50	LINGUICA CALABRESA DE CARNE SUINA. COTA DE 25 POR CENTO RESERVADO PARA ME E EPP	KG	SUINCO	1055	17,3800	18.335,90
51	LINGUICA CALABRESA.	KG	SUINCO	3165	17,8600	56.526,90
60	MASSA PRONTA PARA TAPIOCA 500 GR	UN	PACHÁ	380	4,2500	1.615,00
75	SUCO CONCENTRADO DE MARACUJA COM AROMA NATURAL DE MARACUJA/ GARRAFA PLASTICA DE 500ML/PASTEURIZADO E HOMOGENEIZADO/NAO FERMENTADO/SEM ADICAO DE ACUCAR/ISENTO DE GLUTEN/RENDIMENTO DE NO MINIMO 5L/A EMBALAGEM DEVERA CONTER INFORMACOES NUTRICIONAIS/DADOS DO PRODUTO/DO FABRICANTE/MARCA/DATA FABRICACAO/VALIDADE E NUMERO DO LOTE/VALIDADE MINIMA DE 6 SEIS MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA/APRESENTAR AMOSTRA/IGUAL OU SUPERIOR A MARCA MAGUARY	GF	DA FRUTA	5900	6,1800	36.462,00
Valor dos itens R$ 344.338,54						

Empresa: INVICTUS SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
2	ACHOCOLATADO EM PO INSTANTANEO EMBALAGEM 700 A 750 GR	PC	CHOCKY ITA	5475	9,7700	53.490,75
3	ACHOCOLATADO EM PO INSTANTANEO EMBALAGEM 700 A 750 GRAMAS.	PC	CHOCKY ITA	1825	9,7700	17.830,25
54	MACARRAO DO TIPO PARAFUSO 500G. COM OVOS. ENRIQUECIDO COM FERRO E ACIDO FOLICO. COMPOSTO DE MATERIA PRIMA DE BOA QUALIDADE SAS E LIMPAS. COM RENDIMENTO MINIMO APOS COZIMENTO DE DUAS VEZES MAIS O PESO ANTES DE COCCAO. EMBALAGEM RESISTENTE DE POLIETILENO ATOXICO TRANSPARENTE COM IDENTIFICACAO NA EMBALAGEM/ROTULO DOS INGREDIENTES / INFORMACAO NUTRICIONAL / PESO / FORNECEDOR / DATA DE FABRICACAO / VALIDADE E NUMERO DO LOTE. ISENTO DE MOFO / SUJIDADES / PARASITAS / LARVAS / ODORES ESTRANHOS E DE SUBSTANCIAS NOCIVAS A SAUDE. VALIDADE MINIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	PC	SAFRA	14100	2,3300	32.853,00
56	MACARRAO ESPAGUETE COM OVOS 500G NUMERO 08.	PC	SAFRA	14242	2,3300	33.183,86
59	MARGARINA CREMOSA. POTE PLASTICO DE 500G. COM SAL. DEVERA CONTER NO MINIMO 70 A 80 PORCENTO DE LIPIDIOS REFRIGERADA. COM ASPECTO CHEIRO SABOR E COR PECULIARES. ISENTA DE RANCO E OUTRAS CARACTERISTICAS INDESEJAVEIS. INFORMACOES	UN	DELICIA	5320	6,6300	35.271,60

	NUTRICIONAIS POR PORCAO DE 10G VALOR ENERGETICO 72KCAL / GORDURAS TOTAIS 8G / GORDURA SATURADA 2G NO MAXIMO / ZERO DE GORDURAS TRANS E 60MG DE SODIO. NAO CONTER GLUTEN. CONTENDO NA EMBALAGEM A IDENTIFICACAO DO PRODUTO / MARCA DO FABRICANTE / DATA DE EMBALAGEM / VALIDADE / PESO LIQUIDO / NUMERO DO LOTE E SELO DE INSPECAO DO ORGAO COMPETENTE.					
Valor dos itens R$ 172.629,46						

Empresa: ISRAEL E ISRAEL LTDA EPP						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	ACAFRAO.EMBALAGEM 500G. AMARELO PURO COM CHEIRO E SABOR PROPRIO EM EMBALAGEM DE PLASTICO ATOXICO COM IDENTIFICACAO NA EMBALAGEM ROTULO DOS INGREDIENTES INFORMACAO NUTRICIONAL PESO FORNECEDOR DATA DE FABRICACAO VALIDADE E NUMERO DE LOTE. ISENTO DE SUJIDADES PARASITAS LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MINIMA DE 12 DOZE MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAR AMOSTRA.	UN	PACHA	1930	7,9800	15.401,40
7	AVEIA EM FLOCOS FINOS. EMBALAGEM COM 500 GRAMAS.	UN	PACHA	2100	6,7400	14.154,00
11	BOLACHA DOCE TIPO MARIA. EMBALAGEM DE 350 A 400 GRS	PC	NINFA	5900	3,7400	22.066,00
12	BOLACHA TIPO MAIZENA. EMBALAGEM DE 350 A 400 GRAMAS.	PC	NINFA	10500	3,7400	39.270,00
28	EXTRATO DE TOMATE.	UN	ELEFANTE	8920	6,3500	56.642,00
39	FORMULA NUTRICIONAL PARA LACTENTES A PARTIR DO SEXTO MES DE VIDA EMBALAGEM DE 800 GRAMAS. COTA DE 25 POR CENTO PARA ME E EPP.	LA	NESTOGENO	2000	55,9800	111.960,00
40	FORMULA NUTRICIONAL. PARA LACTENTES A PARTIR DO SEXTO MES DE VIDA.EMBALAGEM DE 800 GRAMAS.	LA	NESTOGENO	6000	55,9500	335.700,00
44	IOGURTE NATURAL OU INTEGRAL. EMBALAGEM INDIVIDUAL DE 170 GRMAS.	UN	TREVINHO	4700	3,8300	18.001,00
46	LEITE DE COCO - EMBALAGEM 200 ML	UN	IMPERIAL	530	2,8900	1.531,70
55	MACARRAO ESPAGUETE COM OVOS 500G NUMERO 03.	PC	VILMA	3270	4,9500	16.186,50
69	POLPA DE FRUTA INTEGRAL SABOR MARACUJA. PASTEURIZADA CONGELADA OU CONGELADA. APRESENTANDO LAUDO DE ANALISE MICROBIOLOGICA DE ACORDO COM O NUMERO DO LOTE 100 POR CENTO NATURAL PACOTE DE 1KG SEM GLUTEN NAO FERMENTADO NAO ALCOOLICO SEM ADICAO DE CORANTES ARTIFICIAS E ADITIVOS QUIMICOS SABOR CARACTERISTICO E AGRADAVEL ISENTA DE VESTIGIOS DE DESCONGELAMENTO ODOR FORTE E DESAGRADAVEL E QUALQUER SUBSTANCIA CONTAMINANTE.	KG	FRUTIPLES	1800	19,1100	34.398,00
71	REFRIGERANTE SABOR COLA 02 LITROS. INGREDIENTES AGUA GASIFICADA ACUCAR EXTRATO DE NOZ DE COLA CAFEINA CORANTE CARAMELO IV ACIDUANTE INS 338 E AROMA NATURAL. EMBALAGEM PET DE 02 LITROS CONTENDO INFORMACOES DO FABRICANTE MARCA DATA DA FABRICACAO NUMERO DO LOTE VALIDADE NO MINIMO 90 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. OBS MARCA SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS COCACOLA PEPSICOLA ZAP COLA.	UN	ZAP	5296	6,2800	33.258,88
72	REFRIGERANTE SABOR GUARANA 02 LITROS. INGREDIENTES AGUA GASIFICADA ACUCAR EXTRATO DE GUARANA ACIDUANTE ACIDO CITRICO CONSERVADORES BENZOATO DE SODIO E SORBATO DE POTASSIO AROMATIZANTE E CORANTE CARAMELO IV. NAO CONTEM GLUTEN. EMBALAGEM PET 02 LITROS CONTENDO INFORMACOES SOBRE O PRODUTO IDENTIFICACAO DO FABRICANTE MARCA DATA DE FABRICACAO NUMERO DO LOTE VALIDADE DE NO MINIMO 90 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. OBS BEBIDAS SIMULAR OU SUPERIOR AS MARCAS MINEIRO GUARANA ANTARTICAS KUAT.	UN	MINEIRO	5296	6,2800	33.258,88
73	REFRIGERANTE SABOR LARANJA 02 LITROS. INGREDIENTES AGUA GASIFICADA ACUCAR SUCO CONCENTRADO DE LARANJA DIOXIDO DE CARBONO ACIDIFICANTES ACIDO CITRICO E ACIDO MALICO BENZOATO DE SODIO E SORBATO DE POTASSIO AROMAS NATURAIS DE LARANJA E OUTROS AROMAS NATURAIS. OBS BEBIDAS SIMILAR OU SUPERIOR A MINEIRO SABOR LARANJA FANTA SUKITA.	UN	MINEIRO	5196	6,2800	32.630,88
Valor dos itens R$ 764.459,24						

Empresa: MEGADEC DISTRIBUDORA LTDA						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
9	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM EMBALAGEM COM 500 ML.	UN	COCINEIRO	1550	26,9000	41.695,00
10	BOLACHA DOCE EMABLAGEM 1.5 KG TIPO MARIA OU MAISENA.	CX	RACINE	6180	12,6700	78.300,60
13	CACAU EM PO.	UN	ESPECIALI	3650	15,9000	58.035,00
23	COLORAU EM PO. PACOTE COM 500 GRAMAS.	PC	PACHA	2500	4,9800	12.450,00
31	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL TIPO 1 OU DE PRIMEIRA QUALIDADE. EMBALAGEM DE 1KG. ENRIQUECIDA COM ACIDO FOLICO NAO PODENDO ESTAR UMIDA FERMENTADA OU RANCOSA. ASPECTO DE PO FINO. COR BRANCA. COM CHEIRO E SABOR PROPRIOS. COM IDENTIFICACAO NA EMBALAGEM/ROTULO DOS INGREDIENTES. INFORMACAO NUTRICIONAL / PESO / FORNECEDOR / DATA DE FABRICACAO / VALIDADE E NUMERO DO LOTE. ISENTO DE SUJIDADES / PARASITAS / LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. EMBALAGEM DE 1KG. COM VALIDADE MINIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAR AMOSTRA. IGUAL OU SUPERIOR A MARCA D. BENTA / LUNAR / VILMA.	KG	GLOBO	15810	3,3000	52.173,00
33	FEIJAO CARIOCA 1 KG. EXCLUSIVO PARA ME.	KG	CODIL	11750	5,6000	65.800,00
41	FUBA DE MILHO. REFINADO. PACOTE DE 1KG. ENRIQUECIDO COM FERRO E ACIDO FOLICO. NAO PODENDO APRESENTAR UMIDADE FERMENTACAO OU RANCO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ATOXICA COM IDENTIFICACAO NA EMBALAGEM/ROTULO DOS INGREDIENTES / INFORMACAO NUTRICIONAL / PESO / FORNECEDOR / DATA DE FABRICACAO / VALIDADE E NUMERO DO LOTE. ISENTO DE SUJIDADES / PARASITAS / LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MINIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAR AMOSTRA. IGUAL OU SUPERIOR A MARCA SINHA	PC	SOLAR	4230	2,5800	10.913,40
48	LEITE EM PO INTEGRAL INSTANTANEO. PACOTE DE 400G. RICO EM FERRO VITAMINAS E SAIS MINERAIS. ISENTO DE GORDURA TRANS. DEVERA OBTER BOA SOLUBILIDADE E ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ATOXICA COM IDENTIFICACAO NA EMBALAGEM/ROTULO DOS INGREDIENTES / INFORMACAO NUTRICIONAL / MODO DE PREPARO E RENDIMENTO / PESO / FORNECEDOR / DATA DE FABRICACAO / VALIDADE E NUMERO DO LOTE. VALIDADE MINIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAR AMOSTRA. IGUAL OU SUPERIOR A MARCA ITAMBE OU NUTRIWAY.	PC	CAMPONESA	3430	14,6800	50.352,40
49	LEITE EM PO ZERO LACTOSE 300 A 400 GR	UN	CAMPONESA	1110	18,9000	20.979,00
76	SUCO DE CAJU CONCENTRADO COM AROMA NATURAL DE CAJU - APRESENTACAO: CONCENTRADO, PASTEURIZADO E HOMOGENEIZADO, NÃO FERMENTADO, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, ISENTO DE GLÚTEM, RENDIMENTO MININO 4,5 LITROS.	UN	SERIGY	6900	2,9800	20.562,00

77	SUCO DE GOIABA CONCENTRADO COM AROMA NATURAL DE GOIABA/GARRAFA PLASTICA DE 500ML/PASTEURIZADO E HOMOGENEIZADO/NAO FERMENTADO/SEM ADICAO DE ACUCAR/ISENTO DE GLUTEN/RENDIMENTO DE NO MINIMO 3L/A EMBALAGEM DEVERA CONTER INFORMACOES NUTRICIONAIS/DADOS DO PRODUTO/DO FABRICANTE/MARCA/DATA FABRICACAO/VALIDADE E NUMERO DO LOTE/VALIDADE MINIMA DE 12 DOZE MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA/APRESENTAR AMOSTRA/IGUAL OU SUPERIOR A MARCA MAGUARY	GF	SERIGY	5500	4,4900	24.695,00
78	UVA PASSA.	UN	LAVIOLETRA	5550	6,8800	38.184,00
Valor dos itens R$ 474.139,40						

Empresa: NETTARE INDUSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ALIMENTOS LTDA						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
65	POLPA DE FRUTA INTEGRAL DE ACEROLA COM LARANJA. PASTEURIZADA CONGELADA OU CONGELADA. APRESENTANDO LAUDO DE ANALISE MICROBIOLOGICA DE ACORDO COM O NUMERO DO LOTE 100 POR CENTO NATURAL PACOTE DE 1KG SEM GLUTEM NAO FERMENTADO NAO ALCOOLICO SEM ADICAO DE CORANTES ARTIFICIAIS E ADITIVOS QUIMICOS SABOR CARACTERISITICO E AGRADAVEL. ISENTA DE VESTIGIO DE DESCONGELAMENTO ODOR FORTE E DESAGRADAVEL E QUALQUER SUBSTANCIA CONTAMINANTE.	KG	PRÓPRIA	1950	13,9900	27.280,50
66	POLPA DE FRUTA INTEGRAL DE MANGA PASTEURIZADA. CONGELADA. 100 PORCENTO NATURAL. PACOTE DE 1KG. SEM GLUTEN. NAO FERMENTADO. NAO ALCOOLICO. SEM ADICAO DE CORANTES ARTIFICIAIS E ADITIVOS QUIMICOS. SABOR CARACTERISITICO E AGRADAVEL. ISENTA DE VESTIGIO DE DESCONGELAMENTO / ODOR FORTE E DESAGRADAVEL E QUALQUER SUBSTANCIA CONTAMINANTE. DEVERA ESTAR CONGELADA E SER TRANSPORTADA EM VEICULO ADEQUADO. ASSEGURANDO QUE O PRODUTO SE MANTENHA CONGELADO DURANTE O TRANSPORTE . ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ATOXICO RESISTENTE TRANSPARENTE. PESO LIQUIDO DE 1KG.	KG	PRÓPRIA	1300	11,5000	14.950,00
67	POLPA DE FRUTA INTEGRAL SABOR ABACAXI. PASTEURIZADA CONGELADA OU CONGELADA. APRESENTANDO LAUDO DE ANALISE MICROBIOLOGICA DE ACORDO COM O NUMERO DE LOTE 100 POR CENTO NATURAL PACOTE DE 1KG SEM GLUTEN NAO FERMENTADO NAO ALCOOLICO SEM ADICAO DE CORANTES ARTIFICIAIS E ADITIVOS QUIMICOS SABOR CARACTERISTICO E AGRADAVEL. ISENTA DE VESTIGIO DE DESCONGELAMENTO ODOR FORTE E DESAGRADAVEL E QUALQUER SUBSTANCIA CONTAMINANTE.	KG	PRÓPRIA	1312	11,9000	15.612,80
68	POLPA DE FRUTA INTEGRAL SABOR ACEROLA. PASTEURIZADA CONGELADA OU CONGELADA. APRESENTANDO LAUDO DE ANALISE MICROBIOLOGICA DE ACORDO COM O NUMERO DE LOTE 100 POR CENTO NATURAL PACOTE DE 1KG SEM GLUTEN NAO FERMENTADO NAO ALCOOLICO SEM ADICAO DE CORANTES ARTIFICIAIS E ADITICOS QUIMICOS SABOR CARACTERISTICO E AGRADAVEL. ISENTA DE VESTIGIOS DE DESCONGELAMENTO ODOR FORTE E DESAGRADAVEL E QUALQUER SUBSTANCIA CONTAMINANTE.	KG	PRÓPRIA	1812	11,9000	21.562,80
70	POLPA DE FRUTA INTEGRAL SABOR MORANGO. PASTEURIZADA CONGELADA OU CONGELADA. APRESENTANDO LAUDO DE ANALISE MICROBIOLOGICA DE ACORDO COM O NUMERO DE LOTE 100 POR CENTO NATURAL PACOTE DE 1KG SEM GLUTEN NAO FERMENTADO NAO ALCOOLICO SEM ADICAO DE CORANTES ARTIFICIAIS E ADITIVOS QUIMICOS SABOR CARACTERISTICO E AGRADAVEL. ISENTA DE VESTIGIOS DE DESCONGELAMENTO ODOR FORTE E DESAGRADAVEL E QUALQUER SUBSTANCIA CONTAMINANTE.	KG	PRÓPRIA	1312	16,6500	21.844,80
Valor dos itens R$ 101.250,90						

Fornecedor: 020637 - SILVA ATACADO LTDA						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
8	AVEIA EM FLOCOS FINOS. PACOTE COM 170 A 200 GRAMAS	PC	TRISANTI	500	2,9200	1.460,00
36	FERMENTO EM PO QUIMICO 250G. COM IDENTIFICACAO NA EMBALAGEM/ROTULO DOS INGREDIENTES / INFORMACOES NUTRICIONAIS / PESO / FORNECEDOR / MARCA / DATA DE FABRICACAO / VALIDADE E NUMERO DO LOTE. VALIDADE MINIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAR AMOSTRA. IGUAL OU SUPERIOR A MARCA ROYAL.	UN	TRISANTI	7222	5,7300	41.382,06
Valor dos itens R$ 42.842,06						

Empresa: TAQUARI DISTRIBUIDORA DE LATICÍNIOS LTDA						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
43	IOGURTE DE POLPA DE FRUTA. DE BOA QUALIDADE. REFRIGERADO. MISTURA HOMOGENEA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM NO MINIMO 90G E SABORES VARIADOS. CONTENDO NA EMBALAGEM INFOMACOES NUTRICIONAIS / IDENTIFICACAO DO PRODUTO / MARCA DO FABRICANTE / DATA DA EMBALAGEM / VALIDADE / NUMERO DO LOTE / PESO LIQUIDO E SELO DE INSPECAO DO ORGAO COMPETENTE. VALIDADE MINIMA DE 45 DIAS A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. APRESENTAR AMOSTRA. IGUAL OU SUPERIOR A MARCA PAULISTA / DANONE OU ITAMBE. DEVERA SER ENTREGUE NOS LOCAIS DETERMINADOS PELA ADMINISTRACAO.	UN	PRÓPRIA	5900	3,0100	17.759,00
57	MANTEIGA DE LEITE EMBALAGEM 500 GRAMAS	UN	PRÓPRIA	5535	16,0000	88.560,00
58	MANTEIGA DE LEITE EMBALAGEM 500 GRAMAS. COTA DE 25 POR CENTO RESERVADO PARA MEE EPP.	UN	PRÓPRIA	1845	16,0000	29.520,00
Valor dos itens R$ 135.839,00						

Patrocínio/MG, 26 de fevereiro de 2026.

HEITOR OLIVEIRA LOPES XAVIER –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:987E1D8E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE

RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE-MG - DESENVOLVIMENTO SOCIAL - 10ª CONVOCAÇÃO PSS EDITAL Nº. 02/2026

10ª CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 02/2026

O Prefeito do Município de Vazante - MG, no uso de suas atribuições legais, **convoca** os candidatos relacionados no Anexo I, deste Edital, classificados no processo seletivo simplificado edital 02/2026, para **comparecer na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e do Trabalho,** no edifício situado na Avenida Castelo Branco - nº. 460 - Bairro Independência, Vazante/MG, CEP: 38.780-000, para fins de receber autorização para firmar contrato de trabalho temporário por excepcional interesse público, bem como a relação dos documentos necessários.
Fixa-se o Prazo de **05 dias uteis** para o comparecimento sob pena de perda do direito em relação ao processo seletivo simplificado edital 02/2026.
O candidato que não comparecer no prazo fixado será considerado eliminado por desistência espontânea e perderá o direito à vaga, sendo convocado o próximo aprovado.

Prefeitura Municipal de Vazante - MG, 27 de fevereiro de 2026.

ELI DOS REIS CUSTÓDIO
Secretário Municipal De Desenvolvimento Social E Do Trabalho

ANEXO I –10ª CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA EDITAL 02/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

COLOCAÇÃO	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	CÓDIGO	CARGO	ESPECIALIDADE	LOCAL AREA DE ATUAÇAO
12	BÁRBARA MARIA DA SILVA	04/12/1968	02-001	AGENTE DE APOIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 1	Auxiliar de Serviços Gerais LIMPEZA	Secretaria de Desenvolvimento Social- Guarda Mirim
13	BERNADETE DE MELO DIAS	07/06/1969	02-001	AGENTE DE APOIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 1	Auxiliar de Serviços Gerais LIMPEZA	Secretaria de Desenvolvimento Social- Guarda Mirim
14	APARECIDA PEREIRA DA SILVA	12/10/1966	02-001	AGENTE DE APOIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 1	Auxiliar de Serviços Gerais LIMPEZA	Secretaria de Desenvolvimento Social- Guarda Mirim
15	LÚCIA HELENA APARECIDA ROSA DA SILVA	25/06/1975	02-001	AGENTE DE APOIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 1	Auxiliar de Serviços Gerais LIMPEZA	Secretaria de Desenvolvimento Social- CREAS

Publicado por:
Eliete Aparecida de Oliveira Nunes
Código Identificador:EC47539C



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORREGO DANTA

SETOR DE LICITAÇAO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026 PROCESSO LICITATÓRIO 008/2026 TERMO DE ADJUDICAÇÃO

MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA- MG

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026

PROCESSO LICITATÓRIO 008/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O(a) PREFEITO MUNICIPAL do(a) MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA-MG comunica aos interessados e participantes da DISPENSA ELETRÔNICA 002/2026 referente à *Contratação de empresa para aquisição de materiais esportivos e jogos lúdicos destinados ao desenvolvimento das aulas de Educação Física e atividades pedagógicas da Escola Municipal Padre João Evangelista, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação do Município de Córrego Danta/MG.*, que ADJUDICA nos termos da Lei nº 14.133/21, o objeto do certame a(s) empresa(s):

Fornecedor : Traum Artigos Esportivos LTDA - 02.441.945/0001-74										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
1	4,00	UNIDADE	PENALT Y	RX	R$ 96,75	R$ 387,0000	R$ 163,33	R$ 653,33	40,7652 %	R$ 266,33
Descrição: BOLA DE FUTSAL - Bola oficial de futsal, tamanho e peso regulamentares, confeccionada em material resistente, costurada, adequada para uso escolar. Referência: Penalty Max 1000, similar ou superior.										
2	4,00	UNIDADE	PENALT Y	MG3600	R$ 113,07	R$ 452,2800	R$ 150,00	R$ 600,00	24,6200 %	R$ 147,72
Descrição: BOLA DE VÔLEI - Bola oficial de vôlei, confeccionada em material sintético macio e resistente, tamanho e peso oficiais. Referência: Penalty Pro 6.0, similar ou superior....										
3	10,00	UNIDADE	SILME	12	R$ 30,25	R$ 302,5000	R$ 41,00	R$ 410,00	26,2195 %	R$ 107,50
Descrição: BOLAS DE PLÁSTICO - Bolas leves, de material plástico, indicadas para atividades recreativas e iniciação esportiva. Referência: Penalty T12, similar ou superior....										
4	40,00	UNIDADE	SS ESPORT ES	24	R$ 3,96	R$ 158,4000	R$ 9,60	R$ 384,00	58,7500 %	R$ 225,60
Descrição: CONES FLEXÍVEIS 24 CM - Cones confeccionados em PVC flexível, cores verde, amarelo, laranja, azul e vermelho, 10 unidades de cada cor.										
5	40,00	UNIDADE	SS ESPORT ES	50	R$ 14,96	R$ 598,4000	R$ 30,30	R$ 1.212,00	50,6270 %	R$ 613,60
Descrição: CONES DE SINALIZAÇÃO 50 CM - Cones em material plástico rígido, altura 50 cm, cor laranja com base estável....										
7	10,00	UNIDADE	SS ESPORT ES	KIT BARREI RINHAS FIXAS	R$ 129,92	R$ 1.299,2000	R$ 229,67	R$ 2.296,67	43,4310 %	R$ 997,47
Descrição: BARREIRAS DE OBSTÁCULOS BRAVUS - Conjunto de barreiras para treinamento de agilidade, confeccionadas em PVC resistente, tamanhos variados (44x15 cm, 47x23 cm, 47x30 cm, 44x30 cm, 45x50 cm)...										
8	40,00	UNIDADE	SS ESPORT ES	BAMBOL Ê	R$ 5,60	R$ 224,0000	R$ 7,33	R$ 293,33	23,6360 %	R$ 69,33
Descrição: BAMBOLÊS COLORIDOS 65 CM - Aros circulares de plástico resistente, diâmetro aproximado de 65 cm, diversas cores...										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
9	40,00	UNIDADE	SS ESPORT ES	CHAPÉU	R$ 2,08	R$ 83,2000	R$ 4,83	R$ 193,33	56,9652 %	R$ 110,13
Descrição: PRATINHOS CHINESES - Discos plásticos de sinalização, cores variadas (verde, amarelo, azul, laranja, vermelho), 10 unidades de cada cor. Referência: Penalty, similar ou superior...										
10	2,00	UNIDADE	SS ESPORT ES	ESCADA	R$ 49,60	R$ 99,2000	R$ 108,33	R$ 216,67	54,2153 %	R$ 117,47
Descrição: ESCADINHA DE AGILIDADE HYPER - Escada de agilidade, confeccionada em fitas de nylon e degraus plásticos ajustáveis, tamanho único, 2 unidades....										
11	10,00	UNIDADE	SS ESPORT ES	1,20X60 X3	R$ 48,50	R$ 485,0000	R$ 67,00	R$ 670,00	27,6119 %	R$ 185,00
Descrição: COLCHONETE - Colchonete azul, em material impermeável, tamanho 1,20 m x 0,60 m, indicado para atividades físicas em sala de aula...										
13	9,00	UNIDADE	JUNGES	DOMINÓ	R$ 23,00	R$ 207,0000	R$ 36,33	R$ 327,00	36,6971 %	R$ 120,00
Descrição: DOMINÓ - Conjunto de peças em material plástico ou resina, padrão tradicional, 28 peças....										
14	5,00	UNIDADE	SS ESPORT ES	XADREZ ESCOLA R	R$ 35,00	R$ 175,0000	R$ 73,00	R$ 365,00	52,0547 %	R$ 190,00
Descrição: XADREZ - Tabuleiro dobrável com peças em plástico ou resina, padrão oficial escolar.....										
15	2,00	UNIDADE	SS ESPORT ES	DUPLA AÇÃO	R$ 20,00	R$ 40,0000	R$ 30,93	R$ 61,87	35,3447 %	R$ 21,87
Descrição: BOMBA DE AR - Bomba dupla ação para encher bolas. Marca Convoy....										
Subtotal Adjudicado:						**R$ 4.511,18**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 7.683,20**	**41,2851 %**	**R$ 3.172,02**
Fornecedor : COMERCIAL SO ESPORTES LTDA - 13.367.852/0001-63										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
6	10,00	UNIDADE	LDM	1,6M	R$ 33,00	R$ 330,0000	R$ 50,27	R$ 502,67	34,3501 %	R$ 172,67
Descrição: ESTACAS DE AGILIDADE 1,6 M - Estacas de PVC ou material similar, altura 1,60 m, com base para fixação, utilizadas em treinamentos de agilidade....										
12	6,00	UNIDADE	copag	4 cores	R$ 18,99	R$ 113,9400	R$ 19,27	R$ 115,60	1,4361 %	R$ 1,66
Descrição: JOGO DE CARTAS 4 CORES - Jogo de cartas composto por 110 cartas coloridas. Referencia: Mattel, similar ou superior.										
Subtotal Adjudicado:						**R$ 443,94**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 618,27**	**28,1960 %**	**R$ 174,33**
TOTAL GERAL DO PROCESSO										
Total Adjudicado					**Total Orçado**	**Economia %**			**Economia R$**	
R$ 4.955,12					R$ 8.301,46	40,3102 %			3.346,34	

Córrego Danta-MG , 26 de Fevereiro de 2026

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Assine aqui

Publicado por:
Rafaela Aparecida da Silva Pereira
Código Identificador:7658C57C

